



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1903

Terça-feira - 05 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Iomerê.....	482	Porto Belo.....	611
Alto Bela Vista.....	6	Ipumirim.....	484	Presidente Nereu.....	615
Antônio Carlos.....	8	Irineópolis.....	488	Rio do Sul.....	627
Arabutã.....	211	Itá.....	491	Romelândia.....	829
Balneário Piçarras.....	224	Itaiópolis.....	494	Salto Veloso.....	847
Balneário Rincão.....	225	Itapema.....	495	Santa Cecília.....	867
Barra Velha.....	231	Itapiranga.....	496	Santiago do Sul.....	868
Biguaçu.....	232	Itapoá.....	502	São Bento do Sul.....	869
Bom Jesus do Oeste.....	236	Jacinto Machado.....	503	São Carlos.....	872
Bom Retiro.....	237	Joaçaba.....	504	São Domingos.....	875
Braço do Trombudo.....	244	Lages.....	513	São João do Oeste.....	878
Caçador.....	345	Laguna.....	514	São João do Sul.....	880
Campos Novos.....	355	Lebon Regis.....	515	São Joaquim.....	881
Canelinha.....	365	Leoberto Leal.....	516	São José.....	882
Canoinhas.....	367	Lindóia do Sul.....	517	São José do Cedro.....	938
Capinzal.....	369	Luzerna.....	520	São Lourenço do Oeste.....	939
Caxambu do Sul.....	372	Macieira.....	529	São Miguel da Boa Vista.....	945
Chapécó.....	374	Mafra.....	531	São Miguel do Oeste.....	953
Concórdia.....	377	Maracajá.....	532	São Pedro de Alcântara.....	954
Cordilheira Alta.....	381	Maravilha.....	533	Seara.....	957
Coronel Martins.....	383	Massaranduba.....	534	Serra Alta.....	958
Curitibanos.....	386	Meleiro.....	535	Sul Brasil.....	963
Dionísio Cerqueira.....	387	Modelo.....	538	Tigrinhos.....	964
Ermo.....	390	Mondai.....	542	Timbé do Sul.....	970
Forquilha.....	395	Monte Carlo.....	543	Timbó.....	971
Fraiburgo.....	400	Morro da Fumaça.....	566	Três Barras.....	972
Frei Rogério.....	409	Navegantes.....	567	Treze Tilias.....	973
Garopaba.....	410	Nova Trento.....	571	Trombudo Central.....	974
Garuva.....	415	Novo Horizonte.....	576	Tunápolis.....	976
Governador Celso Ramos.....	418	Otacílio Costa.....	578	Urussanga.....	981
Grão Pará.....	419	Ouro Verde.....	579	Vargeão.....	985
Guaraciaba.....	422	Palmitos.....	580	Vargem Bonita.....	989
Guarujá do Sul.....	428	Paraíso.....	581	Videira.....	990
Herval d'Oeste.....	430	Passos Maia.....	583	Xanxerê.....	996
Ibiam.....	434	Penha.....	584	Xavantina.....	999
Ilhota.....	468	Pinheiro Preto.....	600	Xaxim.....	1007
Imbituba.....	470	Pomerode.....	610		

Associações

AMAUC.....	1008	GRANFPOLIS.....	1011
------------	------	-----------------	------

Consórcios

ARIS.....	1012
CIGA.....	1015
CIMCATARINA.....	1040
Consórcio CISAMA.....	1042
CIGAMERIOS.....	1044

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 335/2015

PORTARIA Nº 335/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias aos funcionários abaixo nominados, lotados na Secretaria de Saúde e promoção Social, a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016:

ELEANDRA LUCIA RIBEIRO - CPF 006.434.469-07 – 14/15
BERECINE CONCEIÇÃO DOS SANTOS ZANCHETTA – CPF 029.599.489-47 – 14/15
IVETE MARCANTE GAIO – CPF 990.433.869-87 – 13/14
IRIA GODINHO NOGUEIRA – CPF 400.692.499-20 – 14/15
SANDY CASSIA MENDES – CPF 089.453.839-05 – 15/16
ROSANE SALETE ANSOLIN – CPF 915.435.849-34 – 15/16
SUELYN OTILIA KLASSEN – CPF 091.058.719-13 – 15/16
ROSE MARCANTE LINS - CPF 039.299.349-06 – 15/16
RAFAELA MORGANA DE OLIVEIRA – CPF 085.272.229-06 – 15/16

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 336/2015

PORTARIA Nº 336/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias aos funcionários abaixo nominados, lotados na Secretaria de Administração e Fazenda, a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016:

JANETE REETZ MORES – CPF 594.854.939-91 – 13/14
JOLEMA TONIAL – CPF 767.697.209-49 – 15/16
SANDRA MARIA CELSO ZANINI – CPF 034.461.039-02 – 14/15
MARILIA LINS DA SILVA – CPF 046.084.809-79 – 15/16
LUCIANI CRISTINA ALVES – CPF 024.141.529-23 – 15/16

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 337/2015

PORTARIA Nº 337/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária ROSA MARIA CORDEIRO, inscrita sob CPF nº 636.183.469-72, funcionária efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, a partir de 04/01/2016 a 13/01/2016, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 338/2015

PORTARIA Nº 338/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária CARMEN LUCIA PICCOLI NICHETTI, inscrita sob CPF nº 767.697.399-68, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo ocupante do cargo comissionado de Controlador Interno, a partir de 04/01/2016 a 23/01/2016, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 339/2015

PORTARIA Nº 339/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VANILDE CHIARANI, inscrita sob CPF nº 758.709.409-15, funcionária efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, a partir de 04/01/2016 a 23/01/2016, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 340/2015

PORTARIA Nº 340/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária LORETE LOURDES PANTANO GUISENI, inscrita sob CPF nº 710.426.109-59, funcionária efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 04/01/2016 a 18/01/2016, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 341/2015

PORTARIA Nº 341/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário GIOVANI CESAR SCHNEIDER, inscrito sob CPF nº 005.999.499-10, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, 15 dias referentes ao período 13/14 e 15 dias referentes ao período 14/15, restando 15 dias deste último para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 342/2015

PORTARIA Nº 342/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário NEURO PIMENTEL, inscrito sob CPF nº 449.987.329-00, funcionário efetivo no cargo de Operador de Maquinas, a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 343/2015

PORTARIA Nº 343/2015 de 30 de dezembro de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária SIMONE APARECIDA TOIGO, inscrita sob CPF nº 007.269.719-95, funcionária comissionada no cargo de Diretora do Departamento de Agricultura, a partir de 04/01/2016 a 18/01/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 344/2015

PORTARIA Nº 344/2015 de 30 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ARI MENDES, inscrito sob CPF nº 518.032.599-49, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a partir de 04/01/2016 a 23/01/2016, referente ao período 13/14 e conceder abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 345/2015

PORTARIA Nº 345/2015 de 30 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário NILVO LUIZ PELEGRINI, inscrito sob CPF nº 509.631.209-72, funcionário efetivo no cargo de Operador de Máquinas, a partir de 11/01/2016 a 30/01/2016, referente ao período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 346/2015

PORTARIA Nº 346/2015 de 30 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias aos funcionários abaixo nominados, lotados na Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural, a partir de 04/01/2016 a 02/02/2016:

JORGE PELICIOILLI – CPF 220.695.269-68 – 14/15

HILARIO BARTZ – CPF 543.834.129-04 – 14/15

RODRIGO GATELLI – CPF 043.290.689-40 – 13/14

RONALDO VENTURIN – CPF 029.671.639-10 – 13/14

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 347/2015

PORTARIA Nº 347/2015 de 30 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias coletivas aos funcionários (a) da Secretaria Educação, Cultura e Esportes, abaixo nominados no período de 04/01/2016 até 02/02/2016:

Adilson Pereira – 13/14

Adriana Grotto Percisi – 15/16

Adriana Maria Tonial – 14/15

Amelia Eger Ribeiro – 14/15

Ana Paula Rossa Cavalli – 15/16

André Link – 11/12

Andrea de Oliveira de Lima – 15/16

Andreia Renata do Amaral e Silva – 15/16

Andriana Wensel Totti – 15/16

Anny Maysa Spagnol Guerreiro – 15/16

Antonia Teresinha de Lima – 14/15

Arcoelino João Bortolini – 14/15

Arlete Venturim dos Santos – 15/16

Carmelina Alves Paz – 15/16
Carmen Guisleni da Fonseca – 15/16
Clainton Luiz de Souza Pinta – 15/16
Clarice Aparecida de Oliveira – 15/16
Claudete Dulcineia Dalla'Costa – 15/16
Claudia Favero Bocalon – 14/15
Cleonice de Fatima de Oliveira – 15/16
Cleuci Fátima dos Santos – 14/15
Darilene Casa de Tomin – 15/16
Dayane de Moraes – 15/16
Debora Lucia Zanatto – 15/16
Denise Aparecida Celso Putton – 15/16
Denise Rodrigues da Silva dos Santos – 15/16
Eleonora Beal Cecconelo – 15/16
Eliane Vieira Zagonel – 15/16
Elisabente Salvador – 15/16
Eliseu Geraldo Boschetti – 14/15
Elvira Maria Pasini – 15/16
Evandra Regina Macagnan – 15/16
Evandro Carlos Zanatto – 15/16
Fabiana Provin Zenatti de Souza – 15/16
Fabiane Aparecida Pereira – 15/16
Fabiane Coser – 15/16
Fátima Bortolini Pontel – 15/16
Flavia Aparecida Zanini – 15/16
Francisco Carlos Pellicoli – 15/16
Gilson Talis Percisi – 15/16
Giovana Rosa Sari Macagnan – 14/15
Gissele Brezolin Ghidorsi – 15/16
Gladis Izabel de Matos – 14/15
Gladis Miranda Cavichioli Menegat – 14/15
Graciema Marcante Bartz – 15/16
Hilda Vieira – 15/16
Isabel Cristina Mendes Tonial – 15/16
Ivanilda Rosa dos Passos – 15/16
Ivonete Medeiros – 15/16
Ivonete Rech – 14/15
Izabela Ansilheiro – 15/16
Jacqueline Maria Celso – 15/16
Jaime Jose Fiel – 15/16
James Francisco Beal – 14/15
Jocerlei Judith Ribeiro – 15/16
Jose Vargas - 14/15
Juliana Luiza dos Passos – 14/15
Juliana Pereira de Souza Katschor – 15/16
Julita Reetz Macagnan – 14/15
Jussara Karpsak – 14/15
Karen Padilha Klotz – 15/16
Karin Ane Corso – 14/15
Keila Lucia da Silva Arruda – 15/16
Laerte Afonso Verona – 15/16
Laerte Nivaldo dos Santos – 15/16
Leonir Alves Rei Schuller – 15/16
Lorena E. Rampazo – 14/15
Lori Jose Macagnan – 14/15
Luana Colombo Thaler – 15/16
Luci Mara Anssolin Luchese – 15/16
Luciane Welter – 15/16
Maira Ramos – 15/16
Marcia Ines Johann - 13/14
Marciano Acordi Pereira – 13/14
Mari Paula Tonet – 15/16
Maria de Fatima Cordeiro – 15/16
Maria Luiza Luchese Piaia – 15/16
Marines Lucia Casagrande Tonial – 13/14
Marines Lucia Fioreze – 15/16
Marisa de F Saretto de Oliveira – 15/16
Marisete Kochem – 15/16
Marisete Maria Pantano Guisleni – 15/16

Marivete Toigo Ambrosio – 14/15
Marjorie Jeane Setti – 15/16
Nadia Salvador – 15/16
Neidete Espindola Barbosa – 15/16
Neusa Aparecida dos Santos – 15/16
Paula Cristina Mendes Gatelli – 15/16
Raquel Heberle – 15/16
Rosane Maria Signori – 15/16
Rosane Putton Harcopf – 14/15
Roseli Fonta Oselame – 15/16
Roseni Linhares Veloso Mocelin – 15/16
Rubia Neiva Zatta Beal – 15/16
Salette Zarpelon Parenti – 15/16
Sandra Iara Giaretta – 15/16
Sideles Carmen Tortelli Viera – 15/16
Tania Mara Zanata – 15/16
Tatiana Guerra de Barros – 15/16
Tatiane Aparecida Paz – 15/16
Thiara Gabriela Cyrino Ramos – 15/16
Veneri Rampazzo – 15/16
Vilmar Belan – 13/14
Waleska Porto Lima de Souza – 15/16
Zelaine Aparecida Pelicioli – 14/15
Zenaide Catarina Setti – 15/16

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2119 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO COMO RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 22 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. MARCELO CONTESSOTTO, como responsável pelas Publicações das Leis Municipais, dos Atos Administrativos, dos relatórios previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e de outros atos de Publicação exigidos por Lei.

Art. 2º Pelo desempenho do presente mandato o Servidor designado não receberá qualquer gratificação ou adicional no respectivo vencimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na presente data, revogando o Decreto 1997 de 18 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de janeiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta data.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações.

DECRETO Nº 2120, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DETERMINA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 295, da Lei Complementar Municipal nº 001, de 19 de dezembro de 2000;

Considerando: A variação inflacionária no período de 01/01/2015 a 31/12/2015 medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) através do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), detalhado no anexo I deste Decreto;

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, vigorará no exercício de 2016, com o valor nominal de R\$ 3,48 (Três reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 1955 de 05/01/2014 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 04 de janeiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

ANEXO I

s/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2015	0,49	10,5443	10,5443	1.484,9309
Nov/2015	1,52	10,0053	10,6873	1.477,6902
Out/2015	1,89	8,3582	10,0985	1.455,5657
Set/2015	0,95	6,3482	8,3588	1.428,5658
Ago/2015	0,28	5,3474	7,5538	1.415,1222
Jul/2015	0,69	5,0533	6,9639	1.411,1709

Jun/2015	0,67	4,3334	5,5829	1.401,5005
Mai/2015	0,41	3,6390	4,1041	1.392,1730
Abr/2015	1,17	3,2158	3,5442	1.386,4884
Mar/2015	0,98	2,0222	3,1450	1.370,4541
Fev/2015	0,27	1,0321	3,8499	1.357,1540
Jan/2015	0,76	0,7600	3,9638	1.353,4995

Antônio Carlos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 187/2015, 188/2015, 189/2015, 190/2015, 191/2015, 192/2015, 193/2015, 194/2015, 195/2015, 196/2015, 197/2015, 198/2015, 199/2015 E 200/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 187/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 52.443,50 (Cinquenta e Dois Mil e Quatrocentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta Centavos). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 188/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 62.453,50 (Sessenta e Dois Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Três Reais e Cinquenta Centavos). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 189/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 188.428,38 (Cento e Oitenta e Oito Mil e Quatrocentos e Vinte Oito Reais e Trinta e Oito Centavos). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 190/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 65.546,50 (Sessenta e Cinco Mil e Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Cinquenta Centavos). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 191/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CENTER-MEDI – Comércio Atacadista de Produtos Hospitalares Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 136.722,51 (Cento e Trinta e Seis Mil e Setecentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Um Centavos). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 192/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 11.025,00 (Onze Mil e Vinte e Cinco Reais). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 193/2015; Origem: Processo

Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Aglon Comércio e Representações Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 45.085,00 (Quarenta e Cinco Mil e Oitenta e Cinco Reais). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 194/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 55.168,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Cento e Sessenta e Oito Reais). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 195/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 249.814,80 (Duzentos e Quarenta e Nove Mil, Oitocentos e Quatorze Reais e Oitenta Centavos). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 196/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 170.303,00 (Cento e Setenta Mil, Trezentos e Três Reais). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 197/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 64.570,00 (Sessenta e Quatro Mil e Quinhentos e Setenta Reais). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 198/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 1.305,00 (Um Mil e Trezentos e Cinco Reais). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 199/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 31.730,00 (Trinta e Um Mil e Setecentos e Trinta Reais). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 200/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 099/2015 - Pregão Presencial nº 061/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 75.427,00 (Setenta e Cinco Mil e Quatrocentos e Vinte e Sete Reais). Prazo: 29/12/2015 - 29/12/2016.

Antônio Carlos, 30 de dezembro de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 186/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 186/2015; Origem: Processo de Licitação nº 098/2015 – Tomada de Preço nº 08/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: PAM CONSTRUÇÕES LTDA - EPP; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada, na reforma e ampliação da edificação, sede do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Antônio Carlos/SC, localizada na Rua 6 de novembro, centro, com recursos do Funrebom, com área de 185,10 M², conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos do Edital. Valor: R\$ 99.990 (Noventa e Nove Mil e Novecentos e Noventa Reais). Prazo: A vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias consecutivos contados a partir de sua assinatura.

Antônio Carlos, 29 de dezembro de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 001/2016

PORTARIA N.º 001/2016

Dispõe sobre encerramento de processo administrativo disciplinar, e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que a Comissão do Processo administrativo Disciplinar instaurada pela Portaria nº. 419/2015 exarou laudo conclusivo sobre as irregularidades apontadas em desfavor do funcionário Telmo Tonon Ribeiro;

CONSIDERANDO ainda, que dito funcionário requereu exoneração do cargo ocupado nesta municipalidade, a qual foi deferida;

Resolve:

Art. 1º – Encerrar o Processo Administrativo Disciplinar, sem aplicar sanção ao funcionário Telmo Tonon Ribeiro, pelas razões acostadas no processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria nº. 419/2015.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 002/2016

PORTARIA Nº 002/2016

Concede Adicional servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidor efetivo, a partir do mês de janeiro de 2016, conforme relação abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
ARLETE B. JUNKES PAULI	141	X	60%

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2016.

PORTARIA N 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016

Concede férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANTES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 11 de janeiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 04/07/2014 a 03/07/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2016.

PORTARIA N 004/2016

PORTARIA Nº 004/2016

Concede férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor JAIME WEBER, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir de 11 de janeiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 17/03/2011 a 16/03/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2016.

PORTARIA N 005/2016

PORTARIA Nº 005/2016
Cessa Portaria 045/2013.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Cessa portaria nº 045/2013, retornando ao cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALISTA - NÍVEL 6 – CLASSE D a servidora MARIA INÊS KREMER, a partir de 01/01/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2016.

PORTARIA N 006/2016

PORTARIA Nº 006/2016
Exonera servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, TELMO TONON RIBEIRO, do cargo efetivo de MEDICO – 20H, a contar de 01 de janeiro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de janeiro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2016.

LEI N° 1.494/2015**LEI N° 1.494/2015**

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Antônio Carlos para o Exercício de 2016.

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

1. DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1° O Orçamento Geral do Município de Antônio Carlos para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 36.230.000,00 (trinta e seis milhões e duzentos e trinta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 36.230.000,00 (trinta e seis milhões e duzentos e trinta mil reais), sendo R\$ 23.631.390,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 10.934.884,00 do Orçamento da Seguridade Social, conforme discriminação nos anexos e quadros exigidos no artigo 7° da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

§ 1° A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	32.217.600
1.1. Receita Tributária	2.979.500
1.2. Receita de Contribuições	1.392.500
1.3. Receita Patrimonial	1.483.900
1.4. Receita Agropecuária	2.000
1.5. Receita de Serviços	68.000
1.6. Transferências Correntes	26.040.000
1.7. Outras Receitas Correntes	251.700
2. RECEITAS DE CAPITAL	6.246.000
2.1. Operação de Crédito	1.250.000
2.2. Alienação de Ativos	5.000
2.3. Transferências de Capital	4.990.000
2.4. Amortização de Empréstimos	1.000
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.204.600
SOMA (I)	
4. Receita Intra-Orçamentária (II)	1.971.000
TOTAL DA RECEITA EFETIVA (III = I – II)	36.230.000

§ 2° A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.570.000
02. GABINETE DO PREFEITO	833.400
03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.455.000
04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	7.071.408
05. SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	266.100
06. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.571.500
07. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.247.000
08. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E ESPORTE	617.000
09. ENCARGOS GERAIS	796.000
10. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	337.000
11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.914.284
13. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ANTÔNIO CARLOS	2.063.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
99. RESERVA DO RPPS	2.490.500
SOMA (I)	34.259.000
Despesa Intra-Orçamentária (II)	1.971.000
TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	36.230.000

II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.590.000
04. ADMINISTRAÇÃO	3.303.400
06. SEGURANÇA PÚBLICA	166.300
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	272.100
09. PREVIDÊNCIA	1.958.000
10. SAÚDE	6.636.284
12. EDUCAÇÃO	6.554.408
13. CULTURA	909.000
15. URBANISMO	8.762.200
20. AGRICULTURA	1.685.000
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	81.000
27. DESPORTO E LAZER	999.000
28. ENCARGOS ESPECIAIS	796.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
99. RESERVA DO RPPS	2.490.500
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	36.230.000

III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	4.891.400
0002. ESPORTE É SAÚDE	549.000
0003. ANTÔNIO CARLOS MAIS BELA	81.000
0004. EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	6.815.408
0005. CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	909.000
0006. INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	8.718.500
0007. PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	6.375.284
0008. ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	272.100
0009. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	2.347.000
0010. ENCARGOS GERAIS	2.754.000
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
9999. RESERVA DO RPPS	2.490.500
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	36.230.000

IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	26.031.492
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	16.661.000
3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.070.000
3.1.91.00	Aplicação Direta Intra-Orçamentária	1.591.000
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000
3.2.90.00	Aplicações Diretas	50.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	9.320.492
3.3.40.00	Transferências à Município	1.000
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	143.000
3.3.90.00	Aplicações Diretas	8.781.492
3.3.91.00	Aplicação Direta Intra-Orçamentária	380.000
3.3.93.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	15.000
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.681.200
4.4.00.00	Investimentos	7.301.200
4.4.90.00	Aplicações Diretas	7.301.200
4.6.00.00	Amortização da Dívida	380.000
4.6.90.00	Aplicações Diretas	380.000
7.7.90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
9.9.99.99	RESERVA DO RPPS	2.490.500
	TOTAL	36.230.000

2. DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS**2.1. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 2º O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Antônio Carlos para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 1.590.000,00 (hum milhão e quinhentos e noventa mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Antônio Carlos será realizada mediante o recebimento de Transferências Financeiras repassadas pelo Tesouro Municipal em cotas mensais estabelecidas na Programação Financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o artigo 8º da Lei complementar nº 101/2000.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Antônio Carlos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.590.000

II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.590.000

III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	1.590.000

IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.220.000
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	1.120.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	370.000
4.4.00.00	Investimentos	370.000
	SOMA (I)	1.590.000

2.2. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Antônio Carlos para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 30.451.500,00 (trinta milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 23.711.216,00 (vinte e três milhões, setecentos e onze mil e duzentos e dezesseis reais) e em R\$ 6.740.284,00 (seis milhões, setecentos e quarenta mil e duzentos oitenta e quatro reais) o valor das Transferências Financeiras a Conceder as demais Unidades Gestoras.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	28.710.100
1.1. Receita Tributária	2.929.400
1.2. Receita de Contribuições	580.000
1.3. Receita Patrimonial	126.600
1.4. Receita agropecuária	2.000
1.5. Receita de Serviços	68.000
1.6. Transferências Correntes	24.845.000
1.7. Outras Receitas Correntes	159.100
2. RECEITAS DE CAPITAL	5.946.000
2.1. Operações de Crédito	1.250.000
2.2. Alienação de Ativos	5.000
2.3. Transferências de Capital	4.690.000
2.4. Amortização de Empréstimos	1.000
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.204.600
SOMA	30.451.500

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Antônio Carlos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo á classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	833.400
03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.005.000
04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	7.724.408
05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	272.100
06. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.716.500
07. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.347.000
08. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E ESPORTE	630.000
09. ENCARGOS GERAIS	796.000
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	360.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
SOMA	23.711.216
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	1.590.000
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.792.284
Transferências Financeiras a Conceder ao Ipreancarlos	358.000
SOMA	6.740.284
TOTAL	30.451.500

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	3.198.400
06. SEGURANÇA PÚBLICA	166.300
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	272.100
10. SAÚDE	261.000
12. EDUCAÇÃO	6.554.408
13. CULTURA	909.000
15. URBANISMO	8.762.200
20. AGRICULTURA	1.685.000
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	81.000
27. DESPORTO E LAZER	999.000
28. ENCARGOS ESPECIAIS	796.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
SOMA	23.711.216
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	1.590.000
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.792.284
Transferências Financeiras a Conceder ao Ipreancarlos	358.000
SOMA	6.740.284
TOTAL	30.451.500

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	3.196.400
0002. ESPORTE É SAÚDE	549.000
0003. ANTÔNIO CARLOS MAIS BELA	81.000
0004. EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	6.815.408
0005. CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	909.000
0006. INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	8.718.500
0008. ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	272.100
0009. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	2.347.000
0010. ENCARGOS GERAIS	796.000
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
SOMA	23.711.216
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	1.590.000
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.792.284
Transferências Financeiras a Conceder ao Ipreancarlos	358.000
SOMA	6.740.284
TOTAL	30.451.500

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	16.711.908
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	9.564.000
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	7.097.908
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	6.972.500
4.4.00.00	Investimentos	6.592.500
4.6.00.00	Amortização da Dívida	380.000
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
	SOMA	23.711.216
	Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	1.590.000
	Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.792.284
	Transferências Financeiras a Conceder ao Ipreancarlos	358.000
	SOMA	6.740.284
	TOTAL	30.451.500

2.3. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: IPREANCARLOS

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora Ipreancarlos para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 4.553.500,00 (quatro milhões, quinhentos cinquenta e três mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa no mesmo valor, sendo R\$ 2.490.500,00 a título de Reserva do Regime Próprio da Previdência social.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Ipreancarlos será realizada mediante a arrecadação de rendas, Receitas Correntes e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.224.500
1.1. Receita de Contribuições	812.500
1.2. Receita Patrimonial	1.321.000
1.3. Outras Receitas Correntes	91.000
2. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.971.000
2.1. Receitas de Contribuições	1.591.000
2.2. Receita Decorrente de aporte p/ Amortização de Déficit	380.000
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	358.000
SOMA	4.553.500

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Ipreancarlos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Ipreancarlos	2.063.000
99. RESERVA DO RPPS	2.490.500
TOTAL	4.553.500

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	105.000
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.958.000
99. RESERVA DO RPPS	2.490.500
TOTAL	4.553.500

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	105.000
0010. ENCARGOS GERAIS	1.958.000
9999. RESERVA DO RPPS	2.490.500
SOMA	4.553.500

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.058.000
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	1.988.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	70.000
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000
4.4.00.00	Investimentos	5.000
7.7.99.99	RESERVA DO RPPS	2.490.500
	TOTAL	4.553.500

2.4. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Unidade Gestora **Fundo Municipal de Saúde** para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 6.375.284,00 (seis milhões, trezentos setenta e cinco mil e duzentos oitenta e quatro reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora **Fundo Municipal de Saúde** será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.283.000
1.1. Receita Tributária	50.100
1.2. Receita Patrimonial	36.300
1.3. Transferências Correntes	1.195.000
1.4. Outras Receitas Correntes	1.600
2. RECEITAS DE CAPITAL	300.000
2.1. Transferências de Capital	300.000
4. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.792.284
SOMA	6.375.284

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora **Fundo Municipal de Saúde** será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.375.284
TOTAL	6.375.284

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	6.375.284
TOTAL	6.375.284

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0005. SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS	6.375.284
TOTAL	6.375.284

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.041.584
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	3.989.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.052.584
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	333.700
4.4.00.00	Investimentos	333.700
	TOTAL	6.375.284

Art. 6º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência constante do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

Parágrafo Único. Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos especiais mediante autorização legislativa, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para riscos fiscais e o ato não implicar em encerrar o exercício com insuficiência de caixa.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 10 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 11 O Município de Antônio Carlos, por seu titular, poderá reconhecer e quando possível parcelar compromissos financeiros notificados ou apresentados por órgãos do Governo Federal e Estadual, de forma a manter o Município adimplente e em condições de assinar convênios e contratar operações de créditos autorizadas pelo Poder Legislativo Municipal para financiar obras, equipamentos e serviços priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12 Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 13 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Antônio Carlos, 15 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

LEI N° 1.494/2015 - ANEXOS**MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2016**

Excelentíssimos Senhores
Vereadores da Câmara Municipal de Antônio Carlos

ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

O Orçamento do Município de Antônio Carlos para o exercício financeiro de 2016, estima a Receita em R\$ 36.230.000,00 (Trinta e seis milhões, duzentos e trinta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 36.230.000,00 (Trinta e seis milhões, duzentos e trinta mil reais), distribuídos entre as seguintes Unidades Gestoras:

Poder Legislativo	1.590.000
Prefeitura	23.711.216
Instituto de Previdência de Antônio Carlos	4.553.500
Fundo Municipal de Saúde	6.375.284
TOTAL	36.230.000

Este instrumento de planejamento mostra a origem e a destinação dos recursos de cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal de Antônio Carlos para o exercício de 2016, e foi elaborado com base em orientações contidas: na Constituição Federal, Lei Federal 4.320/1964, Lei Complementar 101/2000, Portarias editadas pelo Governo Federal através dos Ministérios competentes, e em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

Para determinação do volume de recursos que cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal irá dispor em 2016, levou-se em consideração a evolução da receita nos últimos três exercícios, o comportamento da arrecadação no exercício de 2015, a alteração da legislação tributária, a ampliação da base de cálculo dos tributos municipais, renúncia de receitas decorrentes dos incentivos fiscais autorizados e uma inflação projetada para 2016 de 8,0%.

As despesas foram fixadas levando-se em consideração as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária, o volume de recursos previstos para 2016 de forma a preservar o equilíbrio de caixa, a evolução dos custos de manutenção de cada um dos órgãos e setores da Administração, a geração de despesas oriundas da criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental, os compromissos financeiros com amortização e encargos da dívida, a inflação projetada para 2016, medida pela variação do IPCA e estimada em 8,0%, o custo unitário das diversas obras priorizadas para 2016 conforme orçamento e as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes orçamentárias.

1. DAS RECEITAS**1.1. DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE RECEITA****QUADRO 01**

R\$ 1,00

FONTES DE RECEITA	VALOR 2016	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
<u>UNIDADE GESTORA: PREFEITURA</u>		
Receita Tributária	2.929.400	9,62
Receita de Contribuições	580.000	1,90
Receita Patrimonial	126.600	0,42
Receita Agropecuária	2.000	0,01
Receita de Serviço	68.000	0,22
Transferências Correntes	24.845.000	81,60
Outras Receitas Correntes	159.100	0,52
Operações de Crédito	1.250.000	4,10
Alienação de Bens	5.000	0,02
Transferências de Capital	4.690.000	15,40
Amortização de Empréstimos	1.000	0,00
Deduções da Receita Corrente	-4.204.600	-13,81
TOTAL (I)	30.451.500	100,00
<u>UNIDADE GESTORA: IPREANCARLOS</u>		
Receita de Contribuições	812.500	19,37
Receita Patrimonial	1.321.000	31,49
Outras Receitas Correntes	91.000	2,17
Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentária	1.591.000	37,92
Receita Decorrente de aporte p/ Amortização de Déficit	380.000	9,05
TOTAL (II)	4.195.500	100,00
<u>UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</u>		
Receita Tributária	50.100	3,17
Receita Patrimonial	36.300	2,29
Transferências Correntes	1.195.000	75,49
Outras Receitas Correntes	1.600	0,10
Transferências de Capital	300.000	18,95
TOTAL (I)	1.583.000	100,00
TOTAL GERAL (I + II)	36.230.000	

1.2. DEFINIÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS

1.2.1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

Receita Tributária

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$2.929.400,00 (Dois milhões, novecentos e vinte e nove mil e quatrocentos reais), representa 9,62% do orçamento da receita da Prefeitura e tem origem nas receitas de impostos, inclusive imposto de renda retido na fonte e as taxas.

Receita de Contribuições

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), representa 1,90% do orçamento da receita da Prefeitura e tem origem na cobrança da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – Cosip.

Receita Patrimonial

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 126.600,00 (cento e vinte e seis mil e seiscentos reais), representa 0,42% do orçamento da receita da Prefeitura e tem origem no rendimento das aplicações das disponibilidades de caixa no mercado financeiro.

Receita de Serviços

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), representa 0,22% do orçamento da receita da Prefeitura e tem origem na cobrança de serviços administrativos realizados pela Prefeitura, tais como venda de editais e serviços de preparação de terra de propriedade de particulares.

Receita Agropecuária

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), representa 0,01% do orçamento da Prefeitura e tem a origem na cobrança de serviços agropecuários realizados pela Prefeitura, tais como inseminação artificial e venda de mudas de árvores.

Transferências de Correntes

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 24.845.000,00 (vinte e quatro milhões oitocentos e quarenta e cinco mil reais), representa 81,60% do orçamento da Prefeitura e tem origem na participação do Município em receitas da União e do Estado entre outras transferências, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios – FPM e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que juntos somam a expressiva quantia de R\$ 18.850.000,00 (dezoito milhões oitocentos e cinquenta mil reais).

O FPM é uma transferência da União e se constitui na participação dos Municípios (23,5%) na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda, pelo Governo Federal. O ICMS é uma transferência do Estado e se constitui na participação dos Municípios (25%) na arrecadação do ICMS pelo Estado de Santa Catarina. A distribuição aos

Municípios e feita da seguinte forma: 85% com base no valor adicionado apurado no movimento econômico realizada em cada ano no Município e, 15% distribuídos em partes iguais a todos os Municípios. O retorno do FPM é determinado pelo nº de habitantes da cidade.

Outras Receitas Correntes

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 159.100,00 (cento e cinquenta e nove mil e cem reais), representa 0,52% do orçamento da Prefeitura e se constitui, basicamente, de multas e juros de mora incidente sobre tributos recolhidos em atraso e cobrança de dívida ativa.

Operações de Crédito

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 1.250.000,00 (Um milhão duzentos e cinquenta mil reais), representa 4,10% do orçamento da Prefeitura e tem origem de financiamentos com o BADESC e Programa Educação.

Alienação de Bens

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), representa 0,02% do orçamento da Prefeitura e tem origem na alienação de bens inservíveis a administração municipal.

Transferências de Capital

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 4.690.000,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa mil reais), representa 15,40% do orçamento da Prefeitura e tem origem em convênios com o Estado e União para execução de obras.

Amortização de Empréstimos

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), representa 0,00% do orçamento da Prefeitura e tem origem devido ao reembolso de municípios referente ao convênio com a COHAB.

Dedução da Receita Corrente

Esta fonte redutora de receita estima para o exercício de 2016 um valor de R\$ 4.204.600,00 (quatro milhões, duzentos e quatro mil e seiscentos reais), representa -13,81% do orçamento da Prefeitura e tem origem na contribuição devida ao FUNDEB, descontos na receita tributária pelo pagamento do IPTU em cota única e renúncia de receita pela isenção de Taxa pelo Poder de Polícia na primeira inscrição de micro e pequenos empresários e taxa de cemitério para carentes e isenção de IPTU para aposentados carentes.

1.2.2. UNIDADE GESTORA: IPREANCARLOS

Receita de Contribuição

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 812.500,00 (oitocentos e doze mil e quinhentos reais), representa 19,37% do orçamento da Autarquia e se refere às contribuições devidas pelos servidores efetivos do Município vinculado ao regime próprio de previdência - IPREANCARLOS.

Receitas Correntes Intra-Orçamentárias

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 1.591.000,00 (Hum milhão quinhentos e noventa e um mil reais), representa 37,92% do orçamento da Autarquia e se refere às contribuições previdenciárias, parte patronal, devidas pelas Unidades Gestoras: Câmara Municipal, Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde e receita decorrente de aporte para amortização de déficit.

Receita Patrimonial

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 1.321.000,00 (hum milhão trezentos e vinte e um mil reais), representa 31,49% do orçamento da Autarquia e tem origem no rendimento das disponibilidades aplicadas no mercado financeiro.

Outras Receitas Correntes

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais), representa 2,17% do orçamento do Instituto e se constitui, basicamente, de Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o RPPS.

Receita Decorrente de aporte p/Amortização do Déficit

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), representa 9,05% do orçamento do Instituto e se constitui, basicamente, de transferências feitas pela prefeitura para cobertura do déficit atuarial do RPPS, conforme plano de amortização estabelecido em lei específica.

1.2.3. UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Receita Tributária**

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 50.100,00 (cinquenta mil e cem mil reais), representa 3,17% do orçamento do Fundo Municipal de Saúde e tem origem na taxa de Vigilância Sanitária.

Receita Patrimonial

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 36.300,00 (Trinta e seis mil e trezentos reais), representa 2,29% do orçamento do Fundo Municipal de Saúde e tem origem no rendimento das aplicações das disponibilidades caixa no mercado financeiro.

Transferências Correntes

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 1.195.000,00 (Hum milhão cento e noventa e cinco mil reais), representa 75,49% do orçamento do Fundo Municipal de Saúde e tem origem nas transferências de recursos do Sistema Único de Saúde para financiamento das diversas ações na área da saúde.

Outras Receitas Correntes

Esta fonte de Receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais), representa 0,10% do orçamento do Fundo Municipal de Saúde e se

constitui, basicamente, de multas e juros de mora incidente sobre tributos recolhidos em atraso e cobrança de dívida ativa.

Transferências de Capital

Esta fonte de receita estima para o exercício de 2016 uma arrecadação de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), representando 18,95% do orçamento do Fundo Municipal de Saúde e se refere a convênios a serem firmados com o Estado e União para ampliação da unidade de saúde.

1.3. DEMONSTRATIVO DOS TRIBUTOS LANÇADOS E NÃO ARRECADADOS

QUADRO 02

R\$ 1,00

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS TRIBUTOS LANÇADOS E NÃO ARRECADADOS – POSIÇÃO EM 31/10/2015						
ESPECIFICAÇÃO	Até 2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
IPTU	414.345	53.298	71.913	74.653	79.114	693.323
ISS	675.021	93.551	149.929	8.251	14.030	940.782
Taxas	121.237	7.946	20.405	18.599	22.788	190.975
Outras	105.157	55	2.242	28.435	21.876	157.765
TOTAL	1.315.760	154.850	244.489	129.938	137.808	1.982.845

Este quadro demonstra a evolução do saldo da dívida ativa corrigida até 2014 decorrentes de tributos lançados e ainda não cobrados no período. O estoque da dívida ativa que totaliza R\$ 1.982.845,00 e representa 5,47% do orçamento da receita da Prefeitura.

2. DAS DESPESAS

2.1. DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EM NÍVEL DE FUNÇÃO

O quadro nº 3 adiante demonstra a evolução da despesa realizada no período de 2013 e 2014 e fixada para 2015 e 2016 em nível de função de governo, conforme a Portaria nº 42/1999 e suas atualizações.

QUADRO 3

R\$ 1,00

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO – PORT. 42/99				
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		FIXADA	
	2013	2014	2015	2016
UNIDADES GESTORAS: CÂMARA E PREFEITURA				
01. LEGISLATIVO	909.211	1.023.162	1.520.000	1.590.000
04. ADMINISTRAÇÃO	2.287.361	2.703.122	2.788.380	3.198.400
06. SEGURANÇA PÚBLICA	129.660	103.501	121.000	166.300
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	290.395	317.798	382.600	272.100
10. SAÚDE	168.741	217.216	240.400	261.000

12. EDUCAÇÃO	5.333.884	5.576.783	5.860.260	6.554.408
13. CULTURA	301.342	318.760	830.000	909.000
15. URBANISMO	1.336.662	3.851.482	7.988.000	8.762.200
16. HABITAÇÃO	-	-	-	-
17. SANEAMENTO	-	-	100.000	-
18. GESTÃO AMBIENTAL	-	-	-	-
20. AGRICULTURA	1.007.580	1.898.159	1.743.000	1.685.000
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	96.259	74.580	140.000	81.000
26. TRANSPORTE	2.029.834	48.000	-	-
27. DESPORTO E LAZER	433.851	611.428	1.156.000	999.000
28. ENCARGOS ESPECIAIS	624.869	791.762	700.000	796.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA			79.750	26.808
SOMA	14.949.649	17.535.753	23.649.390	25.301.216
UNIDADE GESTORA: IPREANCARLOS				
04 – ADMINISTRAÇÃO	56.862	63.350	105.000	105.000
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.205.971	1.355.149	1.548.000	1.958.000
99 – RESERVA DO RPPS			1.921.000	2.490.500
SOMA	1.262.833	1.418.499	3.574.000	4.553.500
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNIC. SAÚDE				
10 – SAÚDE	4.991.457	5.994.303	5.926.610	6.375.284
SOMA	4.991.457	5.994.303	5.926.610	6.375.284
TOTAL	21.203.939	24.948.555	33.150.000	36.230.000

Neste nível, para o exercício de 2016, destacam-se os recursos alocados nas funções de governo: Urbanismo, Saúde, Educação e Agricultura, evidenciando a priorização de ações voltadas para revitalização da cidade, conservação das estradas vicinais, melhoria da oferta de serviços nas áreas da saúde, educação e agricultura.

2.2. DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA.

O quadro nº 4 demonstra a evolução da despesa realizada no período de 2013 e 2014 e fixada para 2015 e 2016 por Unidade Gestora, em nível de Grupo de Natureza de Despesa, conforme Portaria Interministerial nº 163/2001.

QUADRO Nº 4

R\$ 1,00

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO SUA NATUREZA				
UNIDADE GESTORA	REALIZADA		FIXADA	
	2013	2014	2015	2016
CÂMARA MUNICIPAL				
DESPESAS CORRENTES	908.332	992.588	1.140.000	1.220.000
Pessoal e Encargos Sociais	819.442	893.218	960.000	1.120.000
Outras Despesas Correntes	88.890	99.370	180.000	100.000

DESPESAS DE CAPITAL	880.00	30.575	380.000	370.000
Investimentos	880.00	30.575	380.000	370.000
SOMA	909.212	1.023.163	1.520.000	1.590.000
PREFEITURA				
DESPESAS CORRENTES	11.629.896	14.574.210	15.497.640	16.711.908
Pessoal e Encargos Sociais	7.107.605	7.924.838	8.459.600	9.564.000
Juros e Encargos da Dívida	130.615	92.548	75.000	50.000
Outras Despesas Correntes	4.391.676	6.556.824	6.963.040	7.097.908
DESPESAS DE CAPITAL	2.410.541	1.938.380	6.552.000	6.972.500
Investimentos	2.208.440	1.579.812	6.252.000	6.592.500
Amortização da Dívida	202.101	358.568	300.000	380.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	79.750	26.808
SOMA	14.040.437	16.512.590	22.129.390	23.711.216
IPREANCARLOS				
DESPESAS CORRENTES	1.262.834	1.418.499	1.648.000	2.058.000
Pessoal e Encargos Sociais	1.224.503	1.374.938	1.578.000	1.988.000
Outras Despesas Correntes	38.330	43.561	70.000	70.000
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	5.000	5.000
Investimentos	-	-	5.000	5.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	1.921.000	2.490.500
SOMA	1.262.834	1.418.499	3.574.000	4.553.500
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
DESPESAS CORRENTES	4.975.364	5.198.674	5.152.610	6.041.584
Pessoal e Encargos Sociais	3.269.843	3.300.146	3.669.000	3.989.000
Outras Despesas Correntes	1.705.521	1.898.528	1.483.610	2.052.584
DESPESAS DE CAPITAL	16.092	795.628	774.000	333.700
Investimentos	16.092	795.629	774.000	333.700
SOMA	4.991.456	5.994.303	5.926.610	6.375.284
TOTAL	21.203.939	24.948.555	33.150.000	36.230.000

O quadro nº 4 demonstra a evolução da despesa em nível de Grupo de Natureza de Despesa, realizada no período de 2013 e 2014 e fixada para 2015 e 2016.

Neste nível, para o exercício de 2016, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos Sociais de todos os órgãos da administração, que somam R\$ 16.661.000,00, representando 61,45% das Receitas Correntes Líquidas e 39,41 da meta fiscal de Despesa.

2.3. DEMONSTRATIVO DA DESPESA PARA 2016 POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E SUA PARTICIPAÇÃO RELATIVA

QUADRO Nº 5

R\$ 1.000,00

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR	%
UNIDADES GESTORAS: PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO		
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.590.000	6,28
02. GABINETE DO PREFEITO	833.400	3,29
03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.005.000	7,92
04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	7.724.408	30,53
05. SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	272.100	1,08
06. SECRETARIA TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.716.500	34,45
07. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.347.000	9,28
08. SECRETARIA INDÚSTRIA COM., TURISMO E ESPORTE	630.000	2,49
09. ENCARGOS GERAIS	796.000	3,15
10. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	360.000	1,42
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808	0,11
SOMA	25.301.216	100,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR	%
UNIDADE GESTORA: IPREANCARLOS		
18 – IPREANCARLOS	2.063.000	45,30
99 – RESERVA DO RPPS	2.490.500	54,70
SOMA	4.553.500	100,00

UNIDADE GESTORA: FMS		
21- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.375.284	100,00
SOMA	6.375.284	100,00
TOTAL GERAL	36.230.000	100,00

Na apresentação da despesa por órgão em nível de unidade orçamentária para o exercício de 2016, é importante registrar os seguintes aspectos:

UNIDADES GESTORAS: PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO**CÂMARA MUNICIPAL**

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 1.590.000,00 (um milhão e quinhentos e noventa mil reais) representando 6,28% do Orçamento da Prefeitura e se destinam ao início das obras da sede própria do legislativo e às despesas de manutenção do Legislativo Municipal para desempenho de suas funções básicas de legislar, fiscalizar os atos da administração e julgar as contas de governo.

GABINETE DO PREFEITO

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 833.400,00 (oitocentos e trinta e três mil e quatrocentos reais), representa 3,29% do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura e se destinam às despesas de manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controladoria Geral do Município e suas assessorias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 2.005.000,00 (dois milhões, e cinco mil reais), representando 7,92% do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura e se destinam às despesas com manutenção dos serviços gerenciais de recursos humanos, patrimônio público, controle dos cadastros imobiliário e econômico, arrecadação e pagamentos e registros contábeis.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 7.724.408,00 (sete milhões, setecentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e oito reais), representa 30,53% do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura e se destinam às despesas com merenda escolar, manutenção do ensino fundamental e infantil, aquisição de material de apoio pedagógico, manutenção do transporte escolar inclusive aquisição de um veículo, implantação do acervo bibliográfico, apoio aos estudantes de ensino médio e superior, manutenção da educação de jovens e adultos, reforma e ampliação da rede física de ensino infantil e fundamental, apoio à APAE, amortização de dívidas da educação, manutenção da biblioteca pública, reforma e revitalização do centro cultural, manutenção da escola e banda de música, preservação e desenvolvimento do patrimônio cultural e apoio a grupos e manifestações artísticas e culturais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 272.100,00 (duzentos e setenta e dois mil e cem reais), representa 1,08% do orçamento e se destinam ao atendimento da população da terceira idade, fundo da infância e adolescência e manutenção do fundo de assistência social.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 8.716.500,00 (oito milhões, setecentos e dezesseis mil e quinhentos reais), representa 34,45% do Orçamento e se destinam à manutenção dos serviços de trânsito, Furebom, pavimentação de vias, manutenção e melhoria da iluminação pública, manutenção de equipamentos e serviços públicos e construção e aquisição de equipamentos públicos.

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 2.347.000,00 (dois milhões e trezentos e quarenta e sete mil reais), representa 9,28% do Orçamento e se destinam às despesas com assistência ao pequeno produtor rural, serviços de coleta e destinação final do lixo e aquisição de equipamentos permanentes agrícolas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E ESPORTE

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), representa 2,49% do Orçamento e se destinam às despesas incentivo ao esporte amador, e o apoio a ações voltadas para o turismo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), representa 1,42% do orçamento e se destinam as despesas com a manutenção dos serviços a cargo da Secretaria.

ENCARGOS GERAIS

Os recursos alocados nesta Unidade Orçamentária somam R\$ 796.000,00 (setecentos e noventa e seis mil reais), representa 3,15% do orçamento e se destinam às contribuições devidas ao PASEP, pagamento da dívida interna e seus encargos e contribuição a entidades municipalistas. Estas despesas se caracterizam pela inexistência de contraprestação direta de bens e serviços.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Os recursos alocados como Reserva de Contingência, somam R\$ 26.808,00 (vinte e seis mil, oitocentos e oito reais), representa 0,11% do Orçamento e se destinam ao atendimento dos riscos fiscais, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

UNIDADE GESTORA: Ipreancarlos

Os recursos alocados nesta unidade gestora somam R\$ 2.063.000,00 (dois milhões e sessenta e três mil reais), representa 45,30% do seu orçamento e se destinam às despesas administrativas de gerenciamento dos recursos do Instituto e pagamento dos benefícios devidos aos inativos e pensionistas.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Os recursos da Reserva de Contingência somam R\$ 2.490.500,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais), representa 54,70% do orçamento do Instituto e se destinam a acumulação financeira para pagamento dos proventos de aposentadoria e pensão no futuro.

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde

Os recursos alocados nesta unidade gestora somam R\$ 6.375.284,00 (seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil e duzentos e oitenta e quatro reais) e se destinam às despesas com manutenção da unidade de saúde, ampliação e manutenção da estrutura da saúde, e execução dos programas de saúde idealizados pelo Governo Federal.

R\$ 1,00

2.4. DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RCL E DESPESAS COM PESSOAL – QUADRO Nº 6

QUADRO DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS R.C.L. E DESPESAS COM PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO DAS R.C.L.	REALIZADA			FIXADA			DESPESA COM PESSOAL			REALIZADA			FIXADA	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Tributária	2.057.764	2.367.555	2.540.000	2.803.400										
Receita de Contribuições	772.988	817.272	1.025.000	1.392.500						819.442	893.217	960.000	1.120.000	
Receita Patrimonial	124.507	1.565.437	1.158.400	1.483.900						-	-	-	-	-
Receita Agropecuária	5.340	6.337	8.000	2.000						-	-	-	-	-
Receita de Serviços	74.834	168.841	61.000	68.000						-	-	-	-	-
Transferências Correntes	21.039.806	23.302.064	24.331.000	26.040.000						-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	286.977	474.897	324.000	251.700						-	-	-	-	-
(-) Dedução Rec. Correntes	-3.129.545	-3.573.317	-3.640.400	-4.027.600						819.442	893.217	960.000	1.120.000	
(-) Contrib. Servidor p/ RPPS	-428.746	-474.601	-625.000	-812.500										
(-) Compensação Financeira	-	-313.134	-50.000	-90.000										
										10.497.017	11.226.543	12.125.600	13.583.000	
										1.210.610	1.359.862	1.578.000	1.958.000	
										-	-	-	-	-
										-940.204	-1.046.225	-1.218.000	-1.618.000	
										-183.940	-315.057			
										-	-	-	-	-
										-	49.091			
										10.583.482	11.274.214	12.485.600	13.923.000	
TOTAIS	20.803.924	24.341.352	25.132.00	27.111.400						11.402.924	12.167.433	13.445.600	15.043.000	
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL COM DESPESAS DE PESSOAL DO LEGISLATIVO														
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL COM DESPESAS DE PESSOAL DO EXECUTIVO										3,93	3,67	3,82	4,13	
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL COM DESPESAS DE PESSOAL TOTAL										50,87	46,32	49,68	51,35	
										54,81	49,99	53,50	55,48	

O quadro nº 6 demonstra a evolução das Receitas Correntes Líquidas – RCL arrecadada em 2013 e 2014 e prevista para 2015 e 2016, a evolução das Despesas com pessoal realizada em 2013 e 2014 e fixada para 2015 e 2016, e o percentual de comprometimento das receitas correntes líquidas com despesas de pessoal.

2.5. DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

QUADRO 7

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO		
1.1. RECEITAS PRÓPRIAS RESULTANTES DE IMPOSTOS		PREVISÃO
IPTU		900.000
ITBI		370.000
ISS		900.000
IRRF		560.000
Multas e Juros de Impostos		6.100
Multas e Juros da D.A. de Impostos		11.000
Dívida Ativa de Impostos		111.000
(-) Descontos e Renúncia de Receita		-175.700
SOMA		2.682.400
COTA PARTE FPM		6.300.000
COTA PARTE FPM 1%		250.000
COTA PARTE DO ITR		20.000
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS – DESONERAÇÃO		48.000
COTA PARTE DO ICMS		12.300.000
COTA PARTE DO IPVA		1.290.000
COTA PARTE DO IPI – EXPORTAÇÃO		180.000
SOMA		20.388.000
1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS		23.070.400
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO		
CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.001.000000	Recursos de Impostos para MDEB (27% de 1.3)	6.229.008
0.1.058.000000	Transferência do Salário Educação	355.000
0.1.059.000000	Transferências Diretas do FNDE - PDDE	1.000
0.1.060.000000	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	91.000
0.1.061.000000	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	101.000
0.1.081.000000	Operações de Crédito Interna	250.000
0.1.018.000000	Transf. Recursos FUNDEB –60% do total do FUNDEB	1.787.000
0.1.019.000000	Transf. de Recursos do FUNDEB – 40% do total do FUNDEB	1.186.000
0.1.008.000005	Convênio SDR – Transporte Escolar	289.000
0.1.008.000006	Convênio SDR – Transporte Escolar – Segundo Grau	108.000
0.1.022.000071	Convênio MEC – Ampliação Rede Ensino Infantil	150.000
0.1.022.000074	Convênio MEC – Ampliação Rede Ensino Fundamental	1.000
TOTAL		10.548.008

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	ESTIMADA	DIFERENÇA
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	725.000	1.186.408	461.408
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	1.015.000	1.015.000	-
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	4.027.600	4.027.600	-
0.1.58.000000	361	Ensino Fundamental	200.000	200.000	-
0.1.58.000000	365	Educação Infantil	155.000	155.000	-
0.1.59.000000	361	Ensino Fundamental	-	-	-
0.1.59.000000	365	Educação Infantil	1.000	1.000	-
0.1.60.000000	361	Ensino Fundamental	91.000	91.000	-
0.1.61.000000	361	Ensino Fundamental	101.000	101.000	-
0.1.62.000000	361	Ensino Fundamental	-	-	-
0.1.62.000000	365	Educação Infantil	-	-	-
0.1.18.000000	361	Ensino Fundamental	1.000.000	1.000.000	-
0.1.18.000000	365	Educação Infantil	787.000	787.000	-
0.1.19.000000	361	Ensino Fundamental	850.000	850.000	-
0.1.19.000000	365	Educação Infantil	336.000	336.000	-
0.1.08.000005	361	Ensino Fundamental	289.000	289.000	-
0.1.08.000006	362	Ensino Médio	108.000	108.000	-
0.1.22.000071	361	Ensino Fundamental	150.000	150.000	-
0.1.22.000074	365	Ensino Infantil	1.000	1.000	-
0.1.81.000000	361	Ensino Fundamental	250.000	250.000	-
TOTAL			10.086.600	10.548.008	461.408

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS

	MÍNIMO	ESTIMADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	27%	2%
4.2. Remuneração de Profissionais do Magistério	60%	60%	-

O quadro 7 na parte 1 e 2, mostra a origem dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino básico, previsto e fixado no orçamento para 2016, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no artigo 212, artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 50, I da LRF.

Evidencia na sua parte 2, que os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino básico, no exercício de 2016, somam R\$ 10.548.008, sendo R\$ 6.229.008,00 oriundos dos 27,00% das receitas resultantes de impostos, R\$ 355.000,00 do Salário Educação, R\$ 1.000,00 do Programa Dinheiro Direto na Escola, R\$ 91.000,00 do Programa de Alimentação Escolar, R\$ 101.000,00 do Programa Transporte Escolar, 2.973.000,00 do FUNDEB, R\$ 289.000,00 de convênio com a SDR para transporte dos alunos da rede estadual de ensino básico, R\$ 108.000,00 convênio SDR para transporte escolar ensino médio, R\$ 150.000,00 através de convênio com o MEC para ampliação da rede de ensino infantil, R\$ 1.000,00 através de convênio MEC ampliação da rede física ensino fundamental e R\$ 250.000,00 referente a operação de crédito para aquisição de veículo para o transporte escolar.

A parte 3 do quadro evidencia o destino dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino básico por fonte de recursos, comprovando o cumprimento dos

gastos mínimos de 25% das receitas resultantes de impostos e 60% do FUNDEB com remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício.

2.6. DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE.

QUADRO 8

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	
--	--

1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS EM SAÚDE	
RECEITAS PRODUTO DE IMPOSTOS	PREVISÃO
IPTU	900.000
ITBI	370.000
ISS	900.000
IRRF	560.000
Multas e Juros de Impostos	6.100
Multas e Juros da D.A. de Impostos	11.000
Dívida Ativa de Impostos	111.000
(-) Descontos e Renúncia de Receita	.175.700
COTA PARTE FPM	6.300.000
COTA PARTE DO ITR	20.000
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS - DESONERAÇÃO	48.000
COTA PARTE DO ICMS	12.300.000
COTA PARTE DO IPVA	1.290.000
COTA PARTE DO IPI - EXPORTAÇÃO	180.000
SOMA	22.820.400

2. ORIGEM DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADAS A SAÚDE		
CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.02.000000	Receita Impostos p/ Ações e Serviços Públicos Saúde – 21%	4.792.284
0.2.02.000000	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	20.000
0.2.64.000032	ASPS – Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	182.000
0.2.67.000034	ASPS – Farmácia Básica	41.000
0.2.66.000035	ASPS – Epidemiologia e Controle de Doenças	44.000
0.2.64.000036	ASPS – Programa Agentes Comunitários de Saúde – PACS	221.000
0.2.64.000037	ASPS - Programa Saúde da Família – PSF	261.000
0.2.64.000038	ASPS – Programa Saúde Bucal	29.000
0.2.64.000000	ASPS – NASF Federal	141.000
0.2.21.000042	ASPS – NASF Estadual	119.000
0.2.65.000000	ASPS – Média e Alta Complexidade	50.300
0.2.12.000000	Ações de Vigilância Sanitária Municipal	52.700
0.2.64.000076	ASPS - PMAQ	121.000
0.2.23.000043	Convênio com Ministério as Saúde – Ampliação da Unidade de Saúde	301.000
	TOTAL	6.375.284

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE					
CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	ESTIMADA	DIFERENÇA
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	3.366.560	4.698.284	1.331.724
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	92.000	92.000	-
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	2.000	2.000	-
0.2.02.000000	301	Atenção Básica	20.000	20.000	-
0.2.64.000032	301	Atenção Básica	182.000	182.000	-
0.2.66.000033	304	Vigilância Sanitária	13.000	13.000	-
0.2.67.000034	301	Atenção Básica	41.000	41.000	-
0.2.66.000035	305	Vigilância Epidemiológica	31.000	31.000	-
0.2.64.000036	301	Atenção Básica	221.000	221.000	-
0.2.64.000037	301	Atenção Básica	523.000	523.000	-
0.2.64.000038	302	Atenção Básica	29.000	29.000	-
0.2.21.000039	301	Atenção Básica	82.000	82.000	-
0.2.21.000040	301	Atenção Básica	16.000	16.000	-
0.2.21.000091	301	Atenção Básica	21.000	21.000	-
0.2.65.000092	301	Atenção Básica	50.300	50.300	-
0.2.12.000000	304	Vigilância Sanitária	52.700	52.700	-
0.2.23.000043	301	Atenção Básica	301.000	301.000	-
		TOTAL	5.043.560	6.375.284	1.331.724

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	ESTIMADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15%	21%	6%

O quadro 8 mostra a origem e aplicação dos recursos destinados à saúde, evidenciando que 75,48% dos gastos na saúde são financiados com recursos próprios do Município, representando 21,00% das receitas produto de impostos, portanto 6,00% acima do mínimo exigido pelo artigo 77 dos ADCT, que é 15%.

3. DOS COMPROMISSOS E DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM 31/10/2015.**3.1. ATIVO FINANCEIRO****QUADRO 9**

R\$1,00

QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 31/10/15
UNIDADE GESTORA: PODER EXECUTIVO	
Banco Aplicações Financeiras	2.581.306
Realizável	0
SOMA	2.581.306
UNIDADE GESTORA: Ipreancarlos	
Banco	8.485
Banco Aplicações Financeiras	16.799.709
SOMA	16.808.193
UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde	
Banco Aplicações Financeiras	532.701
SOMA	532.701
UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL	
Banco Aplicações Financeiras	482.708
SOMA	482.708
TOTAL GERAL	20.404.908

O quadro 9 evidencia as disponibilidades financeiras da Prefeitura, da autarquia Ipreancarlos, Fundo Municipal de Saúde e Câmara Municipal, em 31/10/2015 e que totaliza R\$ 20.404.908,00.

3.2. PASSIVO FINANCEIRO**QUADRO 10****R\$ 1,00**

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM
	31/10/15
UNIDADE GESTORA: PODER EXECUTIVO	
Restos a Pagar	28.712
Despesas Empenhadas a Pagar	1.870.196
Depósitos de Diversas Origens	58.058
Cauções	11.872
SOMA	1.968.838
UNIDADE GESTORA: Ipreancarlos	
Despesas Empenhadas a Pagar	11.535
Depósitos de Diversas Origens	3.603
SOMA	15.138
UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde	
Restos a Pagar	122.172
Despesas Empenhadas a Pagar	357.278
Depósitos de Diversas Origens	46.541
SOMA	525.991
UNIDADE GESTORA: Câmara Municipal	
Despesas Empenhadas a Pagar	362.463
Depósitos de Diversas Origens	61.705
SOMA	424.168
TOTAL GERAL	

O quadro 10 mostra os compromissos financeiros de curto prazo, posição em 31/10/15.

Relacionando as disponibilidades com os compromissos financeiros mostrados nos quadros 9 e 10, tem-se que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a Prefeitura dispõe de R\$ 1,31. Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo o IPREANCARLOS dispõe de R\$ 1.110,33. Para cada R\$ 1,00 de dívida, o Fundo Municipal de Saúde dispõe de R\$ 1,01 e para cada 1,00 de dívida a Câmara dispõe de R\$ 1,13.

4. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**QUADRO 11****R\$ 1,00**

SALDO DA DÍVIDA FUNDADA	EM 31/12/14	EM 31/10/15	EM 31/12/15
	781.062	254.216	199.797

O quadro 11 mostra o estoque da dívida fundada, posição em 31/12/14 e a sua evolução até 31/12/2015. A evolução do estoque da dívida fundada decorre da atualização dos seus saldos pela inflação.

Eram estas as considerações que julgamos necessárias na mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária para 2015.

Antônio Carlos, 13 de novembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	CAMARA DE VEREADORES
Unidade:	CAMARA DE VEREADORES
Função:	Legislativa
Subfunção:	Ação Legislativa
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇIA

Objetivo do programa:
Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:
Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.
O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	1	2	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		36,000	1.390.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se as despesas com o funcionamento e manutenção da Câmara de Vereadores e aquisição de um veículo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.0000000	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	170.000,00	0,00	170.000,00
Total:			1.390.000,00	0,00	1.390.000,00

Legenda:
0.1.00 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 2/58

Data: 10/11/2015

I - Classificação			
Órgão:	CAMARA DE VEREADORES		01.00
Unidade:	CAMARA DE VEREADORES		01.01
Função:	Legislativa		1
Subfunção:	Ação Legislativa		31
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA		0001

Objetivo do programa:
Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.
O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	5	1	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL	Obra Executada (CAMARA DE VEREADORES)	1,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Construção da Sede da Câmara Municipal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 3/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.

O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	1	2	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Diversos (GABINETE DO PREFEITO)	1,000	833.400,00

II - Descrição das Ações

Esta ação será executada pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	680.000,00	0,00	680.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	3.400,00	0,00	3.400,00
Total:			833.400,00	0,00	833.400,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 4/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.
O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	1	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Diversos (SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS)	1,000	1.625.000,00

II - Descrição das Ações

Manter o cadastro imobiliário e econômico atualizado; proceder o lançamento e baixa dos tributos municipais; exercer o controle e cobrança da dívida ativa; exercer a fiscalização tributária, de obras e posturas; exercer o c

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	930.000,00	0,00	930.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.0000000	170.000,00	0,00	170.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0.1.00.0000000	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			1.625.000,00	0,00	1.625.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 5/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.

O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	4	3	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	Beneficiários (SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS)	165,000	380.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se aos recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial com o Instituto de Previdência Social dos Servidores de Antônio Carlos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0.1.00.000000	380.000,00	0,00	380.000,00
Total:			380.000,00	0,00	380.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	1	2	OFERTA DE MERENDA ESCOLAR	Refeição/dia (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	1397,000	261.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de gêneros alimentícios para produção diária da merenda escolar com uma nutricionista.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	170.000,00	0,00	170.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.60.0000000	0,00	91.000,00	91.000,00
Total:			170.000,00	91.000,00	261.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Página: 7/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atualm na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	1	2	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Aluno (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	1100,000	1.076.408,00

II - Descrição das Ações

O transporte escolar atende diariamente 1100 alunos é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 micro-ônibus e 07 ônibus.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	495.000,00	495.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.01.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	100.408,00	100.408,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.08.0000005	0,00	289.000,00	289.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58.0000000	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.61.0000000	0,00	101.000,00	101.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	1.076.408,00	1.076.408,00

Legenda:

01.01 - Recursos Imunes n/ MDER - Mínimo de 25%.

Página: 8/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

0.1.5.1 - Transferências por meio de convênios Estado/Educação

0.1.08 - Transferências de Convênios Estado/Educação

0.1.58 - Salário Educação

0.1.61 - Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE

Página: 9/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	1	2	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	470.000	2.449.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se a despesas com a manutenção e funcionamento da rede de ensino fundamental.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	250.000,00	250.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.18.0000000	0,00	900.000,00	900.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.19.0000000	750.000,00	0,00	750.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.01.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.18.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.19.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	180.000,00	180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	9.000,00	9.000,00

Página: 10/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			850.000,00	1.599.000,00	2.449.000,00

Legenda:

0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%

0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60%

0.1.19 - Transferências do FUNDEB - 40%

0.1.58 - Salário Extraordinário

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Função:	Educação
Subfunção:	Ensino Fundamental
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	1	1	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	Veículo (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	1,000	251.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de veículos para renovação e ampliação da frota para o transporte escolar.

III - Detalhamento das Ações			
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.81.0000088	250.000,00
		Total:	251.000,00

Legenda:

0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%

0.1.81 - Operações de Crédito Interna - Educação

Página: 12/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	1	1	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	Obra Executada (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	1.000	101.000,00

II - Descrição das Ações

Ampliação do Espaço Físico da Rede Municipal, com a construção de novas escolas, salas, quadras esportivas e áreas de lazer.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.22.0000074	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	101.000,00	101.000,00

Legenda:

- 0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%
- 0.1.22 - Transferências de Convênios - Educação
- 0.1.58 - Salário Educação

Página: 13/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	04.00
Unidade:	04.01
Função:	12
Subfunção:	362
Programa:	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	1	2	APOIO AOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO	Aluno (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	98.000	108.000,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de passe escolar para alunos do ensino médio.

III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.08.000006	0,00	108.000,00	108.000,00
Total:			0,00	108.000,00	108.000,00

Legenda:

0.1.08 - Transferências de Convênios Estado/Educação

Página: 14/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	04.00
Unidade:	04.01
Função:	12
Subfunção:	364
Programa:	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	1	2	APOIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	Aluno (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	106.000	90.000,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de passe escolar para alunos do ensino superior.

III - Detalhamento das Ações			
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	90.000,00
Total:			90.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 15/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	1	2	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	Aluno (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	402,000	2.234.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se a despesas com a manutenção e funcionamento da rede de ensino infantil.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	750.000,00	750.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.18.0000000	0,00	700.000,00	700.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.19.0000000	250.000,00	0,00	250.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.01.0000000	0,00	150.000,00	150.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.18.0000000	0,00	87.000,00	87.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.19.0000000	86.000,00	0,00	86.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.59.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58.0000000	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00

Página: 16/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			336.000,00	1.898.000,00	2.234.000,00

Legenda:

0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%
0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60%
0.1.19 - Transferências do FUNDEB - 40%
0.1.58 - Salário Educação
0.1.59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

Página: 17/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	1	1	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL	Obra Executada (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	1,000	210.000,00

II - Descrição das Ações

Ampliação do Espaço Físico da Rede Municipal, com a construção de novas escolas, salas, quadras esportivas e áreas de lazer.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.22.0000071	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58.0000000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	210.000,00	210.000,00

Legenda:

- 0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%
- 0.1.22 - Transferências de Convênios - Educação
- 0.1.58 - Salário Educação

Página: 18/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Função:	Educação
Subfunção:	Educação Especial
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	1	2	APOIO A APAE	Entidade Beneficiada (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	1,000	35.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a educação especial.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00.0000000	35.000,00	0,00	35.000,00
Total:			35.000,00	0,00	35.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 19/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	391
Programa:	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	0005

Objetivo do programa:

Resgatar e preservar o patrimônio histórico cultural; Resgatar e preservar a cultura imaterial representada pela língua Hunsrückisch; Modernizar e reestruturar o centro culturais/Audatório da Prefeitura Municipal; Estimular a leitura e ampliar o atendimento da Biblioteca Pública; Criar o Conselho Municipal de Cultura e Lei Municipal de incentivo a Cultura; Reestruturação e reinauguração do Museu Padre Raulino Reitz (Valorização e Preservação Cultural; Homenagear os colonizadores com a construção dos monumentos e transformá-los em atração turística; Manter e estimular os grupos e manifestações artísticas e culturais; Estimulo a realização de eventos de caráter cultural, tais como apresentação de peças teatrais, shows artísticos, entre outros, unindo cultura e lazer; Apoio e estímulo para as tradicionais festas realizadas em nossas comunidades que preservam e divulgam nossas tradições culturais; Dar apoio à nossa rádio comunitária para que ela possa ser mais um mecanismo de divulgação e de incentivo às expressões culturais de nossa gente (programas falados em Hunsrückisch, divulgação dos músicos de nossa terra, etc.).

Justificativa do programa:

O município de Antonio Carlos possui aproximadamente 8.000 habitantes. As principais manifestações artísticas e culturais da população são o canto do coral, a música, dança, as festas populares e religiosas e o artesanato. Como patrimônio material merecem destaque as inúmeras construções/residências teuto brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais. Já no patrimônio imaterial evidencia-se a gastronomia teuto brasileira, o idioma Hunsrückisch ainda falado por muitos, os costumes, o terno de reis, as festas juninas e eventos religiosos. O município possui dois espaços culturais públicos: a Biblioteca Pública com cerca de 8.847 títulos catalogados na base de dados, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência. A Biblioteca Pública conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil, e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários cadastrados na base de dados, principalmente estudantes. Outro espaço é o Centro Cultural/Audatório da Prefeitura Municipal com capacidade de 250 pessoas sentadas, amplamente utilizado para a realização de eventos sociais, culturais e oficiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	1	2	PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Patrimônio (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	1.000	271.000,00

II - Descrição das Ações

Preservação e desenvolvimento do patrimônio material, destaque para inúmeras construções/residências teuto brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais, como Patrimônio Imaterial merece destaque, a gastronomia

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.0000008	0,00	11.000,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.24.0000088	250.000,00	0,00	250.000,00
Total:			260.000,00	11.000,00	271.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros
0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/saúde)

Página: 20/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 21/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	0005

Objetivo do programa:

Resgatar e preservar o patrimônio histórico cultural; Resgatar e preservar a cultura imaterial representada pela língua Hunsrückisch; Modernizar e reestruturar o centro culturais/Auditório da Prefeitura Municipal; Estimular a leitura e ampliar o atendimento da Biblioteca Pública; Criar o Conselho Municipal de Cultura e Lei Municipal de incentivo a Cultura; Reestruturação e reinauguração do Museu Padre Raulino Reitz (Valorização e Preservação Cultural; Homenagear os colonizadores com a construção dos monumentos e transformá-los em atração turística; Manter e estimular os grupos e manifestações artísticas e culturais; Estimular a realização de eventos de caráter cultural, tais como apresentação de peças teatrais, shows artísticos, entre outros, unindo cultura e lazer; Apoiar e estimular para as tradicionais festas realizadas em nossas comunidades que preservam e divulgam nossas tradições culturais; Dar apoio à nossa rádio comunitária para que ela possa ser mais um mecanismo de divulgação e de incentivo às expressões culturais de nossa gente (programas falados em Hunsrückisch, divulgação dos músicos de nossa terra, etc.).

Justificativa do programa:

O município de Antonio Carlos possui aproximadamente 8.000 habitantes. As principais manifestações artísticas e culturais da população são o canto do coral, a música, dança, as festas populares e religiosas e o artesanato. Como patrimônio material merecem destaque as inúmeras construções/residências teuto brasileiras, grejas, cemitérios e engenhos coloniais. Já no patrimônio imaterial evidencia-se a gastronomia teuto brasileira, o idioma Hunsrückisch ainda falado por muitos, os costumes, o terno de reis, as festas juninas e eventos religiosos. O município possui dois espaços culturais públicos: a Biblioteca Pública com cerca de 8.847 títulos catalogados na base de dados, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência. A Biblioteca Pública conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil, e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários cadastrados na base de dados, principalmente estudantes. Outro espaço é o Centro Cultural/Auditório da Prefeitura Municipal com capacidade de 250 pessoas sentadas, amplamente utilizado para a realização de eventos sociais, culturais e oficiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	1	2	APOIO A GRUPOS E NÚCLEOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	Diversos (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	3,000	110.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio as atividades culturais do município com a realização de eventos, feira de livros, festival de música e apresentações artísticas; escola de música.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00.000000	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.000007	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			60.000,00	50.000,00	110.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros

Página: 22/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	0005

Objetivo do programa:

Resgatar e preservar o patrimônio histórico cultural; Resgatar e preservar a cultura imaterial representada pela língua Hunsrückisch; Modernizar e reestruturar o centro culturais/Auditório da Prefeitura Municipal; Estimular a leitura e ampliar o atendimento da Biblioteca Pública; Criar o Conselho Municipal de Cultura e Lei Municipal de incentivo a Cultura; Reestruturação e reinauguração do Museu Padre Raulino Reitz (Valorização e Preservação Cultural; Homenagear os colonizadores com a construção dos monumentos e transformá-los em atração turística; Manter e estimular os grupos e manifestações artísticas e culturais; Estimulo a realização de eventos de caráter cultural, tais como apresentação de peças teatrais, shows artísticos, entre outros, unindo cultura e lazer; Apoiar e estimular para as tradicionais festas realizadas em nossas comunidades que preservam e divulgam nossas tradições culturais; Dar apoio à nossa rádio comunitária para que ela possa ser mais um mecanismo de divulgação e de incentivo às expressões culturais de nossa gente (programas falados em Hunsrückisch, divulgação dos músicos de nossa terra, etc.).

Justificativa do programa:

O município de Antonio Carlos possui aproximadamente 8.000 habitantes. As principais manifestações artísticas e culturais da população são o canto do coral, a música, dança, as festas populares e religiosas e o artesanato. Como patrimônio material merecem destaque as inúmeras construções/residências teuto-brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais. Já no patrimônio imaterial evidencia-se a gastronomia teuto-brasileira, o idioma Hunsrückisch ainda falado por muitos, os costumes, o terno de reis, as festas juninas e eventos religiosos. O município possui dois espaços culturais públicos: a Biblioteca Pública com cerca de 8.847 títulos catalogados na base de dados, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência. A Biblioteca Pública conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil, e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários cadastrados na base de dados, principalmente estudantes. Outro espaço é o Centro Cultural/Auditório da Prefeitura Municipal com capacidade de 250 pessoas sentadas, amplamente utilizado para a realização de eventos sociais, culturais e oficiais.

Ação	Local	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	1 2	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	Acervo (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	20.000	268.000,00

II - Descrição das Ações

O município possui uma Biblioteca Pública com acervo de 8.847 títulos, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência, conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil e 12 periódicos, c

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	195.000,00	0,00	195.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	3.000,00	0,00	3.000,00
Total:			268.000,00	0,00	268.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 23/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	0005

Objetivo do programa:

Resgatar e preservar o patrimônio histórico cultural; Resgatar e preservar a cultura imaterial representada pela língua Hunsrückisch; Modernizar e reestruturar o centro culturais/Auditório da Prefeitura Municipal; Estimular a leitura e ampliar o atendimento da Biblioteca Pública; Criar o Conselho Municipal de Cultura e Lei Municipal de incentivo a Cultura; Reestruturação e reinauguração do Museu Padre Raulino Reitz (Valorização e Preservação Cultural: Homenagear os colonizadores com a construção dos monumentos e transformá-los em atração turística; Manter e estimular os grupos e manifestações artísticas e culturais; Estimular a realização de eventos de caráter cultural, tais como apresentação de peças teatrais, shows artísticos, entre outros, unindo cultura e lazer; Apoiar e estimular para as tradicionais festas realizadas em nossas comunidades que preservam e divulgam nossas tradições culturais; Dar apoio à nossa rádio comunitária para que ela possa ser mais um mecanismo de divulgação e de incentivo às expressões culturais de nossa gente (programas falados em Hunsrückisch, divulgação dos músicos de nossa terra, etc.).

Justificativa do programa:

O município de Antonio Carlos possui aproximadamente 8.000 habitantes. As principais manifestações artísticas e culturais da população são o canto do coral, a música, dança, as festas populares e religiosas e o artesanato. Como patrimônio material merecem destaque as inúmeras construções/residências teuto-brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais. Já no patrimônio imaterial evidencia-se a gastronomia teuto-brasileira, o idioma Hunsrückisch ainda falado por muitos, os costumes, o termo de reis, as festas juninas e eventos religiosos. O município possui dois espaços culturais públicos: a Biblioteca Pública com cerca de 8.847 títulos catalogados na base de dados, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência. A Biblioteca Pública conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil, e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários cadastrados na base de dados, principalmente estudantes. Outro espaço é o Centro Cultural/Auditório da Prefeitura Municipal com capacidade de 250 pessoas sentadas, amplamente utilizado para a realização de eventos sociais, culturais e oficiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	1	1	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL	Obra Executada (SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA)	1,000	260.000,00

II - Descrição das Ações

Revitalização do centro cultural/auditório da Prefeitura Municipal;

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.24.0000087	250.000,00	0,00	250.000,00
Total:			260.000,00	0,00	260.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/saúde)

Página: 24/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA	05.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	0008

Objetivo do programa:

Manter os jovens ocupados para afastá-los das situações de risco, encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade. Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração dos idosos à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar. Repasse de recursos financeiros, através de auxílio funeral, auxílio desabrigados, auxílio moradia e outros e entrega de cestas básicas para atendimentos de demandas emergenciais. Preparar os desempregados para o mercado de trabalho. Atender a demanda das classes menos favorecidas e diminuir o déficit habitacional.

Justificativa do programa:

Apesar da existência de poucos casos de crianças em situação de risco, o Município desenvolve ações para manter esta condição e até eliminar os casos existentes. Sua atuação se dá através da estrutura das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselho Municipais de: Assistência Social, Criança e Adolescente, e Tutelar, além do apoio com a execução das ações de ensino e esportes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	1	2	MANUTENÇÃO DO FIA	Atendimento (FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA)	220,000	6.000,00

II - Descrição das Ações

Execução do Plano de Assistência aos menores para mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimentos e exploração de suas potencialidades, envolvendo os recursos do Município, os Cr

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			6.000,00	0,00	6.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 25/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	05.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	0008

Objetivo do programa:

Manter os jovens ocupados para afastá-los das situações de risco, encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade. Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração dos idosos à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar. Repasse de recursos financeiros, através de auxílio funeral, auxílio moradia e outros e entrega de cestas básicas para atendimentos de demandas emergenciais. Preparar os desempregados para o mercado de trabalho. Atender a demanda das classes menos favorecidas e diminuir o déficit habitacional.

Justificativa do programa:

Apesar da existência de poucos casos de crianças em situação de risco, o Município desenvolve ações para manter esta condição e até eliminar os casos existentes. Sua atuação se dá através da estrutura das Secretarias Municipais da Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Municipais de: Assistência Social, Criança e Adolescente, e Tutelar, além do apoio com a execução das ações de ensino e esportes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	1	2	ATENÇÃO A POPULAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	Pessoas (FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	325.000	87.000,00

II - Descrição das Ações

Atenção à população da 3ª idade com trabalhos de integração.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			87.000,00	0,00	87.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 26/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	05.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	0008

Objetivo do programa:

Manter os jovens ocupados para afastá-los das situações de risco, encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade. Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração dos idosos à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar. Repasse de recursos financeiros, através de auxílio funeral, auxílio desabrigados, auxílio moradia e outros e entrega de cestas básicas para atendimentos de demandas emergenciais. Preparar os desempregados para o mercado de trabalho. Atender a demanda das classes menos favorecidas e diminuir o déficit habitacional.

Justificativa do programa:

Apesar da existência de poucos casos de crianças em situação de risco, o Município desenvolve ações para manter esta condição e até eliminar os casos existentes. Sua atuação se dá através da estrutura das Secretarias Municipais da Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Municipais de: Assistência Social, Criança e Adolescente, e Tutelar, além do apoio com a execução das ações de ensino e esportes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	1	2	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Diversos (FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	828,000	179.100,00

II - Descrição das Ações

Execução do Plano de Assistência aos menores para mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimentos e exploração de suas potencialidades, envolvendo os recursos do Município, os Cr

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	70.000,00	0,00	70.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.63.0000000	6.100,00	0,00	6.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			179.100,00	0,00	179.100,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.63 - Bolsa Família

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

Objetivo do programa:

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:

O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	1	2	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO TRÂNSITO	Diversos (SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS)	1,000	110.300,00

II - Descrição das Ações

O Município possui 61 Km de vias urbanas sob sua jurisdição e que necessitam de fiscalização de trânsito e trabalhos de adequação e manutenção do sistema de sinalização.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.54.0000000	0,00	25.100,00	25.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.55.0000000	25.100,00	0,00	25.100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.56.0000000	28.100,00	0,00	28.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.54.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.55.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			84.200,00	26.100,00	110.300,00

Legenda:

- 0.1.00 - Recursos Ordinários
- 0.1.54 - Convênio Trânsito - Militar
- 0.1.55 - Convênio Trânsito - Civil
- 0.1.56 - Convênio Trânsito - Prefeitura

Página: 28/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

Objetivo do programa:

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturar as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhorar a estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:

O Município tem uma área de 205 Km², população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminho coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	1	2	FUREBOM	Diversos (SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS)	1,000	56.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e aquisição de equipamentos para a equipe de bombeiros.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	46.000,00	0,00	46.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			56.000,00	0,00	56.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 29/58

Data: 10/11/2015

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS 06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS 06.01
Função:	Urbanismo 15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana 451
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO 0006

Objetivo do programa:
Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhorar a estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:
O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	1	1	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	Área (SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS)	1125,000	4.867.100,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de vias públicas, construção de passeios e rede pluvial. Rua Seis de Novembro, Leopoldo Freiberg, Pedro Leonardo schmitz, revitalização Rua João Antônio Besen e outros.

III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	100.000,00	0,00	100.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.000023	0,00	1.961.000,00	1.961.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.24.000016	1.801.000,00	0,00	1.801.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.83.000011	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.89.000013	0,00	5.100,00	5.100,00	
Total:			1.901.000,00	2.966.100,00	4.867.100,00	

Legenda:

- 0.1.00 - Recursos Ordinários
- 0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros
- 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados a Educação/saude)
- 0.1.83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas
- 0.1.89 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Página: 30/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

Objetivo do programa:

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhorar a estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:

O Município tem uma área de 205 Km², população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu.

O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	1	2	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PUBLICOS	Diversos (SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS)	1,000	2.642.100,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das praças, cemitério municipal, rodoviária e vias públicas do município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	1.140.000,00	0,00	1.140.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.0000000	145.000,00	0,00	145.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.0000050	0,00	150.000,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.16.0000000	2.100,00	0,00	2.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			2.492.100,00	150.000,00	2.642.100,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros
0.1.16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 31/58

Data: 10/11/2015

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
Função:	Urbanismo
Subfunção:	Serviços Urbanos
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO

Objetivo do programa:
Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alegamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:
O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu.
O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	1	2	MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Ponto de Luz (SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS)	1640.000	591.000,00

II - Descrição das Ações
O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	10.000,00	0,00	10.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.17.000000	0,00	580.000,00	580.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.17.000000	0,00	1.000,00	1.000,00	
Total:			10.000,00	581.000,00	591.000,00	

Legenda:
0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS 06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS 06.01
Função:	Desporto e Lazer 27
Subfunção:	Desporto Comunitário 812
Programa:	INFRAESTRUTURAE DESENVOLVIMENTO 0006

Objetivo do programa:
Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:
O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	1	1	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	Diversos (SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS)	3,000	450.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigo de Passageiros, Praças, Parques, Pontes (Rachadel, Guilomar, Santa Maria, Morro da Glória e outras), Drenagem, Bueiros, Academias ao ar livre para um melhor atendimento ao cidadão antoniocar

III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	150.000,00	0,00	150.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.000025	0,00	300.000,00	300.000,00	
Total:			150.000,00	300.000,00	450.000,00	

Legenda:
0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros

Página: 33/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	0009

Objetivo do programa:

Reciclagem de Lixo; Apoio a agricultura orgânica; Melhorar a infraestrutura da secretaria para um melhor atendimento ao agricultor; Apoio ao agricultor; Aumentar a arrecadação municipal; Distribuição de mudas orgânicas e plano de mudas nas áreas públicas; Melhorar o atendimento clínico veterinário; Criação de órgão para controle ambiental.

Justificativa do programa:

O Município possui em seus 205 Km² de acordo com o último censo 2010 cerca de 1.512 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de hortigranjeiro, se constituindo no principal produtor e fornecedor do CEASA e mercados da Grande Florianópolis. Para garantir o escoamento da produção, a Prefeitura precisa manter em bom estado de conservação, cerca de 250 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros. Para desenvolver esses trabalhos e outros de apoio aos agricultores na abertura de estradas nas propriedades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	1	2	SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO	Resíduo (SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE)	600,000	662.000,00

II - Descrição das Ações

O Município tem uma área de 205 Km², população aproximada de 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por ui

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	660.000,00	0,00	660.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	2.000,00	0,00	2.000,00
Total:			662.000,00	0,00	662.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 34/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	0009

Objetivo do programa:

Reciclagem de Lixo; Apoio a agricultura orgânica; Melhorar a infraestrutura da secretaria para um melhor atendimento ao agricultor; Apoio ao agricultor; Aumentar a arrecadação municipal; Distribuição de mudas orgânicas e plantio de mudas nas áreas públicas; Melhorar o atendimento clínico veterinário; Criação de órgão para controle ambiental.

Justificativa do programa:

O Município possui em seus 205 Km² de acordo com o último censo 2010 cerca de 1.512 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de hortigranjeiro, se constituindo no principal produtor e fornecedor do CEASA e mercados da Grande Florianópolis. Para garantir o escoamento da produção, a Prefeitura precisa manter em bom estado de conservação, cerca de 250 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros. Para desenvolver esses trabalhos e outros de apoio aos agricultores na abertura de estradas nas propriedades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	1	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Produtor (SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE)	750,000	1.625.000,00

II - Descrição das Ações

A ação refere-se as despesas com a manutenção e aquisição de equipamentos permanentes, assistência ao produtor rural, promoção de campanhas e eventos, consultoria e aquisição de insumos e sementes, materiais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	770.000,00	0,00	770.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.0000000	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	700.000,00	0,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.0000085	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			1.575.000,00	50.000,00	1.625.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 07.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 07.01
Função:	Agricultura 20
Subfunção:	Extensão Rural 606
Programa:	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL 0009

Objetivo do programa:
Reciclagem de Lixo; Apoio a agricultura orgânica; Melhorar a infraestrutura da secretaria para um melhor atendimento ao agricultor; Apoio ao agricultor; Aumentar a arrecadação municipal; Distribuição de mudas orgânicas e plano de mudas nas áreas públicas; Melhorar o atendimento clínico veterinário; Criação de órgão para controle ambiental.

Justificativa do programa:

O Município possui em seus 205 Km2 de acordo com o último censo 2010 cerca de 1.512 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de hortigranjeiro, se constituindo no principal produtor e fornecedor do CEASA e mercados da Grande Florianópolis. Para garantir o escoamento da produção, a Prefeitura precisa manter em bom estado de conservação, cerca de 250 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros. Para desenvolver esses trabalhos e outros de apoio aos agricultores na abertura de estradas nas propriedades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	1	1	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES AGRÍCOLAS	Equipamentos (SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE)	1,000	60.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio aos pequenos agricultores com equipamentos rodoviários e agrícolas mediante solicitação dos interessados.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.000089	0,00	40.000,00	40.000,00
Total:			20.000,00	40.000,00	60.000,00

Legenda:

- 0.1.00 - Recursos Ordinários
- 0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE	08.00
Unidade:	SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE	08.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	ANTONIO CARLOS MAIS BELA	0003

Objetivo do programa:

Desenvolver a vocação turística do município; Criar diversas modalidades de turismo; Criar o centro de atendimento ao turista; Qualificar os pontos turísticos.

Justificativa do programa:

A cidade de Antonio Carlos é bela por natureza, portanto pouco explorada no que diz respeito ao Turismo. O município possui inúmeras cachoeiras, grutas, 6 Parque Aquáticos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	1	2	APOIO AS AÇÕES VOLTADAS PARA O TURISMO	Diversos (SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE)	3,000	81.000,00

II - Descrição das Ações

A ação refere-se a despesas com realização de eventos promocionais, sinalização turística e ações voltadas ao turismo.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	44.000,00	0,00	44.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.0000026	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			80.000,00	1.000,00	81.000,00

Legenda:

- 0.1.00 - Recursos Ordinários
- 0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros

Página: 37/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE	08.00
Unidade:	SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE	08.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE E SAÚDE	0002

Objetivo do programa:

Criar e qualificar escolas de diversas modalidades esportivas, atendendo a todas as idades; Melhorar a locomoção dos atletas; Criar e qualificar os espaços públicos destinados as atividades esportivas; Promover torneios e campeonatos.

Justificativa do programa:

O Município possui um ginásio de esportes, uma quadra poliesportiva. Há no Município 11 agremiações esportivas de futebol de campo que participam do campeonato local, mobilizando as torcidas das diversas comunidades, propiciando lazer e entretenimento a população. Há necessidade da construção de mais ginásios de esportes, reforma do já existente na sede.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	1	2	INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR	Atleta (SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE)	500,000	549.000,00

II - Descrição das Ações

Organização e promoção de eventos esportivos e manutenção dos equipamentos e serviços existentes.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	220.000,00	0,00	220.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.0000000	13.000,00	0,00	13.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05.0000080	0,00	60.000,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			489.000,00	60.000,00	549.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	ENCARGOS GERAIS
Unidade:	ENCARGOS GERAIS
Função:	Encargos Especiais
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna
Programa:	ENCARGOS GERAIS

Objetivo do programa:

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.

Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTÔNIO CARLOS.

Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

Justificativa do programa:

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.

O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.

A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	1	3	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS	Contrato (ENCARGOS GERAIS)	3,000	430.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se ao pagamento de parcelamento de dívidas e financiamentos. COHAB, BADESC E INSS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	50.000,00	0,00	50.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	380.000,00	0,00	380.000,00
Total:			430.000,00	0,00	430.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	09.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outras Transferências	845
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0010

Objetivo do programa:

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.
Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTÔNIO CARLOS.
Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

Justificativa do programa:

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.
O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.
A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.005	1	3	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	Entidade Beneficiada (ENCARGOS GERAIS)	3,000	96.000,00

II - Descrição das Ações

O município é associado à confederação nacional de municípios, a Federação Catarinense de Municípios e a associação microrregional de municípios, entidades municipalistas que prestam assessoria técnica ao município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.00.0000000	96.000,00	0,00	96.000,00
Total:			96.000,00	0,00	96.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 40/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	09.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outras Transferências	845
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0010

Objetivo do programa:

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.
Constar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTONIO CARLOS.
Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

Justificativa do programa:

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.
O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.
A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.004	1	3	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Beneficiários (ENCARGOS GERAIS)	165,000	270.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se a contribuição ao PASEP.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	270.000,00	0,00	270.000,00
Total:			270.000,00	0,00	270.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 41/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO	10.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Planejamento e Orçamento	121
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	0001

Objetivo do programa:
Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:
Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.
O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	1	2	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Diversos (SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO)	1,000	358.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se as despesas com a manutenção, aquisição de equipamentos permanentes, aquisição de software, contratação de projetos de engenharia e consultoria de projetos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	260.000,00	0,00	260.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00.0000000	23.000,00	0,00	23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	70.000,00	0,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			358.000,00	0,00	358.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 42/58

Data: 10/11/2015

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
Função:	Administração
Subfunção:	Defesa Civil
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO

Objetivo do programa:

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:

O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	1	2	DEFESA CIVIL	Ações (FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL)	1,000	2.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se a despesas com laudos periciais, aquisição e manutenção de equipamentos permanentes.

III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	1.000,00	0,00	1.000,00	
Total:			2.000,00	0,00	2.000,00	

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 43/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	1	2	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	Atendimento (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	17967,000	257.000,00

II - Descrição das Ações

Execução das ações e serviços públicos de saúde de assistência farmacêutica básica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.21.0000040	0,00	16.000,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.67.0000034	0,00	41.000,00	41.000,00
Total:			0,00	257.000,00	257.000,00

Legenda:

0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
0.2.21 - Transferências SUS - Estado
0.2.67 - Assistência Farmacêutica Básica

Página: 44/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do P-SF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	1	2	AÇÕES DE SAÚDE BUCAL	Atendimento (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	4000,000	295,000,00

II - Descrição das Ações

Execução das ações e serviços públicos de saúde bucal.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.000000	0,00	220.000,00	220.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02.000000	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64.000038	0,00	28.000,00	28.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64.000038	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	295.000,00	295.000,00

Legenda:

0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
0.2.64 - Atenção Básica

Página: 45/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudióloga, 1 psicóloga, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	1	2	AÇÕES COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	Atendimento (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	22500,000	407.000,00

II - Descrição das Ações

Execução das ações e serviços públicos de saúde o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	120.000,00	120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64.0000036	0,00	221.000,00	221.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	65.000,00	65.000,00
Total:			0,00	407.000,00	407.000,00

Legenda:

0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
0.2.64 - Atenção Básica

Página: 46/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	1	2	AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Atendimento (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	10000,000	1.415.000,00

II - Descrição das Ações

Execução das ações e serviços públicos de saúde da família, saúde do homem, saúde do trabalhador, saúde do idoso, saúde mental, saúde da criança, adolescente e jovem, educação permanente em saúde, política nac

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.000000	0,00	659.000,00	659.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64.000037	0,00	400.000,00	400.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02.000000	0,00	90.000,00	90.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.2.64.000037	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.000000	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.21.000042	0,00	82.000,00	82.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64.000037	0,00	40.000,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.000000	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64.000037	0,00	3.000,00	3.000,00
Total:			0,00	1.415.000,00	1.415.000,00

Legenda:

0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
0.2.21 - Transferências SUS - Estado
0.2.64 - Atenção Básica

Página: 47/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 48/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	1	2	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE	Atendimento (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	23500.000	3.499.584.00

II - Descrição das Ações

Execução das ações e serviços públicos de saúde, aprovadas pelo Conselho Municipal e em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde. Aquisição de equipamentos perma

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02.0000000	0,00	235.000,00	235.000,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	0.1.02.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	1.180.284,00	1.180.284,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.02.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.21.0000091	0,00	21.000,00	21.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64.0000032	0,00	182.000,00	182.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.65.0000092	0,00	50.300,00	50.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	3.499.584,00	3.499.584,00

Legenda:

0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
0.2.02 - Recursos Impostos p/ Saúde
0.2.21 - Transferências SUS - Estado
0.2.64 - Atenção Básica
0.2.65 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Página: 49/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

0.4.00 - Inveniente e Ativa Multiplicadores Administrativos e Hospitalar

Página: 50/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudióloga, 1 psicóloga, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	1	1	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DA SAÚDE	Obra Executada (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	1.000	311.000,00

II - Descrição das Ações

Ampliação e reforma da unidade de saúde na sede do Município.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.23.0000043	0,00	301.000,00	301.000,00
Total:			0,00	311.000,00	311.000,00

Legenda:

0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
0.2.23 - Transferências de Convênios - Saúde

Página: 51/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	1	2	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atendimento (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	753,000	157.700,00

II - Descrição das Ações

Fiscalização do cumprimento das leis e normas sobre vigilância sanitária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	73.000,00	73.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.12.0000000	0,00	35.000,00	35.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.2.12.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	8.000,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.12.0000000	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.66.0000033	0,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.12.0000000	0,00	2.700,00	2.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.66.0000033	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	157.700,00	157.700,00

Legenda:

0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
0.2.12 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária
0.2.66 - Vigilância em Saúde

Página: 52/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Página: 53/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudióloga, 1 psicóloga, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	1	2	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Atendimento (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	191,000	33.000,00

II - Descrição das Ações

Fiscalização do cumprimento das leis e normas sobre vigilância epidemiológica.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.66.0000035	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02.0000000	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.66.0000035	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	33.000,00	33.000,00

Legenda:

0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
0.2.66 - Vigilância em Saúde

Página: 54/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.

O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	1	2	ADMINISTRAÇÃO DO IPREANCARLOS	Servidor (INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS)	165.000	105.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se as despesas com a manutenção dos serviços do IPREANCARLOS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.03.0000000	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.03.0000000	0,00	70.000,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.03.0000000	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	105.000,00	105.000,00

Legenda:

0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação	
Órgão:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS 13.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS 13.01
Função:	Previdência Social 9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário 272
Programa:	ENCARGOS GERAIS 0010

Objetivo do programa:

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas. Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTONIO CARLOS.

Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

Justificativa do programa:

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.

O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.

A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.007	1	3	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TESOIRO	Beneficiários (INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS)	57,000	340.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se as despesas com os inativos e pensionistas do tesouro.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.000000	340.000,00	0,00	340.000,00
Total:			340.000,00	0,00	340.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 56/58

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0010

Objetivo do programa:

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.
Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTONIO CARLOS.
Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

Justificativa do programa:

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.
O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.
A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.006	1	3	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO IPREANCARLOS	Beneficiários (INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS)	165,000	1.618.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se as despesas com inativos e pensionistas do IPREANCARLOS.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00.0000000	18.000,00	0,00	18.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.03.0000000	0,00	1.600.000,00	1.600.000,00
Total:			18.000,00	1.600.000,00	1.618.000,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários
0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Página: 57/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	95.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	95.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0011

Objetivo do programa:

Preservar o equilíbrio de caixa e atender ao princípio da flexibilidade do planejamento orçamentário.
Evidenciar o superávit orçamentário do Instituto de Previdência na sua função de acumular recursos para pagar os inativos e pensionistas.

Justificativa do programa:

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 4º, § 3º e 5º, inciso III, estabelece a obrigatoriedade da reserva de recursos orçamentários para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de forma a preservar o equilíbrio de caixa caso esses riscos ocorram.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.995	1	3	RESERVA DE CONTINGÊNCIA PREFEITURA	Diversos (RESERVA DE CONTINGÊNCIA)	1,000	26.808,00

II - Descrição das Ações

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.00.0000000	26.808,00		26.808,00
Total:			26.808,00		26.808,00

Legenda:

0.1.00 - Recursos Ordinários

Página: 58/58
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva Legal	997
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0011

Objetivo do programa:

Preservar o equilíbrio de caixa e atender ao princípio da flexibilidade do planejamento orçamentário.
Evidenciar o superávit orçamentário do Instituto de Previdência na sua função de acumular recursos para pagar os inativos e pensionistas.

Justificativa do programa:

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 4º, § 3º e 5º, inciso III, estabelece a obrigatoriedade da reserva de recursos orçamentários para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de forma a preservar o equilíbrio de caixa caso esses riscos ocorram.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.996	1	3	RESERVA DE CONTINGÊNCIA IPREANCARLOS	Diversos (RESERVA DE CONTINGÊNCIA)	1,000	2.490.500,00

II - Descrição das Ações

Constituição de um fundo para pagamento dos proventos de aposentadoria e pensão dos servidores públicos municipais.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.2.03.0000000	0,00		2.018.100,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.2.73.0000000	0,00		472.400,00
Total:			0,00		2.490.500,00

Legenda:

0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
0.2.73 - Aporte para Deficit Atuarial

Página: 1/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	981.559,48	1.284.490,36	1.549.512,55	1.550.000,00	1.583.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	981.559,48	1.152.690,36	1.154.112,55	1.220.000,00	1.283.000,00
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	21.866,64	31.632,00	45.965,28	41.000,00	50.100,00
4.1.1.2.00.00.00.00.00	TAXAS	21.866,64	31.632,00	45.965,28	41.000,00	50.100,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	21.866,64	31.615,90	45.844,53	40.000,00	50.000,00
4.1.1.2.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	21.866,64	31.615,90	45.844,53	40.000,00	50.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	16,10	120,75	1.000,00	100,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	16,10	120,75	1.000,00	100,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00.02	Taxa de Expediente - Saúde	0,00	16,10	120,75	1.000,00	100,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	13.884,83	22.158,67	36.911,76	28.000,00	36.300,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.884,83	22.158,67	36.911,76	28.000,00	36.300,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	13.884,83	22.158,67	36.911,76	28.000,00	36.300,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	13.884,83	22.158,67	36.911,76	28.000,00	36.300,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.12.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Taxa Vigilã	1.499,39	160,18	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.21.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - PACS	1.053,21	1.285,34	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.22.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - Saúde Bucal	268,45	237,59	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.23.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assistência	270,44	380,87	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.24.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Epidem	165,67	221,43	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.25.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vig. Sanitã	344,41	144,09	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.26.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - ESF Estadual	3.618,93	1.270,99	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.27.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Farmácia Bá	108,24	504,03	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.28.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	294,66	301,28	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.29.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	721,11	1.409,67	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.30.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - PMAQ	639,15	1.655,78	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.31.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF Estadual	0,00	290,02	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.32.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Rede Cegonha	0,00	8,14	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.33.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Construção UBS	0,00	1.649,13	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc-Fundo Saude	4.901,17	12.640,13	18.180,74	13.000,00	16.300,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.01	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS	0,00	0,00	1.187,98	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.02	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	0,00	0,00	914,62	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.03	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal	0,00	0,00	332,61	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.04	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	0,00	0,00	2.152,96	1.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.05	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	0,00	0,00	1.782,34	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.06	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist Farm	0,00	0,00	710,08	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.07	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Sanit	0,00	0,00	405,75	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.08	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Epidem	0,00	0,00	937,42	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.09	Remun Dep Banc Rec Vinc - ESF Estadual	0,00	0,00	863,74	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.10	Remun Dep Banc Rec Vinc - Farm Bas Estadual	0,00	0,00	566,73	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.11	Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF Estadual	0,00	0,00	231,82	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.12	Remun Dep Banc Rec Vinc - PSE	0,00	0,00	124,39	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.13	Remun Dep Banc Rec Vinc - Rede Cegonha	0,00	0,00	71,11	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.14	Remun Dep Banc Rec Vinc - Ampliação Saúde	0,00	0,00	7.256,97	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.15	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Sanit Munic	0,00	0,00	614,82	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00.16	Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC - Exames Estadual	0,00	0,00	27,40	0,00	1.000,00

Página: 2/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS						
4.1.3.2.5.01.03.00.00.17	Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.18	Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC - Exames Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	0,00	0,00	18.731,02	15.000,00	20.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	944.945,59	1.096.347,88	1.067.539,00	1.148.000,00	1.195.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	944.945,59	1.096.347,88	1.067.539,00	1.148.000,00	1.195.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	838.648,03	980.600,32	967.984,40	1.057.000,00	1.080.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	838.648,03	980.600,32	967.984,40	1.057.000,00	1.080.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	794.741,37	900.846,41	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.01.00	PAB - Transferência de Recursos SUS	146.652,03	164.949,41	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.02.00	Saude da Família - Transferência de Recursos SUS	252.810,00	256.680,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.03.00	Agentes Comunitários de Saúde - Transferência de R	190.434,00	215.257,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.04.00	Saude Bucal - Transferência de Recursos SUS	26.370,00	26.760,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.06.00	Vigilância Epidemiológica	16.275,34	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.07.00	Programa Melhorior do Acesso e da Qualidade - PMAQ	162.200,00	236.600,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.01.00.08.00	Programa Saúde Escolar - PSE	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Far	38.076,60	35.205,35	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.02.00.01.00	Assistência Farmacêutica - Transferência de Recurs	38.076,60	35.205,35	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em S	5.830,06	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.03.00.02.00	Vigilância Sanitária - Transferência de Recursos S	5.830,06	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	0,00	0,00	867.546,65	965.000,00	948.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	175.098,96	185.000,00	180.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	692.447,69	780.000,00	768.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saude da Família	0,00	0,00	228.160,00	270.000,00	260.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	205.704,00	230.000,00	220.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saude Bucal	0,00	0,00	24.530,00	28.000,00	24.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.04.00	Núcleo de Apoio Saúde Familiar - NASF	0,00	0,00	0,00	1.000,00	140.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Melhorior Acesso a Qualidade	0,00	0,00	231.677,09	250.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.06.00	Programa Saúde Escolar - PSE	0,00	0,00	2.376,60	1.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	M.A.C. Ambulatorial e Hospitalar	0,00	700,00	3.745,77	2.000,00	50.000,00
4.1.7.2.1.33.12.01.00.00	Teto Municipal Rede Cegonha	0,00	700,00	3.745,77	2.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.12.02.00.00	M.A.C. Exames - Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância em Saude	0,00	43.848,56	58.253,22	50.000,00	42.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	0,00	35.093,09	40.592,70	35.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	0,00	8.755,47	17.660,52	15.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Bloco Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	38.438,76	40.000,00	40.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	38.438,76	40.000,00	40.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	106.297,56	115.747,56	99.554,60	91.000,00	115.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	106.297,56	115.747,56	99.554,60	91.000,00	115.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.01.00	Programa Saúde da Família	72.750,00	58.200,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.00.00.02.00	Farmácia Básica	33.547,56	33.547,56	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.00.00.04.00	NASF Estadual	0,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Co Financiamento Atenção Básica - ESF	0,00	0,00	51.100,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Piso de Atenção Básica - NASF	0,00	0,00	12.000,00	1.000,00	20.000,00
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	28.263,80	30.000,00	15.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/13
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS						
4.1.7.2.2.33.00.04.00.00	M.A.C. Exames - Estadual	0,00	0,00	8.190,80	0,00	20.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	862,42	2.551,81	3.696,51	3.000,00	1.600,00
4.1.9.1.0.0.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	236,78	586,76	1.443,34	2.000,00	1.100,00
4.1.9.1.1.0.0.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	111,17	37,96	493,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	111,17	37,96	493,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.0.0.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	125,61	548,80	950,34	1.000,00	100,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx. Fisc. Vig. San.	125,61	548,80	950,34	1.000,00	100,00
4.1.9.3.0.0.0.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	625,64	1.965,05	2.253,17	1.000,00	500,00
4.1.9.3.1.0.0.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	625,64	1.965,05	2.253,17	1.000,00	500,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx. de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	625,64	1.965,05	2.253,17	1.000,00	500,00
4.2.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	131.800,00	395.400,00	330.000,00	300.000,00
4.2.4.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	131.800,00	395.400,00	330.000,00	300.000,00
4.2.4.7.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	131.800,00	395.400,00	330.000,00	300.000,00
4.2.4.7.1.0.0.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	131.800,00	395.400,00	330.000,00	300.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	131.800,00	395.400,00	330.000,00	300.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.01	Convênio Minist Saúde - Ampliação Estrutura Saúde	0,00	131.800,00	395.400,00	330.000,00	300.000,00
Total por entidade:		981.559,48	1.284.490,36	1.549.512,55	1.550.000,00	1.583.000,00
Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS						
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS	3.139.195,27	1.915.784,07	3.289.581,74	3.226.000,00	4.195.500,00
4.1.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.253.027,43	925.564,73	2.096.284,22	1.678.000,00	2.224.500,00
4.1.2.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	406.469,21	428.746,69	474.600,94	625.000,00	812.500,00
4.1.2.1.0.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	406.469,21	428.746,69	474.600,94	625.000,00	812.500,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	406.469,21	428.746,69	474.600,94	625.000,00	812.500,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00	Contrib. de Servidor Ativo Civil	401.074,90	415.306,49	460.496,26	604.000,00	795.500,00
4.1.2.1.0.29.07.00.01	Contrib. de Servidor Ativo Civil	401.074,90	415.306,49	0,00	0,00	0,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00	Contrib. de Servidor Inativo Civil	5.394,31	13.440,20	14.104,68	20.000,00	16.000,00
4.1.2.1.0.29.11.00.00	Contrib. de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.755.464,16	331.320,82	1.308.549,22	1.002.000,00	1.321.000,00
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.755.464,16	331.320,82	1.308.549,22	1.002.000,00	1.321.000,00
4.1.3.2.1.0.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	41.804,39	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.1.06.00.00.00	Títulos de Respon. do Gov. Fed.	41.804,39	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.1.06.01.00.00	Títulos de Respon. do Gov. Fed. - Vinculados RPPS	41.804,39	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.8.0.0.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	1.713.659,77	331.320,82	1.308.549,22	1.002.000,00	1.321.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00	Remuneração Investimentos RPPS Renda Fixa	1.700.849,97	312.157,76	1.294.596,26	1.000.000,00	1.320.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.01	Remun Invest RPPS Renda Fixa	0,00	0,00	0,00	950.000,00	1.227.600,00
4.1.3.2.8.10.00.00.02	Remun Invest RPPS Renda Fixa - Aporte	0,00	0,00	0,00	50.000,00	92.400,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	12.809,80	19.163,06	13.952,96	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.8.30.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Fundos Imobiliári	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.094,06	165.497,22	313.134,06	51.000,00	91.000,00
4.1.9.1.0.0.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.4.0.0.00.00.00	Multas Juros de Mora Dívida Ativa das Contrib	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.4.01.00.00.00	MJM Div Ativa Contrib p/Financ Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.4.01.01.00.00	MJM Div Ativa Contrib p/Financ Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.0.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	91.094,06	165.497,22	313.134,06	50.000,00	90.000,00

Página: 4/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS						
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	91.094,06	165.497,22	313.134,06	50.000,00	90.000,00
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	91.094,06	165.497,22	313.134,06	50.000,00	90.000,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	Compensações Financ entre Regime Geral e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
4.7.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	886.167,84	990.219,34	1.193.297,52	1.548.000,00	1.971.000,00
4.7.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	886.167,84	830.897,18	920.984,86	1.208.000,00	1.591.000,00
4.7.2.1.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	886.167,84	830.897,18	920.984,86	1.208.000,00	1.591.000,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	886.167,84	830.897,18	920.984,86	1.208.000,00	1.591.000,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	801.928,10	830.897,18	920.984,86	1.208.000,00	1.591.000,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu	84.239,74	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	0,00	159.322,16	272.312,66	340.000,00	380.000,00
4.7.9.4.0.0.00.00.00.00	Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização	0,00	159.322,16	272.312,66	340.000,00	380.000,00
9.0.0.0.0.0.00.00.00.00	Dedução da Receita	0,00	-331.320,82	-13.952,96	0,00	0,00
9.1.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	-331.320,82	-13.952,96	0,00	0,00
9.1.3.0.0.0.00.00.00.00	Dedução Receita Patrimonial	0,00	-331.320,82	-13.952,96	0,00	0,00
9.1.3.2.0.0.00.00.00.00	Dedução Receita Imobiliária	0,00	-331.320,82	-13.952,96	0,00	0,00
9.1.3.2.8.0.0.00.00.00	Dedução Rem Investimentos do RPPS	0,00	-331.320,82	-13.952,96	0,00	0,00
9.1.3.2.8.10.00.00.00	Dedução Rem Investimentos RPPS Renda Fixa	0,00	-312.157,76	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.8.20.00.00.00	Dedução Rem Invest RPPS Renda Variável	0,00	-19.163,06	-13.952,96	0,00	0,00
	Total por entidade:	3.139.195,27	1.584.463,25	3.275.628,78	3.226.000,00	4.195.500,00
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	23.231.489,21	23.459.591,56	27.316.958,43	32.158.400,00	34.656.100,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.932.528,39	22.752.214,10	25.620.905,97	26.693.400,00	28.710.100,00
4.1.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.149.126,21	2.163.030,65	2.472.591,15	2.643.000,00	2.929.400,00
4.1.1.1.0.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.979.512,25	2.009.098,22	2.284.446,86	2.450.000,00	2.730.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.177.804,38	1.365.087,69	1.486.993,58	1.640.000,00	1.830.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	639.761,85	706.922,15	742.937,97	820.000,00	900.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.01.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	339.073,72	360.468,77	401.186,49	434.600,00	468.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.02.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	172.735,77	190.902,89	193.163,90	213.200,00	243.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.03.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	127.952,36	155.550,49	148.587,58	172.200,00	189.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	416.581,00	523.443,19	571.572,20	620.000,00	560.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	416.581,00	523.443,19	571.572,20	620.000,00	560.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	220.787,99	266.955,86	308.648,95	328.600,00	291.200,00
4.1.1.1.2.04.31.00.02.00	IRRF Sobre os Rend. do Trabalho	112.476,92	141.329,72	148.608,81	161.200,00	151.200,00
4.1.1.1.2.04.31.00.03.00	IRRF Sobre os Rend. do Trabalho	83.316,09	115.157,61	114.314,44	130.200,00	117.600,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imp.s/Transm."Inter Vivos" de Bens Imóveis e Dir.	121.461,53	134.722,35	172.483,41	200.000,00	370.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.01.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	64.374,56	68.708,24	93.140,95	106.000,00	192.400,00
4.1.1.1.2.08.00.00.02.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	32.794,66	36.375,09	44.845,82	52.000,00	99.900,00
4.1.1.1.2.08.00.00.03.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	24.292,31	29.639,02	34.496,64	42.000,00	77.700,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Producao e a Circulacao	801.707,87	644.010,53	797.453,28	810.000,00	900.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Servicos de Qualquer Natureza	801.707,87	644.010,53	797.453,28	810.000,00	900.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.01.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	424.904,94	328.445,23	430.624,61	429.300,00	468.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.02.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	216.461,31	173.882,94	207.337,97	210.600,00	243.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.03.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	160.341,62	141.682,36	159.490,70	170.100,00	189.000,00
4.1.1.2.0.0.00.00.00.00	TAXAS	169.613,96	153.932,43	188.144,29	193.000,00	199.400,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Página: 5/13
 Data: 10/11/2015

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	94.665,42	89.274,16	102.823,06	101.000,00	119.400,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P Serviços	67.230,22	74.051,24	85.046,51	80.000,00	100.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	24.375,20	12.542,92	16.696,55	20.000,00	18.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxa pelo Exercício do Poder da Polícia	3.060,00	2.680,00	1.080,00	1.000,00	1.400,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	74.948,54	64.658,27	85.321,23	92.000,00	80.000,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	11.135,33	7.057,00	10.995,00	10.000,00	10.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	44.812,56	36.164,77	47.675,16	52.000,00	45.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	19.000,65	21.436,50	26.651,07	30.000,00	25.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.01	Taxa de Expediente	19.000,65	21.436,50	26.651,07	30.000,00	25.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	233.483,44	344.241,85	342.670,80	400.000,00	580.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	233.483,44	344.241,85	342.670,80	400.000,00	580.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	120.441,49	102.381,15	237.873,59	128.400,00	126.600,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	14.274,08	12.059,75	0,00	1.000,00	5.000,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	14.274,08	12.059,75	0,00	1.000,00	5.000,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.01	Aluguéis Terrenos	14.274,08	12.059,75	0,00	0,00	0,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	0,00	0,00	0,00	1.000,00	5.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	106.167,41	90.321,40	237.873,59	127.400,00	121.600,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	106.167,41	90.321,40	237.873,59	127.400,00	121.600,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	49.080,64	37.081,31	96.830,84	27.400,00	21.600,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Recieita de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEF	4.062,63	4.195,19	8.017,41	8.000,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 60%	4.062,63	4.195,19	8.017,41	8.000,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	3.262,03	1.852,47	31.438,43	6.400,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Salário Educação	0,00	0,00	5.074,22	4.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - PNAE	0,00	0,00	212,86	400,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - PNATE	0,00	0,00	738,74	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Transp Escolar Estadual	0,00	0,00	1.220,55	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Outros FNDE	0,00	0,00	7.012,30	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.05.06.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Constr Creche	0,00	0,00	17.179,76	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Recieita de Remuneração Depósitos Bancários da CIDE	2.367,41	212,78	31,36	0,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	372,64	284,73	719,47	2.000,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Bolsa Família	0,00	0,00	529,03	1.000,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Fundo Social	0,00	0,00	153,77	1.000,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - SST/FEAS	0,00	0,00	36,67	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. PDDE	3,65	11,57	37,75	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.13.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FNAS	101,11	1,47	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.13.01.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc- FNAS - API	101,11	1,47	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.14.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Outras Transf	59,80	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Transp. Esc	2.278,54	1.467,05	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PNAE	130,48	146,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - PNATE	427,09	818,52	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.18.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Militar	182,99	53,95	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.19.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Civil	15,28	43,52	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.20.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- Trânsito/Mun	232,50	324,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.21.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Constr. Quadra	7.305,60	5.742,70	0,00	0,00	0,00

Página: 6/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
4.1.3.2.5.01.22.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- Constr. Pontes	83,59	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.23.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Pav. Ruas - Est	117,97	1.414,65	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.25.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Constr. Creche	16.889,31	11.730,11	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.27.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienação de Be	3.037,30	640,30	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.28.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- COSIP	2.714,86	5.631,65	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.29.00.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- CASAN	2.320,01	1.457,57	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.31.00.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUREBOM	1.008,33	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.32.00.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNCULTURAL	2.106,23	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.33.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Op. Crédito	1,29	53,25	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.34.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc Outros FNDE	0,00	219,69	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.35.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Fundo Social	0,00	17,17	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.36.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - SST FEAS	0,00	13,45	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.37.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Festas	0,00	33,32	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.38.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - SDR Frota Municipal	0,00	456,20	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.39.00.00.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - Cultura	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Receita de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	56.586,42	11.000,00	5.400,00	5.400,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Civil	0,00	109,29	1.000,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Militar	0,00	313,45	1.000,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pref.	0,00	559,89	1.000,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienação	0,00	1.558,35	1.000,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - COSIP	0,00	9.879,38	5.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - CASAN	0,00	5.839,51	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Op Crédito	0,00	3,52	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Constr Quadra	0,00	5.500,32	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Pav Ruas SDR	0,00	545,32	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Manut Frotas	0,00	9.272,13	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Cultura	0,00	9.014,40	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Pav Ruas Fed	0,00	447,12	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Patrulha Agrícola	0,00	9.321,38	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS - PBFI	0,00	168,58	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - FUNDAM	0,00	4.053,78	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósito de Recursos não Vinculados	57.086,77	53.240,09	141.042,75	100.000,00	100.000,00
4.1.3.2.5.02.01.00.00.00	Receita Remuneração de Depósitos de Poupança	57.086,77	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	53.240,09	141.042,75	100.000,00	100.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA						
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	6.557,11	5.340,00	6.337,20	8.000,00	2.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00		6.557,11	5.340,00	6.337,20	8.000,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS						
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	Serv. Administrativos	51.963,66	74.834,08	168.841,51	61.000,00	68.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	51.873,66	63.369,94	158.338,33	51.000,00	58.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	0,00	18.343,63	101.311,90	1.000,00	1.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	880,00	1.650,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	3.500,00	880,00	1.650,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	44.146,31	44.146,31	55.376,43	48.000,00	56.000,00
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	48.373,66	44.146,31	55.376,43	48.000,00	56.000,00
4.1.6.0.0.13.03.01.00.00	Serv. Projetos de Segurança contra Sinistros	23.761,06	14.310,89	17.916,35	12.000,00	16.000,00
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Serv. Vistoria de Segurança contra Sinistros	24.612,60	29.835,42	37.460,08	36.000,00	40.000,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00

Página: 7/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	90,00	11.464,14	10.503,18	10.000,00	10.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.200.863,94	19.943.458,38	22.234.525,10	23.183.000,00	24.845.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.798.199,98	19.198.105,31	21.835.379,10	21.975.000,00	23.988.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.814.571,68	6.321.469,19	6.906.528,43	6.852.000,00	7.251.000,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.171.995,34	5.529.529,17	5.926.328,80	6.192.000,00	6.570.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	5.136.670,93	5.508.918,55	5.904.511,33	6.170.000,00	6.300.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	2.606.765,18	2.809.548,45	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	1.327.974,71	1.487.408,02	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	983.684,98	1.211.962,08	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	5.653.737,77	5.920.000,00	6.300.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.01	Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	3.053.018,36	3.137.600,00	3.276.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.02	Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	1.469.971,83	1.539.200,00	1.701.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	1.130.747,58	1.243.200,00	1.323.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1%	0,00	0,00	250.773,56	250.000,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.01	Cota-Parte do FPM 1%	0,00	0,00	185.572,43	132.500,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.02	Cota-Parte do FPM 1%	0,00	0,00	65.201,13	65.000,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.03	Cota-Parte do FPM 1%	0,00	0,00	0,00	52.500,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	218.246,06	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.01.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	115.670,41	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.02.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	58.926,44	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.03.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	43.649,21	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota Parte do FPM 1%	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.01	Cota Parte do FPM 1%	0,00	0,00	0,00	0,00	182.500,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.02	Cota Parte do FPM 1%	0,00	0,00	0,00	0,00	67.500,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	35.324,41	20.610,62	21.817,47	22.000,00	20.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	18.721,93	10.511,40	11.781,42	11.660,00	10.400,00
4.1.7.2.1.01.05.00.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	9.537,60	5.564,87	5.672,54	5.720,00	5.400,00
4.1.7.2.1.01.05.00.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	7.064,88	4.534,35	4.363,51	4.620,00	4.200,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transf. da União	36.990,58	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	36.990,58	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan.	89.043,81	87.403,68	102.753,41	101.000,00	86.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	11.926,52	9.103,98	14.599,29	13.000,00	16.000,00
4.1.7.2.1.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compem. Finan. Prod. Petróleo	77.117,29	78.299,70	88.154,12	88.000,00	70.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	20.250,00	9.200,00	24.645,00	15.000,00	6.000,00
4.1.7.2.1.34.00.01.00.00	Atendimento a Pessoa Idosa	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.02.00.00	Fundo Social - FNAS	0,00	950,00	2.770,00	5.000,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	Bolsa Família	8.250,00	8.250,00	6.875,00	10.000,00	6.000,00
4.1.7.2.1.34.00.04.00.00	FNAS PBFI	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	452.406,45	539.374,23	658.691,76	503.000,00	541.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	213.742,52	238.471,07	306.475,43	280.000,00	350.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas FNDE referentes PDDE	35.223,30	108.460,00	13.110,00	2.000,00	1.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	63.684,00	72.840,00	81.072,00	90.000,00	90.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	PNATE	128.172,49	112.423,24	99.003,76	130.000,00	100.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	11.584,14	7.179,92	159.030,57	1.000,00	0,00

Página: 8/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	43.885,50	42.491,41	45.573,00	40.000,00	48.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.01.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	23.259,32	21.670,58	24.609,36	21.200,00	24.960,00
4.1.7.2.1.36.00.00.02.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	11.849,10	11.472,71	11.849,04	10.400,00	12.960,00
4.1.7.2.1.36.00.00.03.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	8.777,08	9.348,12	9.114,60	8.400,00	10.080,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	113.470,70	148.536,46	1.000,00	0,00
4.1.7.2.1.99.00.01.00.00	Compensação sobre Exportações	0,00	0,00	36.927,21	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.00.02.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios	0,00	113.470,70	111.609,25	1.000,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	9.699.048,41	10.311.151,44	12.147.049,59	12.223.000,00	13.772.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	9.699.048,41	10.310.597,44	12.147.049,59	12.222.000,00	13.772.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	8.594.730,60	9.184.587,34	10.848.345,65	11.000.000,00	12.300.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.01.00	Cota-Parte do ICMS	4.555.207,13	4.684.139,49	5.858.106,64	5.830.000,00	6.396.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.02.00	Cota-Parte do ICMS	2.320.577,32	2.479.838,63	2.820.569,88	2.860.000,00	3.321.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.03.00	Cota-Parte do ICMS	1.718.946,15	2.020.609,22	2.169.669,13	2.310.000,00	2.583.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Imposto s/ Propri. Veículos Automotores - IPVA	951.575,80	986.213,20	1.130.048,15	1.050.000,00	1.290.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.01.00	Cota-Parte do IPVA	504.335,12	502.968,70	610.225,98	556.500,00	670.800,00
4.1.7.2.2.01.02.00.02.00	Cota-Parte do IPVA	256.925,44	266.277,61	293.812,50	273.000,00	348.300,00
4.1.7.2.2.01.02.00.03.00	Cota-Parte do IPVA	190.315,24	216.966,89	226.009,67	220.500,00	270.900,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	137.374,08	139.016,43	167.075,59	170.000,00	180.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.01.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	72.808,29	70.898,37	90.220,78	90.100,00	93.600,00
4.1.7.2.2.01.04.00.02.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	37.090,99	37.534,42	43.439,67	44.200,00	48.600,00
4.1.7.2.2.01.04.00.03.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	27.474,80	30.583,64	33.415,14	35.700,00	37.800,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.Domínio Econômico	15.367,93	780,47	1.580,20	2.000,00	2.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	554,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transf Rec Fundo Estadual Assist Social - FEAS	0,00	554,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.284.579,89	2.565.484,68	2.781.801,08	2.900.000,00	2.965.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.284.579,89	2.565.484,68	2.781.801,08	2.900.000,00	2.965.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.01.00	Transferências de Recursos do FUNDEF - 60%	1.370.747,98	1.539.290,77	1.669.080,64	1.740.000,00	1.779.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.02.00	Transferências de Recursos do FUNDEF - 40%	913.831,91	1.026.193,91	1.112.720,44	1.160.000,00	1.186.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	402.663,96	745.353,07	399.146,00	1.208.000,00	857.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	347.663,96	745.353,07	334.146,00	1.148.000,00	797.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	0,00	0,00	334.146,00	400.000,00	396.000,00
4.1.7.6.2.02.00.01.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Ensino Fund	0,00	0,00	192.267,57	230.000,00	288.000,00
4.1.7.6.2.02.00.02.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Segundo Grau	0,00	0,00	141.878,43	170.000,00	108.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	347.663,96	745.353,07	0,00	748.000,00	401.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.01.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Civil	7.513,42	8.712,07	0,00	0,00	26.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.02.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Militar	7.513,42	8.712,07	0,00	0,00	26.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.03.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Município	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.06.00	Convênio SSP - Parte Município	8.091,12	9.381,94	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.08.00	Convênio SDR - Transporte Escolar	180.165,14	148.355,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.09.00	Convênio SDR - Transporte Escolar - Segundo Grau	144.380,86	140.192,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.10.00	Convênio SDR - Manutenção da Escola e Banda de Mús	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.12.00	Convênio SDR - Preserv e Des do Patrim Histórico	0,00	100.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.13.00	Convênio SDR - Festas	0,00	30.000,00	0,00	60.000,00	1.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.14.00	Convênio SDR - Esportes	0,00	299.999,99	0,00	63.000,00	60.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/13
Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
4.1.7.6.2.99.00.00.15.00	Convênio SDS - Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	100.000,00	50.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.16.00	Convênio SDR - Recuperação Estradas Vicinais	0,00	0,00	0,00	500.000,00	150.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.17.00	Convênio SOL - Esporte	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	55.000,00	0,00	65.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.6.4.00.00.01.00.00	Convênio CASAN - Ação Compartilhada na Manutenção	55.000,00	0,00	65.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	170.092,54	118.927,99	158.066,62	270.000,00	159.100,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	39.698,68	43.804,04	94.100,60	77.000,00	21.100,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	5.949,77	11.406,45	10.080,74	9.000,00	7.100,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.528,51	4.255,21	3.627,79	2.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	810,11	2.170,14	1.958,98	1.060,00	520,00
4.1.9.1.1.38.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	412,72	1.148,90	943,23	520,00	270,00
4.1.9.1.1.38.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	305,68	936,17	725,58	420,00	210,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	79,25	1.000,00	100,00
4.1.9.1.1.39.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	42,79	530,00	52,00
4.1.9.1.1.39.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	20,61	260,00	27,00
4.1.9.1.1.39.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	15,85	210,00	21,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	2.103,63	5.747,87	4.929,63	5.000,00	5.000,00
4.1.9.1.1.40.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	1.114,96	2.931,41	2.662,01	2.650,00	2.600,00
4.1.9.1.1.40.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	567,96	1.551,94	1.281,68	1.300,00	1.350,00
4.1.9.1.1.40.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	420,71	1.264,52	985,94	1.050,00	1.050,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	2.317,63	1.403,37	1.444,07	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	2.317,63	1.403,37	1.444,07	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	33.610,94	29.177,40	35.030,69	24.000,00	12.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	15.665,66	19.439,34	31.230,55	20.000,00	10.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	8.302,74	9.914,12	16.864,44	10.600,00	5.200,00
4.1.9.1.3.11.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.229,76	5.248,62	8.119,94	5.200,00	2.700,00
4.1.9.1.3.11.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	3.133,16	4.276,60	6.246,17	4.200,00	2.100,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.9.1.3.12.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	0,00	0,00	0,00	530,00	0,00
4.1.9.1.3.12.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	0,00	0,00	0,00	260,00	0,00
4.1.9.1.3.12.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	0,00	0,00	0,00	210,00	0,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora Dívida Ativa sobre o ISS	16.992,79	6.536,90	741,46	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.13.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	9.006,19	3.333,75	400,38	530,00	520,00
4.1.9.1.3.13.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	4.588,02	1.764,99	192,80	260,00	270,00
4.1.9.1.3.13.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	3.398,58	1.438,16	148,28	210,00	210,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora Dívida Ativa Outros Tributos	952,49	3.201,16	3.058,68	2.000,00	1.000,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	122,11	2.245,25	1.375,79	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	122,11	2.245,25	1.375,79	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.01	Multas e Juros de Mora de Div. Ativa de Outras Rec	122,11	2.245,25	1.001,52	0,00	0,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	0,00	0,00	374,27	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	15,86	974,94	374,66	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	15,86	974,94	374,66	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	47.238,72	42.000,00	0,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	46.888,72	40.000,00	0,00

Página: 10/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
4.1.9.1.9.15.00.01.00.00	Multas Prev na Legislação Trânsito - P Civil	0,00	0,00	15.238,98	13.000,00	0,00
4.1.9.1.9.15.00.02.00.00	Multas Prev na Legislação Trânsito - P Militar	0,00	0,00	15.238,98	13.000,00	0,00
4.1.9.1.9.15.00.03.00.00	Multas Prev na Legislação Trânsito - PMAC	0,00	0,00	16.410,76	14.000,00	0,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	0,00	0,00	350,00	1.000,00	0,00
4.1.9.1.9.60.00.00.00.00	Multa por Infração à Legislação de Licitação	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.495,99	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	44.495,99	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	44.495,99	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	75.897,87	60.123,95	53.966,02	44.000,00	131.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	75.748,50	56.777,03	50.081,98	39.000,00	121.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa do IPTU	27.005,11	30.294,96	43.357,70	35.000,00	100.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	14.312,75	15.450,41	23.413,19	18.550,00	52.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	7.291,30	8.179,60	11.272,96	9.100,00	27.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	5.401,06	6.664,95	8.671,55	7.350,00	21.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	0,00	0,00	0,00	530,00	520,00
4.1.9.3.1.12.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	0,00	0,00	0,00	270,00	270,00
4.1.9.3.1.12.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	0,00	0,00	0,00	210,00	210,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	46.632,32	19.296,13	1.375,81	2.000,00	10.000,00
4.1.9.3.1.13.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	24.715,15	9.841,03	742,97	1.060,00	5.200,00
4.1.9.3.1.13.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	12.590,73	5.209,96	357,71	520,00	2.700,00
4.1.9.3.1.13.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	9.326,44	4.245,14	275,13	420,00	2.100,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.111,07	7.185,94	5.348,47	1.000,00	10.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	2.111,07	7.185,94	5.348,47	1.000,00	10.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	149,37	3.346,92	3.884,04	5.000,00	10.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	149,37	3.346,92	3.884,04	5.000,00	10.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recel - Princ	149,37	3.346,92	3.884,04	5.000,00	10.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	15.000,00	10.000,00	147.000,00	5.000,00
4.1.9.9.0.22.00.00.00.00	Receita "Terceirização" Folha Pagto Agentes Públic	10.000,00	0,00	5.000,00	147.000,00	5.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	15.000,00	5.000,00	0,00	0,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.298.960,82	707.377,46	1.696.052,46	5.465.000,00	5.946.000,00
4.2.1.0.00.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	932.609,95	67.390,05	0,00	2.800.000,00	1.250.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	932.609,95	67.390,05	0,00	2.800.000,00	1.250.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	932.609,95	67.390,05	0,00	2.800.000,00	1.250.000,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	932.609,95	67.390,05	0,00	2.800.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.01.00	BADESC - Pavimentação de Ruas	932.609,95	67.390,05	0,00	1.800.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.03.00	Operação de Crédito - PAC - 2 - Pro-Transportes	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	70.100,00	19.300,00	0,00	10.000,00	5.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.100,00	19.300,00	0,00	10.000,00	5.000,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	70.100,00	19.300,00	0,00	10.000,00	5.000,00
4.2.2.1.7.00.00.00.01.00	Alienação de Outros Veículos	70.100,00	19.300,00	0,00	10.000,00	5.000,00

Página: 11/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
4.2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	941,01	1.259,19	1.083,28	1.000,00	1.000,00
4.2.3.0.99.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	941,01	1.259,19	1.083,28	1.000,00	1.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.295.309,86	619.428,22	1.694.969,18	2.654.000,00	4.690.000,00
4.2.4.3.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS			0,00	0,00	0,00
4.2.4.3.04.00.00.00	Transf de Instituições Priv - CASAN	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.295.309,86	559.428,22	1.694.969,18	2.654.000,00	4.690.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	425.397,35	320.959,02	850.734,58	1.698.000,00	2.450.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	425.397,35	66.950,70	0,00	250.000,00	150.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.02	Convênio com o MEC - Aquisição de Veículo Escolar	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
4.2.4.7.1.02.00.00.03	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Ensino Infra	425.397,35	66.950,70	0,00	150.000,00	150.000,00
4.2.4.7.1.04.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	0,00	0,00	92.984,58	700.000,00	1.800.000,00
4.2.4.7.1.04.00.00.02	Convênio Ministério das Cidades - Pav de Ruas	0,00	0,00	92.984,58	700.000,00	1.800.000,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00	Convênio Ministério da Habitação	0,00	175.508,32	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.05.00.00.01	Convênio Ministério das Cidades - Pavimentação de	0,00	175.508,32	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.06.00.00.00	Convênio Ministério dos Esportes	0,00	78.500,00	221.500,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.06.00.00.01	Convênio Ministério dos Esportes - Quadras Esporti	0,00	78.500,00	221.500,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	536.250,00	748.000,00	500.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.02	Ministério da Saúde - FUNASA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.07	Convênio Ministério da Agricultura	0,00	0,00	536.250,00	150.000,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.12	Ministério da Integração - Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.13	Convênio Reforma e Revit. Centro Cultural - Federal	0,00	0,00	0,00	243.000,00	250.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.14	Convênio Pres. Des. Patrimônio Histórico - Federal	0,00	0,00	0,00	245.000,00	250.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr Fed e suas Entid.	869.912,51	238.469,20	844.234,60	956.000,00	2.240.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	869.912,51	238.469,20	844.234,60	700.000,00	2.200.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.01	Convênio SDR - Pavimentação de Ruas	742.296,20	238.469,20	119.234,60	400.000,00	400.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.03	Convênio SDR - Construção de Pontes	127.616,31	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.04	Convênio Estado - FUNDAM	0,00	0,00	725.000,00	0,00	1.500.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	256.000,00	40.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.09	Convênio SOL - Reforma Ginásio Esporte	0,00	0,00	0,00	138.000,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.10	Convênio SDR - Equip. Agrícolas	0,00	0,00	0,00	118.000,00	40.000,00
9.0.0.0.00.00.00.00	Dedução da Recella	-3.083.459,14	-3.266.477,71	-3.728.679,56	-3.784.400,00	-4.204.600,00
9.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.075.193,75	-3.266.477,71	-3.728.262,31	-3.784.400,00	-4.204.600,00
9.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-136.728,00	-136.898,91	-151.000,92	-144.000,00	-176.100,00
9.1.1.1.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	-122.363,60	-135.122,40	-140.051,79	-129.000,00	-175.100,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-121.255,42	-135.122,40	-139.612,59	-128.000,00	-170.100,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00	Dedução de IPTU	-121.255,42	-135.122,40	-139.612,59	-128.000,00	-170.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.01	Dedução de IPTU	-64.265,36	-68.912,42	-75.390,80	-67.840,00	-88.400,00
9.1.1.1.2.02.00.00.02	Dedução de IPTU	-32.738,97	-36.483,05	-36.299,27	-33.280,00	-45.900,00
9.1.1.1.2.02.00.00.03	Dedução de IPTU	-24.251,09	-29.726,93	-27.922,52	-26.880,00	-35.700,00
9.1.1.1.2.08.00.00.01	Dedução de ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	-52,00
9.1.1.1.2.08.00.00.02	Dedução de ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,00
9.1.1.1.2.08.00.00.03	Dedução de ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,00
9.1.1.1.3.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	-1.108,18	0,00	-439,20	-1.000,00	-5.000,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00	Dedução de ISS	-1.108,18	0,00	-439,20	-1.000,00	-5.000,00

Página: 12/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
9.1.1.1.3.05.00.00.01.00	Dedução de ISS	-587,33	0,00	-237,17	-530,00	-2.600,00
9.1.1.1.3.05.00.00.02.00	Dedução de ISS	-299,21	0,00	-114,19	-260,00	-1.350,00
9.1.1.1.3.05.00.00.03.00	Dedução de ISS	-221,64	0,00	-87,84	-210,00	-1.050,00
DEDUÇÕES DA RECEITA SOBRE TAXAS						
9.1.1.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES RECEITA SOBRE TAXA PELO PODER DE POLÍCI	-14.364,40	-1.776,51	-10.949,13	-15.000,00	-1.000,00
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Renúncia de Receita da Taxa Funcionamento	-443,23	-1.118,36	-181,16	-1.000,00	-100,00
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Dedução Tx Licença para Execução de Obras	-365,88	-1.118,36	-181,16	-1.000,00	-100,00
9.1.1.2.1.29.00.00.00.00	DEDUÇÕES RECEITA DA TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	-77,35	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Dedução Tx Cemitério	-13.921,17	-658,15	-10.767,97	-14.000,00	-900,00
9.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Dedução Taxa de Limpeza Pública	-1.902,00	-634,00	-1.838,00	0,00	-600,00
9.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Dedução Outras Tx Prestação de Serviços	-11.995,52	0,00	-8.920,91	-14.000,00	-200,00
9.1.1.2.2.99.00.00.00.01	Dedução de Taxa de Expediente	-23,65	-24,15	-9,06	0,00	-100,00
DEDUÇÃO RECEITA PATRIMONIAL						
9.1.3.0.0.00.00.00.00.00	Dedução Receita Imobiliária	-23,65	-24,15	-9,06	0,00	-100,00
9.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Dedução Remuneração Dep. Bancários	-2.205,28	-33,32	-3.944,20	0,00	0,00
9.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Dedução Remuneração Dep. Bancários Vinc.	-2.205,28	-33,32	-3.944,20	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Dedução Remuneração Dep. Bancários Vinc.	-2.205,28	-33,32	-3.944,20	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.23.00.00.00	Dedução Rem. Dep. Banc. Pav. Ruas	-99,05	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.32.00.00.00	Dev. Rec. Dep. Ban. Rec. Vinc. - FUNCULTURAL	-2.106,23	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.37.00.00.00	Devolução de Rend. Aplicação Conv. SDR - Festas	0,00	-33,32	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Dedução Receita de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	-3.944,20	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Dedução Remun. Dep Banc Rec Vinc - Constr Quadra	0,00	0,00	-3.944,20	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Dedução Remun. Dep Banc Rec Vinc - Pav Ruas SDR	0,00	0,00	-3.944,20	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE						
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferências	-2.936.260,47	-3.129.545,48	-3.573.317,19	-3.640.400,00	-4.027.600,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferências da União	-2.936.260,47	-3.129.545,48	-3.573.317,19	-3.640.400,00	-4.027.600,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferências da União	-999.526,45	-1.067.584,13	-1.144.225,25	-1.196.400,00	-1.273.600,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-990.749,37	-1.059.085,85	-1.135.110,65	-1.188.400,00	-1.264.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-983.684,60	-1.054.963,82	-1.130.747,27	-1.184.000,00	-1.260.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.02.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-983.684,60	-1.054.963,82	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	-1.130.747,27	-1.184.000,00	-1.260.000,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.01	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	-1.130.747,27	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.02	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	0,00	-1.184.000,00	-1.260.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita para formação do FUNDEB - ITR	-7.064,77	-4.122,03	-4.363,38	-4.400,00	-4.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ITR	-7.064,77	-4.122,03	-4.363,38	-4.400,00	-4.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	-8.777,08	-8.498,28	-9.114,60	-8.000,00	-9.600,00
9.1.7.2.1.36.00.00.02.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 -	-8.777,08	-8.498,28	-9.114,60	-8.000,00	-9.600,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferência dos Estados	-1.936.734,02	-2.061.961,35	-2.429.091,94	-2.444.000,00	-2.754.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Recelitas de Transferência dos Estados	-1.936.734,02	-2.061.961,35	-2.429.091,94	-2.444.000,00	-2.754.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-1.718.945,06	-1.836.916,43	-2.169.668,08	-2.200.000,00	-2.460.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-1.718.945,06	-1.836.916,43	-2.169.668,08	-2.200.000,00	-2.460.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-190.314,18	-197.241,58	-226.008,66	-210.000,00	-258.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-190.314,18	-197.241,58	-226.008,66	-210.000,00	-258.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-27.474,78	-27.803,34	-33.415,20	-34.000,00	-36.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-27.474,78	-27.803,34	-33.415,20	-34.000,00	-36.000,00
9.1.9.1.1.38.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-52,00

Página: 13/13
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
9.1.9.1.1.38.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,00
9.1.9.1.1.38.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,00
9.1.9.1.1.39.00.00.01.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	-52,00
9.1.9.1.1.39.00.00.02.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,00
9.1.9.1.1.39.00.00.03.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,00
9.1.9.1.1.40.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	-52,00
9.1.9.1.1.40.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,00
9.1.9.1.1.40.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,00
9.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Dedução Multas e Juros Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
9.1.9.1.3.11.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-52,00
9.1.9.1.3.11.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,00
9.1.9.1.3.11.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,00
9.1.9.1.3.13.00.00.01.00	Dedução Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	-52,00
9.1.9.1.3.13.00.00.02.00	Dedução Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,00
9.1.9.1.3.13.00.00.03.00	Dedução Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,00
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora Dívida Ativa Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
9.1.9.3.1.11.00.00.01.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-52,00
9.1.9.3.1.11.00.00.02.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-27,00
9.1.9.3.1.11.00.00.03.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	-21,00
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Dedução Rec. Dívida Ativa Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00
9.2.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO RECEITAS DE CAPITAL	-8.265,39	0,00	-417,25	0,00	0,00
9.2.4.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-8.265,39	0,00	-417,25	0,00	0,00
9.2.4.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	-8.265,39	0,00	-417,25	0,00	0,00
9.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Dedução Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	-8.265,39	0,00	-417,25	0,00	0,00
9.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Dedução Transf. Conv Estado Dest. Infra-Estrutura	-8.265,39	0,00	-417,25	0,00	0,00
9.2.4.7.2.05.00.00.01.00	Dedução Convênio SDR - Pav. de Ruas	-8.265,39	0,00	-417,25	0,00	0,00
Total por entidade:		20.148.030,07	20.193.113,85	23.588.278,87	28.374.000,00	30.451.500,00
Total geral:		24.268.784,82	23.062.067,46	28.413.420,20	33.150.000,00	36.230.000,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Lei Orçamentária para 2016

QUADRO II

Art. 5º, II da LRF.

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2016	2017	2018	
IPTU	Isenção	Aposentado Carente	10.000	10.500	11.000	Dispensada, cfe. Artigo 14, I, da LRF
Taxa pelo Poder de Polícia	Isenção	MEI	1.000			Idem
Taxa Prestação Serviço	Isenção	Tx Cemitério p/ carentes	1.000			Idem
		TOTAL	12.000	10.500	11.000	

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei Orçamentária para 2016

QUADRO III

Art. 5º, II da LRF.

**DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE
CARÁTER CONTINUADO - DOCC**

R\$ 1,00	
EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2016
Aumento Permanente da Receita (I)	1.978.500
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta de Expansão (III = I + II)	1.978.500
Expansão Prevista de DOCC – EP DOCC (IV)	1.588.000
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III – IV)	390.500

Memória de Cálculo:

Aumento Permanente da Receita de 2016 (APR) = Receita Corrente Líquida prevista para 2016 – Receita Corrente Líquida prevista para 2015.

APR de 2016 = 27.110.500 - 25.132.000

APR de 2016 = 1.978.500

Expansão Permanente das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado de 2016

EP DOCC = DOCC Prevista para 2016 – DOCC de 2015 Prevista

EP DOCC = 14.673.000 - 13.085.600

EP DOCC de 2016 = 1.588.000

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/2
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Realizado				Fixado	LOA
		2012	2013	2014	2015		
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS							
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.540.096,30	4.975.364,45	5.198.674,16	5.152.610,00	6.041.584,00	
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.276.783,80	3.269.843,08	3.300.146,21	3.669.000,00	3.989.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.104.564,28	3.105.407,29	3.111.124,13	3.308.000,00	3.528.000,00	
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	172.219,52	164.435,79	189.022,08	361.000,00	461.000,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.263.311,50	1.705.521,37	1.898.527,95	1.483.610,00	2.052.584,00	
3.3.40.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	8.946,00	11.928,00	13.419,00	18.000,00	1.000,00	
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.250.365,50	1.693.593,37	1.885.108,95	1.465.610,00	2.051.584,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	84.756,50	16.092,32	795.628,50	774.000,00	333.700,00	
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	84.756,50	16.092,32	795.628,50	774.000,00	333.700,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	84.756,50	16.092,32	795.628,50	774.000,00	333.700,00	
Total por entidade:		5.624.851,80	4.991.456,77	5.994.302,66	5.926.610,00	6.375.284,00	
Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS							
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.084.738,38	1.262.833,68	1.418.499,98	1.648.000,00	2.058.000,00	
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.586,66	1.224.503,43	1.374.938,70	1.578.000,00	1.988.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	16.586,66	1.224.503,43	1.374.938,70	1.578.000,00	1.988.000,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.068.151,72	38.330,25	43.561,28	70.000,00	70.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.068.151,72	38.330,25	43.561,28	70.000,00	70.000,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	1.921.000,00	2.490.500,00	
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	1.921.000,00	2.490.500,00	
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	1.921.000,00	2.490.500,00	
Total por entidade:		1.084.738,38	1.262.833,68	1.418.499,98	3.574.000,00	4.553.500,00	
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS							
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.386.002,73	11.629.897,29	14.574.209,75	15.497.640,00	16.711.908,00	
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.088.043,10	7.107.605,20	7.924.837,52	8.459.600,00	9.564.000,00	
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	1.584,00	3.093,00	5.391,00	0,00	0,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.463.331,79	6.447.379,05	7.198.128,05	7.632.600,00	8.454.000,00	
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	623.127,31	657.133,15	721.318,47	827.000,00	1.110.000,00	
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	47.223,15	130.615,52	92.548,67	75.000,00	50.000,00	
3.2.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	47.223,15	130.615,52	92.548,67	75.000,00	50.000,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.250.736,48	4.391.676,57	6.556.823,56	6.963.040,00	7.097.908,00	
3.3.20.00.00.00.00	Transferencias a União	244.637,77	197.944,94	256.704,17	230.000,00	0,00	
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	145.373,22	192.604,00	137.579,20	131.000,00	143.000,00	
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.296,00	3.919,50	4.758,00	0,00	0,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.775.189,75	3.823.834,04	5.899.521,46	6.248.660,00	6.559.908,00	
3.3.91.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	84.239,74	173.374,09	258.260,73	340.000,00	380.000,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/2
Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	13.380,00	15.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.159.879,28	2.410.540,06	1.938.380,56	6.552.000,00	6.972.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.102.971,52	2.208.439,54	1.579.811,78	6.252.000,00	6.592.500,00
4.4.4.4.50.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	7.486,58	31.764,00	7.300,00	0,00	0,00
4.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	697,50	711,00	0,00	0,00
4.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.095.484,94	2.175.978,04	1.571.800,78	6.252.000,00	6.592.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	56.907,76	202.100,52	358.568,78	300.000,00	380.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	56.907,76	202.100,52	358.568,78	300.000,00	380.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	79.750,00	26.808,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	79.750,00	26.808,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	79.750,00	26.808,00
Total por entidade:		15.545.882,01	14.040.437,35	16.512.590,31	22.129.390,00	23.711.216,00
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	705.479,13	908.331,83	992.587,87	1.140.000,00	1.220.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	640.055,12	819.442,18	893.217,19	960.000,00	1.120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	633.473,85	810.113,94	882.572,88	940.000,00	1.100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	6.581,27	9.328,24	10.644,31	20.000,00	20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.424,01	88.889,65	99.370,68	180.000,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	65.424,01	88.889,65	99.370,68	180.000,00	100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.380,00	880,00	30.574,70	380.000,00	370.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	7.380,00	880,00	30.574,70	380.000,00	370.000,00
4.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.380,00	880,00	30.574,70	380.000,00	370.000,00
Total por entidade:		712.859,13	909.211,83	1.023.162,57	1.520.000,00	1.590.000,00
Total geral:		22.968.331,32	21.203.939,63	24.948.555,52	33.150.000,00	36.230.000,00

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Lei Orçamentária para 2016

Quadro V

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DO ORÇAMENTO DA
SEGURIDADE SOCIAL – Art. 165, § 5º da CF.**

R\$ 1,00

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
Receita Tributária	50.100	Gestão Pública com Excelência	105.000
Contribuições Sociais	812.500	Promoção à Saúde de Qualidade	6.375.284
Receita Patrimonial	1.357.400	Assistir, Cuidar e Conviver (vinc)	6.100
Receita de Contribuições Intra	1.971.000	Encargos Gerais	1.958.000
Transferências do FNAS	6.000	Reserva do RPPS	2.490.500
Transferências do SUS	1.195.000		
Outras Receitas Correntes	92.600		
Convênio Ministério da Saúde	300.000		
Recursos do Orçamento Fiscal	5.150.284		
TOTAL	10.934.884	TOTAL	10.934.884

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL –
Art. 165, § 5º da CF.**

R\$ 1,00

RECEITAS	VALOR	DESPESAS	VALOR
Tributária	2.929.400	Gestão Pública com Excelência	4.786.400
Contribuições	580.000	Educação, Futuro Certo	6.815.408
Patrimonial	126.500	Cultura, Direito e Cidadania	909.000
Receita Agropecuária	2.000	Esporte é Saúde	549.000
Serviços	68.000	Assistir, Cuidar e Conviver	266.000
Transferências Correntes	24.839.000	Antônio Carlos mais Bela	81.000
Outras Receitas Correntes	159.100	Agricultura e Meio Ambiente Sustentável	2.347.000
Operações de Crédito	1.250.000	Infra-estrutura e Desenvolvimento	8.718.500
Alienação de Bens	5.000	Encargos Gerais	796.000
Amortização de Empréstimos	1.000	Reserva de Contingência	26.808
Transferências de Capital	4.690.000		
(-) Dedução da Receita Corrente	-4.204.600		
(-) Transf. p/Orçam Seg. Social	-5.150.284		
TOTAL	25.295.116	TOTAL	25.295.116
TOTAL GERAL	36.230.000	TOTAL GERAL	33.150.000

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/09/2013

Página: 1/9

Data: 10/11/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:	2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS		21.455.600,00	5.994.302,66	5.926.610,00	9.534.687,34	6.375.284,00	6.375.284,00	3.159.403,34
	11.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		21.455.600,00	5.994.302,66	5.926.610,00	9.534.687,34	6.375.284,00	6.375.284,00	3.159.403,34
	11.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		21.455.600,00	5.994.302,66	5.926.610,00	9.534.687,34	6.375.284,00	6.375.284,00	3.159.403,34
0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE								
1.015	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DA SAÚDE	Obra Executada (Und)	1,000	0,000	1,000	0,000	1,000	1,000	-1,000
		Meta financeira	880.800,00	635.550,87	731.000,00	-485.750,87	311.000,00	311.000,00	-796.750,87
2.026	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE SAUDE	Atendimento (Und)	94,000,000	0,000	23.500,000	70.500,000	23.500,000	23.500,000	47.000,000
		Meta financeira	12.213.800,00	3.241.812,76	2.657.610,00	6.314.377,24	3.499.584,00	3.499.584,00	2.814.793,24
2.027	AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Atendimento (Und)	40,000,000	0,000	10,000,000	30,000,000	10,000,000	10,000,000	20,000,000
		Meta financeira	5.036.000,00	1.322.643,68	1.550.000,00	2.163.356,32	1.415.000,00	1.415.000,00	748.356,32
2.028	AÇÕES COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	Atendimento (Und)	90,000,000	0,000	22.500,000	67.500,000	22.500,000	22.500,000	45,000,000
		Meta financeira	933.000,00	274.879,92	281.000,00	377.120,08	407.000,00	407.000,00	-29.879,92
2.029	AÇÕES DE SAÚDE BUCAL	Atendimento (Und)	16,000,000	0,000	4,000,000	12,000,000	4,000,000	4,000,000	8,000,000
		Meta financeira	926.000,00	257.538,44	283.000,00	385.461,56	295.000,00	295.000,00	90.461,56
2.030	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA	Atendimento (Und)	71.868,000	0,000	17.967,000	53.901,000	17.967,000	17.967,000	35.934,000
		Meta financeira	688.000,00	145.673,89	272.000,00	270.326,11	257.000,00	257.000,00	13.326,11
2.031	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atendimento (Und)	3.012,000	0,000	753,000	2.259,000	753,000	753,000	1.506,000
		Meta financeira	512.000,00	87.421,32	113.000,00	311.578,68	157.700,00	157.700,00	153.878,68
2.032	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Atendimento (Und)	764,000	0,000	191,000	573,000	191,000	191,000	382,000
		Meta financeira	266.000,00	28.781,78	39.000,00	198.218,22	33.000,00	33.000,00	165.218,22

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 2/9

Data: 10/11/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:	3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		15.526.000,00	1.418.499,98	3.574.000,00	10.533.500,02	4.553.500,00	4.553.500,00	5.980.000,02
	13.00 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		7.722.000,00	1.418.499,98	1.653.000,00	4.650.500,02	2.063.000,00	2.063.000,00	2.587.500,02
	13.01 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		7.722.000,00	1.418.499,98	1.653.000,00	4.650.500,02	2.063.000,00	2.063.000,00	2.587.500,02
	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
0001									
	2.033 ADMINISTRAÇÃO DO IPREANCARLOS	Servidor (Und)	660.000	0,000	165.000	495.000	165.000	165.000	330.000
	Meta física								
	Meta financeira		350.000,00	63.350,60	105.000,00	181.649,40	105.000,00	105.000,00	76.649,40
0010	ENCARGOS GERAIS								
	0.006 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO IPREANCARLOS	Beneficiários (Und)	660.000	0,000	165.000	495.000	165.000	165.000	330.000
	Meta física								
	Meta financeira		6.272.000,00	1.046.225,52	1.218.000,00	4.007.774,48	1.618.000,00	1.618.000,00	2.389.774,48
0.007	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TESOIRO	Beneficiários (Und)	230.000	0,000	13.000	217.000	57.000	57.000	160.000
	Meta física								
	Meta financeira		1.100.000,00	308.923,86	330.000,00	461.076,14	340.000,00	340.000,00	121.076,14
Órgão:	98.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.804.000,00	0,00	1.921.000,00	5.883.000,00	2.490.500,00	2.490.500,00	3.392.500,00
Unidade:	98.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.804.000,00	0,00	1.921.000,00	5.883.000,00	2.490.500,00	2.490.500,00	3.392.500,00
0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
	0.996 RESERVA DE CONTINGÊNCIA IPREANCARLOS	Diversos (Und)	4.000	0,000	1.000	3.000	1.000	1.000	2.000
	Meta física								
	Meta financeira		7.804.000,00	0,00	1.921.000,00	5.883.000,00	2.490.500,00	2.490.500,00	3.392.500,00
Entidade: Órgão: Unidade:	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	16.512.590,31	22.129.390,00	53.762.419,69	23.711.216,00	23.711.216,00	30.051.203,69
	02.00 GABINETE DO PREFEITO		2.700.000,00	622.417,96	753.000,00	1.324.582,04	833.400,00	833.400,00	491.182,04
	02.01 GABINETE DO PREFEITO		2.700.000,00	622.417,96	753.000,00	1.324.582,04	833.400,00	833.400,00	491.182,04
	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
0001									
	2.001 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Diversos (Und)	4.000	0,000	1.000	3.000	1.000	1.000	2.000
	Meta física								
	Meta financeira		2.700.000,00	622.417,96	753.000,00	1.324.582,04	833.400,00	833.400,00	491.182,04

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 3/9

Data: 10/11/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade: 0001	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS								
	03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS								
	03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS								
	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
0.001	0.001	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	Beneficiários (Und)	660,000	0,000	165,000	165,000	165,000	330,000
				850,000,00	258.260,73	340,000,00	251.739,27	380,000,00	-128.260,73
	2.003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Diversos (Und)	4,000	0,000	1,000	1,000	1,000	2,000
				5,016.250,00	1.320.858,31	1.343.380,00	2.352.011,69	1.625.000,00	727.011,69
Órgão: Unidade: 0004	04.00 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA								
	04.01 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA								
	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO								
	0.002	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA DA EDUCAÇÃO	Contrato (Und)	4,000	0,000	0,000	4,000	0,000	0,000
90,000,00				0,00	0,00	90,000,00	0,00	90,000,00	
1.001	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	Obra Executada (Und)	2,000	0,000	1,000	1,000	1,000	0,000	0,000
			1.500,000,00	208.465,26	100,000,00	1.191.534,74	101,000,00	1.090.534,74	
1.002	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL	Obra Executada (Und)	2,000	0,000	1,000	1,000	1,000	0,000	0,000
			1.550,000,00	0,00	170,000,00	1.380,000,00	210,000,00	1.170,000,00	
1.003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	Veículo (Und)	2,000	0,000	1,000	1,000	1,000	0,000	0,000
			300,000,00	35.100,00	101,000,00	163.900,00	251,000,00	-87.100,00	
2.004	OFERTA DE MERENDA ESCOLAR	Refeição/dia (Und)	3.724,000	0,000	930,000	2.794,000	1.397,000	1.397,000	1.397,000
			810,000,00	217.215,65	240,400,00	352.384,35	261,000,00	91.384,35	
2.005	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno (Und)	1.880,000	0,000	470,000	1.410,000	470,000	470,000	940,000
			9.506.980,00	2.198.059,74	2.441.760,00	4.867.160,26	2.449.000,00	2.418.160,26	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 4/9

Data: 10/11/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
0004	Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	16.512.550,31	22.129.390,00	53.762.419,69	23.711.216,00	23.711.216,00	30.051.203,69
	Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		27.523.980,00	5.762.553,08	6.930.660,00	14.830.766,92	7.724.408,00	7.724.408,00	7.106.358,92
	Unidade: 04.01 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		27.523.980,00	5.762.553,08	6.930.660,00	14.830.766,92	7.724.408,00	7.724.408,00	7.106.358,92
	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO								
	2.006	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	Aluno (Und)	1.608,000	0,000	402,000	402,000	402,000	804,000
		Meta física							
		Meta financeira		7.867.000,00	1.660.118,61	1.799.500,00	4.407.381,39	2.234.000,00	2.173.381,39
	2.007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Aluno (Und)	4.400,000	0,000	1.100,000	1.100,000	1.100,000	2.200,000
		Meta física							
		Meta financeira		2.880.000,00	888.174,40	973.000,00	1.018.825,60	1.076.408,00	-57.582,40
2.008	APOIO AOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO	Aluno (Und)	392,000	0,000	98,000	294,000	98,000	98,000	196,000
	Meta física								
	Meta financeira		740.000,00	144.670,25	170.000,00	425.329,75	108.000,00	108.000,00	317.329,75
2.009	APOIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	Aluno (Und)	424,000	0,000	106,000	318,000	106,000	106,000	212,000
	Meta física								
	Meta financeira		350.000,00	80.000,00	80.000,00	190.000,00	90.000,00	90.000,00	100.000,00
2.010	APOIO A APAE	Entidade Beneficiada (Und)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	1,000	2,000
	Meta física								
	Meta financeira		120.000,00	32.116,20	25.000,00	62.883,80	35.000,00	35.000,00	27.883,80
0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA								
	1.004	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL	Obra Executada (Und)	1,000	0,000	1,000	1,000	1,000	-1,000
		Meta física							
		Meta financeira		130.000,00	2.215,00	253.000,00	-125.215,00	260.000,00	-385.215,00
	2.011	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	Acervo (Und)	80,000	0,000	20,000	60,000	20,000	40,000
		Meta física							
		Meta financeira		950.000,00	247.813,73	251.000,00	451.186,27	268.000,00	183.186,27
	2.012	PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Patrimônio (Und)						
		Meta física		2,000	0,000	1,000	1,000	1,000	0,000
		Meta financeira		150.000,00	0,00	266.000,00	-116.000,00	271.000,00	-387.000,00

Página: 5/9
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade: 0005	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS								
	04.00 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA								
	04.01 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA								
	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA								
2.013	APOIO A GRUPOS E NÚCLEOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS		Diversos (Und)	12.000	0,000	3.000	9.000	3.000	6.000
	Meta física								
	Meta financeira								
Órgão: Unidade: 0008	05.00 SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL								
	05.02 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA								
	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER								
	Atendimento (Und)								
2.016	MANUTENÇÃO DO FIA		880.000	0,000	220.000	660.000	220.000	220.000	440.000
	Meta física								
	Meta financeira								
Unidade: 0008	05.03 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER								
	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS		Obra Executada (Und)	1.000	0,000	1.000	0,000	0,000	1.000
	Meta financeira								
2.014	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		Diversos (Und)	3.312.000	0,000	828.000	2.484.000	828.000	1.656.000
	Meta física								
	Meta financeira								
2.015	ATENÇÃO A POPULAÇÃO DA TERCEIRA IDADE		Pessoas (Und)	1.300.000	0,000	325.000	975.000	325.000	650.000
	Meta física								
	Meta financeira								
Órgão: Unidade: 0006	06.00 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS								
	06.01 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS								
	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO								
	Equipamentos (Und)								
1.006	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS		2.000	0,000	0,000	2.000	0,000	0,000	2.000
	Meta física								
	Meta financeira								

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 6/9

Data: 10/11/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade: 0006	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS								
	06.00 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS								
	06.01 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS								
	0006 INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO								
1.007	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	Diversos (Und)							
		Meta física	7,000	0,000	2,000	5,000	3,000	3,000	2,000
	Meta financeira	1.040.000,00	69.227,14	430.000,00	540.772,86	450.000,00	450.000,00	90.772,86	
1.008	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	Área (M2)							
		Meta física	3.000,000	0,000	750,000	2.250,000	1.125,000	1.125,000	1.125,000
	Meta financeira	19.156.000,00	562.564,28	4.189.000,00	14.404.435,72	4.867.100,00	4.867.100,00	9.537.335,72	
1.009	SANEAMENTO BÁSICO	Área (M2)							
		Meta física	6.000,000	0,000	1.500,000	4.500,000	0,000	0,000	4.500,000
	Meta financeira	6.000.000,00	0,00	100.000,00	5.900.000,00	0,00	0,00	5.900.000,00	
2.017	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO TRÂNSITO	Diversos (Und)							
		Meta física	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	1,000	2,000
	Meta financeira	176.000,00	46.783,61	73.000,00	56.216,39	110.300,00	110.300,00	-54.083,61	
2.018	MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Ponto de Luz (Und)							
		Meta física	6.560,000	0,000	1.640,000	4.920,000	1.640,000	1.640,000	3.280,000
	Meta financeira	1.229.000,00	296.275,99	410.000,00	522.724,01	591.000,00	591.000,00	-68.275,99	
2.019	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PUBLICOS	Diversos (Und)							
		Meta física	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	1,000	2,000
	Meta financeira	9.500.000,00	3.187.518,17	2.707.000,00	3.605.481,83	2.642.100,00	2.642.100,00	963.381,83	
2.020	FUREBOM	Diversos (Und)							
		Meta física	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	1,000	2,000
	Meta financeira	248.000,00	7.788,91	48.000,00	192.211,09	56.000,00	56.000,00	136.211,09	
Órgão: Unidade:	07.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		8.200.000,00	2.307.242,76	2.425.000,00	3.467.757,24	2.347.000,00	2.347.000,00	1.120.757,24
	07.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		8.200.000,00	2.307.242,76	2.425.000,00	3.467.757,24	2.347.000,00	2.347.000,00	1.120.757,24
0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL								
1.010	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COLETA DE LIXO	Equipamentos (Und)							
		Meta física	2,000	0,000	0,000	2,000	0,000	0,000	2,000
	Meta financeira	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Fisicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 7/9

Data: 10/11/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA	
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015					
Entidade: Órgão: Unidade:	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS									
	07.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE									
	07.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE									
0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL									
	1.011	CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA DE RECICLAGEM DE LIXO	Obra Executada (Und)	92.404.400,00	16.512.590,31	22.129.390,00	53.762.419,69	23.711.216,00	23.711.216,00	30.051.203,69
		Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
		Meta financeira		300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
	1.012	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES AGRÍCOLAS	Equipamentos (Und)							
		Meta física		2,000	0,000	1,000	1,000	1,000	1,000	0,000
		Meta financeira		700.000,00	540.530,61	288.000,00	-128.530,61	60.000,00	60.000,00	-188.530,61
	2.021	SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO	Resíduo (Ton)							
		Meta física		3.200,000	0,000	800,000	2.400,000	600,000	600,000	1.800,000
		Meta financeira		2.000.000,00	449.082,67	682.000,00	868.917,33	662.000,00	662.000,00	206.917,33
Órgão: Unidade:	2.022 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE									
	Meta física									
	Meta financeira									
0002	08.00 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE									
	08.01 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE									
	ESPORTE É SAÚDE									
1.014	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS									
	Meta física									
	Meta financeira									
2.024	INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR									
	Meta física									
	Meta financeira									
0003	ANTONIO CARLOS MAIS BELA									
	1.013 REVITALIZAÇÃO PORTAL TURISTICO E CASA DO COLONO									
	Meta física									
Meta financeira										
Meta física										
Meta financeira										

Página: 8/9
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
0003	Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS								
	Órgão: 08.00 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE								
	Unidade: 08.01 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE								
	ANTONIO CARLOS MAIS BELA								
	2.023 APOIO AS AÇÕES VOLTADAS PARA O TURISMO		Diversos (Und)						
	Meta física		12,000	0,000	3,000	9,000	3,000	6,000	
	Meta financeira		550.000,00	64.679,72	140.000,00	345.320,28	81.000,00	264.320,28	
	Órgão: 09.00 ENCARGOS GERAIS		3.471.480,00	808.644,62	700.000,00	1.962.835,38	796.000,00	1.166.835,38	
	Unidade: 09.01 ENCARGOS GERAIS		3.471.480,00	808.644,62	700.000,00	1.962.835,38	796.000,00	1.166.835,38	
	ENCARGOS GERAIS								
0004	0.003 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS		Contrato (Und)						
	Meta física		12,000	0,000	4,000	8,000	3,000	5,000	
	Meta financeira		1.971.480,00	451.117,45	375.000,00	1.145.362,55	430.000,00	715.362,55	
	0.004 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		Beneficiários (Und)						
	Meta física		660,000	0,000	165,000	495,000	165,000	330,000	
	Meta financeira		1.000.000,00	256.704,17	230.000,00	513.295,83	270.000,00	243.295,83	
	0.005 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS		Entidade Beneficiada (Und)						
	Meta física		12,000	0,000	3,000	9,000	3,000	6,000	
	Meta financeira		500.000,00	100.823,00	95.000,00	304.177,00	96.000,00	208.177,00	
	Órgão: 10.00 SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		1.880.000,00	409.792,21	352.000,00	1.118.207,79	360.000,00	758.207,79	
0001	Unidade: 10.01 SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO								
	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
	2.025 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		Diversos (Und)						
	Meta física		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	2,000	
	Meta financeira		1.800.000,00	409.792,21	340.000,00	1.050.207,79	358.000,00	692.207,79	
	Unidade: 10.02 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL		80.000,00	0,00	12.000,00	68.000,00	2.000,00	66.000,00	
	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO								
	2.002 DEFESA CIVIL		Ações (Und)						
	Meta física		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	2,000	
	Meta financeira		80.000,00	0,00	12.000,00	68.000,00	2.000,00	66.000,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 9/9

Data: 10/11/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	16.512.590,31	22.129.390,00	53.762.419,69	23.711.216,00	23.711.216,00	30.051.203,69
	95.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		243.690,00	0,00	79.750,00	163.940,00	26.808,00	26.808,00	137.132,00
	95.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		243.690,00	0,00	79.750,00	163.940,00	26.808,00	26.808,00	137.132,00
0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
	0.995 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PREFEITURA	Diversos (Und)							
	Meta física		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	1,000	2,000
	Meta financeira		243.690,00	0,00	79.750,00	163.940,00	26.808,00	26.808,00	137.132,00
Entidade: Órgão: Unidade:	7 - CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		6.000.000,00	1.023.162,57	1.520.000,00	3.456.837,43	1.590.000,00	1.590.000,00	1.866.837,43
	01.00 CAMARA DE VEREADORES		6.000.000,00	1.023.162,57	1.520.000,00	3.456.837,43	1.590.000,00	1.590.000,00	1.866.837,43
	01.01 CAMARA DE VEREADORES		6.000.000,00	1.023.162,57	1.520.000,00	3.456.837,43	1.590.000,00	1.590.000,00	1.866.837,43
0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
	1.016 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL	Obra Executada (Und)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	1,000	1,000	-1,000
	Meta financeira		600.000,00	14.500,00	340.000,00	245.500,00	200.000,00	200.000,00	45.500,00
2.034	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL								
	Meta física		144,000	0,000	36,000	108,000	36,000	36,000	72,000
	Meta financeira		5.400.000,00	1.008.662,57	1.180.000,00	3.211.337,43	1.390.000,00	1.390.000,00	1.821.337,43
Total geral:			135.386.000,00	24.948.555,52	33.150.000,00	77.287.444,48	36.230.000,00	36.230.000,00	41.057.444,48

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Lei Orçamentária para 2016

QUADRO VII

Art. 5º, III da LRF

DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Unidade Gestora Prefeitura		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	26.808
1. Passivos Contingentes			
1.1. Processo de Desapropriação	1.000		
1.2. Precatórios de Pequeno Valor	5.000		
1.3. Aditivos de Contrato Reclamado	5.000		
2. Outros Riscos Fiscais			
2.1. Intempéries	5.000		
3. Eventos Fiscais Imprevistos			
3.1. Ocorrência Fatos não Previstos em Execução de Obras ou Serviços	10.808		
TOTAL	26.808	TOTAL	26.808

PREFEITURA MUNICIPAL DE Antônio Carlos

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Lei Orçamentária para 2016

Quadro VIII

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS – Art. 44 da LRF

ESPECIFICAÇÃO/ORIGEM	2016
Alienação de Outros Veículos	5.100
ESPECIFICAÇÃO/APLICAÇÃO	2016
Pavimentação de Vias	5.100

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Lei Orçamentária para 2016

QUADRO IX

Art. 5º, I da LRF

CÁLCULO DA META FISCAL DE RESULTADO NOMINAL		
R\$ 1.000,00		
ESPECIFICAÇÃO	2015 "a"	2016 "b"
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.000,0	3.870,0
DEDUÇÕES (II)	400,2	400,2
Ativo Disponível	1.000,0	1.000,0
Haveres Financeiros	0,2	0,2
(-) Restos a Pagar Processado	600,0	600,0
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	2.599,8	3.469,8
Receitas de Privatizações (IV)	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	-	-
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	2.599,8	3.469,8
RESULTADO NOMINAL		(b - a)
		870,00

A Memória de Cálculo consta da LDO

LEI N° 1.494/2015

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Antônio Carlos para o Exercício de 2016.

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

1. DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1° O Orçamento Geral do Município de Antônio Carlos para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 36.230.000,00 (trinta e seis milhões e duzentos e trinta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 36.230.000,00 (trinta e seis milhões e duzentos e trinta mil reais), sendo R\$ 23.631.390,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 10.934.884,00 do Orçamento da Seguridade Social, conforme discriminação nos anexos e quadros exigidos no artigo 7° da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

§ 1° A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	32.217.600
1.1. Receita Tributária	2.979.500
1.2. Receita de Contribuições	1.392.500
1.3. Receita Patrimonial	1.483.900
1.4. Receita Agropecuária	2.000
1.5. Receita de Serviços	68.000
1.6. Transferências Correntes	26.040.000
1.7. Outras Receitas Correntes	251.700
2. RECEITAS DE CAPITAL	6.246.000
2.1. Operação de Crédito	1.250.000
2.2. Alienação de Ativos	5.000
2.3. Transferências de Capital	4.990.000
2.4. Amortização de Empréstimos	1.000
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.204.600
SOMA (I)	
4. Receita Intra-Orçamentária (II)	1.971.000
TOTAL DA RECEITA EFETIVA (III = I – II)	36.230.000

§ 2° A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.570.000
02. GABINETE DO PREFEITO	833.400
03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.455.000
04. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	7.071.408
05. SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	266.100
06. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.571.500
07. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.247.000
08. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E ESPORTE	617.000
09. ENCARGOS GERAIS	796.000
10. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	337.000
11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.914.284
13. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ANTÔNIO CARLOS	2.063.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
99. RESERVA DO RPPS	2.490.500
SOMA (I)	34.259.000
Despesa Intra-Orçamentária (II)	1.971.000
TOTAL DA DESPESA EFETIVA (III = I – II)	36.230.000

II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.590.000
04. ADMINISTRAÇÃO	3.303.400
06. SEGURANÇA PÚBLICA	166.300
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	272.100
09. PREVIDÊNCIA	1.958.000
10. SAÚDE	6.636.284
12. EDUCAÇÃO	6.554.408
13. CULTURA	909.000
15. URBANISMO	8.762.200
20. AGRICULTURA	1.685.000
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	81.000
27. DESPORTO E LAZER	999.000
28. ENCARGOS ESPECIAIS	796.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
99. RESERVA DO RPPS	2.490.500
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	36.230.000

III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	4.891.400
0002. ESPORTE É SAÚDE	549.000
0003. ANTÔNIO CARLOS MAIS BELA	81.000
0004. EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	6.815.408
0005. CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	909.000
0006. INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	8.718.500
0007. PROMOÇÃO À SAÚDE DE QUALIDADE	6.375.284
0008. ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	272.100
0009. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	2.347.000
0010. ENCARGOS GERAIS	2.754.000
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
9999. RESERVA DO RPPS	2.490.500
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	36.230.000

IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	26.031.492
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	16.661.000
3.1.90.00	Aplicações Diretas	15.070.000
3.1.91.00	Aplicação Direta Intra-Orçamentária	1.591.000
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000
3.2.90.00	Aplicações Diretas	50.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	9.320.492
3.3.40.00	Transferências à Município	1.000
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	143.000
3.3.90.00	Aplicações Diretas	8.781.492
3.3.91.00	Aplicação Direta Intra-Orçamentária	380.000
3.3.93.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	15.000
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	7.681.200
4.4.00.00	Investimentos	7.301.200
4.4.90.00	Aplicações Diretas	7.301.200
4.6.00.00	Amortização da Dívida	380.000
4.6.90.00	Aplicações Diretas	380.000
7.7.90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
9.9.99.99	RESERVA DO RPPS	2.490.500
	TOTAL	36.230.000

2. DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS**2.1. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 2º O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Antônio Carlos para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 1.590.000,00 (hum milhão e quinhentos e noventa mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Antônio Carlos será realizada mediante o recebimento de Transferências Financeiras repassadas pelo Tesouro Municipal em cotas mensais estabelecidas na Programação Financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o artigo 8º da Lei complementar nº 101/2000.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Antônio Carlos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.590.000

II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.590.000

III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	1.590.000

IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.220.000
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	1.120.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	370.000
4.4.00.00	Investimentos	370.000
	SOMA (I)	1.590.000

2.2. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Antônio Carlos para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 30.451.500,00 (trinta milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 23.711.216,00 (vinte e três milhões, setecentos e onze mil e duzentos e dezesseis reais) e em R\$ 6.740.284,00 (seis milhões, setecentos e quarenta mil e duzentos oitenta e quatro reais) o valor das Transferências Financeiras a Conceder as demais Unidades Gestoras.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	28.710.100
1.1. Receita Tributária	2.929.400
1.2. Receita de Contribuições	580.000
1.3. Receita Patrimonial	126.600
1.4. Receita agropecuária	2.000
1.5. Receita de Serviços	68.000
1.6. Transferências Correntes	24.845.000
1.7. Outras Receitas Correntes	159.100
2. RECEITAS DE CAPITAL	5.946.000
2.1. Operações de Crédito	1.250.000
2.2. Alienação de Ativos	5.000
2.3. Transferências de Capital	4.690.000
2.4. Amortização de Empréstimos	1.000
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.204.600
SOMA	30.451.500

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Antônio Carlos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	833.400
03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.005.000
04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	7.724.408
05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	272.100
06. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	8.716.500
07. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.347.000
08. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E ESPORTE	630.000
09. ENCARGOS GERAIS	796.000
10. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	360.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
SOMA	23.711.216
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	1.590.000
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.792.284
Transferências Financeiras a Conceder ao Ipreancarlos	358.000
SOMA	6.740.284
TOTAL	30.451.500

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	3.198.400
06. SEGURANÇA PÚBLICA	166.300
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	272.100
10. SAÚDE	261.000
12. EDUCAÇÃO	6.554.408
13. CULTURA	909.000
15. URBANISMO	8.762.200
20. AGRICULTURA	1.685.000
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	81.000
27. DESPORTO E LAZER	999.000
28. ENCARGOS ESPECIAIS	796.000
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
SOMA	23.711.216
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	1.590.000
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.792.284
Transferências Financeiras a Conceder ao Ipreancarlos	358.000
SOMA	6.740.284
TOTAL	30.451.500

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	3.196.400
0002. ESPORTE É SAÚDE	549.000
0003. ANTÔNIO CARLOS MAIS BELA	81.000
0004. EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	6.815.408
0005. CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	909.000
0006. INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	8.718.500
0008. ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	272.100
0009. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	2.347.000
0010. ENCARGOS GERAIS	796.000
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
SOMA	23.711.216
Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	1.590.000
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.792.284
Transferências Financeiras a Conceder ao Ipreancarlos	358.000
SOMA	6.740.284
TOTAL	30.451.500

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	16.711.908
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	9.564.000
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	7.097.908
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	6.972.500
4.4.00.00	Investimentos	6.592.500
4.6.00.00	Amortização da Dívida	380.000
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808
	SOMA	23.711.216
	Transferências Financeiras a Conceder a Câmara Municipal	1.590.000
	Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.792.284
	Transferências Financeiras a Conceder ao Ipreancarlos	358.000
	SOMA	6.740.284
	TOTAL	30.451.500

2.3. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: IPREANCARLOS

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora Ipreancarlos para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 4.553.500,00 (quatro milhões, quinhentos cinquenta e três mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa no mesmo valor, sendo R\$ 2.490.500,00 a título de Reserva do Regime Próprio da Previdência social.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Ipreancarlos será realizada mediante a arrecadação de rendas, Receitas Correntes e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.224.500
1.1. Receita de Contribuições	812.500
1.2. Receita Patrimonial	1.321.000
1.3. Outras Receitas Correntes	91.000
2. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.971.000
2.1. Receitas de Contribuições	1.591.000
2.2. Receita Decorrente de aporte p/ Amortização de Déficit	380.000
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	358.000
SOMA	4.553.500

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Ipreancarlos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Ipreancarlos	2.063.000
99. RESERVA DO RPPS	2.490.500
TOTAL	4.553.500

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	105.000
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.958.000
99. RESERVA DO RPPS	2.490.500
TOTAL	4.553.500

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	105.000
0010. ENCARGOS GERAIS	1.958.000
9999. RESERVA DO RPPS	2.490.500
SOMA	4.553.500

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.058.000
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	1.988.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	70.000
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000
4.4.00.00	Investimentos	5.000
7.7.99.99	RESERVA DO RPPS	2.490.500
	TOTAL	4.553.500

2.4. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Unidade Gestora **Fundo Municipal de Saúde** para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 6.375.284,00 (seis milhões, trezentos setenta e cinco mil e duzentos oitenta e quatro reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora **Fundo Municipal de Saúde** será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.283.000
1.1. Receita Tributária	50.100
1.2. Receita Patrimonial	36.300
1.3. Transferências Correntes	1.195.000
1.4. Outras Receitas Correntes	1.600
2. RECEITAS DE CAPITAL	300.000
2.1. Transferências de Capital	300.000
4. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.792.284
SOMA	6.375.284

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora **Fundo Municipal de Saúde** será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.375.284
TOTAL	6.375.284

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	6.375.284
TOTAL	6.375.284

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0005. SAÚDE, BEM ESTAR DE TODOS	6.375.284
TOTAL	6.375.284

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.041.584
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	3.989.000
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.052.584
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	333.700
4.4.00.00	Investimentos	333.700
	TOTAL	6.375.284

Art. 6º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência constante do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016.

Parágrafo Único. Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos especiais mediante autorização legislativa, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para riscos fiscais e o ato não implicar em encerrar o exercício com insuficiência de caixa.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 10 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 11 O Município de Antônio Carlos, por seu titular, poderá reconhecer e quando possível parcelar compromissos financeiros notificados ou apresentados por órgãos do Governo Federal e Estadual, de forma a manter o Município adimplente e em condições de assinar convênios e contratar operações de créditos autorizadas pelo Poder Legislativo Municipal para financiar obras, equipamentos e serviços priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12 Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 13 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Antônio Carlos, 15 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Demonstrativo do Resultado Primário

Página: 1/1
 Data: 10/11/2015

Especificação	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	29.984.000,00
Receita Tributária	2.803.400,00
Receita de Contribuição	2.983.500,00
Receita Patrimonial	1.483.900,00
Aplicações Financeiras (II)	1.478.900,00
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00
Transferências Correntes	22.012.400,00
Demais Receitas Correntes	701.700,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	28.505.100,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	6.246.000,00
Operações de Crédito (V)	1.250.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	1.000,00
Alienação de Ativos (VII)	5.000,00
Transferência de Capital	4.990.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	4.990.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	33.495.100,00
DESPESAS CORRENTES (X)	26.031.492,00
Pessoal e Encargos Sociais	16.661.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	50.000,00
Outras Despesas Correntes	9.320.492,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	25.981.492,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	7.681.200,00
Investimentos	7.301.200,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	380.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	7.301.200,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	2.490.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	26.808,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII) = (XII+XV+XVI+XVII)	35.800.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(2.304.900,00)

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016****Relatório das Receitas e Despesas**

Página: 1/39

Data: 10/11/2015

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS**Fonte de Recurso: 0.1.02 Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%****Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos****Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.872.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	376.000,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.519.284,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	24.000,00
Total:		4.792.284,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 2/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.2.02 Recursos Impostos p/ Saúde
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	20.000,00
Total:		20.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total:		20.000,00

Página: 3/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.2.12 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	50.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.02	Taxa de Expediente - Saúde	100,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.15	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Sanit Munic	1.000,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	100,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	500,00
Total:		52.700,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	35.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.700,00
Total:		52.700,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Página: 4/39
 Data: 10/11/2015

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.2.21 Transferências SUS - Estado

Detalhamento: 000039 - Programa Saúde da Família - Estado

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.09	Remun Dep Banc Rec Vinc - ESF Estadual	1.000,00
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Co Financiamento Atenção Básica - ESF	60.000,00
Total:		61.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	61.000,00
Total:		61.000,00

Detalhamento: 000040 - Farmácia Básica - Estado

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.10	Remun Dep Banc Rec Vinc - Farm Bas Estadual	1.000,00
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	15.000,00
Total:		16.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	16.000,00
Total:		16.000,00

Detalhamento: 000042 - NASF Estadual

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.11	Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF Estadual	1.000,00
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Piso de Atenção Básica - NASF	20.000,00
Total:		21.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	21.000,00
Total:		21.000,00

Detalhamento: 000091 - Exames Laboratoriais Estadual

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.16	Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC - Exames Estadual	1.000,00
4.1.7.2.2.33.00.04.00.00	M.A.C. Exames - Estadual	20.000,00
Total:		21.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	21.000,00
Total:		21.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 5/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.2.23 Transferências de Convênios - Saúde
Detalhamento: 000043 - Convênio Ministério da Saúde - Ampliação da Unidade de Saúde

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.14	Remun Dep Banc Rec Vinc - Ampliação Saúde	1.000,00
4.2.4.7.1.01.00.00.01.00	Convênio Minist Saúde - Ampliação Estrutura Saúde	300.000,00
Total:		301.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	301.000,00
Total:		301.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Página: 6/39

Data: 10/11/2015

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.2.64 Atenção Básica

Detalhamento: 000032 - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.04	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	2.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	180.000,00
Total:		182.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	182.000,00
Total:		182.000,00

Detalhamento: 000036 - PACS - PAB

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.01	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS	1.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	220.000,00
Total:		221.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	221.000,00
Total:		221.000,00

Detalhamento: 000037 - Programa Saúde da Família

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.02	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	1.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	260.000,00
Total:		261.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	18.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.000,00
Total:		261.000,00

Detalhamento: 000038 - Programa Saúde Bucal

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.03	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal	1.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	28.000,00
Total:		29.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	28.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total:		29.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 7/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.2.64 Atenção Básica

Detalhamento: 000076 - PMAQ

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.05	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	1.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Melhor Acesso a Qualidade	120.000,00
Total:		121.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.000,00
Total:		121.000,00

Detalhamento: 000082 - NASF Federal

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.17	Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF Federal	1.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.04.00	Núcleo de Apoio Saúde Familiar - NASF	140.000,00
Total:		141.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.000,00
Total:		141.000,00

Página: 8/39

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.2.65 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Detalhamento: 000092 - Exames Laboratoriais Federal

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.18	Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC - Exames Federal	300,00
4.1.7.2.1.33.12.02.00.00	M.A.C. Exames - Federal	50.000,00
Total:		50.300,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.300,00
Total:		50.300,00

Página: 9/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.2.66 Vigilância em Saúde
Detalhamento: 000033 - Vigilância Sanitária - PAB

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.07	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Sanit	1.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	12.000,00
Total:		13.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total:		13.000,00

Detalhamento: 000035 - Epidemiologia e Controle de Doenças - FNS

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.08	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Epidem	1.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	30.000,00
Total:		31.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total:		31.000,00

Página: 10/39

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.2.67 Assistência Farmacêutica Básica

Detalhamento: 000034 - Farmácia Básica

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.03.00.00.06	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist Farm	1.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico Assistência Farmacêutica	40.000,00
Total:		41.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	41.000,00
Total:		41.000,00
Total das receitas por entidade:		1.583.000,00
Total das despesas por entidade:		6.375.284,00

Página: 11/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.00 Recursos Ordinários
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	358.000,00
Total:		358.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016****Relatório das Receitas e Despesas**

Página: 12/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.2.03 Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	795.500,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	16.000,00
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib de Pensionista Civil	1.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.01.00	Remun Invest RPPS Renda Fixa	1.227.600,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	1.000,00
4.1.9.1.4.01.01.00.00.00	MJM Div Ativa Contrib p/Financ Seguridade Social	1.000,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	Compensações Financ entre Regime Geral e RPPS	90.000,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	1.591.000,00
Total:		3.723.100,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.630.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.018.100,00
Total:		3.723.100,00

Página: 13/39

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.2.73 Aporte para Deficit Atuarial

Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.8.10.00.00.02.00	Remun Invest RPPS Renda Fixa - Aporte	92.400,00
4.7.9.4.0.00.00.00.00.00	Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização	380.000,00
	Total:	472.400,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
9.9.99.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	472.400,00
	Total:	472.400,00
	Total das receitas por entidade:	4.195.500,00
	Total das despesas por entidade:	4.553.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Relatório das Receitas e Despesas

Página: 14/39

Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.1.00 Recursos Ordinários

Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.01.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	468.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	291.200,00
4.1.1.1.2.08.00.00.01.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	192.400,00
4.1.1.1.3.05.00.00.01.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	468.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	100.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	18.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.400,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	10.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	45.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.01	Taxa de Expediente	25.000,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	5.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	100.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	1.000,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	1.000,00
4.1.6.0.0.13.03.01.00.00	Serv. Projetos de Segurança contra Sinistros	16.000,00
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Serv. Vistoria de Segurança contra Sinistros	40.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	10.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	3.276.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.01	Cota Parte do FPM 1%	182.500,00
4.1.7.2.1.01.05.00.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.400,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	16.000,00
4.1.7.2.1.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compen. Finan. Prod. Petróleo	70.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.01.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	24.960,00
4.1.7.2.2.01.01.00.01.00	Cota-Parte do ICMS	6.396.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.01.00	Cota-Parte do IPVA	670.800,00
4.1.7.2.2.01.04.00.01.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	93.600,00
4.1.9.1.1.38.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	520,00
4.1.9.1.1.39.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	52,00
4.1.9.1.1.40.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	2.600,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	5.200,00
4.1.9.1.3.13.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	520,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	1.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	1.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	52.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	520,00
4.1.9.3.1.13.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	5.200,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	10.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	10.000,00
4.1.9.9.0.22.00.00.00.00	Receita "Terceirização" Folha Pagto Agentes Public	5.000,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	1.000,00
9.1.1.1.2.02.00.00.01.00	Dedução de IPTU	-88.400,00
9.1.1.1.2.08.00.00.01.00	Dedução de ITBI	-52,00
9.1.1.1.3.05.00.00.01.00	Dedução de ISS	-2.600,00
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Renúncia de Receita da Taxa Funcionamento	-100,00
9.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Dedução Tx Cemitério	-600,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016****Relatório das Receitas e Despesas**

Página: 15/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**Fonte de Recurso: 0.1.00 Recursos Ordinários****Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
9.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Dedução de Taxa de Limpeza Pública	-200,00
9.1.1.2.2.99.00.00.00.01	Dedução de Taxa de Expediente	-100,00
9.1.9.1.1.38.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-52,00
9.1.9.1.1.39.00.00.01.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-52,00
9.1.9.1.1.40.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-52,00
9.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Dedução Multas e Juros Mora de Outros Tributos	-100,00
9.1.9.1.3.11.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de IPTU	-52,00
9.1.9.1.3.13.00.00.01.00	Dedução Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	-52,00
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora Dívida Ativa Outros Tributos	-100,00
9.1.9.3.1.11.00.00.01.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-52,00
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Dedução Rec. Dívida Ativa Outros Tributos	-100,00
Total:		12.540.208,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.359.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	487.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	142.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.412.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	380.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	340.400,00
4.6.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	380.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	26.808,00
Total:		10.592.208,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 16/39

Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**Fonte de Recurso: 0.1.01 Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%****Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.02.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	243.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	151.200,00
4.1.1.1.2.08.00.00.02.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	99.900,00
4.1.1.1.3.05.00.00.02.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	243.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.701.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.02	Cota Parte do FPM 1%	67.500,00
4.1.7.2.1.01.05.00.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.400,00
4.1.7.2.1.36.00.00.02.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	12.960,00
4.1.7.2.2.01.01.00.02.00	Cota-Parte do ICMS	3.321.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.02.00	Cota-Parte do IPVA	348.300,00
4.1.7.2.2.01.04.00.02.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	48.600,00
4.1.9.1.1.38.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	270,00
4.1.9.1.1.39.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	27,00
4.1.9.1.1.40.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.350,00
4.1.9.1.3.11.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.700,00
4.1.9.1.3.13.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	270,00
4.1.9.3.1.11.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	27.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	270,00
4.1.9.3.1.13.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	2.700,00
9.1.1.1.2.02.00.00.02.00	Dedução de IPTU	-45.900,00
9.1.1.1.2.08.00.00.02.00	Dedução de ITBI	-27,00
9.1.1.1.3.05.00.00.02.00	Dedução de ISS	-1.350,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.02	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-1.260.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ITR	-4.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.02.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 -	-9.600,00
9.1.7.2.2.01.01.00.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-2.460.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-258.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-36.000,00
9.1.9.1.1.38.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-27,00
9.1.9.1.1.39.00.00.02.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-27,00
9.1.9.1.1.40.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-27,00
9.1.9.1.3.11.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de IPTU	-27,00
9.1.9.1.3.13.00.00.02.00	Dedução Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	-27,00
9.1.9.3.1.11.00.00.02.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-27,00
Total:		2.201.408,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.495.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	380.408,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	76.000,00
Total:		2.201.408,00

Página: 17/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.02 Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.03.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	189.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	117.600,00
4.1.1.1.2.08.00.00.03.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	77.700,00
4.1.1.1.3.05.00.00.03.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	189.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	1.323.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.200,00
4.1.7.2.1.36.00.00.03.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	10.080,00
4.1.7.2.2.01.01.00.03.00	Cota-Parte do ICMS	2.583.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.03.00	Cota-Parte do IPVA	270.900,00
4.1.7.2.2.01.04.00.03.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	37.800,00
4.1.9.1.1.38.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	210,00
4.1.9.1.1.39.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	21,00
4.1.9.1.1.40.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.050,00
4.1.9.1.3.11.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.100,00
4.1.9.1.3.13.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	210,00
4.1.9.3.1.11.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	21.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	210,00
4.1.9.3.1.13.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	2.100,00
9.1.1.1.2.02.00.00.03.00	Dedução de IPTU	-35.700,00
9.1.1.1.2.08.00.00.03.00	Dedução de ITBI	-21,00
9.1.1.1.3.05.00.00.03.00	Dedução de ISS	-1.050,00
9.1.9.1.1.38.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-21,00
9.1.9.1.1.39.00.00.03.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-21,00
9.1.9.1.1.40.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-21,00
9.1.9.1.3.11.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de IPTU	-21,00
9.1.9.1.3.13.00.00.03.00	Dedução Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	-21,00
9.1.9.3.1.11.00.00.03.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-21,00
Total:		4.792.284,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Página: 18/39

Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**Fonte de Recurso: 0.1.05 Transferências de Convênios Estado/Outros****Detalhamento: 000007 - Convênio SDR - Manutenção da Escola e Banda de Música****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.6.2.99.00.00.10.00	Convênio SDR - Manutenção da Escola e Banda de Mús	50.000,00
Total:		50.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
Total:		50.000,00

Detalhamento: 000008 - Convênio SDR - Preservação e Desenvolvimento do Patrimônio Cultural**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Cultura	1.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.12.00	Convênio SDR - Preserv e Des do Patrim Histórico	10.000,00
Total:		11.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.000,00
Total:		11.000,00

Detalhamento: 000009 - Convênio CASAN - Ação Compartilhada Manut. Serv. Água**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - CASAN	1.000,00
4.1.7.6.4.00.00.01.00.00	Convênio CASAN - Ação Compartilhada na Manutenção	60.000,00
Total:		61.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	61.000,00
Total:		61.000,00

Detalhamento: 000023 - Convênio SDR - Pavimentação de Ruas**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.2.4.7.2.05.00.00.01.00	Convênio SDR - Pavimentação de Ruas	400.000,00
Total:		400.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	400.000,00
Total:		400.000,00

Detalhamento: 000025 - Convênio SDR - Construção de Pontes**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.2.4.7.2.05.00.00.03.00	Convênio SDR - Construção de Pontes	300.000,00
Total:		300.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Página: 19/39

Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**Fonte de Recurso: 0.1.05 Transferências de Convênios Estado/Outros****Detalhamento: 000025 - Convênio SDR - Construção de Pontes****Despesas**

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	300.000,00
Total:		300.000,00

Detalhamento: 000026 - Convênio SDR - Festas**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.6.2.99.00.00.13.00	Convênio SDR - Festas	1.000,00
Total:		1.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total:		1.000,00

Detalhamento: 000050 - Manutenção Frota Municipal**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.6.2.99.00.00.16.00	Convênio SDR - Recuperação Estradas Vicinais	150.000,00
Total:		150.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150.000,00
Total:		150.000,00

Detalhamento: 000080 - Manutenção Esporte**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.6.2.99.00.00.14.00	Convênio SDR - Esporte	60.000,00
Total:		60.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	60.000,00
Total:		60.000,00

Detalhamento: 000085 - SDS - Custeio Meio Ambiente**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.6.2.99.00.00.15.00	Convênio SDS - Meio Ambiente	50.000,00
Total:		50.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
Total:		50.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 20/39
 Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.05 Transferências de Convênios Estado/Outros
Detalhamento: 000089 - SDR - Equipamentos Agrícolas

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.2.4.7.2.99.00.00.10.00	Convênio SDR - Equip. Agrícolas	40.000,00
Total:		40.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.000,00
Total:		40.000,00

Detalhamento: 000090 - FUNDAM

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.2.4.7.2.05.00.00.04.00	Convênio FUNDAM	1.500.000,00
Total:		1.500.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.500.000,00
Total:		1.500.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016****Relatório das Receitas e Despesas**

Página: 21/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**Fonte de Recurso: 0.1.08 Transferências de Convênios Estado/Educação****Detalhamento: 000005 - Convênio SDR - Transporte Escolar - Ensino Fundamental****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Transp Escolar Estadual	1.000,00
4.1.7.6.2.02.00.01.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Ensino Fund	288.000,00
Total:		289.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	289.000,00
Total:		289.000,00

Detalhamento: 000006 - Convênio SDR - Transporte Escolar - Segundo Grau**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.6.2.02.00.02.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Segundo Grau	108.000,00
Total:		108.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	108.000,00
Total:		108.000,00

Página: 22/39

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.1.16 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE

Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	2.000,00
Total:		2.100,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.100,00
Total:		2.100,00

Página: 23/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.17 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.2.3.0.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	580.000,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - COSIP	1.000,00
Total:		581.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	580.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total:		581.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 24/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.18 Transferências do FUNDEB - 60%
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 60%	8.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.01.00	Transferências de Recursos do FUNDEF - 60%	1.779.000,00
Total:		1.787.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.600.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	187.000,00
Total:		1.787.000,00

Página: 25/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.19 Transferências do FUNDEF - 40%
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.2.4.01.00.00.02.00	Transferências de Recursos do FUNDEF - 40%	1.186.000,00
Total:		1.186.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	186.000,00
Total:		1.186.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016****Relatório das Receitas e Despesas**

Página: 26/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**Fonte de Recurso: 0.1.22 Transferências de Convênios - Educação****Detalhamento: 000071 - Ampliação Rede Física Ensino Infantil****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.2.4.7.1.02.00.00.03.00	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Ensino Infa	150.000,00
Total:		150.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150.000,00
Total:		150.000,00

Detalhamento: 000074 - Construção de Quadras esportivas**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Constr Quadra	1.000,00
Total:		1.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total:		1.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 27/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/saúde)
Detalhamento: 000016 - Convênio Ministério das Cidades - Pavimentação de Ruas

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Pav Ruas Fed	1.000,00
4.2.4.7.1.04.00.00.02.00	Convênio Ministério das Cidades - Pav de Ruas	1.800.000,00
Total:		1.801.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.801.000,00
Total:		1.801.000,00

Detalhamento: 000087 - Reforma e Revitalização Centro Cultural - Federal

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.2.4.7.1.99.00.00.13.00	Convênio Reforma e Revit. Centro Cultural - Federal	250.000,00
Total:		250.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250.000,00
Total:		250.000,00

Detalhamento: 000088 - Preservação Des. Patrimônio Histórico - Federal

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.2.4.7.1.99.00.00.14.00	Convênio Pres. Des. Patrimônio Histórico - Federal	250.000,00
Total:		250.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250.000,00
Total:		250.000,00

Página: 28/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.54 Convênio Trânsito - Militar
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Militar	100,00
4.1.7.6.2.99.00.00.02.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Militar	26.000,00
Total:		26.100,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total:		26.100,00

Página: 29/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.55 Convênio Trânsito - Civil
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Civil	100,00
4.1.7.6.2.99.00.00.01.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Civil	26.000,00
Total:		26.100,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
Total:		26.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 30/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.56 Convênio Trânsito - Prefeitura
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pref.	100,00
4.1.7.6.2.99.00.00.03.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Município	28.000,00
Total:		28.100,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	28.100,00
Total:		28.100,00

Página: 31/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.58 Salário Educação
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Salário Educação	5.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	350.000,00
Total:		355.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	240.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	115.000,00
Total:		355.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 32/39
 Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.59 Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.000,00
Total:		1.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.000,00
Total:		1.000,00

Página: 33/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.60 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - PNAE	1.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	90.000,00
Total:		91.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	91.000,00
Total:		91.000,00

Página: 34/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.61 Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - PNATE	1.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	100.000,00
Total:		101.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	101.000,00
Total:		101.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 35/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.63 Bolsa Família
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Bolsa Família	100,00
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	IGD - Bolsa Família	6.000,00
Total:		6.100,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.100,00
Total:		6.100,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 36/39
Data: 10/11/2015

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.81 Operações de Crédito Interna - Educação
Detalhamento: 000068 - Aquisição de Veículos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	250.000,00
Total:		250.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250.000,00
Total:		250.000,00

Página: 37/39
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.1.83 Operações de Crédito Internas - Outros Programas

Detalhamento: 000011 - BADESC - Pavimentação de Ruas

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.2.1.1.4.99.00.00.01.00	BADESC - Pavimentação de Ruas	1.000.000,00
Total:		1.000.000,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000.000,00
Total:		1.000.000,00

Página: 38/39

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Relatório das Receitas e Despesas

Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Fonte de Recurso: 0.1.89 Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Detalhamento: 000013 - Alienação de outros Veículos

Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienação	100,00
4.2.2.1.7.00.00.00.01.00	Alienação de Outros Veículos	5.000,00
Total:		5.100,00

Despesas

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.100,00
Total:		5.100,00
Total das receitas por entidade:		30.451.500,00
Total das despesas por entidade:		23.711.216,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Relatório das Receitas e Despesas

Página: 39/39
 Data: 10/11/2015

Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
Fonte de Recurso: 0.1.00 Recursos Ordinários
Detalhamento: 000000 - Sem detalhamento das destinações de recursos

Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	370.000,00
Total:		1.590.000,00
Total das receitas por entidade:		0,00
Total das despesas por entidade:		1.590.000,00
Total geral das receitas:		36.230.000,00
Total geral das despesas:		36.230.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 1/1

Data: 10/11/2015

Receitas		Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES		32.217.600,00	DESPESAS CORRENTES	24.060.492,00		
RECEITA TRIBUTÁRIA		2.979.500,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.070.000,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.392.500,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL		1.483.900,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.940.492,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA		2.000,00	DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.971.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS		68.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.591.000,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		26.040.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		251.700,00				
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.971.000,00				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.591.000,00				
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		380.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA		-4.204.600,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.		-176.100,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-4.027.600,00				
DEDUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES		-900,00				
Total		29.984.000,00	Superavit	3.952.508,00		
Superavit do orçamento corrente		3.952.508,00	Total	29.984.000,00		
RECEITAS DE CAPITAL		6.246.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	7.681.200,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.250.000,00	INVESTIMENTOS	7.301.200,00		
ALIENAÇÃO DE BENS		5.000,00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	380.000,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		1.000,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4.990.000,00				
Deficit		1.435.200,00				
Total		7.681.200,00	Total	7.681.200,00		
Resumo						
RECEITAS CORRENTES		32.217.600,00	74,98 %	DESPESAS CORRENTES	26.031.492,00	60,58 %
RECEITAS DE CAPITAL		6.246.000,00	14,54 %	DESPESAS DE CAPITAL	7.681.200,00	17,88 %
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.971.000,00	4,59 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.517.308,00	5,86 %
DEDUÇÕES DA RECEITA		-4.204.600,00	-9,78 %	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	6.740.284,00	15,69 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		6.740.284,00	15,69 %			
Total		42.970.284,00	100,00 %	Total	42.970.284,00	100,00 %

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/11
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	28.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.04.00	Núcleo de Apoio Saúde Familiar - NASF	140.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Melhor Acesso a Qualidade	120.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	M.A.C. Ambulatorial e Hospitalar	50.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.02.00.00	M.A.C. Exames - Federal	50.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	42.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	30.000,00		
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	12.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Bloco Assistência Farmacêutica	40.000,00		
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico Assistência Farmacêutica	40.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	115.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	115.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Co Financiamento Atenção Básica - ESF	60.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Piso de Atenção Básica - NASF	20.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	15.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.04.00.00	M.A.C. Exames - Estadual	20.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.600,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.100,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	100,00		
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx. Fisc. Vig. San.	100,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		500,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	500,00		
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx. de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	500,00		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			300.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		300.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	300.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	300.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.01.00	Convênio Minist. Saúde - Ampliação Estrutura Saúde			
Total das receitas:				1.583.000,00
Total por entidade:				1.583.000,00
Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	812.500,00		
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	812.500,00		
				2.224.500,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/11
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	812.500,00		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	795.500,00		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	16.000,00		
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib de Pensionista Civil	1.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.321.000,00	1.321.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.321.000,00	1.321.000,00	
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	1.320.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	1.227.600,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.01.00	Remun Invest RPPS Renda Fixa	92.400,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.02.00	Remun Invest RPPS Renda Fixa - Aporte	1.000,00		
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Variável		91.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora			
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas Juros de Mora Dívida Ativa das Contrib	1.000,00		
4.1.9.1.4.01.00.00.00.00	MJM Div Ativa Contrib p/Financ Seguridade Social	1.000,00		
4.1.9.1.4.01.01.00.00.00	MJM Div Ativa Contrib p/Financ Seguridade Social	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		90.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	90.000,00		
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financ entre Regime Geral e RPPS	90.000,00		
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	90.000,00		1.971.000,00
4.7.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.591.000,00	
4.7.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.591.000,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	1.591.000,00		
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Patr. Serv. Ativo Civil-Intra-Orçam.	1.591.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		380.000,00	
4.7.9.0.00.00.00.00.00	Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização		380.000,00	
4.7.9.4.0.00.00.00.00.00				
Total das receitas:				4.195.500,00
Total por entidade:				4.195.500,00
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.929.400,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		2.730.000,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.830.000,00		
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	900.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	468.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.01.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	243.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.02.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana			

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/11
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.1.2.02.00.00.03.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	189.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	560.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	560.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	291.200,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	151.200,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	117.600,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	370.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.01.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	192.400,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.02.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	99.900,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.03.00	Imp. s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis	77.700,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	900.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	900.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.01.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	468.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.02.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	243.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.03.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	189.000,00	199.400,00	
4.1.1.2.0.0.00.00.00.00	TAXAS			
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	119.400,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	100.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	18.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.400,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	80.000,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	10.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	45.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	25.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.01	Taxa de Expediente	25.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	580.000,00		
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	580.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	126.600,00		
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.000,00		
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUEIS			
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	5.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	121.600,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados			
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEF	21.600,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 60%	8.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	8.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Salário Educação	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - PNAE	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - PNATE	1.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/11
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Transp Escolar Estadual	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Bolsa Família	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Receita de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	5.400,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Civil	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Militar	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pref.	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienação	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - COSIP	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - CASAN	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Constr Quadra	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Cultura	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Pav Ruas Fed	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósito de Recursos não Vinculados	100.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	100.000,00		
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		2.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		2.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		68.000,00	
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	58.000,00		
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	1.000,00		
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	1.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	56.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.01.00.00	Serv. Projetos de Segurança contra Sinistros	16.000,00		
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Serv. Vistoria de Segurança contra Sinistros	40.000,00		
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	10.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União		24.845.000,00	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.251.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.570.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.300.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.300.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.276.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.701.000,00		
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.323.000,00		
4.1.7.2.1.01.03.00.00.01	Cota Parte do FPM 1%	250.000,00		
4.1.7.2.1.01.03.00.00.02	Cota Parte do FPM 1%	182.500,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	67.500,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	20.000,00		
		10.400,00		

Página: 6/11
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.01.05.00.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	5.400,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	4.200,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	86.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	16.000,00		
4.1.7.2.1.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compen. Finan. Prod. Petróleo	70.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	6.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	IGD - Bolsa Família	6.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	541.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	350.000,00		
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	90.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	100.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	48.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.01.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	24.960,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.02.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	12.960,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.03.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	10.080,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	13.772.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	13.772.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	12.300.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.01.00	Cota-Parte do ICMS	6.396.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.02.00	Cota-Parte do ICMS	3.321.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.03.00	Cota-Parte do ICMS	2.583.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.290.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.01.00	Cota-Parte do IPVA	670.800,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.02.00	Cota-Parte do IPVA	348.300,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.03.00	Cota-Parte do IPVA	270.900,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	180.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.01.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	93.600,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.02.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	48.600,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.03.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	37.800,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	2.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.965.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.965.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.01.00	Transferências de Recursos do FUNDEF - 60%	1.779.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.02.00	Transferências de Recursos do FUNDEF - 40%	1.186.000,00		
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.	857.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	797.000,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	396.000,00		
4.1.7.6.2.02.00.01.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Ensino Fund	288.000,00		
4.1.7.6.2.02.00.02.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Segundo Grau	108.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/11
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	401.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.01.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Civil	26.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.02.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Militar	26.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.03.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Município	28.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.10.00	Convênio SDR - Manutenção da Escola e Banda de Mús	50.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.12.00	Convênio SDR - Preserv e Des do Patrim Histórico	10.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.13.00	Convênio SDR - Festas	1.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.14.00	Convênio SDR - Esporte	60.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.15.00	Convênio SDS - Meio Ambiente	50.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.16.00	Convênio SDR - Recuperação Estradas Viciais	150.000,00		
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	60.000,00		
4.1.7.6.4.00.00.01.00.00	Convênio CASAN - Ação Compartilhada na Manutenção	60.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		159.100,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		21.100,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	7.100,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	520,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	270,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	210,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	100,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	52,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	27,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	21,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS			
4.1.9.1.1.40.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	5.000,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	2.600,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.350,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.050,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	12.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	10.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU			
4.1.9.1.3.11.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	5.200,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.700,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	2.100,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.01.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.000,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.02.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	520,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.03.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	270,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	210,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00		

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/11
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div. Ativ. de Outras Rec - Principal	1.000,00		
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES			
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.000,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		131.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	121.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	100.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	52.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	27.000,00		
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	21.000,00		
4.1.9.3.1.12.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	1.000,00		
4.1.9.3.1.12.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	520,00		
4.1.9.3.1.12.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	270,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	210,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.01.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	10.000,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.02.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	5.200,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.03.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	2.700,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	2.100,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	10.000,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	10.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	10.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não-Tribut. de Outras Recel - Princ	10.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		5.000,00	
4.1.9.9.0.22.00.00.00.00	Receita "Tercarização" Folha Pagto Agentes Públic	5.000,00		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			5.946.000,00
4.2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS			
4.2.1.1.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.250.000,00		
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	250.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.01.00	BADESC - Pavimentação de Ruas	1.000.000,00		
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		5.000,00	
4.2.2.1.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		5.000,00	
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	5.000,00		

Página: 9/11
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.2.1.7.00.00.00.01.00	Alienação de Outros Veículos	5.000,00		
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		1.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos			
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4.690.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		4.690.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	2.450.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	150.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.03.00	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Ensino Infa	150.000,00		
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	1.800.000,00		
4.2.4.7.1.04.00.00.02.00	Convênio Ministério das Cidades - Pav de Ruas	1.800.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	500.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.13.00	Convênio Reforma e Revit. Centro Cultural - Federal	250.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.14.00	Convênio Pres. Des. Patrimônio Histórico - Federal	250.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed e suas Entid.	2.240.000,00		
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest. Infra-Estrutura Tra	2.200.000,00		
4.2.4.7.2.05.00.00.01.00	Convênio SDR - Pavimentação de Ruas	400.000,00		
4.2.4.7.2.05.00.00.03.00	Convênio SDR - Construção de Pontes	300.000,00		
4.2.4.7.2.05.00.00.04.00	Convênio FUNDAM	1.500.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	40.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.10.00	Convênio SDR - Equip. Agrícolas	40.000,00		
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-4.204.600,00
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.			
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS			
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/o Patrimônio e a Renda			
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Dedução de IPTU	-170.100,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.01.00	Dedução de IPTU	-170.000,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.02.00	Dedução de IPTU	-88.400,00		
9.1.1.1.2.02.00.00.03.00	Dedução de IPTU	-45.900,00		
9.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Dedução de ITBI	-35.700,00		
9.1.1.1.2.08.00.00.01.00	Dedução de ITBI	-100,00		
9.1.1.1.2.08.00.00.02.00	Dedução de ITBI	-52,00		
9.1.1.1.2.08.00.00.03.00	Dedução de ITBI	-27,00		
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/a Produção e a Circulação	-21,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução de ISS	-5.000,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.01.00	Dedução de ISS	-5.000,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.02.00	Dedução de ISS	-2.600,00		
9.1.1.1.3.05.00.00.03.00	Dedução de ISS	-1.350,00		
9.1.1.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA SOBRE TAXAS	-1.050,00		

Página: 10/11
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.1.2.1.1.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES RECEITA SOBRE TAXA PELO PODER DE POLÍCIA	-100,00		
9.1.1.2.1.2.50.00.00.00.00	Renúncia de Receita da Taxa Funcionamento	-100,00		
9.1.1.2.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES RECEITA DA TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-900,00		
9.1.1.2.2.2.80.00.00.00.00	Dedução Tx Cemitério	-600,00		
9.1.1.2.2.9.00.00.00.00.00	Dedução de Taxa de Limpeza Pública	-200,00		
9.1.1.2.2.99.00.00.00.00.00	Dedução de Taxa de Expediente	-100,00		
9.1.1.2.2.99.00.00.00.01	Dedução de Taxa de Expediente	-100,00		
9.1.7.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-4.027.600,00	
9.1.7.2.0.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-4.027.600,00	
9.1.7.2.1.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.273.600,00		
9.1.7.2.1.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.264.000,00		
9.1.7.2.1.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.260.000,00		
9.1.7.2.1.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-1.260.000,00		
9.1.7.2.1.1.01.02.01.00.02	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-1.260.000,00		
9.1.7.2.1.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita para formação do FUNDEB - ITR	-4.000,00		
9.1.7.2.1.1.01.05.00.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ITR	-4.000,00		
9.1.7.2.1.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	-9.600,00		
9.1.7.2.1.1.36.00.00.02.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 -	-9.600,00		
9.1.7.2.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-2.754.000,00		
9.1.7.2.2.0.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-2.754.000,00		
9.1.7.2.2.0.1.01.00.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-2.460.000,00		
9.1.7.2.2.0.1.01.00.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-2.460.000,00		
9.1.7.2.2.0.1.02.00.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-258.000,00		
9.1.7.2.2.0.1.02.00.02.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEF - IPVA	-258.000,00		
9.1.7.2.2.0.1.04.00.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-36.000,00		
9.1.7.2.2.0.1.04.00.02.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-36.000,00		
9.1.9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES		-900,00	
9.1.9.1.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora		-700,00	
9.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Tributos	-400,00		
9.1.9.1.1.38.00.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-100,00		
9.1.9.1.1.38.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-52,00		
9.1.9.1.1.38.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-27,00		
9.1.9.1.1.38.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-21,00		
9.1.9.1.1.39.00.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-100,00		
9.1.9.1.1.39.00.00.01.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-52,00		
9.1.9.1.1.39.00.00.02.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-27,00		
9.1.9.1.1.39.00.00.03.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-21,00		
9.1.9.1.1.40.00.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-100,00		
9.1.9.1.1.40.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-52,00		
9.1.9.1.1.40.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-27,00		

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/11

Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.9.1.1.40.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-21,00		
9.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	-100,00		
9.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Dedução Multas e Juros Mora de Outros Tributos	-100,00		
9.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Div Ativa Tributos	-300,00		
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Divida Ativa de IPTU	-100,00		
9.1.9.1.3.11.00.00.01.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Divida Ativa de IPTU	-52,00		
9.1.9.1.3.11.00.00.02.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Divida Ativa de IPTU	-27,00		
9.1.9.1.3.11.00.00.03.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Divida Ativa de IPTU	-21,00		
9.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Dedução Multas e Juros de Mora Divida Ativa ISS	-100,00		
9.1.9.1.3.13.00.00.01.00	Dedução Multas e Juros de Mora Divida Ativa ISS	-52,00		
9.1.9.1.3.13.00.00.02.00	Dedução Multas e Juros de Mora Divida Ativa ISS	-27,00		
9.1.9.1.3.13.00.00.03.00	Dedução Multas e Juros de Mora Divida Ativa ISS	-21,00		
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora Divida Ativa Outros Tributos	-100,00	-200,00	
9.1.9.3.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA DA DIVIDA ATIVA			
9.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Dedução Rec. Divida Ativa Tributária	-200,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-100,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.01.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-52,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.02.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-27,00		
9.1.9.3.1.11.00.00.03.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-21,00		
9.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Dedução Rec. Divida Ativa Outros Tributos	-100,00		
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Dedução Rec. Divida Ativa Outros Tributos	-100,00		

Total das receitas: 30.451.500,00

Total por entidade: 30.451.500,00

Total geral: 36.230.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.041.584,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.989.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.528.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias		461.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.052.584,00	
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		1.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.051.584,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			333.700,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		333.700,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		333.700,00	
Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.375.284,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			6.375.284,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.988.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.988.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		70.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			2.490.500,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		2.490.500,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		2.490.500,00	
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			16.711.908,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.564.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.454.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper Intra-Orçamentárias		1.110.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		50.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.000,00	
Total das despesas:			4.553.500,00	
Total da entidade:			4.553.500,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2
Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		7.097.908,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		143.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		6.559.908,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		380.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		15.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			6.972.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		6.592.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		6.592.500,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		380.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		380.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			26.808,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		26.808,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
			Total das despesas:	23.711.216,00
			Total da entidade:	23.711.216,00
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.220.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.120.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.100.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias		20.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		100.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			370.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		370.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		370.000,00	
			Total das despesas:	1.590.000,00
			Total da entidade:	1.590.000,00
			Total geral:	36.230.000,00

Página: 2/7
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS					
Órgão: 98.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Unidade: 98.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
99	Reserva de Contingência	0	105.000,00	4.448.500,00	4.553.500,00
99.997	Reserva Legal	0,00	0,00	2.490.500,00	2.490.500,00
99.997.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	2.490.500,00	2.490.500,00
99.997.0011.0.996	RESERVA DE CONTINGÊNCIA IPREANCARLOS			2.490.500,00	2.490.500,00
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS					
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO					
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO					
04	Administração	6199100	16.309.308,00	1.202.808,00	30.451.500,00
04.122	Administração Geral	0,00	833.400,00	0,00	833.400,00
04.122.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	0,00	833.400,00	0,00	833.400,00
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		833.400,00		833.400,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS					
Unidade: 03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS					
04	Administração	0,00	1.625.000,00	380.000,00	8.745.284,00
04.122	Administração Geral	0,00	1.625.000,00	380.000,00	8.745.284,00
04.122.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA		1.625.000,00	380.000,00	2.005.000,00
04.122.0001.0.001	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL		1.625.000,00	380.000,00	2.005.000,00
04.122.0001.2.003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		1.625.000,00	380.000,00	380.000,00
					1.625.000,00
					6.740.284,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS					
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				4.792.284,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA A CAMARA MUNICIPAL				1.590.000,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA O IPREANCARLOS				358.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA					
Unidade: 04.01 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA					
10	Saúde	822.000,00	6.902.408,00	0,00	7.724.408,00
10.306	Alimentação e Nutrição	822.000,00	6.902.408,00	0,00	7.724.408,00
10.306.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO				261.000,00
10.306.0004.2.004	OFERTA DE MERENDA ESCOLAR				261.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/7
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS					
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL					
Unidade: 05.02 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA					
08	Assistência Social	6199100	16.309.308,00	1.202.808,00	30.451.500,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	272.100,00	0,00	272.100,00
08.243.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
08.243.0008.2.016	MANUTENÇÃO DO FIA				6.000,00
Unidade: 05.03 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
08	Assistência Social	0,00	266.100,00	0,00	266.100,00
08.241	Assistência ao Idoso		266.100,00		266.100,00
08.241.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER		87.000,00		87.000,00
08.241.0008.2.015	ATENÇÃO A POPULAÇÃO DA TERCEIRA IDADE		87.000,00		87.000,00
08.244	Assistência Comunitária		179.100,00		179.100,00
08.244.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER		179.100,00		179.100,00
08.244.0008.2.014	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		179.100,00		179.100,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PÚBLICOS					
Unidade: 06.01 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PÚBLICOS					
06	Segurança Pública	5.317.100,00	3.399.400,00	0,00	8.716.500,00
06.181	Policimento	5.317.100,00	3.399.400,00	0,00	8.716.500,00
06.181.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		166.300,00		166.300,00
06.181.0006.2.017	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO TRÂNSITO		110.300,00		110.300,00
06.244	Assistência Comunitária		110.300,00		110.300,00
06.244.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		56.000,00		56.000,00
06.244.0006.2.020	FUREBOM		56.000,00		56.000,00
15	Urbanismo	4.867.100,00	3.233.100,00		8.100.200,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.867.100,00			4.867.100,00
15.451.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	4.867.100,00			4.867.100,00
15.451.0006.1.008	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	4.867.100,00			4.867.100,00
15.452	Serviços Urbanos	4.867.100,00			4.867.100,00
15.452.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		3.233.100,00		3.233.100,00
15.452.0006.2.018	MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		3.233.100,00		3.233.100,00
15.452.0006.2.019	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS		591.000,00		591.000,00
27	Desporto e Lazer		2.642.100,00		2.642.100,00
27.812	Desporto Comunitário	450.000,00			450.000,00
27.812.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	450.000,00			450.000,00
27.812.0006.1.007	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	450.000,00			450.000,00

Página: 5/7
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS					
Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS					
Unidade: 06.01 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS					
27	Desporto e Lazer	6199100	16.309.308,00	1.202.808,00	30.451.500,00
27.812	Desporto Comunitário	5.317.100,00	3.399.400,00	0,00	8.716.500,00
27.812.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	5.317.100,00	3.399.400,00	0,00	8.716.500,00
27.812.0006.1.007	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS				
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
Unidade: 07.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
15	Urbanismo	60.000,00	2.287.000,00	0,00	2.347.000,00
15.452	Serviços Urbanos	60.000,00	2.287.000,00	0,00	2.347.000,00
15.452.0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL				
15.452.0009.2.021	SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO				
20	Agricultura	60.000,00	662.000,00		662.000,00
20.606	Extensão Rural	60.000,00	1.625.000,00		1.685.000,00
20.606.0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	60.000,00	1.625.000,00		1.685.000,00
20.606.0009.1.012	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES AGRÍCOLAS	60.000,00	1.625.000,00		1.685.000,00
20.606.0009.2.022	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	60.000,00	1.625.000,00		1.685.000,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE					
Unidade: 08.01 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE					
23	Comércio e Serviços	0,00	630.000,00	0,00	630.000,00
23.695	Turismo	0,00	630.000,00	0,00	630.000,00
23.695.0003	ANTONIO CARLOS MAIS BELA				
23.695.0003.2.023	APOIO AS AÇÕES VOLTADAS PARA O TURISMO				
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário				
27.812.0002	ESPORTE É SAÚDE				
27.812.0002.2.024	INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR				
Órgão: 09.00 ENCARGOS GERAIS					
Unidade: 09.01 ENCARGOS GERAIS					
28	Encargos Especiais	0,00	0,00	796.000,00	796.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	796.000,00	796.000,00
28.843.0010	ENCARGOS GERAIS				
28.843.0010.0.003	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS				

Página: 6/7
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS					
Órgão: 09.00 ENCARGOS GERAIS		6199100	16.309.308,00	1.202.808,00	30.451.500,00
Unidade: 09.01 ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	796.000,00	796.000,00
		0,00	0,00	796.000,00	796.000,00
28	Encargos Especiais			796.000,00	796.000,00
28.845	Outras Transferências			366.000,00	366.000,00
28.845.0010	ENCARGOS GERAIS			366.000,00	366.000,00
28.845.0010.0.004	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP			270.000,00	270.000,00
28.845.0010.0.005	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS			96.000,00	96.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
Unidade: 10.01 SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		0,00	358.000,00	0,00	358.000,00
04	Administração		358.000,00		358.000,00
04.121	Planejamento e Orçamento		358.000,00		358.000,00
04.121.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA		358.000,00		358.000,00
04.121.0001.2.025	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		358.000,00		358.000,00
Unidade: 10.02 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL		0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
04	Administração		2.000,00		2.000,00
04.182	Defesa Civil		2.000,00		2.000,00
04.182.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		2.000,00		2.000,00
04.182.0006.2.002	DEFESA CIVIL		2.000,00		2.000,00
Órgão: 95.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	26.808,00	26.808,00
Unidade: 95.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	26.808,00	26.808,00
99	Reserva de Contingência			26.808,00	26.808,00
99.999	Reserva de Contingência			26.808,00	26.808,00
99.999.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			26.808,00	26.808,00
99.999.0011.0.995	RESERVA DE CONTINGÊNCIA PREFEITURA			26.808,00	26.808,00
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		200000	1.390.000,00	0,00	1.590.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES		200.000,00	1.390.000,00	0,00	1.590.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES		200.000,00	1.390.000,00	0,00	1.590.000,00
01	Legislativa		1.390.000,00		1.590.000,00
01.031	Ação Legislativa		1.390.000,00		1.590.000,00
01.031.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA		1.390.000,00		1.590.000,00
01.031.0001.1.016	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CAMARA MUNICIPAL				200.000,00

Página: 777

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 7 - CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS					
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES		200000	1.390.000,00	0,00	1.590.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES		200.000,00	1.390.000,00	0,00	1.590.000,00
		200.000,00	1.390.000,00	0,00	1.590.000,00
01	Legislativa	200.000,00	1.390.000,00		1.590.000,00
01.031	Ação Legislativa	200.000,00	1.390.000,00		1.590.000,00
01.031.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	200.000,00	1.390.000,00		1.590.000,00
01.031.0001.2.034	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		1.390.000,00		1.390.000,00
Total geral:					42.970.284,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Página: 1/4
 Data: 10/11/2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa				1.590.000,00
01.031	Ação Legislativa	200.000,00	1.390.000,00		1.590.000,00
01.031.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	200.000,00	1.390.000,00		1.590.000,00
04	Administração				3.303.400,00
04.121	Planejamento e Orçamento		2.923.400,00	380.000,00	3.303.400,00
04.121.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA		358.000,00		358.000,00
04.122	Administração Geral		358.000,00		358.000,00
04.122.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA		2.563.400,00	380.000,00	2.943.400,00
04.182	Defesa Civil		2.563.400,00	380.000,00	2.943.400,00
04.182.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		2.000,00		2.000,00
			2.000,00		2.000,00
06	Segurança Pública				166.300,00
06.181	Policimento		166.300,00		166.300,00
06.181.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		110.300,00		110.300,00
06.244	Assistência Comunitária		110.300,00		110.300,00
06.244.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		56.000,00		56.000,00
			56.000,00		56.000,00
08	Assistência Social				272.100,00
08.241	Assistência ao Idoso		272.100,00		272.100,00
08.241.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER		87.000,00		87.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		87.000,00		87.000,00
08.243.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER		6.000,00		6.000,00
08.244	Assistência Comunitária		6.000,00		6.000,00
08.244.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER		179.100,00		179.100,00
			179.100,00		179.100,00
09	Previdência Social				1.958.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário			1.958.000,00	1.958.000,00
09.272.0010	ENCARGOS GERAIS			1.958.000,00	1.958.000,00
10	Saúde				6.636.284,00
10.301	Atenção Básica	311.000,00	6.325.284,00		6.636.284,00
10.301.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	311.000,00	5.873.584,00		6.184.584,00
10.304	Vigilância Sanitária	311.000,00	5.873.584,00		6.184.584,00
10.304.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE		157.700,00		157.700,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		157.700,00		157.700,00
10.305.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE		33.000,00		33.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição		33.000,00		33.000,00
10.306.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO		261.000,00		261.000,00
			261.000,00		261.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4
Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	562.000,00	5.992.408,00		6.554.408,00
12.361	Ensino Fundamental				
12.361.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	352.000,00	3.525.408,00		3.877.408,00
12.362	Ensino Médio	352.000,00	3.525.408,00		3.877.408,00
12.362.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO		108.000,00		108.000,00
12.364	Ensino Superior		108.000,00		108.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO		90.000,00		90.000,00
12.365	Educação Infantil	210.000,00	90.000,00		90.000,00
12.365.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO		2.234.000,00		2.444.000,00
12.367	Educação Especial	210.000,00	2.234.000,00		2.444.000,00
12.367.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO		35.000,00		35.000,00
			35.000,00		35.000,00
13	Cultura	260.000,00	649.000,00		909.000,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		271.000,00		271.000,00
13.391.0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA		271.000,00		271.000,00
13.392	Difusão Cultural	260.000,00	378.000,00		638.000,00
13.392.0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	260.000,00	378.000,00		638.000,00
15	Urbanismo	4.867.100,00	3.895.100,00		8.762.200,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	4.867.100,00			4.867.100,00
15.451.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO				
15.452	Serviços Urbanos	4.867.100,00			4.867.100,00
15.452.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		3.895.100,00		3.895.100,00
15.452.0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL		3.233.100,00		3.233.100,00
			662.000,00		662.000,00
20	Agricultura	60.000,00	1.625.000,00		1.685.000,00
20.606	Extensão Rural	60.000,00	1.625.000,00		1.685.000,00
20.606.0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	60.000,00	1.625.000,00		1.685.000,00
23	Comércio e Serviços		81.000,00		81.000,00
23.695	Turismo		81.000,00		81.000,00
23.695.0003	ANTONIO CARLOS MAIS BELA		81.000,00		81.000,00
27	Desporto e Lazer	450.000,00	549.000,00		999.000,00
27.812	Desporto Comunitário	450.000,00	549.000,00		999.000,00
27.812.0002	ESPORTE É SAÚDE		549.000,00		549.000,00
27.812.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	450.000,00			450.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4

Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
28	Encargos Especiais			796.000,00	796.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			430.000,00	430.000,00
28.843.0010	ENCARGOS GERAIS			430.000,00	430.000,00
28.845	Outras Transferências			366.000,00	366.000,00
28.845.0010	ENCARGOS GERAIS			366.000,00	366.000,00
99	Reserva de Contingência			2.517.308,00	2.517.308,00
99.997	Reserva Legal			2.490.500,00	2.490.500,00
99.997.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			2.490.500,00	2.490.500,00
99.999	Reserva de Contingência			26.808,00	26.808,00
99.999.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			26.808,00	26.808,00
Total:		6.710.100,00	23.868.592,00	5.651.308,00	36.230.000,00

Página: 4/4
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016
Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS					
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				4.792.284,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA A CAMARA MUNICIPAL				1.590.000,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA O IPREANCARLOS				358.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	6.740.284,00
Total geral:		6.710.100,00	23.868.592,00	5.651.308,00	42.970.284,00

Página: 1/4
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.590.000,00		1.590.000,00
01.031	Ação Legislativa	1.590.000,00		1.590.000,00
01.031.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	1.590.000,00		1.590.000,00
04	Administração	3.198.400,00	105.000,00	3.303.400,00
04.121	Planejamento e Orçamento	358.000,00		358.000,00
04.121.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	358.000,00		358.000,00
04.122	Administração Geral	2.838.400,00	105.000,00	2.943.400,00
04.122.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	2.838.400,00	105.000,00	2.943.400,00
04.182	Defesa Civil	2.000,00		2.000,00
04.182.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	2.000,00		2.000,00
06	Segurança Pública	140.200,00	26.100,00	166.300,00
06.181	Policimento	84.200,00	26.100,00	110.300,00
06.181.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	84.200,00	26.100,00	110.300,00
06.244	Assistência Comunitária	56.000,00		56.000,00
06.244.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	56.000,00		56.000,00
08	Assistência Social	272.100,00		272.100,00
08.241	Assistência ao Idoso	87.000,00		87.000,00
08.241.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	87.000,00		87.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	6.000,00		6.000,00
08.243.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	6.000,00		6.000,00
08.244	Assistência Comunitária	179.100,00		179.100,00
08.244.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	179.100,00		179.100,00
09	Previdência Social	358.000,00	1.600.000,00	1.958.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	358.000,00	1.600.000,00	1.958.000,00
09.272.0010	ENCARGOS GERAIS	358.000,00	1.600.000,00	1.958.000,00
10	Saúde	170.000,00	6.466.284,00	6.636.284,00
10.301	Atenção Básica		6.184.584,00	6.184.584,00
10.301.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE		6.184.584,00	6.184.584,00
10.304	Vigilância Sanitária		157.700,00	157.700,00
10.304.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE		157.700,00	157.700,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		33.000,00	33.000,00
10.305.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE		33.000,00	33.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição	170.000,00	91.000,00	261.000,00
10.306.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	170.000,00	91.000,00	261.000,00
12	Educação	1.311.000,00	5.243.408,00	6.554.408,00
12.361	Ensino Fundamental	850.000,00	3.027.408,00	3.877.408,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	850.000,00	3.027.408,00	3.877.408,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 2/4
 Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.311.000,00	5.243.408,00	6.554.408,00
12.362	Ensino Médio		108.000,00	108.000,00
12.362.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO		108.000,00	108.000,00
12.364	Ensino Superior	90.000,00		90.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	90.000,00		90.000,00
12.365	Educação Infantil	336.000,00	2.108.000,00	2.444.000,00
12.365.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	336.000,00	2.108.000,00	2.444.000,00
12.367	Educação Especial	35.000,00		35.000,00
12.367.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	35.000,00		35.000,00
13	Cultura			
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	848.000,00	61.000,00	909.000,00
13.391.0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	260.000,00	11.000,00	271.000,00
13.392	Difusão Cultural	260.000,00	11.000,00	271.000,00
13.392.0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	588.000,00	50.000,00	638.000,00
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana	5.065.100,00	3.697.100,00	8.762.200,00
15.451.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	1.901.000,00	2.966.100,00	4.867.100,00
15.452	Serviços Urbanos	1.901.000,00	2.966.100,00	4.867.100,00
15.452.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	3.164.100,00	731.000,00	3.895.100,00
15.452.0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	2.502.100,00	731.000,00	3.233.100,00
20	Agricultura	662.000,00		662.000,00
20.606	Extensão Rural	1.595.000,00	90.000,00	1.685.000,00
20.606.0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	1.595.000,00	90.000,00	1.685.000,00
23	Comércio e Serviços			
23.695	Turismo	80.000,00	1.000,00	81.000,00
23.695.0003	ANTONIO CARLOS MAIS BELA	80.000,00	1.000,00	81.000,00
27	Desporto e Lazer			
27.812	Desporto Comunitário	639.000,00	360.000,00	999.000,00
27.812.0002	ESPORTE E SAÚDE	639.000,00	360.000,00	999.000,00
27.812.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	489.000,00	60.000,00	549.000,00
28	Encargos Especiais	150.000,00	300.000,00	450.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	796.000,00		796.000,00
28.843.0010	ENCARGOS GERAIS	430.000,00		430.000,00
28.845	Outras Transferências	430.000,00		430.000,00
28.845.0010	ENCARGOS GERAIS	366.000,00		366.000,00

Página: 3/4

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			2.517.308,00
99.997	Reserva Legal			2.490.500,00
99.997.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			2.490.500,00
99.999	Reserva de Contingência			26.808,00
99.999.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			26.808,00
Total:		16.089.608,00	20.140.392,00	36.230.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Página: 4/4

Data: 10/11/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.948.000,00	4.792.284,00	6.740.284,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		4.792.284,00	4.792.284,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA A CAMARA MUNICIPAL	1.590.000,00		1.590.000,00
	TRANSFERENCIA FINANCEIRA PARA O IPREANCARLOS	358.000,00		358.000,00
	Total:	1.948.000,00	4.792.284,00	6.740.284,00
	Total geral:	16.089.608,00	20.140.392,00	42.970.284,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Página: 1/5
 Data: 10/11/2015

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	833.400,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	1.455.000,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166.300,00
07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		0,00	0,00	0,00	337.000,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00
95.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		1.570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		1.570.000,00	0,00	0,00	2.730.400,00	0,00	166.300,00

Página: 2/5
Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.931.408,00
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	266.100,00	0,00	261.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	5.914.284,00	0,00	0,00
13.00 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		0,00	0,00	1.958.000,00	0,00	0,00	0,00
95.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	266.100,00	1.958.000,00	6.175.284,00	0,00	5.931.408,00

Página: 3/5

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		879.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	7.955.200,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	662.000,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		879.000,00	0,00	8.617.200,00	0,00	0,00	0,00

Página: 4/5

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	1.585.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	81.000,00	0,00
09.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	1.585.000,00	0,00	0,00	81.000,00	0,00

Página: 5/5

Data: 10/11/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	833.400,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.455.000,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.071.408,00
05.00 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266.100,00
06.00 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS		0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	8.571.500,00
07.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.247.000,00
08.00 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		0,00	0,00	536.000,00	0,00	0,00	617.000,00
09.00 - ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	796.000,00	0,00	796.000,00
10.00 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337.000,00
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.914.284,00
13.00 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.063.000,00
95.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	26.808,00	26.808,00
98.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	2.490.500,00	2.490.500,00
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.570.000,00
Total:		0,00	0,00	986.000,00	796.000,00	2.517.308,00	34.259.000,00
Total geral:							34.259.000,00

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 84/2015 SEQUÊNCIA 002 ATA 002

Processo Licitatório nº. 84/2015 – Pregão Presencial nº 048/2015
Objeto: Registro de preços para contratação de empresas especializadas em serviços de equoterapia, fisioterapia, hidroterapia e exames laboratoriais, para atender os pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram para verificar a documentação, conforme exigido no item 9.3.1 do Edital, pelas empresas vencedoras, sendo que todas cumpriram com a exigência. Foi constatado um equívoco nos quadros comparativos de preços emitidos pelo sistema “Compras”, sendo que empresa JOSIELE TELLES DA ROCHA GAIO – ME, aparece desclassificada. No entanto, a mesma está classificada e se sagrou como vencedora do item 3 – seções de hidroterapia.

Assim, entendemos que se encontram satisfeitas as condições para que se viabilize a homologação/adjudicação do certame licitatório. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio.

Arabutã, 04 de janeiro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

PORTARIA Nº. 477/2015

PORTARIA Nº 477/2015
DESIGNA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, no período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro 2016, a servidora CARLA SANDRA COZER MORCHE inscrita no CPF sob nº. 024.186.169-16, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativa, para exercer a função de responsável pelas Publicações dos Atos Administrativos expedidos pela Municipalidade, bem como pela afixação dos mesmos junto ao Mural Público.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 29 de dezembro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 008/2015 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 008/2015
EDITAL Nº 002

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA ANÁLISE PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES ÀS VAGAS DOS CARGOS CONTEMPLADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2015, DESTINADO AO PROVIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO EXCLUSIVAMENTE EM FUNÇÕES RELACIONADAS ÀS CARREIAS DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL-EMPREGO PÚBLICO.

A Comissão Especial de Coordenação e Operacionalização das fases do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2015, constituída pelo Decreto nº 1821 de 21 de dezembro de 2015, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, segundo as regras estabelecidas no Edital nº 008/2015, conforme consta dos quadros seguintes:

I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:

Identificação do Cargo	Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 002	1
Identificação do Candidato	
Nome	Nº Insc.
Naiara Giovanna Weber	03

Identificação do Cargo	Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 005	2
Identificação do Candidato	
Nome	Nº de Inscritos
Deise Cristina Ackermann Verruck	01
Patrícia Wilgten	04

Identificação do Cargo	Nº de Inscritos
Agente de Comunitário de Saúde Micro Área 009	2
Identificação do Candidato	
Nome	Nº Insc.
Vanessa Fassbinder	02
Lilian Maria Feiock	05

Arabutã, 04 de janeiro de 2016.
Dulci Driemeier
Presidente

Deise Morche
Membro

Carla Sandra Cozer Morche
Membro

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 76/2015 SEQUÊNCIA 002

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2015 - PR Processo Administrativo: 76/2015 Processo de Licitação: 76/2015 Data do Processo: 20/11/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 2/2016 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Registro de preço de medicamentos para atender as necessidades da população do Município de Arabutã, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram para verificar e analisar os documentos apresentados, conforme consta no Edital de Licitação, no item 9, subitem 9.4, alínea "a" - Certificado de Boas Práticas e alínea "b" - Registro do Medicamento, sendo que foi constatado: a) As empresas abaixo relacionadas apresentaram a documentação, em conformidade com o Edital: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. S&R DISTRIBUIDORA LTDA. CIRÚRGICA SANTA CRUZ LTDA. ANGEOMED COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP. LA DALLA PORTA JÚNIOR - EPP. DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP. CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA. DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. MAURO MARCIANO COM. DE MEDICAMENTOS LTDA. DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. DRV - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA. ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME. AG KIENEN & CIA LTDA b) Não apresentaram registro do Medicamento na ANVISA, bem como, os registros estão vencidos, sendo para tanto desclassificadas: AG KIENEN & CIA LTDA - item 11 e 114; ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME: item 55 e 112. Por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde ficam convocadas as empresas abaixo mencionadas, para serem sagradas vencedoras nos itens discriminados: Item 11 (6º colocado) - MAURO MARCIANO COM. DE MEDICAMENTOS LTDA. Item 114 (2º colocado) - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP. Item 55 (2º colocado) - MAURO MARCIANO COM. DE MEDICAMENTOS LTDA. Item 112 (2º colocado) - AG KIENEN & CIA LTDA. Assim, as empresas terão um prazo de 02 dias úteis para se pronunciar. Caso não seja feito, será considerada aceita a convocação acima mencionada e as empresas consideradas vencedoras nos respectivos itens. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e pelos Membros da Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016

COMISSÃO:

LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA	- - Pregoeiro(a)
LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA	- - PREGOEIRA
CARINE ALTMANN FEDRIZZI	- - MEMBRO
DULCI DRIEMEIER	- - MEMBRO
FELIPE PATZLAFF	- - MEMBRO
DELSI DRIMEIER	- - MEMBRO

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 82/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabitã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2015 - PR Processo Administrativo: 82/2015 Processo de Licitação: 82/2015 Data do Processo: 03/12/2015
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Em Exercício, MARCELO MORCHE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 82/2015
b) Licitação Nr.: 46/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/01/2016
e) Data da Adjudicação: 04/01/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para aquisição de pneus novos e câmaras, para os veículos da frota Municipal, em conformidade com as especificações do formulário proposta, anexo I do Edital.

		(em Reais R\$)				
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>BELLENZIER PNEUS LTDA. (8995)</u>						
6	Pneu 195/55 aro 15, radial - Marca: Goodyear Eagle Sport	UN	8,00	0,0000	274,00	2.192,00
7	Pneu 205/60 aro 16, radial. - Marca: Goodyear Effic. SUV	UN	12,00	0,0000	345,00	4.140,00
8	Pneu 175/70 R13, Radial - Marca: Kelly Metric Xtra	UN	46,00	0,0000	151,00	6.946,00
14	Pneu 165/70 R13 - Marca: Kelly Metric Xtra	UN	8,00	0,0000	148,00	1.184,00
37	Pneu 185/65 Radial, aro 15 - Marca: Goodyear Assurance	UN	26,00	0,0000	285,00	7.410,00
38	Pneu 225/65, R 16 radial - Marca: Goodyear G32 Cargo	UN	4,00	0,0000	578,00	2.312,00
50	Pneu 23.1.26 12 lonas - Marca: Goodyear All Westher	UN	2,00	0,0000	2.885,00	5.770,00
Total do Fornecedor:						29.954,00
<u>JOACABA PNEUS LTDA (8800)</u>						
1	Pneu 1000-20, convencional borrachudo - Marca: RT59 PIRELLI	UN	48,00	0,0000	926,00	44.448,00
2	Pneu 1000-20 convencional direcional capacidade 16 lonas, co - Marca: CT65 PIRELLI	UN	30,00	0,0000	856,00	25.680,00
3	Pneu 900 - 20, Convencional, Borrachudo - 16 Lonas - Marca: RT59 PIRELLI	UN	6,00	0,0000	732,00	4.392,00
4	Pneu 275-80 borrachudo misto (2012) - Marca: TG85 PIRELLI	UN	10,00	0,0000	1.338,00	13.380,00
5	Pneu 275-80 R 22,5 liso direcional - Marca: FG85 PIRELLI	UN	4,00	0,0000	1.350,00	5.400,00
10	Pneu 205/75 - aro 16 - Marca: CHRONO PIRELLI	UN	28,00	0,0000	445,00	12.460,00
11	Pneu 750/16 convencional borrachudo - Marca: RT59 10LON PIRELLI	UN	8,00	0,0000	408,00	3.264,00
13	Pneu 185/70 R14, Radial - Marca: P1 CINT PIRELLI	UN	46,00	0,0000	212,00	9.752,00
15	Pneu 205/70 radial, aro 15 - Marca: CHRONO PIRELLI	UN	8,00	0,0000	365,00	2.920,00
20	Pneu 1400x24, 28 lonas - Marca: E3 RM95 PIRELLI	UN	8,00	0,0000	4.990,00	39.920,00
24	Câmara de ar 1000x20 - Marca: PIRELLI	UN	60,00	0,0000	83,00	4.980,00
26	Câmara de ar 1400x24 - Marca: QBOM	UN	20,00	0,0000	162,00	3.240,00
29	Câmara de ar 17.5 - 25 - Marca: QBOM	UN	8,00	0,0000	196,00	1.568,00

Arabitã, 4 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutá - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	82/2015
	Processo de Licitação:	82/2015
	Data do Processo:	03/12/2015
	Folha: 2/3	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

JOACABA PNEUS LTDA (8800)

32	Câmara de ar 750 bico longo. - Marca: TR441 PIRELLI	UN	12,00	0,0000	44,00	528,00
34	Câmara de ar 900 r 16 - Marca: TR15 QBOM	UN	10,00	0,0000	62,00	620,00
35	Protetor 1000x20 - Marca: 20L SBN	UN	6,00	0,0000	22,00	132,00
36	Protetor 1400 - 24 - Marca: 24L SBN	UN	40,00	0,0000	46,00	1.840,00
40	Pneu 1000-20 direcional liso radial, misto terra asfalto, 16 - Marca: FG85 16,5mm PIRELLI	UN	16,00	0,0000	1.220,00	19.520,00
41	Pneu 1000-20, convencional borrachudo, capacidade de 16 lona - Marca: RT59 PIRELLI	UN	8,00	0,0000	926,00	7.408,00
42	Pneu 185/65 Radial, aro 14 - Marca: P1 CINT PIRELLI	UN	10,00	0,0000	218,00	2.180,00
47	Pneu dianteiro de retro 12/16,5 - Marca: PN16 10LON PIRELLI	UN	4,00	0,0000	692,00	2.768,00
Total do Fornecedor:						206.400,00

MODELO PNEUS LTDA (8160)

17	Pneu 14.9x24 - 10 lonas - Marca: FIRESTONE	UN	6,00	0,0000	1.600,00	9.600,00
43	Pneu 295-80 R 22,5 borrachudo misto - Marca: FIRESTONE	UN	8,00	0,0000	1.600,00	12.800,00
45	Pneu 1000x20 radial borrachudo, misto para pedra, com 16 lon - Marca: FIRESTONE	UN	24,00	0,0000	1.375,00	33.000,00
51	Pneu 195.75R 16C (Caminhão leve - IVECO) - Marca: BRIDGESTONE	UN	12,00	0,0000	418,00	5.016,00
Total do Fornecedor:						60.416,00

PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI-ME (8996)

9	Pneu 17x5x25 (2012) - Marca: TITAN	UN	4,00	0,0000	2.740,00	10.960,00
12	Pneu 12.5.80- 18 - 10 lonas (2012) - Marca: GOODYEAR	UN	8,00	0,0000	890,00	7.120,00
16	Pneu 12.4x24 - 10 lonas - Marca: GOODYEAR	UN	4,00	0,0000	1.083,00	4.332,00
18	Pneu 18.4x34 - 12 lonas - Marca: GOODYEAR	UN	6,00	0,0000	2.440,00	14.640,00
19	Pneu 18.4x30 - 12 lonas - Marca: GOODYEAR	UN	4,00	0,0000	2.130,00	8.520,00
21	Câmara de ar 18.4.30 - Marca: BBW	UN	6,00	0,0000	240,00	1.440,00
22	Câmara de ar 12.4.24 - Marca: BBW	UN	6,00	0,0000	138,00	828,00
23	Câmara de ar 12.16.5 - Marca: BBW	UN	4,00	0,0000	80,00	320,00
25	Câmara de ar 19.5 - 24 - Marca: BBW	UN	4,00	0,0000	240,00	960,00
27	Câmara de ar 14.9.26 - Marca: BBW	UN	4,00	0,0000	187,00	748,00
28	Câmara de ar 23.1.30 - Marca: BBW	UN	4,00	0,0000	385,00	1.540,00
30	Câmara de ar 18.4.34. - Marca: BBW	UN	10,00	0,0000	255,00	2.550,00
31	Câmara de ar 14.9.24 - Marca: BBW	UN	10,00	0,0000	185,00	1.850,00
33	Câmara de ar 12.5x80x18 - Marca: BBW	UN	10,00	0,0000	100,00	1.000,00
46	Pneu 10-16,5, 10 lonas - Marca: GOODYEAR	UN	4,00	0,0000	640,00	2.560,00
48	Pneu 23.1-30 12 lonas - Marca: GOODYEAR	UN	2,00	0,0000	3.216,00	6.432,00
49	Pneu 14.9.26 12 lonas - Marca: GOODYEAR	UN	2,00	0,0000	1.460,00	2.920,00
52	Pneu 19.5L24 12 lonas - Marca: GOODYEAR	UN	20,00	0,0000	2.100,00	42.000,00
Total do Fornecedor:						110.720,00
Total Geral:						407.490,00

Arabutá, 4 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2015 - PR Processo Administrativo: 82/2015 Processo de Licitação: 82/2015 Data do Processo: 03/12/2015
	Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 83/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2015 - PR Processo Administrativo: 83/2015 Processo de Licitação: 83/2015 Data do Processo: 03/12/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Em Exercício, MARCELO MORCHE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 83/2015
b) Licitação Nr.: 47/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/01/2016
e) Data da Adjudicação: 04/01/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preço de serviços de recapagens e recauchutagens, para utilização na frota Municipal de Máquinas e Veículos, conforme itens do anexo I.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descsto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>ACHILESKI & CIA LTDA (8159)</u>						
2	Recapagem de pneu 1000x20 borrachudo frio - Marca: VIPAL	UN	26,00	0,0000	508,00	13.208,00
4	Recapagem Pneu 750 - 16, Borrachudo Frio - Marca: VIPAL	UN	8,00	0,0000	280,00	2.240,00
5	Recapagem de pneu 900x20 borrachudo a frio - Marca: VIPAL	UN	12,00	0,0000	479,00	5.748,00
6	Recapagem de pneu 12.16.5 - Marca: VIPAL	UN	4,00	0,0000	615,00	2.460,00
15	Recauchutagem Pneu 23.1 - 26 - Marca: VIPAL	UN	2,00	0,0000	2.680,00	5.360,00
18	Recauchutagem 10-16,5 - Marca: VIPAL	UN	4,00	0,0000	440,00	1.760,00
					Total do Fornecedor:	30.776,00
<u>PNEUS LTDA (7224)</u>						
3	Recapagem Pneu 275/80 R22,5, Borrachudo Frio - Marca: VIPAL	UN	26,00	0,0000	530,00	13.780,00
7	Recauchutagem Pneu 21.4 - 24, Borrachudo Quente, com no míni - Marca: VIPAL	UN	6,00	0,0000	1.470,00	8.820,00
11	Recauchutagem Pneu 17.5 - 25, Borrachudo Quente - Marca: VIPAL	UN	6,00	0,0000	1.350,00	8.100,00
17	Recapagem 100 - R20 - Marca: VIPAL	UN	30,00	0,0000	500,00	15.000,00
					Total do Fornecedor:	45.700,00
<u>RETTA PNEUS LTDA (6297)</u>						
1	Recapagem de pneu 12.5.80 - 18 - Marca: Tipler	UN	8,00	0,0000	777,00	6.216,00
10	Recauchutagem Pneu 1400 - 24, Borrachudo Quente - Marca: Tipler	UN	24,00	0,0000	1.222,00	29.328,00
19	Recapagem Pneu 295/80 R 22,5, Borrachudo Frio, com no mínimo - Marca: Tipler	UN	16,00	0,0000	533,00	8.528,00
					Total do Fornecedor:	44.072,00
<u>RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP (8229)</u>						
9	Recauchutagem Pneu 14.9 - 26, Borrachudo Quente - Marca: Rubbermew	UN	4,00	0,0000	1.075,00	4.300,00
12	Recauchutagem Pneu 18.4 - 30, Borrachudo Quente - Marca: Rubbermew	UN	6,00	0,0000	1.563,00	9.378,00

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	83/2015
	Processo de Licitação:	83/2015
Data do Processo:		03/12/2015
Folha: 2/2		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP (8229)**

14	Recauchutagem Pneu 19.5 - 24 - Marca: Rubbernew	UN	4,00	0,0000	1.384,00	5.536,00
16	Recauchutagem Pneu 23.1 - 30, Borrachudo Quente - Marca: Rubbernew	UN	4,00	0,0000	2.684,00	10.736,00
Total do Fornecedor:						29.950,00

RECAUCHUTADORA RODA LTDA (6813)

8	Recauchutagem Pneu 14.9 - 24 - Marca: VIPAL	UN	12,00	0,0000	948,00	11.376,00
13	Recauchutagem Pneu 18.4 - 34, Borrachudo Quente - Marca: VIPAL	UN	12,00	0,0000	1.635,00	19.620,00
Total do Fornecedor:						30.996,00
Total Geral:						161.494,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 84/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2015 - PR Processo Administrativo: 84/2015 Processo de Licitação: 84/2015 Data do Processo: 03/12/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Em Exercício, MARCELO MORCHE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 84/2015
b) Licitação Nr.: 48/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/01/2016
e) Data da Adjudicação: 04/01/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para contratação de empresas especializadas em serviços de equoterapia, fisioterapia, hidroterapia e exames laboratoriais, para atender os pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

CLÍNICA VITAL FISIOTERAPIA S/S LTDA (7906)

2 Seções de fisioterapia.	SEC	3.600,00	0,0000	20,50	73.800,00
Total do Fornecedor:					73.800,00

GENESE - ANALISES CLINICAS SOCIEDADE SIMPLES LTDA (7905)

4 Colesterol.	EX	1.000,00	0,0000	10,00	10.000,00
5 EPF	UN	1.100,00	0,0000	5,00	5.500,00
6 EQU	UN	1.300,00	0,0000	8,00	10.400,00
7 Glicose.	EX	1.500,00	0,0000	7,00	10.500,00
8 Hemograma.	EX	1.500,00	0,0000	15,00	22.500,00
9 PSA total.	EX	600,00	0,0000	35,00	21.000,00
10 Tipagem sanguínea.	EX	50,00	0,0000	10,00	500,00
11 Triglicerídeos.	EX	1.000,00	0,0000	10,00	10.000,00
12 Urucultura.	EX	900,00	0,0000	21,00	18.900,00
13 VDRL.	EX	900,00	0,0000	7,00	6.300,00
14 T4 livre.	EX	750,00	0,0000	28,00	21.000,00
15 Baciloscopia para BAAR	EX	60,00	0,0000	20,00	1.200,00
16 Creatinina..	UN	1.500,00	0,0000	7,00	10.500,00
17 TGO	UND	650,00	0,0000	10,00	6.500,00
18 TGP	UND	650,00	0,0000	10,00	6.500,00
Total do Fornecedor:					161.300,00

JOSIELE TELLES DA ROCHA GAIO - ME (8612)

3 Seções de hidroterapia	SEC	120,00	0,0000	55,00	6.600,00
Total do Fornecedor:					6.600,00
Total Geral:					241.700,00

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 48/2015 - PR Processo Administrativo: 84/2015 Processo de Licitação: 84/2015 Data do Processo: 03/12/2015
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 85/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 49/2015 - PR Processo Administrativo: 85/2015 Processo de Licitação: 85/2015 Data do Processo: 04/12/2015
Folha: 1/3	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Em Exercício, MARCELO MORCHE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 85/2015
b) Licitação Nr.: 49/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/01/2016
e) Data da Adjudicação: 04/01/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços de medalhas e troféus para premiação de equipes e atletas nos diversos eventos promovidos pela Diretoria de Esportes, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo ao Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ART. ESPORTIVOS - ME (7804)**

1 Troféu com altura de 100 cm, base octogonal com 26,5 cm de l - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	312,50	312,50
2 Troféu com altura de 95 cm, base octogonal com 26,5 cm de la - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	308,0879	308,09
3 Troféu com altura de 91 cm, base octogonal com 26,5 cm de la - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	299,2828	299,28
4 Troféu com 34 cm de altura, com base oval com 22 cm de largu - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	65,9496	65,95
5 Troféu com 23 cm de altura, com base oval com 22 cm de largu - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	57,1446	57,14
6 Troféu com 38 cm de altura, com base com 7,6 cm de largura e - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	57,1446	57,14
Total do Fornecedor:					1.100,10

LOTE: 2**ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ART. ESPORTIVOS - ME (7804)**

7 Medalha fundida em liga metálica de zamak, com o tamanho de - Marca: ESPORTE ESPETACULARQ	UN	150,00	0,0000	4,4997	674,96
8 Medalha fundida em liga metálica de zamark - prata - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	150,00	0,0000	4,4998	674,97
9 Medalha fundida em liga metálica de zamak - bronze - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	150,00	0,0000	4,4998	674,97
Total do Fornecedor:					2.024,90

LOTE: 3**ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ART. ESPORTIVOS - ME (7804)**

10 Troféu com 82 cm de altura, com base octogonal com 14,6 cm d - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	174,3601	174,36
11 Troféu com 79 cm de altura, com base octogonal com 13,2 cm d - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	165,5496	165,55
12 Troféu com 66 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm d - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	156,7391	156,74
13 Troféu com 34 cm de altura (LOTE 02) - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	65,9908	65,99
14 Troféu com 23 cm de altura - LOTE 02 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	57,1802	57,18

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 49/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	85/2015
	Processo de Licitação:	85/2015
Data do Processo:		04/12/2015
Folha: 2/3		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ART. ESPORTIVOS - ME (7804)

15	Troféu com 38 cm de altura - LOTE 02 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	57,1802	57,18
Total do Fornecedor:						677,00

LOTE: 4

ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ART. ESPORTIVOS - ME (7804)

16	Troféu com altura de 161 cm com base octogonal de 26,5 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	485,45	485,45
17	Troféu com altura de 152 cm com base octogonal de 26,5 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	476,2725	476,27
18	Troféu com altura de 147 cm com base octogonal de 26,5 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	467,1116	467,11
19	Troféu com 34 cm de altura - LOTE 03 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	68,6148	68,61
20	Troféu com 23 cm de altura - LOTE 03 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	59,4539	59,45
21	Troféu com 38 cm de altura - LOTE 03 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	59,4539	59,45
Total do Fornecedor:						1.616,34

LOTE: 5

ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ART. ESPORTIVOS - ME (7804)

22	Troféu com 35 cm de altura, com base com 7,6 cm de largura e - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	3,00	0,0000	58,7267	176,18
23	Troféu com 61 cm de altura, com base octogonal com 14 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	2,00	0,0000	100,6063	201,21
24	Troféu com 52 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm d - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	2,00	0,0000	87,2397	174,48
25	Troféu com 46 cm de altura, com base octogonal com 10,1 cm d - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	2,00	0,0000	76,5463	153,09
26	Troféu com 38 cm de altura - LOTE 04 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	57,833	57,83
Total do Fornecedor:						762,79

LOTE: 6

ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ART. ESPORTIVOS - ME (7804)

27	Troféu com altura de 134 cm com base octogonal de 26,5 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	460,01	460,01
28	Troféu com altura de 128 cm com base octogonal de 26,5 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	442,3083	442,31
29	Troféu com altura de 122 cm com base octogonal de 26,5 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	433,4603	433,46
30	Troféu com 34 cm de altura - LOTE 06 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	66,271	66,27
31	Troféu com 23 cm de altura - LOTE 06 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	57,4231	57,42
32	Troféu com 38 cm de altura - LOTE 06 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	57,4231	57,42
Total do Fornecedor:						1.516,89

LOTE: 7

ESPORTE ESPETACULAR - COM. DE ART. ESPORTIVOS - ME (7804)

33	Troféu com 74 cm de altura, com base octogonal com 14 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	1,00	0,0000	106,24	106,24
34	Troféu com 62 cm de altura, com base octogonal com 12 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	2,00	0,0000	87,6691	175,34
35	Troféu com 53 cm de altura, com base octogonal com 10 cm de - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	2,00	0,0000	78,3874	156,77
36	Troféu com 34 cm de altura - LOTE 07 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	2,00	0,0000	63,1993	126,40
37	Troféu com 23 cm de altura - LOTE 07 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	2,00	0,0000	54,7615	109,52
38	Troféu com 38 cm de altura - LOTE 07 - Marca: ESPORTE ESPETACULAR	UN	2,00	0,0000	54,7615	109,52
Total do Fornecedor:						783,79
Total Geral:						8.481,81

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA**CNPJ: 95.995.221/0001-53
RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO
C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 49/2015 - PR**Processo Administrativo: 85/2015
Processo de Licitação: 85/2015
Data do Processo: 04/12/2015

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

HOMOLOGAÇÃO - PL Nº. 86/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2015 - PR Processo Administrativo: 86/2015 Processo de Licitação: 86/2015 Data do Processo: 04/12/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Em Exercício, MARCELO MORCHE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 86/2015
b) Licitação Nr.: 50/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/01/2016
e) Data da Adjudicação: 04/01/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para prestação de serviços de arbitragem, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo I.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**ASSOCIACAO DESPORTIVA DE ARBITROS DO OESTE CATARIN (8111)**

1	Prestação de serv. arbitragem para jogos do Camp. Futebol	JOG	70,00	0,0000	410,00	28.700,00
Total do Fornecedor:						28.700,00

LOTE: 2**ASSOCIACAO DESPORTIVA DE ARBITROS DO OESTE CATARIN (8111)**

2	Prestação de serviços de arbitragem para jogos - Suíço	JOG	100,00	0,0000	280,00	28.000,00
3	Prestação de serviços de arbitragem - Suíço Base	JOG	15,00	0,0000	110,00	1.650,00
Total do Fornecedor:						29.650,00

LOTE: 3**ASSOCIACAO DESPORTIVA DE ARBITROS DO OESTE CATARIN (8111)**

4	Prestação de serviços de arbitragem - futsal	JOG	120,00	0,0000	170,00	20.400,00
5	Prestação de serviços de arbitragem - futsal juvenil	JOG	20,00	0,0000	130,00	2.600,00
6	Prestação de serviços de arbitragem - futsal base	JOG	30,00	0,0000	110,00	3.300,00
Total do Fornecedor:						26.300,00
Total Geral:						84.650,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 4 de Janeiro de 2016.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº 01/2016

DISCUSSÃO DO CONTRATO DE PROGRAMA - CASAN

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC, Sr. Leonel José Martins, nos termos da Lei Orgânica do Município, da Lei Municipal nº 523/15, de 03 de dezembro de 2015, e da Lei Federal 11.445/07, de 05 de janeiro de 2007, TORNA PÚBLICO, que será realizada audiência pública, no dia 15 de janeiro de 2016, sexta-feira, às 15h, no auditório do Salão Nobre da Prefeitura Municipal, situada na Av. Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC., para discussão do Contrato de Programa a ser firmado com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

Balneário Piçarras, 04 de janeiro de 2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO CP Nº. 080/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DA CONCORRÊNCIA Nº. 080/PMBR/2015.

A Comissão Permanente de Licitação comunica, para conhecimento das empresas interessadas, o cancelamento do Edital de Concorrência Nº. 080/PMBR/2015 relativo à concessão, da exploração dos serviços funerários do Município de Balneário Rincão, por um período de 5 (cinco) anos, pelas razões que segue: Considerando que o Edital de Concorrência Nº. 080/PMBR/2015 foi impetrado mandado de segurança por empresa interessada na participação do certame, tendo Decisão Liminar para a suspensão do mesmo; Considerando que quando da análise das razões levantadas pela impetrante, verificou-se uma inconsistência no Edital ora em comento, a qual ocasionava insegurança jurídica para o Município de Balneário Rincão e para as empresas participantes; Considerando que após detida análise do Edital confrontado com a Lei Nº. 182/2014 e seu Art. 1º, constatou-se que mesmo em aditando-o, não seria o mesmo instrumento hábil e seguro capaz de fundamentar, instruir e bem reger o procedimento licitatório na modalidade concorrência, para a execução do objeto em questão, com base nos fundamentos acima citados, decidiu pelo cancelamento do edital de Concorrência Nº. 080/PMBR/2015. O certame será realizado com fundamento em novo Edital e será comunicado ao público na forma regulamentar, com a mais ampla divulgação e publicidade, conforme determina o interesse público, de acordo a Lei 8.666/93.

Balneário Rincão, 04 de Janeiro de 2015.

DECIO GOMES GOES
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO/GP/Nº 361

DECRETO/GP/Nº 361, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.
DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE APOIO AO PREGÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei 8.666, de setembro de 1993, Lei 8.883, de 08 de junho de 1994, Lei Federal nº 10.520, de julho de 2002, e o Decreto nº SA/3.663.05, de 21 de julho de 2005.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os membros da Comissão de Apoio ao Pregão para o exercício de 2016, com os seguintes membros:

Art. 2º - Fica designado, como Pregoeira a Servidora Gisele Pereira Ferreira e os Servidores Renato da Silva Vitche, Daianne Pedroso Silva Martins, Márcio David Ksey e Sinara Ferreira Batista, como membros da comissão de apoio ao pregão:

§ 1º - A pregoeira será substituída em suas ausências e impedimentos pelo servidor Renato da Silva Vitche;

§2º - A pregoeira e a equipe de apoio exercerão todas as atribuições definidas na Lei Federal nº 10.520/2002;

§3º - Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos

licitatórios de acordo com as suas respectivas funções administrativas.

Art. 3º - Compete ao Procurador Geral do Município a responsabilidade pelos pareceres jurídicos nas minutas dos pregões e contratos dos procedimentos licitatórios, e a Pregoeira autorização a assinar os instrumentos licitatórios;

Art. 4º - A Equipe de Apoio ao Pregão realizará procedimentos licitatórios na modalidade de "pregão" para o Poder Executivo, administração direta e Fundos Municipais;

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 30 de dezembro de 2015.

DECRETO/GP/Nº 362

DECRETO/GP/Nº 362, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.
DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei 8.666, de setembro de 1993, Lei 8.883, de 08 de junho de 1994.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os membros da Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2016, com os seguintes membros:

§ 1º - Membros da Comissão Permanente de Licitação, sob a presidência do primeiro (inciso I) e a função de secretário do segundo (inciso II) e demais como membros (incisos III, IV e V):

I – Valberto Berkenbrock
II – Renato da Silva Vitche
III – Márcio David Ksey
IV – Renan Napolini Bernardo
V – Monique Lemos

§ 2º - O presidente será substituído em suas ausências e impedimentos pelo secretário (descrito no inciso II, do parágrafo anterior);

§ 3º - Fica o Presidente da Comissão autorizado a assinar os instrumentos licitatórios;

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação realizará todos os procedimentos licitatórios para o Poder Executivo, administração direta e Fundos Municipais;

Art. 3º - Compete ao Procurador Geral do Município a responsabilidade pelos pareceres jurídicos, nas minutas dos editais e contratos dos procedimentos licitatórios.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 30 de dezembro de 2015.

EXTRATO DE ADITIVO - AM TRANSPORTE - 022-PMBR-2015

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 022/PMBR/2015. OBJETO: A SUPRESSÃO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, dentro dos limites e na forma do artigo 65, inciso I, parágrafo 1º. da Lei Nº. 8.666/93, e Artigo 57, do mesmo Diploma Legal. ASSINATURA: 18/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antoniel Borges França.

EXTRATO DE ADITIVO - AM TRANSPORTE Nº01

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 051/PMBR/2015. OBJETO: O ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 18/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antoniel Borges França.

EXTRATO DE ADITIVO - AM TRANSPORTE Nº02

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 051/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução e o do período de vigência, par 12 (doze) meses, ou seja, de 01/01/2016 até 31/12/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 18/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antoniel Borges França.

EXTRATO DE ADITIVO - ARMUL

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 016/PMBR/2015. OBJETO: O ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO de contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pinturas, ferramentas e equipamentos para uso das diversas Secretarias na manutenção e reparos dos Prédios Públicos do Município de Balneário Rincão - SC. ASSINATURA: 08/12/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª. Sirlene Berto da Silva Zanette.

EXTRATO DE ADITIVO - CAMILA GHISI

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 127/PMBR/2015. OBJETO: A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 127/PMBR/2015, que prevê o termino em 31/12/2015, por mais 01 (um) mês, ou seja, até 01/02/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela

Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 14/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª. Camila Ghisi Patricio.

EXTRATO DE ADITIVO - CONSONI Nº 02

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 153/PMBR/2014. OBJETO: O ACRÉSCIMO E A SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS, das obras de construção Civil para Ampliação (616,74 m²) e Reforma Parcial (60,70 m²) da Escola de Educação Básica Municipal Arroio Rincão, localizada na Rua Jaguaruna, no Centro do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 11/12/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela a empresa o Sr. Valmor Consoni.

EXTRATO DE ADITIVO - CONSONI Nº03

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 153/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato Nº. 153/PMBR/2014, que prevê o termino em 12/12/2015, por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 12/06/2016, E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 30/12/2015, por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 30/06/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 11/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela a empresa o Sr. Valmor Consoni.

EXTRATO DE ADITIVO - ECOSFERA Nº 02

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 137/PMBR/2014. OBJETO: O ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, dentro dos limites e na forma do artigo 65, inciso I, parágrafo 1º. da Lei Nº. 8.666/93, e Artigo 57, do mesmo Diploma Legal. ASSINATURA: 14/12/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela a empresa o Sr. Joi Cletison Alves Junior.

EXTRATO DE ADITIVO - GONÇALVES DA SILVA Nº03

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 056/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 056/PMBR/2014, que prevê o termino em 31/12/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31/12/2015 até 31/12/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 08/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Gonçalves da Silva.

EXTRATO DE ADITIVO - IÇARENSE Nº 01

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 021/PMBR/2015. OBJETO: O ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO de contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual. ASSINATURA: 08/12/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela a empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

EXTRATO DE ADITIVO - IÇARENSE Nº 02 - 021-PMBR-2015

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 021/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução e o do período de vigência, par 12 (doze) meses, ou seja, de 01/01/2016 até 31/12/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Educação. ASSINATURA: 18/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

EXTRATO DE ADITIVO - IÇARENSE Nº01

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 052/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução e o do período de vigência, par 12 (doze) meses, ou seja, de 01/01/2016 até 31/12/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 18/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elvio Juarez Peruchi.

EXTRATO DE ADITIVO - LABORATORIO RINCÃO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 001/FMS/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 001/FMS/2015, que prevê o termino em 02/01/2016, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, até 02/01/2017, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração E Finanças. ASSINATURA: 28/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ademar Antonio Dal Pont.

EXTRATO DE ADITIVO - LAURI MARTINS GOULART Nº03

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 095/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 095/PMBR/2013, que prevê o termino em 02/12/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 02/12/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 02/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Lauri Martins Goulart.

EXTRATO DE ADITIVO - LOGOS Nº 02

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 090/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 090/PMBR/2013. ASSINATURA: 21/12/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela a empresa a Srª. Ivete Geraldo.

EXTRATO DE ADITIVO - META TREINAMENTO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 134/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 134/PMBR/2015, que prevê o termino em 31/12/2015, por mais 01 (um) mês, ou seja, até 01/02/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 14/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Rodrigo Goulart.

EXTRATO DE ADITIVO - PAULO FELI 026-FMS-2014 Nº02

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 026/FMS/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, a ALTERAÇÃO DO ITEM 7.8. DA CLAUSULA SÉTIMA do Contrato Nº. 026/FMS/2014 e o REAJUSTE DE PREÇOS. ASSINATURA: 29/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Sergio Feli.

EXTRATO DE ADITIVO - PAULO FELI 079-PMBR-2014 Nº02

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 079/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, a ALTERAÇÃO DO ITEM 7.8. DA CLAUSULA SÉTIMA do Contrato Nº. 079/PMBR/2014 e o REAJUSTE DE PREÇOS. ASSINATURA: 29/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Sergio Feli.

EXTRATO DE ADITIVO - SATC

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 124/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PERÍODO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº. 124/PMBR/2015, que prevê o termino em 31/12/2015, por mais 01 (um) mês, ou seja, até 01/02/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 19/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Luiz Zancan.

EXTRATO DE ADITIVO - TRANSPORTES TROPICAL Nº02

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 053/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução e o do período de vigência, par 12 (doze) meses, ou seja, de 01/01/2016 até 31/12/2016, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Educação. ASSINATURA: 23/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Daltenor Nascimento Junior.

EXTRATO DE ADITIVO - VOGELSANGER Nº03

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 129/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO que prevê o termino em 31/12/2015, por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 30/06/2016 e do PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 31/12/2015, por mais 07 (sete) meses, ou seja, até 31/07/2016, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 14/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Norberto Alfredo Kruger.

EXTRATO DE ADITIVO - VOGELSANGER Nº04

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 147/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS, do contrato que tem como objeto a execução das Obras de Revitalização com Pavimento Asfáltico da Avenida Leoberto Leal, localizada no Centro do Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 02/12/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Norberto Alfredo Kruger.

EXTRATO DE ADITIVO - VOGELSANGER Nº05

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato Nº. 147/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO que prevê o termino em 15/12/2015, por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 15/06/2016 e do PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 02/03/2016, por mais 04 (quatro) meses, ou seja, até 02/07/2016, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 14/12/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Norberto Alfredo Kruger.

LEI Nº 250/2015

LEI Nº 250/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONTRATO COM ENTIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL OU OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar contrato com Entidades de Prestação de Serviço de Assistência Médico-Hospitalar e Laboratorial ou Operadora de Plano de Saúde, por meio de processo licitatório público.

Art. 2º O contrato de prestação de serviços de assistência médico hospitalar e laboratorial abrangerá os servidores, detentores de cargos e provimento efetivo e ocupantes de cargos em comissão, celetistas, contratados temporariamente, Prefeito e Vice-Prefeito, e seus dependentes diretos, cônjuges e os assim reconhecidos pela legislação em vigor.

Art. 3º O aludido contrato com a vencedora do certame licitatório não importará em assunção de qualquer despesa por parte do Município de Balneário Rincão, que não efetuará qualquer pagamento em razão da adesão ou da participação de seus servidores ou agentes políticos nos planos de saúde, cabendo somente ao Município a retenção dos pagamentos autorizados pelos servidores e /ou agentes políticos e o posterior repasse, nos termos da autorização específica firmada pelo Servidor Público Municipal ou agente Político.

Art. 4º A futura credenciada para prestar os serviços de saúde aos servidores poderá oferecer aos beneficiários adicionais não incluídos no plano básico universal, que poderão ser aceitos individualmente pelos mesmos devendo os servidores também por conta própria arcar com as despesas referentes aos serviços adicionais.

Art. 5º Fará jus aos serviços de assistência médico-hospitalar e laboratorial, o servidor que aderir voluntariamente ao contrato, mediante autorização para desconto em folha de pagamento, de valor correspondente ao percentual estabelecido no processo licitatório.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

LEI Nº 251/2015

LEI Nº 251/2015

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS - COMAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal Anti-Drogas - COMAD de Balneário Rincão, que integrando-se ao esforço nacional de combate às drogas, dedicar-se-à ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas.

§ 1º Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações supramencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições estaduais e federais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal, observando-se sempre as diretrizes previstas no artigo 22 da Lei nº. 11.343/2006.

§ 2º O COMAD integrará o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD, instituído pela Lei n. 11.343/2006 e posteriormente regulamentado pelo Decreto n. 5.912/2006.

§ 3º Para fins desta Lei, considera-se:

I - redução de demanda como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e a reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas;

II - droga como substância ou produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União;

III - drogas ilícitas aquelas assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão

competente do Ministério da Saúde, informando a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e o Ministério da Justiça - MJ.

Art. 2º São objetivos do Conselho Municipal Antidrogas de Balneário Rincão:

I - propor programa municipal de prevenção ao uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes, compatibilizando-o com a respectiva política estadual, proposta pelo Conselho Estadual, bem como, acompanhar a sua execução;

II - coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação do tráfico e do uso indevido e abuso de drogas;

III - estimular e cooperar com serviços que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes;

IV- colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União;

V- estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica;

VI- propor ao Prefeito Municipal medidas que visem a atender os objetivos previstos nos incisos anteriores;

VII - apresentar sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamento a autoridade e órgãos de outros municípios, estaduais e federais;

VIII - Estabelecer parcerias com Entidades públicas e privadas e Terceiro Setor.

Art. 3º O Conselho Municipal Antidrogas de Balneário Rincão será integrado pelos seguintes membros e seus respectivos suplentes, representantes dos seguintes órgãos:

- a) 01 representante do Conselho Tutelar;
- b) 01 representante da Promotoria de Justiça da Comarca de Içara;
- c) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;
- e) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- f) 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- g) 01 representante da Polícia Civil;
- h) 01 representante da Polícia Militar;
- i) 01 representante de Comunidade Terapêutica Manjedoura (Lagoa dos Esteves);
- j) 01 representante de Comunidade Terapêutica Vida Jovem (Urus-sanga Velha);
- l) 01 representante de Comunidade Terapêutica Casa de Restauração (Zona Sul);
- m) 01 representante do Poder Judiciário;

n) 01 representante do Poder Legislativo;

o) 01 representante da Fundação Social Hospitalar de Içara;

p) um advogado de comprovada experiência em assuntos ligados a entorpecentes, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Criciúma.

Art. 4º O Conselho será presidido por um dos seus membros escolhidos em eleição pelos conselheiros.

Art. 5º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art. 6º O Município de Balneário Rincão disponibilizará quando necessário apoio técnico ao Conselho.

Art. 7º O COMAD providenciará a elaboração de seu regimento Interno.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente Lei, serão atendidas pelo orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, suplementada se necessária.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

LEI Nº 252/2015

LEI Nº 252/2015

ALTERA LEI Nº 71/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 71/2013, o qual passa a ter a seguinte redação: " Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar de forma amigável ou judicial, área de terra de propriedade de Rogério Domingos Presa, casado com Edinéia Michels Presa, sob o regime da comunhão universal de bens, medindo 24.649,91 m², a ser desmembrada da totalidade de 43.396,55 m², matriculada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Içara/SC sob o nº 11.902, com as seguintes confrontações: NORTE, 120,07 metros com Área Remanescente e 186,00 m com Rua Clovis da Cruz (48); SUL 306,07 metros com terras de Airtton de Bitencourt; LESTE 80,50 metros com loteamento Mirasol, e a OESTE 80, 50 metros com terras de Libero Uggioni".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

LEI Nº 253/2015

LEI Nº 253/2015

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se "Rua João Thadeu Bialechi" a via pública antes denominada "Rua 12", localizada no loteamento Morada do Sol, com início na Rua Rita Dal Bó Benedet e término na Avenida 02 (Acesso ao Bairro Torneiro).

Art. 2º Passa a denominar-se "Rua Pedro Zaniboni" a via pública antes denominada "Rua 11", localizada no Loteamento Moradas do Sol, com início na Rua Rita Dal Bó Benedet e término na Avenida 02 (Acesso ao Bairro Torneiro).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contado de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Balneário Rincão, 29 de dezembro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

LEI Nº 254/2015

LEI Nº 254/2015

INSTITUI A SEMANA DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída no município de Balneário Rincão a "Semana da Saúde" a ser comemorada anualmente na primeira semana de agosto.

Parágrafo Único - A semana passa a integrar o calendário de comemorações da cidade.

Art. 2º - A Semana Municipal de Prevenção à Saúde tem como objetivos específicos:

I - promover palestras, debates, cursos, pesquisas relativas à saúde, e promoção de atividades físicas e de lazer;

II - explanar conhecimentos importantes para a saúde nas diferentes etapas de sua vida, fortalecer a prevenção e quebrar tabus e barreiras que impeçam cuidados necessários para uma vida saudável;

III - difundir informações, de forma clara e simplificada, sobre as doenças que acometem com mais ênfase em nossa região, os sintomas dessas moléstias, formas de prevenção de doenças, terapias existentes e orientação quanto aos exames necessários, suas periodicidades, e tudo que seja útil para esclarecer e elucidar.

IV - difundir informações e conceitos, de forma clara e simplificada, sobre planejamento familiar, métodos contraceptivos e outras informações que auxiliem na finalidade aqui enunciada;

V - desenvolver programas de informação e educação para adolescentes, conscientizando acerca do problema da gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis - DST's/AIDS, a fim de reduzir suas incidências.

VI - difundir informações sobre as consequências decorrentes do uso de bebidas alcoólicas, da prática do tabagismo, bem como por uso de quaisquer outros tipos de drogas, para a saúde corporal, mental e para as relações familiares, sociais e do trabalho.

Barra Velha

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 001/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 001/2016
Credenciamento nº 001/2016

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade CREDENCIAMENTO, contratação de LEILOEIRO OFICIAL, para alienação de bens, observando-se que a remuneração dos serviços será até o importe de 5% do valor de todos os bens leiloados. Recebimento dos Envelopes de: 05/01/2016 a 20/01/2016, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 003/2015 DE EMPREGO PÚBLICO BARRA VELHA

EDITAL Nº 003/2015 DE EMPREGO PÚBLICO
Ato 001/EP/ED/003/15

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO
DO EDITAL Nº 003/2015 DE EMPREGO PÚBLICO BARRA VELHA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público a primeira retificação do edital conforme segue:

1. Fica Incluído no cronograma do edital o prazo de entrega dos certificados da prova de títulos para os cargos de nível superior, que passa a ter o seguinte teor:

Prova de Títulos para os cargos de nível superior, enviar certificados até o dia:	21/01/16
---	----------

2. No anexo III do edital, no tipo de prova dos cargos de nível superior, leia-se Prova Escrita Objetiva e Títulos.

3. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Barra Velha, 04 de Janeiro de 2016
Claudemir Matias Francisco
Prefeito Municipal

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 002/2015 DE CONCURSO PÚBLICO BARRA VELHA

EDITAL Nº 002/2015 DE CONCURSO PÚBLICO
Ato 002/CP/ED/002/15

SEGUNDA RETIFICAÇÃO
DO EDITAL Nº 002/2015 DE CONCURSO PÚBLICO BARRA VELHA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público a segunda retificação do edital conforme segue:

1. Fica Incluído no cronograma do edital o prazo de entrega dos certificados da prova de títulos para os cargos de nível superior, que passa a ter o seguinte teor:

Prova de Títulos para os cargos de nível superior, enviar certificados até o dia:	21/01/16
---	----------

2. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Barra Velha, 04 de Janeiro de 2016
Claudemir Matias Francisco
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 228/2015

DECRETO Nº 228/2015 DE: 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
DÁ NOVA REDAÇÃO AO DECRETO Nº 33/2014 E AO DECRETO 86/2015, REFERENTE À COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu:

Art. 1º - O art. 1º do Decreto nº 33/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Titular: Matheus Hoffmann Machado

Suplente: Luana Schmitt Montero

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Titular: Bruno Diogo Marque

Suplente: Manoel Custódio

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Titular: João Fernandes Motter

Suplente: Sergio Roberto dos Reis

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

Titular: Douglas Borba

Suplente: Marconi Kirch

REPRESENTANTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA – CAU

Titular: Suelen Cantelli Branco Miotto

Suplente: Isabela da Silva

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL BIGUAÇU – ACIBIG

Titular: Edson Miranda

Suplente: Deivty Luiz Carvalho

REPRESENTANTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E URBANISMO DE SC - CREA/SC

Titular: Odemir Prazeres

Suplente: Adenilson Luiz Coelho

REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB/SC, ATRAVÉS DA SUBSEÇÃO DE BIGUAÇU

Titular: Pedro Joaquim Cardoso Junior

Suplente: Thiago de Lara Vieira

REPRESENTANTE DO ROTARY CLUBE DE BIGUAÇU

Titular: Henrique de Azevedo

Suplente: Carlos Fernandes de Alcântara Junior"

Art. 2º - O art. 2º do Decreto nº 33/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ficam nomeados e homologados, nos termos do art. 12, I, II, 17 e 20 do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu, por indicação o Prefeito Municipal, o Presidente e o Secretário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Biguaçu, a saber:

I - PRESIDENTE – Matheus Hoffmann Machado, representante titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

II - SECRETÁRIO - Luana Schmitt Montero, representante suplente da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão"

Art. 3º Este decreto entra vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 001/2016/SEFAZ

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 001/2016/SEFAZ

Edital de lançamento das Taxas de Renovação da Licença, para os Contribuintes inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

EXERCÍCIO DE 2016

I- DO LANÇAMENTO

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, IV da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 91 e 118, da Lei Complementar nº. 003, de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento das taxas devidas pelo exercício do poder de polícia em razão da ocorrência dos fatos geradores previstos no art. 92, incisos II, III, IV, V, VI e VIII da referida Lei Complementar, com vista à renovação das licenças para o exercício de 2016, a seguir especificadas:

- a. Taxa de Renovação da Licença para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria ou de Prestação de Serviços;
- b. Taxa de Renovação da Licença para Veiculação de Publicidade;
- c. Taxa de Renovação da Licença para Atividades Ambulantes;
- d. Taxa de Renovação da Licença para Utilização de Vias e Logradouros Públicos;
- e. Taxa de Renovação da Licença para Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial;
- f. Taxa de Renovação da Licença para Circulação de Veículos de Transporte de Passageiros;
- g. Esclarece, outrossim, que a listagem dos lançamentos encontra-se à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria Geral de Tributos, no endereço abaixo indicado.

II- DO PAGAMENTO

Nos termos do art. 97, inciso II, da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, as taxas referidas neste Edital, quando devidas, devem ser pagas, em parcela única, até o dia 10 de março

de 2016, na rede bancária do Município.

III- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento das taxas previstas neste Edital nas datas fixadas sujeitará o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como, a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

IV- DA DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis a partir de 04 de Janeiro de 2016:

- Na internet através do site www.bigua.sc.gov.br;
- Na Diretoria Geral de Tributos no endereço indicado no item VII.

Observação:

A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria Geral de Tributos será efetuada diariamente, no período indicado no item IV, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h00 às 18h00.

V- DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA 2016.

- A liberação do Alvará da Licença do exercício de 2016 dispensa o requerimento de Renovação de Licença.
- Os Alvarás de Licença serão emitidos de ofício pela Secretaria Municipal da Fazenda, aos contribuintes regularmente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes da Prefeitura.
- A entrega dos Alvarás de Licença aos contribuintes será feita a partir do dia 04 de Janeiro, na Diretoria Geral de Tributos, mediante:
 - A comprovação do pagamento das respectivas taxas de renovação da licença lançadas nos termos deste Edital;
 - A comprovação do pagamento da TPCS – Taxa de Prevenção Contra Sinistros cobrada nos termos do Convênio nº 25.803/2010-2, autorizado pela Lei Municipal nº 2974/2010 firmado ente o Município de Biguaçu e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina;
 - A apresentação do Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.A comprovação do pagamento das taxas mencionadas nas letras "a" e "b" deste item será feita pela baixa do débito no Sistema Eletrônico de Processamento de Dados da Arrecadação Tributária da Prefeitura, ou, mediante a apresentação dos respectivos documentos de arrecadação quitados na rede bancária credenciada.
- A comprovação do pagamento das taxas mencionadas nos itens "i" e "ii" da letra "c" será feita pela baixa do débito no Sistema Eletrônico de Processamento de Dados da Arrecadação Tributária da Prefeitura, ou, mediante a apresentação dos respectivos documentos de arrecadação quitados na rede bancária credenciada.

VI- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts 319, 320 e 321 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 10 de março de 2016.

VII- DAS ISENÇÕES

Por força de Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014 que alterou o art. 4º, § 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, encontram-se isentos de quaisquer taxas as pessoa jurídicas enquadradas como Microempreendedores Individuais.

VIII- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA GERAL DE TRIBUTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU

Rua Lúcio Born, 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP 88.160-126.

Biguaçu, 04 de Janeiro de 2016.
MANOEL CUSTÓDIO
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 002/2016/SEFAZ

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 002/2016/SEFAZ

Edital de lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre serviços prestados por pessoas físicas e sociedades simples de profissionais, inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

EXERCÍCIO DE 2016

I- DO LANÇAMENTO

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, IV da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos arts. 42, 59, II e 64, I, todos da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, por pessoa física ou sociedade simples de profissionais, sujeitas ao pagamento do imposto calculado em base fixa na forma dos arts 53 e 54 da referida Lei, relativo ao exercício de 2015, conforme listagem dos lançamentos à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria Geral de Tributos da Secretaria Municipal de Fazenda no endereço abaixo indicado.

II- DO PAGAMENTO

O imposto referido neste Edital deverá ser pago integralmente até o dia 10 de março de 2016, na rede bancária do Município.

III- DO DESCONTO

O pagamento efetuado até a data do vencimento assegura o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o total do lançamento.

IV- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento do imposto na data fixada sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

V- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts 279 e 319 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 10 de março de 2015.

VI- DA DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis:

- A partir do dia 04 de Janeiro de 2015, na internet através do site www.bigua.sc.gov.br, além de estar disponível na Diretoria Geral

de Tributos no endereço abaixo indicado.

Observação:

i. A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria Geral de Tributos será efetuada no período indicado na letra "a", de segunda a sexta-feira, no horário das 12h00 às 18h00.

VII- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA GERAL DE TRIBUTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU

Rua Lúcio Born, 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP 88.160-126.

Biguaçu, 04 de Janeiro de 2016.

MANOEL CUSTÓDIO

Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 003/2016/SEFAZ

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 003/2016/SEFAZ

Edital de lançamento da Taxa de Domicílio Fiscal, para os Contribuintes inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

EXERCÍCIO DE 2016

I- DO LANÇAMENTO

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, IV da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos arts. 7º e 8º, da Lei Complementar nº. 66, de 11 de dezembro de 2013, torna público o lançamento das taxas devidas pelo exercício do poder de polícia em razão da ocorrência dos fatos geradores previstos no art. 7º e 8º, da referida Lei Complementar, com vista à renovação da licença para o exercício de 2016, do Contribuinte não estabelecido dentro do Programa de Domicílio Fiscal.

I- DO PAGAMENTO

Nos termos do art. 8º, da Lei Complementar nº. 66, de 11 de dezembro de 2013, a taxa referida neste Edital, quando devidas, devem ser quitadas, em parcela única, até o dia 10 de março de 2016.

II- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento das taxas previstas neste Edital nas datas fixadas sujeitará o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como, a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

III- DA DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis a partir de 04 de Janeiro de 2016:

- Na internet através do site www.bigua.sc.gov.br;
- Na Diretoria Geral de Tributos no endereço indicado no item VII.

Observação:

A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria Geral de Tributos será efetuada diariamente, no período indicado no item IV, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h00 às 18h00.

IV- DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL PARA 2016.

- A liberação do Cartão de Inscrição para Estabelecimento não estabelecido no exercício de 2016 deverá ser instruída com os seguintes documentos, na forma do art. 6º da LC 66/2013:
 - Contrato Social, ou Declaração de empresário Individual;

ii. CNPJ;

b. Os Cartões de Inscrição para Estabelecimento não estabelecido serão emitidos de ofício pela Secretaria Municipal da Fazenda, aos contribuintes regularmente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes da Prefeitura.

c. A entrega dos Cartões de Inscrição para Estabelecimento não estabelecido aos contribuintes será feita a partir do dia 04 de Janeiro, na Diretoria Geral de Tributos, mediante:

- A comprovação do pagamento das respectivas taxa de renovação da TDF lançadas nos termos deste Edital;
- A apresentação dos documentos elencados no subitem "a" deste item.

V- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts 319, 320 e 321 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 10 de março de 2015.

VI- DAS ISENÇÕES

Por força de Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014 que alterou o art. 4º, § 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, encontram-se isentos de quaisquer taxas as pessoa jurídicas enquadradas como Microempreendedores Individuais.

VII- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA GERAL DE TRIBUTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU.

Rua Lúcio Born, 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP 88.160-126.

Biguaçu, 04 de Janeiro de 2016.

MANOEL CUSTÓDIO

Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 004/2016/SEFAZ

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº 004/2016/SEFAZ

Edital de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, sobre os imóveis inscritos no Cadastro Imobiliário Municipal.

Exercício de 2016

I- DO LANÇAMENTO

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 116, IV da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 20 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) – incidente sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2016, conforme listagem dos lançamentos à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria Geral de Tributos da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço abaixo indicado.

II- DO DESCONTO ESPECIAL

O contribuinte que na data do lançamento do IPTU estiver em dia

com o pagamento dos tributos municipais de exercícios anteriores tem direito ao desconto de 10% sobre o valor total do lançamento do exercício de 2016.

Considera-se como data limite, o contribuinte em dia até o dia 10 de dezembro de 2015.

III- DO PAGAMENTO

Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos:

- a) Integralmente, até o dia 11 de Março de 2016, com desconto de 20%; ou
- b) Integralmente, até o dia 11 de Abril de 2016, com desconto de 10% ou
- c) Em até 10 (dez) parcelas, parcelas mensais e sucessivas, com vencimento das parcelas em:

Parcela	Data de Vencimento
1ª	11/03/2016
2ª	11/04/2016
3ª	11/05/2016
4ª	10/06/2016
5ª	10/07/2016
6ª	10/08/2016
7ª	12/09/2016
8ª	10/10/2016
9ª	10/11/2016
10ª	12/12/2016

Os pagamentos serão efetuados na rede bancária.

IV- DO ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento do IPTU nas datas previstas neste Edital sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, antecipação de vencimento das parcelas vincendas e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

V- DA RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts. 279 e 319 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo, junto a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT, no prédio do Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 11 de março de 2016.

VI – DA NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO

Nos termos do art. 20, inciso I da Lei Complementar nº. 003, de 13 de dezembro de 2007, com alteração dada pela Lei Complementar nº. 069, de 30 de dezembro de 2013, a notificação do lançamento se dará da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios e os respectivos carnês de pagamento serão entregues no período de:

- a) A partir de 11 de Janeiro de 2016 na internet, através do site www.bigua.sc.gov.br
- b) 20 de Janeiro de 2016 a 29 de Fevereiro de 2016 no local do imóvel;
- c) 29 de Fevereiro de 2016 a 11 de Março de 2016, na Prefeitura Municipal, no seguinte endereço:
 - i. Pró-Cidadão Biguaçu: Rua Lúcio Born, nº 12 – Centro – Biguaçu / SC;
 - ii. Poderá por interesse da Municipalidade estabelecer outros endereços para entrega do IPTU 2016.

Observação:

- 1) O horário de atendimento ao público para entrega de carnês, esclarecimentos de dúvidas e protocolização de reclamação do lançamento serão realizados no Pró-Cidadão Biguaçu, de segunda a

sexta-feira, no horário das 12h00 às 18h00.

2) Para recebimento do carnê do exercício 2016, o contribuinte deverá apresentar o carnê do exercício de 2014 ou 2015.

3) Para esclarecimento de dúvidas ou reclamação do lançamento, o contribuinte deverá apresentar os carnês de 2013, 2014, 2015 e 2016.

VII- DAS ISENÇÕES

1) Os contribuintes com direito à isenção do IPTU previsto no artigo 28, inciso VI da Lei Complementar 003/2007, deverão requerer o benefício fiscal para o ano de 2013 até o dia 11 de março de 2016.

2) O pedido de isenção será formalizado em processo administrativo junto à Diretoria Geral de Tributos, acompanhado dos documentos que comprovam os requisitos previstos na lei para cada situação específica.

VIII- DO ENDEREÇO DA DIRETORIA GERAL DE TRIBUTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Rua Lúcio Born, nº 12 – Centro – Biguaçu – Santa Catarina – CEP: 88.160-126.

Biguaçu, 04 de Janeiro de 2016.

MANOEL CUSTÓDIO

Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.110/2015 PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 58/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.110/2015

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 58/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES(AUTO-CLAVE HORIZONTAL, CENTRIFUGA SOROLÓGICA, COLPOSCÓPIO BINOCULAR, FLUXÔMETRO PARA AR COMPRIMIDO, FLUXÔMETRO PARA OXIGÊNIO, MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR, VACUÔMETRO, PARA COMPOR O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: M.H.M DO COUTO COMERCIAL ME

Vigência: 01/01/2016 a 30/06/2016.

ANGELO RAMOS VIEIRA

Secretário Municipal de Saúde.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMÉRICAS

Objeto: Prestação de serviços com elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

Valor: R\$ 93.631,20 (Noventa e três mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte centavos)

Vigência: 04.01.2016 a 31.12.2016.

Assinatura: 04 de janeiro de 2016.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Art. 1º. - Fica Decretado o novo horário de expediente para o atendimento interno e externo nas Repartições Públicas da administração municipal, a partir do dia 04 de janeiro de 2016, sendo assim:

Período da manhã: Das 7:30hs às 11:30hs.

Período da tarde: Das 13:00hs às 17:00hs.

Art. 2º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 04 de janeiro de 2016.

ELTON HENRIQUE DA SILVA

Prefeito em exercício

CONTRATO Nº 002/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 002/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: IMPACTO SISTEMAS DE INFOMAÇÃO LTDA.

Objeto: Licença de uso de software Sicas Rural para gestão de serviços agrícolas.

Valor: R\$ 4.812,00 (Quatro mil, oitocentos e doze reais).

Vigência: 04 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 04 de janeiro de 2016.

Elton Henrique da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4789/2016

DECRETO Nº 4789, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE INTERNO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO A PARTIR DE 04 DE JANEIRO DE 2016, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito em exercício do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: Que é necessário adequar as atividades e serviços nas repartições da Administração Municipal,

CONSIDERANDO: Que essa adequação se faz no sentido de alcançar a melhor eficiência na realização dos serviços públicos,

DECRETA:

Bom Retiro

PREFEITURA

01.01.16 _ CESSA EF. PORTARIA TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 01/16 de 04.01.2016

Cessa Efeitos da Portaria N. 181/15 de 20.02.2015

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 181/15 de 20.02.2015, que concedeu ao Sr. AGOSTINHO ZANGALETTI, inscrito no C.P.F. n.º 466.785.739-00, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, em virtude da solicitação de baixa do Alvará de Licença e Localização - TLLF.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

01.15 - DEC. FIXA SALARIO

Decreto Nº 01/16 de 04.01.2016.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Artigo 24, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, considerando o Artigo 1º, da Lei Municipal nº 2263/15 de 20 de janeiro de 2015, que autoriza o Poder Executivo a atualizar o piso salarial dos servidores do município quando abaixo do mínimo vigente nacional estabelecido pela legislação federal específica; e Considerando o que dispõe o Decreto nº 8.618, de 29, de dezembro de 2015, que eleva o Salário Mínimo Nacional para R\$ 880,00 (Oitocentos e Oitenta Reais);

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado no âmbito da administração pública municipal o valor de R\$ 880,00 (Oitocentos e Oitenta Reais), o salário mínimo, vigorando a partir da competência janeiro de 2016, a ser pago aos servidores Públicos Municipais que recebem valor abaixo do novo salário mínimo vigente no país.

Parágrafo Único. O ato administrativo possui respaldo na Lei Federal 12.382/2011, regulamentado pelo Decreto do Governo Federal nº 8.618, que altera o valor do salário Mínimo vigente no país e pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2263/15 de 20 de janeiro de 2015, que autoriza o Poder Executivo a atualizar o piso salarial dos servidores do município quando abaixo do mínimo vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a partir do dia 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
em 04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

02.01.16 _ CESSA EF. PORTARIA TAXI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 02/16 de 04.01.2016
Cessa Efeitos da Portaria N. 277/15 de 20.03.2015

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 277/15 de 20.03.2015, que concedeu ao Sr. Leonardo Paulo Xavier de Azeredo, inscrito no C.P.F. n.º 067.322.219-57, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, em virtude da solicitação de baixa do Alvará de Licença e Localização - TLLF.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

02.16 DEC. FIXA UFM

Decreto n.º 02/16 de 04.01.16.
Fixa o Valor da Unidade Fiscal Municipal de Referência, para Cobrança de Tributos Municipais.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o que estabelece o Artigo 394 do Código Tributário do Município de Bom Retiro alterado pela Lei Complementar n.º 11/05 de 20 de dezembro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 186,42 (Cento e Oitenta e Seis Reais e Quarenta e Dois Centavos), o valor da Unidade Municipal de Referência para cobrança de Tributos a partir do corrente mês de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na data supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

03.01.16 - PORTARIA TAXI

PORTARIA N.º 03/16 de 04.01.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SRA. VANESSA RECH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014,

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014,

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sra. VANESSA RECH, inscrito no C.P.F. n.º 060.128.879-30, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

04.01.16 - PORTARIA TAXI

PORTARIA N.º 04/16 de 04.01.16
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS – TAXI PARA O SR. AGOSTINHO ZANGALETTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014,

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014,

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sra. AGOSTINHO ZANGALETTI, inscrito no CNPJ. n.º 23.605.649/0001-31, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros – TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

05.01.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CELIANE RABELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 05/16 de 04.01.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de dezembro de 2015, a funcionária Celiane Rabelo, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

06.01.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANESSA BIANCHI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 06/16 de 04.01.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 04 de janeiro de 2016, a funcionária Vanessa Bianchi, ocupante do cargo de Odontóloga - Padrão 1 – Nível 10, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

07.01.16 - P. FÉRIAS LINDOMAR PEREIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 07/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Lindomar Pereira, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

08.01.16 - P. FÉRIAS CARLOS R. NECKEL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 08/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Carlos Renato Neckel, Ocupante do cargo de Mecânico, Padrão I – Nível 5, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

09.01.16 - P. FÉRIAS OSCAR G. PERON
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 09/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Oscar Graciano Peron, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

10.01.16 - P. FÉRIAS IVANIR B. NECKEL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 10/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social – CRAS, para gozá-las a contar do dia 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

11.01.16 - P. FÉRIAS ALCEU DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 11/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil Dezesesseis) ao funcionário Alceu dos Santos, Ocupante do cargo de Zelador, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 003/2016 de 04 de janeiro de 2016, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

12.01.16 - P. NOM. MARCELA URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 12/16 de 04.01.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Marcela Urbano, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 6º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Servente - Padrão I – Nível – 1 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, a contar do dia 04 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

13.01.16 - P. NOM. NELITA S. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 13/16 de 04.01.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Nelita Saitz Moretti, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 7º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Servente - Padrão I – Nível – 1 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Patrícia Deucher, a contar do dia 04 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

14.01.16 - P. NOM. ANA L. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 14/16 de 04.01.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Ana Lucia da Silva, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 8º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Servente - Padrão I – Nível – 1 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Bairro São José, a contar do dia 05 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

15.01.16 - P. FÉRIAS LEONARDO V. B. JUNIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 15/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Leonardo Valdoni Boell Junior, Ocupante do cargo de Odontólogo, Padrão I – Nível 10, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Bairro São José, para gozá-las a contar do dia 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

16.01.16 - P. FÉRIAS ELIZABETH F. CARVALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 23/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Dulceara Faustino, ocupante do cargo de Chefe de Serviços – Padrão I – Nível 31, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

17.01.16 - P. FÉRIAS LUCIANI P. SCHLISTING

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 17/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Luciani dos Passos Schlichting, Ocupante do cargo de Chefe de Serviços, Padrão I – Nível 30, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – Posto dos Correios, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 001/2016 de 04 de janeiro de 2016, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

18.01.16 - P. FÉRIAS MARCIA D. S. GRUDTNER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 18/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Marcia Denize Schiestl Grudtner, ocupante do cargo de Assistente Social – Padrão I – Nível 09, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

19.01.16 - P. FÉRIAS JOSÉ A. ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 19/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário José Artur Rovaris, ocupante do cargo de Pedagogo – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

20.01.16 - P. FÉRIAS SIRLEI T. R. NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 20/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Sirlei Terezinha Rossini Nunes, ocupante do cargo de Secretária Adjunta da Saúde – Padrão I – Nível 33, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

21.01.16 - P. FÉRIAS ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 21/16 de 04.01.16
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil Dezesesseis) a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

22.01.16 - P. FÉRIAS ROSANA D. PICKLER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 22/16 de 04.01.16
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil Dezesesseis) a funcionária Rozana Dias Pickler, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

23.01.16 - P. FÉRIAS DULCEARA FAUSTINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 23/16 de 04.01.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Dulceara Faustino, ocupante do cargo de Chefe de Serviços – Padrão I – Nível 31, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

24.01.16 - P. FÉRIAS ANTONIO C. FARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 24/16 de 04.01.16
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil Dezesseis) ao funcionário Antonio Carlos Farias, Ocupante do cargo de Assessor de Assuntos Sociais - Nível 32, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

961.12.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. VIVIANE R. PIRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 961/15 de 28.12.15
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para acompanhar familiar na realização de tratamento de saúde, a contar do dia 15 de dezembro de 2015 com término no dia 18 de dezembro de 2015, a funcionária Viviane Rosar Pires, ocupante do cargo de Professor I-3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de dezembro de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

962.12.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 962/15 de 28.12.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de dezembro de 2015, a funcionária Fabiana Andrieza Neto, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de dezembro de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015 FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum (1912)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	3,1000	1
2	Etanol (1913)	LT	RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,5800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	óleo diesel comum (4528)	LT	RINNERT E CIA. LTDA - POSTO RINNERT (6158)	IPIRANGA	0	2,6200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015							Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Etanol para abastecer a frota da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo.												
Item	Especificação					Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015
PROCESSO Nº 11/2014

(6158) - RINNERT E CIA. LTDA.- POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2015 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 1/14

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p/p, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiros, piaas, tipo comum, frasco de 1000 ml, acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, caixa com 12 unidades cada. (9672)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinal	0	3,7830	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	3,7976	2
2	Álcool etílico hidratado, aplicação limpeza em geral, teor alcoólico 46° INPM, 54° GL, unidade contendo 1 litro cada. (12543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	flop's	0	4,8881	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	4,9471	2
3	Álcool em gel, bactericida 70° INPM, frasco de 500 gramas, aprovado pelo INMETRO. (12544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	flop's	0	5,3862	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	5,4968	2
4	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, plicado, neutro, rolos com 60 metros de comprimento e 10 centímetros de largura, pacote com 8 rolos. (12545)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sedução	0	17,8204	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FOFINHO	0	18,1894	2
5	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, plicado - pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22x20 cm cada uma. (12546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dalmata	0	3,4800	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SORELA	0	3,4980	2
6	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	9,7460	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 2/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ANDREA	0	9,8942	2
7	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas, e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (12546)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	5,0343	1
8	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9678)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	3,9395	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	5,1470	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SQ	0	3,9877	2
9	Creme dental infantil com flúor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dentil	0	3,1183	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALEGRINHO	0	3,1482	2
10	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 05 kg, de 1º qualidade. (12551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mega mil	0	7,1555	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	7,2957	2
11	Lustra Móveis em frasco de 200 ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (12552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	pratik	0	5,7088	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 3/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	peroba	0	8,5436	1
13	Pano Multituso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	3,9590	1
14	Espuma de limpeza, multituso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	scotch brite	0	2,3754	1
15	Espuma de limpeza, material lix aço fino, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 08 unidades (12556)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	inove	0	2,7273	1
16	Limpa vidros, tubos com 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	8,5143	1
17	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1ª qualidade. (12558)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	10,8311	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 4/14

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	10,9936	2
18	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1º qualidade. (12559)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	11,0754	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	11,2934	2
19	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1º qualidade. (12560)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bruklin	0	10,4205	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	10,5938	2
20	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	brilhante	0	9,5212	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOI	0	9,6943	2
21	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany brill	0	1,6423	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANY	0	1,5991	2
22	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ypê	0	2,1506	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHO SUL	0	2,1987	2

Página: 5/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
23	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12564)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	13,3531
24	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 45 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12565)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	13,5921
25	Rodo de espuma. (12566)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	8,1428
26	Fósforo maço com 10 unidades. (12567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	parana	0	2,9424
27	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. De 1º qualidade. (15063)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	QLUZ	0	2,9982
28	Limpador desengordurante concentrado spray 500 ml. (12569)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	22,3659
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COLONIAL	0	21,9871
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dif	0	10,3032

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 6/14

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VELA	0	10,4939
29	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, franco de 2lt. (12570)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	4,5944
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	4,6973
30	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros de 1º qualidade. (15064)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zavaski	0	5,8945
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	5,9965
31	Sabão em barra glicerinado, pacote de 1kg com 5 unidades de 200g cada. (12572)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	girando sol	0	9,6971
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZAVASKI	0	9,8942
32	Filtro coador de papel, para café, de 1º qualidade, tamanho nº 103, em caixas com 30 unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior 60 (sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tres corações	0	3,2259
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MELITA	0	3,2981
33	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	tubarão	0	12,2583
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GUIPEL	0	10,9936

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 7/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Sabonete líquido bactericida, cremoso anti-séptico neutro e sem aroma. Embalagem de 5 litros. (12575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	top plus	0	68,4273	1
35	Desodorizador ambiental em aerosol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, fresco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não a superior 60 (sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12576)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	69,9591	2
36	Copo descartável, estriado, branco, com borda rebordada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1ª qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades. (15065)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	dom line	0	10,7333	1
37	Estregão de apo. (9707)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SECAR	0	10,8936	2
38	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	copo sul	0	3,5973	1
39	Pano para limpeza para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1ª qualidade. Medidas mínima de 42cmx65cm. (12579)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	3,5979	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sany brill	0	2,7469	1
		UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUZ	0	2,7984	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	anjinho	0	10,7724	1
		UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BABY	0	10,9596	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	4,1447	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 8/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	4,1975	2
40	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1,2,3 baby	0	3,0206	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SENSUS	0	2,9982	2
41	Vassourade nylon com cerdas macias, cabo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (12581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	16,9602	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	17,2899	2
42	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	3,6951	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RELUZ	0	3,6978	2
43	Luva de borrachade borracha tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade. (12583)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	talge	0	4,5358	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DANY	0	4,5973	2
44	Pá de lixo uso doméstica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,0285	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PLASTICA	0	7,0959	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 9/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Limpa forno, frasco c/ aproximadamente 225 ml. (12585)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	easy off	0	9,4430	1
46	Lixa ferro, material oxido de aluminio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão nº:100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DIABO VERDE	0	9,5944	2
47	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	fiat lux	0	2,3559	1
48	Balde plástico polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NORTON	0	2,3866	2
49	Luva de procedimentos, descartável, não estéril - tamanho médio; em látex natural. Caixa com 100 unidades. Complemento: textura uniforme, espessura média de 0,16 milímetros e comprimento mínimo de 25 centímetros, ambidestra, boa elasticidade, resistente ao calor, lubrificada com pó bio-absorvível, confortável e anatômica com empunhadura justa. Na embalagem devera constar data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. (12589)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	4,4966	1
				GABELEI	0	4,5973	2
				arquiplast	0	11,7890	1
				ARQ PLAST	0	10,9936	2
				talge	0	21,4862	1
				DESCARPAC	0	16,9801	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016 Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
50	Bota de borracha branca nos n.º 35, n.º 36, n.º 37, n.º 38, n.º 39, n.º 40, n.º 41, cano longo, especificações técnicas, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em PVC, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antifurtoeliana; sem cadarço, sem gravação. (15066)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zukbras	0	43,9684
51	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	marcotex	0	10,9777
52	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa viscosidade com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	31,8969
53	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa viscosidade com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	11,0461
54	Escova sanitária para banheiro de plástico resistente com suporte, cores diversas, altura 35 cm, profundidade 12,30 cm, largura 14 cm (14768)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,6443
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	32,5809
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	11,2934
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	7,7964

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 11/14

Número do Registro de Preços: 1/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	45,2304	1
56	Escova de chão, 26 x 3,5 cm, cerdas de P.E.T. 0,50 mm, onduladas. Cabo de madeira plastificado. Para escovar tapetes e calçadas (14756)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	46,2230	2
57	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em: fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	11,8086	1
58	Papel Aluminio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (14766)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETTAMIN	0	12,0430	2
59	Escova de nylon multiuso. Formato ergonômico e texturizado para não escorregar da mão durante o uso. Ideal para limpeza de roupas. Suporte plástico e cerdas sintéticas. (15067)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	8,1526	1
60	alvejante sem odor, princípio ativo, tensoativo, estabilizante, sequestrante, perfume, corante e água. Embalagem com 2 litros. (15068)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	8,2561	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	bompack	0	6,1682	1
		UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TUTTI	0	6,2963	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	5,5328	1
		UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	5,6467	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	sequinel	0	8,5045	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 12/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra:		Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	8,6949	2
61	Desentupidor em borracha para vaso sanitário, resistente, durável e prático. (15069)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	haracem	0	7,4977	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRO LIMP	0	7,5956	2
62	Concentrado anti mofo, embalagem contendo um 1 litro. Excelente para a limpeza em forros. (15070)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	super clean	0	12,9621	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2015

Página: 13/14

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra:		Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Brago do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	9,9942	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 14/14

Número do Registro de Preços: 1/2015								Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015
PROCESSO Nº 57/2014

(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
(9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2016 PMBT

Página: 1/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016 **Data do Registro: 04/01/2016** **Válido até: 04/01/2017**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3885	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,1027	2
3			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,1052	3
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	6,7271	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	6,7878	2
3			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	6,7926	3
3	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murcho. Pacote de 100 gramas. (14983)	PCT	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	KALUKE	0	3,5878	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,8181	2
3			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	5,8222	3
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5447	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,4545	2
3			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,4556	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 2/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 **Data do Registro:** 04/01/2016 **Válido até:** 04/01/2017
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Banana Branca. Tamanho médio, frutos firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,3819	1
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,3919	1
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6843	1
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2922	1
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 3/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Brócolis tamanho grande, unidades frescas e limpas, com cor características. (14984)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,6908	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111	3
10	CEBOLA, unidades integrais, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,9932	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,9394	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,9407	3
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,4417	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,3273	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,3289	3
12	Couve-flor, tamanho grande, unidades limpas e frescas, sem manchas, com características. (17317)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3885	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,8788	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,8815	3
13	Chuchu, unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6942	1

Página: 4/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Feijão preto, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14986)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,5515	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,5526	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	4,3851	1
15	Feijão vermelho, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14986)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,0727	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	4,0756	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	6,2786	1
16	Laranja pera. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	6,0121	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	6,0163	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5447	1
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8641)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	0,9697	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	0,9704	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,8902	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,5212
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,5230
18	Maca gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados.	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3885
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,8788
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,8815
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,9799
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,9799
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111
21	Caqui café tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados. (17318)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3386

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,8484
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	4,8519
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,3919
22	Tangerina comum tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14987)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,9799
23	Tangerina poncã tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14988)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,9091
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,9111
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	5,8800
24	Maca Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (12320)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	6,7878
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	6,7926
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3386
25	Manga, unidades integrais, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (14989)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,3386
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,3386
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3386

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 7/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Melância, unidades integrais, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,1030	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,1052	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,3454	1
27	Maracujá, Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,1636	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,1644	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	6,8766	1
28	PEPINO SALADA, unidades integrais, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,3333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	5,3370	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,9832	1
29	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	2,1333	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	2,1348	3
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,7871	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017							
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	4,8484	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	4,8519	3
30	Vagem, unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	5,9796	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	5,8181	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	5,8222	3
31	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades integras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,9854	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	3,8788	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	3,8815	3
32	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (8625)	MC	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6942	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,9384	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,9407	3
33	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MC	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6942	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,9384	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 9/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,9407	3
34	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6942	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IN NATURA	0	1,3576	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	IN NATURA	0	1,3885	3
50	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	2,4224	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	catarião	0	2,4214	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CATARINÃO	0	2,4220	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	MINUTINHO	0	2,4374	4
51	Achocolatado em pó, Lata de 400 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NESCAU	0	6,2333	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CHOKILAR	0	6,1712	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilair	0	6,1953	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	NESCAU	0	6,2921	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 10/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Amido de Milho. Caixa de 500 gr. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	2,8154	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	2,7535	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MAIS CERTA	0	2,7908	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	DAJU	0	2,8419	4
53	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	11,9135	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	caravelas	0	11,8007	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CAREVELAS	0	11,8510	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ALTO ALGRE	0	12,0258	4
54	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,9757	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	1,9943	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	apit	0	2,0159	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,0341	4

Página: 11/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Aroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8707)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	10,4712	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	catarião	0	10,3256	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CATARINÃO	0	10,3672	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	MINUTINHO	0	10,5699	4
56	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,7295	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,7036	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	5,7192	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	LUAM	0	5,7835	4
57	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,6308	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	5,6602	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,6643	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	LUAM	0	5,6838	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9331)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,6308	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,6545	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	5,6700	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	LUAM	0	5,6838	4
59	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagens, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	4,8405	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	4,8741	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	4,8776	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	LUAM	0	4,8861	4
60	Cereal infantil, pacote de 200 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (17319)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALCAFOODS	0	5,2356	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GOLD FLAKES	0	5,2671	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	gold flakes	0	5,2710	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ALCAFOODS	0	5,2850	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 13/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 **Data do Registro:** 04/01/2016 **Válido até:** 04/01/2017
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9332)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OURO	0	9,6809	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ouro	0	9,6372	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OURO	0	9,6400	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	OURO	0	9,7722	4
62	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (17320)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RIO SULAPTI	0	9,3646	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OURO	0	9,3649	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	rio sul	0	9,4405	3
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	CEREJA	0	9,4730	4
63	Cabo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9637)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,6793	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	1,6952	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ARSCO	0	1,7197	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	1,7209	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Cabo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9638)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,6793	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	1,6952	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ARISCO	0	1,7197	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	1,7209	4
65	Colorífico, pct com 100 gr. (9639)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,0745	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SINHA	0	2,0833	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	2,0940	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	2,1143	4
66	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (17321)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,8648	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,8999	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilair	0	2,8518	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	2,8918	4
67	Cereal infantil de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALCAFOODS	0	5,4332	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 15/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Envinha lata de 200 gr. não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	gold flakes	0	5,4578	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GOLD FLAKE'S	0	5,4735	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ALCAFOODS	0	5,4844	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	STELA DORO	0	1,6793	1
69	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr. não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	STELA DORO	0	1,6705	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	1,6718	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	STELA DORO	0	1,6952	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	7,4089	1
70	Farinha de trigo especial Tipo I. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17322)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OLE	0	7,4290	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	7,4737	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	DAJUDA	0	7,4787	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GARDENIA	0	9,6809	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Farinha de mandioca branca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17323)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	tres coroas	0	9,6372	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TRES COROA	0	9,6892	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	FIDALGA	0	9,8520	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMAFIL	0	3,3587	1
72	Farinha de mandioca branca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17323)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	super 10	0	3,3435	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUPER 10	0	3,3706	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	AMAFIL	0	3,3903	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TOK	0	14,3238	1
73	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1ª qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos moídos, catunçados, torrados e sem sujidades. (12329)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLEISCHMANI	0	14,2488	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	brugman	0	14,2591	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	TOK	0	14,4588	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRIGUENTI	0	3,7538	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	GRAOS DO SI	0	3,7892	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	RIO BELO	0	3,8324	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	rio belo	0	3,8352	4
74	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos moídos, catunçados, torrados e sem sujidades. (12330)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TOZZO	0	6,2235	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	rio belo	0	6,1953	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CALDÃO	0	6,2203	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	TOZZO	0	6,2821	4
75	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embalameto não superior a 30 dias. (9646)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ROYAL	0	6,3222	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ROYAL	0	6,2400	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neliar	0	6,2937	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ROYAL	0	6,3818	4
76	Fubá de milho pré-cozido. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9547)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SINHA	0	2,7660	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sinha	0	2,7535	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Folha de buro, pct de 05 gr. (9648)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SINHA	0	2,7810	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	SINHA	0	2,7921	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,9757	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	1,9943	2
78	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embarque não superior a 30 dias. (9649)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,9948	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilair	0	1,9963	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CORCETTI	0	6,3222	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilair	0	6,3429	2
79	Leite de cabra em Pó Integral. Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	JARAGUA	0	6,3677	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	CORCETTI	0	6,3818	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CAPRILAT	0	22,1180	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PIRACANJUB	0	22,0021	2
3			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	caprilat	0	22,0181	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 19/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Milho lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	CAPRILAT	0	22,3264	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	STELA DORO	0	1,8769	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - MIE (9401)	STELA DORO	0	1,8671	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	STELA DORO	0	1,8946	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ole	0	1,9078	4
81	Maionese. Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (9653)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SOYA	0	3,8526	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	SOYA	0	3,8889	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - MIE (9401)	SUAVIL	0	3,8914	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arisco	0	3,9237	4
82	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (9654)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,1611	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - MIE (9401)	TODESCHINI	0	3,1446	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	3,1862	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	GERMANI	0	3,1909	4
83	Macarrão com ovos tipo letrinhas, pacote de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (15057)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,0623	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GALLO	0	3,0856	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	3,0878	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	GERMANI	0	3,0912	4
84	Massa espaguete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9655)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OGLIARE	0	2,9636	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	OGLIARE	0	2,9915	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TODESCHINI	0	3,0463	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	3,0780	4
85	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9656)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAJU	0	2,7660	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TODESCHINI	0	2,7908	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	MAJU	0	2,7921	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	2,8027	4
86	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9657)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PARATI	0	4,0502	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GALLO	0	4,0781	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bortolini	0	4,0811	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	PARATI	0	4,0884	4
88	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SOYA	0	3,3883	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	COCAMAR	0	3,3411	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	cocamar	0	3,3730	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	SOYA	0	3,4203	4
89	Polvilho azedo, Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9661)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATA	0	4,7417	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CALDAO	0	4,7856	2
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	PRATA	0	4,7864	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	4,7989	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

90	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9662)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	2,9636	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUPER 10	0	2,9382	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	super 10	0	2,9502	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	DAJU	0	2,9915	4
91	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,1733	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	APTI	0	2,1938	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NELAR	0	2,2503	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nelar	0	2,2520	4
92	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	INCAS	0	1,4818	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	INCAS	0	1,4957	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NELAR	0	1,5330	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nelar	0	1,5341	4

Página: 23/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

93	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr. lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RUBI	0	3,6550	1
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	RUBI	0	3,6895	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	88	0	3,6949	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	88	0	3,6975	4
94	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto idêntulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GARCA	0	1,1657	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MIRANAR	0	1,1301	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	miramar	0	1,1604	3
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	ZIZO	0	1,1767	4
95	Vinagre, sem sabor, embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (17324)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHEMIN	0	2,2721	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HEINIG	0	2,3584	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	chemim	0	2,3700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9465)	KOLLER	0	2,3932	4

Página: 25/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016 Data do Registro: 04/01/2016 Válido até: 04/01/2017
 Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016

PROCESSO Nº 70/2015

(9001) - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME
 (9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
 (9399) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
 (9401) - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
 (9465) - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Janeiro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2015 PMBT

Página: 1/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COMERCIO DE CEREAS NELSON KNAUL (7280)	PEROLA	0	2,8025	1
			COMERCIAL AGRICOLA VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,7184	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,7652	3
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	COMERCIO DE CEREAS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	2,3080	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,4096	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5143	3
3	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murcho. Pacote de 100 gramas. (14963)	PCT	COMERCIO DE CEREAS NELSON KNAUL (7280)	ARGENTINO	0	1,2423	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	KALUKE	0	1,1430	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8916	3
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	COMERCIO DE CEREAS NELSON KNAUL (7280)	CATURRA	0	0,9774	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	0,9886	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,4882	3
5	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	COMERCIO DE CEREAS NELSON KNAUL (7280)	PRATA	0	1,5426	1

Página: 2/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5446	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,3488	3
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	MONALIZA	0	1,0068	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,0504	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5330	3
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,4837	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4334	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,2592	3
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,3424	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2975	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0440	3
9	Brócolis tamanho grande, unidades frescas e limpas, com cor características. (14984)	UND	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CHINES	0	1,5249	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,5446	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 3/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,3219	3
10	CEBOLA, unidades integrais, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	NACIONAL	0	1,1952	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,1739	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8199	3
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,2306	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	INNATURA	0	1,2357	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8737	3
12	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,6427	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,7238	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,5012	3
13	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,3012	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2975	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9813	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 4/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Feijão preto, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14986)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PRETO	0	2,5671	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	2,4714	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,9087	3
15	Feijão vermelho, unidades limpas e frescassem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14986)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	VERMELHO	0	4,4218	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	4,3250	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,7327	3
16	Laranja péra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PÉRA	0	1,1952	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2048	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,8199	3
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	LIMA	0	1,9665	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,0636	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,9943	3
18	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	GALLA OU FU	0	2,2433	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2552	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,4157	3
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	FORMOSA	0	2,1373	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2243	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,2543	3
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAPAYA	0	2,8909	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,0275	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,4018	3
21	CAQUI CAFÉ, unidades de tamanho médio, frutas integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13449)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CAFÉ OU FUC	0	2,4847	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,4714	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,7653	3
22	Tangerina comum tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14987)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	MEXERICA	0	2,0136	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,1007	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2015

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 **Data do Registro: 05/01/2015** **Válido até: 05/01/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0481	3
23	Tangerina poncã tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14988)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	POKAN	0	2,0372	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,1007	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0929	3
24	Maça Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucado. (12320)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	IMPORTADA	0	4,5748	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,7884	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,9030	3
25	Manga, unidades íntegras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (14989)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	TOMY OU PAL	0	2,6966	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,5960	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,0342	3
26	Melância, unidades íntegras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	1,0480	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	0,9268	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5689	3

Página: 7/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Maracujá. Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	AZEDO	0	7,0242	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	6,7964	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	10,6683	3
28	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	CAPIRA	0	1,4955	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4767	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,1516	3
29	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	VERDE	0	3,8977	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,4600	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	5,8272	3
30	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	PAULISTA	0	4,5572	1
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,3250	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,7237	3
31	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades integras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	LONGA VIDA	0	2,7202	1

Página: 8/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (8625)	MC	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,7803	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,1239	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	TEMPEIRO VE	0	1,4249	1
33	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MC	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,4829	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,1516	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	TEMPEIRO VE	0	1,3483	1
34	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,3593	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,7930	3
			COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL (7280)	REPOLHO VE	0	1,1540	1
35	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,1739	2
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,7482	3
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CANCAO	0	4,8277	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurora	0	4,8756	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 9/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Carne bovina de 1ª, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12322)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	14,6637	1
37	Carne Bovina coxão mole, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12323)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	15,4820	1
38	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CANCAO	0	6,3335	1
39	Queijo tipo mussarela, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (12324)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	16,9467	1
40	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SEARA	0	5,8589	1
41	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	3,4286	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 10/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Centenario	0	3,4625	2
42	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	1,9721	1
43	Leite Zero Lactose, embalagem Tetra Pack de 1 Litro com identificação do Produto, rótulo com ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega. (15009)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,5023	1
44	Bebida Láctea com polpa de fruta, Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Piracanjuba	0	3,5369	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BONACOLSI	0	2,2339	1
45	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1 Kg, validade 12 meses contendo na embalagem informações nutricionais (15010)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	2,2560	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	2,9458	1
46	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	2,9750	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	5,7689	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Minuano	0	5,8260	2

Página: 11/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

47	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,0604	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Terra Viva	0	3,0907	2
48	Margarina vegetal cremosa c/ sal, embalagem 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9652)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PRIME	0	2,6103	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,6362	2
49	Água mineral sem gás, bombones de 20 litros, com validade mínima de 2 meses e data de validade não superior a 30 dias. (9627)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	6,1371	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H Leve	0	6,1979	2
50	Requeijão cremoso, o produto deve apresentar consistência cremosa, textura uniforme, coloração branca, odor suave e sabor característico. Deverá ser conservado sob refrigeração (máxima 10° C). Validade mínima de 2 meses. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g. (12326)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,9523	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vigor	0	3,9914	2
51	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	2,0262	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANELACO	0	2,0246	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	2,1372	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Achocolado em pó. Lata de 400 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (6661)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CELLI	0	4,8267	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NESTLE	0	4,8750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Muky	0	5,1526	3
53	Amido de Milho. Caixa de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8706)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	4,4106	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	4,4916	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maisorta	0	4,7474	3
54	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8704)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	6,6325	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALTO ALEGRE	0	6,6416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravadas	0	7,0198	3
55	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,3814	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,3833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Horta	0	1,4621	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 13/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Amoz parbolizado, pot de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MINUTINHO	0	7,8142	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MINUTINHO	0	7,8250	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do vale	0	8,2705	3
57	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,7421	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,7666	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nirifa	0	6,0950	3
58	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,4924	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,5416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nirifa	0	5,8572	3
59	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9631)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	5,5756	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,6500	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nirifa	0	5,9717	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagens, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ISABELA	0	4,3274	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ORQUIDEA	0	4,3500	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	4,5977	3
61	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9634)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MUCILON	0	4,5354	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	VITALON	0	4,5416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Snow Flakes	0	4,8002	3
62	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9635)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IGUAÇU	0	8,4051	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PELE	0	8,4166	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ouro	0	8,8559	3
63	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9636)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IGUAÇU	0	6,3246	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OURO	0	6,3833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Calabdo	0	6,7468	3

Página: 15/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
64	Cabo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9637)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	0,9986	1		
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,0750	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maggi	0	1,1362	3		
65	Cabo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9638)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	0,9986	1		
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,0750	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Atisco	0	1,1362	3		
66	Colorífico, pct com 100 gr. (9639)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,2067	1		
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,2083	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Horta	0	1,2771	3		
67	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (12327)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,6228	1		
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,6250	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Canela	0	1,7175	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
68	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALCA FOODS	0	4,1276
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOM FIORELL	0	4,1333
			COOP. REGAGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Snow Flakes	0	4,3687
69	Envinha lata de 200 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	STELA DORO	0	1,3731
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELA DORO	0	1,3750
			COOP. REGAGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Góias Verde	0	1,4533
70	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	5,5756
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	QUERO	0	5,6083
			COOP. REGAGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Quero	0	5,9329
71	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalameto no máximo 30 dias. (9643)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAPX	0	7,8225
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANFACIL	0	7,8500
			COOP. REGAGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Orquidea	0	8,2969

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9644)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ACKAL	0	3,6616	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPER 10	0	3,7000	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	3,9107	3
73	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo soft instant ou similar, Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embarque no máximo 15 dias. (9645)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	9,8198	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BRUGMANN	0	10,0333	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nordeste	0	10,6046	3
74	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1ª qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos molhados, catunhados, torrados e sem sujidades. (12329)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VOJAO	0	2,1637	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	3,0750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cravil	0	3,2501	3
75	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1ª qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos molhados, catunhados, torrados e sem sujidades. (12330)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VO OAO	0	5,9834	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	4,7416	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	6,3328	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embaralhamento não superior a 30 dias. (9646)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MONOPOL	0	4.5770	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ROYAL	0	4.6000	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4.8619	3
77	Fubá de milho pré-cozido. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SINHA	0	2.1637	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	2.2333	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zaeli	0	2.3605	3
78	Folha de buro, pct de 05 gr. (9648)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1.0818	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1.1083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Louro	0	1.1714	3
79	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embaralhamento não superior a 30 dias (9649)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CORSETTI	0	3.5784	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ARBAZA	0	3.6583	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	3.8666	3
80	Leite de cabra em Pó Integral. Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CAPRILAT	0	14.0639	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 19/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CAPRILAT	0	14,0833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Capriat	0	14,8852	3
81	Milho lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	STELA DORO	0	1,2899	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELA DORO	0	1,2917	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Góias Verde	0	1,3652	3
82	Maionesa: Embalagem de plástico atóxica de 500 gr. lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9653)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SUAVIT	0	3,9113	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ARISCO	0	3,9167	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Suavit	0	4,1397	3
83	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9654)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,0791	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	3,1083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Germani	0	3,2853	3
84	Macarrão com ovos tipo letrinhas, pacote de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (15057)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	3,3287	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 20/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ISABELA	0	3,3667	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Rosane	0	3,5883	3
85	Massa esmagada furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9655)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAJU	0	2,8294	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,8833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Rosane	0	3,0475	3
86	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9656)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAJU	0	2,9126	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,9750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Galo	0	3,1444	3
87	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarcamento no máximo 30 dias. (9657)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NIFA	0	3,9945	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	4,0750	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	4,3070	3
88	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 3 meses a contar da data de entrega. (9658)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DA BOA	0	4,1609	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	4,1833	2
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,4215	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COAMO	0	2,5714	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	2,5750	2
90	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7216	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,0818	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	1,1500	2
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Horta	0	1,2155	3
91	Polvilho azedo. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9661)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATA	0	5,4924	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	5,5583	2
			COOP. REG.AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sevenhant	0	5,8748	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	2,4882	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPER 10	0	2,4917	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Yoli	0	2,6335	3
93	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,0805	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	2,0917	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pimenta	0	2,2108	3
94	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr. lata não amassada, sem fermento, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	88	0	2,7046	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NAUTIQUE	0	2,7083	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pescador	0	2,8625	3
95	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMAZONAS	0	0,8322	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MARFIM	0	1,1667	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zizo	0	1,2331	3
96	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9668)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHEMIN	0	1,1484	1

Página: 23/25

ANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENNING	0	1,1500	2
---	---------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG-AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Heinig	0	1,2155	3

Página: 25/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015
PROCESSO Nº 55/2014

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (7280) - COMERCIO DE CEREAIS NELSON KNAUL
- (8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
- (9001) - COMERCIAL AGRICOLAALTO VALE LTDA ME
- (9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	GASOLINA COMUM (1323)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,7900	1
2	Etanol (7738)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,0500	1
3	Óleo Diesel S500 (comum) (17420)	LTS	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017				
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Óleo diesel S10. (15355)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)		IPIRANGA	0	3,1200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016
PROCESSO Nº 74/2015
(7722) - RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 4 de Janeiro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra:		Aquisição de Combustível (Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Brago do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Etanol (7738)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,5800	1
2	GASOLINA COMUM (1323)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	3,1000	1
3	Óleo diesel comum (15354)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,6200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Combustível (Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Óleo diesel S10. (15355)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)	IPIRANGA	0	2,7400	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Número do Registro de Preços: 3/2015					Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Combustível (Etanol, Gasolina Comum, óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10) para abastecer a frota do Município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015
PROCESSO Nº 63/2014
(7722) - RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°03/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel S500 (comum) (17420)	LTS	WD COM WALENDOWSKY/DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,8300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Brago do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo diesel S10. (15355)	L	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2.9300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 3/2016		Data do Registro: 04/01/2016		Válido até: 04/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016
PROCESSO Nº 75/2015
(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Janeiro de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°04/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	óleo diesel S10. Exigências: Instalação de uma bomba no tanque que deve ser digital, o tanque deve no mínimo 6000 litros de capacidade, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima 50 litros por minuto. (15356)	LTS	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	Wdcom	0	2,6200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	óleo diesel comum. Exigências: Instalação de uma bomba no tanque que deve ser digital, o tanque deve no mínimo 6.000 litros de capacidade, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima 30 litros por minuto. (15359)	LTS	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	Wdcom	0	2,4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura Municipal do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015
PROCESSO Nº 64/2014

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	L. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGÁS	0	44,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG-AGROP-ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Super Gasbras	0	44,5000	2

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015

PROCESSO Nº 52/2014

(6152) - COOP. REGAGROPALTO VALE ITAJAI LTDA.
(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°06/2015 PMBT

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 05/01/2015 Válido até: 05/01/2016

Objeto da Compra: Contratação de Empresa Especializada em Ensino de Esporte para Diversas Modalidades e Faixas Etárias do Município de Braço do Trombudo para o ano de 2015.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e Atividades com os idosos. (12375)	MES	Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15 (9240)		0	7.633,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 05/01/2015		Válido até: 05/01/2016			
Objeto da Compra: Contratação de Empresa Especializada em Ensino de Esporte para Diversas Modalidades e Faixas Etárias do Município de Braço do Trombudo para o ano de 2015.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Desccto. (%)	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015
PROCESSO Nº 58/2014

(9240) - Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15

Braço do Trombudo, 5 de Janeiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2015 PMBT

Página: 1/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Número do Registro de Preços: 31/2015 Data do Registro: 02/10/2015 Válido até: 02/10/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Correia dentada (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16501)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	GATES	0	41,5900	1
2	Tensor da correia dentada (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16502)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NITRON	0	75,2300	1
3	Vela de ignição (jogo) (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16503)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	74,0500	1
4	Kit de rolamento da roda traseira (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16504)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FAG	0	35,0100	1
5	Rolamento de roda dianteira (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16505)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FAG	0	53,1300	1
6	Bucha da bandeja dianteira (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16506)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	AXOS	0	13,6100	1
7	Coxim do amortecedor dianteiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16507)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	42,1900	1
8	Plvô (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16508)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	44,3400	1
9	Terminal de direção (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16509)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VIEMAR	0	32,1300	1
10	Pastilha de freio (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16510)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FREMAX	0	35,3100	1
11	Disco de freio ventilado (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16511)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FREMAX	0	55,5200	1
12	Amortecedor dianteiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16512)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	STOK AIR	0	97,5100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 2/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Kit de amortecedor dianteiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16513)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	26.4800	1
14	Amortecedor traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16514)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MERITOR	0	122.6300	1
15	Kit de amortecedor traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16515)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MERITOR	0	30.8600	1
16	Jogo de lona de freio (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16516)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BENDIX	0	17.1200	1
17	Cabo de vela (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16517)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	116.5500	1
18	Kit de embreagem novo (plato, disco, rolamento) (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16518)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	283.7700	1
19	Válvula termostática (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16519)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VALCIEI	0	55.5400	1
20	Bomba de óleo (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16520)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	150.2900	1
21	Bomba de água (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16522)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	108.1900	1
22	Bomba de combustível (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16521)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BROSOL	0	175.8100	1
23	Polia de correia do alternador (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16523)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VW	0	69.5600	1
24	Retentor dianteiro virabrequim (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16524)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SABO	0	36.8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 3/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016				
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.								
Item	Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Tampa óleo motor (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16525)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VW	0	11,4600	1
26	Cabo de embreagem (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16526)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KIT CIA	0	42,8800	1
27	Radiador do motor (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16527)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VALEO	0	289,4800	1
28	Kit de reparo junta homocinética (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16528)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	34,4000	1
29	Sensor de nível da bôia de combustível (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16529)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TSA	0	71,8600	1
30	Cilindro de freio traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16530)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	18,4200	1
31	Bucha de suspensão traseira (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16531)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	14,9000	1
32	Óleo para motor 10 w 40 1L (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16532)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PETROBRAS	0	24,9300	1
33	Filtro de ar = C 1858/1 (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16533)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	18,4200	1
34	Filtro de combustível = WK 612 (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16534)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	18,5700	1
35	Filtro de óleo = W 75/2 (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16535)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	16,8200	1
36	Palheta de para brisas dianteiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16536)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VTO	0	20,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 4/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016				
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.								
Item	Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Palheta de para brisas traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16537)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VTO	0	21.6300	1
38	Silencioso traseiro (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16538)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	WEST	0	147.0000	1
39	Sensor de rotação (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16539)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MARELLI	0	211.6500	1
40	Silencioso intermediário (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16540)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VW	0	81.5000	1
41	Bateria 60 Ah (Gol Power 1.0 - 8v - 2007/2007) (16541)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PIONEIRO	0	287.9500	1
42	Rolamento de roda dianteira (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16542)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NSK	0	94.3400	1
43	Cubo de Roda Traseira (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16543)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	175.0800	1
44	Pastilha de Freio (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16544)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BENDIX	0	61.2100	1
45	Vela de ignição (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16545)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	56.6900	1
46	Bolota de ignição (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16546)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MAGNETMAR	0	83.1900	1
47	Kit de embreagem (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16547)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	426.4800	1
48	Cilindro de roda (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16548)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	55.2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 5/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015	Válido até: 02/10/2016
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.	

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Fluido de freio dot4 (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16549)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	16,0600	1
50	Disco de freio (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16550)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BENDIX	0	93,5900	1
51	Amortecedor dianteiro (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16551)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	278,2800	1
52	Amortecedor traseiro (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16552)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	246,7500	1
53	Correia dentada (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16553)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	79,2000	1
54	Óleo para motor (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16554)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PETROBRAS	0	25,2100	1
55	Filtro de ar (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16555)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	33,8400	1
56	Filtro de combustível (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16556)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	16,0100	1
57	Filtro de óleo (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16557)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	22,1900	1
58	Palheta de para brisa dianteiro (Renault Kangoo SPW 1616 - 16v - 2008/2009) (16558)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VTO	0	21,1500	1
59	Correia dentada para comando de válvula (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16559)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	45,0000	1
60	Pastilha de freio (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16560)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	96,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 6/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Lona de freio (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16561)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FRASLE	0	52,8300	1
62	Cabos de vela (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16562)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	129,9200	1
63	Amortecedor dianteiro turbo gás (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16563)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	399,3900	1
64	Amortecedor traseiro (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16564)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	270,7200	1
65	Kit de embreagem novo (plato, disco, rolamento) (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16565)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	388,0000	1
66	Kit de amortecedor dianteiro (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16566)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	41,3700	1
67	Kit de amortecedor traseiro (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16567)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEN	0	43,6300	1
68	Disco de freio ventilado (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16568)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FRASLE	0	133,2300	1
69	Filtro da cabine ar condicionado (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16569)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	20,4400	1
70	Jogo de vela ignição (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16570)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BOSCH	0	72,8000	1
71	Válvula termostática (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16571)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MARELLI	0	80,5100	1
72	Tensor da correia dentada completo (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16572)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ROLETENS	0	71,1300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 7/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	bomba de óleo (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16573)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	AUROI	0	153,0000	1
74	Bomba de água (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16574)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	133,4400	1
75	Sensor lâmpada (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16575)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BOSCH	0	227,8900	1
76	Tampa óleo motor (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16576)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	VW	0	9,7100	1
77	Tampa para reservatório de água (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16577)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FLORIO	0	21,9700	1
78	Kit reparo homocinética (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16578)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SPYGER	0	102,6200	1
79	Pivô da suspensão lado esquerdo (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16579)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	63,2900	1
80	Pivô da suspensão lado direito (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16580)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TRW	0	63,2900	1
81	Terminal de direção lado direito (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16581)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	73,8900	1
82	Terminal de direção lado esquerdo (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16582)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	73,8900	1
83	Bucha de bandeja dianteira (par) (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16583)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	46,6300	1
84	Bucha de suspensão traseira (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16584)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	72,0500	1

Página: 8/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Número do Registro de Preços: 31/2015 Data do Registro: 02/10/2015 Válido até: 02/10/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Correio em V do virabrequim (Alternador, bomba água e ar condicionado) (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16585)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CONTITECH	0	47,8300	1
86	Bateria estabilizadora (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16586)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	36,9700	1
87	Sensor de temperatura (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16587)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	RHO	0	74,8500	1
88	Interruptor de pressão de óleo (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16588)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	RHO	0	21,6600	1
89	Filtro de ar motor (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16589)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	29,7300	1
90	Filtro de óleo (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16590)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	17,9300	1
91	Filtro de combustível (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16591)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	TECFIL	0	18,7900	1
92	Óleo de freio Df 4 ABS (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16592)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PETROBRAS	0	18,5000	1
93	Palheta de para brisas (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16593)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BOSCH	0	22,1100	1
94	Bomba de combustível (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16594)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BROSOL	0	164,1400	1
95	Cubo de roda com rolamento ABS (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16595)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DMGILI	0	217,5000	1
96	Cilindro de freio traseiro (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16596)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	58,3300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 9/17

Número do Registro de Preços: 31/2015			Data do Registro: 02/10/2015			Válido até: 02/10/2016		
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
97	Barra axial de direção (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16597)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	BORTEC	0	69,1600	1	
98	Bateria 60 Ah (VW Spacefox 1.6 - 8v - 2009/2010) (16598)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	PIONEIRO	0	267,9500	1	
99	Bobina de ignição (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16599)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MAGNETIMAF	0	282,6000	1	
100	Terminal de direção (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16600)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DRIVE	0	57,8300	1	
101	Pivô de suspensão (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16601)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	71,8700	1	
102	Bucha da Bandeira (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16602)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	76,5400	1	
103	Amortecedor dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16603)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	337,0000	1	
104	Amortecedor traseiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16604)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	237,3300	1	
105	Cavim de amortecedor dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16605)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MAZON	0	97,7200	1	
106	Batente de amortecedor dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16606)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	44,7100	1	
107	Junta homocinética (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16607)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SPYCER	0	158,0000	1	
108	Rolamento do cubo dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16608)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	72,0700	1	

Página: 10/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Número do Registro de Preços: 31/2015				Data do Registro: 02/10/2015				Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
109	Rolamento do cubo traseiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16609)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	141,2000	1				
110	Lona de freio traseiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16610)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	116,7600	1				
111	Pastilha de freio (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16611)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	103,8800	1				
112	Cilindro de freio roda traseira (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16612)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	50,9500	1				
113	Disco de freio dianteiro (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16613)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	104,1700	1				
114	Junta deslizante (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16614)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	FIAT	0	173,6400	1				
115	Suporte de caixa (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16615)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	68,2600	1				
116	Suporte de motor (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16616)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	191,1700	1				
117	Cabos de vela de ignição (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16617)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	96,3000	1				
118	Velas de ignição (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16618)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	80,6000	1				
119	Correia dentada (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16619)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	52,1300	1				
120	Correia do alternador (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16620)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	56,2500	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 11/17

Número do Registro de Preços: 31/2015				Data do Registro: 02/10/2015				Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
121	Esticador da correia (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16621)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NAKATA	0	80,6600	1				
122	Bomba de água (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16622)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	163,0100	1				
123	Cilindro mestre do freio (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16623)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	133,0000	1				
124	Kit embreagem (Doblo 1.8 - Motor GM Astra - 8v - 2005/2006) (16624)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	493,6600	1				
125	Terminal de direção (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16625)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DRIVE	0	60,6600	1				
126	Pivô de suspensão (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16626)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DRIVE	0	48,3300	1				
127	Bucha da bandeja (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16627)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	47,9600	1				
128	Mola de suspensão dianteira (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16628)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ALUPERTI	0	128,6600	1				
129	Buchas de estabilizador (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16629)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	14,6600	1				
130	Rolamento do cubo dianteiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16630)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	70,6600	1				
131	Rolamento do cubo traseiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16631)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	99,8700	1				
132	Lona de freio traseiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16632)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	97,3400	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 12/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016		
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.						
Item	Descrição	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Pastilha de freio (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16633)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	56.8300	1
134	Cilindro de freio roda traseira (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16634)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	43.9600	1
135	Flexível de freio (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16635)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NORFLEX	0	17.1000	1
136	Disco de freio dianteiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16636)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	86.3300	1
137	Paneta de freio traseiro (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16637)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	72.9300	1
138	Suporte de caixa (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16638)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CWB	0	71.2000	1
139	Suporte de motor (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16639)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CWB	0	78.6600	1
140	Cabos de vela de ignição(Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16640)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	73.2200	1
141	velas de ignição (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16641)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	67.3300	1
142	Correia dentada (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16642)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	43.3800	1
143	Correia do alternador (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16643)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	38.8100	1
144	Esticador da correia (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16644)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NYTROL	0	65.0400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 13/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

145	bomba de água (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16645)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	100,9900	1
146	Cilindro mestre do freio (Fiat Strada 1.4 - 8v - 2011/2012) (16646)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	94,6500	1
147	Bobina de ignição (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16647)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	MAGNETIMAF	0	140,0600	1
148	Terminal de direção (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16648)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DRIVE	0	31,1700	1
149	Pivô de suspensão (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16649)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	40,6600	1
150	Bucha da bandeja (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16650)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	20,2300	1
151	Mola de suspensão dianteira (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16651)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ALUPERTI	0	88,7600	1
152	Mola de suspensão traseira (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16652)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ALUPERTI	0	129,5300	1
153	Buchas de estabilizador (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16653)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	6,5100	1
154	Amortecedor dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16654)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEL	0	102,5200	1
155	Amortecedor traseiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16655)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	CORVEL	0	143,6500	1
156	Caxim de amortecedor dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16656)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SAMPEL	0	35,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 14/17

Número do Registro de Preços: 31/2015 Data do Registro: 02/10/2015 Válido até: 02/10/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Batente de amortecedor dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16657)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KITCIA	0	14.9700	1
158	Junta homocinética (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16658)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SPYGER	0	105.6000	1
159	Rolamento do cubo dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16659)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	54.3100	1
160	Rolamento do cubo traseiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16660)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SKF	0	36.4000	1
161	Lona de freio traseiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16661)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	22.7000	1
162	Pastilha de freio (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16662)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	49.6600	1
163	Cilindro de freio roda traseira (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16663)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	31.3800	1
164	Flexível de freio (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16664)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LORFLEX	0	15.1800	1
165	Disco de freio dianteiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16665)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	57.6900	1
166	Panela de freio traseiro (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16666)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	77.5600	1
167	Junta deslizante (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16667)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SPYGER	0	99.4900	1
168	Suporte de caixa (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16668)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	JAHU	0	23.3300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 15/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
169	Supporte de motor (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16669)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	JAHU	0	29,1000	1		
170	Cabo de embreagem (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16670)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KS	0	32,2600	1		
171	Cabo de freio de mão (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16671)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	KS	0	66,3600	1		
172	Cabos de vela de ignição (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16672)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	92,1300	1		
173	Velas de ignição (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16673)	JG	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	NGK	0	91,0000	1		
174	Correia dentada (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16674)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	38,3000	1		
175	Correia do alternador (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16675)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	DAYCO	0	41,1300	1		
176	Estricador da correia (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16676)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	ALROI	0	56,1000	1		
177	Bomba de água (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16677)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	INDISA	0	83,9600	1		
178	Cilindro mestre do freio (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16678)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	HIPER	0	68,9800	1		
179	Kit embreagem (Saveiro 1.6 - 8v - 2007/2007) (16679)	UND	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	LOOK	0	301,4500	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Página: 16/17

Número do Registro de Preços: 31/2015		Data do Registro: 02/10/2015		Válido até: 02/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
180	Serviço de mão de obra, (7936)	HR	SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA. (6636)	SUL DIESEL	0	44,1600	1

Página: 17/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2015

Número do Registro de Preços: 31/2015 Data do Registro: 02/10/2015 Válido até: 02/10/2016
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a frota de veículos das secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2015
PROCESSO Nº 44/2015

(6636) - SUL DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA.

Braço do Trombudo, 2 de Outubro de 2015.

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05 – 2015 - PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05 – 2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015 INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE 24 (VINTE E QUATRO) GERADORES DE SOLO, CONTRATADA: AGF-ANTIGRANIZO FRAIBURGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.910.392/0001-14, com sede no Município de Lebon Régis, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 05/2015 datado de 02 de fevereiro de 2015, O preço ajustado para a execução do objeto do presente contrato é de R\$ 305.136,23 (trezentos e cinco mil, cento e trinta e seis reais e vinte e três centavos). O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 31 de dezembro de 2015 e findando em 31 de dezembro de 2016

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90 – 2014 - PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90 – 2014 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014. RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR ON-LINE, CONTRATADA: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.258.607/0001-92, com sede na cidade de Içara, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 90/2014 datado de 05 de dezembro de 2014, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 112.600,00 (cento e doze mil e seiscentos reais) para totalidade do presente aditivo. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 05 de dezembro de 2015 e findando em 05 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62 – 2015 – PREFEITURA

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENTIDADES FILANTRÓPICAS, empresa SUPERMERCADOS CEREAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, O presente Aditivo tem por objeto a Recomposição aos valores inicialmente previstos, com relação aos itens 73, 74, 75, 76, 77 e 78, constante na Ata Principal As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade. Os preços unitários que passam a vigorar a partir da assinatura do presente instrumento são:

Item	Unid.	Descrição	Ata De Preços	Variação	Preço Recompuesto
73	KG	Coxa e sobrecoxa congeladas, sem tempero.	R\$5,00	32%	R\$6,60
74	KG	Carne bovina moída de 1ª congelada.	R\$17,00	10%	R\$18,70
75	KG	Carne suína em cubos (paleta) congelada.	R\$9,98	11%	R\$11,07
76	KG	Carne bovina, corte coração de paleta, sem osso ou cartilagem congelada.	R\$13,00	14%	R\$14,82
77	KG	Carne bovina – Músculo congelada.	R\$12,63	14%	R\$14,39
78	KG	Carne bovina - Bife de coxão mole congelada.	R\$19,90	10%	R\$21,89

1º ADITIVO DO TERMO DE PERMISSÃO Nº 14 – 10 – PREFEITURA

1º ADITIVO DO TERMO DE PERMISSÃO Nº 14 – 10 – PREFEITURA, OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2009 CONCORRÊNCIA Nº 02/2009, PERMISSÃO: SERVIÇO FUNERÁRIO SÃO PEDRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 78.996.337/0001-98, com sede nesta cidade de Caçador, SC, O presente Termo tem o prazo de validade pelo período de 05 (cinco) anos contados a partir DE 15(quinze) de dezembro de 2015.

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56 – 2015 - PREFEITURA

2ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56 – 2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS, AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENTIDADES FILANTRÓPICAS, empresa MARCOS BULLE DA COSTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.682/0001-36, com sede na cidade de Caçador, SC, O preço certo e ajustado para o Item 9 – LENTILHA, passa a ser de R\$ 13,21 (treze reais e vinte e um centavos) por kg, correspondente à recomposição de 41,28%, aplicado-se sobre o saldo remanescente, As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23 - 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/14, RENOVAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS, CONTRATADA: FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.002.360/0010-40, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 23/2014 datado de 15 de maio de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 35.714,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quatorze reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24 - 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/14, RENOVAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS, CONTRATADA: FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.002.360/0001-50, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 24/2014 datado de 15 de maio de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 35.714,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quatorze reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25 - 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/14, RENOVAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS, CONTRATADA: FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.002.360/0006-64, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 25/2014 datado de 15 de maio de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 35.714,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quatorze reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses,

contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26 - 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/14, RENOVAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS, CONTRATADA: FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.002.360/0005-83, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 26/2014 datado de 15 de maio de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 35.714,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quatorze reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27 - 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/14, RENOVAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS, CONTRATADA: FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.002.360/0007-45, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 27/2014 datado de 15 de maio de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 35.714,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quatorze reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28 - 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/14, RENOVAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS, CONTRATADA: FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.002.360/0008-26, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 28/2014 datado de 15 de maio de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 35.714,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quatorze reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29 - 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/14 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/14, RENOVAÇÃO CONTRATUAL

CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS, CONTRATADA: SANTOS E PASSARIN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.682.079/0001-27, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 29/2014 datado de 15 de maio de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 35.714,00 (trinta e cinco mil, setecentos e quatorze reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10 - 2014 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10 - 2014 – FMS, \PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CIRURGIA GERAL, CONTRATADA: CLINICA MEDICA DR. NORTHON LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 07.899.574/0001-92, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 10/2014, datado de 14 de fevereiro de 2014, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 25.920,00 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96 – 2013 – FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96 – 2013 – FMS, PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR 12 (DOZE) MESES, ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEURPSICOMOTOR, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2013 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013, CONTRATADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.800.103/0001-09, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 96/2013 datado de 19 de dezembro de 2013, O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados de 19 de dezembro de 2015 e findando dia 19 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27 – 2013 – PREFEITURA

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27 – 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO CONTRATADA: RÁDIO CAÇANJURÊ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.057.794/0001-57, com sede na cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 27/2013 datado no dia 19 de março de 2013, O preço certo a ajustado para a

totalidade do presente contrato é de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais, O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 31 de dezembro de 2015 e findando dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78 - 2014 – PREFEITURA

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78 - 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014, PRORROGA PRAZO POR 90 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PAVIMENTAÇÃO DE ESQUINAS DO MUNICÍPIO, COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS, CONTRATADA: HIDRANFIRE COMÉRCIO & ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.373.519/0001-43, com sede na cidade de FLORIANÓPOLIS, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 78/2014, datado de 22 de setembro de 2014, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 90 (noventa) dias, iniciando em 22 de dezembro de 2015 e findando em 20 de março de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49 – 2013 – FMS

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49 – 2013 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS, CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, com sede na cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 49/2013 datado de 01 de Abril de 2013, O prazo de vigência do presente Aditivo é de 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2015 e findando no dia 31 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato anterior gerador deste, permanecem inalteradas e vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06 – 2014 – PREFEITURA

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06 – 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2013 – CONCORRÊNCIA Nº 03/2013, PRORROGA PRAZO POR 90 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRAS DE REFORMA GERAL DAS INSTALAÇÕES DO CAIC, CONTRATADA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 06/2014 datado de 22 de janeiro de 2014, O prazo de vigência do presente instrumento é de 90 (noventa) dias, iniciando em 17 de novembro de 2015 e findando em 16 de fevereiro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23 – 2013 – FMS

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23 – 2013 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, O presente Aditivo tem por objeto o acréscimo no objeto inicialmente contratado, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 487/2015, CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.310.564/0001-81, com sede na cidade de São Paulo, SP, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 23/2013 datado de 26 de fevereiro de 2013, O preço certo e ajustado para a totalidade do acréscimo é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24 – 2013 – FMS

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24 – 2013 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, ACRÉSCIMO, CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA – IEL/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na cidade de Florianópolis, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 24/2013 datado de 26 de fevereiro de 2013, O presente Aditivo tem por objeto o acréscimo no objeto inicialmente contratado, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 487/2015, O preço certo e ajustado para a totalidade do acréscimo é de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17 – 2011 – FMS

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17 - 2011 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2011 – DISPENSA Nº 01/2011, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CAPS AD E CAPS II, CONTRATADA: UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO – UCE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 84.433.275/0001-09, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 333 7º andar na cidade de Florianópolis/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 17/2011 datado de 14 de junho de 2011, O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados de 14 de dezembro de 2015 e findando dia 14 de dezembro de 2016, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 126.817,44(cento e vinte e seis mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32 – 2014 – PREFEITURA

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32 – 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014, ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE, MONITORAMENTO 24 HORAS, CONTRATADA: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.891.805/0001-37, com sede na cidade de Chapecó/SC,

Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 32/2014, datado em 05 de Maio de 2014, O presente aditivo tem por objeto o acréscimo nos serviços inicialmente pactuados de acordo com solicitação e justificativa emitida pelo Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Administração, mediante parecer jurídico favorável nº 480/2015, O preço certo para a totalidade do acréscimo é de R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais), As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 81 – 2015 - PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 81 – 2015 - PREFEITURA, DISPENSA Nº 15/2015, CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA). pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 33.810,00(trinta e três mil e oitocentos e dez reais) O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79 - 2015 - PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79 - 2015 - PREFEITURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015 - DISPENSA Nº 14/2015 LOCAÇÃO DE PARTE DE TERRENO RURAL LOCALIZADO NO MORRO DAS ANTENAS, CONTRATADO/LOCADOR: IEDA MARIA RASADOR NORA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 037.742.379-30, casada com ADELAR NORA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 518.067.629-00, residentes e domiciliados neste Município de Caçador/SC; CANDIDO BRAZ ANDREUZZI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 619.893.399-72, casado com SALETE SCHAITELE ANDREUZZI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 705.635.519-68, residentes e domiciliados neste Município de Caçador/SC; JOSÉ ARI ANDREUZZI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 464.398.209-82, residente e domiciliado neste Município de Caçador, SC; SILVINA ANDREUZZI MAROSTICA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 021.975.289-39, residente e domiciliada neste Município de Caçador, SC; todos representados por LUCIANA RASADOR, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 022.209.009-08, residente e domiciliada no Município de Rio das Antas/SC, conforme procuração anexa ao processo licitatório. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) para totalidade do presente contrato, O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste e findando dia 30 de novembro de 2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80 - 2015 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80 - 2015 – PREFEITURA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 09/2015, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ANTIGRANIZO COMPREENDENDO 06 GERADORES DE SOLO, INSTALADOS NA ÁREA RURAL DO

MUNICÍPIO DE CAÇADOR, CONTRATADA: AGF-ANTIGRANIZO FRAIBURGO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.910.392/0001-14, com sede no Município de Lebon Régis, SC, O preço ajustado para a execução do objeto do presente contrato é de R\$ 27.863,77 (vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e sete centavos) mensais, totalizando o presente contrato o valor de R\$ 139.318,88 (cento e trinta e nove mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos). O presente Contrato tem o prazo de vigência contados a partir da data de assinatura deste e findando em 23 de maio de 2016, A CONTRATADA realizará os serviços nas localidades do interior descritas abaixo, com a instalação, funcionamento e manutenção de:

Nº	LOCALIDADE
CA/01	Sítio Araça
CA/11	Linha Aeroporto
CA/12	Linha Adolfo Konder
CA/18	Linha Cará 1
CA/26	Seminário Velho
CA/28	Linha Cará 2

DECRETO Nº 6.651

DECRETO Nº 6.651, de 17 de dezembro de 2015.

Altera, acresce e revoga dispositivos do Decreto nº 4.967/2011, que Regulamenta os arts. 2º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 2.774/2010, que dispõe sobre o Estacionamento Controlado de Veículos, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 2823/2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Os arts. 1º e 2º do Decreto nº 4.967, de 30 de agosto de 2011, que Regulamenta os arts. 2º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 2.774/2010, que dispõe sobre o Estacionamento Controlado de Veículos, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 2823/2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

I -

II – Rua Carlos Sperança; (NR)

V - Av. Sete de Setembro, no trecho compreendido entre a Rua Carlos Sperança e a Rua Fernando Machado; (NR)

IX - Rua Nereu Ramos, no trecho compreendido entre a Rua 25 de Março e a Rua Carlos Sperança; (NR)

XI – revogado;

XIII – revogado;

XIV - Rua 1º de Maio; (AC)

XV - Rua 25 de Março; (AC)

XVI - Rua Anita Garibaldi; (AC)

XVII - Rua Conselheiro Mafra; (AC)

XVIII - Rua Curitibaanos, no trecho entre a Rua Anita Garibaldi e a Rua Victor Baptista Adami; (AC)

XIX - Rua Fernando Machado, no trecho entre a Rua Osório

Timmermann e a Rua Elias Abdala; (AC)

XX - Rua Getúlio Vargas; (AC)

XXI - Rua Herculano Coelho de Souza, no trecho compreendido entre a Rua Equador e Av. Barão do Rio Branco; (AC)

XXII - Rua José Boiteux; (AC)

XXIII - Rua Osório Timmermann; (AC)

XXIV - Rua Porto União, no trecho entre a Av. Barão do Rio Branco e a Rua Conselheiro Mafra; (AC)

XXV - Rua Rui Barbosa; (AC)

XXVI - Rua Senador Salgado Filho, no trecho entre a Rua Carlos Sperança e Rua 1º de Maio; (AC)

XXVII - Rua Victor Baptista Adami, no trecho entre a Rua Osório Timmermann e a Rua Curitibaanos; (AC)

XXVIII - Rua Vitor Meirelles, no trecho entre a Rua Francisco de Assis e a Rua José Boiteux (Ponte de Madeira).” (AC)

“Art. 2º A tarifa fixada para utilização do Estacionamento Rotativo é a seguinte:

I – revogado;

II – cartão de estacionamento com período de 01 (uma) hora: R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos). (NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir da implantação do novo sistema de estacionamento rotativo a ser operado pela empresa concessionária vencedora da licitação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.658

DECRETO Nº 6.658, de 04 de janeiro de 2016.

Prorroga prazo, revoga dispositivo previsto no Decreto nº 6.523/2015, que Dispõe sobre ações de contenção orçamentária e financeira na Administração Direta e Indireta do Município de Caçador, objetivando o equilíbrio das contas públicas, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º do Decreto nº 6.523, de 28 de agosto de 2015, que Dispõe sobre ações de contenção orçamentária e financeira na Administração Direta e Indireta do Município de Caçador, objetivando o equilíbrio das contas públicas, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º A Administração Direta e Indireta do Município deverá adotar as medidas abaixo relacionadas, visando a obtenção do equilíbrio orçamentário e financeiro de seus recursos próprios, a partir de 01 de setembro até 30 de março de 2016:

I – revogado;

II -

Art. 3º As medidas previstas no art. 1º deste Decreto, terão validade até 30 de março de 2016.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 6.560, de 22 de setembro de 2015 e 6.586, de 21 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

Jovani Scremin,
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Gilberto Nicolao Haudsch,
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 26.306

PORTARIA Nº 26.306, de 23 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 40, §§ 1º, 5º e 19, da Constituição Federal/88, com a redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003,

Resolve:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, o pagamento do abono de permanência, por ter completado o tempo de contribuição e continuar desempenhando suas funções, especificando matrícula, nome da Servidora, cargo e início da percepção do abono, conforme segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Data início/ A contar de:
276	Eliane Beatriz Dupont Machado	Profª do Ensino Fundamental I	01/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de dezembro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.347

PORTARIA Nº 26.347, de 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público

Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã JOCILENE MAISA GUETTEN, para ocupar o cargo de Professor Monitor, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Referência 02, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.348

PORTARIA Nº 26.348, de 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã SILVANA MARIA PEREIRA MACHADO, para ocupar o cargo de Professor Monitor, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Referência 02, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.349

PORTARIA Nº 26.349, de 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão WILIAN GUALBERTO WERLE, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.350

PORTARIA Nº 26.350, de 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão HENRIQUE LENARDT JUNIOR, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.351

PORTARIA Nº 26.351, de 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão FABIANO MIDGINSKI, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.352

PORTARIA Nº 26.352, de 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 e Decreto nº 6.556, de 22 de setembro de 2015, o cidadão EDSON LUIZ SILVEIRA, para ocupar o cargo de Operador de Máquinas, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 15, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.353

PORTARIA Nº 26.353, de 04 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro

de 2015, o cidadão SIDNEI DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais - PMC, do Grupo Ocupacional – Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.354

PORTARIA Nº 26.354, de 04 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão ACIR DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais - PMC, do Grupo Ocupacional – Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.355

PORTARIA Nº 26.355, de 04 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã EVELYN DE ALMEIDA PICOLOTTO, para ocupar o cargo de Professor Monitor, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal

de Assistência Social e Habitação, Referência 02, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com data de nomeação no dia 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Suspender, a pedido, o prazo para tomada de posse da Servidora Pública Municipal EVELYN DE ALMEIDA PICOLOTTO, nomeada para o cargo de Professor Monitor, nos termos do art. 21, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, contados a partir do dia 04 de janeiro de 2016, até o término de sua licença maternidade, concedida pelo RGPS.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.358

PORTARIA Nº 26.358, de 05 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão ALESSANDRO LUIZ RIBEIRO, para ocupar o cargo de Agente de Serviços e Obras Especiais - PMC, do Grupo Ocupacional – Serviços Gerais do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Saúde, Referência 08, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 05 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.359

PORTARIA Nº 26.359, de 05 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público

Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão ANDRÉ LEONARDO MAZZOTTI, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 05 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.360

PORTARIA Nº 26.360, de 05 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão PETRAS DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 05 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.361

PORTARIA Nº 26.361, de 05 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão RAFAEL NUNES, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 05 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.362

PORTARIA Nº 26.362, de 05 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão TARCISIO ROBERTO CAVALCANTE, para ocupar o cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Referência 10, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 05 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.363

PORTARIA Nº 26.363, de 05 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 e Decreto nº 6.556, de 22 de setembro de 2015, o cidadão RUDINEI GREGORIO, para ocupar o cargo de Operador de Máquinas, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Referência 15, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 05 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de janeiro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP 01/2016 AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 15/01/2016 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA, OLEO DIESEL, OLEO DIESEL S10 E ARLA 32) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS E AMBULANCIA DO SAMU. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 05 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

DECRETO Nº. 7.449/2015 DE 18/12/2015 PRORROGA PRAZO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2015 DE CAMPOS NOVOS

DECRETO Nº 7.449/2015 DE 18/12/2015

PRORROGA O PRAZO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2015 DE CAMPOS NOVOS.

Jairo Luft, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo final de adesão ao PREFICAM 2015, instituído pela Lei Nº 4.121/2015 de 19/02/15 até 18 de dezembro de 2016, conforme previsão do artigo 2º, §1º da referida lei.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 7.450/2015 DE 18/12/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

DECRETO Nº 7.450/15 DE 18/12/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Jair Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas no orçamento Geral do Município - o valor de R\$ 130.636,88 (Cento e trinta mil seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Órgão: 08 – SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade 25 – Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção da Iluminação Pública
Elementos de despesa: 122 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0017.0
0000–Aplicações Diretas R\$ 20.000,00.

Órgão: 08 – SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade 25 – Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção da Iluminação Pública
Elementos de despesa: 150 – 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0017.0
0000–Aplicações Diretas R\$ 110.636,88.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

Órgão: 08 – SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade 25 – Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção da Iluminação Pública
Elementos de despesa: 143 – 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0017.0
0000–Aplicações Diretas R\$ 10.000,00.

Órgão: 08 – SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade 25 – Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção da Iluminação Pública
Elementos de despesa: 133 – 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0017.0
0000–Aplicações Diretas R\$ 100.636,88.

Órgão: 08 – SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade 25 – Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção da Iluminação Pública
Elementos de despesa: 146 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0017.0
0000–Aplicações Diretas R\$ 20.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua republicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 7.451/2015 DE 18/12/2015 REGULAMENTA LEI Nº. 4.236/15

DECRETO Nº 7451/15 DE 18/12/2015

REGULAMENTA LEI Nº 4.236/15

Jairo Luft Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais) centavos) na dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.236/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 7443/2015 de 18/12/2015.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
18 de dezembro de 2015.
Jairo Luft
Prefeito Municipal em exercício

**DECRETO Nº. 7.452/15 DE 18/12/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.237/15**

DECRETO Nº 7452/15 DE 18/12/2015
REGULAMENTA LEI Nº 4.237/15

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) centavos) na dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.237/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 7444/15 de 18/12/15.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 18 de dezembro de 2015.
Jairo Luft
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº. 7.453/15 DE 18/12/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 7.453/15 DE 18/12/2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), no seguinte projeto/atividade:
17.512.0036.2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto
3.1.90.00.00.00.00.00.0600 – Aplicações Diretas
R\$ 45.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto

no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 18 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 7.454/15 DE 18/12/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

DECRETO Nº 7.454/15 DE 18/12/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 60- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de dezembro de 2015.

Jairo Luft

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 7.455/15 DE 18/12/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DECRETO Nº 7.455/15 DE 18/12/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Jair Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas no orçamento Geral do Município - o valor de R\$ 23.893,38 (vinte e três mil oitocentos e noventa reais e trinta e oito centavos).

Órgão: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 – Manutenção do Programa SAMU
Elementos de despesa: 12 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0057.00
070–Aplicações Diretas R\$ 23.893,38.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

Órgão: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 – Manutenção do Programa SAMU
Elementos de despesa: 13 – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0057.00
070–Aplicações Diretas R\$ 23.893,38.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua republicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 18 de dezembro de 2015.

Jairo Luft
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 7.458/15 DE 28/12/2015
REGULAMENTA LEI Nº. 4.241/15.
DECRETO Nº 7458/15 DE 28/12/2015

REGULAMENTA LEI Nº 4.241/15

Jairo Luft Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 1.189.678,65 (Hum milhão, cento e oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) na dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.241/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 28 de dezembro de 2015.

Jairo Luft
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº. 7.460/16 DE 04/01/2016 FIXA TABELA DE VALORES DAS TARIFAS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.460/2016 DE 04/01/2016

FIXA TABELA DE VALORES DAS TARIFAS DO SAMAE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando o INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses;

Com amparo no Art. 2º, Parágrafo Único, da Lei nº 3.412/09 de 10/06/09,

DECRETA:

Art. 1º. A tabela de valores das tarifas de água e esgoto, praticados pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no exercício de 2016, passará a vigorar na forma abaixo estabelecida.

Categoria "A" Residência sem limitador de consumo

Até 10 m³ R\$. 23,94

De 11 m³ a 15 m³ R\$. 23,94 + 4,51 por m³ excedente a 10 m³

De 16 m³ a 25 m³ R\$. 46,49 + 5,15 por m³ excedente a 15 m³

De 26 m³ a 50 m³ R\$. 97,99 + 6,56 por m³ excedente a 25 m³

Acima de 50 m³ R\$. 261,99 + 8,38 por m³ excedente a 50 m³

Com limitador de consumo até 10 m³ R\$. 23,94

Categoria "B" Comercial, Industrial e Poderes Públicos

Até 10 m³ R\$. 50,78

De 11 m³ até 30 m³ R\$. 50,78 + 6,43 por m³ excedente a 10 m³

De 31 m³ até 100 m³ R\$. 179,38 + 7,39 por m³ excedente a 30 m³

Acima de 100 m³ R\$. 696,68 + 8,96 por m³ excedente a 100 m³

Art. 2º. A tarifa de esgoto será 80% (oitenta por cento) do valor correspondente a conta do consumo de água.

Art. 3º. A tarifa de esgoto para os imóveis abastecidos por poços artesianos próprios será cobrada na forma prevista no Art. 4º da Lei nº 3.412/09 de 10/06/09.

Art. 4º. O preço dos serviços prestados pelo SAMAE obedecerá à Tabela constante nos ANEXOS I, II, III, IV e V, parte integrante deste Decreto

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de Janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em 04 de janeiro de 2016.

Jairo Luft
Prefeito Municipal em exercício

ANEXO I – PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 7460/16.

SERVIÇO NÃO MEDIDO

Categoria Consumo estimado em m3 Valor R\$.

Residencial R1 10 m3 23,94

Residencial R2 20 m3 72,24

Residencial R3 30 m3 130,79

Residencial R4 40 m3 196,39

Comercial C1 10 m3 50,78

Comercial C2 30 m3 179,38

Publica P1 10 m3 50,78

Publica P2 30 m3 179,38

Industrial I1 10 m3 50,78

Industrial I2 30 m3 179,38

R1 – com área até 40 m2

R2 – com área de 41 a 80 m2

R3 – com área de 81 a 120 m2

R4 – com área acima de 120 m2

C1 – Pequeno Comércio – Quando a água é utilizada em

estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos.

C2 – Grande Comércio – Quando a água é utilizada em estabelecimentos Comerciais para outros fins que não os higiênicos.

P1 – Quando a água é utilizada em estabelecimentos públicos somente para fins higiênicos.

P2 – Quando a água é utilizada em estabelecimentos públicos para outros fins que não somente os higiênicos.

I1 – Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais, somente para fins higiênicos.

I2 – Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os higiênicos.

ANEXO II – PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 7460/16

LIGAÇÕES DE ÁGUA

Até 25mm

CONDIÇÕES VALOR PRESTAÇÃO VALOR TOTAL
A VISTA R\$. 276,75

02 PAGAMENTOS R\$.141,15 R\$. 282,30

03 PAGAMENTOS R\$. 95,98 R\$. 287,94

04 PAGAMENTOS R\$. 73,43 R\$. 293,72

05 PAGAMENTOS R\$. 59,92 R\$. 299,60

06 PAGAMENTOS R\$. 50,93 R\$. 305,58

12 PAGAMENTOS* R\$. 28,69 R\$. 344,28

*PARA CLIENTES QUE COMPROVAREM BAIXA RENDA, CADASTRADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL.

I - COM DIÂMETRO ACIMA DE 25 mm, SERÁ FEITO ORÇAMENTO PRÉVIO DE ACORDO COM O DIÂMETRO A INSTALAR.

II – O PRIMEIRO PAGAMENTO SERÁ EFETUADO NO PEDIDO DA LIGAÇÃO.

ANEXO III – PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº. 7460/16.

LIGAÇÃO DE ESGOTO

Diâmetro até 100mm

CONDIÇÕES VALOR ENTRADA VALOR TOTAL

A VISTA R\$. 243,54

02 PAGAMENTOS R\$. 124,21 R\$. 248,42

03 PAGAMENTOS R\$. 84,46 R\$. 253,38

04 PAGAMENTOS R\$. 64,61 R\$. 258,44

05 PAGAMENTOS R\$. 52,72 R\$. 263,60

06 PAGAMENTOS R\$. 44,81 R\$. 268,86

12 PAGAMENTOS* R\$. 25,23 R\$. 302,78

*PARA CLIENTES QUE COMPROVAREM BAIXA RENDA, CADASTRADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL.

I – COM DIÂMETRO ACIMA DE 100 mm, SERÁ FEITO ORÇAMENTO PRÉVIO DE ACORDO COM O DIÂMETRO A INSTALAR.

II – O PRIMEIRO PAGAMENTO SERÁ EFETUADO NO PEDIDO DA LIGAÇÃO.

ANEXO IV – PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 7460/16

TABELA DAS TARIFAS DE SERVIÇOS

1 – RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

- NO CAVALETE POR FALTA DE PAGAMENTO (ATÉ 24 HORAS) R\$. 22,50

- NO CAVALETE POR FALTA DE PAGAMENTO (URGÊNCIA) R\$. 33,50

- NO CAVALETE POR FALTA DE PAGAMENTO C/LACARE VIOLADO R\$.110,00

2 – DESLIGAR RAMAL

- POR SOLICITAÇÃO DO CLIENTE R\$. 22,50

3 – VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL

- POR SOLICITAÇÃO DO CLIENTE (ATÉ 2 PAVIMENTOS) R\$. 33,50

- POR SOLICITAÇÃO DO CLIENTE (POR PAV. EXCEDENTE A 2) R\$. 22,50

4 – CUSTO POR HORA DA MÃO DE OBRA

- ENCANADOR R\$. 15,50

- AUXILIAR R\$. 12,00

5 – CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS

- CUSTO FIXO DE CONSUMO ATÉ 15 DIAS R\$.245,00

- CUSTO FIXO MENSAL (PERÍODO SUPERIOR A 15 DIAS) R\$.390,00

6 – AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS

- POR SOLICITAÇÃO DO CLIENTE ATÉ ¾" R\$. 35,00

- POR SOLICITAÇÃO DO CLIENTE, ACIMA DE ¾" R\$. 45,00

7 – DESLOCAMENTO DE CAVALETE

- POR SOLICITAÇÃO DO CLIENTE – (conforme material e tempo empregado, mais taxa de deslocamento veicular).

8 – EXPEDIENTE

- EMISSÃO DE 2ª VIA, EXTRATO, ALTERAÇÃO CADASTRAL, E OUTROS R\$. 3,50

9 – ANÁLISE DE ÁGUA

- FÍSICO QUÍMICO R\$ 317,16

- BACTERIOLÓGICA R\$ 127,31

10 – HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO CLIENTE

- (Valor do hidrômetro, material, mão de obra, aferição, deslocamento de veículo)

11 – HIDRÔMETRO ROUBADO

- (valor do hidrômetro, material, mão de obra, aferição,

deslocamento de veículo).

12 – DESLOCAMENTO DE VEICULO R\$. 10,00

13 – DESENTUPIMENTO DE RAMAL DOMICILIAR DE ESGOTO SANITÁRIO R\$. 45,00

A) DESENTUPIMENTO DE RAMAL DOMICILIAR DE ESGOTO SANITÁRIO
CAUSADO POR RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, OU MATERIAL PROVENIENTE DE LIMPEZA DE TERRENO. (será cobrado o valor do material utilizado,
Horas máquinas, horas homem trabalhados, mais multa).

14 – ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS

- A pedido do cliente (taxa de expediente e taxa de deslocamento de veículo) R\$.12,00

ANEXO V – PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 7460/16

MULTAS

- Ligações clandestinas (água/esgoto) 15 x o valor da tarifa básica

- Lançamento de água pluvial nas instalações de esgoto sanitário R\$.165,00

- Interconexão da instalação com canalizações alimentadas com águas
Improcedente do abastecimento público. R\$.165,00

- Violação ou retirada do hidrômetro R\$.115,00

- Utilização das instalações de água e esgoto para benefício próprio ou de outro Imóvel ou economia sem autorização do SAMAE R\$.115,00

- Utilização de hidrante para fins não autorizados pelo SAMAE R\$.250,00

- Qualquer impedimento para acesso ao hidrômetro (portões fechados, cães soltos, lixo sobre o hidrômetro), para realizar
Leitura, suspender fornecimento de água, manutenção do hidrômetro. R\$. 60,00

- Uso de bomba ou ejetores na rede de distribuição ou ramal predial R\$.250,00

- Lançamento/obstrução da ligação de esgoto sanitário com material
Resultante de construção, resíduos de limpeza de terrenos, e outros. R\$.250,00

DECRETO Nº. 7.461/16 DE 04/01/2016 REGULAMENTA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO DE FOSSAS SÉPTICAS .

DECRETO Nº 7.461/16 DE 04/01/2016

REGULAMENTA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO DE FOSSAS SÉPTICAS.

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. O serviço de esgotamento de fossas sépticas prestados a terceiros, instituído pela Lei 2.509/99 de 30/06/99, passa a ser executado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, e será cobrado conforme os valores mencionados abaixo.

I - Esgotamento de fossa séptica no perímetro urbano, rural ou distritos: R\$ 22,00;

Art. 2º. Os valores fixados no artigo anterior poderão ser reajustados anualmente, por meio de Decreto.

Art. 3º. Serão isentos do pagamento da respectiva taxa, os municípios que comprovadamente estiverem inscritos em programas sociais e mediante parecer emitido pela Secretaria de Assistência Social do município.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Campos Novos, 04 de janeiro de 2016.

Jairo Luft

Prefeito Municipal em exercício

LEI 4229/15 - ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESAS DO MUNICÍPIO PARA 2016 - LOA

LEI Nº 4229/2015 DE 10/12/2015

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de CAMPOS NOVOS para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 111.853.825,42 (cento e onze milhões oitocentos e cinquenta e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos) e fixa a Despesa em R\$ 111.853.825,42 (cento e onze milhões oitocentos e cinquenta e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos).

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 111.853,825,42 (cento e quatro milhões duzentos e noventa e oito centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 3.117.500,00 (três milhões cento e dezessete mil e quinhentos reais), em R\$ 108.736.324,58(cento e oito milhões setecentos e trinta e seis mil trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o

seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 111.853.825,42
4.1. RECEITAS CORRENTES 107.259.610,33
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 4.594.215,09
Total: 111.853.825,42
Total Geral: 111.853.825,42

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – POR ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

01.00 - GABINETE DO PREFEITO 2.550.000,00
02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO G 785.875,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO 10.677.500,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 35.873.953,09
05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALH. 1.950.055,01
06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 860.375,00
07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 1.567.500,00
08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISM 18.970.652,23
09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER 910.000,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 20.000,00
17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO 7.759.604,35
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 13.679.399,67
20.00 - PODER LEGISLATIVO 3.117.500,00
32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA 515.926,97
33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE 348.750,00
34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA 82.075,00
35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 1.639.797,31
36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMB 330.000,00
37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 166.125,00
40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO 9.656.978,39
42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEM 391.757,50

Total: 111.853.825,42
Total Geral: 111.853.825,42

II – POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01 – Legislativa 3.117.500,00
04 - Administração 7.250.318,96
06 - Segurança Pública 362.250,00
08 - Assistência Social 3.213.978,35
10 - Saúde 23.336.378,06
11 – Trabalho 251.000,00
12 – Educação 35.873.953,99
13 - Cultura 1.148.750,00
14 - Direitos da Cidadania 82.075,00
15 - Urbanismo 9.687.572,25
16 – Habitação 287.055,01
17 – Saneamento 7.673.789,97
18 - Gestão Ambiental 434.507,50
19 - Ciência e Tecnologia 30.500,00
20 - Agricultura 1.338.676,97
22 - Indústria 441.375,00
23 - Comércio e Serviços 65.000,00

25 - Energia 1.812.408,40
26 - Transporte 7.428.421,58
27 - Desporto e Lazer 920.000,00
28 - Encargos Especiais 7.078.315,38
99 - Reserva de Contingência 20.000,00

Total: 111.853.825,42
Total Geral: 111.853.825,42

III- POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa 3.117.500,00
122 - Administração Geral 6.030.000,00
123 - Administração Financeira 450.000,00
126 - Tecnologia da Informatização 485.500,00
182 - Defesa Civil 417.625,00
241 – Assistência ao Idoso 20.000,00
243- Assistência Criança e ao Adolescente 211.928,35
244 - Assistência Comunitária 3.149.068,96
272 - Previdência do Regime Estatutário 2.100.000,00
301 - Atenção Básica 13.679.399,67
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 9.656.987,39
333 - Empregabilidade 34.000,00
334 - Fomento ao Trabalho 387.000,00
361 - Ensino Fundamental 31.257.683,07
364 - Educação Superior 200.000,00
365 - Educação Infantil 4.272.245,92
367 – Educação Especial 144.025,00
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 343.750,00
392 - Difusão Cultural 5.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana 7.231.504,98
452 - Serviços Urbanos 2.228.750,00
453 - Transportes Coletivos Urbanos 227.317,27
482 - Habitação Urbana 287.055,01
512 - Saneamento Básico Urbano 7.673.789,97
541 - Preservação e Conservação Ambiental 10.500,00
542 - Controle Ambiental 391.757,50
543 - Recuperação de Áreas Degradadas 32.250,00
572 – Desenvolvimento tecnológico e Eng. 5.000,00
602 - Promoção da Produção Animal 483.676,97
606 - Extensão Rural 855.000,00
661 - Promoção Industrial 441.375,00
695 - Turismo 865.000,00
752 - Energia Elétrica 1.812.408,40
782 - Transporte Rodoviário 7.428.421,58
811 - Desporto de Rendimento 750.000,00
812 - Desporto Comunitário 160.000,00
813 - Lazer 10.000,00
841 - Refinanciamento da Dívida Interna 3.200.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna 622.500,00
846 - Outros Encargos Especiais 1.155.814,38
999 - Reserva de Contingência 20.000,00

Total: 111.853.825,42
Total Geral: 111.853.825,42

IV – POR PROGRAMA

1 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO 2.550.000,00
2 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES 3.117.500,00
3 - MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO 730.500,00
4 - MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMA 2.200.000,00
5 - MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FIS 340.000,00
6 - MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONIO DO 460.000,00
7 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL 285.000,00

8 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS 290.000,00
9 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS 110.000,00
10 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO 515.926,97
11 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL 348.750,00
12 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 82.075,00
13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 166.125,00
14 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.639.797,31
15 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ AT 9.656.978,39
16 - MANUTENÇÃO DO FUNREBON 330.000,00
17 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.890.257,15
18 - MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS E 1.241.375,00
19 - PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS 10.868.676,56
20 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC. 350.000,00
21 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1.812.408,40
22 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL 19.178.518,07
23 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60% 12.162.562,87
24 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA 259.567,27
25 - MANUTENÇÃO DO ENSINO COM RECURSOS FUNDEB 40 517.457,23
26 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE 981.133,67
27 - MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODA 3.351.250,00
28 - PROMOÇÃO AO TURISMO 70.125,00
29 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.829.125,00
30 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS 120.930,01
31 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES 100.000,00
32 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER 910.000,00
33 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE 13.679.399,67
35 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL 6.992.500,00
36 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E E 7.759.604,35
37 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 1.252.132,50
38 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 256.000,00
39 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAIS 144.025,00
40 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA 2.228.750,00
41 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 20.000,00
42 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFESA 55.375,00

Total: 111.853.825,42

Total Geral: 111.853.825,42

V - POR CATEGORIA ECONOMICA

DESPESAS CORRENTES 97.717.433,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 58.293.260,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 622.500,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 38.801.672,79
DESPESAS DE CAPITAL 14.116.397,97
INVESTIMENTOS 10.809.391,97
INVERSÕES FINANCEIRAS 32.000,00
Amortização da Dívida 3.275.000,00
Reserva de Contingência 20.000,00
Reserva de Contingência 20.000,00

TOTAL GERAL 111.853.825,42

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.
§2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 10 de dezembro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.241/15 DE 28/12/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E FUNDOS.

LEI Nº 4.241/15 DE 28/12/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E FUNDOS.

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 1.189.678,65 (um milhão cento e oitenta e nove mil e seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 – DEP. DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental
Elemento de despesa: 60 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$1.189.678,65

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do orçamento geral do município e fundos:

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal
Elemento de despesa: 02 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 – aplicações diretas R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal
Elemento de despesa: 04 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 – aplicações diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral
Elemento de despesa: 06 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 04 – DEP. DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO, E FISCALIZAÇÃO
PROJETO ATIVIDADE: 2.004 – Manutenção do Departamento de Tributação, Arrecadação e Fiscalização
Elemento de despesa: 15 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$ 12.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 05 – DEP. DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO
PROJETO ATIVIDADE: 2.005 – Manutenção do Departamento de Contabilidade e Patrimônio do Município
Elemento de despesa: 17 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000

000 - aplicações diretasR\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 06 – DEPARTAMENTO PESSOAL
PROJETO ATIVIDADE: 0.001 – Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas – Prefeitura
Elemento de despesa: 19 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 06 – DEPARTAMENTO PESSOAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.006 – Manutenção do Departamento Pessoal
Elemento de despesa: 20 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 07 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROJETO ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção do Departamento de Compras
Elemento de despesa: 22 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 07 – DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROJETO ATIVIDADE: 2.007 – Manutenção do Departamento de Compras
Elemento de despesa: 23 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO ATIVIDADE: 0.002 – Amortização da Dívida Fundada Interna – Prefeitura
Elemento de despesa: 24 - 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO ATIVIDADE: 0.004 – Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna – Prefeitura
Elemento de despesa: 26- 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00 - aplicações diretasR\$ 73.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de despesa: 27- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00 - aplicações diretasR\$ 85.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento de despesa: 28- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00 - aplicações diretasR\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 11 – GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR
PROJETO ATIVIDADE: 2.012 – Manutenção da Gerência da Merenda Escolar
Elemento de despesa: 55 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
000 - aplicações diretasR\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 11 – GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR
 PROJETO ATIVIDADE: 2.012 – Manutenção da Gerência da Merenda Escolar
 Elemento de despesa: 56 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060.000
 000 - aplicações diretasR\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 12 – DEP. DO ENSINO FUNDAMENTAL
 PROJETO ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental
 Elemento de despesa: 62 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000
 000 - aplicações diretasR\$ 62.678,65

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
 UNIDADE: 14 – DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERÊNCIAS
 PROJETO ATIVIDADE: 2.022 – Manutenção Departamento de Assistência Social e da Família – Gerências
 Elemento de despesa: 71 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - aplicações diretasR\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 19 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA – GERÊNCIA
 PROJETO ATIVIDADE: 2.028 – Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência
 Elemento de despesa: 85 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - aplicações diretasR\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 19 – DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA – GERÊNCIA
 PROJETO ATIVIDADE: 2.028 – Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência
 Elemento de despesa: 86 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - aplicações diretasR\$ 6.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 23 – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
 PROJETO ATIVIDADE: 2.033 – Manutenção do Departamento de Engenharia
 Elemento de despesa: 99– 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000

00 - aplicações diretasR\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE: 1.010 – Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
 Elemento de despesa: 106– 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - aplicações diretasR\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE: 2.036 – Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
 Elemento de despesa: 116– 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - aplicações diretasR\$ 310.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO ATIVIDADE: 2.037 – Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
 Elemento de despesa: 118– 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - aplicações diretasR\$ 185.000,00

ÓRGÃO: 09 – SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
 UNIDADE: 27 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
 PROJETO ATIVIDADE: 2.039 – Manutenção do Departamento de Esportes
 Elemento de despesa: 126– 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
 000 - aplicações diretasR\$ 45.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 28 de dezembro de 2015.
 Jairo Luft
 Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 18/2015

DECRETO Nº 18/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" os dias 30/12/2015 (quarta-feira) e 31/12/2015 (quinta-feira) nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos (SC) devido as festividades de Final de Ano.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 29 de dezembro de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

DECRETO Nº 9/2015

DECRETO Nº 9/2015

CONCEDE A MEDALHA DE HONRA E MÉRITO "PADRE QUINTILIO COSTINI" AO SENHOR "MILTON DA VEIGA".

O cidadão Nelson Carafa, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Concede a Medalha de Honra e Mérito "Padre Quintilio Costini " ao Senhor "MILTON DA VEIGA", considerando que o mesmo, atua a 10 anos, como Professor e hoje é Coordenador do Curso de Agronomia na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus de Campos Novos. Pesquisador na área de manejo e conservação do solo na EPAGRI, onde publicou dezenas de artigos científicos e resumos em eventos científicos, proferiu palestras e ministrou cursos para milhares de agricultores e profissionais de diferentes áreas, alguns deles no exterior.

Parágrafo único: Milton da Veiga nasceu em 29 de outubro de 1962, na Zona Rural do município de Porto Xavier – RS, em uma família de pequenos agricultores, sendo o oitavo filho de um total de dez. cursou o "primário" na Escola Municipal Padre Regente Diogo Feijó, zona rural do município, e o Ensino Médio, no Ginásio Anchieta de Missal. Em 1978, passou a estudar em regime de internato, no Colégio Agrícola de Camboriú (Camboriú/SC), mantido pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde obteve o grau de Técnico em Agropecuária em dezembro de 1980. Em 1981 iniciou o curso de Bacharelado em Agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC, onde obteve o grau de Engenheiro Agrônomo em janeiro de 1986, onde no mesmo ano iniciou o Curso de Mestrado em Ciência do Solo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS, obtendo o grau de Mestre em Ciência do Solo em agosto de 1988. Neste período casou-se com a Sra. Carla Maria Pandolfo, também Engenheira Agrônoma. Em 1988, passou a trabalhar no Centro de Pesquisas para pequenas propriedades, (Chapeco/SC), pertencente a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EMPASC), que foi sucedida pela Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, atual EPAGRI, neste período teve seus dois filhos, Arthur Pandolfo da Veiga e Renata Pandolfo da Veiga. Em 1994, transferiu-se para CAMPOS NOVOS, onde trabalhou até 2014 na Estação Experimental da Epagri. No período de março de 2002 a março de 2005 realizou o curso de doutorado na universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria/RS), com estágio na Universidade de Kiel (Kiel/Alemanha), onde obteve o grau de Doutor em Ciência do Solo, e a partir de 2006, como professor e coordenador do curso de Agronomia na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus Campos Novos.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 09 de julho de 2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 238/2015 A Nº 244/2015 E Nº 246/2015 A Nº 253/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 238/2015. TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS Nº 017/2011. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: RÁDIO CLUBE DE SÃO JOÃO BATISTA LTDA. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 017/2011, já alterado pelo alterado pelos contratos nº 118/2011 (termo aditivo nº 001), nº 143/2012 (termo aditivo nº 002), nº 200/2013 (termo aditivo nº 003) e nº 235/2014 (termo aditivo nº 004) por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 239/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS Nº 067/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: TECNOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 067/2014, já prorrogado pelo contrato nº 240/2014 (termo aditivo nº 001), por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 240/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS Nº 066/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: SANDRA REGINA DIAS VICENTIN - ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 066/2014, já prorrogado pelo contrato nº 241/2014 (termo aditivo nº 001) por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 241/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS Nº 065/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: P. H. M. AUTO PEÇAS LTDA - ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 065/2014, já prorrogado pelo contrato nº 242/2014 (termo aditivo nº 001) por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 242/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS Nº 064/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MECÂNICA MELIM LTDA - ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 064/2014, já prorrogado pelo contrato nº 243/2014 (termo aditivo nº 01), por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 243/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS Nº 063/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: JR MECÂNICA DIESEL LTDA - ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 063/2014, já prorrogado pelo contrato nº 244/2014

(termo aditivo nº 001), por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 244/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS Nº 062/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: GILSON GOMES EPP. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 062/2014, já prorrogado pelo contrato nº 244/2014 (termo aditivo nº 001), por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 246/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 194/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: LEOCRISMAR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - EPP. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 194/2014, já prorrogado pelo contrato nº 237/2014 (termo aditivo nº 001), por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 247/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE PALCO Nº 097/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: Fabio de souza 03330434996. OBJETO: Fica renovado o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de sonorização e Locação de Palco nº 097/2015 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 248/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 195/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: NETJOB TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: Fica renovado o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 195/2015 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 249/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 051/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - ME. OBJETO: Fica renovado o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 051/2015 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 250/2015. TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SINAL DE INTERNET Nº 108/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: BLUCOMPTEC INFORMATICA LTDA - ME. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 108/2014, prorrogado pelo contrato nº 238/2014 (termo aditivo nº 001) e alterado pelo contrato nº 076/2015 (2º termo aditivo), por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA

- PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 251/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 161/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MAICON RONEI BONIFÁCIO 02555800964. Fica renovado o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 161/2015 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 252/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO Contrato Administrativo de Licença de Uso e Locação de Software nº 131/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: BRANET INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO: Fica renovado o Contrato Administrativo de Licença de Uso e Locação de Software nº 131/2015 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 253/2015. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 126/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ALAN FACCHINI 00416984959. OBJETO: Fica renovado o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 126/2015, por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2016, com término em 31/12/2016. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2015. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO EDITAL 01/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 01/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de medicamentos destinados a atender pessoas portadoras de doenças permanentes, do Programa da Secretaria da Assistência Social e da Cidadania do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, para o ano de 2016. DATA DE ABERTURA: 15 de janeiro de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 04 de janeiro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 01/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 01/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de empresa para publicação em centímetro de coluna fixa de no mínimo 10 centímetros de largura, em Jornal de circulação diária Estadual e/ou Regional, para divulgação das Licitações, Contratos, Decretos, Legislações e outros atos da Administração Municipal, para o ano de 2016, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 15 de janeiro de 2016 às 14:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à

Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 04 de janeiro de 2016. ANTONIO DA SILVA - Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 02/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

EDITAL DE LICITAÇÃO 02/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE 01/2016

OBJETO: cessão de uso de software que consiste na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município, em destaque a Lei Orgânica e Emendas, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias e Decretos, sendo dispostos no site www.leismunicipais.com.br, com link direcionado a pagina eletrônica do Município, além de consulta feita por qualquer pessoa interessada diretamente no próprio site de domínio público mantido pela empresa a ser contratada. CONTRATADA: Liz Serviços Online LTDA. VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.753,16 (Oito mil e setecentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos), divididos em 04 parcelas iguais.. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 04 de janeiro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 133/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/16

CONTRATADO: ALR INDUSTRIA DE TINTAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE FAIXAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL EM VIAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

DATA: 04/01/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/16

CONTRATADO: SINALIZAÇÕES SÃO MIGUEL LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE FAIXAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL EM VIAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 119.900,00 (cento e dezenove mil novecentos reais)

DATA: 04/01/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/16

CONTRATADO: SINCO - SINALIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES INDUSTRIA E COM

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE FAIXAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL EM VIAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil e reais)

DATA: 04/01/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL

LEI 5765/2015

LEI Nº 5.765, DE 04/01/2016

DENOMINA CEI PEDRO IVO OLESKOVICZ

O Vereador Célio Galeski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 2º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica denominado de Centro de Educação Infantil Pedro Ivo Oleskovicz o educandário localizado na Rua Catarina Hübner, no Bairro Piedade.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2016.

Vereador Célio Galeski

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 04/01/2016.

Daniel Carvalho

Agente Legislativo

LEI 5766/2015

LEI Nº 5.766, DE 04/01/2016

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA AGROECOLOGIA COMO TEMA TRANSVERSAL DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

O Vereador Célio Galeski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica incluída a temática da Agroecologia junto aos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais a ser trabalhado

dentro das diretrizes curriculares municipais sem prejuízo das demais disciplinas escolares e em conformidade o Art. 40 da Lei Municipal nº 4.851 de 14/11/2011.

Art. 2º A Agroecologia abrange o estudo das práticas agrícolas ecologicamente sustentáveis e economicamente viáveis ao desenvolvimento local, podendo dentro de seu conteúdo abordar as seguintes temáticas:

I - Fatores Ecológicos;

II - Culturas Orgânicas;

III - Produção de Compostos Orgânicos;

IV - Conservação da Biodiversidade;

V - Desenvolvimento Sustentável;

VI - Segurança Alimentar; e

VII - Outras questões ligadas ao tema.

Parágrafo único. A temática da Agroecologia poderá ser subdividida nos eixos transversais de Meio Ambiente, Saúde e Trabalho e Consumo, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais na disciplina a ser desenvolvida.

Art. 3º Fica incluído um inciso III no Parágrafo Único do Art. 61 da Lei Municipal nº 4.851 de 14/11/2011, contando com a seguinte redação:

III – Eixo Agroecológico – ecologia; agrobiodiversidade; compostos orgânicos; educação ambiental; agricultura familiar; culturas regionais; manejo e conservação do solo; manejo agroecológico, tratamento de resíduos orgânicos e segurança alimentar.

Art. 4º Poderão ser realizadas ainda palestras, eventos e oficinas a serem integradas no calendário escolar das unidades de ensino com o tema da Agroecologia

Parágrafo único. Deverão ser adotadas metodologias de ensino adequadas a abordagem e apresentação de acordo com os níveis de ensino.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 04 de janeiro de 2016.

Vereador Célio Galeski

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 04/01/2016.

Daniel Carvalho
Agente Legislativo

PORTARIA Nº 01/2016 - CONCEDE FÉRIAS

PORTARIA Nº 01/2016
CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor José Luiz Lacowicz, ocupante do cargo de Secretário Legislativo, referente ao período aquisitivo de 05/02/2014 à 04/02/2015, que serão usufruídas do dia 04/01/2016 à 02/02/2016, retornando em 03/02/2016.

Art. 2º Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 04 de janeiro de 2016.

Célio Galeski
Presidente

Chiquinho da Silva João Grein
1º Secretária 2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 04 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 02/2016 - CONCEDE FÉRIAS

PORTARIA Nº 02/2016
CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK, ocupante do cargo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 29/11/13 à 28/11/2014, que serão usufruídas do dia 04/01/2016 à 23/01/2016, retornando em 24/01/2016.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 04 de janeiro de 2016.

Célio Galeski
Presidente

Chiquinho da Silva João Grein
1º Secretária 2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 04 de janeiro de 2016.

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 001/2016

DECRETO No 001, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.
Designa Comissão Permanente de Licitações.

O Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei no 8.666/93, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública,

DECRETA:

Art.1o Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Capinzal:

I - Membros efetivos:

- a) Elisângela Bagnolin;
- b) Daiane Toscan Helt;
- c) Gisela Nara Martins.

II - Membros Suplentes:

- a) Naiara Maria Faccin;
- b) Josi Mary Coas;
- c) Divair Dias de Vargas.

Art. 2o A Comissão Permanente de licitações reunir-se-á sempre que houver procedimentos relativos a licitações e deverá proceder em conformidade com a regulamentação exigida na Lei, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 4 de janeiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino de Administração e Finanças

Decreto nº 002/2016

DECRETO No 002, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para realização de licitação na modalidade pregão, para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Capinzal.

O Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Federais no 5.450, de 31 de maio de 2005 e no 5.504, de 05 de agosto de 2005 e Decreto Municipal no 004 de 06 de janeiro de 2006;

DECRETA:

Art. 1o Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais Elisângela Bagnolin e Ana Paula Enderle, para exercerem a função de pregoeiros até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2016, na realização de pregões de todos os órgãos da Administração Direta do Município de Capinzal, para aquisição de bens e serviços comuns no Município de Capinzal.

Art. 2o Ficam nomeados para compor Equipe de Apoio ao Pregoeiro, os Servidores Públicos:

I - Membros efetivos:

- a) Ademir José Toigo;
- b) Celestina Alves Ramos Azevedo.

II - Membros Suplentes:

- a) Leda Mara Pogere;
- b) Divair Dias de Vargas.

Art. 3o Os pregoeiros solicitarão aos órgãos do Município avaliações ou pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios na modalidade de pregão, sempre que se fizerem necessários.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 4 de janeiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino de Administração e Finanças

EXTRATO CONVÊNIO Nº 001/2016

CONVÊNIO Nº 001, DE 4 JANEIRO DE 2016

CONVENIENTE: Município de Capinzal

CONVENIADO: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

OBJETO: Estabelecimento de um sistema de cooperação técnica, administrativa e financeira na execução das atividades e manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) buscando o melhor, mais célere e eficiente atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, no acesso à educação e na defesa dos direitos e interesses dos portadores de necessidades especiais como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino.
LEGISLAÇÃO AUTORIZATIVA: Art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, em consonância com o inciso XII do art. 58 da Lei Orgânica do Município de Capinzal e na Lei Municipal nº 3.201, de 16 de dezembro de 2015.

VIGÊNCIA: 31/12/2016

VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais (Total R\$ 90.000,00)

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0001/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0001/2016

Pregão Presencial Nº 0001/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de itens para composição do Kit completo do PROJETO PEQUENO CAPINZALENSE, desenvolvido pela Secretaria da Saúde, com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados

no Setor de Protocolo até as 11:00 horas, para abertura da Seção às 11:05 horas do dia 20/01/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 5 de janeiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0007/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0007/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0007/2016

Pregão Presencial Nº 0007/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Larvicida Biológico para manutenção das atividades de controle ao Mosquito Borchudo, realizado pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:00 horas, para abertura da Seção às 08:05 horas do dia 20/01/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 5 de janeiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0008/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0008/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0008/2016

Pregão Presencial Nº 0008/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para o fornecimento fracionado de produtos de artefato de cimento (tubos de concreto 20 cm / 30 cm / 40 cm / 50 cm / 60 cm / 80 cm / 100 cm e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existente, conserto de

boca de lobo, conserto em bueiros em estradas vicinais e conserto de passeios públicos para o exercício 2016, Recurso Próprio.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:00 horas, para abertura da Seção às 08:05 horas do dia 21/01/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 5 de janeiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0009/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0009/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0009/2016

Pregão Presencial Nº 0009/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para execução de horas/máquina de Rompedor de rocha o qual deverá ser acoplado em uma Escavadeira Hidráulica, com peso operacional não inferior a 17 toneladas, para realização de diversos serviços: romper rocha para alargamento em vias públicas, abertura de valas para execução de drenagens pluviais em vias a serem pavimentadas no perímetro urbano e estradas vicinais no interior do Município, para o exercício de 2016, Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 11:00 horas, para abertura da Seção às 11:05 horas do dia 21/01/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 5 de janeiro de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DI01/2016**

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DI01/2016

PROCESSO Nº CAO/0003/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO/SC

FORNECEDOR CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

CNPJ DO CONTRATADO: 08.336.783/0001-90

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER AO CONSUMO ESTIMADO DA AUTARQUIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.320.000,00 (UM MILHÃO, TREZENTOS E VINTE MIL REAIS).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 24, INC. XXII DA LEI 8666/93.

CAPINZAL/SC, 05 DE JANEIRO DE 2016.

SIDNEI PENZO

DIRETOR

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 01/2016

DECRETO N. 01/2016

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Licitações do município de Caxambu do Sul, para atuar em caráter permanente no exercício de 2016.

Art. 2º. A comissão permanente de licitação ora instituída, será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I – NILMAR BONAFÉ

II – JONATAS ANTÔNIO BIAZUS

III – ANILDO JOSÉ GAZZONI

Art. 3º As atribuições da Comissão inclui, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício 2016.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 01/2015.

Caxambu do Sul - SC, em 04 de janeiro de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

DECRETO 02/2016

DECRETO N. 02/2016

"DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais art. 71, IV da Lei Orgânica Municipal, c/c o Decreto Municipal n. 91/2006, que regulamentou a Licitação – Modalidade Pregão, instituída pela Lei Federal n. 10.520 de 17 de julho de 2002, no âmbito do Município.

DECRETA:

Art. 1º . Fica designado o Servidor Municipal IVAN CARLOS BELLEI para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º . Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

I – JONATAS ANTONIO BIAZUS

II – ANILDO JOSÉ GAZZONI

III – NILMAR BONAFÉ

Art. 3º . As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício 2016.

Art. 4º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 02/2015.

Caxambu do Sul/SC, 04 de Janeiro de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

DECRETO 03/2016

DECRETO N. 003/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado do Cargo de Diretor do Departamento de Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, o Senhor Andrei Junior Zamoner, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob nº 081.029.269-61 e da Cédula de Identidade sob o nº 5.198.721.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 90/2013 de 30 de julho de 2013.

Caxambu do Sul/SC, 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

EDITAL CHAMAMENTO 01/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 001/2016

"PARA INTERESSADOS A FAZER INSCRIÇÃO

E/OU ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES"

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no PAÇO MUNICIPAL, sito à Rua Índio Condá, 55, Centro, na Cidade de Caxambu do Sul, inscrição para os novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme dispõe o artigo 34 e seguintes da Lei n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1 - DO OBJETO

O Presente Edital destina-se as inscrições de novos fornecedores e

atualização de dados dos fornecedores já cadastrados, no Cadastro de Fornecedores do Município de Caxambu do Sul, para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação.

2 - DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. Para fins do cadastramento e atualização os interessados deverão apresentar a seguinte documentação.

2.2. Habilitação Jurídica, conforme o caso:

I - Cédula de Identidade;

II - Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;

III - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

2.3. Para Qualificação Técnica:

I - Registro ou Inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com seu ramo de atividade, incluindo a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

2.4. Para a Qualificação Econômica-Financeira:

I - Balanço Patrimonial e D.R.E, do último exercício social;

II - Certidão Negativa de Falência ou Concordata;

III - Certidão Negativa de Protestos.

2.5. Registro Fiscal:

I - Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

II - Prova de Inscrição no Cadastro Estadual - FAC;

III - Prova de Inscrição no Cadastro Municipal, quando for o caso;

IV - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

V - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS e FGTS).

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

2.6. Todos os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada em Tabelionato de Notas ou por Servidor da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul.

2.7. Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou entrelinhas.

3 - DA VALIDADE

3.1. O interessado que providenciar sua inscrição e ou atualização receberá um Certificado de Registro Cadastral, que terá validade por um ano.

4 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As inscrições estarão permanentemente abertas aos interessados;

4.2. Os casos omissos no presente Edital serão analisados sob os

aspectos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações;

4.3. O Certificado de Registro Cadastral, não dispensa a documentação prevista nos artigos 30 e 31 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações;

4.4. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, ou as estabelecidas para a classificação cadastral.

Caxambu do Sul - SC, 04 de Janeiro de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Comercial Iguaçu Ltda
Objeto: Fornecimento de Dez Mil Litros de Gasolina Comum
Valor: R\$ 3,59 por Litro
Vigência: 04/01/2016 a 31/12/2016

Chapecó, 25 de Novembro de 2015
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Noar Turismo LTDA ME.
Objeto: Serviços de Emissão de Bilhetes de Passagens Aéreas.
Valor Estimado/Ano: R\$ 131.600,00.
Vigência: 04/01/2016 a 31/12/2016.

Chapecó, 01 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Orbenk Administração e Serviços Ltda.
Objeto: Prestação de Serviços Terceirizados de Limpeza, Asseio e Conservação.
Valor: R\$ 116.040,00/Ano.
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Chapecó, 07 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2015
Termo Aditivo Nº 3 ao Contrato Superior
Nº 37/2012

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Adriano Luiz Batista Oro
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Superior (Publicação Atos Legais).
Valor/Ano: R\$ 49.000,00
Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 02 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2015
Termo Aditivo Nº 4 ao Contrato Administrativo Superior Nº 29/2011

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Objeto: Prorrogação do Prazo do Contrato Principal
Valor: R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais).
Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 07 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2015
Termo Aditivo Nº 4 ao Contrato Superior
Nº 28/2011

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Sati Telecom Ltda
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Superior
Valor/Mês: R\$ 665,00.
Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 02 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2015
Termo Aditivo Nº 3 Ao Contrato Superior
Nº 23/2012

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Realmac Máquinas e Equipamentos para Escritório Ltda
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Superior
Valor/Ano: R\$ 99.281,00
Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 02 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2015
Termo Aditivo Nº 3 ao Contrato Superior
Nº 27/2013

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Desbravador Tel. Ltda.
Objeto: Serviços de Acesso à Rede Mundial de Computadores.
Valor: R\$ 2.200,00 mensais.
Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 07 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 32/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Lancer Soluções em Informática Ltda
Objeto: Locação Sistema Legislador
Valor/Ano: R\$ 7.908,00
Vigência: 04/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 07 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 33/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Lancer Soluções em Informática Ltda
Objeto: Locação Sistema Legislador Web
Valor/Ano: R\$ 5.904,00
Vigência: 04/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 07 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 34/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Lancer Soluções em Informática Ltda
Objeto: Locação Sistema Legislador ao Vivo
Valor/Ano: R\$ 7.980,00
Vigência: 04/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 07 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 35 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Spagnol Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Objeto: Locação Imóvel para Funcionamento do Poder Legislativo de Chapecó.
Valor: 43.029,47 (Quarenta e Três Mil, Vinte e Nove Reais e Quarenta e Sete Centavos).
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Chapecó, 09 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 36/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: OI Móvel S/A
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato Superior
Valor/Ano: R\$ 95.491,50.
Vigência: 01/01/2016 até 31/12/2016.

Chapecó, 15 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 37/2015
Termo Aditivo Nº 4 ao Contrato Superior
Nº 20/2012

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: OI Móvel S/A
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato superior
Valor/Ano: R\$ 10.054,80.
Vigência: 01/01/2016 Até 31/12/2016.

Chapecó, 15 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38 DE 2015

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2015

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: OI S/A
Objeto: Serviço Telefônico Fixo Comutado.
Valor Estimado/ano: R\$ 38.677,75.
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

Chapecó, 15 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.
Altera o artigo 2º da Resolução nº 5, de 22 de outubro de 2013.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, da Resolução nº 5, de 22 de outubro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º Fica estabelecido o mês de fevereiro do ano seguinte para comemorar os feitos dos Atletas Amadores de Chapecó."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2015.
VALDEMIR ANTONIO STOBE
Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Vice-Presidente

CLEBER CECCON
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Institui o Diário Oficial dos Municípios - "DOM-e" como Órgão Oficial de Publicação Legal e Divulgação dos Atos do Poder Legislativo de Chapecó.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios - "DOM-e", como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do Poder Legislativo de Chapecó.

§ 1º O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa da Câmara Municipal de Chapecó e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

§ 2º O Diário Oficial dos Municípios será identificado pela sigla "DOM-e";

§ 3º A implantação do Diário Oficial dos Municípios não exclui a possibilidade de publicação de Leis ou Atos Administrativos por meio da imprensa local.

Art. 2º Em caso de indisponibilidade do "DOM-e" ocorrido em razão de problema de ordem técnica, a publicação dos atos administrativos ficará prorrogada para o primeiro dia útil imediatamente posterior ao da regularização do sistema.

Parágrafo único. Constatada a indisponibilidade da consulta ao "DOM-e", a Secretaria Geral da Câmara Municipal deverá publicar um aviso de indisponibilidade no Portal da Câmara Municipal e disponibilizar o material no dia útil seguinte à regularização.

Art. 3º O Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, deverá designar um servidor efetivo como responsável pela remessa de matérias para publicação no "DOM-e".

Art. 4º As matérias a serem inseridas no "DOM-e" deverão ser cadastradas até às 19h59min do dia da publicação, em formato previamente estabelecido pelo Consórcio Ciga.

Art. 5º É vedada a comercialização de qualquer publicação ou divulgação do "DOM-e".

Art. 6º Ficam excluídas da publicação no Diário Oficial dos Municípios - "DOM-e" os Avisos de Licitação e os Extratos dos Contratos, os quais continuarão a ser publicados na versão impressa em jornal.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 2015.

VALDEMIR ANTONIO STOBE
Presidente

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Vice-presidente

CLEBER CECCON
1º Secretário

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2015 – PMC

Objeto: contratação de empresa visando o fornecimento de consultas médicas aos idosos participantes dos Grupos de Convivência sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, praticantes de atividades físicas nos locais de encontro, durante o os meses de fevereiro a maio de 2016, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/01/2016.

Abertura: dia 19/01/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 04 de janeiro de 2016.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal Desenvolvimento

Social Cidadania e Habitação

CHAMADA ANUAL PARA ATUALIZAÇÃO E INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS NO CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 1/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CHAMADA ANUAL PARA ATUALIZAÇÃO E INGRESSO DE NOVOS INTERESSADOS NO CADASTRO DE FORNECEDORES

A Prefeitura Municipal de Concórdia, SC, em obediência ao § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunica aos inscritos no Cadastro de Fornecedores desta Municipalidade para que procedam à atualização de seus documentos cadastrais, bem como a todos os interessados em cadastrar-se para que compareçam e apresentem os documentos previstos nos artigos 27 a 31 da Lei Federal nº 8.666/93. Maiores informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, sito à Rua Leonel Mosele, 62, 2º andar, Centro, de Segunda à Sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do site www.concordia.sc.gov.br ou pelo telefone (0**49) 3441-2161 e pelo telefone/fax (0**49) 3441-2106.

Concórdia, SC, 04 de janeiro de 2015.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA

Presidente da Comissão Permanente de

Registro Cadastral

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor João Paraguaçu Cardoso, Diretor Administrativo, em exercício, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso XXII, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para o pagamento de despesas com consumo de energia elétrica para o exercício de 2016, a favor da empresa, CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., no valor total estimado de R\$ 4.747.575,00 (quatro milhões setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato da Senhora Marisete Da Silva, Diretora De Gabinete, em exercício, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para a contratação de empresa para serviços terceirizados para efetuar cópias e envios de documentos a outros municípios e realização das leituras das publicações judiciais para o exercício de 2016, a favor da empresa, INFODIGI INFORMAÇÕES DIGITAIS LTDA - EPP, no valor total estimado de R\$ 6.288,76 (seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Eliza Tebaldi Borsatti, Diretora Financeira, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso XVI c/c XXVI, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; Gestão de Obras; Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional; Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA; Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN; a favor do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, no valor total de R\$ 34.590,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e noventa reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor João Paraguaçu Cardoso, Diretor Administrativo, em exercício, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para o Pagamento de despesas com telefonia fixa para o exercício de 2016, a favor da empresa, OI S.A., no valor total estimado de R\$ 530.910,00 (quinhentos e trinta mil, novecentos e dez reais).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszyn Brum de Oliveira, Diretora de Assistência Social, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso V, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para o Empenho de valor para pagamento de despesas com serviços de telefonia móvel, durante o exercício de 2016, do Gabinete do Vice-Prefeito, Fundação Municipal de Esportes e Conselho Tutelar, quando em serviço fora do centro administrativo e/ou viagens para outros Município/Estados, em favor das seguintes empresas: CLARO S/A, no valor total estimado de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais); TELEFONICA BRASIL S.A, no valor total estimado de R\$ 3.000,00 (três mil reais); e TIM CELULAR S.A, no valor total estimado de R\$ 10.140,00 (dez mil, cento e quarenta reais)

LAURI GASBOSSA

Secretario Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

A Diretora-Presidente do IPRECON, torna público que ratificou o ato da senhora VANESSA DAIANE RIFFEL, Presidente da Comissão de Licitações do IPRECON, que declarou dispensável a licitação, nos termos do artigo 24, XXII, da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, homologada em 4 de janeiro de 2016, para contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica, no exercício de 2016, em favor da empresa CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 08.336.783/0001-90, no valor total de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Concórdia, SC, 4 de janeiro de 2016.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

A Diretora-Presidente do IPRECON, torna público que ratificou o ato da senhora VANESSA DAIANE RIFFEL, Presidente da Comissão de Licitações do IPRECON, que declarou dispensável a licitação, em caráter emergencial, nos termos do artigo 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, homologada em 4 de janeiro de 2016, para contratação do serviço de telefonia fixa, pelo período de 6 (seis) meses, em favor da empresa OI S.A., inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0322-66, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Concórdia, SC, 4 de janeiro de 2016.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor João Paraguaçu Cardoso, Diretor Administrativo, em exercício, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para despesas com consumo de água para o exercício de 2016, a favor das empresas: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, no valor total estimado de R\$ 168.687,00 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais), ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE AGRICULTORES DE SANTO ANTONIO no valor total estimado de R\$ 4.626,80 (quatro mil, seiscentos e vinte seis reais com oitenta centavos) e a SOCIEDADE DA ÁGUA DE PLANALTO no valor total estimado de R\$ 4.500,00 (quatro mil, quinhentos reais).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato da Senhora Marilu Matiello, Diretora de Obras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para pagamento de despesas com taxas de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, Registros de Responsabilidade Técnica - RRT ao CREA / CAU e Licenças Ambientais para a FATMA, visando a realização dos Trabalhos de Engenharia e Arquitetura durante o exercício de 2016, no valor total estimado de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor João Paraguaçu Cardoso, Diretor Administrativo, em exercício, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para Serviços postais para o exercício de 2016, a favor da empresa, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, no valor total estimado de R\$ 309.050,00 (trezentos e nove mil e cinquenta reais).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2016

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor João Paraguaçu Cardoso, Diretor Administrativo, em exercício, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para Aquisição de vale transporte a servidores para o exercício de 2016, a favor da empresa, HODIerna Transportes Ltda - EPP, no valor total estimado de R\$ 251.055,50 (duzentos e cinquenta e um mil e cinquenta e cinco reais com cinquenta centavos).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Eliza Tebaldi Borsatti, Diretora Financeira, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para realização de serviços de autuações, penalidades e notificações de infração de trânsito pelo CIASC no valor total de R\$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais) - Repasse ao FUNSET, conforme art 320 da Lei 9.803/1997 referente a autuações, penalidades e notificações de trânsito, no valor total de R\$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais) - e empenho de valor para pagamento de tarifas bancárias de cobrança de autuações, penalidades e notificações de infrações de trânsito, no valor total de R\$ 27.391,20 (vinte e sete mil, trezentos e noventa e um reais e vinte centavos) - conforme convênio 2013TN001988.

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna

público que ratificou o ato do Senhor João Paraguaçu Cardoso, Diretor Administrativo, em exercício, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, referente ao pagamento de despesas com as contribuições da FECAN, conforme Leis 3.364/2002 e 3957/2008, contribuição a AMAUC, conforme Leis 1402/76, 2293/89 e 1403/2002 e contribuição a CNM, conforme Leis 3.364/2002 e 3957/2008, referentes ao exercício de 2016, a favor das empresas: FEDERACAO CATARINENSE DE MUNICIPIOS, no valor total de R\$ 26.400,00 (vinte seis mil e quatrocentos reais), a CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS - CNM, no valor total de R\$ 18.624,00 (dezoito mil e seiscentos e vinte e quatro reais), a AMAUC - ASSOC.DOS MUNICIPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE, no valor total de R\$ 222.720,00 (duzentos e vinte e dois mil e setecentos e vinte reais).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2016

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor João Paraguaçu Cardoso, Diretor Administrativo, em exercício, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2016, para a Prestação de serviços de publicações legais na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina e na Imprensa Nacional, durante o exercício de 2016, a favor das empresas, IMPRENSA NACIONAL, no valor total estimado de R\$ 38.569,90 (trinta e oito mil e quinhentos e sessenta e nove reais com noventa centavos) e FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC, no valor total estimado de R\$ 36.069,60 (trinta e seis mil, sessenta e nove reais e sessenta centavos).

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

PORTARIA Nº 01/2016, 04 DE JANEIRO DE 2016-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 01/2016, 04 DE JANEIRO DE 2016.

A Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor VALMIR CORASSA, ocupante do cargo de Responsável de Setor, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 5 a 19 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 46/2015, de 22 de dezembro de 2015.

Fundação Municipal de Esportes.

NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, em exercício

Publicado no Mural do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e no Mural da CÂMARA DE VEREADORES em 04 de janeiro de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA

Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 1/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 1/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora VERA LUCIA BEE.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 4 de janeiro de 2016, à servidora VERA LUCIA BEE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenadora, função: Creche, 40 (quarenta) horas semanais, nível 10-6-GF2B2, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 31461-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 4 de janeiro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA Nº 2/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 2/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Idade à servidora ADOLFINA ZENATTI DA SILVA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº

4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 4 de janeiro de 2016, à servidora ADOLFINA ZENATTI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOB1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 97594-00, Aposentadoria por Idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 4 de janeiro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

PORTARIA Nº 3/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016-IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 3/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Convoca a servidora ONEIDE BERTOLINI, em gozo de férias.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora ONEIDE BERTOLINI, ocupante do cargo de Contadora, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 4 a 12 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 4 de janeiro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL

Administradora

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 001/2016

DECRETO Nº001/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. EDIMAR DOS PASSOS ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EDIMAR DOS PASSOS Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 002/2016

DECRETO Nº002/2015, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. EDILÉIA VILANI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 16/08/2014 a 15/08/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EDILÉIA VILANI Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 003/2016

DECRETO Nº003/2015, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. ANA MARIA COLOMBELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 04/02/2014 a 03/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ANA MARIA COLOMBELLI Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 004/2016

DECRETO Nº004/2015, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. TEREZINHA BEE,

ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 04/02/2014 a 03/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

TEREZINHA BEE Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 005/2016

DECRETO Nº005/2015, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. MARINES TRINDADE BRAMBILA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 04/02/2014 a 03/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 04/01/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

MARINES TRINDADE BRAMBILA Ciente em: ____/____/2016

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 268 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 268 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.255,19 (nove mil duzentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.304.0056.2.019 – Manutenção da Vigilância Sanitária				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0038	9.255,19

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 9.255,19 (nove mil duzentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0038, Vigilância Sanitária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 17 de dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 269 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 269 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.094,02 (sete mil noventa e quatro reais e dois centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0057.2.020 – Manutenção da Assistência Farmacêutica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10	01.0038	7.094,02

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 7.094,02 (sete mil noventa e quatro reais e dois centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0038, Assistência Farmacêutica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 17 de dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 270 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 270 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.435,39 (quatro mil quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.304.0056.2.019 – Manutenção da Vigilância Sanitária				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0038	4.435,39

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.435,39 (quatro mil quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0038, Vigilância Sanitária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 23 de dezembro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 271 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 271 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.562,78 (vinte mil quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0057.2.020 – Manutenção da Assistência Farmacêutica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	10	01.0038	20.562,78

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 20.562,78 (vinte mil quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0038, Assistência Farmacêutica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 23 de dezembro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 272 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 272 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 37.713,80 (trinta e sete mil setecentos e treze reais e oitenta centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0053.2.016 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	08	01.0038	37.713,80

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 37.713,80 (trinta e sete mil setecentos e treze reais e oitenta centavos) do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0038, Bloco de Atenção Básica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 23 de dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 273 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 273 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.733,85 (um mil setecentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0009.2.060 – Manutenção do Bloco do Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	12	01.0067	1.733,85

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.733,85 (um mil setecentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos) do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0067, Bloco do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 23 de dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS. PELO PERÍODO DE 1 ANO. CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 19/01/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 19/01/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br

Curitibanos, 4 de Janeiro de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 55/2015, conforme segue:

Referente ao objeto licitado e descritivo do item.

Onde se lê: 13.4 - A proposta será recebida das seguintes formas:

- Poderá ser preenchida em planilha eletrônica específica, através do programa Compras Auto Cotação, disponibilizado sem qualquer custo na pagina eletrônica download.betha.com.br
- Documento impresso em papel timbrado, devidamente carimbado e assinado pelo representante legal da empresa;

Leia-se: 13.4 - A proposta será recebida das seguintes formas:

- Poderá ser preenchida em planilha eletrônica específica, através do programa Compras Auto Cotação, disponibilizado sem qualquer custo na pagina eletrônica download.betha.com.br
- Documento impresso em papel timbrado, devidamente assinado pelo representante legal;

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitibanos, 04 de Janeiro de 2016.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO N. 5493/2015 SUPLEMENTAÇÃO DE 4 MIL HOSPITAL MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.493/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº 4.390/2014 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral do Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral do Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de Dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º O chefe do poder executivo promove a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), instituindo-se na matéria orçamentária a seguinte dotação orçamentária:

12 – HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS

10.122.0021.2.066 – Adm.Geral dos Bens e Serv. do Hospital Municipal

(02) 3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 5º Para o atendimento do Crédito ora permitido, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

12 – HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS

10.122.0021.2.066 – Adm.Geral dos Bens e Serv. do Hospital Municipal

(03) 3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 28 DE DEZEMBRO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

DECRETO Nº 5.492/2015 NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

DECRETO Nº 5.492/2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril 1990:

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Comissão para Avaliação dos bens imóveis: Lote Urbano nº. 1, da Gleba nº 4 do Imóvel Tracutinga, sem benfeitorias, com área de 1.728,24 m2, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC. sob nº. 11.733; e, Lote Urbano nº. 1, da Quadra nº 3, com 1.460,00, sito a Rua Rui Barbosa, centro em Dionísio Cerqueira/SC., registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC. sob nº. 10.098; considerados inservíveis para o Município de Dionísio Cerqueira, para posterior alienação através de licitação modalidade Leilão, constituída pelos Senhores:

Jair Barbosa, Secretário de Administração;
João Carlos Stahl, Secretário de Saúde;
Willian Henrique Guindani, Gerente do Departamento;
Thomas Jeferson A. N. Dallanora, Gerente de Projetos;
Jeferson Jonas Ávila, Secretário Municipal.

Parágrafo Único: A presente Comissão fica sob a Presidência do Senhor Jair Barbosa.

Art. 2º – A Comissão terá o prazo de até 05 (cinco) dias prorrogado por igual período para a apresentação da relação dos bens e sua avaliação proferidas em documentos fundamentados ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: Os membros da comissão terão livres acesso aos bens a serem avaliados, bem como, poderão utilizar-se de outros meios indispensáveis a determinação correta da avaliação dos bens.

Art. 3º - Os serviços prestados pela comissão ora designada serão gratuitos e considerados como relevante serviço prestado a Comunidade Cerqueirense.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JEFERSON JONAS ÁVILA
Secretário Municipal

DECRETO Nº 5494/2016 NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 5494/2016.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLÁVIO BERTÉ, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, em exercício, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei nº 4.448/2015

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira, composta pelos membros abaixo descritos:

SEGMENTO	ENTIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Governamental	Secretaria de Saúde	João Carlos Stahl	Cleci F. T. Francisco
Governamental	Prestadores de Serviços	Rodrigo dos Passos	Ana Paula Rosa
Governamental	Secretaria de Assistência Social	Cátia Rasche	Hilaini de Camargo
Trabalhadores da Saúde	Saúde Bucal	Janice Maran Coletti	Gislaine Bomm
Trabalhadores da Saúde	ESF	Édina Serafini	Alexandre R. de Moraes
Trabalhadores da Saúde	Hospital Municipal	Adriane de Amorim	Jussamara C. Gonçalves
Usuários do SUS	Cresol	Laci Maria Righi	Gilvane Pazini
Usuários do SUS	Igrejas	Zélia Musa	Idete Razera
Usuários do SUS	MMA	Angela de Deus	Madalena Wust
Usuários do SUS	Sintraf	Ivolnei Tenroller	Jonas Ansolin
Usuários do SUS	Associações de Moradores	Gilamar Pazini	Tatiane Vargas
Usuários do SUS	CoperUnião	Roseli Rodrigues	Ivone Wahlbrink

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 04 DE JANEIRO DE 2016.

FLÁVIO BERTÉ

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 04/01/2016.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

LEI N. 4464/2015 CESSÃO CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS HOSPITAL MUNICIPAL

LEI Nº 4.464/2015.

AUTORIZA A CESSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica expressamente permitido ao HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO, a promover a transferência parcial de seu crédito tributário estabelecido em decisão transitada em julgada em 11 de dezembro de 2015, proveniente de recolhimentos de INSS da parte patronal junto a Receita Federal do Brasil/Instituto Nacional do Seguro Social, na ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, ente mantenedor da respectiva Autarquia Municipal.

Art. 2º A cessão do respectivo crédito tributário obedecerá aos princípios legais prescritos na Constituição Federal, Código Tributário Nacional Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Civil Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e demais legislações vigentes.

Art. 3º A presente cessão será compulsoriamente utilizada na compensação de créditos tributários vincendos da mesma origem tributária deste município.

Art. 4º A cessão do crédito objeto da presente Lei não será onerosa ao Erário Público Municipal.

Art. 5º Ficam automaticamente ajustadas às matérias em execução constantes do PPA, LDO e LOA, respectivamente.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE DEZEMBRO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 29/12/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 062, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO N.º 062, de 11 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre a Nomeação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 5º da Lei municipal Nº 370, de 22 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam Nomeados os Membros do Conselho Municipal de Turismo de Ermo - COMTUR, conforme segue:

I - Membros do Poder Executivo Municipal:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

Titular Suplente

- Ivan de Lavechia de Vargas - Jennifer Grace Block

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Titular Suplente

- José Valsir da Silva - Wagner dos Santos

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Transportes e Serviços Urbanos.

Titular Suplente

- Adilson Daminelli - João Manoel Pereira

II - Da Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante dos Meios de Hospedagem;

Titular Suplente

- Ronei Simão - Leomar Pereira Simão

b) 01 (um) representante do Setor de Gastronomia;

Titular Suplente

- Suzana Nazário Borges - Angélica Borges Ungaratti Felizardo

c) 01 (um) representante do Moto Clube Trilheiros de Ermo;

Titular Suplente

- Elvis Miguel Nola - Flávio Marcon Júnior

d) 01 (um) representante da Classe de Artesãos;

Titular Suplente

- Rosa Maria Farias Oliveira - Artur Bittencourt

e) 01(um) representante da Associação dos Agricultores do Município de Ermo- AAME;

Titular Suplente

- Laerti Machado dos Santos - Murialdo Murilo Inácio

f) 01 (um) representante do comércio;

Titular Suplente

- Terezinha Bonfante Piazza - Joacir José Neto

g) 01 (um) representante da Igreja Católica;

Titular Suplente

- Moacir Cidade da Silva - Felipe Costa da Silva

h) 01 (um) representante da Epagri;

Titular Suplente

- Alexandro Roesler - sem representante

i) 01 (um) representante do Clube de Dirigentes Logistas - CDL;

Titular Suplente

- Eires Simão - Gissele Rosso

j) 01 (um) representante do Conselho Comunitário de Segurança-CONSEG.

Titular Suplente

- Ronildo dos Santos Soares - Dalva de Oliveira

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 3º As funções dos membros do Conselho Municipal de Turismo, serão consideradas de relevante interesse público e exercidas sem ônus para o município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de dezembro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ROQUE FABIANO BRISTOT

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 061, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO N.º 061, de 10 de dezembro de 2015.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de Ermo e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, especialmente nos termos da Lei 370, de 22 de outubro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de Ermo criado pela Lei nº 370, de 22 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de dezembro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ROQUE FABIANO BRISTOT

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2016

EXTRATO DE CONTRATO nº 11/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Supermercado Gregorini Ltda ME

OBJETO: Fornecimento de Gêneros Alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar dos alunos do ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos(EJA).

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016

VALOR ESTIMADO: R\$ 6.098,00 (seis mil e noventa e oito reais)

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2016

EXTRATO DE CONTRATO nº 12/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Copol – Distribuidora de alimentos Ltda EPP

OBJETO: Fornecimento de Gêneros Alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar dos alunos do ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos(EJA).

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 29.437,50 (vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2016

EXTRATO DE CONTRATO nº 13/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Camilo e Custodio Ltda

OBJETO: Fornecimento de Gêneros Alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar dos alunos do ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos(EJA).

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 11.155,00 (onze mil, cento e cinquenta e cinco reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2016

EXTRATO DE CONTRATO nº 14/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Marcelo Ronzoni - ME

OBJETO: Fornecimento de Gêneros Alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar dos alunos do ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos(EJA).

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 36.224,00 (trinta e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais)

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 01/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda

OBJETO: Aquisição de lubrificantes e filtros p/ manutenção e funcionamento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, de forma parcelada, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.386,40 (cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 01/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Centro de Integração Empresa-escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC

OBJETO Este Contrato visa o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes em quantia estimada de 12 (doze) Bolsas Auxílio mês, que obrigatório ou não, deverá ser de interesse curricular, desenvolvido ao longo do curso e permitindo ao estudante receber um treino prático no papel de futuro profissional, na linha de sua formação, em situações reais de vida e trabalho, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mediante a concessão de Bolsas de Estágio a estudantes matriculados no Ensino Médio, Supletivo e Ensino Superior, de conformidade com a Lei Municipal nº 234 de 25 de março de 2009.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 02/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Antenor Manenti

OBJETO: Contratação de um profissional especializado na área de engenharia para execução de projetos, fiscalização e emissão de laudo de medição, dentre outros serviços relacionados com a área de engenharia de Município de Ermo.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais)

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 03/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Laboratório Rech Ltda

OBJETO: Serviços de análises clínicas (exames de laboratório) para atender os programas de saúde deste Município durante o exercício de 2015.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 65.460,50 (sessenta e cinco reais e quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 04/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Maria do Carmo Santos Gregorini -Me

OBJETO: Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza p/ serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 35.021,94 (trinta e cinco mil, vinte e um reais e noventa e quatro centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 04/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda

OBJETO: Aquisição de lubrificantes p/ manutenção e funcionamento dos veículos e máquinas pertencentes a Prefeitura Municipal, de forma parcelada, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 45.174,10 (quarenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e dez centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 05/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos, de forma parcelada, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 77.740,00 (setenta e sete mil, setecentos e quarenta reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 06/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Hospclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares - EIRELI

OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo para manutenção do atendimento médico e odontológico do Posto de Saúde do Município de Ermo, durante exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: de R\$ 177.530,95 (cento e setenta e sete mil, quinhentos e trinta reais e noventa e cinco reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 06/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Auto Posto Daminelli Ltda

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 521.265,00 (quinhentos e vinte e um mil, duzentos e sessenta e cinco reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 08/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: De Nez Recco Drogaria Ltda ME

OBJETO: Fornecimento de medicamentos especiais não previstos na listagem da farmácia básica, para distribuição gratuita à população, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 78.289,00 (setenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 10/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Carlos Roberto Berleze Flores

OBJETO: contratação de serviços na área de medicina veterinária para atuar junto a Secretária Municipal de Agricultura na inspeção municipal, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016

VALOR TOTAL: R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

Data da assinatura: 04/01/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 10/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados e exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Ermo e assessoria e manutenção de programas na área de saúde.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 310.032,00 (TREZENTOS E DEZ MIL E TRINTA E DOIS REAIS)

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 16/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: CASA DO ÔNIBUS PEÇAS E VEÍCULOS EIRELI - ME
OBJETO: Contratação de Pessoa jurídica para prestação de serviço mecânico visando à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de ônibus escolares, para o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 75.159,00 (setenta e cinco mil, cento e cinquenta e nove reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 17/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: CASA DO ÔNIBUS PEÇAS E VEÍCULOS EIRELI - ME
OBJETO: Aquisição de peças automotivas novas visando a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de ônibus escolares, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 77.317,39 (setenta e sete mil, trezentos e dezessete reais e trinta e nove centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 18/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Older de Lavechia de Vargas

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Ermo/SC.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 27.330,00 (vinte e sete mil, trezentos e trinta reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 19/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: IDERALDO BELINE DE VARGAS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Ermo/SC.

PRAZO: 04/01/2016 a 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 22.550,00 (vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 20/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: ARTUR GOMES DE BITENCOURT

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Ermo/SC.

PRAZO: 04/01/2016 a 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$6.390,00 (seis mil e trezentos e noventa reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 21/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: DENISMAR CORRÊA TOPANOTE

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Ermo/SC.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$10.890,50 (dez mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 22/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Bárbara Topanote

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2016 no Município de Ermo/SC.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 02/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: NewSystem – Comercio de Relógio Ponto Ltda ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de manutenção do relógio ponto do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.008,00 (um mil e oito reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 03/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Juliete Paulino Mezzari

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria jurídica nas demandas em que o município de Ermo necessitar, especialmente para o atendimento na área da assistência social, através de consultas, ações judiciais e/ ou acompanhamento processual, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 a 31/12/2016

VALOR TOTAL: R\$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

Data da assinatura: 04/01/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 05/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: NewSystem – Comercio de Relógio Ponto Ltda ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de manutenção dos relógios ponto da Prefeitura Municipal de Ermo, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 07/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Livraria e Papelaria JME Ltda - ME

OBJETO: Aquisição de materiais didáticos p/ os alunos do ensino infantil e fundamental da rede municipal de ensino, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 64.273,30 (sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e três reais e trinta centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 07/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Farmácia Tramontin Ltda ME

OBJETO: Fornecimento de medicamentos especiais não previstos na listagem da farmácia básica, para distribuição gratuita à população, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 78.293,80 (setenta e oito mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

EXTRATO DO CONTRATO nº 08/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: J.M. Apoio Administrativo Ltda

OBJETO: Serviços de apoio administrativo, contábil, manutenção do sistema de controle interno, inclusão das informações do E-S-FING do TCE-SC, do SCO do TCE-SC, do SISTN e atualização da home-page do TCU da Prefeitura Municipal e seus fundos.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO N° 09/2016

EXTRATO DO CONTRATO n° 09/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Caldieraro e Silva Saúde e Segurança Ltda

OBJETO: Serviços na área da medicina, especialização do "trabalho", com atividades de realização de exames admissionais, demissionais e todos os demais previstos na legislação trabalhista e previdenciária, durante o exercício de 2016.

PRAZO: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO N° 09/2016

EXTRATO DO CONTRATO n° 09/2016

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

OBJETO: fornecimento de medicamentos, destinados ao atendimento das necessidades da rede básica municipal de saúde do município de Ermo, durante os meses de janeiro a junho de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 até 30/06/2016.

VALOR ESTIMADO: 201.488,04 (duzentos e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quatro centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

EXTRATO DO CONTRATO N° 15/2016

EXTRATO DO CONTRATO n° 15/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Livraria e Papelaria Dentinho Ltda - EPP

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para serem utilizados pela Secr. de Administração e Finanças, durante o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 à 31/12/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 36.920,30 (trinta e seis mil, novecentos e vinte reais e trinta centavos).

Data da assinatura: 04/01/2016.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 96/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 37/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para locação de brinquedos para as atividades do município de Forquilha/SC para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 26/01/2016
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 99/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 99/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 38/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS de diversas placas, tubos galvanizados e afins para sinalização horizontal e vertical viária nas ruas e logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 30/06/2016
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 100/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 39/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de televisores, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/07/2016
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 51/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 144/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 144/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 51/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material de expediente e didático para atendimento da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 21/09/2016
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 149/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 149/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 52/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de abrigos para passageiros de ônibus, modelo tipo concha, conforme padrão estabelecido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsitos - DENIT, para colocação em pontos do município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 25/09/2016
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 54/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 152/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que

se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 152/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 54/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/10/2016

2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 153/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 55/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/10/2016

2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 68/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 185/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa MARCELO RONZONI ME, CNPJ/MF nº. 23.595.412/0001-17, estabelecida na Avenida Metropolitana, 1676, Cidade de Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Marcelo Ronzoni, brasileiro, CI nº. 2157699, CPF nº. 701.259.029-72, doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 185/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação (açúcar), para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 185/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 28 de DEZEMBRO de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

MARCELO RONZONI ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Marcelo Ronzoni

CPF: 701.259.029-72

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 29/FMS/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 29/FMS/2015

QUARTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 29/FMS/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, COM ÁREA TOTAL DE 444,73M², NA RUA 350, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONTRATO 1022315-01/2014 FIRMADO ENTRE MINISTÉRIO DA SAÚDE E A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E REPASSE DE RECURSOS POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Às nove horas do dia quatro do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 29/FMS/2015. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que a empresa declarada vencedora, CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP apresentou a planilha orçamentária atualizada no valor de R\$ 634.893,83 (seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos), sendo conferida e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 04 de janeiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI KEND BERNARDO TROMBIM RENATA PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

ERRATA - RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 202/PMF/2015

ERRATA - RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 202/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a publicação feita neste veículo de comunicação no dia 31/12/2015 edição nº 1901 do Pregão Presencial Nº. 202/PMF/2015 que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para manutenção (peças e mão de obra) para caminhão MB-1516 do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC.

A retificação da publicação se dá no objeto, como se segue:

ONDE SE LÊ: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para manutenção (peças e mão de obra) para caminhão MB-1516 do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC.

LEIA-SE: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para manutenção (peças e mão de obra) para caminhão MB-1516 do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC.

Considerando que as alterações supracitadas não influenciam na formulação da proposta de preços, mantém-se a data de abertura para: 18 de janeiro de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 181/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO – CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA - CIGA

OBJETO – prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária, e comunicação, por meio do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

VALOR – R\$ 17.580,00 (dezesete mil quinhentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA – 01/01/2016 à 31/12/2016
DOTAÇÃO – 3.3.93.39

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 170/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 30 de novembro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 194/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 194/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP

OBJETO – O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC.

VALOR – R\$ 133.022,80 (cento e trinta e três mil vinte e dois reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA – 04/01/2016 à 31/07/2016
DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (72); 0501.2014.3390 (73)
FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 182/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 22 de dezembro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 203/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 203/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO – COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA

DO OBJETO – O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR – R\$ 100.183,50 (cem mil cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – de 04/01/2016 até 31/12/2016.
DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (73).
FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 187/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 29 de dezembro de 2015
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 20/FMS/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 20/2015
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 13/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para construção da Academia de Saúde, com área de 55 m², localizada na Rua Bonifácio Back, Bairro Santa Isabel, Forquilha/SC (anexo ao Complexo Esportivo), conforme Proposta nº. 10540697000113006 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato nº. 13/FMS/2015 de 27/11/2015 para 25/02/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 25/05/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 26 de novembro de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT15PMF146**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15PMF146

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: RSUL LTDA

Valor : 247.997,10 (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e noventa e sete reais e dez centavos)

Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 31/05/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 139/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM DOS KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL INFANTIL, CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL FUNDAMENTAL E KIT PARA OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, DURANTE O ANO LETIVO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001_2016-PMF

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0001/2016 - PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0002/2016 – PMF MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O Prefeito de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0001/2016, referente a contratação da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC, inscrita no CNPJ sob nº 14.284.430/0001-97, para realização dos serviços de publicações no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina dos Atos do Município de Fraiburgo, no valor total estimado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com vigência de 04.01.2016 a 31.12.2016, com base no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 04 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 005/2016

DECRETO Nº 005, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA LEILOEIRA PARA REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS, INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 53 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Elma Neli dos Santos Furtado como Leiloeira para atuar em Leilões de Bens Móveis, inservíveis para a Administração, durante o exercício de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 05 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito de Fraiburgo

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO 0001 AG. DE SAÚDE

,EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE das seguintes localidades: Gruta/ Nossa Sra de Lourdes/ Fazenda Conte, Localidade Dez de Novembro, Assentamento Rio Mansinho, Localidade Lau Melo, Bairro Roland Mayer/Vila Nova, Assentamento Butiá Verde-Sector I e Vila Reflor, Bairro Santa Monica, Localidade Rio Mansinho-Fischer, Bairro São Cristóvão, Localidade Campina do Cerro/ Santa Helena/ Contestado e Localidade Taquaruçu de Cima. O preenchimento de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 05 a 29 de janeiro de 2016, sendo das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0001/2016

PORTARIA Nº 0001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de MARILDE MARCIA DOS SANTOS TONIAL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 484.217.319-04, contratada em caráter temporário na função de INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0002/2016

PORTARIA Nº 0002, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 5418, de 03 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares para o servidor ADRIANO ROQUE LUCAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 059.969.339-85, nomeado no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de janeiro de 2016 até 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 05.01.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
22.12.2015	FNS	FARMÁCIA BÁSICA	13.675,88
22.12.2015	FNS	FARMÁCIA BÁSICA	13.675,88
22.12.2015	FNS	MAC	3.840,00

Secretaria de Finanças

TA.AT15PMF90

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF90 - Contrato Nº: AT15PMF61

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LT

Valor : 551,25 (quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 30/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, "B" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO DO FORNECEDOR, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AO AUMENTO), RESOLVEM PROCEDER A REVISÃO DO LOTE 1, ITEM 1 (CIMENTO CPMI Z32- SACO COM 50 KG). DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT15PMF91

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15PMF91 - Contrato Nº: AT15PMF62

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO

LTDA - ME

Valor : 2.214,65 (dois mil duzentos e quatorze reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 30/04/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DOS ITENS 2,12,13,18,21 DOS LOTES 2,3,4,5. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT15PMF92**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF92 - Contrato Nº: AT15PMF100
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME
Valor : 2.780,25 (dois mil setecentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 31/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25%, NAS QUANTIDADES DOS ITEM 4 DO LOTE 02. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT15PMF93**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF93 - Contrato Nº: AT15PMF94
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: GREENFORCE LTDA EPP
Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 29/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 29 DE ABRIL DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT15PMF94**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF94 - Contrato Nº: AT15PMF65
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DELCIR BOESING ME
Valor : 10.470,00 (dez mil quatrocentos e setenta reais)
Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 30/04/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DOS ITENS 2. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 30 DE ABRIL DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT15PMF95**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF95 - Contrato Nº: AT15PMF99
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MADEVIA EIRELI EPP
Valor : 4.536,00 (quatro mil quinhentos e trinta e seis reais).
Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 29/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DOS ITENS 1 E 2. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 29 DE JULHO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT15PMF96**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT15PMF96 - Contrato Nº: AT15PMF57
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PRESTADORA DE SERVIÇOS VL LTDA
Vigência : Início: 23/12/2015 Término: 28/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2015
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF160**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF160 - Contrato Nº: CT15PMF82
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Valor : 3.136,72 (três mil cento e trinta e seis reais e setenta e dois centavos).
Vigência : Início: 17/12/2015 Término: 23/12/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2015.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA DECRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 3.136,72 (TRÊS MIL, CENTO E TRINTA E SEIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), REPROGRAMADA NA PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL SOLICITADO PELO FISCAL DA OBRA, O QUAL FARÁ PARTE DESTES INSTRUMENTOS.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF161**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF161 - Contrato Nº: CT14PMF141
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Vigência : Início: 17/12/2015 Término: 29/04/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, INC II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ O DIA 29 DE ABRIL DE 2016, A FIM DE QUE SEJAM FEITAS TODAS AS PRESTAÇÕES DE CONTAS NECESSÁRIAS AO RECEBIMENTO AS MESMA, CONFORME PARECER TÉCNICO DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA ANEXO AO PROCESSO.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF162**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF162 - Contrato Nº: CT14PMF140
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA ME
Vigência : Início: 17/12/2015 Término: 29/04/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014.

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, INC II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ O DIA 29 DE ABRIL DE 2016, A FIM DE QUE SEJAM FEITAS TODAS AS PRESTAÇÕES DE CONTAS NECESSÁRIAS AO RECEBIMENTO AS MESMA, CONFORME PARECER TÉCNICO DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA ANEXO AO PROCESSO.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF163**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF163 - Contrato Nº: CT15PMF98
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 15/01/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2015.

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA MICHELLE RIBEIRO, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVO TA-15PMF152 PARA ATÉ A DATA DE 15.01.2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF164**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF164 - Contrato Nº: CT15PMF88
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP
Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 15/01/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2015.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA MICHELLE RIBEIRO, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF165**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF165 - Contrato Nº: CT15PMF11
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 29/04/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2014.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO, SR. FLAVIO ANDRE DE OLIVEIRA, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 29.04.2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF166**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF166 - Contrato Nº: CT15PMF93
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA
Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 31/01/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2015.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA MICHELLE RIBEIRO, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 31.01.2016.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA15PMF167**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF167 - Contrato Nº: CT15PMF102
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI.
Vigência : Início: 21/12/2015 Término: 30/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2015

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 30.06.2016, EM VIRTUDE DA EDIFICAÇÃO DA NOVA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS NÃO TER SIDO CONCLUÍDA DENTRO DO PRAZO CONTRATADO, CONFORME SOLICITAÇÃO ANEXA AO PAL.

Fraiburgo, 4 de Janeiro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

DECRETO Nº 003/2016**DECRETO Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.****HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE
SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –
ACT Nº. 0028, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0028 de 30 de novembro de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0028 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Contador** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Contador**

Crítérios de Desempate

Disciplina: Contador								
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
1	5	LUCAS DALAGNOL	15	Especi. Cont. Pub.	Cursos Cont. Pub.	Tempo Serviço Cont. Pub.	Portador Defic.	Data Nascimento
2	1	DANIEL CARNIEL	11	0	14	0	NÃO	28/05/1989
3	2	SILVIA DANIELE DE MIRANDA	10	0	8	0	NÃO	11/07/1987
4	3	IRACEMA CRESTANI DE OLIVEIRA	6	0	0	0	NÃO	07/03/1984
5	6	JOSÉ CARLOS BALESTRIN	5	0	0	0	NÃO	06/02/1975
6	4	SANDRA CRISTINA DE ALMEIDA	0	0	0	0	NÃO	09/10/1963
				0	0	0	NÃO	10/03/1982

DECRETO Nº 004/2016**DECRETO Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0025, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0025, de 27 de outubro de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0025 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Motorista** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Motorista**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	31	EVERALDO ALVES FERREIRA	105	68,8	30	5	1	NÃO	10/05/1978
2	7	THALES SERAFIM DIAS	104	68,6	32	3	1	NÃO	28/08/1989
3	40	JEAN PAULO DE OLIVEIRA	104	66,5	32	3	0	NÃO	30/09/1978
4	28	JAILSON FRANCISCO WROBLEWSKI	102	68,6	30	3	2	NÃO	10/01/1984
5	2	SONIA APARECIDA SCHADE	102	66,5	30	0	2	NÃO	25/12/1980
6	15	ROGÉRIO CARLOS ALVES DOS SANTOS	95	70	20	5	1	NÃO	01/09/1969
7	20	FRANCISCO ALVES DOS SANTOS	94	68,8	20	5	1	NÃO	24/10/1962
8	4	ADELMO TOBIAS DA SILVA	92	68,6	20	3	1	NÃO	15/09/1985
9	11	EDGAR DE ROSSI	88	60	22	5	1	NÃO	04/04/1965
10	42	PAULO CREMILSON MEIRELES	88	68	20	0	2	NÃO	13/02/1977
11	5	JOSÉ INÁCIO DE SOUZA DA SILVA	86	64	20	2	1	NÃO	28/09/1980
12	25	LAERCIO ROSA	84	60,5	20	4	0	NÃO	14/08/1969
13	37	JOSÉ OSCOLIN DE OLIVEIRA	84	68,6	10	5	1	NÃO	05/03/1959
14	36	IVAN PIRES DA SILVA	82	67	10	5	0	NÃO	21/06/1957
15	13	REGINALDO BATISTA	81	55	26	0	3	NÃO	15/08/1984
16	9	SANDRO DA SILVA MUNIZ	80	47,5	32	0	1	NÃO	30/03/1987
17	22	CLAUDIO DE SOUZA	80	65	12	3	1	NÃO	13/03/1977
18	6	JOHNATAN BERNARDINO DA SILVA COLDEBELLA	72	49,5	20	2	2	NÃO	25/11/1991
19	17	ROBERTO DIAS	70	47	22	1	0	NÃO	29/12/1979
20	14	ANTONIO FURLANETTO	70	48	20	1	0	NÃO	24/08/1957

segunda-feira, 4 de janeiro de 2016

Página 1 de 1

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 01/2016**

PORTARIA Nº 01/2016

NOMEIA ADILSON JOSÉ DIAS, GESTOR PÚBLICO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, PARA JUNTAMENTE COM PRESIDENTE ORDENAR DESPESAS, ASSINAR CHEQUES E ORDENS DE PAGAMENTO.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 34, inciso XXIII, do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor ADILSON JOSÉ DIAS, Gestor Público Legislativo, da Câmara Municipal, para, juntamente com o mesmo, em relação a esta Casa Legislativa, ordenar despesas e assinar cheques nominativos ou ordens de pagamento, na forma da lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 04 de janeiro de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Frei Rogério

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

OSNY BATISTA ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que serão abertas as inscrições para PROCESSO SELETIVO para preenchimento de cargos de contratação temporária constantes nos Quadros de Pessoal da Prefeitura Municipal de Frei Rogério - SC. As inscrições poderão ser feitas através do site www.infinityprovas.com.br no período de 05/01/2016 até as 23 horas e 59 minutos do dia 20/01/2016. Serão oferecidas vagas de provimento efetivo para os cargos de: Professor de Educação Física, Professor Pedagogo(a), Motorista e Servente/Merendeira. As provas objetivas estão previstas para serem aplicadas no dia 31/01/2016, todas as informações e o edital completo podem ser consultados no site www.infinityprovas.com.br e www.freirogerio.sc.gov.br e no Mural Oficial de Publicações do Município, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail contato@infinityprovas.com.br.

Frei Rogério, 05 de janeiro de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal de Frei Rogério

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 128/2014

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 128/2014

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUE ENTRE SI CELEBRAM: O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.616.039.0001-09, com sede administrativa à Rua Adolfo Soletti, nº 750, na cidade de Frei Rogério - SC, Centro, CEP. 89.530-000, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor OSNY BATISTA ALBERTON, residente e domiciliado neste Município, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, (CPF), sob o nº 569.572.629-87, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua 31 de março, nº 1076, na cidade Lacerdópolis-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.123.883.0001-03, neste ato representada pelo Senhor ELSON LEONI CHAVES, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, (CPF), sob o nº 705.394.649-53, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e celebram o presente termo de aditamento ao contrato acima referenciado; referente a execução da obra abaixo indicada, que se regerá pelo disposto neste Contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 023/2014 - PMFR, Tomada de Preços nº 0001, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA

EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA COM VISTAS À CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE UM PAVIMENTO, PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO RURAL E URBANO DE 06 SALAS DE AULA PADRÃO FNDE, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, COM ÁREA SUPERFICIAL DE 853,20 M² (OITOCENTOS E CINQUENTA E TRÊS VÍRGULA VINTE METROS QUADRADO), OBEDECENDO RIGOROSAMENTE O QUE DETERMINA O MEMORIAL DESCRITIVO, OS PROJETOS ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL E HIDRÁULICO, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ANEXO, COM O FORNECIMENTO DO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO.

Em decorrência de problemas climáticos, ocasionados pela alta precipitação pluviométrica e atrasos nos pagamentos dos boletins de medição originalizados pelo atraso na liberação dos recursos oriundos do Termo de Compromisso/ Plano de Ações Articuladas nº 32342/2014 de 01 de julho de 2014, celebrado entre o Governo Federal/Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Frei Rogério, fica alterado o prazo de vigência bem como o prazo para execução das obras do referido contrato para o dia 12 de julho de 2016

CLÁUSULA TERCEIRA - DO EMBASAMENTO LEGAL:

3.1 - O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA DEMAIS CLAUSULAS:

4.1 - As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justos e acertados, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente termo de aditamento, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele

Frei Rogério (SC), 04 de janeiro de 2016

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Osny Batista Alberton/Prefeito Municipal

Contratante

CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

Elson Leoni Chaves/Sócio Administrador

Contratada

VALMOR ANGELO TAGLIARI

OAB 21 301

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª - Genésio Rinaldi

CPF: 384 587 809 68

2ª - Paulo Sérgio Chaves

CPF: 594 137 439 91

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 40/2015; Processo nº. 62/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME. CNPJ: 11.002.519/0001-25. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 40/2015 por mais 12(doze) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 30/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 43/2015; Processo nº. 94/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: DALMIR RIBEIRO & CIA LTDA ME. CNPJ: 07.721.006/0001-05. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 43/2015 por mais 12(doze) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 30/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 44/2015; Processo nº. 95/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 13.565.760/0001-98. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 44/2015 por mais 12(doze) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 30/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 45/2015; Processo nº. 97/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: TRILHA ENGENHARIA LTDA EPP. CNPJ: 10.643.254/0001-81. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 45/2015 por mais 12(doze) meses,

conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 30/12/2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo; Contrato nº 32/2014; Processo nº. 65/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: CASTELO ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 07.185.611/0001-09. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 32/2014 por mais 6 (seis) meses, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 30/12/2015.

LISTA DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 016/2015

LISTA DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 016/2015

DEFERIDOS

CARGO: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

INSCRITO	POSIÇÃO
Edson Melo de Aguiar	1º
Claudio Gonçalves Sebastião	2º
Samir de Araujo	3º
Julio Cesar Lisboa Rosa	4º
Caio E. S. Passos	5º
Leandro dos Santos Ribeiro	6º
Manoel José de Souza	7º

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

Publicada a presente listagem no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 003/2016.

PORTARIA N.º 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 016/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: NERI JOELSO DA SILVA, mat. 0003, VIRISSIMO

BERNARDINO RODRIGUES NETO, mat. 0015 e TIAGO MEDEIROS, mat. 3555 para, sob a presidência do primeiro, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 016/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 004/2016.

PORTARIA N.º 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, a designação para exercer interinamente o cargo de SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, da Prefeitura Municipal de Garopaba, da Senhora TATIANA RIBEIRO DE ROYA, CPF n.º 085.663.829-35, em 04 de Janeiro de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 005/2016.

PORTARIA N.º 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, a designação para exercer interinamente o cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, da Senhora MARIANE FERNANDES DE ÁVILA, CPF nº 043.700.959-99, em 04 de Janeiro de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 006/2016.

PORTARIA N.º 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, a designação para exercer interinamente o cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Garopaba, da Senhora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, CPF nº 711.647.909-00, em 04 de Janeiro de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 007/2016.

PORTARIA N.º 007, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, RUTH MIQUELETO HONORATO BAPTISTA, CPF n.º 008.814.719-33, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 05/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 008/2016.

PORTARIA N.º 008, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, NAZARENO ADELINO DE SOUZA, CPF n.º 416.470.179-04, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 05/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 009/2016.

PORTARIA N.º 009, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, HONORATO TIMÓTEO PACHECO, CPF n.º 586.984.939-04, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 05/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 010/2016.

PORTARIA N.º 010, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005,

BIANCA DOS PASSOS, CPF n.º 067.523.539-13, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE PATRIMÔNIO, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 011/2016.

PORTARIA N.º 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, EDEVALDO GONÇALVES DA SILVA JUNIOR, CPF n.º 068.892.519-70, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE HABITAÇÃO, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 012/2016.

PORTARIA N.º 012, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA, CPF n.º 040.754.239-64, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, do Gabinete do Prefeito, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 013/2016.

PORTARIA N.º 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, PERSIO DA SILVA, CPF n.º 037.773.939-16, para exercer o cargo comissionado de ASSISTENTE DE EVENTOS, da Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 014/2016.

PORTARIA N.º 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, SIDINEY DE SOUZA, CPF n.º 647.069.409-82, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE APOIO PARLAMENTAR, do Gabinete do Prefeito, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 015/2016.

PORTARIA N.º 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, JOSÉ NILTON SANSEVERINO, CPF n.º 289.140.829-20, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, da Secretaria de Infra-Estrutura - COSIP, a partir de 05 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de janeiro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 01 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 01 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal nº 1000/2005, a servidora Leide da Silva Bernardino, Matrícula Funcional nº 102, referente a 2014/2015, no período de 04/01/2016 à 02/02/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 04 de janeiro de 2016.

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesesseis.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/ ____/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyne

Diretora Redação Legislação e Processo Legislativo

Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 001/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2015, CELEBRADO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GARUVA E A EMPRESA RHONDA MONITORAMENTO LTDA ME

A CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa pública de direito interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 81.144.610/0001-60, com sede à Rua Castro Alves - Nº: 44 - Bairro: Centro - CEP: 89.248-000 Cidade de Garuva - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Sr. Reginaldo Mews Rosa, portador do CPF 006.063.009-45, RG 4354010 SSP SC, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: RHONDA MONITORAMENTO LTDA - ME, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF: 07.718.751/0001-97, com sede na Rua Carlos Borgenhausen, 610, Centro, Garuva/SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo sócio sr. Natanael José Verediana, portador do CPF 068.595.169-33, com fulcro no inciso II, do art. 57, da Lei de Licitações, celebram este TERMO ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso II, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula Sétima do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 05 (cinco) de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

De acordo com a Cláusula Sexta do contrato original, os valores serão reajustados pela variação do INPC (IBGE).

O valor global referido na Cláusula Terceira passa a ser de R\$ 3.795,00 (três mil setecentos e noventa e cinco reais).

O valor mensal passa a ser de R\$ 316,25 (Trezentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos).

CLAÚSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente termo aditivo tem seu fundamento no artigo 57, inciso II, c/c artigo 65, inciso II da Lei de Licitações.

CLAÚSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma.

Garuva (SC), 04 de janeiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA
REGINALDO MEWS ROSA
Contratante

RHONDA MONITORAMENTO LTDA ME
Natanael José Verediana
Contratada

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)

Dados informados	
Data inicial	12/2014
Data final	11/2015
Valor nominal	R\$ 285,00 (REAL)

Dados informados

Dados calculados

Índice de correção no período 1,1096737

Valor percentual correspondente 10,9673700 %

Valor corrigido na data final R\$ 316,25 (REAL)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 002/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2015, CELEBRADO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GARUVA E A EMPRESA LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA A CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa pública de direito interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 81.144.610/0001-60, com sede à Rua Castro Alves - Nº: 44 - Bairro: Centro - CEP: 89.248-000 Cidade de Garuva - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Sr. Reginaldo Mews Rosa, portador do CPF 006.063.009-45, RG 4354010 SSP SC, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA , doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF: 00.685.840/0001-35, com sede na Rua XV de Novembro, 1.480, Centro, Blumenau/SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo sócio Sr. Jeser Mauri Alvarenga, portador do CPF 291.184.769-53, com fulcro no inciso IV, do art. 57, da Lei de Licitações, celebram este TERMO ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula Sexta do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 05 (cinco) de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

De acordo com a Cláusula Quarta – letra f, do contrato original, os valores serão reajustados pela variação do IGP-M da FGV.

O valor global referido na Cláusula Quarta passa a ser de R\$ 5.956,08 (cinco mil novecentos e cinquenta e seis e reais e oito centavos).

O valor mensal passa a ser de R\$ 496,34 (Quatrocentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos).

CLAÚSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente termo aditivo tem seu fundamento no artigo 57, inciso IV, c/c artigo 65, inciso II da Lei de Licitações.

CLAÚSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma.

Garuva (SC), 04 de janeiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA
REGINALDO MEWS ROSA
Contratante

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
Jeser Mauri Alvarenga
Contratada

Resultado da Correção pelo IGP-M (FVG)

Dados básicos da correção pelo IGP-M da FVG

Dados informados	
Data inicial	01/2015
Data final	12/2015
Valor nominal Mensal	R\$ 449,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,105443
Valor percentual correspondente	10,5443 %
Valor corrigido na data final	R\$ 496,34 (REAL)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 003/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2015, CELEBRADO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GARUVA E A EMPRESA LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA A CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa pública de direito interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 81.144.610/0001-60, com sede à Rua Castro Alves - Nº: 44 - Bairro: Centro - CEP: 89.248-000 Cidade de Garuva - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Sr. Reginaldo Mews Rosa, portador do CPF 006.063.009-45, RG 4354010 SSP SC, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF: 00.685.840/0001-35, com sede na Rua XV de Novembro, 1.480, Centro, Blumenau/SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo sócio Sr. Jeser Mauri Alvarenga, portador do CPF 291.184.769-53, com fulcro no inciso IV, do art. 57, da Lei de Licitações, celebram este TERMO ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula Oitava do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 05 (cinco) de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

De acordo com a Cláusula Quarta – letra f, do contrato original, os valores serão reajustados pela variação do IGP-M da FGV.

O valor global referido na Cláusula Quarta passa a ser de R\$ 5.571,36 (cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).

O valor mensal passa a ser de R\$ 424,28 (Quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente termo aditivo tem seu fundamento no artigo 57, inciso IV, c/c artigo 65, inciso II da Lei de Licitações.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma.

Garuva (SC), 04 de janeiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA

REGINALDO MEWS ROSA

Contratante

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Jeser Mauri Alvarenga

Contratada

Resultado da Correção pelo IGP-M (FVG)

Dados básicos da correção pelo IGP-M da FVG

Dados informados	
Data inicial	01/2015
Data final	12/2015
Valor nominal Mensal	R\$ 420,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,105443
Valor percentual correspondente	10,5443 %
Valor corrigido na data final	R\$ 464,28 (REAL)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 004/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2015, CELEBRADO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GARUVA E A EMPRESA LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA A CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA, pessoa pública de direito interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 81.144.610/0001-60, com sede à Rua Castro Alves - Nº: 44 - Bairro: Centro - CEP: 89.248-000 Cidade de Garuva - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Sr. Reginaldo Mews Rosa, portador do CPF 006.063.009-45, RG 4354010 SSP SC, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF: 00.685.840/0001-35, com sede na Rua XV de Novembro, 1.480, Centro, Blumenau/SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo sócio Sr. Jeser Mauri Alvarenga, portador do CPF 291.184.769-53, com fulcro no inciso IV, do art. 57, da Lei de Licitações, celebram este TERMO ADITIVO mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Com fulcro no inciso IV, do Art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na Cláusula Oitava do Contrato original, fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de 05 (cinco) de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

De acordo com a Cláusula Quarta – letra f, do contrato original, os valores serão reajustados pela variação do IGP-M da FGV.

O valor global referido na Cláusula Quarta passa a ser de R\$ 3.316,32 (três mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

O valor mensal passa a ser de R\$ 276,36 (Quatrocentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente termo aditivo tem seu fundamento no artigo 57, inciso IV, c/c artigo 65, inciso II da Lei de Licitações.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma.

Garuva (SC), 04 de janeiro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA

REGINALDO MEWS ROSA

Contratante

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Jeser Mauri Alvarenga

Contratada

Resultado da Correção pelo IGP-M (FVG)

Dados básicos da correção pelo IGP-M da FVG

Dados informados	
Data inicial	01/2015
Data final	12/2015
Valor nominal Mensal	R\$ 250,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,105443
Valor percentual correspondente	10,5443 %
Valor corrigido na data final	R\$ 276,36 (REAL)

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 001/2016. DETERMINA CALENDÁRIO FISCAL PARA O ANO DE 2016.

DECRETO 001/2016.

DETERMINA CALENDÁRIO FISCAL PARA O ANO DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governado Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 77, inciso IV, da lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art.1º Fica determinado o Calendário Fiscal para o ano de 2015, como segue:

I- O pagamento do imposto Predial e Territorial Urbano (I.P.T.U) vai ser fracionado em seis parcelas mensais sendo os vencimentos respectivamente nos dias 14/03/2016, 14/04/2016, 16/05/2016, 14/06/2016, 14/07/2016, 15/08/2016.

II- O contribuinte poderá optar pelo pagamento do I.P.T.U em parcela única, pelo qual vai ter desconto de 15% (quinze por cento), para pagamento até o dia 14/03/2016, ou o desconto de 10% (dez por cento), para o pagamento até dia 14/04/2015.

III- O pagamento de taxa de licença- licença para localização e funcionamento, Alvará Sanitário será em cota única, sendo o seu vencimento para o dia 10/02/2016.

IV- O pagamento do ISS-Fixo, prestados por pessoas físicas ou sociedades, será fracionado em três parcelas mensais, sendo o vencimento, respectivamente, nos dias 10/02/2016, 10/03/2016, 11/04/2016.

Art.2º A atualização monetária, disposta no Art.150 e Art.238, da Lei Nº 130/2001 (Código Tributário Municipal) vai ser fixada em 10,09% (dez vírgulas zero nove por cento) para o ano de 2016, sendo lançado em 2016.

Art.3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o decreto n.162/2014.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 04 de janeiro de 2016.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

SAMAE - Gov. Celso Ramos

CONTRATO Nº 22/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2015

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO – Betha Sistemas Ltda

DO OBJETO – Contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Estoque com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional, para o Samae de Governador Celso Ramos.

VALOR R\$ = 5.923,36 (Cinco mil novecentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos)

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 11/12/2015 a 11 de Dezembro de 2016, contatos a parti de sua assinatura.

DOTAÇÃO 33903911000000 (3) Administração do Samae

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de licitação nº 005/2015

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 01/2015 COMISSÃO CONCURSO E PROCESSO SELETIVO

DECRETO N. 01/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO(S) PÚBLICO(S) E PROCESSO(S) SELETIVO(S) A SEREM REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Municipais n. 989/2000, n. 990/2000 e n. 991/2000, de 04 de abril de 2000, e demais Legislações Vigentes,

DECRETA

Art. 1º. Fica constituída a Comissão do(s) Concurso(s) Público(s) e Processo(s) Seletivo(s) n. 001/2016, integrada pelos Servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, OSMAR LUIZ DA COREGIO, e EDINARA HERECK BUSSOLO para, sob a presidência de JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, acompanharem a realização de todos os atos do do(s) Concurso(s) Público(s) e Processo(s) Seletivo(s) durante o ano de 2016, destinados ao preenchimento de vagas das categorias funcionais constantes no Quadro de Pessoal do Poder Executivo de Grão-Pará, referente ao(s) Concurso(s) Público(s) e ao(s) Processo(s) Seletivo(s).

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo 1º acompanhará as inscrições dos candidatos, que será de responsabilidade de OSMAR LUIZ DA COREGIO, acompanhará também todas as ações a serem realizadas pela empresa executora do(s) Concurso(s) e Processo Seletivo(s) e tomará as devidas providências à fiel execução e julgamento do(s) Concurso(s) e Processo Seletivo(s).

Parágrafo Único. A Comissão resolverá, também, outras questões oriundas do Concurso e Processo(s) Seletivo(s) n. 001/2016, não constantes neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria de Administração e Fazenda em 04 de janeiro de 2016.

ROSILDA PERIN BÖGER
Chefe de Gabinete

DECRETO DF 103/2015 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 103, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0019 -	Aplicações Diretas	R\$	9.240,68
2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – FUNDAMENTAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.0018 -	Aplicações Diretas	R\$	5.764,44
2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.00.00.00.00.00.0019 -	Aplicações Diretas	R\$	3.194,28

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
--------	-----------	-------

0018	Fundeb 60%	R\$	5.764,44
0019	Fundeb 40%	R\$	12.434,96

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 28 de Dezembro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 28 de Dezembro de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos que integram o rol de produtos da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público.

Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, em razão de a continuidade do fornecimento de produtos que integram a merenda escolar ser condição necessária ao prosseguimento dos serviços públicos de ensino, o que revela relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Mercado Aste Ltda ME

Ordens de Pagamento: 0041, 0047, 0048, 0067, 0276, 0354, 1103, 1104, 1280, 1017, 1019, 1091, 1648, 1649, 1974, 1975, 1972, 1973, 2993, 2994, 2995, 3265, 3256, 3382, 3383, 3982, 4492, 5337, 4945, 4952, 4953, 4954, 4955, 4956, 4957, 4958, 5138, 5498, 5499, 5505, 5506, 5512, 5513, 5523, 5999, 5514, 5515, 5521, 5493, 5500, 5502, 5503, 5504, 5507, 5519, 5520, 5522, 5524, 6208, 6195, 6207, 6209, 6212, 6213, 6217, 6228, 6289, 6211, 6194, 6210, 6214, 6215, 6216, 6218, 6290, 6345, 6346, 6347, 6348, 6349, 6350 e 6409.

Valor: R\$ 24.620,80

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de dezembro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, principalmente, no que tange à britagem de seixo rolado no Município de Grão-Pará, para colocação de pedra britada nas Estradas deste Município.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público.

Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, não poderia deixar de consertar o britador, que é um equipamento de suma importância, para continuidade dos trabalhos de manutenção das estradas do Município, o que revela relevantes razões de interesse público.

Por essas razões, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito, despesas estas que foram realizadas em virtude de aquisição de peça para o conserto do britador:

Fornecedor: Bruch e Rauber Mecânica Pesada Ltda ME

Ordem de Pagamento: 2176

Valor: R\$ 1.465,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de dezembro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos perecíveis que integram o rol de produtos da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público.

Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, em razão de a continuidade do fornecimento de produtos que integram a merenda escolar ser condição necessária ao prosseguimento dos serviços públicos de ensino, o que revela relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Helton Blazius Guisi

Ordens de Pagamento: 5786, 5787, 5788, 5789, 5790, 5791, 5792, 5793, 5794, 5795, 5824, 5826, 5827, 5828, 5829 e 5830.

Valor: R\$ 1.787,96

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 28 de dezembro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 01 E 02.2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
Valor : 9.236,50 (nove mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE SERÁ UTILIZADO NOS VEÍCULOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, CONSELHO TUTELAR E, CRAS, SENDO ESTES UTILIZADOS PARA SERVIÇOS QUE SE FAZEM NECESSÁRIOS DURANTE O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 02/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: TECHINFO INFORMÁTICA LTDA ME
Valor : 4.700,29 (quatro mil e setecentos reais e vinte e nove centavos)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015
Entid.Gestora: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS(CONSELHO TUTELAR, CRAS E PETI).

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS 26.2015 E 01 02 E 03.2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016
PROCESSO Nº 1/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA (CELESC) DESTINADO AO CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL,PETI (PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - ESTIMATIVO PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUICAO S.A
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016
PROCESSO Nº 2/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR , CRAS, PETI, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC - ESTIMATIVO PARA

O ANO DE 2016.

CONTRATADO: OI S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.
=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016
PROCESSO Nº 3/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL ENCANADA (CASAN) DESTINADO AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS; PETI (PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL); CRAS (CENTRO DE REFERENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL), E SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC - ESTIMATIVO PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015
PROCESSO Nº 26/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE SERÁ UTILIZADO NOS VEÍCULOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, CONSELHO TUTELAR E, CRAS, SENDO ESTES UTILIZADOS PARA SERVIÇOS QUE SE FAZEM NECESSÁRIOS DURANTE O ANO DE 2016.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.236,50 (nove mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)

EXTRATOS CONTRATOS 01 A 07.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
Valor : 151.440,00 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 02/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 Contratada...: TECHINFO INFORMÁTICA LTDA ME
 Valor : 19.537,09 (dezenove mil quinhentos e trinta e sete reais e nove centavos)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015
 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS UNIDADES DE SAÚDE.

Contrato Nº.: 03/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 Contratada...: REUNIDAS TURISMO S.A.
 Valor : 27.086,90 (vinte e sete mil e oitenta e seis reais e noventa centavos)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINO FLORIANÓPOLIS
 SC, CHAPECÓ SC, CURITIBA PR E SÃO PAULO SP, DESTINADO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE GUARACIABA COM TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO (TFD) EM OUTROS MUNICÍPIOS E ESTADOS PARA O ANO DE 2016 E TAMBÉM PARA FUNCIONÁRIOS QUANDO DA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS FORA DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 04/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 Contratada...: ELENICE PILLON DE OLIVEIRA - ME
 Valor : 200.000,00 (duzentos mil reais)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS - ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Contrato Nº.: 05/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 Contratada...: ASSOCIACAO BENEFICIENTE HOSPITAL SAO LUCAS
 Valor : 200.000,00 (duzentos mil reais)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS - ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Contrato Nº.: 06/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO EXTREMO OESTE
 Valor : 25.296,24 (vinte e cinco mil duzentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2016.
 Contrato Nº.: 07/2016
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO EXTREMO OESTE
 Valor : 99.703,67 (noventa e nove mil setecentos e três reais e sessenta e sete centavos)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2016.

EXTRATOS CONTRATOS 01 A 12.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE GUARACIABA
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: GP SERVICOS DE TERRAPLENAGENS LTDA - ME
 Valor : 70.500,00 (setenta mil quinhentos reais)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS COM TRATOR DE ESTEIRA PARA PRESTAR SERVIÇOS COMO: ABERTURA DE ESTRADAS, TERRAPLANAGEM, DESTOCAMENTOS E OUTROS TRABALHOS NO MUNICIPIO. PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E OBRAS DE GUARACIABA NO ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 01/2016
 Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: POSTO BALBINOT LTDA
 Valor : 890.720,00 (oitocentos e noventa mil setecentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 02/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: AUTO POSTO BALBINOT LTDA
Valor : 165.680,00 (cento e sessenta e cinco mil seiscientos e oitenta reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 03/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA
Valor : 95.186,00 (noventa e cinco mil cento e oitenta e seis reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 04/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: TRANS MAESTRI LTDA - ME
Valor : 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS PARA PRESTAR SERVIÇOS COMO: ABERTURA DE ESTRADAS, TERRAPLANAGEM, DESTOCAMENTOS E OUTROS TRABALHOS NO MUNICÍPIO. PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E OBRAS DE GUARACIABA NO ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 06/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: ALDINHO GRANDI - ME
Valor : 6.100,00 (seis mil e cem reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (PORTA LADO ESQUERDO, SANEFA VIDRO, ESPELHO E PARALAMA) E SERVIÇOS (SOLDA, PINTURA E MÃO DE OBRA) PARA REPAROS NA CABINE DO CAMINHÃO VW 26.220, ANO 2002, CHASSI 9BWM82U82R224688, PLACAS MDH5832. O CAMINHÃO APRESENTA DANOS ELEVADOS IMPOSSIBILITANDO SUA UTILIZAÇÃO.

Contrato Nº.: 07/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: Ass. Central de Desenv. das Microb. Hidrog. de Gba
Valor : 382.550,00 (trezentos e oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 90/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE 3500 HORAS DE TRATOR DE PNEUS EQUIPADO COM ENSILADEIRA E CARRETÃO BASCULANTE, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA AUXILIAR A SECRETARIA DA AGRICULTURA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE SILAGEM, QUE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO A GRANDE DEMANDA

PARA ESTE TIPO DE SERVIÇO, PARA O ANO DE 2016.

Contrato Nº.: 08/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME
Valor : 19.100,00 (dezenove mil cem reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 91/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIDADE ELETRONICA, E AMORTECEDORES DA CABINE E SERVIÇOS (DESLOCAMENTO, SERV. E SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA CONCERTO DA MOTONIVELADORA VOLVO G930, N.I.VCE0G930C005001776, A UNIDADE EXISTENTE QUEIMOU IMPOSSIBILITANDO A OPERAÇÃO DA MAQUINA SENDO ESTA RESPONSÁVEL POR TODA A PARTE DE COMANDOS ELETRONICOS.

Contrato Nº.: 09/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: TECHINFO INFORMÁTICA LTDA ME
Valor : 27.762,67 (vinte e sete mil setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SEUS DEPARTAMENTOS (ESCOLAS, MUSEU, GINÁSIO DE ESPORTES, MULTIPLOUSO/BIBLIOTECA), E PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, EM RAZÃO QUE É NECESSÁRIA A AMPLIAÇÃO DA BANDA DE INTERNET, PARA SUPRIR A DEMANDA DOS SISTEMAS CONTRATADOS.

Contrato Nº.: 10/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: CONSAD
Valor : 7.362,84 (sete mil trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO PARA O ANO DE 2016 DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD) ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, DECRETO 6.019/07 E LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2008.

Contrato Nº.: 11/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: CONSAD
Valor : 43.056,00 (quarenta e três mil e cinquenta e seis reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO PARA O ANO DE 2016 DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD) ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, DECRETO 6.019/07 E LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2008.

Contrato Nº.: 12/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL
 Valor : 9.660,00 (nove mil seiscentos e sessenta reais)
 Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ORGÃOS PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PRAGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIO APROVADO PELO CIGA ENVOLVENDO O REGIM E O SIMPLES NACIONAL CONFORME LEI MUNICIPAL 2.818/2015.

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 04.01.2016 FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016
 PROCESSO Nº 5/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO EXTREMO OESTE
 VALOR DA DESPESA: R\$ 124.999,92 (cento e vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016
 PROCESSO Nº 1/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA (CELESC) DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E DEMAIS ESFS (SECRETARIA DE SAÚDE E UNIDADES BÁSICAS) PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUICAO S.A
 VALOR DA DESPESA: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016
 PROCESSO Nº 2/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONE FIXO DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E DEMAIS ESFS. ESTIMATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

CONTRATADO: OI S.A.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016
 PROCESSO Nº 3/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL (CASAN) DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E DEMAIS ESFS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2016
 PROCESSO Nº 4/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINO FLORIANÓPOLIS SC, CHAPECÓ SC, CURITIBA PR E SÃO PAULO SP, DESTINADO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA COM TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO (TFD) EM OUTROS MUNICÍPIOS E ESTADOS PARA O ANO DE 2016 E TAMBÉM PARA FUNCIONÁRIOS QUANDO DA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS FORA DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 27.086,90 (vinte e sete mil e oitenta e seis reais e noventa centavos)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015
 PROCESSO Nº 44/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA E ÓLEO DIESEL) PARA VEÍCULOS UTILIZADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS GUARACIABA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 151.440,00 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e quarenta reais)
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº10/2015
 PROCESSO Nº 45/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS - ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.
 Contratada...: ELENICE PILLON DE OLIVEIRA - ME
 Valor : 200.000,00 (duzentos mil reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº10/2015
 PROCESSO Nº 45/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS - ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.
 Contratada...: ASSOCIACAO BENEFICIENTE HOSPITAL SAO LUCAS

Valor : 200.000,00 (duzentos mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO DATA 04.01.2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

PROCESSO Nº 4/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA O ANO DE 2016 DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD) ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, DECRETO 6.019/07 E LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2008.

CONTRATADO: CONSAD

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.418,90 (cinquenta mil quatrocentos e dezoito reais e noventa centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

PROCESSO Nº 5/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ORGÃOS PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PRAGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIO APROVADO PELO CIGA ENVOLVENDO O REGIM E O SIMPLES NACIONAL CONFORME LEI MUNICIPAL 2.818/2015.

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.660,00 (nove mil seiscentos e sessenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016

PROCESSO Nº 1/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC para o ano de 2016, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93.

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 395.850,00 (trezentos e noventa e cinco mil oitocentos e cinquenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016

PROCESSO Nº 2/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC, para o exercício de 2016, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93.

CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN

VALOR DA DESPESA: R\$ 43.950,00 (quarenta e três mil novecentos e cinquenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016

PROCESSO Nº 3/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do Município de Guaraciaba - SC, para o exercício de 2016, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93.

CONTRATADO: OI S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015

PROCESSO Nº 114/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CALENDÁRIOS DE PAREDE ANO 2016 COM DATAS COMEMORATIVAS MUNICIPAIS, O SUPORTE MEDINDO 22 X 24CM, COLORIDO-COR 4X0, CARTÃO 250 GR COM MIOLO IMPRESSO EM PAPEL COUCHE 115 GR, COR 4X0 MEDINDO 16X20, COM 12 FOLHAS, CONFORME MODELO EM ANEXO.

CONTRATADO: GRAFICA E EDITORA RYUS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015

PROCESSO Nº 115/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS (PORTA LADO ESQUERDO, SANEFA VIDRO, ESPELHO E PARALAMA) E SERVIÇOS (SOLDA, PINTURA E MÃO DE OBRA) PARA REPAROS NA CABINE DO CAMINHÃO VW 26.220, ANO 2002, CHASSI 9BWM82U82R224688, PLACAS MDH5832. O CAMINHÃO APRESENTA DANOS ELEVADOS IMPOSSIBILITANDO SUA UTILIZAÇÃO.

CONTRATADO: ALDINHO GRANDO - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2015

PROCESSO Nº 117/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 3500 HORAS DE TRATOR DE PNEUS EQUIPADO COM ENSILADEIRA E CARRETÃO BASCULANTE, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA AUXILIAR A SECRETARIA DA AGRICULTURA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE SILAGEM, QUE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO A GRANDE DEMANDA PARA ESTE TIPO DE SERVIÇO, PARA O ANO DE 2016.

CONTRATADO: Ass. Central de Desenv. das Microb. Hidrog. de Gba
VALOR DA DESPESA: R\$ 382.550,00 (trezentos e oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015

PROCESSO Nº 118/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIDADE ELETRONICA, E AMORTECEDORES DA CABINE E SERVIÇOS (DESLOCAMENTO, SERV. E SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA CONserto DA MOTONIVELADORA VOLVO G930, N.I.VCE0G930C005001776, A UNIDADE EXISTENTE QUIEMOU IMPOSSIBILITANDO A OPERAÇÃO DA MAQUINA SENDO ESTA RESPONSÁVEL POR TODA A PARTE DE COMANDOS ELETRONICOS.

CONTRATADO: MARAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.100,00 (dezenove mil cem reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2015
PROCESSO Nº 119/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS E TRATOR DE ESTEIRA PARA PRESTAR SERVIÇOS COMO: ABERTURA DE ESTRADAS, TERRAPLANAGEM, DESTOCAMENTOS E OUTROS TRABALHOS NO MUNICIPIO. PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E OBRAS DE GUARACIABA NO ANO DE 2016.

CONTRATADO: TRANS MAESTRI LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

CONTRATADO: GP SERVICOS DE TERRAPLENAGENS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 70.500,00 (setenta mil quinhentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015
PROCESSO Nº 120/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SEUS DEPARTAMENTOS (ESCOLAS, MUSEU, GINÁSIO DE ESPORTES, MULTIPLOUSO/BIBLIOTECA), SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS UNIDADES DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS(CONSELHO TUTELAR, CRAS E PETI) E PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, EM RAZÃO QUE É NECESSÁRIA A AMPLIAÇÃO DA BANDA DE INTERNET, PARA SUPRIR A DEMANDA DOS SISTEMAS CONTRATADOS.

CONTRATADO: TECHINFO INFORMÁTICA LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

MINUTA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01.16 SESSÕES DE FISIOTERAPIA, TESTE ORELINHA,FONOAUDIOLOGIA E ENDOSCOPIA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016
Processo Licitatório nº 06/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 05/2016

O Município de Guaraciaba, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.924/0001-27, com sede a Rua Presidente Kennedy, nº 455, Centro, município de Guaraciaba, SC, representado neste ato pela sua Ordenadora, Sra. Daiane Dorigon com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA, TESTE ORELINHA,FONOAUDIOLOGIA E ENDOSCOPIA. Para tanto, estará recebendo até as 09h00min do dia 15 de janeiro de 2016, na Prefeitura Municipal de GUARACIABA, no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Guaraciaba – SC, os requerimentos e documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá no dia 15 de janeiro de 2016, a partir das 09h00min, no mesmo local e endereço anteriormente citado e permanecerá aberto aos demais interessados até 30/11/2016.

Guaraciaba 04 de janeiro de 2016.
Daiane Dorigon,
Ordenadora do FMS

MINUTA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02.16 ULTRASSONOGRAFIA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2016
Processo Licitatório nº 07/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 06/2016

O Município de Guaraciaba, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.924/0001-27, com sede a Rua Presidente Kennedy, nº 455, Centro, município de Guaraciaba, SC, representado neste ato pela sua Ordenadora, Sra. Daiane Dorigon com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO DE ULTRASSONOGRAFIA. Para tanto, estará recebendo até as 10h00min do dia 15 de janeiro de 2016, na Prefeitura Municipal de GUARACIABA, no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Guaraciaba – SC, os requerimentos e documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá no dia 15 de janeiro de 2016, a partir das 10h00min, no mesmo local e endereço anteriormente citado e permanecerá aberto aos demais interessados até 30/11/2016.

Guaraciaba 05 de janeiro de 2016.
Daiane Dorigon,
Ordenadora do FMS

MINUTA DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 03.16 EXAMES DE RESSONANCIA, TOMOGRAFIA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2016
Processo Licitatório nº 08/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 07/2016

O Município de Guaraciaba, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.924/0001-27, com sede a Rua Presidente Kennedy, nº 455, Centro, município de Guaraciaba, SC, representado neste ato pela sua Ordenadora, Sra. Daiane Dorigon com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO DE EXAMES DE RESSONANCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, CONTRASTE E SEDAÇÃO. Para tanto, estará recebendo até as 11h00min do dia 15 de janeiro de 2016, na Prefeitura Municipal de GUARACIABA, no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Guaraciaba – SC, os requerimentos e documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá no dia 15 de janeiro de 2016, a partir das 11h00min, no mesmo local e endereço anteriormente citado e permanecerá aberto aos demais interessados até 30/11/2016.

Guaraciaba 05 de janeiro de 2016.
Daiane Dorigon,
Ordenadora do FMS

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE - FMAS 01 E 02

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XXIV da Lei nº. 8666/93, comunica a Contratação de Associação que forneça o abrigo de crianças e adolescentes "0" até "11" anos "364" dias de idade, em regime de internação, equivalente a 4 vagas, vítimas de maus tratos, de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, em atendimento ao termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado como o Ministério Público de Santa Catarina sob Nº 06.2010.003757-0 e Processo de Fiscalização de TAC Nº 09.2012.00000174-5.
Fornecedor: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL - APRISCO
Valor total R\$ 158.400,00
Vigência: 31/12/2016
Guarujá do Sul, 04 de janeiro de 2016.
Adelise de Oliveira;
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO LICITATORIO Nº. 02/2016 – INEXIGIBILIDADE N. 01/2016.

O Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 25 Caput da Lei nº. 8666/93, comunica a Contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento a idosa carente do Município de Guarujá do Sul, para ano de 2016, com acompanhamento psicológico, assistência social, enfermeiro, alimentação e vestuário, conforme determinação judicial proveniente dos Autos nº. 065.10.001524-1 Ministério Público / Comarca São Jose do Cedro – SC.
Fornecedor: ALTAMIRO PEREIRA DO AMARAL EIRELI ME
Valor total R\$ 12.000,00
Vigência: 31/12/2016
Guarujá do Sul, 04 de janeiro de 2016.
Adelise de Oliveira;
Gestora do FMAS.

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 01 A 06 / FMS 01 A 03 / FMAS 01 A 04

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 01/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: FORTUNA SERVIÇOS LTDA ME
OBJETO: Contratação de serviços de máquina para confecção de

silagem para atender aos agricultores do município de Guarujá, do Sul através da Secretaria Municipal de Agricultura
VALOR TOTAL: R\$ 43.300,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 02/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇO CNGT LTDA ME
OBJETO: Contratação de serviços de máquina para confecção de silagem para atender aos agricultores do município de Guarujá, do Sul através da Secretaria Municipal de Agricultura
VALOR TOTAL: R\$ 94.500,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 03/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: AUTO POSTO GUARUJA LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de máquinas e veículos do Município de Guarujá do Sul - PREF, para o exercício de 2016.
VALOR TOTAL: R\$ 47.880,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 04/2016.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: CARAMORI COM DE COMB E TRANSP LTDA ME
OBJETO: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de máquinas e veículos do Município de Guarujá do Sul – PREF, para o exercício de 2016.
VALOR TOTAL: R\$ 484.620,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 01/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: AUTO POTO GUARUJA LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2016.
VALOR TOTAL: R\$ 57.855,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 02/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: CARAMORI COM DE COMB E TRANSP LTDA ME
OBJETO: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S10) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2016.
VALOR TOTAL: R\$ 69.680,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 01/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: AUTO POSTO GUARUJA LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de combustíveis (Gasolina Comum) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2016.
VALOR TOTAL: R\$ 19.950,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 03/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: ASSOC BENEFICENTE HOSPITALAR GUARUJA
OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviço de plantão medico e sobre aviso na área de saúde para o atendimento a população do município de Guarujá do sul, para o exercício de 2016 (01 de janeiro de 2016 ate 31 de dezembro de 2016).
VALOR TOTAL: R\$ 336.000,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 05/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 01/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME
OBJETO: Contratação de Sistema de Controle Interno para realização das atividades diárias do Controle Interno do município de Guarujá do Sul.
VALOR TOTAL: R\$ 4.676.64
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 06/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 02/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição dos serviços de locação, manutenção, reposição de tintas e substituição dos equipamentos cedido para a impressão de documentos diversos na Prefeitura Municipal (Departamento de Tributação e Finanças e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda) e Secretaria Municipal de Educação.
VALOR TOTAL: R\$ 7.920,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 02/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 01/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição dos serviços de locação, manutenção, reposição de tintas e substituição dos equipamentos cedido para a impressão de documentos diversos do Fundo Municipal de Assistência Social (CRAS - Centro de Referencia da Assistência Social, Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Convivência dos Idosos).
VALOR TOTAL: R\$ 7.800,00
VIGENCIA: 31/12/2016.
Guarujá do Sul, SC, 04 de janeiro de 2016.
Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

OBJETO

Contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA/SC para prestação de serviços de tecnologia da informação para a publicação dos atos oficiais do município do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e Programa de Gestão Tributária, para o exercício 2016

CONTRATADO

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA/SC

VALOR CONTRATO

R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada, a art. 2º, III da Lei nº 11.107/05.

Herval d'Oeste, 04 de janeiro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 336/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 336/2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR NR. 291/2011 E 316/2013 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d`Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica suprimida Alínea “d” do inciso I do art. 4ºG da LC 291/2011.

Art. 2º. A alínea “f” do inciso I e alínea “e” do inciso II do art. 4º.G da LC 291/2011 passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º.G

I- ...

f) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - DI/DA/DV, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente, não devendo ser contado novamente os cursos computados para habilitar conforme o item “e”;

...

II - ...

e) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - DI/DA/DV, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente não devendo ser contado novamente os cursos computados para habilitar conforme o item “d”;

Art. 3º. O art. 4º.H da LC 291/2011 passa a ter a seguinte redação

Art. 4º H - A classificação do Professor de Educação Especial – AEE/Misto, AEE/Deficiência Intelectual, AEE/Deficiência Visual ou AEE/Deficiência Auditiva, considerados a prova de títulos e o tempo de serviço, com peso 04 (quatro), será obtida mediante apresentação dos seguintes títulos e critérios:

I - para os habilitados:

a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Especial, com registro no órgão competente, condicionado a Graduação na mesma área ou em Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Auditiva, quando para atuar no AEE/DA; ou 40 (quarenta) horas de formação continuada em BRAILLE, quando para atuar no AEE/DV; ou 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual quando para atuar no AEE/Misto;

b) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Auditiva, quando para atuar no AEE/DA; ou 40 (quarenta) horas de formação continuada em BRAILLE, quando para atuar no AEE/DV; ou 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual quando para atuar no AEE/Misto;

c) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - com Ênfase em Educação Especial, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Auditiva, quando para atuar no AEE/DA; ou 40 (quarenta) horas de formação continuada em BRAILLE, quando para atuar no AEE/DV; ou 60 (sessenta) horas de formação continuada

na área da Deficiência Intelectual quando para atuar no AEE/Misto;

d) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Auditiva, quando para atuar no AEE/DA; ou 40 (quarenta) horas de formação continuada em BRAILE, quando para atuar no AEE/DV; ou 60 (sessenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual quando para atuar no AEE/Misto;

e) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - DI/DA/DV, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente não devendo ser contado novamente os cursos computados para habilitar conforme os itens "a, b, c, d";

f) tempo de serviço no magistério;

g) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

II - para os não habilitados, serão obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

a) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, a partir da 5ª fase, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Auditiva, quando para atuar no AEE/DA; ou 40 (quarenta) horas de formação continuada em BRAILE, quando para atuar no AEE/DV; ou 60 (sessenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual quando para atuar no AEE/Misto;

b) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, a partir da 5ª fase, acrescidos de Comprovante de Proficiência em LIBRAS ou certificado de 80 (oitenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Auditiva, quando para atuar no AEE/DA; ou 40 (quarenta) horas de formação continuada em BRAILE, quando para atuar no AEE/DV; ou 60 (sessenta) horas de formação continuada na área da Deficiência Intelectual quando para atuar no AEE/Misto;

c) cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de Educação Especial - DI/DA/DV, realizados a qualquer tempo, com registro no órgão competente, não devendo ser contado novamente os cursos computados para habilitar conforme os itens "a, b";

d) tempo de serviço no magistério;

e) somente serão habilitados para a prova de títulos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita.

Parágrafo Único. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do total de pontos obtidos na somatória das provas escrita e de títulos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 314/2013)

Art. 4º. Fica revogado o art. Art. 4º.-K da LC 291/2011.

Art. 5º. Ficam criados os §§ 3º. E 4º. Do art. 5º.D da LC 291/2011 com as seguintes redações:

Art. 5º D –

...

§ 3º Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.

§ 4º O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato.

Art. 6º. O inciso II do art. 8º. Da LC 291/2011 passa a ter a seguinte redação:

II - Gratificações e Adicionais, correspondente a salário-família, gratificação natalina e Adicional de férias.

Art. 7º. Fica criado o inciso III do art. 8º. Da LC 291/2011 com a seguinte redação:

III – O Adicional de Incentivo ao Magistério será concedido exclusivamente ao Professor e Supervisor Escolar com habilitação em nível de Graduação.

Art. 8. Fica criado o § 3º. Do art. 25 da LC 291/2011 com a seguinte redação:

§ 3º O piso salarial inicial do Magistério Público Municipal do Município será aquele fixado nacionalmente.

Art. 9º. O anexo XI da LC 316/2013 passa a ter a seguinte redação:

ANEXO XI -- DA LC 316/2013						
	TABELA DE VENCIMENTOS PERMANENTE					
	DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL					
	GRUPO: DOCENTE E APOIO TÉCNICO - PEDAGÓGICO					
	CARGOS: PROFESSOR, INSPETOR EDUCACIONAL,					
	E ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS					
Cód. Nível		A				
1031	ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO/NÃO HABILITADO					
	1	1.917,78				

Cód. Níveis		A	B	C	D	E
1032	LICENCIATURA – PLENA					
	2	1.935,26	1.973,97	2.013,44	2.053,71	2.094,79
	3	2.136,68	2.179,42	2.223,01	2.267,47	2.312,81
	4	2.359,07	2.406,25	2.454,38	2.503,47	2.553,53
	5	2.604,61	2.656,70	2.709,83	2.764,03	2.819,31
	5.1	2.875,69	2.933,21	2.991,87	3.051,71	3.112,74
	5.2	3.175,00	3.238,50	3.303,27	3.369,33	3.436,72
1033	PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO					
	6	2.356,00	2.403,12	2.451,18	2.500,21	2.550,21
	7	2.601,21	2.653,24	2.706,30	2.760,43	2.815,64
	8	2.871,95	2.929,39	2.987,98	3.047,74	3.108,69
	9	3.170,87	3.234,28	3.298,97	3.364,95	3.432,25
	9.1	3.500,89	3.570,91	3.642,33	3.715,17	3.789,48
	9.2	3.865,27	3.942,57	4.021,42	4.101,85	4.183,89
1034	PÓS-GRADUAÇÃO A NÍVEL DE MESTRADO					
	10	2.860,86	2.918,08	2.976,44	3.035,97	3.096,69
	11	3.158,62	3.221,79	3.286,23	3.351,95	3.418,99
	12	3.487,37	3.557,12	3.628,26	3.700,83	3.774,84
	13	3.850,34	3.927,35	4.005,89	4.086,01	4.167,73
	14	4.251,09	4.336,11	4.422,83	4.511,29	4.601,51

Art. 10º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 22 de dezembro 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

LEI Nº 3130/2015

LEI Nº 3130/2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER A REVISÃO GERAL ANUAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DEMAIS AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a Revisão Geral Anual, aos vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções e cargos de confiança, às funções gratificadas, Conselheiros Tutelares e ao auxílio pecuniário educacional, bem como ao Prefeito, Vice-prefeito e Agentes Políticos com fulcro no art. 37, inciso X da Constituição Federal c/c art. 1º da Lei Municipal nº 2.766/2009, no percentual de 1,0 (um por cento) no mês de janeiro, 2,0 (dois por cento) no mês de maio e 2,0 (dois por cento) no mês de outubro, globalizando o total de 5,0 (cinco por cento), de forma não cumulativa a ser concedido sobre o valor base de dezembro de 2015, sem incidência retroativa.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do orçamento para o exercício de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 22 de dezembro 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº CM 0146/2016**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0146/2016

"NOMEIA Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

ADELAR JOSÉ PROVENCI, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 04 de Janeiro de 2016, a servidora pública municipal: a Jornalista JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA, portadora da CI n.º 11/R - 1.515.438 - SSP/SC, CPF sob N.º 486.510.959-53 e inscrição junto a FENAJ/SC sob n.º 383, que responderá pelo Cargo de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste - SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 04 de Janeiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº CM 0147/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0147/2016

"Nomeia Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

ADELAR JOSÉ PROVENCI, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 04 de janeiro de 2016, o servidor público municipal: o advogado MARCIO MENDES DA ROSA, portadora da CI nº 2092456661 - SSP-RS, CPF nº 006.137.360-52 e inscrição junto a OAB/SC sob nº 28344, que responderá pelo cargo de Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste - SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 04 de Janeiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº CM 0150/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0150/2016

"Concede revisão geral anual nos vencimentos dos Servidores Públicos e Comissionados do Poder Legislativo Municipal de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina e dos agentes políticos do Poder Legislativo a título de reposição salarial e dá outras providências"

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder a revisão anual geral no percentual de 10,96% (Dez vírgula noventa e seis por cento) aos servidores públicos da Câmara Municipal de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina, ocupantes de cargos efetivos, comissionados e contratados, bem como aos agentes políticos do Poder Legislativo, considerando as perdas inflacionárias (INPC/IBGE) do período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015.

Art. 2º A reposição de que trata a presente resolução será aplicada sobre o vencimento a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 04 de Janeiro de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI
Presidente

Ibiam

PREFEITURA

ADITIVO 01/2015 CONTRATO 11/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2014

A Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica do Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.745/0001/74, com sede administrativa na Travessa Leoviza Carvalho Agostini, 20 – Centro – CEP: 89.652-000 - Ibiam – SC fone: (49) 3534-0044, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal em exercício Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 442.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 11R/1.300.506, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa LORISNEI FRANÇA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 16.454.243/0001-30, com sede na Rua Guilherme Tessmann, s/n, Centro, Alto Bela Vista/SC, CEP: 89730-000 neste ato representado por sua Sócia Administradora, a Sra. Lorisnei França, CPF: 594.303.039-53, CI 1.874.829-5 CONTRATADA, tem por si justo e acordado, celebrar o presente termo aditivo de Prestação de Serviço, tendo em vista o PROCESSO Licitatório nº 077/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2014, que se regerá pelos seguintes fundamentos legais: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, c/c os prejudgados do TCE/SC, nº 1.399, 1.537 e 1.788.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

As partes acima identificadas resolvem em comum acordo aditar o prazo do contrato 011/2015, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de Janeiro de 2016, até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DEMAIS CONDIÇÕES:

Permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no contrato original em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:

As partes Contratantes elegem o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, como o legítimo para dirimir quaisquer dúvidas provindas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e repactuadas, as partes aqui presentes, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor para um só efeito legal, juntamente com 02 (duas) testemunhas presenciadas abaixo.

Ibiam (SC), em 14 de dezembro de 2015

GILMAR FONTANA Prefeito Municipal em exercício CONTRATANTE	LORISNEI FRANÇA Lorisnei França CONTRATADA
Testemunhas:	
1. _____ CPF/MF: 490.157.709-30 CARMELITA CHIESA TRAGANCIN	

2. _____ CPF/MF: 004.918.899-25 ROSINEI CERON	De acordo HERIQUE GRASSI ROSSATO Procurador Geral OAB/SC 34.173
---	--

ADITIVO 02/2015 CONTRATO 14/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 014/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 011/2014
PREGÃO PRESENCIAL No 009/2014

Termo aditivo ao Contrato nº 014/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício o Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506 e a empresa ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 17.301.930/0001-88, com sede na Rua da Consolação, 317, Sala 3, Bairro Martinho, Xanxerê/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Loacir Milto Fin, CPF: 540.520.259-20, CI 902.056, celebram o presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2016 do contrato 014/2014, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 014/2014 da Prefeitura de Ibiam, para o exercício financeiro de 2016, compreendido de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 31/12/2016.

Cláusula Terceira – As demais Cláusulas do contrato 014/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 15 de Dezembro de 2015.

GILMAR FONTANA ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Prefeito Municipal e exercício CNPJ: 17.301.930/0001-88
CONTRATANTE Sócio Adm: Loacir Milto Fin
CONTRATADA

Testemunhas

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceon
CPF: 004.198.899-25

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral – OAB/SC 34.173

ATA 023/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 023/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 052/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2015

SRP Nº 025/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 30 dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 442.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 11R/1.300.506, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 036/2015, Processo Licitatório 052/2015, SRP 025/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) C.N Net Informática e Tecnologia Ltda, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para possíveis aquisições futuras, com pedidos parcelados de serviços de internet, para Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, por um período de doze meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR MENSAL MÁXIMO POR ITEM	QUANT. ESTIMADA
1	CONTRATAÇÃO DE LINK EM RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 5MB, COM 50% DE GARANTIA DE BANDA, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 5120KBPS, DOWN, GARANTIA DE 50% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS.	12 MESES	R\$ 165,00	5
2	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET, E REDUNDACIA DE LINK DE RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 5MBS FULL , COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 5120KBPS, UP E DOWN. GARANTIA DE 100% DE BANDA MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, COM GARANTIA DE UPTIME MÍNIMO DE 99% MÊS, Qos (PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADES DE SERVIÇO ATRAVÉS DE MANGLE E QUEUE.	12 MESES	R\$ 210,00	0
3	CONTRATAÇÃO DE LINK EM RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 10MB, COM 50% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 10240KBPS, DOWN, GARANTIA DE 50% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS.	12 MESES	R\$ 990,00	
4	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET, E REDUNDACIA DE LINK DE RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 10MBS FULL , COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 10240KBPS, UP E DOWN. GARANTIA DE 100% DE BANDA MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, COM GARANTIA DE UPTIME MÍNIMO DE 99% MÊS, Qos (PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADES DE SERVIÇO ATRAVÉS DE MANGLE E QUEUE.	12meses	R\$ 990,00	1

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá aos Secretário de cada setor onde será instalado a internet, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao

fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

_despesas	Elementos	Descrição	C. ementos
12	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS	33903997000000
71	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903997000000
9	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE	33903997000000
2	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. DO FMAS	33903997000000

8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por decreto municipal 2.739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório(para as copiadoras) de folhas impressas, assinado pelo secretário correspondente e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(QUARENTA E OITO) horas, para fornecer os itens que foi vencedor, conforme solicitado na respectiva Autorização de Fornecimento-AF. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas.

8.8. A empresa obriga-se a manter serviços de internet de excelente qualidade, com garantia de funcionamento de no mínimo 99%(noventa e nove por cento) do Uptime. Para cada dia de atraso na solução de problemas(ou sem sinal), com a internet, objeto desta licitação, poderá o Município de Ibiam, cobrar multa de R\$ 3.000,00(Três mil reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 5(cinco) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constatare que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

Todos os equipamentos ficam em caráter de comodato, sendo substituído caso apresentem algum tipo de problema. SLA admitido de até 8 horas conforme normas da Anatel.

8.9. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 032/2015 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 12 do edital e demais penalidades.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 – A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 052/2015, Pregão Presencial 036/2015, SRP 025/2015 será exercida pelo Secretário de: Secretário de Educação e Secretário de Administração(conforme o Item) do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 036/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 036/2015

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos/serviços a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) multa de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), que o Município poderá cobrar da empresa vencedora, conforme previsto no item 11.8 do edital.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 052/2015; o Edital do Pregão n. 036/2015, SRP 025/2015 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 30 de Dezembro de 2015.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal Em Exercício
CONTRATANTE

C.S Net Informática e Tecnologia
CNPJ:10.482.451/0001-66
Gerente:Jandir Antonio Crepaldi
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Henrique Grassi Rossato
OAB/SC 34.173
Procurador Geral

CONTRATO 015/2015

Contrato Administrativo nº 15/2015

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IBIAM E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS - AMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001 - 74, com sede administrativa na Travessa L.C. Agostini, 20, CEP 89652-200, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob n. 442.402.559-00, RG n. 1.300.506, residente e domiciliado na cidade de Ibiã - SC; e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS - AMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001 - 10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Gilberto Amaro Comazzetto.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Claúsula Primeira - Aplica - se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CIS - AMARP, Lei Municipal nº 396, de 26 de março de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 07/2010.

Claúsula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art.24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Claúsula Terceira - Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Ibiã ao CIS - AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 07/2010.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Claúsula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao CIS - AMARP:

a) A importância fixa de R\$ 1.550,00 (Um mil quinhentos e cinquenta reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS - AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

b)

Parágrafo único - O Município repassará ao CIS - AMARP, a parcela fixa, nos meses de janeiro a dezembro de 2016, até o dia 20 de cada mês.

DOS RECURSOS

Claúsula quinta - As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Rateio, correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do Município de Ibiã, específicos do Fundo Municipal de Saúde - Lei Municipal n. 581/2015, de 01 de dezembro de 2015.

Claúsula sexta - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DAS RESPONSABILIDADES**É RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO:**

I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;

II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Ibiã, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizados nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.

III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;

IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;

II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;

III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;

IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;

V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;

VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Claúsula sétima - O presente contrato entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

DAS PENALIDADES

Claúsula oitava - O consorciado inadimplente com o CIS - AMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Claúsula nona - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Claúsula décima - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral.

DO FORO

Claúsula décima primeira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira S/C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Claúsula décima segunda - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ibiã, 02 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
Presidente CIS - AMARP

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal de Ibiã
em exercício

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

VISTO JURÍDICO

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral
OAB/SC 34.173

CONTRATO 016/2015

Contrato Administrativo nº 016/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IBIAM E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviço que celebram entre si o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001 - 74, com sede administrativa na Travessa L.C. Agostini, 20, CEP 89652-200, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob n. 442.402.559-00, RG n. 1.300.506, residente e domiciliado na cidade de Ibiã - SC; e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Claúsula Primeira-Aplica-se ao presente Contrato de Prestação de Serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CIS-AMARP, Lei Municipal nº 396, de 26 de março de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 07/2010.

Claúsula Segunda-O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art.24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Claúsula Terceira -Este Contrato de Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Ibiã ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 07/2010.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Claúsula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao CIS-AMARP:

A importância variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CIS-AMARP e disponível no programa informatizado ao Município.

Parágrafo primeiro - A cota anual máxima prevista do município é de R\$ 123.400,00 (cento e vinte e três mil e quatrocentos reais), sendo a média mensal de R\$ 10.283,33 (dez mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

Parágrafo segundo - O Município repassará ao CIS-AMARP a importância variável, nos meses de janeiro a dezembro de 2016, até o

dia 15 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

DOS RECURSOS

Claúsula quinta-As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Prestação de Serviço, correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do Município de Ibiã, específicos do Fundo Municipal de Saúde - Lei Municipal n. 581/2015, de 01 de dezembro de 2015.

Claúsula sexta - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de prestação de serviço.

DAS RESPONSABILIDADES**É RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO:**

I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;

II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Ibiã, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizados nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.

III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;

IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;

II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;

III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;

IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;

V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;

VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Claúsula sétima-O presente contrato entra em vigor em 1º de janeiro de 2016, até o dia 31 de dezembro de 2016.

DAS PENALIDADES

Claúsula oitava-O consorciado inadimplente com o CIS-AMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Claúsula nona -Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Claúsula décima -Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral.

DO FORO

Claúsula décima primeira -Fica eleito o foro da Comarca de Videira

S/C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Claúsula décima segunda -Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ibiam, 02 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
Presidente CIS - AMARP

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal de Ibiam
em exercício

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

VISTO JURÍDICO

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral
OAB/SC 34.173

CONTRATO 017/2015

C O N T R A T O N º 017 / 2 0 1 5
Pregão Presencial nº 037/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIAM E A EMPRESA ASK LTDA - EPP PARA

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA.

Aos 03 dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quinze, de um lado o Município de Ibiam, situado á Travessa Leoniza Carvalho Agostini, n º20, Centro, na cidade de Ibiam/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, casado, residente e domiciliado na em Ibiam-SC em sequência designada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa Ask Ltda - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 03.222.596/0001-62, estabelecida na Rua Mario Romanini, nº 451, Chapecó – SC. CEP 89.810-413, que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato representado por Sr. Rodrigo Bolis, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 017.831.379-32, RG nº 2.996.871, residente na Rodovia BR 470, Km 157,5- Trumbudo Central – SC , daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força deste instrumento e de conformidade com o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e com o Processo citado linhas atrás, o presente Contrato de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA, em regime de execução indireta, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA AO AR

LIVRE, PARA IMPLANTAÇÃO NA ACADEMIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE IBIAM/SC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do Edital de Pregão Presencial nº 037/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

a) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE; e

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) para efeito do faturamento, os valores deverão refletir aqueles da ocasião da contratação, sendo que os preços praticados não poderão ser superiores àqueles praticados pela empresa para venda à varejo; considerando, inclusive, os preços promocionais;

d) Entregar os EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA discriminados neste contrato, as pessoas autorizadas e designadas pela CONTRATANTE, no ato do pedido;

e) comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

f) responsabilizar-se pelos danos causados, em razão dos serviços oferecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e instalação da academia e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, bem como deduzidos quaisquer descontos concedidos, totalizando o valor de R\$ 9.140,00.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Uma vez aceitos pela Contratante, os EQUIPAMENTOS DE ACADEMIA serão pagos em nome da contratada, após a liberação do recurso juntamente ao ministério após a entrega da Nota Fiscal, a favor do licitante vencedor, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas neste contrato, devendo a Contratada apresentar nota fiscal, devidamente protocolizada, emitida em 02 (duas) vias, constando nome do banco, agência e conta- corrente, bem como o número da Nota de Empenho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Como condição para efetivação do pagamento será exigida a regularidade fiscal da Contratada comprovada pela apresentação dos seguintes documentos originais ou em cópia autenticada, em plena validade:

- a) Certidão Negativa Municipal;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND, junto ao INSS;
- c) Certificado de Regularidade de Situação – FGTS;

PARÁGRAFO TERCEIRO

O documento de cobrança consignará valores em reais e discriminará o mês em que o contrato for executado e ainda será considerada para fins de pagamento a data do protocolo deste documento no setor competente.

PARÁGRAFO QUARTO

Havendo erro na fatura ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não decorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO QUINTO

A Contratante terá o prazo de até 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal para proceder ao pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO

A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O valor contratado não sofrerá reajuste durante a vigência do contrato nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência até 30/12/2015, sendo que os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições específicas no parágrafo 1º observado o caput do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, protocolizada no setor de licitação, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejar. OBS: Deverá ser entregue juntamente com as CND's INSS – FGTS e MUNICIPAL, com validade, e, consonância com Decreto n. 137/2006.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, observados os procedimentos da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão Presencial correrão à conta dos recursos consignados conforme segue: Orçamento Vigente de 2015.

Cód. Red.	Unidade Orçamentária	Proj./Ativ.	Elemento Despesa
37	04.03	2.009	44.90.52.10.00.00.00

13 04.03 2.009 44.90.52.10.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

De conformidade com o artigo 86 da Lei nº 8.666/93, atualizada e, Lei nº 10.520, de 17/07/02, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração, a multa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato, até 30 dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês ou fração proporcional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - OUTRAS PENALIDADES

Outras Penalidades: o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contrato às penalidades previstas no Art. 86 e 87 da Lei 8666/93, que será:

- a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 05 (cinco) anos;

PARÁGRAFO SEGUNDO - OUTRAS SANÇÕES

De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas no parágrafo 1º, letra "c" e "d" desta Cláusula, às empresas ou aos profissionais que em razão dos Contratos regidos por esta Lei, nos seguintes casos: a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos; b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação; c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DESCONTO DO VALOR DA MULTA

Se o valor da multa não for pago ou depositado da maneira a ser determinada pelo gestor, será automaticamente descontado na primeira parcela de pagamento a que a CONTRATADA vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor da mesma.

PARÁGRAFO QUARTO - RECURSOS

Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "b" e "c", do parágrafo primeiro desta cláusula, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis de intimação do ato, a autoridade competente, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para apreciação e decisão, dentro do mesmo prazo.

PARÁGRAFO QUINTO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

No caso de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d" do § 1º, caberá pedido de reconsideração a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

c) judicial, nos termos da legislação.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O município publicará o extrato dos contratos celebrados no prazo de vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência, conforme disposto no Artigo 20 do Decreto 3.555/00.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obrigam a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Tangará/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma.

Ibiam, SC ____ de ____ de 2015.

Gilmar Fontana	Ask LTDA - EPP
Prefeito Municipal em exercício	Contratada
Contratante	

Testemunhas:	Eudes Vilmar Trindade
Carmelita Chiesa Tragancin	
CPF: 490.157.709-30	CPF:509.352.839-00

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral do Município de Ibiam OAB/SC 34.173

CONTRATO 048/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL Nº 48/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO PARCELADA PARA ABASTECIMENTO EM BOMBA DE 4.000 (QUATRO MIL) LITROS DE GASOLINA COMUM.

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, e FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IBIAM – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.250.761/001-18, com sede na Avenida 20 de Julho, nº 817, centro, Ibiam – SC, representado pelo seu gestor, EUDES VILMAR TRINDADE, CPF nº 509.352.839-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, de outro lado, a empresa AUTO POSTO XIMBICA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.090.286/0001-06, sediado na Rodovia SC 455, Km12, trevo de acesso a Ibiam – SC, neste ato representado por Adilson José Cenatti, brasileiro, empresário, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso IV com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

1.1. Aquisição direta e por dispensa de licitação, para atender necessidade imediata e indispensável, de caráter urgente/emergencial, de 4.000 (quatro mil) litros de gasolina, comum.

1.2. As quantidades estimadas, para as partes são as seguintes:

- Secretaria de Administração e Finanças: 200 (duzentos) litros.
- Gabinete do Prefeito: 200 (duzentos) litros.
- Secretaria de Inf. Obras e Transporte: 400 (quatrocentos) litros.
- Secretaria de Agricultura: 400 (quatrocentos) litros.
- Secretaria de Educação: 200 (duzentos) litros.
- Secretaria de Assistência Social: 200 (duzentos) litros.
- Divisão da Segurança Pública: 200 (duzentos) litros.
- Corpo de Bombeiro: 200 (duzentos) litros.
- Fundo Municipal da Saúde: 2.000 (dois mil) litros.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2.1. O fornecimento, abastecimento e entrega da Gasolina, objeto deste contrato, será realizado pela empresa, diretamente nos veículos de propriedade da municipalidade, no município de Ibiam – SC, mediante autorização do responsável pelo setor.

2.2. A CONTRATADA deverá possuir bombas de abastecimento, aferidas e certificadas pelo IMETRO.

2.3. Os veículos da Prefeitura Municipal se abastecerão de Gasolina Comum diretamente na bomba da Empresa contratada, mediante apresentação da autorização para abastecimento, devidamente assinada pelo ordenador da despesa.

2.4. O prazo para fornecimento de Gasolina Comum é imediato, ou seja, a contar da data de 23 de novembro de 2015, até que seja alcançado o valor total/limite contratado, ou até que seja realizada aquisição de gasolina comum por meio de processo licitatório que está em fase inicial, motivo pelo qual poderá ser estornado saldo remanescente desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço do fornecimento do Objeto é de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) por litro para a Gasolina Comum, o litro, totalizando

R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) a ser pago na sede do comprador, Município de Ibiam - SC.

Parágrafo Único: Caso seja concluído processo licitatório definitivo para aquisição de gasolina antes do esgotamento do valor limitado neste contrato, as CONTRATANTES ficam obrigadas a pagar tão somente a quantia de combustível já adquirida.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br e nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

REDUZIDO	ATIVIDADE	COM. DO DETALHAMENTO
2	MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	33903001000000
12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903001000000
16; 17; 18; 122	MANUT. CONVÊNIO SECRET. SEGURANÇA PÚBLICA	33903001000000
125	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000
55; 136	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRASP. E OBRAS	33903001000000
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
76	APOIO AO ENSINO MÉDIO	33903001000000
83	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	33903001000000
91	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	33903001000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
126	MANUT. DO CONV. CORPO DE BOMBEIROS	33903001000000
9	MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE	33903001000000

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I,III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais

correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93. 7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total do objeto ou até que seja concluído procedimento licitatório definitivo para aquisição de combustível.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 23 de novembro de 2015.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IBIAM – SC

CNPJ nº 11.250.761/001-18

EUDES VILMAR TRINDADE

AUTO POSTO XIMBICA LTDA EPP

CNPJ nº 01.090.286/0001-06

Adilson José Cenatti

Testemunhas:

Rosinei Ceron

CPF nº 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF nº 490.157.709-30

CONTRATO 050/2015
CONTRATO 050/2015

Processo Licitatório nº 055/2015 – Carta Convite nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 01.612.745/0001-74, por intermédio do Prefeito Municipal em exercício o Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 11/R 1.300.506 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa, LUHEMA Construtora e Incorporadora Ltda, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 16.580.176/0001-08, com sede na Avenida Dom Pedro II nº 68, casa fundos, Centro, cidade de Ipomirim-SC, cep 89790-000, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Moacir Bonissoni, CPF:291.955.190-68, CI 517.303-5, de ora em diante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 055/2015 de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, na modalidade de Carta Convite nº 002/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, e LC 123/06, com a nova redação dada pela Lei Complementar 147/14, tem entre si ajustado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a reforma da cobertura da Prefeitura Municipal de Ibiã e parte da rede elétrica, conforme especificado no Edital, Memorial Descritivo, Projetos, Plantas, Orçamento Quantitativo e Cronograma Físico-Financeiro, e proposta da empresa vencedora. Conforme Segue:

1.1.2 - Responder pela solidez e segurança de toda construção (Reforma), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil ("...o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA.

2.1 – O objeto deste contrato deve ser entregue conforme cronograma –físico-financeiro da reforma(anexo a este edital). Devendo ser dado início a construção da obra em no máximo 2(dois) dias após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na execução de cada parcela da reforma, poderá o Município cobrar multa de R\$ 200,00(duzentos reais) por dia de atraso. Combinado com as demais sanções constantes neste contrato e respectivo edital.

2.1.2 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de termo aditivo.

2.1.3 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.

2.2 - Todos os materiais a serem empregados na reforma deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

2.2.1 - A execução da reforma e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pela Prefeitura de Ibiã.

2.2.2 - O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à Prefeitura de Ibiã(Setor de Licitações) e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das reformas, devendo ser visitado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização.

2.2.3 - O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Ibiã, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.2.4 – A forma de execução é por preço unitário, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas às normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLAUSULA TERCEIRA - PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura de Ibiã pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados no período, obedecendo rigorosamente o constante no cronograma físico financeiro da reforma, de acordo com os preços correspondentes na planilha apresentada. Não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 67.161,60, sendo com custos e despesas com material R\$ 47.013,12, custo com pessoal de R\$20.148,48 BDI aplicado à obra 22%. Será

descontado no ato do pagamento o I.S.S. correspondendo a 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, exceto se o proponente for empresa cadastrada no município e já contribui com I.S.S.Q.N.; 11% de INSS sobre serviços. Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme boletim de medição expedido pelo engenheiro da AMARP. O pagamento somente será liberado mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, CNDT e Falência e concordata. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários serão observados o que dispõe a legislação vigente. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período OBS: O último pagamento fica condicionado a apresentação da Certidão Negativa de Débitos referente ao número da CEI cadastrado no INSS no início da reforma.

3.2 - De cada valor, proveniente de medição, será feito o pagamento, mediante fatura, em moeda corrente nacional;

3.3- Os quantitativos dos serviços relacionados no Orçamento anexo a este edital, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como previstos, não importando em obrigação da Prefeitura de autorizar sua execução integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes;

3.4- Os resultados das medições dos serviços serão lançados em formulários apropriados;

3.5 - As Medições dos serviços serão obrigatoriamente assinadas com identificação pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização.

3.6 - Não serão admitidos adiantamentos e os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 10.2.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Prefeitura de Ibiam.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

–Os recursos financeiros para execução do objeto licitado são de origem Federal, do FNDE, na seguinte rubrica orçamentária:

Reduzido	Valor previsto	Elementos	Descrição	Complemento do Detalhamento
120	79.162,66	44900000000000	Reforma	44905107000000

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 –A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante,

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SETIMA – DA RESCISÃO DAS MULTAS E DAS SANÇÕES

7.1 Os preços que regerão o Contrato serão os constantes da Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora.

7.2 - Constará do contrato a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas por esta licitação.

7.3 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

7.4 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

7.5 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

7.6 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

7.7 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.8 -A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

7.9 -A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.10 - Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

7.11 -A Prefeitura Municipal de Ibiá aplicará as seguintes multas:

Multa de 200,00(Duzentos reais) por dia de atraso ou serviços executados em desacordo com o edital, projeto, memorial descritivo, cronograma-físico-financeiro e outros anexos deste edital.

7.12 -Multa de 0,02% (dois centésimo por cento) do valor do contrato por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços, caso não houver justificativa aceitável pelo referido atraso.

7.13 -Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura aplicará as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

7.14- Advertência escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido, das demais sanções ou multas;

7.15 - 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, a critério da Administração de Ibiá quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada;

7.16 - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

7.17 Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Ibiam, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

7.18 - Declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com o Município de Ibiam, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

7.19 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, nos seguintes casos:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de quinze (15) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na Cláusula Oitava deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA- DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub-empregar o total dos serviços a ela adjudicados.

8.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na reforma.

8.4 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5- A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da reforma que serão feitas por técnicos da , fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.6 - A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.7 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da reforma.

8.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.9 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.10 - São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.12 - Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.13 - Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.14 - Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.15 -Remover após a conclusão da reforma, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.16 - A Contratada se obriga a fornecer as "ARTs" complementares.

8.17 - Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.18 - Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.19 - Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.20 - Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.21 - Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.22 - Responder pela solidez e segurança de toda construção (reforma), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil ("...o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

8.23 - Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da reforma no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.24 - A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.25 - A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.29 - Encaminhar Relatório/Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Licitações do Município de Ibiam (DEVIDAMENTE ASSINADO), localizado na Rua Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam - SC, até o dia 27 de cada mês.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 - Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços para a Prefeitura de Ibiam.

9.2 - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 - Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DECIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, será notificada a comparecer para assinatura do contrato, devendo para isso efetuar na Prefeitura Municipal de Ibiam/SC., a título de Garantia de Execução, o recolhimento de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 –A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre mediante formalização de Termo Aditivo.

11.2 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

11.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA -DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

12.1 - A fiscalização da obra será efetuada pela Prefeitura de Ibiam, através do Secretário de Obras e pelo Engenheiro responsável pela fiscalização, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

12.2 - A fiscalização se efetivará no local da obra.

12.3 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo da

Prefeitura de Ibiã e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

12.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

12.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

12.6 - A Contratada fica obrigada a manter a obra e serviço por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

12.7 - Decorridos 90 (noventa) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND - CEI do INSS referente à obra objeto deste contrato, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

12.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Carta Convite n. 001/2015, Processo Licitatório n. 051/2015 da Prefeitura do Município de Ibiã/SC, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

13.2 - A Administração Municipal de Ibiã, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de assinatura do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e LC 123/06.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

15.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 - O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

15.3 -E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Ibiã/SC, 03 de Dezembro de 2015.

Gilmar Fontana.

Prefeito Municipal em exercício

Luhema Construtora e Incorporadora Ltda

CNPJ: 16.580.176/0001-08 CONTRATANTE Gerente:Moacir Bonissoni

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF:490.157.709-30

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral OAB/SC 34.174

CONTRATO 051/2015

CONTRATO 051/2015

Processo Licitatório nº 054/2015 – Tomada de Preço nº 007/2015

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 01.612.745/0001-74, por intermédio do Prefeito Municipal em exercício o Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 442.402.550-00 e portador da Carteira de Identidade nº 11R/ 1.300.506 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa, LUHEMA Construtora e Incorporadora Ltda, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 16.580.176/0001-08, com sede na Avenida Dom Pedro II nº 68, casa fundos, Centro, cidade de Ipumirim-SC, cep 89790-000 , neste ato representado por seu Administrador o Sr. Moacir Bonissoni, CPF:291.955.190-68, CI 517.303-5,de ora em diante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 054/2015 de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, na modalidade de Tomada de Preço nº 007/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, e LC 123/06, 147/14 tem entre si ajustado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a Reforma do Centro Educacional Elisiane Titon, com recursos próprios do Município de Ibiã, do orçamento financeiro de 2015, Conforme especificado no Edital, Memorial Descritivo, Projetos, Plantas, Orçamento Quantitativo e Cronograma Físico-Financeiro, e proposta da empresa vencedora.

1.1.1 - Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil ("...o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O objeto deste contrato deve ser entregue conforme cronograma –físico-financeiro da obra(anexo ao edital). Devendo ser dado início a construção da obra em no máximo até 7(sete) dias após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na execução de cada parcela da obra, poderá o Município cobrar multa de R\$ 500,00(Quinhentos reais) por dia de atraso. Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

2.1.2 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de termo aditivo.

2.1.3 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.

2.2 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

2.2.1 - A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pela Prefeitura de Ibiã.

2.2.2 - O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à Prefeitura de Ibiã (Setor de Licitações) de Ibiã e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visitado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização.

2.2.3 - O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Ibiã, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.2.4 – A forma de execução é por preço unitário, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas às normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLAUSULA TERCEIRA - PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura de Ibiã pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados no período, obedecendo rigorosamente o constante no cronograma físico financeiro da obra, de acordo com os preços correspondentes na planilha apresentada. Não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 136.605,00 sendo com custos e despesas com material R\$ 95.623,50, custo com pessoal de R\$ 40.981,50, BDI aplicado à obra 25,27 % Será descontado no ato do pagamento o I.S.S. correspondendo a 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, exceto se o proponente for empresa cadastrada no município e já contribui com I.S.S.Q.N.; 11% de INSS sobre serviços. Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme boletim de medição expedido pelo engenheiro da AMARP e conforme Decreto 2.739/2014 mediante liquidação da correspondente nota fiscal pelo Secretário de Obras, sendo indispensável a apresentação de Diário de Obra(Os Diários de Obra deverão ser fornecidos ao Setor de Licitações da Prefeitura de Ibiã obrigatoriamente até 27 de cada mês, ou caso este dia seja em final de semana, deve-se considerar o último dia útil anterior ao dia 27, devidamente assinado pelo Engenheiro responsável pela Execução e pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização, caso falte alguma assinatura não serão aceitos, sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital). O pagamento somente será liberado mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, CNDT e Falência e concordata. A empresa vencedora deverá apresentar folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários serão observados o que dispõe a legislação vigente. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período OBS: O último pagamento fica condicionado a apresentação da Certidão Negativa de Débitos referente ao número da CEI cadastrado no INSS no início da obra.

3.2 - De cada valor, proveniente de medição, será feito o pagamento, mediante fatura, em moeda corrente nacional;

3.3 - Os quantitativos dos serviços relacionados no Orçamento anexo a este edital, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como previstos, não importando em obrigação da Prefeitura de autorizar sua execução integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes;

3.4 - Os resultados das medições dos serviços serão lançados em formulários apropriados;

3.5 - As Medições dos serviços serão obrigatoriamente assinadas com identificação pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização, e pela Secretária de Educação do Município.

3.6 - Os serviços serão aferidos mensalmente e a data da medição será a do dia 27 de cada mês, caso seja final de semana considerar-se-á o último dia útil anterior ao dia 27.

3.7 - Não serão admitidos adiantamentos e os pagamentos serão realizados conforme Decreto Municipal 2.739/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Prefeitura de Ibiam.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

– Os recursos financeiros deste processo são próprios do Município de Ibiam, na seguinte rubrica orçamentária:

Reduzido	Valor	Descrição	Complemento do Detalhamento
146	R\$ 16.100,00	Reforma	44905107000000
145	R\$ 113.900,00	Reforma	44905107000000
64	R\$ 24.605,35	Reforma	44905107000000

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante,

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SETIMA – DA RESCISÃO DAS MULTAS E DAS SANÇÕES

7.1 Os preços que regerão o Contrato serão os constantes da Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora.

7.2 Constará do contrato a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas por esta licitação.

7.3 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

7.4 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

7.5 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

7.6 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

7.7 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.8 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

7.9 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.10 - Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

7.11 - A Prefeitura Municipal de Ibiam aplicará as seguintes multas:

Multa de 500,00(Quinhentos reais) por dia de atraso ou serviços executados em desacordo com o edital, projeto, memorial descritivo, cronograma-físico-financeiro e outros anexos deste edital.

7.12 - Multa de 0,02% (dois centésimo por cento) do valor do contrato por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços, caso não houver justificativa aceitável pelo referido atraso.

7.13 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura aplicará as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

7.14 - Advertência escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido, das demais sanções ou multas;

7.15 - 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, a critério da Administração de Ibiam quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada;

7.16 - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

7.17 Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Ibiam, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

7.18 - Declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com o Município de Ibiam, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

7.19 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal

n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na Cláusula Oitava deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 - A CONTRATADA não poderá sub-empregar o total dos serviços a ela adjudicados.

8.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.6 - Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.7 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos da, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.8 - A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.9 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.10 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.11 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.12 - São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.13- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.14 - Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.15 - Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.16 - Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.17 - Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.18 - A Contratada se obriga a fornecer as "ARTs" complementares.

8.19 - Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.20 - Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.21 - Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.22 - Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.23 - Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.24 - Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.25 - A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.26 - A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.27 – Encaminhar Relatório/Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Licitações do Município de Ibiam (DEVIDAMENTE ASSINADO), localizado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam - SC, até o dia 27 de cada mês.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 - Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços para a Prefeitura de Ibiam.

9.2 - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 - Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DECIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, será notificada a comparecer para assinatura do contrato, devendo para isso efetuar na Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta.

10.2 A Garantia de Execução deverá ser feita em dinheiro;

10.3 Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, desistência ou paralisação da obra, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com o Município de Ibiam – SC.

10.4 A Garantia de Execução somente será levantada 60 (sessenta) dias após o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da contratada ou atraso na execução dos serviços (o prazo de execução é conforme cronograma físico-financeiro da obra) não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pelo Município de Ibiam/SC

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre mediante formalização de Termo Aditivo.

11.2 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

11.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

12.1 - A fiscalização da obra será efetuada pela Prefeitura de Ibiam, através do Secretário de Obras e pelo Engenheiro responsável pela fiscalização, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e

demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

12.2 - A fiscalização se efetivará no local da obra.

12.3 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo da Prefeitura de Ibiã e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

12.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

12.5 - A Contratada fica obrigada a manter a obra e serviço por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

12.6 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 007/2015, Processo Licitatório n. 054/2015 da Prefeitura do Município de Ibiã/SC, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

13.2 - A Administração Municipal de Ibiã providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de assinatura do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, LC 123/06 e LC 147/14.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 - O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

15.3 - E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Ibiã/SC, 15 de Dezembro de 2015.

Gilmar Fontana	Luhema Construtora e Incorporadora Ltda
Prefeito Municipal em Exercício	CNPJ:16.580.179/0001-08.
CONTRATANTE	Gerente: Moacir Bomossoni
	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin	Rosinei Ceron
CPF: 490. 157.709-30	CPF: 004.918.899-25

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral:
OAB: 34.173

CONTRATO 052/2015

CONTRATO Nº 052/2015
PROCESSO LICITATÓRIO N. 052/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2015
SRP Nº 025/2015

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 442.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 11R/1.300.506 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa C.S Net Informática e Tecnologia Ltda, CNPJ10.482.451/0001-66, estabelecida na Rua XV de Novembro,105 centro, Arroio Trinta-SC, CEP 89.590-000, representada neste ato por seu Jandir Antonio Crepaldi, CPF715.611.029-20, RG10/C 2.405.607/SSP-SC, de ora em diante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 052/2015 e Pregão Presencial nº 036/2015, SRP 025/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de link de internet, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR MENSAL MÁXIMO POR ITEM	QUANT. ESTIMADA
1	CONTRATAÇÃO DE LINK EM RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 5MB, COM 50% DE GARANTIA DE BANDA, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 5120KBPS, DOWN, GARANTIA DE 50% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS.	12 MESES	R\$ 165,00	5
2	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET, E REDUNDACIA DE LINK DE RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 5MBS FULL , COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 5120KBPS, UP E DOWN. GARANTIA DE 100% DE BANDA MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, COM GARANTIA DE UPTIME MÍNIMO DE 99% MÊS, Qos (PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADES DE SERVIÇO ATRAVÉS DE MANGLE E QUEUE.	12 MESES	R\$ 210,00	0
3	CONTRATAÇÃO DE LINK EM RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 10MB, COM 50% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 10240KBPS, DOWN, GARANTIA DE 50% DE BANDA, MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS.	12 MESES	R\$ 990,00	
4	CONTRATAÇÃO DE LINK FULL DUPLEX DEDICADO DE INTERNET, E REDUNDACIA DE LINK DE RÁDIO DE NO MÍNIMO 5,8, COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: 10MBS FULL , COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, COM 1 IP FIXO, CONTENDO NO MÍNIMO AS SEGUINTEES FUNCIONALIDADES: 10240KBPS, UP E DOWN. GARANTIA DE 100% DE BANDA MONITORAMENTO DE UPTIME, 24 HORAS, COM GARANTIA DE UPTIME MÍNIMO DE 99% MÊS, Qos (PRIORIZAÇÃO DE PACOTES/QUALIDADES DE SERVIÇO ATRAVÉS DE MANGLE E QUEUE.	12meses	R\$ 990,00	1

CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(QUARENTA E OITO) horas, para fornecer os itens que foi vencedor, conforme solicitado na respectiva Autorização de Fornecimento-AF. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas.

A empresa obriga-se a manter serviços de internet de excelente qualidade, com garantia de funcionamento de no mínimo 99%(noventa e nove por cento) do Uptime mês. Para cada dia de atraso na solução de problemas(ou sem sinal), com a internet, objeto desta licitação, poderá o Município de Ibiã, cobrar multa de R\$ 3.000,00(Três mil reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 5(cinco) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

Todos os equipamentos ficam em caráter de comodato, sendo substituídos caso apresentem algum tipo de problema. SLA admitido de até 8 horas conforme normas da Anatel.

Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

_despesas Elementos Descrição C. ementos

12 33900000000000000000 MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS 33903997000000

71 33900000000000000000 MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL 33903997000000

9 33900000000000000000 MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE 33903997000000

2 33900000000000000000 MANUT. DAS ATIV. DO FMAS 33903997000000

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica impressa e devidamente recebida e aceita pelo secretário responsável. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. Na nota fiscal o fornecedor deve indicar os dados bancários para depósito(nome do banco Agência, Conta corrente)

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 30/12/2016.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 036/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes sanções, isolada ou conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos/serviços a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) multa de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), que o Município poderá cobrar da empresa vencedora, conforme previsto no item 11.8 do edital e conforme o constante neste item.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTO – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência,

total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
VII. a dissolução da empresa;
VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 036/2015, Processo Licitatório nº 052/2015, SRP: 025/2015, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.351/05, bem como pelo constante no Edital de Pregão Presencial 036/2015, Processo Licitatório 052/2015, SRP 025/2015.

CLÁUSULA VIGESIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 30 de Dezembro de 2015.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal Em Exercício
CONTRATANTE

C.S Net Informática e Tecnologia
CNPJ:40.482.451/0001-66
Sócio Adm:Jandir Antonio Crepaldi
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceron
CPF: 004.157.709-30

Henrique Grassi Rossato
OAB/SC 34.173
Procurador Geral

CONTRATO 052/2015

052/2015 Contrato Administrativo CONTRATANTE: Município de IBIAM/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 01.612.745/0001-74, com sede administrativa na travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, nesta cidade de Ibiã – SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Senhor Gilmar Fontana, brasileiro, casado, portador do CPF 422.402.559-00 e Cédula de Identidade nº 1.300.506, residente e domiciliado na Avenida Vinte de Julho, nº 0107, nesta cidade de Ibiã, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominado simplesmente contratante;

CONTRATADA: GRIBALL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 21.334.298/0001-46, com sede administrativa na Rua Pelotas, nº 61, na cidade de Machadinho/ RS, neste ato representada pelo seu Sócio Gerente, ao final subscrito, de ora em diante denominada de simplesmente de CONTRATADA;

As partes supra descritas e qualificadas celebram o presente Contrato Administrativo, de comum acordo e concordância, na melhor forma de direito, que será regido pelas cláusulas e condições abaixo expendidas:

Cláusula Primeira: A CONTRATADA obriga-se a prestar seus serviços ao CONTRATANTE de levar a efeito a chegada de pessoa caracterizada de Papai Noel de Trenó móvel no dia 19 de Dezembro de 2015, com desfile pelas ruas da cidade com duração mínima de 02 (duas) horas, distribuição de 40 (quarenta) quilos de balas mastigáveis e sonorização com mensagens, com início previsto para as 19 horas, na Praça Beatriz Júlia Dani Fontana.

Cláusula Segunda: O valor do evento a ser pago pelo CONTRATANTE á CONTRATADA relativo aos serviços descritos é de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Cláusula Terceira: Obrigações das partes:

CONTRATANTE:

a)- não transferir este contrato a terceiros nem modificar o horário e local das apresentações sem prévio consentimento por escrito da CONTRATADA;

b)- o presente não poderá ser suspenso a não ser em decorrência de circunstâncias relevantes devidamente justificadas e que impossibilitem a realização da apresentação;

c)- no caso de desistência motivada da realização do constante no contrato, a CONTRATADA terá o direito a receber o valor integral, podendo, se for o caso, ser definido de mútuo acordo e concordância entre as partes nova data de apresentação;

CONTRATADA:

a)- atuar com todos

os integrantes da CONTRATANTE da melhor forma possível zelando pela qualidade do evento, durante o período da contratação;

b)- não transferir este contrato sem a prévia autorização por escrito do CONTRATANTE;

c)- cumprir rigorosamente o prazo de início e de duração mínima do evento, especificamente no dia contratado, não sendo admissível a substituição de data pela CONTRATADA sob pena de responsabilização.

d)- a CONTRATADA distribuirá gratuitamente durante o evento 40 (quarenta) quilos de balas mastigáveis.

Cláusula Quarta: O pagamento será realizado, após o término do evento, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, mediante a prévia apresentação da Nota Fiscal probante.

Cláusula Quinta: Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados integralmente pela CONTRATADA impreterivelmente dentro do período previsto neste contrato.

Cláusula Sexta: O prazo da vigência deste Contrato inicia-se na data da assinatura deste instrumento e se encerra automaticamente com a conclusão dos serviços, sendo que seus efeitos entre as partes se mantêm vigentes para fins da eventual responsabilização em caso de defeito na prestação dos serviços.

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 02.08 Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes. Atividade 2032 – Manutenção de festividades e atividades culturais, complemento do detalhamento 33903923-festividades e homenagens.

Cláusula Oitava: O presente Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a)- Por comum acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito;

b)- Pelo não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais assumidas pelas partes;

c)- Por decretação de falência ou concordata da CONTRATADA;

d)- por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade administrativa;

e)- Por subcontratação do objeto contratado;

f)- Nos demais casos previstos nos artigos 77,78 e 79 da Lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores que passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual independentemente de transição, declarando a CONTRATADA, desde já, pleno conhecimento das referidas disposições legais.

Cláusula Nona: Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que possam decorrer da execução e cumprimento deste Contrato Administrativo.

E por estarem as partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, de acordo em tudo quanto disposto neste Contrato Administrativo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas legais instrumentárias.

Ibiã – SC, 17 de Dezembro de 2015

MUNICÍPIO DE IBIAM/SC

CONTRATANTE

GRIBALL LTDA ME

CONTRATADA

Testemunhas Instrumentais:

RG nº -----

RG nº -----

CONTRATO 053/2015

CONTRATO Nº 053 /2015

Processo Licitatório nº 061/2015 – Inexigibilidade nº 001/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, E PESSOA FÍSICA HELDER FONTANA GONÇALVES DA SILVA.

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã – SC, CNPJ nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado o em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado Sr: HELDER FONTANA GONÇALVES DA SILVA, CPF nº: 008.768.089-09, CI 3.989.401 residente na Rodovia SC 455, Km 13, centro, Ibiã/SC, CEP 89652-000 de ora em diante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 061/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de Show musical, para animar evento natalino, sábado, dia 19/12/2015 na praça municipal de Ibiã, com início previsto para as 18:30 horas com duração mínima de 02:30 (duas horas e trinta minutos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

A contratada compromete-se em executar o objeto constante na Cláusula Primeira deste contrato. Os serviços devem ser prestados diretamente na sede do Município de Ibiã. O não cumprimento dos prazos enseja na aplicação das penalidades constantes no respectivo contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

a) O valor total ajustado para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil e reais), que serão pagos em parcela única, após a prestação dos serviços constantes na Cláusula Primeira deste contrato.

b) O pagamento será efetuado conforme Cronograma Municipal de Pagamentos, fixado pelo Decreto 2.567/2013, após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica (nfe@ibiam.sc.gov.br e compras@ibiam.sc.gov.br) e a liquidação do setor competente, e ocorrerá somente através de transferência bancária. A prestação dos serviços devem iniciar de forma imediata, após o recebimento da respectiva AF-Autorização de Fornecimento.

c) Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADO o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADO, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as

obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 29/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES

Órgão: 02 Chefia do Executivo

Proj./Atividade: 2032 – MANUTENÇÃO DE FESTIVIDADES E ATIV. CULTURAIS

Aplicação: 33903699 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – Red. 95

Complemento do Detalhamento: 3390369900000

CLÁUSULA SEXTA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADO perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADO as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

d) Efetuar o pagar do ECAD na forma da lei.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADO:

a) O CONTRATADO prestará os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade, bem como obter

todas as licenças necessárias para a prestação do objeto constante na cláusula primeira deste contrato.

b) O CONTRATADO assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços, bem como é responsável pelas despesas com transporte, combustível, alimentação e outros que decorram do deslocamento da banda da cidade sede até o Município de Ibiam e vice versa..

c) O CONTRATADO obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) O CONTRATADO cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

a) As infrações penais tipificadas na Lei Federal n.º 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, isolada ou conjuntamente, a critério da Administração, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, o equivalente a 10% do valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do mesmo, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada, comunicando a outra parte com 20 (dez) dias de antecedência, independentemente do previsto na cláusula nona deste contrato.

A execução deste contrato será fiscalizada pelo Secretário de Administração do Município de Ibiam, conforme Portaria Municipal 185/2011, de acordo com Art. 67 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. Reconhece-se os direitos da contratante, previstos no artigo 77 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, em caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS E DA PUBLICAÇÃO

Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito. A Administração municipal, providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, a contar da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato esta vinculado ao Processo Licitatório nº 061/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 001/2015. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir possíveis questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscrevem este, para que produza os legais e desejados efeitos, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam (SC) 15 de Dezembro de 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em exercício

Contratante

HELDER FONTANA GONÇALVES DA SILVA

CPF:008.768.089-09

CONTRATADO

Testemunhas

CPF:

CPF:

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral: OAB/SC 34.173

EXTRATO TERMO COMPROMISSO 027/15 - FATMA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 027/2015/CMO

“Termo de Compromisso Extrajudicial nº 027/2015/CMO que fazem entre si a Fundação do Meio Ambiente – FATMA e o Município de Ibiam, na data de 22/05/2015, referente ao PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS, por meio do qual a Prefeitura Municipal se compromete a implementar ações de regularização e melhoria nos controles ambientais para exploração de cascalheiras”.

Este termo na íntegra encontra-se publicado no endereço www.ibiam.sc.gov.br.

Florianópolis, 22 de maio de 2015.

Alexandre Waltrick Rates

Presidente da Fundação do Meio Ambiente

Clóvis José Busatto

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2016

PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Adilce Rinaldi	16.01.2015 a 15.01.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Carmelita Chiesa Tragancin	01.01.2014 a 31.12.2014	05.01.2016 a 19.01.2016
Ivete Ceron	19.06.2013 a 18.06.2014	04.01.2016 a 13.01.2016
Janete Aparecida Felicetti	08.03.2013 a 07.03.2014	20.01.2016 a 18.02.2016
Nilza Teresinha Ceron Trevisol	02.06.2014 a 01.06.2015	06.01.2016 a 04.02.2016
Rozely Ceron	17.02.2014 a 16.02.2015	04.01.2016 a 02.02.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 002/2016

PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Arnaldo Luiz Micheluzzi	11.02.2015 a 10.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Arquilino Antonio de Moraes	27.03.2015 a 26.03.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Celio Lucas Ramos	05.01.2014 a 04.01.2015	04.01.2016 a 23.01.2016
Claudinei Peretti	02.01.2015 a 01.01.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Ortenilo Trevisol	01.03.2015 a 29.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Agustinho Cecatto	28.02.2015 a 27.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Cácia Aparecida Gonzatto Araldi	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Caio Murilo Rinaldi	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Catarina Maria Dallabrida Borsoi	01.01.2014 a 31.12.2014	04.01.2016 a 23.01.2016
Catarina Maria Dallabrida Borsoi	01.01.2015 a 31.12.2015	25.01.2016 a 23.02.2016
Domingos Machado da Silva	01.03.2015 a 29.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Elaine Mariza Piovesan Zanin	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Eliane Maria Piovesan Recalcatti	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Fátima Fontana Gonzatto	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Itamar Romanatto	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Justina Ines Dalmolin	01.07.2014 a 30.06.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Lorizete Teresinha Lutkemeier Gonzatto	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Lucena Teresinha Panceri Vieceli	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Lucila Dalmolin Ciarnoschi	18.02.2014 a 17.02.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Manoela Junges Fernandes Jardim	03.04.2014 a 02.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Marly Salete Freschi Lutkemeier	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Mônica Tragancin Holleweger	14.01.2015 a 13.01.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Odete Gonçalves Walter Wille	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Rodrigo Felicetti Perosa	10.02.2014 a 09.02.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Salete Maria da Silva Andrique	06.10.2014 a 05.10.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Sandra Regina Boesing	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Waldemar Cordeiro	02.07.2014 a 01.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Wilmar Scuciato	01.01.2015 a 31.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 004/2016

PORTARIA Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Francisco da Silva	21.03.2014 a 20.03.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Ivair Ceron	02.01.2015 a 01.01.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Sergio Moreira	08.03.2015 a 07.03.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Severino Antunes	16.09.2014 a 15.09.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Waldir Antonio Rampon	09.02.2014 a 08.02.2015	04.01.2016 a 18.01.2016
Waldir Antonio Rampon	09.02.2015 a 08.02.2016	19.01.2016 a 02.02.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 005/2016

PORTARIA Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos

municipais vinculados a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Adriana de Andrade Soares Taiba	01.03.2015 a 29.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016
Giseli Seffer Alves de Anhaia	18.12.2014 a 17.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Leila Aparecida Ramos Araldi	13.11.2014 a 12.11.2015	18.01.2016 a 16.02.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 006/2016

PORTARIA Nº 006 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ana Dominga Bertelli Tragancin	05.07.2014 a 04.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Antonio Luis Souza do Amaral	01.11.2014 a 31.10.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Dariane Aparecida Gomes Ramos Basei	03.11.2014 a 02.11.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Deise Santetti Scortegagna	16.01.2014 a 15.01.2015	04.01.2016 a 23.01.2016
Joana Celia Becker Rinaldi	01.10.2014 a 30.09.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Kellyn Regina de Oliveira Reineher	22.01.2015 a 21.01.2016	18.01.2016 a 01.02.2016
Liandro Mengatto	30.06.2014 a 29.06.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Lucimar Ceron	01.05.2014 a 30.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016

Rose Mari Kowalczyk	01.06.2014 a 31.05.2015	11.01.2016 a 30.01.2016
Silvana Regina Bloot	01.05.2014 a 30.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Soeli Aparecida Raizer de Souza	01.05.2014 a 30.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016
Verônica da Costa Silva	04.12.2014 a 03.12.2015	04.01.2016 a 02.02.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ELIAZ GREGÓRIO GIUSTI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

TERMO ADITIVO Nº 001/2015 - CT Nº 001/2014 - RETIFICADO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2014

TERMO ADITIVO Nº 001/2015

O Município de Ibiã – CNPJ 01.612.745/0001-74, com sede administrativa à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, abaixo identificado e assinado, denominado de Contratante; e, Luis Fernando Tragancin Rinaldi, residente neste Município, portador do CPF 060.452.409-95, denominado de Contratado, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2014, de 03 de fevereiro de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula primeira – Embasamento Legal

Este Termo Aditivo é celebrado com amparo na cláusula quarta do Contrato Administrativo nº 001, de 03.02.2014.

Cláusula Segunda – Vigência

Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 001/2014, até que ocorra o preenchimento na vaga mediante a realização de Concurso Público ou até 30.12.2016.

Cláusula terceira

As demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 001/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 18 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM GILMAR FONTANA Prefeito Municipal em Exercício CPF – 422.402.559-00	LUIS FERNANDO T. RINALDI CPF – 060.452.409-95
--	--

Testemunhas:

MARIA SOLANGE DA S. MATOS BORSOI
CPF – 894.413.209-78

EUDES VILMAR TRINDADE
CPF – 509.352.839-00

HENRIQUE GRASSI ROSSATO
ADVOGADO – OAB/SC 34173

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 059 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

PROCESSO Nº. 341/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2015 – MULTIENTIDADES REGISTRO DE PREÇO Prefeitura Municipal de Ilhota Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Educação Fundo Municipal de Assistência Social Fundo Municipal de Esporte Fundação Municipal Cultural	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 18/01/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 18/01/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.	
OBSERVAÇÃO: Do dia 04/01/2016 à 15/01/2016 a prefeitura estará fechada, mas o setor de licitações manterá expediente normal, das 08:00 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas. Caso algum interessado necessite de atendimento presencial nesse período, basta ligar no Telefone: (0xx47) 3343-8824, ou agendar a data para atendimento no email: licitacao@ilhota.sc.gov.br e alex.compras@ilhota.sc.gov.br .	

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 05 de janeiro de 2016.

AVISO LICITAÇÃO PRG 063 - 2015 PMI - REGISTRO DE PREÇO - MAT. PARA MAN. DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO Nº. 345/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015 – PMI REGISTRO DE PREÇO Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - POR LOTE
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 18/01/16 às 14:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 18/01/16 às 14:00 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:
O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.

OBSERVAÇÃO: Do dia 04/01/2016 à 15/01/2016 a prefeitura estará fechada, mas o setor de licitações manterá expediente normal, das 08:00 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas. Caso algum interessado necessite de atendimento presencial nesse período, basta ligar no Telefone: (0xx47) 3343-8824, ou agendar a data para atendimento no email: licitacao@ilhota.sc.gov.br e alex.compras@ilhota.sc.gov.br .

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 05 de janeiro de 2016.

EXTRATO DA DISPENSA 259-2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo administrativo nº 346/ 2015.

Dispensa de Licitação nº 259/2015.

Objeto: Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, como: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Contratante: Prefeitura Municipal de Ilhota.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Valor Total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Período de vigência: 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, com início em 01/01/2016 e término em 31/12/2016.

Fundamento legal: art. 24, incisos XIII e XVI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Ilhota, 30 de dezembro de 2015.

Tatiana R. Reichert

Secretária de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 040 - DL 259 2015 - SERVICOS DE TI - CIGA

Extrato de Contrato nº 040/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Dispensa de Licitação nº 259/2015

Objeto: Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, como: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado - REGIN.

Fornecedor: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Assinatura: 30/12/2015

Vigência: de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: PMI SETEC 2015/175 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 2015/175 A/00

Contratada: JOHNM MULLER NUNES COELHO-ME

CNPJ 07.164.631/0001-95

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO COM EFEITO, NATALINO NO CENTRO MULTIMEIOS-USINA DO SABER.

Valor R\$7.980,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº.150/2015 Dispensa 29/2015

Imbituba, 18 de dezembro de 2015.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal de Turismo

Esporte e Cultura

Contratante

Johnm Muller Nunes Coelho-me

Representante Legal

Contratada

DECRETO Nº 228, DE 27 DE NOVEMBRO 2015.

DECRETO Nº 228, DE 27 DE NOVEMBRO 2015.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com o Artigo 202 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes de Imbituba, Estado de Santa Catarina, cuja cópia segue em anexo, segundo as normas que seguem complementadas pelos dispositivos aplicáveis contidos na legislação municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

RESOLUÇÃO CMC Nº 01, de 01 de abril de 2015.

INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

O Conselho Municipal de Contribuintes de Imbituba, nos termos do Art. 202, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes de Imbituba, Estado de Santa Catarina, segundo as normas que seguem, complementadas pelos dispositivos aplicáveis contidos na legislação municipal:

CAPITULO I

DA FINALIDADE E DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Da Finalidade

Art. 2º O Conselho Municipal de Contribuintes, órgão de caráter deliberativo, nos termos da Seção III, Subseção I, Capítulo V, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, tem por finalidade o julgamento dos recursos administrativos-tributários em segunda instância, a saber:

I - Recurso ordinário;

II – Pedido de Esclarecimento;

III – Pedido de Reconsideração.

Seção II

Da Organização

Art. 3º O Conselho é composto de 07 (sete) Conselheiros titulares e 07 (sete) suplentes, das mesmas representações, sendo:

I - um representante da Associação Empresarial de Imbituba;

II - um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba;

III - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

IV - um representante do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina;

V - dois representantes do Poder Executivo, escolhido dentre servidores municipais versados em assuntos fazendários; e

VI - um representante do Poder Legislativo.

Art. 4º A presidência do Conselho será exercida por pessoa escolhida entre os membros titulares, através de votação secreta e eleita pelo maior número de votos, e nomeado pelo Prefeito Municipal, cabendo-lhe as atribuições definidas na Seção I do Capítulo II deste Regimento.

Art. 5º Perderá o cargo o Conselheiro que faltar a três sessões consecutivas, sem motivo justificado, ou a oito alternadas, durante cada ano, salvo concessão de licença.

CAPITULO II

DA COMPETÊNCIA E DOS IMPEDIMENTOS

Seção I

Da Competência

Art. 6º Compete ao Conselho:

I - conhecer e julgar os recursos administrativos tributários em segunda instância;

II - fazer baixar em diligências os processos, ordenando perícias, vistorias ou prestação de esclarecimentos, bem como determinar o saneamento de falhas, irregularidades, incorreções e omissões, indispensáveis à apreciação dos recursos;

III - elaborar, aprovar e alterar o seu regimento Interno;

IV - resolver os casos omissos.

Art. 7º Ao Presidente do Conselho, compete:

I - convocar e presidir as sessões, manter a ordem dos trabalhos,

resolver as questões de ordem e apurar as votações;
II - dirigir os trabalhos do Conselho;
III - representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;
IV - convocar as sessões extraordinárias do Conselho nos termos deste Regimento, de acordo com a necessidade dos serviços;
V - comunicar à autoridade competente, de ofício ou a requerimento de qualquer Conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios, em processo submetido a julgamento do Conselho;
VI - despachar o expediente do Conselho;
VII - despachar os pedidos que versem sobre matéria estranha à competência do Conselho, inclusive os recursos não admitidos por Lei, determinando a devolução dos processos às repartições competentes;
VIII - conceder licença aos componentes do Conselho em caso de doença, ou quando solicitada para qualquer fim;
IX - comunicar ao Prefeito Municipal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o término do mandato dos Conselheiros, titulares e suplentes;
X - elaborar e apresentar anualmente ao Secretário Municipal de Fazenda e ao Prefeito Municipal relatório circunstanciado dos trabalhos realizados pelo Conselho;
XI - proceder à distribuição dos processos;
XII - comunicar ao Chefe do Poder Executivo a falta de comparecimento de qualquer Conselheiro a 03 (três) sessões consecutivas ou a 08 (oito) alternadas, durante cada ano, salvo concessão de licença na forma prevista neste Regimento, para efeito de nomeação de substituto;
XIII - apreciar as arguições de impedimentos ou suspeições dos membros do Conselho;
XIV - homologar os pedidos de desistência formulados pelos recorrentes;
XV - apreciar pedidos dos Conselheiros, ou do Representante da Fazenda, referentes à prorrogação de prazos para julgamento de processos;
XVI - cumprir e fazer cumprir este regimento.

Art. 8º Ao Secretário Geral compete:

I - secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;
II - dirigir o expediente da Secretaria.
III - secretariar as sessões do Conselho e preparar as pautas de distribuição e julgamento de processos;
IV - distribuir os processos ao Relator;
V - encaminhar os processos com vista ao Representante da Fazenda e aos Conselheiros;
VI - dar baixa nos processos devolvidos pelo Representante da Fazenda ou pelos Conselheiros;
VII - preparar e encaminhar para julgamento ou despacho do Presidente os processos e demais expedientes;
VIII - expedir notificações, intimações e ofícios;
IX - receber e organizar as correspondências do Conselho, bem como os processos;
X - distribuir papéis, registrando o seu andamento, até a solução final;
XI - preparar extratos de publicação;
XII - fazer afixar, ou publicar, as pautas de julgamento e as ementas de acórdãos do Conselho;
XIII - fazer retornar à repartição competente os processos julgados ou findos, para cumprimento das decisões proferidas;
XIV - manter coletânea atualizada de Leis, Decretos e Regulamentos de matérias tributárias, bem como fichário da jurisprudência do Conselho;
XV - expedir Certidões.
XVI - intimar a parte contrária para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar manifestação, após remessa dos autos à Fazenda Pública, sempre que exitosa diligência à autoridade notificante com a juntada de novos documentos e ou novas informações.

Art. 9º Aos Conselheiros compete:

I - relatar os processos que lhes forem distribuídos;
II - proferir o voto nos julgamentos;
III - redigir acórdãos;
IV - solicitar ao Presidente diligências necessárias à instrução dos processos que relatarem;
V - solicitar vistas de processos, com suspensão ou adiamento de julgamento, para exame e apresentação do voto em separado;
VI - sugerir medidas de interesse do Conselho;
VII - apreciar a arguição de impedimento do Presidente, cabendo ao Vice-Presidente presidir o ato de julgamento de impedimento e proferir o seu voto.

Art. 10. No caso de licença, suspeição, impedimento ou impossibilidade de comparecimento a qualquer sessão, o Conselheiro deverá comunicar o fato ao seu suplente, convocando-o para substituição.

Seção II

Dos Impedimentos e da Suspeição

Art. 11. Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes ficam impedidos de atuar em processos:

I - de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;
II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que seja titular, sócio, acionista, membro da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;
III - em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título;
IV - que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.

Parágrafo Único – O impedimento poderá ser arguido por quaisquer partes, bem como pelos membros deste Conselho, até o início da sessão de julgamento.

Art. 12. Poderá o Conselheiro dar-se por suspeito por motivo relevante de ordem geral ou íntima, cuja apreciação caberá ao Presidente do Conselho.

CAPITULO III

DA ORDEM DOS TRABALHOS

Seção I

Do Funcionamento do Conselho

Art. 13. O Conselho realizará sessões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas, quinzenalmente, em dia e hora a serem fixados.

§ 2º As sessões extraordinárias serão realizadas em dia e hora fixados pelo Presidente do Conselho, conforme a necessidade.

§ 3º O Calendário das reuniões ordinárias será remetido à Secretaria Municipal da Fazenda para conhecimento e devida publicação.

Seção II

Do Preparo para o Julgamento

Art.14. Os recursos encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes deverão ser entregues com a documentação completa e com as folhas devidamente numeradas.

Art. 15. O recurso deverá conter expressamente a numeração atribuída ao processo de primeira instância.

Parágrafo único. O pedido de Esclarecimento e o Pedido de Reconsideração serão processados nos mesmos autos do Recurso Ordinário e distribuídos diretamente ao relator do acórdão cujo esclarecimento ou reconsideração for requerido.

Art. 16. Na instrução do processo serão obedecidas as seguintes normas:

I - as folhas do processo devem ser devidamente numeradas e

rubricadas a tinta, e os documentos, informações, termos, laudos e pareceres dispostos em ordem cronológica de protocolo;

II - qualquer referência a elementos constantes do processo deverá ser feita com indicação precisa do número da folha em que se encontrem registrados;

III - em caso de referência a elementos constantes de processo anexado ao que estiver em estudo, far-se-á também a menção do número do processo em que estiver a folha citada;

IV - qualquer novo documento juntado ao processo deve ser numerado e rubricado, continuando a numeração do processo;

V - os despachos, informações e quaisquer atos processuais deverão:

a) ser escritos em linguagem clara, correta, concisa, precisa e isenta de acrimônia ou parcialidade;

b) ser legíveis, sem emenda ou rasuras;

c) ser fundamentados;

d) conter a identificação do servidor, do órgão em que tem seu exercício, data e assinatura.

Art. 17. Recebido o recurso pelo Conselho, será dado vista dos autos ao Representante da Fazenda para manifestação e não sendo o recurso de iniciativa do sujeito passivo interessado, a parte contrária será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar, querendo, suas contra-razões.

Art. 18. Encerrado o prazo do artigo anterior, será promovida, em sessão e por sorteio, a distribuição dos processos ao relator que deverá, na sessão seguinte, solicitar pauta para julgamento ou pedir as diligências que entender necessárias.

Parágrafo Único – Restando exitosa diligência à autoridade notificante com a juntada de novos documentos e ou novas informações, o feito será remetido à Fazenda Pública e, após, será intimada a parte contrária para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar manifestação.

Art. 19. As pautas de julgamento serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo também afixadas no mural de entrada da Prefeitura, indicando, para cada caso:

I - número do protocolo;

II - nome do recorrente;

III - nome do Procurador do Recorrente, se houver;

IV - nome do Relator;

V - local, data e hora da sessão.

Art. 20. O recorrente poderá intervir no processo:

I - pessoalmente ou por intermédio de procurador;

II - por seus dirigentes legalmente constituídos;

§ 1º A intervenção de dirigentes ou de procurador não produzirá efeito se, no ato, não for feita a prova de que os mesmos são detentores dos poderes de representação;

§ 2º Às partes interessadas é facultada vistas dos autos, vedada sua retirada e permitido o fornecimento de cópias por solicitação do interessado;

§ 3º O interessado arcará com o custo de reprodução das partes dos autos que solicitar.

Seção III

Das Sessões

Art. 21. As sessões do Conselho serão públicas, em todas as suas fases e as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

Art. 22. O Julgamento dos processos exigirá a presença dos 6 (seis) conselheiros.

§ 1º Aberta a sessão e não havendo quorum para julgamento,

aguardar-se-á por 20 (vinte) minutos, e, em persistindo a situação, o Presidente encerrará os trabalhos.

§ 2º O Conselheiro Titular, nas hipóteses previstas neste regimento, poderá ser substituído pelo seu suplente, valendo a presença deste para composição do quorum indicado no caput.

Art. 23. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta.

Art. 24. A sessão obedecerá a seguinte ordem de trabalho:

I - julgamento dos Processos;

II - apreciação de redução a termo de acórdãos;

III - leitura do expediente e sorteio de processos;

IV - assuntos gerais de competência do Conselho.

V - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

§ 1º As atas serão assinadas pelo Presidente e pelos Conselheiros.

§ 2º O Relator, o Representante da Fazenda, o Contribuinte ou seu Procurador, poderão requerer preferência de julgamento ao Presidente.

Art. 25. O julgamento poderá ser adiado, mediante declaração do Presidente da sessão:

I - a pedido do relator;

II - se o pedir, pela primeira vez, o Representante da Fazenda ou o Contribuinte, antes de iniciada a sessão, em requerimento acompanhado de prova de justo impedimento;

III - sobrevindo o pedido de desistência.

Art. 26. Anunciado o feito a ser julgado, o Presidente concederá a palavra ao relator para proceder a leitura do relatório, na sequência terá início a discussão.

§ 1º Nenhum julgamento far-se-á sem a presença do Presidente do Conselho.

§ 2º Salvo nos casos de impedimento, licença ou suspeição, o relator não poderá ser substituído pelo seu suplente no julgamento do processo, devendo o feito ter o julgamento adiado para a próxima sessão.

Art. 27. Qualquer questão preliminar ou prejudicial suscitada no julgamento será decidida antes do mérito, não se conhecendo deste, se incompatível com a decisão daquela.

§ 1º Versando a preliminar sobre a nulidade suprável, o Conselho converterá o julgamento em diligência, cumprindo ao Presidente ordenar a remessa dos autos ao órgão competente, para que este supra a nulidade.

§ 2º Rejeitada a preliminar ou prejudicial, ou se com elas não for incompatível a apreciação do mérito, seguirá a discussão e julgamento da matéria principal, e sobre esta deverão pronunciar-se os Conselheiros vencidos na preliminar.

Art. 28. Concluídos o relatório e os debates iniciais, o sujeito passivo e o Representante da Fazenda poderão fazer uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, com direito a réplica por 05 (cinco) minutos.

Parágrafo Único: A sustentação oral deverá ser requerida ao Presidente, antes de iniciado o julgamento.

Art. 29. Findos os debates, terá início a votação, com o voto do Relator, o qual não poderá ser interrompido.

§ 1º Em discussão o voto do Relator, os Conselheiros poderão falar uma primeira vez, afirmando, de logo, o respectivo voto.

§ 2º Depois do pronunciamento do último Conselheiro, intervindo na discussão, o Relator poderá usar da palavra para sustentar ou modificar suas conclusões.

§ 3º Em seguida poderão os demais Conselheiros voltar a usar da palavra, igualmente, para sustentar ou modificar suas conclusões.

§ 4º Mesmo ausente na sessão em que houve a exposição da causa pelo Relator, o Conselheiro poderá votar na sessão de retomada de votação interrompida por pedido de vista, ou nas subsequentes.

§ 5º Na retomada de votação interrompida de sessão anterior, havendo mudança na composição do Conselho, o Conselheiro que não ouviu a leitura do relatório poderá solicitar ao Presidente, se não se sentir suficientemente esclarecido para votar, que determine a releitura.

Art. 30. Os Conselheiros falarão sempre sem limitação de tempo e nenhum se pronunciará, sem que o Presidente lhe conceda a palavra, nem aparteará o que dela estiver usando, salvo expresso consentimento, podendo o Presidente, em caso de eventual diálogo generalizado na discussão, apelar pela ordem de suspender, temporariamente a sessão.

Art. 31. Com exceção do Relator, o Conselheiro que não se considerar suficientemente esclarecido sobre a matéria, poderá pedir vista do processo, suspendendo-se o julgamento.

§ 1º O suplente que estiver substituindo o conselheiro titular na sessão será o último a votar ou pedir vista do processo.

§ 2º O conselheiro que pedir vista dos autos, deverá apresentá-lo na sessão seguinte para a continuidade do julgamento, proferindo o seu voto.

Art. 32. Antes de proclamada a decisão, qualquer Conselheiro, pedindo a palavra pela ordem, poderá modificar o seu voto já proferido.

Art. 33. Concluída a votação, os votos serão consignados na Ata de Julgamento, que acompanhará os autos.

Art. 34. Os votos fundamentados por escrito e em separado, serão juntados ao processo na sessão em que forem proferidos.

Art. 35. Ainda que ausente na sessão, o Conselheiro poderá ser sorteado a relatar, devendo o processo lhe ser encaminhado pela secretaria.

Parágrafo Único – Os processos que o Conselheiro Titular se der por impedido ou suspeito serão redistribuídos.

Art. 36. Permanecerão em pauta os processos dos quais se tenha concedido vista, que não foram julgados por falta de "quorum" ou exiguidade de tempo, ou cujo julgamento haja sido suspenso por qualquer outro motivo.

Art. 37. O julgamento do pedido de esclarecimento dar-se-á na sessão subsequente ao recebimento do pedido pelo relator, dispensada a prévia publicação da pauta.

CAPITULO IV DO ACÓRDÃO

Art. 38. O acórdão, com a ementa respectiva, deverá ser redigido com relatório breve da questão e fundamentação da decisão, e terá a data da sessão em que se concluir o julgamento.

§ 1º Vencido o Relator, em preliminar de que resulte não se conhecer o mérito, ou na questão principal, ainda que em parte, redigirá o acórdão o Conselheiro designado pelo Presidente.

§ 2º Se o Relator deixar a função de Conselheiro, aplicar-se-á ao caso a regra do parágrafo anterior.

§ 3º Se o Relator licenciar-se ou afastar-se poderá redigir o acórdão, aplicando-se, se não o fizer, de igual modo, a regra do parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 39. O acórdão será conferido, pela conclusão, e assinado na próxima reunião do Conselho.

Art. 40. O acórdão será assinado pelo Presidente e pelo Relator devendo ser lido em sessão, para efeito de publicação.

CAPITULO V DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. A restauração de processos extraviados far-se-á segundo as normas regulamentares vigentes.

Art. 42. Qualquer Conselheiro, por si, poderá propor a alteração deste Regimento, devendo a proposta ser apresentada em sessão do Conselho.

§ 1º Aceita a proposta de alteração do regimento, nomeará o Presidente um Relator, o qual apresentará parecer no prazo que lhe for designado.

§ 2º O parecer será discutido e aprovado por maioria simples.

§ 3º A aprovação, ou não, da proposta, será efetivada sob a forma de Resolução.

Art. 43. Quando no julgamento dos recursos o Conselho concluir pela ocorrência de qualquer falta funcional ou violação das disposições de caráter penal, poderá determinar que, antes do arquivamento do processo, seja ele remetido às autoridades competentes para os fins cabíveis.

Art. 44. Não se realizarão sessões:

I - nos feriados e dias de ponto facultativo;

II - na Quarta-feira de cinzas;

III - no período de 20 de dezembro a 10 de janeiro.

Art. 45. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 01 de abril de 2015.

Nil Marlene Arantes

Presidente

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE VALIDADE-CONCURSO PÚBLICO - EDITAL PMI/CERSP/CP Nº 01/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE VALIDADE

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL PMI/CERSP/CP nº 01/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009; Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, fica PRORROGADO, por mais 02 (dois) anos, a contar de 10 de janeiro de 2016, a validade do Concurso Público EDITAL PMI/CERSP/CP nº 01/2013, homologado em 10 de Janeiro de 2014. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 04 de janeiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE VALIDADE -PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 08/2013

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE VALIDADE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS nº 08/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009; Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, fica PRORROGADO, por mais 02 (dois) anos, a contar de 10 de janeiro de 2016, a validade do Processo Seletivo Simplificado EDITAL PMI/CERSP/PSS nº 08/2013, homologado em 10 de Janeiro de 2014. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM – Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 04 de janeiro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

EDITAL SEAGP Nº 001/2016

EDITAL SEAGP Nº 001/2016
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Janeiro a 04 de Fevereiro de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 04 de janeiro de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 001/2016
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Assistente Social
Ana Carolina Vichielt Arguim

EXTRATO: 2015/11 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: 2015/11 A01
Contratada: ANA MARIA DE ABREU DOS SANTOS
CPF 678.857.489-87
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016
Valor; 30.000,00 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 03/2015 Dispensa: 02/2015

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Locatário

Ana Mara de Abreu dos Santos
Representante legal
Locador

EXTRATO: PMI GABINETE 2015/131 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI GABINETE 2015/131 A02
10.761.785/0001-79
Objeto: Prorrogação do prazo do contrato para até 31 de dezembro de 2016
Valor: R\$250.000,00 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº. 170/2014 Concorrência 15/2014

Imbituba, 10 de dezembro de 2015.
Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete da Prefeitura
Municipal de Imbituba
Contratante

Omega Comunicação Ltda me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2013/33 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2013/33 A03

Contratada: O GRANDE JORNAL EDITORA LTDA ME.

CNPJ 11.870.801/0001-24

Objeto: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Prazo:31/12/2016 Valor R\$ 49.800,00

Fundamento: Processo nº03/2013 Pregão: 03/2013

Imbituba, 30 de dezembro de 2015

Nicolau Corsino Bento

Secretário municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

O Grande Jornal Editora Ltda Me.

Severino Do Ramo Fernandes De Carvalho

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/155 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/155 A01

Contratada: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME

CNPJ 11.002.519/0001-25

Objeto: É OBJETO DESTE TERMO ADITIVO O ACRÉSCIMO DE 10,24 (Dez virgula vinte e quatro por cento) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo:31/12/2015 Valor:R\$ 4.790,19

Fundamento: Processo nº87/2015 Carta Convite 10/215

Imbituba, 30 de Dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- Contratante

Rosevanio Matias de Souza me

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/180 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/180 A00

Contratada: ROSIVANIO MATIAS DE SOUZA ME.

CNPJ: 11.0002.519/0001-25

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO- PCC, E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ELUAR ALVES DO NASCIMENTO, SITUADA NO BAIRRO DE ROÇA GRANDE- IMBITUBA/SC.

Prazo:28/03/2016 Valor R\$ 60.195,10

Fundamento: Processo nº105/2015 Carta Convite 12/2015

Imbituba, 28 de dezembro de 2015

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- Contratante

Rosivanio Matias De Souza Me.

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/191 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/191 A00

Contratada: JL CONSTRUTORA LTDA ME.

CNPJ: 12.587.530/0001-67

Objeto: IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO- PCC, SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA ESPÍRITO SANTO, SITUADA NO BAIRRO MIRIM-IMBITUBA SC

Valor R\$82.170,40- Prazo: 04/04/2016

Fundamento: Processo nº130/2015 Carta Convite 15/2015

Imbituba, 29 de dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

Infraestrutura e mobilidade urbana

Contratante

J.L Construtora Ltda Me.

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/88 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/88 A04

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

CNPJ 78.867.769/0002-80

Objeto: : Prorrogação de para até 31 de janeiro de 2016 ou até a homologação do novo processo licitatório.

Prazo:31/01/2016

Fundamento: Processo nº173/2014 Pregão 103/2014

Imbituba, 21 de dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- Contratante

Posto Oficinas Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2013/71 A 03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2013/71 A 03

Contratada LUCIA PIRES FERNANDES

CPF: 507.155.779-72

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor: R\$12.000,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 62/2013 Dispensa 12/2013

Imbituba, 10 de dezembro de 2015.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal da setec

Contratante

Lucia Pires Fernandes

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/55 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/55 A02

Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME

CNPJ 10.761.785/0001-79

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor; 60.000,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 122/2013 Concorrência 05/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Omega Comunicação Ltda me

Joao Antonio de Souza Domingos

Procurador

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2013/83 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2013/83 A03

Contratada: CENTRAL DE PESQUISAS DE MARKETING LTDA ME

CPF 02.295.493/0001-60

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor; 42.000,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 46/2013 Pregão 34/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Central de Pesquisas e

Marketing Ltda me

Representante legal

Contratado

EXTRATO: PMI SEDUC 2013/89 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2013/89 A03

Contratada: GILBERTO PIRES

CPF 306.031.619-87

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor; 75.223,92 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 77/2013 Dispensa 13/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Gilberto Pires

Representante legal

Contratado

EXTRATO: PMI SEDUC 2013ª/103 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2013ª/103 A04

Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME

CNPJ 10.761.785/0001-79

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor; 19.920,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 29/2013 Tomada de Preço 01/2013

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Omega Comunicação Ltda me

Representante legal

Contratado

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/02 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/02 A03

Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA

CNPJ 79.719.613/0001-33

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de Dezembro de 2016

Valor R\$ 916.545,14 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Pregão 01/2014

Imbituba, 01 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Editora Positivo Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/13 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/13 A02

Contratada: EXPURGO LAR PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ 07.389.979/001-80

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor; 13.280,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 04/2014 Pregão 04/2014

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Expurgo Lar Prestadora de Serviços Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/258 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/258 A02

Contratada: ITAPIRUBA COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÃO LTDA

CNPJ 08.397.388/0001-18

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 30/03/2016

Prazo: 30/04/2016

Fundamento: Processo nº. 166/2014 Tomada de Preço: 04/2014

Imbituba 29 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Itapiruba Comercio de Representação Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/101 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/101 A01

Contratada: ANTONIO NICOLAU DE ABREU-ME

CNPJ 97.528.279/0001-01

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de Dezembro de 2016

Valor; 34.000,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 44/2015 Pregão 31/2015

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Antonio Nicolau de Abreu-me

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/72 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/72 A01

Contratada: ITAPIRUBA COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÃO LTDA

CNPJ 08.397.388/0001-18

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 30/03/2016

Prazo: 30/04/2016

Fundamento: Processo nº. 23/2015 Tomada de Preço: 01/2015

Imbituba 29 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Itapiruba Comercio de Representação Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/87 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/87 A02

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

CNPJ 78.867.769/0002-80

Objeto Prorrogação de para até 31 de janeiro de 2016 ou até a homologação do novo processo licitatório

Fundamento: Processo nº. 174/2014 Pregão 104/2014

Imbituba, 21 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Posto Oficinas Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2011/120 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2011/120 A05

Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL

CNPJ 03.354.241/0001-27

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 25 de maio de 2016

Valor; 19.950,00 Prazo: 25/05/2016

Fundamento: Processo nº. 82/2011 Pregão Presencial 56/2011

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Fundação de Apoio a Educ.

Pesq. e Extr. Da Unisul

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2013/08 A09

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2013/08 A09

Contratada: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA

CNPJ 01.375.841/0001-46

Objeto: Reajuste de 0,082683% (sobre este termo aditivo)

Valor R\$ 19.813,57

Fundamento: Processo nº. 131/2012 Concorrência 04/2012

Imbituba 28 de dezembro de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Construtora Formigoni Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEFAZ 2015/158 A/001

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2015/158 A/001

Contratada CARLOS NAASCIMENTO E SILVA ME

CNPJ 14.752.654/000-86

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Valor 7.200,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 100/2015 Dispensa 23/2015

Imbituba, 21 de dezembro de 2015.

Ivan Vítório

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Carlos Augusto Nascimento e Silva me

Representante legal

Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/05 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/05 A03

Contratada: CARLOS ALBERTO DA SILVA.

C.N.P.J 416.446.469-00

Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valor: R\$27.230,28 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Dispensa 01/2014

Imbituba, 29 de Dezembro 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

Carlos Alberto Da Silva

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEASH 2014/14 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/14 A02

Contratada: CONSELHO COMUNITÁRIO DE VILA NOVA ALVORADA

CNPJ 289.098.289-00

Objeto: Prorrogação de prazo do contrato original para até 31/12/2016

Valor: R\$12.000,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 11/2014 Dispensa: 01/2014

Imbituba, 10 de dezembro 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Locatária

Conselho Comunitário de Vila

Nova Alvorada

Representante Legal

Locador

EXTRATO: SEAST 2015/07 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/07 A01

Contratada: IMOBILIARIA LEANDRO E CAROL LTDA

C.N.P.J: 11.264.946/0001-81

Objeto: Prorrogação de prazo do contrato original para até 31/12/2016

Valor R\$15.600,00 Prazo 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 15/2015 Dispensa 02/2015

Imbituba, 10 de dezembro 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Locatária

Imobiliária Leandro e Carol Ltda

Representante Legal

Locador

EXTRATO: SEAST 2015/13 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/13 A02

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

C.N.P.J: 78.867.769/0002-80

Objeto: Prorrogação de prazo para até 31 de janeiro de 2016 ou até a homologação do novo processo licitatório.

Prazo 31/01/2016

Fundamento: Processo nº. 173/2014 Pregão 103/2015

Imbituba, 10 de dezembro 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Posto Oficinas Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/49 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/49 A02

Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

C.N.P.J 86.431.749/0060-69

Objeto: Inclusão de dotação orçamentária.

Fundamento: Processo nº. 33/2015 Inexibibilidade 02/2015

Imbituba, 21 de Dezembro 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Santo Anjo da Guarda Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEAST 2015/57 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2015/57 A00

Contratada: ESPAÇO VITALITTA CLINICA INTEGRADA LTDA

C.N.P.J 12.278.867/0001-20

Objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exercícios para a terceira idade, quickmassage, técnicas corporais, automassagem e naturologia para o "Centro do idoso"

Valor: R\$4.387,50 Prazo: 01/01/2016

Fundamento: Processo nº. 37/2015 Pregão 31/2015

Imbituba, 01 de Dezembro 2015.

Selma Elias Whestphal

Secretária Municipal da Seast

Contratante

Espaço Vitalitta Clinica Integrada Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEDURB-SANEAMENTO 2014/03 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDURB-SANEAMENTO 2014/03 A02

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

CNPJ 83.073.536/0001-64

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato original para até 31 de dezembro de 2016

Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Concorrência 01/2014

Imbituba, 09 de dezembro de 2015.

Secretaria municipal de Desenvolvimento Urbano

Sustentável-Sedurb

Eduardo Passos Nunes

Secretário Municipal Contratante

Serrana Engenharia Ltda

Representante legal

Contratada

EXTRATO: SEFAZ 2012/117ª A05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEFAZ 2012/117ª A05

Contratada: SOMAP ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA

C.N.P.J:07.182.988/0001-04

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato para até 31 de dezembro de 2016

Prazo: 31/12/2016 Valor: 50.836,80

Fundamento: Processo nº. 66/2012 Carta Convite 05/2012

Imbituba, 10 de Dezembro de 2015.

Ivan Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Somap Assessoria e Consultoria

Tributária Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEFAZ 2012/17 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEFAZ 2012/17 A01

Contratada: JACIMAR ALEXANDRE TORRES ME.

C.N.P.J:05.905.338/0001-06

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato para até 31 de dezembro de 2016

Prazo: 31/12/2016 Valor: 46.440,00

Fundamento: Processo nº. 07/2012 Pregão: 03/2015

Imbituba, 10 de Dezembro de 2015.

Ivan Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Empresa Jacimar Alexandre Torres me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEFAZ 2013/109 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEFAZ 2013/109 A05

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

C.N.P.J:00.456...865/0001-67

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato para até 31 de dezembro de 2016

Prazo: 31/12/2016 Valor: 539.887,98

Fundamento: Processo nº. 81/2013 Pregão Presencial:56/2013

Imbituba, 10 de Dezembro de 2015.

Ivan Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Betha Sistemas Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEFAZ 2015/16 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEFAZ 2015/16 A01

Contratada: ALINEA CONSULTORIA CONTABIL LTDA

C.N.P.J17.306.003/0001-50

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato para até 31 de dezembro de 2016

Prazo: 31/12/2016 Valor: 26.400,00

Fundamento: Processo nº. 02/2015 Carta Convite 01/2015

Imbituba, 10 de Dezembro de 2015.

Ivan Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Empresa alínea consultoria contábil Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2015/21 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2015/21 A02

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

CNPJ: 78.867.769/000280

Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PARA ATÉ 31 DE MARÇO DE 2016

Prazo 31/03/2016

Fundamento: Processo nº. 49/2014 Pregão 36/2014

Imbituba, 23 de Dezembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Posto Oficinas Ltda

Representante legal

Contratada

PORTARIA PMI SEAPI Nº 001/2016

PORTARIA PMI SEAPI Nº 001/2016, de 04 de janeiro de 2016.

Designa servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Obra de pavimentação e drenagem pluvial, da Rua Espírito Santo - Mirim e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução de obra de pavimentação e drenagem pluvial, da Rua Espírito Santo – Mirim, por meio do Processo Licitatório nº 130/2015, Carta Convite 15/2015, contrato PMI/ SEAPI 2015/191,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora Engº Civil LAURITA REGINA WUNDER PAMATO NUNES, CPF: 752.937.900-30, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de janeiro de 2016.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gerente de Atos Normativos

PORTARIA PMI SEAPI Nº 002/2016

PORTARIA PMI SEAPI Nº 002/2016, de 04 de janeiro de 2016.

Designa servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Obra de pavimentação e sinalização viária e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução de obra de pavimentação e sinalização viária, da Rua Eluar Alves do Nascimento – Roça Grande por meio do Processo Licitatório nº 105/2015, Carta Convite 12/2015, contrato PMI/ SEAPI 2015/180,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora Engº Civil LAURITA REGINA WUNDER PAMATO NUNES, CPF: 752.937.900-30, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de janeiro de 2016.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gerente de Atos Normativos

PORTARIA PMI SEAPI Nº 003/2016

PORTARIA PMI SEAPI Nº 003/2016, de 04 de janeiro de 2016.

Designa servidora para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Obra de pavimentação, drenagem pluvial e sinalização viária e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução de obra de pavimentação e sinalização viária, da Rua César Pedro da Rosa – Roça Grande por meio do Processo Licitatório nº 104/2015, Carta Convite 11/2015, contrato PMI/ SEAPI 2015/167,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora Engº Civil LAURITA REGINA WUNDER

PAMATO NUNES, CPF: 752.937.900-30, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 04 de janeiro de 2016.

Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gerente de Atos Normativos

PORTARIA PMI/GGP Nº 01/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 01, de 04 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Cléia Laurentino	Servente Merendeira	028.166.309-27	04/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de janeiro de 2016.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 02/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 02, de 04 de janeiro de 2016.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 10/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Vânia dos Passos Pacheco	Agente Comunitário de Saúde – Área 10	084.790.889-58	04/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de janeiro de 2016.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1646/2016

DECRETO Nº 1646 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
Atualiza a Unidade Fiscal do Município – UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERE, considerando o disposto no art. 3º, da Lei Complementar nº 12 de 26 de março de 2003 DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizada a Unidade Fiscal do Município – UFM, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 12 de 26 de março de 2003, cujo valor passa a ser de R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos), servido como referencia financeira para cobrança de tributos e multas.

Parágrafo Único: O valor da correção utilizado para a atualização da Unidade Fiscal do Município equivale a 10,54% (dez vírgula cinquenta e quatro por cento) correspondente ao Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, apurado pela Fundação Getulio Vargas – FGV – acumulado no ano de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

Iomerê, 04 de janeiro de 2016.
MILTO BORGA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2715/2016

PORTARIA Nº 2715 DE 04 DE JANEIRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MARIA INES COLOMBO OLTRAMARI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2015 a 19/01/2016 a contar de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 04 de janeiro de 2016.
MILTO LUIZ BORGA
Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2716/2016

PORTARIA Nº 2716 DE 04 DE JANEIRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal IRENE OSS BARI-CHELLO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2015 a 19/01/2016 a contar de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 04 de janeiro de 2016.
MILTO LUIZ BORGA
Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2717/2016

PORTARIA Nº 2717 DE 04 DE JANEIRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal IVA PEROSA PELLE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2015 a 19/01/2016 a contar de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 04 de janeiro de 2016.
MILTO LUIZ BORGA
Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2718/2016

PORTARIA Nº 2718 DE 04 DE JANEIRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal IVANIR PEROSA PELLE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2015 a 19/01/2016 a contar de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos

Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 04 de janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORG

Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2719/2016

PORTARIA Nº 2719 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal LEONILDE FERRONATO FACCIN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2015 a 19/01/2016 a contar de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 04 de janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORG

Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2720/2016

PORTARIA Nº 2720 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal GIOVANA CRESTANI FRANCO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/04/2015 a 14/04/2016 a contar de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 04 de janeiro de 2016.

MILTO LUIZ BORG

Prefeito Municipal em Exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES 01/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC

MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES 01/2016

VALDIR ZANELLA- PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que de acordo com o § 1º do artigo 34 da lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, se encontra aberta a possibilidade geral e irrevogada, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos fornecedores da Administração Pública do Município. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações, no horário de expediente, pelos telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, ou pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

IPUMIRIM, em 04 de janeiro de 2.016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº.002/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 51, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993, artigo 3º e parágrafos do Decreto 0731/93 de 09 de agosto de 1993,

NOMEIA,

Laudecir Frâncio, Jucilene Goldoni Caliar, Roseli Salete Zanatta e Claudimir Antonio Accadrolli, sendo todos do quadro permanente da Prefeitura municipal de Ipumirim - SC, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo e tendo como membro o terceiro e suplente o quarto, para constituírem a Comissão Permanente de Licitações prevista no artigo e Lei supra citada e regulamentada pelo Decreto 0731/93 de 09 de agosto de 1993.

A Comissão terá mandato de um ano, contado a partir da data de publicação da presente portaria.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

Ipumirim, 04 de Janeiro de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Paulo Roberto de Bortoli.

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 001/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2.016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

Fica concedida férias coletivas para os Servidores Públicos Municipais, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
2264	Cleberson da Silva	Op. De Retro	03/14 a 03/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1089	João Carlos Ferrari	Monitor Desp.	02/14 a 02/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1104	Rosani Camillo	Tec. Compras	03/14 a 03/15	06/01/2016 a 25/01/2016
2014	Gessi A. de Campos	Assistente Soc	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2024	Marcos G. Coser	Tec. Inform.	06/13 a 06/14	06/01/2016 a 25/01/2016
1707	Amarildo A. de Marco	Médico Vet.	08/14 a 08/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0042	Gerson M. Wildner	Tec. Agrícola	01/14 a 12/14	06/01/2016 a 20/01/2016
2116	Roseli S. Zanatta	Of. Gabinete	03/14 a 03/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0482	Gilmar A. da Rosa	En Agrônomo	01/14 a 01/15	06/01/2016 a 04/02/2016

2187	Diane Favretto	Nutricionista	08/14 a 08/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1637	Douglas Biffi	Aux. Administ.	07/13 a 07/14	06/01/2016 a 04/01/2016
1637	Douglas Biffi	Aux. Administ.	07/14 a 07/15	16/01/2016 a 04/02/2016
1988	Alison Bianchessi	Servente	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 16/01/2016
1295	Leudenir Trombetta	Motorista	07/14 a 07/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1311	Aneliria Techio	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0532	Irdes K. Schmidt	Prefessora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1710	Marilia Cumerlatto	Zeladora	08/14 a 08/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1056	Marli C. Grosbelli	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0650	Marli C. Grosbelli	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0683	Susimar Peretti	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2034	Eliana Mocelin	Professora	06/14 a 06/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2052	Patricia Moterle	Professora	07/15 a 07/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0652	Rosmeri G. Falabretti	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0158	Leda B. Spricigo	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0497	Severino Padia	Motorista	01/15 a 01/16	06/01/2016 a 04/02/2016
2007	Michele F. Dall Bello	Zeladora	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2115	Elenite T. Costa	Coordenadora	03/15 a 03/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0093	Marisa Rossetto	Aux. Administ.	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2324	Adriana Hilleshein	Professora	11/14 a 11/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0699	Adriana Raymundi	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0530	Adriana Raymundi	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2020	Bernadete Vasselai	Professora	06/15 a 06/16	06/01/2016 a 04/02/2016
2063	Caroline B. Zulian	Professora	10/14 a 10/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2031	Daniela Zanela	Professora	06/15 a 06/16	06/01/2016 a 04/02/2016
2217	Danieli Pereira	Professora	02/15 a 02/16	06/01/2016 a 04/02/2016
1051	Dilviana Cason	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1126	Dinamar Patzlaff	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1702	Dinamar Patzlaff	Professora	08/15 a 08/16	06/01/2016 a 04/02/2016
2021	Edson Pedrosso	Professor	06/15 a 06/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0540	Eliane Rossetto	Professora	12/13 a 12/14	06/01/2016 a 04/02/2016
2050	Fernando Hermann	Professor	07/15 a 07/16	06/01/2016 a 04/02/2016
2047	Gidiomar Techio	Professor	07/15 a 07/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0051	Ilse F. Albiero	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0612	Ivalene P. Klee	Professora	09/14 a 09/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0721	Ivalene P. Klee	Professora	06/14 a 06/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1701	Ivete Drehmer	Zeladora	08/14 a 08/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0527	Izanir T. Nicoden	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2048	Jacinta M. Spricigo	Professora	07/15 a 07/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0067	Janete Kist Neis	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0541	Judite Weingartner	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0586	Juliana Bertollo	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0691	Juliana Bertollo	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0082	Margarete B.de Mello	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0529	Margarete B.de Mello	Professora	02/14 a 02/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2292	Mariana C. Machado	Professora	05/15 a 05/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0092	Marisa P. Baller	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2070	Idiane P. Wildner	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2044	Marlete Pereira	Professora	07/15 a 07/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0097	Marlete Pereira	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0531	Olivo Santian	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2003	Rosalia Techio	Professora	05/15 a 05/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0588	Rosane Heemann	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0111	Rosane Heemann	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0538	Roselei Regert	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0535	Salete Lecardelli	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0651	Salete Lecardelli	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2022	Sandra Anater	Professora	06/15 a 06/16	06/01/2016 a 04/02/2016
1111	Vanderson Cerutti	Professor	01/15 a 01/16	06/01/2016 a 04/02/2016
1103	Vivia Formagini	Professora	03/14 a 03/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2095	WereniseLudescher	Professora	02/15 a 02/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0528	Ione Farina	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0653	Ione Farina	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1048	Ludimar Boldori	Secretaria	02/14 a 02/15	06/01/2016 a 04/02/2016

1047	Adi T. Guerini	Zeladora	02/15 a 02/16	06/01/2016 a 04/02/2016
2037	Claudete Baron	Zeladora	06/14 a 06/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1659	Clenir Bicigo	Zeladora	07/14 a 07/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0318	Loiri P. Santian	Professora	12/14 a 12/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1965	Nelisse Pagliosa	Professora	03/15 a 03/16	06/01/2016 a 04/02/2016
1719	Gabriele Fracasso	Professora	09/14 a 09/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2216	Margarete Corso	Professora	02/15 a 02/16	06/01/2016 a 04/02/2016
1696	Juares L. da Silva	Professor	08/15 a 08/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0513	Vilma Lang	Zeladora	02/15 a 02/16	06/01/2016 a 04/02/2016
1672	Jurandi Locatelli	Zeladora	07/14 a 07/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2159	Juliane Rell	Assessora	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0087	Marilei Carpinelli	Escrituraria	07/14 a 04/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2012	Moacir Tomazoni	Motorista	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1716	Milania M. Zucchi	Enfermeira	09/13 a 09/14	06/01/2016 a 04/02/2016
2276	Maiara Zatta	Fisioterapeuta	03/14 a 03/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1971	Fabiana Paludo	Aux. Administ.	04/14 a 04/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0606	Zenilde Nazar	Aux. Enferm.	09/13 a 09/14	06/01/2016 a 15/01/2016
0606	Zenilde Nazar	Aux. Enferm.	09/14 a 09/15	16/01/2016 a 04/02/2016
0520	Ivone Detofano Lang	Zeladora	01/14 a 01/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0854	Enezio Faccin	Op. Retro	09/12 a 09/13	06/01/2016 a 04/02/2016
0049	Iara dos S. Wolff	Aux. Enferm	09/12 a 09/13	06/01/2016 a 04/02/2016
1025	Adriana Tiepo	Enfermeira	01/15 a 01/16	06/01/2016 a 04/02/2016
2112	Hildo C. Sabadin	Supervisor	03/15 a 03/16	06/01/2016 a 04/02/2016
0013	Carlos Serafin	Motorista	07/14 a 07/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1728	Marcia Serafin	Ag. Vigilancia	10/14 a 10/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2215	Silvania da Silva	Zeladora	02/14 a 02/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2046	Anair Kern	Aux. Enferm	07/14 a 07/15	06/01/2016 a 25/01/2016
2082	Luana Schmidt	Diretora	01/15 a 01/16	06/01/2016 a 04/02/2016
1014	Fabiane Farina	Psicologa	10/13 a 10/14	06/01/2016 a 04/02/2016
1733	Deise Sinhoratti	Ag. Vigilancia	11/14 a 11/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0524	Erasmus Canton	Odontologo	02/14 a 02/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0488	Lizandra Canton	Odontóloga	02/14 a 02/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2009	Flaviane manica	Fisioterapeuta	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1105	Alan de Souza Pinto	Fonoaudiólogo	03/14 a 03/15	06/01/2016 a 20/01/2016
1714	Mariana da Silveira	Farmacêutica	09/14 a 09/15	06/01/2016 a 20/01/2006
0118	Thais Pezzi Sposito	Bioquímica	03/14 a 03/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1662	Jocelina de Andrade	Atendente Odo	07/14 a 07/15	06/01/2016 a 04/02/2016
0009	Angela Ticiani	Aux. Administ	04/14 a 04/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2416	Eli Sueli Pellin	Diretora	04/15 a 04/16	06/01/2016 a 04/02/2016
1984	Rodrigo Rossato	Medico	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1983	Telma Tavela	Medica	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1087	Sergio tiepo	Motorista	01/14 a 01/15	06/01/2016 a 15/01/2016
2062	Jakline Fracaso	Psicologa	09/13 a 09/14	06/01/2016 a 25/01/2016
2062	Jakline Fracaso	Psicologa	09/14 a 09/15	26/01/2016 a 04/02/2016
2010	Jorge A.dos Santos	Motorista	05/13 a 05/14	07/12/2015 a 21/12/2015
2010	Jorge A dos Santos	Motorista	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 20/01/2016
1865	Cassio Canton	Consultor Jur.	08/14 a 08/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1999	Filipe Stechinski	Advogado	05/14 a 05/15	28/12/2015 a 16/01/2016
1690	Gilvan Tremea	Servente	08/14 a 08/15	06/01/2016 a 04/02/2016
2294	Leiliane Casagrande	Coordenadora	06/14 a 06/15	06/01/2016 a 04/02/2016
1993	Andre dos Santos	Op. De Retro.	05/14 a 05/15	06/01/2016 a 04/02/2016
59	Israel Cumerlatto	Servente	06/14 a 06/15	06/01/2016 a 04/02/2016
507	Silvano Schmidt	Servente	02/15 a 02/16	06/01/2016 a 04/02/2016
041	Gerson Serafin	Servente	09/14 a 09/15	06/01/2016 a 04/02/2016

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 04 de Janeiro de 2.016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2015/CMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2015

CONTRATANTE – Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim – SC, CONTRATADA – Associação Comunitária Rádio FM Pequeno Vale.

OBJETO - I - divulgação dos atos Oficiais da Câmara de Vereadores; II - divulgação das atividades desenvolvidas pela Câmara de Vereadores na forma de Boletim Informativo, especialmente dos projetos e demais proposições aprovadas; III – Transmissão de Reuniões quando solicitado pela Câmara; VIGÊNCIA - 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2016. VALOR. R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais.

Ipumirim – SC 29 de dezembro de 2015

Osmar José Simon

Presidente

Irineópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 94/2015 - PM

CONTRATO Nº 94/2015.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2014
MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 02/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO PARA EXPLO-
RAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GUARDA, DEPÓSITO E A VENDA DE
VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULA-
ÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI, A PREFEITURA MUNICIPAL DE
IRINEÓPOLIS – SC E A EMPRESA ROQUE AUTO SOCORRO LTDA
- ME.

Pelo presente instrumento particular de contrato, o MUNICÍPIO
DE IRINEÓPOLIS/SC, pessoa jurídica de direito público interno,
com sede na Rua Paraná 200, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº
83.102.5558/0001-05, doravante denominada simplesmente PER-
MITENTE, representada neste ato pelo seu Prefeito Sr. Juliano Pozzi
Pereira, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-
15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC e de outro
lado a empresa Roque Auto Socorro Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob
o nº 20.386.821/0001-15, com sede na Rua: Rio Grande do Sul,
nº 272, Centro, cidade de Irineópolis, estado de Santa Catarina,
doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, neste ato
representada pelo seu representante Sr. Roque Luiz Tretto Junior,
inscrito no CPF: 733.067.899-68, RG: 2.319.030, conforme Pro-
cesso Licitatório nº 60/2014, na Modalidade de Concorrência, têm
entre si justa e acordada, na melhor forma de direito, a celebração
do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições,
tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada
e Cláusula Décima Terceira do Contrato original, fica de comum
acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 24/11/2016, a con-
tar da data de 25 de novembro de 2015.

Parágrafo Único - O presente contrato poderá ser rescindido con-
forme o previsto nos Artigos 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93, de
21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado ins-
trumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais
efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual
teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis, em 07 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA PREFEITO MUNICIPAL PERMITENTE	ROQUE LUIZ TRETTO JUNIOR ROQUE AUTO SOCORRO LTDA - ME PERMISSIONÁRIA
Testemunhas:	
Nome: Sidnei Wagner	
CPF: 302.634.259-91	
Nome: Rodrigo Antonio Jurck	
CPF: 089.370.669-80	

CONTRATO Nº 95/2015 - PM

PROCESSO Nº 78/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2014
CONTRATO Nº 95/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 82/2014, que entre si celebram a
empresa Cristofolini & Cristofolini Ltda – ME e a Prefeitura Muni-
cipal de Irineópolis

Pelo presente instrumento particular, de um lado a Prefeitura Mu-
nicipal de Irineópolis, com sede à Rua Paraná, 200, na Cidade de
Irineópolis, Estado de Santa Catarina - CEP 89440-000, CNPJ nº
83.102.558/0001-05, neste ato representada pelo Senhor Juliano
Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e
domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de
Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e porta-
dor da cédula de identidade n.º 827.405-SC, doravante denominado
simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa Cristo-
folini & Cristofolini Ltda. – ME, Sob o CNPJ nº 07.896.505/0001-25,
Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua: Santa Catarina,
nº 737, Centro, Irineópolis – Santa Catarina representada pelo Sr.
Silvio Cristofolini, inscrito no CPF sob nº 566.718.499-00, RG nº
1.456.031 SSP-SC, doravante designado(a) simplesmente "CON-
TRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de cre-
denciamento para prestação de serviços de hora/máquina, tudo de
acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e
legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de
Licitação nº. 68/2014, modalidade Credenciamento n.º 03/2014,
e Inexigibilidade nº 05/2014, pelas cláusulas a seguir expressas,
definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes,
tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada
e Cláusula Oitava do Contrato original, fica de comum acordo pror-
rogado o prazo de sua vigência até 07/12/2016.

Parágrafo Único - O presente contrato poderá ser rescindido con-
forme o previsto nos Artigos 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93, de
21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado ins-
trumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais
efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual
teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 08 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRI- NEÓPOLIS Juliano Pozzi Pereira Contratante	CRISTOFOLINI & CRISTOFOLINI LTDA. ME Silvio Cristofolini Contratado
Testemunhas	
Nome: Valdir Marafigo	Nome: Gessica Greschechen
CPF: 017.851.289-30	CPF: 072.218.599-57

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 64/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 36/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 21 de janeiro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, REMOLD, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 17 de dezembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

TERMO DE OUTORGA E PERMISSÃO

2º TERMO ADITIVO AO

TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO Nº 44/2013

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, doravante denominado PERMITENTE, através deste instrumento outorga Permissão de Uso, a título precário, pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser renovado por igual período, de acordo com art. 57, da lei 8.666/93, de um terreno para fins de arrendamento agropecuário, de Propriedade da Prefeitura Municipal, matriculado sob nº 20.355, com área de 3,4577ha, localizado na Colônia Velha, neste Município de Irineópolis, à João Carlito Mikatowicz, inscrito no CPF sob o n.º. 660.838.939-68, residente e domiciliado na Rua Francisco Senn, s/nº, centro, na cidade de Irineópolis, estado de Santa Catarina, condicionado ao cumprimento das cláusulas a seguir especificadas, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 44/2013, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência por mais 01 (um) ano, até 01.11.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Permissionária pagará à Permitente o reajuste de R\$ 207,77 (duzentos e sete reais e setenta e sete centavos), conforme faculta a alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e Cláusula Terceira do Termo de Outorga de Permissão de Uso nº 44/2013. Em função do reajuste ora aplicado, o valor para pagamento da permissão anual de uso do bem público passará a ser de R\$ 2.266,97 (dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis - SC, 03 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PERMITENTE

JOÃO CARLITO MIKATOWICZ

PERMISSIONÁRIO PERMISSIONÁRIO

Testemunhas:	
Nome: Ivete Cardoso Fronczak	Nome: Patricia Fabiane Fronczak
CPF: 383.533.939-72	CPF: 037.425.669-11

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 17-2015 CONCEDER FERIAS AO SERVIDOR**

Portaria Nº 17/2015

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder ao Servidor, LÚCIO LUIZ COLOMBO, Assessor de Imprensa, o gozo das férias pelo período de 04/01/2016 à 02/02/2016, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 03/02/2016.

Referente ao período aquisitivo de 01/01/2015 à 31/12/2015.

Gabinete da Presidência, em 17 de Dezembro de 2015.

Sandra Renate Piekazewicz Maydl

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 18-2015 CONCEDER FERIAS A SERVIDORA

Portaria Nº 18/2015

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder a Servidora, CLEIDE GOMES DOS SANTOS DAMS, Agente Administrativa, o gozo das férias pelo período de 04/01/2016 à 18/01/2015, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 19/01/2015.

Referente ao período aquisitivo de 02/02/2014 à 02/02/2015.

Gabinete da Presidência, em 17 de Dezembro de 2015.

Sandra Renate Piekazewicz Maydl

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

001/2016

Decreto nº. 001 de 04 de Janeiro de 2016

"Delega Competências a Servidor que Identifica e dá outras providências".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de manter agilidade na prática dos atos administrativos;

Considerando ainda o período de férias da Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Joice Anita Sartoretto Zotti.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Servidor JAIR FRANCISCO MOSCHETTA, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para responder pelos atos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pelo período de 04 a 22 de Janeiro de 2016.

I – Este Decreto delega competência para assinar pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a publicação de Leis, Decretos, Portarias, bem como demais documentos pertinentes.

Parágrafo único. Fica vedada a prática de atos administrativos privativos do Chefe do Poder Executivo.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Itá –SC, 04 de Janeiro de 2016

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária de Administração e Fazenda

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016, CHAMADA PUBLICA Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2016

O Prefeito Municipal em Exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a todos os interessados que está aberto a Chamada Publica de Pessoas Físicas e Jurídicas para fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para compor a merenda escolar. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 05 de fevereiro de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 04 de Janeiro de 2016.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016, PREGÃO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal em Exercício de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço, no dia 18 de janeiro de 2016, para possível contratação de SERVIÇOS DE ARBITRAGEM para as competições efetuadas pelo departamento de Esportes, Cultura e Lazer do Município de Itá. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 18 de janeiro de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 04 de janeiro de 2016.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO N. 103/2015

DECRETO Nº 103/2015, de 01 de dezembro de 2015.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 413,33 (quatrocentos e treze reais e trinta e três centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Secretaria de Educação

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.3059 Aplicações Diretas 413,33

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 85.785,81 (oitenta e cinco mil setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.003 – Manutenção Atividades da Secretaria Administração e Fazenda

Suplementação 3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplica- ções Diretas	10.000,00
--	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplica- ções Diretas	10.000,00
---	-----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Secretaria de Educação

2.012 – Manutenção Secretaria de Educação

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1001 Aplica- ções Diretas	15.000,00
---	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1001 Aplica- ções Diretas	15.000,00
---	-----------

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1001 Aplica- ções Diretas	18.000,00
---	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1001 Aplica- ções Diretas	18.000,00
---	-----------

2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profissio-
nal
Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplica- ções Diretas	8.000,00
---	----------

Anulação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplica- ções Diretas	8.000,00
---	----------

2.018 – Apoio ao Ensino Superior e Especializações
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplica- ções Diretas	9.000,00
---	----------

Anulação

3.3.50.00.00.00.00.1000 Trans- ferências a Instituições	9.000,00
--	----------

07.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social

07.05 – Fundo Municipal de Direito do Idoso

2.057 – Manutenção Fundo Municipal de Direito ao Idoso

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.3824 Aplica- ções Diretas	10.785,81
3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplica- ções Diretas	5.000,00

Anulação

4.4.90.00.00.00.00.3824 Aplica- ções Diretas	10.785,81
4.4.90.00.00.00.00.1000 Trans- ferência a instituições	5.000,00

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008 – Manutenção Atividades Departamento Urbanismo

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplica- ções Diretas	10.000,00
---	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplica- ções Diretas	10.000,00
---	-----------

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 9.322,15 (nove mil trezentos e vinte e dois reais e quinze centavos), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do art. 5º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

1.001 – Infraestrutura Urbana

4.4.90.00.00.00.00.1524 Aplicações Diretas	9.322,15
--	----------

Fonte de recursos - 1524- Convênios/ Contratos Descentralizador SDR-Estado

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 9.550,13 (nove mil quinhentos e cinquenta reais e treze centavos), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Secretaria de Educação

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.1059 Aplicações Diretas	450,13
--	--------

Fonte de recursos - 1059– Recurso FNDE - PDDE

07.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.056 – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.1352 Aplicações Diretas	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1352 Aplicações Diretas	5.500,00

Fonte de recursos - 1352– FEAS Alta Complexidade

07.05 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.057 – Manutenção Fundo Municipal de Direito ao Idoso

3.3.90.00.00.00.00.1824 Aplicações Diretas	2.600,00
--	----------

Fonte de recursos - 1824– Convênio Fundo do Idoso

Art. 5º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.031 – Manutenção Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	80.000,00
Anulação	
3.1.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 6º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, no valor de R\$ 2.169,90 (dois mil cento e sessenta e nove reais e noventa centavos) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:
01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá
01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá
2.001 – Manutenção Atividades do Poder Legislativo
Suplementação

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	2.169,90
Anulação	
3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	2.169,90

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 01 de dezembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 112/2015

DECRETO Nº 112, de 30 de dezembro de 2015.

“NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal em Exercício de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto no inciso VII do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 126/2015 e demais legislações aplicadas ao assunto;

Considerando a promulgação da Lei Complementar nº 126/2015 de 22 de Dezembro de 2015 que: “DISCIPLINA A DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS COMO FORMA DE EXTINÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO NO MUNICÍPIO DE ITÁ – SC ACRESCENTA O CAPÍTULO VIII, TÍTULO II DA LEI COMPLEMENTAR N. 105 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”;

Considerando o requerimento protocolado junto a esta Municipalidade por parte do Senhor Abílio Gerhardt e sua esposa Senhora Voní Iria Gerhardt propondo a dação em pagamento de um imóvel de sua propriedade para compor a dívida existente perante este Município;

Considerando ainda, a necessidade de profunda análise do interesse público no recebimento do bem, da viabilidade econômica desta aceitação e de uma detida avaliação do referido imóvel.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial que irá analisar o requerimento protocolado junto a este Município pelo Senhor Abílio Gerhardt e sua esposa Senhora Voní Iria Gerhardt propondo a dação em pagamento de um imóvel de sua propriedade

para compor dívida existente perante este Município, os seguintes membros:

I – Presidente: Delso Minski
II – Secretário: Jair Francisco Moschetta
III – Membro: Marta Bender Sartoretto
IV – Membro: Jocias Kurmann

Art.3º. A Comissão acima nomeada, deverá considerar em sua análise os seguintes requisitos:

I - utilidade do bem imóvel para os órgãos da Administração Pública;
II - viabilidade econômica da aceitação do imóvel, em face dos custos estimados para sua adaptação ao uso público;
III - compatibilidade entre o valor do imóvel e o montante do crédito tributário que se pretenda extinguir.

Art. 4º. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da publicação do presente decreto.

Art. 5º. - Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 30 de Dezembro de 2015.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI
Secretária de Administração e Fazenda

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato Nº 03/2014. Objeto: Contratação de Serviços de Exames laboratoriais Básicos para os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, residente no Município de Itaiópolis/SC. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Riolab laboratório de Análises Clínicas Ltda - EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Terceira – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2016. Itaiópolis, 04/01/2016. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato de Prestação de Serviços Nº 02/2015. Objeto: Prestação de Serviços Médicos através de seu quadro permanente de médicos e funcionários, durante 24 (vinte e quatro) horas/dia, inclusive sábados, domingos e feriado. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Sociedade Hospitalar Angelina Caron. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Oitava – DO PRAZO. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 12 (doze) meses. Passando a vigência do referido contrato para o dia 04 de Janeiro de 2017. Itaiópolis, 04/01/2016. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 195 / 2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.131.2015 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO (CAUQ) PARA RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 195 / 2015 – Pregão Presencial nº. 04.131.2015

Objeto: Registro de Preços - Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação e recapeamento asfáltico (CAUQ) para ruas e avenidas do Município.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 15/01/2016.

Abertura do Pregão: 15/01/2016 às 13:00 (treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.131.2015" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 4 de janeiro de 2016.

Sérgio Roberto Lyra

Diretor de Compras

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 256 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 256 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.00.00104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 56.175,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial das seguintes dotações:

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.00.00123 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

33.90.00.00.00.00.00.00124 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

33.90.00.00.00.00.00.00128 – Aplicações Diretas
..... R\$ 26.175,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº. 257, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 257, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Regulamenta a Lei Municipal nº. 2891, de 17 de dezembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o programa de incentivo à produção agropecuária do Município de Itapiranga - SC.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela alínea "a" do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal e em entendimento a Lei Municipal nº. 2.891, de 17 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o período de 4 de janeiro a 30 de novembro de 2016 o valor de R\$ 582,80 (quinhentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos) como limite de gastos para o incentivo e fomento à agricultura e produção agropecuária, por produtor detentor de

Nota Fiscal de Produtor Rural e que tenha movimentado o mesmo em 2015.

Parágrafo único. O incentivo tem por finalidade o pagamento de até 50% (cinquenta por cento) do valor dos serviços de máquinas terceirizadas executados na propriedade do produtor rural, até o valor máximo de R\$ 1.165,60 (um mil cento e sessenta e cinco reais), para o período de 4 de janeiro a 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Ficam fixados os valores máximos a serem praticados por hora máquina/caminhão, conforme estabelecidos na tabela identificada como Anexo I a este decreto.

Art. 3º Para fazer jus ao incentivo o beneficiário deverá:

I – apresentar nota fiscal da prestação de serviço na propriedade, devidamente assinada pelo beneficiário;

II – apresentar número da conta corrente do Banco em seu nome;

III – estar em dia com a prestação de contas do bloco de Produtor Rural;

IV – estar quites com a Fazenda Municipal e demais programas municipais;

V – cópia da matrícula do imóvel no qual foi executado o serviço.

§ 1º O pagamento do incentivo será feito diretamente ao beneficiário mediante apresentação da nota fiscal de prestação de serviço e preenchimento do requerimento identificado como Anexo II a este decreto.

§ 2º As solicitações de pagamento de serviços efetuados até a primeira quinzena de cada mês serão pagas até na segunda quinzena e as da segunda quinzena serão pagas na primeira quinzena do mês seguinte.

Art. 4º Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 255, de 15 de dezembro de 2014.

Itapiranga- SC, 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

Anexo I

Tabela de preços máximos para os serviços de máquinas para o ano de 2016

	Descrição da Máquina	Valor p/ hora
01	Retro Escavadeira Traçada com peso operacional acima de 06 toneladas	R\$ 130,00
02	Escavadeira Hidráulica com peso operacional acima de 13 toneladas	R\$ 245,00

03	Escavadeira Hidráulica com peso operacional acima de 16 toneladas	R\$ 265,00
04	Escavadeira Hidráulica com peso operacional acima de 20 toneladas	R\$ 265,00
05	Trator de Esteiras equipado com escarificador e peso operacional acima de 13 toneladas	R\$ 220,00
06	Trator de Esteiras equipado com escarificador e com peso operacional acima de 16 toneladas	R\$ 265,00
07	Trator de Esteiras equipado com escarificador e com peso operacional acima de 16 toneladas com lamina angulável	R\$ 275,00
08	Caminhão Caçamba Trucada com capacidade de carga mínima de 10 m³	R\$ 130,00
09	Caminhão Caçamba Trucada e Traçada com capacidade de carga mínima de 10 m³	R\$ 130,00
10	Caminhão Caçamba com capacidade de carga mínima de 06 m³	R\$ 110,00
11	Motoniveladora equipada com escarificador traseiro e peso operacional acima de 16 toneladas	R\$ 265,00
12	Rolo Compactador com peso de compactação de no mínimo de 18 toneladas	R\$ 230,00
13	Trator de Pneus traçado com potencia superior a 85 CV	R\$ 145,00

ANEXO II

AO SENHOR SECRETARIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

REQUERIMENTO

Eu _____
_____, Produtor Rural, Nº do Bloco _____
_____, morador da comunidade de _____
_____, inscrito no CPF nº _____
_____, vem mui respeitosamente, REQUERER o ressarcimento de 50 % do valor autorizado pelo Decreto nº 257/2015 da Nota Fiscal nº _____ Valor R\$ _____, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.891 de 17 de dezembro de 2013.

Declaro que o Serviço foi executado na minha propriedade conforme consta na Nota Fiscal.

Dados para depósito

Nº da conta: _____

Agência: _____

Banco: _____ Nestes termos peço Deferimento

Itapiranga SC, ____/____/_____.
Defiro Indefiro

Em ____ de _____ de 2016.

Secretário Municipal
Agricultura e Meio Ambiente Requerente

ERRATA Nº 183/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ERRATA

Na edição do Jornal em circulação no dia 30 de dezembro de 2015, publicado o extrato da Dispensa de Licitação nº 183/2015.

Onde se lê:

Itapiranga – SC., 28 de novembro de 2015.

Leia-se:

Itapiranga – SC., 28 de dezembro de 2015.

Itapiranga – SC., 04 de janeiro de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 185/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 185/2015

OBJETO: Contratação de instituição para acolhimento de Jaqueline Ferreira, conforme decisão judicial.

Contratado: Associação Beneficente Pella Bethania.

CNPJ: 97.837.561/0001-81

Valor: R\$ 26.080,00

Vigência: 31/12/2016

Fundamento: Caput, do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Itapiranga – SC., 29 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 190/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 190/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos recicláveis e coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos compactáveis, do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 18 de janeiro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 30 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 192/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município. Entrega da documentação e proposta até às 13:30 horas do dia 18 de janeiro de 2016. Informações e cópia do edital,

podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 30 de dezembro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 38/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 38/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial Nº 38/2015 FMS, cujo objeto é a contratação de empresa para serviços mecânicos para conserto dos bicos injetores do veículo Máster, placa MLE-0741, a disposição da Secretaria de Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 18 de janeiro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 30 de dezembro de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Adm. do FMS

TERMO DE PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO EXAMES LABORATORIAIS

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 011/2014 – FMS - CREDENCIAR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS, PARA EXAMES NA ÁREA DE SAÚDE, NO ATENDIMENTO A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº. 200, Centro, nesta cidade, através do Fundo Municipal de Saúde, representada pelo Administrador do FMS, Sr. Luis Carlos Steffenon, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- o Fundo Municipal de Saúde lançou em 27/02/2014 o Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 011/2014 – CREDENCIAR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS, PARA EXAMES NA ÁREA DE SAÚDE, NO ATENDIMENTO A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

- estes serviços são realmente necessários e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento, operacionalização e manutenção das atividades e atribuições das atividades do Fundo Municipal de Saúde;

- serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos valores, pagamentos, objeto, finalidades e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento de empresas interessadas até a data de 31/12/2016, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;

- tratar-se de serviços de natureza contínua e, por tal motivo, passíveis de prorrogação contratual, conforme estabelece o art. 57, II da Lei nº. 8.666/1993 ("Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II- à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a

administração, limitada a sessenta meses;");

- a "...identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. ...O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço." (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. Editora Dialética. Fls.831);

- o "...TCU admitiu a possibilidade de os contratos de serviço a serem executados de forma contínua observarem a regra do exercício financeiro, promovendo-se as prorrogações por iguais e sucessivos períodos e o último período que integra os 60 meses, por prazo menor." Fonte: TCU. Processo nº. 003.100/95-2. Ata 26/2001-2ª Câmara (JACOB FERNANDES. Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 2ª Ed. Editora Forum. Fls. 808);

- o Edital de Chamamento Público – Processo Licitatório nº 029/2014 (subitem 10.1 do item 10, da Vigência do Credenciamento) estabelece a possibilidade de prorrogação nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93;

- continuarão abertas as inscrições para as empresas interessadas que pretendem participar do credenciamento, nos termos do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 011/2014;

- a empresa credenciada: G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA LTDA concordou em manter contratado, estabelecido no referido Edital até a data de 31/12/2016;

- que a administração municipal sempre buscou zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento à população;

RESOLVE

prorrogar o Edital de Chamamento Público – Processo Licitatório nº. 011/2014 - FMS, mediante as seguintes condições:

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E DEMAIS CONDIÇÕES

O prazo de vigência previsto no subitem 10.1 do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº. 011/2014 - FMS, para credenciamento de empresas prestadoras de serviços para exames na área de saúde (exames especializados cintilografia e ressonância magnética), para atendimento a pacientes do município de Itapiranga, em consultórios ou estabelecimentos de saúde fica, por este Termo, prorrogado até a data de 31/12/2016.

Os prazos dos contratos de credenciamento, considerando a manifestação, até a presente data, da empresa credenciada G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E PATOLOGIA LTDA, de acordo com o que estabelece a cláusula décima primeira do contrato, ficam prorrogados até a data de 31/12/2016.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para futuro fornecimento ao Município de Itapiranga dos serviços constantes do objeto, poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura (Praça das Bandeiras, nº. 200, Centro, Itapiranga/SC), mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 011/2014 – FMS.

RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº. 011/2014 - FMS e, por consequência, do Contrato de Credenciamento nº. 041/2014 e 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2014 e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Itapiranga/SC, 28 de dezembro de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do Fundo Municipal de Saúde

Enivaldo Barros
Procurador do Município
OAB/SC nº 40.253

TERMO DE PRORROGAÇÃO EXAMES ESPECIALIZADOS

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 029/2014 – FMS - CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PARA EXAMES NA ÁREA DE SAÚDE (EXAMES ESPECIALIZADOS CINTILOGRAFIA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA), PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EM CONSULTÓRIOS OU ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº. 200, Centro, nesta cidade, através do Fundo Municipal de Saúde, representada pelo Administrador do FMS, Sr. Luis Carlos Steffenon, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- o Fundo Municipal de Saúde lançou em 17/09/2014 o Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 029/2014 – CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PARA EXAMES NA ÁREA DE SAÚDE (EXAMES ESPECIALIZADOS CINTILOGRAFIA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA), PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EM CONSULTÓRIOS OU ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

- estes serviços são realmente necessários e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento, operacionalização e manutenção das atividades e atribuições das atividades do Fundo Municipal de Saúde;

- serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos valores, pagamentos, objeto, finalidades e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento de empresas interessadas até a data de 31/12/2016, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;

- tratar-se de serviços de natureza contínua e, por tal motivo, passíveis de prorrogação contratual, conforme estabelece o art. 57, II da Lei nº. 8.666/1993 ("Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II- à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;");

- a "...identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. ...O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço." (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. Editora Dialética. Fls.831);

- o "...TCU admitiu a possibilidade de os contratos de serviço a serem executados de forma contínua observarem a regra do exercício financeiro, promovendo-se as prorrogações por iguais e sucessivos períodos e o último período que integra os 60 meses, por prazo menor." Fonte: TCU. Processo nº. 003.100/95-2. Ata 26/2001-2ª Câmara (JACOB FERNANDES. Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 2ª Ed. Editora Forum. Fls. 808);

- o Edital de Chamamento Público – Processo Licitatório nº 029/2014 (subitem 10.1 do item 10, da Vigência do Credenciamento) estabelece a possibilidade de prorrogação nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93;
- continuarão abertas as inscrições para as empresas interessadas que pretendem participar do credenciamento, nos termos do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 029/2014;
- a empresa credenciada: CDIPSUL – CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA - ME concordou em manter contratado, estabelecido no referido Edital até a data de 31/12/2016;
- que a administração municipal sempre buscou zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento à população;

RESOLVE

prorrogar o Edital de Chamamento Público – Processo Licitatório nº. 029/2014 - FMS, mediante as seguintes condições:

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E DEMAIS CONDIÇÕES

O prazo de vigência previsto no subitem 10.1 do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº. 029/2014 - FMS, para credenciamento de empresas prestadoras de serviços para exames na área de saúde (exames especializados cintilografia e ressonância magnética), para atendimento a pacientes do município de Itapiranga, em consultórios ou estabelecimentos de saúde fica, por este Termo, prorrogado até a data de 31/12/2016.

Os prazos dos contratos de credenciamento, considerando a manifestação, até a presente data, da empresa credenciada CDIPSUL – CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA - ME, de acordo com o que estabelece a cláusula décima primeira do contrato, ficam prorrogados até a data de 31/12/2016.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para futuro fornecimento ao Município de Itapiranga dos serviços constantes do objeto, poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura (Praça das Bandeiras, nº. 200, Centro, Itapiranga/SC), mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 029/2014 – FMS.

RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº. 029/2014 - FMS e, por consequência, do Contrato de Credenciamento nº. 045/2014 e 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 030/2014 e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Itapiranga/SC, 28 de dezembro de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Administrador do Fundo Municipal de Saúde

Enivaldo Barros
Procurador do Município
OAB/SC nº 40.253

TERMO DE PRORROGAÇÃO IMPRENSA ESCRITA

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2015 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DESTA MUNICIPALIDADE.

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº. 200, Centro, nesta cidade, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Milton Simon, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- o Município de Itapiranga lançou em 09/01/2015 o Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 008/2015 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DESTA MUNICIPALIDADE.

- estes serviços são realmente necessários e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento, operacionalização e manutenção das atividades e atribuições das atividades do Município de Itapiranga;

- serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos valores, pagamentos, objeto, finalidades e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento de empresas interessadas até a data de 31/12/2016, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;

- tratar-se de serviços de natureza contínua e, por tal motivo, passíveis de prorrogação contratual, conforme estabelece o art. 57, II da Lei nº. 8.666/1993 ("Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II- à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;");

- a "...identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. ...O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço." (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. Editora Dialética. Fls.831);

- o "...TCU admitiu a possibilidade de os contratos de serviço a serem executados de forma contínua observarem a regra do exercício financeiro, promovendo-se as prorrogações por iguais e sucessivos períodos e o último período que integra os 60 meses, por prazo menor." Fonte: TCU. Processo nº. 003.100/95-2. Ata 26/2001-2ª Câmara (JACOB FERNANDES. Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 2ª Ed. Editora Forum. Fls. 808);

- o Edital de Chamamento Público – Processo Licitatório nº 008/2015 (subitem 8.1 do item 8, da Vigência do Credenciamento) estabelece a possibilidade de prorrogação nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93;

- continuarão abertas as inscrições para as empresas interessadas que pretendem participar do credenciamento, nos termos do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 008/2015;

- as empresas credenciadas: EMPRESA JORNALISTICA JORNAL EXPRESSÃO LTDA – ME e EMPRESA JORNALISTICA FORÇA DO OESTE LTDA - ME concordaram em manter contratado, estabelecido no referido Edital até a data de 31/12/2016;

- que a administração municipal sempre buscou zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento à população;

RESOLVE

prorrogar o Edital de Chamamento Público – Processo Licitatório nº. 008/2015, mediante as seguintes condições:

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E DEMAIS CONDIÇÕES

O prazo de vigência previsto no subitem 8.1 do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº. 008/2015, para contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais e institucionais desta municipalidade fica, por este Termo, prorrogado até a data de 31/12/2016.

Os prazos dos contratos de credenciamento, considerando a manifestação, até a presente data, da empresa credenciada: EMPRESA JORNALISTICA JORNAL EXPRESSÃO LTDA – ME e EMPRESA JORNALISTICA FORÇA DO OESTE LTDA - ME, de acordo com o que estabelece a cláusula décima primeira do contrato, ficam prorrogados até a data de 31/12/2016.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para futuro fornecimento ao Município de Itapiranga dos serviços constantes do objeto, poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura (Praça das Bandeiras, nº. 200, Centro, Itapiranga/SC), mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 008/2015.

RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº. 008/2015 e, por consequência, do Contrato de Credenciamento nº. 017/2015 e 018/2015 e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Itapiranga/SC, 28 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Enivaldo Barros

Procurador do Município

OAB/SC nº 40.253

TERMO DE PRORROGAÇÃO PROTESES DENTARIAS

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2015 – FMS - CREDENCIAMENTO DE

PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLÓGICOS PARA CONFECÇÃO DE PROTESES DENTARIAS A PESSOAS NECESSITADAS, CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL Nº 2.500/2008

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº. 200, Centro, nesta cidade, através do Fundo Municipal de Saúde, representada pelo Administrador do FMS, Sr. Luis Carlos Steffenon, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei nº. 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- o Fundo Municipal de Saúde lançou em 16/01/2015 o Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 001/2015 – Credenciamento para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS PARA CONFECÇÃO DE PROTESES DENTARIAS A PESSOAS NECESSITADAS, CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL Nº 2.500/2008

- estes serviços são realmente necessários e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento, operacionalização e

manutenção das atividades e atribuições das atividades do Fundo Municipal de Saúde;

- serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos valores, pagamentos, objeto, finalidades e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento de empresas interessadas até a data de 31/12/2016, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;

- tratar-se de serviços de natureza contínua e, por tal motivo, passíveis de prorrogação contratual, conforme estabelece o art. 57, II da Lei nº. 8.666/1993 ("Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II- à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;");

- a "...identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. ...O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço." (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. Editora Dialética. Fls.831);

- o "...TCU admitiu a possibilidade de os contratos de serviço a serem executados de forma contínua observarem a regra do exercício financeiro, promovendo-se as prorrogações por iguais e sucessivos períodos e o último período que integra os 60 meses, por prazo menor." Fonte: TCU. Processo nº. 003.100/95-2. Ata 26/2001-2ª Câmara (JACOB FERNANDES. Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 2ª Ed. Editora Forum. Fls. 808);
- o Edital de Chamamento Público – Processo Licitatório nº 001/2015 (subitem 9.1 do item 9, da Vigência do Credenciamento) estabelece a possibilidade de prorrogação nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93;

- continuarão abertas as inscrições para as empresas interessadas que pretendem participar do credenciamento, nos termos do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 001/2015;

- as empresas credenciadas ODONTOLOGIA MULLER S/S LTDA; VANDERLEI JANTSCH ME E CLINICA DE ESTETICA BUCAL MULLER & MULLER S/S LTDA concordaram em manter contratado, estabelecido no referido Edital até a data de 31/12/2016;

- que a administração municipal sempre buscou zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento à população;

RESOLVE

prorrogar o Edital de Chamamento Público – Processo Licitatório nº. 001/2015 - FMS, mediante as seguintes condições:

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO E DEMAIS CONDIÇÕES

O prazo de vigência previsto no subitem 9.1 do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº. 001/2015 - FMS, para contratação de empresa para prestação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas, conforme autoriza a lei municipal nº 2.500/2008 fica, por este Termo, prorrogado até a data de 31/12/2016.

Os prazos dos contratos de credenciamento, considerando a manifestação, até a presente data, das empresas credenciadas ODONTOLOGIA MULLER S/S LTDA; VANDERLEI JANTSCH ME E CLINICA DE ESTETICA BUCAL MULLER & MULLER S/S LTDA., de acordo com o que estabelece a cláusula décima primeira do contrato, ficam

prorrogados até a data de 31/12/2016.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para futuro fornecimento ao Município de Itapiranga dos serviços constantes do objeto, poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura (Praça das Bandeiras, nº. 200, Centro, Itapiranga/SC), mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº 001/2015 – FMS.

RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital de Chamamento Público Processo Licitatório nº. 001/2015 - FMS e, por consequência, do Contrato de Credenciamento nº. 003/2015 e do Contrato de Credenciamento nº. 007/2015 e do Contrato de Credenciamento nº. 010/2015 e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Itapiranga/SC, 23 de dezembro de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Administrador do Fundo Municipal de Saúde

Enivaldo Barros

Procurador do Município

OAB/SC nº 40.253

TOMADA DE PREÇOS Nº 191/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA

COMPRAS E SERVIÇOS Nº 191/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 191/2015, cujo objeto é a aquisição de materiais destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da Secretaria da Agricultura, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 20 de janeiro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone: (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 30 de dezembro de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO - PREGÃO Nº 59/2015 - PROCESSO Nº 92/2015

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

PREGÃO Nº 59/2015 PROCESSO Nº 92/2015

O Município de Itapoá vem se manifestar quanto à licitação na modalidade PREGÃO Nº 59/2015 - PROCESSO Nº 92/2015 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação e montagem de equipamentos para eventos e contratação de grupo de dança a fim de atender ao Projeto Verão ano 2015/2016 do Município de Itapoá, conforme constantes anexos partes integrantes do edital, visto que não houve apresentação de recurso conforme prazo findo em 24/12/2015. Portanto, para a sessão pública de abertura de envelope de habilitação da segunda empresa classificada, fica estipulado o dia 07/01/2016 às 09h:30m, na sede administrativa deste município, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, sala de reuniões.

Itapoá, 04 de janeiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 15/01/2016 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E ENTULHOS (COM CAPACIDADE DE ATÉ 150 TONELADAS P/MÊS) NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC, OBEDECENDO INTEGRALMENTE OS TERMOS DA MINUTA CONTRATUAL, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através do e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br.

Jacinto Machado/SC, 04 de Janeiro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

12/2009 FAS TA 09

CONTRATO Nº 12/2009 – TA 09

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 02.247.113/0001-11, neste ato representado por seu Secretário, Sr. MÁRIO WOLFART, doravante denominado LOCATÁRIO, e o espólio da Senhora THEA BERTA ELISABETH KLEINE, conforme matrícula nº 114.950 do Registro de Imóveis 1º Ofício, o qual outorga a administração para PELIZZARO IMÓVEIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.872.651/0001-83, estabelecida na Rua Salgado Filho, 259, centro Joaçaba, SC, denominada a seguir simplesmente LOCADORA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2009, celebrado em 07 de janeiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 162/2008, instaurado através da Dispensa nº 25/2008, que tem como objeto a locação de um imóvel, casa mista, localizado na Rua Quintilhan Morgade, 86, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do PROGRAMA SENTINELA, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2015.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
LOCATÁRIO
MÁRIO WOLFART - Secretário

PELLIZZARO IMÓVEIS

p/p. espólio de THEA BERTA ELISABETH KLEINE
LOCADORA

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

285/2006 FAS TA 08

CONTRATO Nº 285/2006 – TA 08

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Secretário, Sr. MÁRIO WOLFART, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ORLANDO ZAGONEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba (SC), inscrito no CPF/MF sob nº 249.835.279-15, portador da cédula de identidade nº 11/R 226.505, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 285/2006, celebrado em 27 de março de 2006, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2006, instaurado através da Dispensa nº 51/2006, homologado no dia 27 de março de 2006, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Travessa Cesário Silva, nº 245 - Bairro Santa Tereza, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, do Departamento de Ação Social, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 01 de março de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO

O valor mensal a ser pago ao LOCADOR, a contar de 01 de janeiro de 2016, passa a ser de R\$ 1.430,00 (mil quatrocentos e trinta reais), tendo em vista a variação do INPC/IBGE no período de março/2006 a fevereiro/2014 (64,4810%), incidente sobre o valor inicial contratado (R\$ 870,00).

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 2.860,00 (dois mil oitocentos e sessenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2015.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MÁRIO WOLFART - Secretário

ORLANDO ZAGONEL
LOCADOR

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

83/2012 FAS TA 04

CONTRATO N° 83/2012/FAS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Secretário, Sr. MÁRIO WOLFART, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO VOLKS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.769.127/0001-71, estabelecida na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1074, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, representada neste ato pelo Sr. VALDIR PATZLAFF, portador da Carteira de Identidade nº 229.886 e CPF nº 168.129.729-91, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 83/2012/FAS, firmado em 17/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2011/FMAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2011/FMAS, homologado no dia 17/01/2012, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Ação Social, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 59 (cinquenta e nove) meses e 14 (quatorze) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.**

Os valores unitários do contrato original ficam reajustados em 31,3339%, relativos à variação do INPC (IBGE) no período de fevereiro/2012 a novembro/2015, em conformidade com o disposto art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, passando os referidos valores a vigorar, a contar de 01 de janeiro de 2016, conforme discriminado a seguir:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	UNITÁRIO INICIAL R\$	UNITÁRIO REAJUSTADO R\$	TOTAL R\$
1	150	hrs	Serviço de mecânica geral	24,00	31,50	4.725,00
2	80	hrs	Serviço de mecânica especializada	30,00	39,40	3.152,00
3	50	hrs	Serviço de eletricidade	26,00	34,00	1.700,00
4	50	hrs	Serviço de funilaria e pintura	42,00	55,00	2.750,00

Diante do reajuste e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 12.327,00 (doze mil trezentos e vinte e sete reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 18 de dezembro de 2015.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MÁRIO WOLFART - Secretário

AUTO VOLKS LTDA
Valdir Patzlaff

Testemunhas:

1. _____

2. _____

96/2012 FAS TA 04

CREDENCIAMENTO Nº 96/2012/FMAS - TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MÁRIO WOLFART, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 02.247.113/0001-11, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em Joaçaba-SC, doravante denominado CREDENCIANTE e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob o nº 83.754.341/0001-80, estabelecida na Praça Josefina Amorin, nº 1, Centro, no Município de Curitiba - SC, doravante denominada CREDENCIADA, neste ato representada pela senhora Cleuza Maria Olivo Pellizzaro, portadora da Carteira de Identidade nº 240.023 e CPF nº 296.434.499-04, residente e domiciliada na Rua Arthur Formigheri, nº 54, apto 3, Centro, na cidade de Curitiba - SC, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/1993, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Credenciamento nº 96/2012/FMAS, celebrado em 28 de setembro de 2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2012/FMAS, que tem por objeto a prestação serviços de assistência na área de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Pessoas Idosas aos idosos residentes no Município de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado para 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 51 (cinquenta e um) meses e 02 (dois) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de dezembro de 2015.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MÁRIO WOLFART - Secretário

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO
Cleuza Maria Olivo Pellizzaro

Testemunhas:

1. _____

2. _____

EXTRATO PRAZO CREDENCIAMENTO 1/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ALTERAÇÃO/PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2015/FMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TORNA PÚBLICO que permanece aberto, durante o exercício financeiro de 2016, o Edital de Credenciamento 1/2015/FMS cujo objeto é o "credenciamento de empresas/clínicas para a realização de procedimentos do TCGA – TERMO DE COMPROMISSO DE GARANTIA DE ACESSO – PPI AMBULATORIAL, com a finalidade de suprir as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba e de outros municípios da região (população referenciada), incluídos no TCGA", junto à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço supracitado, ou no site do Município, www.joacaba.sc.gov.br. INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Licitações, na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, ou pelo telefone 049 3521-1555 – ramal 236, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13 às 17 horas

Joaçaba (SC), 28 de dezembro de 2015.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária de Saúde

PORTARIA N.º 5171

PORTARIA Nº 5.171 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARCELO CARDOZO DA SILVA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 23 de novembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de novembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 21 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5172

PORTARIA Nº 5.172 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). ROVANIA JANICE DA SILVA, Auxiliar de Serviços Internos, em função da titulação de Ensino médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 138.670 de 28 de maio de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Auxiliar de Serviços Internos Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 21 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5173

PORTARIA Nº 5.173 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Servidor(a) ANA PAULA VANZ ONEDA, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme pedido protocolado sob n.º 140.802/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de dezembro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5174

PORTARIA Nº 5.174 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Servidor(a) CLAUDIA MARIEH ARNHOLD, Professor Nível III (Mestrado), das funções de Diretor

de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme pedido protocolado sob n.º 140.801/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de dezembro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5175

PORTARIA Nº 5.175 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Servidor(a) CAROLINE ZULIAN BUCCO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme pedido protocolado sob n.º 140.845/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de dezembro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5176

PORTARIA Nº 5.176 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR a pedido o(a) Servidor(a) VERA LUCIA RADAVELLI WOLFF, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme pedido protocolado sob n.º 140.845/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de dezembro de 2015, obedecendo o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5177

PORTARIA Nº 5.177 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). JACKELIANE PELLEGRINI, Professor Nível I (licenciatura), em função da titulação de Mestrado, conforme pedido protocolado através do processo n.º 140.202 de 13 de outubro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível III (Mestrado).

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5178

PORTARIA Nº 5.178 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DARCY ZAGO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Coordenadoria de Serviços Públicos, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 22 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5179

PORTARIA Nº 5.179 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RAQUEL TEODORO, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 22 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5180

PORTARIA Nº 5.180 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RAYLANDER ALVES RIGHI, Professor (Licenciatura – Lei 283/2014), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada de memorando da Diretoria de Esportes, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de dezembro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 21 de dezembro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 22 de dezembro de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5181

PORTARIA Nº 5.181 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 14 de dezembro de 2015, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUIZ FERNANDO GEWEHR, para exercer o cargo de Farmacêutico, com carga

horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 008/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de dezembro de 2015, revogando em especial a portaria n.º 4.923/2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2015
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5182

PORTARIA Nº 5.182 DE 04 DE JANEIRO DE 2016
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 04/01/2016, do(a) Sr.(a) CLARISSE SIMON, das funções de Psicóloga – Programa Psicossocial, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007, e por ter sido classificada em teste para emprego público, pedido protocolado sob n.º 140.996 de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de janeiro de 2016.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5183

PORTARIA Nº 5.183 DE 04 DE JANEIRO DE 2016
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELISANGELA MARIA ARBUGERI BUCCO, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 01/2016 de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de janeiro de 2016.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5184

PORTARIA Nº 5.184 DE 04 DE JANEIRO DE 2016
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIZETE APARECIDA SEVERGININI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 01/2016 de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de janeiro de 2016.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5185

PORTARIA Nº 5.185 DE 04 DE JANEIRO DE 2016
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LURDES FOPPA PANTTI, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Assistente de direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 01/2016 de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de janeiro de 2016.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5186

PORTARIA Nº 5.186 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) NIVIA MOREIRA BARRETO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 01/2016 de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 01/2016 - SESSÕES 2016

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016

ESTABELECE O CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS PARA O ANO DE 2016.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC, no uso das atribuições previstas no art. 32, II, e com fulcro nos artigos 77, I e 110, II, todos do Regimento Interno RESOLVE:

Art. 1º - As sessões ordinárias do ano de 2016 serão realizadas nas seguintes datas:

I – Mês de fevereiro:

01º Bloco: dias 02, 03 e 04.

02º Bloco: dias 16, 17 e 18

II – Mês de março:

01º Bloco: dias 01, 02 e 03.

02º Bloco: dias 15, 16 e 17.

III – Mês de abril:

01º Bloco: dias 05, 06 e 07.

02º Bloco: dias 19, 20 e 21.

IV – Mês de maio:

01º Bloco: 03, 04 e 05.

02º Bloco: 17, 18 e 19.

V – Mês de junho:

01º Bloco: 07, 08 e 09.

02º Bloco: 21, 22 e 23.

VI – Mês de julho:

01º Bloco: 05, 06 e 07.

02º Bloco: 19, 20 e 21.

VII – Mês de agosto:

01º Bloco: 02, 03 e 04.

02º Bloco: 16, 17 e 18.

VIII – Mês de setembro:

01º Bloco: 06, 07 e 08.

02º Bloco: 20, 21 e 22.

IX – Mês de outubro:

01º Bloco: 04, 05 e 06.

02º Bloco: 18, 19 e 20.

X – Mês de novembro:
01º Bloco: 01, 02 e 03.
02º Bloco: 15, 16 e 17.

XI – Mês de dezembro:
01º Bloco: 06, 07 e 08.
02º Bloco: 20, 21 e 22.

Art. 2º - As datas previstas no art. 1º poderão ser convocadas para a semana imediatamente anterior ou posterior em casos de feriado ou ponto facultativo, conforme disposto no art. 77, I do Regimento Interno.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, em 04 de janeiro de 2016.
Jucelino J. Ferraz
Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016/PLASS TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016/PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

1 – DO OBJETO

Contratação da empresa HAHMEIER & BURGHUSEN SOFTWARES LTDA, para a locação de software do sistema de saúde, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2016.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A presente dispensa de licitação para a contratação do objeto acima citado, justifica-se em razão da empresa já possuir software exclusivo e que atende às necessidades desta Autarquia. Ressalta-se que a mesma já presta assistência técnica, o que viabiliza a consolidação dos dados. Conforme orçamentos juntados ao processo, o valor contratado é menor que o proposto por outras empresas e dentro do estabelecido no art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, "a", R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3 – DA PRESTADORA DOS SERVIÇOS

HAHMEIER & BURGHUSEN SOFTWARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.217.139/0001-08, localizada na Rua Joaquim Machado Silveira, 44, fundos, Bairro Menino Deus, na cidade de Joaçaba-SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, conforme proposta apresentada para o referido processo.

5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2016:

2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS 3.3.90.00.00.00.00.0201 – aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 04 de janeiro de 2016.
Julio César Bissani
Diretor Executivo - PLASS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 01/2016**

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 01/2016 DE 04.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: Daniel Tombini da Silveira, Operadora dos Sistemas de Abastecimento de água, P-5, N-1, Ref.B, para responder pela Função de Gerente do Setor de Tratamento de Água e Tratamento de Esgoto do SIMAE, no período de 04 a 23 de janeiro de 2016, por motivo de férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- Revogar a designação da função de Conductor de Viatura do SIMAE, conforme Portaria JHL 303/2015 de 11.11.2015, durante o período de 04 a 23 de janeiro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2016, obedecido disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 04 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

Lages

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO Nº 03 CC 04-2015 SEMASA

RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 04/2015 SEMASA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS DA SEMASA, EM CONSONÂNCIA COM AS PRESCRIÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, COPIADOS E DISPONIBILIZADOS EM CD-ROM, QUE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

Onde se lê:

- 16.3.1 Prova de registro e regularidade da empresa e dos técnicos profissional no CREA, com jurisdição no estado em que for sediada a Empresa Proponente.
- 16.3.2 Comprovar, através de atestado técnico ou certidão em nome do licitante, emitido pelo contratante titular, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, ou da Administração Pública Direta ou Indireta, comprovando a execução de serviços semelhante e de complexidade tecnológica e operacional de até 50% dos valores constantes do edital reconhecido pelo CREA.

Lê-se:

- 16.3.1 Prova de registro e regularidade da empresa e dos técnicos profissional no CREA e/ou CRA, com jurisdição no estado em que for sediada a Empresa Proponente.
- 16.3.2 Comprovar, através de atestado técnico ou certidão em nome do licitante, emitido pelo contratante titular, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, ou da Administração Pública Direta ou Indireta, comprovando a execução de serviços semelhante e de complexidade tecnológica e operacional de até 50% dos valores constantes do edital reconhecido pelo CREA e/ou CRA.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 16:00 horas do dia 18/01/2016, para às 13:30 do dia 10/02/2016. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 04 de janeiro de 2016.

Benjamin Schultz
Secretário da SEMASA

RERRATIFICAÇÃO PP 37-2015 SEMASA

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 SEMASA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DIVERSOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS DESTA SECRETARIA PARA 2016, CONFORME PLANILHA DE QUANTITATIVOS NO ANEXO II, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido de impugnação, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a inclusão dos itens:

- 14.8.6 Cópia do DOF – Documento de Origem Florestal, comprovando a origem legal da madeira de araucária, para os itens 43, 57, 62 e 63;
- 14.8.7 Cópia do CTF – Cadastro Técnico Federal emitido pelo IBAMA, para os itens 43, 57, 62 e 63;
- 14.8.8 Cópia do Registro no IBAMA, para os itens 43, 57, 62 e 63.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 04 de janeiro de 2016.

Fernanda Cristina Torres
Executiva de Licitações e Contratos Interina

Laguna

PREFEITURA

EDITAL Nº. 001/2016

EDITAL Nº. 001/2016

O Senhor Prefeito Municipal de Laguna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 244, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº. 105, de 19 de Dezembro de 2003, torna público a todos os contribuintes detentores de propriedade, domínio útil ou posse de bem(ns) de imóvel(is), localizados no âmbito do território do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, que a partir do dia 15 de Janeiro do ano de 2016, estarão sendo distribuídos, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBTC, os carnês de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – exercício 2016, estando também disponíveis os respectivos boletos de cobrança, através do site www.laguna.sc.gov.br com o seguinte cronograma de pagamento : 1º COTA ÚNICA DE PAGAMENTO, com 20% (vinte por cento) de desconto, até 15 de Fevereiro de 2016; 2º. COTA ÚNICA DE PAGAMENTO, com 15% (quinze por cento) de desconto, até 15 de Março de 2016; ou PARCELAMENTO em 06 (seis) vezes, sem desconto, da seguinte forma : 1º. PARCELA com vencimento em 15 de Fevereiro de 2016; 2º PARCELA, com vencimento em 15 de Abril de 2016; 3º PARCELA, com vencimento em 15 de Junho de 2016; 4º PARCELA, com vencimento em 15 de Agosto de 2016; 5º PARCELA, com vencimento em 14 de Outubro de 2016; 6º PARCELA, com vencimento em 15 de Dezembro de 2016. NOTIFICAMOS os contribuintes que até o dia 06 de Fevereiro de 2016, não tenham recebido em seus respectivos domicílios, os carnês de IPTU 2016, a comparecerem na Secretaria da Fazenda do Município, sito à rua Osvaldo Cabral, 140, centro, Laguna, Estado de Santa Catarina, no horário das 08h às 19h, para retirarem os referidos carnês, existindo a opção de impressão dos boletos de pagamento pela internet no seguinte sítio eletrônico : www.laguna.sc.gov.br , informamos que os pagamentos do IPTU – exercício 2016, também poderão ser quitados até o vencimento em qualquer agência bancária, caixas eletrônicos e agências lotéricas. Após o vencimento das parcelas, o pagamento só poderá ser efetuado mediante o cálculo da multa e dos juros de mora, mediante a expedição da 2º (segunda) via do carnê junto a Secretaria da Fazenda do Município ou através do sítio eletrônico do Município: www.laguna.sc.gov.br. Igualmente NOTIFICAMOS todos os contribuintes do IPTU exercício 2016, que estes poderão exercer o seu amplo direito de defesa, no prazo legal de 30 dias, na forma do art. 53 da Lei complementar nº. 105, de 19 de Dezembro de 2003, em relação à eventual irregularidade verificada na cobrança do referido tributo, na forma do art. 5º. LV, da Constituição Federal e art. 54 da Lei complementar nº. 105/03. De outra parte, considerando-se a impossibilidade e/ou dificuldade na arrecadação e/ou fiscalização tributária verificado nos anos anteriores, considerando-se os prejuízos financeiros à Fazenda Pública Municipal, estabelece-se a recusa de todos os domicílios eleitos, localizados fora do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina, considerando-se doravante, como efetivo domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar de situação do(s) bem(ns), conforme faculdade estabelecida no art. 117, III, parágrafos 1º. 2º., da Lei nº 5172, de 25 de Outubro de 1966.

Laguna 05 de Janeiro de 2016.

Everaldo dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO DE ERRATA PREGÃO 031/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

TERMO DE ERRATA

PREGÃO 031/2015

O Município de Laguna, Através da Fundação Lagunense de Cultura vem comunicar às empresas interessadas que o edital 031/2015 – Registro de Preço, que tem como objeto a "Contratação de empresa para locação de banheiros químicos ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado no Aviso de Licitação:

- onde lê-se:

PREGÃO/EDITAL 031/2015-PML/FLC

- leia-se:

PREGÃO/EDITAL 007/2015-PML/FLC

Laguna, 04 de Janeiro de 2016.

Waldir José de Souza

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 73/2015.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 73/2015.

Processo nº 48/2015 Pregão Eletrônico nº 03/2015.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: I.L. MENDES JUNIOR – MENDES & PARS - ME, Objeto: Fica alterada a cláusula NONA do Contrato n. 38/2014 para modificar o prazo de vigência para até 28/02/2016, justificada pelo art. 57, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

Lebon Régis, 21 de Dezembro de 2015.

Ceneri Ferlin

Prefeito municipal em exercício.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 38/2014.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 38/2014. TP nº 02/2014

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS – SC

Contratado: PLUGNET INFORMÁTICA LTDA ME, Objeto: Renovação de contrato firmado com empresa especializada para implantação do PIDLR – Programa de Inclusão Digital de Lebon Régis, criado pela Lei Municipal n. 1.370/2011, compreendendo o fornecimento de internet para usuários autorizados no âmbito do território municipal. Fica alterada a cláusula NONA do Contrato n. 38/2014 para modificar o prazo de vigência para até 31/12/2016, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Valor total R\$ 99.000,00.

Lebon Régis, 21 de Dezembro de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito municipal.

Leoberto Leal**PREFEITURA****CONTRATO Nº 021/2015 - FMS**

CONTRATO Nº 021/2015 - FMS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2015 - Aditivo de Prazo.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, doravante denominado CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ – HOSPITAL BOM JESUS, sediada na Praça Irmã Paulina, nº 470, Centro, Município de Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.185.220/0006-67, representada neste ato pela Irmã ALZIRA HOEPERS, Superiora Provincial, a seguir denominada CONTRATADA:

Considerando que, a Secretária Municipal da Administração, Contabilidade e Finanças, na data de 15 de dezembro de 2015, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 007/2015, através da CI nº 065/2015, em virtude da Prestação de Serviços para a utilização dos espaços físicos, dos serviços hospitalares, dos serviços médicos, dos serviços de enfermagem e exames de análises clínicas para o atendimento aos pacientes de Leoberto Leal quando encaminhados em atendimento de urgência e emergência que não poderem ser realizados pela estrutura existente no Município;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 17 de dezembro de 2015, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 007/2015, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 003/2015, homologado em 06/02/2015, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2015 – Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 007/2015, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

I- “Fica o Contrato nº 007/2015 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2016, a partir de 01 de janeiro de 2016, através do aditivo de Contrato nº 021/2015, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 007/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de dezembro de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	IRMÃ ALZIRA HOEPERS Presidente Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO 2.746/2015

DECRETO Nº 2.746/2015, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015
TOMBA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO A GRUTA DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I e na forma da Lei Ordinária Nº 1.204/2014, de 23 de abril de 2014;

Considerando o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Lindóia do Sul, Registro de Tombamento e a Deliberação do Conselho Municipal de Cultura

DECRETA

Art. 1º Fica tombado como patrimônio histórico e arquitetônico do Município de Lindóia do Sul a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, edificada em 1966, situada na comunidade de Linha Gruta, neste Município.

§ 1º A Gruta de que trata o caput deste artigo está localizada no imóvel registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, sob nº 39.424, Livro 3AL, Folhas 093, de propriedade da Mitra Diocesana de Joaçaba.

§ 2º A Gruta de Nossa Senhora de Lourdes possui as seguintes características: pedras de basalto de grande porte disponibilizadas de maneira natural, em sua maior parte e outras acondicionadas de forma a constituir um paredão de pedra em uma encosta de alto declive, com uma queda d'água abundante quando da disponibilidade hídrica, tendo a parte inferior, cuja elevação parte do leito da via pública revestida por blocos de basalto, dois acessos laterais partindo da via pública e acesso central, de frente para a gruta com escada com degraus em alvenaria, ladeada por um corrimão metálico circular na cor branca, apresentando entre esse acesso e a abertura interna da gruta quatro pilares edificadas com blocos de basalto, tendo os caminhos internos revestidos por pedras de basalto, na parte interna da gruta, que está encravada no solo, encontra-se a imagem sacra de Nossa Senhora de Lourdes, todo o entorno encontra-se ornamentado por vegetação nativa típica.

§ 3º O tombamento compreende o exterior, o interior e o entorno da gruta.

Art. 2º O bem de que trata o art. 1º deste Decreto não poderá ser, em nenhuma hipótese, alterado, destruído, demolido, mutilado ou restaurado sem previa autorização do Poder Executivo Municipal e toda e qualquer intervenção no local deve preservar suas características originais.

Parágrafo Único. A restauração inicial deverá contemplar e atender às condições de acessibilidade de acordo com as normas legais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 01 de Dezembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO 2.754/2016

DECRETO N.º 2.754/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo, para comporem a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

- I. Leonardo Júnior Cavalier, como Presidente;
- II. Edison Domingos Giron, como Vice – Presidente;
- III. Antônio Carlos Vicente, como Secretário;
- IV. Janaina Dalla Vechia, como membro;
- V. Diego Frare, membro;
- VI. Josemar Tecchio, membro;
- VII. Loiri Rech, membro;
- VIII. Geneci Dellai, membro;
- IX. Marciane Agustini, membro;
- X. Orvane Gherke Zanatta, membro;
- XI. Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz, membro;
- XII. Sandra Regina Zuanazzi, membro;
- XIII. Gabriela Fernanda Grisa, membro;
- XIV. Joana Caroline Spricigo, membro;
- XV. Fernanda Ramos, membro;
- XVI. Sandra Pereira, membro;
- XVII. Robson da Silva, membro;
- XVIII. Paulo Parmegiani, membro;
- XIX. Giovana Andreza de Oliveira, membro;
- XX. Odair Von Dentz, membro;
- XXI. Ronaldo Zuanazzi, membro;
- XXII. Elanine Pescador, membro;
- XXIII. Marisa Carbori, membro;
- XXIV. Jonas Busanello, membro;
- XXV. Edna Cristina Kappke, membro.

Art. 2º A Atuação da Comissão Permanente de Licitações, suas atribuições e impedimentos são os definidos no art. 6º, XVI, com o artigo 9º, § 4º e com o art. 51, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante, quando necessário.

Art. 3º Os integrantes da Comissão não terão direito a qualquer remuneração, vantagem pecuniária ou gratificação, pelo desempenho do presente mandato, por se tratar de serviços de relevante interesse público.

Art. 4º Na ausência do Presidente o certame licitatório será presidido pelo Vice-presidente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 2.653/2015, de 05 de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito

Registrado e publicado.
Em 04 de Janeiro de 2016

Leonardo Junio Cavalier
Auxiliar de Técnico

DECRETO 2.755/2016

DECRETO N.º 2.755/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016
DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; c/c Lei 10.520;

DECRETA

Art. 1º Ficam designados Pregoeiros, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Lindóia do Sul, para o exercício de 2015, conforme abaixo:

- I – Leonardo Junior Cavallier
- II – Edison Domingos Giron
- III – Josemar Techio
- IV – Marcelo Diogo Colossi

Art. 2º Fica designada Equipe de Apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Lindóia do Sul, para o exercício de 2016, conforme abaixo:

- I. Janaina Dalla Vechia, como membro;
- II. Diego Frare, membro;
- III. Antônio Carlos Vicente, membro;
- IV. Loiri Rech, membro;
- V. Geneci Dellai, membro;
- VI. Marciane Agustini, membro;
- VII. Orvane Gherke Zanatta, membro;
- VIII. Neiva Lucia Pereira Chaves Von Dentz, membro;
- IX. Sandra Regina Zuanazzi, membro;
- X. Gabriela Fernanda Grisa, membro;
- XI. Joana Caroline Spricigo, membro;
- XII. Fernanda Ramos, membro;
- XIII. Sandra Pereira, membro;
- XIV. Robson da Silva, membro;
- XV. Paulo Parmegiani, membro;
- XVI. Giovana Andrezza de Oliveira, membro;
- XVII. Odair Von Dentz, membro;
- XVIII. Ronaldo Zuanazzi, membro;
- XIX. Elanine Pescador, membro;
- XX. Marisa Carbori, membro;
- XXI. Jonas Busanello, membro;
- XXII. Edna Cristina Kappke, membro

Art. 3º Os Pregoeiros, que não estiverem exercendo a função designada poderão integrar a Equipe de Apoio.

Art. 4º A Atuação dos Pregoeiros e Equipe de Apoio, suas atribuições e impedimentos são os definidos em Lei Federal que, além de atuarem nas licitações da Administração Municipal (direta e indireta), atuarão em licitações dos consórcios públicos em que o município de Lindóia do Sul for integrante, quando necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 22654/2015 de 05 de Dezembro de 2015 e

demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito

Registrado e publicado.
Em 04 de Janeiro de 2016

Leonardo Júnior Cavalier
Auxiliar de Técnico

DECRETO 2.756/2016

DECRETO Nº 2.756/2014, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
ESTABELECE FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, senhor Pedro Ari Parizotto, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 84, da Lei Complementar nº 050/2003, c/c art. 10 da Lei Complementar nº 051/2003, e art. 20, da Lei Complementar nº 122/2009 e alterações,

DECRETA

Art. 1º Ratifica a designação da Função de Confiança a senhora MARINÊS RIBEIRO PERONDI, ocupante do cargo de Administrador Rural, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, afim de que exerça também as atribuições da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Diretoria de Planejamento, Projetos e Legislação e Ordenadora Financeira a partir de 1º de janeiro de 2013, respondendo e representando as respectivas pastas até que ocorra o provimento dos respectivos cargos.

Parágrafo Único: Em face das atribuições acima, fica concedida a Função Gratificada correspondente à de Coordenador, conforme valor previsto no Anexo III da Lei Complementar N. 122 de 02 de fevereiro de 2009 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 04 de Janeiro de 2016

Leonardo Júnior Cavalier
Auxiliar Técnico

EXTRATO CHAMAMENTO DE FORNECEDORES 2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES PARA 2016
PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Registro e Atualização Cadastral, dos Fornecedores da Administração Pública do Município para o ano de 2016. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao setor de Compras, no Prédio da Prefeitura

Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 04 de Janeiro de 2.016.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PORTARIA 01/2016

PORTARIA Nº 01/2016, de 04 de janeiro de 2016.
NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9, Inciso I, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003, e artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Nomear, SILVANA TERESINHA DALL PUPPO, aprovada no Concurso Público nº 01/2015, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, Grupo Funcional (GE), Anexo I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, Nível 9, Classe Inicial do Anexo IV, conforme manual de ocupações do quadro Permanente do Poder Executivo Anexo II, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, a partir de 04 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 04 de Janeiro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Leonardo Junior Cavallier
Auxiliar de Técnico

PORTARIA 02/2016

PORTARIA Nº 02/2016, de 04 de janeiro de 2016.
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9, Inciso I, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003, e artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Nomear, SILVIO CEZAR HORNOS ARTIGAS, aprovado no Concurso Público nº 01/2015, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Médico do ESF, Grupo Funcional (GE), Anexo I, 40 (quarenta horas) horas semanais, Nível 13, Classe Inicial do Anexo IV, conforme manual de ocupações do quadro Permanente do Poder Executivo Anexo II, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, a partir de 04 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 04 de Janeiro de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Leonardo Junior Cavallier
Auxiliar de Técnico

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL – SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelo departamento de licitações e contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, “caput”, da Lei nº 8.666/93, por força de decisão judicial autos nº 242.08.000747-3, para prestação de serviços de internamento de longa permanência a munícipe idoso, interditado judicialmente.

CONTRATADA: Associação Núcleo de Profissionais Amigos dos Idosos - NUPAI

VALOR MENSAL: R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Lindóia do Sul, SC, 31 de dezembro de 2015.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2167

DECRETO Nº 2167 de 29 de dezembro de 2015.

“ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 e 19 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 12.096,71 (doze mil, noventa e seis reais e setenta e um centavos), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.09.00 - Rendimentos PACS

1.7.2.2.33.11.30.02 - Agentes Comunitários de Saúde

Detalhamento de Recursos - 204 - PACS - Programa agentes Comunitários de Saúde

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 12.096,71

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal

Fonte 38 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/União R\$ 12.096,71

Detalhamento de Recursos: 204 - PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação deste detalhamento (204 - PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde).

Art.3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 20.953,66(vinte mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, já descontados os recursos utilizados pelo Decreto nº 2116 de 21 de setembro de 2015 e Decreto nº 2147 de 24 de novembro de 2015.

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.17.00 - Rendimentos cofinanciamento

1.7.2.2.33.00.04.00 - Cofinanciamento da Atenção Básica

Detalhamento de Recursos - 202- Cofinanciamento

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 30.749,00

Valores de Excesso já utilizados:

Decreto 2116 - R\$ 9.000,00

Decreto 2147 - R\$ 795,34

Total já utilizado por decretos anteriores: R\$ 9. 795,34

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal

Fonte 67 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado R\$ 20.953,66

Detalhamento de Recursos: 202 - Cofinanciamento

Art.4º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo

do Excesso de Arrecadação deste detalhamento (202- Cofinanciamento)

Art.5º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 2.109,88 (dois mil e cento e nove reais e oitenta e oito centavos), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.24.00 - Rendimentos Farmácia do Estado

1.7.2.2.33.01.00.00 - Programa Farmácia Básica Estadual

Detalhamento de Recursos - 215 - Farmácia Básica Estadual

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 2.109,88

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 67 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado R\$ 2.109,88

Detalhamento de Recursos: 215 - Farmácia Básica Estadual

Art.6º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO deste detalhamento (215 - Farmácia Básica Estadual).

Art.7º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 3.38 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/União R\$ 400,00

Detalhamento de Recursos 206 - Piso da Atenção Básica

Art.8º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado nas Fontes abaixo descritas, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade e Projeto:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 3.00 - S. F. Recurso Ordinários R\$ 15.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Art.9º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.10 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMAN

Prefeito de Luzerna

LEI 1420 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI Nº 1420 de 18 de dezembro de 2015.

“FIXA ÍNDICE DE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica concedida, a partir de **1º de janeiro de 2016**, **revisão salarial** correspondente ao percentual de **5,48% (cinco vírgula quarenta e oito por cento)** referente a parte do índice do **INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR**, apurado no período de **dezembro de 2014 a novembro de 2015**, incidente sobre os salários do **mês de dezembro de 2015**, aos **servidores públicos municipais** ocupantes de empregos públicos efetivos e temporários, excetuando-se os empregos públicos de Auxiliar de Secretaria e Psicólogo Educacional e Nutricionista por terem sido criados neste exercício financeiro e executando-se também os comissionados Nível CC1 a CC5, Prefeito e Vice-Prefeito, e funções gratificadas e de suporte pedagógico.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento do Município.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13, Lei 1109/13, Lei nº 1329/14, Lei Complementar nº 129/15 e 137/15 e Lei 1420/15

ANEXO III

VENCIMENTOS															
EMPREGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, DANÇA E XADREZ - 40 HORAS															
EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
Professor	Prof. II	2634,01	2713,04	2792,06	2871,08	2950,10	3029,12	3108,14	3187,16	3266,18	3345,20	3424,22	3503,24	3582,26	3661,28
Professor	Prof. III	2818,11	2902,65	2987,20	3071,74	3156,28	3240,83	3325,37	3409,91	3494,46	3579,00	3663,54	3748,09	3832,63	3917,17
Professor	Prof. IV	3319,39	3418,97	3518,56	3618,14	3717,72	3817,30	3916,88	4016,46	4116,05	4215,63	4315,21	4414,79	4514,37	4613,96
Professor	Prof. V	3717,71	3829,24	3940,77	4052,30	4163,83	4275,36	4386,89	4498,42	4609,96	4721,49	4833,02	4944,55	5056,08	5167,61
EMPREGO EM EXTINÇÃO - 20 HORAS															
EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	
Professor	Não Habilitado	602,77	620,85	638,93	657,01	675,10	693,18	711,26	729,35	747,43	765,51	783,60	801,68	819,76	
AUXILIARES															
EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Auxiliar de Sala 30 h	1453,25	1496,85	1540,45	1584,04	1627,64	1671,24	1714,84	1758,43	1802,03	1845,63	1889,23	1932,82	1976,42		
EMPREGO/Classe 40 h	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Auxiliar de Laboratório de Informática	1196,58	1232,47	1268,37	1304,27	1340,16	1376,06	1411,96	1447,86	1483,75	1519,65	1555,55	1591,45	1627,34		
Auxiliar de Secretaria	1533,16	1579,15	1625,15	1671,14	1717,14	1763,13	1809,13	1855,12	1901,12	1947,11	1993,11	2039,10	2085,10		
PROFISSIONAIS DIVERSOS															
EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Psicólogo Educacional 20 h	2000,00	2060,00	2120,00	2180,00	2240,00	2300,00	2360,00	2420,00	2480,00	2540,00	2600,00	2660,00	2720,00		
Nutricionista - 40 h	2400,00	2472,00	2544,00	2616,00	2688,00	2760,00	2832,00	2904,00	2976,00	3048,00	3120,00	3192,00	3264,00		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei 1109/13, 1194/13 e Lei nº 1329/14 Lei 1420/15.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO II
TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I ANA	1	928,10	955,94	983,78	1011,63	1039,47	1067,31	1095,15	1123,00	1150,84	1178,68	1206,53	1234,37	1262,21
II ANO	1	1109,58	1142,86	1176,15	1209,44	1242,72	1276,01	1309,30	1342,59	1375,87	1409,16	1442,45	1475,74	1509,02
	2	1175,62	1210,89	1246,15	1281,42	1316,69	1351,96	1387,23	1422,50	1457,76	1493,03	1528,30	1563,57	1598,84
	3	1189,10	1224,77	1260,44	1296,12	1331,79	1367,46	1403,13	1438,81	1474,48	1510,15	1545,83	1581,50	1617,17
	4	1426,92	1469,73	1512,54	1555,35	1598,15	1640,96	1683,77	1726,58	1769,38	1812,19	1855,00	1897,81	1940,62
	5	1603,63	1651,74	1699,85	1747,96	1796,07	1844,18	1892,29	1940,40	1988,51	2036,61	2084,72	2132,83	2180,94
	6	1617,18	1665,69	1714,21	1762,72	1811,24	1859,75	1908,27	1956,78	2005,30	2053,82	2102,33	2150,85	2199,36
	7	1981,82	2041,28	2100,73	2160,19	2219,64	2279,09	2338,55	2398,00	2457,46	2516,91	2576,37	2635,82	2695,28
III AAG	1	1617,18	1665,69	1714,21	1762,72	1811,24	1859,75	1908,27	1956,78	2005,30	2053,82	2102,33	2150,85	2199,36
	2	2829,14	2914,02	2998,89	3083,77	3168,64	3253,51	3338,39	3423,26	3508,14	3593,01	3677,89	3762,76	3847,63
IV ANS	1	2533,50	2609,51	2685,51	2761,52	2837,52	2913,53	2989,53	3065,54	3141,54	3217,55	3293,55	3369,56	3445,56
	2	3299,96	3398,96	3497,96	3596,96	3695,96	3794,96	3893,96	3992,96	4091,95	4190,95	4289,95	4388,95	4487,95
	3	3565,47	3672,43	3779,39	3886,36	3993,32	4100,29	4207,25	4314,21	4421,18	4528,14	4635,11	4742,07	4849,03
	4	4685,90	4826,47	4967,05	5107,63	5248,20	5388,78	5529,36	5669,93	5810,51	5951,09	6091,67	6232,24	6372,82
	5	4749,92	4892,42	5034,92	5177,42	5319,91	5462,41	5604,91	5747,41	5889,90	6032,40	6174,90	6317,40	6459,89



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004, alterada pelas Leis Complementares nºs 037/05, 041/06, 043/06, 058/07, 060/07 e 087/10 e Leis nºs 589/05, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 114/13, Lei 1109/13, Lei 1194/13, Lei Complementar 123/14, Lei nº 1329/14 e Lei 1420/15.

ANEXO I - EMPREGOS TEMPORÁRIOS

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Agente Comunitário de Saúde	40 h/s	Temporário	14	R\$ 1.069,57
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	Temporário	02	R\$ 1.191,88
Atendente em Farmácia	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.213,02
Técnico de Controle do ESF	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.875,79
Técnico de Enfermagem	40h/s	Temporário	08	R\$ 1.386,97
Psicólogo	40 h/s	Temporário	01	R\$ 2.999,95
Psicólogo	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.499,99
Enfermeira	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.874,92
Odontólogo	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.874,92
Médico Generalista	40 h/s	Temporário	02	R\$ 12.249,67
Farmacêutico	20 h/s	Temporário	02	R\$ 2.174,29

EMPREGOS TEMPORÁRIOS EM EXTINÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Médico Clínico Geral*	40 h/s	Temporário	01	R\$ 14.360,62

*Em conformidade com a **Lei Complementar nº 100** de 21 de maio de 2011, art.6º, Parágrafo Único - Para os atuais ocupantes dos empregos públicos de provimento temporário em extinção de **Médico Clínico Geral** será concedida apenas a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, até o restabelecimento do vencimento ao limite constitucional fixado na Constituição Federal, art. 37, inciso XI.

DECRETO 2167 - ANEXO 14
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	3.322.221,53	FINANCEIRO	1.590.929,28
DISPONÍVEL	3.322.221,53	DEPÓSITOS	1.257,77
Bancos Conta Movimento	519.405,41	Consignações	1.257,77
Bancos Conta Vinculada	2.553.767,65	RESTOS A PAGAR	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	248.954,91	Obrigações a Pagar	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	93,56		
PERMANENTE	32.114.633,72	PERMANENTE	214.104,40
DÍVIDA ATIVA	593.416,37	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	214.104,40
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	593.416,37	Por Contratos de Curto Prazo	65.869,25
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	213,47	Por Contratos de Longo Prazo	148.235,15
Investimentos	213,47		
IMOBILIZADO	31.521.003,88		
Bens Imóveis	26.112.351,78		
Bens Móveis	5.475.379,34		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-66.727,24		
ATIVO REAL	35.436.855,25	PASSIVO REAL	1.805.033,68
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	33.631.821,57
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	33.631.821,57
COMPENSADO	3.625.529,27	COMPENSADO	3.625.529,27
Execução da Programação Financeira	3.322.221,53	Execução da Programação Financeira	3.322.221,53
Compensações Ativas Diversas	268.977,74	Compensações Passivas Diversas	268.977,74
Controle de Consórcios	34.330,00	Controle de Consórcios	34.330,00
TOTAL	39.062.384,52	TOTAL	39.062.384,52

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Elaborado com base no anexo emitido em 20/01/2015 pela Contador 20394/O-8

Luzerna, 24/04/2015

DREONE FELSKI MENDES
 CONTADOR - CRC/SC 36461

MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Dezembro
Página 1

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS		37.950,00	20.850,00	68.699,00	32.450,00	1.701,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		37.950,00	20.850,00	68.699,00	32.450,00	1.701,00
4.1.1.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		5.000,00	0,00	3.299,00	0,00	1.701,00
4.1.1.3.2.0.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		5.000,00	0,00	3.299,00	0,00	1.701,00
4.1.1.3.2.5.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		5.000,00	0,00	3.299,00	0,00	1.701,00
4.1.1.3.2.5.01.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados		5.000,00	0,00	3.299,00	0,00	1.701,00
4.1.1.3.2.5.01.03.00.00 Rec de Remun de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saúde		5.000,00	0,00	3.299,00	0,00	1.701,00
4.1.1.3.2.5.01.03.17.00 Rendimentos Cofinanciamento (46120)	00.01.0094	5.000,00	0,00	3.299,00	0,00	1.701,00
4.1.1.7.0.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		32.950,00	20.850,00	65.400,00	32.450,00	0,00
4.1.1.7.2.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		32.950,00	20.850,00	65.400,00	32.450,00	0,00
4.1.1.7.2.2.00.00.00.00 Transferências dos Estados		32.950,00	20.850,00	65.400,00	32.450,00	0,00
4.1.1.7.2.2.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde		32.950,00	20.850,00	65.400,00	32.450,00	0,00
4.1.1.7.2.2.33.00.04.00 Cofinanciamento da Atenção Básica Estadual	00.01.0094	32.950,00	20.850,00	65.400,00	32.450,00	0,00
Totais Gerais :		37.950,00	20.850,00	68.699,00	32.450,00	1.701,00

Luzerna, 04/01/2016

Totaïs Geraïs :

WALMOR S. DRESCH N. STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
Administração Direta

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS		146.594,80	24.336,00	158.691,51	12.096,71	0,00
4.1.0.0.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		146.594,80	24.336,00	158.691,51	12.096,71	0,00
4.1.3.0.0.0.0.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		500,00	0,00	507,51	7,51	0,00
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		500,00	0,00	507,51	7,51	0,00
4.1.3.2.5.0.0.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		500,00	0,00	507,51	7,51	0,00
4.1.3.2.5.0.1.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados		500,00	0,00	507,51	7,51	0,00
4.1.3.2.5.0.1.03.00.00.00 Rec de Remun de Dep Banc de Rec Vinc - Fundo Saúde		500,00	0,00	507,51	7,51	0,00
4.1.3.2.5.0.1.03.09.00.00 Rendimentos PACS (46118)	00.01.0064	500,00	0,00	507,51	7,51	0,00
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		146.094,80	24.336,00	158.184,00	12.089,20	0,00
4.1.7.2.0.0.0.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		146.094,80	24.336,00	158.184,00	12.089,20	0,00
4.1.7.2.1.0.0.00.00.00.00 Transferências da União		146.094,80	24.336,00	158.184,00	12.089,20	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS		146.094,80	24.336,00	158.184,00	12.089,20	0,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00 Atenção Básica		146.094,80	24.336,00	158.184,00	12.089,20	0,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00 Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)		146.094,80	24.336,00	158.184,00	12.089,20	0,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00 Agentes Comunitários de Saúde	00.01.0064	146.094,80	24.336,00	158.184,00	12.089,20	0,00
Totais Gerais :		146.594,80	24.336,00	158.691,51	12.096,71	0,00

Luzerna, 04/01/2016

Totaïs Geraïs :

DREONE MENDES	WALMOR S. DRESCH N. STROHER
CONTADOR - CRC/SC 36.461	GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDE

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 29/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0005/2013.
Dispensa de Licitação nº 0001/2013.
3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0006/2013.
ADITIVO Nº 29/2015
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.
Objeto: Locação de imóvel, localizado na Rua José Augusto Royer, nº 476, Centro, para funcionamento de um museu e realização de atividades culturais no município.
Contratada: EDSON BERTOTTO.
Valor: O valor mensal passa de R\$ 570,20 (quinhentos e setenta reais com vinte centavos) para o valor de R\$ 627,20 (seiscentos e vinte e sete reais com vinte centavos) de acordo com o índice de IGP-M acumulado em 12 meses e ainda a cláusula segunda do contrato original.
Vigência: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Cláusula Terceira do contrato original, bem como o Artigo 57 da Lei 8.666/93.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0006/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 28 de dezembro de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 30

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0007/2013.
Pregão Presencial nº 0003/2013.
3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0015/2013.
ADITIVO Nº 30/2015
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de consultoria e assessoria contábil, para consultoria contábil, no E-Sfinge e-Sfinge obras, tributação, licitação, planejamento, assessoria jurídica e frotas (controle de veículos e máquinas), através de prestação de serviços internos e externos, de acordo com o Contrato Original nº 0015/2013.
Contratada: INSTITUTO FAEE SC LTDA.
Valor: O valor mensal passa de R\$ 5.030,15 (cinco mil e trinta reais com quinze centavos) para o valor de R\$ 5.533,15 (cinco mil e quinhentos e trinta e três reais com vinte centavos) de acordo com o índice de IGP-M acumulado em 12 meses e ainda a cláusula segunda do contrato original.
Vigência: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Cláusula Quarta do contrato original, bem como o Artigo 57 da Lei 8.666/93.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0015/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 29 de dezembro de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 31/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0001/2013.
Tomada de Preços nº 0001/2013.
3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0010/2013.
ADITIVO Nº 31/2015
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.
Objeto: contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza pública, no perímetro urbano do MUNICÍPIO (com transporte do lixo sólido rural), a saber:

a) COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO, ATRAVES DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE ATERRO SANITÁRIO EM ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, POSSUIDORA DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EXIGÍVEIS;

Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
Valor: O valor mensal passa de R\$ 16.261,88 (dezesseis mil duzentos e sessenta e um reais com oitenta e oito centavos) para o valor de R\$ 17.918,96 (dezessete mil novecentos e dezoito reais com noventa e seis centavos) de acordo com o índice de IGP-DI acumulado em 12 meses, e ainda a cláusula segunda do contrato original.
Vigência: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Cláusula Terceira do contrato original, bem como o Artigo 57 da Lei 8.666/93.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0010/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 29 de dezembro de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 32/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0039/2014
Pregão Presencial nº 0028/2014
2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0042/2014
ADITIVO Nº 32/2015
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria especializada em gestão pública, compreendendo apoio na instauração e acompanhamento dos procedimentos licitatórios indispensáveis à administração municipal, bem como apoio em demais procedimentos específicos, de acordo com as especificações e condições do Anexo I do Edital.
Contratada: VALGOI E FIN ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Valor: Fica reajustado o valor do contrato de acordo com o índice de IGP-M acumulado em 12 (doze) meses e ainda com a Cláusula Terceira do Contrato, passando do valor mensal de 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) para o valor mensal de R\$ 6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).
Vigência: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, de acordo

com a Cláusula Quarta do contrato original, bem como o Artigo 57 da Lei 8.666/93.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0042/2014 e seus Aditivos.

.
Macieira, 29 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 33/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0041/2014

Pregão Presencial nº 0030/2014

2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0048/2014

ADITIVO Nº 33/2015

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE.

Objeto: Contratação de empresa para divulgação de atos oficiais de interesse público do município de Macieira e festas tradicionais e comunitárias realizadas no município, através de programa de rádio com recepção de sinal e transmissão em todo o município, bem como divulgação de matérias de caráter informativo, educativo e orientação social conforme especificações do anexo I do Edital.

Contratada: RADIO TROPICAL FM LTDA.

Valor: Fica reajustado o valor do contrato de acordo com o índice de IGP-M acumulado em 12 (doze) meses e ainda com a Cláusula Segunda do Contrato, passando do valor de R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais) por divulgações para o valor de R\$ 141,90 (cento e quarenta e um reais e noventa centavos) e passando do valor de R\$ 67,00 (sessenta e sete reais) per anuncio para o valor de R\$ 73,70 (setenta e três reais e setenta centavos).

Vigência: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Cláusula Quarta do contrato original, bem como o Artigo 57 da Lei 8.666/93.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0048/2014 e seus Aditivos.

.
Macieira, 29 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 34/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0002/2015

ADITIVO Nº 34/2015

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REDUÇÃO E ACRESCIMO.

Objeto: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública – MIP.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIM-CATARINA

Valor previsto: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para o exercício de 2016.

Vigência: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Cláusula Quarta do contrato original, bem como o Artigo 57 da Lei 8.666/93.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0048/2014 e seus Aditivos.

.
Macieira, 29 de dezembro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE POSSE MESA DIRETORA 2016

TERMO DE POSSE

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, no gabinete da presidência da Câmara Municipal de Mafra, sito à Avenida Coronel José Severiano Maia, nº 441, automaticamente foram empossados os membros para compor o 4º Exercício da 17ª Legislatura, foram eleitos, por 10 (dez) votos favoráveis pela eleição da chapa única, na sessão ordinária realizada no dia 30 de junho de 2015, conforme dispõe o art. 22, §3º da Lei Orgânica Municipal, e restaram empossados para compor a Mesa Diretora, ficando assim constituída:

PRESIDENTE : Ver. Ednilson Schelbauer

VICE-PRESIDENTE : Ver. Eder Gielgen

1ª SECRETÁRIA : Verª Márcia Cristiane Nassif

2º SECRETÁRIO : Ver. João Acir Petters Padilha

Mafra, 4 de janeiro de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

VER. EDER GIELGEN

Vice-Presidente

VERª MÁRCIA CRISTIANE NASSIF

1ª Secretária

VER. JOÃO ACIR PETTERS PADILHA

2º Secretário

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA 001/2016 - CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 001 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Valdecir Idalino Setefeneti, Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores abaixo relacionados:

Geovana Trevisol Teixeira, ocupante do Cargo de Diretora Financeira, Andreia Marques, ocupante do cargo de Assessora Legislativa, Elizabete Maria de Souza, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao recesso nesta Casa Legislativa, com gozo em 05/01/2016 e término em 04/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Câmara Municipal de Maracajá, em 05 de Janeiro de 2016.

Valdecir Idalino Stefeneti

Presidente

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 05 de janeiro de 2016.

Roldinei Dassoler da Silva

Secretário

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 54/2015_PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 54/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 54/2015 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, Objeto: Aquisição de combustíveis para manutenção da frota da Prefeitura Municipal de Maracajá e do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2016, conforme especificações constantes do anexo I do edital, que gerou o seguinte resultado: Itens – 01, 02 e 03 adjudicado para a empresa Maracajá Comércio de Combustível Ltda, valor adjudicado: R\$ 682.062,00 (seiscentos e oitenta e dois mil e sessenta e dois centavos. Valor total adjudicado R\$ 682.062,00 (seiscentos e oitenta e dois mil e sessenta e dois centavos).

Maracajá/SC, 04 de janeiro de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa

Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 003/2016

DECRETO Nº 3, DE 4 DE JANEIRO DE 2016

Atualiza o piso mínimo de vencimento dos servidores públicos do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O disposto nos incisos IV e VII, do artigo 7º e a previsão constante no § 3º do artigo 39, ambos da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998;

O Decreto Federal nº 9.618, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Lei Federal nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo,

DECRETA:

Art. 1º A contar de 1º de janeiro de 2016 o valor mínimo do Piso de Vencimento dos Servidores Públicos do Município de Maravilha/SC passa a ser de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 019/2015

Processo: Dispensa Nº. 008/2015

Objeto: Prestação de serviços e venda de produtos para postagens de correspondências no exercício 2016.

Fornecedor: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

Valor: R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais)

Data de Assinatura: 28/12/2015

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

CONTRATO 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 020/2015

Processo Licitatório: Dispensa nº 009/2015

Objeto: Locação de sistema de informática GEDOC, destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos, módulo SIC e hospedagem de legislação no portal.

Fornecedor: INFO DIGITALLE SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME

Valor: R\$ 5.671,56 (Cinco mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos)

Data de Assinatura: 28/12/2015

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

CONTRATO 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 021/2015

Processo Licitatório: Dispensa nº. 010/2015

Objeto: Locação de impressoras e fotocopiadoras multifuncionais para atender as necessidades da Câmara de Vereadores para o exercício 2016.

Fornecedor: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA EPP

Valor: R\$ 3.510,00 (Três mil quinhentos e dez reais)

Data de Assinatura: 28/12/2015

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016.

CONTRATO 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 022/2015

Processo: Dispensa Nº. 011/2015

Objeto: Locação de Licença de direito de uso, manutenção e suporte do Sistema denominado Ata Eletrônica Legislativa.

Fornecedor: TV UNIVERSAL LTDA

Valor: R\$ 3.730,80 (Três mil, setecentos e trinta reais e oitenta centavos)

Data de Assinatura: 28/12/2015

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001-2016

PORTARIA nº 001/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JULIANO FERNANDES – matrícula 09, ocupante do cargo de Operador de Estação, referente ao período aquisitivo de 01/10/2014 a 30/09/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/01/2016.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 001-2016

PORTARIA n.º 001/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais do magistério relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/01/2016.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 525/2014

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Adair Zanelatto	315
Albina Gomes de Carvalho	1228
Ana Lucia Pereira Carradore	154
Ana Paula de Luca Vieira	96
Andréia Bortolotto Antunes	911
Andréia de Cezaro C. Pasini	359
Andréia Duarte de Oliveira	597
Andréia Rocha Gonçalves	358
Ângela Maria Valnier De Luca	139
Clari de Sousa Marcelino	905
Claudia Casagrande Gonçalves	142
Cleimar Mota	1029
Cleonice G. Pasini Piazza	132
Cristiane Albano Meister	1411
Daniela Benedet Pasini	356
Dulcinéia Martins B. Machado	63
Edenéia Menegon	300
Édna Aparecida S. Silvério	348
Edilenia Macarini Frezza Ronchi	1413
Edson de Oliveira Claro	714
Eleiza Presa M. Dordete	720
Eliane Alexandre C. Pirola	287
Enedir Izé de Souza	10042
Fábia Roberta P. Mendonça	115
Gracia Vanilda M. Schimitis	47
Geovani Scarabelott Hubbe	1033
Hermínia Maria B. Simon	470
Íraci da Glória Silva	471
Ivanir Antunes Cardoso	347
Ivoneete Minato	143
Ivoneete Salvador Cardoso	897
Ivonir de Oliveira Bristot	461
Izabel Matias	67
Jadna Pasini Martinello	100
Jane Zanette Fernandes	286
Jania Cleide Z. Lodete	452

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Jerson da Silva Mota	146
Jorge Luiz Carvalho Coral	456
José Francisco Merêncio	144
Katiúcia Carradore Squizzato	468
Lenir Antunes C. Nola	76
Leoni Albano	1183
Liliane Maria Rodrigues Brito	10212
Lilian Isana G. Rocha Oenning	791

Lindomar Francisco Damásio	1182
Lucia Mota de Oliveira	133
Luciana Despacia Amboni	44
Lucilena Zavariz	723
Lucemar Coral de Souza	734
Marli de Almeida da Silva	10214
Márcia Aparecida D. da Rocha	107
Margarida Zeferino Gomes	161
Maria Adriana D. Trento	280
Maria de Fátima Da Boit	339
Maria de Fátima M. Pagnan	727
Maria de Lourdes Campos	10213
Maria de Lourdes Dal Pont Colombo	80
Maria de Lourdes B. Bordignon	42
Maria Eliane Tomazzia	69
Maria Paulino Sipinski	284
Maria Rosangela B. Dal Pont	349
Maria Tereza Albano	712
Marisa Arlete Milanez	288
Marisa de Luca Piazza	152
Marlene Aléssio Zanelatto	352
Melissa Boeira Zapala	1223
Michéla Fabris Fernandes	465
Nair Lourdes da Silva Baesso	721
Nialva Nice Mezari Del Moro	1406
Patrícia Matheos Miguel	340
Paula Beatriz Conti Réus	724
Paula Maragno	455
Paulina Scarabelot Macarini	316
Raquel Tiscoski Pasini	469

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Rosane Bristot Piazza	285
Rosangela Ramos Pereira	553
Rosilane de Bitencourt M. Magagnin	1409
Rosinéia da Silva Tomazi	993
Rosinha de Souza Alexandre	171
Rozane Pirolla Motta	357
Scheila Serafim F. Freitas	722
Sidenei Schwartz	360
Solange Teresinha de Figueiredo	992
Sonia Elzi Sartori Manfredini	101
Sonir Mafioletti Bordignon	344
Tânia Regina Piazza Rossi	59
Tatiana Amboni	1236
Vanderléia De Luca Antunes	37
Vanderléia Pirola Isé	135
Vanessa Delair T. Scarabelot	103
Vanessa Fernandes Xavier	1410
Vera Lúcia Ronzani Corrêa	104
Zenir Lodete Stradioto	462
Zuleide Polla	97

Meleiro, 04 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 002-2016

PORTARIA n.º 002/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos e agentes políticos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/01/2016.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 526/2014

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Adair Pasini	554
Adriana de Jesus Marcelino	10135
Andreia Acordi Fermo	10136
Anielle Fabris	10140
Anelize Longaretti Toldo Francisco	575
Agda F. Schneider Scarsanela	118
Aide Grasiela Macarini	1509
Alcides Carradore	318
Alessandra Peterle Conti	341
Amarfelina Mota da Boit	1226
Ana da Costa Ostetto	1026
Anabelle de Pelegrini Thome da Silva	1186
Anne Mary Destro	1224
Antonio José Macarini	351
Antonio Simoni de Oliveira	151
Camila Aparecida Fabri Pagnan	1482
Cleimar Xavier Gomes Ferreira	10155
Clair De Prá Guellere	10145
Cristiani Felisberto Scarpari	1150
Cristiane dos Santos Buzzelo	1148
Daiani Macarini	1258
Daize Mota da Boit	1443
Danilo Flores da Silva	1

Diógenes Pazini Manfredini	89
Eliege Gonçalves Cavaler Dela Vechia	10237
Elizabeti Scarpari Gomes	10138
Elizandra Dal Pont	10148
Ester da Silva	10139
Édna Vieiro Toreti	314
Fernanda Schuvartz Carboni	1179
Francieli Neto Lavezzo	10143
Francisco Paulo Kruger	503
Giovanna Daniel Dal Toé	1251
Henrique Mota Teixeira	10095
Jadir Trento	327
Jairo Luiz Canela	996
Janete Dal Molin M. Martins	935
Jaqueline Martins Walnier	1037
João André A. dos Santos	472
João Carlos Gabriel	1227
João Dilnei Carminati	155
Joelma Toretti Dordete	711
José Arilton Demétrio	989
José Ênio Dal Toé	66
Katrine Casagrande	1349
Katia Pedroso Cardoso	10146
Lorizete Becker Arigoni	10159
Lucia da Gloria Zeferino Carvalho	10141
NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Maria Clair Rosso Neto	549
Maria Dirlene pereira Izé	10149
Maria Luiza Zanellato Corneo	912
Marisa da C. Búrigo Fascim	74
Michele Silvia Wolf Pimentel	1361
Mirian Biz Sasso Minatto	53
Moisés Tomazi	1510
Rosangela Mezari Dordete	10253
Pedro Aléssio Zanelatto	604
Sandra Simon Pereira	708
Santina Nicolau dos Santos	317
Silvio Rogério Caldas	10010
Shirley Michels Benedet Da Boit	10134
Sirlei de Fátima Possamai Pagnan	10147
Solange Simoni Dordete	56
Tadeu Rogério Bonfante	709
Thiago Manfredini Zanette	1164
Tânia Alexandre Mota	1152
Tayná da Silva Daniel	10211
Vanderléia Córneo Zanelatto	1406
Vanderléia Regina Eyng	10142
Vanderlei Américo	111
Vanessa Fernandes Xavier	1410
Vanoir Machado Berti	1181
Vinício Mucillo Neto	1494
Volnei Antunes Cardoso	1003
Zilda Carboni Miot	10137
Zenir Felisberto Pereira Strelow	10128

Meleiro, 04 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2016

DECRETO Nº 01/2016 DE 04.01.2016.

DISPÕE SOBRE TURNO NORMAL NA SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes, Considerando em especial as disposições dos art. 53, 54, 55 parágrafo único, e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, a partir de 04.01.2016, para os servidores com lotação na Secretaria de Obras, Estradas e Agricultura do Município de Modelo – SC, no seguinte horário:

Secretaria de Obras, Estradas e Agricultura:
Turno Normal: Matutino: 07:30 às 11:30 horas.
Vespertino: 13:30 às 17:30 horas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 04 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 0291/2015

DECRETO Nº 0291/2015 DE 29.12.2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO NO MUNICÍPIO DE MODELO – SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Federal 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 094/2006 de 22/05/2006,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Municipal JORGE LUIZ VARNIER para exercer a função de PREGOEIRO, nos processos licitatórios na modalidade Pregão, no período de 04.01.2016 a 13.01.2016, em substituição ao Pregoeiro Adilson Cesar Braun, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º - As atribuições do pregoeiro inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 29 de dezembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EXTRATO DE ATA DE REGISTROS Nº001/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 667/2015
Ata de Registros n. 001/2016
Empresa: Valderes Jandt Eireli ME
Valor: R\$ 117.250,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Ata de Registro de Preços n. 001/2016 com o objetivo a EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÁQUINAS PARA CORTE E TRANSPORTE DE SILAGEM PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 04 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2016

Extrato de Contrato Nº 010/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 317/2015
Contrato n. 010/2016
Contratada: Jacoby e Jacoby Ltda
Valor: R\$ 160.563,60

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório nº 317/2015 na modalidade pregão, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 04 de janeiro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2016

Extrato de Contrato Nº 011/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 317/2015

Contrato n. 011/2016

Contratada: Posto Modelo Ltda EPP

Valor: R\$ 426.452,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório nº 317/2015 na modalidade pregão, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 04 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2016

Extrato de Contrato Nº 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 667/2015

Contrato n. 012/2016

Contratada: Valderes Jandt Eireli ME

Valor: R\$ 58.625,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório nº 667/2015 na modalidade pregão, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÁQUINAS PARA CORTE E TRANSPORTE DE SILAGEM PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 04 de janeiro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0180/2015

PORTARIA Nº 0180/2015 de 29.12.2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com as Leis Municipais 1.513/2002 e 2.198/2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Adilson Cesar Braun	03.02.2014 a 02.02.2015	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Adriana Frozza Rauber	05.02.2015 a 04.02.2016	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Agostinho Soares	03.07.2014 a 02.07.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP

Alidiane Zamproga	24.08.2014 a 23.08.2015	18.01.2016 a 06.02.2016 (20 dias)
Alsedir Francisco de Souza	02.01.2015 a 01.01.2016	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Andreia Kath	24.04.2014 a 23.04.2015	05.01.2016 a 03.02.2016 (30 dias)
Antonio Marcio Silva Aretz	27.03.2015 a 26.03.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Barbara Milena Geller Baron	19.04.2014 a 18.04.2015	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Carla da Silva	24.03.2014 a 23.03.2015	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Carla da Silva	24.03.2015 a 23.03.2016	14.01.2016 a 23.01.2016 (10 dias)
Carmelito Fentzke	04.05.2014 a 03.05.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Catiane Begnini	04.05.2015 a 03.05.2016	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Cinaide Baldina Lambrecht	13.02.2015 a 12.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Cintia Viviane Quevedo Durel	02.02.2015 a 01.02.2016	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Claudinei Marins	17.03.2014 a 16.03.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Cleiton Luiz Onghero	04.06.2014 a 03.06.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Cleucir Vasiak	03.07.2014 a 02.07.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Cleunice Maria Hoss Schuh	24.04.2014 a 23.04.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias)
Clevio Antonio de Gregori	02.08.2014 a 01.08.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Diana Centa Bernardy	24.03.2015 a 23.03.2016	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias)
Donisete Euzebio	13.02.2015 a 12.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Dulce Helena Reinehr (matr. 908-3)	04.02.2015 a 03.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Dulce Helena Reinher (matr. 1349-8)	26.07.2014 a 25.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Elenice Rucks	30.06.2014 a 29.06.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Eliane Fatima Hanauer Chaves	01.02.2015 a 31.01.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Eliane Fatima Hanauer Chaves (Alt. C.H.)	02.02.2015 a 01.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Elis Raquel Sehnem	02.03.2014 a 01.03.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Elis Raquel Sehnem (Alt. C.H.)	02.02.2015 a 01.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Elizete Gamba Frana	04.06.2014 a 03.06.2015	05.01.2016 a 24.01.2016 (20 dias)
Elizete Pavalicini Rauber	24.04.2014 a 23.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Eloir Rucks	01.04.2014 a 31.03.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Eri Evaldo Simão	01.04.2014 a 31.03.2015	27.01.2016 a 15.02.2016 (20 dias) +AP
Fabricio Eberhardt	19.03.2014 a 18.03.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias)

Gelci Maria Vogel	20.04.2014 a 19.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Gilmar Boiani	04.10.2014 a 03.10.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Gilneide Madalena Vogel Braun	11.10.2014 a 10.10.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Glaci Baldin Siebauer	24.03.2014 a 23.03.2015	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Glaci Baldin Siebauer	24.03.2015 a 23.03.2016	14.01.2016 a 23.01.2016 (10 dias)
Gleison Donida	20.04.2014 a 19.04.2015	07.01.2016 a 26.01.2016 (20 dias) +AP
Grasiele Luiza Zambiasi	03.07.2014 a 02.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Helena Frey Werlang (matr. 719-6)	15.04.2015 a 14.04.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Helena Frey Werlang (matr. 1376-5)	14.02.2015 a 13.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Ione Trevisan	03.03.2015 a 02.03.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Irma Alice Rintzel Conrado	05.02.2015 a 04.02.2016	07.01.2016 a 05.02.2016 (30 dias)
Itamar Facco	08.05.2014 a 07.05.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Ivone Walter	30.05.2014 a 29.05.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Jacinta Neli Dill Rauber	01.10.2014 a 30.09.2015	25.01.2016 a 23.02.2016 (30 dias)
Janaina Hanauer	01.04.2015 a 31.03.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias)
Jandira Maria Lara Heckler	15.03.2015 a 14.03.2016	04.01.2016 a 30.01.2016 (27 dias)
Janete Toseto	03.07.2014 a 02.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Josefina Scatolin	10.02.2015 a 09.02.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Juliane Piccoli Schmitt	04.05.2015 a 03.05.2015	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Katia Regina Schlosser	01.02.2015 a 31.01.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Katia Regina Schlosser	02.02.2015 a 01.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Linete Rintzel	04.11.2014 a 03.11.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Loraci Maura da Silva Bellaver	12.04.2014 a 11.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Lori Helena Maldaner	09.03.2015 a 08.03.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Lourdes Dornhauser Centa	04.10.2014 a 03.10.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Lourdes Sperotto	03.07.2014 a 02.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Lucia Cecilia Urban	09.02.2015 a 08.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Lucia Ilete Kirch Frandoloso	13.02.2015 a 12.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Lucimar de Fatima R. Dalag- nol (matr. 1324-2)	09.02.2015 a 08.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Lucimar de Fatima R. Dalag- nol (matr. 1599-7)	07.02.2015 a 06.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Luiz Bianchetto	15.02.2014 a 14.02.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP

Marcia Ines Linke Riboli	24.04.2014 a 23.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Margarete Schlintwein Turella	13.02.2015 a 12.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Maria Lucia Frey	24.03.2014 a 23.03.2015	04.01.2016 a 13.01.2016 (10 dias)
Maria Lucia Frey	24.03.2015 a 23.03.2016	14.01.2016 a 23.01.2016 (10 dias)
Marizete Maria Floss	24.04.2014 a 23.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Marledi Decker Fritzen	24.04.2014 a 23.04.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias)
Mauricio Antonio Metdler	02.04.2014 a 01.04.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Milton Simão	01.02.2015 a 31.01.2016	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias)
Nei Zanchett	03.07.2014 a 02.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Nilva Fatima Alebrandt (matr. 1874-0)	11.02.2014 a 10.02.2015	04.01.2016 a 15.01.2016 (12 dias)
Nilva Fatima Alebrandt (matr. 1877-5)	13.02.2014 a 12.02.2015	04.01.2016 a 15.01.2016 (12 dias)
Otavio Timm	11.03.2014 a 10.03.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Patricia Jomertz Machado	02.03.2014 a 01.03.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Rodrigo Alberto Rauber	07.03.2014 a 06.03.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Rosane Borre Ferronato (matr. 1596-2)	01.02.2015 a 31.01.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Rosane Borre Ferronato (matr. 1876-7)	13.02.2015 a 12.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Roseli Maria Adriano Dem- binski	08.01.2015 a 07.01.2016	04.01.2016 a 30.01.2016 (27 dias)
Rudinei Fernando Bach	04.10.2014 a 03.10.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Salete Ragazzon Decker	24.04.2014 a 23.04.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Silvana Albani	25.06.2014 a 24.06.2015	18.01.2016 a 03.02.2016 (17 dias)
Sirlei Gonçalves da Silva	13.02.2015 a 12.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Sirlei Marins da Costa	14.02.2015 a 13.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Sirlene Adelia Debus Soares	01.10.2014 a 30.09.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Tania Mara Gubert Rohenkohl	01.02.2015 a 31.01.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Tarci Luiz Gebert	03.07.2014 a 02.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Valdecir Euzebio	12.04.2014 a 11.04.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias) +AP
Vanice Gavineski	03.02.2015 a 02.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Valdir Werlang	10.07.2014 a 09.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Veronica Cherizoli Valmor- bida	13.02.2015 a 12.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Vilson José de Freitas	16.08.2014 a 15.08.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)

Viviane Cunico Carneiro	13.02.2015 a 12.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Viviane Cunico Carneiro (Alt. C.H.)	02.02.2015 a 01.02.2016	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)
Zilda Noeli Horbach Schlin- tvein	03.07.2014 a 02.07.2015	04.01.2016 a 02.02.2016 (30 dias)

*AP: Abono Pecuniário

*Alt. C.H: Alteração de Carga Horária

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 29 de dezembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº14/2015

ERRATA DO EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: RUANNI PROJETOS E CONSULTORIA LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 30 de setembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Convite 003/2015.

Onde se lê: VALOR: R\$ 34.651,89 (Trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos); VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 30 de setembro de 2016, leia-se: VALOR: R\$ 46.202,52 (Quarenta e seis mil duzentos e dois reais e cinquenta e dois centavos); VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 15 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

ERRATA P. PRESENCIAL 135/2015

ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2015

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, errata do Edital de Pregão Presencial n.º 135/2015 – registro de preços

TIPO: menor preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de produtos químicos destinados para manutenção estações de tratamento de água nas comunidades do interior do Município de Mondaí – SC.

Onde se lê: Os envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 - DOCUMENTAÇÃO deverão ser entregues até o horário da Sessão Pública para recebimento das Propostas, que se dará no dia 08 de dezembro de 2015, às 10h55min e a sua abertura às 11h00min do mesmo dia, ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitações, situada à Av. Laju, 420, nesta cidade.

Leia-se: Os envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 - DOCUMENTAÇÃO deverão ser entregues até o horário da Sessão Pública para recebimento das Propostas, que se dará no dia 08 de janeiro de 2016, às 10h55min e a sua abertura às 11h00min do mesmo dia, ou às mesmas horas do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitações, situada à Av. Laju, 420, nesta cidade.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondaí.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 23 de dezembro de 2015.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 035/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ADEMAR MEURER

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 032/2015.

VALOR: R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 18 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 037/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ANDREIA FERLA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 032/2015.

VALOR: R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 18 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 064/2011

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TRANSPORTES ANDREIMELANIA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 15 de maio de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 025/2011.

VALOR: R\$ 14.838,33 (Catorze mil oitocentos e trinta e oito reais e trinta e três centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 15 de maio de 2016.

Mondaí – SC, 02 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 128/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. OSMAR MARQUES DA SILVA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 05/janeiro/2016 até as 12:30 horas do dia 18/janeiro/2016. Abertura da sessão no dia 18/janeiro/2016 às 13:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR LOTE, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1-DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEÇAS PARA MINI CARREGADEIRA S175; RETROESCAVADEIRA JCB 4CX; MOTONIVELADORA CASE 845B; ESCAVADEIRA DOOSAN DX140; MOTO-NIVELADORA NEW HOLALAND RG140; ROLO COMPACTADOR MULLHER VAP55; RETROESCAVADEIRA CAT 416E; PA CARREGADEIRA NEW H. 12C; SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, conforme descrição e quantitativos a seguir:

0.2 – Todas as despesas relacionadas com a entrega dos itens correrão por conta da proponente vencedora.

1.2.1 - Ficará sob total responsabilidade da proponente vencedora, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

0.3 – Serão recusadas as peças imprestáveis ou defeituosas que não atendam as especificações e/ou não estejam adequados para uso.

1.4 - Todas as peças cotadas deverão, de 1ª linha com garantia mínima de 6 meses.

0.5 – A garantia das peças deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias referente a defeitos de fabricação das peças, contados a partir da emissão da Nota Fiscal.

0.6 – A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a terceiros/Município referente à entrega dos itens, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

1.6.1 – A proponente vencedora deverá substituir às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela Secretaria solicitante, o(s) item(s), caso se constate defeitos de fabricação, ou qualquer anormalidade que esteja em desacordo com as especificações deste Edital, dentre outros.

1.7 – A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ATRAVÉS DO SOFTWARE "AUTO COTAÇÃO" NÃO É OBRIGATÓRIO, CARACTERIZANDO-SE EM RECURSO PARA FACILITAR O PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS. NÃO SERÁ DESCLASSIFICADO O PROPONENTE

QUE NÃO ENVIAR CD/DISQUETE/PEN DRIVE CONTENDO A PLANILHA ELETRÔNICA.

2 – DA EXECUÇÃO

1.1 – Do acesso aos mercados:

1.1.1 – Fica priorizado a contratação de empresa "nacional", assim definido no ANEXO XIII.

1.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 10 (dez) dias.

1.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2 DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no presente Edital.

2.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

2.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

2.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

2.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

2.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

2.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

2.10 Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

2.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

3 DO CREDENCIAMENTO

Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no item 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da

Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

4 DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

a) - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos: ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade da ata;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.2 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

4.3 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

4.4 - Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

4.4.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

4.4.2 - Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

4.4.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

4.4.4 - Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16. Setembro. 2009, modelo Anexo XI;

5.5.5 - Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

6- DA HABILITAÇÃO

5.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

5.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

5.2.1 - Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

5.2.2 - Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;

5.3 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII; Qualificação Econômico-Financeira:

5.3.1 - Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.4 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7- DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

6.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e/ou contrato e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, A Pregoeira, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4. receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, a Pregoeira solicitará e se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

8.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

8.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

8.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

8.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.13 - A Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

8.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

8.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

8.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

8.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

8.18 - A Pregoeira somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

8.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

8.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1 – Decaia do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

10.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente,

certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

10.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo – SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

10.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

10.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no contrato a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através do Termo de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do termo até a data de 30/março/2015.

11.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

11.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

11.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

11.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

11.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

11.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13– DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

13.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002,

no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

13.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

13.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

13.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

13.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.13 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

13.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

14.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

15.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I. - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - II. - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - III. - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV. - tiver presentes razões de interesse público;
- Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

15.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO

O Objeto deste instrumento será executado mediante os recursos oriundos nas Dotações Orçamentária/2015/2016 de cada secretaria que solicitar o serviço.

18 – DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

17.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

17.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

17.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

18.3 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão

manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.4 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.5 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

18.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

18.7 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

18.8 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

18.9 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.10 - A Pregoeira e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:30 horas, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

18.11 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO I – Procuração;
- f) ANEXO II – Proposta de Preços;
- g) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- h) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- i) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;
- j) ANEXO VI – Relação das quantidades aproximadas
- k) ANEXO VII – Modelo Declaração de Idoneidade
- l) ANEXO VIII – Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal
- m) ANEXO IX - Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- n) ANEXO X – Declaração de elaboração independente de proposta.
- l) ANEXO XI - Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- m) ANEXO XII – Do acesso aos mercados.
- n) ANEXO XIII- Modelo de Ata

Monte Carlo – SC, 04 de janeiro de 2016
OSMAR MARQUES DA SILVA
PREFEITO

ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>
, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>
, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.

<NOME COMPLETO, RG, CPF>
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 67/2015 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II
PREGAO PRESENCIAL 67/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias. Prazo de validade da Ata: 30/Janeiro/2017.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

ANEXO III
PREGAO PRESENCIAL 67/2015

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

ANEXO IV
PREGAO PRESENCIAL 67/2015

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO V

MINI CARREGADEIRA BOB CAT S-175
LOTE 01

Ítem	Quant.	Referência	Descrição	Valor (R\$)	Total (R\$)
1	1	7136676	COMPRESSOR AR CONDICIONADO	1.188,45	1.188,45
2	1	A37	CORREIA AR CONDICIONADO	22,01	22,01
3	2	6667322	CORREIA TRANSMISSÃO	245,65	491,30
4	2	P047826	ENGATE RÁPIDO FEMEA	374,90	749,80
5	2	P047810	ENGATE RÁPIDO MACHO	265,56	531,12
6	2	P001669	FAROL	268,66	537,32
7	2	P019740	FECHADURA	858,93	1.717,86
8	3	6677983	FILTRO DE AR EXTERNO	65,61	196,83
9	3	6678207	FILTRO DE AR INTERNO	123,34	370,02
10	3	6667352	FILTRO COMBUSTÍVEL	35,22	105,66
11	3	P005514	FILTRO HIDRÁULICO	283,62	850,86
12	3	6675517	FILTRO LUBRIFICANTE	56,78	170,34
13	2	3067	PARABRISA	987,17	1.974,34
14	1	P001910	POLIA	294,04	294,04
15	1	6735884	TENSOR CORREIA	2.542,48	2.542,48
16	48	2550	ESCOVA AÇO	23,44	1.125,12
17	48	2551	ESCOVA NYLON	21,61	1.037,28
18	1	150019	LAMINA	724,94	724,94
19	1	TS100077	TERMOSTATO	131,20	131,20
20	1	AT401016	VALVULA EXPANÇÃO	211,46	211,46
21	1	RM2030	BOMBA ASPERÇÃO	672,32	672,32
22	30	RM2031	BICO ASPERÇÃO	30,59	917,70
23	1	2546	CARGA DE GAS	188,10	188,10

24	1	VD001	VIDRO JANELA	331,25	331,25
25	1	TS100030	FILTRO SECADOR AR-COND	150,65	150,65
26	1	6657734/0	BOMBA COMB.	152,38	152,38
27	1	6661248/0	FILTRO HIDRAULICO	226,77	226,77
28	1	84228510	FILTRO	169,58	169,58
29	1	7137824	SILENCIOSO	1.015,83	1.015,83
30	1	6677983/0	FILTRO AR-COND	249,95	249,95
31	1	69	CONCERTO E LIMPEZA AR-COND	1.496,25	1.496,25
32	1	6678207/0	FILTRO AR-COND	195,37	195,37
TOTAL PREVISTO LOTE					20.738,58
RETROESCAVADEIRA JCB 4-CX					
LOTE 02					
Ítem	Quant.	Referência	Descrição		
1	4	L158PBA	BICO INJETOR	733,63	2.934,52
2	3	910/60216	CABO ACELERADOR	161,13	483,39
3	3	32/007057	FITRO COMBUSTÍVEL	105,87	317,61
4	3	320/04133	FILTRO LUBRIFICANTE	88,02	264,06
5	3	32/925915	FILTRO SEPARADOR	147,67	443,01
6	1	32/925709	SENSOR	1.784,92	1.784,92
7	10	458/20353	DISCO FREIO	66,69	666,90
8	10	458/20285	PLACA	72,76	727,60
9	4	813/50012	ANEL	16,21	64,84
10	4	813/50026	ANEL	16,69	66,76
11	2	991/00145	REPARO ESTABILIZADOR	162,04	324,08
12	1	559/60248	CIL. EST	4.245,16	4.245,16
13	4	1208/0021	BUCHA	149,31	597,24
14	1	559/60215	CIL GIRO	5.118,76	5.118,76
15	4	991/10152	REPARO GIRO	200,16	800,64
16	4	1208/0015	BUCHA	55,43	221,72
17	4	809/00137	BUCHA	37,21	148,84
18	2	991/20002	REPARO	313,06	626,12
19	2	991/00115	REPARO	255,33	510,66
20	4	991/00179	BUCHA	55,80	223,20
21	2	991/00144	REPARO	337,08	674,16
22	25	531/03205	DENTE CENTRAL	53,10	1.327,50
23	4	531/03208	DENTE LD	96,49	385,96
24	4	531/03209	DENTE LE	96,49	385,96
25	1	531/16802	LAMINA	1.175,53	1.175,53
26	80	826/00217	PARAFUSO DENTE	3,63	290,40
27	80	1340/0701Z	PORCA DENTE	2,53	202,40
28	1	214/4CX4	KIT DE MANGUEIRAS HIDRAULICAS	1.838,25	1.838,25
29	2	32/925346	FILTRO HID	255,61	511,22
30	1	32/926051	COPO	276,13	276,13
31	1	EMB001	EMBUCHAMENTO EIXO DIANT.	675,45	675,45
32	1	458/20041	CARCAÇA EIXO DIANT	255,35	255,35
33	81	907/50200	ROLETE	4,24	343,44
34	2	450/12403	ENGRENAGEM	297,99	595,98
35	1	453/08203	SUPORTE	620,41	620,41
36	2	907/20043	ROLAMENTO	576,48	1.152,96
37	2	904/50033	RETENTOR	244,21	488,42

38	1	458/20813	FLANGE	793,65	793,65
39	1	450/16900	CJ.SATELITE	2.217,57	2.217,57
40	2	128/13949	BARRA DIREÇÃO COMPLETA	292,50	585,00
40	4	907/08300	ROLAMENTO	235,66	942,64
41	2	821/00210	TRAVA	76,65	153,30
42	1	320/08563	COMPRESSOR AR-COND	2.475,31	2.475,31
43	1	30/925683	FILTRO SECADOR	124,57	124,57
44	1	TS100077	TERMOSTATO	131,20	131,20
45	1	AT401016	VALVULA EXPANÇÃO	211,46	211,46
46	2	2546	CARGA GAS	213,75	427,50
47	1	128/15696	TANQUE EXPANÇÃO	1.019,72	1.019,72
48	1	320/08609	CORREIA	425,04	425,04
49	1	980/89985	CONCHA 30	2.787,30	2.787,30
50	6	G65/0	BUCHA	61,91	371,46
51	1	32/920300	FILTRO TANQUE	362,42	362,42
52	1	827/80143	VIDRO PORTA	1.279,64	1.279,64
53	1	128/P3561	ASSENTO OPERADOR	2.808,76	2.808,76
54	1	EMB002	EMBUCHAMENTO DA LANÇA/CONCHA	2.100,74	2.100,74
55	1	128/15201/E	EMBUCHAMENTO MESA GIRO	675,45	675,45
56	2	4CX01	FILTRO AR-COND INT.GENUINO	162,02	324,04
57	2	4CX02	FILTRO AR-COND EXT. GENUINO	175,62	351,24
58	4	U418	COLA ESPECIAL P/VIDRO	19,92	79,68
59	1	333/P8032	ACABAMENTO	2.479,50	2.479,50
60	1	333/P5059	TUBO	732,78	732,78
61	1	813/10180	JUNTA	557,88	557,88
62	1	4CX69	CONSRTO E LIMPEZA AR-COND	1.256,85	1.256,85
63	1	4CXB69	RECUPERAÇÃO COMPLETA BOMBA INJETORA	3.325,95	3.325,95
64	1	4CX169	RECUPERAÇÃO COMPLETA CONCHA DIANT.	1.282,50	1.282,50
65	2	991/00147	REPARO DIREÇÃO	167,58	335,16
66	6	450/10206	ENGRENAGEM	252,76	1.516,58
			TOTAL PREVISTO LOTE		63.904,42

MOTONIVELADORA CASE 845-B
LOTE 03

Ítem	Quant.	Referência	Descrição	Valor (R\$)	Total (R\$)
1	6	2855135	BICO INJETOR	801,33	4.807,98
2	1	87567917	BÓIA TANQUE	964,84	964,84
3	2	75264235	CIBIÉ	70,43	140,86
4	1	87522165	COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO	1.535,29	1.535,29
5	2	366176A2	FECHADURA	205,24	410,48
6	2	84312099	HASTER INFERIOR LD	220,09	440,18
7	2	84312105	HASTE INFERIOR LE	220,09	440,18
8	1	2854606	KITS VEDAÇÃO BICO	598,53	598,53
9	2	87753542	PARABRISA	827,01	1.654,02
10	2	87753543	PARABRISA INFERIOR	737,65	1.475,30
11	20	87625354	PARAFUSO RODA	18,14	362,80
12	20	75251673	PONTA	34,22	684,40
13	20	75250656	PORCA	13,40	268,00
14	1	73164453	SILENCIOSO	686,47	686,47
15	1	76021408	TRAVA	16,18	16,18

16	1	75324072	TUBO	291,77	291,77
17	5	73162856	SUPORTE	292,52	1.462,60
18	2	84406911	VIDRO PORTA DIREITA	968,60	1.937,20
19	2	84406912	VIDRO PORTA ESQUERDA	968,60	1.937,20
20	3	87803260	FILTRO LUBRIFICANTE	70,12	210,36
21	3	87803197	FILTRO COMBUSTÍVEL	46,29	138,87
22	3	87435525	FILTRO SEPARADOR	74,64	223,92
23	3	87519452	FILTRO TRANSMISSÃO	206,97	620,91
24					
25	3	71102720	FILTRO AR EXTERNO	121,73	365,19
26	3	84350712	FILTRO AR CONDICIONADO	135,68	407,04
27	1	84500845	EMBUCHAMENTO DA ARTICULAÇÃO	1.872,45	1.872,45
28	2	84252208	PASTILHA FREIO	150,35	300,70
29	2	84406912	VIDRO LATERAL LE	1.033,57	2.067,14
30	2	84406911	VIDRO LATERAL LD	1.033,57	2.067,14
31	1	84274963	VIDRO TRASEIRO	966,60	966,60
32	4	6200109	LAMINA 8 FUROS AR1	585,76	2.343,04
33	4	75241478	CANTO LAMINA	329,39	1.317,56
34	20	75251676	HASTE ESCARIFICADOR	327,91	6.558,20
35	30	75251673	UNHA ESCARIFICADOR	45,00	1.350,00
36	2	75241693	REPARO LEVANTE	406,66	813,32
37	2	75239685	REPARO DIREÇÃO	255,33	510,66
38	2	75245625	REPARO ARTICULAÇÃO	375,79	751,58
39	6	336742A1	RODAS ARO 24 C/2 FRISOS E VEDAÇÃO	2.547,90	15.287,40
40	1	75289632	REPARO ESCARIFICADOR	363,82	363,82
41	1	84500888	KIT MANGUEIRAS HIDRAULICAS	2.050,29	2.050,29
42	1	73895863	GARFO LEVANTE	2.377,95	2.377,95
43	1	14087955	EMBUCHAMENTO EIXO DIANTEIRO COMP.	3.384,27	3.384,27
44	1	78856344	EMBUCHAMENTO GARFO LEVANTE	553,94	553,94
45	1	84500169	TROCA DO BARABRISA INFERIOR	76,95	76,95
46	4	U418	COLA ESPECIAL P/VIDRO	19,92	79,68
47	1	RG140B69	CONCERTO E LIMPEZA DO AR-COND-	1.615,95	1.615,95
	3	71102719	FILTRO AR INTERNO	58,03	174,09
Total Geral R\$					68.963,30

ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DOOSAN DX-140 LOTE 04

Ítem	Quant.	Referência	Descrição	Valor (R\$)	Total (R\$)
1	2	21061019D25	CORREIA AR CONDICIONADO	52,24	104,48
2	3	BF96/0	FILTRO COMB. DX 140	247,63	742,89
3	2	KJB0196	FILTRO HIDRAULICO	939,35	1.878,70
4	3	K1006530	FILTRO SEPARADOR	217,75	653,25
5	3	P550371	FILTRO LUBRIFICANTE	156,22	468,66
6	3	471000119	FILTRO AR CONDICIONADO	36,54	109,62
7	1	6173	MANGUEIRA	71,93	71,93
8	2	27051022	PINO	29,77	59,54
9	30	71300057C	PONTA	62,66	1.879,80
10	1	K9002307	REPARO	256,61	256,61
11	2	90300072A	VIDRO DIREITO	1.010,06	2.020,12
12	10	71300057C	UNHA	67,51	675,10
13	10	27051022	TRAVA	33,47	334,70

14	5	71400085	SUPORTE	149,33	746,65
15	2	10152/2	PARABRISA INF	355,55	711,10
16	2	K9002189	REPARO LEVANTE	425,92	851,84
17	1	10152/3	PARABRISA SUP	980,51	980,51
18	1	K9003865	REPARO CONCHA	483,80	483,80
19	1	K9002312	REPARO PROFUNDIDADE	508,50	508,50
20	2	K8543261	REPARO EST. ESTEIRA	325,97	651,94
21	1	k9005418	TUBO	949,94	949,94
22	1	k9001414	BLOCO	1.114,57	1.114,57
23	1	k9005415	TUBO	1.114,57	1.114,57
24	1	14000826	EMBUCHAMENTO DO BRAÇO/CONCHA	2.294,82	2.294,82
25	1	41E7015221	CHAPA FUNDO DA CONCHA	760,95	760,95
26	1	69	CONCERTO E LIMPEZA AR-COND.	1.667,25	1.667,25

Total Geral R\$

22.091,84

MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG-140B LOTE 05

Ítem	Quant.	Referência	Descrição	Valor (R\$)	Total (R\$)
1	2	2VV881311	AMORTECEDOR	193,71	387,42
2	2	87559372	AMORTECEDOR	425,51	851,02
3	1	75288844	CARCAÇA FILTRO	515,64	515,64
4	1	87522165	COMPRESSOR AR CONDICIONADO	1.535,29	1.535,29
5	3	71101957	FILTRO	77,05	231,15
6	3	84350712	FILTRO	135,68	407,04
7	3	84347979	FILTRO	182,56	547,68
8	3	250208	FILTRO	22,35	67,05
9	3	75326979	FILTRO	35,22	105,66
10	4	75326511	PINO	198,47	793,88
11	3	75248729	FILTRO	115,14	345,42
12	3	75248730	FILTRO	33,32	99,96
13	3	71104207	FILTRO	80,70	242,10
14	3	71101919	FILTRO	52,84	158,52
15	3	87519452	FILTRO	206,97	620,91
16	4	75251676	HASTE	295,36	1.181,44
17	1	82002692	MANOPLA	79,24	79,24
18	20	87625354	PARAFUSO	18,14	362,80
19	1	75255725	PINO CENTRAL	282,17	282,17
20	20	75251673	PONTA	34,22	684,40
21	20	75250656	PORCA DE RODA	13,40	268,00
22	6	373563A2	RODA	2.547,90	15.287,40
23	2	75324072	TUBO SAÍDA	291,77	583,54
24	1	87747168	VÁLVULA	3.227,98	3.227,98
25	3	75254363	VIDRO	193,99	581,97
26	3	75254362	VIDRO	193,99	581,97
27	1	84167873/E	EMBUCHAMENTO EIXO DIANT.	3.330,61	3.330,61
28	1	75266996/E	EMBUCHAMENTO CELA/GARFO	1.149,98	1.149,98
29	6	7D1576	LAMINA ARI	729,40	4.376,40
30	4	75241478	CANTO LAMINA	329,39	1.317,56
31	4	75221453	REPARO LEVANTE	340,83	1.363,32
32	2	75228963	REPARO DIREÇÃO	265,50	531,00
33	2	75246852	REPARO ARTICULAÇÃO	346,34	692,68
34	1	86475321	REPARO ESCARIFICADOR	319,95	319,95

35	4	373563A2	RODA ARO 24 C/2 FRISOS E VEDAÇÃO	2.547,90	10.191,60
36	4	84252208	PASTILHA FREIO	150,35	601,40
37	2	8603328	DISCO FREIO EST.	1.098,76	2.197,52
38	1	75264586	GRADE FRONTAL	2.470,95	2.470,95
39	1	75323355	PROTECAO MOTOR	712,35	712,35
40	1	75323350	PROTECAO MOTOR	712,35	712,35
41	1	RG140B55	REVISÃO E LIMPEZA AR-COND	1.590,30	1.590,30
42	1	RG140B69	TROCA DO BARABRISA INF. E SUP.	162,45	162,45
43	1	RG140B59	REVISÃO BOMBA INJETORA	2.479,50	2.479,50
Total Geral R\$					64.229,57

ROLO COMPACTADOR MULLER VAP-55 LOTE 06

Ítem	Quant.	Referência	Descrição	Valor (R\$)	Total (R\$)
1	10	RM2031	BICO ASPERSSÃO	40,72	407,20
2	1	3129911013	BOMBA	2.264,95	2.264,95
3	16	450073	COXIM	91,28	1.460,48
4	1	219000024	ASSENTO OPERADOR	2.808,76	2.808,76
5	3	TR1280	FILTRO	52,80	158,40
6	1	561130	HÉLICE	338,68	338,68
7	5	40290042	REPARO	97,48	487,40
8	2	40847111	TUBO	50,21	100,42
9	2	69503518	ROLAMENTO TAMBOR	1.619,91	3.239,82
10	2	327315700	RETENTOR	255,35	510,70
11	1	66706184	BOMBA VIBRAÇÃO	3.386,53	3.386,53
12	1	66201080	KIT REPARO MOTOR DE PISTÃO	5.973,48	5.973,48
13	1	66201010	PLACA	1.775,43	1.775,43
14	1	66201031	REPARO MOTOR	169,85	169,85
15	4	66300126	CRUZETA	73,21	292,84
16	2	66305001	FLANGE	339,31	678,62
17	1	66706033	MOTOR HID	3.835,74	3.835,74
18	2	522980	PINO	708,76	1.417,52
19	4	69508101	ROLAMENTO	235,00	940,00
20	2	69400226	RETENTOR	102,05	204,10
21	1	67560000	ORBITROL	2.723,73	2.723,73
	1	66550306	VALVULA	1.495,89	1.495,89
22	1	99981066	PASTILHA FREIO	149,59	149,59
23	1	65900107	CIL. FREIO	415,21	415,21
24	1	65510V55	CONCERTO DO EIXO DO TAMBOR	2.214,45	2.214,45
25	1	6900069	RECUPERAÇÃO ASSENTO OPERADOR	418,95	418,95

RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416-E LOTE 07

Ítem	Quant.	Referência	Descrição		
1	4	2099886	BARRA DIREÇÃO	240,45	961,80
2	2	2350128	CABO	109,76	219,52
3	2	2615519	CABO	168,36	336,72
4	2	2762353	CABO	164,33	328,66
5	1	3043266	CARDAN	798,59	798,59
6	2	1107887	CHAVE	263,48	526,96
7	2	2529612	COLETOR	469,46	938,92
8	3	2332582	EMBOLO	167,44	502,32
9	2	1300777	ESTABILIZADOR	1.419,22	2.838,44

10	2	33512Z	FECHADURA	27,00	54,00
11	3	2112660	FILTRO	70,36	211,08
12	3	2277448	FILTRO	263,01	789,03
13	3	2277449	FILTRO	97,65	292,95
14	3	3621163	FILTRO	538,55	1.615,65
15	3	1194740	FILTRO	49,50	148,50
16	2	9T3948	HASTE	380,55	761,10
17	1	1423391	HÉLICE	537,39	537,39
18	1	300020	KIT EMBUCHAMENTO DIANTEIRO	1.435,66	1.435,66
19	1	300022	KIT EMBUCHAMENTO TRASEIRO	3.915,91	3.915,91
20	1	2199485	LAMINA	460,28	460,28
21	2	2059607	PARABRISA	1.194,96	2.389,92
22	2	2113783	PARALAMA	920,40	1.840,80
23	1	3174423	PERFIL	19,08	19,08
24	30	2085235	PONTA	56,97	1.709,10
25	30	2011919	PORCA	8,04	241,20
26	1	2105948	RADIADOR	2.934,53	2.934,53
27	3	2107086	REPARO	51,86	155,58
28	3	3651283	REPARO	179,80	539,40
29	3	2152023	REPARO	247,44	742,32
30	3	2332623	REPARO	206,76	620,28
31	3	2332622	REPARO	215,31	645,93
32	3	2107074	REPARO	80,78	242,34
33	3	2342593	REPARO	201,69	605,07
34	3	2332628	REPARO	206,35	619,05
35	3	2063553	REPARO	54,58	163,74
36	2	7E9871	SAÍDA	43,07	86,14
37	2	2355363	SILENCIOSO	282,92	565,84
38	1	2780205	SOLENOÍDE	474,97	474,97
39	30	2085245	SUPORTE	85,01	2.550,30
40	2	2010330	TAMPA	178,75	357,50
41	2	2059606	VIDRO	263,24	526,48
42	2	2059605	VIDRO	296,46	592,92
43	2	2061593	VIDRO	297,71	595,42
44	2	2061592	VIDRO	511,39	1.022,78
45	2	2059595	VIDRO	784,28	1.568,56
46	2	2059587	VIDRO	669,29	1.338,58
47	2	2290308	VIDRO	489,11	978,22
48	2	2059631	VIDRO	398,22	796,44
49	2	2059622	VIDRO	393,20	786,40
50	2	2059628	VIDRO	693,15	1.386,30
51	1	219000024	ASSENTO OPERADOR	2.808,76	2.808,76
52	1	20589635	HASTE ESTABILIZADOR	765,31	765,31
53	1	2332628	CIL. GIRO	3.553,47	3.553,47
54	1	2118947	CIL. CONCHA TRAS	4.215,88	4.215,88
55	1	4162050	TROCA DO PARABRISA E VIDROS	684,00	684,00
56	1	4152055	RECUPERAÇÃO COMPLETA BOMBA INJ.	4.189,50	4.189,50
57	4	2361674	BICO INJETOR	589,95	2.359,80
Total Geral R\$					63.345,39

PA-CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12C LOTE 08					
Ítem	Quant.	Referência	Descrição	Valor (R\$)	Total (R\$)
1	2	75204388	FILTRO	27,87	55,74
2	2	75213131	FILTRO	67,42	134,84
3	2	75313513	FILTRO	135,85	271,70
4	2	75247063	FILTRO	55,16	110,32
5	1	75247062	FILTRO	104,85	104,85
6	5	75285228	FILTRO	76,65	383,25
7	1	71101949	FILTRO	30,68	30,68
8	1	75201624	ANEL FILTRO	75,77	75,77
9	2	75327421	CORREIA	63,44	126,88
10	1	75202771	HELICE	810,99	810,99
11	2	75237819	MANGUEIRA	118,46	236,92
12	2	75237820	MANGUEIRA	63,54	127,08
13	1	75237821	MANGUEIRA	114,75	114,75
14	2	75202631	REPARO BOMBA D AGUA	265,61	531,22
15	2	D150535	LONA DE FREIO ESTACIONARIO	100,16	200,32
16	2	75218118	CABO	113,41	226,82
17	2	7528787812	KIT REPARO	206,59	413,18
18	1	279261A2	ALAVANCA	668,70	668,70
19	4	75288906	CRUZETA	166,41	665,64
20	1	75250309	CARDAN	1.325,06	1.325,06
21	4	75313534	CRUZETA	177,54	710,16
22	2	75216813	EIXO	580,14	1.160,28
23	22	148963A1	DISCO DE FREIO	80,81	1.777,82
24	22	71102762	DISCO DE FREIO	79,87	1.757,14
25	6	148988A1	ENGRENAGEM CUBO	632,40	3.794,40
26	6	148989A1	ROLAMENTO	591,02	3.546,12
27	4	148941A1	ROLAMENTO	923,04	3.692,16
28	4	148940A1	RETENTOR	127,95	511,80
29	4	181123A1	RETENTOR	63,40	253,60
30	4	147145A1	PLACA	120,69	482,76
31	4	147144A1	PLACA	159,54	638,16
32	4	148897A1	ROLAMENTO	340,85	1.363,40
33	4	148972A1	ENGRENAGEM	511,85	2.047,40
30	3	75286813	REPARO	205,07	615,21
31	3	84341410	REPARO	328,77	986,31
32	3	84341159	REPARO	291,70	875,10
33	2	75217630	LAMINA	2.029,86	4.059,72
34	2	148987A1	ARRUELA	68,40	136,80
35	16	87359786	DENTE	252,10	4.033,55
36	100	70921597	PARAFUSO	4,26	426,00
37	100	70911029	PORCA	0,94	94,00
38	1	145632A22	PARABRISA	1.184,30	1.184,30
39	1	148982A1	COROA E PINHAO	2.980,46	2.980,46
40	1	219000024	ASSENTO OPERADOR	2.547,90	2.547,90
41	1	12C9090	CONCERTO DA CONCHA	2.351,25	2.351,25
42	1	12C4236	CONCERTO BOMBA INJETORA	2.992,50	2.992,50
Total Geral de Peças e Serviços					51.633,06
TOTAL PREVISTO LICITAÇÃO					392.774,90

ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 129/2015 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 129/2015 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 129/2015, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

ANEXO XI

PREGAO PRESENCIAL 67/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: /3/ pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEÇAS PARA MINI CARREGADEIRA S175; RETROESCAVADEIRA JCB 4CX; MOTONIVELADORA CASE 845B; ESCAVADEIRA DOOSAN DX140; MOTONIVELADORA NEW HOLALAND RG140; ROLO COMPACTADOR MULLHER VAP55; RETROESCAVADEIRA CAT 416E; PA CARREGADEIRA NEW H. 12C; SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA., conforme descrição e quantitativos a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados

parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6 CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 129/2015, Pregão Presencial nº 67/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura

até a data de 30/outubro/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO /3/ MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA /6/

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/

Morro da Fumaça

PREFEITURA

489-506

Portaria	Data	Ementa
489	02/12/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 448/2015 DE 02/10/2015 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, ELIANE NUNES, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
490	03/12/2015	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA TATIANE ZANELATTO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
491	04/12/2015	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA SANDRA TEREZINHA DAGOSTIN OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
492	09/12/2015	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA ELIANE INÁCIO CARDOZO OCUPANTE DO CARGO DE GESTOR DE SISTEMAS EDUCACIONAIS.
493	09/12/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE MABEL PEREIRA GUEDIN OCUPANTE DO CARGO DE FARMACÊUTICA.
494	11/12/2015	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA MARIA GORETE PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
495	14/12/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 484/2015 DE 26/11/2015 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MARIA SIMONI GUOLLO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
496	18/12/2015	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR CLESIO GABRIEL, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
497	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA ROSIMERI DOS REIS SALVALAIO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
498	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA JOSIANE KONZEN SALVALAIO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
499	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA ROSICLÉIA CARDOSO ROCHA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
500	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA SABRINA SCHMITZ PADILHA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
501	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA GIZELLI KEMPER GABRIEL OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
502	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA FRANCIELE DE FÁTIMA MENK OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
503	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA CRISTINA REUS PATRICIO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
504	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA CINTIA GENEROSO PACHECO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
505	18/12/2015	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA ALINI CARDOSO DE SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
506	18/12/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 480/2015 DE 13/11/2015 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA O SERVIDOR, LEONARDO CASAGRANDE PIAZZA, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 73/2015 FMS --- DESERTO II ---

Prefeitura Municipal de Navegantes.
EXTRATO ATA: PREGÃO Nº 73/2015 FMS – DESERTA

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO "MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR" PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA (pela 2º vez).

Navegantes, 4 de janeiro de 2016.
Roberto Carlos de Souza – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 164/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE TÊNIS ESCOLAR DEVIDAMENTE PERSONALIZADO PARA COMPOSIÇÃO DO UNIFORME DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES/SC PARA O ANO LETIVO DE 2016. Data da entrega dos envelopes: 15/01/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 15/01/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 4 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 79/2015 FMS --- RETIFICADO ----

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015 FMS
--- retificado ---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO) DE ACESSÓRIOS DE OXIGENOTERAPIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSÓRIOS EM COMODATO (EXCETO CILINDRO DE OXIGÊNIO), PARA OS PACIENTES CADASTRADOS (EM TRATAMENTO DOMICILIAR) E UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/01/2016 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 15/01/2016 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 4 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 68/2014 FMS --- RETIFICADO ---

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 68/2015 FMS
--- RETIFICADO ---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA PARA GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE, COMPREENDENDO SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, GERENCIAMENTO DO BANCO DE DADOS, PRESTAÇÃO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO COM INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS ORIUNDOS DE SISTEMAS LEGADOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, EVOLUTIVA E LEGAL DO SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: 04/02/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 04/02/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 4 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

EXONERAÇÕES COLETIVAS 3362

PORTARIA 3362 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORES POR TÉRMINO DE CONTRATO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, os servidores admitidos em caráter temporário abaixo relacionados a partir de 19/12/2015.

Nº	MATRÍCULA	SERVIDOR
01	324619	CINTIA RENATA CABRAL
02	63265703	EVANDRO ROBSON SCHAEFER
03	63296701	FRANCIELLE APARECIDA MANOEL
04	1510908	GRAZIELE LOURENCO FERREIRA
05	429109	JANAINA BEATRIZ ROCHA DA LUZ
06	63300601	KATIA LUCIANE MORAES COELHO
07	63289701	LARISSA CRISTINI DA SILVA
08	344215	LIGIA MARA EVARISTO
09	6203508	LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA
10	63261203	LISIANE ALVES GUADAIM RIBEIRO
11	6327003	LUCIANE GILDA DOS SANTOS
12	6321904	LUCIENE EVANGELISTA DOS SANTOS SILVA
13	412516	LUCIMARA PEREIRA MANCIO
14	1711607	MARCELO DE BORBA PAULO
15	226012	MARGARETE ELSA GOSS REINKE
16	420408	MARIA ELI LOURENCO
17	6277903	MARIA IZABEL EMILIO REBELLO

18	1494407	MARISE LINDOMAR COUTO
19	376418	MARLI REGINA PACHECO FAUSTO
20	63286801	MATHEUS ROBERTO DOS SANTOS DA ROSA
21	63300801	MICHELLE DEMANTOVA WENDHAUNSE
22	477106	MILENA COUTO VIEIRA
23	1985514	MIRELA CRISTINA LEITE
24	446303	MONICA FERREIRA
25	1863406	NADIA NICE DA LUZ
26	6257206	NEUZA MARIA DE SOUZA
27	63295901	ODAIZA KEILA TEIXEIRA
28	156209	PATRICIA ONDINA COELHO
29	156210	PATRICIA ONDINA COELHO
30	6219708	PAULO ROBERTO KUSTER
31	63286901	PAULO ROBERTO VALADARES
32	1706807	PRISCILA ALVES
33	63294401	PRISCILA ODETE DA SILVA
34	63263902	RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN
35	6321202	RAFAELA INTHURN
36	1976807	RENATALU MAFRA MIANES
37	2060109	RODRIGO DALTON FRUTUOSO
38	2005414	RODRIGO HOGENDOORN HAIMANN
39	6261706	RODRIGO LIMA MOTHÉ
40	6323802	ROSAURA DE ABREU GAUTERIO
41	292412	ROSLEINE BURCKHART ANGIOLETTI
42	1707103	RUTHE SILVA DOS ANJOS
43	63297801	SAMANTA DO NASCIMENTO TORRES STRAPASSON
44	6323303	SAMARA DANTAS TRIGUEIRO DE OLIVEIRA
45	450817	SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI
46	63295101	SILEIDE NASCIMENTO DE FREITAS SILVA
47	1689003	SILVANA DA SILVA CAMARGO
48	345212	SILVIA NASCIMENTO LIBORIO
49	1984911	SIMONE BOASTIK
50	63291501	STEPHANIE DE SOUZA
51	106721	SUELI MARIA TRIMMER S CUNHA
52	356907	TANELISE VIGARANI PRUST
53	363205	TANIA APARECIDA ALEXANDRE
54	63260902	TÂNIA WENDHAUSEN RAMOS
55	494617	TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA
56	6243904	VANESSA DA SILVA GODINHO
57	1699210	VISANGELA SAGAS
58	6242405	VIVIANE BENTA DA CRUZ

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 19 de dezembro de 2015.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.
Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL FMC Nº 254/2015.

EXTRATO CONTRATUAL FMC Nº 254/2015.

PROCESSO: DL12/2015.

Órgão: FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DEVIDAMENTE INSTALADAS PARA A ILUMINAÇÃO CÊNICA DO PALCO DO AUDITÓRIO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC, EM RAZÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 DESERTO*.

Fornecedor: BRANREIS INDUSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI.

CNPJ: 22.175.329/0001-26.

VALOR: R\$ 17.880,00.

VIGÊNCIA: 17/12/2015 -31/12/2015.

Navegantes, 17 de dezembro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 268/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: FMS268/2015.

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Contratada...: VICENTE CARLOS DOS SANTOS.

Valor : R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 63/2013.

Recursos : Dotação: 2.094.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : Segundo Termo Aditivo visando a Prorrogação do Prazo de Vigência nº 030/2014, referente à Contratação de profissional para limpeza e manutenção diária da piscina de hidroterapia do Centro de Referência da Mulher e do Homem, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, conforme Dispensa de Licitação nº 063/2013.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 249/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 249/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: INTERATIVA INTEGRADORA DE SOLUÇÕES.

Vigência : Início: 01/01/2016.Término:05/07/2016.

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:073/2012.

Recursos : Dotação: 2.115 3.3.90.00.00.00

Objeto : Sexto Termo Aditivo ao contrato nº 110/2012, Tomada de Preços nº 073/2012, referente à cessão de uso de Software para Gestão Operacional Informatizada do Abastecimento de Água do Município de Navegantes, celebrado entre o Município de Navegantes e Interativa Integradora de Soluções.

Navegantes, 15 de dezembro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 255/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 255/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções e Incorporações Ltda.

CNPJ: 81.537.672/0001-72.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 28/06/2016.

Licitação : Tomada de Preços nº 144/2014.

Recursos : Dotação: 1.003 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Segundo Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo* de vigência do Contrato nº 268/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS CIVIS DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAC, LOCALIZADO NO BAIRRO MEIA PRAIA, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. ATRAVÉS DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM, PROPOSTA SIGEF Nº 10026, , conforme Tomada de Preço nº 144/2014.

*180 dias, conforme engenheiro fiscal e Secretaria solicitante.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 259/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATO Nº 259/2015.

Processo: INEX. PMN 178/2015

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: Contratação de Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestação de serviços de atividades postais para coleta, transporte e entrega de documentos e venda de produtos para a Administração do Município de Navegantes. *Conforme artigo 25, inciso I da Lei. 8.666/93.

CONTRATADA: A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

CNPJ: 34.028.316/0028-23

Valor: R\$ 220.000,00.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação : INEX178/2015.

Recursos : Dotação: 2.015 / 2.115 / 2.138 3.3.90.00.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 263/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 263/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 182/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Fornecedor: CIGA | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ | 09.427.503/0001-12

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVO AO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, ADMINISTRADO PELO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, conforme Dispensa de Licitação nº 182/2015.

VALOR TOTAL: R\$ 33.030,00.

Vigência: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso xxvi, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 271/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 271/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: OSVALDO DIAS DA SILVA EIRELI

CNPJ nº 00.851.016/0001-08

Valor Total: R\$ 2.933.400,00 (dois milhões novecentos e trinta e três mil e quatrocentos reais).

Vigência : Início: 01/01/2016. Término: 31/12/2016.

Licitação : PP04/2015.

Recursos : Dotação: 2.038.3390.00 / 2.064 / 2.055 / 2.093
Objeto : Primeiro Termo Aditivo a prorrogação/renovação do Contrato nº 037/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA (CARPINTEIRO, ENCANADOR, PEDREIRO, SERVENTE, ELETRICISTA, ROÇADOR, SERRALHEIRO E PINTOR), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO E REFORMA A DISPOSIÇÃO DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 04/2015.

Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 256/2015 / 257/2015 / 258/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 256/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.

CNPJ: 00.456.865/0001-67.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação : CC075/2015.

Recursos : Dotação: 2.014 3.3.90.00.00.00

Objeto : Quinto Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 215/2014, no qual tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Informática para Locação de Software de Gestão Pública - totalmente integrados, com acesso simultâneo de usuários pelo período de 48 (quarenta e oito) meses para a Prefeitura Municipal de Navegantes, Secretarias, Fundos e Fundações, conforme Concorrência nº 075/2014.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 257/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: OPTITEL REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

CNPJ: 01.580.723/0001-70.

Valor: R\$ 1.182.000,00.

Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.

Licitação : PP171/2013 3.3.90.00

Recursos : Dotação: 2015 / 2.060 / 2.059 / 2.035 / 2.038 / 2.115/ 2.144 / 2.064 / 2.075 / 2.068 / 2.094 / 2.070 / 2.116 3.3.90.00.00.

Objeto : Segundo Termo Aditivo visando a Renovação do Contrato nº 018/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (ACESSO INTERNET) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INTERLIGAÇÃO POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA DOS DIVERSOS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS conforme Pregão Presencial nº 171/2013.

Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 258/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 11.258.607/0001-92
Valor Total: 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais).
Vigência.: Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.
Licitação: PP 025/2014.
Recursos: Dotação: 2.037.3390.00
Objeto: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº199/2014, referente à Contratação de empresa especializada em Informática para Manutenção, treinamento (dos profissionais) de Software de Gestão Escolar (online) para a Rede Municipal de Educação de Navegantes, conforme Pregão Presencial nº 025/2014.
Navegantes, 21 de dezembro de 2015.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 272/2015 / 273/2015 / 274/2015.

Extrato Contratual PMN 272/2015.
Contrato Nº.: 272/2015.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.
CNPJ: 17.153.227/0001-70.
Valor: R\$ 70.800,00.
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.
Valor: R\$ 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais).
Licitação : PP09/2014.
Recursos : Dotação: 2.038.3390.00 / 2.005.3390.00 / 2.061.3390.00 / 2.015.3390.00/2.057.3390.00/2.094.3390.00/ 2.070.3390.00/2.075.3390.00.
Objeto : Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2014, referente à Prestação de Serviços de Locação de Veículos para atendimento à Prefeitura Municipal de Navegantes, Secretarias, Fundos e Fundações, através do Pregão Presencial nº 009/2014.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Extrato Contratual PMN 273/2015.
Contrato Nº.: 273/2015.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES
Contratada...: Cantenor Pereira.
CPF: 186.350.409-53.
Valor: R\$ 37.140,00.
Vigência : Início: 01/01/2016 Término: 31/12/2016.
Licitação : PP09/2014.
Recursos : Dotação: 2.094 3.3.90.00.00.
Objeto : Segundo Termo Aditivo visando a Renovação do Contrato nº 107/2014, referente à Prestação de Serviços de Locação de Veículo tipo Van para atendimento à Prefeitura Municipal de Navegantes – Fundo Municipal de Saúde, através do Pregão Presencial nº 009/2014
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

Extrato Contratual PMN 274/2015.
Contrato Nº.: 274/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES
Contratada...:KMJ TRANSPORTES LTDA.
CNPJ: 75.494.187/0001-26.
Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 31/12/2015.
Licitação : PP09/2014.
Recursos : Dotação: 2.094 / 2.090 3.3.90.00.

Objeto : Primeiro Termo Aditivo visando a renovação do contrato a Prestação de Serviços nº 060/2014, referente à Locação de Veículos para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, através do Pregão Presencial nº 009/2014.
Navegantes, 23 de dezembro de 2015.

PORTARIA 012 CONSELHO CRIANÇA E ADOLESCENTE

PORTARIA N º 12 DE 4 DE JANEIRO DE 2016
NOMEIA OS MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I - NOMEAR os membros não governamentais para a composição do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, para o biênio 2015/2017, cujos nomes são os seguintes:

a) Cruz Vermelha

TITULAR : Ana Clarissa Waschburger

SUPLENTE: Heleonora da Luz Pereira

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes - APAE

TITULAR: Sandra Mara Marini

SUPLENTE: Ediane Coelho

c) Rotary Club de Navegantes

TITULAR: Irineu Zimmermann

SUPLENTE: Carlos Alberto Vicente

d) Instituto Caracol

TITULAR: Jakson Dartanhan Chiappa

SUPLENTE: Cristiano Moreira

e) Associação Recreativa 21 de Maio

TITULAR: Edson Inocêncio

SUPLENTE: Deise Aparecida Gonçalves Inocêncio

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE JANEIRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de janeiro de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

SAMAE - Nova Trento

CONTRATO Nº 00001/2016 - BETHA SISTEMAS LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2016

Contrato: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ:00.456.854/0001-67
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número do Contrato ou Aditivo: Nº 000009/2012-4
Processo nº 3/2011
Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: Constitui Objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos BETHA descritos no ANEXO I com acessos simultâneos, em ambiente Windows e Web, utilizando banco de dados relacional, conforme relação abaixo e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

Anexo I – Detalhamento dos Aplicativos: Cidadão Web Fatura, Compras, Contabilidade/Sapo, Estoque, Fatura, Folha, Frotas, Patrimônio, Ponto, Protocolo, Recursos Humanos, Tesouraria e Transparência Fly.

Data da Assinatura: 30/12/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 A 01/03/2016
Dotação Orçamentária Conforme Exercício de 2016
Número do Empenho: 1/2016
Valor : 3.998,24 (Três mil, novecentos e noventa e oito reais, vinte e quatro centavos)
Forma de Pagamento: 1º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00002/2016 -BUSCHLE & LEPPER

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: BUSCHLE & LEPPER S.A
CNPJ: 84.684.471.0003-18
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 00002/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: PRODUTOS QUIMICOS PARA TRATAMENTO DA AGUA NA ETA 1 E ETA 2 NA LOCALIDADE DA VASCA E LOCALIDADE DO TIROL – DISTRITO DO CLARAIBA PERTENCENTE A ESTE SAMAE, DURANTE EXERCÍCIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:30/12/2015

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentária conforme Exercício 2016
Número do Empenho: 2/2016
Valor: 23.640,00(Vinte e três mil e seiscentos e quarenta reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00003/2016 - ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME
CNPJ: 22.853.624/0001-94
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 00003/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS MAQUINA RETRO-ESCAVADEIRA E HORAS MÁQUINA MINI ESCAVADEIRA PARA UTILIZAÇÃO NA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO E NOVA LIGAÇÕES DE ÁGUA, NOS BAIRROS PERTENCENTES A ESTE MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentária conforme Exercício 2016
Número do Empenho: 3/2016
Valor: 119.700,00 (Cento e dezenove mil e setecentos reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00004/2016 - ANDRADE & AMORIM EXTRAÇÃO MINERAL LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: ANDRADE & AMORIM EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME
CNPJ: 10.433.690/0001-26
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 00004/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE AREIA PARA ASSENTAMENTO DE REDES DE ABASTECIMENTO E MACADAME PARA AS VALAS E ESCAVAÇÕES POR ONDE PASSA A REDE DE AGUA PERTENCENTE A ESTE SAMAE, DURANTE EXERCÍCIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentária conforme Exercício 2016
Número do Empenho: 4 /2016
Valor: 21.420,00(Vinte e um mil, quatrocentos e vinte reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00005/2016 - BENETERRA TERRAPLENAGEM LTDA EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTA

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: BENETERRA TERRAPLENAGEM LTDA EPP
CNPJ: 14.537.183/0001-93
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 00005/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE AREIA PARA ASSENTAMENTO DE REDES DE ABASTECIMENTO E MACADAME PARA AS VALAS E ESCAVAÇÕES POR ONDE PASSA A REDE DE AGUA PERTENCENTE A ESTE SAMAE, DURANTE EXERCÍCIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentária conforme Exercício 2016
Número do Empenho: 5/2016
Valor: 8.970,00 (Oito mil novecentos e setenta reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00006/2016 - DIRLENE SGROTT TRIDAPALLI EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTA

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: DIRLENE SGROTT TRIDAPALLI EPP
CNPJ: 17.004.126/0001-37
Modalidade: MENOR PREÇO GLOBAL
Número do Contrato: Nº 00006/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTES,

LAVAÇÃO, ENGRAXE PARA FROTA E A ROÇADEIRA DESTESAMAE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentária conforme Exercício 2016
Número do Empenho: 6/2016
Valor: 38.331,50(trinta e oito mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00007/2016 - JOSE CARLOS BERNARDES ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTA

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: JOSÉ CARLOS BERNARDES ME
CNPJ: 06.072.790/0001-05
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 00007/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA CALCETEIRO PARA REPOSIÇÃO DE PARALELEPIPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO NAS RUAS COM PAVIMENTOS ONDE O SAMAE EXECUTOU REPAROS OU SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO , DURANTE EXERCÍCIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentária conforme Exercício 2016
Número do Empenho: 7/2016
Valor: 11.970,00 (Onze mil, novecentos e setenta reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00008/2016 - LOGPRO SERV. ADM. PARA TERCEIROS LTDA ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTA

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA
CNPJ: 17.211.866/0001-44
Modalidade: MENOR PREÇO GLOBAL
Número do Contrato: Nº 00008/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Locação de SOFTWARE DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL, na área de saneamento (água e esgoto), não exclusivo, com acesso simultâneo e ilimitado de usuários, tendo como principais módulos: Atendimento ao público, Micro medição, Faturamento, Cobrança, Arrecadação, Segurança, Relatórios, Cadastro, Leitura e Impressão Simultânea, Integração.
Serviço de Implantação do sistema Conversão de banco de dados, Treinamento dos usuários, Parametrização, Serviços Técnicos pós implantação

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentária conforme Exercício 2016
Número do Empenho: 8 /2016
Valor: 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00009/2016 - LETICIA MINELLA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO JANEIRO/2016

Contrato: LETICIA MINELLA
CPF: 006.167.979-82
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 00009/2016
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Contratação de Serviços de controle técnico e químico da água produzida e fornecida aos consumidores do Município de Nova Trento, Santa Catarina devendo ser prestados nas dependências da Contratante, e prestar orientação e assessoria aos servidores da ETA do Sistema abastecimento de água e tratamento de Esgoto. SAMAE de Nova Trento/SC.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentária conforme Exercício 2016
Número do Empenho:9 /2016
Valor: 12.480,00 (Doze mil, quatrocentos e oitenta reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00010/2016 - DISOLETE MARIA MEURER

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2016

Contrato: DISOLETE MARIA MEURER
CPF:981.414.659-53
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número do Contrato ou Aditivo: Nº 00010/2016
Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA AREA E NÃO DEMARCADA INCRAVADO NA AREA MAIOR, ONDE SE ENCONTRA EM OPERAÇÃO NA RUA LUIZ BUSNARDO, S/Nº, BAIRRO CASCATA, O RESERVATÓRIO DE AGUA DESTE SAMAE QUE DISTRIBUI AGUA PARA OS BAIRROS DA CASCATA, ESPRAIADO E VIGOLO E MAIS A ESTRADA QUE DA ACESSO AO RESERVATÓRIO, PODENDO TRANSITAR PARA OS DEVIDOS REPAROS E MANUTENÇÃO DO RESERVATÓRIO, PELO PRAZO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DO PRESENTE CONTRATO, OU SEJA COM INICIO EM 02.01 Á 31.12.2016 . A CONTRATAÇÃO É FEITA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 24,II, DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentaria conforme Exercício de 2016
Número do Empenho: 10/2016
Valor: 3.395,64 (Três mil,trezentos e noventa e cinco reais e Sessenta e quatro centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00011/2016 - DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2016

Contrato: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 08.640.413/0001-42
Modalidade: MENOR PREÇO GLOBAL
Número do Contrato: Nº 00011/2016
Termo do Primeiro Terceiro ao Contrato: Nº 000016/2013
Processo nº 008/2013
Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPANHAMENTO E SUPORTE TECNICO NOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA, PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, COMPRAS, LICITAÇÕES, RECURSOS HUMANOS, E-SFINGE, (UNIDADE GESTORA E OBRAS), RAIS, DIRF, SEFIP, DCTF, SISTN, PATROMONIO, PROTOCOLO, TRANSPARENCIA E ALMOXARIFADO, SISTEMAS UTILIZADOS NESTA AUTARQUIA, DURANTE EXERCICIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Dotação Orçamentaria conforme Exercício 2016
Número do Empenho: 11 /2016
Valor 24.479,98 (Vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00012/2016 - LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2016

Contrato: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA ME
CNPJ: 81.322.141/0001-22
Modalidade: MENOR PREÇO GLOBAL
Número do Contrato: Nº 00012/2016
Termo do segundo Aditivo ao Contrato: Nº 000016/2014
Processo nº 009/2014
Fundamento Legal: 8666/93
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E BACTERIOLÓGICAS COLETADAS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA ETA1- VASCA LOCALIZADA NA RUA INDEPENDÊNCIA BAIRRO TRINTA REIS E ETA 2-TIROL LOCALIZADA NA RUA GERAL TIROL – DISTRITO DO CLARAIBA, ALÉM DE DIVERSOS PONTOS DISTRIBUÍDOS EM TODA A REDE DE ÁGUA TRATADA DO MUNICÍPIO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA 2914/2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. Exercício de 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentaria conforme Exercício de 2016.
Número do Empenho: 12 /2016
Valor 31.471,09 (trinta e um mil quatrocentos e setenta e um reais e nove centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00013/2016 - SITE IMPRESSÃO A LASER LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2015

Contrato: SITE MANUSEIO DE CORRESP. E IMPRESSÃO A LASER LTDA -ME
CNPJ: 05.313.140/0001-33
Modalidade: MENOR PREÇO GLOBAL
Número do Contrato: Nº 00013/2016
Termo do segundo Aditivo ao Contrato: Nº 00009/2014
Processo nº 004/2014

Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FATURAS EXERCÍCIO DE 2016, EM CONFORMIDADE AO DESCRITO ABAIXO: CARACTERÍSTICAS: FATURAS DE ÁGUA PRE-NOMINADAS E AUTO ENVELOPADAS NO FORMATO A-4, PAPEL SULFITE 75GR/M², IMPRESSÃO DUPLEX 2X1, NA PARTE EXTERNA AZUL (LOGOTIPO SAMAE) E PRETO (DEMAIS CARACTERES) E NA PARTE INTERNA, IMPRESSÃO EM PRETO MONOCRÁTICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DO EDITAL conforme especificações referenciados na Carta Convite nº 002/2014.

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 01/03/2016
Dotação Orçamentaria conforme exercício de 2016
Número do Empenho: 13/2016
Valor 1.035,72 (Hum mil e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00014/2016 - COMERCIO DE MAT. ELETRICO SÃO JOSE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2016

Contrato: COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS SÃO JOSÉ LTDA-ME
CNPJ: 08.720.381/0001-95
Modalidade: MENOR PREÇO GLOBAL
Número do Contrato: Nº 00014/2016
Termo do Segundo Aditivo ao Contrato: Nº 000026/2014
Processo nº 012/2014
Fundamento Legal: 8666/93
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELÉTRICO DE BOMBEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA, PERTENCENTE A ESTA AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC. EXERCÍCIO DE 2016

Data da Assinatura: 01/01/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015
Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016
Dotação Orçamentaria Conforme Exercício de 2016
Número do Empenho: 14/2016
Valor 12.484,12 (Doze mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00015/2016 - ERICO P. WISENTAINER

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 -Nova Trento -SC

Mês/Ano da Assinatura: JANEIRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato

Contratado: ERICO P. WISENTAINER

C.P.F.: 398.616.949-00

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 1/2016 -DLNúmero do Processo: 1/2016 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 00015/2016

Fundamento Legal: 8666/93

Objeto: ALUGUEL DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL ONDE FUNCIONA O SETOR ADMINISTRATIVO DESTA AUTARQUIA LOCALIZADO NA RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Data da Assinatura: 01/01/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2015

Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016

Dotação Orçamentaria Conforme Exercício de 2016

Número do Empenho: 15 /2016

Valor: 11.472,00 (Onze mil quatrocentos e setenta e dois reais)

Forma de Pagamento: 5º dia útil do mês subsequente

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 004-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2016
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME
Valor : 60.695,00 (sessenta mil seiscentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (14)
Objeto : O presente contrato tem por objeto a aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2016, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – Dirceu Mezomo – Gestor FMS

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 007 E 008-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 007/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME
Valor : 791.140,00 (setecentos e noventa e um mil cento e quarenta reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (109), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)
Objeto : O presente contrato tem por objeto a aquisição de combustíveis e prestação de serviço de lavagem, conserto e montagem de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2016, conforme quantitativos, especificações e condições descritas no edital.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – Eli Mariott – Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 008/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: ANTONIO SIRVAL DOS SANTOS PEREIRA 68831463934
Valor : 20.750,00 (vinte mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),

2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (36), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (109), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto : O presente contrato tem por objeto a aquisição de combustíveis e prestação de serviço de lavagem, conserto e montagem de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2016, conforme quantitativos, especificações e condições descritas no edital.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 009-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 009/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME
Valor : 36.330,26 (trinta e seis mil trezentos e trinta reais e vinte e seis centavos)
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 15/2015
Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93) Saldo: 691.442,90
Objeto : O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DO MOTOR CUMMINS, BOMBA INJETORA, "U" DA LÂMINA, PISTÕES E NO COMANDO DIRECIONAL DO TRATOR DE ESTEIRAS D41 E-6T, MARCA KOMATSU, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO Nº 4507, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e condições, constantes nos Anexos do Processo Licitatório Nº 058/2015.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Janeiro de 2016 – Eli Mariott - Prefeito

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 036/2015 - PR Nº 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04-01-2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS E LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PESSOAS CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.
CONTRATADO: ANDRIANI E ANDRIANI COMÉRCIO DE

MEDICAMENTOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.194,00 (Um mil cento e noventa quatro reais).
Novo Horizonte/SC - DATA: 04-01-2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2015 - PR Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 04-01-2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: LUDA PNEUS LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.704,00 (Nove mil setecentos e quatro reais)
DATA: 04-01-2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PL Nº 058/2015-CV 015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015
CONVITE Nº 015/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04/01/2016
CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DO MOTOR CUMMINS, BOMBA INJETORA, "U" DA LÂMINA, PISTÕES E NO COMANDO DIRECIONAL DO TRATOR DE ESTEIRAS D41 E-6T, MARCA KOMATSU, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO Nº 4507, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seu
VALOR DA DESPESA: R\$ 36.330,26 (trinta e seis mil trezentos e trinta reais e vinte e seis centavos)
DATA: 04/01/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 009-15-PR Nº 006-15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN.DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04/01/2016
CONTRATADO: FELIPE B. BOTTEGA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2016, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.695,00 (sessenta mil seiscentos e noventa e cinco reais)
DATA: 04/01/2016 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 057-2015-PR 028-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04/01/2016
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONsertos e MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2016, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: FELIPE B. BOTTEGA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 791.140,00 (setecentos e noventa e um mil cento e quarenta reais)
CONTRATADO: ANTONIO SIRVAL DOS SANTOS PEREIRA 68831463934
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.750,00 (vinte mil setecentos e cinquenta reais)
DATA: 04/01/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 008/2015

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando aquisição de medicamentos para farmácia básica municipal, SAMU, medicamentos judiciais e via de concessão judicial, para o exercício de 2016. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 19/01/2016 e abertura da sessão será no dia 20/01/2016 às 08:30 hs. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 04/01/2016
Luiz Carlos Xavier
Prefeito Municipal.

PREGÃO 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 035/2015

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando aquisição de produtos do gênero alimentício para as Secretarias do Paço Municipal, Educação, Fundação Municipal de Esportes e Cultura, para o exercício de 2016. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 18/01/2016 e abertura dos envelopes às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 04/01/2016.
Luiz Carlos Xavier
Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

REGISTRO CADASTRAL 0001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

A Prefeitura Municipal de Ouro Verde – SC. TORNA PÚBLICO a todos os interessados que de acordo com a Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, que se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL, como fornecedor da Administração Pública Municipal, Mais informações a respeito poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Administração, do Município de Ouro Verde, durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal, sita na Rua João Maria Conrado, Nº. 425. Ouro Verde, em 02 de janeiro de 2015. Rosane Mineto Selig - Prefeita Municipal.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 06/2016. Modalidade: Concorrência Pública 01/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA PÚBLICA NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO. Data da entrega dos envelopes: 05/02/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 05/02/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 04 de Janeiro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

CONTRATO 001/2016

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL 37/2015

PROCESSO LICITATORIO 58/2015

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS DE TRATOR PNEUMÁTICO TRAÇADO, DE NO MÍNIMO 75CV, COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSOLAGEM, GOBEAÇÃO, LIMPEZA E CONFECÇÃO DE SILAGEM, PARA ATENDIMENTO AS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO/SC, de acordo com as Leis Municipais Nº 1123/09 e 1186/2010", em conformidade com as especificações e normas estabelecidas no Edital e demais anexos integrantes do Processo Licitatório nº 58/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 37/2015.

DO VALOR TOTAL: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: BBS SERVIÇOS DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - ME

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 04 DE JANEIRO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

Paraíso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraíso

INEXIGIBILIDADE 02/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO, através do Fundo Municipal de Saúde, torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento e Distribuição de Energia Elétrica, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso - SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 20.995,92 (VINTE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS, NOVENTA E DOIS CENTAVOS)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será de Janeiro até 31 de Dezembro de 2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

ELIZETE ROGGIA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso

CONTRATO 002/2016

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016

DO OBJETO: A prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais)

A CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: CIGA – CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência deste será da assinatura 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 04 DE JANEIRO de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

INEXIGIBILIDADE 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna público a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP, na modalidade Local VC1, com fornecimento de 8 acessos (08 SIM CARD), devidamente habilitados, para uso nas diversas secretarias e setores da Administração Pública do município de Paraíso/SC, segundo previsão de gastos da Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 10.128,00 (DEZ MIL CENTO E VINTE E OITO REAIS)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: OI MOVEL S.A

DA VIGÊNCIA: 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraíso

INEXIGIBILIDADE 01/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna público a seguinte contratação:

DO OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento e Distribuição de Água Potável Encanada, segundo previsão de gastos do FUNDO MUNICIPAL DE PARAÍSO - SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 4.620,00 de 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

INEXIGIBILIDADE 03/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO, através do Fundo Municipal de Saúde, torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada – STFC, através de acesso digital à RTPC e Linhas de acesso analógico para o Fundo Municipal de Saúde de Paraíso/SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 15.000 (Quinze mil reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: OI S.A

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será de Janeiro até 31 de Dezembro de 2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

ELIZETE ROGGIA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso

INEXIGIBILIDADE 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna público a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC, através de acesso digital à RTPC com 10 canais e faixa de numeração de 100 números sequenciais (ramais) para o endereço Rua Alcides Zanin, 593 – centro – município de Paraíso/SC, bem como linhas de acesso analógico, segundo previsão de gastos da Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 37.932,00 (trinta e sete mil, novecentos e trinta e dois reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: OI S.A

DA VIGÊNCIA: 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraíso

INEXIGIBILIDADE 04/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016 FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO, através do Fundo Municipal de Saúde, torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, na modalidade Local VC1, com fornecimento de 7 acessos (07 SIM CARD), devidamente habilitados, para uso no desenvolvimento das atividades da equipe do Fundo Municipal de Saúde do município de Paraíso/SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: OI MÓVEL S.A.

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será de Janeiro até 31 de Dezembro de 2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

ELIZETE ROGGIA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso

INEXIGIBILIDADE 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna público a seguinte contratação:
DO OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento e Distribuição de Energia Elétrica, segundo previsão de gastos da Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, para o exercício de 2016.

DO VALOR TOTAL: R\$ 129.732,00 (CENTO E VINTE E NOVE MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

DA VIGÊNCIA: 04/01/2016 até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 04 de Janeiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

Prefeito Municipal de Paraíso

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:00 horas do dia 18 de JANEIRO de 2016, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA SEREM UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS A FIM DE PROPORCIONAR UM APRENDIZADO COM METODOLOGIAS DIVERSIFICADAS COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL; E PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E PLANEJAMENTO, CONSELHO TUTELAR E GRUPAMENTO DA PM.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 04 de Janeiro de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passos Maia

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 001/2016

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 001/2016

“ESTABELECE TURNO ÚNICO DE TRABALHO NAS REPARTIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 40, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, Art. 19, Inciso V, r, do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO o recesso realizado pelas repartições públicas do Governo do Estado, bem como pela maioria das administrações e repartições públicas, federais e municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas a fim de cumprir o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, ainda, a redução da demanda de atendimento ao público neste período em razão das festividades.

DECRETA:

Art. 1º. Fica adotado Turno Único de trabalho nas repartições da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia/SC.

§ 1º. O Turno Único de que trata este artigo será executada do dia 04 de janeiro a 31 de janeiro de 2016, das 07h00min às 13h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em todo Legislativo Municipal.

§ 2º. Poderão ser feitas horas extraordinárias apenas mediante expressa autorização do Presidente, sendo que somente serão consideradas horas extraordinárias aquelas realizadas após o cumprimento de 8h (oito horas) diárias.

§ 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais, no decorrer deste período, deverá ser garantido por meio de escalas de serviço.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação, podendo ser revogado, se necessário, por interesse público.

Publique-se.

Passos Maia/SC, 04 de janeiro de 2016.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS

Presidente

Penha

PREFEITURA

2474/2015

DECRETO Nº 2474/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R\$ 642.300,00 (SEISCENTOS E QUARENTA E DOIS MIL E TREZENTOS REAIS).

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Penha, autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 642.300,00 (seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos reais), de acordo com artigo 41, II e Artigo 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964 e autorizado pela Lei Municipal nº 2734/2014 de 10/12/2014, conforme como segue:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.030–Funcionamento e manutenção do FUNDEB 60%-Fundamental

Fonte de Recursos: 0018 – Recursos FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.00.0018.0/77-Aplicações Diretas
R\$ 251.900,00

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.365.0009

Atividade: 2.031–Funcionamento e manutenção do FUNDEB 60%-Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0018 – Recursos FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.00.0018.0/86-Aplicações Diretas
R\$ 309.000,00

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.365.0009

Atividade: 2.033–Funcionamento e manutenção do FUNDEB 40%-Ensino Infantil

Fonte de Recursos: 0019 – Recursos FUNDEB 40%

3.1.90.00.00.00.00.00.0019.0/87-Aplicações Diretas
R\$ 81.400,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrá à conta do excesso de arrecadação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, no valor de R\$ 642.300,00 (seiscentos e quarenta e dois mil e trezentos reais), conforme arrecadação e previsão para o presente exercício.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Penha, 30 de dezembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

2475/2015

DECRETO Nº 2475/2015

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PRESCRITOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, constante nos art.64 e 65 da Lei Orgânica Municipal – LOM e;

Considerando que a Secretaria da Fazenda, setor de contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município;

Considerando que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

Considerando que o Decreto Federal nº. 20.910, de 6 de janeiro de 1932 (ainda em vigor) estabelece “as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem”.

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados, por prescrição, os restos a pagar processados inscritos há mais de cinco anos, conforme relação em anexo.

Art. 2º Para o cancelamento de que trata o artigo anterior deverão ser adotados os procedimentos administrativos corretos que preservem a Administração de qualquer prejuízo, certificando se esses créditos não estão sendo reclamados administrativa ou judicialmente.

Art. 3º Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os saldos dos Restos a Pagar não processados da Administração Direta e Indireta, até 31 de dezembro de 2014, conforme relação em anexo.

Art. 4º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante do Orçamento anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, em 30 de dezembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

2478/2015

DECRETO Nº 2478/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40,41,42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 12 DA LEI MUNICIPAL 2795 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 209.274,36 (Duzentos e nove ml, duzentos e setenta e quatro reais e trinta e seis centavos), conforme art.12 da Lei Municipal nº 2795/15 de 18 de dezembro de 2015, como segue:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.023 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0633 – Transferência de Convênios - Educação

3.3.90.00.00.00.00.00/076 – Aplicações Diretas

..... R\$- 209.274,36

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrão à conta do Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, conforme Lei Federal nº4.320 de 17/03/1964.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/Sc, 04 de janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

333

PORTARIA Nº 333/2015

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 141/2015 e Portaria nº 285/2015 (denúncias sobre a funcionária Helena de Almeida Magalhães), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 23 de dezembro de 2015.

MARIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

334

PORTARIA Nº 334/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER: temporariamente até 06 de janeiro de 2016 o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 141/2015 e nº 285/2015, composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 23 de dezembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

ADITIVO Nº 140/2015 FMS

3º TERMO ADITIVO Nº 140/2015 FMS

AO CONTRATO Nº 131/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 43/14 – FMS., modalidade Con-vite nº 06/14 – FMS

OBJETO: FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Pelo presente instrumento de 3º Termo aditivo nº 140/2015 ao Contrato Administrativo nº 131/2014, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ADEMIR DE MELLO ME, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Nereu Ramos, nº 1689, sala 01, CEP: 88385-00, inscrita no CNPJ sob o nº 03.857.555/0001-42, neste ato representada pelo Sr. Ademir de Mello, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada o fornecimento de pneus novos e prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 131/2014 FMS fica prorrogada até o dia 31.03.2015, a contar de 30.12.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 22 de dezembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 141/2015 FMS

3º TERMO ADITIVO Nº 141/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 105/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 31/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 20/2014 -FMS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS PARA SEREM INSTALADOS NA SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 3º Termo aditivo nº 141/2015-FMS ao Contrato Administrativo nº 105/2014, para fornecimento de eletrodomésticos e eletrônicos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Bagatoli Comercio de Imóveis Ltda Me, com sede na cidade de Taió/SC, na rua Cecílio Rodrigues, nº 136, no bairro Seminário, Cep 89190-000, telefone 47-35621878, inscrita no CNPJ sob o nº 09.053.748/0001-27, neste ato representada Sergio Bagatoli, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 105/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 22 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 142/2015 FMS

3º TERMO ADITIVO Nº 142/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 72/2014 FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 19/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 13/2014 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE ESPECIALIDADES NAM, NASF, CEFIR E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 3º Termo aditivo nº 78/2015-FMS ao Contrato Administrativo nº 142/2014, para fornecimento de materiais e equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Aguavolt Comercio Distribuição de Materiais de Construções Ltda, com sede na cidade de Penha/SC, Rodovia SC 414, nº 157 A, Centro, telefone 47-33450668, inscrita no CNPJ sob o nº 07.376.162/0001-78, neste ato representada Nelson Michels, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 72/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 22 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 143/2015 FMS

4º TERMO ADITIVO Nº 143/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 21/2014 FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESPECIALIZADO EM REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA GESTANTES.

Licitação: Processo Licitatório nº. 04/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 01/2014 -FMS

Pelo presente instrumento de 4º Termo Aditivo nº 143/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 21/2014 FMS, para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público

interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAITA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, na Avenida Eugênio Krause, nº 1310, no bairro Centro, CEP: 88385-000, telefone 3345-9036, inscrita no CNPJ sob o nº 02.073.169/0001-05, neste ato representada Luis Carlos Wagner, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 21/2014 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Penha/SC, 22 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 144/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 144/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 71/2015 FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A NOVA UNIDADE DE SAÚDE DA COHAB, DE MATERIAL PARA A COLETA DE SANGUE DO PROGRAMA DST/AIDS E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA PARA SER UTILIZADO NO CEFIR DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Licitação: Licitatório nº. 19/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 12/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 144/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 71/2015 FMS, para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a ALTERMED MATERIL MÉDICO HOSPITALAR, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, rua Boa esperança, nº 2320, bairro: Fundo canoas, CEP:89154663, no contato (47) 35209000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada Cleiton André Wagner, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo

nº 71/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Penha/SC, 22 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 145/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 145/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 90/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para serem fornecidos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha.
Licitação: Processo Licitatório nº.21/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 15/2014 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 145/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 90/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na cidade de Barão de Cotegipe/RS, na BR 480, nº 795, Cep 99740-000, telefone 54-35232700, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, neste ato representada CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 90/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 146/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 146/2015 FMS

AO CONTRATO Nº 89/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para serem fornecidos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha.

Licitação: Processo Licitatório nº.21/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 15/2014 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 146/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 89/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ANGEOMED COM. DE PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP, com sede na cidade de Francisco Beltrão/PR, na Octaviano Teixeira dos Santos, 1132, bairro Centro, CEP: 85.601-030, telefone 46-35235454, inscrita no CNPJ sob o nº 02.607.956/0001-81, neste ato representada ANGEOMED COM. DE PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA EPP, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 89/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 147/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 147/2015 FMS

AO CONTRATO Nº 85/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para serem fornecidos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha.

Licitação: Processo Licitatório nº.21/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 15/2014 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 147/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 85/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00,

neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na cidade de Roca Grande/PR, na Rua Roca Grande, 902, Bairro Colombo, CEP: 83.402-000, Telefone (41)-36067535, inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.590/0001-60, neste ato representada ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de medicamentos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 85/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 148/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 148/2015 FMS

AO CONTRATO Nº 93/2015 FMS

Objeto: Prestação de serviços de coffe break para a PREFEITURA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Licitação: Processo Licitatório nº. 21/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 13/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 148/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 93/2015 FMS, para prestação de serviço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PANIFICADORA E MERCEARIA PATRÍCIA LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras, Bairro: Santo Antônio, Avenida Getúlio Vargas, nº 588, CEP: 88.380-00, Telefone: (47) – 3345-0530 inscrita no CNPJ sob o nº 78.357.167/0001-00, neste ato representada Grazielle Martins Teixeira, CPF: 044.158.029.74, RG: 4.146.118-5, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 93/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de

30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO**ADITIVO Nº 149/2015 FMS**1º TERMO ADITIVO Nº 149/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 102/2015 FMS

Objeto: fornecer leite em pó para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde.

Licitação: Processo Licitatório nº. 26/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 15/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 149/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 102/2015 FMS, para aquisição de leite em pó, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, com sede na cidade de São José/SC, Bairro: Distrito Industrial, Rua: Judite Melo dos Santos, s/n, CEP: 88104-765, Telefone: (48) – 3344-4348, Email: licitações.sp@nutriport.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 03.612.312/0004-97, neste ato representada Juliene Pinto Moura da Silva, CPF: 332.631.038-22, RG: 29.562.477-2, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 102/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO**ADITIVO Nº 150/2015 FMS**1º TERMO ADITIVO Nº 150/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 106/2015 FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.

Licitação: Processo Licitatório nº 32/2014-FMS, modalidade Pregão Presencial nº 21/2014-FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 150/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 106/2015 FMS, para Execução de Serviços de manutenção de veículos com fornecimento de peças, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com endereço na cidade de Blumenau/SC, na Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 5571, Bairro: Itoupava Central, CEP 89068-000, FONE (47) 3337-4733, inscrita no CNPJ sob o nº 85.104.289/0001-41, neste ato representada por Renaldo Manske, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de serviços manutenção dos veículos com fornecimento de peças, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 106/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO**ADITIVO Nº 151/2015 FMS**1º TERMO ADITIVO Nº 151/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 120/2015 FMS

Objeto: FORNECER PARA A PREFEITURA, OXIGÊNIO MEDICINAL E EMPRÉSTIMOS EM REGIME DE COMODATO DE MANÔMETROS, FLUXÔMETROS E CILINDROS DE OXIGÊNIO

Licitação: Processo Licitatório nº 38/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 24/2014 – FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 151/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 120/2015 FMS, para fornecimento

OXIGÊNIO MEDICINAL, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, com sede na cidade de Palhoça/SC, no Bairro: Bela Vista, na Avenida Thiago Antunes, nº14/15, telefone(48)-32405443, inscrita sobre o CNPJ 00.331.788/0060-79, neste ato representada, AIR LIQUIDE BRASIL LTDA doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 120/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 152/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 152/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 125/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para uso na rede municipal de saúde de Penha/SC
Licitação: Processo Licitatório nº 42/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº27/2014 – FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 152/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 125/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, na Estrada Boa Esperança, 2320, bairro Fundo Canoas, CEP: 89163-554, Telefone (47)-35209000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo

nº 125/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 153/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 153/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 127/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para uso na rede municipal de saúde de Penha/SC
Licitação: Processo Licitatório nº 42/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº27/2014 – FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 153/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 127/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, com sede na cidade de Poços de Caldas/MG, na Rua Da Saudade Nº 45 Letra A, Bairro Campo da Mogiana, telefone 19-35225800, telefone 19-35225800, vendas@rioclarense.com.br, inscrita sobre o CNPJ 67.729.178/0004-91, neste ato representada COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 127/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 154/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 154/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 128/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para uso na rede municipal de saúde de Penha/SC

Licitação: Processo Licitatório nº 42/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº27/2014 – FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 154/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 128/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, com sede na cidade de Curitiba/PR, no bairro Parolin, na Rua Prof. Leonidas Ferreira da Costa, 847, Cep 80220-410, telefone (41) 30527900, e-mail promefarma@promefarma.com.br, inscrita sobre o CNPJ Nº 81.706.251/0001-98., neste ato representada PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 128/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 155/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 155/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 88/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para uso na rede municipal de saúde de Penha/SC

Licitação: Processo Licitatório nº.21/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 15/2014 – FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 155/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 88/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede na cidade de Vila, na Grossklauss Leme/SP, na Avenida Visconde de Nova Granada, 1105, CEP: 13617-400, telefone (19)-35737300, inscrita no CNPJ sob o nº 65.817.900/0001-71, neste ato representada AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 88/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 156/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 156/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 126/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para uso na rede municipal de saúde de Penha/SC

Licitação: Processo Licitatório nº 42/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº27/2014 – FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 156/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 126/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro

Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na cidade de Barão de Cotegipe/RS, na BR 480, nº 795, CEP: 99740-000, telefone (54) -35232700, inscrita no CNPJ sob o nº03.652.030/0001-70, neste ato representada CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 126/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 157/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 157/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 19/2015 FMS

Objeto: fornecer exames laboratoriais para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde.
Licitação: Processo Licitatório nº. 02/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 02/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 157/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 19/2015 FMS, para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAITA LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, na Avenida Eugenio Krause, nº 1310, no bairro Centro, Cep 88385-000, telefone 3345-9036, inscrita no CNPJ sob o nº 02.073.169/0001-05, neste ato representada Luis Carlos Wagner, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 19/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 158/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 158/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 20/2015 FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MULETAS, CAMA HOSPITALAR, CADEIRA DE RODAS, CADEIRA DE BANHO E ANDADOR DE ALUMÍNIO PARA SER UTILIZADO PELOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. Licitação: Processo Licitatório nº. 05/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 157/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 20/2015 FMS, para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Blumenau/SC, no bairro Itoupava Norte, na rua Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, nº 1515, no CEP:8905381, com o e-mail Licitacao@olimed.com.br, no telefone (47) Fax: 31449700/ Fone: 31449714, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, neste ato representada por Deise Evani Pereira Wandall, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 20/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 159/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 159/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 30/2015 FMS

Objeto: FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS.

Licitação: Processo Licitatório nº 13/15 – FMS, modalidade Convite nº 01/15 – FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 159/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 30/2015 FMS, para fornecimento de fraldas geriátricas, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DOLUAR FARMÁCIA E DROGARIA LTDA –ME, com sede na cidade de Penha/SC, no bairro Armação, com CEP:88385000, na Avenida Eugênio Krause, nº 4114, inscrita no CNPJ sob o nº 12.441.687/0001-80, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Wagner, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada o fornecimento de Fraldas Geriátricas, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 30/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 160/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 160/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 31/2015 FMS

Objeto: aquisição de medicamentos com urgência para ser utilizado no Pronto Atendimento 24 horas do Município de Penha/SC. Licitação: Processo Licitatório nº 06/2015 - FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2015 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 160/2015 FMS,

ao Contrato Administrativo 31/2015 FMS, para fornecimento de medicamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES S/A, com sede na cidade de Vera Cruz/RS, bairro: Imigrante, rua Norberto Otto Wild, nº 420, no CEP: 96.880-000, no telefone (51) 30846808, inscrita no CNPJ sob o nº 07.752.236/0001-23, neste ato representada Sr. Everton Rafael Silveira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de filmes de medicamentos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 30/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 161/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 161/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 32/2015 FMS

Objeto: aquisição de medicamentos com urgência para ser utilizado no Pronto Atendimento 24 horas do Município de Penha/SC. Licitação: Processo Licitatório nº 06/2015 - FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2015 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 161/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 32/2015 FMS, para fornecimento de medicamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SUL-MEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na cidade de Joinville/SC, Av. Santos Dumont, nº 1335, no bairro: Santo Antônio, no CEP:89218105, nos telefones (47) 34738845, (47) 96586302, inscrita no CNPJ sob o nº 09.944.371/0001-04, neste ato representada Sr. José Paulo Gesser, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de filmes de medicamentos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 32/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 162/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 162/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 33/2015 FMS

Objeto: aquisição de medicamentos com urgência para ser utilizado no Pronto Atendimento 24 horas do Município de Penha/SC. Licitação: Processo Licitatório nº 06/2015 - FMS, modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2015 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 162/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 33/2015 FMS, para fornecimento de medicamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, com sede na cidade de Ponta Grossa/PR, rua Franco Grilo, nº 374, no bairro: Col. Dona Luiza, no CEP: 84045-320, no telefone(42) 21015151, inscrita no CNPJ sob o nº 02.816.696/0001-54, neste ato representada pelo Sr. Fernando Parucker da Silva, RG: nº 188.527, CPF: nº 248.710.109-10, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de filmes de medicamentos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 33/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 163/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 163/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 129/2015 FMS

Objeto: Aquisição de Medicamentos para uso na rede municipal de saúde de Penha/SC.

Licitação: Processo Licitatório nº 42/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 27/2014 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 163/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 129/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, com sede na cidade de Barão do Cotegipe/RS, na Rodovia BR 480, nº 180, CEP: 9970-000, telefone (54) 35232600, inscrita sobre o CNPJ nº 02.520.829/0001-40, neste ato representada DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 129/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 164/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 165/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 41/2015 FMS

Objeto: fornecer material de limpeza para a PREFEITURA.

Licitação: Processo Licitatório nº. 10/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 165/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 41/2015 FMS, para aquisição de

materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIAL STORINNY LTDA, com sede na cidade de Porto Belo/SC, Rua Otavio Quinholi, nº 180, Perequê, CEP: 88210-000, telefone 47-3393-3253, inscrita no CNPJ sob o nº 73.977.480/0001-19, neste ato representada Valter Plácido dos Santos Júnior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 41/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA	CONTRATADA
------------	------------

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO N° 165/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 165/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 41/2015 FMS

Objeto: fornecer material de limpeza para a PREFEITURA.
Licitação: Processo Licitatório nº. 10/2015 -FMS, modalidade Pre-
qão Presencial nº. 05/2015 –FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 165/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 41/2015 FMS, para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIAL STORINNY LTDA, com sede na cidade de Porto Belo/SC, Rua Otavio Quinholi, nº 180, Perequê, CEP: 88210-000, telefone 47-3393-3253, inscrita no CNPJ sob o nº 73.977.480/0001-19, neste ato representada Valter Plácido dos Santos Júnior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 41/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA	CONTRATADA
------------	------------

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO N° 166/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 167/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 43/2015 FMS

Objeto: fornecer material de limpeza para a PREFEITURA.
Licitação: Processo Licitatório nº. 10/2015 -FMS, modalidade Pre-
gão Presencial nº. 05/2015 –FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 167/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 43/2015 FMS, para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA, com sede na cidade de Blumenau/SC, Rua Pereira de Oliveira, nº 85, Galpão 02, Bairro: Velha, CEP: 89036-350, telefone: (47) 3329-2221 inscrita no CNPJ sob o nº 12.667.876/0001-75, neste ato representada Sr. André Luis Seibt, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 43/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA	CONTRATADA
------------	------------

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 167/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 167/2015 FMS

AO CONTRATO Nº 43/2015 FMS

Objeto: fornecer material de limpeza para a PREFEITURA.

Licitação: Processo Licitatório nº. 10/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2015 –FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 167/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 43/2015 FMS, para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA, com sede na cidade de Blumenau/SC, Rua Pereira de Oliveira, nº 85, Galpão 02, Bairro: Velha, CEP: 89036-350, telefone: (47) 3329-2221 inscrita no CNPJ sob o nº 12.667.876/0001-75, neste ato representada Sr. André Luis Seibt, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 43/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 168/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 168/2015 FMS

AO CONTRATO Nº 45/2015 FMS

Objeto: fornecer material de limpeza para a PREFEITURA.

Licitação: Processo Licitatório nº. 10/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2015 –FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 168/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 45/2015 FMS, para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa J.P DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, na Rua 13 de Maio, nº 400, Bairro Czerniewicz,

CEP: 89255-400, telefone (47) 3370-6869, inscrita no CNPJ sob o nº 05.785.417/0001-20, neste ato representada Sr. Juliano dos Santos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 45/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 169/2015 FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 169/2015 FMS

AO CONTRATO Nº 46/2015 FMS

Objeto: fornecer material de limpeza para a PREFEITURA.

Licitação: Processo Licitatório nº. 10/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 169/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 46/2015 FMS, para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, com sede na cidade Antônio Carlos/SC, Rod. SC 408- km 10, Bairro Centro, telefone (48) 3015-5510, e-mail: licitacao@pkb@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 01.648.513/0001-76, neste ato representada Luiz Fernando Oliveira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 46/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 22015.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO**ADITIVO Nº 170/2015 FMS**1º TERMO ADITIVO Nº 170/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 47/2015 FMSObjeto: fornecer material de limpeza para a PREFEITURA.
Licitação: Processo Licitatório nº. 10/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 170/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 47/2015 FMS, para aquisição de materiais de limpeza, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME, com sede na cidade de Joinville/SC, Rua Deputado Lauro Carneiro de Loyola, nº 147, no Bairro: Iririu, CEP: 89.227.250, telefone: (47) 3427-0974, e-mail: comercialcomercializza@hotmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº 10.712.308/0001-13, neste ato representada Neilo Paulo Gili, CPF: 7/c.658.191-SSP-SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 47/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO**ADITIVO Nº 171/2015 FMS**1º TERMO ADITIVO Nº 171/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 56/2015 FMSObjeto: fornecer os equipamentos para a PREFEITURA
Licitação: Processo Licitatório nº. 16/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 09/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 171/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 56/2015 FMS, para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Blumenau/SC, no bairro Itoupava Norte, na rua Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, nº 1515, no CEP: 8905381, com o e-mail Licitacao@olimed.com.br, no telefone (47) Fax: 31449700/ Fone: 31449714, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, neste ato representada por Deise Evani Pereira Wandall, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas

Cláusula Primeira

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 56/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO**ADITIVO Nº 172/2015 FMS**1º TERMO ADITIVO Nº 172/2015 FMS
AO CONTRATO Nº 130/2015 FMSObjeto: Aquisição de Medicamentos para uso na rede municipal de saúde de Penha/SC
Licitação: Processo Licitatório nº 42/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 27/2014 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 172/2015 FMS, ao Contrato Administrativo 130/2015 FMS, para fornecimento de Medicamentos para pacientes nas Unidades de Saúde do município de Penha, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada

simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na cidade de Santa Maria/RS, no bairro Patronato, na Rua Samuel Kruchin, 200, Cep 97020-670, telefone 55-3212447, inscrita sobre o CNPJ nº 94.894.169/0001-86, neste ato representada MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o fornecimento de materiais odontológicos, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 130/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.03.2016, a contar de 30.12.2015.

Clausula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de Dezembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

ADITIVO Nº 25/2015 FME

1º Termo Aditivo nº 25/2015 FME
Ao Contrato nº 10/2015 FME

Objeto: Locação de estrutura para uso da fundação municipal de esportes.

Licitação: Processo Licitatório nº 03/15 – FME, modalidade Convite nº 03/15 – FME.

Através do presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 25/2015 FME ao Contrato Administrativo 10/2015 FME, para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CLEUZA DE OLIVEIRA MEI, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Benjamin Flor, nº 314, CEP: 88385-000, Bairro: Armação, inscrita no CNPJ sob o nº 14.498.186/0001-65, neste ato representada pelo Sr.(a) Cleuza de Oliveira, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a locação de estrutura mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula oitava do contrato administrativo nº 25/2015 FME fica prorrogada até o dia 28/02/2016, a contar do dia 31/12/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 29 de dezembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439 - 37

Nome:
CPF

DE ACORDO: _____

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ADITIVO Nº 36/2015 FMAS

1º Termo Aditivo nº 36/2015 FMAS
Ao contrato nº 29/2015 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMAS.

Objeto: fornecer cestas básicas para PREFEITURA.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 36/2015-FMAS ao Contrato Administrativo 29/2014-FMAS para fornecimento de cestas básicas, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COMERCIAL STORINNY LTDA EPP, com sede na cidade de Porto Belo/SC, Rua Otavio Quinholi, nº 180, Bairro Perequê, CPF: 88210-00, e-mail: storinny@hotmail.com, Telefone: (47) – 3393-3253, inscrita no CNPJ sob o nº 73.977.480/0001-19, neste ato representada por Valter Placido dos Santos Junior, CPF nº 612.664.269-49, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 29/2015-FMAS fica prorrogada até o dia 21.06.2016, a contar de 31.12.2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de dezembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: JOSIANE BENTO

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 40/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 40/2015 – FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º09/2015 – FMS

Contrato: 177/2015 - FMS

Contratado: GMSHD – GRUPO MÉDICO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E DE DIAGNOSE S.A

Objeto: GASTOS EXTRAS REFERENTE A CIRURGIA CESARIANA E LAQUEADURA TUBÁRIA PARA A PACIENTE GABRIELA DUARTE VICENTE, de acordo com os autos do mandado de citação – antecipação de tutela nº 0301858-78.2015.8.24.0048

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência: 31/01/2016

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Penha, 30 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES EDITAL 06/2015

Edital nº06/2015 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a lista das inscrições homologadas do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 06/2015, destinado ao preenchimento de vagas de AGENTE ENDÊMICO, conforme segue:

LISTA DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS	
Nome CPF	
ALEXANDER ALMEIDA DA SILVA JÚNIOR	159.778.787-61
CÉLIA COSTA CASTRO	577.553.709-25
ERICK AHRENS	277.210.448-63
INACIO MÁRIO DE BORBA	871.033.469-68
JULCEMARA BERNIERI	576.678.459-72

Penha, 04 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 069/2015

TERMO ADITIVO 069/2015

CONTRATO ADITADO Nº 216/2011

Quinto Termo de Prorrogação de Contrato de SERVIÇO DE RECI-CLAGEM, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESTINO FINAL LIXO URBANO DOMICILIAR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e VT ENGENHARIA E CONSTRU-ÇÕES LTDA, autorizado através do Processo n. 028/2011, Licitação n. 001/2011, modalidade TOMADA DE PREÇOS, sujeitado-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93 e das cláusulas do presente contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ-MF nº. 76.323.633/0001-00

Endereço: Rua Saul Brandalise, 190 – 6º andar –

Videira/SC

Representada por: Vilmar Testolin

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93; pelas leis de proteção ambiental e pelas normas do Edital de Licitação nº 001/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço diário de reciclagem, industrialização e destino final do lixo domiciliar.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Fica o contrato aditado prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, até que seja efetuado a prorrogação de forma legal.

2.2 Em razão da prorrogação, o término do contrato passa a ser 29/02/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 216/2011, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como item 4.2.6, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 04 de Janeiro de 2016

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 369/2015.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 369/2015.

Termo de Contrato REFERENTE CONSERTO DA CAÇAMBA PLACA MCA-2514- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POPP MECÂNICA AUTO PEÇAS, autorizado através do Processo nº 303/2015, Dispensa de Licitação nº. 234/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: MECÂNICA AUTO PEÇAS M.A.P. LTDA - POPP

CNPJ nº. 07.434.575/0001-61

Endereço: Rodovia SC 303, - Km 03 - Santa Lucia.

Videira / SC 89560-000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CONSERTO DA CAÇAMBA PLACA MCA-2514- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor total de R\$ 3.906,23 (tres mil novecentos e seis reais e vinte três centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão: PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto/Atividade: MANUT. DA SECRETARIA

APLICAÇÕES DIRETAS

RECURSOS: 339 -FEP

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 28 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE

PREFEITURA DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA

POPP MECÂNICA AUTO PEÇAS

Testemunhas:

1- _____

Nome: CPF:

2- _____

Nome:CPF

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 368/2015.

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 368/2015.

Termo de Contrato REFERENTE REVISÃO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa BMC BRASIL MÁQUINAS, autorizado através do Processo nº 302/2015, Dispensa de Licitação nº. 232/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: BMC HYUNDAI S.A
CNPJ n.º 14.168.356/0022.50
Endereço: Av. Leopoldo Sand, 1111
CHAPECÓ/SC 89809-300

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE REVISÃO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA- SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, MODALIDADE DISPENSA que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 4.934,00 (quatro mil novecentos e trinta e quatro reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão: PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament: SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade: MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA

Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 01- Recursos ordinários

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de

21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações

cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2015.
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA
BMC HYUNDAI S.A

Testemunhas:

1- _____
Nome: CPF:

2- _____
Nome:CPF

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº367/2015.

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº367/2015.

Termo de Contrato de CONserto NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 301/2015, Dispensa de Licitação nº. 233/2015.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME
CNPJ n.º 97.422.075/0001-00
Endereço: AV. CASTELO BRANCO, S/N.
PINHEIRO PRETO-SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO
Constitui objeto do presente contrato de CONserto NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 3.702,94 (três mil setecentos e dois reais e noventa e quatro centavos.)

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:
Órgão: PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.
Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS.
APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 05

(cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA
Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos

resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 21 de dezembro 2015.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

Testemunhas:

1- _____

Nome: CPF:

2- _____

Nome:CPF

DECRETO Nº 4.333, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.333, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 2.358,95 (Dois mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15- Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 16 – Serviços de Utilidade Pública

Atividade: 2.38 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 108 - COSIP

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 20 de dezembro de 2015 na fonte de recursos da Receita COSIP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.334, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.334, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 105,77 (Cento e cinco reais e setenta e sete centavos) no Município de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2008 – Encargos Gerais do Município

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 25 – Outros Encargos Especiais

Atividade: 2.44 – Outros Encargos Especiais

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 105,77 (Cento e cinco reais e setenta e sete centavos), conforme abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2008 – Encargos Gerais do Município

Função: 28 – Encargos Especiais

Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais

Programa: 25 – Outros Encargos Especiais

Atividade: 2.44 – Outros Encargos Especiais

Modalidade de Aplicação: 4690-0000

Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO Nº005/2015**GABARITO PRELIMINAR**

O Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, por intermédio do chefe do executivo, no uso de suas atribuições legais, sob a organização da empresa Instituto Excelência Ltda. - ME, resolve PUBLICAR o edital de gabarito preliminar para todos os interessados, conforme segue:

Art. 1º O gabarito preliminar consta no anexo único;

Art. 2º Os candidatos deverão acessar a área restrita do candidato para acessar o Caderno de Provas;

Art. 3º O prazo de recurso inicia em 20/12/2015 e encerra em 21/12/2015, o qual deverá ser interposto no menu do candidato, no site da empresa organizadora www.institutoexcelenciapr.com.br.

Pinheiro Preto-SC, 20 de dezembro de 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO – SC

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR REGENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL(1º AO 5º ANO) – ENSINO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA OU CURSANDO NO MÍNIMO 4º FASE OU MAGISTÉRIO CONCLUSO.

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA	Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
01	B	11	D
02	A	12	D
03	C	13	A
04	C	14	A
05	A	15	D
06	B	16	C
07	C	17	C
08	D	18	B
09	A	19	B
10	D	20	C

PROFISSIONAL DE APOIO: EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL(1º AO 5º ANO) – MAGISTÉRIO OU CURSANDO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA NO MINIMO 4º FASE

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA	Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
01	B	11	D
02	C	12	D
03	D	13	C
04	A	14	B
05	A	15	D
06	C	16	D
07	A	17	A
08	C	18	D
09	B	19	C
10	D	20	B

PROFESSOR: DISCIPLINA DE ARTES- ENSINO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA NA DISCIPLINA ESPECÍFICA OU CURSANDO MÍNIMO 4ª FASE

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA	Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
01	D	11	D
02	A	12	A
03	C	13	C
04	D	14	B
05	B	15	D
06	C	16	D
07	B	17	A
08	C	18	D
09	A	19	C
10	B	20	B

PROFESSOR: DISCIPLINA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS- ENSINO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA NA DISCIPLINA ESPECÍFICA OU CURSANDO CURSO SUPERIOR DE 4º FASE OU FORMAÇÃO NAS SERIES INICIAIS – PEDAGOGIA , CONTENDO CURSO NA ÁREA AFIM

Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA	Nº QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
------------	---------------------	------------	---------------------

01	A		11	A
02	C		12	D
03	A		13	C
04	D		14	B
05	B		15	D
06	A		16	D
07	B		17	A
08	C		18	D
09	A		19	C
10	D		20	B

Pinheiro Preto-SC, 20 de dezembro de 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO – SC

SEGUNDO TERMO ADITIVO ADITIVO Nº 063/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO
ADITIVO Nº 063/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS N.º: 06/2014

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS nº 06/2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, autorizado através do Processo n.º 326/2013, Licitação n.º 039/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Nome: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA
CNPJ Nº 95.836.771/0001-20
Endereço: Rua Içara, 151 – Lote 07 – Bairro Itoupava Seca
CEP 89.030-170 – Blumenau/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL.

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo de Licitação 0326/2013, Pregão Presencial nº 039/2013; Processo Administrativo nº 012/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO

Prorrogar o prazo de vigência do contrato de fornecimento nº 06/2014, para até 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

3.1 O Município, na data de 06/01/2014, firmou contrato com a empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, contrato nº 06/2014, cujo objeto visava a prestação de serviços técnicos profissionais, licitação nº 039/2013, modalidade Pregão Presencial.

3.2 Tendo em vista condição vantajosa para a administração, na forma apurada no processo Administrativo de Expediente nº 59/2015, fica prorrogado o contrato nº 06/2014, firmado com a empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, por mais um período compreendido entre 01/01/2016 à 31/12/2016.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO

4.1 Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de R\$ 79.214,59 (Setenta e nove mil, duzentos e quatorze reais, com cinquenta e nove centavos), divididos em 12 parcelas de R\$ 6.601,21 (Seis mil, seiscentos e um reais com vinte e um centavos), valor este obtido mediante atualização monetária de 10,9674% (INPC acumulado período 2015) no preço anteriormente praticado R\$ 71.385,48 (setenta e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais com quarenta e oito centavos) na forma apurada através do processo de expediente nº 059/2015.

4.2 Em razão da prorrogação, também, o valor a ser pago por horas técnicas de serviços especiais será de R\$ 10.608,48 (Dez mil, seiscentos e oito reais, com quarenta e oito centavos), limitadas a 80 horas de R\$ 132,60 (Cento e trinta e dois reais, com sessenta centavos) por hora.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ R\$ 79.214,59 (setenta e nove mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos), devendo a despesa correr à Conta das seguintes

dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças
Função: 4 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 3 – Administração Geral
Ação: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3390-0000

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o contrato fora prorrogado para o seguinte período:

- a) Início: 01/01/2016;
- b) Término: 31/12/2016.

Parágrafo único. Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLAUSULA SÉTIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 As demais cláusulas do contrato nº 006/2014 permanecem inalteradas.

7.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 04 de janeiro de 2016.
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 073/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 073/2015

Segundo Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato de Serviço Técnico Profissional de realização de Exames Laboratoriais, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LABORATORIO TREZE TÍLIAS LTDA, autorizado através do Processo n.º 318/2013, Licitação n. 032/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sujeitado-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93 e das cláusulas do presente contrato.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: LABORATORIO TREZE TÍLIAS LTDA
CNPJ-MF nº 17.763.149/0001-25
Endereço: Rua Dr. Gaspar Coutinho, 275 – Treze Tílias/SC
Representada por: Johnny Tasca

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O presente aditivo de contrato tem por objeto a prestação serviços generalizados, consistentes na realização dos seguintes exames laboratoriais e respectivos preços unitários a seguir:

Item	Exames/Tipo	Valor por exame R\$
01	Ácido úrico	2,02
02	Colesterol HDL	3,68
03	Colesterol LDL	3,13
04	Colesterol total	2,07
05	Epstein BAAR Igg e Igm	30,82
06	Plaquetas- Contagem	1,38
07	PSA Total/ Livre	14,44
08	T3	6,67
09	T4 Livre	10,03
10	TAP	3,59
11	TC- Tempo de Coagulação	1,10
12	Hemograma	5,24
13	Parcial de urina	3,45
14	Parasitológico de fezes	3,45
15	Triglicerídeos	3,22
16	VDRL	3,22
17	Tipagem sangüínea ABO-Rh	5,06
18	AST (TGO)	2,02
19	ALT (TGP)	2,02
20	Bilirrubinas	2,30
21	BHCG	8,74
22	Urucultura com TSA	13,57
23	VHS - Velocidade de hemossedimentação	1,33
24	Hemoglobina Glicada/Glicosada	8,28
25	Creatinina sérica	2,02
26	Microalbuminúria	6,90
27	Uréia	2,02
28	Bacteriológico de escarro (BAAR)	3,68
29	Glicose	2,02
30	TSH	9,89
31	TS – tempo de sangramento	1,10
32	FAN	6,21
33	Ferretina	11,04
34	Látex	2,94

Parágrafo Único. Os valores não serão reajustados durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

2.1 O Município, na data de 06/01/2014, firmou contrato com a empresa LABORATORIO TREZE TILIAS LTDA, contrato nº 005/2014, cujo objeto visava a prestação de serviços técnicos profissionais para realização de exames laboratoriais.

2.2. Tendo em vista condição vantajosa para a administração, na forma apurada no processo Administrativo de Expediente nº 60/2015, fica prorrogado o contrato nº 05/2014, firmado com a empresa LABORATORIO TREZE TILIAS LTDA, por mais um período compreendido entre 04/01/2016 à 31/12/2016.

CLAUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será o mesmo firmado no termo aditivo de prorrogação nº 008/2014.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

As despesas com a aquisição dos serviços, objeto desse contrato, correrão por conta da classificação orçamentária:

Orgão: 03 – Fundo Municipal da Saúde
Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 – Saúde com qualidade
Projeto/Atividade: 2050 – Manutenção das Atividades da Saúde
3390000 – Fonte 0102

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o contrato fora prorrogado para o seguinte período:

- a) Início: 04/01/2016;
b) Término: 31/12/2016.

Parágrafo único. Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLAUSULA SEXTA: DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As demais cláusulas do contrato nº 005/2014 permanecem inalteradas.

6.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 04 de Janeiro de 2016.
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
LABORATORIO TREZE TILIAS LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Pomerode

PREFEITURA

CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N.º 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N.º 001 / 2016
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Processo Administrativo n.º 001 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TIPO AMBULÂNCIA, SOCORRO E EMERGÊNCIA, PARA ATENDER OS VISITANTES DA 33ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 12/01/2016.

Local: Setor de protocolos da Fundação Cultural de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 12/01/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Fundação Cultural de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Fundação Cultural de Pomerode – Rua Hermann Weege, n.º 111, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-6801 ou pelo e-mail: administracao@festapomerana.com.br.

Pomerode/SC, 04 de Janeiro de 2016.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da Fundação Cultural

Porto Belo

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.345, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.345, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O CONTROLE E PROTEÇÃO DE POPULAÇÕES ANIMAIS, BEM COMO A PREVENÇÃO DE ZOONOSSES, NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

O CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º. As ações do poder público objetivando o controle das populações animais, a prevenção e o controle das zoonoses no Município de Porto Belo, serão reguladas por esta lei.

Art. 2º. A partir da publicação desta lei o Município de Porto Belo compromete-se a no prazo de até 02 (dois) anos instituir, implantar e fazer funcionar o Centro de Bem Estar Animal juntamente com Alojamento Temporário de Animais Municipal que serão responsáveis pelo atendimento da política pública de prevenção e de controle de zoonoses, bem como pelo atendimento e resguardo dos direitos dos animais.

Art. 3º. A Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde é a responsável pela execução das ações mencionadas no artigo anterior.

Art. 4º. Para efeito desta lei, entende-se por:

I. ZOONOSE: Infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem, e vice-versa;

II. ÓRGÃO SANITÁRIO RESPONSÁVEL: Setor de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde;

III. ANIMAIS DOMÉSTICOS E DOMESTICADOS: Os de valor afetivo, passíveis de conviver com o homem;

IV. ANIMAIS DE INTERESSE ECONÔMICO: As espécies domésticas criadas, utilizadas ou destinadas a produção econômica;

V. ANIMAIS UNGULADOS: Os mamíferos com os dedos ou pés revestidos por cascos;

VI. ANIMAIS DE RUA OU ERRANTES: Animais errantes sem domicílio definido e sem condições de identificação de seus tutores;

VII. ANIMAIS COMUNITÁRIOS: Aqueles que, apesar de não terem tutor e domicílio definido e único, estabelecem com a população do local onde vivem vínculos de dependência e manutenção;

VIII. ALOJAMENTO TEMPORÁRIO DE ANIMAIS: As dependências apropriadas do Setor de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde, para alojamento e manutenção dos animais em pós operatório;

IX. CRIADOUROS: Estabelecimentos devidamente credenciados à reprodução, criação e manutenção de animais em condições de manejo controlado, e/ou removidos do ambiente natural sem condições de retornar ao habitat de origem;

X. CÃES MORDEDORES VICIOSOS: Os causadores de mordeduras a pessoas e/ou outros animais, comprovado por Fiscal da Vigilância Sanitária ou dois ou mais Boletins de Ocorrência;

XI. MAUS TRATOS: Toda e qualquer ação voltada contra os animais que implique em crueldade, seja a ausência de abrigo, de cuidados veterinários, de alimentação e água adequados, excesso de peso de carga, uso de animais feridos para trabalho, tortura, submissão a experiências pseudo-científicas e o que mais dispõe o Decreto Federal nº 24.645, de 10 de Julho de 1.934, a Declaração universal

dos Direitos dos Animais de 27 de Janeiro de 1978, a Lei de Crimes Ambientais 9605 de Fevereiro de 1998 e o Art. 225 do Capítulo VI de Meio Ambiente da Constituição Federal;

XII. CONDIÇÕES INADEQUADAS: A manutenção de animais em ambientes insalubres a anti-higiênicos, com dimensões inapropriadas à sua espécie ou porte, que permitam a proliferação de animais sinantrópicos, em contato direto ou indireto, com outros com doenças infecciosas ou zoonoses ou que os aterrorizem e molestem;

XIII. ANIMAIS SILVESTRES E SELVAGENS: Aqueles encontrados livres na natureza, pertencentes às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, naturais do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras ou em cativeiro sob a competente autorização federal;

XIV. FAUNA EXÓTICA: Animais de espécies estrangeiras;

XV. ANIMAIS SINANTRÓPICOS: As espécies que indesejavelmente, convivem com o homem, tais como os roedores, baratas, moscas, pernilongos, pulgas e outros;

XVI. ZONA RURAL: Área estabelecida no Plano Diretor Municipal como Perímetro Rural ou "de campo";

XVII. ZONA URBANA: Área estabelecida no Plano Diretor Municipal como Perímetro Urbano;

XVIII. GUARDIÃO OU TUTOR: Todo o cidadão e munícipe que crie ou detenha a guarda de um animal de qualquer espécie.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO CONTROLE DE ZOONOSSES

Art. 5º. Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I. Prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade, bem como o sofrimento dos animais, causados por doenças e maus tratos;

II. Preservar a saúde da população, protegendo-a contra zoonoses, mediante o emprego de conhecimentos especializados e experiências em Saúde Pública;

Art. 6º. Constituem objetivos básicos das ações de controle das populações animais:

I. Prevenir, reduzir e eliminar a mortalidade desnecessária e as causas de sofrimento dos animais;

II. Preservar a saúde e o bem-estar da população humana e animal.

CAPÍTULO III DO CONTROLE POPULACIONAL DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 7º. O controle da população canina e felina será executado:

a) através de serviço regular de atendimento Médico-veterinário Municipal gratuito, que definirá o cronograma mensal de castração.

b) para garantir a eficiência do controle populacional, o Município poderá contratar, credenciar ou firmar convênios com clínicas veterinárias, ONGs e Universidades que atuam na área da Medicina Veterinária ou na defesa dos direitos animais.

c) terão prioridade nas esterilizações os animais de rua, os tutelados pelas ONGs atuantes no município e de munícipes em vulnerabilidade social devidamente inscritos em cadastro único da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - No caso de esterilização de animais de rua, o Município poderá firmar convênio com ONGs para o acolhimento provisório destes animais, para posterior adoção ou recolocação em seu habitat comunitário.

Art. 8º. O Município deverá criar em até 90 (sessenta dias) da publicação desta lei, o programa "Animal Comunitário" através de

Decreto Municipal.

Art. 9º. Em apoio ao controle de zoonoses e à defesa dos direitos animais, o Município através de seus órgãos de Educação, Saúde e Meio Ambiente em parceria com ONGs deverá:

I. Promover, periodicamente, campanhas para esclarecimento dos guardiões e tutores de animais, sobre guarda responsável, dos meios corretos de manutenção dos mesmos, dos processos legais disponíveis de controle da reprodução, bem como da divulgação detalhada dos dispositivos desta Lei, principalmente durante seu período de adaptação;

II. Incluir no currículo das escolas de ensino fundamental municipais, temas voltados para a formação de valores para o respeito a todas as formas de vida e ao meio ambiente como um todo.

CAPÍTULO IV**DOS CUIDADOS COM OS ANIMAIS DE RUA**

Art. 10 Todo animal de rua, tutelado por ONGs do Município de defesa dos direitos de animais, mantidos por famílias de munícipes de baixa renda poderão receber atendimento veterinário, castração e vermifugação gratuitos.

Parágrafo Único- O município de Porto Belo se compromete a manter um sistema de atendimento em regime de plantão, podendo, inclusive, realizar parcerias com clínicas veterinárias, associações, etc., a fim de que os serviços de atendimento médico veterinário gratuito possam atender as emergências, que porventura venham a acontecer.

Art.11. Serão considerados animais aptos para serem devolvidos às ruas, somente e excepcionalmente os animais que tiverem adultos, o que deverá ser atestado documentalmente por médico veterinário e que não vierem a ser adotados.

CAPÍTULO V**DA CHIPAGEM**

Art.12. Todos animais da espécie canina e felina dentro do município de Porto Belo, serão identificados eletronicamente, por meio de microchip e cadastrado em sistema próprio que deverá ser regulamentado em até 180 (sessenta) dias.

§1º Quem pratica comércio de animais no Município de Porto Belo fica obrigado a chipá-los antes da venda.

§2º Todos os animais de rua, tutelados pelas ONGs de defesa dos direitos de animais no Município e os domésticos deverão ser microchipados gratuitamente.

§3º Os animais de raça agressiva e/ou perigosas deverão ser chipados obrigatoriamente.

CAPÍTULO VI**DA CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO**

Art.13. As atividades de reprodução comercial, exposição e venda de animais no município só poderão ser realizadas por estabelecimentos registrados na Prefeitura com o devido alvará de funcionamento e que cumprirem a Resolução CFMV-1069 de 27.11.2014 que "Dispõe sobre Diretrizes Gerais de Responsabilidade Técnica em estabelecimentos comerciais de exposição, manutenção, higiene estética e venda ou doação de animais, e dá outras providências."

Parágrafo Único. O alvará de funcionamento será concedido após inspeção sanitária das instalações e preenchimento de todos os requisitos exigidos para este tipo de estabelecimento.

CAPÍTULO VII**DA PERMANÊNCIA EM LOCAIS PÚBLICOS**

Art.14. É proibida a permanência, manutenção e trânsito dos animais nos logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público, sob pena de multa.

Parágrafo Único: Excetuam-se da proibição prevista neste artigo:

I. O estabelecimento legal e adequadamente instalado e licenciado pelos órgãos competentes para criação, manutenção, comércio, exposição, tratamento, internação e abatedouros;

II. A permanência e o trânsito de animais em praças e logradouros públicos quando:

a. Se tratar de cães ou gatos vacinados, com coleira e registro atualizado, conduzidos com guia pelo proprietário ou responsável, com idade e força física suficientes para controlar os movimentos do animal;

b. Se tratar de animais de tração, providos dos necessários equipamentos e meios de contenção e conduzidos pelo proprietário ou responsável, com idade, força física e habilidade para controlar os movimentos do animal;

c. Se tratar de cães-guias de pessoas deficientes visuais;

d. Se tratar de animais de trabalho utilizados pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros ou outra corporação de utilidade pública;

e. Se tratar de animais enquadrados no conceito de "Animal Comunitário".

CAPÍTULO VIII**DO RECOLHIMENTO DE ANIMAIS**

Art.15. Os animais que forem apreendidos, em desobediência ao estabelecido nesta lei, poderão ser recolhidos e:

I - Mantidos no Alojamento Temporário de Animais, com todas as condições de abrigo, água, alimentação e cuidados veterinários, a disposição de seus proprietários por 20 dias;

II - Animais com doenças ou lesões físicas graves e sanitariamente comprometidos irreversivelmente, poderão sofrer processo de eutanásia, precedido de laudo técnico emitido pelo Médico Veterinário Municipal conjuntamente com o fiscal da Vigilância Sanitária substanciando a decisão;

III - A eutanásia será aplicada de acordo com a Resolução do CFMV nº 714/202 que "Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais, e dá outras providências".

Art. 16. O Município de Porto Belo não responde por indenização nos casos de:

I. Dano ou óbito de animal recolhido;

II. Eventuais danos materiais ou pessoais causados pelo animal, durante o ato de seu recolhimento.

Art. 17. Os animais recolhidos e não procurados pelos guardiões ou tutores no prazo estabelecido no Art. 11, Parágrafo Único, terão a seguinte destinação, a critério do Órgão Sanitário responsável:

I. Leilão em hasta pública.

II. Adoção.

III. Doação.

IV. Devolução ao local de apreensão (Animal Comunitário).

§ 1º - Os cães e gatos destinados à Adoção ou Doação, sofrerão obrigatoriamente, processo de castração e registro no programa social de controle populacional da Prefeitura Municipal.

§ 2º - É vedada no Município a experimentação e a utilização de animais vivos em atividades de pesquisa científica, testes de produtos e no ensino, bem como adoção de cães e gatos para estes fins ou quaisquer outras atividades que contrariem a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, o Decreto Lei 24.645/34, a Lei de Crimes Ambientais 9605/98 e o Art. 225 do Capítulo VI da Constituição Federal.

Art.18. As entidades de Defesa dos Direitos dos Animais terão acesso às dependências do Alojamento Municipal Temporário de Animais quando da sua criação, bem como aos dados e relatórios referentes aos animais recolhidos e seu destino final, sempre que solicitado.

Art.19. Os atos danosos causados pelos animais são da inteira responsabilidade de seus guardiões e tutores, mesmo quando recolhidos ao alojamento.

Parágrafo Único - Quando o dano ocorrer sob a guarda de preposto, estender-se-á a este a responsabilidade a que alude o caput deste artigo.

CAPÍTULO IX DA RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS

Art. 20. É proibido praticar atos de crueldade e maus tratos contra os animais, seja a ausência de abrigo, de cuidados veterinários, de alimentação e água adequados, excesso de peso de carga, uso de animais feridos para trabalho, tortura, submissão a experiências pseudo-científicas e o que mais dispõe o Decreto Federal nº 24.645, de 10 de Julho de 1.934, a Declaração universal dos Direitos dos Animais de 27 de Janeiro de 1978, a Lei de Crimes Ambientais 9605 de Fevereiro de 1998 e o Art. 225 do Capítulo VI de Meio Ambiente da Constituição Federal.

Art. 21. É responsabilidade dos Guardiões e Tutores a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Parágrafo Único: É proibido o trânsito de cães de guarda ou de raças com histórico de agressividade sem focinheira, sem coleira com o respectivo registro e que não estejam conduzidos em guia, por pessoa com idade, força física e habilidade suficientes para controlar seus movimentos.

Art. 22. É proibido abandonar animais em qualquer área pública ou privada.

Art. 23. É proibida a criação na área urbana, de animais que por sua espécie ou quantidade causem insalubridade ou prejudiquem a saúde da vizinhança, com exceção as criações em área urbana com características rurais.

Art. 24. O guardião ou tutor, bem como as entidades de Defesa dos Direitos dos Animais que mantenham animais sob sua guarda, são obrigados a permitir, sempre que necessário, o acesso do Fiscal de Vigilância Sanitária quando no exercício de suas funções, aos locais onde os animais vivem, para verificação das condições em que são mantidos e o estado de saúde, bem como acatarem as recomendações dele emanadas.

Art. 25. O guardião ou tutor, o detentor da posse ou o responsável por animais acometidos ou suspeitos de estarem acometidos de zoonoses, deverá submetê-los à observação, isolamento e cuidados, na forma determinada pela Vigilância Sanitária do Município.

Art. 26. Todo proprietário de animal é obrigado a vacinar seu cão ou gato contra a raiva, bem como aplicar aos mesmos a vacina polivalente, observando o período de imunidade estabelecido para a vacina utilizada.

Parágrafo Único: As vacinas serão aplicadas pela Prefeitura Municipal aos animais comunitários.

Art. 27. Em caso de morte do animal, cabe ao guardião ou tutor dar destinação adequada ao cadáver e, no caso de não haver como localizar o proprietário, deverá ser encaminhado ao serviço municipal competente.

Art. 28. Os animais das espécies canina e felina, deverão ser registrados e microchipados no sistema de identificação e registro municipal de animais.

Parágrafo Único: O sistema será regulamentado por decreto do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. As intervenções no Meio Ambiente que provoquem impacto negativo à fauna e flora devem ser reparadas ou compensadas por meio de indenização revertida diretamente para a Fundação Municipal de Meio Ambiente – FAMAP, conforme Lei.

Art. 30. Ao município cabe a adoção de medidas necessárias para a manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais da fauna sinantrópica.

Art. 31. É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis ou outros que propiciem a instalação e proliferação de roedores e outros animais sinantrópicos.

Art. 32. Os estabelecimentos que estoquem ou comercializem pneumáticos e plantas são obrigados a mantê-los permanentemente

livres de coleções líquidas, de forma a evitar a proliferação de mosquitos.

Art. 33. Nas obras de construção civil é obrigatória a drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art. 34. É proibida no Município de Porto Belo, salvo as exceções previstas nesta lei e as situações excepcionais, a juízo do Órgão Sanitário responsável, a criação, a manutenção e o alojamento de animais silvestres, selvagens e da fauna exótica.

Parágrafo Único – São adotadas as disposições pertinentes, contidas na Lei Federal nº 5197, de 03 de Janeiro de 1967, no que tange à fauna brasileira.

Art. 35. Qualquer animal que esteja evidenciando sintomatologia clínica de raiva, constatada por Médico Veterinário, deverá ser prontamente isolado e/ou sacrificado e seu cérebro encaminhado a um laboratório oficial, para exame.

Art. 36. Não são permitidas, em residência particular, a criação, ou alojamento de animais que por sua espécie, número ou manutenção causem risco à saúde e segurança da comunidade.

Art. 37. É proibido o uso de animais feridos, enfraquecidos ou doentes, em veículos de tração animal.

Parágrafo Único – É obrigatório o uso de sistema de frenagem, acionado especialmente quando de descidas de ladeiras, nos veículos de que trata este artigo.

Art. 38. É proibido a liberação de resíduos líquidos ou sólidos que causam mal cheiro.

Art. 39. A Prefeitura Municipal de Porto Belo deverá ter um link no seu site, destinado ao Centro de Bem Estar Animal quando se sua criação, onde o usuário possa fazer denúncias de maus tratos, notificar perda de animais e /ou outras situações que estejam ocorrendo com os animais e orientações de posse responsável à população.

Parágrafo Único. O site deverá fornecer à população um cronograma de atendimento, informando a respeito de quantos animais poderão ser castrados, vacinados e vermifugados por semana, sendo que o número não poderá ser inferior a 20 (vinte), bem como fornecer relação dos animais já castrados no período.

Art. 40. Fica instituído no Calendário Oficial do Município o dia 01 de outubro como "Dia Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais".

CAPÍTULO XI DAS INFRAÇÕES

Art.41. Constitui infração, para os efeitos desta lei, toda ação ou omissão que importe na inobservância de preceitos estabelecidos nesta Lei ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos das autoridades administrativas competentes.

Art.42. As infrações às disposições desta lei serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multas, no valor de 200 UFMPB;

II - perda da guarda, posse ou propriedade do animal, se doméstico, domesticado ou exótico;

§1º Nos casos de reincidência, caracterizados pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta, cumulativamente.

§2º A penalidade prevista no inciso II deste artigo será imposta nos casos de infração continuada e a partir da segunda reincidência.

Art.43. As infrações às disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como das normas, padrões e exigências técnicas, poderão ser aplicadas em dobro, desde que devidamente fundamentado pela autoridade competente, levando-se em conta:

I - a intensidade do dano, efetivo ou potencial;

II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator;

IV - a capacidade econômica do infrator.

Parágrafo único. Responderá pela infração quem, por qualquer modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar;

Art. 44. As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa, sendo

convertidas em advertência, quando o infrator for primário e, nos termos e condições aceitas e aprovadas pelas autoridades competentes, se obrigar à adoção de medidas específicas para fazer cessar e corrigir a infração;

Art. 45. As sanções previstas serão aplicadas pelos órgãos executores competentes municipais, sem prejuízo de correspondente responsabilidade penal.

Art. 46. A autoridade ou servidor que deixar de cumprir a obrigação de que trata esta lei ou agir para impedir, dificultar ou retardar o seu cumprimento, incorrerá nas mesmas responsabilidades do infrator, sem prejuízo das demais penalidades administrativas e penais;

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. O Poder Executivo Municipal, dentro de 90 (noventa) dias, regulamentará no que couber presente Lei.

Art. 48. Esta Lei entrará em vigor a partir de 180 dias de sua publicação, período em que o Município irá dar conhecimento da mesma aos munícipes através de todos os meios possíveis, suas conseqüências na vida dos cidadãos e de seus animais e dos meios para sua adaptação.

Art. 49. Ficam revogadas as disposições em contrário, em específico a Lei Municipal nº 2218/2014.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 01/2016

DECRETO N.º 01 /2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

ATUALIZA VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 286, Parágrafo 1º da Lei Municipal Complementar 003/2004, de 01 de dezembro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado no período de outubro de 2014 a setembro de 2015, fica reajustado em 9,49% (nove vírgula quarenta e nove por cento) o valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM para o exercício de 2016.

Art. 2º - O valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM para o exercício de 2016 passa a corresponder a R\$ 111,90 (cento e onze reais e noventa centavos).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 04 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 01/2016 - ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Departamento de Licitações e Compras

CREDENCIAMENTO 01/2016

O Município de Presidente Nereu, torna público que fará realizar do dia 06/01/2016 ao dia 06/02/2016 das 12:30 as 17:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura, CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS AREAS DE PINTURA (EM TELA, TECIDO, MADEIRA, PORCELANA, ETC.), DANÇA, VIOLÃO, INFORMÁTICA E CAPOEIRA PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV). O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 04 de janeiro de 2016.

CLAUDELICE BELEGANTE

Gestora

EXTRATO DE DISPENSA 01/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 12/01/2016 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO CONFORME ART. 24 INCISO XIII DA LEI Nº8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 04 de janeiro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

1 - PREÂMBULO

O Município de PRESIDENTE NEREU-SC comunica aos interessados que está promovendo Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 01/2016, sob o regime de menor preço, sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, consolidada, através do Prefeito Municipal Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI abre processo administrativo por Dispensa de Licitação, realizado nos termos do artigo 24, inciso XIII, da lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes, com a data de abertura para

o dia 12/01/2016 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal.

2 - DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO EM DISPENSA DE LICITAÇÃO CONFORME ART. 24 INCISO XIII DA LEI Nº8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

3- DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 – A proposta de preços deverá ser elaborada de forma a entender as especificações aplicadas à espécie do objeto desta licitação

3.2 – O prazo da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data do encaminhamento.

4- DO PAGAMENTO E DA ENTREGA:

4.1 – O pagamento será 50% (cinquenta por cento) na homologação das inscrições e 50% (cinquenta por cento) na entrega do resultado final;

4.2 – A entrega do objeto desta Dispensa de Licitação será de no máximo 60 (sessenta) dias após a autorização da ordem de compra/serviços.

5 - DAS PENALIDADES

5.1 – Será aplicada multa quando a contrata incorrer, dentre outra, em uma das situações a seguir indicadas, no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre a obrigação assumida e não cumprida:

- a) Recusa em honrar a proposta apresentada, dentro do prazo estipulado.
- b) As penalidades aplicadas nesta dispensa onde estão ocultas, estarão amparadas pela lei 8666/93.

5.2 – As multa aplicadas deverão ser recolhidas ao Município ao prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação.

6 – CONDIÇÕES GERAIS:

Caberá a contratada

6.1 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta dispensa de Licitação, sem prévia ou expressa Anuência da Administração;

6.2 – Assumir inteira responsabilidade pela entrega Serviços, de acordo com as especificações constantes da proposta e / ou instruções desta Dispensa de Licitação e seus Anexos;

6.3 – Prestar a Administração sempre que necessário esclarecimento sobre o objeto desta Dispensa de Licitação, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para o acompanhamento dos mesmos.

7 – DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº1)

7.1. Proponente Pessoa Jurídica deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA INSS
CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA MUNICIPAL
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
DECLARAÇÃO Q NÃO CONTRATA MENORES (Art. 7º, 33 CF)
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

7.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01

DA: (EMPRESA)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO Nº.: 01/2016 - LICITAÇÃO Nº.: 01/2016

ABERTURA: às 14:00 HORAS DO DIA 12/01/2016.

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

4.4. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente

ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

4.5. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.

5 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº02)

5.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 02

DA: (EMPRESA)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO Nº.: 01/2016 - LICITAÇÃO Nº.: 01/2016

ABERTURA: às 14:00 HORAS DO DIA 12/01/2016

ENVELOPE "PROPOSTA"

5.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e total conforme discriminado na Lista de Itens ANEXO desta Dispensa de Licitação.

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

RELAÇÃO DOS ITENS.

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT.VL. TOTAL

1	1,00	SER	CONCURSO PUBLICO PARA OS CARGOS DE ODONTOLOGO E MEDICO CLINICO GERAL.	5.500,00		
---	------	-----	---	----------	--	--

Presidente Nereu, 01 de janeiro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO EM DISPENSA DE LICITAÇÃO CONFORME ART. 24 INCISO XIII DA LEI Nº8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro, pessoa para prestação de serviços, inscrita no CPF/CNPJ sob n.º, estabelecida na Rua, s/nº na cidade de, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO EM DISPENSA DE LICITAÇÃO CONFORME ART. 24 INCISO XIII DA LEI Nº8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CONTRATADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Dispensa de licitação nº 01/2016.

CLAUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços na realização do concurso publico serão realizados no município de Presidente Nereu, de escolha da administração municipal

3. 2 - DA RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) - Quando a execução dos serviços, Caberá a CONTRATADA o fornecimento de dos serviços e todos os equipamentos, necessários à plena execução;

b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.

d) - Suportará, também, a responsabilidade dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.06.2016. podendo ser prorrogado por mais períodos se for de interesse das partes, respeita a lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Pelos serviços será paga a importância de R\$,

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação do controle dos serviços prestados, emitida pelo Secretário de Administração do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CONTRATADA, junto à tesouraria do Município, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria de Finanças do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CONTRATADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do contrato;

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela contratada, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da contratada, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

A CONTRATANTE terá com fiscal e responsável pelo contrato seu secretário de Administração o senhor Jaison José Comandoli.

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CONTRATADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CONTRATANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CONTRATADA:
 - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
 - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
 - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução satisfatória ao contrato.
 - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
 - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2016 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A contratada não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, .

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATADA

Testemunhas:

ANEXO III**MODELO DE PROPOSTA**

Segue abaixo relação dos itens a serem cotados em valores unitário e valor total, a proposta deve ser preenchida neste mesmo anexo, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, assinada e carimbada pelo representante da empresa devidamente cadastrado.

RELAÇÃO DOS ITENS.**ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL**

1	1,00	SER	CONCURSO PUBLICO PARA OS CARGOS DE ODONTOLOGO E MEDICO CLINICO GERAL.		
---	------	-----	---	--	--

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/ ____/ ____

Nome

Carimbo

EXTRATO DE DISPENSA 02/2016 - SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015

O Fundo Municipal de Saúde torna público que fará realizar no dia 12/01/2016 às 16:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA ATENDIMENTO A MUNICIPALIDADE, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM REGIME EMERGENCIAL. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (047) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou site www.presidentenereu.sc.gov.br, no link licitações.

Presidente Nereu, 04 de janeiro de 2015.

BENITO BRAND

Gestor

1 - PREÂMBULO

O Município de PRESIDENTE NEREU-SC comunica aos interessados que está promovendo Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 01/2016, sob o regime de menor preço, sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, consolidada, através do Gestor do Fundo Municipal de Saúde BENITO BRAND abre processo administrativo para CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA ATENDIMENTO A MUNICIPALIDADE, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM REGIME EMERGENCIAL. por Dispensa de Licitação, realizado nos termos do artigo 24, inciso XXIII, c.c. o art. 17 inciso II, alínea f, da lei 8.666/93 e

demais legislações pertinentes. Com a entrega e abertura da proposta para o dia 12/01/2016 às 16:00 horas.

2 - DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA ATENDIMENTO A MUNICIPALIDADE, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU EM REGIME EMERGENCIAL.

3- DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 – A proposta de preços deverá ser elaborada de forma a entender as especificações aplicadas à espécie do objeto desta licitação;

3.2 – O prazo da proposta deverá ser de no mínimo 15 (quinze) dias, a contar da data do encaminhamento.

3.2.1 - A licitante que apresentar a melhor proposta deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas fornecer documentação que comprove sua regularidade fiscal.

4 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº1)

4.1. Proponente Pessoa Jurídica deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA INSS
CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA MUNICIPAL
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
DECLARAÇÃO Q NÃO CONTRATA MENORES (Art. 7º, 33 CF)
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

4.2. Proponente pessoa Física deverá apresentar os seguintes documentos:

CPF
CARTEIRA DE IDENTIDADE
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA MUNICIPAL
CERTIFICADO DE NIVEL SUPERIOR NA AREA DE ODONTOLOGIA
C.R.O.

4.3. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01

DA: (EMPRESA)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO Nº.: 02/2016 - LICITAÇÃO Nº.: 02/2015

ABERTURA: às 16:00 HORAS DO DIA 12/01/2016

ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

4.4. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

4.5. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 60 (sessenta) dias da data de sua emissão.

5 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº02)

5.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 02

DA: (EMPRESA)

À: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO Nº.: 02/2016 - LICITAÇÃO Nº.: 02/2016

ABERTURA: às 16:00 HORAS DO DIA 12/01/2016

ENVELOPE "PROPOSTA"

5.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e total conforme discriminado na Lista de Itens ANEXO desta Dispensa

de Licitação.

6- DO JULGAMENTO

6.1. Serão consideradas vencedoras aquelas empresas que tendo cumprido as exigências desta Dispensa, conforme prescreve o art. 45, § 1º da Lei 8.666/93 e apresentar o Menor preço por item.

6.2. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das Propostas, caso a Proponente não atender com clareza o solicitado em Convite, conforme determina o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

6.3. Será desconsiderada os itens proposta que contiver emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar uma errata em 01 (uma) via, em papel timbrado e devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal.

6.4. No caso de empate de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, observados o disposto no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

4- DO PAGAMENTO E DA ENTREGA:

4.1 – O pagamento será realizado mensalmente até o décimo dia do mês subsequente ao serviço executado , objeto desta dispensa de licitação;

4.2 – A prestação de serviços do objeto desta Dispensa de Licitação será realizada no posto de Saúde do município de Presidente Nereu com início na assinatura do contrato após a autorização da ordem de compra/ serviços.

5 - DAS PENALIDADES

5.1. O objeto licitado especificações predeterminada, implicam nas sanções prevista no item 10.3, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes da devolução dos materiais.

5.2. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

5.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na entrega do objeto da presente licitação, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU cancelar a Nota de Compra - NC, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista no item 10.4.1., deste Convite, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

5.4. Ressalvados os casos de forma maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

5.4.1. Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

5.4.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU poderá aplicar a multa em dobro da, forma do item 10.4.1.

5.4.3. Advertência

5.4.4. Suspensão do direito de licitar, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

5.4.5. Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

5.5. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 10.4.1. e 10.4.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

5.6. Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

6 – CONDIÇÕES GERAIS:

Caberá a contratada

6.1 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta dispensa de Licitação, sem prévia ou expressa Anuência da Administração;

6.2 – Assumir inteira responsabilidade pela entrega do produto e Serviços, de acordo com as especificações constantes da proposta e / ou instruções desta Dispensa de Licitação e seus Anexos;

6.3 – Prestar a Administração sempre que necessário esclarecimento sobre o objeto desta Dispensa de Licitação, fornecendo toda e

qualquer orientação que possa ser dada para o acompanhamento dos mesmos.

ANEXO I

Segue abaixo relação dos itens a serem cotados em valores unitário e valor total, a proposta deve ser preenchida neste mesmo anexo, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, assinada e carimbada pelo representante da empresa devidamente cadastrado.

RELAÇÃO DOS ITENS.

ITENS QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VALOR TOTAL DE REFERENCIA

1	4,00	MES	CONTRATAÇÃO DE ODONTOLOGO PARA PRESTAR SERVICOS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICIPIO EM UMA CARGA HORARIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, EM REGIME EMERGENCIAL PARA OS USUARIOS NA ATENCAO BASICA DO MUNICIPIO.	24.440,00
---	------	-----	--	-----------

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/____/____

Nome
Carimbo

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ODONTOLOGO PARA O POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, através do seu Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob nº. 14.488.313/0001-45, neste ato representado pelo seu Gestor, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro, pessoa para prestação de serviços, inscrita no CPF/CNPJ sob n.º, estabelecida na Rua, s/nº na cidade de, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de SERVICOS DE ODONTOLOGO A SER PRESTADO NO POSTO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU EM UMA CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CONTRATADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Dispensa de licitação nº 12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços em odontologia, serão prestados em consultório na Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu, em horário normal, conforme autorização da Secretaria de Saúde.

3. 2 - DA RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) - Quando a execução dos Serviços não for na Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu, Caberá a CONTRATADA o fornecimento de dos serviços e todos os equipamentos, necessários à plena execução dos serviços serão por conta do Fundo Municipal de Saúde;
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- d) - Suportará, também, a responsabilidade dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado por mais períodos se for de interesse das partes, respeita a lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Pelos servios de odontologa será paga a importância de R\$,

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação do controle dos serviços prestados, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CONTRATADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal e/ou "RPA", que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CONTRATADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do contrato;

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela contratada, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da contratada, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

A CONTRATANTE terá com fiscal e responsável pelo contrato seu Gestor o Senhor Benito Brand.

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CONTRATADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CONTRATANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CONTRATADA:
 - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
 - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
 - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução satisfatória ao contrato.
 - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
 - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2016 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A contratada não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, .

GESTOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO 150/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452
Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 150, de 30 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 2.840,00 (dois mil e oitocentos e quarenta reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.01010000	2.840,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação : R\$2.840,00 (dois mil e oitocentos e quarenta reais)

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
Excesso de Arrecadação	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01010000	2.840,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 30 de dezembro de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN
Contadora

DECRETO 151/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 151, de 30 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observadas as

seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.001.0004.0122.1301.2003.33900000000000.01000000	2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$2.000,00 (dois mil reais)

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	03.001.0004.0122.1301.2003.33500000000000.01000000	2.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 30 de dezembro de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN
Contadora

Rio do Sul

PREFEITURA

GABARITOS DEFINITIVOS CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS

DA PROVA ESCRITA

*Questões anuladas são assinaladas com a letra "N" no gabarito.

* Questões com alteração de gabarito em negrito.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

AGENTE ADMINISTRATIVO

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. C	22. A	23. A	24. D	25. A	26. B	27. A	28. B	29. B	30. B
31. B	32. B	33. D	34. B	35. A	36. C	37. D	38. D	39. N	40. D

ASSISTENTE SOCIAL

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. A	24. D	25. C	26. D	27. B	28. C	29. D	30. B
31. C	32. A	33. N	34. B	35. D	36. B	37. D	38. N	39. A	40. A

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

CALCETEIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

CARPINTEIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

COZINHEIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. D	28. A	29. A	30. C
31. A	32. B	33. C	34. A	35. C	36. D	37. A	38. B	39. C	40. D

EDUCADOR SOCIAL

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. B	22. N	23. D	24. B	25. C	26. D	27. A	28. D	29. B	30. C
31. B	32. A	33. D	34. C	35. A	36. D	37. C	38. B	39. C	40. A

ENFERMEIRO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. D	23. B	24. C	25. C	26. B	27. C	28. A	29. N	30. C
31. C	32. D	33. A	34. A	35. N	36. N	37. D	38. C	39. C	40. B

ENGENHEIRO CIVIL

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. A	23. C	24. D	25. B	26. C	27. A	28. D	29. D	30. A
31. D	32. D	33. C	34. A	35. C	36. D	37. B	38. B	39. D	40. B

FISCAL DE MEIO AMBIENTE

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. C	23. A	24. D	25. C	26. B	27. A	28. C	29. A	30. D
31. D	32. C	33. B	34. A	35. D	36. C	37. A	38. C	39. B	40. B

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. A	23. C	24. B	25. D	26. C	27. A	28. C	29. B	30. A
31. D	32. C	33. D	34. B	35. D	36. B	37. A	38. C	39. A	40. B

MÉDICO 20H

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. D	32. A	33. B	34. C	35. D	36. D	37. B	38. C	39. A	40. A

MÉDICO 40H

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. D	32. A	33. B	34. C	35. D	36. D	37. B	38. C	39. A	40. A

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. C	32. B	33. D	34. B	35. B	36. A	37. A	38. C	39. D	40. A

MÉDICO CARDIOLOGISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. D	32. C	33. A	34. C	35. B	36. A	37. D	38. C	39. C	40. B

MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. A	32. C	33. B	34. D	35. A	36. D	37. A	38. C	39. B	40. D

MÉDICO OFTALMOLOGISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. A	32. C	33. D	34. C	35. B	36. C	37. D	38. D	39. C	40. A

MÉDICO PSIQUIATRA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. A	32. B	33. C	34. A	35. D	36. A	37. A	38. C	39. B	40. D

MÉDICO UROLOGISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. C	32. A	33. C	34. B	35. D	36. C	37. C	38. A	39. D	40. D

MOTORISTA DE CAMINHÃO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. N	40. C

MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. N	40. C

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. D	40. C

PEDREIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

PINTOR

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

PSICÓLOGO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. C	23. D	24. A	25. B	26. D	27. C	28. B	29. D	30. N
31. D	32. D	33. C	34. N	35. C	36. N	37. A	38. B	39. C	40. A

PSICOPEDAGOGO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. D	23. D	24. C	25. C	26. B	27. A	28. B	29. A	30. C
31. D	32. C	33. C	34. A	35. A	36. D	37. C	38. B	39. D	40. D

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. D	22. B	23. A	24. A	25. C	26. C	27. C	28. B	29. A	30. C
31. C	32. D	33. D	34. B	35. A	36. C	37. N	38. A	39. C	40. B

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. A	22. D	23. C	24. D	25. B	26. A	27. B	28. A	29. B	30. D
31. A	32. D	33. D	34. C	35. C	36. B	37. B	38. D	39. A	40. B

TOPÓGRAFO

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. C	22. A	23. D	24. C	25. C	26. B	27. A	28. A	29. B	30. C
31. B	32. D	33. C	34. A	35. B	36. C	37. B	38. B	39. A	40. D

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (CADASTRO RESERVA)

ADVOGADO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. A	23. B	24. C	25. C	26. B	27. N	28. B	29. D	30. A
31. N	32. C	33. C	34. B	35. A	36. A	37. D	38. B	39. C	40. D

ARQUITETO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. A	23. B	24. B	25. C	26. B	27. A	28. D	29. A	30. C
31. C	32. A	33. A	34. C	35. B	36. D	37. A	38. D	39. C	40. D

AUDITOR INTERNO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. B	22. A	23. D	24. A	25. B	26. C	27. D	28. B	29. C	30. B
31. C	32. A	33. D	34. A	35. D	36. A	37. A	38. D	39. B	40. C

CIRURGIÃO DENTISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. N	22. D	23. C	24. D	25. D	26. N	27. C	28. C	29. D	30. C
31. A	32. B	33. D	34. B	35. B	36. N	37. B	38. D	39. N	40. C

CONTADOR

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. C	23. D	24. D	25. A	26. B	27. N	28. A	29. C	30. C
31. D	32. A	33. D	34. D	35. B	36. A	37. C	38. A	39. D	40. C

COVEIRO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

DESENHISTA

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. B	22. C	23. N	24. A	25. B	26. C	27. D	28. B	29. A	30. B
31. C	32. D	33. A	34. B	35. D	36. C	37. B	38. C	39. A	40. D

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. D	23. A	24. C	25. C	26. C	27. D	28. D	29. A	30. A
31. B	32. N	33. B	34. B	35. A	36. D	37. B	38. A	39. C	40. A

ENGENHEIRO FLORESTAL

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. A	23. A	24. C	25. A	26. C	27. C	28. C	29. A	30. A
31. B	32. C	33. A	34. B	35. A	36. C	37. B	38. D	39. N	40. B

FARMACÊUTICO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. A	23. D	24. B	25. A	26. D	27. A	28. B	29. D	30. A
31. A	32. C	33. A	34. B	35. A	36. D	37. D	38. C	39. D	40. B

FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D

21. A	22. B	23. B	24. D	25. C	26. D	27. D	28. B	29. A	30. D
31. C	32. B	33. D	34. B	35. A	36. A	37. B	38. C	39. D	40. A

FISCAL DE SERVIÇO PÚBLICO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. C	23. B	24. A	25. C	26. D	27. D	28. C	29. D	30. C
31. B	32. A	33. C	34. C	35. A	36. B	37. B	38. A	39. B	40. C

FISCAL DE TRIBUTOS

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. D	23. D	24. D	25. C	26. B	27. B	28. C	29. B	30. A
31. D	32. B	33. C	34. B	35. A	36. D	37. A	38. D	39. B	40. A

FISCAL DO PROCON

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. N	22. N	23. C	24. C	25. B	26. D	27. C	28. C	29. A	30. D
31. A	32. B	33. C	34. A	35. D	36. C	37. D	38. B	39. A	40. B

FONOAUDIÓLOGO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. D	22. D	23. C	24. C	25. B	26. C	27. B	28. B	29. A	30. A
31. C	32. A	33. D	34. C	35. A	36. B	37. C	38. A	39. B	40. B

MÉDICO PERITO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. B	23. C	24. C	25. B	26. A	27. D	28. A	29. C	30. B
31. B	32. A	33. C	34. A	35. D	36. D	37. C	38. A	39. C	40. A

MÉDICO VETERINÁRIO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. D	23. D	24. C	25. C	26. C	27. B	28. D	29. A	30. B
31. B	32. C	33. D	34. B	35. D	36. A	37. A	38. B	39. B	40. C

NUTRICIONISTA

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. N	23. N	24. C	25. C	26. D	27. C	28. A	29. C	30. D
31. A	32. D	33. D	34. B	35. C	36. B	37. N	38. C	39. A	40. A

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. D	22. A	23. A	24. B	25. A	26. C	27. D	28. C	29. A	30. A
31. B	32. C	33. B	34. D	35. A	36. D	37. C	38. C	39. B	40. B

TÉCNICO EM SEGURANÇA NO TRABALHO

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. D	22. N	23. A	24. C	25. B	26. C	27. D	28. A	29. B	30. D
31. B	32. C	33. D	34. C	35. D	36. C	37. B	38. D	39. A	40. D

TELEFONISTA

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. B	22. A	23. C	24. C	25. A	26. A	27. D	28. D	29. D	30. C
31. B	32. D	33. B	34. B	35. A	36. A	37. D	38. A	39. B	40. D

TURISMÓLOGO

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. A	22. C	23. B	24. B	25. A	26. B	27. D	28. C	29. A	30. C
31. C	32. B	33. D	34. A	35. A	36. C	37. B	38. A	39. C	40. C

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL**AGENTE ADMINISTRATIVO**

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. C	22. A	23. A	24. D	25. A	26. B	27. A	28. B	29. B	30. B
31. B	32. B	33. D	34. B	35. A	36. C	37. D	38. D	39. N	40. D

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. B	17. C	18. B	19. C	20. B
21. A	22. D	23. B	24. D	25. A	26. C	27. B	28. C	29. B	30. A
31. C	32. B	33. C	34. D	35. A	36. A	37. C	38. B	39. C	40. D

MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. N	40. C

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL
(CADASTRO RESERVA)****BIBLIOTECÁRIO**

01. C	02. B	03. B	04. A	05. B	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. C	12. C	13. A	14. C	15. D	16. A	17. C	18. B	19. D	20. D
21. C	22. C	23. D	24. B	25. C	26. D	27. D	28. C	29. C	30. A
31. A	32. D	33. B	34. C	35. B	36. B	37. A	38. B	39. C	40. B

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTOS**MOTORISTA DE CAMINHÃO**

01. B	02. C	03. D	04. A	05. B	06. C	07. D	08. C	09. B	10. A
11. A	12. C	13. B	14. A	15. D	16. C	17. B	18. C	19. D	20. A
21. D	22. C	23. C	24. A	25. B	26. D	27. A	28. B	29. D	30. B
31. C	32. A	33. B	34. D	35. B	36. A	37. D	38. B	39. N	40. C

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTOS
(CADASTRO RESERVA)****AGENTE ADMINISTRATIVO**

01. C	02. B	03. B	04. B	05. D	06. C	07. A	08. C	09. A	10. B
11. A	12. C	13. D	14. B	15. B	16. N	17. B	18. D	19. C	20. D
21. C	22. A	23. A	24. D	25. A	26. B	27. A	28. B	29. B	30. B
31. B	32. B	33. D	34. B	35. A	36. C	37. D	38. D	39. N	40. D

Rio do Sul, 05 de Janeiro de 2016.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA PROVA ESCRITA CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 02/2015

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A PROVA ESCRITA**1. QUESTÕES COMUNS PARA CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL COM PROVA ESPECÍFICA****Questão nº 01:**

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. O gabarito está apontando justamente a alternativa "B" como correta.

Questão nº 10:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A mesóclise empregada na letra "C" está correta, pois foi usada a segunda pessoa do discurso, no caso, "tu". A incorreta é a letra "A", pois jamais começamos uma oração com pronome oblíquo átono. LUFT, Celso P. Moderna gramática brasileira: edição revista e atualizada. São Paulo: Globo, 2012.

Questão nº 13:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Recurso sem nenhuma fundamentação. Questão elaborada de forma correta. Dos municípios relacionados na questão somente Ituporanga não se limita com Rio do Sul.

2. QUESTÕES PARA CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL SEM PROVA ESPECÍFICA**Questão nº 34:**

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Alice leu no primeiro dia: 20 páginas
No segundo dia: 25 páginas (20+5)
No terceiro dia: 30 páginas (as 25 do dia anterior mais 5)
E, por fim, no quarto dia: 35 páginas (as 30 do dia anterior mais 5)
Totalizando, 110 páginas (20 + 25 + 30 + 35 = 110).

3. QUESTÕES COMUNS PARA CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO**Questão nº 01:**

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Ela sente saudades dos que foram e de quem não se despediu direito. Por conseguinte, não viveu essa despedida, também sente saudades das coisas que deixou passar... novamente a autora faz referência ao que não viveu.

Questão nº 03:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. O enunciado fala sobre persuasão, ou seja, convencimento. Por esta razão, jamais seria a alternativa A, apesar de existir também a flexão MERGULHE, o modo subjuntivo indica uma ação hipotética, isto é, que pode ou não acontecer. Só poderia ser IMPERATIVO AFIRMATIVO, pois é o modo verbal que apresenta uma ordem.

Questão nº 05:

Seis candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Jamais seria a alternativa "C", pois no período: "..... passou por aqui", há o verbo "passou", indicando passado (pretérito perfeito do indicativo), então, como pontuam TODAS as gramáticas normativas, o verbo haver indica: existência ou tempo decorrido.

Questão nº 08:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A questão pede a utilização errônea dos porquês, o que se verifica apenas na questão "C", em que o porquê é antecedido de artigo e é, por esta razão, um substantivo, devendo ser grafado junto e com acento circunflexo. Jamais seria a alternativa D" como justifica o candidato, pois nesta alínea tal palavra é pronome relativo, pois pode ser substituído por "pelos quais". Esta explicação pode ser encontrada em qualquer gramática normativa.

Questão nº 10:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A questão não fala apenas de uma narrativa curta, mas de uma narrativa curta com um fato pitoresco e inserções do autor. O que configura o gênero como sendo uma crônica.

Questão nº 11:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta segundo o Art. 75 da Lei Orgânica Municipal.

Questão nº 13:

Cinco candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta Segundo Órgão Oficial AMAVI <http://www.amavi.org.br/resgate-patrimonio-historico&municipio=421480>

Questão nº 14:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta segundo todos os noticiários nacionais, somente Graça Foster como é chamada pela Imprensa Geral, ex-presidente da PETROBRAS não teve prisão preventiva na 17ª. Fase da Operação Lava Jato entre os todos os nomes relacionados.

Questão nº 15:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta. Petra Laszló foi a Repórter húngara que foi filmada atacando refugiados que tentavam escapar da polícia.

Questão nº 16:

Noventa e um candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos e a questão será ANULADA.

Questão nº 18:

Doze candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Do enunciado temos que 35 pessoas acertaram somente uma questão e que 23 pessoas acertaram somente a 1ª (31 menos 8 que acertaram as duas questões), ficamos com 35-23=12 pessoas que acertaram somente a 2ª questão. Logo, temos 23+8+12=43 entrevistados. Mas o problema ainda diz que 40 pessoas erraram a 2ª questão, então; das 20 (12 + 8) que acertaram, devemos descontar as 23 que já sabemos que erraram (pois acertaram somente a 1ª), ou seja 40-23=17. Portanto, o total de pessoas entrevistadas foi de 43+17=60.

Questão nº 19:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Pelo gráfico é possível determinar que o vértice da parábola tem ponto V(4, - 9). Utilizando a fórmula para calcular o Xv (-b/2a) temos:

$$y = x^2 - 8x + 7$$

$$a = 1$$

$$b = - 8$$

$c = 7$

$$Xv = -(-8)/2.1 = 8/2 = 4.$$

Com este cálculo, já era possível eliminar as demais opções. Há ainda outras formas para se chegar na opção correta.

Questão nº 20:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Na simbologia matemática, o sinal de (-) antecedendo o número, indica que se trata de um valor negativo.

4. QUESTÕES COMUNS PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

Questão nº 02:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Além do gabarito estar correto, o recurso não procede, pois no edital solicita-se conhecimento acerca de oração e período e sua construção. A questão acima trata de períodos compostos e orações absolutas.

Questão nº 03:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Além do gabarito estar correto, o recurso não procede, pois no edital solicita-se conhecimento acerca de oração e período e sua construção. A questão acima trata de períodos compostos e orações absolutas.

Questão nº 04:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Para ser polissíndeto o conectivo precisaria ser repetido mais de três vezes, apenas duas vezes deve ser caracterizado como repetição, tendo em vista que a função do polissíndeto é oferecer cadência melódica ao verso.

MEDEIROS, Rogério. O apelo das figuras de linguagem. São Paulo: Melhoramentos, 2011.

Questão nº 05:

Cinco candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A crase não é um acento, mas uma ocorrência, ou seja, é a junção de um artigo definido com uma preposição ou a junção de preposição com um pronome, em outras palavras, crase é morfologia e está prevista no edital. Quanto à palavra "incentivo" exigir o acento grave, indicador da crase, exigiria sim, caso o "a" estivesse no plural como novas; o que não ocorre.

SACCONI, Luiz A. Nossa gramática: teoria. São Paulo: Atual, 2013.

Questão nº 07:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. O edital é claro quando solicita o período e sua construção. Quanto ao recurso que diz que "aos ricos" é sujeito, equivoca-se o candidato, tendo em vista que o sujeito é simples e desinencial. Quem oferece, oferece algo a alguém, portanto, o fato de aparecer o "lhes" (pronome oblíquo átono) repete o objeto indireto.

SACCONI, Luiz A. Nossa gramática: teoria. São Paulo: Atual, 2013.

Questão nº 09:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A questão é clara, pois pede a identificação da alínea em que as duas palavras são formadas por derivação prefixal e sufixal, caso fosse para identificar uma prefixal e a outra sufixal, assim, ter-se-ia escrito: identifique a alínea em que uma palavra seja prefixal e a outra sufixal.

Nas palavras prefixais e sufixais os afixos aparecem simultaneamente.

SACCONI, Luiz A. Nossa gramática: teoria. São Paulo: Atual, 2013.

Questão nº 10:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A prova é de Língua Portuguesa e, neste idioma, soneto é uma composição poética de dois quartetos e dois tercetos. INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS de LEXICOGRÁFIA. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Questão nº 11:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta dentro dos conteúdos (história e Geografia Gerais) previstos no Edital 02/2015. O Recurso do segundo candidato, o conteúdo não está associado a referida questão.

Questão nº 12:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta. Alguns termos e afirmações de autores diferentes divergem em algumas situações sobre grandes períodos, geralmente arredondando para cima, em especial em sites da internet. A questão deve ser levada em consideração e analisada em todo o seu contexto, não apenas uma parte dela.

LEWIS, Bernard. O que Deu Errado no Oriente Médio? Editora: Zahar. Edição: 1 Ano: 2002.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_S%C3%ADria

<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2013/08/entenda-guerra-civil-da-siria.html>

<http://www.pedalnaestrada.com.br/pages.php?recid=467>

Questão nº 14:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta. As afirmações acima não reportam todas as ações e prisões relacionadas Operação Lava Jato, apenas partes delas.

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/09/joao-vaccari-neto-e-renato-duke-sao-condenados-na-lava-jato-4852716.html>

www.prpr.mpf.mp.br

Jornal Nacional – Rede Globo exibido dia 21.09.2015

[Veja.abril.com.br](http://veja.abril.com.br)

[Noticias.band.uol.com.br](http://noticias.band.uol.com.br)

Questão nº 15:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta dentro dos conteúdos previstos no Edital 02/2015 (geografia de Santa Catarina). Existem divergências entre autores em algumas afirmações em especial em datas, épocas e nomes regionais, por isso a questão deve ser analisada em todo o seu contexto.

OLIVEIRA, Rafael Dias. Geografia e História de Santa Catarina. Catetral.

CARRARO, Fernando. Geografia de Santa Catarina. Editora FTD

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Itaja%C3%AD-A%C3%A7u

<http://www.clicrbs.com.br/jornais/santa/html/especiais/rio/rio01.htm>

Questão nº 16:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. É uma questão que refere-se aos conjuntos numéricos. Teve-se atentar ao fato de que quando dizemos que 65 pessoas gostam de álgebra linear, isto não quer dizer que gostam APENAS de álgebra linear. Desta forma, temos:

10 gostam dessas três disciplinas

20 gostam de cálculo e álgebra linear, logo 10 (20-10) pessoas gostam APENAS de cálculo e álgebra linear.

30 gostam de geometria e cálculo, logo 20 (30-10) pessoas gostam APENAS de geometria e cálculo.

35 gostam de álgebra linear e geometria, logo 25 (35-10) pessoas gostam APENAS de álgebra linear e geometria.

Das 50 pessoas que gostam de cálculo, 10 (50-10-10-20) gostam

APENAS de cálculo.

Das 60 pessoas que gostam de geometria, 5 (60-10-20-25) gostam APENAS de geometria.

Das 65 pessoas que gostam de álgebra linear, 20 (65-10-10-25) gostam APENAS de álgebra linear.

Somando as pessoas que gostam das três disciplinas, com as que gostam de APENAS duas disciplinas, com as que gostam de apenas uma disciplina, temos: $10 + 10 + 20 + 25 + 10 + 5 + 20 = 100$. Que é o número de pessoas que participaram desta pesquisa. Assim, concluímos que todos os alunos gostam de ao menos uma das três disciplinas.

Questão nº 17:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Na primeira tentativa João poderá dispor de 10 dígitos para a tentativa.

Na segunda tentativa, ele terá apenas 9 dígitos, visto que um deles ele já acertou na primeira tentativa. Lembrando que os dígitos devem ser distintos.

Na terceira tentativa, haverá 8 dígitos a disposição.

E, por fim, na quarta tentativa, haverá 7 dígitos legíveis para a tentativa.

Multiplicando esses valores temos o número total de tentativas, $10 \times 9 \times 8 \times 7 = 5.040$ tentativas.

Questão nº 20:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Como a taxa é anual, devemos dividir por 4 para ter a taxa referente aos três meses. Assim, 14,4% dividido por 4 é igual a 3,6%.

Calculando 3,6% de 40.000,00, chegamos ao total de juros de 1.440,00. Somando este valor ao montante inicial, temos 41.440,00.

Maria deu 20% do valor total de entrada, se calcularmos 20% de 50.000,00, obtemos a quantia de 10.000,00. Abatendo este valor do valor inicial, sobram os 40.000,00 os quais ela quitará após três meses.

Há outras formas de resolução, porém o resultado obtido será o mesmo.

5. QUESTÕES ESPECÍFICAS:

5.1. ADVOGADO

Questão nº 27:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos e a questão será ANULADA.

Questão nº 28:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Alega o candidato que o tema "desapropriação" não foi objeto do edital.

Ocorre que o advogado público deve estar apto a tratar deste tema, posto que faz parte da rotina de trabalho dentro do Município.

Afora tal fato, o tema encontra-se sim previsto no edital, senão vejamos:

Advogado:

Direito Constitucional e Constituição Federal: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado. Da Organização dos Poderes. Da Tributação e do Orçamento. Da Ordem Econômica e Financeira. Da Ordem Social (Da Seguridade Social, Da Educação, Da Saúde, Da Assistência Social, Do Meio Ambiente, Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso). Direito Constitucional. Princípios Constitucionais. Controle de Constitucionalidade. Ação Popular. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança Individual e Coletivo. Mandado de Injunção. Direito Administrativo: Direito Administrativo e

Administração Pública Direta e Indireta. Atividade Administrativa. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Servidores Públicos. Licitações. Contratos Administrativos. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade do Agente Político. Serviços Públicos. Concessão e Permissão de Serviços Públicos. Parcerias Público Privadas. Controle da Administração Pública. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Desapropriação. Usucapião. Intervenção do Estado na Propriedade. Bens Públicos. Lei de Responsabilidade Fiscal. (..)

Não acato o recurso, posto que a questão está regular.

Questão nº 31:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos e a questão será ANULADA.

Questão nº 38:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Alegam ambos os candidatos recorrentes que a alternativa "a" também está incorreta, haja vista que o encontro casual do documento falso em poder de alguém não é suficiente para configurar o tipo penal, pois o núcleo é "fazer uso".

Ocorre que no que tange à tipicidade, o artigo 304 do Código Penal incrimina a conduta de "fazer uso" de qualquer dos papéis falsificados ou alterados a que se referem os artigos 297 a 302 do Código Penal.

O artigo 297 do Código Penal, por sua vez, dispõe acerca da falsificação de documento público. O bem jurídico protegido pelo crime de uso de documento falso é a fé pública, a confiança das pessoas nos documentos públicos e particulares. Trata-se de crime formal, que se consuma com a apresentação do documento, independente de resultado (TRF4, ACR 5000764-39.2012.404.7013, Rel. Des. Federal Sebastião Ogê Muniz, 7ª T., u., j. 16.12.2014).

Nesse contexto, fazer uso de Carteira Nacional de Habilitação falsa constitui o crime do artigo 304.

O fato de a exibição do documento ter sido exigência da autoridade policial, e não iniciativa do agente, não descaracteriza o crime, pois conforme maioria da jurisprudência, "essa é a forma normal de utilização de tais documentos" (STJ, RHC 22.663/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., u., j. 1º.4.2008; TRF4, ACR 5055819-14.2012.404.7000, Re. Des. Federal Sebastião Ogê Muniz, 7ª T., u., j. 10.6.2014; TRF4, ACR 5018783-89.2013.404.7100, Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto, 8ª T., u., j. 4.3.2015).

Dirigir veículo portando a Carteira Nacional de Habilitação falsificada já configura o delito, "uma vez que somente com esse documento está o motorista autorizado a dirigir" (STF, RE 117.810, Rel. Ministro Carlos Madeira, 2ª T., u., j. 28.2.1989).

E ainda, "configura-se o crime de uso de documento falso (CP, art. 304), quando o agente emprega o papel falsificado ou alterado para o fim que a lei exige. Assim, dirigir veículo, valendo-se de carteira de habilitação falsa" (STJ, RHC 2.082, Rel. Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, 6ª T., u., j. 4.8.1992).

Logo, o simples fato de levar consigo e, portanto, PORTAR a Carteira Nacional de Habilitação falsa, já importa em uso, pois, sem ela, não poderia o indivíduo dirigir o veículo.

Repita-se, "o porte do documento necessário para direção do veículo importa em uso" (STF, HC 70813, Rel. Ministro Paulo Brossard, 2ª T., u., j. 8.2.1994).

Nesse contexto, a alternativa "a" está correta.

Não acato o recurso, posto que a questão está regular.

Questão nº 39:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Assevera o candidato que a questão deve ser anulada, haja vista que a alternativa "b" pode ser enquadrada nos tipos penais previstos no Capítulo I do título XI do Código Penal.

Ocorre que o servidor que manda um subalterno fazer serviços particulares comete improbidade administrativa, pois segundo a Lei nº 8.429/92 art. 9, inciso IV: "Constitui ato de improbidade

administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e (...) IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;”

Complementando-se transcreve-se o art. 1º desta mesma lei: “Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.” Desse modo, se há tipificação clara e evidente na lei extravagante, aplica-se esta no lugar do Código Penal, contrariamente ao que alega o candidato.

Diante do exposto, a alternativa “b” está correta.

Não acato o recurso, posto que a questão está regular.

Questão nº 40:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. - Recurso proposto pela inscrição 115396 - Alega o candidato que a questão apresenta mais de uma alternativa incorreta, posto que a conduta descrita na alternativa “c” não caracteriza infração político-administrativa.

Ocorre que o Decreto-Lei nº 201/1967, em seu artigo 4º, dispõe que são “infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

(...) IX - Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;”

Logo, por expressar exatamente a letra da lei, a alternativa “c” está correta.

Não acato o recurso, posto que a questão está regular.

- Recurso proposto pela inscrição 108144 – Alega o candidato que a alternativa “a” também está incorreta, pois tratam de crimes julgados pelo juízo singular.

Vejam os: a alternativa “a” dispõe que o art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67 traz consignados nos seus 23 (vinte e três) incisos todos os crimes de responsabilidade do Prefeito e seus substitutos, os quais estão sujeitos ao julgamento pelo Poder Judiciário através de uma das Câmaras ou Turmas do Tribunal de Justiça do Estado (indicado pelo seu Regimento Interno), independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

O candidato alega que não serão as Câmaras ou Turmas do Tribunal de Justiça que julgarão os crimes de responsabilidade do Prefeito, mas “o juízo singular”.

Confundi, na verdade, os dispositivos da lei, pois o artigo 2º que embasa seu recurso dispõe que será utilizado o processo comum do juízo singular, e não o Juízo singular que fará o julgamento. Vejam os:

“Art. 2º O processo dos crimes definidos no artigo anterior é o comum do juízo singular, estabelecido pelo Código de Processo Penal, com as seguintes modificações: (...)”

Não acato o recurso, posto que a questão está regular.

5.2. AGENTE ADMINISTRATIVO

Questão nº 21:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta de acordo com o Código Tributário Nacional e o Art. 131 da CEF. A resposta letra C está correta, somente o item II é incorreto.

Questão nº 23:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Pregão não é uma modalidade de licitação previstas no Art. 22 da Lei 8.666/93, e sim na Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002 que Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Questão nº 24:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta de acordo com os princípios estabelecidos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Questão nº 25:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Um candidato alega que a alternativa correta é justamente a marcada no Gabarito Preliminar. Aos demais, a questão trazia algumas informações: “No Microsoft Word, com as configurações padrões e na linguagem Português-BR”. Com as características elencadas na questão, ao utilizar as teclas de atalho “Ctrl + S” a função a elas atribuída é Sublinhado.

Com as mesmas características elencadas, as teclas de atalho para salvar um documento são “Ctrl+B”.

Questão nº 29:

Oito candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão enquadra-se no conteúdo programático no item Power Point, a borda amarela ao redor do item D aparece no momento que você posiciona o cursor do Mouse em cima do botão e de forma alguma interfere a análise da questão, a função do botão da alternativa B é Inserir Objeto e não apenas Inserir Imagem, o fato das imagens estarem em preto e branco não interfere na análise entre o botão Inserir Imagem e Inserir Objeto, pois são bastantes diferentes conforme pode ser comparado abaixo.

Questão nº 31:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Um candidato apenas questiona se a definição da letra D está correta sem trazer argumentos que a desminta. Outro alega que um Firewall também permite que as informações transitem dependendo da configuração do Firewall. Isso ficou evidente na definição:

“É uma barreira de proteção que ajuda a bloquear o acesso de conteúdo malicioso, mas sem impedir que os dados que precisam transitar continuem fluindo;”

Questão nº 33:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta conforme o CTN - Lei nº 5.172 de 25 de Outubro de 1966 que Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Somente a letra D é incorreta, ou seja, não é um elemento básico do Fato Gerador de Tributos.

Questão nº 35:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta Sobre os Direitos e Deveres Constitucionais. Somente o item III é falso por afirmar que Proteger a natureza, Proteger o patrimônio público e social do País não são deveres de nossos cidadãos brasileiros, justamente o contrário previsto na Constituição.

Questão nº 37:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta de acordo com o Art. 30 da Constituição Federal Brasileira:

Questão nº 39:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

DEFERIDO: Questão elaborada de forma incorreta induzindo os candidatos ao erro. Portanto a questão será ANULADA.

5.3. ARQUITETO

Questão nº 24:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. O recurso da questão 24 sugere o uso inadequado do termo "compartilhamento" no item C, tornando-a uma alternativa incorreta e, portanto anulando a questão. Contudo, segundo o Dicionário de Sinônimos o termo "compartilhamento" pode ter o sentido de partilha (divisão, partilha, repartimento, reparte) e ou ação de repartir (distribuição, repartição, subdivisão).

Ao substituir o termo por seus sinônimos a compreensão da frase não é inviabilizada, conforme descrição abaixo:

· A divisão da cozinha deve possuir área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados), com dimensão mínima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros) e altura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

· A distribuição da cozinha deve possuir área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados), com dimensão mínima de 1,60m (um metro e sessenta centímetros) e altura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

Do mesmo modo, o significado da frase permanece o mesmo com o uso do termo "compartilhamento", sendo possível compreender que o objeto de análise da questão são as dimensões da cozinha.

5.4. ASSISTENTE SOCIAL

Questão nº 22:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão nº 22 não deve ser anulada, pois a questão correta está devidamente coerente com a legislação citada, pois o complemento "... e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos" apenas complementa a ação principal que é a vigilância socioassistencial as famílias, bem como podem ocorrer outras situações que não estão especificadas na Lei, mas esta envolto a linha principal da lei, que é a capacidade protetiva da família. Portanto, não existe motivo plausível para a sua anulação.

Questão nº 25:

Sete candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A questão nº 25 não deve ser anulada, pois a questão da alternativa "D" não influencia a resposta correta, que é a letra "C". Sendo que nem a assertiva III está correta, pois a gestão do trabalho do SUAS não trabalha com questões da área da saúde, políticas e economia, e como não existe alternativa "V", este item não poderia ser a correta e assim não dificulta a compreensão da questão. Portanto, não existe motivo plausível para a sua anulação.

Questão nº 27:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão nº 27 não deve ser anulada, pois a questão da alternativa "C", em que o nome da cidade de Brasília possui erro de digitação não influencia a resposta correta, que é a letra "B", pois o assistente social só pode exercer suas atividades no Estado a qual possui o seu registro profissional, caso contrário ele estará ilegal. Sendo, que apenas faltou a letra "a", e mesmo assim dá para compreender que se trata da Cidade de Brasília. Portanto, não existe motivo plausível para a sua anulação.

Questão nº 29:

Seis candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. Esta questão nº 29 deve ser alterada seu Gabarito para a letra "D", pois na primeira assertiva que trata das expressões da questão social, possui duas questões sociais e não suas expressões, como a Saúde e a Habitação, sendo falsa tal alternativa. Alterando assim, o gabarito da resposta que estava errado. Portanto, não existe motivo plausível para a sua anulação e sim para a alteração do Gabarito da Resposta, para a Letra "D".

Questão nº 33:

Dez candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A questão nº33 traz uma interpretação da lei Maria da Penha e não a lei em si. Neste sentido, o texto apresentado no item "V" nos traz a expressão "O poder judiciário" a qual o Juiz é um dos integrantes do quadro do judiciário, e que possui o poder de julgar o mérito das questões. Portanto, está intrínseco na terminologia utilizada na assertiva ("O poder judiciário"), que é o Juiz que determinará o encaminhamento por prazo determinado, a inclusão da vítima de violência doméstica e familiar para inserção do cadastro nos programas das políticas sociais do governo federal, estadual e municipal. Mas, em contrapartida, na referida assertiva existe um erro de grafia, em que muda o sentido de interpretação da mesma, pois está escrito "[...] a inclusão da vítima de violência doméstica e familiar para isenção do cadastro nos programas [...]", que na verdade deveria estar escrito assim: ([...]a inclusão da vítima de violência doméstica e familiar para inserção do cadastro nos programas [...]), pois não é a dispensa do cadastro nos programas, e sim a inclusão da vítima de violência domestica nos cadastros dos programas sociais. Assim, não existe alternativa correta. Portanto, por este ensejo, a questão será ANULADA.

Questão nº 38:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A questão nº 38 deve ser anulada, pois realmente possui erro de interpretação conceitual na questão do item "IV", prejudicando o resultado da questão. Portanto a questão será ANULADA.

Questão nº 40:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A questão nº 38 não deve ser anulada, pois segundo o DECRETO Nº 4.227, DE 13 DE MAIO DE 2002, que cria o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, e dá outras providências. Aponta claramente que as Características comuns dos Conselhos dos Direitos e Gestores de Políticas são:

- Devem ter poder deliberativo. O fato de serem reconhecidos e de haver legislação que lhes dá poder não basta para que os conselhos sejam realmente deliberativos. Para ser reconhecido e valorizado, o conselho precisa ter legitimidade tanto na definição de sua composição como na capacidade de interlocução entre seus integrantes. Isso, porém, pode ser um processo longo, que envolve capacitação técnica e política, pois os membros do conselho devem ser capazes de apresentar propostas e de estabelecer alianças, informando e mobilizando os setores sociais que representam.
- Devem levar em consideração as reivindicações dos diversos grupos sociais e atuar na implementação e controle dessas políticas.
- Devem ser criados por iniciativa do executivo ou, em caso de omissão deste, por uma ação civil pública. A via judicial deve ser uma alternativa para casos extremos. A negociação política é sempre desejável para que o conselho a ser criado nasça baseado na cooperação e não no dissenso.
- Devem ser representativos de legítimas instituições atuantes nos segmentos ligados à área de atuação do conselho.
- Devem ser compostos de forma paritária por representantes do governo e da sociedade. O estabelecimento da paridade vai depender da área temática, dos representantes e também da história, democrática e participativa ou não, que levou à construção do conselho.
- Devem dispor de fundos para financiar políticas específicas. Os recursos para o funcionamento dos conselhos devem ser assegurados

no orçamento federal, do estado ou do município.
Portanto, não existe motivo plausível para a sua anulação.

5.5. CIRURGIÃO DENTISTA

Questão nº 21:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. Questão ambígua e requer ANULAÇÃO.

Questão nº 22:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. É importante que o candidato atenha-se ao objetivo da questão em si, sem procurar pretextos para justificar alguma dificuldade ou carência de interpretação. Diversas literaturas trazem ainda o Glânglio de Gasser como nomenclatura, além de que, em nada justifica que as demais estruturas constantes nas demais alternativas induzam ao erro. A alternativa correta permanece a Letra "D" sem alteração.

Questão nº 23:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. O exame "Tempo de Sangramento" ainda está em uso e é utilizado como indicador de alterações quantitativas e qualitativas das plaquetas. Em indivíduos portadores de trombostenia de Glanzmann, uremia ou síndromes mieloproliferativas ainda é um exame efetivo para identificação de déficit plaquetário. Com relação aos exames citados pelo recorrente, independente destes, é inquestionável que o AAS é um antiplaquetário importante e que em doses elevadas pode levar inclusive a graves hemorragias digestivas, hemofilia, etc. A Dipirona, somente em casos de uso excessivo acarreta disfunção plaquetária condiderável. Aí entra o exame de "Tempo de Sangramento", pois este é sensível apenas para casos de alterações significativas das plaquetas. Portanto a questão permanece sem alterações.

Questão nº 24:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. O álcool inibe a gliconeogênese por inibição dos hormônios contra-reguladores, da redução na captação de precursores metabólicos e da inibição da oxidação de lactato e glutamato no fígado e rins. Ou seja, o álcool é um hipoglicemiantes, logo, sua associação com substâncias hipoglicemiantes potencializa o efeito, não necessitamos ir longe para saber que um indivíduo portador de diabetes não deve ingerir álcool para não ter efeitos potencializados das medicações utilizadas, sejam as insulinas ou metformina.

Questão nº 26:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. Por ausência de alternativa correta, a questão será ANULADA.

Questão nº 29:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. É um equívoco fazer uma prova sem direcionar as perguntas ao cargo, seria inclusive absurdo que o candidato não reconhecesse que a questão se refere à odontologia, justo que a o cargo é para odontólogo. O recurso é infundado.

Questão nº 30:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. A questão trás que este controle está no nível de prevenção sim, porém pergunta qual o tipo de prevenção. Neste caso é específica, pois a promoção que consta na alternativa "B", se dá por diversos fatores, comportamentais, sociais, econômicos, etc. sendo muito mais abrangente e não estando vinculada apenas ao controle de iodização do sal e da fluoretação da água.

Questão nº 31:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. A questão requer ALTERAÇÃO DE GABARITO para a

letra "A".

Questão nº 32:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. A questão requer ALTERAÇÃO DE GABARITO para a letra "B".

Questão nº 36:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. Por duas alternativas poderem ser consideradas corretas, a questão será ANULADA.

Questão nº 37:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. Segundo Egg (2012, p. 56) "Age com imprudência o profissional que adota condutas precipitadas, impulsivas e sem as cautelas necessárias."

EGG, Rosiane Follador Rocha. Ética nas Organizações. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

Ou seja, o odontólogo que confia demais em procedimento arriscado, não mede as consequências oriundas do procedimento ou realiza procedimentos invasivos desnecessários que podem acarretar consequências indesejáveis.

Questão nº 39:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. Por erro de digitação na alternativa correta a questão será ANULADA.

Questão nº 40:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO: Questão elaborada de forma correta. Os estreptococos são agentes causais da endocardite bacteriana. Em nenhum momento se afirmou que era o único agente causador e não foi citados outros agentes causadores para confundir os candidatos. Portanto a única alternativa correta relacionada na questão é a Letra C.

5.6. CONTADOR

Questão nº 27:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. A banca atende as razões do recorrente e a questão será ANULADA.

Veja o que diz a NBC T 16.2:

"PATRIMÔNIO PÚBLICO

3. Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações."

5.7. DESENHISTA

Questão nº 23:

Oito candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. A questão deve ser ANULADA por possui duas alternativas iguais.

Questão nº 24:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. Triângulos escalenos possuem três lados diferentes independente de seus ângulos.

Questão nº 31:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. Copiar não cria circunferências e arcos concêntricos a um já existente.

Questão nº 33:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. O formato existe e é utilizado para web e redes sem ter a necessidade de ter um programa Autocad instalado.

Questão nº 34:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A cumeeira é a terça mais alta e está localizada entre dois panos.

Questão nº 35:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. O tirante esta sujeito a esforços de tração na tesoura.

Questão nº 38:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A escala foi dada e é possível se chegar ao resultado correto, não foi perguntado quanto a ser de redução ou ampliação.

5.8. EDUCADOR SOCIAL

Questão nº 22:

Dez candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidato e a questão será ANULADA.

Questão nº 25:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não há ambiguidade na questão, tendo em vista que o enunciado é bem explícito: "em toda rede (SUS)", não apenas em âmbito municipal. Caracteriza-se por reconhecer a necessidade da implementação do processo de respostas às complexas questões que envolvem a atenção à saúde das pessoas com deficiência em uma perspectiva geral.

Questão nº 29:

Sete candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Caso os candidatos transformassem todas as suas justificativas em três palavras, teria: economia, saúde e previdência, com exceção de uma referência usada que é do Estado de São Paulo.

Questão nº 31:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não podem as medidas de semiliberdade e de internação estrita ser incluídas quando o juiz concede remissão, somente podem ser aplicadas por sentença após instrução processual, de acordo com o que dispõe o art. 127 do ECA.

Questão nº 33:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Como o próprio candidato apresentou, a previsão de subsídio financeiro não existe no que tange à assistência social.

Questão nº 38:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não há ambiguidade para a promoção de confusão semântica, tendo em vista que não é função do Conselho Municipal de Assistência Social corrigir o Plano de Municipal de Assistência Social, o conselho poderá pontuar ajustes, mas nunca será o responsável pela mudança.

5.9. ENFERMEIRO

Questão nº 23:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A candidata recorrente alega que a alternativa correta é justamente a marcada no gabarito provisório, alternativa "B".

Questão nº 25:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. De acordo com o Caderno de Atenção Básica nº 34, (2013, p. 101):

Discutir crise requer considerar vários elementos que perpassam pelas dimensões da clínica, da cultura, das histórias singulares dos sujeitos e dos recursos disponíveis no seu contexto familiar e social. A atenção à crise está associada prioritariamente à oferta de uma atenção longitudinal nos contextos de vida das pessoas. Contudo, alguns pressupostos devem ser considerados como norteadores para fundamentar a organização da rede na perspectiva de acolher, abordar e cuidar de pessoas em situação de crise no território:

- Evitar a internação psiquiátrica e sustentar o usuário no seu contexto de vida com o apoio da Rede de Atenção Psicossocial (Raps).
- Potencializar e qualificar todos os pontos da Rede de Atenção Psicossocial para desenvolver intervenção nas situações de urgência/emergência e no cuidado longitudinal.
- A exclusão de hospital psiquiátrico do circuito assistencial, anulando a oferta de leitos e a valorização da existência de serviços de urgência e emergência psiquiátrica nesta instituição.
- A internação precisa ser considerada como último recurso e quando necessária, como instrumento do Projeto Terapêutico Singular (PTS) e não como resposta a uma situação específica. Devendo também, quando necessário, ser realizada prioritariamente nos Caps, com a lógica do acolhimento integral, e nos hospitais gerais de forma articulada com a rede.

BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde Mental, Caderno de Atenção Básica nº 34. Secretaria de atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministérios da Saúde, 2013.

É indiscutível que a fonte do Ministério da Saúde, autoridade sanitária maior, trás a alternativa B como correta, logo evitar a internação é algo necessário para desinstitucionalizar a saúde mental, portanto, a incentivar vai contra os preceitos de abordagem do indivíduo com transtorno mental.

Questão nº 26:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Há um equívoco no recurso de uma das candidatas. É importante que o candidato atenha-se com cuidado ao entrar com um recurso e interprete a questão de forma eficiente. Referenciar um recurso significa justificar a resposta e não apenas um conceito utilizado no questionamento. É importante ressaltar que nem toda criança que tem dificuldade de aprendizado, tem transtorno mental, logo, a dificuldade de aprendizado desta criança não é uma consequência. Na situação em que o manejo desta dificuldade não é realizado de forma correta, e aí entram diversos fatores, essa dificuldade torna-se um fator de risco para diversos transtornos mentais menores e maiores.

Outra candidata argumenta que a única alternativa correta da questão é a alternativa "B", justamente a apontada no Gabarito Provisório.

Questão nº 27:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão refere-se ao único fator protetor que NÃO é social. "São fatores protetores vinculados ao domínio social, exceto: portanto, é lógico que a letra A, B, e D são fatores protetores sociais e apenas D é um fator protetor psicológico.

O profissional da enfermagem deve ter domínio de forma geral a todas as áreas, incluindo a área de saúde mental que conta no ementário do edital. O Caderno de Atenção Básica nº 34 trás esse conteúdo como norteador a TODO profissional da saúde. O Ministério da Saúde é autoridade sanitária maior e julga necessário que

o profissional de enfermagem tenha o mínimo de conhecimento interpretativo dos fatores de risco e de proteção para a saúde mental de crianças e adolescentes.

A questão refere-se ao único fator protetor que NÃO é social. "São fatores protetores vinculados ao domínio social, exceto:" portanto, é lógico que a letra A, B, e D são fatores protetores sociais e apenas D é um fator protetor psicológico.

Ver página 107 do Caderno de Atenção Básica nº 34.

BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde Mental, Caderno de Atenção Básica nº 34. Secretaria de atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministérios da Saúde, 2013.

Questão nº 29:

Vinte candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos e a questão será ANULADA.

Questão nº 30:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Segundo a Portaria Nº 2.488, De 21 De Outubro De 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Anexo I, Disposições Gerais Sobre a Atenção Básica e dos Princípios e Diretrizes Gerais da Atenção Básica, das Atribuições específicas do Enfermeiro:

I -realizar atenção a saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços;

III - realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;

IV - planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe;

V - contribuir, participar, e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe; e VI - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

Além de que mesmo a banca estando amparada por esta Portaria, é viável ainda explicitar o trecho "conforme protocolo" constante na alternativa.

Questão nº 34:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. De acordo com a ANVISA a solução de hipoclorito por concentração de uso para limpeza e desinfecção é de 0,02% a 1,0% à critério da instituição. Ver próprio anexo.

Questão nº 35:

Onze candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos e a questão será ANULADA.

Questão nº 36:

Sete candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos

e a questão será ANULADA.

5.10. ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Questão nº 21:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Fundamentação do candidato:

"A clonagem de plantas pode ser entendido, também, como o ato de plantar por estacas. O enraizamento de estacas de Eucalyptus tem sido a técnica de multiplicação vegetativa mais utilizada para a propagação clonal de árvores selecionadas. Dessa maneira acredito que as alternativas "A" e "D" estejam corretas pois qualquer plantio através de estacas é um clone."

Parecer:

Não procede a solicitação do candidato. A afirmativa que faz em sua fundamentação é correta: "qualquer plantio através de estacas é um clone". Porém, não foi isso que se perguntou na questão 21. A questão pedia para apontar qual técnica de produção de mudas foi desenvolvida para resolver o problema de baixa produção de sementes do Eucalyptus dunni. A alternativa "a" citada pelo candidato não é adotada. Foi criada de forma fictícia para testar os conhecimentos dos candidatos. A clonagem induzida de mudas selecionadas seria possível biologicamente, mas tecnicamente seria inviável e não é adotada. Produzir a muda para depois produzir cones seria lento, caríssimo, e agronomicamente atentaria contra o princípio básico da produção de mudas de qualquer espécie vegetal que a é possibilidade da produção em larga escala. A questão foi elaborada justamente com o texto apresentado na fundamentação do candidato onde a resposta é bem explicitada no primeiro parágrafo do subtítulo "Produção de Mudas Via Propagação Vegetativa" apresentado a seguir:

"A propagação vegetativa através de estacas enraizadas está sendo largamente utilizada por diversas companhias florestais, devido aos altos ganhos genéticos obtidos em curto espaço de tempo, tanto em volume quanto em qualidade da madeira. Esta técnica é também utilizada na propagação de espécies com baixa oferta de sementes melhoradas ou que produzam pouca quantidade de sementes. Entre estas podemos citar o E. dunni que tanto na Austrália como no Brasil, produz sementes em quantidades diminutas..." Portanto, a resposta correta é a letra "D".

Questão nº 32:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. A questão requer ANULAÇÃO.

5.11. ENGENHEIRO CIVIL

Questão nº 21:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Na questão não se escreveu "erro na reprodução de escalas". Com o uso de escala errônea, as quantidades referentes se modificam devido a que através da escala se representa a realidade. Não aplica a contestação. A questão se mantém.

Questão nº 22:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. É parte do conhecimento Estrutural que está no edital.

Questão nº 27:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não se aplica. Esse método é utilizado no país.

Questão nº 38:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Não se aplica. O engenheiro precisa saber sobre o desenvolvimento das cidades e onde obter essas informações dentro do município. A questão se mantém.

5.12. ENGENHEIRO FLORESTAL

Questão nº 37:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não procede a solicitação do candidato com relação a questão 37. A citação dos nomes científicos não é obrigatória. Neste caso não faria sentido, pois a árvore símbolo de uma cidade, estado, ou nação deve ser conhecida pela população em geral. A maioria das pessoas não é versada na linguagem científica. Além disso, os nomes comuns utilizados na alternativa correta (imbuia) e nas alternativas erradas (figueira, cedro-rosa e araucária) são de domínio comum. São árvores muito diferentes entre si e os nomes não permitem a mínima confusão entre as mesmas. Se fosse colocado somente o nome científico tornaria a questão mais difícil. Se colocasse o nome comum e o nome científico não contribuiria muito para o acerto, pelo contrário. O nome científico das quatro árvores citadas não tem qualquer relação com Santa Catarina, não facilitando o acerto da questão. Se fosse o caso da canela-preta (*Ocotea catharinensis*), então poderia haver indução ao erro. Mas não utilizamos esta árvore como alternativa.

A imbuia (*Ocotea porosa*) também ocorre no Mato Grosso do Sul e talvez seja a mesma citada pelo candidato. Todavia, o fato de uma planta ocorrer em um estado não significa que não possa ser árvore símbolo de outro. A araucária é o símbolo do Paraná, mas é endêmica em vários estados brasileiros.

A questão visava testar o conhecimento a respeito da importância das árvores na cultura de um povo ou nação, indo muito além da simples exploração econômica.

Portanto, a opção correta da questão é a letra "B".

Questão nº 39:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. Procede a solicitação do candidato com relação a questão 39. A questão deve ser anulada. A resposta da letra "a" conforme estabelece o gabarito é correta. Todavia, o candidato pode ter razão ao afirmar que através da lei citada também é possível "regulamentar" a proteção das margens dos rios em função dos módulos fiscais.

Na verdade, os novos artigos introduzidos pela lei 16.342/2014 versam sobre "Regularização" e não "Regulamentação". Ou seja, a lei permite regularizar situações de uso ilegal das margens de rios através do uso referencial de módulos fiscais para incluir ou excluir as propriedades rurais. Mesmo que na linguagem jurídica estas palavras não tenham o mesmo significado (regularizar x regulamentar), na linguagem popular são usadas como sinônimos o que justifica a possibilidade de confusão e embasa a anulação da questão.

Quanto a outra possibilidade ventilada pelo candidato (de que a alternativa "b" poderia estar certa) afirmamos que a mesma não procede. O CAR – Cadastro Ambiental Rural foi "criado" por lei federal e apenas "regulamentado" por lei estadual para aplicação em Santa Catarina.

Portanto a questão deve ser ANULADA.

5.13. FARMACÊUTICO

Questão nº 26:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segue abaixo as definições do termo "biodisponibilidade" utilizados na literatura farmacêutica internacional e órgãos regulatórios, assim como na 5ª edição da farmacopéia brasileira:

"Bioavailability is a term that indicates measurement of both the rate of drug absorption and total amount (extent) of drug that reaches the general circulation from an administered dosage form."¹

"Bioavailability means the rate and extent to which the active ingredient or active moiety is absorbed from a drug product and becomes available at the site of action. For drug products that are not intended to be absorbed into the bloodstream, bioavailability may be assessed by measurements intended to reflect the rate and extent to which the active ingredient or active moiety becomes available at the site of action."²

"Oral bioavailability of a drug is a measure of the rate and extent of the drug reaching the systemic circulation and is a key parameter that affects its efficacy and adverse effects."³

"Bioavailability means the rate and extent to which the active ingredient or active moiety is absorbed from a drug product and becomes available at the site of action."⁴

"Indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo em uma forma de dosagem, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou sua excreção na urina."⁵

"Indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo em uma forma de dosagem, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou sua excreção na urina."⁶

Diante do exposto, fica evidenciado que a alternativa "D" é a única correta para a questão 26.

Referências:

1. LOYD V., ALLEN, et al. Remington: the science and practice of pharmacy. 22 nd ed. London: Pharmaceutical Press, 2012.
2. SHARGEL, L.; YU, A.B.C. Applied biopharmaceutics and pharmacokinetics. 4th ed. Stamford: Appleton & Lange, 2004.
3. LI, XIAOLING; HU, MING. Oral Bioavailability: Basic Principles, Advanced Concepts, and Applications. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011.
4. FOOD AND DRUG ADMINISTRATION. Guidance for Industry Bioavailability and Bioequivalence Studies Submitted in NDAs or INDs: General Considerations. 2014. Disponível em: <<http://www.fda.gov/downloads/drugs/guidancecomplianceregulatoryinformation/guidances/ucm389370.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2015.
5. ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Glossário. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Medicamentos/Assunto+de+Interesse/Glossario/Biodisponibilidade>>. Acesso em: 14 dez. 2015.
6. ANVISA. AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Farmacopeia Brasileira, volume 1. 5ª Ed. Brasília, 2010.

Questão nº 28:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A candidata fundamenta seu recurso na análise de minimização de custos, enquanto a questão se refere à farmacoeconomia que é um conceito mais amplo, baseado em custo-benefício e custo-efetividade. A seleção de um medicamento simplesmente pelo custo de aquisição, sem levar em conta sua efetividade clínica, perfil de efeitos adversos e bioequivalência, não vai ao encontro do raciocínio farmacoeconômico, embora seja o princípio da minimização de custos.

Portanto, a alternativa "B" é a correta para a questão 28.

5.14. FISCAL DO MEIO AMBIENTE

Questão nº 21:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Não procede a solicitação da candidata. O assunto se relaciona com o assunto "Saneamento Básico" que é bastante amplo, incluindo a questão das zoonoses (doenças transmitidas por animais), limpeza pública, esgoto, etc. Todos estes temas estão abordados na questão. A pergunta e as possíveis respostas não abordam a doença, ou o agente causal, em si, mas a forma de disseminação, que tem tudo a ver com Saneamento Básico.

Questão nº 22:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Não precede a solicitação da candidata, pois a questão está relacionada com o assunto Saneamento Básico, que é muito amplo. O lixo é um tema integrante do Saneamento Básico e a questão 22 não faz referência específica a uma determinada lei. A pergunta questiona de forma genérica ("legislação brasileira") as

responsabilidades sobre os diversos tipos de lixo. O entendimento é que qualquer pessoa que atue na área ambiental, e de maneira mais específica, com Saneamento Básico, conheça, pelo menos de forma genérica, as responsabilidades públicas e privadas sobre o lixo.

O assunto do lixo é tão relacionado com Saneamento Básico que recentemente cada município aprovou o seu Plano Municipal de Saneamento Básico, no qual as questões relacionadas com o lixo obrigatoriamente foram incluídas, atendendo a legislação federal. O tema é relacionado com Saneamento Básico e a resposta correta é a "C".

Questão nº 34:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não procede a solicitação das candidatas. É corrente a interpretação por parte dos Tribunais Superiores que a gestão do abastecimento de água e esgotamento sanitário é de responsabilidade do município. Na expressa enumeração das competências municipais, a Constituição Federal aponta ser de competência dos Municípios "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local" (Art. 30, V), bem como "legislar sobre assuntos de interesse local" (Art. 30, I).

E o serviço público de tratamento de esgoto e saneamento, fundamental serviço de natureza sanitária e de repercussão na saúde pública e no meio ambiente, é serviço público de predominante interesse local, conforme consenso histórico que já se firmou no tema.

E a realidade também mostra isso, pois em muitos casos são os municípios, que assumindo esta prerrogativa, administram os serviços de água e esgoto diretamente através dos chamados SAMAEs. Ou então, fazem a concessão para empresas privadas ou a CASAN, como é o caso de muitos municípios de Santa Catarina. Todavia, mesmo na vigência da concessão, a responsabilidade de organizar e prestar o serviço (gerenciar) continua sendo dos Municípios. Portanto, a resposta correta é a letra "A".

Questão nº 37:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não procede a solicitação da candidata. O assunto se relaciona com o assunto "Saneamento Básico" que é bastante amplo, incluindo a questão das zoonoses (doenças transmitidas por animais), limpeza pública, esgoto, etc. Todos estes temas estão abordados na questão. A pergunta e as possíveis respostas não abordam a doença, ou o agente causal em si, mas a forma de disseminação, que tem tudo a ver com Saneamento Básico. Abaixo reproduzimos o conceito de Saneamento Básico dado pelo site Wikipédia, no qual fica claro que o tema compreende a questão dos agentes patogênicos e a saúde pública.

Saneamento básico é a atividade relacionada com o abastecimento de água potável, o manejo de água pluvial, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e o controle de pragas e qualquer tipo de agente patogênico, visando à saúde das comunidades.

5.15. FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Questão nº 24:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A questão assinala a existência de especificação para cada caso e nas alternativas incorretas não aparece nenhum dos casos mencionados na fundamentação o que não causaria ou não deveria causar nenhuma dúvida. A pergunta é válida.

Questão nº 39:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Para fazer a ampliação ou reforma de um imóvel deverá em primeiro momento fazer um reconhecimento do estado estrutural geral e a questão da fissura é um conhecimento básico para isso. Não deverá ser anulada a questão.

Questão nº 40:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Fiscalização é o termo que define esse aspecto no campo mais amplo, e a vistoria tem especificidades que não aparecem no enunciado da questão. Não aplica a solicitude.

5.16. FISCAL DE TRIBUTOS

Questão nº 24:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. DEFERIDO. O gabarito será alterado para alternativa "D".

Veja o enunciado da questão:

"(...) sempre que for constatado o não cumprimento de obrigação tributária acessória, será lavrado auto de infração, o qual terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido por processo eletrônico, sem rasuras ou emendas, e conterá:"

"Data da obrigação tributária acessória"

Segundo o Código Tributário do Município de Rio do Sul/SC:

"Art. 148 - Sempre que for constatado o não cumprimento de obrigação tributária acessória, será lavrado auto de infração.

Art. 149 - O auto de infração terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido por processo eletrônico, sem rasuras ou emendas, e conterá:

I - nome, domicílio tributário ou endereço e número da inscrição do autuado;

II - descrição clara e precisa do fato que se alegue infração, com referência às circunstâncias pertinentes e indicação do local onde se verificou;

III - capitulação do fato, mediante citação expressa do dispositivo legal dado como infringido, e sua respectiva penalidade;

IV - data da emissão e assinatura do autuante;

V - intimação para pagamento ou contestação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;

VI - a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto idôneo, ou registro, pelo notificante, das razões que a impediram." A expressão "Data da obrigação tributária acessória", PODERÁ estar contida no item II, do artigo 149, do CT do Município de Rio do Sul/SC, uma vez que a questão não exigiu os termos exatos da lei.

Questão nº 40:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Veja o enunciado da questão:

"O CTN – Código Tributário Nacional dispõe que o lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa."

"Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de:"

A questão refere-se ao prazo de HOMOLOGAÇÃO (Artigo 150, § 4º - CTN):

"§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito."

Desta forma, através da Delimitação da legislação aplicável, a interpretação da Lei é bem clara.

5.17. FISCAL DO PROCON

Questão nº 21:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas e a questão será ANULADA.

A omissão da expressão "Sempre que possível" (CF/1988 – Artigo 145, § 1º), atribuindo exclusivamente carácter pessoal aos IMPOSTOS.

Questão nº 22:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas e a questão será

ANULADA.

A expressão "só", estabelece (delimita) única opção de o servidor público estável perder o cargo, o que é incorreto.

5.18. FONOAUDIÓLOGO

Questão nº 22:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. JUSTIFICATIVA: Sabe-se que são encontradas diversas definições de sinais e sintomas de afasia sendo compostas por diferentes características, para tanto, cada profissional fonoaudiólogo opta por seguir uma opção teórica que defina e defenda cada característica para os sinais e sintomas dentro da afasia, conforme suas convicções profissionais. Os referidos autores mencionados pelos candidatos neste recurso, são destaques da área da fonoaudiologia, porém, a definição para Ecolalia como incapacidade de compreender e responder imediatamente e voluntariamente é uma afirmação de Cardoso et al (2009).

Para Cardoso et al (2009) os sinais e sintomas da afasia são definidos da seguinte maneira:

- Mutismo: profunda alteração da comunicação;
- Estereotipias: é a produção de fonemas, palavras, expressões ou frases de modo automático, inconsciente e sem valor proposital;
- Anomia: falha na seleção do nome diante de objetos e estímulos;
- Parafasia: é a troca de uma palavra por outra;
- Neologismo: troca de todos os fonemas que formam as palavras;
- Agramatismo: dificuldade na estruturação de frases (verbos, substantivo);
- Jargão: produção vocal sem significação;
- Ecolalia: incapacidade de compreender e responder imediatamente e voluntariamente;
- Distúrbio de leitura e escrita (Alexia e Agrafia);
- Bradilalia: lentidão no ritmo de fala e na entonação.

Por tanto, tal definição está correta para os autores mencionados nessa questão. REFERÊNCIA: CARDOSO, M.C.deA.F.; FERREIRA, G.deF.; FERREIRA, G.deF.; FARIAS, N.C.; FERNANDES, V. A. Convivendo com sequelas neurológicas manual de cuidados: disfagias orofaríngeas, afasia. São José dos Campos: Pulso, 2009. cap. 2. p. 19-21.

Questão nº 30:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. JUSTIFICATIVA: Altmann et al (2005 apud PIAGET; INHELDR, 1978, p.137; HOLLE, 1979, 254p.; CORIAT, 1977, 182p.) afirma que a criança com seis meses começa a utilizar o polegar e o indicador para preensão (pinça), assim como, consideram por etapas do desenvolvimento neuropsicomotor para a criança com seis meses: diminuição dos reflexos de busca e sucção; tenta se arrastar; bom equilíbrio da cabeça; senta-se apoiando-se na mão; brinca com os pés; segura e/ou bate na mamadeira; reflexo de mordida e melhora a coordenação olho-mão. No entanto, a etapa de segura um objeto e larga o outro está compatível com o sétimo mês, nesse período também se observa as seguintes etapas do desenvolvimento neuropsicomotor: fica em pé com ajuda e salta ativamente; engatinha com os joelhos e as mãos no chão, com movimentos simultâneos de braços e pernas; eleva a cabeça em supino; movimento mastigatório no sentido vertical (para cima e para baixo) e procura objetos caídos observando o início do movimento (ALTMANN et al, 2005 apud PIAGET; INHELDR, 1978, p.137; HOLLE, 1979, 254p.; CORIAT, 1977, 182p.). REFERÊNCIA: PIAGET, J.; INHELDR, B. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p.137. HOLLE, B. Desenvolvimento motor na criança normal e retardada. São Paulo: Manole, 1979. 254p. CORIAT, L.F. Maturação psicomotora no primeiro ano de vida da criança. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977. 182p. ALTMANN, E.B.deC.; VAZ, A.C.N.; PAULA, M.B.S.Fde.; KHOURY, R.B.F. Tratamento precoce. In: ALTMANN, E.B.deC (Org.). Fissuras labiopalatinas. 4.ed. Barueri, SP: Pró-Fono, 2005. p.291-324.

Questão nº 34:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. JUSTIFICATIVA: Braga (20003) menciona a necessidade da efetivação dos seguintes procedimentos, determinados por Mueller III e Hall III (1998), para o processo de seleção e adaptação de próteses auditivas: assessoramento, planejamento, seleção, verificação e validação. Esses procedimentos compõem o processo de seleção e adaptação de próteses auditivas. Destaca-se que a alternativa B refere-se ao procedimento de verificação da prótese auditiva, realizado após o procedimento de seleção, no qual se define o tipo de adaptação (monoaural ou binaural), tipo de prótese auditiva e suas características eletroacústicas. Em seguida no procedimento de verificação se constata que as características selecionadas são adequadas às necessidades do paciente, tais como: acústica, aspectos estéticos, conforto auditivo e desempenho do AASI nas diversas situações em que o indivíduo se encontra durante o uso do mesmo. REFERÊNCIA: MUELLER III, H.G; HALL III, J.W. Audiologist's desk reference. San Diego: Singular; 1998. In: BRAGA, S.R.deS. Conhecimentos essenciais para atender em o paciente com prótese auditiva. _____ (Org.). São José dos Campos: Pulso, 2003. cap. I, p.12-13.

5.19. MÉDICO VETERINÁRIO

Questão nº 31:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A portaria/MAPA Nº11 de 26 de Janeiro de 2004 exclui SANTA CATARINA da OBRIGATORIEDADE de vacinação contra a BRUCELOSE.

Os órgãos mais suscetíveis, ou seja, aqueles de eleição para a infecção por Brucella sp. nos bovinos, são aqueles em que há maior disponibilidade de elementos necessários para seu metabolismo, dentre os quais destaca-se o eritritol presente no útero gravídico, tecidos mamários, osteoarticulares e órgãos do sistema reprodutivo masculino (PAULIN e FERREIRA NETO, 2003).

Questão nº 32:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A Erisipela de acordo com a lista da OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) não é doença de Notificação Obrigatória,

O PNSS (Programa Nacional de Sanidade Suídea) se concentra seus esforços nas doenças da lista da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que se caracterizam pelo grande poder de difusão, consequências econômicas ou sanitárias graves e repercussão no comércio internacional. Todo cidadão que suspeite da ocorrência de uma dessas doenças no território nacional é obrigado a comunicar imediatamente o fato ao serviço veterinário oficial.

As principais enfermidades presentes na lista que afetam os suínos são a peste suína clássica (PSC), a doença de Aujeszky (DA), a peste suína africana (PSA), a síndrome respiratória e reprodutiva suína (PRRS), a brucelose suína e a gastroenterite transmissível (TGE). <http://www.agricultura.gov.br/animal/sanidade-animal/programas/sanidade-suidea> - ESTRATÉGIAS.

A IN50 coloca a ERISIPELA de notificação MENSAL, porém de acordo com o PNSS as estratégias estão voltadas a lista de doenças de notificação compulsória as doenças da lista da OIE.

5.20. MOTORISTA

Questão nº 25:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO.

§ O artigo 29 do Código de Trânsito Brasileiro, em seu capítulo III e inciso VI dispõe que os veículos precedidos de batedores terão prioridade de passagem (entende-se direito, conferido ao tráfego de uma via, de ter a primazia de passagem nos cruzamentos com outras vias), respeitadas as demais normas de circulação. Tal prerrogativa é estendida apenas aos veículos destinados ao socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias, que de forma mais ampla, além de possuírem prioridade de passagem, gozam de livre circulação,

parada e estacionamento, conforme preceitua o inciso VII do mesmo capítulo.

§ Já o mesmo artigo e capítulo, em seu inciso VIII dispõe que os veículos prestadores de serviço de utilidade pública, quando em atendimento na via (entende-se quando imobilizados na via para realização do serviço ao qual se destinam), gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço...

De forma inequívoca, depreende-se que os veículos prestadores de serviços de utilidade pública não possuem prioridade de passagem, nem livre circulação, o que determinaria o direito de ter primazia de passagem, mas apenas livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, desde que devidamente sinalizados, com o dispositivo luminoso na cor amarelo âmbar, conforme Resolução do CONTRAN n. 268/08 (cujo artigo 3º, § 1º, estabelece quais os veículos que se enquadram como de utilidade pública).

☐ Sendo a letra "B" a única resposta correta para a questão, INDEFIRO o recurso em tela.

Questão nº 39:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. DEFERIDO. § Segundo o protocolo internacional e diretrizes da American Heart Association, na abordagem inicial à uma vítima de acidente de trânsito, o roteiro de prioridades no atendimento deve seguir a seguinte ordem: C (Circulação / Compressões Torácicas) – A (Abertura das Vias Aéreas) – B (Ventilação / Respiração). Tal abordagem encontra-se amparada na Guidelines CPR, publicada em 2010, recomendando a alteração na sequência de procedimentos de SBV (Suporte Básico de Vida), passando de A-B-C, para C-A-B.

☐ Sendo a letra "C" a única resposta correta para a questão, DEFIRO o recurso em tela. A questão deve ser ANULADA.

Questão nº 40:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. § A hemorragia interna, caracterizada pela laceração ou ruptura de vasos sanguíneos, com extravasamento do sangue para o interior do próprio organismo, é a mais difícil de ser diagnosticada e por esta razão os sinais externos devem ser acompanhados e controlados com muita atenção. Como o tema da questão não se propõe em abordar a classificação e gravidade das hemorragias por sua complexidade, considera-se como gerais e comuns os seguintes sintomas, segundo o Dr. Sérgio Carvalho e Silva (CRM SP 61235): Taquicardia/pulso fraco e rápido, palidez, sede e tontura (<http://www.drsergio.com.br/primeiros%20socorros/Hem3INT.html>). A agitação pode ocorrer em estágio hemorrágico mais avançado, levando a vítima ao choque descompensado com perda variando entre 30 e 50% de sangue, todavia, não existe o sintoma de EUFORIA (Entende-se como alegria excessiva e momentânea; exaltação) que consta da alternativa "b" da questão, o que a torna inválida.

☐ Sendo a letra "C" a única resposta correta para a questão, INDEFIRO o recurso em tela.

5.21. NUTRICIONISTA

Questão nº 21:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. Gabarito será ALTERADO para letra "C". Os candidatos trazem argumentação consistente, a alternativa correta deve ser considerada a alternativa "C" ao invés da alternativa "D". Respondendo aos pedidos de anulação da questão (feitos por 2, dos 4 candidatos), não pode ser deferido, uma vez que a alternativa "c" contempla os itens corretos.

Questão nº 22:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO, questão pode ser ANULADA (erro de digitação na alternativa "c" invalida a questão).

Questão nº 23:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas e a questão será ANULADA.

Questão nº 25:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO, mantem-se o gabarito.

O item I está incorreto pois glicemia de jejum > 125 mg/dL* é indicativo de Diabetes e não pré-diabetes (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2014/2015, pag.09), como descrito no item.

O item II está correto. A ausência da especificação "total ou parcial" não compromete a definição da doença.

O item IV está incorreto pois as recomendações para a ingestão de proteínas deve ser individualizado (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2014/2015, pag. 20 e 23) e não "ser superior a de um indivíduo saudável" como afirma o item, invalidando-o.

E ainda, a diretriz anterior (SBD, 2013/2014, pag. 19 e 22) afirma que as recomendações para a ingestão de proteínas deve compor a oferta de energia em 15% a 20%. Considerando as DRIs (Dietary Reference Intakes), no qual a AMDR (Acceptable Macronutrient Distribution Range (AMDR) é de 10-35%, o plano alimentar para indivíduos portadores de DM classifica-se como normoproteico. Invalidando o item novamente.

Questão nº 26:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO, mantem-se o gabarito

Segundo item do verdadeiro e falso:

A manutenção do equilíbrio hidroeletrólítico inclui a prevenção/tratamento de hipo ou hipercalcemia. A hipocalcemia, por exemplo, pode estar presente na Insuficiência Renal Aguda com poliúria, uma vez que pacientes com IRA são menos hábeis para regular o balanço hídrico, de sódio, potássio e outras substâncias, do que aqueles com IRC (Costa; Neto; Neto, 2003). Sendo então recomendado o aumento da ingestão deste mineral quando o paciente encontra-se na fase diurética (Martins et al., 2001; Maham; Kathleen; Raymond, 2009; Martins et al., 2013). Ou seja, o item se referia a IRA, estado no qual a anúria/oligúria ou poliúria são mais comuns, sendo as recomendações para IRC não aplicáveis.

E ainda, de acordo com a diretriz para Terapia Nutricional no Paciente com Injúria Renal Aguda, da Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral Sociedade Brasileira de Clínica Médica Associação Brasileira de Nutrologia (2011): Pacientes com IRA têm necessidades variadas e individualizadas de energia, líquido, eletrólitos e outros nutrientes, que dependem da fase da doença, do volume urinário, da presença de perdas por fístulas, drenos, sondas, queimaduras e outros, e do tempo de jejum.

Portanto, a utilização do termo "dieta rica" não inviabiliza a questão pois este termo é comumente utilizado para denominar dietas com valores aumentados de algum nutriente.

Referências:

Costa, J. A. C; Vieira Neto, O. M.; Moysés Neto, M. Insuficiência renal aguda. Simpósio: Urgências e Emergências Nefrológicas Médica, Ribeirão Preto. v. 36, p. 307-324, 2003.

Mahan, L. Kathleen e Janice L. Raymond. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 13. ed. São Paulo: editora Elsevier, Cap.36, p.927, 2013.

Martins, C. et al. Manual de Dietas Hospitalares. Curitiba: Nutroclínica, 2001, p. 278.

Martins, C. E.; Riella, M. C. Terapia Nutricional do Paciente Renal Crônico e Agudo. In: RIELLA, M.C. Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrólíticos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, Cap. 51, p. 939. 2010.

Questão nº 28:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Segundo o referencial "Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012." A Política Nacional de Alimentação e Nutrição está organizada, em diretrizes que abrangem o escopo da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde com foco na vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral de agravos relacionados à alimentação e nutrição; atividades, essas, integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção, tendo a atenção básica como ordenadora das ações. Dessa forma, sendo inconsistente a argumentação que o candidato traz em dizer que o conteúdo não está descrito no edital, uma vez que a política em questão faz referência ao Sistema Único de Saúde.

Questão nº 31:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. De acordo com a LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, no artigo 4º "A segurança alimentar e nutricional abrange: I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País." Ao ter clareza que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é órgão responsável por articular, acompanhar e monitorar a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entende-se que está estreitamente interligado com diversas atividades de nutrição em programas integrados de Saúde Pública.

Questão nº 32:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é um órgão colegiado instituído pelos estados, Distrito Federal e municípios, em suas respectivas jurisdições administrativas. O CAE possui caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento. O recurso é inconsistente ao afirmar que o item II está correto, pois o órgão é permanente e deliberativo, e não pontual e consultivo como descrito no item II. De acordo com os objetivos e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação e nutrição para grupos da população (crianças, adolescentes em idade escolar) e de desenvolver atividades de nutrição em programas integrados de Saúde Pública.

Questão nº 34:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Na prática clínica, a terapia nutricional é definida a partir das demandas nutricionais compatíveis com a fisiopatologia da doença, que pode exigir alteração da composição química da dieta e na textura para adaptações a limitações determinadas por

difficultades de deglutição (DOMENE, 2011). Dessa forma, sendo inconsistente a argumentação que o candidato traz em dizer que o conteúdo não está descrito no edital, uma vez que as características das dietas hospitalares fazem parte da terapia nutricional nas insuficiências orgânicas e condições clínicas especiais.

Questão nº 35:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A atividade e elaboração de cardápios requer reunião de conhecimentos de, entre outros, avaliação nutricional de coletividades e recomendações nutricionais. Assim, "considerando a atividade de planejamento de cardápios, o grupo é o conjunto de indivíduos que compartilham necessidades e recomendações nutricionais semelhantes; a mediana da distribuição dos valores de necessidade, que atende a 50% dos indivíduos saudáveis por sexo e estágio de vida, está identificada no protocolo pelo IOM como EAR" (DOMENE, 2011, pg. 204). Portanto, é inconsistente a argumentação que o candidato traz em dizer que o conteúdo não está descrito no edital.

Questão nº 36:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Dentre os objetivos do emprego dos métodos de cocção e preparo dos alimentos mencionados está inibir o crescimento de micro-organismos (DOMENE, 2011), como destacado com a palavra "principalmente" ao final da sentença. Neste sentido, a questão solicita análise das técnicas empregadas no processo que inclui o controle de contaminação de alimentos, sendo portanto inconsistente a argumentação que os candidatos trazem em dizer que o conteúdo não está descrito no edital.

Questão nº 37:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. DEFERIDO. O candidato traz argumentação consistente, ambas as alternativas podem ser consideradas corretas (alternativa "a" e alternativa "c"). Dessa forma, a questão será ANULADA.

Questão nº 38:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A Resolução RDC nº 216/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, tem como objetivo garantir as condições higiênicas-sanitárias do alimento preparado. Ou seja, a contaminação de alimentos é objeto central da resolução. Portanto, a questão não está dissociada do tópico sobre contaminação de alimentos, sendo inconsistente a argumentação que o candidato traz em dizer que o conteúdo não está descrito no edital.

Questão nº 40:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. O candidato argumenta que a questão correta é justamente a apontada no gabarito provisório – "A".

5.22. PSICÓLOGO

Questão nº 23:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO.

Inscrição 102927 - Todos nós ouvimos, lemos e empregamos muitas vezes a palavra personalidade. O enunciado da pergunta indaga que existem diferentes classificações para este termo, bem como diferentes autores discutindo sobre esta temática. Segundo Barros (1990, p.119) "Ernest Krestchmer, psiquiatra alemão, é o autor de uma teoria bastante conhecida, que divide as pessoas em tipos constitucionais, que o distingue de três tipos de corpo: Pícnico, leptosômico ou astênico e atlético." Segundo Ernest, resumidamente, classifica a personalidade nesses tipos. Se aprofundarmos o tema personalidade individualmente em cada autor, aparecerão outras subdivisões no que se refere à personalidade. Vale ressaltar, que

a questão não abarca toda a teoria de Ernest, mas o recorte dela. Inscrição 114994 - A resposta C está correta. Segundo Barros (1990, p.120): "Resumidamente, a contribuição final de seus estudos foi à classificação das personalidades em três tipos:

a) Os Viscerotônicos, indivíduos nos quais predominam as vísceras digestivas. A vida do viscerotônico parece ter sido organizada principalmente para servir a digestão.

b) Os somatotônicos, indivíduos nos quais predomina a estrutura de locomoção. No somatotônicos, a atividade dos músculos estriados parece ser predominante. Tais pessoas parecem viver principalmente para a expressão muscular, desejando acima de tudo agir com os músculos, deslocar-se com firmeza, conquistar.

c) Os cerebrotônicos, indivíduos nos quais predomina a atenção consciente, com certo tolhimento de outras atividades orgânicas, e de um certo grau de tensão geral da musculatura."

Questão nº 24:

Seis candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO.

Inscrição 102927 - Na questão 24 em relação a questão A, o hífen cedeu lugar ao E para enfatizar que o estágio impulsivo ocorre entre 0 a 3 meses, E o estágio emocional ocorre de 3 meses a 1 ano. Sendo assim, o período impulsivo-emocional ocorre no decorrer de 1 ano. Já na questão C, segundo Wallon (2010) o estágio Categórico ocorre entre a idade entre os 6 anos aos 11anos. Pesquisar: WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 208p.

Com relação à formulação da questão, a mesma é uma afirmação de que na teoria de Wallon o desenvolvimento da personalidade ocorre em cinco estágios. Cabe ao candidato identificar dentre as opções disponíveis qual estágio está de acordo com o referido autor.

Inscrição 110856 - O enunciado solicita indicar a alternativa correta. Sendo esta a letra A. Como confirma-se na referência Fontes, 2010. Pesquisar: WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 208p.

Inscrição 104997 - A alternativa A está correta. A alternativa B está incorreta no que diz respeito às idades. As idades do estágio da imitação e estágio da graça. A letra C está incorreta porque compreende a idade de 6 aos 11 anos, e não como está no enunciado, como 6 aos 12anos. E a letra D, a adolescência compreende a partir dos 11anos e não a partir dos 12 anos como diz o enunciado.

Inscrição 103375 - A questão confirma-se correta, pois os estágios estão diretamente correlacionados as idades das crianças. Portanto, não se pode conceber sem relacionar um ao outro. Pesquisar: WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 208p. pg. XVI.

Inscrição 103240 - A questão confirma-se correta, pois os estágios estão diretamente correlacionados as idades das crianças. Portanto, não se pode conceber sem relacionar um ao outro. Pesquisar: WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 208p.

Inscrição 112865 - Todas as alternativas procedem segundo os cinco estágios, porém as idades não estão correlacionadas ao estágio indicado nas alternativas. Pesquisar: WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 208p.

Questão nº 26:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO.

Inscrição 103240 - Quando nos encontramos em um grupo para realização de uma tarefa, ocorre uma série de fenômenos relacionais. Pesquisar: OSÓRIO, L. C. Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Artmed, 2003. 176p. pg.60

Inscrição 114994 - De acordo com OSÓRIO (2003, p.61) "O insight, como a própria etimologia da palavra anglo-saxônica sugere, é a possibilidade de o paciente ter uma visão (ou compreensão) do que se passa em seu mundo interno psíquico". Cabe lembrar que a obtenção de insight e a possibilidade de elaborar conflitos não é

exclusivamente do processo analítico, podendo ser obtida por meio de um exercício reflexivo pelo próprio indivíduo ou da intervenção compreensiva de membros de sua rede afetiva, embora isso ocorra mais raramente. Pesquisar em: OSÓRIO, L. C. Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Artmed, 2003. 176p.

Questão nº 27:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. É possível que as pessoas que integram um grupo possam exercer distintos papéis e trocarem suas experiências na produção de situações estressantes usuais, em diversos contextos. Mas considerando-se o autor citado no enunciado, entende-se que nesta questão a prática ocorreria na Educação. Uma vez que o referido autor desenvolveu sua teoria no contexto da Psicologia Educacional. Pesquisar em: OSÓRIO, L. C. Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Artmed, 2003. 176p.

Questão nº 29:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO.

Inscrição 102927 - A alternativa incorreta é a letra D. Pois Pichon-Riviere elaborou sua teoria a partir dos referenciais teóricos da psicanálise e da dinâmica de grupos. . Pesquisar em: OSÓRIO, L. C. Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Artmed, 2003. 176p.

Inscrição 103240 - A alternativa incorreta é a letra D. Pois Pichon-Riviere elaborou sua teoria a partir dos referenciais teóricos da psicanálise e da dinâmica de grupos. . Pesquisar em: OSÓRIO, L. C. Psicologia Grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Artmed, 2003. 176p.

Questão nº 30:

Seis candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos e a questão será ANULADA.

Questão nº 31:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Assunto está previsto no conteúdo programático e a referida questão está de acordo com a legislação vigente no momento na data de publicação do Edital.

Questão nº 32:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A referida questão está de acordo com a legislação vigente no momento na data de publicação do Edital.

Questão nº 33:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A alternativa B possui uma redundância, sendo que benefícios eventuais já compreende o auxílio funeral. Esta alternativa não prevê a transferência de renda. Portanto somente a letra C está correta. Verificar dados conforme o enunciado da pergunta PNAS/2004 e com LOAS.

Questão nº 34:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos e a questão será ANULADA.

Questão nº 36:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelo candidato e a questão será ANULADA.

5.23. PSICOPEDAGO

Questão nº 21:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. De acordo com Scoz (2011), o papel da Psicopedagogia no planejamento escolar é refletir sobre as ações pedagógicas e suas interferências no processo de aprendizagem do aluno. Neste momento, deve-se ter cuidado para que a reunião não se resume à execução de situações ditas pedagógicas e pautadas na mera reprodução de encontros anteriores. É importante que fique claro que, ao avaliar, o professor não deve prestar atenção somente no aluno e sim na aprendizagem e no universo em que ela se dá. Além disso, cabe ao Psicopedagogo inserir-se no universo escolar, compreendendo todo o contexto, suas agremiações, associações e conselhos.

SCOZ, B. Psicopedagogia e Realidade Escolar. Campinas: Vozes, 2011.

Questão nº 22:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria ensinagem e do sistema escolar (BOSSA, 2014, p 23).

Questão nº 28:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Gestalt ("forma", em alemão) faz alusão a um processo de dar forma, de configurar "o que é colocado diante dos olhos, exposto ao olhar": a palavra gestalt tem o significado de uma entidade concreta, individual e característica, que existe como algo destacado e que tem uma forma ou configuração como um de seus atributos.

A amplificação da percepção ou dos gestos não é "leitura do corpo". De acordo com a teoria gestáltica, não se pode ter conhecimento do "todo" por meio de suas partes, pois o todo é maior que a soma de suas partes: "(...) "A+B" não é simplesmente "(A+B)", mas sim, um terceiro elemento "C", que possui características próprias", compreendendo-se internamente as experiências.

Questão nº 34:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. A Psicopedagogia é a área do conhecimento que estuda como as pessoas constroem o conhecimento, concentra-se nos estudos referentes à aprendizagem escolar. Não em fazer intervenções, diagnósticos de distúrbios ou servir como complementação pedagógica, mas em buscar entender e auxiliar na construção cognitiva do saber.

BOSSA, Nádia Ap. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012.

5.24. TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Questão nº 23:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não procede a solicitação do candidato com relação a questão 23. O texto da questão foi elaborado em consonância com o "Manual de Adubação e Calagem para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina" da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo – Núcleo Regional Sul, disponível em:

http://www.sbcs-nrs.org.br/docs/manual_de_adubacao_2004_versao_internet.pdf

Aliás, o texto está totalmente idêntico a este Manual (páginas 30-35), que serve de referência para Engenheiros Agrônomos, Eng. Florestais, Técnicos Agrícolas e outros profissionais recomendarem

a retirada da amostra de solo, bem como, para a interpretação do laudo de análise laboratorial, no sul do Brasil. Sendo manual de rede oficial de laboratórios de solo, não cabe contestação.

Além disso, os textos apresentados pelo candidato não contestam a afirmação da questão:

"I - A pá-de-corte é a mais indicada para a amostragem de solo no sistema plantio direto, tanto em áreas com adubação a lanço como em linha."

Pelo contrário, o Sistema de Produção de Milho da Embrapa (Embrapa, 2010). http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho_5_ed/feramostra.htm Embrapa Milho e Sorgo Sistemas de Produção, 2 ISSN 1679-012X Versão Eletrônica - 5ª edição Set./2009 Acessado em 06/10/2015.) reforça esta afirmação: Abaixo do capítulo usado como referência pelo candidato na sua contestação, há um capítulo específico sobre retirada de amostra de solo em área de plantio direto. No texto fica claro a indicação da pá de corte como instrumento mais adequado para a retirada de amostra neste tipo de cultivo.

Abaixo o referido texto:

Amostragem de solos em áreas sob plantio direto

A variabilidade dos índices de fertilidade (fósforo, potássio, matéria orgânica, pH e índice SMP) no sistema plantio direto com adubação a lanço é similar ao sistema convencional. A variabilidade aumenta quando a adubação do sistema plantio direto é feita na linha de semeadura, sendo maior na fase de implantação (até 5 anos), em relação à fase estabelecida. Recomendações: de acordo com a SBSCS - NRS (1994).

1. Adubação a lanço: igual ao sistema convencional; amostragem ao acaso com trado ou pá de corte em 20 pontos da gleba. Fase de implantação (até 5 anos): amostrar com pá-de-corte, perpendicular ao sentido da linha, uma faixa correspondente à largura da entrelinha da cultura com maior espaçamento introduzida no último ano agrícola (se por exemplo, os dois cultivos da gleba foram soja e trigo, respectivamente, a largura de amostragem deve ser feita correspondente ao espaçamento da entrelinha da soja). Deve ser retirada uma fina fatia de solo (aproximadamente 5 cm) em 10 a 12 locais por gleba, para formar uma amostra composta. Fase estabelecida (mais de 5 anos), com adubação em linha: amostrar com pá-de-corte, perpendicular ao sentido da linha, uma faixa correspondente à largura da entrelinha da última cultura. Coletar 8 a 10 locais por gleba, para formar uma amostra composta.

2. Profundidade: no início do sistema, na implantação e por ocasião da próxima amostragem, que deve ocorrer ao término do terceiro cultivo, utilizar a mesma profundidade do sistema convencional (0 a 20 cm). Na amostragem seguinte, que deve ocorrer ao término do 6o cultivo, amostrar de 0 a 10 cm.

O outro texto apresentado pelo candidato – "Instruções para Coleta e Remessa de Amostras", do Laboratório de Ciência do Solo da ESALQ (<http://www.solos.esalq.usp.br/coleta.htm>), não faz qualquer referência ao plantio direto. Trata-se de recomendações válidas para sistemas convencionais de cultivo de plantas. Não é um texto específico, não podendo ser considerado. Além disso, é válido para as condições de São Paulo e outros estados do Sudeste que utilizam as recomendações da ESALQ.

Justificativa técnica:

Especialistas de solo que trabalham com plantio direto afirmam que a pá de corte é o equipamento de retirada de amostra de solo mais indicado para áreas com palhada na superfície. É que para as condições do sul do país, no plantio direto com o passar do tempo acumula-se na superfície uma camada considerável de matéria orgânica. Em regiões frias isto é mais intenso.

Na subsuperfície devido a intensa vida existente há muita matéria orgânica misturada ao solo. Raízes mortas de plantas e material infiltrado por organismos. Esta camada, por ter muita matéria orgânica na forma de fibras, deixa o solo fofo. Então ele não adere aos equipamentos como trados. Já com a retirada da amostra com a pá esta camada vai ser computada na análise. Deve-se raspar apenas a palha, ou seja, o material mais grosseiro na superfície, no

momento da retirada da amostra.

Portanto, a opção correta da questão é a letra "a": "Todas estão corretas".

Questão nº 35:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Não procede a solicitação do candidato com relação a questão 35. O texto da questão foi elaborado de acordo com a publicação "Cultivo de Arroz Irrigado no Brasil", da Embrapa – Sistema de produção n.3 (disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoBrasil/cap09.htm>)

Na realidade, o texto está totalmente idêntico a este Manual, como pode se ver na parte extraída e abaixo apresentada:

Pré-germinação das sementes

Hidratação: imersão das sementes (25 a 30 Kg) em água por 24 horas acondicionadas em embalagens de polipropileno trançado.

Incubação: após a hidratação as sementes são colocadas à sombra por 24 a 36 horas, dependendo da temperatura do ar. As sementes devem ser umedecidas sempre que for necessário. O coleótilo e radícula deverão atingir de 2 a 3 mm para o momento adequado da semeadura.

De toda forma, o texto da Epagri apresentado pelo candidato não é contraditório em relação a afirmação III da questão 35:

III - O coleótilo e radícula deverão atingir de 2 a 3 mm para o momento adequado da semeadura.

No texto da Epagri a medida apresentada para a estrutura embrionária (radícula + coleótilo) é de "em torno de 2 mm de comprimento". Ora, "2 a 3 mm" é uma medida que fica "em torno de 2 mm de comprimento". Portanto, estão literalmente de acordo.

Mas a questão não fez comparações entre medidas. Procura estabelecer uma medida mais ampla para determinar o ponto em que a semeadura deve ser feita. Até porque é necessário ter em conta que deve se considerar um intervalo, já que as sementes não estarão todas no mesmo ponto e o produtor não irá medir este comprimento, que é ínfimo. Muitas vezes, o produtor não consegue semear todas as sementes no momento mais adequado e algumas passam do ponto. Por isso, no caso do Manual da Embrapa, se estabelece um intervalo maior.

Justificativa técnica:

A questão foi elaborada colocando as afirmativas como uma sequência de operações que devem ser realizadas para a adoção, de forma correta, da técnica da pré-germinação de sementes de arroz.

O questionamento da afirmativa III é se a estrutura embrionária deve estar visível (sementes grelhadas) e com um determinado tamanho para a semeadura. O objetivo não foi exigir que o candidato soubesse uma medida exata, que por sinal, é mínima. Até porque a medida exata não existe.

Outros autores, abaixo apresentados, usam tamanhos variáveis para caracterizar que a germinação já iniciou e que é necessário fazer a semeadura. Todas são coerentes com aquelas apresentadas na questão 35. Os textos são:

1) "Cultivo de Arroz Irrigado no Tocantins" da Embrapa (disponível em http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoTocantins/sistema_plantio.htm)

2) "Arroz – Arvore do conhecimento" da Embrapa (disponível em <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/arroz/arvore/CON-T000fvaawaop102wyiv80166sqfjeljtno.html>)

Portanto, a opção correta da questão é a letra "a": "Todas estão corretas".

Questão nº 39:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Não procede a solicitação do candidato com relação a questão 39. O erro de digitação que identifica duas alternativas com a letra "c" não interfere no julgamento já que a alternativa

correta é a "b". Ainda assim, é facilmente dedutível que houve um erro gráfico e que a sequência é alfabética e lógica (aliás existente em todas as demais questões da prova: "a","b", "c" e "d").

Uma eventual confusão entre a terceira alternativa ("c") e a quarta (identificada, por erro gráfico, como "c", mas obviamente sendo "d", por ser esta a quarta letra do alfabeto) não interferiria na possibilidade de acerto da questão. Só o texto da opção "b" (APP – Área de Proteção Permanente) é compatível com enunciado da questão 39, que é um conceito apresentado por uma Lei Federal. Tanto o termo da terceira alternativa (Mata Ciliar) como o da quarta opção (RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural) são incompatíveis com o conceito estabelecido no enunciado da questão. Portanto, ainda que não houvesse o entendimento de que se tratava de erro de grafia, uma eventual confusão entre alternativas erradas não é uma boa justificativa para anular uma questão.

A resposta correta é a alternativa "b".

5.25. TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Questão nº 22:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. De acordo com o Ministério da Saúde, (2014, p. 86): "Administre a vacina em crianças menores de 2 anos no músculo vasto lateral da coxa e, nos maiores de 2 anos, no deltóide, considerando sua massa muscular, conforme orientação [...]".

Não se recomenda a região ventroglútea em crianças menores de 2 anos pela dificuldade de delimitação do local.

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Secretaria de Vigilância em saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Questão nº 26:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão número 26 trata da Rede de Frios e não da Vacina da contra o HPV, considerando, portanto, incoerente o recurso.

Questão nº 27:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Quando o médico realiza a prescrição médica e o aprazamento da medicação (neste caso o enfermeiro orienta os técnicos em enfermagem sobre o aprazamento) ele, o MÉDICO, quem decide a dose da medicação e jamais o técnico em enfermagem. Geralmente a prescrição vem por exemplo: "Dipirona 500mg EV 1 ampola se dor ou febre, 6/6h". O aprazamento desta medicação será: "SN (se necessário)". Portanto, se necessário, ou seja, em caso do paciente apresentar febre ou dor, o técnico irá administrar DE ACORDO COM A PRESCRIÇÃO MÉDICA, pois o técnico em enfermagem JAMAIS prescreve medicação, 1 ampola EV de dipirona 500mg de 6 em 6 horas.

Questão nº 35:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão número 35 trata de artigos não críticos e não de mucolíticos, considerando, portanto, incoerente o recurso.

Questão nº 37:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. Considerando o erro de digitação da palavra "Mucolíticos" para "Mucolínicos", observando que o candidato julgou ter sido prejudicado e ter sentido confusão na interpretação das alternativas, a questão será ANULADA.

5.26. TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Questão nº 27:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A imagem da alternativa B de fato existe no Power Point, porém com a função Inserir Objeto e não Inserir Imagem.

5.27. TÉCNICO EM SEGURANÇA NO TRABALHO

Questão nº 22:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada. DEFERIDO. Devido à formulação das respostas, deferem-se os pedidos dos candidatos devido a falta de inserção do contexto relativo ao objeto da pergunta, que tratava de acidentes de Trabalho, onde não ficou especificado na resposta que o funcionário terá estabilidade empregatícia quando ficar afastado recebendo benefício do INSS após 30 dias devido um acidente de trabalho, conforme artigos apresentado pelo candidato, podendo então ser considerado correto as questões "C" e "D" indo contra o Edital onde prevê que a questão pode ter apenas uma alternativa correta. Dessa forma a questão será ANULADA.

Questão nº 25:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Indeferem-se o pedido do candidato, levando em consideração que o Setor de Segurança do Trabalho, dentro do contexto da resposta, será o único responsável pela indicação correta dos EPI's que serão utilizados por uma empresa, conforme descrito na questão.

5.28. TURISMOLOGO

Questão nº 27:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Não deve ser anulada pois a alternativa "C" não esta completa, já que autenticidade e identidade são um dos princípios do Turismo Rural, no qual na alternativa C não apresenta.

Questão nº 30:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO.

Questão nº 31:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. No link <http://www.ituporanga.sc.gov.br/turismo/pontos-turisticos.html> do Município de Ituporanga, apresenta os respectivos pontos turísticos.

Questão nº 38:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Nesta questão não estamos mencionando qual a principal fonte de renda do Turismo Rural, e sim questionando sobre qual a denominação do serviço (entre as opções apresentadas) prestado no Projeto Acolhida na Colônia.

Questão nº 40:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO. Esta pergunta refere-se a cidade que realiza a Festa mais Alemã (em relação a cultura), e não a maior festa Alemã (em relação a grandiosidade). Conforme site da Prefeitura de Pomerode: <http://www.pomerode.sc.gov.br/EventosFestas.asp?lang=pt>

Rio do Sul, 05 de janeiro de 2016.

LEI 5.692

LEI Nº 5.692, de 14 de dezembro de 2015.

"ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 1.693, DE 05 DE JULHO DE 1982 E O ARTIGO 1º DA LEI Nº 5.631, DE 05 DE AGOSTO DE 2015".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Altera o artigo 1º, da Lei nº 1.693, de 05 de julho de 1982, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada de Rua Selesta Fronza, a rua sem nome, com início na Rua João Ledra, medindo 367,07 metros de comprimento e 12,00 metros de largura, localizada no bairro Taboão, conforme croqui parte integrante da presente Lei ". (NR)

Art. 2º- Altera o artigo 1º da Lei nº 5.631, de 05 de agosto de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada Rua Mário Alegri, a rua 'A' sem denominação do Loteamento Novo Horizonte, que inicia ao final da Rua Selesta Fronza, medindo 499,03 metros de extensão e 12,00 metros de largura, localizada no bairro Taboão, conforme croqui parte integrante da presente Lei." (NR)

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.634, de 25 de setembro de 1992.

GABINETE DO PREFEITO

14 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

NOTAS PROVISÓRIAS DA PROVA ESCRITA CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

Página 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 02/2015

NOTAS PROVISÓRIAS DA PROVA ESCRITA

* Estará disponível link para recurso contra a nota da prova escrita nos dia 06 e 07/01/2016 na área do candidato, disponível no sítio click.listaeditais.com.br

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA1.1. AGENTE ADMINISTRATIVO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	103276	Marlon Rubens Figueiredo	02/09/1980	18	5,40	9	1,80	5	1,00	5	1,00
2	115152	Anderson Eli Rodrigues	19/08/1985	17	5,10	9	1,80	5	1,00	3	0,60
3	108374	Andressa Soerger	14/04/1992	17	5,10	9	1,80	4	0,80	4	0,80
4	102962	Adriano Heitor Rosenbrock	30/05/1988	16	4,80	9	1,80	5	1,00	4	0,80
5	103910	Vinicius Fernandes Biff	27/01/1994	17	5,10	10	2,00	3	0,60	3	0,60
6	108873	Bruno Da Silva Ossemer	28/01/1993	17	5,10	7	1,40	5	1,00	4	0,80
7	113713	Odinei Farinea	25/09/1978	17	5,10	7	1,40	4	0,80	5	1,00
8	104645	Vanessa Eyekaufer	01/05/1991	17	5,10	7	1,40	4	0,80	5	1,00
9	109835	Lisiane Anderson Franca	19/10/1982	18	5,40	8	1,60	4	0,80	2	0,40
10	112324	Evandro Carlos Wetzstein	06/07/1990	18	5,40	8	1,60	3	0,60	3	0,60
11	103746	Morgana Milan	24/06/1994	18	5,40	8	1,60	3	0,60	3	0,60
12	108277	Ana Paula Bleyer Eberhardt	21/07/1981	16	4,80	9	1,80	3	0,60	5	1,00
13	113104	Dionísio Floriano	03/07/1969	20	6,00	6	1,20	2	0,40	2	0,40
14	104597	Rafael Pachter	23/03/1986	16	4,80	8	1,60	4	0,80	4	0,80
15	112304	Gabriel Kracheski	30/01/1995	16	4,80	8	1,60	4	0,80	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
16	110284	Emanuela Dolzan	12/03/1987	16	4,80	7	1,40	5	1,00	4	0,80
17	109567	Ricardo Dos Santos Noll	03/07/1993	17	5,10	7	1,40	4	0,80	3	0,60
18	115064	Pablo Vinicius Smanioto	29/01/1981	17	5,10	7	1,40	3	0,60	4	0,80
19	112968	Franciele Lippel	18/06/1992	15	4,50	9	1,80	4	0,80	4	0,80
20	111322	Jaeline Correia Da Costa	14/11/1993	18	5,40	8	1,60	4	0,80	0	0,00
21	107191	Adriana Iuncek Ramos	13/08/1986	18	5,40	7	1,40	4	0,80	1	0,20
22	111129	Rodrigo Dolzan	20/03/1986	18	5,40	7	1,40	3	0,60	2	0,40
23	112724	Alexandra Pereira Lemos	23/07/1979	18	5,40	6	1,20	4	0,80	2	0,40
24	103629	Gustavo Coelho Haase	30/11/1984	18	5,40	6	1,20	4	0,80	2	0,40
25	111659	Titus Guilherme Costa Porath	27/01/1988	16	4,80	8	1,60	5	1,00	2	0,40
26	112214	Maicon Diego Russi	24/04/1987	16	4,80	8	1,60	3	0,60	4	0,80
27	103982	Erikson Focchi	08/06/1994	16	4,80	6	1,20	5	1,00	4	0,80
28	115621	Vanessa Feliciano Ebert	01/06/1990	14	4,20	9	1,80	5	1,00	4	0,80
29	114226	Cristian Grein Bueno	14/09/1990	14	4,20	9	1,80	4	0,80	5	1,00
30	103159	Malia Cristina Ottani	10/01/1983	17	5,10	8	1,60	2	0,40	3	0,60
31	107068	Bruna Venturi	21/10/1988	17	5,10	7	1,40	4	0,80	2	0,40
32	108123	Rodrigo Nunes	07/06/1987	17	5,10	7	1,40	1	0,20	5	1,00
33	108784	Camila Laurindo	24/03/1994	17	5,10	6	1,20	4	0,80	3	0,60
34	102898	Lucas Fronza Da Silva	01/07/1995	15	4,50	9	1,80	5	1,00	2	0,40
35	104872	Liviane Gabriela Azevedo Siqueira	12/12/1985	15	4,50	9	1,80	4	0,80	3	0,60
36	104451	Liliane Silva Dos Santos	03/12/1981	15	4,50	8	1,60	4	0,80	4	0,80
37	109470	Delvan Araujo Da Silva	04/04/1988	16	4,80	9	1,80	4	0,80	1	0,20
38	113117	Anna Carolina Dalpiaz	24/10/1991	16	4,80	8	1,60	4	0,80	2	0,40
39	113771	Mario Daud Dos Santos Oliva	02/06/1982	16	4,80	7	1,40	5	1,00	2	0,40
40	108501	Dolores Holler	30/04/1959	16	4,80	7	1,40	4	0,80	3	0,60
41	112776	Simone Flandiani	18/07/1995	16	4,80	7	1,40	4	0,80	3	0,60
42	111104	Roberto Carlos De Souza	19/12/1995	16	4,80	6	1,20	5	1,00	3	0,60
43	103903	Jaine Cardoso	01/03/1991	14	4,20	9	1,80	4	0,80	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
44	110689	Pricila Venturi	27/08/1992	19	5,70	7	1,40	2	0,40	0	0,00
45	110278	Eduardo Felipe Alves	14/02/1989	17	5,10	7	1,40	4	0,80	1	0,20
46	112917	Francini Fabrício	12/09/1988	17	5,10	7	1,40	2	0,40	3	0,60
47	112183	Carlos Klohn	04/03/1985	17	5,10	6	1,20	4	0,80	2	0,40
48	110183	Allan Branco Dos Santos	31/03/1991	17	5,10	6	1,20	4	0,80	2	0,40
49	106342	Lucas Ramon Beiro	23/04/1992	17	5,10	6	1,20	4	0,80	2	0,40
50	110849	Jhonatan William Voltolini	17/02/1991	17	5,10	5	1,00	4	0,80	3	0,60
51	103032	Caroline Weise	24/10/1993	17	5,10	5	1,00	4	0,80	3	0,60
52	105130	Tamara Feltrin	16/09/1986	15	4,50	9	1,80	4	0,80	2	0,40
53	106024	Aline Franca	02/10/1994	15	4,50	9	1,80	4	0,80	2	0,40
54	104150	Diana Rückert	21/05/1986	15	4,50	9	1,80	2	0,40	4	0,80
55	114224	Marliesa Natali De Souza Moreira	25/12/1972	15	4,50	8	1,60	4	0,80	3	0,60
56	110707	Kamila De Abreu Ferreira	31/05/1987	15	4,50	8	1,60	4	0,80	3	0,60
57	104437	Graciele Aparecida Andrade	04/08/1984	15	4,50	8	1,60	3	0,60	4	0,80
58	103224	Lorena Klauberg	07/07/1992	15	4,50	7	1,40	4	0,80	4	0,80
59	102804	Jean Ricardo Rodrigues	01/02/1988	15	4,50	7	1,40	3	0,60	5	1,00
60	114608	Naime Ramos Da Silva	30/08/1977	16	4,80	8	1,60	4	0,80	1	0,20
61	115078	Deisi Cristina Becker	19/07/1988	16	4,80	8	1,60	4	0,80	1	0,20
62	115765	Catia Rosangela Metzger	26/03/1985	16	4,80	6	1,20	4	0,80	3	0,60
63	106734	Valquiria Boldrini	23/08/1989	16	4,80	6	1,20	4	0,80	3	0,60
64	110139	Romulo Da Rosa Ouriques	21/05/1987	16	4,80	5	1,00	5	1,00	3	0,60
65	111471	Dirceu Grah	10/04/1980	16	4,80	5	1,00	4	0,80	4	0,80
66	103708	Maurício Da Silva	12/03/1993	16	4,80	4	0,80	4	0,80	5	1,00
67	110767	Debora Idene Wecolovis	26/02/1983	14	4,20	9	1,80	4	0,80	3	0,60
68	109448	Alexandra Rafaela Bohn Lohmann	11/10/1987	14	4,20	9	1,80	4	0,80	3	0,60
69	115773	Angelica Pereira	19/06/1992	14	4,20	8	1,60	4	0,80	4	0,80
70	114963	Ana Carolina Souza Mendes	25/09/1991	14	4,20	8	1,60	3	0,60	5	1,00
71	104256	Lucas Stadnik Gaertner	17/11/1995	14	4,20	7	1,40	5	1,00	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
72	103300	Viviane De Farias	31/03/1996	14	4,20	7	1,40	5	1,00	4	0,80
73	114997	Daniela De Oliveira Tamanini	15/04/1992	17	5,10	7	1,40	3	0,60	1	0,20
74	110826	Helder Do Nascimento Bastos	30/11/1979	17	5,10	6	1,20	4	0,80	1	0,20
75	110868	Ivoneice Maria Pereira De Souza	23/01/1982	17	5,10	6	1,20	3	0,60	2	0,40
76	102866	Gisele Dos Santos	04/11/1986	17	5,10	6	1,20	3	0,60	2	0,40
77	102789	Soyara Dalsenter	28/01/1988	15	4,50	9	1,80	3	0,60	2	0,40
78	105548	Laura Moretti Heidtmann	29/07/1986	15	4,50	8	1,60	5	1,00	1	0,20
79	113295	Fabio Momm	20/01/1984	15	4,50	8	1,60	4	0,80	2	0,40
80	105420	Tainara Denise Dalpiatz	10/06/1988	15	4,50	8	1,60	4	0,80	2	0,40
81	104212	Larissa Regina Juttel Thiesen	14/07/1994	15	4,50	7	1,40	5	1,00	2	0,40
82	112689	Evelise Dall'agnol	17/04/1983	15	4,50	7	1,40	4	0,80	3	0,60
83	109328	Joao Devillart Brondi Dos Santos	29/03/1977	15	4,50	7	1,40	3	0,60	4	0,80
84	112671	Kelen Cristiane Pinto Soares Zazyki	23/01/1981	15	4,50	6	1,20	4	0,80	4	0,80
85	111484	Heriton Pereira Da Luz	10/08/1991	15	4,50	6	1,20	4	0,80	4	0,80
86	107023	Joao Carlos Rodrigues	08/04/1986	16	4,80	7	1,40	3	0,60	2	0,40
87	111468	Joao Antonio Laurindo	16/01/1993	16	4,80	6	1,20	4	0,80	2	0,40
88	110395	Daniell Efler	07/04/1985	16	4,80	6	1,20	3	0,60	3	0,60
89	109526	Angelica Gessi Rippel	26/06/1992	16	4,80	6	1,20	3	0,60	3	0,60
90	115107	Cezarino Inacio De Lima Filho	20/10/1961	16	4,80	5	1,00	4	0,80	3	0,60
91	111590	Cristiano Nunes Ferreira	25/04/1979	16	4,80	5	1,00	4	0,80	3	0,60
92	111476	Euler Neumann	04/11/1995	14	4,20	9	1,80	4	0,80	2	0,40
93	110844	Vanessa Correa Marcolino	05/08/1991	14	4,20	8	1,60	5	1,00	2	0,40
94	115256	Alexandre Thibes Rauen	20/12/1975	14	4,20	8	1,60	4	0,80	3	0,60
95	103503	Felipe Scharpf Mazzini	08/03/1997	14	4,20	8	1,60	4	0,80	3	0,60
96	110917	Vandrea Ricobom Teixeira	13/09/1970	14	4,20	7	1,40	5	1,00	3	0,60
97	110254	Selma Dos Santos	17/10/1969	14	4,20	6	1,20	4	0,80	5	1,00
98	110017	Fagner Scherer	20/04/1990	17	5,10	6	1,20	3	0,60	1	0,20
99	108535	Cristina Viana Jochem	05/09/1991	17	5,10	5	1,00	4	0,80	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
100	112997	Giovana Voss	21/04/1978	17	5,10	5	1,00	3	0,60	2	0,40
101	102846	Michele Cimardi	01/09/1981	17	5,10	5	1,00	3	0,60	2	0,40
102	115726	Cesar Henrique Mate	08/03/1994	15	4,50	9	1,80	4	0,80	0	0,00
103	112174	Hana Ione Lingner Horstmann	03/07/1997	15	4,50	8	1,60	4	0,80	1	0,20
104	115161	Rodrigo Fronza	04/09/1979	15	4,50	8	1,60	3	0,60	2	0,40
105	103516	Julia Weber	11/11/1991	15	4,50	8	1,60	3	0,60	2	0,40
106	114100	Fernanda Conti Cezar	24/04/1995	15	4,50	8	1,60	3	0,60	2	0,40
107	108243	Alessandra Ribeiro Oliveira Pedrosa	14/08/1987	15	4,50	7	1,40	5	1,00	1	0,20
108	115084	Ederson Cleiton Mahs	27/07/1984	15	4,50	7	1,40	4	0,80	2	0,40
109	103098	Andrey Ricardo Monteiro	03/12/1991	15	4,50	7	1,40	3	0,60	3	0,60
110	108113	Gustavo Vinicius Hoegen	10/10/1994	15	4,50	7	1,40	3	0,60	3	0,60
111	110608	Gilvanio Porto	27/04/1974	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60
112	103731	Juracir Deretti	23/09/1980	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60
113	110048	Navara Gemballa Buzzi	26/03/1988	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60
114	106014	Aline Rosa	17/07/1989	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60
115	106019	Julia Flor Silva Torton	30/05/1996	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60
116	114017	Thalita Trindade E Silva	26/07/1995	15	4,50	5	1,00	4	0,80	4	0,80
117	107380	Tairana Da Silva Figueira	22/10/1996	15	4,50	5	1,00	4	0,80	4	0,80
118	105058	Paulo Henrique Becker	24/10/1996	15	4,50	5	1,00	4	0,80	4	0,80
119	103909	Daniela Palma Silveira	20/01/1994	13	3,90	8	1,60	4	0,80	4	0,80
120	103258	Rodrigo Ribeiro Da Costa	18/03/1980	16	4,80	7	1,40	3	0,60	1	0,20
121	111834	Tiago Costa Biagio	06/11/1980	16	4,80	6	1,20	4	0,80	1	0,20
122	105946	Barbara Redel	09/02/1993	16	4,80	6	1,20	3	0,60	2	0,40
123	112387	Miguel Ortiz Hellmann	03/07/1997	16	4,80	6	1,20	3	0,60	2	0,40
124	110007	Mariane Malkowsky	23/02/1993	16	4,80	5	1,00	4	0,80	2	0,40
125	112465	Silvia Santos Zanelato	26/03/1993	16	4,80	5	1,00	4	0,80	2	0,40
126	111464	Julia Duarte	17/10/1994	16	4,80	5	1,00	4	0,80	2	0,40
127	111225	Jacson Ferreira Milhois De Souza	12/03/1980	16	4,80	5	1,00	3	0,60	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
128	104209	Taina Laurindo	29/11/1995	16	4,80	4	0,80	5	1,00	2	0,40
129	109010	Fernando Schmidt	29/12/1992	16	4,80	4	0,80	4	0,80	3	0,60
130	103007	Sandy Caetano Back	20/05/1994	14	4,20	9	1,80	2	0,40	3	0,60
131	103620	Jessica Suyan Cardoso	25/04/1992	14	4,20	8	1,60	4	0,80	2	0,40
132	104919	Vanessa Maria Bastos	22/01/1980	14	4,20	7	1,40	4	0,80	3	0,60
133	106248	Lazaro Luis Kustner	13/07/1990	14	4,20	7	1,40	4	0,80	3	0,60
134	109770	Patricia Eifer	04/04/1995	14	4,20	7	1,40	4	0,80	3	0,60
135	107458	Fernanda Campestrini Barni	05/08/1983	14	4,20	7	1,40	3	0,60	4	0,80
136	107026	Giuliano De Aquino Santos	04/03/1977	14	4,20	6	1,20	5	1,00	3	0,60
137	113381	Jonas Andre	31/01/1978	14	4,20	6	1,20	4	0,80	4	0,80
138	105261	Alana Machado Costa	20/12/1986	15	4,50	8	1,60	4	0,80	0	0,00
139	111682	Eduardo De Almeida	11/07/1994	15	4,50	8	1,60	2	0,40	2	0,40
140	114189	Rubia Cristina Neckel Domingos	02/07/1988	15	4,50	7	1,40	4	0,80	1	0,20
141	111442	Wilmar Cordeiro Junior	28/12/1982	15	4,50	6	1,20	4	0,80	2	0,40
142	113450	Eduardo Salamon	27/03/1972	15	4,50	6	1,20	3	0,60	3	0,60
143	109198	Thaisa Valerio	26/12/1982	15	4,50	6	1,20	3	0,60	3	0,60
144	114522	Gustavo Leandro Oliveira Schneider Da Silva	09/03/1976	15	4,50	5	1,00	5	1,00	2	0,40
145	111730	Elizandra Puchta Tavares	14/08/1977	15	4,50	5	1,00	4	0,80	3	0,60
146	107008	Thais Fernanda Goede	13/06/1994	15	4,50	5	1,00	4	0,80	3	0,60
147	103828	Milena Cristina Braga	28/02/1990	15	4,50	5	1,00	3	0,60	4	0,80
148	114370	Carlos Eduardo Weizstein	27/05/1992	15	4,50	5	1,00	3	0,60	4	0,80
149	105614	Jessica Stock	27/08/1992	15	4,50	5	1,00	3	0,60	4	0,80
150	105318	Aline Aparecida Knies Pinto	17/10/1993	15	4,50	4	0,80	5	1,00	3	0,60
151	107182	Daniela Ferreira Marques Ribas	21/06/1978	13	3,90	10	2,00	4	0,80	1	0,20
152	113981	Katerine Klauber Dolzan	01/08/1998	13	3,90	10	2,00	3	0,60	2	0,40
153	113011	Jennifer Aline Vieira Monteiro De Assis	09/11/1984	13	3,90	8	1,60	4	0,80	3	0,60
154	111076	Kauana Agatha Ledra Mattos	24/10/1985	13	3,90	8	1,60	4	0,80	3	0,60
155	112598	Willian Mateus Lehmann Ledra	08/05/1992	13	3,90	7	1,40	5	1,00	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
156	111789	Audrey Brascher Carneiro	28/08/1986	13	3,90	7	1,40	4	0,80	4	0,80
157	102769	Jessica Samara Henschel	09/02/1996	13	3,90	6	1,20	4	0,80	5	1,00
158	109459	Joice Da Silva Demetrio	25/12/1982	16	4,80	7	1,40	2	0,40	1	0,20
159	114223	Nicoli Voltolini Boni	13/06/1993	16	4,80	6	1,20	2	0,40	2	0,40
160	102744	Amanda Cristina Ferreira	16/01/1995	16	4,80	6	1,20	2	0,40	2	0,40
161	113444	Fabiana Staroski	14/05/1984	16	4,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40
162	104730	Nirlândia Hiansdt Coelho	29/06/1985	16	4,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40
163	104304	Julia Candido	27/06/1993	16	4,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40
164	107807	Caroline Gabriela Rosseti	22/06/1990	16	4,80	5	1,00	2	0,40	3	0,60
165	113225	Gabriela Irene Roberti	24/05/1995	16	4,80	4	0,80	4	0,80	2	0,40
166	113893	Bruna Letícia Lopes	11/07/1998	14	4,20	8	1,60	4	0,80	1	0,20
167	106671	Ana Maria Villarreal Zurita Duarte	27/06/1983	14	4,20	8	1,60	3	0,60	2	0,40
168	106063	Luana Priscila Brusque	21/10/1993	14	4,20	8	1,60	3	0,60	2	0,40
169	114595	Kelly Cristina Patel	15/12/1991	14	4,20	7	1,40	5	1,00	1	0,20
170	115837	Martina Hamann	20/11/1991	14	4,20	7	1,40	4	0,80	2	0,40
171	112300	Bruna Luiza Dreher	07/04/1992	14	4,20	7	1,40	4	0,80	2	0,40
172	104609	Pamela Agostini	24/03/1993	14	4,20	7	1,40	4	0,80	2	0,40
173	115325	Ana Paula Vieira Da Conceicao	11/07/1986	14	4,20	7	1,40	3	0,60	3	0,60
174	104131	Josiane Eyang Licheski	17/11/1986	14	4,20	7	1,40	3	0,60	3	0,60
175	105609	Thaysa Nayara Da Rosa	30/08/1991	14	4,20	7	1,40	3	0,60	3	0,60
176	105012	Jussanara Pereira Damaceno	14/10/1974	14	4,20	6	1,20	5	1,00	2	0,40
177	105903	Josias Geraldo Pinheiro	29/07/1980	14	4,20	6	1,20	4	0,80	3	0,60
178	108446	Jefferson Luiz Miguel	20/01/1984	14	4,20	6	1,20	4	0,80	3	0,60
179	112246	Marlou Cristine Neckel	17/08/1993	14	4,20	6	1,20	4	0,80	3	0,60
180	107351	Gabriel Lopes Godoy	24/03/1994	14	4,20	6	1,20	4	0,80	3	0,60
181	106805	Ricardo Carlos Silva	15/06/1983	14	4,20	5	1,00	4	0,80	4	0,80
182	110876	Carlos Eduardo Alves Santos	15/11/1991	14	4,20	5	1,00	4	0,80	4	0,80
183	104180	Schellen Alyka Machado	19/06/1992	14	4,20	5	1,00	4	0,80	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
184	106553	Michael Alexander Schweitzer	07/05/1987	12	3,60	10	2,00	4	0,80	2	0,40
185	113379	Ludgero Vinicius Pontel Alberton	08/05/1992	12	3,60	9	1,80	4	0,80	3	0,60
186	109025	Patricia Hasse Battisti	04/02/1984	15	4,50	7	1,40	2	0,40	2	0,40
187	115545	Rodrigo Reis Silveira	16/06/1991	15	4,50	6	1,20	4	0,80	1	0,20
188	109282	Joao Vitor Pereira	13/03/1995	15	4,50	6	1,20	4	0,80	1	0,20
189	111846	Lionete Aparecida Prates Dias	16/01/1969	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
190	115279	Rafael Busarello	08/04/1986	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
191	109678	Ana Paula Rodrigues De Souza	22/10/1992	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
192	104373	Lucelia Andresa Fachini	13/04/1993	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
193	103044	Natalia Andrade	15/12/1996	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
194	106381	Valmir Rubleski	01/02/1981	15	4,50	5	1,00	4	0,80	2	0,40
195	115149	Polyana Fabris Ribeiro	15/05/1985	15	4,50	5	1,00	3	0,60	3	0,60
196	114333	Rafael Darolt Strelow	27/08/1994	15	4,50	5	1,00	3	0,60	3	0,60
197	104813	Douglas Correia	13/08/1997	15	4,50	4	0,80	3	0,60	4	0,80
198	115714	Scheila Resendes	24/08/1988	15	4,50	3	0,60	4	0,80	4	0,80
199	107467	Denise Rosana Voltolini	27/03/1971	13	3,90	10	2,00	2	0,40	2	0,40
200	103833	Marcia Da Silva	10/02/1979	13	3,90	9	1,80	4	0,80	1	0,20
201	103001	Joisane Mara Schweitzer Baldo	26/05/1983	13	3,90	9	1,80	3	0,60	2	0,40
202	113128	Luciane Patricia Longen Cavilla	13/03/1979	13	3,90	8	1,60	5	1,00	1	0,20
203	110471	Gisele Pereira Pacheco De Souza	15/02/1981	13	3,90	8	1,60	4	0,80	2	0,40
204	114184	Jucilaine De Jesus	15/11/1991	13	3,90	8	1,60	4	0,80	2	0,40
205	107150	Claudia Maria Dalpiz Chiudini	18/03/1976	13	3,90	8	1,60	3	0,60	3	0,60
206	110831	Luiz Henrique Dutra Molino	26/10/1988	13	3,90	7	1,40	4	0,80	3	0,60
207	108854	Luiza Freitas Boeira	21/05/1998	13	3,90	7	1,40	4	0,80	3	0,60
208	104188	Lucia Ediles Lima Da Silva	11/07/1992	13	3,90	7	1,40	3	0,60	4	0,80
209	107927	Kamila Fernanda Bastos Miguel	25/09/1993	13	3,90	7	1,40	3	0,60	4	0,80
210	108833	Raquel Francini Lima Magio	02/06/1987	16	4,80	4	0,80	4	0,80	1	0,20
211	102807	Joao Batista Muller	06/08/1969	16	4,80	3	0,60	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
212	113202	Hauana Andrade Negherbon	04/10/1992	16	4,80	3	0,60	3	0,60	3	0,60
213	114373	Pedro Alex Portes Ferreira	07/08/1995	14	4,20	8	1,60	3	0,60	1	0,20
214	113307	Carlos Eduardo Xavier Ribas	18/09/1963	14	4,20	7	1,40	3	0,60	2	0,40
215	115772	Emanuel Monteiro Da Silva	08/11/1983	14	4,20	7	1,40	3	0,60	2	0,40
216	110173	Carolina Laurindo	07/02/1994	14	4,20	7	1,40	3	0,60	2	0,40
217	102949	Joice Daiane Paterno	25/05/1994	14	4,20	7	1,40	3	0,60	2	0,40
218	103843	Graciela Battisti	31/07/1995	14	4,20	7	1,40	3	0,60	2	0,40
219	114027	Analu Da Rosa Santos	27/12/1992	14	4,20	6	1,20	4	0,80	2	0,40
220	114316	Alan Iago Kistner	18/05/1994	14	4,20	6	1,20	4	0,80	2	0,40
221	106142	Luis Henrique Figueira De Oliveira	28/08/1995	14	4,20	6	1,20	4	0,80	2	0,40
222	103298	Rodrigo Nagel	26/06/1997	14	4,20	6	1,20	4	0,80	2	0,40
223	109876	Fabiane Terezinha Rosa	10/07/1987	14	4,20	6	1,20	3	0,60	3	0,60
224	113069	Jessica Cristina Dumes	10/10/1991	14	4,20	6	1,20	3	0,60	3	0,60
225	107846	Leandro Biz	12/07/1992	14	4,20	6	1,20	3	0,60	3	0,60
226	112934	Itamar Stedile	16/05/1969	14	4,20	5	1,00	4	0,80	3	0,60
227	105732	Jordan Tavares Borges Bomfim	13/05/1987	14	4,20	5	1,00	4	0,80	3	0,60
228	104861	Reinaldo Antonio Oscar Costa	24/11/1995	14	4,20	5	1,00	4	0,80	3	0,60
229	113900	Maria Luiza Ruck	01/09/1997	14	4,20	5	1,00	4	0,80	3	0,60
230	104006	Kathleen Katherine Rebolho	20/03/1996	14	4,20	5	1,00	3	0,60	4	0,80
231	111510	Daiane Cristina Feldmann Heinz	09/10/1992	12	3,60	10	2,00	4	0,80	1	0,20
232	109125	Osvanir Becker	19/10/1969	17	5,10	5	1,00	1	0,20	1	0,20
233	114999	Fabio Souza	18/12/1981	15	4,50	5	1,00	4	0,80	1	0,20
234	104672	Patricia Da Silva	15/08/1993	15	4,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
235	102841	Gracieli Zoz Stupp	28/07/1995	15	4,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
236	105268	Priscila Baldo	27/02/1990	15	4,50	5	1,00	2	0,40	3	0,60
237	108184	Carine Staudt	24/04/1993	15	4,50	5	1,00	2	0,40	3	0,60
238	104741	Angela Kuroski	03/03/1981	15	4,50	4	0,80	4	0,80	2	0,40
239	115570	Evelin Samara Tomaz	08/07/1992	15	4,50	4	0,80	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
240	113618	Andrini Koerich	07/08/1997	15	4,50	4	0,80	4	0,80	2	0,40
241	112531	Diego De Castro	26/09/1985	15	4,50	4	0,80	3	0,60	3	0,60
242	103768	Alessandra Goncalves	11/06/1995	15	4,50	4	0,80	3	0,60	3	0,60
243	113502	Raquel Röhrs	22/01/1996	13	3,90	8	1,60	4	0,80	1	0,20
244	105244	Luana Aparecida Hermann	09/10/1985	13	3,90	8	1,60	3	0,60	2	0,40
245	110859	Juliana Sebold	18/08/1984	13	3,90	7	1,40	4	0,80	2	0,40
246	109018	Adriano Battisti	23/07/1985	13	3,90	7	1,40	4	0,80	2	0,40
247	105006	Felipe Bogo Kalbusch	02/02/1993	13	3,90	7	1,40	4	0,80	2	0,40
248	111944	Jeniffer Cristine Krause	10/09/1995	13	3,90	7	1,40	4	0,80	2	0,40
249	106128	Rafaela Dalcanale Araujo	03/04/1997	13	3,90	7	1,40	4	0,80	2	0,40
250	104734	Katia Karla Zenke	10/09/1978	13	3,90	7	1,40	3	0,60	3	0,60
251	112144	Valdecir Moraes De Azevedo	04/04/1979	13	3,90	6	1,20	4	0,80	3	0,60
252	105163	Marlon Diego Albino De Oliveira	21/11/1986	13	3,90	6	1,20	4	0,80	3	0,60
253	108376	Sandra Regina Orlando	26/05/1988	13	3,90	6	1,20	4	0,80	3	0,60
254	103411	Charles Ronoverson Bachinski	09/03/1984	13	3,90	6	1,20	3	0,60	4	0,80
255	111945	Marcia De Souza	26/12/1993	13	3,90	6	1,20	3	0,60	4	0,80
256	113249	Eduardo Felipe Rezena Cosme	24/09/1988	13	3,90	5	1,00	4	0,80	4	0,80
257	112224	Patricia Elisangela Bogo	25/03/1982	11	3,30	9	1,80	4	0,80	3	0,60
258	113204	Edson Luiz Kramer Junior	25/01/1993	16	4,80	4	0,80	4	0,80	0	0,00
259	112011	Vinicius Da Silva	19/05/1997	16	4,80	4	0,80	3	0,60	1	0,20
260	115421	Ana Paula Hilleshein	05/01/1995	16	4,80	4	0,80	2	0,40	2	0,40
261	103148	Leandro Costa Teodoro	10/05/1991	16	4,80	3	0,60	4	0,80	1	0,20
262	114121	Fabiana Cosme Dos Santos	26/05/1986	14	4,20	8	1,60	1	0,20	2	0,40
263	103492	Gabriela Alessandra Gazeti	08/03/1995	14	4,20	7	1,40	3	0,60	1	0,20
264	111112	Alana Gabrieli Sborz	05/12/1994	14	4,20	6	1,20	4	0,80	1	0,20
265	113439	Heloisa Danieli Sborz	22/07/1996	14	4,20	6	1,20	4	0,80	1	0,20
266	109479	Isabela Finardi Luchtenberg	01/09/1996	14	4,20	6	1,20	4	0,80	1	0,20
267	110701	Sara Bernardes	08/08/1997	14	4,20	6	1,20	4	0,80	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
268	109656	Luciane Duarte Barcellos	13/06/1974	14	4,20	6	1,20	3	0,60	2	0,40
269	108201	Isabela Fischer Fronza	02/12/1993	14	4,20	6	1,20	3	0,60	2	0,40
270	106587	Eduardo Felipe Abelino	17/03/1994	14	4,20	5	1,00	5	1,00	1	0,20
271	112252	Valter Ricardo Trapp	02/12/1977	14	4,20	5	1,00	4	0,80	2	0,40
272	114646	Luciana Passing Pereira	20/08/1984	14	4,20	5	1,00	4	0,80	2	0,40
273	115829	Marcelo Goss Pessoa	17/10/1986	14	4,20	5	1,00	4	0,80	2	0,40
274	103949	Patricia Silva Natel	19/05/1991	14	4,20	5	1,00	4	0,80	2	0,40
275	113101	Vinicius Gil Saettini	08/11/1983	14	4,20	5	1,00	3	0,60	3	0,60
276	107220	Larissa Marzzani Weiss	29/09/1996	14	4,20	5	1,00	3	0,60	3	0,60
277	103119	Julianne Terezinha Marangoni	08/09/1989	14	4,20	5	1,00	2	0,40	4	0,80
278	108586	Monize Andrea Ruas	20/07/1982	14	4,20	4	0,80	4	0,80	3	0,60
279	106751	Aline Zeferino Goede	17/04/1988	14	4,20	4	0,80	4	0,80	3	0,60
280	115855	Jaqueline Schweder	11/06/1991	14	4,20	4	0,80	3	0,60	4	0,80
281	115213	Rafael Arconti Cagnini	18/11/1990	12	3,60	9	1,80	4	0,80	1	0,20
282	104294	Gabriela Carla Dalpiaz	03/04/1990	12	3,60	9	1,80	3	0,60	2	0,40
283	109557	Patricia Muniz	31/07/1980	12	3,60	8	1,60	3	0,60	3	0,60
284	105653	Izabella Namir Bonatto Costa	05/04/1984	12	3,60	7	1,40	5	1,00	2	0,40
285	115089	Rodrigo Artur Hank Macaneiro	12/09/1991	12	3,60	7	1,40	4	0,80	3	0,60
286	115510	Leandro Andre Dos Santos	06/01/1972	12	3,60	6	1,20	4	0,80	4	0,80
287	104850	Janice Paulo	23/11/1987	17	5,10	4	0,80	1	0,20	1	0,20
288	109552	Sandra Cristiane Iatzac	07/05/1974	15	4,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
289	104347	Dione Eduardo Muniz	20/08/1996	15	4,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
290	114006	Adriano Hames	12/05/1982	15	4,50	4	0,80	3	0,60	2	0,40
291	110190	Maíron Furtado	28/04/1985	15	4,50	3	0,60	4	0,80	2	0,40
292	111413	Cristiane Waldrich	02/06/1995	15	4,50	3	0,60	4	0,80	2	0,40
293	115388	Francielle Ribeiro Dos Santos	03/07/1989	13	3,90	8	1,60	3	0,60	1	0,20
294	108156	Monica Nazari	30/04/1992	13	3,90	8	1,60	2	0,40	2	0,40
295	105431	Tiago Stedile	02/04/1990	13	3,90	7	1,40	4	0,80	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
296	110129	Claudio Rocha Junior	12/09/1996	13	3,90	7	1,40	4	0,80	1	0,20
297	115755	Marilia Muller Torquet	02/10/1985	13	3,90	7	1,40	3	0,60	2	0,40
298	102844	Roseli Machado Malkowski	11/06/1978	13	3,90	6	1,20	4	0,80	2	0,40
299	110004	Scheila De Andrade	02/05/1979	13	3,90	6	1,20	4	0,80	2	0,40
300	113368	Juliano De Almeida Volpato	27/07/1991	13	3,90	6	1,20	4	0,80	2	0,40
301	104293	Anna Maass	23/12/1992	13	3,90	6	1,20	4	0,80	2	0,40
302	104782	Nathyllen Duarte Pacheco	24/10/1994	13	3,90	6	1,20	4	0,80	2	0,40
303	113853	Joel Fernandes	25/11/1966	13	3,90	6	1,20	3	0,60	3	0,60
304	108193	Jefferson Britzola	31/12/1980	13	3,90	6	1,20	3	0,60	3	0,60
305	110010	Franciane Malkowsky	10/05/1988	13	3,90	6	1,20	3	0,60	3	0,60
306	111059	Sulamita Batista Correa	11/06/1991	13	3,90	6	1,20	3	0,60	3	0,60
307	111775	Ketlyn Maira Costa Ribeiro	07/02/1993	13	3,90	6	1,20	3	0,60	3	0,60
308	115046	Talita Taina Fernandes	16/01/1994	13	3,90	6	1,20	3	0,60	3	0,60
309	112576	Daniela De Oliveira	30/07/1996	13	3,90	5	1,00	5	1,00	2	0,40
310	102835	Mariana Da Cunha	10/10/1992	13	3,90	5	1,00	4	0,80	3	0,60
311	114151	Huelinton Elias	16/05/1994	13	3,90	5	1,00	4	0,80	3	0,60
312	106436	Ketty Sebold Da Silva	12/02/1995	13	3,90	5	1,00	4	0,80	3	0,60
313	106556	Viviane Bondavali De Souza	15/08/1988	13	3,90	5	1,00	3	0,60	4	0,80
314	114122	Fernanda Cristine Weitzstein	23/05/1990	13	3,90	5	1,00	3	0,60	4	0,80
315	112322	Jucinei Jean Feltrin	29/12/1986	13	3,90	4	0,80	4	0,80	4	0,80
316	115659	Greice Dalana Dolzan Stedile	14/10/1985	11	3,30	9	1,80	4	0,80	2	0,40
317	112806	Tainara Piardi Borges	20/08/1981	11	3,30	7	1,40	4	0,80	4	0,80
318	105562	Carlos Alexandre Lichtenfels	03/07/1993	16	4,80	5	1,00	1	0,20	1	0,20
319	103584	Suellen Rosangela Vicente	01/06/1987	14	4,20	7	1,40	2	0,40	1	0,20
320	112310	Juliana De Almeida Coelho	14/04/1987	14	4,20	6	1,20	3	0,60	1	0,20
321	104134	Vanderleia Baldo	20/04/1993	14	4,20	6	1,20	3	0,60	1	0,20
322	105874	Grazieli Biz	12/09/1993	14	4,20	6	1,20	3	0,60	1	0,20
323	113845	Marcos Boeling	13/03/1996	14	4,20	6	1,20	3	0,60	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
324	112080	Milena Aline Stock	03/02/1994	14	4,20	6	1,20	2	0,40	2	0,40
325	112605	Jean Fabiano Fraga	29/01/1980	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
326	103727	Tatiana Regina Felacio	02/06/1989	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
327	112117	Aline Fanton	25/08/1992	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
328	114605	Amanda Caroline De Sousa Nascimento	06/09/1993	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
329	109608	Cristiane Micheli Mees	28/11/1994	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
330	114114	Beatriz Gabriela Buzzi Rosa	20/06/1996	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
331	103786	Jakson Moraes	27/12/1991	14	4,20	4	0,80	3	0,60	3	0,60
332	113565	Bruna Deoracki	12/05/1994	14	4,20	3	0,60	4	0,80	3	0,60
333	108235	Bianca Duarte Juffo	09/09/1988	12	3,60	8	1,60	3	0,60	2	0,40
334	103536	Lais Cristine Rossetti	18/03/1994	12	3,60	8	1,60	3	0,60	2	0,40
335	104193	Valdir Dal Witt	13/04/1958	12	3,60	7	1,40	4	0,80	2	0,40
336	108006	Denise Oliveira Souza	28/10/1983	12	3,60	7	1,40	4	0,80	2	0,40
337	112987	Elisabeth Carolina Coninck	01/04/1997	12	3,60	7	1,40	3	0,60	3	0,60
338	104351	Lahel Luiz Clasen Marcon	22/02/1997	12	3,60	6	1,20	4	0,80	3	0,60
339	104496	Jessica Wagner	07/04/1997	12	3,60	6	1,20	4	0,80	3	0,60
340	109416	Jonathan Vieira Franca	18/01/1993	12	3,60	5	1,00	4	0,80	4	0,80
341	112189	Maicon William Heiber	20/05/1994	12	3,60	5	1,00	4	0,80	4	0,80
342	115747	Mayara Coninck	27/03/1990	15	4,50	4	0,80	3	0,60	1	0,20
343	112037	Luis Gonzaga Da Silva	22/06/1971	15	4,50	3	0,60	3	0,60	2	0,40
344	115154	David Roberto Rosa Junior	24/07/1992	15	4,50	3	0,60	3	0,60	2	0,40
345	103482	Nelia Leal	18/10/1972	15	4,50	2	0,40	3	0,60	3	0,60
346	114406	Gustavo Hoffmann Rosar	11/09/1996	13	3,90	8	1,60	3	0,60	0	0,00
347	111824	Joice Joseli Malczewski	19/02/1991	13	3,90	7	1,40	3	0,60	1	0,20
348	103636	Roberta Marcos	28/07/1997	13	3,90	7	1,40	3	0,60	1	0,20
349	110972	Adriana Ferrari Grevinski	28/08/1972	13	3,90	6	1,20	4	0,80	1	0,20
350	111159	Lucimar Fabiane Schneider	23/10/1982	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
351	114358	Luis Henrique Bacelar Boettger	16/03/1984	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
352	115507	Tiago Reif	01/09/1988	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
353	109144	Inêlia Contaco Becker	06/02/1993	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
354	106316	Andressa Voss	12/03/1997	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
355	115030	Sarah Canale	18/02/1998	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
356	110116	Ana Cristina Fronza	14/07/1986	13	3,90	6	1,20	2	0,40	3	0,60
357	108206	Yuri Franca Silveira	12/01/1990	13	3,90	5	1,00	5	1,00	1	0,20
358	104149	Raquel Fronza	03/01/1987	13	3,90	5	1,00	4	0,80	2	0,40
359	108084	Andressa Caroline Furtado	24/05/1996	13	3,90	5	1,00	4	0,80	2	0,40
360	110551	Marise Wuerges	29/03/1971	13	3,90	5	1,00	3	0,60	3	0,60
361	114079	Valdirene Btdi Pedroso	24/05/1990	13	3,90	5	1,00	3	0,60	3	0,60
362	103417	Fernanda Cleide Assis	06/01/1994	13	3,90	5	1,00	3	0,60	3	0,60
363	104101	Robert Gonsalves De Oliveira	17/05/1996	13	3,90	5	1,00	3	0,60	3	0,60
364	104077	Jose Marcelo Gomes Francisco	06/08/1966	13	3,90	4	0,80	4	0,80	3	0,60
365	103047	Jean Carlos Dos Santos	10/11/1992	13	3,90	4	0,80	4	0,80	3	0,60
366	104558	Celio Da Silva Alves Junior	18/02/1993	13	3,90	4	0,80	4	0,80	3	0,60
367	104472	Gregori Orlando Pontizelli	25/11/1991	13	3,90	2	0,40	5	1,00	4	0,80
368	109592	Rosangela Lucia Da Silva Klamann	26/09/1982	11	3,30	8	1,60	4	0,80	2	0,40
369	106180	Patricia Pereira	10/11/1993	11	3,30	8	1,60	3	0,60	3	0,60
370	110274	Lais Diana Kraemer	22/05/1988	11	3,30	7	1,40	4	0,80	3	0,60
371	105154	Crystopher Kinder	29/09/1994	11	3,30	7	1,40	4	0,80	3	0,60
372	102862	Lilian Aparecida Da Silva Cunha	22/05/1978	11	3,30	7	1,40	3	0,60	4	0,80
373	106940	Jose Roberto Coelho De Aquino Filho	22/08/1995	11	3,30	6	1,20	5	1,00	3	0,60
374	103322	Cristiano Zimmermann	09/07/1985	11	3,30	6	1,20	4	0,80	4	0,80
375	104925	Saint Clair Schneider Tesch	02/03/1982	14	4,20	6	1,20	3	0,60	0	0,00
376	107942	Carlos Alberto Hubner Junior	03/03/1998	14	4,20	6	1,20	3	0,60	0	0,00
377	112910	Leticia Rahn	21/01/1992	14	4,20	5	1,00	3	0,60	1	0,20
378	105992	Denise Truch	23/08/1994	14	4,20	5	1,00	3	0,60	1	0,20
379	102839	Solange Elis Vicente Machado	30/06/1972	14	4,20	5	1,00	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
380	107107	Erica Suhellen Oliveira Pereira	19/12/1987	14	4,20	5	1,00	2	0,40	2	0,40
381	109745	Darciele Buscosky Perkovski	13/11/1988	14	4,20	5	1,00	2	0,40	2	0,40
382	114507	Hilton Jose Pereira	04/04/1985	14	4,20	4	0,80	3	0,60	2	0,40
383	104777	Tiago Ern	18/01/1990	14	4,20	4	0,80	3	0,60	2	0,40
384	105910	Larissa Munzfeld	12/04/1996	14	4,20	4	0,80	3	0,60	2	0,40
385	105542	Amabile Caroline Zandonai	21/04/1994	14	4,20	3	0,60	5	1,00	1	0,20
386	112713	Scharlene Louana Schlemper	01/09/1981	14	4,20	3	0,60	4	0,80	2	0,40
387	105374	Sol Maurente Kühl	24/01/1987	14	4,20	3	0,60	4	0,80	2	0,40
388	111884	Susana Miranda	16/10/1979	14	4,20	3	0,60	3	0,60	3	0,60
389	109038	Eduardo De Oliveira Abreu	25/02/1991	14	4,20	2	0,40	4	0,80	3	0,60
390	106007	Francine Patricio Klehm	11/02/1991	12	3,60	8	1,60	3	0,60	1	0,20
391	114547	Tayla Cristina Goelten	17/01/1985	12	3,60	7	1,40	4	0,80	1	0,20
392	106136	Deborah Weber De Avila	07/03/1993	12	3,60	7	1,40	4	0,80	1	0,20
393	109980	Tatiana Andressa Vicente	04/03/1995	12	3,60	7	1,40	4	0,80	1	0,20
394	105875	Rosemery Lehmkuhl	26/10/1968	12	3,60	7	1,40	3	0,60	2	0,40
395	104001	Roberta Hochleithner	24/01/1981	12	3,60	7	1,40	3	0,60	2	0,40
396	114637	Fernanda Wessler Nehring	31/01/1995	12	3,60	7	1,40	3	0,60	2	0,40
397	111007	Everton Marcilio	05/12/1979	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
398	103223	Adull Simao Falchetti	04/07/1980	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
399	103180	Luis Henrique Goncalves	07/01/1997	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
400	103080	Gabriel Ricardo De Almeida	13/01/1997	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
401	114031	Maria Conceicao Moraes Da Trindade	08/09/1966	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
402	107973	Paulo Jose Woytchen	01/01/1969	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
403	104549	Egon Scharf Junior	23/02/1984	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
404	108372	Jade Fusinato Rinnert	08/08/1990	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
405	113520	Thiago Lehmkuhl Luciano	05/06/1996	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
406	113061	Renato Cardoso	07/08/1996	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
407	105128	Diogo De Oliveira Brod	18/12/1977	12	3,60	6	1,20	2	0,40	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
408	108937	Helcio Leffer De Liz	23/02/1979	12	3,60	5	1,00	4	0,80	3	0,60
409	102890	Mariana Kuhn Scartom	13/08/1990	12	3,60	5	1,00	4	0,80	3	0,60
410	106076	Giseli De Souza	28/05/1992	12	3,60	5	1,00	4	0,80	3	0,60
411	106601	Arlete Weiter	23/01/1979	10	3,00	9	1,80	3	0,60	3	0,60
412	113318	Deize Araujo Gross	23/05/1987	10	3,00	8	1,60	4	0,80	3	0,60
413	106814	Vania Molinari	25/09/1996	10	3,00	7	1,40	4	0,80	4	0,80
414	104612	Anderson Leandro Caetano	08/03/1989	10	3,00	7	1,40	3	0,60	5	1,00
415	104522	Isabel Sane Kuhnen	14/12/1996	15	4,50	3	0,60	3	0,60	1	0,20
416	104561	Cristiane Roth Wahbrinck	13/05/1977	13	3,90	6	1,20	3	0,60	1	0,20
417	104035	Jean Moreira Martins	13/02/1996	13	3,90	5	1,00	4	0,80	1	0,20
418	103244	Ruan Boaventura Bitencourt	31/08/1996	13	3,90	5	1,00	4	0,80	1	0,20
419	115298	Ismael De Oliveira	02/01/1962	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
420	111431	Raquel Maria Menel	29/07/1979	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
421	104124	Eleila Daiane Koth	03/12/1982	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
422	106584	Grasiela Peplau Rocha	04/07/1985	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
423	112188	Deise Hellmann	02/04/1991	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
424	103466	Debora Carla Bagatoli	22/08/1994	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
425	111573	Sonia Kuhnen	29/03/1985	13	3,90	5	1,00	2	0,40	3	0,60
426	111854	Devysion Do Carmo Sousa	13/09/1986	13	3,90	5	1,00	2	0,40	3	0,60
427	103646	Gabriel Kalbusch	13/12/1977	13	3,90	4	0,80	4	0,80	2	0,40
428	103094	Iara Aparecida Norlier	07/11/1981	13	3,90	4	0,80	4	0,80	2	0,40
429	104478	Gabriela Nasato	17/01/1992	13	3,90	4	0,80	4	0,80	2	0,40
430	113251	Caciara Nilda Sperckott	16/02/1993	13	3,90	4	0,80	4	0,80	2	0,40
431	110036	Everton Borges	03/12/1985	13	3,90	4	0,80	3	0,60	3	0,60
432	112804	Laiza Kethlyn Zacarias Piedade	29/08/1995	13	3,90	4	0,80	3	0,60	3	0,60
433	112004	Lucas Bergmann	29/10/1997	13	3,90	4	0,80	3	0,60	3	0,60
434	104476	Adriano Henrique Da Mota	29/07/1976	13	3,90	3	0,60	4	0,80	3	0,60
435	112828	Claudia Prust Wessner	28/07/1988	13	3,90	3	0,60	4	0,80	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
436	113717	Gabriela Possamai	20/03/1997	11	3,30	9	1,80	3	0,60	1	0,20
437	114138	Luciana Spanemberg De Oliveira	06/12/1984	11	3,30	8	1,60	4	0,80	1	0,20
438	102745	Camila Scottini	25/02/1993	11	3,30	7	1,40	2	0,40	4	0,80
439	106351	Dalane Carlini Raitz	16/12/1985	11	3,30	6	1,20	4	0,80	3	0,60
440	112706	Suzicleide Da Silva Pires	26/12/1985	11	3,30	6	1,20	4	0,80	3	0,60
441	111297	Renan Livramento Piazzera	03/10/1989	11	3,30	6	1,20	4	0,80	3	0,60
442	105171	Bruna Cidral Do Anaral	20/12/1994	11	3,30	6	1,20	4	0,80	3	0,60
443	112563	Luiz Felipe Henn	18/12/1996	11	3,30	5	1,00	5	1,00	3	0,60
444	108544	Juliana Maria Frainer Machado	23/06/1993	14	4,20	5	1,00	1	0,20	2	0,40
445	112500	Charles Franco	12/08/1988	14	4,20	4	0,80	3	0,60	1	0,20
446	115516	Adenilson Alves Ribeiro	28/02/1988	14	4,20	4	0,80	2	0,40	2	0,40
447	107999	Jessica Rodrigues	10/04/1997	14	4,20	3	0,60	3	0,60	2	0,40
448	114300	Gisele Aparecida Bach	09/07/1986	14	4,20	3	0,60	2	0,40	3	0,60
449	103190	Simoni Soares	12/05/1984	14	4,20	2	0,40	3	0,60	3	0,60
450	106954	Juliano Postais	24/07/1985	14	4,20	2	0,40	3	0,60	3	0,60
451	113951	Luhe Fushato Rinnert	12/06/1992	12	3,60	8	1,60	2	0,40	1	0,20
452	110162	Elisa Gabriela Rousseng	21/06/1985	12	3,60	7	1,40	3	0,60	1	0,20
453	111473	Eliel Neumann	04/11/1995	12	3,60	7	1,40	3	0,60	1	0,20
454	103084	Elisangela Thaise Andrade	19/12/1991	12	3,60	7	1,40	1	0,20	3	0,60
455	115239	Priscila Uara Navarro Lins	02/10/1987	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40
456	104039	Juliana Steinheuser	24/06/1988	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40
457	112764	Angelica Souza Macari	08/12/1997	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40
458	109752	Kassiele Klitzke	22/06/1984	12	3,60	5	1,00	5	1,00	1	0,20
459	115211	Arquimedes Ferreira De Melo	21/09/1964	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40
460	107868	Jose Mario De Farias	22/06/1972	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40
461	112449	David Wirth	02/05/1978	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40
462	105302	Cleber Amauri Esteves Wuttke	01/10/1984	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40
463	114096	Ana Stricktrack	09/05/1985	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
464	107871	Paula Fernanda Raimundo	21/12/1993	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40
465	111107	Nadia Ferrari Ledra	04/08/1964	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
466	104326	Adriana Costa	15/07/1976	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
467	115228	Alana Marques Capistano	27/01/1987	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
468	108214	Deivid Willian Fasolin	27/09/1987	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
469	111607	Paloma Laurete Kneidl	23/09/1994	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
470	108698	Tamara Scheitz	22/05/1995	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
471	112395	Tainara Adriele Horst	13/06/1995	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
472	108115	Joana Marilia Machado	13/10/1989	12	3,60	5	1,00	2	0,40	4	0,80
473	111877	Silvana De Freitas	18/06/1977	12	3,60	4	0,80	4	0,80	3	0,60
474	111416	Glomar Girardi	18/01/1980	12	3,60	4	0,80	4	0,80	3	0,60
475	115436	Marcelo Pereira De Abreu	23/10/1979	12	3,60	4	0,80	3	0,60	4	0,80
476	106941	Vinicius Rodrigues Parodi Da Silva	07/07/1988	12	3,60	4	0,80	3	0,60	4	0,80
477	109398	Felipe Fontanive Marafon	20/03/1991	12	3,60	3	0,60	3	0,60	5	1,00
478	112168	Tainara Machado De Oliveira Malkowski	02/07/1997	10	3,00	9	1,80	2	0,40	3	0,60
479	109735	Karina Letícia Machado	11/08/1995	10	3,00	8	1,60	3	0,60	3	0,60
480	109407	Altair Guilherme Becker	26/06/1959	10	3,00	6	1,20	4	0,80	4	0,80
481	109003	Silvano Rudolf	08/12/1979	15	4,50	1	0,20	4	0,80	1	0,20
482	112190	Andreia Cristina Passing Hilbert	29/01/1981	13	3,90	6	1,20	3	0,60	0	0,00
483	113958	Raquel Aparecida Camargo De Lima	29/12/1997	13	3,90	6	1,20	2	0,40	1	0,20
484	113130	Giorge Luis Thiesen	25/01/1994	13	3,90	5	1,00	4	0,80	0	0,00
485	107854	Leandro Vaz Borges	12/10/1994	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
486	114351	Alana Grosch	30/04/1994	13	3,90	5	1,00	1	0,20	3	0,60
487	112660	Susana Maria Ferreira Vieira	24/08/1985	13	3,90	4	0,80	4	0,80	1	0,20
488	112295	Dierlem Giehl	03/06/1988	13	3,90	4	0,80	4	0,80	1	0,20
489	114555	Felipe Daniel Weise	31/08/1988	13	3,90	4	0,80	4	0,80	1	0,20
490	113402	Carina Brandl	01/05/1990	13	3,90	4	0,80	4	0,80	1	0,20
491	108569	Cristiani Zunino Rodrigues	19/08/1973	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
492	113701	Lilian Schulz Schmidt	08/10/1991	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40
493	108095	Guilherme Grotto Daros	13/02/1994	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40
494	109405	Claudia Mara Miguel Dias	21/04/1995	13	3,90	4	0,80	2	0,40	3	0,60
495	103781	Lauro Leonardo Correia Da Silva	17/07/1989	13	3,90	2	0,40	4	0,80	3	0,60
496	103886	Andreia Marques	01/01/1996	11	3,30	7	1,40	3	0,60	2	0,40
497	113855	Michele Eifler	02/01/1997	11	3,30	7	1,40	3	0,60	2	0,40
498	106564	Ottomar Antonio Galizio De Oliveira	29/01/1965	11	3,30	6	1,20	4	0,80	2	0,40
499	112286	Laressa Gabriela Simioni	22/06/1991	11	3,30	6	1,20	4	0,80	2	0,40
500	112002	Fernanda Bergmann	13/10/1993	11	3,30	6	1,20	4	0,80	2	0,40
501	108959	Pablo William Beulke	31/12/1994	11	3,30	6	1,20	4	0,80	2	0,40
502	113876	Glauce Regina Gerber	03/11/1976	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60
503	105499	Etienne Terfen	11/12/1980	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60
504	104651	Viviane Amnaral	27/08/1984	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60
505	108885	Cristiane Cabral Ghizoni	04/08/1985	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60
506	103915	Marielena Conti	11/06/1993	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60
507	114414	Marcia Claudino Veiga	08/06/1980	11	3,30	5	1,00	4	0,80	3	0,60
508	115227	Tatiane Bertelli Stupp	10/12/1983	11	3,30	5	1,00	4	0,80	3	0,60
509	111028	Jessica Regiane May	02/02/1993	11	3,30	5	1,00	4	0,80	3	0,60
510	108659	Adeniria Nliza Da Silva	09/08/1966	11	3,30	5	1,00	3	0,60	4	0,80
511	110762	Luciana Coelho Grunfeld	24/08/1981	11	3,30	5	1,00	3	0,60	4	0,80
512	108571	Paola Zimmermann	15/06/1993	9	2,70	7	1,40	4	0,80	4	0,80
513	113071	Selis Regina Testoni Vicentin	13/09/1969	9	2,70	5	1,00	5	1,00	5	1,00
514	105538	Lilian Alves	20/03/1978	14	4,20	5	1,00	1	0,20	1	0,20
515	113353	Renata Correia	12/09/1986	14	4,20	4	0,80	3	0,60	0	0,00
516	114131	Francielle Alves Duarte Bordin	01/04/1984	14	4,20	3	0,60	2	0,40	2	0,40
517	105651	Patricia Pinto	04/05/1989	14	4,20	3	0,60	2	0,40	2	0,40
518	106607	Barbara Pissolatto	12/06/1993	14	4,20	3	0,60	2	0,40	2	0,40
519	106490	Walter Eduardo Kaufmann	21/10/1991	14	4,20	2	0,40	4	0,80	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
520	110528	Andreia Moraes Comper	16/12/1980	14	4,20	2	0,40	3	0,60	2	0,40
521	108371	Alex Marqueze	04/06/1994	14	4,20	2	0,40	3	0,60	2	0,40
522	105471	Dalara Carine De Souza	10/07/1994	12	3,60	7	1,40	3	0,60	0	0,00
523	107358	Maiara Nunes De Lima	25/03/1987	12	3,60	7	1,40	2	0,40	1	0,20
524	114481	Felipe Jorge Domingos	15/09/1963	12	3,60	7	1,40	1	0,20	2	0,40
525	103499	Ronan Augusto Duarte	26/05/1992	12	3,60	6	1,20	3	0,60	1	0,20
526	113136	Andreza Sebold Mello	20/03/1995	12	3,60	6	1,20	3	0,60	1	0,20
527	114478	Juciara Dos Santos	27/02/1988	12	3,60	6	1,20	2	0,40	2	0,40
528	103555	Debora Fuck	13/03/1989	12	3,60	6	1,20	2	0,40	2	0,40
529	113608	Gilson Carlos Jesus Conti	30/01/1982	12	3,60	5	1,00	4	0,80	1	0,20
530	113246	Yuri Fabian Yamasaki	02/07/1985	12	3,60	5	1,00	4	0,80	1	0,20
531	111070	Cleide Aparecida Padilha	18/09/1976	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
532	112670	Josiane Bernarda Guerra	28/12/1986	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
533	104014	Kaue Afonso Keiner	14/09/1989	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
534	107085	James Grahli	05/10/1989	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
535	114467	Vanessa Da Silva	21/06/1991	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
536	108195	Andreza Gunther	14/07/1995	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
537	104699	Jade Milany Hillesheim	17/04/1996	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
538	104115	Felipe Rafael Vavassori Küster	10/06/1996	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
539	107105	Felipe Dos Santos	14/02/1997	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
540	104070	Carla Andrea Da Silva	02/10/1980	12	3,60	5	1,00	2	0,40	3	0,60
541	113315	Heinrich Duck	30/07/1959	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40
542	105393	Ariane Vieira Muniz Chupel	14/12/1982	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40
543	103131	Maria Caroline Melcher De Brito	28/10/1988	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40
544	106170	Leonardo Minatti	05/04/1994	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40
545	113277	Bianca Santana Hillesheim	28/09/1996	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40
546	106357	Keiter Sane Kuhn	06/07/1981	12	3,60	4	0,80	3	0,60	3	0,60
547	114242	Joice Cristina Rengel Ludvig	03/07/1989	12	3,60	4	0,80	3	0,60	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
548	106502	Cristiane Perini Rocha	25/01/1990	12	3,60	4	0,80	3	0,60	3	0,60
549	109161	Douglas Jasper De Negredo	29/11/1988	12	3,60	4	0,80	2	0,40	4	0,80
550	112426	Vanessa Vieira	28/05/1993	12	3,60	4	0,80	2	0,40	4	0,80
551	115251	Letícia Floriani	23/10/1987	12	3,60	3	0,60	4	0,80	3	0,60
552	107234	Tania Regina Pinho	01/09/1968	10	3,00	8	1,60	2	0,40	3	0,60
553	109755	Thomaz Alex Porthun Vieira	26/01/1994	10	3,00	7	1,40	4	0,80	2	0,40
554	104780	Monica Fünfgelt	05/02/1965	10	3,00	7	1,40	3	0,60	3	0,60
555	105624	Gabriela Porto	07/12/1994	10	3,00	7	1,40	3	0,60	3	0,60
556	111925	Rosângela Vargas Rosa Eleuterio	19/08/1964	10	3,00	6	1,20	4	0,80	3	0,60
557	110895	Milene Ramos	23/11/1977	10	3,00	6	1,20	3	0,60	4	0,80
558	114357	Fabiana Garcia Da Silva	16/06/1984	10	3,00	5	1,00	4	0,80	4	0,80
559	108091	Marcos Antonio Hillesheim Junior	29/09/1992	15	4,50	0	0,00	4	0,80	1	0,20
560	105173	Ane Caroline Steinbach	18/09/1988	13	3,90	6	1,20	2	0,40	0	0,00
561	103524	Deise Aparecida Do Nascimento	29/04/1987	13	3,90	5	1,00	2	0,40	1	0,20
562	110921	Edson Boni	13/11/1970	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
563	103072	Elisângela Wernke	11/09/1979	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
564	112329	Nicelani Serafim	30/03/1984	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
565	110222	Jaqueline Vanessa Miranda	29/12/1988	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
566	104499	Jessica Weiss	08/02/1997	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
567	105551	Silvio Bezerra Da Silva	27/03/1978	13	3,90	4	0,80	2	0,40	2	0,40
568	108143	Talane Bento	12/07/1997	13	3,90	4	0,80	2	0,40	2	0,40
569	113260	Dalana Junge	01/09/1987	13	3,90	3	0,60	4	0,80	1	0,20
570	113480	Luana Manrich	26/10/1994	13	3,90	3	0,60	4	0,80	1	0,20
571	107331	Thais De Oliveira Vieira	14/10/1997	13	3,90	3	0,60	4	0,80	1	0,20
572	109638	Romina Gladis Bortoluzzi Camacho	09/07/1971	13	3,90	3	0,60	3	0,60	2	0,40
573	112986	Numan Heber Maurenre Ferro Junior	23/05/1990	13	3,90	3	0,60	3	0,60	2	0,40
574	102802	Indianara De Souza	15/07/1995	13	3,90	3	0,60	3	0,60	2	0,40
575	113243	Renata Morais	08/01/1997	13	3,90	3	0,60	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
576	103779	Daiane Maturcio	04/11/1996	11	3,30	8	1,60	2	0,40	1	0,20
577	105033	Mateus Andre Deitos	06/02/1996	11	3,30	7	1,40	4	0,80	0	0,00
578	114240	Caroline Fiamoncini	13/12/1997	11	3,30	7	1,40	3	0,60	1	0,20
579	108727	Marcelle Macedo Da Silveira	02/03/1975	11	3,30	7	1,40	2	0,40	2	0,40
580	113877	Jackson Schmidt	02/11/1976	11	3,30	7	1,40	2	0,40	2	0,40
581	103430	Ingrid Reif	12/08/1996	11	3,30	7	1,40	2	0,40	2	0,40
582	112302	Vanessa Tenfen	25/04/1983	11	3,30	6	1,20	4	0,80	1	0,20
583	108062	Anna Carolina Grahl Lunelli	03/06/1983	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
584	109063	Leonardo Schutte	19/05/1991	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
585	111651	William Marciano	16/02/1993	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
586	108590	Joabe Lucas Comper Dos Santos	20/04/1993	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
587	108367	Romulo Leonardo Dük	29/10/1993	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
588	115438	Taine Ariele Horst	21/05/1996	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
589	111986	Camila Da Silva Fernandes	14/01/1997	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
590	110992	Fernanda Marcelle Dias	27/05/1983	11	3,30	6	1,20	2	0,40	3	0,60
591	113426	Ana Paula Bittencourt	04/11/1992	11	3,30	6	1,20	2	0,40	3	0,60
592	110984	Adilson Richartz Junior	11/12/1993	11	3,30	6	1,20	2	0,40	3	0,60
593	113393	Arno Oscar Hoepers	31/03/1970	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
594	111252	Luciana Marcilio	11/03/1975	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
595	106284	Lindomar Soutis	11/07/1976	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
596	113616	Andreia Soraia Klegin	31/12/1979	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
597	103206	Jeison Andrei Laureth	24/07/1982	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
598	103640	Jaqueline Kirschner Da Silva	10/10/1985	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
599	103514	Brenda Poliana Mullmann	03/03/1997	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
600	107376	Mara Lucia Probst	31/05/1959	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60
601	108533	Danubia Gonzaga	12/03/1981	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60
602	114306	Marit Rebeca Black	24/05/1984	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60
603	106500	Maura Fernanda Da Silva Schmoeler	27/05/1993	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
604	113223	Maurício Coelho De Oliveira	08/10/1997	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60
605	111764	Thiago Felipe Horstmann	13/08/1991	11	3,30	4	0,80	3	0,60	4	0,80
606	103512	Marcos Eduardo Amorim	07/04/1996	11	3,30	3	0,60	4	0,80	4	0,80
607	105790	Heuda Luiza Oliveira De Andrade	15/08/1991	9	2,70	9	1,80	4	0,80	1	0,20
608	107782	Luana Andrea Claros Jacob Camacho	03/03/1986	9	2,70	8	1,60	4	0,80	2	0,40
609	109749	Luciana Stockneider Pirhardt	26/07/1984	9	2,70	8	1,60	3	0,60	3	0,60
610	102978	Josiane Ferreira	19/08/1983	9	2,70	7	1,40	4	0,80	3	0,60
611	104418	Rafael Roger Schoeninger	26/03/1990	9	2,70	6	1,20	4	0,80	4	0,80
612	108740	Robson Da Silva	21/05/1985	9	2,70	5	1,00	5	1,00	4	0,80
613	110617	Claudia Jane Batista Da Silva	16/02/1968	14	4,20	4	0,80	1	0,20	1	0,20
614	107850	Gisele Stoll Schulz	23/04/1985	14	4,20	3	0,60	1	0,20	2	0,40
615	108520	Leonardo Floriani	17/09/1988	12	3,60	5	1,00	4	0,80	0	0,00
616	112639	Anderson Luis Santos Moreira	20/05/1986	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20
617	109021	Thuan Bruno Ronki De Souza	30/03/1988	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20
618	113494	Simone Stüpp Klinker	13/01/1994	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20
619	106356	Lucas Fachini	17/07/1998	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20
620	111709	Manuela Kuhl Pamplona	06/06/1986	12	3,60	5	1,00	2	0,40	2	0,40
621	109081	Roberth William Niggemann	05/08/1994	12	3,60	5	1,00	2	0,40	2	0,40
622	108474	Tainara Scheffer	16/12/1995	12	3,60	5	1,00	2	0,40	2	0,40
623	112368	Luiz Alberto Pegoraro	04/06/1964	12	3,60	5	1,00	1	0,20	3	0,60
624	111138	Andre Luis Stedile	30/12/1995	12	3,60	4	0,80	4	0,80	1	0,20
625	108042	Matheus Correa Franco Moraes	24/06/1983	12	3,60	4	0,80	3	0,60	2	0,40
626	105708	Sara Gracielle Klauberg Christen	10/07/1985	12	3,60	4	0,80	3	0,60	2	0,40
627	108272	Milson Ruskowski	19/07/1993	12	3,60	4	0,80	3	0,60	2	0,40
628	106910	Volney Fernandes Floriano	13/02/1996	12	3,60	4	0,80	3	0,60	2	0,40
629	109633	Angelita Krause Schmitz	30/10/1975	12	3,60	3	0,60	4	0,80	2	0,40
630	113660	Viviane Sonaly De Souza Da Silva	18/01/1978	12	3,60	3	0,60	4	0,80	2	0,40
631	104032	Luis Fernando Girardi	19/07/1994	12	3,60	3	0,60	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
632	111807	Adriane Lemke Neitzke	25/12/1981	10	3,00	8	1,60	3	0,60	1	0,20
633	115010	Nathaly Helena Butzke Grosch	07/02/1989	10	3,00	8	1,60	3	0,60	1	0,20
634	114502	Marcio Pascoal Patricio	15/04/1979	10	3,00	7	1,40	3	0,60	2	0,40
635	111435	Leila Aparecida Molinari Dolzan	23/10/1981	10	3,00	7	1,40	3	0,60	2	0,40
636	103447	Tania Cristina Bruda	09/12/1988	10	3,00	7	1,40	3	0,60	2	0,40
637	105943	Samira Barbosa Da Silva	12/07/1984	10	3,00	6	1,20	4	0,80	2	0,40
638	114217	Cristiani Camila De Souza Ludvig	05/02/1990	10	3,00	6	1,20	4	0,80	2	0,40
639	102854	Patricia Block	09/07/1991	10	3,00	6	1,20	4	0,80	2	0,40
640	103429	Suelen Alexandra Back	26/05/1992	10	3,00	6	1,20	4	0,80	2	0,40
641	104650	Ana Luize Dalfovo	02/06/1992	10	3,00	6	1,20	4	0,80	2	0,40
642	110657	Carolina Schroder Da Silva	22/12/1994	10	3,00	6	1,20	4	0,80	2	0,40
643	110085	Ruan Machado Schreiber	09/04/1997	10	3,00	6	1,20	4	0,80	2	0,40
644	106982	Marcio Andrei Pobenga	14/07/1980	10	3,00	6	1,20	3	0,60	3	0,60
645	111840	Line Loize Costa	24/01/1994	10	3,00	6	1,20	2	0,40	4	0,80
646	111811	Lucas Ariel Longo	06/05/1995	10	3,00	6	1,20	2	0,40	4	0,80
647	114253	Mara Cecilia Nunes De Lima	05/07/1966	10	3,00	5	1,00	4	0,80	3	0,60
648	107214	Franciele Goncalves	16/03/1988	10	3,00	5	1,00	4	0,80	3	0,60
649	105452	Anderson Feifarech	05/10/1985	10	3,00	5	1,00	3	0,60	4	0,80
650	106567	Jandrya Sestren Gil	09/06/1997	8	2,40	8	1,60	4	0,80	3	0,60
651	113529	Graziele Dos Santos	03/07/1983	13	3,90	4	0,80	2	0,40	1	0,20
652	114221	Edna Thiersch	23/02/1985	13	3,90	4	0,80	2	0,40	1	0,20
653	103095	Elisangela Poletto Dos Santos	21/01/1988	13	3,90	3	0,60	4	0,80	0	0,00
654	113025	Joao Willian De Almeida	17/10/1995	13	3,90	3	0,60	4	0,80	0	0,00
655	112344	Francieli Schroder	18/11/1992	13	3,90	3	0,60	3	0,60	1	0,20
656	112308	Flavia Cristina Horst	17/07/1997	13	3,90	3	0,60	3	0,60	1	0,20
657	110426	Angelamara Teresinha Godinho Hugen	22/09/1994	13	3,90	3	0,60	2	0,40	2	0,40
658	111404	Ana Claudia Hilbert	11/04/1991	13	3,90	2	0,40	3	0,60	2	0,40
659	104676	William Moreira Lottin	04/01/1997	11	3,30	7	1,40	2	0,40	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
660	105857	Marlene Ap. Ramos Fujisawa	17/02/1967	11	3,30	7	1,40	1	0,20	2	0,40
661	110881	Jackson Bohme	20/11/1987	11	3,30	6	1,20	4	0,80	0	0,00
662	114206	Wlademyr Casa Nova	20/07/1967	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
663	103635	Luciani Salvador Venturi	25/03/1972	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
664	111839	Maria Yara Elias Porath	10/01/1988	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
665	108107	Jonas Ricardo Ressel	20/02/1997	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
666	114318	Danielle Nunes De Lima	25/03/1987	11	3,30	6	1,20	2	0,40	2	0,40
667	114049	Caio Figueiredo Da Mota	03/01/1997	11	3,30	6	1,20	2	0,40	2	0,40
668	107767	Natalia Camila Preis Silveira	15/01/1985	11	3,30	5	1,00	4	0,80	1	0,20
669	115243	Silvana Hasckel	10/03/1985	11	3,30	5	1,00	4	0,80	1	0,20
670	103884	Gabriela Kroger	16/04/1994	11	3,30	5	1,00	4	0,80	1	0,20
671	113029	Lucas Agostinho	23/09/1994	11	3,30	5	1,00	4	0,80	1	0,20
672	114355	Andre Marcos Pires De Lima	06/12/1971	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
673	103598	Francisco Weber Barbosa	25/05/1978	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
674	106847	Marcelo Fernando De Jesus	19/11/1989	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
675	108892	Aline Finardi	09/01/1995	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
676	106755	Jessica Franz	09/02/1995	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
677	106595	Lucas Augusto Martins	13/03/1995	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
678	114633	Daniela Biancato	07/09/1995	11	3,30	5	1,00	2	0,40	3	0,60
679	110960	Filipe Damaceno Madruga	27/01/1997	11	3,30	5	1,00	2	0,40	3	0,60
680	115535	Benicio Uller	23/08/1960	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
681	103809	Fabiane Andrea Da Silva	27/08/1978	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
682	112086	Edson Ramos	08/11/1983	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
683	104283	Ricieri Diego Fontanive	07/02/1985	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
684	102808	Juliana Maria Lopes	17/03/1987	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
685	108657	Alisson Mickleal Nicolletti	05/06/1997	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
686	111295	Pamela Cristina Veber Dias	14/06/1992	11	3,30	4	0,80	3	0,60	3	0,60
687	105759	Joice Da Silva Prim	01/05/1982	11	3,30	4	0,80	2	0,40	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
688	110646	Jean Ricardo Alves Sens	21/01/1985	11	3,30	3	0,60	3	0,60	4	0,80
689	102934	Ruan Carlos Ferreira De Freitas	22/05/1993	11	3,30	3	0,60	3	0,60	4	0,80
690	110797	Angela Pereira	24/08/1970	9	2,70	9	1,80	2	0,40	2	0,40
691	104545	Bruna Fronza	27/10/1989	9	2,70	8	1,60	4	0,80	1	0,20
692	115104	Suelen Santini	19/01/1989	9	2,70	8	1,60	3	0,60	2	0,40
693	114104	Sarajane Steinheuser	09/07/1988	9	2,70	7	1,40	4	0,80	2	0,40
694	104756	Jenifer Beckhauser	04/06/1991	9	2,70	7	1,40	4	0,80	2	0,40
695	115555	Tiago Bonacolsi Pereira	03/05/1995	9	2,70	7	1,40	4	0,80	2	0,40
696	104520	Regina Aparecida Schmedler	23/02/1983	9	2,70	6	1,20	4	0,80	3	0,60
697	112455	Talita Floriano Nascimento	26/11/1985	9	2,70	5	1,00	4	0,80	4	0,80
698	103836	Tainara Espindola Pires	02/05/1991	12	3,60	5	1,00	3	0,60	0	0,00
699	107658	Silvana Mello	03/11/1974	12	3,60	5	1,00	2	0,40	1	0,20
700	114095	Aline Augustin	20/11/1996	12	3,60	5	1,00	2	0,40	1	0,20
701	113432	Gabriela Graupner Goulart	11/07/1997	12	3,60	5	1,00	2	0,40	1	0,20
702	113561	Felipe Mattos Pompilio	23/10/1992	12	3,60	5	1,00	1	0,20	2	0,40
703	111296	Arlane Gloria Dos Santos	15/08/1985	12	3,60	4	0,80	3	0,60	1	0,20
704	103925	Thamara Meneghetti	18/05/1993	12	3,60	4	0,80	3	0,60	1	0,20
705	104158	Amanda Krebs Vanderlinde	20/07/1994	12	3,60	4	0,80	3	0,60	1	0,20
706	107517	Carla Cristiane Alves	11/12/1986	12	3,60	4	0,80	2	0,40	2	0,40
707	110622	Dailia Felipe Lozano Nascimento	27/08/1995	12	3,60	4	0,80	2	0,40	2	0,40
708	110855	Adriana Coelho	03/09/1984	12	3,60	3	0,60	4	0,80	1	0,20
709	113164	Patricia Farias Zacher	11/10/1978	12	3,60	3	0,60	3	0,60	2	0,40
710	105739	Gleicieli Aparecida Ermonge	15/11/1992	12	3,60	3	0,60	3	0,60	2	0,40
711	104291	Marcilio Justino Da Silva	06/05/1992	12	3,60	2	0,40	4	0,80	2	0,40
712	107492	Daniela Ignacio	26/06/1984	12	3,60	1	0,20	3	0,60	4	0,80
713	103750	Ariane Aparecida De Campos	10/10/1995	10	3,00	7	1,40	4	0,80	0	0,00
714	105904	Carina Toccolini	23/07/1984	10	3,00	7	1,40	3	0,60	1	0,20
715	111940	Blanca Janine Scoz	06/10/1980	10	3,00	6	1,20	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
716	113961	Simone Biancato	10/09/1986	10	3,00	6	1,20	3	0,60	2	0,40
717	111408	Deise Iara Beber	06/11/1986	10	3,00	6	1,20	3	0,60	2	0,40
718	111542	Daniel Sautner	26/01/1991	10	3,00	6	1,20	3	0,60	2	0,40
719	115115	Edna Fraier	30/01/1996	10	3,00	6	1,20	3	0,60	2	0,40
720	109740	Jenaina Lemes	07/07/1997	10	3,00	6	1,20	3	0,60	2	0,40
721	102928	Luiz Fernando Da Silva	02/12/1990	10	3,00	6	1,20	2	0,40	3	0,60
722	113279	Maria Roraima Carneiro De Abreu Carvalho	16/05/1974	10	3,00	5	1,00	4	0,80	2	0,40
723	104866	Marcio Da Silva	10/02/1983	10	3,00	5	1,00	4	0,80	2	0,40
724	106058	Jonatan Willian Duwe	10/01/1989	10	3,00	5	1,00	4	0,80	2	0,40
725	113356	Juan Carlo Zanella Schneider	19/10/1990	10	3,00	5	1,00	3	0,60	3	0,60
726	105950	Bruna Redel	09/02/1993	10	3,00	5	1,00	3	0,60	3	0,60
727	112239	Ana Paula Oliveira Padilha	19/05/1993	10	3,00	5	1,00	2	0,40	4	0,80
728	112055	Leticia Sabino De Oliveira	26/09/1996	10	3,00	4	0,80	5	1,00	2	0,40
729	114331	Fernanda Franca	17/12/1986	10	3,00	4	0,80	4	0,80	3	0,60
730	104653	Patricia Prim	13/02/1997	10	3,00	4	0,80	4	0,80	3	0,60
731	106913	Francilene Fernandes Da Silva	02/04/1963	8	2,40	7	1,40	3	0,60	4	0,80
732	104881	Raphael Da Silva Gouvea	05/12/1990	13	3,90	3	0,60	3	0,60	0	0,00
733	102799	Greice Steffens	31/10/1982	13	3,90	3	0,60	2	0,40	1	0,20
734	114248	Jaceli May	17/04/1995	13	3,90	2	0,40	3	0,60	1	0,20
735	103245	Jenaina Fidelis	06/07/1982	11	3,30	6	1,20	2	0,40	1	0,20
736	109412	Tamara Karina Theis	16/11/1991	11	3,30	6	1,20	2	0,40	1	0,20
737	110796	Caroline Cacilda Furlani	10/03/1998	11	3,30	6	1,20	2	0,40	1	0,20
738	104493	Jose Augusto Mannrich	31/03/1992	11	3,30	5	1,00	4	0,80	0	0,00
739	113265	Cristina Navarro Lins	23/04/1992	11	3,30	5	1,00	4	0,80	0	0,00
740	110396	Noeli De Fatima Gelinski	30/09/1976	11	3,30	5	1,00	3	0,60	1	0,20
741	103142	Djacy De Sousa Silva	17/12/1987	11	3,30	5	1,00	3	0,60	1	0,20
742	108877	Willian Da Silva Aruda	29/06/1989	11	3,30	5	1,00	3	0,60	1	0,20
743	106229	Vanessa Fronza	24/07/1995	11	3,30	5	1,00	3	0,60	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
744	114028	Bruno Trindade E Silva	20/06/1997	11	3,30	5	1,00	3	0,60	1	0,20
745	115634	Alex Souza Rengel	03/12/1993	11	3,30	5	1,00	2	0,40	2	0,40
746	113023	Letícia Da Silva	06/12/1993	11	3,30	5	1,00	2	0,40	2	0,40
747	105829	Pabline Gutjahr	23/06/1997	11	3,30	5	1,00	2	0,40	2	0,40
748	110649	Venilde Tomaz De Oliveira	04/08/1961	11	3,30	4	0,80	4	0,80	1	0,20
749	108320	Susana De Sousa Cunha	29/08/1985	11	3,30	4	0,80	4	0,80	1	0,20
750	114106	Jonny Schmidt	20/09/1973	11	3,30	4	0,80	3	0,60	2	0,40
751	104554	Dilma Adrian Silveira	17/10/1991	11	3,30	4	0,80	3	0,60	2	0,40
752	112382	Mateus Silva De Miranda	05/02/1993	11	3,30	4	0,80	3	0,60	2	0,40
753	112654	Adalgisa Vendrami Da Silva Feijo	23/12/1979	11	3,30	4	0,80	2	0,40	3	0,60
754	112659	Dario Esser	22/10/1990	11	3,30	3	0,60	4	0,80	2	0,40
755	114367	Rafael Kraus Ferreira	23/01/1995	11	3,30	3	0,60	4	0,80	2	0,40
756	112349	Gustavo De Moraes Machado	13/02/1996	11	3,30	3	0,60	4	0,80	2	0,40
757	105223	Gislaine Guse	10/07/1991	11	3,30	3	0,60	2	0,40	4	0,80
758	104007	Jessica Carolina Ceola	18/12/1996	11	3,30	2	0,40	3	0,60	4	0,80
759	103504	Kristhian Goulart Da Luz	18/05/1988	9	2,70	8	1,60	3	0,60	1	0,20
760	110181	Dayse Dos Santos Tardelli	18/08/1978	9	2,70	7	1,40	3	0,60	2	0,40
761	108883	Jessica Luisa Costa	26/10/1997	9	2,70	7	1,40	3	0,60	2	0,40
762	111637	Samuel Marchi Fleisner	06/11/1994	9	2,70	6	1,20	4	0,80	2	0,40
763	115645	Natascha Fernanda Kneidl	11/04/1991	9	2,70	6	1,20	3	0,60	3	0,60
764	111756	Naiana Xavier	27/03/1990	9	2,70	5	1,00	5	1,00	2	0,40
765	111564	Davi Bernard Effler Eink	24/08/1993	9	2,70	5	1,00	4	0,80	3	0,60
766	113022	Jamile De Oliveira	18/06/1983	12	3,60	6	1,20	1	0,20	0	0,00
767	110047	Luciane Ferrari Correa	12/03/1982	12	3,60	5	1,00	2	0,40	0	0,00
768	111554	Anne Caroline Nardelli	11/11/1997	12	3,60	5	1,00	2	0,40	0	0,00
769	109782	Rosilene Toassi Marchi	19/01/1969	12	3,60	4	0,80	2	0,40	1	0,20
770	106776	Luciane Caroline Bueno	13/01/1994	12	3,60	4	0,80	2	0,40	1	0,20
771	107923	Sabrine Hoepers	25/05/1997	12	3,60	3	0,60	4	0,80	0	0,00

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
772	108151	Liziane Ferreira Da Silva	30/10/1984	12	3,60	3	0,60	3	0,60	1	0,20
773	104339	Josiane Aparecida Hang	21/12/1986	12	3,60	3	0,60	3	0,60	1	0,20
774	104467	Patrick Pereira De Oliveira	18/01/1998	12	3,60	3	0,60	3	0,60	1	0,20
775	109325	Letícia Maria De Souza	24/01/1998	12	3,60	2	0,40	3	0,60	2	0,40
776	105709	Ana Maria Ferreira Dos Santos	20/04/1997	12	3,60	2	0,40	2	0,40	3	0,60
777	103175	Geivazio Camargo	19/07/1986	12	3,60	1	0,20	2	0,40	4	0,80
778	103812	Gabriela Lucia Miguel	06/01/1994	10	3,00	8	1,60	1	0,20	1	0,20
779	103839	Helen Aline Moik	20/05/1998	10	3,00	7	1,40	1	0,20	2	0,40
780	112741	Lucimar Dal Alba	28/08/1988	10	3,00	6	1,20	3	0,60	1	0,20
781	107483	Andressa Marques	01/01/1996	10	3,00	6	1,20	2	0,40	2	0,40
782	106640	Laudir Jose Mafazzolli	11/02/1976	10	3,00	5	1,00	4	0,80	1	0,20
783	111781	Joseane Dumes	30/01/1987	10	3,00	5	1,00	4	0,80	1	0,20
784	113195	Cleide Fronza	12/04/1991	10	3,00	5	1,00	4	0,80	1	0,20
785	112542	Carmelise Sonntag Carmelise - Csacomex	17/11/1964	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
786	111618	Jean Carlos Back	25/01/1992	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
787	105820	Guilhme Henrique De Borba	20/07/1993	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
788	113221	Natan Henrique Uller	01/02/1994	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
789	107106	Gabriela Carolina Da Silva	12/06/1996	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
790	108799	Flavia De Souza	07/01/1997	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
791	114474	Murilo Goedert	02/05/1997	10	3,00	5	1,00	2	0,40	3	0,60
792	112319	Thomas Rafael Weitzstein	25/07/1994	10	3,00	4	0,80	5	1,00	1	0,20
793	107859	Daniel Zappellini	26/08/1989	10	3,00	4	0,80	4	0,80	2	0,40
794	105782	Diego Bilk	28/01/1990	10	3,00	4	0,80	4	0,80	2	0,40
795	109947	Odair Correa Ladewig	30/11/1992	10	3,00	4	0,80	4	0,80	2	0,40
796	112171	Eric Francisco Bachmann	01/11/1995	10	3,00	4	0,80	4	0,80	2	0,40
797	113567	Natasha Pinheiro	01/11/1991	10	3,00	4	0,80	3	0,60	3	0,60
798	113605	Daniela Cely De Andrade	17/02/1996	10	3,00	4	0,80	3	0,60	3	0,60
799	112846	Claudete Medeiros Da Silva Dos Santos	25/02/1973	10	3,00	3	0,60	4	0,80	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
800	113665	Marcos Oliveiros Carneiro Carvalho Jabour	07/02/1997	10	3,00	3	0,60	4	0,80	3	0,60
801	115253	Maria Eunice Paterno Da Costa Da Rocha	08/12/1977	10	3,00	3	0,60	3	0,60	4	0,80
802	110325	Marlu Gabriele De Abreu	01/03/1991	10	3,00	3	0,60	3	0,60	4	0,80
803	108412	Vanusa Anzini	31/08/1993	10	3,00	3	0,60	3	0,60	4	0,80
804	114459	Tayna Holdorf Mate	18/07/1995	8	2,40	6	1,20	3	0,60	4	0,80
805	103626	Larisa Kisner	09/05/1997	8	2,40	6	1,20	3	0,60	4	0,80
	104795	Douglas Hoffmann	18/01/1991	13	3,90	3	0,60	2	0,40	0	0,00
	112731	Jucelino Dos Santos Oliveira	05/06/1975	13	3,90	2	0,40	2	0,40	1	0,20
	108677	Carolina Da Silva Bolton	01/12/1986	13	3,90	2	0,40	2	0,40	1	0,20
	114422	Danielle Christine Erkmann Nascimento	23/05/1995	11	3,30	5	1,00	3	0,60	0	0,00
	115113	Keli Cristina Dreher	12/12/1973	11	3,30	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	110902	Leonardo Constantino	25/10/1995	11	3,30	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	104697	Rodrigo Valmor Schneider	22/03/1997	11	3,30	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	111893	Francine Teresa De Oliveira Andre	16/01/1990	11	3,30	4	0,80	4	0,80	0	0,00
	107874	Luana Girardi Rossa	21/10/1993	11	3,30	4	0,80	4	0,80	0	0,00
	106353	Mirín Granado	08/11/1974	11	3,30	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	103402	Douglas Dumke	12/07/1977	11	3,30	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	108288	Herlon Fabricio Niggemann	07/04/1979	11	3,30	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	106299	Cleucio Bruening	15/12/1979	11	3,30	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	114372	Rian Koide De Souza	12/08/1993	11	3,30	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	102749	Gheny Sibebe Beber	12/09/1993	11	3,30	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	103564	Daniela Catafesta	17/12/1996	11	3,30	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	111706	Julia Carolina Testoni Correa	03/08/1997	11	3,30	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	105774	Daiane Rodrigues Pereira	20/03/1996	11	3,30	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	103076	Eduardo Pletz	15/03/1983	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	112268	Allria Lopes	27/08/1988	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	110947	Marcel Vicente	18/09/1988	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	115259	Paulo Leandro Da Silva	10/04/1991	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	109009	Ketlin Luisa Wachholz	18/02/1995	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	110358	Monica Ellen Sauer	06/04/1997	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	114545	Lucas Renan Butzke	08/12/1997	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	111440	Aricele Jacinto	26/06/1980	11	3,30	2	0,40	3	0,60	3	0,60
	106857	Andrei Lincon Effting	20/05/1982	11	3,30	2	0,40	3	0,60	3	0,60
	104192	David Alexandre Tack	22/12/1988	11	3,30	2	0,40	3	0,60	3	0,60
	108818	Cristina Manoela Prust	13/05/1997	9	2,70	8	1,60	2	0,40	1	0,20
	106244	Larissa Gabriela Ferreira	28/12/1995	9	2,70	7	1,40	3	0,60	1	0,20
	108575	Enelia Barbosa	03/06/1983	9	2,70	6	1,20	4	0,80	1	0,20
	107040	Mariana Serafim	19/12/1994	9	2,70	6	1,20	4	0,80	1	0,20
	103825	Rosemeri Bagatoli	20/02/1969	9	2,70	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	109760	Wellington Krueger Rosa	28/09/1994	9	2,70	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	110567	Helena Fachin	05/10/1994	9	2,70	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	112435	Jucara Caprali	18/07/1995	9	2,70	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	112165	Tais Willemann	21/04/1994	9	2,70	6	1,20	2	0,40	3	0,60
	113967	Giovana Ap Fiorza Souza	09/05/1967	9	2,70	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	104917	Lucas Murilo Deitos	29/04/1994	9	2,70	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	104874	Roberto Carlos Ventura	21/10/1981	9	2,70	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	105147	Pamela Nunes	04/04/1997	9	2,70	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	103965	Maisa Fernanda Marciano	18/12/1997	9	2,70	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	108149	Sabata Larissa Bennert	21/05/1989	9	2,70	5	1,00	2	0,40	4	0,80
	114620	Niriete Wessner	10/03/1960	9	2,70	4	0,80	5	1,00	2	0,40
	115207	Rosana Aparecida Cavilia Buzzi	22/09/1980	7	2,10	9	1,80	3	0,60	2	0,40
	111190	Priscila Paola Brand	12/03/1995	7	2,10	9	1,80	3	0,60	2	0,40
	103357	Rene Celso Moreno Castro	17/05/1979	10	3,00	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	114447	Deise Salome Da Silva	17/01/1976	10	3,00	5	1,00	4	0,80	0	0,00
	103443	Jeferson Semeoni Rohling	13/10/1988	10	3,00	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	105784	Elaine Staroscky Bluk	09/07/1994	10	3,00	5	1,00	3	0,60	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	103193	Adriana Mara Schneider	21/03/1983	10	3,00	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	105197	Uda Da Conceicao Evangelista Vieira	27/02/1990	10	3,00	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	111139	Jaine Molinari	11/02/1996	10	3,00	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	104790	Luiz Carlos De Souza Junior	04/09/1989	10	3,00	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	104484	Diogo Da Mota De Lima	28/02/1995	10	3,00	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	112203	Roseli Miranda Gutjahr	02/03/1969	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	114498	Glaumir Scheitz	11/10/1976	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	114947	Rosane Willemann	09/01/1980	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	111942	Marcelo Pires	15/02/1983	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	104433	William Alessandro Schlup	06/04/1993	10	3,00	4	0,80	2	0,40	3	0,60
	107717	Camila Torquato Jung	03/03/1997	10	3,00	4	0,80	2	0,40	3	0,60
	108672	Laercio Bini	16/03/1992	10	3,00	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	113209	Marlei Soares Woltz Da Silva	17/03/1957	10	3,00	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	107374	Janaina Dos Santos	25/10/1987	10	3,00	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	113945	Caroline Belegante	14/06/1994	10	3,00	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	103015	Diulio Macedo Antunes Ribeiro	16/05/1996	10	3,00	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	105158	Yago Rodrigo Sonntag	02/05/1992	8	2,40	8	1,60	2	0,40	2	0,40
	102985	Beatriz Mannrich	15/04/1995	8	2,40	8	1,60	2	0,40	2	0,40
	108390	Jaqueline Sawicki	19/12/1983	8	2,40	6	1,20	4	0,80	2	0,40
	113632	Paulo Rafael Donel	27/06/1991	8	2,40	5	1,00	3	0,60	4	0,80
	103069	Maria Emilia Ferreira	24/05/1976	11	3,30	5	1,00	2	0,40	0	0,00
	110729	Yuri Borges Rocha	03/02/1993	11	3,30	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	114148	Deise Tania Dalsenter Sevegnani	01/03/1985	11	3,30	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	110336	Jaciara Caroline Kavikioni	26/05/1993	11	3,30	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	112137	Luci Mendes Da Costa	25/07/1959	11	3,30	4	0,80	1	0,20	2	0,40
	108154	Joao Victor Cortezini	06/05/1994	11	3,30	3	0,60	4	0,80	0	0,00
	113198	Maicon Leandro Marques	03/09/1987	11	3,30	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	108293	Sabrina Loffagen Tobias	23/06/1994	11	3,30	3	0,60	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	111646	Geraldine Marques Malochi	29/11/1984	11	3,30	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	112217	Linit Alini Fiamoncini	15/07/1991	11	3,30	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	109854	Fabício Missau Martins	02/09/1995	11	3,30	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	105694	Andre Fiamoncini	23/08/1984	11	3,30	1	0,20	3	0,60	3	0,60
	114218	Lucelia Castelo Branco Assuncao	17/05/1987	9	2,70	7	1,40	3	0,60	0	0,00
	106362	Michelle Porto	22/04/1997	9	2,70	7	1,40	3	0,60	0	0,00
	111951	Fabiana Ferreira Da Silva	13/02/1993	9	2,70	6	1,20	3	0,60	1	0,20
	115013	Beatriz Daniele Becker	01/01/1996	9	2,70	6	1,20	3	0,60	1	0,20
	115004	Jessica Aline Schumann Dudar	22/03/1997	9	2,70	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	111237	Rodrigo Erhardt	26/10/1971	9	2,70	5	1,00	4	0,80	1	0,20
	105020	Camila Bridi	23/04/1997	9	2,70	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	113222	Claudete Aparecida Rosa Farias	23/10/1972	9	2,70	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	107329	Patricia Raitz Dos Santos	21/02/1991	9	2,70	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	109196	Josiane Wisniewski	15/08/1994	9	2,70	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	104286	Helio Marcos Vieira	11/12/1983	9	2,70	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	103645	Dayonara De Moraes	02/12/1993	9	2,70	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	102774	Gabriela Habeck	07/07/1995	9	2,70	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	106694	Giovani Eleuterio	15/08/1975	9	2,70	3	0,60	5	1,00	2	0,40
	103146	Eduardo Rosa	01/09/1987	9	2,70	2	0,40	5	1,00	3	0,60
	115037	Rafael Dias Ferreira	03/07/1979	7	2,10	7	1,40	4	0,80	2	0,40
	112518	Jade Cristina Correa	30/01/1986	7	2,10	7	1,40	3	0,60	3	0,60
	108308	Luan Gustavo Bogo	02/03/1990	7	2,10	7	1,40	3	0,60	3	0,60
	113308	Antonio Domingos Ledra	06/02/1955	10	3,00	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	108402	Edipo Brehnan	10/06/1988	12	3,60	3	0,60	2	0,40	0	0,00
	112145	Priscila Maria Dos Santos	19/06/1990	12	3,60	2	0,40	2	0,40	1	0,20
	104903	Francieli De Souza Garcia	12/06/1997	10	3,00	6	1,20	2	0,40	0	0,00
	102982	Sabrina Dos Santos	26/01/1990	10	3,00	5	1,00	3	0,60	0	0,00
	102842	Larissa Lucas Da Costa	19/06/1995	10	3,00	5	1,00	3	0,60	0	0,00

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	114417	Elisabet Gaerther Morastoni	28/10/1977	10	3,00	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	107501	Veridiana Machado	26/05/1989	10	3,00	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	113429	Alessandra Soares Machado	22/09/1991	10	3,00	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	105308	Mariana Vieira	18/07/1994	10	3,00	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	110089	Viviane Da Silva	22/01/1981	10	3,00	4	0,80	4	0,80	0	0,00
	111624	Amanda Da Croce Armiliato	07/10/1994	10	3,00	4	0,80	4	0,80	0	0,00
	110547	Juzilene Morastoni	29/04/1977	10	3,00	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	114203	Gabriel Sezerino	09/11/1995	10	3,00	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	109916	Lorena Patricia Correa Porto	16/12/1995	10	3,00	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	103976	Tadiene Maira Müller Vavassori	08/11/1978	10	3,00	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	104272	Beatriz Porto	22/07/1994	10	3,00	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	115676	Luana Dirksen Cardoso	30/12/1995	10	3,00	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	110162	Matheus Cordova Garbin	06/03/1993	10	3,00	3	0,60	4	0,80	1	0,20
	104814	Wellington Mauricio Jacinto Eing	19/07/1997	10	3,00	3	0,60	4	0,80	1	0,20
	105073	Eliane De Jesus	28/04/1986	10	3,00	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	109933	Josias Joel Brehmer	15/06/1987	10	3,00	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	106439	Iury Ceolin	18/12/1991	10	3,00	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	108158	Saulo Morastoni	15/07/1984	10	3,00	2	0,40	4	0,80	2	0,40
	107449	Luana Pereira Diogo	08/07/1993	8	2,40	6	1,20	4	0,80	1	0,20
	110505	Silvania Della Justina De Godoi	15/11/1977	8	2,40	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	105567	Tiago Henrique Zamban	19/04/1996	8	2,40	6	1,20	2	0,40	3	0,60
	110532	Amanda Kochanski	29/09/1997	8	2,40	6	1,20	2	0,40	3	0,60
	109381	Rafael Werlich	07/03/1986	8	2,40	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	113653	Geovane Montibeller	15/12/1986	8	2,40	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	104473	Ricardo Kolm	04/07/1996	8	2,40	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	110166	Jenifer Rodrigues	19/03/1995	8	2,40	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	104825	Alcione Araujo De Campos	21/08/1978	8	2,40	4	0,80	3	0,60	4	0,80
	105430	Murilo Petters Campregheer	29/09/1996	6	1,80	8	1,60	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	105286	Eliana Soares Voss	08/10/1972	11	3,30	3	0,60	3	0,60	0	0,00
	113991	Mariane Campestrini	11/10/1990	11	3,30	3	0,60	3	0,60	0	0,00
	104725	Deborah Maria Nagel	04/10/1997	11	3,30	3	0,60	3	0,60	0	0,00
	110669	Andreza De Oliveira	24/12/1975	11	3,30	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	113471	Sandra Regina Chiquio	05/12/1984	11	3,30	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	110221	Gabriel Puff Dolejal	27/12/1996	11	3,30	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	104954	Solange Dos Santos Moraes	12/06/1968	11	3,30	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	105206	Daniela Fabiane Pereira Foster	16/03/1984	11	3,30	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	114957	Juliana De Espindola Kammers	28/07/1988	11	3,30	2	0,40	3	0,60	1	0,20
	115382	Paulo Henrique Domingues De Souza	23/01/1991	11	3,30	2	0,40	3	0,60	1	0,20
	103986	Adriana Cristina Rosemann	27/11/1990	11	3,30	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	114321	Diovani Pilar Junior	18/02/1996	11	3,30	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	105566	Marli Kopelke	02/05/1991	9	2,70	6	1,20	3	0,60	0	0,00
	110321	Luciana Silva Da Rosa	26/05/1994	9	2,70	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	108734	Ivone Staidel Valerio	23/10/1976	9	2,70	6	1,20	1	0,20	2	0,40
	115306	Waldeci Antonio Dos Santos Junior	23/09/1979	9	2,70	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	105198	Joelma Antunes Dos Santos	07/12/1986	9	2,70	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	106666	Andreia Girardi	30/04/1987	9	2,70	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	102770	Jeniffer Rudolf Figueiredo	22/04/1996	9	2,70	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	105592	Andre Luis Dos Santos	21/12/1996	9	2,70	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	111932	Maria Andreia De Oliveira	07/08/1977	9	2,70	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	107443	Leandro Thiersch Nascimento	09/05/1994	9	2,70	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	107445	Marlon Diego Wosniak Eyny	19/05/1997	9	2,70	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	111754	Angela Cristine Chaves De Souza	29/01/1966	9	2,70	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	114647	Adriana De Fatima Ribeiro	10/04/1972	9	2,70	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	103212	Eder Dolzan	19/11/1981	9	2,70	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	106235	Luciane Joana Quipers	14/12/1996	9	2,70	4	0,80	2	0,40	3	0,60
	114566	Samantha Veronica Vieira	19/06/1995	9	2,70	3	0,60	3	0,60	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	106311	Andre Da Silva Caproni	13/10/1989	9	2,70	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	108508	Taize Branco Dos Santos	06/02/1996	7	2,10	8	1,60	4	0,80	0	0,00
	111950	Lucilene Correia Da Silva	11/06/1977	7	2,10	8	1,60	2	0,40	2	0,40
	111497	Ezonir Jose Machado	29/10/1961	7	2,10	6	1,20	4	0,80	2	0,40
	113575	Michelle Stacheski Martins	23/04/1997	7	2,10	6	1,20	3	0,60	3	0,60
	106726	Leonardo Garcia Grahl	16/02/1995	12	3,60	2	0,40	2	0,40	0	0,00
	115811	Cristina De Oliveira Andre	14/07/1988	12	3,60	2	0,40	1	0,20	1	0,20
	111699	Rosana Maria Korb	27/09/1982	10	3,00	5	1,00	2	0,40	0	0,00
	105930	Gustavo Pasqualini Kuhl	12/02/1995	10	3,00	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	103164	Ariane Kochanski	16/09/1996	10	3,00	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	114477	Caroline Dumes Frömming	04/11/1996	10	3,00	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	102740	Fernanda Iara Kolm	23/07/1987	10	3,00	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	105005	Angelica Simone Scotini	05/01/1993	10	3,00	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	112007	Cristiane Malkowsky	01/04/1995	10	3,00	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	114215	Fabiana Cristina Da Silva	19/06/1987	10	3,00	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	104689	Andressa Aparecida Loterio	11/10/1988	10	3,00	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	110620	Ana Paula Aparecida Claudino Da Silva Longo	02/01/1990	10	3,00	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	115803	Taiana Cristine Roeple	12/06/1993	10	3,00	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	114076	Marina Geovana Semiano	24/03/1997	10	3,00	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	112536	Nathan Haffemann	24/07/1997	10	3,00	1	0,20	3	0,60	3	0,60
	109162	Edson Bachmann Junior	26/06/1991	8	2,40	7	1,40	3	0,60	0	0,00
	114587	Priscila Stein	22/07/1985	8	2,40	6	1,20	4	0,80	0	0,00
	112624	Marcio Daniel Anderle	30/07/1981	8	2,40	6	1,20	3	0,60	1	0,20
	111680	Caroline Franca	08/04/1997	8	2,40	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	115106	Jaiany Cristini Schroeder	02/05/1991	8	2,40	5	1,00	4	0,80	1	0,20
	109228	Bruna De Souza	25/08/1995	8	2,40	5	1,00	4	0,80	1	0,20
	105559	Cleusa Maria Mondini	03/09/1979	8	2,40	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	109754	Fabiana Dos Santos Pripra	21/05/1981	8	2,40	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	108270	Guilherme Depine Ferrari	23/01/1996	8	2,40	5	1,00	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	111721	Itayran Lucio Cezar Pedroso	20/03/1997	8	2,40	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	113990	Luciana Gauche Lopes	16/08/1968	8	2,40	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	106057	Cristianne Fernanda De Lima	31/12/1984	8	2,40	4	0,80	5	1,00	1	0,20
	113829	Elimara Angela Testoni	15/05/1975	8	2,40	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	111749	Juliana Michele Schneider Hllicher	19/08/1983	8	2,40	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	112396	Alexandro Augusto Dos Santos	07/03/1997	8	2,40	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	109564	Deivid Junior Scopel De Medeiros	26/05/1998	8	2,40	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	114404	Jaqueline Camargo De Almeida	26/03/1995	8	2,40	3	0,60	4	0,80	3	0,60
	114434	Danyella Eufrazio	28/06/1997	6	1,80	7	1,40	4	0,80	2	0,40
	106530	Rafael Ferreira De Melo	29/11/1980	11	3,30	3	0,60	2	0,40	0	0,00
	113140	Marineiva Pacheco	03/04/1975	11	3,30	2	0,40	2	0,40	1	0,20
	106613	Roberlandia Ferreira De Andrade	31/05/1978	9	2,70	6	1,20	2	0,40	0	0,00
	108903	Diego Passing	02/02/1993	9	2,70	6	1,20	2	0,40	0	0,00
	105965	Charlene Cercilio	30/01/1996	9	2,70	5	1,00	3	0,60	0	0,00
	110030	Lua Mateus Petri	25/04/1997	9	2,70	5	1,00	3	0,60	0	0,00
	104240	Janaina Ferreira	09/11/1990	9	2,70	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	115573	Darci Alves Pereira Junior	07/03/1987	9	2,70	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	113248	Ketlyn Antunes Batista	13/04/1993	9	2,70	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	110923	Romulo Mutschler	31/08/1995	9	2,70	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	106310	Vanessa Burg Stoeberl	20/11/1996	9	2,70	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	103395	Kerlon Lucas Rodrigues Bennert	31/12/1996	9	2,70	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	113791	Luana Aparecida De Oliveira	30/03/1999	9	2,70	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	115694	Cassia Lizandra Dos Santos Pereira	28/05/1996	9	2,70	4	0,80	1	0,20	3	0,60
	105310	Luana Maise Krieger Jandrey	11/04/1994	9	2,70	3	0,60	4	0,80	1	0,20
	108910	Lilian Cardoso	26/06/1989	9	2,70	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	106108	Guitho St Cyr	10/08/1976	9	2,70	3	0,60	2	0,40	3	0,60
	110351	Caroline Zimmernann	20/12/1996	9	2,70	3	0,60	2	0,40	3	0,60
	107857	Rosane Scheller	08/07/1997	9	2,70	3	0,60	2	0,40	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	109048	Mariana Claudia Perciak	25/04/1974	9	2,70	3	0,60	1	0,20	4	0,80
	104575	Morgana Redel	04/02/1994	9	2,70	2	0,40	3	0,60	3	0,60
	104093	Gislaine Kaleski Ignaczuk	06/08/1997	7	2,10	7	1,40	2	0,40	2	0,40
	114268	Joao Paulo Zelindro Neto	02/07/1993	7	2,10	6	1,20	4	0,80	1	0,20
	104680	Tamarafiorani	10/11/1990	7	2,10	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	111142	Rafael Back	08/01/1995	7	2,10	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	112218	Romulo Dominique Dos Santos Da Costa	09/12/1995	7	2,10	5	1,00	2	0,40	4	0,80
	108114	Tamires Mueller	27/12/1995	10	3,00	4	0,80	2	0,40	0	0,00
	110678	Isabel Aparecida Schell	23/04/1968	10	3,00	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	105898	Fabia Vatter	26/07/1996	10	3,00	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	113070	Jonas Figueredo	05/07/1988	10	3,00	2	0,40	4	0,80	0	0,00
	102768	Jeferson Michel Esser Da Silva	03/11/1993	10	3,00	2	0,40	4	0,80	0	0,00
	107878	Cleusa Silva Martinez	21/11/1960	10	3,00	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	115499	Jacqueline Lamim	17/06/1996	8	2,40	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	111202	Beatriz Weber	21/06/1994	8	2,40	6	1,20	1	0,20	2	0,40
	104498	Juarez De Souza	14/02/1980	8	2,40	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	104923	Larissa Ariane Menel	30/05/1994	8	2,40	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	112328	Maira Espindola Gutjahr	28/05/1996	8	2,40	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	115457	Joao Antonio Capeler	27/03/1991	8	2,40	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	113671	Marcel Simel Braatz	05/08/1992	8	2,40	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	109271	Natalia Block	16/05/1996	8	2,40	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	104295	Fabiana Aparecida De Medeiros	05/08/1977	8	2,40	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	111279	Caroline Da Fonseca Cachorowski	31/07/1979	8	2,40	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	115168	Aline Carla Inhaia	20/08/1990	8	2,40	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	114329	Ralf Carlo Ribeiro Brehmer	25/10/1991	8	2,40	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	115532	Gabriel Joao Stolf	04/02/1997	8	2,40	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	110168	Catia Juliama De Souza	20/04/1976	8	2,40	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	106109	Ketlin Caroline Silva De Oliveira	09/08/1989	8	2,40	3	0,60	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	108912	Larissa Kratz Farias	15/02/1996	8	2,40	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	109027	Paola Fernanda Borba	26/12/1991	8	2,40	3	0,60	2	0,40	4	0,80
	115412	Gilson Da Rosa	09/07/1985	8	2,40	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	103954	MunIQUE Magda Chaves	14/05/1991	8	2,40	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	111805	Felipe Krenkel	02/07/1993	8	2,40	1	0,20	5	1,00	3	0,60
	115402	Karina Zaniz	28/05/1998	9	2,70	5	1,00	2	0,40	0	0,00
	111823	Jandira De Moraes	06/04/1977	9	2,70	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	108517	Tiago Thiele	25/05/1989	9	2,70	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	106385	Ravely Mayara Medeiros	03/06/1991	9	2,70	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	103343	Simone Mari Cardoso	04/09/1976	9	2,70	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	111855	Fabio Tambosi	11/06/1985	9	2,70	3	0,60	1	0,20	3	0,60
	113263	Amanda Martins Beloto	22/08/1992	9	2,70	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	105788	Luiz Antonio Jordao	29/04/1997	7	2,10	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	111305	Wagner Jose Bittencourt	26/12/1992	7	2,10	5	1,00	4	0,80	1	0,20
	109636	Angela Claudino Machado Duarte	07/08/1978	7	2,10	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	103681	Fabricio Forechi Guimaraes	19/02/1979	7	2,10	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	104420	Adelaine Soares Da Rosa	29/04/1984	5	1,50	6	1,20	3	0,60	4	0,80
	111851	Alicione Beuting Bernardo	11/02/1992	10	3,00	2	0,40	2	0,40	1	0,20
	108588	Astrid Rossa	28/08/1992	8	2,40	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	106195	Talita Adriana Backes	23/10/1997	8	2,40	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	108999	Claudinei Edmilson Laguna	16/07/1972	8	2,40	4	0,80	4	0,80	0	0,00
	104140	Ana Claudia Sens	21/01/1994	8	2,40	4	0,80	4	0,80	0	0,00
	107694	Sirlene Effing De Mattos	09/07/1987	8	2,40	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	110679	Keila Faustino Artismo	11/12/1989	8	2,40	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	111923	Vanessa Eleuterio	08/02/1990	8	2,40	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	115472	Viviani Jones	07/09/1991	8	2,40	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	103678	Maicon De Souza	17/03/1994	8	2,40	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	112029	Gabriel Fernando Macaneiro Da Silva	23/05/1997	8	2,40	4	0,80	3	0,60	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	103450	GABRIELA WERLICH	05/06/1997	8	2,40	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	115022	Jossemar Pereira	06/04/1981	8	2,40	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	113463	Taiane Cristina Claudiano	07/02/1991	8	2,40	4	0,80	1	0,20	3	0,60
	114140	Ana Paula Martins Varela Kuhl	15/04/1980	8	2,40	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	112033	Vera Lucia Bittencourt	31/08/1980	8	2,40	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	114032	Wesley William Gross	17/09/1997	8	2,40	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	103658	Vanderleia Willemann	30/08/1969	8	2,40	3	0,60	2	0,40	3	0,60
	114436	Lucas Freiburger	02/10/1995	8	2,40	2	0,40	4	0,80	2	0,40
	111912	Everton Jalison Coelho Charao	25/09/1984	8	2,40	2	0,40	3	0,60	3	0,60
	103035	Cleiton Ceolin	13/05/1987	6	1,80	6	1,20	4	0,80	1	0,20
	103562	Marisa Loffi	27/06/1990	6	1,80	6	1,20	4	0,80	1	0,20
	106890	Janine Schulze	20/03/1989	6	1,80	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	103338	Tainara Schlatter	17/07/1998	6	1,80	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	109739	Maria Das Gracas Dos Santos	11/10/1960	6	1,80	6	1,20	2	0,40	3	0,60
	106965	Danielle Schreiber Schvetcher	03/10/1997	6	1,80	6	1,20	2	0,40	3	0,60
	113335	Debora Schneider De Avila	25/06/1977	6	1,80	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	105523	Cleusa De Souza Batista	09/12/1975	6	1,80	5	1,00	2	0,40	4	0,80
	111799	Giovana Aparecida Meotti Rigon	02/06/1990	9	2,70	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	104005	Andrea Lucio De Santana	01/11/1985	9	2,70	3	0,60	3	0,60	0	0,00
	107724	Andreia Aparecida Cordeiro Roedel	05/08/1974	9	2,70	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	103583	Milene Adriana Soares	27/09/1990	9	2,70	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	113814	Larissa Cristine Correa	26/06/1987	9	2,70	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	106013	Dgilio Vicent Zoboli Perosso	01/09/1995	7	2,10	6	1,20	3	0,60	0	0,00
	103529	Leandro Da Silva	10/04/1992	7	2,10	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	103073	Rafaela Pinheiro Dos Santos	27/02/1994	7	2,10	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	111449	Leticia Maria Leite	30/05/1995	7	2,10	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	109792	Marcos De Souza Naffien	24/03/1997	7	2,10	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	107484	Leandro Nowack	30/07/1992	7	2,10	5	1,00	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	113021	Jessica Hadlich	26/05/1993	7	2,10	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	102931	Patricia Coelho	04/07/1996	7	2,10	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	106446	Fabiana Aparecida Souza	05/11/1979	7	2,10	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	111772	Valeria Kammers	13/02/1996	7	2,10	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	115600	Maria Tainara Silva Davi	19/06/1996	7	2,10	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	105325	Karlson Bremer	25/09/1967	7	2,10	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	115111	Marleusa Martins De Souza	06/11/1970	7	2,10	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	115692	Daniel Lima Da Silva Barbosa	27/04/1985	7	2,10	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	110265	Cristiano Da Silva	10/12/1988	5	1,50	5	1,00	4	0,80	3	0,60
	104357	Cleber Da Silva Magnani	22/02/1998	8	2,40	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	103936	Daniela Kretzschmar	13/02/1983	8	2,40	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	115544	Elsa Esser	04/04/1961	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	103262	Andreia Dacol	21/03/1970	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	103654	Jadelia Silva Camargo	25/07/1992	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	111722	Lucas Eduardo Dreher	16/11/1994	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	113559	Bruna Hoppers	28/08/1995	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	103085	Fernanda Vargas Reinert	18/03/1997	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	110441	Gabriel Dos Santos	15/07/1997	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	112625	Giovania Domingos Savio Schneider	26/04/1966	8	2,40	2	0,40	4	0,80	1	0,20
	107685	Franciane Aparecida Da Rosa	03/07/1982	8	2,40	2	0,40	4	0,80	1	0,20
	103067	VANESSA RAQUEL RAMOS MONTIBELLER	02/03/1991	8	2,40	2	0,40	4	0,80	1	0,20
	115509	Jackson Vinicios Carlesso	30/06/1994	6	1,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	108640	Daiana Mabili Rossetti	19/06/1992	6	1,80	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	111145	Luciana Caldas	16/06/1984	4	1,20	7	1,40	4	0,80	2	0,40
	112770	Hilda Adami Tonon	20/05/1951	5	1,50	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	103469	Ison Ribeiro	18/04/1989	9	2,70	3	0,60	2	0,40	0	0,00
	112837	Charles Wessner	01/03/1986	9	2,70	1	0,20	2	0,40	2	0,40
	105254	Andreia Cachoeira	17/08/1975	7	2,10	5	1,00	3	0,60	0	0,00

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	109371	Fabiola Marian Correa	25/04/1983	7	2,10	5	1,00	3	0,60	0	0,00
	113455	Nilza Barbosa Velho	19/07/1974	7	2,10	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	108755	Roselaire Da Silva	28/09/1990	7	2,10	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	102981	Gabriele Da Silva	21/11/1997	7	2,10	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	115055	Amanda Montagna	09/12/1992	7	2,10	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	107997	Vinicius Correa	30/06/1996	7	2,10	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	108994	Eberton Odinei Ventura Fermino	14/06/1984	7	2,10	2	0,40	3	0,60	3	0,60
	111758	Djeinifer Boll	16/10/1996	7	2,10	1	0,20	3	0,60	4	0,80
	112282	Cleia Demarchi	27/02/1968	5	1,50	7	1,40	3	0,60	1	0,20
	112432	Bruno Costa	14/11/1996	8	2,40	3	0,60	3	0,60	0	0,00
	115543	Dayse De Oliveira	11/08/1990	8	2,40	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	106157	Franciane Maira Dos Santos	09/09/1991	8	2,40	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	103324	Rafael Noering	08/07/1993	8	2,40	2	0,40	4	0,80	0	0,00
	108512	Adriano Pacheco	27/12/1990	8	2,40	2	0,40	3	0,60	1	0,20
	115693	Franciele Generoso Feltrin	11/03/1994	8	2,40	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	113953	Diane Cibele Dos Santos Do Nascimento	15/12/1989	6	1,80	6	1,20	1	0,20	2	0,40
	110901	Lucas Baumann	02/08/1994	6	1,80	6	1,20	1	0,20	2	0,40
	112614	Deise Neto Mutschler	18/06/1986	6	1,80	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	103476	Felipe Schmidt	09/04/1998	6	1,80	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	115072	Ana Cristina Kohls	22/01/1994	6	1,80	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	107461	Maiara Foster	10/04/1995	6	1,80	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	110482	Cleiton Franzoi	08/11/1979	6	1,80	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	111970	Marco Antonio Saidel	10/04/1994	6	1,80	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	103005	Bianca Soraya Zanella	28/04/1995	6	1,80	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	104186	Tiago Felipe Subtil	28/06/1988	6	1,80	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	105616	Daniela Blanchet	02/04/1985	6	1,80	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	108008	Marisa Bagattoli	18/08/1973	9	2,70	2	0,40	2	0,40	0	0,00
	114461	Lucineia Terezinha Doege	20/11/1969	9	2,70	2	0,40	1	0,20	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	105718	Fabiola De Espindola	11/02/1995	7	2,10	5	1,00	1	0,20	1	0,20
	104025	Michele Daiane Dolzan	22/06/1984	7	2,10	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	104464	Lidiane Pereira Martins	12/04/1993	7	2,10	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	114530	Luciane Aparecida De Deus Bueno Batista	01/05/1973	7	2,10	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	114062	Michele Fronza	15/03/1985	7	2,10	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	111943	Joseane Oliveira De Avila	07/05/1986	7	2,10	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	110009	Gislaine Schwambach Navarro Lins	07/02/1983	7	2,10	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	115270	Beatriz Holdorf	01/11/1984	7	2,10	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	106656	Roger Vieira	07/07/1989	7	2,10	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	107594	Cristiane Leite Cordova Lotin	31/07/1983	7	2,10	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	110273	Tamiris Ceola	04/09/1997	7	2,10	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	111657	Daiane Fogolari Souza	05/12/1989	7	2,10	3	0,60	1	0,20	3	0,60
	110745	Gilberto Pereira Da Silva	08/09/1977	7	2,10	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	108030	Isabela Ledra	20/06/1994	5	1,50	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	109533	Neusa De Lima	26/03/1971	6	1,80	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	103641	Daiane Ferreira De Mello	23/11/1989	6	1,80	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	113982	Morgana Juliana Miranda	04/07/1987	6	1,80	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	113849	Yonara Cristine Girardi	15/06/1990	6	1,80	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	114137	Thaise Natalia Schneider	12/12/1992	6	1,80	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	106824	Leticia Alvez Martins	29/12/1989	6	1,80	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	113191	Fabiola Ledra	10/12/1984	4	1,20	7	1,40	1	0,20	3	0,60
	107507	Graziela Alves Damori	25/11/1984	4	1,20	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	103576	Rafaela Monique Abreu	21/10/1996	7	2,10	2	0,40	3	0,60	1	0,20
	103896	Daiane Da Silva Guimara	05/01/1996	5	1,50	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	103830	Adriana Block Faustino Machado	01/06/1984	5	1,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	112512	Jameli Strey	24/03/1993	5	1,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	105916	Lliandra Versino	27/02/1998	5	1,50	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	108919	Claudia Regina Gerber Andrade	27/12/1996	5	1,50	4	0,80	4	0,80	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	107893	Bruna Medeiros	08/03/1998	5	1,50	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	103186	Valcir Scottini	30/01/1968	5	1,50	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	110759	Joelma Longen Christen	15/12/1983	8	2,40	3	0,60	1	0,20	0	0,00
	115417	Josiane Carvalho	12/04/1982	6	1,80	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	103017	Karina Bona Da Silva	25/05/1996	6	1,80	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	113452	Maria Cristina Dos Santos	26/07/1964	6	1,80	4	0,80	1	0,20	2	0,40
	108678	Rosana Geni Richter Andrioli	17/01/1986	6	1,80	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	107061	Carla Daniele Fronza	11/03/1995	6	1,80	2	0,40	4	0,80	1	0,20
	113528	Maiara Carine Foster	19/02/1998	6	1,80	2	0,40	2	0,40	3	0,60
	112262	Manoel Valmir Silva Antunes	25/05/1976	4	1,20	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	112122	Jessica Maria Koch	11/02/1991	4	1,20	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	107811	Ana Paula Machado	21/03/1995	4	1,20	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	103850	Adevaria Aparecida Welter	12/10/1981	4	1,20	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	110840	Gabriel Laurindo Piedade	25/01/1992	7	2,10	1	0,20	2	0,40	2	0,40
	112160	Pamela Regina Degenhardt	01/11/1995	5	1,50	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	105618	Michele Batista	28/07/1998	5	1,50	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	112898	Sidnei Aparecida Salvador	11/05/1969	5	1,50	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	107775	Franciane Mayra Costa Nunes	05/07/1989	5	1,50	4	0,80	1	0,20	3	0,60
	105922	Carmem Carolina Dellagiustina	28/05/1996	5	1,50	3	0,60	4	0,80	1	0,20
	106876	Adilson Hermann	17/08/1970	5	1,50	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	111269	Silvana Floriano Da Silva	12/12/1991	5	1,50	2	0,40	2	0,40	4	0,80
	111568	Marco Augusto Purnhagen	27/05/1988	6	1,80	5	1,00	1	0,20	0	0,00
	115684	Fabiana Erba	08/03/1989	6	1,80	3	0,60	3	0,60	0	0,00
	108150	Ernani Domingos Andreatta	17/08/1980	6	1,80	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	114503	Delmir Kepsle	28/06/1987	6	1,80	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	110230	Patricia Steffens	23/09/1988	6	1,80	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	103374	Bruna Sibeles Soares	16/06/1995	4	1,20	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	110514	Vonice Dos Santos	06/11/1975	4	1,20	3	0,60	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	115585	Nilva Luzia Do Nascimento	02/03/1962	7	2,10	2	0,40	1	0,20	1	0,20
	110159	Anelise Grasel	31/05/1975	5	1,50	5	1,00	1	0,20	1	0,20
	114556	Mauro De Oliveira	09/07/1951	6	1,80	2	0,40	3	0,60	0	0,00
	110886	Julia Grasiela Pieritz	28/09/1994	6	1,80	4	0,80	1	0,20	0	0,00
	106936	Mayara Sawczen	09/06/1994	6	1,80	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	106414	Carla Saionara Da Silva Dos Santos Farias	21/06/1997	6	1,80	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	104566	Elaine Caroline Back	06/11/1993	6	1,80	2	0,40	3	0,60	0	0,00
	104598	Juliana Cristina Nardelli	07/02/1997	6	1,80	2	0,40	3	0,60	0	0,00
	105702	William Fernandes Grah	24/09/1993	6	1,80	1	0,20	4	0,80	0	0,00
	109254	Isanir Schluter	28/03/1960	6	1,80	1	0,20	2	0,40	2	0,40
	112460	Queli Cristina Da Silva Oliveira	28/10/1995	4	1,20	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	106111	Cristina Dagnoni	22/03/1992	4	1,20	4	0,80	4	0,80	0	0,00
	108199	Ligiane Angelo Pinheiro	12/09/1989	4	1,20	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	109750	Ana Carolina Sales	13/12/1990	4	1,20	2	0,40	3	0,60	3	0,60
	110484	Daniela Dos Santos	21/09/1983	5	1,50	4	0,80	2	0,40	0	0,00
	115169	Jessica Fachini Hedler	21/06/1997	5	1,50	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	110189	Etiene Maiara Domingos	16/03/1988	5	1,50	2	0,40	3	0,60	1	0,20
	114569	Talane Regina Simao	21/09/1988	5	1,50	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	102794	Daiane Reimer Preuschaft	22/07/1985	3	0,90	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	111378	Evanilde Adami	03/08/1955	6	1,80	2	0,40	1	0,20	1	0,20
	112679	Nadia Votolini	22/10/1980	4	1,20	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	109573	Marlucia Cordeiro Krieger	13/05/1984	4	1,20	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	104454	Valdir Reis Da Silva	18/06/1977	4	1,20	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	104664	LIZ ANDREA RODRIGUES	08/04/1995	4	1,20	2	0,40	2	0,40	3	0,60
	112977	Sonia Margarete Dalfovo	07/11/1964	3	0,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	108614	Tassiele Karoliny Ponticelli	23/10/1997	6	1,80	1	0,20	2	0,40	0	0,00
	113321	Lindacir Padilha Salvador	13/10/1978	2	0,60	6	1,20	1	0,20	2	0,40
	111300	Regina Rosana Cardoso	27/07/1961	5	1,50	2	0,40	1	0,20	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	113688	Alice Schveppe	04/10/1992	5	1,50	2	0,40	1	0,20	1	0,20
	113476	Clayton Goncalves	02/05/1981	3	0,90	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	112751	Chirley Cristina Sora	09/06/1996	3	0,90	2	0,40	1	0,20	4	0,80
	115028	Grasiele Andresa Jorge	03/05/1981	3	0,90	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	111766	Maria Das Neves Oliveira	03/08/1976	3	0,90	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	115039	Rosi Meri Cezar	06/09/1979	3	0,90	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	103964	Andressa Cristina Roberti	02/01/1992	3	0,90	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	103870	Marcelo Klehm	07/08/1996	3	0,90	1	0,20	2	0,40	3	0,60
	104902	Jean Henrique Soares	28/09/1995	4	1,20	1	0,20	2	0,40	1	0,20
	114418	Andreia Hoeltgebaum	27/06/1994	3	0,90	4	0,80	1	0,20	0	0,00
	114429	Iolanda Maria Dos Santos	12/09/1947	1	0,30	0	0,00	1	0,20	0	0,00
	112440	Edgar Kruger	23/04/1949								Ausente
	115403	Isolete Theis Stadnick	20/03/1955								Ausente
	108686	Nair Olga Lenzi Saldanha	27/11/1958								Ausente
	109873	Hylton Grael	28/03/1960								Ausente
	115047	Maria Zoneide De Oliveira Andre Munzfeld	12/04/1960								Ausente
	113082	Marlene Scottini Pegoraro	28/08/1962								Ausente
	104530	Elisabeth Aparecida Fronza	28/01/1963								Ausente
	103284	Renato Machado	14/08/1965								Ausente
	115842	Cleumar Aparecida De Oliveira Heiber	05/09/1965								Ausente
	110291	Ricardo Ademar Hoeller	15/10/1965								Ausente
	105606	Elisabete De Morais Schoeninger	18/01/1967								Ausente
	110341	Ede Maria Kjellim	06/12/1969								Ausente
	109505	Marliu Rosane Giovanella	09/05/1970								Ausente
	108592	Isabel Cristina De Jesus Oliveira	25/11/1970								Ausente
	115357	Marco Antonio Kucker	30/11/1970								Ausente
	103639	Luciano Siqueira Machado	03/06/1971								Ausente
	112336	Devanir De Jesus Sousa	10/06/1971								Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	110735	Luiz Cesar Cichoski	30/07/1971									Ausente
	103189	Priscila Rosane Traple Rotemmel	25/04/1972									Ausente
	103360	Rosana Aparecida Sell Carpes	25/11/1972									Ausente
	113105	Andreia Vargas Rosa Mandel	06/12/1972									Ausente
	113996	Evilasio Marchi	09/01/1973									Ausente
	114573	Jaerson Faustino Machado	04/02/1973									Ausente
	112591	Lizerlei Terezinha Grah	09/04/1973									Ausente
	107035	Alessandro Leo Kuntze	24/10/1973									Ausente
	113888	Lenita Teixeira	29/07/1974									Ausente
	104362	Andrea Aparecida Reinherdt	31/08/1975									Ausente
	113489	Marco Aurelio Viana	06/12/1976									Ausente
	112490	Juliana Vanessa De Oliveira Souza	04/03/1977									Ausente
	114275	Viviane Castiel Silva	11/08/1977									Ausente
	105269	Josmar Sangaletti	12/02/1978									Ausente
	111506	Elizete Martendal Dolisan	21/03/1978									Ausente
	114591	Claudele Silvana Wagner	16/05/1978									Ausente
	111710	Valber Correa	24/10/1978									Ausente
	110107	Leia Oliveira Barreiros	18/06/1979									Ausente
	106364	Melissa Miguel	01/09/1979									Ausente
	113892	Eduardo Schmitt Roste	05/09/1979									Ausente
	106625	Marcelo Bernardo Garcia	08/01/1980									Ausente
	107141	Solani Testoni Sangaletti	13/01/1980									Ausente
	110314	Sabrina Amorim Blanck	08/05/1980									Ausente
	114277	Geisiane Cristina Duck	04/08/1980									Ausente
	104318	Carolina Ropke De Araujo	23/08/1980									Ausente
	106689	Jean Maestri Ruoff	31/03/1981									Ausente
	103726	Lucilene Rodrigues Franco Bernardi	10/05/1981									Ausente
	111609	Aline De Mattos	21/08/1981									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	113438	Marcelo Alves Da Silva	16/09/1981									Ausente
	108948	Maurício De Oliveira Souza	06/10/1981									Ausente
	113514	Fernanda Katcipis Mafra	13/11/1981									Ausente
	110770	Marianna Bertochi	19/11/1981									Ausente
	111434	Wendel Laurete	02/01/1982									Ausente
	114124	Andreia Pereira	07/02/1982									Ausente
	109309	Marcio Jose Furtado Pereira	16/02/1982									Ausente
	104605	Elaine Cristina Razini	14/05/1982									Ausente
	107955	Dayana Comelli	16/06/1982									Ausente
	103376	Vanessa De Souza	14/08/1982									Ausente
	108718	Eduardo Sperandio Feltz	01/09/1982									Ausente
	102944	Marcela Costa Sales	21/02/1983									Ausente
	113031	Cristiane Seyferth	02/03/1983									Ausente
	107608	Tatiane Pereira Damasceno	08/03/1983									Ausente
	110467	Morgana Schneider Seemann	03/05/1983									Ausente
	115839	Eder Perroni Dos Santos	25/06/1983									Ausente
	112821	Clarice Schneider Angelo	09/08/1983									Ausente
	115708	Regiane Aparecida Da Silva Leite	15/08/1983									Ausente
	110822	Jean Carlo Alexandre	01/03/1984									Ausente
	113272	Camila Vogel	16/05/1984									Ausente
	112619	Ana Paula Finardi De Souza	28/05/1984									Ausente
	103914	Joice Schmidt Marx	20/07/1984									Ausente
	114482	John Vanderlei Da Silva	17/08/1984									Ausente
	106337	Claudia Sezerino Swolinski	07/09/1984									Ausente
	109794	Ismeralda Lima De Matos	18/11/1984									Ausente
	113433	Marli Santana Santos Da Silva	14/01/1985									Ausente
	113053	Deivid Pacheco Da Luz	19/01/1985									Ausente
	105736	Indianara Ribas Vidal	28/02/1985									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	104776	Odete Alves De Alencar	01/03/1985									Ausente
	105080	Rodrigo Xavier Dos Santos	15/03/1985									Ausente
	107028	Antonia Cicera De Oliveira	26/03/1985									Ausente
	103486	Suzamara Pinho	06/06/1985									Ausente
	114073	Ligiane Floriano	10/08/1985									Ausente
	115139	Guilherme Silva Soares	01/10/1985									Ausente
	112774	Caroline Prill Ledra Nikel	18/10/1985									Ausente
	104863	Kleber Tomazi	11/01/1986									Ausente
	112729	Diego Dos Santos	23/01/1986									Ausente
	107683	Silvana Constante	20/03/1986									Ausente
	106211	Fernando Cesar Souza	08/04/1986									Ausente
	113915	Luiz Eduardo Luciano	30/04/1986									Ausente
	113268	Michael Marcelo Marowski	27/07/1986									Ausente
	110388	Rafael Luciano	09/09/1986									Ausente
	109986	Daniel Schonfeldt Rodrigues	12/09/1986									Ausente
	115553	Fabio Luiz Silva	02/04/1987									Ausente
	106995	Francisco Reichardt Junior	19/04/1987									Ausente
	113190	Danilo Goncalves	02/06/1987									Ausente
	115441	Pamela Barbara Bueno	17/07/1987									Ausente
	108188	Leonardo Soares	13/08/1987									Ausente
	115648	Daniel Cesar Sens	16/08/1987									Ausente
	105572	Jean Carlos Zonta	02/01/1988									Ausente
	110462	Karina Alves Ponciano	04/01/1988									Ausente
	109941	Kaue Steierlein Soares	06/01/1988									Ausente
	112893	Diego Da Silva	18/01/1988									Ausente
	112314	Divaldo Custodio Maciel	26/01/1988									Ausente
	109230	Fernanda Schoeninger	06/02/1988									Ausente
	111565	Cristiano Geldsleichter	12/02/1988									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	112311	Lara Kantovick Delfino	27/02/1988									Ausente
	109251	Tayana Cruz De Souza	10/03/1988									Ausente
	103453	Eduardo Farias	04/05/1988									Ausente
	103856	Franciele Heloisa Moratelli Del Moral	08/05/1988									Ausente
	105495	Marileia Aparecida Bridarolli	18/05/1988									Ausente
	108807	Diego Ramon De Abreu	24/05/1988									Ausente
	107669	Camila Santana Do Amaral	13/07/1988									Ausente
	106853	Driele Pamela Barros Santos	30/07/1988									Ausente
	113769	Deise Marcela Szuta	18/01/1989									Ausente
	109016	Alini Freitas	14/02/1989									Ausente
	107510	Vanessa Patricia Candido Schwambach	01/03/1989									Ausente
	115019	Vanessa Zeferino	19/03/1989									Ausente
	110315	Marjorie Santos Do Nascimento	26/04/1989									Ausente
	109898	Djohn Carlos Niehues Reitz	10/07/1989									Ausente
	103612	Wagner Silveira	29/07/1989									Ausente
	111858	Jefferson Soares De Ortiz	09/09/1989									Ausente
	105632	Cassiano Pereira Da Costa	02/11/1989									Ausente
	113828	Mateus Langaro	02/12/1989									Ausente
	115380	Thales Barsan	07/12/1989									Ausente
	109385	Maiara Geldsleichter	15/01/1990									Ausente
	108602	Djaise Dorpmuller	27/02/1990									Ausente
	111048	Marjorie Maestri Brognoli	28/02/1990									Ausente
	105933	Bruno Antunes De Souza Junior	01/03/1990									Ausente
	114974	Gian Carlos Knaul	09/03/1990									Ausente
	104977	Michelle Carlos	12/08/1990									Ausente
	103090	Edivan Nardi	03/09/1990									Ausente
	115354	Simone Fronza	09/09/1990									Ausente
	111905	Inae Vasconcellos Da Rocha	19/09/1990									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	108739	Blackson Michael Zismann	26/09/1990									Ausente
	109201	Guilherme Luiz Ventura	23/10/1990									Ausente
	115538	Rodrigo Westphalen Lima Prada	03/11/1990									Ausente
	112103	Jonatha Valsomir Da Silva	16/12/1990									Ausente
	113691	Eduardo Jose Coelho	28/12/1990									Ausente
	114283	Cristiane Da Silva	31/01/1991									Ausente
	107430	Vanessa Mauricio Bittencourt	04/03/1991									Ausente
	114433	Edson Avi	02/04/1991									Ausente
	105450	Amanda Cristhie Trummer Da Silva	10/06/1991									Ausente
	113740	Fernanda De Souza	10/07/1991									Ausente
	109860	Ivessa Eduina Ferreira De Jesus	19/08/1991									Ausente
	115057	Liandra Bonacolsi Pereira	03/09/1991									Ausente
	110171	Ana Paula Cruz	18/09/1991									Ausente
	115317	Gabriel Fernando Theis	27/09/1991									Ausente
	108945	Guilherme Blanchet Cordeiro	27/09/1991									Ausente
	114600	Gustavo Henrique Peroll De Souza	24/10/1991									Ausente
	112229	Junior Valerio Buzzi	12/12/1991									Ausente
	113323	Kelvin Daylon Nazari Farias	07/02/1992									Ausente
	102997	Jessica Camargo	11/02/1992									Ausente
	114036	Elton Montagna	27/05/1992									Ausente
	110428	Eduardo Elffer	23/06/1992									Ausente
	111968	Flavia Wordell Becker	27/07/1992									Ausente
	102958	Daniel Fernando Kustner	13/08/1992									Ausente
	113623	Jonathan Michael Bertoldi	14/08/1992									Ausente
	110913	Diego Henrique Stahnke	24/08/1992									Ausente
	109827	Tainara Bruna Chechi De Meira	30/08/1992									Ausente
	106562	Jobert Lucio Da Silva	09/09/1992									Ausente
	110443	Matheus Norenberg Da Luz	22/09/1992									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	103691	Paulo Ricardo Adriano	28/09/1992									Ausente
	115805	Juliana Franciele Lourenco	07/10/1992									Ausente
	109057	Diogo Da Rocha	20/10/1992									Ausente
	111042	Arthur Henrique Capistrano	07/01/1993									Ausente
	105553	Marvio Jader Testoni	25/01/1993									Ausente
	106524	Aline Fonseca Rodrigues	08/03/1993									Ausente
	107617	Thalita Alexandre Antunes	22/03/1993									Ausente
	113868	Caroline Avi	20/04/1993									Ausente
	112008	Daiane Oliveira De Souza	05/05/1993									Ausente
	104688	Rafael Tanchela	16/05/1993									Ausente
	110958	Djulliano Cezar Cembranel	29/06/1993									Ausente
	114444	Thiago Mauricio Do Nascimento	07/07/1993									Ausente
	111382	Debora Cristina Nunes	18/07/1993									Ausente
	104236	Karin Arruda Amarante	22/07/1993									Ausente
	107472	Yasmin Milena Peyerle De Amorim	09/08/1993									Ausente
	103465	Pedro Henrique De Souza	18/08/1993									Ausente
	105843	Fernanda De Souza	21/08/1993									Ausente
	111852	Andreia Cassiani Lopes	25/08/1993									Ausente
	113648	Aristides Neckel Junior	20/09/1993									Ausente
	104059	Debora Krepel Dos Santos	11/10/1993									Ausente
	113088	Josi Priscila Aques	13/11/1993									Ausente
	109781	Rangel Nicacio Da Silva	06/12/1993									Ausente
	113583	Ligia Karine Machado	23/12/1993									Ausente
	114636	Isadora Kauling Lodi	10/01/1994									Ausente
	106909	Ravir Kretzschmar	16/01/1994									Ausente
	115641	Guilherme Felipe Passig	27/01/1994									Ausente
	107444	Miguel Henrique Barbosa De Souza	20/02/1994									Ausente
	112425	Rodrigo Da Rosa	08/04/1994									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	103765	Bruna Luisa Fermينو	15/04/1994									Ausente
	109705	Lucas Raphael Ravagnani	29/06/1994									Ausente
	110143	Dener Thiago Ancini	21/07/1994									Ausente
	115329	Jessika Batista De Sousa	01/08/1994									Ausente
	103667	WILLIAND SCHMITZ	21/09/1994									Ausente
	104548	Marina Pandini	03/10/1994									Ausente
	108848	Leonardo Borges Felipe	16/12/1994									Ausente
	114220	Jorge Antunes Rodrigues Junior	06/01/1995									Ausente
	113357	Bruna Da Silva	15/01/1995									Ausente
	108803	Kauana Taiara Tribess	07/03/1995									Ausente
	110938	Ana Paula Alves	07/04/1995									Ausente
	105487	Marcia Cristina Kons	15/04/1995									Ausente
	112725	Alisson De Aviz	25/04/1995									Ausente
	112266	Ana Carolina De Oliveira	05/06/1995									Ausente
	115029	Tairine Boehme	20/06/1995									Ausente
	115392	Jessica Maiera Proencio	23/06/1995									Ausente
	115092	Talita Montagna	30/06/1995									Ausente
	115498	William Viebrantz	14/08/1995									Ausente
	103016	Isadora Luisa Cavilha Ramos	16/08/1995									Ausente
	107593	Graziele Neckel	10/09/1995									Ausente
	103267	Lucas Emanuel Ferreira	19/10/1995									Ausente
	104560	Ariel Granemann	05/11/1995									Ausente
	103920	Bruna Schug	21/01/1996									Ausente
	104278	Camila Kneidl	22/01/1996									Ausente
	104720	Tainara Cristina De Souza	02/03/1996									Ausente
	109694	Bruna Barbosa Machado	07/03/1996									Ausente
	106440	Lorram Fernandes Gomes	17/03/1996									Ausente
	111523	Joao Pedro Cavalheiro	01/07/1996									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	103700	Bianca Ribeiro	11/08/1996									Ausente
	114234	Carla Kochanski	06/11/1996									Ausente
	102930	Gabriel Costa Da Silva	08/11/1996									Ausente
	111451	Flavia Maria Mendes	02/12/1996									Ausente
	103904	Vanessa Ariany Molk	12/12/1996									Ausente
	110212	Jorge Luiz Da Silva Santuches	12/01/1997									Ausente
	105376	Michel Roberto Tristao	21/01/1997									Ausente
	104628	Moana Aparecida Nürnberg	21/02/1997									Ausente
	108878	Jaciane Maria Ignacio	24/02/1997									Ausente
	113468	Lucas Vasselai Perini	07/03/1997									Ausente
	109249	Gabriela Berndt Borgonovo	07/04/1997									Ausente
	111825	Sabrina Niehues	10/04/1997									Ausente
	104953	Larita Mees	27/04/1997									Ausente
	110682	Matheus Horstmann Marcelino	16/06/1997									Ausente
	107820	Amanda Becker Goedert	16/07/1997									Ausente
	110905	Vinicius Pereira Dos Santos Da Silva	30/09/1997									Ausente
	108264	Merieli Kovalski	13/10/1997									Ausente
	114342	Thais Cristina Muller	19/12/1997									Ausente
	105536	Viviane Da Silva	24/12/1997									Ausente
	111815	Rafaela Marchi	21/04/1998									Ausente

1.2. ASSISTENTE SOCIAL

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	112732	Isolete Venturi Cunha	10/07/1962	18	5,40	10	2,00	4	0,80	4	0,80	9,00
2	114378	Dalana Hackbarth	28/07/1987	19	5,70	9	1,80	3	0,60	4	0,80	8,90
3	108546	Andreia Dos Santos	01/02/1972	18	5,40	10	2,00	5	1,00	2	0,40	8,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
4	109305	Patricia Da Costa Oliveira	01/07/1989	19	5,70	7	1,40	4	0,80	3	0,60
5	104182	Danielle Ferreira De Araujo	25/07/1985	20	6,00	6	1,20	1	0,20	5	1,00
6	103216	Samuel Salezio Dos Santos	09/07/1988	18	5,40	9	1,80	4	0,80	2	0,40
7	113673	Rosimeire De Souza Alves Vital	24/10/1982	17	5,10	8	1,60	3	0,60	5	1,00
8	113628	Sandra Maria Do Nascimento	10/02/1969	17	5,10	9	1,80	2	0,40	4	0,80
9	103874	Tainara Pitz	18/03/1991	17	5,10	9	1,80	2	0,40	4	0,80
10	108532	Rubia Pimentel Da Silva	13/01/1985	18	5,40	9	1,80	2	0,40	2	0,40
11	106752	Camila Pereira Paes	05/05/1990	18	5,40	8	1,60	2	0,40	3	0,60
12	112568	Deivid Pinto Vieira	06/09/1985	16	4,80	10	2,00	2	0,40	4	0,80
13	108069	Marcela De Fatima Kloster	03/12/1980	19	5,70	6	1,20	4	0,80	1	0,20
14	104948	Vandamaris Angela Scopel	01/07/1968	17	5,10	9	1,80	2	0,40	3	0,60
15	114448	Rosangela Fidelis Mahs	20/02/1984	17	5,10	7	1,40	3	0,60	4	0,80
16	113544	Andre Fritz	21/02/1992	17	5,10	7	1,40	3	0,60	4	0,80
17	112736	Sandra Regina De Oliveira Vieira	19/04/1960	15	4,50	9	1,80	3	0,60	5	1,00
18	112692	Ana Paula De Araujo	11/07/1982	18	5,40	8	1,60	1	0,20	3	0,60
19	112924	Franciele Camilo De Almeida	19/08/1990	19	5,70	7	1,40	1	0,20	2	0,40
20	104284	Rosiani Heinz	02/06/1981	19	5,70	5	1,00	3	0,60	2	0,40
21	112087	Adriane Alves Da Cruz	20/12/1982	18	5,40	7	1,40	2	0,40	2	0,40
22	111687	Cristina Ruck Miguel	24/11/1976	18	5,40	6	1,20	3	0,60	2	0,40
23	104337	Adolfo Juir Junior	24/01/1977	16	4,80	7	1,40	2	0,40	5	1,00
24	103384	Joao Luis Suppi Rodrigues	20/04/1990	16	4,80	5	1,00	4	0,80	5	1,00
25	115617	Indiamara Bicheski	21/11/1984	19	5,70	4	0,80	2	0,40	3	0,60
26	103052	Maria Aparecida Drapalski	17/10/1976	17	5,10	8	1,60	2	0,40	2	0,40
27	109279	Ana Paula Rochembach Da Rosa	14/05/1982	17	5,10	8	1,60	1	0,20	3	0,60
28	114488	Danielle Cristina Zanella Radke	24/09/1979	17	5,10	6	1,20	3	0,60	3	0,60
29	103403	Franciele Theves Da Rosa	03/05/1989	15	4,50	9	1,80	2	0,40	4	0,80
30	114981	Rejane Kuster	25/08/1977	18	5,40	4	0,80	3	0,60	3	0,60
31	102956	Clarice Schlickmann Petri	07/06/1967	18	5,40	4	0,80	2	0,40	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
32	111194	Fabiana Cristina Vieira	06/10/1985	16	4,80	8	1,60	2	0,40	3	0,60
33	110155	Elisabete Itajiba	12/04/1964	16	4,80	7	1,40	4	0,80	2	0,40
34	113481	Antonia Maria Da Silva	15/09/1957	16	4,80	7	1,40	2	0,40	4	0,80
35	105921	Adriana Levinski Hamann	02/06/1971	17	5,10	7	1,40	1	0,20	3	0,60
36	108525	Deise Farias	04/07/1978	15	4,50	8	1,60	3	0,60	3	0,60
37	106854	Bruna Luiza Freiburger	16/11/1994	15	4,50	8	1,60	2	0,40	4	0,80
38	110316	Macilda Reich Boni	28/09/1974	15	4,50	7	1,40	3	0,60	4	0,80
39	110188	Ana Carolina De Castro Freitas Santos	12/08/1979	18	5,40	5	1,00	2	0,40	2	0,40
40	111338	Luciano Pena De Oliveira	30/12/1977	18	5,40	4	0,80	1	0,20	4	0,80
41	104303	Rosângela De Fatima Macedo Padilha	27/11/1971	16	4,80	8	1,60	2	0,40	2	0,40
42	105328	Luiz Felipe Rahn	01/07/1988	16	4,80	8	1,60	0	0,00	4	0,80
43	115771	Fabiana Goncalves	05/04/1975	16	4,80	7	1,40	2	0,40	3	0,60
44	103818	Tayta Cristina Goetten	17/01/1985	16	4,80	7	1,40	2	0,40	3	0,60
45	113970	Sabrina Suelen De Souza	23/10/1993	17	5,10	8	1,60	0	0,00	2	0,40
46	114401	Karise Robetti	20/02/1991	17	5,10	7	1,40	1	0,20	2	0,40
47	104757	Roseli Rozangela Pascoal	05/12/1974	17	5,10	7	1,40	0	0,00	3	0,60
48	115307	Alandre Jukowski	01/06/1984	17	5,10	6	1,20	1	0,20	3	0,60
49	114543	Camila Paula Zatti	21/12/1989	17	5,10	6	1,20	0	0,00	4	0,80
50	111362	Rosane Souza Freitas	22/07/1991	15	4,50	8	1,60	4	0,80	1	0,20
51	103989	Nathalie Barea Silveira	21/08/1992	15	4,50	8	1,60	2	0,40	3	0,60
52	111753	Heitor Lucas Santana Dos Santos	01/08/1989	15	4,50	7	1,40	3	0,60	3	0,60
53	115738	Idenara Ventura Voltolini	18/05/1979	16	4,80	6	1,20	1	0,20	4	0,80
54	105719	Maria Celia De Faveri Gonsioriewicz	14/06/1978	16	4,80	5	1,00	2	0,40	4	0,80
55	108599	Paula Eleuterio De Brito	29/06/1949	17	5,10	7	1,40	1	0,20	1	0,20
56	105760	Joice Da Silva Prim	01/05/1982	17	5,10	6	1,20	1	0,20	2	0,40
57	106009	Rosalina De Oliveira Sobrinho	30/04/1983	17	5,10	6	1,20	1	0,20	2	0,40
58	112824	Antoniela Cristina Ferreira	11/12/1984	17	5,10	6	1,20	1	0,20	2	0,40
59	108335	Jessica Bieger	23/07/1991	17	5,10	5	1,00	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
60	113865	Eliane Medeiros Correa Ludewig	23/11/1970	17	5,10	5	1,00	1	0,20	3	0,60
61	115745	Jaqueline Felipetto Bonilla	17/09/1982	15	4,50	8	1,60	0	0,00	4	0,80
62	112627	Rafaela Carolina Ferreira	16/08/1989	15	4,50	6	1,20	2	0,40	4	0,80
63	110939	Paula Da Silva Flores	27/11/1990	16	4,80	6	1,20	1	0,20	3	0,60
64	106289	Daniel Carvalho De Oliveira	18/10/1977	16	4,80	5	1,00	2	0,40	3	0,60
65	111012	Joana Sawa	10/11/1972	16	4,80	5	1,00	1	0,20	4	0,80
66	111688	Elisabete De Almeida Dias	24/07/1979	17	5,10	5	1,00	1	0,20	2	0,40
67	104263	Patricia Schweder	26/04/1977	17	5,10	4	0,80	1	0,20	3	0,60
68	105741	Bruna Vanessa Schneider Gastmann	07/04/1983	17	5,10	4	0,80	1	0,20	3	0,60
69	112195	Sonia Aparecida Batista Ribeiro Marconi	01/03/1962	17	5,10	3	0,60	1	0,20	4	0,80
70	107837	Suzan Antunes	19/11/1979	15	4,50	9	1,80	1	0,20	1	0,20
71	105835	Clevertton Cidiclei Maciel	10/09/1977	15	4,50	7	1,40	2	0,40	2	0,40
72	103363	Jones Anderson Stahnke	28/05/1985	15	4,50	7	1,40	2	0,40	2	0,40
73	104456	Elizele Cardoso	31/07/1978	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
74	104967	Patricia Ana Battisti	06/03/1987	15	4,50	6	1,20	1	0,20	4	0,80
75	110857	Rosaura De Fatima Ferreira Telles	25/10/1961	15	4,50	5	1,00	4	0,80	2	0,40
76	109908	Adriana Soares Barbosa	10/03/1979	15	4,50	5	1,00	2	0,40	4	0,80
77	114033	Patricia Aparecida Martins	12/08/1991	13	3,90	8	1,60	2	0,40	4	0,80
78	111227	Katia Scos Ferreira	05/03/1985	16	4,80	6	1,20	2	0,40	1	0,20
79	104080	Jenaina Venturi Dutra	23/05/1990	16	4,80	6	1,20	1	0,20	2	0,40
80	115468	Sabrina Wosniack De Araujo	10/02/1983	16	4,80	5	1,00	4	0,80	0	0,00
81	108036	Ana Claudia Maba	24/02/1989	16	4,80	5	1,00	2	0,40	2	0,40
82	102760	Patricia Menegolla	07/09/1977	16	4,80	5	1,00	1	0,20	3	0,60
83	110231	Fernanda Testa Brustolin	23/06/1988	16	4,80	5	1,00	1	0,20	3	0,60
84	109604	Denise Vieira	11/06/1978	16	4,80	4	0,80	3	0,60	2	0,40
85	114621	Jussara Ortiz Assink	13/08/1971	14	4,20	7	1,40	2	0,40	3	0,60
86	114292	Marinez De Fatima Martins	11/07/1970	14	4,20	6	1,20	2	0,40	4	0,80
87	111470	Ludmila Ribeiro Kander	21/11/1981	14	4,20	6	1,20	2	0,40	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
88	110060	Joelma Broering De Souza	11/11/1987	17	5,10	3	0,60	2	0,40	2	0,40
89	112399	Maria Rosane Da Silva Figueiredo	06/01/1967	15	4,50	8	1,60	0	0,00	2	0,40
90	112187	Neandra Carla Cadore	26/09/1985	15	4,50	5	1,00	1	0,20	4	0,80
91	112293	Fabiane Wosny	27/06/1988	13	3,90	9	1,80	2	0,40	2	0,40
92	109585	Danielle Hoffman	22/04/1984	13	3,90	8	1,60	1	0,20	4	0,80
93	104519	Ana Paula Nunes	05/03/1985	16	4,80	7	1,40	1	0,20	0	0,00
94	104114	Heliane Helena Malichieschi Avi	04/09/1977	14	4,20	8	1,60	2	0,40	1	0,20
95	108431	Denise Aparecida Coninck Monteiro	20/11/1969	14	4,20	7	1,40	2	0,40	2	0,40
96	110132	Roseli Marinheiro Delino	23/05/1977	14	4,20	6	1,20	3	0,60	2	0,40
97	103116	Soneli Maria Omizzolo	20/12/1970	14	4,20	6	1,20	2	0,40	3	0,60
98	103698	Cristiane Gruber	22/08/1986	14	4,20	6	1,20	1	0,20	4	0,80
99	103129	Shanna Wolff Sieves	24/09/1982	14	4,20	5	1,00	2	0,40	4	0,80
100	107562	Deize Deuner	25/07/1992	15	4,50	7	1,40	1	0,20	1	0,20
101	113738	Helena Direne Alam	01/04/1960	15	4,50	6	1,20	1	0,20	2	0,40
102	112215	Roseli Maria De Souza	22/06/1976	15	4,50	6	1,20	1	0,20	2	0,40
103	103128	Eva Maria Muniz	08/12/1982	15	4,50	6	1,20	1	0,20	2	0,40
104	112885	Cristine Souza Walmeling	29/08/1986	15	4,50	5	1,00	2	0,40	2	0,40
105	103513	Lucas Alan Burlin	28/02/1991	15	4,50	5	1,00	2	0,40	2	0,40
106	111856	Pamela Da Rosa Ouriques Demarchi	13/02/1984	15	4,50	5	1,00	1	0,20	3	0,60
107	113416	Maria De Fatima Gouliart Flores Chioca	10/10/1972	16	4,80	3	0,60	1	0,20	3	0,60
108	111623	Giovana Bluning Pinto	30/12/1976	16	4,80	2	0,40	2	0,40	3	0,60
109	115041	Daniele Caroline Heusser	17/06/1986	14	4,20	7	1,40	1	0,20	2	0,40
110	105838	Joucemara Reck	31/03/1990	14	4,20	6	1,20	1	0,20	3	0,60
111	104260	Caroline Weller Machado De Moura	30/04/1984	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
112	107218	Andreia Oliveira Da Silva	28/01/1989	14	4,20	5	1,00	2	0,40	3	0,60
113	106496	Celia Andreani Kaufmann	29/08/1970	14	4,20	5	1,00	1	0,20	4	0,80
114	104051	Juliana Rosane Giliardi	23/06/1985	14	4,20	4	0,80	3	0,60	3	0,60
115	110180	Maria Idevalde Silva De Melo	20/03/1970	17	5,10	2	0,40	1	0,20	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
116	111676	Viviane Domingos	05/05/1974	15	4,50	7	1,40	1	0,20	0	0,00
117	115490	Daniela Silva Fellipe	09/09/1986	15	4,50	7	1,40	0	0,00	1	0,20
118	111654	Debora De Oliveira Marcelino Barbosa	25/04/1988	15	4,50	5	1,00	1	0,20	2	0,40
119	105693	Sandro Luiz Goncalves	31/12/1985	15	4,50	4	0,80	2	0,40	2	0,40
120	111366	Neide Aparecida Floriano	27/12/1970	15	4,50	3	0,60	2	0,40	3	0,60
121	104552	Eliane Klock Chiarelli	27/03/1968	13	3,90	7	1,40	1	0,20	3	0,60
122	115449	Ellen Caroline Pereira	16/07/1991	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
123	106920	Pamela Caroline Scharf De Andrada	23/08/1993	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
124	111349	Marcela Nasario	12/07/1981	16	4,80	4	0,80	2	0,40	0	0,00
125	110955	Rosana Bella Cruz	29/11/1965	14	4,20	5	1,00	1	0,20	3	0,60
126	103733	Izalene Theiss Da Rosa	26/03/1961	12	3,60	7	1,40	2	0,40	3	0,60
127	111046	Luciane Piccoli	30/01/1990	12	3,60	7	1,40	2	0,40	3	0,60
128	111304	Danielle Cristina Rodrigues	07/07/1977	12	3,60	7	1,40	1	0,20	4	0,80
129	109972	Beatriz Fartesi Cichoski	20/03/1975	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
130	109652	Lenir Ajarda	07/09/1992	15	4,50	5	1,00	0	0,00	2	0,40
131	115812	Daiane Oliveira Ribeiro	28/07/1987	13	3,90	7	1,40	2	0,40	1	0,20
132	113054	Lais Silva De Oliveira	20/12/1987	13	3,90	7	1,40	1	0,20	2	0,40
133	112962	Zelia Aparecida Porfirio	17/08/1965	13	3,90	6	1,20	2	0,40	2	0,40
134	113581	Iara Maria Rossoni	05/11/1969	13	3,90	6	1,20	1	0,20	3	0,60
135	114258	Rafaela Almeida	11/09/1991	13	3,90	6	1,20	1	0,20	3	0,60
136	109015	Sthefanye Machado Noronha Trajano Schmidt	29/12/1990	13	3,90	5	1,00	2	0,40	3	0,60
137	107463	Zlita May	27/04/1965	11	3,30	8	1,60	2	0,40	3	0,60
138	109159	Viviane Maria Rodrigues	05/08/1975	14	4,20	5	1,00	1	0,20	2	0,40
139	112682	Mariana Coelho	28/02/1985	14	4,20	5	1,00	1	0,20	2	0,40
140	112970	Camila Hinckel	23/09/1988	14	4,20	5	1,00	1	0,20	2	0,40
141	106972	Maria De Lurdes Franca	12/07/1958	14	4,20	5	1,00	0	0,00	3	0,60
142	102940	Ariane Vieira Muniz Chupel	14/12/1982	14	4,20	4	0,80	1	0,20	3	0,60
143	106897	Carin Cristina Gunsch	12/02/1976	15	4,50	5	1,00	0	0,00	1	0,20
144	114084	Rozeli Dias	27/09/1973	15	4,50	3	0,60	1	0,20	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
145	114237	Jessica Kristini Scheimann	15/09/1990	15	4,50	2	0,40	2	0,40	2	0,40
146	115394	Nathalia Grams	25/03/1993	13	3,90	6	1,20	2	0,40	1	0,20
147	104745	Elaine Schneider De Barros	13/11/1980	13	3,90	6	1,20	1	0,20	2	0,40
148	109975	Ester De Oliveira	21/01/1983	13	3,90	6	1,20	1	0,20	2	0,40
149	113826	Alfávia Kraus	31/10/1979	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
150	114309	Scheila Daiana Porto	06/08/1981	13	3,90	5	1,00	1	0,20	3	0,60
151	113613	Josiani Koth	20/12/1980	13	3,90	5	1,00	0	0,00	4	0,80
152	104002	Roberta Hochleithner	24/01/1981	14	4,20	5	1,00	1	0,20	1	0,20
153	108302	Rozania Da Rosa Ouriques	21/05/1963	14	4,20	5	1,00	0	0,00	2	0,40
154	114618	Fabiana Pereira De Jesus Lourenco	09/08/1978	14	4,20	4	0,80	1	0,20	2	0,40
155	112901	Ariane Gabriela Felix Leite	16/02/1989	14	4,20	4	0,80	1	0,20	2	0,40
156	114262	Marcia Muniz Silva	02/06/1975	14	4,20	3	0,60	1	0,20	3	0,60
157	109113	Andreia Stegemann	10/02/1984	12	3,60	6	1,20	2	0,40	2	0,40
158	112841	Marcia Suzana De Moraes	19/11/1976	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
159	109939	Mery Terezinha Martini	12/06/1967	12	3,60	6	1,20	2	0,40	1	0,20
160	109476	Sonia Rita Gheller	09/07/1973	15	4,50	2	0,40	0	0,00	2	0,40
161	114280	Silvia Lemos Da Cruz	14/03/1979	13	3,90	5	1,00	1	0,20	1	0,20
162	110771	Adriana Rodrigues	15/01/1983	13	3,90	4	0,80	1	0,20	2	0,40
163	110156	Daniela Kruger	30/03/1988	12	3,60	4	0,80	2	0,40	2	0,40
164	110683	Rosmari Beilke	16/01/1971	12	3,60	4	0,80	1	0,20	3	0,60
165	112047	Valnete Teresinha Dos Santos	23/02/1964	13	3,90	4	0,80	2	0,40	0	0,00
166	114518	Lenir Konzen Aquino Pereira	09/11/1974	13	3,90	2	0,40	2	0,40	2	0,40
167	105382	Elissama Esther De Queiroz Nazario	19/12/1990	11	3,30	7	1,40	0	0,00	2	0,40
168	105979	Roseclea Wagner Cavalet	19/05/1973	11	3,30	6	1,20	2	0,40	1	0,20
169	102757	Sandra Mari Buttei	17/11/1966	11	3,30	5	1,00	1	0,20	3	0,60
	111691	Simone Aparecida Fernandes	30/01/1973	13	3,90	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	106131	Elisabete Da Luz Damas	13/01/1982	13	3,90	2	0,40	1	0,20	2	0,40
	107361	Graziela Bicocchi Kriek	10/07/1976	13	3,90	1	0,20	1	0,20	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	114349	Flavia Roberta Liz De Souza	08/06/1991	11	3,30	6	1,20	0	0,00	2	0,40
	110393	Fatima Elisiane Ribowski	01/03/1986	11	3,30	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	106508	Krislaine Bona	21/11/1988	11	3,30	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	104976	Renata Nardi	21/08/1990	12	3,60	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	109543	Jedy Mabilia	08/11/1991	13	3,90	3	0,60	0	0,00	1	0,20
	114523	Francieli Costa Silva	11/04/1994	11	3,30	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	108839	Maria Adinora Baldissera	31/05/1958	11	3,30	3	0,60	0	0,00	4	0,80
	106164	Juliana Batista	08/10/1981	10	3,00	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	110348	Roseli Pinheiro	26/11/1963	11	3,30	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	111065	Sirlene Jordao	17/06/1980	11	3,30	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	104214	Greice Momm Fontanive	26/03/1984	9	2,70	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	109595	Daiana Tenfen Angelo	25/12/1985	11	3,30	4	0,80	0	0,00	1	0,20
	103009	Maria Sirlei Dos Santos	26/06/1959	7	2,10	5	1,00	2	0,40	4	0,80
	112052	Juliana Lino Da Silva Biagio	20/01/1982	8	2,40	6	1,20	1	0,20	2	0,40
	113537	Celso Alan Moser	25/03/1978	8	2,40	5	1,00	1	0,20	3	0,60
	115203	Bruna Daiane Rosa	05/08/1983	10	3,00	3	0,60	2	0,40	0	0,00
	112930	Patricia Holler	09/10/1980	10	3,00	2	0,40	0	0,00	3	0,60
	104225	Cleusa Schmueller	10/02/1974	7	2,10	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	115229	Christiane Wolff Scopel	15/06/1981	7	2,10	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	112976	Cleusa Satele Macedo Do Nascimento	04/06/1951	2							Ausente
	115703	Elena Massuquini Carre	01/01/1961	2							Ausente
	114074	Claudia Meneghim Guimaraes Yshii	13/09/1963	2							Ausente
	110120	Claudio Donizete Sebastiao	11/08/1966	2							Ausente
	115190	Geni Villa Rios	01/09/1968	2							Ausente
	114269	Ivete Manfrin	13/08/1969	2							Ausente
	113686	Evanir Paula Do Nascimento	17/03/1971	2							Ausente
	108700	Jocelaine Simoes Holkem	05/04/1972	2							Ausente
	106983	Sonia Regina De Lima Santos	20/01/1973	2							Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	109154	Mirian Teresinha Nunes	27/08/1973	2								Ausente
	110979	Patricia Avila Baggio	16/06/1974	2								Ausente
	112024	Fernanda Machado Falcao	21/06/1974	2								Ausente
	109290	Beatriz Do Carmo Chaves	05/02/1976	2								Ausente
	111734	Solange Kemer Fagundes Ortiz	13/12/1976	2								Ausente
	114579	Janete Schroeder Kuhlmann	03/10/1977	2								Ausente
	109587	Luciano Jose Silva	02/04/1978	2								Ausente
	114209	Melissa Casagrande	04/10/1978	2								Ausente
	104142	Deise Regina Zimmermann	09/07/1979	2								Ausente
	113214	Solange Da Cruz Krein	29/10/1979	2								Ausente
	103251	Rose Elias	29/11/1979	2								Ausente
	112406	Fabiana Ribeiro De Souza	18/04/1980	2								Ausente
	106894	Elizete Righes	22/06/1980	2								Ausente
	112223	Ingrid Carolina Hubes De Oliveira Neves	05/03/1981	2								Ausente
	110154	Carolini Barbosa De Oliveira	24/09/1981	2								Ausente
	114973	Viviane Marques Bezerra	10/02/1982	2								Ausente
	113425	Marceli Pelissari	15/04/1982	2								Ausente
	115267	Ana Paula Luiz Brito Barbosa	18/05/1982	2								Ausente
	110347	Carla Fernanda Breginski	26/11/1982	2								Ausente
	114515	Gisele Giane De Abreu	18/02/1983	2								Ausente
	112169	Fatima Oliveira Souza	03/07/1983	2								Ausente
	108454	Janaina Sabadini	17/02/1984	2								Ausente
	111031	Ana Paula De Azevedo Puhle	27/05/1984	2								Ausente
	113487	Anne Kely Alves Da Silva	04/06/1985	2								Ausente
	108045	Graziela Grah	08/06/1985	2								Ausente
	114071	Rosemeri Bueno De Lima	29/06/1985	2								Ausente
	113615	Sueli Antunes De Oliveira	09/01/1986	2								Ausente
	111123	Giseli Seffer Alves De Anhaia	17/01/1986	2								Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	107740	Thiago Mammo Ferreira Da Silva Rubim	18/01/1986	2								Ausente
	111210	Tais Alini Kerscher	17/09/1986	2								Ausente
	115711	Valquíria Giotto Genz	14/12/1986	2								Ausente
	106872	Taise Paula Campestrini	22/01/1987	2								Ausente
	108801	Kawe Graeff Campoli	05/05/1987	2								Ausente
	110964	Laysa De Araujo	09/02/1988	2								Ausente
	111119	Ana Paula Barcelos Buzzi	13/08/1988	2								Ausente
	111026	Vanessa Eidam	18/08/1988	2								Ausente
	112201	Marcia Marques Zeferino	15/12/1988	2								Ausente
	103860	Tatiane Dos Santos	20/06/1989	2								Ausente
	105104	Patricia Malacame De Souza	17/07/1989	2								Ausente
	112228	Diandra Aparecida Giongo	25/08/1989	2								Ausente
	103214	Lia Maria Teixeira	07/11/1989	2								Ausente
	109329	Bruna Da Fonseca	26/02/1990	2								Ausente
	106386	Tainara Tavares Pinto Da Silva	19/04/1990	2								Ausente
	109304	Louise Mariane Correa Silveira	21/08/1990	2								Ausente
	115393	Morgana Navarini	28/08/1990	2								Ausente
	110934	Aline Hrysyk	17/12/1990	2								Ausente
	104089	Juliana Pires Fritzen	27/03/1991	2								Ausente
	105582	Mellory Mello Jorge	28/04/1991	2								Ausente
	115584	Francine Nunes Correia	27/09/1991	2								Ausente
	104049	Thais Aparecida Castioni	21/10/1991	2								Ausente
	109836	Ana Flavia Maciel Araujo	29/11/1991	2								Ausente
	110976	Bruna Edina Dos Santos	09/12/1991	2								Ausente
	104864	Mayara Zimmermann Gelseichter	22/07/1992	2								Ausente
	111384	Scheila Rodrigues Silveira	16/11/1992	2								Ausente
	112583	Catiani Miriam Cardoso	08/12/1992	2								Ausente
	105343	Michelly Candido Pires	02/02/1993	2								Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	103143	Rosilene Marcia Dos Santos	26/07/1993	2								Ausente
	107928	Kamila Fernanda Bastos Miguel	25/09/1993	2								Ausente
	110308	Thayrine De Campos	06/12/1993	2								Ausente

1.3. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	109100	Lucia Helena Garcia	28/03/1973	5	1,25	7	1,75	18	4,50	7,50
2	108461	Andreia Carla Haskel	15/05/1976	8	2,00	6	1,50	15	3,75	7,25
3	113878	Maria Yara Elias Porath	10/01/1988	6	1,50	8	2,00	14	3,50	7,00
4	113333	Cintia Schneider	25/06/1977	6	1,50	6	1,50	16	4,00	7,00
5	109417	Juliana Fernandes	28/04/1988	6	1,50	8	2,00	13	3,25	6,75
6	102936	Diana Barcelos Damori	13/09/1980	6	1,50	7	1,75	14	3,50	6,75
7	111682	Marisa Rodrigues Vieira	12/08/1984	6	1,50	6	1,50	15	3,75	6,75
8	115551	Margarete Gultjahl De Jesus	29/11/1972	4	1,00	9	2,25	14	3,50	6,75
9	104364	Andrea Aparecida Reinherdt	31/08/1975	6	1,50	7	1,75	13	3,25	6,50
10	114645	Maisa Tatiana De Souza Albino	10/03/1988	6	1,50	7	1,75	12	3,00	6,25
11	113389	Rosemeri Ignacio Francisco	21/06/1975	5	1,25	5	1,25	15	3,75	6,25
12	110419	Lindair Padilha Riske	25/11/1982	4	1,00	8	2,00	13	3,25	6,25
13	104334	Catia Aparecida Goncalves	12/03/1993	6	1,50	7	1,75	11	2,75	6,00
14	111740	Lizete Martins Rengel	17/12/1968	6	1,50	4	1,00	14	3,50	6,00
15	103026	Alvacir Macedo Pereira	17/08/1971	5	1,25	7	1,75	12	3,00	6,00
16	106365	Janaina Martinez Magdalena	05/03/1983	5	1,25	5	1,25	14	3,50	6,00
17	107856	Schella Stupp	30/07/1983	5	1,25	5	1,25	14	3,50	6,00
18	112451	Fernanda Da Silva Lis	18/01/1996	4	1,00	6	1,50	14	3,50	6,00
19	115339	Zuleica Metzger	07/11/1977	3	0,75	5	1,25	16	4,00	6,00
20	106321	Luviana Backes	01/09/1981	6	1,50	8	2,00	9	2,25	5,75

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
21	108843	Giany Carla Garcia	02/09/1979	6	1,50	4	1,00	13	3,25	5,75
22	104663	LIZ ANDREA RODRIGUES	08/04/1995	5	1,25	8	2,00	10	2,50	5,75
23	108437	Tania Mara Barbosa Postai	24/06/1971	5	1,25	7	1,75	11	2,75	5,75
24	102909	Maria Luzia Heidrich	14/11/1979	3	0,75	9	2,25	11	2,75	5,75
25	107506	Marlite Marian	02/05/1958	5	1,25	6	1,50	11	2,75	5,50
26	107603	Marlete Barbino	09/07/1980	4	1,00	8	2,00	10	2,50	5,50
27	107251	Maria Elisiane Souza	19/08/1978	4	1,00	6	1,50	12	3,00	5,50
28	113973	Fernanda Tatiane Mendes	13/07/1989	4	1,00	5	1,25	13	3,25	5,50
29	108441	Osnilda Oderenge	25/02/1975	6	1,50	5	1,25	10	2,50	5,25
30	111308	Marcela Nogueira Medeiros	05/05/1985	5	1,25	6	1,50	10	2,50	5,25
31	103254	Angela Cristina Smaniotto	27/02/1983	5	1,25	4	1,00	12	3,00	5,25
32	111116	Rosi Vilke	10/04/1963	4	1,00	6	1,50	11	2,75	5,25
33	107605	Maurilita Barbino	18/02/1976	4	1,00	5	1,25	12	3,00	5,25
34	113696	Leila Cristina Padilha	14/08/1989	4	1,00	5	1,25	12	3,00	5,25
35	109738	Maria Das Gracas Dos Santos	11/10/1960	4	1,00	3	0,75	14	3,50	5,25
36	109670	Sabrina Aparecida Vilotti	11/05/1992	3	0,75	6	1,50	12	3,00	5,25
37	113787	Dayma Lizi Maciel	29/04/1991	3	0,75	4	1,00	14	3,50	5,25
38	113360	Neusa Rodrigues Goncalves	23/02/1964	5	1,25	6	1,50	9	2,25	5,00
39	103211	Angelita Stegemann	27/03/1960	5	1,25	5	1,25	10	2,50	5,00
40	106285	Sirlei Jorge	02/03/1994	5	1,25	5	1,25	10	2,50	5,00
41	109783	Natalia De Fatima Moura Vilotti	25/12/1994	5	1,25	5	1,25	10	2,50	5,00
42	109620	Grazieli Da Luz	11/04/1990	4	1,00	4	1,00	12	3,00	5,00
43	109409	Ivonete Borges Dos Santos	14/12/1987	3	0,75	7	1,75	10	2,50	5,00
44	109779	Janete Richartz De Borba	21/10/1962	3	0,75	4	1,00	13	3,25	5,00
	105522	Cleusa De Souza Batista	09/12/1975	4	1,00	4	1,00	11	2,75	4,75
	107134	Elizeti Fernandes Berto	03/04/1977	4	1,00	3	0,75	12	3,00	4,75
	115608	Tatiane Alcantara De Oliveira	23/02/1988	3	0,75	5	1,25	11	2,75	4,75
	102859	Rudinei Da Cunha	13/10/1978	3	0,75	4	1,00	12	3,00	4,75

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	104511	Arleide Campos	25/06/1984	1	0,25	6	1,50	12	3,00	4,75
	106791	Ana Maria Raulino Dos Santos	19/10/1981	5	1,25	3	0,75	10	2,50	4,50
	113867	Sueli Dos Santos Ferreira	15/08/1961	3	0,75	6	1,50	9	2,25	4,50
	115232	Lindaura Lucia Kissner Campestrini	17/02/1967	2	0,50	5	1,25	11	2,75	4,50
	102965	Madalena Serafim Machado	20/10/1953	4	1,00	6	1,50	7	1,75	4,25
	106797	Marli Simao	26/11/1976	6	1,50	4	1,00	7	1,75	4,25
	102900	Jacqueline Santos Dos Santos	17/05/1974	3	0,75	6	1,50	8	2,00	4,25
	106636	Orandina Ruas	01/06/1960	6	1,50	4	1,00	6	1,50	4,00
	106902	Elisete Correia De Melo	03/03/1986	4	1,00	6	1,50	6	1,50	4,00
	105118	Teresinha Pereira	22/04/1963	4	1,00	3	0,75	9	2,25	4,00
	115053	Marciane Sothe	12/05/1981	4	1,00	3	0,75	9	2,25	4,00
	108832	Vanessa Borges	16/03/1987	4	1,00	3	0,75	9	2,25	4,00
	115208	Tatiane De Vasconcelos Da Silva	24/11/1988	4	1,00	2	0,50	10	2,50	4,00
	109439	Jucileia Vilvert	14/06/1981	3	0,75	4	1,00	9	2,25	4,00
	103937	Josiane Paula Dos Santos	09/02/1995	3	0,75	4	1,00	9	2,25	4,00
	107496	Lucelia Klauberg Ferreira	14/01/1968	3	0,75	2	0,50	11	2,75	4,00
	109163	Schella Aparecida De Jesus	26/03/1988	2	0,50	5	1,25	9	2,25	4,00
	109425	Solenir Becker	16/12/1984	5	1,25	3	0,75	7	1,75	3,75
	104355	Silvani Blik Da Silva	31/05/1988	5	1,25	3	0,75	7	1,75	3,75
	113692	Ana Paula De Abreu	11/12/1981	5	1,25	2	0,50	8	2,00	3,75
	111303	Rosi Luetzow	12/06/1979	5	1,25	0	0,00	10	2,50	3,75
	106322	Charlene Da Silva Correa	08/11/1981	3	0,75	5	1,25	7	1,75	3,75
	103340	Marlene Ortiz De Oliveira	14/04/1962	3	0,75	2	0,50	10	2,50	3,75
	106646	Janaina Maria De Souza	11/08/1987	0	0,00	7	1,75	8	2,00	3,75
	103404	Jaides Santos Da Silva	21/06/1967	5	1,25	3	0,75	6	1,50	3,50
	110224	Thalia Cristina Moreira De Inhaia	29/05/1997	5	1,25	3	0,75	6	1,50	3,50
	104534	Rita De Cassia Da Silva	13/08/1973	4	1,00	4	1,00	6	1,50	3,50
	104381	Claudia Salm	08/05/1980	4	1,00	3	0,75	7	1,75	3,50

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	112990	Celita Aparecida Do Amaral	20/01/1976	3	0,75	2	0,50	9	2,25	3,50
	111798	Ana Beatriz Mees	19/04/1997	3	0,75	1	0,25	10	2,50	3,50
	108767	Maria Zenita Cardoso de Lima	20/12/1963	2	0,50	3	0,75	8	2,00	3,25
	107873	Maria Rosalina Leite	16/11/1952	0	0,00	2	0,50	11	2,75	3,25
	107516	Norimar Souza Da Luz	01/09/1972	4	1,00	3	0,75	6	1,50	3,25
	111608	Marlene Moraes	10/08/1970	3	0,75	3	0,75	7	1,75	3,25
	109474	Iracema Chiquileiro	21/02/1968	4	1,00	2	0,50	6	1,50	3,00
	112592	Maria Rosana De Melo	11/11/1965	1	0,25	4	1,00	7	1,75	3,00
	105964	Geni De Moura Sabino	15/12/1961	4	1,00	0	0,00	7	1,75	2,75
	110167	Ana Cristina Mattos	08/03/1981	3	0,75	3	0,75	5	1,25	2,75
	104054	Lindonesi Aparecida Paixao Dos Santos	22/08/1972	2	0,50	3	0,75	6	1,50	2,75
	113386	Marlene Aparecida De Andrade Moraes	30/03/1972	2	0,50	2	0,50	7	1,75	2,75
	110765	Vera Aparecida Franca	15/09/1964	2	0,50	1	0,25	8	2,00	2,75
	112634	Natalia De Fatima Nunes Dos Santos	18/11/1962	1	0,25	4	1,00	6	1,50	2,75
	112733	Mari Dos Santos Alves Da Silva	18/11/1972	1	0,25	4	1,00	6	1,50	2,75
	112756	Iraci De Souza	24/11/1951	1	0,25	4	1,00	5	1,25	2,50
	103845	Ondina Buttnher	27/02/1954	1	0,25	1	0,25	8	2,00	2,50
	104685	Mari Aparecida Battisti	19/10/1970	4	1,00	2	0,50	4	1,00	2,50
	106315	Gisela Stoll	21/03/1987	3	0,75	1	0,25	6	1,50	2,50
	110242	Marlene Cachoeira	20/12/1958	1	0,25	5	1,25	4	1,00	2,50
	109805	Centra Tertuliano De Paula Pereira	21/02/1968	2	0,50	2	0,50	3	0,75	1,75
	108086	Catarina Roseli Vieira Ledra	19/05/1966	3	0,75	1	0,25	2	0,50	1,50
	103292	Maria Neli Schelter	06/04/1973	0	0,00	1	0,25	5	1,25	1,50
	109550	Miriliane Franco Ramos	27/01/1980	2	0,50	1	0,25	2	0,50	1,25
	112513	Alice Ignacio	20/03/1994	2	0,50	0	0,00	0	0,00	0,50
	110191	Paulina De Abreu	21/11/1964	1	0,25	1	0,25	0	0,00	0,50
	105068	Juraci De Moura	02/08/1968	0	0,00	0	0,00	2	0,50	0,50
	111621	Nelci Rodrigues Dos Santos Pokrywiewski	20/04/1965	1	0,25	0	0,00	0	0,00	0,25

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	103717	Rosa Ezoiete Floriano Correa	13/06/1958	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
	105516	Elizabeth Sampaio Pereira	05/12/1960	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
	107744	Sabrina Mendes Dos Santos	15/01/1996	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
	103855	Evanilde Adami	03/08/1955							Ausente
	109492	Cleanir Saete Garcia Goncalves	30/09/1956							Ausente
	110194	Eni Rosangela Capistrano	12/03/1958							Ausente
	103684	Adelina Terezinha Miranda	21/07/1963							Ausente
	114030	Edite Das Gracas Fernandes	23/09/1963							Ausente
	106149	Rosa Maria Theiss	30/09/1966							Ausente
	113493	Odete Floriano	27/01/1967							Ausente
	113048	Ana Zila Correa Reuss	15/03/1967							Ausente
	106849	Clarinda Foster	25/11/1967							Ausente
	110699	Arlene Regina Haskel Demarck	06/10/1968							Ausente
	110596	Rosilene Cristina Do Amaral	05/09/1969							Ausente
	105397	Mara Lucia Lemos	10/07/1970							Ausente
	109092	Leonice Cunha	19/10/1970							Ausente
	103302	Andreia Cristina Hausmann	05/06/1972							Ausente
	110928	Elisa Beatriz Vitorino Dos Santos	15/07/1973							Ausente
	109461	Roseli Aparecida Bueno Pereira	27/10/1973							Ausente
	105125	Solange Da Silva	19/02/1975							Ausente
	112831	Claudete Xavier Gomes	02/07/1975							Ausente
	112782	Maria Roberta Das Neves	18/02/1976							Ausente
	109699	Juliana Dos Santos Marcos	02/07/1978							Ausente
	109233	Morgana Raquel Alexandre Domingos	11/08/1980							Ausente
	107600	Marlene Esteque	18/08/1980							Ausente
	110175	Lenita Aparecida Ferreira De Oliveira	31/08/1980							Ausente
	106652	Suzana Silveira De Paula	15/08/1981							Ausente
	107048	Franciane Costa Paes	28/01/1982							Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	115219	Maricella Silva Dos Santos	08/11/1982							Ausente
	114952	Charlene Rogeria Ramos Moraes	02/06/1983							Ausente
	107599	Elisangela Santos De Moraes	07/02/1985							Ausente
	113294	Simone Gibikoski	02/06/1985							Ausente
	107224	Deise De Pinho	05/06/1985							Ausente
	109419	Patricia Becker	25/01/1986							Ausente
	110199	Patricia Spanemberg Dos Santos	01/12/1987							Ausente
	113038	Zelinda Aparecida Rodrigues	20/01/1988							Ausente
	107092	Edneia Cristina Martins	03/06/1989							Ausente
	106942	Gessica Goncalves Da Silva	02/11/1990							Ausente
	108276	Morgana Martins	17/11/1992							Ausente
	106705	Marilaine Candido	20/07/1993							Ausente
	105783	Elaine Starosky Bilk	09/07/1994							Ausente
	110323	Valdicelia Cardoso Santos	18/09/1996							Ausente
	106809	Claudia Leal De Oliveira	05/05/1997							Ausente
	113617	Andrini Koerich	07/08/1997							Ausente
	108003	Luana Scharf	20/08/1998							Ausente

1.4. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	103475	Alcir Reitz	23/06/1984	4	1,00	7	1,75	17	4,25	7,00
2	109124	Osvanir Becker	19/10/1969	6	1,50	7	1,75	14	3,50	6,75
3	110248	Flavio Danecke	22/09/1967	5	1,25	6	1,50	16	4,00	6,75
4	103317	Joao Maria Ribeiro	16/02/1955	4	1,00	7	1,75	14	3,50	6,25
5	107067	Edson Moreira	28/03/1981	3	0,75	8	2,00	14	3,50	6,25
6	108757	Giovani Fernandes	08/07/1992	5	1,25	9	2,25	10	2,50	6,00

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
7	112636	Jackson Abel Longo	02/05/1972	3	0,75	8	2,00	13	3,25	6,00
8	103526	Jose Carlos Flagggrana	21/11/1964	3	0,75	6	1,50	15	3,75	6,00
9	105633	Rui Rocha Vicenti	30/04/1973	2	0,50	9	2,25	10	2,50	5,25
	115446	Helio Ison Britto	14/10/1987	4	1,00	3	0,75	8	2,00	3,75
	112742	Jefferson Osni Farias Voigt	04/06/1994	2	0,50	4	1,00	9	2,25	3,75
	111817	Givanildo Marcos Battisti	02/01/1977	4	1,00	3	0,75	7	1,75	3,50
	110206	Franciel Felicio De Castro	27/05/1992	4	1,00	4	1,00	5	1,25	3,25
	109415	Ademir Ziemermann	01/04/1976	4	1,00	3	0,75	6	1,50	3,25
	114960	Ivan Charles Barbosa	28/12/1993	1	0,25	3	0,75	9	2,25	3,25
	102863	Joao Luiz Da Costa	28/09/1963	3	0,75	3	0,75	6	1,50	3,00
	104129	Geovane Dos Santos Dhl	28/05/1979	1	0,25	2	0,50	9	2,25	3,00
	113706	Raul Luiz Carpes	03/08/1957	2	0,50	4	1,00	4	1,00	2,50
	105137	Augusto Nunes	06/08/1952	2	0,50	1	0,25	2	0,50	1,25
	110602	Pedro Vilmar De Oliveira	10/12/1970	1	0,25	1	0,25	1	0,25	0,75
	110185	Joelson Marques	17/12/1997	2	0,50	0	0,00	0	0,00	0,50
	102829	Alvino Nunes Filho	16/09/1971	0	0,00	0	0,00	1	0,25	0,25
	106667	Cristiano Franca	26/06/1986	0	0,00	0	0,00	1	0,25	0,25
	107521	Jose Wilson Carvalho	10/03/1966	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
	115175	Ademir Felipe	09/07/1965							Ausente
	103951	Airton Joao Franco	30/09/1965							Ausente
	104964	Dionildo Sanches Nascimento	12/10/1969							Ausente
	113461	Luis Carlos Giambastiani Dutra	20/02/1973							Ausente
	108284	Paulo Sanches Nascimento	27/05/1973							Ausente
	107125	Juliano Hack	04/07/1980							Ausente
	113670	Cleverson Jose Farias	05/04/1983							Ausente
	107139	Robson Da Silva	24/02/1992							Ausente
	109482	Edgar Duarte Plantil	24/03/1992							Ausente
	106939	Jose Roberto Coelho De Aquino Filho	22/08/1995							Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	112544	Marcos Jose Barbosa Dos Santos	27/12/1996							Ausente

1.5. CALCETEIRO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	109538	Marcio De Andrade Ferreira	12/09/1978	5	1,25	10	2,50	11	2,75	6,50
2	110404	Carlos Valente Jacinto	04/11/1966	3	0,75	7	1,75	10	2,50	5,00
	115360	Adilson De Andrade Ferreira	26/10/1983	5	1,25	6	1,50	8	2,00	4,75
	111927	Renato Guido Zwicker	30/11/1960	4	1,00	6	1,50	9	2,25	4,75
	106686	Osmar Da Rosa	24/11/1972	0	0,00	1	0,25	4	1,00	1,25

1.6. CARPINTEIRO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	102924	Jonas Samuel Goedert	29/08/1971	5	1,25	8	2,00	18	4,50	7,75
2	105334	Luis Carlos Miranda Tores	17/03/1973	6	1,50	9	2,25	10	2,50	6,25
3	112559	Robson Cardoso Da Silva	06/11/1984	5	1,25	8	2,00	8	2,00	5,25
	109207	Jair Schure	16/04/1972	2	0,50	4	1,00	5	1,25	2,75
	110887	Paulo Brizola Junior	08/02/1986							Ausente

1.7. COZINHEIRO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	109984	Fabiana De Borba Da Silva	19/01/1984	18	5,40	6	1,20	4	0,80	2	0,40	7,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
2	111598	Darci Neto	06/11/1974	12	3,60	6	1,20	3	0,60	4	0,80
3	105599	Ivone Aparecida De Paula Batista	13/01/1976	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
4	109467	Diana Aparecida Rocha Gomes	25/07/1975	14	4,20	4	0,80	3	0,60	1	0,20
5	109527	Zenilde Ferreira	04/02/1963	11	3,30	7	1,40	3	0,60	1	0,20
6	105510	Ana Lucia Zanqueta De Oliveira Rosa	18/04/1970	10	3,00	5	1,00	4	0,80	3	0,60
7	109531	Dalana Eloisa Kohl Longen	21/06/1987	9	2,70	6	1,20	4	0,80	3	0,60
	103278	Luci Teresinha Machado	26/06/1977	7	2,10	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	108876	Nilva Terezinha Correia Perreira	12/06/1964	7	2,10	1	0,20	1	0,20	0	0,00
	108425	Rosângela Aparecida Borges	01/02/1973	4	1,20	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	105213	Maria Lucia Ribeiro De Moraes	06/08/1976	4	1,20	2	0,40	0	0,00	1	0,20
	104083	Maria Julia Souza Dos Santos	28/06/1968	1	0,30	0	0,00	1	0,20	1	0,20
	112710	Carolina Da Conceicao	08/10/1954								Ausente
	112274	Marlete De Farias	17/03/1961								Ausente
	115186	Marisa De Fatima Da Silva Conrado	24/08/1965								Ausente
	107421	Maria Helena Fantin	23/05/1966								Ausente
	114153	Maria Ines De Camargo	06/04/1973								Ausente
	108857	Katiana Patricia Ribeiro Schneider	06/11/1977								Ausente
	108863	Eliane Da Aparecida Pereira	21/07/1978								Ausente
	107281	Elizete Alexandre Da Silva	04/03/1980								Ausente
	107597	Alexandra Da Silveira Ribeiro	28/05/1988								Ausente

1.8. EDUCADOR SOCIAL

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	112210	Naca Claudino Dos Santos	18/09/1985	17	5,10	6	1,20	3	0,60	3	0,60
2	104205	Gloria Beatriz Borges Matuchski	11/04/1976	15	4,50	8	1,60	4	0,80	3	0,60
3	111311	Jucelia Denise Hardt	07/06/1967	16	4,80	5	1,00	4	0,80	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
4	113759	Rozania Da Rosa Ouriques	21/05/1963	16	4,80	5	1,00	3	0,60	3	0,60
5	112588	Indianara Aparecida Da Silva	11/12/1993	14	4,20	8	1,60	3	0,60	3	0,60
6	105329	Luiz Felipe Rahn	01/07/1988	15	4,50	5	1,00	2	0,40	4	0,80
7	110091	Carla Fuck Wollinger	07/06/1988	13	3,90	8	1,60	4	0,80	2	0,40
8	110405	Sabrina Schulz	23/08/1991	13	3,90	6	1,20	4	0,80	4	0,80
9	107410	Maria Lucia Dos Santos	18/12/1983	16	4,80	5	1,00	2	0,40	1	0,20
10	112746	Ricardo Pinheiro	09/02/1986	14	4,20	4	0,80	4	0,80	3	0,60
11	104227	Arinka Teixeira Beber	22/04/1986	15	4,50	4	0,80	3	0,60	2	0,40
12	105506	Aline Marques	02/05/1991	13	3,90	7	1,40	3	0,60	2	0,40
13	110951	Maiara Tamires Tiedemann Feijo	03/09/1989	14	4,20	6	1,20	2	0,40	2	0,40
14	104281	Alexandre Da Rocha Klaumann	07/07/1984	14	4,20	5	1,00	2	0,40	3	0,60
15	109926	Adilson Steffen	29/12/1985	13	3,90	5	1,00	4	0,80	2	0,40
16	104904	Sergio Cassimiro De Oliveira	08/10/1957	12	3,60	7	1,40	3	0,60	2	0,40
17	115105	Silvia Aparecida Batista	28/11/1968	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
18	104649	Sandra Paula Morais Clemente	07/03/1989	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
19	107555	Marlla Suelyn Zanis	07/12/1994	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40
20	110186	Jones Anderson Stahnke	28/05/1985	12	3,60	6	1,20	2	0,40	3	0,60
21	109682	Marcia Correa Ribeiro	17/01/1973	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
22	111596	Djenifer Priscila Faustino	05/09/1982	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
23	104996	Miguel Leandro Santos De Aguiar	29/09/1957	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40
24	104737	Abel Santos Filho	16/12/1959	14	4,20	3	0,60	3	0,60	1	0,20
25	115390	Jose Mendes Da Cunha	09/01/1976	14	4,20	3	0,60	3	0,60	1	0,20
26	109263	Andreia Stegemann	10/02/1984	14	4,20	3	0,60	2	0,40	2	0,40
27	113056	Andrineia Cintia Pisseta	02/09/1986	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
28	103508	Squel Stein	09/07/1991	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
29	106578	Luciano Marcio Da Silva	30/06/1968	12	3,60	4	0,80	2	0,40	4	0,80
30	107544	Tuana Barbosa Maciel Borges	31/05/1990	13	3,90	4	0,80	4	0,80	0	0,00
31	115375	Maria Helena Cordeiro	30/05/1958	11	3,30	6	1,20	2	0,40	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
32	110228	Sidnei Luiz Palmeira	01/08/1993	14	4,20	2	0,40	2	0,40	2	0,40
33	111833	Camila Kneidl	22/01/1996	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20
34	112515	Vanele De Abreu	18/10/1984	12	3,60	5	1,00	2	0,40	2	0,40
35	113574	Naiara Steinheuser	02/11/1988	10	3,00	7	1,40	4	0,80	1	0,20
36	115612	Paula Alexandra Stein	02/07/1982	10	3,00	5	1,00	3	0,60	4	0,80
37	111309	Elis Regina Da Rosa	07/05/1983	13	3,90	4	0,80	2	0,40	1	0,20
38	103010	Maria Sirlei Dos Santos	26/06/1959	13	3,90	3	0,60	1	0,20	3	0,60
39	114139	Cintia Schreiber	25/03/1982	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
40	112834	Marcia Suzana De Moraes	19/11/1976	12	3,60	3	0,60	4	0,80	1	0,20
41	103837	Francieli Chaves	25/02/1987	12	3,60	5	1,00	2	0,40	0	0,00
42	114089	Nayane Ricobon Xavier	19/12/1995	12	3,60	5	1,00	2	0,40	0	0,00
43	109463	Maria Claudia Finardi Luchtenberg	22/04/1977	10	3,00	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	115735	Acelia De Pin	07/01/1962	11	3,30	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	106992	Geziane Vitorino Dos Santos	03/07/1980	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	114202	Diego Jose Caetano	07/08/1988	12	3,60	2	0,40	3	0,60	1	0,20
	115038	Ana Vanessa Dos Santos Barreto	06/04/1986	10	3,00	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	104900	Evanita De Lara	31/05/1968	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	103505	Luiz Daniel Boaventura Junior	23/03/1985	10	3,00	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	109927	Daiane Regina Boni	30/08/1987	11	3,30	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	113806	Caroline Weiler Machado De Moura	30/04/1984	9	2,70	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	108125	Stephanie Klehm Krieger	19/09/1988	10	3,00	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	115066	Inez Poletto	18/07/1952	9	2,70	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	108622	Fabricia Pinheiro Silva	13/11/1982	9	2,70	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	114525	Aline Fontanive	04/10/1994	9	2,70	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	115088	Ivanilde De Oliveira	18/08/1965	10	3,00	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	114376	Terezinha Carvalho Dos Anjos	14/12/1969	10	3,00	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	108487	Zeli Batista Barboza	17/05/1972	10	3,00	2	0,40	3	0,60	2	0,40
	106733	Cleusa Schmueller	10/02/1974	8	2,40	6	1,20	1	0,20	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	114549	Ana Paula Dos Reis	06/09/1983	8	2,40	4	0,80	3	0,60	2	0,40	4,20
	112043	Josimar Pinto	08/04/1988	10	3,00	1	0,20	4	0,80	0	0,00	4,00
	107966	Alessandra Aparecida De Veiga	17/02/1985	8	2,40	5	1,00	3	0,60	0	0,00	4,00
	113064	Eliete Cruz	11/09/1980	8	2,40	5	1,00	2	0,40	1	0,20	4,00
	115143	Almerinda De Oliveira Santos Kusnier	26/09/1957	9	2,70	5	1,00	1	0,20	0	0,00	3,90
	113033	Marlise Schwartz	17/04/1962	1								Ausente
	113987	Tania Loreci Oliveira Fernandes	17/10/1965	1								Ausente
	112385	Charles Alexandre Porto	30/12/1978	1								Ausente
	107980	Charline Mello Ledra	02/05/1990	1								Ausente
	112290	Julia Schmidt Ribeiro Da Silva	17/08/1990	1								Ausente
	111171	Charles Fernandes Ouriques	15/02/1991	1								Ausente
	114282	Willian Guilherme Dos Santos Noll	12/05/1993	1								Ausente
	103813	Gabriela Lucia Miguel	06/01/1994	1								Ausente
	106020	Julia Flor Silva Tonon	30/05/1996	1								Ausente
	107944	Lucas Giacomini	28/12/1996	1								Ausente
	112792	Taina Camargo Da Silva	06/11/1997	1								Ausente

1.9. ENFERMEIRO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	113882	Daniel Dos Santos	13/08/1991	17	5,10	10	2,00	5	1,00	4	0,80	8,90
2	114451	Daniela Duarte Da Silva	11/01/1990	18	5,40	9	1,80	3	0,60	3	0,60	8,40
3	103021	Andreia Bertochi	07/10/1978	20	6,00	6	1,20	1	0,20	4	0,80	8,20
4	105111	Marciani Da Rocha	27/08/1979	18	5,40	8	1,60	3	0,60	3	0,60	8,20
5	105456	Janice Da Cunha	12/01/1988	19	5,70	7	1,40	3	0,60	2	0,40	8,10
6	115470	Rosane Hermann	23/05/1987	19	5,70	7	1,40	2	0,40	3	0,60	8,10
7	108665	Debora Laila Sartori	16/10/1988	18	5,40	8	1,60	2	0,40	3	0,60	8,00

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
8	111924	Tatiane Aparecida Pinto	07/11/1985	18	5,40	7	1,40	3	0,60	3	0,60
9	103183	Sandra Aparecida Sebold	15/03/1974	16	4,80	8	1,60	3	0,60	5	1,00
10	115120	Caroline Schmidt Dos Santos	03/09/1992	19	5,70	8	1,60	1	0,20	2	0,40
11	109919	Caroline De Liz Ribeiro	07/09/1993	19	5,70	5	1,00	2	0,40	4	0,80
12	103321	Francieli Oliveira De Souza Santos	18/03/1982	17	5,10	10	2,00	2	0,40	2	0,40
13	113314	Geovana Teles Michielin Erthal	28/04/1987	17	5,10	6	1,20	3	0,60	5	1,00
14	108808	Simone Vargas	11/01/1975	18	5,40	7	1,40	2	0,40	3	0,60
15	102851	Jodesia Conink	18/07/1980	18	5,40	6	1,20	2	0,40	4	0,80
16	105806	Liane Vasconcelos Severino	20/05/1966	16	4,80	9	1,80	2	0,40	4	0,80
17	112897	Renan De Souza	23/11/1988	16	4,80	6	1,20	4	0,80	5	1,00
18	107907	Patricia Rengel	26/06/1989	19	5,70	7	1,40	2	0,40	1	0,20
19	112891	Greice Rech	25/11/1982	17	5,10	6	1,20	4	0,80	3	0,60
20	113920	Elis Regina Freitas	09/06/1977	17	5,10	6	1,20	3	0,60	4	0,80
21	105215	Daianny Carvalho Vaz	24/01/1986	18	5,40	7	1,40	2	0,40	2	0,40
22	110645	Ana Paula Sebold Zimernmann	14/09/1980	18	5,40	7	1,40	1	0,20	3	0,60
23	113016	Maquerli Stefani Da Silva	08/06/1990	18	5,40	5	1,00	2	0,40	4	0,80
24	111572	Tania Valandro Martins	24/04/1986	16	4,80	9	1,80	1	0,20	4	0,80
25	113930	Sandro Sandri	12/12/1978	14	4,20	9	1,80	5	1,00	3	0,60
26	107696	Francielle Tamara Nikkel	08/06/1989	19	5,70	5	1,00	3	0,60	1	0,20
27	110577	Elenice Maria Folgiarini Perin	27/12/1991	19	5,70	5	1,00	2	0,40	2	0,40
28	113050	Elizandra Aparecida Borges	08/10/1986	17	5,10	8	1,60	3	0,60	1	0,20
29	108610	Priscila Ponticelli	20/07/1992	17	5,10	8	1,60	2	0,40	2	0,40
30	111077	Gustavo Pintarelli	17/09/1988	17	5,10	6	1,20	3	0,60	3	0,60
31	107324	Cleni Flores Pilar	06/03/1977	17	5,10	6	1,20	2	0,40	4	0,80
32	106126	Gloria Zaccaro Pereira	15/02/1982	17	5,10	4	0,80	3	0,60	5	1,00
33	110023	Elenice Schneider	12/02/1987	18	5,40	6	1,20	2	0,40	2	0,40
34	109155	Camila Cristie Paterno	13/04/1993	18	5,40	6	1,20	2	0,40	2	0,40
35	105818	Simone Kuster	14/08/1986	18	5,40	4	0,80	3	0,60	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
36	108397	Greice Mara Luiz	27/01/1989	16	4,80	7	1,40	2	0,40	4	0,80
37	108471	Alex Cesar Franceschi	14/07/1978	16	4,80	6	1,20	3	0,60	4	0,80
38	113707	Rosemeri Aparecida Vieira	15/04/1966	17	5,10	8	1,60	2	0,40	1	0,20
39	104089	Crisleine Dos Santos	10/03/1985	17	5,10	7	1,40	1	0,20	3	0,60
40	108369	Bruna Valle	07/12/1989	17	5,10	7	1,40	1	0,20	3	0,60
41	108190	Leticia Truppel Loterio	16/07/1988	17	5,10	6	1,20	1	0,20	4	0,80
42	114246	Paula Cristina De Siqueira	15/05/1982	18	5,40	7	1,40	2	0,40	0	0,00
43	106865	Debora Rosa Borges	18/12/1992	18	5,40	7	1,40	1	0,20	1	0,20
44	111377	Josiane Verdi	04/12/1982	18	5,40	5	1,00	3	0,60	1	0,20
45	105684	Marina Suelen Trevisol Dariff	18/02/1993	18	5,40	4	0,80	2	0,40	3	0,60
46	113215	Milane Cristina De Oliveira Torres Homem	27/09/1991	16	4,80	7	1,40	2	0,40	3	0,60
47	111335	Eronilda Lisboa Boeira	25/07/1972	16	4,80	6	1,20	4	0,80	2	0,40
48	104160	Regina Kipfer	27/06/1974	16	4,80	6	1,20	2	0,40	4	0,80
49	114338	Simone De Melo	20/02/1975	14	4,20	9	1,80	3	0,60	3	0,60
50	112829	Jonatan Francisco Abel	19/05/1987	17	5,10	6	1,20	2	0,40	2	0,40
51	107989	Giseli Venturi	05/11/1984	17	5,10	6	1,20	1	0,20	3	0,60
52	112890	Carolina Cordova Tessari	06/03/1988	17	5,10	5	1,00	2	0,40	3	0,60
53	114996	Tatiane Hammes	05/02/1990	15	4,50	8	1,60	3	0,60	2	0,40
54	106477	Jiriane Teixeira Ramos Stutzer	08/09/1986	18	5,40	5	1,00	2	0,40	1	0,20
55	113200	Karina Venturi Cani	28/02/1981	16	4,80	7	1,40	1	0,20	3	0,60
56	103195	Ariel Pintarelli	17/09/1988	16	4,80	6	1,20	2	0,40	3	0,60
57	106937	Richelle Caroline Dos Santos	24/10/1989	16	4,80	6	1,20	2	0,40	3	0,60
58	103171	Diogo Laurindo Brasil	21/12/1990	16	4,80	6	1,20	1	0,20	4	0,80
59	113557	Ana Paula Lopes Barcellos	10/09/1981	14	4,20	8	1,60	2	0,40	4	0,80
60	108589	Mariela Detzel	02/03/1988	17	5,10	8	1,60	0	0,00	1	0,20
61	111752	Aline Mota Dos Santos	11/08/1993	17	5,10	5	1,00	1	0,20	3	0,60
62	115153	Estela Schruhl	01/05/1985	17	5,10	4	0,80	3	0,60	2	0,40
63	103553	Cristilane Tuon	17/09/1977	17	5,10	4	0,80	2	0,40	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
64	109909	Lara Fernanda Cordeiro Concer	25/08/1984	15	4,50	8	1,60	1	0,20	3	0,60
65	111425	Gislayne Buzzi Becher	13/08/1987	15	4,50	6	1,20	3	0,60	3	0,60
66	112048	Bruna Coelho	02/11/1993	13	3,90	8	1,60	3	0,60	4	0,80
67	105121	Traudi Schafer Santiana	02/11/1963	18	5,40	4	0,80	1	0,20	2	0,40
68	115144	Adriana Celia Zaions	07/03/1970	16	4,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40
69	111705	Silvana Francelina dos Santos Augenstein	20/09/1968	16	4,80	5	1,00	2	0,40	3	0,60
70	105164	Vivian Franceschet	05/08/1985	14	4,20	7	1,40	4	0,80	2	0,40
71	106406	Paulo Gean Chagas	16/10/1984	14	4,20	7	1,40	3	0,60	3	0,60
72	103742	Marina Birk	25/12/1988	14	4,20	7	1,40	3	0,60	3	0,60
73	108172	Pamela Schwingel	25/09/1993	14	4,20	6	1,20	3	0,60	4	0,80
74	104246	Daniela Fernandes Goede	26/11/1989	17	5,10	5	1,00	1	0,20	2	0,40
75	105746	Patricia Agostini	18/10/1978	17	5,10	5	1,00	0	0,00	3	0,60
76	115729	Djonatan Cesar Correa	05/04/1984	17	5,10	2	0,40	4	0,80	2	0,40
77	115740	Analise Celso	15/01/1982	15	4,50	7	1,40	1	0,20	3	0,60
78	113244	Ketlyn Antunes Batista	13/04/1993	15	4,50	6	1,20	1	0,20	4	0,80
79	115579	Deisiane Valente De Andrade	09/12/1991	15	4,50	5	1,00	3	0,60	3	0,60
80	104926	Betania Maria Cunha Vieira	05/05/1977	13	3,90	7	1,40	4	0,80	3	0,60
81	112823	Makson Do Prado Santos	28/09/1988	16	4,80	6	1,20	0	0,00	3	0,60
82	113423	Viviane Barros De Mauricio Rosa	10/01/1981	14	4,20	8	1,60	0	0,00	4	0,80
83	110986	Patricia Kelli Valerio	21/03/1980	17	5,10	5	1,00	1	0,20	1	0,20
84	103414	James Andreas Vetsch	17/08/1986	17	5,10	2	0,40	3	0,60	2	0,40
85	107161	Matheus Wolff Zaccaron	28/09/1983	15	4,50	6	1,20	2	0,40	2	0,40
86	103478	Ana Cristina De Souza	17/05/1991	15	4,50	6	1,20	1	0,20	3	0,60
87	115587	Isabela Silva Matos	31/05/1992	13	3,90	8	1,60	2	0,40	3	0,60
88	113995	Valeria Petris	18/06/1985	16	4,80	5	1,00	2	0,40	1	0,20
89	114210	Cristiane Priscila Becker	31/12/1982	16	4,80	5	1,00	0	0,00	3	0,60
90	104376	Leticia Alves Krieguer	27/07/1993	16	4,80	3	0,60	2	0,40	3	0,60
91	110215	Anna Carolina Colautti	30/03/1993	14	4,20	8	1,60	0	0,00	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
92	114961	Regina Veronica Batistti Munarin	30/09/1980	14	4,20	6	1,20	3	0,60	2	0,40
93	108464	Silvana Tenfen	01/10/1981	14	4,20	6	1,20	2	0,40	3	0,60
94	112309	Gisele Weber Sebold	19/12/1983	14	4,20	6	1,20	1	0,20	4	0,80
95	110203	Jiane Aparecida Heinz	26/04/1977	14	4,20	5	1,00	2	0,40	4	0,80
96	104110	Mara Rubya Oliveira Souza	05/07/1977	15	4,50	7	1,40	1	0,20	1	0,20
97	105814	Alexandra Prochnow Zilse	15/11/1980	15	4,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
98	107598	Sirlene Raitz	03/02/1982	15	4,50	5	1,00	2	0,40	2	0,40
99	112680	Dalana Calde Lopes	09/12/1986	15	4,50	5	1,00	1	0,20	3	0,60
100	115145	Ana Luiza Borges	12/05/1963	15	4,50	4	0,80	3	0,60	2	0,40
101	104161	Danieli Stock Schmitz	06/05/1987	15	4,50	4	0,80	2	0,40	3	0,60
102	113744	Gabriela Eing	18/07/1989	15	4,50	3	0,60	4	0,80	2	0,40
103	108026	Fernanda Carla Pereira	21/05/1994	13	3,90	5	1,00	3	0,60	4	0,80
104	110541	Astrid Hoeltgebaum	04/02/1970	18	5,40	2	0,40	0	0,00	2	0,40
105	105189	Julia Sebold	18/12/1985	16	4,80	4	0,80	1	0,20	2	0,40
106	114298	Paola Maritssa Dacol	16/08/1993	16	4,80	4	0,80	1	0,20	2	0,40
107	110802	Camila Mello Machado	05/10/1989	16	4,80	4	0,80	0	0,00	3	0,60
108	115431	Taina Paula Brito	14/07/1983	16	4,80	2	0,40	2	0,40	3	0,60
109	110309	Caroline Teixeira	08/05/1988	14	4,20	7	1,40	2	0,40	1	0,20
110	104043	Camila Vendramin	08/02/1991	14	4,20	6	1,20	2	0,40	2	0,40
111	107961	Irani Paladino	19/02/1963	14	4,20	5	1,00	2	0,40	3	0,60
112	103200	Tiago Dos Santos	14/06/1984	15	4,50	5	1,00	0	0,00	3	0,60
113	109799	Renata Cristiane Do Amaral	18/07/1982	15	4,50	3	0,60	1	0,20	4	0,80
114	111079	Maria Teresinha Madeira	16/04/1965	13	3,90	8	1,60	0	0,00	3	0,60
115	115467	Karina Knopf Rosa	21/06/1990	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
116	115710	Gilvana Jastrombek	26/03/1983	16	4,80	3	0,60	0	0,00	3	0,60
117	103344	Dirceu Dorival Das Neves	09/07/1978	14	4,20	6	1,20	1	0,20	2	0,40
118	109890	Cristyan Meira De Araujo Vasconcelos	09/05/1982	14	4,20	5	1,00	2	0,40	2	0,40
119	105201	Sabrina De Fatima Wolff	31/10/1980	14	4,20	4	0,80	2	0,40	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
120	106588	Fernanda Barato	24/09/1982	12	3,60	7	1,40	2	0,40	3	0,60
121	104470	Cynthia Helena Gorges	01/11/1991	13	3,90	7	1,40	2	0,40	1	0,20
122	111177	Mauro Holstein	23/10/1964	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
123	109649	Erica Rodrigues Freire	22/11/1985	16	4,80	3	0,60	1	0,20	1	0,20
124	104179	Tania Regina Coelho	19/04/1979	16	4,80	2	0,40	2	0,40	1	0,20
125	114177	Diana Cavalcete Six	08/11/1987	14	4,20	5	1,00	2	0,40	1	0,20
126	107478	Daniela Lenzi Will	06/01/1994	14	4,20	5	1,00	1	0,20	2	0,40
127	109830	Lucrecia Vendrami	28/02/1976	14	4,20	4	0,80	1	0,20	3	0,60
128	112131	Ane Mari Maratigo Lucrecio	19/12/1971	13	3,90	6	1,20	2	0,40	1	0,20
129	115027	Carina Comerio Vieira Noriler	12/09/1980	13	3,90	6	1,20	2	0,40	1	0,20
130	105441	Andreia Fernanda Moraes Serra	17/04/1975	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
131	112715	Luana Cristini Michels	26/11/1989	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
132	108237	Mariane Onofre Pereira	10/07/1990	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
133	110519	Maria De Lourdes Drosdek	06/05/1984	14	4,20	5	1,00	1	0,20	1	0,20
134	112918	Tais Hedel	29/03/1993	14	4,20	4	0,80	1	0,20	2	0,40
135	108233	Julia Grazieli Soares	19/07/1984	14	4,20	3	0,60	1	0,20	3	0,60
136	107462	Adriana Galindo Paniago	01/04/1987	12	3,60	7	1,40	1	0,20	2	0,40
137	107788	Ana Paula Marcelo Antunes	18/09/1980	13	3,90	5	1,00	2	0,40	1	0,20
138	104633	Lilian Elizabeth Martins	01/03/1984	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
139	113010	Silvia Aparecida Santos	14/10/1974	13	3,90	4	0,80	2	0,40	2	0,40
140	110572	Sonia Sandor Kempner	25/04/1973	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
141	111280	Caroline Da Fonseca Cachorowski	31/07/1979	12	3,60	5	1,00	2	0,40	2	0,40
142	112198	Lucrecia Paula De Souza	06/10/1981	12	3,60	5	1,00	2	0,40	2	0,40
143	113047	Jonathan Da Silva Castro	23/01/1986	12	3,60	5	1,00	2	0,40	2	0,40
144	109589	Mellani Dumke	08/03/1993	12	3,60	5	1,00	2	0,40	2	0,40
145	112991	Patricia Gomes Mota	19/10/1977	13	3,90	4	0,80	1	0,20	2	0,40
146	110803	Lara Fernanda Kersbaumer	13/06/1985	13	3,90	3	0,60	2	0,40	2	0,40
147	112894	Daiana Perzenti	21/11/1988	13	3,90	3	0,60	0	0,00	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
148	111883	Elisângela Santos Dos Anjos	10/02/1980	11	3,30	6	1,20	2	0,40	2	0,40
149	103419	Rosimary C.nascimento Selenie	07/09/1970	13	3,90	3	0,60	1	0,20	2	0,40
150	110240	Maria Conceicao Rocha Silva	24/04/1975	12	3,60	6	1,20	0	0,00	1	0,20
151	110281	Fabiana Bini Tinti	30/03/1979	12	3,60	5	1,00	0	0,00	2	0,40
	103873	Joao Ricardo Palhano	06/04/1980	13	3,90	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	107994	Rebeca Schott Uzan De Castro	04/01/1989	11	3,30	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	107988	Josiane Dreger	24/08/1982	11	3,30	4	0,80	1	0,20	3	0,60
	109091	Rafaela Aparecida SAVEDRA	23/03/1988	12	3,60	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	104323	Valdirene Back	04/06/1970	12	3,60	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	115094	Fernanda Kolcava	25/03/1986	13	3,90	4	0,80	0	0,00	0	0,00
	106303	Schirlei Vanderlinde	27/12/1983	11	3,30	5	1,00	2	0,40	0	0,00
	113601	Karol Ribeiro Viana	16/01/1981	12	3,60	4	0,80	0	0,00	1	0,20
	108178	Elenice Moraes Rosa Pinheiro	06/08/1978	12	3,60	2	0,40	1	0,20	2	0,40
	108478	Mariane Pandini	16/02/1989	10	3,00	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	114165	Cibele Scartao Silva	21/09/1980	12	3,60	1	0,20	1	0,20	2	0,40
	106469	Ana Cristina Mamprim	27/05/1986	9	2,70	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	113978	Jairo Antunes Ferreira	22/10/1976	10	3,00	5	1,00	1	0,20	0	0,00
	113812	Leonardo Da Silva	22/07/1988	9	2,70	2	0,40	1	0,20	2	0,40
	115017	Santa Teresa	07/01/1966								Ausente
	109147	Ivete Machado Mendo	04/04/1967								Ausente
	107007	Magda Aparecida Da Silva Schneider	05/03/1968								Ausente
	115134	Evilasio Krieger	24/11/1971								Ausente
	112812	Simone Aparecida Varela Gobetti Thiesen	30/07/1972								Ausente
	113611	Ely Ane Carneiro Martins	30/08/1972								Ausente
	112896	Mengi Alves Vidal Corassa	06/12/1972								Ausente
	111498	Edineia Manoel Policarpo	29/04/1974								Ausente
	115166	Lisiane Salvan Marques	24/08/1974								Ausente
	112363	Jaqueline De Carvalho Alves Dos Santos	10/08/1975								Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	112489	Edilene Hoepfner	26/02/1976									Ausente
	115437	Dayane C. Borille	04/04/1976									Ausente
	106628	Georgina Franca Coelho	14/03/1978									Ausente
	114559	Lenilda Ramos Teles	04/10/1978									Ausente
	110302	Manoel Torres Constantino	07/03/1979									Ausente
	111420	Rodrigo Greff Amaral	22/08/1979									Ausente
	107804	Nadia Kelen Stein Machado	20/07/1980									Ausente
	106071	Jane Ayarden Mayrink	17/01/1981									Ausente
	112895	Janice Simone Lau	26/06/1981									Ausente
	107187	Jefferson Dirceu Bombilio	26/07/1981									Ausente
	115197	Cristiane Antunes De Oliveira	27/08/1981									Ausente
	115076	Oelton Da Silva	04/12/1981									Ausente
	115804	Luanne Almeida Lima Oliveira	08/03/1982									Ausente
	111745	Priscila Gabriela Da Cunha	28/07/1982									Ausente
	107853	Marceli Cleunice Hanauer	11/06/1983									Ausente
	113816	Greice Aparecida Giongo	30/07/1983									Ausente
	113376	Graciele Balsan	21/10/1983									Ausente
	115067	Lisiani Rosa Remau	02/01/1984									Ausente
	112479	Daniele Valente	28/06/1984									Ausente
	111228	Juliane Jaqueline Fernandes	28/06/1984									Ausente
	113508	Joel Da Silva Costa	05/10/1984									Ausente
	115223	Taise Scheidt	29/11/1984									Ausente
	109520	Aline Dos Santos Inacio	01/05/1985									Ausente
	112992	Jaqueline Longen	21/09/1985									Ausente
	114143	Karla Da Silva Juppa	13/11/1985									Ausente
	106021	Giane Tati Lutz	31/12/1985									Ausente
	103549	Amanda Cristine Stefanos	14/04/1986									Ausente
	115000	Eduarda Mees	15/08/1986									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	105115	Ivone de Lourenço Martins	30/11/1986									Ausente
	106214	Jucilene Lais Rossa Bonfim	12/01/1987									Ausente
	112270	Sulane Bianchini Mecabo	10/03/1987									Ausente
	111126	Elidiane De Moraes Bianchini	05/10/1987									Ausente
	113134	Larissa Rosatto Cesa	10/11/1987									Ausente
	114060	Gilmar Do Nascimento	06/04/1988									Ausente
	110664	Marieli Costa De Souza	20/06/1988									Ausente
	105657	Bruna Claudino Dos Santos	17/07/1988									Ausente
	110501	Laryssa Schultz Dos Passos	01/08/1988									Ausente
	112799	Thiago Felipe Borges Pacheco	25/11/1988									Ausente
	112712	Barbara Ribeiro Da Silva	15/02/1989									Ausente
	109044	Gabriel De Andrade	10/04/1989									Ausente
	103953	Scheila Aparecida Zucco	09/09/1989									Ausente
	109045	Caroliny Gondim Vieira	16/02/1990									Ausente
	114946	Jane Maira Joris	18/02/1990									Ausente
	115365	Thayse Danielle Matos	22/06/1990									Ausente
	111723	Luana Furtado Delfes	14/01/1991									Ausente
	110374	Evelyn Cesar Morgado	28/01/1991									Ausente
	110828	Erick Douglas Weber Da Maia	06/02/1991									Ausente
	114070	Taina Santiago Marcelino	04/03/1992									Ausente
	112869	Camila Guedes De Melo	09/11/1992									Ausente
	115668	Iqianara Soares Vieira	30/11/1992									Ausente
	111558	Dulce Andreia De Oliveira	09/12/1992									Ausente
	109396	Tamires Concencio	04/03/1993									Ausente
	114236	Francielle Graha Bernardi	16/03/1993									Ausente
	109093	Bianca Caroline Custodio Dos Santos	20/06/1993									Ausente
	112343	Ana Luisa Pedron Bona	19/10/1993									Ausente

1.10. ENGENHEIRO CIVIL

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	106710	Ricardo Silveira	04/03/1988	18	5,40	9	1,80	5	1,00	5	1,00
2	102995	Carlos Eduardo Tosin	29/10/1985	15	4,50	10	2,00	4	0,80	5	1,00
3	102971	Rafael Macedo	24/02/1980	17	5,10	9	1,80	2	0,40	4	0,80
4	103749	Vinicius Dos Santos	05/12/1991	16	4,80	7	1,40	5	1,00	4	0,80
5	106673	Leon Silva Keunecke	08/08/1985	17	5,10	7	1,40	3	0,60	4	0,80
6	108232	Jakson De Souza Lemonje	24/09/1986	16	4,80	8	1,60	3	0,60	3	0,60
7	111703	Joao Antonio Ribeiro Da Luz	12/12/1991	14	4,20	9	1,80	4	0,80	3	0,60
8	104468	Rodrigo Catafesta Francisco	14/10/1992	15	4,50	6	1,20	4	0,80	4	0,80
9	113124	Ricardo Fontana Sirtoli	15/08/1994	14	4,20	8	1,60	4	0,80	3	0,60
10	109494	Edson Luiz Fronza	16/05/1956	14	4,20	8	1,60	3	0,60	4	0,80
11	103709	Robespierre Xavier Da Silva Junior	06/12/1989	14	4,20	5	1,00	5	1,00	4	0,80
12	111538	Gisella Soares	22/03/1975	12	3,60	10	2,00	4	0,80	3	0,60
13	115596	Francisco Rossetto Silva	28/05/1980	14	4,20	7	1,40	2	0,40	3	0,60
14	104411	Tamires Busarello	03/12/1992	13	3,90	8	1,60	2	0,40	3	0,60
15	111644	Rafael Günter Müller	16/12/1995	13	3,90	6	1,20	3	0,60	4	0,80
16	113731	Fernando Branco	24/08/1992	13	3,90	5	1,00	3	0,60	4	0,80
17	103966	Lais Ledra	22/07/1991	11	3,30	9	1,80	4	0,80	2	0,40
18	112402	Luana Alfien Soares	10/09/1982	12	3,60	7	1,40	3	0,60	3	0,60
19	113284	Francieli Maiara Niedermeyer	13/08/1991	12	3,60	7	1,40	2	0,40	4	0,80
20	112553	Elvis Coelho	17/11/1992	13	3,90	5	1,00	3	0,60	3	0,60
21	113361	Ivan Rafael Zimlich	19/08/1993	13	3,90	4	0,80	3	0,60	4	0,80
22	110940	Vinicius Kley Couto	29/10/1992	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
23	107673	Eduardo Lucio Niehues	04/05/1991	12	3,60	5	1,00	2	0,40	5	1,00
24	113919	Jean Anderson Zeferino	06/12/1979	13	3,90	6	1,20	2	0,40	2	0,40
25	112362	Lucas Henrique Fritz	07/05/1992	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
26	111491	Thiago Filipe Purin	03/02/1993	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
27	104056	Giancarlo Albino Sausen	02/10/1989	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40
28	115093	Talita Montagna	30/06/1995	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40
29	114251	Eduardo Luan Sborz	12/09/1990	12	3,60	4	0,80	3	0,60	4	0,80
30	114170	Ana Paula Schatz	24/06/1989	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60
31	104332	Irineia De Lurdes Cardoso Baldessar	16/05/1991	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60
32	114295	Diogo Felipe Steinheuser	03/03/1993	11	3,30	4	0,80	3	0,60	5	1,00
33	106096	Bruna Carolina Guardiano	19/04/1989	8	2,40	8	1,60	4	0,80	4	0,80
34	109517	Cleber Augusto Buffon	31/07/1990	11	3,30	7	1,40	2	0,40	2	0,40
35	115705	Marta Arnold	05/10/1990	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
36	113879	Jussara Andressa Cattoni	19/08/1989	12	3,60	6	1,20	1	0,20	2	0,40
37	109049	Adriano Büchling	18/03/1994	10	3,00	8	1,60	1	0,20	3	0,60
38	113775	Bruna Heloisa Schlempper Sessa De Carvalho	28/03/1991	10	3,00	4	0,80	4	0,80	4	0,80
39	115401	Bruna Bagio	22/02/1991	11	3,30	4	0,80	3	0,60	3	0,60
40	110512	Charles Anderson Prim	05/07/1992	11	3,30	4	0,80	3	0,60	3	0,60
41	107649	Djalma Schindwein	06/02/1991	9	2,70	7	1,40	3	0,60	3	0,60
42	112100	Marx Ricardo Petri	08/04/1985	10	3,00	6	1,20	2	0,40	3	0,60
43	111903	Giovanni Pasquale Beninca	08/09/1993	10	3,00	3	0,60	5	1,00	3	0,60
44	115696	Roger Ricardo Stein	14/02/1992	11	3,30	4	0,80	4	0,80	1	0,20
45	108421	Jeverton Paes Dos Santos Moraes	14/06/1991	12	3,60	4	0,80	2	0,40	1	0,20
46	103561	Iury Ceolin	18/12/1991	10	3,00	4	0,80	3	0,60	3	0,60
47	109435	Eva Scheila Mariani Esser	06/07/1994	8	2,40	6	1,20	5	1,00	2	0,40
	115674	Matheus Xavier Dos Santos Drumm	19/05/1994	9	2,70	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	105096	Gabriela Fronza Zluhan	08/09/1993	12	3,60	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	115025	Mateus Zancanaro	13/07/1994	10	3,00	6	1,20	1	0,20	2	0,40
	114243	Eliziane Nery Pereira	03/12/1991	10	3,00	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	112602	Cristiano Carlos Aires	10/08/1989	11	3,30	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	113765	Mariah Schmidt Rossini	11/05/1990	9	2,70	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	103008	Samira Marcelino	16/10/1987	8	2,40	6	1,20	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	115707	Rafael Rebelo	13/12/1991	9	2,70	6	1,20	1	0,20	2	0,40	4,50
	112191	Luiz Renato Henrique Darolt	09/04/1986	9	2,70	3	0,60	4	0,80	2	0,40	4,50
	112483	Jessica Padilla Bagatoli	04/02/1994	8	2,40	5	1,00	1	0,20	3	0,60	4,20
	114311	Alana Suelen Benzi	10/06/1994	5	1,50	4	0,80	0	0,00	3	0,60	2,90
	112001	Carlos Augusto Marcos	03/01/1954									Ausente
	114624	Milton Hollerschmid	02/12/1974									Ausente
	105753	Alexandre Forster	01/08/1980									Ausente
	112579	Luciano Correa	19/09/1981									Ausente
	105716	Leonardo Alexandre Alves //	06/09/1982									Ausente
	108737	Ederson Fiss Weber	25/10/1982									Ausente
	104791	Adrieli Roberta Schons	19/10/1987									Ausente
	113339	Carlos Henrique Gaspar Da Silva	11/03/1988									Ausente
	113781	Cinthya Helena Schlemper Sessa De Carvalho	03/10/1988									Ausente
	103071	Rodolfo Bez Batti De Pellegrin	17/10/1989									Ausente
	114604	Marcelo Posser	31/05/1990									Ausente
	111868	Jamilly Truppel Simas	12/11/1990									Ausente
	111751	Renata Saccon Ortolan	03/02/1991									Ausente
	109077	Eduardo Bruda	18/02/1991									Ausente
	107178	Juliani Peruchi	10/05/1991									Ausente
	112866	Junior De Moura Wolfart	14/06/1991									Ausente
	105547	Antonio Jose Assis	08/09/1991									Ausente
	115508	Douglas De Oliveira Puehler	14/11/1991									Ausente
	113121	Gleiton Cristiano Rodrigues Branco	27/05/1992									Ausente
	110648	Carla Ragnini	13/07/1992									Ausente
	115183	Pamela Jaene Silva Da Silva	25/07/1992									Ausente
	105210	Daniel Hostins	17/10/1992									Ausente
	108874	Bruno Da Silva Ossemer	28/01/1993									Ausente
	105998	Nelso Schneider Neto	17/09/1993									Ausente

1.11. FISCAL DE MEIO AMBIENTE

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	104203	Bruna Hellen Ricardo	28/05/1990	17	5,10	7	1,40	4	0,80	5	1,00
2	109135	Thais Schafaschek	12/08/1989	16	4,80	8	1,60	5	1,00	4	0,80
3	110381	Juliana Jaqueline Budag	30/07/1991	16	4,80	9	1,80	4	0,80	3	0,60
4	110635	Luis Fernando Konkewicz Stramari	24/09/1990	16	4,80	7	1,40	5	1,00	4	0,80
5	104155	Karina Marques Wolf	11/11/1991	14	4,20	10	2,00	4	0,80	5	1,00
6	104031	Elisa Gabriela Rousseng	21/06/1985	19	5,70	6	1,20	1	0,20	4	0,80
7	112394	Jair Ary Guchert	06/07/1966	18	5,40	6	1,20	2	0,40	4	0,80
8	112301	Bruna Luiza Dreher	07/04/1992	16	4,80	9	1,80	2	0,40	4	0,80
9	105543	Laura Moretti Heidtmann	29/07/1986	15	4,50	8	1,60	4	0,80	3	0,60
10	104081	Andressa Maziero	18/07/1991	18	5,40	6	1,20	1	0,20	3	0,60
11	113253	Mariana Cortes De Lima	14/01/1989	14	4,20	9	1,80	3	0,60	4	0,80
12	111329	Tatiana Ferreira Correa	06/12/1980	14	4,20	8	1,60	4	0,80	4	0,80
13	112104	Jonatha Valsomir Da Silva	16/12/1990	16	4,80	5	1,00	2	0,40	5	1,00
14	111790	Audrey Brascher Carneiro	28/08/1986	17	5,10	5	1,00	2	0,40	3	0,60
15	107654	Evandro Carlos Avi	07/04/1992	17	5,10	4	0,80	2	0,40	4	0,80
16	106038	Aline Chiarelli Cristofolini	28/04/1990	15	4,50	8	1,60	3	0,60	2	0,40
17	113715	Joao Girardi Neto	18/09/1985	15	4,50	8	1,60	2	0,40	3	0,60
18	103170	Priscila Fachini	28/06/1980	16	4,80	5	1,00	2	0,40	4	0,80
19	114077	Alexandre Amlton De Oliveira	03/08/1987	16	4,80	5	1,00	2	0,40	4	0,80
20	113007	Larisse Pires De Camargo	28/05/1987	13	3,90	9	1,80	3	0,60	3	0,60
21	112472	Sergio Campestrini	16/07/1977	14	4,20	8	1,60	2	0,40	3	0,60
22	113328	Beatriz Cristine Day	04/03/1993	14	4,20	7	1,40	3	0,60	3	0,60
23	111450	Paulo Medeiros Plazera	26/10/1971	14	4,20	4	0,80	4	0,80	5	1,00
24	109139	Matheus Borba Ferreira De Freitas	03/07/1992	13	3,90	8	1,60	3	0,60	3	0,60
25	112181	Amanda Paula Da Silva	01/03/1994	13	3,90	5	1,00	3	0,60	4	0,80
26	105584	Dimas Fogiatto Rossi	21/07/1993	11	3,30	9	1,80	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
27	115720	Roselaine De Souza Goncalves	19/10/1987	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40	6,20
28	115588	Paula Alexandra Stein	02/07/1982	14	4,20	5	1,00	2	0,40	2	0,40	6,00
29	112870	Sandra Bezerra Loffi	07/11/1991	14	4,20	5	1,00	1	0,20	3	0,60	6,00
30	107183	Daniela Ferreira Marques Ribas	21/06/1978	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60	6,00
31	109553	Sandra Cristiane Iatzac	07/05/1974	13	3,90	7	1,40	2	0,40	1	0,20	5,90
32	112162	Kaira Samaini Pauli	09/02/1985	12	3,60	7	1,40	2	0,40	2	0,40	5,80
33	107363	Jaison Miguel Goncalves	13/06/1988	13	3,90	5	1,00	1	0,20	3	0,60	5,70
34	108648	Juliane Chiarelli Cristofolini	04/10/1993	11	3,30	7	1,40	3	0,60	2	0,40	5,70
35	113830	Fabiano Heinzen Coelho	14/01/1990	9	2,70	8	1,60	2	0,40	4	0,80	5,50
36	107009	Ana Elisa Zermiani	05/07/1991	13	3,90	4	0,80	1	0,20	2	0,40	5,30
37	112179	Joao Olívio Dos Santos Cavalheiro	27/06/1987	11	3,30	5	1,00	2	0,40	3	0,60	5,30
	109203	Ana Maria De Oliveira	01/11/1962	8	2,40	5	1,00	0	0,00	1	0,20	3,60
	110448	Joao Luiz Godoy	25/06/1980									Ausente
	112620	Bianca Lindner	12/12/1982									Ausente
	113777	Fernando Prevedello	10/10/1983									Ausente
	115700	Leone Genz	14/05/1984									Ausente
	114412	Marcos Vinicius Herdges	03/03/1985									Ausente
	115366	Adriana Petty	27/04/1985									Ausente
	112760	Luciana Marcelino	09/06/1986									Ausente
	109858	Daniel Ribeiro Grilo	02/09/1988									Ausente
	105341	Gustavo Osmair Simm Costa	28/10/1988									Ausente
	113181	Vanessa Bachmann	28/02/1989									Ausente
	115524	Luiz Fernando Anzileiro	11/04/1990									Ausente
	112941	Julio Cezar Grassi Teixeira	25/06/1990									Ausente
	113382	Leandro De Castro	18/11/1990									Ausente
	113076	Felipe Bagattoli	07/12/1993									Ausente

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	115032	Igor Augustus Carregosa Da Silva Pitias	28/06/1985	17	5,10	8	1,60	5	1,00	4	0,80
2	114576	Luan Kaly Beretta	21/06/1988	18	5,40	7	1,40	4	0,80	3	0,60
3	115162	Rodrigo Fronza	04/09/1979	17	5,10	10	2,00	2	0,40	3	0,60
4	110076	Thiago Pegoretti Moser	12/09/1984	15	4,50	9	1,80	4	0,80	5	1,00
5	106647	Janaina Pereira De Jesus	10/08/1993	18	5,40	6	1,20	3	0,60	4	0,80
6	113914	Rafael Dolzan	14/10/1983	16	4,80	7	1,40	4	0,80	5	1,00
7	113607	Fernando Westphal	20/05/1978	17	5,10	5	1,00	4	0,80	3	0,60
8	115452	Marcos Luis Hillesheim	05/04/1984	17	5,10	5	1,00	4	0,80	3	0,60
9	104333	Karine Depine	31/08/1990	16	4,80	7	1,40	2	0,40	4	0,80
10	111835	Kleiver Eduardo Leite	10/02/1992	16	4,80	4	0,80	5	1,00	4	0,80
11	112185	Carlos Klobn	04/03/1985	17	5,10	6	1,20	2	0,40	3	0,60
12	112878	Nirlandia Hiansdt Coelho	29/06/1985	15	4,50	8	1,60	2	0,40	4	0,80
13	113179	Claudir Heck	23/01/1978	15	4,50	8	1,60	1	0,20	5	1,00
14	115176	Laurival Marques Dos Anjos Junior	17/09/1970	15	4,50	7	1,40	2	0,40	4	0,80
15	112418	Jonathan Menegaz De Faveri	31/08/1980	15	4,50	6	1,20	5	1,00	2	0,40
16	105785	Josiane Marcia Cabral	13/01/1982	13	3,90	9	1,80	2	0,40	5	1,00
17	103363	Elias Sieves	26/03/1974	13	3,90	7	1,40	5	1,00	4	0,80
18	106743	Ramiro De Liz E Souza	25/10/1981	16	4,80	6	1,20	2	0,40	3	0,60
19	102750	Lucas Wolff Schwartz	30/03/1992	14	4,20	7	1,40	4	0,80	3	0,60
20	109465	Silvia Aparecida Bozio	22/09/1989	15	4,50	7	1,40	3	0,60	2	0,40
21	108920	Camila Saffier	08/06/1990	15	4,50	7	1,40	2	0,40	3	0,60
22	112663	Paulo Cesar Mendes	20/06/1964	14	4,20	5	1,00	4	0,80	4	0,80
23	111120	Andrei Stock	05/07/1983	14	4,20	5	1,00	3	0,60	5	1,00
24	115285	Ketlin Diane Rech	28/07/1992	15	4,50	4	0,80	4	0,80	3	0,60
25	103572	Luiz Carlos Do Nascimento	31/07/1989	13	3,90	8	1,60	3	0,60	3	0,60
26	110546	Silvio Luiz Minella De Almeida	23/09/1974	13	3,90	8	1,60	2	0,40	4	0,80
27	113232	Andreas Noerenberg	21/03/1980	13	3,90	7	1,40	4	0,80	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
28	113020	Eduardo Voigt	14/11/1984	16	4,80	6	1,20	3	0,60	0	0,00
29	104666	Andre Marchi	17/12/1990	16	4,80	5	1,00	1	0,20	3	0,60
30	115717	Ronaldo Da Rocha	17/03/1965	15	4,50	6	1,20	1	0,20	3	0,60
31	112401	Samuel George Geiser	27/12/1984	15	4,50	2	0,40	3	0,60	5	1,00
32	111630	Cristiano De Moraes	04/03/1989	14	4,20	7	1,40	1	0,20	3	0,60
33	114103	Leandro Andre Dos Santos	06/01/1972	14	4,20	6	1,20	3	0,60	2	0,40
34	103924	Michel Lenos Böhm	23/08/1975	14	4,20	5	1,00	4	0,80	2	0,40
35	106300	Cleucio Bruening	15/12/1979	14	4,20	5	1,00	3	0,60	3	0,60
36	108165	Jaison Batisti	08/11/1983	14	4,20	4	0,80	3	0,60	4	0,80
37	114088	Eduardo Josue Pilar	17/04/1981	13	3,90	8	1,60	1	0,20	3	0,60
38	110634	Amilton Teixeira	14/02/1957	13	3,90	6	1,20	3	0,60	3	0,60
39	115377	Marcos Marzani	30/04/1986	13	3,90	6	1,20	2	0,40	4	0,80
40	114090	Katiusa De Aviz Girardi	03/03/1986	16	4,80	3	0,60	2	0,40	2	0,40
41	112915	Jade Cristina Correa	30/01/1986	14	4,20	6	1,20	3	0,60	1	0,20
42	107396	Walter Richard	24/11/1971	14	4,20	6	1,20	2	0,40	2	0,40
43	103323	Cristiano Zimmermann	09/07/1985	14	4,20	5	1,00	4	0,80	1	0,20
44	115216	Vilson Jose Hillesheim	18/07/1975	14	4,20	5	1,00	2	0,40	3	0,60
45	103922	Marcelo Vilam Zenke	17/11/1980	14	4,20	5	1,00	2	0,40	3	0,60
46	111591	Cristiano Nunes Ferreira	25/04/1979	14	4,20	4	0,80	3	0,60	3	0,60
47	114185	Beatriz Claudino	12/02/1968	12	3,60	7	1,40	2	0,40	4	0,80
48	114332	Ana Paula Da Costa	03/08/1992	12	3,60	7	1,40	1	0,20	5	1,00
49	111467	Debora Cristina Da Silva	27/02/1992	15	4,50	4	0,80	2	0,40	2	0,40
50	106955	Juliano Postais	24/07/1985	15	4,50	3	0,60	4	0,80	1	0,20
51	112253	Valter Ricardo Trapp	02/12/1977	13	3,90	5	1,00	3	0,60	3	0,60
52	108135	Rosana Batisti De Lima Dolzan	16/06/1972	13	3,90	4	0,80	4	0,80	3	0,60
53	108510	Anderson Ronei Vansuita	24/10/1980	11	3,30	7	1,40	3	0,60	4	0,80
54	109500	Joezer Barth Zago	13/12/1989	14	4,20	5	1,00	1	0,20	3	0,60
55	114264	Anderson Moreira Dos Santos	21/11/1989	13	3,90	8	1,60	0	0,00	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
56	115629	Marcos Stadnik Filho	09/03/1982	13	3,90	5	1,00	3	0,60	2	0,40
57	112434	Luis Carlos Do Amaral	13/10/1983	13	3,90	4	0,80	3	0,60	3	0,60
58	111314	Gilson Luis Silva	25/03/1975	14	4,20	5	1,00	2	0,40	1	0,20
59	106283	Emily Ferrari	27/08/1990	14	4,20	5	1,00	1	0,20	2	0,40
60	112353	Adriane Carvalho Maurent	06/10/1988	12	3,60	6	1,20	1	0,20	4	0,80
61	104620	Alessandro Nascimento Ribeiro	10/04/1982	12	3,60	4	0,80	4	0,80	3	0,60
62	104939	Rodrigo Calheiro	18/01/1979	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
63	104442	Rodrigo Joao Fronza	24/09/1984	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
64	112303	Eva Cleusa Mazzini Molinari	29/12/1978	13	3,90	5	1,00	1	0,20	3	0,60
65	104851	Janice Paulo	23/11/1987	13	3,90	5	1,00	2	0,40	1	0,20
66	113498	Jose Mario De Farias	22/06/1972	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
67	106558	Vanderlei De Souza	19/04/1973	11	3,30	3	0,60	3	0,60	5	1,00
68	108377	Sandra Regina Orlando	26/05/1988	10	3,00	7	1,40	2	0,40	3	0,60
69	109572	Marcionei Zucattelli	12/12/1979	11	3,30	3	0,60	3	0,60	4	0,80
70	110267	Jossemar Pereira	06/04/1981	14	4,20	2	0,40	2	0,40	1	0,20
71	107082	Cesar Galvan	23/06/1989	14	4,20	0	0,00	4	0,80	1	0,20
72	106363	Marcio Tula De Oliveira	06/05/1978	12	3,60	4	0,80	1	0,20	3	0,60
73	109896	Jefferson Luiz Rosa	13/11/1981	13	3,90	5	1,00	0	0,00	1	0,20
74	108228	Marlene Moretti Baldo	18/04/1970	12	3,60	6	1,20	0	0,00	1	0,20
	111663	Eduardo De Almeida	11/07/1994	12	3,60	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	110531	Jean Pierre Comper	23/05/1977	9	2,70	4	0,80	1	0,20	2	0,40
	115488	Leonice Witte	18/05/1961								Ausente
	111866	Roberto Massaru Kaneko	06/11/1966								Ausente
	107699	Marildo Kuhn	28/03/1971								Ausente
	115813	Alexandre Salvador	09/01/1975								Ausente
	112092	Janele Americo	28/07/1975								Ausente
	115716	Robson Luiz De Moraes Ortiz	15/12/1975								Ausente
	107728	Reginaldo Cesario	13/04/1978								Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	106714	Heins Hackbarth Junior	20/05/1980									Ausente
	115540	Graciano Bittencourt Ledra	04/10/1980									Ausente
	115801	Fabio Moretti	31/10/1980									Ausente
	111930	Diogo Kenrig Barbosa	29/06/1981									Ausente
	107523	Gilberto Dos Santos	30/06/1981									Ausente
	106017	Tiago Flamoncini	07/08/1982									Ausente
	103077	Eduardo Pietz	15/03/1983									Ausente
	115383	Andre Weber	12/09/1983									Ausente
	115356	Lorena Correa Sellar	06/10/1983									Ausente
	115627	Lorian Rossa	07/04/1985									Ausente
	111136	Carlos Antonio Sari Junior	12/06/1985									Ausente
	115194	Sinval Legnani	21/09/1985									Ausente
	108247	Jairo Schroeder	22/05/1986									Ausente
	112256	Diego Da Silva Ossemer	13/08/1986									Ausente
	105133	Tamara Feltrin	16/09/1986									Ausente
	115654	Daniel Cesar Sens	16/08/1987									Ausente
	102815	Tiago Roberto Moraes	23/09/1988									Ausente
	115559	Kallu Luan Kuhl	25/11/1988									Ausente
	115011	Nathaly Helena Butzke Grosch	07/02/1989									Ausente
	112825	Raul Phelipe Hack De Souza	19/07/1989									Ausente
	109386	Maiara Geldsleichter	15/01/1990									Ausente
	111388	Alan Cristian Andre	11/09/1990									Ausente
	105610	Thaysa Nayara Da Rosa	30/08/1991									Ausente
	104828	Marilia Michalski De Pieri	02/10/1991									Ausente
	115571	Evelin Samara Tomaz	08/07/1992									Ausente

1.13. MÉDICO 20H

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	109512	Vitorio Antonio Roveri Da Silva	09/10/1953									Ausente
	113976	Murilo Rassen Nunes	15/09/1989									Ausente
	113522	Thierry Lima	23/03/1990									Ausente

1.14. MÉDICO 40H

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	110357	Bruna Hoeller	24/12/1989	15	4,50	7	1,40	1	0,20	4	0,80	6,90
2	104409	Silvio Cezar Homos E Artigas	05/06/1968	14	4,20	8	1,60	1	0,20	4	0,80	6,80
3	109994	Julia Carolina Nascimento	02/05/1991	12	3,60	9	1,80	4	0,80	3	0,60	6,80
4	107408	Gisele De Freitas Vaz Cancian	20/09/1986	12	3,60	9	1,80	3	0,60	4	0,80	6,80
5	106045	Romulo Augusto Pamplona Schramm	15/09/1990	12	3,60	6	1,20	4	0,80	3	0,60	6,20
	113523	Thierry Lima	23/03/1990									Ausente

1.15. MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	105805	Raquel Ronconi Tomaz	05/02/1989	16	4,80	10	2,00	5	1,00	2	0,40	8,20

1.16. MÉDICO CARDIOLOGISTA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	113224	Jose Paulo Da Silva Teixeira	26/03/1951									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	115702	Rubens Mauricio Dallagassa Stelmachuk	05/10/1975									Ausente

1.17. MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	113682	Wagner Alves Da Costa	14/07/1961	13	3,90	6	1,20	1	0,20	4	0,80	6,10
	110558	Fernando Wolf	21/09/1985									Ausente
	108189	Alexandre Pina Rodrigues Isleb	18/11/1986									Ausente

1.18. MÉDICO OFTALMOLOGISTA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	105765	Rodrigo Luis Solano	30/07/1980	13	3,90	10	2,00	5	1,00	4	0,80	7,70
	108943	Felipe Theodoro Bezerra Gaspar Carvalho Da Silva	27/02/1979									Ausente
	104723	Alex De Oliveira Coronel Camacho	26/03/1981									Ausente

1.19. MÉDICO PSIQUIATRA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	109005	Mariana Marhofer Celli	22/10/1982	17	5,10	5	1,00	2	0,40	2	0,40	6,90
	115318	Andre Luiz Moraes Souza Dos Santos	31/07/1976									Ausente
	110604	Marcelo Hugo Resende Cavalcanti	22/08/1980									Ausente

1.20. MÉDICO UROLOGISTA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	105807	Michael Christian Ramos Hennich	24/10/1984	16	4,80	9	1,80	4	0,80	5	1,00
2	106033	Luis Fernando Batista Da Silva	01/09/1982	15	4,50	9	1,80	5	1,00	3	0,60
	109490	Edmil Phelippe Pinheiro Esnariaga	09/04/1973								Ausente

1.21. MOTORISTA DE CAMINHÃO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	113842	Moacir Dordetti Nazario	17/08/1965	15	4,50	8	1,60	5	1,00	2	0,40
2	113488	Marco Aurelio Viana	06/12/1976	15	4,50	6	1,20	5	1,00	3	0,60
3	107663	Fernando Luis Vieira	09/04/1978	15	4,50	5	1,00	4	0,80	5	1,00
4	102843	Roseli Machado Malkowski	11/06/1978	14	4,20	5	1,00	5	1,00	5	1,00
5	113779	Adilso Antonio Da Rocha	03/01/1975	15	4,50	6	1,20	5	1,00	2	0,40
6	109075	Jaison Jorge Moraes	17/10/1982	15	4,50	6	1,20	5	1,00	2	0,40
7	109194	Rafael Felipe Brening	28/12/1990	15	4,50	6	1,20	4	0,80	2	0,40
8	115200	Deividy Souza Deretti	11/03/1988	15	4,50	4	0,80	4	0,80	4	0,80
9	103568	Jose Mauricio Grach	07/12/1984	13	3,90	6	1,20	5	1,00	4	0,80
10	112658	Alexandro Dos Santos	04/01/1978	15	4,50	4	0,80	4	0,80	3	0,60
11	110977	Aloir Cristovao Do Nascimento	25/07/1966	13	3,90	5	1,00	4	0,80	5	1,00
12	114614	Jossemir Cheles	21/04/1983	13	3,90	6	1,20	4	0,80	3	0,60
13	107177	Tiago Stedle	02/04/1990	13	3,90	6	1,20	4	0,80	3	0,60
14	109143	Edimar Luiz Meneghetti	23/08/1984	12	3,60	7	1,40	4	0,80	3	0,60
15	108536	Tiago Em	18/01/1990	12	3,60	6	1,20	5	1,00	3	0,60
16	110933	Jeferson Da Silva Rengel	05/07/1978	14	4,20	6	1,20	2	0,40	2	0,40
17	104277	Helio Marcos Vieira	11/12/1983	13	3,90	4	0,80	4	0,80	3	0,60
18	108775	Sergio Junior Hemkemaler	24/09/1993	14	4,20	5	1,00	4	0,80	0	0,00
19	104372	Alan Geronimo Kurschbauer De Oliveira	21/01/1984	12	3,60	5	1,00	4	0,80	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
20	102806	Joao Batista Muller	06/08/1969	9	2,70	7	1,40	4	0,80	5	1,00
21	114039	Albeneir Tobias	12/10/1983	12	3,60	6	1,20	4	0,80	1	0,20
22	112703	Gilmar Aparecido Avena	10/05/1956	12	3,60	4	0,80	4	0,80	3	0,60
23	108349	Rodrigo Momm	13/11/1988	12	3,60	4	0,80	4	0,80	3	0,60
24	106509	Valdecir Fagundes	05/12/1976	10	3,00	7	1,40	4	0,80	3	0,60
25	114116	Daniel Alejandro Stedile	06/02/1986	10	3,00	6	1,20	5	1,00	3	0,60
26	109101	Nei Dela Justina	30/07/1967	10	3,00	6	1,20	4	0,80	4	0,80
27	104657	Leandro Da Silva Ferreira	15/11/1979	11	3,30	5	1,00	4	0,80	3	0,60
28	111207	Laercio Hermann Junior	17/11/1993	9	2,70	8	1,60	5	1,00	2	0,40
29	115615	Diego Gialuppi Rambo	15/01/1983	9	2,70	6	1,20	5	1,00	4	0,80
30	103004	Sergio Joao Kustner	07/06/1965	9	2,70	6	1,20	4	0,80	5	1,00
31	105459	Clodoaldo Anaral	27/03/1977	12	3,60	6	1,20	3	0,60	1	0,20
32	108217	Melvio Ferreira	01/04/1975	10	3,00	6	1,20	5	1,00	2	0,40
33	106521	Rodrigo Antonio Camara	20/02/1992	10	3,00	5	1,00	5	1,00	3	0,60
34	112156	Nairon Hintze	10/04/1982	10	3,00	5	1,00	4	0,80	4	0,80
35	114013	Alissandro Saldanha	21/08/1982	10	3,00	5	1,00	4	0,80	4	0,80
36	105304	Marcelo Fernando De Jesus	19/11/1989	10	3,00	5	1,00	3	0,60	5	1,00
37	103367	Jacir Odorizzi	14/12/1980	13	3,90	3	0,60	3	0,60	2	0,40
38	103961	Giovani Depine	18/01/1984	10	3,00	5	1,00	5	1,00	2	0,40
39	108191	Anderson Feliponi	29/07/1990	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
40	105603	Alexandro Da Silva	06/08/1989	11	3,30	3	0,60	5	1,00	2	0,40
41	102992	Diego A. Solano	09/01/1988	11	3,30	3	0,60	4	0,80	3	0,60
42	110776	Ricardo Luko	17/07/1985	12	3,60	3	0,60	3	0,60	2	0,40
43	111272	Kauli Joao Dos Santos	06/06/1984	10	3,00	6	1,20	3	0,60	2	0,40
44	104154	Everton Pinheiro	07/02/1978	10	3,00	5	1,00	4	0,80	2	0,40
45	111744	Jose Lino Rengel	14/08/1963	10	3,00	5	1,00	3	0,60	3	0,60
46	106465	Andre Luis Xavier	06/06/1983	10	3,00	5	1,00	3	0,60	3	0,60
47	110890	Zuleide Simplicio	03/06/1973	10	3,00	3	0,60	4	0,80	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
48	111212	Cleiton Carlos Westphal	11/07/1985	8	2,40	6	1,20	4	0,80	4	0,80
49	104635	Roberto Filagrana	02/07/1989	11	3,30	3	0,60	4	0,80	2	0,40
50	106856	Andrei Lincon Eftling	20/05/1982	9	2,70	5	1,00	5	1,00	2	0,40
51	107267	Luis Carlos Thiersch	21/10/1986	9	2,70	4	0,80	4	0,80	4	0,80
52	104966	Luiz Paulo Garcia	25/01/1959	8	2,40	7	1,40	4	0,80	2	0,40
	110929	Paulo Luiz Renzi	23/08/1982	11	3,30	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	104748	Valdonir Wenke	27/07/1974	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	105652	Jandir Esser	05/08/1988	9	2,70	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	107886	Claudio Adao Hermann	28/11/1989	9	2,70	4	0,80	4	0,80	3	0,60
	107858	Daniel Zappellini	26/08/1989	7	2,10	7	1,40	3	0,60	4	0,80
	108192	Jefferson Britzola	31/12/1980	10	3,00	6	1,20	3	0,60	0	0,00
	111534	Cleiton Dos Santos	16/10/1985	10	3,00	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	108198	Jonatan Fernandes Ferreira	28/01/1994	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	110589	Marcos Antonio Miles	02/07/1974	8	2,40	7	1,40	3	0,60	2	0,40
	105280	Gabriel Giehl	05/12/1964	8	2,40	5	1,00	4	0,80	3	0,60
	109983	Sirlei Sonntag	09/05/1973	8	2,40	5	1,00	4	0,80	3	0,60
	115081	Fabiano Goncalves	02/02/1970	9	2,70	5	1,00	4	0,80	1	0,20
	104074	Denilson Baldo	04/05/1975	9	2,70	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	108582	Maico Roberto Dorpmuller	22/06/1984	9	2,70	4	0,80	5	1,00	1	0,20
	103396	Anderson Noll	28/05/1988	10	3,00	3	0,60	2	0,40	3	0,60
	104551	Eloir Meyer	18/01/1978	8	2,40	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	115445	Marcio Branger	19/02/1973	8	2,40	4	0,80	4	0,80	3	0,60
	113170	Adilson Da Silva	09/03/1981	8	2,40	4	0,80	4	0,80	3	0,60
	110506	Douglas Dolzan	18/10/1986	9	2,70	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	107138	Eduardo Rodrigo Das Neves	29/12/1995	8	2,40	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	105866	Salesio Venturi	11/05/1970	8	2,40	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	114565	Adriano Goncalves	02/09/1990	8	2,40	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	108070	Henrique Antonio Gonsioriewicz	25/05/1968	9	2,70	5	1,00	1	0,20	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	108105	Wiviani Francisoni Adriano	18/09/1980	9	2,70	3	0,60	2	0,40	3	0,60
	103263	Edmundo Theiss Neto	19/10/1982	7	2,10	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	107181	Decio Carlos Bagatoli	31/05/1989	7	2,10	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	106220	Valmir De Campos Rocha	18/10/1981	10	3,00	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	115525	Cleiton Ruckert	07/01/1983	8	2,40	5	1,00	1	0,20	3	0,60
	107148	Bento Dos Santos	08/09/1961	8	2,40	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	115372	Carlos Alberto Berns	25/12/1981	6	1,80	4	0,80	4	0,80	4	0,80
	113383	Alexandre Dos Santos	31/10/1973	7	2,10	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	103445	Americo Dias Do Rozario Filho	30/01/1976	7	2,10	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	109717	Fabiano Jeremias Tribess	20/08/1988	7	2,10	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	104629	Edilson Brandt	28/05/1974	7	2,10	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	113034	Alex Cleiton Henrique	28/12/1982	7	2,10	3	0,60	4	0,80	3	0,60
	113639	Valdinei Borges Siqueira	23/05/1978	10	3,00	2	0,40	3	0,60	0	0,00
	111594	Jaison Martins	19/12/1983	8	2,40	5	1,00	3	0,60	0	0,00
	111714	Valber Correa	24/10/1978	8	2,40	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	103196	Jeferson Moretto	24/05/1978	8	2,40	3	0,60	2	0,40	3	0,60
	104248	Pedro Elias Rodrigues	18/06/1967	6	1,80	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	107104	Vanderleia Catafesta	01/02/1980	9	2,70	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	113118	Angela Cinara Hech	21/03/1974	7	2,10	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	112317	Tiago Perini	28/09/1992	7	2,10	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	105235	Ari Antonio Vicente	23/07/1963	8	2,40	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	108179	Sergio De Oliveira	08/05/1977	8	2,40	4	0,80	1	0,20	2	0,40
	106653	Maicon Bonfanti	13/09/1984	8	2,40	4	0,80	1	0,20	2	0,40
	115743	Jair Rosa	24/09/1968	6	1,80	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	108531	Claudio Da Cunha Torres	26/06/1973	6	1,80	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	106113	Natalicio Goncalves Pereira Dos Santos	26/01/1988	6	1,80	3	0,60	3	0,60	4	0,80
	111208	Adriano Jose Ignacio	15/04/1987	4	1,20	5	1,00	5	1,00	3	0,60
	103426	Vandomelio Bernardo	01/02/1975	9	2,70	1	0,20	1	0,20	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	102822	Amarildo Oliveira	04/08/1980	7	2,10	5	1,00	2	0,40	1	0,20	3,70
	114956	Alex Correa	19/10/1987	5	1,50	5	1,00	4	0,80	1	0,20	3,50
	103050	Alex Granza	13/07/1981	5	1,50	4	0,80	4	0,80	2	0,40	3,50
	109562	Jose Luiz Hellmann	28/02/1986	6	1,80	6	1,20	1	0,20	1	0,20	3,40
	104705	Dirceu Avi	25/05/1988	6	1,80	4	0,80	2	0,40	2	0,40	3,40
	113963	Celesio Correia Dos Santos	05/02/1980	4	1,20	5	1,00	3	0,60	3	0,60	3,40
	112141	Antonio Amarildo Molinari	09/08/1964	7	2,10	4	0,80	1	0,20	1	0,20	3,30
	105373	Ademir Pires Moraes	01/02/1982	7	2,10	2	0,40	3	0,60	1	0,20	3,30
	113395	Rodrigo Morastoni	15/08/1987	7	2,10	2	0,40	2	0,40	2	0,40	3,30
	109129	Marcio Medeiros	02/04/1991	5	1,50	3	0,60	4	0,80	1	0,20	3,10
	104984	Osnildo Rosa	21/02/1965	5	1,50	2	0,40	4	0,80	2	0,40	3,10
	115181	Lauro Schroder	28/09/1983	5	1,50	2	0,40	4	0,80	2	0,40	3,10
	106090	Zelio Dos Santos	04/11/1975	7	2,10	3	0,60	1	0,20	0	0,00	2,90
	113664	Amarildo Raltz	28/07/1971	6	1,80	2	0,40	1	0,20	2	0,40	2,80
	107064	Ingo Pokrywlecki	08/11/1952	2	0,60	3	0,60	3	0,60	4	0,80	2,60
	108262	Giovane Luis Pacheco	21/02/1985	4	1,20	5	1,00	1	0,20	1	0,20	2,60
	108234	Paulo Roberto Dalponte	28/07/1976	3	0,90	3	0,60	2	0,40	2	0,40	2,30
	103939	Orivaldo Gustmann	08/09/1972	3	0,90	3	0,60	2	0,40	1	0,20	2,10
	105836	Paulo Rodolfo Probst	01/03/1956	4	1,20	3	0,60	0	0,00	0	0,00	1,80
	106179	Nilton Ramos	22/11/1966	2	0,60	2	0,40	1	0,20	0	0,00	1,20
	115252	Paulo Sadote Da Silva	28/07/1958	2	0,60	2	0,40	0	0,00	1	0,20	1,20
	113672	Luiz Carlos Vieira Da Silva	12/05/1963	2	0,60	0	0,00	1	0,20	1	0,20	1,00
	113442	Valter Dias Da Silva Junior	01/08/1976	2	0,60	0	0,00	1	0,20	0	0,00	0,80
	108333	Vilmar De Andrade	11/05/1962	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,30
	115336	Joao Leopoldo Fuchs	19/04/1955									Ausente
	104989	Marcos Stadnik	07/02/1957									Ausente
	115479	Celso Koppe Joner Filho	03/06/1961									Ausente
	110900	Ondino Jordelino Da Silva	29/12/1961									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	113612	Jaime Freiburger	24/11/1962									Ausente
	112884	Edson Roberto Dutra Pinto	09/04/1965									Ausente
	109278	Odair Da Silva	03/12/1965									Ausente
	115206	Silvio Nicolau Lopes	23/05/1968									Ausente
	106217	Jaison Luiz Sens	17/02/1969									Ausente
	113445	Guilherme Egon Becker Junior	04/06/1969									Ausente
	105680	Everaldo Longen	15/07/1971									Ausente
	103740	Paulo Cezar Ramos	30/06/1972									Ausente
	109965	Marinho Mewes	17/12/1975									Ausente
	114086	Josias Ern	20/12/1976									Ausente
	114043	Marcos Roberto Bueno De Lima	14/01/1977									Ausente
	107693	Ivonei Appio	12/10/1977									Ausente
	115637	Gilvano Das Silva	24/11/1977									Ausente
	108265	Genoir Floriano	08/02/1979									Ausente
	114380	Marco Antonio Ribeiro	30/04/1981									Ausente
	109488	Eduardo Damasio	23/09/1981									Ausente
	113703	Michel Robson Hausmann	30/10/1981									Ausente
	103205	Jeison Andrei Laureth	24/07/1982									Ausente
	113595	Elcio Oberdan Beletti	25/08/1982									Ausente
	111093	Lenilson Farias Pereira	25/09/1982									Ausente
	111226	Eduardo D' Aquino Fonseca	03/11/1982									Ausente
	114287	Isaac Cezar De Godoi	24/07/1983									Ausente
	113620	Fernando Vicenzi	05/06/1984									Ausente
	114228	Maicon Bennert	23/12/1984									Ausente
	115250	Tiago Leal	25/02/1985									Ausente
	106012	Leopoldo Antonio Kreusch	13/04/1985									Ausente
	105955	Rudinei Luiz Picoli	11/05/1985									Ausente
	104592	Jaison Costa	14/09/1985									Ausente

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	113296	Rodrigo Boni	25/03/1986									Ausente
	113024	Marcelo Carvalho	21/11/1986									Ausente
	113332	Ivo Rocha Vicente	12/11/1987									Ausente
	113112	Dirceu Vanderlei Mayer	07/12/1987									Ausente
	111972	Francinei Longen	11/12/1987									Ausente
	102871	Jean Paulo Lopes	03/05/1988									Ausente
	104226	Rodrigo De Meira	09/05/1988									Ausente
	103160	Carlos Adriano Conhaque	20/05/1988									Ausente
	108762	Ederson Gutz Dos Santos	12/08/1988									Ausente
	107332	Alex Junior Schmueller	08/09/1990									Ausente
	115687	Wilton Moreira	01/06/1991									Ausente
	113051	Rafael Sander	26/03/1992									Ausente
	105356	Juliano Pires Da Motta	02/09/1992									Ausente
	115420	Jonas Moacir Havrelhuk	27/10/1992									Ausente

1.22. MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	112540	Marcelo Cava	27/08/1975	17	5,10	7	1,40	4	0,80	3	0,60	7,90
2	103174	Gelvazio Camargo	19/07/1986	14	4,20	8	1,60	5	1,00	4	0,80	7,60
3	113697	Marcelo Bombardieri Da Rosa	20/02/1980	13	3,90	9	1,80	5	1,00	4	0,80	7,50
4	113367	Juliano De Almeida Volpato	27/07/1991	13	3,90	9	1,80	5	1,00	3	0,60	7,30
5	114390	John Lenon Stumpf Berata	09/04/1990	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60	7,10
6	109080	Robert William Niggemann	05/08/1994	14	4,20	7	1,40	4	0,80	3	0,60	7,00
7	110894	Matcon Schneider Blanchet	01/11/1990	13	3,90	7	1,40	5	1,00	3	0,60	6,90
8	104156	Marcos Leandro	22/12/1980	13	3,90	5	1,00	5	1,00	5	1,00	6,90
9	110463	Douglas Da Cruz	09/04/1968	14	4,20	6	1,20	4	0,80	3	0,60	6,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
10	104949	Josimar Pinto	08/04/1988	14	4,20	6	1,20	4	0,80	3	0,60
11	110529	Taise Bitencourt Holdorf	04/12/1973	15	4,50	5	1,00	4	0,80	2	0,40
12	105465	Cristiano Trapp	22/01/1978	13	3,90	6	1,20	4	0,80	4	0,80
13	104106	Aline Kjellim Hadlich	02/01/1996	12	3,60	7	1,40	5	1,00	3	0,60
14	106206	Terezinha Coelho	15/10/1952	13	3,90	7	1,40	3	0,60	3	0,60
15	103093	Iara Aparecida Norlier	07/11/1981	15	4,50	3	0,60	4	0,80	2	0,40
16	115497	William Viebrantz	14/08/1995	11	3,30	7	1,40	5	1,00	3	0,60
17	104414	Roberto Mauricio Miltzer	26/06/1962	11	3,30	6	1,20	4	0,80	5	1,00
18	109226	Renato Marques De Alcantara	31/07/1971	12	3,60	7	1,40	3	0,60	3	0,60
19	107056	Alcides Severino	13/09/1961	13	3,90	6	1,20	4	0,80	1	0,20
20	104262	Giovane Mazzi	21/11/1993	13	3,90	5	1,00	3	0,60	3	0,60
21	104924	Saint Clair Schneider Tesch	02/03/1982	11	3,30	7	1,40	4	0,80	3	0,60
22	114299	Gisele Aparecida Bach	09/07/1986	11	3,30	6	1,20	4	0,80	4	0,80
23	107671	Raviera Kretschmar	16/01/1994	12	3,60	5	1,00	4	0,80	3	0,60
24	113081	Ramon Novaes Dos Santos	24/04/1995	12	3,60	5	1,00	4	0,80	3	0,60
25	114626	Acacio Uller	05/03/1958	10	3,00	8	1,60	4	0,80	3	0,60
26	107960	Debora Cristina Posai	22/01/1976	10	3,00	7	1,40	5	1,00	3	0,60
27	112206	Amilton Marcello Waldrich	09/04/1982	10	3,00	7	1,40	4	0,80	4	0,80
28	115316	Adiel Ferreira Da Costa	03/01/1984	13	3,90	4	0,80	3	0,60	3	0,60
29	113103	Dionisio Floriano	03/07/1969	10	3,00	6	1,20	4	0,80	4	0,80
30	103083	Elisangela Thaise Andrade	19/12/1991	10	3,00	6	1,20	4	0,80	4	0,80
31	106639	Laudir Jose Matazzoli	11/02/1976	11	3,30	7	1,40	4	0,80	1	0,20
32	103628	Gilberto Guckert	30/12/1980	11	3,30	6	1,20	4	0,80	2	0,40
33	109397	Felipe Fontanive Marafon	20/03/1991	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60
34	105148	Almir Rogerio Weiss	22/01/1989	11	3,30	5	1,00	4	0,80	3	0,60
35	110766	Debora Idene Weccolovis	26/02/1983	9	2,70	7	1,40	5	1,00	3	0,60
36	105324	Karlson Bremer	25/09/1967	12	3,60	3	0,60	4	0,80	3	0,60
37	106319	Eliton Brand	10/11/1998	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
38	105275	Josmar Sangaletti	12/02/1978	9	2,70	6	1,20	4	0,80	4	0,80
39	112367	Luiz Alberto Pegoraro	04/06/1964	12	3,60	3	0,60	3	0,60	3	0,60
40	106804	Ricardo Carlos Silva	15/06/1983	10	3,00	6	1,20	4	0,80	2	0,40
41	113531	Lucas Jean Juste De Lara	10/07/1980	10	3,00	5	1,00	4	0,80	3	0,60
42	103141	Djacy De Sousa Silva	17/12/1987	8	2,40	7	1,40	5	1,00	3	0,60
43	112013	Carlos Ricardo Marian	11/11/1974	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
44	105000	Julio Cesar Pereira Schindwein	26/09/1994	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40
45	114971	Diego Roling	17/08/1995	11	3,30	3	0,60	5	1,00	2	0,40
46	105558	Diego Jose De Paula	30/03/1989	9	2,70	6	1,20	4	0,80	3	0,60
47	104990	Marcos Stadnik	07/02/1957	9	2,70	6	1,20	3	0,60	4	0,80
48	109308	Silvio Luiz Schneider	02/08/1974	9	2,70	5	1,00	4	0,80	4	0,80
49	114524	Aline Fontanive	04/10/1994	7	2,10	8	1,60	5	1,00	3	0,60
50	111397	Jonathan Kubiack	31/08/1995	10	3,00	4	0,80	3	0,60	4	0,80
51	104375	Felipe Domingos Ventura	12/10/1990	8	2,40	8	1,60	3	0,60	3	0,60
52	105008	Andrei Gustavo Ossemer	07/06/1990	8	2,40	5	1,00	5	1,00	4	0,80
53	110526	Andrineia Cintia Pisetla	02/09/1986	6	1,80	8	1,60	5	1,00	4	0,80
54	114134	Paulo Adriano Dos Santos	04/09/1976	9	2,70	7	1,40	3	0,60	2	0,40
55	115159	Adao Carlos Da Rosa	16/03/1983	9	2,70	6	1,20	4	0,80	2	0,40
56	114607	Fernando Lorenzetti	15/04/1986	9	2,70	5	1,00	4	0,80	3	0,60
57	109243	Dirceu Rainoldo Wessner	07/08/1984	9	2,70	3	0,60	5	1,00	4	0,80
58	113306	Antonio Domingos Ledra	06/02/1955	8	2,40	4	0,80	4	0,80	5	1,00
59	103736	Valtair Luis Depine Junior	09/05/1985	8	2,40	6	1,20	5	1,00	2	0,40
	115399	Wellerson Henrique Domingos	10/03/1997	11	3,30	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	112993	Adilson Aparecido Almeida	14/10/1981	11	3,30	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	112291	Anivaldo Carvalho Junior	01/01/1980	9	2,70	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	104378	Lucas Neckel	27/09/1990	9	2,70	4	0,80	4	0,80	3	0,60
	115187	Fabio Anderson Reif	24/08/1979	7	2,10	6	1,20	4	0,80	4	0,80
	111608	Mario Luiz Ropelato	21/08/1952	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	106403	Claudimar Ferreira De Souza	29/07/1970	10	3,00	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	104735	Julio Iglesias De Andrade	14/05/1991	8	2,40	7	1,40	3	0,60	2	0,40
	112163	Ivan Campos	09/08/1967	8	2,40	7	1,40	2	0,40	3	0,60
	104191	David Alexandre Tack	22/12/1988	8	2,40	6	1,20	4	0,80	2	0,40
	104404	Alex Barnabe Da Silva	11/05/1989	8	2,40	6	1,20	3	0,60	3	0,60
	107199	Marcelo Eduardo Ramos	07/11/1986	8	2,40	5	1,00	5	1,00	2	0,40
	113627	Sandro Luis Kopp	14/02/1971	8	2,40	5	1,00	3	0,60	4	0,80
	114257	Junior Noll	17/03/1995	9	2,70	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	115534	Benicio Uller	23/08/1960	9	2,70	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	104079	Silvio Mello	19/10/1979	8	2,40	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	102873	Rosimar Maueski	26/11/1975	8	2,40	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	107962	Marcos Holdorf	25/09/1986	8	2,40	4	0,80	4	0,80	3	0,60
	111747	Ruan Beling	19/04/1992	8	2,40	4	0,80	4	0,80	3	0,60
	115015	Jaison Marcelo Domingos	13/08/1977	8	2,40	3	0,60	5	1,00	3	0,60
	104453	Valdir Reis Da Silva	18/06/1977	8	2,40	3	0,60	4	0,80	4	0,80
	111020	Caio Cesar Bruenning	18/06/1991	9	2,70	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	111489	Vilson De Souza	11/01/1967	9	2,70	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	108705	Nazario Spiess	22/10/1957	9	2,70	3	0,60	2	0,40	4	0,80
	108239	Cristiano Stringari	10/10/1979	9	2,70	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	109150	Julita Andrade Negherbom	12/08/1966	7	2,10	6	1,20	3	0,60	3	0,60
	103993	Marisa Martins	23/08/1980	10	3,00	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	109418	Marcos De Camargo Reinhold	04/11/1988	8	2,40	5	1,00	4	0,80	1	0,20
	109037	Eduardo De Oliveira Abreu	25/02/1991	8	2,40	4	0,80	5	1,00	1	0,20
	115554	Tiago Bonacolsi Pereira	03/05/1995	8	2,40	4	0,80	5	1,00	1	0,20
	114480	Valdemir Gomes	26/09/1989	8	2,40	2	0,40	4	0,80	4	0,80
	105604	Reinoldo Wamling Junior	05/07/1983	6	1,80	5	1,00	5	1,00	3	0,60
	103741	Paulo Cezar Ramos	30/06/1972	11	3,30	5	1,00	0	0,00	0	0,00
	113208	Johnny Alcantara Pereira	26/12/1984	7	2,10	5	1,00	2	0,40	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	104692	Andre Luciano De Souza	08/02/1969	7	2,10	4	0,80	4	0,80	3	0,60
	104647	Rafael Alves Souza	10/10/1996	5	1,50	7	1,40	4	0,80	3	0,60
	115849	Fabiano Rodrigues	16/12/1982	8	2,40	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	108443	Gulherme Giacomini	08/07/1995	8	2,40	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	114320	Diovani Pilar Junior	18/02/1996	8	2,40	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	104268	Rita Kusterko Mazzi	10/01/1966	8	2,40	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	107662	Samuel Elias Alves De Jesus	14/12/1983	8	2,40	4	0,80	2	0,40	3	0,60
	111084	Maicon Moises Kistner	29/06/1981	6	1,80	5	1,00	4	0,80	3	0,60
	111995	Fernando Gamba	01/08/1983	6	1,80	5	1,00	4	0,80	3	0,60
	105009	Silvonei Marcelino	28/07/1966	6	1,80	5	1,00	3	0,60	4	0,80
	111836	Fatima De Almeida Coelho	10/11/1984	11	3,30	2	0,40	2	0,40	0	0,00
	112938	Antonio Carlos Sestren	05/09/1961	7	2,10	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	109706	Rodrigo Valmor Schneider	22/03/1997	7	2,10	4	0,80	4	0,80	2	0,40
	114612	Alcaneu De Freitas	14/08/1968	7	2,10	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	115189	Jacson Carlos Eger	31/10/1977	7	2,10	3	0,60	5	1,00	2	0,40
	114589	Claudete Silvana Wagner	16/05/1978	8	2,40	6	1,20	2	0,40	0	0,00
	108109	Flavio Pereira	11/12/1984	8	2,40	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	115142	Alceu Ront Wagner	12/03/1969	7	2,10	5	1,00	4	0,80	0	0,00
	109775	Welliton Patrick De Sousa	29/01/1985	7	2,10	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	112514	Jose Mario Cantovick	01/02/1976	7	2,10	2	0,40	3	0,60	4	0,80
	113052	Rafael Sander	26/03/1992	8	2,40	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	108554	Gabriel Mazzucco Perito	02/05/1988	8	2,40	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	114985	Andreia Cristina Conti	25/12/1983	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	115677	Marcelo Lorenzetti	29/09/1991	8	2,40	2	0,40	4	0,80	1	0,20
	105399	Ednei Da Silva	21/08/1977	6	1,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	108594	Josiane De Souza Cardoso	08/12/1994	6	1,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	104867	Juliano Josue Stel	05/07/1988	9	2,70	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	107563	Amilton Padilha	24/07/1983	6	1,80	5	1,00	3	0,60	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	102886	Renato Stark	02/06/1979	6	1,80	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	105162	Vigand Kruger	08/02/1960	6	1,80	4	0,80	2	0,40	3	0,60
	113074	Cascio Wehrmeister	25/01/1979	6	1,80	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	104321	Toni Jose Adriano	13/03/1985	6	1,80	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	111713	Aparecida Martins Da Silva	26/02/1947	7	2,10	6	1,20	0	0,00	1	0,20
	108033	Edson Laguna	12/09/1968	9	2,70	2	0,40	1	0,20	1	0,20
	115295	Anderson Luis Gutjahr	28/08/1981	7	2,10	5	1,00	1	0,20	1	0,20
	109658	Sergio Roberto Eichholz	05/09/1958	7	2,10	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	103111	Carlinho Franzen	15/11/1968	7	2,10	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	108965	Odair Jose Lacerda	07/12/1984	7	2,10	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	107865	Jair Dolzan	13/08/1969	5	1,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	107727	Reginaldo Cesario	13/04/1978	5	1,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	108185	Marcelo Machado	22/09/1977	5	1,50	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	111959	Cristiano Da Silva Garcia	29/08/1987	8	2,40	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	104940	Ronaldo Da Silva Ferreira	17/02/1983	6	1,80	5	1,00	2	0,40	0	0,00
	110597	Paulo Jorge Chneider	01/09/1959	6	1,80	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	111458	Edenilson Ferreira	06/09/1990	6	1,80	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	104773	Marlon Elias Ferreira	04/05/1996	5	1,50	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	110946	Helio Antonio	25/01/1969	6	1,80	3	0,60	3	0,60	0	0,00
	115862	Leila Claudia Gehlke	15/08/1983	4	1,20	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	111327	Cristiano Jose Andreatta	05/05/1974	3	0,90	6	1,20	4	0,80	0	0,00
	112701	Ildo David Palmera	05/01/1996	4	1,20	6	1,20	2	0,40	0	0,00
	106771	Tiago Dos Santos	19/10/1987	4	1,20	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	104596	Alexsandro Soares	02/05/1983	4	1,20	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	107113	Antonio Marcelino Da Silva	01/05/1965	5	1,50	1	0,20	2	0,40	2	0,40
	107900	Jose Roberto Da Silva	01/04/1972	3	0,90	6	1,20	2	0,40	0	0,00
	109852	Carlos Roberto Campestrini	30/12/1979	3	0,90	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	112192	Patricio Fernandes	14/10/1993	4	1,20	3	0,60	0	0,00	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	110714	Militino May	24/06/1968	4	1,20	2	0,40	1	0,20	2	0,40	2,20
	102776	Jose Luiz Da Silva	28/08/1960	2	0,60	2	0,40	0	0,00	1	0,20	1,20
	105320	Romario Savi	17/05/1990	2	0,60	1	0,20	1	0,20	0	0,00	1,00
	114314	Rogério Soares	17/09/1957									Ausente
	108428	Nilso De Andrade	16/09/1960									Ausente
	115226	Neri Conrado	20/05/1962									Ausente
	109598	Jose Vilvert	22/09/1963									Ausente
	109084	Juarez Machado	07/10/1965									Ausente
	113148	Alberto Mello	02/03/1966									Ausente
	108990	Joao Norberto Da Costa	10/04/1966									Ausente
	114635	Joceli Tobia	17/10/1966									Ausente
	110489	Antonio Carlos Stramosk	16/06/1967									Ausente
	111054	Erico Jorge Krieger Neto	06/03/1968									Ausente
	114623	Sergio Dos Santos	27/03/1969									Ausente
	107498	Iris Alves Berchinnock	28/06/1969									Ausente
	114610	Laudir Donizetti Vignoli	03/09/1970									Ausente
	104583	Hercilio Silveira	02/02/1973									Ausente
	103543	Marcos Sevegnani	22/11/1973									Ausente
	115789	Sergio Luis Soares	20/04/1974									Ausente
	110672	Janete Luzia Machado Foster	03/05/1974									Ausente
	105425	Vanderlei Schlup	08/06/1975									Ausente
	115146	Flavio Ferreira De Almiron	27/12/1975									Ausente
	107128	Jose Carlos Goncalves Dos Santos	18/02/1976									Ausente
	108180	Sergio De Oliveira	08/05/1977									Ausente
	115036	Audair Martins De Oliveira	06/06/1977									Ausente
	112780	Adriano Alves	26/08/1977									Ausente
	110926	Viviane Bertelli	10/09/1977									Ausente
	103714	Cleusa Espindola	02/12/1977									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	113640	Valdinei Borges Siqueira	23/05/1978									Ausente
	113891	Eduardo Schmitt Roste	05/09/1979									Ausente
	108596	Sideandro Luiz De Nez	01/03/1980									Ausente
	109213	Wagner Castorino De Brito	27/02/1981									Ausente
	113704	Michel Robson Hausmann	30/10/1981									Ausente
	107890	Andre Almeida Barreto	06/07/1982									Ausente
	109534	Simone De Mattos	07/10/1982									Ausente
	109097	Michel Carlos Martins	12/09/1983									Ausente
	107848	Jose Carlos Mota	22/03/1984									Ausente
	108993	Eberton Odirllei Ventura Fermio	14/06/1984									Ausente
	104302	Anderson Gutz Dos Santos	15/02/1985									Ausente
	107738	Marcio Andre Da Rosa	24/10/1985									Ausente
	104862	Kleber Tomazi	11/01/1986									Ausente
	111004	Joel Eliseu Beulke	17/01/1986									Ausente
	113964	Sergio Luiz Amdt Weinrich	30/05/1986									Ausente
	107268	Luis Carlos Thiersch	21/10/1986									Ausente
	109987	Edenilson Da Silva	16/12/1986									Ausente
	105446	Luis Henrique Bonatto	10/02/1987									Ausente
	110539	Anderson Kannenberg	08/06/1987									Ausente
	106287	Cleudson Ricardo Schulze	21/09/1987									Ausente
	108213	Deivid Willian Fasolin	27/09/1987									Ausente
	112334	Maicon Cardoso	27/10/1987									Ausente
	106324	Jefferson Natalino S. Da Silva	28/12/1987									Ausente
	111043	Gandhi Bechtold	30/01/1988									Ausente
	108383	Diego Franca	04/05/1988									Ausente
	109811	Carloscesar Pontiolli Junior	09/05/1988									Ausente
	114201	Diego Jose Caetano	07/08/1988									Ausente
	109772	Bruno Braatz	15/10/1988									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	103468	Ison Ribeiro	18/04/1989									Ausente
	105285	Chalana Rodrigues	28/12/1989									Ausente
	105781	Diego Bilk	28/01/1990									Ausente
	111671	Thiago Rafael Franzen Vieira	03/02/1990									Ausente
	108853	Marcos Cesar Martins Dos Santos	14/02/1990									Ausente
	104338	Fabiano Ropelatto	07/05/1990									Ausente
	115576	Ivan Felipe Lopes	23/05/1990									Ausente
	113331	Gabriel Rafael Fernandes	01/07/1990									Ausente
	104842	Anderson Feliponi	29/07/1990									Ausente
	104889	Luan Moreira Martins	08/11/1990									Ausente
	112995	Indaiara Porhuna Vieira	07/06/1991									Ausente
	113647	Guilherme Leonardo Andrade	08/10/1991									Ausente
	106376	Felipe Joacir Carneiro	14/12/1991									Ausente
	104395	Marcos Porfírio	19/02/1992									Ausente
	110912	Diego Henrique Stahnke	24/08/1992									Ausente
	105357	Juliano Pires Da Motta	02/09/1992									Ausente
	109863	Carlos Eduardo Capistrano	21/12/1992									Ausente
	113780	Tiago Errath	07/01/1993									Ausente
	115682	Djoni Alberto Pereira	12/01/1993									Ausente
	115199	Rogiel Fogolari	20/02/1993									Ausente
	105059	James Constante	26/04/1993									Ausente
	111369	Mateus Fernandes Ouriques	16/03/1994									Ausente
	112424	Rodrigo Da Rosa	08/04/1994									Ausente
	108329	Julio Cesar Martinez Dos Santos	08/07/1994									Ausente
	109478	Jhonatan Duarte Pranti	03/10/1995									Ausente
	108378	Leonardo Stedile	03/12/1995									Ausente
	114023	Diogo Caio Rubleski	11/01/1996									Ausente
	109902	Bruno Klitzke	08/02/1996									Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	107188	Carlos Roberto Stahnke	02/12/1996									Ausente
	103934	Robson Vieira	13/02/1997									Ausente

1.23. OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	105823	Diego Kammer	03/01/1987	12	3,60	6	1,20	5	1,00	2	0,40	6,20
2	111448	Evandro Janke	07/06/1996	12	3,60	5	1,00	5	1,00	2	0,40	6,00
3	104611	Anderson Leandro Caelano	08/03/1989	12	3,60	5	1,00	3	0,60	4	0,80	6,00
4	106630	Joao Carlos Formonte	25/02/1958	10	3,00	7	1,40	3	0,60	3	0,60	5,60
5	113933	Ricardo Luis Moresco	17/11/1984	9	2,70	6	1,20	5	1,00	2	0,40	5,30
6	114067	Carlos Jair Freitas De Souza	16/05/1967	9	2,70	3	0,60	4	0,80	5	1,00	5,10
	114519	Cleideron Boing	18/02/1980	9	2,70	6	1,20	3	0,60	2	0,40	4,90
	111941	Carlos Fernando Virgilio	28/07/1994	7	2,10	5	1,00	5	1,00	3	0,60	4,70
	112299	Marcelo Tamanini	21/01/1989	7	2,10	5	1,00	4	0,80	4	0,80	4,70
	109622	Rudolfo Herley Maciel Borges	03/04/1982	10	3,00	4	0,80	2	0,40	2	0,40	4,60
	113267	Maicon Gielow	29/12/1984	8	2,40	5	1,00	3	0,60	3	0,60	4,60
	106513	Thiago Henrique Sehnem	21/11/1989	7	2,10	5	1,00	4	0,80	3	0,60	4,50
	109590	Jose Vilvert	22/09/1963	6	1,80	6	1,20	4	0,80	3	0,60	4,40
	105914	Ricardo Stedile	23/09/1983	6	1,80	5	1,00	4	0,80	4	0,80	4,40
	107795	Janes Da Silva	03/09/1977	8	2,40	4	0,80	2	0,40	3	0,60	4,20
	112083	Luiz Paulo Teixeira Carvalho	30/01/1990	7	2,10	3	0,60	4	0,80	3	0,60	4,10
	115440	Moacir Cardoso	29/11/1976	6	1,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40	3,80
	103369	Ademir Da Cunha	08/09/1972	6	1,80	4	0,80	4	0,80	2	0,40	3,80
	103956	Jose Flor Da Silva	07/10/1949	7	2,10	3	0,60	2	0,40	3	0,60	3,70
	109661	Eli Adir Falcao Siganan Junior	24/04/1989	6	1,80	2	0,40	3	0,60	4	0,80	3,60
	105394	Valdonir Dolzan	22/09/1971	6	1,80	4	0,80	2	0,40	2	0,40	3,40

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	112307	Adriano Ricardo Molinari	23/08/1976	7	2,10	3	0,60	1	0,20	1	0,20	3,10
	103230	Osni Manoel Matias Hasckel	15/09/1994	5	1,50	3	0,60	3	0,60	1	0,20	2,90
	106326	Marcos Roberto Wolff De Oliveira	06/09/1969	6	1,80	1	0,20	2	0,40	2	0,40	2,80
	107365	Joao Maria Marques Da Rosa	22/04/1967	7	2,10	0	0,00	1	0,20	2	0,40	2,70
	114513	Manoel Jose Da Silva	11/09/1981	5	1,50	3	0,60	1	0,20	2	0,40	2,70
	115114	Lauro Tadra	30/09/1970	5	1,50	3	0,60	2	0,40	0	0,00	2,50
	107087	Luciano Xavier	05/10/1973	5	1,50	2	0,40	0	0,00	2	0,40	2,30
	109853	Carlos Roberto Campestrini	30/12/1979									Ausente
	114010	Fabio Franz	17/10/1984									Ausente
	110605	Claudimar Elges	04/11/1986									Ausente
	103161	Carlos Adriano Conhaque	20/05/1988									Ausente
	113036	Lourival Bennett Junior	07/03/1995									Ausente

1.24. PEDREIRO

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	108168	Odair Fiamoncini	07/11/1969	5	1,25	7	1,75	15	3,75	6,75
2	111848	Nardeli Eger	26/09/1976	5	1,25	6	1,50	15	3,75	6,50
3	109899	Jolmir Jose Laurentino	31/10/1967	5	1,25	5	1,25	16	4,00	6,50
4	104019	Joel Antonio	22/07/1971	4	1,00	6	1,50	16	4,00	6,50
5	110624	Jailson Alves Do Rosario	13/12/1972	4	1,00	8	2,00	13	3,25	6,25
6	108258	Huiguimar Thiago Tavares Benicio	04/09/1989	6	1,50	5	1,25	10	2,50	5,25
7	114965	Juliano Cesar Russi	25/04/1994	4	1,00	6	1,50	10	2,50	5,00
	108289	Neri Pagano	03/02/1970	4	1,00	5	1,25	10	2,50	4,75
	104072	Moacir Claudino	19/12/1971	4	1,00	3	0,75	11	2,75	4,50
	112347	Alcides Francisco Moellmann	27/04/1957	0	0,00	5	1,25	13	3,25	4,50
	105226	Moacir Sebastiao Domingues Ferreira	07/06/1955	4	1,00	4	1,00	9	2,25	4,25

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	104171	Claudecir Rodrigues Branco	17/07/1981	5	1,25	4	1,00	8	2,00	4,25
	109173	Jerri Schure	16/04/1972	2	0,50	4	1,00	5	1,25	2,75
	109525	Gilmar Bridarolli	06/01/1963	1	0,25	2	0,50	6	1,50	2,25
	111365	Rogério Hirt Recalde	09/11/1981							Ausente
	114504	Flavio Artemio Melo Da Silva Lima	08/02/1982							Ausente
	110888	Paulo Brizola Junior	08/02/1986							Ausente

1.25. PINTOR

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	109148	Elias Rodrigues	12/09/1967	3	0,75	5	1,25	14	3,50	5,50
	105331	Joao Carlos Heinzen Da Luz	10/10/1976	5	1,25	5	1,25	8	2,00	4,50

1.26. PSICÓLOGO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	108314	Priscila Nicolladelli	17/11/1982	18	5,40	8	1,60	3	0,60	3	0,60	8,20
2	105461	Lariane Souza Pereira	07/08/1989	17	5,10	10	2,00	2	0,40	3	0,60	8,10
3	108323	Ana Claudia Lehmkuhl	20/12/1991	17	5,10	8	1,60	3	0,60	4	0,80	8,10
4	112445	Mariane Ribeiro Da Rosa	09/06/1991	17	5,10	6	1,20	4	0,80	5	1,00	8,10
5	109002	Jessica Santana Da Silva	05/01/1990	15	4,50	7	1,40	5	1,00	5	1,00	7,90
6	102973	Hildegard Magdalena Klever Krause	13/02/1963	17	5,10	7	1,40	3	0,60	3	0,60	7,70
7	106948	Fernanda Goulart Ferreira	17/04/1992	15	4,50	9	1,80	4	0,80	3	0,60	7,70
8	114571	Laise Versino	19/09/1989	16	4,80	9	1,80	3	0,60	2	0,40	7,60
9	110869	Francielle Schlindwein Da Silva	30/11/1991	16	4,80	8	1,60	3	0,60	3	0,60	7,60
10	105101	Luisa Carina Gessi Rippel	31/01/1989	17	5,10	7	1,40	2	0,40	3	0,60	7,50

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
11	103136	Juciene Montagna	03/12/1986	16	4,80	8	1,60	2	0,40	3	0,60
12	106754	Andressa Bahr	14/09/1991	14	4,20	7	1,40	4	0,80	5	1,00
13	110114	Jesita Maria Elyng	01/05/1988	17	5,10	7	1,40	1	0,20	3	0,60
14	102895	Carlos Altamir Rodrigues Cabreira	23/04/1977	15	4,50	9	1,80	2	0,40	3	0,60
15	108866	Sandra Antunes Dos Santos	19/03/1989	15	4,50	9	1,80	1	0,20	4	0,80
16	104004	Alexsania Sousa Braz Tramontin	29/01/1981	15	4,50	7	1,40	4	0,80	3	0,60
17	111763	Cristiandrei Silva Goncalves	20/05/1976	16	4,80	8	1,60	2	0,40	2	0,40
18	110856	Bruna Berri	20/12/1993	16	4,80	7	1,40	1	0,20	4	0,80
19	112488	Barbara Dos Santos Rezena	17/01/1987	14	4,20	9	1,80	3	0,60	3	0,60
20	108742	Julio Cesar Alves	26/09/1980	14	4,20	8	1,60	3	0,60	4	0,80
21	102927	Juliana Aparecida Homem Heidrich	05/04/1986	14	4,20	8	1,60	3	0,60	4	0,80
22	113795	Gigliola Vanessa Mohr	13/01/1978	17	5,10	5	1,00	2	0,40	3	0,60
23	111085	Ricardo Michalak	01/12/1984	15	4,50	6	1,20	3	0,60	4	0,80
24	106369	Ana Paula Klummann	25/05/1993	16	4,80	8	1,60	2	0,40	1	0,20
25	114994	Mariana Duminelli Da Luz	14/08/1992	14	4,20	9	1,80	2	0,40	3	0,60
26	106252	Camila Suelen Dos Santos	27/08/1992	14	4,20	7	1,40	4	0,80	3	0,60
27	105180	Giovana Bedin Pereira	14/08/1991	12	3,60	10	2,00	4	0,80	3	0,60
28	112951	Mariana Brandalise	04/12/1989	12	3,60	9	1,80	4	0,80	4	0,80
29	110461	Lucas Braibante Tome Silva	31/03/1989	15	4,50	7	1,40	3	0,60	2	0,40
30	114558	Izadora Franca Wiese	22/10/1992	15	4,50	6	1,20	3	0,60	3	0,60
31	112549	Joelma Da Silva	05/05/1989	16	4,80	6	1,20	2	0,40	2	0,40
32	109127	Deyse Maira Kluge	09/04/1986	16	4,80	5	1,00	3	0,60	2	0,40
33	105901	Luiza Spiller Fernandes	27/12/1989	14	4,20	8	1,60	3	0,60	2	0,40
34	103390	Juliano Ribeiro Marques	03/07/1978	15	4,50	7	1,40	1	0,20	3	0,60
35	108120	Viviane Vieira	10/01/1989	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
36	112589	Indianara Aparecida Da Silva	11/12/1993	13	3,90	8	1,60	1	0,20	5	1,00
37	105840	Mariana Bittencourt De Los Santos	07/06/1994	11	3,30	10	2,00	4	0,80	3	0,60
38	103876	Sara Boege Pickler	28/03/1993	16	4,80	5	1,00	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
39	111414	Luana Aparecida Goedert Hasse	05/11/1982	14	4,20	5	1,00	3	0,60	4	0,80
40	108851	Tamara Furian Capelin	04/09/1993	12	3,60	8	1,60	3	0,60	4	0,80
41	112688	Joseane De Oliveira Luz	17/11/1988	15	4,50	7	1,40	1	0,20	2	0,40
42	114450	Miriam Dumes	09/03/1983	15	4,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
43	111148	Larissa Poletto	01/02/1985	13	3,90	6	1,20	3	0,60	4	0,80
44	104997	Leila Patricia Cipriani	12/02/1988	16	4,80	3	0,60	1	0,20	4	0,80
45	105416	Luciana Becker Peres	22/01/1974	14	4,20	7	1,40	2	0,40	2	0,40
46	110485	Bruna Luiza Pratto	31/12/1990	14	4,20	7	1,40	1	0,20	3	0,60
47	102984	Carolina Francielle Tonin	02/03/1990	14	4,20	6	1,20	1	0,20	4	0,80
48	115031	Andre Goncalves De Andrade	03/02/1991	14	4,20	5	1,00	3	0,60	3	0,60
49	113109	Odair Figueiredo	07/12/1971	15	4,50	3	0,60	2	0,40	4	0,80
50	113234	Rosa Maria Ramalho	09/02/1982	13	3,90	7	1,40	1	0,20	4	0,80
51	108368	Renann Marcel Sandri	23/02/1987	14	4,20	7	1,40	1	0,20	2	0,40
52	103375	Thais Kuhnem	15/07/1991	14	4,20	5	1,00	2	0,40	3	0,60
53	113114	Fabricio Andrade Padilha	02/02/1986	14	4,20	4	0,80	2	0,40	4	0,80
54	111773	Rodrigo Souza Walming	10/01/1989	12	3,60	8	1,60	2	0,40	3	0,60
55	112575	Daniela Fernandes Dos Santos	16/01/1981	12	3,60	7	1,40	2	0,40	4	0,80
56	115791	Joice Knabben	22/05/1984	12	3,60	6	1,20	4	0,80	3	0,60
57	103861	Daiane Laurete	23/02/1983	12	3,60	6	1,20	3	0,60	4	0,80
58	105525	Camila Thomazi Castelani	05/09/1991	15	4,50	6	1,20	0	0,00	2	0,40
59	103240	Jaqueline Nehring	27/10/1975	13	3,90	9	1,80	1	0,20	1	0,20
60	112610	Cristina Borgert Coelho	10/11/1984	13	3,90	8	1,60	0	0,00	3	0,60
61	107157	Jaqueline Fuck Jochem	23/10/1990	13	3,90	6	1,20	2	0,40	3	0,60
62	103597	Daniela Schmitz	11/04/1989	14	4,20	7	1,40	2	0,40	0	0,00
63	108632	Camila Weber	19/09/1993	14	4,20	6	1,20	2	0,40	1	0,20
64	110406	Sabrina Schulz	23/08/1991	12	3,60	8	1,60	2	0,40	2	0,40
65	104817	Matheus Achilles Bet	16/06/1988	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
66	113988	Angela Maria Dos Santos Venerai	27/09/1974	13	3,90	6	1,20	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
67	111010	Andreza Iolanda Dolzan	26/09/1994	13	3,90	6	1,20	1	0,20	3	0,60
68	106741	Maite Westarb De Quevedo	17/12/1987	13	3,90	5	1,00	2	0,40	3	0,60
69	105791	Vanessa Decherling	05/04/1993	13	3,90	4	0,80	2	0,40	4	0,80
70	104367	Tuana Barbosa Maciel Borges	31/05/1990	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40
71	103045	Nayara Fatima Souza	13/05/1992	12	3,60	6	1,20	2	0,40	3	0,60
72	114297	Andreia Fioriani Da Silva	22/02/1989	13	3,90	8	1,60	1	0,20	0	0,00
73	113194	Patricia Dos Prazeres Wagner	06/09/1990	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
74	110465	Matheus Sant'ana Vieira	21/05/1993	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40
75	109034	Silvana Miguelina Freitas Almeida	28/09/1976	11	3,30	8	1,60	2	0,40	2	0,40
76	108457	Cintia Fernanda Dos Santos	15/05/1989	11	3,30	8	1,60	2	0,40	2	0,40
77	107029	Alessandra Cristina Butner	23/05/1977	11	3,30	8	1,60	1	0,20	3	0,60
78	108960	Layla Ehing Ribeiro	20/10/1992	11	3,30	7	1,40	2	0,40	3	0,60
79	112865	Gabriela Beling De Carvalho	08/05/1986	11	3,30	6	1,20	4	0,80	2	0,40
80	110020	Luana Dalpiaz Sehnem	29/07/1992	14	4,20	5	1,00	0	0,00	2	0,40
81	114004	Jennifer Haranda Colombo Antunes De Lima	25/04/1983	14	4,20	3	0,60	1	0,20	3	0,60
82	106239	Gabriela Senna Pinto	12/10/1989	12	3,60	7	1,40	2	0,40	1	0,20
83	103485	Nair Carolina Voltexen	03/09/1988	12	3,60	6	1,20	1	0,20	3	0,60
84	108986	Vanessa De Moraes Muniz	25/12/1989	12	3,60	6	1,20	1	0,20	3	0,60
85	115341	Flavia Roberta Busarello	25/05/1988	10	3,00	8	1,60	1	0,20	4	0,80
86	109073	Jessica Leitempergher	16/05/1991	13	3,90	6	1,20	1	0,20	1	0,20
87	106367	Andressa Pasqualotti Becker	13/03/1990	13	3,90	5	1,00	1	0,20	2	0,40
88	111645	Geraldine Marques Malochi	29/11/1984	13	3,90	4	0,80	2	0,40	2	0,40
89	111898	Kenia Marjori Cunha Dickow	31/12/1978	10	3,00	8	1,60	2	0,40	2	0,40
90	106358	Keiter Sane Kuhn	06/07/1981	13	3,90	2	0,40	2	0,40	3	0,60
91	108503	Karine Burtuli	29/11/1988	11	3,30	7	1,40	1	0,20	2	0,40
92	104718	Cleusemeri Rahn	12/05/1980	12	3,60	6	1,20	0	0,00	2	0,40
93	113536	Priscila Magnani	13/10/1984	12	3,60	5	1,00	2	0,40	1	0,20
94	106263	Grazielle Girardi	22/09/1982	11	3,30	6	1,20	1	0,20	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
95	111739	Marlene Fuchter	23/09/1981	11	3,30	4	0,80	3	0,60	2	0,40
96	107480	Mariana Ledra	12/09/1987	11	3,30	4	0,80	3	0,60	2	0,40
97	110852	Dalana Dailia Dolisan Vieira	20/12/1982	9	2,70	6	1,20	3	0,60	3	0,60
98	108294	Priscila Godinho Da Silva	07/01/1992	12	3,60	3	0,60	1	0,20	3	0,60
99	112981	Cristiane Lorenzi	05/08/1992	10	3,00	7	1,40	1	0,20	2	0,40
100	114195	Thais Marcela De Lima	19/02/1988	10	3,00	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	115494	Bruna Rodrigues Tiecher	14/03/1991	13	3,90	5	1,00	0	0,00	0	0,00
	106427	Angela Slongo Benetti	23/10/1992	10	3,00	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	113470	Eliane Balvedi Medeiros	27/03/1971	10	3,00	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	105514	Marcia Trentini	31/10/1976	8	2,40	4	0,80	5	1,00	3	0,60
	107703	Gislaine Bueno De Oliveira	08/05/1989	9	2,70	6	1,20	1	0,20	3	0,60
	106602	Marcia Alice Lange	27/12/1990	12	3,60	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	115212	Arquimedes Ferreira De Melo	21/09/1964	12	3,60	3	0,60	0	0,00	2	0,40
	107415	Michele Aparecida Kreich	30/12/1987	10	3,00	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	104831	Suelen Regueira	25/07/1989	11	3,30	5	1,00	0	0,00	1	0,20
	114011	Schalane Koerich Pitz	13/04/1991	11	3,30	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	112714	Franciele Bastos	04/06/1992	11	3,30	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	106644	Jessica De Souza	04/09/1992	9	2,70	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	108716	Dalana Esser	03/11/1985	10	3,00	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	114120	Emanuella Muriel Cunha	01/06/1989	8	2,40	7	1,40	1	0,20	1	0,20
	109353	Sonia Jensen Klaumann	16/10/1959	8	2,40	7	1,40	0	0,00	1	0,20
	111392	Louise Sebold	28/05/1984	9	2,70	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	115217	Lilian Schutz	16/09/1985	7	2,10	7	1,40	1	0,20	1	0,20
	107836	Patricia Steffens	23/09/1988	8	2,40	5	1,00	1	0,20	1	0,20
	107647	Greice Machado	21/06/1981	7	2,10	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	111044	Cleide Stockhneider	09/05/1987	8	2,40	4	0,80	0	0,00	2	0,40
	115315	Raiany Aparecida Fohiarini De Aruda	07/02/1992	8	2,40	4	0,80	0	0,00	2	0,40
	114254	Mara Cecilia Nunes De Lima	05/07/1966	7	2,10	3	0,60	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	109683	Marcia Correa Ribeiro	17/01/1973	8	2,40	2	0,40	0	0,00	2	0,40	3,20
	113766	Vania Demarchi	26/02/1971									Ausente
	110005	Tatiana Otília Pereira	30/06/1977									Ausente
	113864	Patricia Da Silva Pandoifo	08/07/1978									Ausente
	112273	Josiane Schultz	24/06/1981									Ausente
	105317	Fabio Cipullo	26/02/1982									Ausente
	114634	Dilene Miriam Nordio	04/04/1982									Ausente
	110258	Lauren De Souza Pedroso	09/10/1982									Ausente
	109847	Tatiana Costa Carvalho	21/10/1982									Ausente
	107297	Franciane Dieterich De Souza Machado	07/01/1983									Ausente
	110943	Fabiane Araujo Chaves	10/11/1983									Ausente
	114534	Marcia Cristina Pradella Gomes Vargas	01/03/1984									Ausente
	106141	Juliana Regis Da Silva	11/11/1985									Ausente
	107203	Giovana Truppel Montibeller	15/05/1986									Ausente
	114233	Jamile Simas Dos Santos Fernandes	24/05/1986									Ausente
	113188	Naizi Artismo Padilha	25/09/1986									Ausente
	111481	Franciane Cristina Teixeira	29/05/1988									Ausente
	110068	Stefany Rodrigues Wolff	30/10/1988									Ausente
	111812	Cristiane Lumi Nakazawa	21/12/1988									Ausente
	110223	Jaqueline Vanessa Miranda	29/12/1988									Ausente
	113542	Aruan Marchi Silva	13/06/1989									Ausente
	108439	Amanda Guedes Costa	14/10/1989									Ausente
	105366	Amanda Koepp	25/02/1990									Ausente
	108090	Bruna Pereira Donde Scoretagagna	21/05/1990									Ausente
	112836	Rodrigo Westphalen Lima Prada	03/11/1990									Ausente
	103075	Dyane Pasold Deeke	05/01/1991									Ausente
	108360	Jessica Cesco	24/08/1991									Ausente
	109212	Gustavo Da Silva Machado	04/11/1991									Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	113153	Aline Cristina De Moraes	05/02/1992									Ausente
	107833	Monica Sarah Salomon	08/03/1992									Ausente
	111684	Stephanie Welinski	19/04/1992									Ausente
	104485	Helen Cristina Baade Schaufert	23/03/1993									Ausente
	110433	Jeane Karolina Fernandes	28/12/1993									Ausente

1.27. PSICOPEDAGOGO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	104481	Denise Marchi Westphal	06/02/1966	16	4,80	6	1,20	2	0,40	3	0,60	7,00
2	103226	Marlise Ramos	10/12/1982	15	4,50	8	1,60	1	0,20	3	0,60	6,90
3	112212	Nair Camargo Giehl	10/04/1959	11	3,30	8	1,60	4	0,80	4	0,80	6,50
4	109119	Maria Luciana Da Silva Camargo	12/01/1976	12	3,60	8	1,60	2	0,40	3	0,60	6,20
5	114256	Diandra Rocha Zucatelli	12/04/1990	12	3,60	8	1,60	1	0,20	4	0,80	6,20
6	113885	Maristela Figueiredo Branger	14/09/1973	12	3,60	6	1,20	3	0,60	4	0,80	6,20
7	111233	Amanda Nanci Trentini	16/11/1982	10	3,00	10	2,00	3	0,60	3	0,60	6,20
8	107101	Veridiane Feltrin Jardim Feijo Da Rosa	27/11/1978	13	3,90	7	1,40	2	0,40	2	0,40	6,10
9	111806	Deisi Schröder	30/09/1982	10	3,00	8	1,60	4	0,80	3	0,60	6,00
10	111083	Mari Teresinha Fronza Soares	22/06/1965	11	3,30	9	1,80	1	0,20	3	0,60	5,90
11	102998	Margaret Carvalho	07/07/1966	11	3,30	6	1,20	2	0,40	5	1,00	5,90
12	109387	Albertina Kuhlkamp Zeferino	06/04/1969	11	3,30	7	1,40	2	0,40	2	0,40	5,50
13	108933	Cleide Mari Matos	27/08/1954	12	3,60	4	0,80	2	0,40	3	0,60	5,40
14	108837	Neuza Wojszyk	27/08/1988	13	3,90	4	0,80	2	0,40	1	0,20	5,30
15	111536	Suelen Fusinato	08/04/1986	11	3,30	7	1,40	1	0,20	2	0,40	5,30
16	103096	Franciane Xavier Ferreira	14/08/1976	11	3,30	7	1,40	0	0,00	3	0,60	5,30
17	111415	Janayna Vieira	12/10/1977	11	3,30	6	1,20	2	0,40	2	0,40	5,30
18	108145	Cintia Lusía Batistí	01/10/1985	9	2,70	8	1,60	2	0,40	3	0,60	5,30

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
19	106207	Sidiane Laurete	14/08/1977	12	3,60	4	0,80	3	0,60	1	0,20
20	110953	Eucaris De Pin	04/07/1967	10	3,00	6	1,20	1	0,20	4	0,80
21	106764	Vivian Regina Cristofolini	16/11/1975	11	3,30	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	103911	Janaina Aparecida Da Silva	14/02/1979	11	3,30	4	0,80	1	0,20	3	0,60
	110092	Carla Fuck Wollinger	07/06/1988	10	3,00	6	1,20	0	0,00	2	0,40
	114183	Geane Küster Pereira	05/03/1986	7	2,10	7	1,40	2	0,40	3	0,60
	113447	Jaqueline Janaina Vargas	14/03/1984	10	3,00	5	1,00	0	0,00	1	0,20
	109914	Marta Cenci	10/08/1974	7	2,10	6	1,20	0	0,00	2	0,40
	104421	Adelaine Soares Da Rosa	29/04/1984	7	2,10	3	0,80	1	0,20	2	0,40
	103625	Elene Pereira De Souza Belli	10/07/1980	6	1,80	3	0,80	2	0,40	2	0,40
	108534	Danubia Gonzaga	12/03/1981	4	1,20	3	0,80	2	0,40	3	0,60
	114141	Ana Paula Martins Varela Kuhl	15/04/1980	4	1,20	4	0,80	1	0,20	2	0,40
	109681	Michele Cristine Eerrari	11/03/1990	5	1,50	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	110211	Maria Salette Alexandre Antunes	03/01/1962	3	0,90	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	113334	Marisa Schmitz	15/07/1969								Ausente
	113322	Marilia Mengarda Wyler	12/05/1983								Ausente
	111231	Gisele Maria Zortela	01/05/1987								Ausente
	114158	Josiane Pereira	16/06/1989								Ausente

1.28. TÉCNICO EM ENFERMAGEM

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	109175	Sigmar Schultz	18/08/1982	19	5,70	8	1,60	4	0,80	2	0,40
2	103671	Rosimeri Batista Dos Santos	23/09/1981	17	5,10	6	1,20	4	0,80	4	0,80
3	109614	Fernanda Rengel	29/04/1989	17	5,10	8	1,60	3	0,60	2	0,40
4	109108	Michael Jose Pacheco Calixto	07/02/1984	17	5,10	7	1,40	4	0,80	2	0,40
5	103558	Mavara Juliana De Souza	22/03/1993	18	5,40	5	1,00	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
6	113000	Jaqueline Graciela Marian	27/12/1994	17	5,10	5	1,00	3	0,60	2	0,40
7	108241	Julio Cesar Vieira Correia	26/12/1986	17	5,10	5	1,00	2	0,40	3	0,60
8	104194	Cristiane Toccolini	08/06/1981	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60
9	105396	Mirlene Lopes Tavares	24/03/1984	13	3,90	8	1,60	4	0,80	4	0,80
10	106826	Vania Schmoeler	02/09/1990	16	4,80	6	1,20	4	0,80	1	0,20
11	109558	Sandra Regina Vieira	08/06/1973	16	4,80	6	1,20	3	0,60	2	0,40
12	107198	Vilma Aparecida De Lima	14/06/1981	16	4,80	6	1,20	2	0,40	3	0,60
13	112522	Ana Claudia Silvestrin	14/08/1987	16	4,80	5	1,00	3	0,60	3	0,60
14	103345	Dirceu Dorival Das Neves	09/07/1978	17	5,10	4	0,80	2	0,40	3	0,60
15	104521	Franciele Dolzan	05/09/1991	16	4,80	4	0,80	4	0,80	2	0,40
16	113820	Selma Esser Floriano	17/11/1967	16	4,80	4	0,80	2	0,40	4	0,80
17	103573	Camila Borba	05/05/1990	14	4,20	8	1,60	2	0,40	3	0,60
18	107768	Jane Aparecida Dallepiane Heusser	11/03/1975	12	3,60	8	1,60	4	0,80	4	0,80
19	108669	Catia Eunice Da Rosa Barcellos	26/08/1977	15	4,50	7	1,40	2	0,40	2	0,40
20	104276	Fernanda Souza	10/05/1981	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
21	104422	Cintia Elisa Grohs De Araujo	12/11/1985	15	4,50	6	1,20	3	0,60	2	0,40
22	102974	Adilson Eger Da Silva	10/12/1978	15	4,50	4	0,80	4	0,80	3	0,60
23	111847	Joao Daniel Correa	31/07/1981	15	4,50	3	0,60	3	0,60	5	1,00
24	109088	Cristiano Bruda	06/08/1990	13	3,90	7	1,40	4	0,80	3	0,60
25	108754	Cristiani Regina Petris	04/05/1982	16	4,80	6	1,20	2	0,40	1	0,20
26	106687	Mari Cristiane Ramos	16/08/1978	16	4,80	5	1,00	2	0,40	2	0,40
27	113754	Cristiane Circo Dos Anjos	21/10/1977	16	4,80	4	0,80	3	0,60	2	0,40
28	110788	Bruna Monique Miranda	28/01/1994	16	4,80	4	0,80	3	0,60	2	0,40
29	103051	Deise Leticia Kreusch	23/09/1983	12	3,60	9	1,80	4	0,80	2	0,40
30	102792	Elisiane Felipe Tomiosso	20/08/1982	12	3,60	8	1,60	4	0,80	3	0,60
31	112422	Roveni Aparecida Werner	19/11/1973	15	4,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
32	110800	Walter Miranda Costa	05/07/1983	15	4,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
33	108170	Divia Pertuzzatti	22/05/1965	15	4,50	5	1,00	2	0,40	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
34	111199	Iara Siqueira Girardi	14/01/1967	15	4,50	4	0,80	4	0,80	2	0,40
35	115293	Sueli Back Hermann	16/07/1971	15	4,50	4	0,80	4	0,80	2	0,40
36	111617	Patricia Celi Martins Claudino Dos Santos	04/01/1979	13	3,90	8	1,60	3	0,60	2	0,40
37	103542	Flavia Tatiane Costa	23/05/1979	16	4,80	5	1,00	3	0,60	0	0,00
38	109949	Monica Marcelino	22/08/1985	16	4,80	4	0,80	2	0,40	2	0,40
39	112947	Adriane Pitz De Souza	10/04/1971	14	4,20	6	1,20	3	0,60	2	0,40
40	109995	Andreia Ignacio Marcilio	26/02/1984	14	4,20	5	1,00	4	0,80	2	0,40
41	111023	Cintia Morgana Da Rocha	05/08/1985	14	4,20	5	1,00	3	0,60	3	0,60
42	106674	Flavia Maria Barbosa Francisco Da Silva	03/10/1991	14	4,20	4	0,80	4	0,80	3	0,60
43	103176	Marcia Aparecida Branco	17/03/1973	15	4,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
44	107219	Vera Lucia Matteussi Doering	20/05/1973	15	4,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
45	111503	Roseli De Farias	05/02/1989	15	4,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
46	114976	Naiana Andressa Linhares Dos Santos	03/04/1995	15	4,50	5	1,00	3	0,60	1	0,20
47	112888	Fabiana Almeida Franzen	18/12/1977	15	4,50	5	1,00	2	0,40	2	0,40
48	102736	Viviane Bluk Vinotti	06/12/1984	13	3,90	8	1,60	3	0,60	1	0,20
49	111333	Cristiane Dos Santos	18/08/1985	13	3,90	6	1,20	4	0,80	2	0,40
50	105853	Jani Gracieli Hoffmann Bruder	08/04/1988	13	3,90	6	1,20	3	0,60	3	0,60
51	103957	Janele Eskelsen	06/08/1980	13	3,90	5	1,00	5	1,00	2	0,40
52	104383	Jhon Lucas Silva De Oliveira	26/12/1994	13	3,90	5	1,00	4	0,80	3	0,60
53	111988	Gisela Laubenstein	16/11/1985	16	4,80	2	0,40	3	0,60	2	0,40
54	108358	Gisiane Thais Da Silva De Souza	05/02/1987	16	4,80	2	0,40	3	0,60	2	0,40
55	104696	Leonce Gomes Kikonaga	02/08/1968	14	4,20	8	1,60	1	0,20	1	0,20
56	108427	Fatima Maria Gadotti Portes	09/12/1962	14	4,20	7	1,40	1	0,20	2	0,40
57	103627	Marcos Antonio Varela Da Silva	28/04/1979	14	4,20	6	1,20	3	0,60	1	0,20
58	113014	Janaina Ignes Ferreira	21/01/1990	14	4,20	5	1,00	4	0,80	1	0,20
59	105028	Maria Luiza Kniss	13/07/1984	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
60	112072	Sharlene Canale	22/01/1987	14	4,20	3	0,60	4	0,80	3	0,60
61	106147	Marilene Hawerrott	01/02/1991	12	3,60	8	1,60	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
62	102876	Juliana Kammers	14/01/1987	15	4,50	3	0,60	4	0,80	1	0,20
63	110453	Aline Rodrigues	21/08/1993	15	4,50	3	0,60	4	0,80	1	0,20
64	104197	Deizi Liziani Will	06/12/1983	15	4,50	3	0,60	3	0,60	2	0,40
65	107417	Andreia Katia Michels Silva	10/04/1992	15	4,50	3	0,60	2	0,40	3	0,60
66	107254	Roseli Bonacolsi	26/11/1990	13	3,90	6	1,20	4	0,80	1	0,20
67	111402	Bruna Miranda	20/08/1986	13	3,90	6	1,20	2	0,40	3	0,60
68	111328	Glauco Helena Teodoro	08/05/1980	13	3,90	5	1,00	4	0,80	2	0,40
69	113823	Catia Day	02/12/1981	13	3,90	4	0,80	4	0,80	3	0,60
70	103614	Thiago Gomes Machado	13/04/1989	11	3,30	6	1,20	4	0,80	4	0,80
71	114529	Gilmara Neto Boaventura Vieira	23/07/1979	14	4,20	5	1,00	2	0,40	2	0,40
72	112574	Fernanda De Oliveira	23/08/1989	14	4,20	5	1,00	2	0,40	2	0,40
73	108122	Marciane Wolf	16/12/1989	14	4,20	3	0,60	4	0,80	2	0,40
74	112613	Adriane Da Luz Barcellos	05/11/1989	12	3,60	6	1,20	3	0,60	3	0,60
75	109395	Tatiana Emilia Sauer Farias	02/11/1972	12	3,60	5	1,00	3	0,60	4	0,80
76	108073	Gisele Nitz	24/05/1983	15	4,50	4	0,80	2	0,40	1	0,20
77	114570	Cristiani Terezinha Da Silva	17/05/1984	15	4,50	3	0,60	3	0,60	1	0,20
78	113278	Eliane Gustmann	03/08/1985	15	4,50	3	0,60	1	0,20	3	0,60
79	114166	Cibele Scartao Silva	21/09/1980	13	3,90	7	1,40	2	0,40	1	0,20
80	102950	Michele Aparecida Preis Schottten	17/11/1989	13	3,90	4	0,80	3	0,60	3	0,60
81	109209	Thiara Luane De Oliveira Madalena	10/09/1995	11	3,30	8	1,60	3	0,60	2	0,40
82	111992	Maíron Sachetti	14/10/1993	16	4,80	1	0,20	2	0,40	2	0,40
83	105888	Odete Pawlak	28/02/1989	14	4,20	5	1,00	1	0,20	2	0,40
84	112745	Rita De Cassia De Souza Costa	26/06/1975	14	4,20	4	0,80	2	0,40	2	0,40
85	111674	Fabricia Knaut	10/12/1978	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40
86	110366	Daiana Cristina Duck	23/10/1988	15	4,50	4	0,80	2	0,40	0	0,00
87	115296	Silvia Regina Pereira Ramos	17/05/1969	13	3,90	7	1,40	2	0,40	0	0,00
88	113821	Marcia Goede Voigt	30/05/1972	13	3,90	6	1,20	2	0,40	1	0,20
89	112796	Claudia Conceicao Brito Dierschnabel	10/07/1971	13	3,90	5	1,00	3	0,60	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
90	105997	Angela Burato Seide	08/02/1974	13	3,90	5	1,00	3	0,60	1	0,20
91	107936	Chella Cacia Feder	16/09/1985	13	3,90	4	0,80	4	0,80	1	0,20
92	112238	Daniel Cordeiro Dos Santos	11/12/1987	13	3,90	4	0,80	4	0,80	1	0,20
93	110105	Mariane Screpec	23/04/1991	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40
94	115461	Roselei Dorneles Schmitz	25/11/1966	13	3,90	4	0,80	2	0,40	3	0,60
95	106200	Lucia Helena Garcia	28/03/1973	13	3,90	3	0,60	4	0,80	2	0,40
96	106400	Paulo Steffens De Souza	17/01/1991	13	3,90	3	0,60	4	0,80	2	0,40
97	103759	Isabel Preis Catafesta	31/08/1973	13	3,90	3	0,60	3	0,60	3	0,60
98	113929	Gerson Alexandre Santiago	16/04/1981	11	3,30	6	1,20	2	0,40	4	0,80
99	111697	Cristiane Diel	26/11/1979	14	4,20	4	0,80	2	0,40	1	0,20
100	111356	Gilvana Lourenco Vicente	16/08/1986	14	4,20	3	0,60	3	0,60	1	0,20
101	111430	Odinei Borba	07/11/1977	12	3,60	6	1,20	3	0,60	1	0,20
102	113863	Micheli Djampolini Santos	12/04/1989	12	3,60	5	1,00	4	0,80	1	0,20
103	105860	Virginia Aparecida Zago	06/10/1962	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
104	111472	Antonio Olmíro Avilla Carpes	22/12/1966	12	3,60	5	1,00	2	0,40	3	0,60
105	103201	Tiago Dos Santos	14/06/1984	12	3,60	5	1,00	2	0,40	3	0,60
106	108661	Luciana Costa Bittencourt	06/06/1974	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40
107	105267	Raquel Elis De Almeida	25/05/1979	10	3,00	8	1,60	1	0,20	4	0,80
108	103594	Grazieli De Souza	30/11/1992	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20
109	106073	Marizete Pandini Voigt	04/01/1984	13	3,90	4	0,80	2	0,40	2	0,40
110	107451	Carlinho Flores	07/03/1968	13	3,90	3	0,60	2	0,40	3	0,60
111	114072	Flavia Duarte Cordeiro	31/03/1995	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
112	109342	Simoni Klaumann	21/12/1989	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40
113	105231	Maurilia Aparecida Machado	18/01/1971	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60
114	113453	Andre Da Silva	07/11/1982	14	4,20	4	0,80	2	0,40	0	0,00
115	113728	Maria Aparecida De Paula	23/09/1978	14	4,20	3	0,60	3	0,60	0	0,00
116	113475	Izabel Maria De Espindola	29/10/1958	14	4,20	2	0,40	1	0,20	3	0,60
117	115125	Greice Farias Meurer	24/11/1982	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
118	112644	Karen Janaina Da Rosa Andrade	24/11/1987	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20
119	103795	Luciana Machado	08/07/1981	12	3,60	4	0,80	3	0,60	2	0,40
120	107168	Dilvana Stupp	16/07/1990	12	3,60	3	0,60	3	0,60	3	0,60
121	115361	Veronica De Fatima Alves Dos Santos	20/03/1983	13	3,90	6	1,20	1	0,20	0	0,00
122	105348	Ana Cristina Wombomel	23/12/1992	13	3,90	4	0,80	1	0,20	2	0,40
123	103188	Rita De Cassia Pereira	07/01/1977	13	3,90	3	0,60	3	0,60	1	0,20
124	113753	Eliane Passig	14/03/1982	13	3,90	3	0,60	2	0,40	2	0,40
125	107681	Vanessa Meurer Cardoso Dos Santos	10/12/1986	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
126	104788	Fernanda Elisa Creutzberg	14/09/1993	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
127	105202	Marli Seferino	04/07/1965	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
128	109650	Regina Nistler	18/09/1975	11	3,30	5	1,00	2	0,40	3	0,60
129	104911	Rodrigo Garcia	12/04/1987	11	3,30	5	1,00	1	0,20	4	0,80
130	109508	Robson Kuhn	20/06/1985	11	3,30	4	0,80	3	0,60	3	0,60
131	103992	Marlene Da Silva	06/07/1967	12	3,60	5	1,00	3	0,60	0	0,00
132	107770	Wilma Preis	17/01/1960	12	3,60	5	1,00	1	0,20	2	0,40
133	106132	Elisabete Da Luz Danas	13/01/1982	12	3,60	5	1,00	1	0,20	2	0,40
134	108915	Maite Regina Krieger	27/03/1983	12	3,60	4	0,80	2	0,40	2	0,40
135	106531	Juliana Pezenti	20/10/1986	12	3,60	4	0,80	2	0,40	2	0,40
136	111947	Andressa Da Rosa	05/07/1994	12	3,60	3	0,60	4	0,80	1	0,20
137	110805	Cinara Franz Will	20/12/1983	12	3,60	3	0,60	3	0,60	2	0,40
138	111218	Jucileia Ribeiro	14/09/1991	12	3,60	3	0,60	3	0,60	2	0,40
139	109733	Eunice Mohr Do Rosario	20/11/1968	10	3,00	7	1,40	3	0,60	1	0,20
140	106462	Aline Candela	09/07/1991	13	3,90	4	0,80	2	0,40	0	0,00
141	109071	Aline Fernanda Back	03/05/1991	13	3,90	3	0,60	3	0,60	0	0,00
142	111360	Rubia De Fatima Rodrigues Hoffer	04/05/1976	13	3,90	3	0,60	1	0,20	2	0,40
143	106167	Juliana Batista	08/10/1981	11	3,30	6	1,20	3	0,60	0	0,00
144	107965	Clarice Carvalho Dos Anjos	26/05/1979	11	3,30	5	1,00	2	0,40	2	0,40
145	109105	Joice Hinkel	22/11/1981	11	3,30	4	0,80	3	0,60	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
146	107711	Eduarda Cristina Bauer	27/02/1994	11	3,30	4	0,80	3	0,60	2	0,40
147	106718	Juliana Luiza Perrotti	14/10/1981	12	3,60	4	0,80	3	0,60	0	0,00
148	109072	Luciana Rohling	11/05/1988	12	3,60	4	0,80	2	0,40	1	0,20
149	113558	Cristiane Da Luz	10/07/1984	12	3,60	4	0,80	1	0,20	2	0,40
150	111719	Cristiane Cristina Da Silva	14/12/1979	12	3,60	3	0,60	2	0,40	2	0,40
151	108690	Wilson Carlos Da Silva	22/11/1988	12	3,60	3	0,60	2	0,40	2	0,40
152	106802	Mackelly Taina Luz	29/10/1985	12	3,60	2	0,40	3	0,60	2	0,40
153	112459	Ana Claudia Peyerle	02/12/1992	12	3,60	2	0,40	2	0,40	3	0,60
154	106688	Geisle Dos Santos	30/11/1978	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
155	105688	Indaiara Porhuna Vieira	07/06/1991	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
156	109047	Camila Viana Kuster	10/08/1994	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40
157	112254	Maria Goreti Odorizzi Vizentainer	01/10/1966	10	3,00	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	105387	Maria Lucimar Vaz	11/05/1967	11	3,30	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	112585	Vania Silvia Martins	07/09/1977	9	2,70	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	110752	Noelia Aparecida Wolf	18/07/1968	12	3,60	5	1,00	1	0,20	0	0,00
	104071	Mariza Borges Dos Santos	27/03/1975	12	3,60	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	113592	Kesli Caroline Mendes Lima	26/06/1985	12	3,60	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	114328	Terezinha Hindermann	12/07/1961	10	3,00	5	1,00	1	0,20	3	0,60
	108627	Marceli Claudino Dos Santos	30/05/1974	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	111452	Antonio De Almeida	18/04/1970	8	2,40	6	1,20	3	0,60	3	0,60
	111762	Janete Severino Luz Tobia	03/05/1974	13	3,90	2	0,40	2	0,40	0	0,00
	105534	Nayllin Muniz Ribeiro	29/01/1989	11	3,30	5	1,00	2	0,40	0	0,00
	115492	Leila Claudia Gehrke	15/08/1983	11	3,30	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	111803	Renata Aparecida Moeller	06/01/1988	11	3,30	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	115273	Marines Ferreira	03/10/1977	11	3,30	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	115466	Leticia Fernanda Da Silva Rodrigues	02/01/1984	11	3,30	2	0,40	4	0,80	1	0,20
	104063	Lucas Dos Santos	10/11/1997	9	2,70	5	1,00	4	0,80	1	0,20
	107049	Marcia Regina Kunth	22/08/1972	12	3,60	3	0,60	1	0,20	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	111151	Salvito Junior Antunes	25/03/1983	10	3,00	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	108591	Sigmar Alfarrth	28/01/1967	10	3,00	1	0,20	4	0,80	3	0,60
	109191	Monique Ferreira Gonzaga	26/10/1992	8	2,40	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	110434	Ana Maria Marcelino Ledra	10/12/1961	11	3,30	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	112874	Janir Goncalves Fontanive	01/04/1970	11	3,30	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	112757	Dirceia Barbulho	15/11/1968	9	2,70	8	1,60	1	0,20	0	0,00
	108542	Vanessa Ribeiro	13/07/1995	9	2,70	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	112646	Vera Lucia Zimmermann	08/06/1961	9	2,70	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	114082	Gislane Teresinha Cordova	23/07/1974	10	3,00	5	1,00	1	0,20	1	0,20
	110793	Milena Sehnem	15/03/1989	10	3,00	5	1,00	1	0,20	1	0,20
	106817	Jessica Claudino	15/01/1996	10	3,00	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	113137	Marcia Ivete Dallabonna	27/02/1973	10	3,00	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	103589	Giovana Aparecida Antunes	20/04/1970	10	3,00	3	0,60	1	0,20	3	0,60
	114531	Leci Teresinha De Almeida	09/07/1971	8	2,40	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	112099	Cleomar Rodrigo Assis	15/02/1987	8	2,40	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	111213	Verenice Aparecida Cezar De Oliveira	29/10/1965	9	2,70	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	104673	Cleber Roberto Rodrigues	30/04/1982	10	3,00	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	113663	Salete Lopes Santana Sell	27/08/1961	10	3,00	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	113871	Rubens Francisco Schvartz	23/01/1979	10	3,00	2	0,40	3	0,60	1	0,20
	104117	Odair Jose Constantino	02/02/1974	10	3,00	1	0,20	3	0,60	2	0,40
	104959	Aurea Feliponi Lopes	02/09/1982	9	2,70	5	1,00	1	0,20	1	0,20
	103103	Jocelir Barbosa Coelho	15/06/1970	9	2,70	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	107968	Celio Dos Anjos	06/03/1975	9	2,70	4	0,80	1	0,20	2	0,40
	106151	Doraci Teresinha De Moura	12/12/1973	7	2,10	4	0,80	2	0,40	4	0,80
	111582	Robson Luis borba	30/12/1986	10	3,00	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	104783	Elizele Da Luz Damas	03/02/1988	10	3,00	2	0,40	2	0,40	1	0,20
	108422	Dalvana Leodoro Ribeiro Gomes	14/05/1986	8	2,40	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	104119	Sabrina Franco	03/04/1988	8	2,40	4	0,80	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	108174	Adelci Duffech	03/08/1988	9	2,70	4	0,80	1	0,20	1	0,20	3,90
	107534	Evandina Toassi Zaniz	25/06/1972	10	3,00	2	0,40	1	0,20	1	0,20	3,80
	103985	Osnildo Dias	15/04/1969	9	2,70	2	0,40	3	0,60	0	0,00	3,70
	103798	Angelina Pereira Medeiros Dos Santos	04/02/1970	7	2,10	6	1,20	2	0,40	0	0,00	3,70
	107747	Rosemari De Souza Hasse	30/03/1967	7	2,10	4	0,80	2	0,40	2	0,40	3,70
	103002	Silvana S Coelho	09/11/1987	10	3,00	1	0,20	1	0,20	1	0,20	3,60
	108161	Ademar Alves De Lima	14/06/1975	8	2,40	1	0,20	4	0,80	1	0,20	3,60
	112164	Ivan Campos	09/08/1967	8	2,40	1	0,20	2	0,40	1	0,20	3,20
	111037	Aurelia De Fatima Moraes	25/09/1961	7	2,10	2	0,40	1	0,20	0	0,00	2,70
	115157	Joao Coelho	11/09/1957									Ausente
	113984	Sonia Maria Peres Rodrigues	28/02/1964									Ausente
	108770	Sandra Regina Sangiovo Massoco	15/01/1966									Ausente
	111239	Margarete Schreiber	27/01/1976									Ausente
	104330	Silvana Ropelatto Branco	11/09/1976									Ausente
	108949	Rosane Beatriz Ferreira Da Cunha	08/07/1977									Ausente
	107670	Agda Neris	08/02/1978									Ausente
	107337	Anderson Zuniho	06/07/1980									Ausente
	111103	Quelin Klabunde	19/09/1980									Ausente
	114464	Alessandra Moreira De Souza	14/09/1981									Ausente
	112148	Silvana Tenfen	01/10/1981									Ausente
	112854	Crelli Pereira	01/12/1981									Ausente
	111787	Cleonice Vieira Dos Anjos	02/03/1982									Ausente
	112170	Jose Rosilei Da Silva De Araujo	09/12/1982									Ausente
	115395	Elizabeth Glonika Pereira	08/10/1983									Ausente
	106341	Edineia Catia De Melo	13/11/1983									Ausente
	109413	Jeisson Ezequiel Wischneski	02/07/1985									Ausente
	115471	Adriana Aparecida Zeni	26/10/1985									Ausente
	114949	Jubiana Huntemann	11/04/1986									Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	105116	Ivonele Lourenco Martins	30/11/1986									Ausente
	113289	Luana Schneider	15/09/1987									Ausente
	115124	Jonei Carvalho Da Silva	18/08/1988									Ausente
	113290	Katiara Regina Costa	17/11/1989									Ausente
	109219	Mateus Beregula	17/01/1991									Ausente
	111127	Camila De Souza Borges	29/01/1992									Ausente
	111363	Yohana Natally De Almeida	23/09/1994									Ausente
	110644	Madja-aiu Peyerle Dos Santos	18/06/1995									Ausente

1.29. TÉCNICO EM INFORMÁTICA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	112257	Diego Da Silva Ossemer	13/08/1986	18	5,40	7	1,40	4	0,80	3	0,60	8,20
2	105232	Gerson Luiz Saldanha Dos Santos	23/12/1990	17	5,10	4	0,80	4	0,80	4	0,80	7,50
3	113413	Lucas Pavanello	17/03/1995	17	5,10	4	0,80	5	1,00	2	0,40	7,30
4	109070	Bruno Gilmar Honnef	09/01/1996	16	4,80	8	1,60	4	0,80	0	0,00	7,20
5	113079	Shandy David Castro Cunha	20/10/1989	14	4,20	8	1,60	4	0,80	3	0,60	7,20
6	111002	Kiyouji Munakata	21/10/1991	17	5,10	5	1,00	3	0,60	2	0,40	7,10
7	104843	Diego Jacomini	19/04/1987	17	5,10	5	1,00	2	0,40	2	0,40	6,90
8	110144	Dener Thiago Ancini	21/07/1994	16	4,80	5	1,00	4	0,80	1	0,20	6,80
9	104253	Anderson Dall Agnol	13/12/1980	16	4,80	4	0,80	4	0,80	2	0,40	6,80
10	105354	Renan William Baumgartel	27/04/1990	16	4,80	4	0,80	3	0,60	3	0,60	6,80
11	103091	Edivan Nardi	03/09/1990	13	3,90	8	1,60	3	0,60	3	0,60	6,70
12	111689	Gustavo Cunha	24/11/1993	13	3,90	7	1,40	4	0,80	3	0,60	6,70
13	111994	Gabriel Trautmann Tosi	12/04/1988	15	4,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40	6,50
14	114319	Vagner Backes	12/08/1990	13	3,90	6	1,20	4	0,80	3	0,60	6,50
15	110633	Fabio Luciano Merkle	04/02/1975	13	3,90	6	1,20	3	0,60	4	0,80	6,50

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
16	105927	Rafael Becker	25/05/1993	15	4,50	3	0,60	4	0,80	2	0,40
17	111864	Guilherme Miguel Rodrigues	03/11/1991	14	4,20	6	1,20	3	0,60	1	0,20
18	109846	Joanes Montibeller	20/06/1985	11	3,30	8	1,60	4	0,80	2	0,40
19	112202	Eloi Marconi	22/03/1964	10	3,00	8	1,60	4	0,80	3	0,60
20	109767	Joceli Da Luz Da Rosa Barni	18/12/1985	12	3,60	4	0,80	4	0,80	3	0,60
21	107860	Anderson Felipe Bodnar	27/06/1997	13	3,90	5	1,00	3	0,60	1	0,20
22	105112	Isabel Schlatter	28/10/1982	11	3,30	7	1,40	3	0,60	2	0,40
23	110835	Rodrigo Vilson Borgezan	18/08/1993	12	3,60	5	1,00	4	0,80	1	0,20
24	112814	Fabrizio Minatti	09/06/1973	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40
25	104854	Juliano Angelo Marcilio	22/10/1984	12	3,60	3	0,60	4	0,80	3	0,60
26	105902	Paulo Henrique Rodrigues	03/11/1997	10	3,00	6	1,20	4	0,80	3	0,60
27	104857	Fernando De Oliveira	02/09/1989	13	3,90	4	0,80	2	0,40	2	0,40
28	110927	Maicon Feder	22/02/1988	11	3,30	7	1,40	4	0,80	0	0,00
29	104514	Josimar Riskoski	12/07/1986	12	3,60	3	0,60	3	0,60	3	0,60
30	107432	Dalmacio Denimar Stuepp	19/09/1973	12	3,60	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	115322	Andrey Wolff Zaccaron	13/03/1981	8	2,40	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	107862	Gabriel Fiamoncini	19/01/1990	11	3,30	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	105669	Angelita De Souza Freitas	05/09/1980	9	2,70	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	110165	Adriano Hamm Costa Silva	18/10/1995	9	2,70	4	0,80	2	0,40	3	0,60
	107967	Ruan Cello Dos Anjos	12/12/1995	9	2,70	2	0,40	4	0,80	3	0,60
	106623	Edelberto Kuhl	06/05/1984	10	3,00	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	111224	Gabrieli De Assumpcao	14/05/1998	9	2,70	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	103054	Lucas Tratis	05/03/1992	8	2,40	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	110866	Odirlei Sperkott	21/09/1989	8	2,40	2	0,40	2	0,40	2	0,40
	114334	Jefferson Henrique Renken Felisbino	22/05/1988	8	2,40	1	0,20	3	0,60	2	0,40
	114494	Luan Kurtz Mendonca Xavier	16/05/1989	7	2,10	2	0,40	1	0,20	2	0,40
	106396	Gilberto Kuehl Strebe	14/11/1970								Ausente
	115451	Jeandre Pedro Dos Santos	07/07/1977								Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	111677	Marco Aurelio Cava	06/11/1981									Ausente
	106577	Andre Dos Santos	30/12/1985									Ausente
	112499	Raphael Poolney Teixeira De Jesus	14/05/1986									Ausente
	110504	Renan Willian Pedrozo	07/07/1988									Ausente
	108020	Cristiano Duarte	04/03/1989									Ausente
	114047	Allan Felipe Murara	21/12/1990									Ausente
	113275	Guilherme Braga Petres	07/11/1991									Ausente
	102884	Ruan Djiiovani Zuchara	04/11/1993									Ausente
	108929	Mario Nei Branco Farias Junior	13/09/1996									Ausente
	114162	Bertulino Silveira De Aguiar Neto	16/12/1996									Ausente
	103181	Luis Henrique Goncalves	07/01/1997									Ausente

1.30. TOPÓGRAFO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	104585	Guilherme Dutra Tomasi	08/06/1978	12	3,60	10	2,00	4	0,80	4	0,80	7,20
2	111285	Josemeri De Fatima Cordeiro	31/01/1978	11	3,30	5	1,00	4	0,80	5	1,00	6,10
3	109334	Silvana Catarine Bauer	16/05/1992	11	3,30	7	1,40	5	1,00	1	0,20	5,90
4	106592	Lucas Prada Hoffmann	05/01/1995	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40	5,80
5	105326	Gustavo Hennemann Santin	03/06/1974	11	3,30	9	1,80	2	0,40	1	0,20	5,70
6	103647	Bruno Coelho	23/07/1996	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40	5,60
	114271	Laudenir Harbs	17/11/1980	9	2,70	6	1,20	4	0,80	1	0,20	4,90
	103425	Flavio Mendes	08/10/1989	10	3,00	3	0,60	2	0,40	2	0,40	4,40
	111315	Gilson Luis Silva	25/03/1975	5	1,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60	4,10
	108918	Luiz Sages Junior	17/08/1986	7	2,10	2	0,40	4	0,80	2	0,40	3,70
	106550	Cristiano Pereira Silveira	04/03/1978									Ausente
	107701	Tiago Chiapinotto Da Silva	21/09/1984									Ausente

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	103738	Isaias Mauri Da Silva	08/03/1988								Ausente
	112662	Fernando Felipe Knoblauch	29/11/1988								Ausente

2. ADMINISTRAÇÃO DIRETA (CADASTRO DE RESERVA)

2.1. ADVOGADO

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	106075	Roberto Da Silva Gusmao	05/05/1985	15	4,50	9	1,80	4	0,80	4	0,80
2	109900	Althos Renan Martins Fernandes	27/09/1978	15	4,50	8	1,60	5	1,00	4	0,80
3	115214	Alan Gregory Retkva	31/08/1988	17	5,10	8	1,60	1	0,20	4	0,80
4	113106	Gelson Margotti Pra	16/03/1988	14	4,20	9	1,80	4	0,80	4	0,80
5	113305	Adriana Strenner	12/05/1990	16	4,80	7	1,40	2	0,40	3	0,60
6	112956	Murilo Antonio Dos Santos	18/09/1992	12	3,60	9	1,80	5	1,00	4	0,80
7	113017	Marineusa Nicoletti Thuller	23/07/1970	13	3,90	10	2,00	3	0,60	3	0,60
8	110614	Ana Suzani Senem Ribas	25/06/1991	14	4,20	8	1,60	3	0,60	3	0,60
9	111685	Fernanda Vargas Weis	17/10/1987	12	3,60	9	1,80	4	0,80	3	0,60
10	105216	Jessica Campos Sarturi	07/02/1992	12	3,60	8	1,60	4	0,80	4	0,80
11	111267	Mateus Vinhola Calderan	01/11/1988	13	3,90	9	1,80	1	0,20	3	0,60
12	109083	Andrei Gerber	29/03/1984	13	3,90	7	1,40	3	0,60	3	0,60
13	115240	Fernando Amdt	19/05/1988	13	3,90	6	1,20	2	0,40	5	1,00
14	108806	Tiago Kraeski De Oliveira	21/05/1985	11	3,30	9	1,80	3	0,60	4	0,80
15	104425	Joao Samir Vieira Palhano	29/09/1982	12	3,60	10	2,00	1	0,20	3	0,60
16	110830	Luiz Henrique Dutra Molino	26/10/1988	11	3,30	9	1,80	3	0,60	3	0,60
17	106053	Lillian Pfleger	20/09/1990	11	3,30	9	1,80	3	0,60	3	0,60
18	106900	Mariana Kuhn Scartom	13/08/1990	12	3,60	7	1,40	3	0,60	3	0,60
19	112220	Douglas Fontana Sirtoli	17/03/1993	13	3,90	9	1,80	1	0,20	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
20	112154	Karina Adami	06/01/1989	11	3,30	9	1,80	1	0,20	4	0,80	6,10
21	106935	Marcos Tonon De Souza	22/02/1987	9	2,70	9	1,80	4	0,80	4	0,80	6,10
22	115552	Dejair Paulo Sophiati Junior	03/02/1987	13	3,90	6	1,20	1	0,20	3	0,60	5,90
23	108144	Vinicius Wiggers	12/07/1988	9	2,70	9	1,80	5	1,00	2	0,40	5,90
24	104170	Daniel Fachini	22/10/1981	9	2,70	8	1,60	4	0,80	4	0,80	5,90
25	109452	Max Edson De Figueiredo	10/12/1971	12	3,60	8	1,60	0	0,00	3	0,60	5,80
26	112509	Taina Jolyne De Oliveira Pereira	01/11/1990	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40	5,80
27	113997	Michele Karoline Benvenuti Gouveia	23/09/1984	10	3,00	9	1,80	2	0,40	3	0,60	5,80
28	105730	Luiza Oliveira Alves	04/02/1992	11	3,30	8	1,60	2	0,40	2	0,40	5,70
29	106803	Gustavo Fernando Pisetta Rudeck	10/05/1990	11	3,30	6	1,20	2	0,40	4	0,80	5,70
30	114369	Thiago Ruano Toassi Costa	12/08/1992	11	3,30	6	1,20	2	0,40	4	0,80	5,70
31	109838	Cintia Schürmann	22/07/1982	9	2,70	10	2,00	2	0,40	3	0,60	5,70
32	104546	Luis Gustavo Fronza	10/11/1992	9	2,70	8	1,60	3	0,60	4	0,80	5,70
33	103036	Jairo Wehmuth Junior	26/11/1972	9	2,70	7	1,40	4	0,80	4	0,80	5,70
34	114026	Lucas Tadeu Chiarelli	15/10/1992	10	3,00	8	1,60	3	0,60	2	0,40	5,60
35	111505	Danielle Martins Vaz	18/10/1990	12	3,60	7	1,40	0	0,00	2	0,40	5,40
36	115396	Rory Klay Sant'ana	11/01/1985	10	3,00	8	1,60	1	0,20	3	0,60	5,40
37	115294	Felippe Kuerten	14/03/1990	10	3,00	7	1,40	2	0,40	3	0,60	5,40
38	109744	Daniel Vitor Rizzi Isotton	13/07/1989	10	3,00	6	1,20	2	0,40	4	0,80	5,40
39	104539	Danusa Petters Ferrari	26/04/1988	8	2,40	7	1,40	4	0,80	4	0,80	5,40
40	115734	Gesceler Correa De Deus	23/03/1978	11	3,30	5	1,00	2	0,40	3	0,60	5,30
41	113896	Gustavo Felipe Anami Segundo	31/12/1992	9	2,70	9	1,80	2	0,40	2	0,40	5,30
42	103578	Rodrigo Figueiredo	09/04/1983	9	2,70	8	1,60	3	0,60	2	0,40	5,30
43	115035	Daniel Juppá Da Silva	26/08/1987	9	2,70	7	1,40	2	0,40	4	0,80	5,30
44	106122	Joel Girardi	16/04/1990	9	2,70	5	1,00	4	0,80	4	0,80	5,30
45	103497	William Weber	02/01/1991	12	3,60	6	1,20	0	0,00	2	0,40	5,20
46	113656	Nathalia Magalhaes Ferraz De Araujo Costa	14/12/1990	8	2,40	8	1,60	2	0,40	4	0,80	5,20
47	109870	Humberto Carlos Borges	04/10/1966	8	2,40	8	1,60	1	0,20	5	1,00	5,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
48	110792	Fernanda Jaqueline Gorges	05/11/1990	11	3,30	6	1,20	0	0,00	3	0,60
49	111098	Bruno Rafael Sousa Da Silva	25/03/1988	9	2,70	6	1,20	2	0,40	4	0,80
50	113870	Adriano Mezzomo	12/01/1978	7	2,10	8	1,60	3	0,60	4	0,80
51	114044	Keli Monteiro De Vargas	26/04/1985	7	2,10	8	1,60	3	0,60	4	0,80
52	114526	Pamela Raissa Pereira	15/11/1992	10	3,00	6	1,20	2	0,40	2	0,40
53	111361	Danielle Da Silva Figueiredo	13/10/1988	8	2,40	8	1,60	2	0,40	3	0,60
54	110427	Priscila Lessmann Reis	12/11/1981	8	2,40	7	1,40	3	0,60	3	0,60
55	110286	Ariana Netto Melo	18/01/1984	8	2,40	7	1,40	2	0,40	4	0,80
	102883	Micheli Luci Tillmann	22/06/1986	9	2,70	8	1,60	2	0,40	1	0,20
	106870	Tamara Carvalho Lima	20/10/1989	9	2,70	6	1,20	2	0,40	3	0,60
	112323	Evandro Carlos Weitzstein	06/07/1990	9	2,70	5	1,00	4	0,80	2	0,40
	110718	Camila Goulart Campregheer	21/03/1990	7	2,10	9	1,80	2	0,40	3	0,60
	109453	Tiago Ropelatto Macedo	07/03/1984	7	2,10	6	1,20	3	0,60	5	1,00
	109258	Paula Eduarda Da Silva	14/01/1991	7	2,10	6	1,20	3	0,60	5	1,00
	112911	Felipe De Oliveira Santos	26/12/1959	8	2,40	7	1,40	3	0,60	2	0,40
	115450	Barbara Strube Lima Velho	07/12/1982	8	2,40	6	1,20	1	0,20	4	0,80
	111189	Flaviane Schiebelbein	11/05/1981	9	2,70	5	1,00	1	0,20	3	0,60
	104391	Jonas Ariel Seventhani	09/07/1990	10	3,00	3	0,60	0	0,00	4	0,80
	110882	Tairine Navara Frare	02/12/1992	8	2,40	7	1,40	2	0,40	1	0,20
	114241	Joice Cristina Rengel Ludvig	03/07/1989	8	2,40	5	1,00	3	0,60	2	0,40
	104308	Eduardo Manoel Pereira	05/05/1991	6	1,80	6	1,20	3	0,60	4	0,80
	107137	Tarcila Lilia Piazza	18/04/1989	7	2,10	7	1,40	1	0,20	3	0,60
	110394	Danieli Elifir	07/04/1985	7	2,10	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	105453	Giseli Schmidt Decker	22/09/1985	8	2,40	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	103231	Ivan Carlos Schlupp	21/08/1980	8	2,40	4	0,80	2	0,40	3	0,60
	108092	Marcos Antonio Hillesheim Junior	29/09/1992	6	1,80	7	1,40	1	0,20	4	0,80
	106618	Natali Cristine De Souza Portes Ferreira	09/10/1990	5	1,50	8	1,60	2	0,40	3	0,60
	108005	Denise Oliveira Souza	28/10/1983	8	2,40	5	1,00	2	0,40	1	0,20

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	103066	Elisangela Wernke	11/09/1979	8	2,40	5	1,00	1	0,20	2	0,40	4,00
	102809	Nathan Luiz Franz	24/07/1992	8	2,40	5	1,00	1	0,20	2	0,40	4,00
	109535	Roseli Stadnik	24/08/1963	6	1,80	5	1,00	4	0,80	2	0,40	4,00
	115473	Diogo Santos Penha	14/08/1982	6	1,80	5	1,00	3	0,60	3	0,60	4,00
	111439	Luciano Fachini	13/12/1972	6	1,80	4	0,80	3	0,60	4	0,80	4,00
	115477	Aline Greisel Sant'ana	31/03/1987	9	2,70	3	0,60	1	0,20	2	0,40	3,90
	113824	Carla Brehisan Torres	14/07/1986	7	2,10	5	1,00	1	0,20	3	0,60	3,90
	107616	Thalita Alexandre Antunes	22/03/1993	6	1,80	6	1,20	2	0,40	1	0,20	3,60
	115638	Sandra Maria Porto Brandt	10/03/1977	5	1,50	6	1,20	1	0,20	3	0,60	3,50
	107713	Kelly Cristina Bento	03/01/1988	8	2,40	4	0,80	0	0,00	1	0,20	3,40
	113760	Alina Batista Fachinello	05/04/1994	5	1,50	6	1,20	2	0,40	1	0,20	3,30
	107756	Gleber Dos Santos	06/11/1984	3	0,90	6	1,20	2	0,40	1	0,20	2,70
	104669	Daniela Darceli Marcelino	12/06/1986	3	0,90	6	1,20	2	0,40	1	0,20	2,70
	104755	Marcia Dos Reis	14/11/1967									Ausente
	112948	Emerson Vieira Antunes	07/03/1971									Ausente
	115810	Everton Annito Bunn	21/09/1972									Presente
	109312	Edson Souza De Salles	09/06/1973									Ausente
	112058	Jairo Vieira Dos Santos	08/10/1974									Ausente
	107491	Ney Jose Weber	25/03/1975									Ausente
	114212	Christiano Arody Schlemper	28/04/1975									Ausente
	109275	Carolina Schmidt	15/09/1977									Ausente
	115235	Volmir De Moura	28/08/1979									Ausente
	108400	Fernanda Vencato	30/09/1979									Ausente
	115180	Andre Luiz Pacheco	25/11/1979									Ausente
	111515	Marcelo Will	23/06/1980									Ausente
	109483	Ramon Laureano Idalencio	17/04/1981									Ausente
	115843	Mara Aparecida Schopping	06/08/1981									Ausente
	107803	Aline Bopp	15/03/1982									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	113378	Maria Luiza Lorenzetti Teixeira De Freitas	27/09/1982									Ausente
	113532	Luis Guedes De Oliveira	19/06/1984									Ausente
	113545	Vassielei Roberta Decesaro	02/08/1984									Ausente
	111290	Fabiano Cabreira Goudinho	07/11/1984									Ausente
	114553	Anderson Denis Perin	01/03/1985									Ausente
	115303	Washington Luiz Machado	03/03/1985									Ausente
	110493	Ueslei Jose Machado	19/03/1985									Ausente
	113597	Suelen Niehues	04/05/1985									Ausente
	114631	Jamile Flagrana	14/05/1986									Ausente
	106993	Fernanda Pereira	27/06/1986									Ausente
	115117	Aislan Goncalves Garcia	24/03/1987									Ausente
	107119	Juliano Souza	12/08/1987									Ausente
	110236	Joao Claudio Correa	08/02/1988									Ausente
	115601	Taylor Felizari	08/02/1988									Ausente
	107154	Ricardo Pereira	15/02/1988									Ausente
	111412	Raquel Münzfeld	19/02/1988									Ausente
	110437	Fabio Antunes Lorencio	10/09/1988									Ausente
	113525	Victor Leduc Machado	15/12/1988									Ausente
	114225	Felipe Ludvig	20/12/1988									Ausente
	113166	Marcos Eduardo Fuchs Pedro	18/03/1989									Ausente
	114437	Bruno Peron	24/05/1990									Ausente
	103599	Larissa Da Luz	16/02/1991									Ausente
	115749	Dheborá Tambani De Oliveira Dittich	17/03/1991									Ausente
	107607	Marina Somavilla Feversani	02/04/1991									Ausente
	112064	Cibele Lobermeyer	18/04/1991									Ausente
	113116	Monique Beppler Do Amarante	25/04/1991									Ausente
	113799	Leticia Paula Sartor	06/02/1992									Ausente
	110730	Amanda Pimenta Da Silva	10/11/1992									Ausente

2.2. ARQUITETO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	106221	Carolina Oliveira Da Silva	19/10/1990	16	4,80	8	1,60	5	1,00	5	1,00	8,40
2	106596	Guilherme Henrique Spannemberg Darui	24/12/1991	16	4,80	9	1,80	4	0,80	4	0,80	8,20
3	115095	Marcelo Becker	09/04/1986	17	5,10	7	1,40	4	0,80	4	0,80	8,10
4	104694	Fabio Momm	20/01/1984	13	3,90	10	2,00	3	0,60	3	0,60	7,10
5	103938	Frank Dieter Schulze	22/09/1964	15	4,50	5	1,00	3	0,60	4	0,80	6,90
6	115023	Suzan Kramel	23/07/1990	14	4,20	7	1,40	2	0,40	4	0,80	6,80
7	108891	Andre Maggio Denarachi	02/05/1991	14	4,20	5	1,00	3	0,60	4	0,80	6,60
8	103275	Gabriela Zandonai Largura	30/06/1995	13	3,90	8	1,60	3	0,60	2	0,40	6,50
9	111268	Evelyn Naspolini Bazanini	13/04/1992	12	3,60	8	1,60	3	0,60	3	0,60	6,40
10	108183	Patricia Geitlenes Tondelo	29/03/1989	13	3,90	8	1,60	2	0,40	2	0,40	6,30
11	111393	Maite Luigia Ferrari	24/03/1994	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40	6,10
12	104595	Luiz Carlos Brückheimer Filho	27/09/1989	13	3,90	6	1,20	2	0,40	3	0,60	6,10
13	104341	Mariana Figueiredo	05/05/1992	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40	6,00
14	115464	Alisson Carnargo De Souza	25/08/1977	13	3,90	4	0,80	2	0,40	4	0,80	5,90
15	105296	Isabelle Costa Luis	05/11/1987	13	3,90	5	1,00	0	0,00	4	0,80	5,70
16	107116	Josiane Teixeira	24/10/1989	12	3,60	7	1,40	1	0,20	2	0,40	5,60
17	113724	Ana Maria De Lourdes Alvarenga	25/07/1958	12	3,60	5	1,00	2	0,40	3	0,60	5,60
18	109244	Gabriel Neves	05/04/1990	10	3,00	8	1,60	1	0,20	3	0,60	5,40
19	103236	Beatriz Werner Fusinato	29/06/1992	13	3,90	5	1,00	1	0,20	1	0,20	5,30
20	108514	Francine Testoni Uhlmann	23/07/1992	11	3,30	6	1,20	1	0,20	3	0,60	5,30
21	113960	Morgana Busatto	07/02/1991	11	3,30	5	1,00	2	0,40	2	0,40	5,10
22	104343	Gracieli Ribeiro Vieira	29/09/1976	11	3,30	5	1,00	1	0,20	3	0,60	5,10
23	113931	Manuela Bazzani Kretzer	12/11/1992	10	3,00	6	1,20	1	0,20	3	0,60	5,00
	110932	Diego Feder	18/09/1991	9	2,70	5	1,00	3	0,60	3	0,60	4,90
	115416	Ramon Testoni	18/05/1988	8	2,40	7	1,40	3	0,60	2	0,40	4,80
	113227	Mery Ellen Bittencourt	04/07/1986	11	3,30	3	0,60	1	0,20	3	0,60	4,70

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	114029	Elton Montagna	27/05/1992	8	2,40	6	1,20	2	0,40	3	0,60	4,60
	107540	Julian Raoni Constantino	23/04/1992	9	2,70	4	0,80	1	0,20	2	0,40	4,10
	111642	Carolina De Vília	26/03/1993	7	2,10	8	1,60	1	0,20	1	0,20	4,10
	110548	Kemill Sebold Neto	06/03/1994	7	2,10	6	1,20	2	0,40	2	0,40	4,10
	110179	Roberto Felipe Gugelmin	08/06/1965									Ausente
	113637	Thomas Henry Grandberg	15/11/1974									Ausente
	115493	Greice Fernanda Bonatti	13/09/1986									Ausente
	115836	Julio Guilherme Wipprich	04/07/1989									Ausente
	104354	Emanuel Guerra Duarte	08/09/1989									Ausente
	104525	Lis Carlise Falkowski	03/01/1990									Ausente
	114363	Rafaela Canello Capra	08/06/1990									Ausente
	109392	Lucas De Mello Reitz	05/08/1990									Ausente
	106161	Katiucia Balensiefer	21/06/1991									Ausente
	108861	Camila Cristina Rosa	04/06/1993									Ausente

2.3. AUDITOR INTERNO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	105276	Deise Iara Ceola De Campos	03/02/1989	14	4,20	10	2,00	1	0,20	3	0,60	7,00
2	108375	Andressa Soetger	14/04/1992	12	3,60	9	1,80	4	0,80	3	0,60	6,80
3	114015	Kaila Cristina Wolsteiner	21/05/1989	13	3,90	7	1,40	1	0,20	3	0,60	6,10
4	104201	Guilherme Henrique Figueiredo	08/02/1992	8	2,40	8	1,60	3	0,60	4	0,80	5,40
5	109190	Valdenir Borges Ribeiro	17/04/1973	10	3,00	5	1,00	3	0,60	3	0,60	5,20
6	103621	Jessica Suyan Cardoso	25/04/1992	8	2,40	7	1,40	3	0,60	3	0,60	5,00
	110899	Jonas Regis Da Silva	04/07/1984	8	2,40	7	1,40	2	0,40	3	0,60	4,80
	110208	Carine Machado	23/06/1993	7	2,10	4	0,80	4	0,80	3	0,60	4,30
	108305	Vaniara Kuhn	04/04/1994	6	1,80	4	0,80	3	0,60	3	0,60	3,80

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	106565	Ottomar Antonio Galizio De Oliveira	29/01/1965	4	1,20	8	1,60	2	0,40	2	0,40
	107403	Djulia Ferreira Da Silva	21/05/1992	5	1,50	3	0,60	2	0,40	0	0,00
	111039	Rosemeri Weinrich	23/01/1975								Ausente
	107530	Alessandra Fabiana Vrech	02/06/1977								Ausente
	114995	Simer Tesser	19/09/1981								Ausente
	107971	Anna Flavia Bittencourt Augusto	08/02/1994								Ausente

2.4. CIRURGIÃO DENTISTA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	112754	Juliano Rafael Buttendorf	27/03/1974	17	5,10	9	1,80	3	0,60	5	1,00
2	107204	Gisele De Vincenzo	20/09/1979	17	5,10	8	1,60	4	0,80	3	0,60
3	111161	Daniela Cristina Lunelli	18/07/1985	15	4,50	9	1,80	4	0,80	4	0,80
4	104022	Diogenes Della Giustina Fomiga De Moura	10/01/1971	14	4,20	10	2,00	4	0,80	3	0,60
5	110655	Malke Doris Paul	27/08/1982	14	4,20	10	2,00	4	0,80	3	0,60
6	107397	Caroline Pires Coutinho Terra	05/07/1993	14	4,20	8	1,60	5	1,00	4	0,80
7	108031	Rubia Seifert	11/12/1991	13	3,90	10	2,00	5	1,00	3	0,60
8	106107	Rafael Beringhs Kirchner	23/06/1982	14	4,20	10	2,00	3	0,60	3	0,60
9	106064	Victor Marcio Dos Santos	07/12/1991	14	4,20	9	1,80	3	0,60	4	0,80
10	115581	Bruna Gabriela Oliari De Souza	26/05/1988	15	4,50	8	1,60	4	0,80	2	0,40
11	114111	Carlos Alberto Saez Brown	29/12/1963	15	4,50	7	1,40	3	0,60	4	0,80
12	112413	Diogo Braz Marcal	02/03/1989	15	4,50	8	1,60	1	0,20	4	0,80
13	103013	Alana Bini Rocha	10/11/1988	13	3,90	10	2,00	3	0,60	3	0,60
14	113196	Ana Teresa Pires Mesko	20/11/1974	16	4,80	6	1,20	3	0,60	2	0,40
15	113989	Franciny Scharf Patel	27/02/1991	14	4,20	7	1,40	4	0,80	3	0,60
16	114219	Ricardo Rodolfo Mees	16/09/1991	15	4,50	8	1,60	2	0,40	2	0,40
17	112281	Jessica Bethania Machado	19/03/1993	15	4,50	8	1,60	1	0,20	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
18	106929	Maria Claudia Bressan	06/03/1988	15	4,50	7	1,40	2	0,40	3	0,60
19	112886	Cristhiani Giane Da Silva	09/04/1987	13	3,90	9	1,80	4	0,80	2	0,40
20	115767	Adriana Schmidt	15/01/1968	13	3,90	9	1,80	2	0,40	4	0,80
21	110742	Walter Reichmuth Day	30/07/1982	12	3,60	9	1,80	3	0,60	4	0,80
22	104856	Valeria Marchetto	10/09/1990	15	4,50	6	1,20	2	0,40	3	0,60
23	107819	Daniel Vinicius Da Rocha Zunino	01/02/1989	11	3,30	9	1,80	4	0,80	4	0,80
24	104426	Marina Beatriz Da Silva	10/11/1993	14	4,20	6	1,20	3	0,60	3	0,60
25	106419	Pamela Mayara Martins	02/09/1990	12	3,60	9	1,80	2	0,40	4	0,80
26	104733	Guilherme Pires De Souza	08/10/1981	12	3,60	8	1,60	3	0,60	4	0,80
27	104307	Rafaela Macedo Dias	10/01/1988	14	4,20	6	1,20	3	0,60	2	0,40
28	103663	Manuela Neves Almeida Stringari	09/06/1983	12	3,60	8	1,60	2	0,40	4	0,80
29	112912	Ralf Andre Schmidt	14/03/1969	12	3,60	7	1,40	3	0,60	4	0,80
30	107881	Michel Luis Strey	03/06/1978	11	3,30	8	1,60	3	0,60	4	0,80
31	107580	Kimberly Cristina Bombilio Parizotto	26/07/1994	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
32	103053	Thiago De Arruda Seyffert	16/10/1985	12	3,60	5	1,00	4	0,80	4	0,80
33	105494	Bruna Maria Uliana	08/10/1992	13	3,90	6	1,20	3	0,60	2	0,40
34	103582	Beatriz Helena Knless	21/09/1993	13	3,90	6	1,20	2	0,40	3	0,60
35	106031	Gilson Ferreira De Souza	29/06/1987	13	3,90	6	1,20	1	0,20	4	0,80
36	104905	Yara Dellajustina	05/10/1988	11	3,30	6	1,20	4	0,80	4	0,80
37	105335	Tadeu Cipriani	28/12/1990	12	3,60	7	1,40	4	0,80	1	0,20
38	112306	Carol Dos Santos	17/03/1995	12	3,60	7	1,40	3	0,60	2	0,40
39	103688	Stephanie Camila Lopes Do Nascimento Amaral	12/01/1991	12	3,60	7	1,40	2	0,40	3	0,60
40	106150	Dalana Strey	19/08/1981	10	3,00	6	1,20	4	0,80	5	1,00
41	112955	Naiara Giulia Alles	11/03/1994	13	3,90	6	1,20	3	0,60	1	0,20
42	111152	Andreo Renan Camilo Corbetta	30/01/1991	13	3,90	6	1,20	1	0,20	3	0,60
43	105025	Natalie Priscila Do Nascimento De Melo Krieger	07/04/1986	12	3,60	6	1,20	2	0,40	3	0,60
44	113049	Poliana Gomes	27/07/1993	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40
45	111135	Thais Franca	18/05/1995	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40
46	113304	Glaucio Alencar Manske	18/08/1973	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
47	111359	Renan Fernando De Souza	01/11/1982	11	3,30	6	1,20	2	0,40	4	0,80
48	113288	Caroline Lopes	07/12/1990	12	3,60	6	1,20	1	0,20	3	0,60
49	113385	Gabriel De Azevedo Philippi	15/10/1970	12	3,60	5	1,00	1	0,20	4	0,80
50	107751	Alana Zaganel	02/08/1992	10	3,00	5	1,00	5	1,00	3	0,60
51	115254	Martize Oss Emer Lunelli	15/12/1979	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60
52	103198	Aline Uller	25/07/1993	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
53	103666	Alan Pablo Coelho Becker	20/11/1993	10	3,00	9	1,80	1	0,20	1	0,20
54	115557	Giovanna De Souza Pontes	26/08/1988	10	3,00	5	1,00	4	0,80	2	0,40
55	111277	Aline Forcelini	01/02/1994	9	2,70	7	1,40	2	0,40	3	0,60
	112271	Thaiane Maria Moreira Oliveira	17/03/1992	13	3,90	4	0,80	1	0,20	0	0,00
	106725	Leana Dietrich Michel	05/12/1984	13	3,90	2	0,40	0	0,00	3	0,60
	113216	Ricardo Dell Antonio De Souza	03/11/1989	11	3,30	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	112932	Luana Dorow	18/05/1996	11	3,30	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	105044	Cristiane Aparecida Chiquetti Vanderlinde	26/09/1986	11	3,30	3	0,60	2	0,40	3	0,60
	102963	Tiago Dolzan	15/12/1988	8	2,40	6	1,20	2	0,40	4	0,80
	115531	Francielle Vieira Ramos	25/06/1987	11	3,30	5	1,00	1	0,20	1	0,20
	103027	Debora Cristina Lazzare Correa	29/01/1986	11	3,30	5	1,00	0	0,00	2	0,40
	106072	Jose Santos Araujo	23/02/1991	9	2,70	4	0,80	2	0,40	4	0,80
	115196	Natalia Danker Tischner	11/07/1995	10	3,00	6	1,20	1	0,20	1	0,20
	105859	Fernanda Tomazoni	14/05/1991	9	2,70	5	1,00	1	0,20	3	0,60
	104237	Rodrigo Jose Werlang	20/08/1973	9	2,70	4	0,80	2	0,40	1	0,20
	107448	Joana Paula Tremea	02/10/1990	9	2,70	4	0,80	0	0,00	0	0,00
	113125	Edenir Medianeira Machado Cesario	01/07/1970								Ausente
	105228	Desiree Da Silva Baptista	09/08/1976								Ausente
	107940	Cristiano Pessoa Borges	19/06/1978								Ausente
	105188	Fernanda Rubia Borges Fagoti	04/06/1979								Ausente
	112068	Manoela De Leon Nobrega Reses	22/10/1979								Ausente
	114199	Rosimere Terezinha Martins Porto	15/10/1980								Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	110226	Anderson Luiz Ramos	27/02/1981									Ausente
	103838	Milena Lilian Debarba	01/09/1983									Ausente
	110654	Rafael Weber Rosa	19/06/1984									Ausente
	113800	Israel De Souza Landa Jose	09/04/1986									Ausente
	108316	Carla Cristina Niehues	23/05/1986									Ausente
	113175	Nicoli Batista Fertig	10/07/1987									Ausente
	112739	Jones Do Couto Retori	31/10/1987									Ausente
	115520	Taiara Gabriel Dropa	18/11/1987									Ausente
	115367	Melanie Xavier Figueroa	18/04/1989									Ausente
	115633	Suzy Carolyne Mendes Maia	12/10/1989									Ausente
	109669	Ermani Cardoso Dutra	17/11/1989									Ausente
	115006	Hamanda Valle	03/01/1990									Ausente
	111479	Jacqueline Sita Graeff	22/01/1990									Ausente
	103550	Bianca Westphal Bargen	04/02/1991									Ausente
	107995	Luana Cantarelli Da Silva	29/07/1991									Ausente
	112219	Raissa Ribeiro	13/01/1992									Ausente
	107416	Bruna Louisy De Liz Borges	30/01/1992									Ausente
	103031	Cristine Neves Bez	28/09/1992									Ausente
	110072	Dandara Marcela Da Silva	01/11/1992									Ausente
	109153	Emily Purnhagen Broering	01/11/1992									Ausente
	115625	Alessandra Aparecida De Albuquerque Delmonago	12/10/1993									Ausente
	112926	Luan Frantiesco Coelho Becker	20/11/1993									Ausente
	112470	Larissa Kobarg Cercal Patrinoiva	15/01/1994									Ausente

2.5. CONTADOR

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	103495	Ana Lucia Schürhaus	21/04/1977	15	4,50	8	1,60	4	0,80	4	0,80
2	110460	Grasiely Regina Da Silva Soares	29/08/1987	14	4,20	8	1,60	3	0,60	2	0,40
3	113327	Diovana May Machado	23/05/1981	14	4,20	4	0,80	5	1,00	4	0,80
4	104040	Juliana Steinheuser	24/06/1988	15	4,50	7	1,40	1	0,20	3	0,60
5	113172	Angela Passig De Oliveira	19/08/1978	13	3,90	4	0,80	2	0,40	4	0,80
6	103676	Cristiano Rengel	15/05/1987	10	3,00	7	1,40	4	0,80	3	0,60
7	111398	Daniel De Almeida Silva	14/06/1990	10	3,00	8	1,60	2	0,40	3	0,60
	108100	Grazielle Klock	17/10/1985	7	2,10	7	1,40	3	0,60	4	0,80
	112578	Ana Paula Jasper Da Silva	20/09/1993	10	3,00	4	0,80	4	0,80	1	0,20
	108389	Lediana Truppel	16/11/1993	8	2,40	2	0,40	3	0,60	4	0,80
	107470	Nery Hoisler Semann	25/04/1989	9	2,70	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	110430	Daniel Hlago Moresco	19/09/1992	8	2,40	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	103500	Ronan Augusto Duarte	28/05/1992	9	2,70	2	0,40	1	0,20	2	0,40
	115407	Deise Caeron Magrini	28/09/1979	6	1,80	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	105787	Reginaldo Fermiano Mendes Neto	07/05/1981								Ausente
	110911	Mateus Block D'acampora	10/05/1989								Ausente
	111917	Cinthia Engler Correa Ramos	08/05/1990								Ausente
	115541	Marcos Regis Lisboa Dos Santos	28/07/1993								Ausente

2.6. COVEIRO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	115606	Everton Felipe Dobler	17/08/1979							Ausente
	111969	Rodrigo Alexandre Machado	31/03/1992							Ausente

2.7. DESENHISTA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	102955	Adriano Ruck	14/08/1971	18	5,40	7	1,40	4	0,80	1	0,20
2	114068	Ricardo Pedroso	29/08/1985	16	4,80	6	1,20	4	0,80	3	0,60
3	102970	Emanuela Bilk Lopes	24/01/1993	16	4,80	5	1,00	5	1,00	3	0,60
4	105779	Janaina Pereira De Jesus	10/08/1993	18	5,40	5	1,00	3	0,60	1	0,20
5	107473	Rafael Günter Müller	16/12/1995	17	5,10	4	0,80	4	0,80	1	0,20
6	112533	Caroline Senem	28/04/1993	15	4,50	7	1,40	4	0,80	1	0,20
7	113043	Charles Anderson Prim	05/07/1992	15	4,50	5	1,00	4	0,80	3	0,60
8	111601	Leticia Pfleger	03/04/1996	14	4,20	6	1,20	4	0,80	3	0,60
9	108440	Daniel Dalsenter	20/04/1990	15	4,50	7	1,40	2	0,40	2	0,40
10	111593	Gabriel Demarchi	04/11/1996	14	4,20	7	1,40	4	0,80	1	0,20
11	108862	Camila Cristina Rosa	04/06/1993	14	4,20	7	1,40	3	0,60	2	0,40
12	104793	Igor Aladio Schafer	24/05/1993	14	4,20	6	1,20	4	0,80	2	0,40
13	104055	Richard Ledra Ventura	08/04/1992	15	4,50	4	0,80	3	0,60	3	0,60
14	108855	Matheus Floriano	24/02/1995	14	4,20	5	1,00	3	0,60	3	0,60
15	109137	Douglas Roberto Lehnkuhl	11/01/1996	14	4,20	5	1,00	3	0,60	2	0,40
16	110464	Douglas Da Cruz	09/04/1968	14	4,20	4	0,80	4	0,80	2	0,40
17	105090	Gabriela Fronza Zluhan	08/09/1993	14	4,20	4	0,80	4	0,80	2	0,40
18	104655	Tiago Endy Heiber	29/11/1993	14	4,20	3	0,60	4	0,80	3	0,60
19	110530	Jean Pierre Comper	23/05/1977	15	4,50	4	0,80	2	0,40	2	0,40
20	110128	Yasmim Aline Roeder	09/04/1997	11	3,30	8	1,60	4	0,80	2	0,40
21	106359	Mark Hang Castro	13/03/1991	11	3,30	6	1,20	5	1,00	3	0,60
22	114310	Alana Suelen Benzi	10/06/1994	14	4,20	5	1,00	3	0,60	1	0,20
23	103751	Mateus Rocha Duarte	09/04/1996	14	4,20	4	0,80	3	0,60	2	0,40
24	103744	Anderson Gustavo Bertoldi	06/09/1994	12	3,60	8	1,60	4	0,80	0	0,00
25	106016	Tiago Fiamoncini	07/08/1982	12	3,60	5	1,00	3	0,60	4	0,80
26	106542	Everton Luis Costa	31/08/1988	13	3,90	4	0,80	4	0,80	2	0,40
27	109434	Eva Schella Mariani Esser	06/07/1994	13	3,90	4	0,80	4	0,80	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
28	113580	Julio Rodrigues	23/05/1993	11	3,30	7	1,40	3	0,60	3	0,60
29	103061	Diego Bini	11/10/1989	14	4,20	3	0,60	4	0,80	1	0,20
30	104910	Isa Cristina Passos Dos Santos	11/12/1967	10	3,00	7	1,40	4	0,80	3	0,60
31	103109	Deleon Rischard Duwe	15/04/1992	12	3,60	5	1,00	4	0,80	1	0,20
32	109931	Diego Venturi	20/09/1995	12	3,60	5	1,00	4	0,80	1	0,20
33	115802	Marcio Augusto Kopachinski	20/01/1979	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40
34	107672	Eduardo Lucio Niehues	04/05/1991	10	3,00	7	1,40	4	0,80	2	0,40
35	113454	Katia Janice Blick	26/08/1996	10	3,00	7	1,40	3	0,60	3	0,60
36	115248	Sara Camellise Zanelato	01/02/1997	11	3,30	6	1,20	2	0,40	3	0,60
37	112909	William Henrique Rausch	15/01/1995	11	3,30	5	1,00	5	1,00	1	0,20
38	114425	Dandhara Caroline Schneider	14/03/1997	9	2,70	8	1,60	4	0,80	2	0,40
39	109468	Aline Eismann	02/10/1995	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20
40	114438	Morgana Weiss	07/08/1993	12	3,60	4	0,80	3	0,60	2	0,40
41	111665	Flavio Meneghetti	05/06/1977	10	3,00	7	1,40	3	0,60	2	0,40
42	107166	Thagor Leske	19/10/1997	10	3,00	7	1,40	3	0,60	2	0,40
43	109288	James Kelton Maul	24/03/1998	10	3,00	6	1,20	3	0,60	3	0,60
44	113917	Ismael James Geiser	21/10/1993	13	3,90	1	0,20	3	0,60	3	0,60
45	112109	Luana Larissa Cimardi	20/08/1993	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
46	104544	Yanca Lafacla Braun	18/01/1996	11	3,30	6	1,20	2	0,40	2	0,40
47	107447	Luiz Ricardo Prada	09/07/1978	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
48	113283	Francieli Malara Niedermeyer	13/08/1991	9	2,70	8	1,60	3	0,60	2	0,40
	113683	Lucas Claudino Dos Santos	11/04/1996	11	3,30	2	0,40	3	0,60	3	0,60
	111286	Gilberto De Oliveira	08/10/1975	9	2,70	6	1,20	3	0,60	2	0,40
	108295	Joao Martini Küster	14/11/1995	9	2,70	5	1,00	3	0,60	3	0,60
	103734	Bruno Felipe Weber	25/04/1996	10	3,00	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	115652	Bruno Schmitz Machado	29/02/1988	10	3,00	3	0,60	3	0,60	3	0,60
	104938	Rodrigo Calheiro	18/01/1979	11	3,30	2	0,40	4	0,80	1	0,20
	103811	Vencio Backes	20/03/1992	9	2,70	5	1,00	5	1,00	0	0,00

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	102767	Carlos Alberto Probst	24/05/1995	12	3,60	2	0,40	3	0,60	0	0,00	4,60
	114577	Tiago Correa Citadini	06/09/1988	12	3,60	1	0,20	3	0,60	1	0,20	4,60
	104848	Luan Moreira Martins	08/11/1990	10	3,00	3	0,60	2	0,40	3	0,60	4,60
	111629	Cristiano De Moraes	04/03/1989	9	2,70	3	0,60	4	0,80	2	0,40	4,50
	106570	Maira Dos Santos Hoffmann	23/07/1994	9	2,70	2	0,40	3	0,60	2	0,40	4,10
	113679	Adilson Leal	22/12/1974	8	2,40	4	0,80	4	0,80	0	0,00	4,00
	106198	Joao Carlos Da Rocha Apolinario	18/10/1991	8	2,40	3	0,60	4	0,80	1	0,20	4,00
	110715	Michele Farias	12/06/1989	8	2,40	2	0,40	3	0,60	2	0,40	3,80
	104806	Alexandre Andrade	16/05/1989	8	2,40	2	0,40	3	0,60	1	0,20	3,60
	115024	Mateus Zancanaro	13/07/1994	8	2,40	2	0,40	3	0,60	1	0,20	3,60
	110109	David Natanael Singhen Dos Santos	08/09/1994	7	2,10	2	0,40	3	0,60	1	0,20	3,30
	105715	Leonardo Alexandre Alves //	06/09/1982									Ausente
	103246	Elio Carlos Hamn	07/03/1983									Ausente
	107628	Emanuela Dos Reis Dantas	20/04/1989									Ausente
	113147	Jessica Kreusch Kuster	18/05/1990									Ausente
	104665	Andre Marchi	17/12/1990									Ausente
	113448	Ana Paula Ruchinski	17/02/1994									Ausente
	108052	Leandro Lopes Martins	25/09/1994									Ausente
	106582	Romulo Matheus De Avila	07/11/1995									Ausente
	114247	Kelvin Kley	08/11/1995									Ausente
	112115	Everon Kayuan Gomes Carvalho	02/01/1997									Ausente

2.8. ENGENHEIRO AGRÔNOMO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	110642	Vandrea Ricobom Teixeira	13/09/1970	16	4,80	9	1,80	2	0,40	3	0,60	7,60
2	104344	Rafael Luis Philippus	27/07/1984	16	4,80	6	1,20	3	0,60	4	0,80	7,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
3	111681	Gustavo Formentin Modolon	17/04/1989	14	4,20	7	1,40	3	0,60	5	1,00
4	113564	Julio Marcos Catoni	22/07/1990	15	4,50	7	1,40	2	0,40	4	0,80
5	115453	Andre Gustavo Misfeld	20/06/1994	14	4,20	5	1,00	3	0,60	4	0,80
6	115474	Luiz Albano Hammes	27/08/1981	12	3,60	7	1,40	4	0,80	4	0,80
7	104973	Hernandes Werner	21/09/1963	13	3,90	5	1,00	3	0,60	5	1,00
8	110623	Duane Heloisa Lehmann	20/10/1987	11	3,30	9	1,80	4	0,80	3	0,60
9	104159	Bruna Andrieli Schaffer	09/05/1994	12	3,60	7	1,40	3	0,60	3	0,60
10	106645	Walmir Vieira Wolff Junior	17/06/1981	12	3,60	7	1,40	2	0,40	4	0,80
11	112135	Ronan Exterkoetter	28/12/1990	14	4,20	3	0,60	4	0,80	2	0,40
12	112069	Agenor Hercilio De Freitas Neto	27/06/1990	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
13	105920	Katiani Eli	06/08/1989	11	3,30	8	1,60	3	0,60	2	0,40
14	105729	Jaqueline Garcia	22/02/1994	11	3,30	7	1,40	3	0,60	3	0,60
15	109659	Roberto Federle	12/05/1963	13	3,90	5	1,00	3	0,60	1	0,20
16	111660	Titus Guilherme Costa Porath	27/01/1988	12	3,60	6	1,20	2	0,40	2	0,40
17	114548	Tiago Do Nascimento Lesniowski	16/01/1986	12	3,60	5	1,00	2	0,40	3	0,60
18	113142	Diego Valentin Baglo	16/03/1987	10	3,00	7	1,40	3	0,60	3	0,60
19	113062	Olavio Fernando Zimmermann	08/12/1989	9	2,70	7	1,40	4	0,80	3	0,60
20	111566	Gerson Cunha	12/10/1989	11	3,30	5	1,00	3	0,60	2	0,40
21	111700	Carolina Maria Tomasoni	11/07/1993	9	2,70	6	1,20	2	0,40	5	1,00
22	112785	Aldrin Alisson Keyser	17/08/1990	8	2,40	9	1,80	1	0,20	4	0,80
23	112078	Walquiria Chaves Da Silva	10/01/1994	9	2,70	6	1,20	3	0,60	3	0,60
24	113133	Israel Köche	18/10/1987	7	2,10	8	1,60	3	0,60	4	0,80
25	113146	Eduardo Vicentin	17/11/1995	8	2,40	8	1,60	2	0,40	3	0,60
	109845	Romeu De Souza Werner	15/07/1984	7	2,10	7	1,40	3	0,60	3	0,60
	113003	Jose Junior Souza	10/06/1991	10	3,00	4	0,80	2	0,40	2	0,40
	113890	Andricia Verlindo	14/08/1986	9	2,70	3	0,60	4	0,80	2	0,40
	105170	Joao Paulo Zacharias Pfeilsticker	24/02/1979	9	2,70	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	104492	Victor Hugo Buzzi	03/08/1985	6	1,80	7	1,40	2	0,40	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	111488	Diego Heiber	11/06/1992	7	2,10	5	1,00	2	0,40	2	0,40	3,90
	113072	Anderson Clayton Lech Teixeira	05/10/1980									Ausente
	108685	Marcelo Araujo Ramos	15/04/1985									Ausente
	113178	Daniel Bogoni	26/08/1985									Ausente
	103316	Rodrigo Richartz	12/04/1988									Ausente
	115501	Charles Henrique Scolari	01/07/1990									Ausente
	108350	Mayra Midori Furihata	26/11/1990									Ausente
	103518	Joabe Weber Pitz	10/01/1991									Ausente
	115116	Ricardo Trevisol	06/02/1991									Ausente
	104805	Elizabeth Cristine Bonadeu	23/08/1991									Ausente
	107822	Jaqueline Sardo	14/09/1992									Ausente
	107018	Moacir Fernando De Almeida	02/03/1993									Ausente
	113543	Jaqueline Carginin Marques	01/10/1993									Ausente

2.9. ENGENHEIRO FLORESTAL

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	104516	Fabio Correa Didone	03/05/1992	17	5,10	9	1,80	5	1,00	5	1,00	8,90
2	109335	Carla Moro Bilecourt	04/02/1991	14	4,20	10	2,00	5	1,00	3	0,60	7,80
3	103114	Tiago Souza Kretzer	18/04/1989	14	4,20	10	2,00	4	0,80	3	0,60	7,60
4	115623	Marcelo Bonazza	26/05/1990	15	4,50	7	1,40	4	0,80	2	0,40	7,10
5	110340	Matheos Abner Silva	28/05/1989	13	3,90	8	1,60	4	0,80	4	0,80	7,10
6	114109	Erione Dos Santos	22/12/1990	13	3,90	7	1,40	5	1,00	4	0,80	7,10
7	102882	Carolina Bonardi Pellizzari	24/06/1992	12	3,60	9	1,80	3	0,60	5	1,00	7,00
8	107559	Vanessa Soares Costa	30/10/1988	12	3,60	10	2,00	3	0,60	3	0,60	6,80
9	114446	Leonardo Mendes Da Costa	05/06/1987	12	3,60	9	1,80	4	0,80	3	0,60	6,80
10	105776	Suzana De Carli	22/03/1995	13	3,90	7	1,40	3	0,60	4	0,80	6,70

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
11	102796	Roni Djeison Ansolin	27/06/1990	12	3,60	7	1,40	4	0,80	4	0,80
12	109354	Jhenifer Ferrari	16/12/1993	12	3,60	9	1,80	2	0,40	2	0,40
13	111785	Giovani Silveira Lazzaretti	13/12/1990	12	3,60	6	1,20	2	0,40	4	0,80
14	113762	Pollyni Ricken	17/10/1990	10	3,00	8	1,60	4	0,80	3	0,60
15	112571	Valesio Boeing Filho	11/12/1989	12	3,60	4	0,80	4	0,80	3	0,60
16	112740	Anderson Luis Goral	09/09/1987	14	4,20	3	0,60	1	0,20	2	0,40
17	104571	Ana Paula Schultz Kujat	09/11/1985	12	3,60	4	0,80	2	0,40	3	0,60
18	114538	Rafael Angelo Bonatto	05/12/1988	10	3,00	5	1,00	2	0,40	3	0,60
19	105398	Rafael Kiefer	21/05/1987	10	3,00	4	0,80	3	0,60	3	0,60
20	104816	Felipe Matheus Pinto	27/03/1994	10	3,00	4	0,80	3	0,60	3	0,60
21	111920	Matheus Eneas Schefer Gervin	25/03/1991	8	2,40	5	1,00	4	0,80	4	0,80
	113563	Diego Fachini Do Nascimento	04/05/1990	8	2,40	6	1,20	3	0,60	3	0,60
	114413	Ticiano Jose Boing	23/08/1977	11	3,30	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	112305	Jlessica Ribeiro De Matos	27/03/1991	9	2,70	4	0,80	3	0,60	3	0,60
	105473	Greicy Giordani Salvador	13/07/1990	7	2,10	7	1,40	3	0,60	3	0,60
	108343	Ana Paula Soliman Souza	24/05/1990	5	1,50	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	110337	Tania Regina Bagattoli	10/11/1985	4	1,20	5	1,00	1	0,20	3	0,60
	115537	Patricia Porto Chaffe	23/09/1972								Ausente
	111379	Aline Oliveira Fernandes Da Silva	21/11/1974								Ausente
	115695	Rodrigo Henrique Gai	15/12/1982								Ausente
	106924	Richardson Guenther Schechi	28/10/1983								Ausente
	103233	Priscila Motter	05/10/1985								Ausente
	111387	Vanderlei Cardoso	23/05/1986								Ausente
	113903	Vinicius Kruschnegg Andrade	25/07/1986								Ausente
	111643	Diego Lima Monteiro	23/12/1988								Ausente
	110455	Iris De Freitas Medeiros	08/11/1989								Ausente
	105134	Alexandre Arthur Schelbauer	02/02/1990								Ausente
	109808	Ezequiel Silva	10/04/1990								Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	113804	Andre Leonardo Da Silva	22/05/1991								Ausente
	114969	Flavia Latocheski	10/12/1991								Ausente
	111980	Rafael Ozol De Assuncao	31/12/1991								Ausente
	110601	Ariana Perreira	24/01/1992								Ausente
	109596	Deborah Luz Dos Santos	25/10/1993								Ausente

2.10. FARMACÊUTICO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	112641	Daniel Strey	02/09/1987	16	4,80	8	1,60	4	0,80	2	0,40
2	112794	Ionara Santin	16/08/1976	14	4,20	8	1,60	4	0,80	3	0,60
3	114097	Jailson Machado	19/11/1979	12	3,60	8	1,60	5	1,00	4	0,80
4	109466	Simone Kobe De Oliveira	04/04/1974	14	4,20	8	1,60	3	0,60	2	0,40
5	106116	Jackeline Fernanda Ceola Schwambach	03/06/1992	13	3,90	8	1,60	3	0,60	3	0,60
6	109789	Manoel Cardoso Silvano	15/12/1965	12	3,60	9	1,80	1	0,20	4	0,80
7	110477	Ariane Kracheski	11/12/1991	13	3,90	8	1,60	2	0,40	2	0,40
8	107978	Catia Goncalves Ronchi	25/10/1972	12	3,60	8	1,60	1	0,20	4	0,80
9	113746	Patricia Moretti Bitencourt	01/02/1985	11	3,30	8	1,60	3	0,60	3	0,60
10	107230	Karoline Naiara Doering	04/01/1994	12	3,60	6	1,20	1	0,20	5	1,00
11	107020	Samara Jamile Mendes	17/11/1989	12	3,60	5	1,00	3	0,60	4	0,80
12	113230	Edineia Aparecida Kuhn Schmidt	28/08/1971	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40
13	103566	Geison Vicente	28/04/1990	15	4,50	4	0,80	1	0,20	1	0,20
14	113540	Cassio Moraes De Oliveira	21/12/1980	11	3,30	7	1,40	2	0,40	3	0,60
15	114544	Fernanda Regina Kuhl	04/06/1986	11	3,30	7	1,40	2	0,40	3	0,60
16	111260	Karin Fabiola Do Nascimento	10/08/1973	12	3,60	4	0,80	2	0,40	4	0,80
17	111351	Ines Willi De Almeida	26/02/1970	11	3,30	6	1,20	1	0,20	3	0,60
	104275	Rayra Naiana Correa Da Silva	12/02/1992	11	3,30	4	0,80	1	0,20	3	0,60

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	108631	Deiane Ariete Tamanini Georg	29/12/1986	8	2,40	8	1,60	2	0,40	2	0,40	4,80
	107793	Andre Willian Machado	29/09/1984	10	3,00	4	0,80	3	0,60	1	0,20	4,60
	111600	Elisa Maria Paul	19/10/1975	9	2,70	4	0,80	3	0,60	2	0,40	4,50
	108292	Aline Alves	11/04/1989	6	1,80	8	1,60	2	0,40	2	0,40	4,20
	113414	Emilli Klaumann	24/04/1989	7	2,10	8	1,60	1	0,20	0	0,00	3,90
	112346	Bruna Mantovani	25/10/1991	8	2,40	5	1,00	0	0,00	0	0,00	3,40
	114392	Elenice Feldmann	07/04/1956									Ausente
	115746	Maridiani Batista Fertig	06/01/1973									Ausente
	105056	Etiene Tenfen	11/12/1980									Ausente
	111741	Juliana Machado Sebold	10/08/1983									Ausente
	107839	Suelen Galoni Oda	17/02/1984									Ausente
	112707	Chislian Camargo De Andrade	20/03/1986									Ausente
	112595	Fabricio Duarte Rodrigues	04/03/1988									Ausente
	112524	Caroline Scheidt Goebel	23/05/1988									Ausente
	112534	Ana Rubia Ramos Fritsche	09/09/1991									Ausente
	105031	Ana Paula Beber	12/12/1991									Ausente
	109971	Paola Cristina Weber	02/06/1993									Ausente
	107732	Daniela Pegoraro Dal Bosco	06/07/1993									Ausente
	113983	Lisiane Conte	28/11/1993									Ausente
	115673	Priscila Zanoni	05/04/1994									Ausente

2.11. FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	114491	Vivian Morgana Cavilha Girardi Freire	19/06/1981	9	2,70	10	2,00	3	0,60	4	0,80	6,10
2	110674	Eduardo William Verza	29/05/1991	11	3,30	6	1,20	3	0,60	3	0,60	5,70
3	103177	Thaise Suelen Lange De Souza	08/05/1990	12	3,60	6	1,20	0	0,00	2	0,40	5,20

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
4	105825	Schella De Andrade	02/05/1979	8	2,40	9	1,80	1	0,20	4	0,80	5,20
5	107771	Jessica Aline Chequetto	05/06/1994	9	2,70	6	1,20	3	0,60	3	0,60	5,10
	104823	Inarai Cristina Ramos Nuss	23/01/1989	9	2,70	4	0,80	3	0,60	4	0,80	4,90
	112727	Gisele Laisa De Freitas Bez	30/11/1979	8	2,40	9	1,80	1	0,20	2	0,40	4,80
	107772	Dalvana Gesser Eleoterio	07/07/1990	11	3,30	4	0,80	2	0,40	1	0,20	4,70
	108364	Adriana Ines Erckmann	03/05/1979	8	2,40	6	1,20	1	0,20	4	0,80	4,60
	113464	Suseleide Da Cunha	16/08/1985	7	2,10	7	1,40	1	0,20	3	0,60	4,30
	103165	Ana Carolina Ferrari	13/01/1994	10	3,00	5	1,00	0	0,00	1	0,20	4,20
	115618	Fernanda Wiggers Vieira	09/03/1986	8	2,40	5	1,00	2	0,40	2	0,40	4,20
	115018	Susana Pereira De Jesus	10/01/1984									Ausente

2.12. FISCAL DE SERVIÇO PÚBLICO

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	114473	Marcon Kleinhempel	17/04/1982	18	5,40	6	1,20	4	0,80	5	1,00	8,40
2	111966	Ricardo Becker	23/11/1986	17	5,10	4	0,80	2	0,40	4	0,80	7,10
3	109969	Marco Roberto Stahnke	28/11/1986	18	5,40	4	0,80	2	0,40	2	0,40	7,00
4	104474	Nayara Leske	02/12/1993	17	5,10	4	0,80	2	0,40	3	0,60	6,90
5	112073	William Correia Meurer	04/01/1993	14	4,20	4	0,80	2	0,40	3	0,60	6,00

2.13. FISCAL DE TRIBUTOS

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	106555	Afonso Critico	23/10/1967	17	5,10	10	2,00	3	0,60	5	1,00	8,70
2	115340	Thiago Luiz Martins	30/08/1987	17	5,10	9	1,80	5	1,00	4	0,80	8,70
3	103602	Milton Jose Matias Filho	30/11/1980	18	5,40	9	1,80	4	0,80	3	0,60	8,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
4	103630	Gustavo Coelho Haase	30/11/1984	16	4,80	10	2,00	4	0,80	5	1,00
5	110630	Adriano Dos Santos	16/11/1985	19	5,70	7	1,40	5	1,00	2	0,40
6	107866	Jose Luis Rossetto	28/03/1986	17	5,10	9	1,80	3	0,60	4	0,80
7	112474	Andre Ramos Vieira	11/08/1990	15	4,50	8	1,60	5	1,00	5	1,00
8	104243	Gisele Sangaletti	12/03/1987	17	5,10	9	1,80	2	0,40	3	0,60
9	104190	Roberto Cardoso Struve	28/07/1978	14	4,20	10	2,00	4	0,80	4	0,80
10	115182	Etoze Giovanni Gallo	26/08/1977	17	5,10	7	1,40	2	0,40	4	0,80
11	115620	Andre Luiz Jacoia	22/04/1984	16	4,80	8	1,60	3	0,60	3	0,60
12	113259	Michel Luis Da Costa	23/01/1982	17	5,10	7	1,40	2	0,40	3	0,60
13	109408	Ana Carolina Vavassori De Freitas Wonspeher	06/11/1989	14	4,20	8	1,60	5	1,00	3	0,60
14	113338	Elvio Rossetto	17/05/1984	13	3,90	9	1,80	5	1,00	3	0,60
15	104627	Patricia Anaral	16/06/1986	16	4,80	7	1,40	1	0,20	4	0,80
16	112582	Flavia Luiza Vargas Da Silva	25/02/1987	15	4,50	7	1,40	3	0,60	3	0,60
17	109530	Angelica Gessi Rippel	26/06/1992	16	4,80	5	1,00	3	0,60	3	0,60
18	113363	Adir Tibes Granemann	12/06/1971	15	4,50	7	1,40	2	0,40	3	0,60
19	112959	Charles Laubenstein	23/04/1990	15	4,50	6	1,20	3	0,60	3	0,60
20	114235	Olavo Brasil Paes Junior	29/12/1978	13	3,90	9	1,80	4	0,80	2	0,40
21	113441	Daniele Sehnem Coradini	27/02/1984	13	3,90	9	1,80	2	0,40	4	0,80
22	111500	Sandro Pasqualini	05/06/1967	14	4,20	7	1,40	2	0,40	4	0,80
23	113075	Luciana Testoni Efler	23/06/1973	13	3,90	9	1,80	4	0,80	1	0,20
24	106784	Edvirges Regina Rossett	05/07/1958	14	4,20	6	1,20	3	0,60	3	0,60
25	103968	Silmara Sarai Da Silva	08/05/1992	12	3,60	10	2,00	2	0,40	3	0,60
26	108875	Daniel Augusto Schmoller	02/03/1992	14	4,20	5	1,00	2	0,40	4	0,80
27	107315	Jorge Alberto Aguiar	29/09/1994	12	3,60	6	1,20	4	0,80	4	0,80
28	111604	Patricia Raquel Mayr	07/01/1975	13	3,90	7	1,40	1	0,20	4	0,80
29	104495	Deborah Roivas	26/10/1993	14	4,20	5	1,00	4	0,80	1	0,20
30	104920	Vanessa Maria Bastos	22/01/1980	12	3,60	8	1,60	1	0,20	4	0,80
31	110184	Allan Branco Dos Santos	31/03/1991	12	3,60	5	1,00	3	0,60	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
32	112919	Francini Fabrício	12/09/1988	14	4,20	6	1,20	0	0,00	2	0,40
33	104132	Josiane Eynng Licheski	17/11/1986	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40
34	104213	Larissa Regina Juttel Thiesen	14/07/1994	9	2,70	9	1,80	2	0,40	4	0,80
35	102816	Juliana Maria Lopes	17/03/1987	10	3,00	8	1,60	3	0,60	2	0,40
36	115205	Celita Gediana Beulke	13/11/1987	11	3,30	6	1,20	3	0,60	2	0,40
37	107476	Anne Cristina Alves Lorenzetti	26/10/1973	10	3,00	7	1,40	2	0,40	3	0,60
38	110275	Lais Diana Kraemer	22/05/1988	11	3,30	7	1,40	1	0,20	2	0,40
39	115815	Greice Rassini	18/05/1987	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
40	110093	Marco Antonio Pereira	04/06/1964	11	3,30	5	1,00	2	0,40	3	0,60
41	105315	Juliana Starosky Ludvig	24/06/1984	10	3,00	7	1,40	1	0,20	3	0,60
42	109158	Laercio Antonio Hillesheim	05/07/1986	10	3,00	3	0,60	4	0,80	4	0,80
43	111885	Naiana Laryssa Laue	03/03/1994	12	3,60	3	0,60	2	0,40	2	0,40
44	112146	Fabio Poffo	12/01/1982	8	2,40	9	1,80	2	0,40	2	0,40
45	115515	Robert Wagner De Oliveira Vieira	08/01/1982	8	2,40	8	1,60	3	0,60	2	0,40
46	107489	Greice Giovana Busnardo Schlup	25/10/1982	8	2,40	7	1,40	4	0,80	2	0,40
	113261	Dalana Junge	01/09/1987	9	2,70	7	1,40	0	0,00	3	0,60
	114278	Arliete Moratelli	26/02/1973	10	3,00	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	114409	Flaviana Dos Reis	21/09/1990	8	2,40	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	111391	Nadinel Aqlades Avi	29/09/1981	6	1,80	8	1,60	2	0,40	3	0,60
	113478	Tatiana Teresinha Menel Menslin	08/06/1984	9	2,70	7	1,40	0	0,00	1	0,20
	107625	Isabel Aparecida Schell	23/04/1968	9	2,70	5	1,00	1	0,20	2	0,40
	107697	Daniela Andrade Hoffmann	28/07/1987	10	3,00	3	0,60	1	0,20	2	0,40
	111679	Eduardo Malochi	18/05/1968	10	3,00	3	0,60	0	0,00	3	0,60
	106987	Sergio Zeferino	10/09/1968	9	2,70	2	0,40	2	0,40	3	0,60
	107949	Glaucimere Araujo Stringari	17/06/1985	7	2,10	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	115218	Karina Esser	03/10/1986	7	2,10	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	111782	Joseane Dumes	30/01/1987	8	2,40	3	0,60	0	0,00	1	0,20
	113123	Claudete Faustino Machado Stramosk	05/07/1977	5	1,50	6	1,20	1	0,20	1	0,20

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	111587	Eduardo Meirelles De Paula Botelho	15/04/1975									Ausente
	115605	Jackson Roncallo Custodio	15/02/1978									Ausente
	111008	Evertton Marcillo	05/12/1979									Ausente
	112914	Gustavo Dombusch	25/07/1983									Ausente
	113593	Morgana Prebianca	18/02/1984									Ausente
	105092	Marlon Vieira De Oliveira	04/07/1984									Ausente
	115686	Marcelo Fortes Giglio	27/08/1984									Ausente
	104144	Carla Estefania Pires Rocha	05/12/1984									Ausente
	114557	Anderson Denis Perin	01/03/1985									Ausente
	103379	Giovana Rodrigues Hoegen	21/07/1986									Ausente
	112629	Rafael Furtado	30/11/1986									Ausente
	103397	Bruna Salles Wiggers	23/12/1988									Ausente
	112495	Ricardo Francisco Pitta	02/02/1990									Ausente
	115112	Joao Carlos Benedet	04/06/1990									Ausente
	107620	Crislaine Baumgartner Taborda	27/06/1990									Ausente
	108822	Eduardo Jose Tavares Da Silva	30/10/1990									Ausente
	113677	Paulo Roberto Silveira Machado	19/12/1991									Ausente
	111395	Marina Stingham	18/04/1992									Ausente
	112816	Gabriella Luana Constantino	03/12/1992									Ausente

2.14. FISCAL DO PROCON

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	107285	Jonas Klaumann	07/03/1990	17	5,10	10	2,00	5	1,00	4	0,80	8,90
2	110981	Patricia Pianesser	24/09/1988	18	5,40	9	1,80	3	0,60	4	0,80	8,60
3	102867	Gisele Dos Santos	04/11/1986	15	4,50	8	1,60	4	0,80	4	0,80	7,70
4	110691	Pricila Venturi	27/08/1992	18	5,40	8	1,60	0	0,00	3	0,60	7,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
5	113407	Jean Felipe Kreck	22/07/1990	16	4,80	7	1,40	2	0,40	5	1,00
6	114123	Fernanda Cristine Weitzstein	23/05/1990	16	4,80	6	1,20	3	0,60	4	0,80
7	105421	Tamara Denise Dalpiatz	10/06/1988	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60
8	107235	Tania Regina Pinho	01/09/1968	12	3,60	8	1,60	4	0,80	5	1,00
9	107459	Fernanda Campestrini Barni	05/08/1983	13	3,90	8	1,60	3	0,60	4	0,80
10	114483	Mafalda Claudino Chaves	28/07/1965	14	4,20	6	1,20	4	0,80	3	0,60
11	112969	Franciele Lippel	18/06/1992	13	3,90	8	1,60	2	0,40	3	0,60
12	105192	Giovane Glesias Feldhaus	20/07/1984	13	3,90	7	1,40	4	0,80	2	0,40
13	110708	Kamila De Abreu Ferreira	31/05/1987	12	3,60	8	1,60	2	0,40	4	0,80
14	113516	Fernando Becker	18/02/1975	14	4,20	7	1,40	2	0,40	1	0,20
15	104305	Julia Candido	27/06/1993	13	3,90	7	1,40	2	0,40	2	0,40
16	112599	Willian Mateus Lehmann Ledra	08/05/1992	12	3,60	6	1,20	2	0,40	4	0,80
17	115506	Vanessa Sperandio Cristovao	13/02/1989	15	4,50	4	0,80	2	0,40	1	0,20
18	106676	Daniela Schlemper De Andrade	05/10/1975	13	3,90	5	1,00	1	0,20	4	0,80
19	109449	Alexandra Rafaela Bohn Lohmann	11/10/1987	13	3,90	7	1,40	1	0,20	1	0,20
20	114227	Cristian Grein Bueno	14/09/1990	13	3,90	5	1,00	2	0,40	2	0,40
21	114408	Edgar Cunha	23/03/1980	13	3,90	4	0,80	2	0,40	3	0,60
22	115065	Pablo Vinicius Smanioto	29/01/1981	11	3,30	6	1,20	2	0,40	4	0,80
23	113096	Joao Stranosk Neto	07/10/1974	10	3,00	7	1,40	3	0,60	3	0,60
24	113862	Adriane Mehret	07/09/1982	13	3,90	4	0,80	1	0,20	3	0,60
25	108587	Monize Andrea Ruas	20/07/1982	12	3,60	6	1,20	2	0,40	1	0,20
26	109710	Luciana Milani	02/12/1977	12	3,60	6	1,20	0	0,00	3	0,60
27	110692	Gabriel Emerim Almeida	14/12/1979	10	3,00	8	1,60	0	0,00	4	0,80
28	114609	Naine Ramos Da Silva	30/08/1977	11	3,30	6	1,20	0	0,00	4	0,80
29	105573	Jean Carlos Zonta	02/01/1988	11	3,30	5	1,00	2	0,40	3	0,60
30	111253	Luciana Marcilio	11/03/1975	12	3,60	4	0,80	1	0,20	3	0,60
31	114179	Dagmara Hoepers	27/03/1989	11	3,30	7	1,40	0	0,00	2	0,40
32	110153	Odair Kroehnke	21/10/1973	11	3,30	5	1,00	1	0,20	3	0,60

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
33	108207	Yuri Franca Silveira	12/01/1990	9	2,70	8	1,60	2	0,40	2	0,40
34	111339	Carlos Guilherme Luthardt	10/10/1985	12	3,60	5	1,00	0	0,00	2	0,40
35	109796	Debora Raizer	20/12/1969	10	3,00	6	1,20	3	0,60	1	0,20
36	114454	Schaiane Caroline Vermohlen	16/11/1990	10	3,00	6	1,20	1	0,20	3	0,60
37	112242	Gilson Baptista	06/07/1984	8	2,40	6	1,20	3	0,60	4	0,80
	103331	Meg Suywdhana Giacomozzi	24/11/1991	11	3,30	6	1,20	1	0,20	1	0,20
	112565	Camila Da Silva	24/05/1991	10	3,00	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	111639	Ines Palhano De Oliveira	26/07/1975	9	2,70	7	1,40	1	0,20	2	0,40
	113266	Tatiana Carolina Goetten	15/08/1991	9	2,70	7	1,40	1	0,20	2	0,40
	106739	Virginia Hubes	01/11/1982	8	2,40	6	1,20	4	0,80	1	0,20
	106683	Pamela Suellen Castellain Da Silva	07/04/1983	9	2,70	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	112225	Debora Cristine Scheidt Da Silva	28/11/1991	10	3,00	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	114445	Catiana Hoeltgebaum Ruckert	28/06/1990	6	1,80	5	1,00	3	0,60	5	1,00
	112642	Ari Schermack Peil Junior	20/06/1980	7	2,10	6	1,20	0	0,00	4	0,80
	112235	Daniela Sborz	31/08/1994	8	2,40	3	0,60	2	0,40	2	0,40
	111396	Marina Stingham	18/04/1992	7	2,10	4	0,80	1	0,20	3	0,60
	114423	Andreia Hoeltgebaum	27/06/1994	6	1,80	5	1,00	3	0,60	1	0,20
	107194	Carolina Bechtold Pamplona	06/06/1985	5	1,50	7	1,40	2	0,40	1	0,20
	106212	Fernando Cesar Souza	08/04/1986	7	2,10	1	0,20	1	0,20	2	0,40
	114613	Elisandra Marluce De Brito Farias	15/07/1972								Ausente
	106112	Sergio Jumes	15/04/1974								Ausente
	115061	Eduardo Yonamine	25/09/1976								Ausente
	111759	Dione Mayer	17/07/1977								Ausente
	113293	Cilmara Regina Tambosi	22/04/1982								Ausente
	112844	Luis Fernando Rossi	18/10/1982								Ausente
	111109	Andrei Stock	05/07/1983								Ausente
	109266	Joseane Aparecida De Oliveira De Melo	30/09/1983								Ausente
	114359	Luis Henrique Bacelar Boettger	16/03/1984								Ausente

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	108595	Elton Rubens Cunha	17/01/1985									Ausente
	113969	Gizelly Sousa Correa	12/09/1986									Ausente
	107678	Marlise Fronza	03/12/1987									Ausente
	115821	Rafael Brasil	15/09/1988									Ausente
	113250	Eduardo Felipe Rezena Cosme	24/09/1988									Ausente
	113156	Nathalia Von Helden Schunemann	09/11/1988									Ausente
	109746	Darciele Buscoscky Perkovski	13/11/1988									Ausente
	111049	Marjorie Maestri Brognoli	28/02/1990									Ausente
	110413	Guilherme Henrique Schenkel	05/04/1990									Ausente
	104796	Douglas Hoffmann	18/01/1991									Ausente
	106693	Ruan Carlos Flores	30/04/1992									Ausente
	108623	Jeanne Ieda Baumgardt	08/10/1992									Ausente
	110883	Tairine Nayara Friare	02/12/1992									Ausente
	103912	Helioza Loterio	07/01/1993									Ausente
	112374	Keiti Lani Fernandes	20/02/1994									Ausente

2.15. FONOAUDIÓLOGO

Posição	Inscrição	Candidato	Data de Nasc	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	107806	Camila Poffo	18/01/1993	10	3,00	7	1,40	2	0,40	3	0,60	5,40
2	103215	Raquel Andressa Dos Santos Barraza	27/09/1989	10	3,00	6	1,20	2	0,40	4	0,80	5,40
3	103463	Riselly Do Rego Reboucas	01/02/1988	8	2,40	7	1,40	4	0,80	4	0,80	5,40
4	112003	Franciane Proenco Mattos	28/11/1992	10	3,00	6	1,20	2	0,40	2	0,40	5,00
	112006	Claudia Kuhnhen	23/09/1990	8	2,40	6	1,20	2	0,40	2	0,40	4,40
	102915	Camila Ferreira	09/04/1983	7	2,10	3	0,60	2	0,40	3	0,60	3,70
	105942	Camila Da Rocha Borba	08/03/1992	6	1,80	5	1,00	2	0,40	1	0,20	3,40
	104708	Karin Berndt	05/05/1972									Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	106241	Crisiane Venson	22/09/1986									Ausente
	113594	Jolara Raquel Baia De Sousa	27/01/1989									Ausente
	103520	Larissa Nunes Scapini	05/03/1993									Ausente
	115087	Emmy Rodrigues Da Costa	03/09/1993									Ausente

2.16. MÉDICO PERITO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	111603	Joao Carlos Sedrez	25/08/1955	8	2,40	6	1,20	4	0,80	4	0,80	5,20
	115415	Douglas Do Lago Westphal	28/09/1980									Ausente
	110100	Fabiola Jahn Deschamps	05/03/1981									Ausente
	113977	Murilo Rassen Nunes	15/09/1989									Ausente

2.17. MÉDICO VETERINÁRIO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	109886	Maira Ronchetti De Moura	19/08/1986	14	4,20	8	1,60	4	0,80	5	1,00	7,60
2	106169	Joseane Menegatti	27/12/1989	12	3,60	7	1,40	2	0,40	3	0,60	6,00
3	104769	Fernando Krambeck	17/05/1984	12	3,60	6	1,20	1	0,20	4	0,80	5,80
4	111511	Dalane Cristina Feldmann Heinz	09/10/1992	8	2,40	8	1,60	4	0,80	5	1,00	5,80
5	104895	Amarildo Dubiella	07/01/1978	11	3,30	6	1,20	2	0,40	3	0,60	5,50
6	113483	Glauber Mauricio Viedo De Avila	30/08/1970	12	3,60	4	0,80	2	0,40	3	0,60	5,40
7	111828	Camila Aparecida Figueiredo	07/05/1992	10	3,00	5	1,00	2	0,40	4	0,80	5,20
		Samir Machado Da Silva	02/07/1988	10	3,00	4	0,80	1	0,20	3	0,60	4,60
		Felipe Henkenmaier	30/10/1990	10	3,00	4	0,80	1	0,20	2	0,40	4,40
		Ana Gabriela Gadotti	31/12/1993	9	2,70	5	1,00	1	0,20	2	0,40	4,30

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
		Lucimara Da Silveira	04/03/1979	8	2,40	4	0,80	1	0,20	1	0,20
		Paola Regina Antunes De Lima	10/12/1988	5	1,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
		Evany Ferrari	05/03/1992	7	2,10	2	0,40	1	0,20	2	0,40
		Isadora Ribeiro Kander	11/04/1987								Ausente
		Henrique Koerich Ramos	22/05/1989								Ausente
		Guilherme Eger	15/06/1990								Ausente
		Aline Taiane Zimmermann	09/03/1991								Ausente

2.18. NUTRICIONISTA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	110845	Rafaela Dos Santos	09/04/1991	14	4,20	9	1,80	2	0,40	4	0,80
2	110385	Fernanda Rech Rodrigues	05/11/1991	15	4,50	9	1,80	1	0,20	3	0,60
3	113980	Janaina Bitencourte	07/04/1990	13	3,90	7	1,40	3	0,60	3	0,60
4	108330	Marina Werner	22/04/1994	14	4,20	7	1,40	1	0,20	3	0,60
5	111371	Heidi Keske Antunes	30/12/1989	12	3,60	8	1,60	3	0,60	3	0,60
6	111014	Samara Henn Niesclur	31/10/1986	11	3,30	9	1,80	4	0,80	2	0,40
7	108219	Caroline Spiess	04/01/1990	12	3,60	8	1,60	3	0,60	2	0,40
8	108978	Julia Graciela De Souza	22/06/1992	12	3,60	6	1,20	4	0,80	3	0,60
9	106934	Maira Fachini Bolduan	11/03/1988	13	3,90	7	1,40	1	0,20	3	0,60
10	108530	Ingridy Schimite Fogaca De Lima	16/01/1990	13	3,90	7	1,40	0	0,00	4	0,80
11	105761	Andressa Maria Viero	17/12/1983	14	4,20	5	1,00	4	0,80	0	0,00
12	102747	Thuyse Gerber Adami	28/04/1989	12	3,60	7	1,40	3	0,60	2	0,40
13	103315	Laise Campos May	09/04/1992	10	3,00	9	1,80	3	0,60	3	0,60
14	106916	Andreza Tischner	03/02/1995	11	3,30	7	1,40	3	0,60	3	0,60
15	104632	Paula Manoela Nienkötter Da Silva	31/05/1990	9	2,70	7	1,40	4	0,80	4	0,80
16	114065	Salomao Melatto Floriano	04/08/1990	10	3,00	7	1,40	2	0,40	4	0,80

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
17	115048	Cristina Snaolin	09/07/1961	11	3,30	8	1,60	1	0,20	2	0,40
18	112076	Juliana Soares Do Amaral Piske	05/02/1986	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60
19	108048	Fabiana Cavalcante Vilanova Saziki	01/09/1981	9	2,70	9	1,80	3	0,60	2	0,40
20	102975	Bruna Sabedra Bordin	01/11/1982	9	2,70	8	1,60	3	0,60	3	0,60
21	112038	Ana Claudia Cavalleri Felipus	01/01/1995	10	3,00	8	1,60	2	0,40	2	0,40
22	103418	Josimara Bueno De Oliveira	26/09/1993	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
23	114975	Joseane Ines Knob	19/03/1990	9	2,70	8	1,60	1	0,20	4	0,80
24	112448	Angela Foresti	20/05/1992	9	2,70	6	1,20	3	0,60	4	0,80
25	104567	Joseane Da Silva Pelentir Peters	04/05/1986	10	3,00	5	1,00	3	0,60	3	0,60
26	114962	Vanessa Cristina Da Silva	01/05/1978	10	3,00	5	1,00	2	0,40	4	0,80
27	114619	Suzana Maria Bocardi	09/10/1984	11	3,30	6	1,20	1	0,20	2	0,40
28	114593	Jeanete Habitzreuter	30/12/1986	11	3,30	6	1,20	1	0,20	2	0,40
29	108983	Graciele Starosky	25/06/1990	9	2,70	7	1,40	1	0,20	4	0,80
30	110125	Claudia Schena	18/06/1991	8	2,40	7	1,40	3	0,60	3	0,60
	115309	Pamela Medeiros	25/10/1987	9	2,70	6	1,20	2	0,40	3	0,60
	104452	Gabriela Regina Pinto	01/06/1990	8	2,40	7	1,40	1	0,20	4	0,80
	110993	Raissa Karine Kefer Da Silva	23/07/1994	6	1,80	8	1,60	3	0,60	3	0,60
	113705	Karina Alves	28/01/1989	9	2,70	4	0,80	1	0,20	3	0,60
	113667	Jenaina De Liz Santos	17/07/1989	10	3,00	2	0,40	3	0,60	0	0,00
	113810	Jenaina Joana Jorge	21/05/1990	7	2,10	5	1,00	2	0,40	2	0,40
	104067	Maira Dos Santos	21/03/1996	6	1,80	6	1,20	0	0,00	3	0,60
	103059	Aline Z. Ventura	05/01/1990	6	1,80	6	1,20	1	0,20	1	0,20
	113173	Tathiane Muriel Medeiros	17/05/1983								Ausente
	109053	Vanessa Santos Do Nascimento	23/11/1985								Ausente
	114230	Maykia Maria De Souza	27/01/1986								Ausente
	103081	Mariane Kuter	24/06/1986								Ausente
	107102	Katiane Naiara Correia	17/12/1989								Ausente
	106105	Raquel Witter De Moraes	05/08/1990								Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	111494	Kerulin Cristine Hang	11/08/1990									Ausente
	112379	Larissa Caroline Avelino Barbara	26/01/1991									Ausente
	107750	Silvia Letícia Bernardi Pinto	03/02/1992									Ausente
	112851	Maiara Dalri	17/10/1993									Ausente
	108936	Mariana Fernandes Dos Santos	02/07/1994									Ausente
	103281	Fabiana Glauce Frech	14/06/1995									Ausente

2.19. TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	112958	Ivan Jose Tambosi	10/08/1967	15	4,50	6	1,20	4	0,80	3	0,60	7,10
2	114396	Tatiana Loch	31/07/1982	15	4,50	5	1,00	4	0,80	4	0,80	7,10
3	103522	Joabe Weber Plitz	10/01/1991	14	4,20	7	1,40	3	0,60	3	0,60	6,80
4	106831	Isaac Weber Plitz	06/11/1993	14	4,20	5	1,00	4	0,80	4	0,80	6,80
5	103617	Jackson Eger	31/12/1979	15	4,50	5	1,00	4	0,80	2	0,40	6,70
6	105786	Nathan Gabriel Fornagi	07/07/1999	16	4,80	5	1,00	4	0,80	0	0,00	6,60
7	111567	Gerson Cunha	12/10/1989	14	4,20	5	1,00	4	0,80	2	0,40	6,40
8	104038	Oziel Romeu Dalri	29/09/1997	14	4,20	5	1,00	4	0,80	0	0,00	6,00
9	113702	Pedro Gabriel Mikalovicz	15/07/1991	14	4,20	4	0,80	3	0,60	2	0,40	6,00
10	110607	Leonildo Pfeleger	06/04/1982	13	3,90	3	0,60	5	1,00	2	0,40	5,90
11	102845	Victor Benirca Fiamoncini	14/01/1997	12	3,60	6	1,20	3	0,60	2	0,40	5,80
12	103601	Sandra Block	08/12/1995	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40	5,80
13	113894	Stefanny Biz	24/01/1997	12	3,60	5	1,00	4	0,80	2	0,40	5,80
14	113009	Renato Momm	16/07/1990	13	3,90	4	0,80	3	0,60	2	0,40	5,70
15	107606	Aldair Almeida Carvalho Junior	15/10/1976	12	3,60	4	0,80	4	0,80	2	0,40	5,60
16	110550	Juliano Evandro Dos Santos	15/07/1986	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20	5,50
17	103335	Meirieli Kovalski	13/10/1997	11	3,30	6	1,20	2	0,40	3	0,60	5,50

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
18	115503	Edelcio Schmitz	08/07/1980	11	3,30	5	1,00	4	0,80	2	0,40	5,50
19	104449	Edinei Block	10/07/1983	11	3,30	5	1,00	3	0,60	3	0,60	5,50
20	110871	Matheus Felipe Ertmann	05/03/1998	12	3,60	5	1,00	3	0,60	1	0,20	5,40
21	112339	Paulo Roberto De Souza Junior	18/04/1990	12	3,60	3	0,60	5	1,00	1	0,20	5,40
22	105899	Nei Feutzer Junior	22/05/1997	13	3,90	3	0,60	3	0,60	1	0,20	5,30
23	109458	Evany Ferrari	05/03/1992	11	3,30	4	0,80	4	0,80	2	0,40	5,30
24	104216	Antonio Carlos Stramosk	16/06/1967	13	3,90	4	0,80	2	0,40	0	0,00	5,10
25	110884	David Jose Da Silva	20/06/1996	12	3,60	3	0,60	2	0,40	2	0,40	5,00
26	111653	Kaue Fernando Hunkel	26/12/1994	10	3,00	5	1,00	4	0,80	1	0,20	5,00
27	115807	Darlene Sommer	05/05/1981	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40	5,00
28	108746	Dalana Ronchi	02/04/1993	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40	5,00
	104965	Luciane Soares	06/08/1976	11	3,30	6	1,20	2	0,40	0	0,00	4,90
	103623	Ricardo Dos Santos	24/02/1982	12	3,60	2	0,40	3	0,60	1	0,20	4,80
	111728	Luis Guilherme Valerio	08/03/1996	10	3,00	5	1,00	3	0,60	1	0,20	4,80
	108732	Marcio Vinicius Dolzan	31/03/1979	9	2,70	4	0,80	3	0,60	3	0,60	4,70
	110331	Alfredo Fernandes Neto	29/10/1996	9	2,70	5	1,00	3	0,60	1	0,20	4,50
	114276	Ricardo De Moraes	22/12/1994	8	2,40	3	0,60	4	0,80	3	0,60	4,40
	108038	Cleiton De Lima Sozo	09/03/1993	7	2,10	5	1,00	4	0,80	2	0,40	4,30
	106951	Thiago Jose Klein	01/10/1986	9	2,70	2	0,40	2	0,40	1	0,20	3,70
	114229	Bruna Lang	15/09/1998	7	2,10	4	0,80	1	0,20	2	0,40	3,50
	112720	Flavio Carvalho Freitas	06/01/1986									Ausente
	114263	Fabio Marian	07/03/1987									Ausente
	103153	Leandro Huntemann	18/03/1996									Ausente

2.20. TÉCNICO EM SEGURANÇA NO TRABALHO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	111897	Amarildo De Jesus	26/11/1978	17	5,10	7	1,40	4	0,80	3	0,60	7,90
2	115779	Ricardo Honorio	22/12/1981	18	5,40	7	1,40	3	0,60	2	0,40	7,80
3	113897	Neuza Alves Dos Santos Hedler	25/03/1970	17	5,10	6	1,20	4	0,80	3	0,60	7,70
4	105655	Dalane Pereira Dos Santos Ramos	11/05/1983	16	4,80	5	1,00	3	0,60	3	0,60	7,00
5	107293	Fernanda De Andrade	10/08/1990	12	3,60	9	1,80	4	0,80	3	0,60	6,80
6	103980	Gabriel Henrique Da Silva	19/08/1996	15	4,50	5	1,00	4	0,80	2	0,40	6,70
7	105019	Silvonei Marcelino	28/07/1966	15	4,50	5	1,00	3	0,60	3	0,60	6,70
8	111281	Flavia Aparecida Pereira	10/11/1981	16	4,80	4	0,80	4	0,80	1	0,20	6,60
9	108229	Jackson Eger	22/05/1987	14	4,20	6	1,20	3	0,60	3	0,60	6,60
10	114486	Nadia Priscila Em	22/12/1977	15	4,50	6	1,20	3	0,60	1	0,20	6,50
11	103063	Odivaldo Correa	06/05/1976	15	4,50	5	1,00	4	0,80	1	0,20	6,50
12	115757	Debora Teixeira Padilha	27/06/1990	15	4,50	4	0,80	3	0,60	3	0,60	6,50
13	113993	Paulo Roberto Cardoso	05/10/1959	13	3,90	7	1,40	4	0,80	2	0,40	6,50
14	109375	Carla Vanessa Dos Santos	13/02/1988	14	4,20	5	1,00	2	0,40	4	0,80	6,40
15	112998	Fernando Do Nascimento	11/04/1992	15	4,50	5	1,00	1	0,20	3	0,60	6,30
16	107153	Dionei Carlos Ropelatto	20/10/1984	16	4,80	2	0,40	1	0,20	3	0,60	6,00
17	106571	William Lima Da Silva	23/02/1989	14	4,20	4	0,80	3	0,60	2	0,40	6,00
18	115147	Flavio Ferreira De Almiron	27/12/1975	12	3,60	7	1,40	3	0,60	1	0,20	5,80
19	111486	Rita De Cassia Bilizki	03/11/1980	12	3,60	7	1,40	1	0,20	0	0,00	5,20
20	112132	Gabriel Alessandro Waldrigues	03/11/1974	12	3,60	4	0,80	3	0,60	1	0,20	5,20
21	115343	Jean Carlos Brandt	09/07/1971	12	3,60	4	0,80	2	0,40	2	0,40	5,20
22	113571	Iliseu Jose Padilha	13/08/1983	13	3,90	3	0,60	1	0,20	2	0,40	5,10
	114156	Odete Aparecida Guski Floriano	07/10/1968									Ausente
	115056	Cristiane Aparecida Lopes	30/09/1975									Ausente
	113247	Ivonei Kapchuki	06/10/1975									Ausente
	108670	Rodrigo Kenig Domeles	30/06/1979									Ausente
	104098	Ney Mario Ferreira	23/02/1981									Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
	106186	Andre Amorim De Oliveira	25/05/1981								Ausente
	103493	Fabiana Siqueira De Souza	17/12/1984								Ausente
	113086	Izael Garcia	30/01/1987								Ausente
	110349	Nilmara Moreira De Souza Rosa	23/08/1989								Ausente

2.21. TELEFONISTA

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	113722	Maria Das Gracas Medeiros Alves	23/06/1968	18	5,40	6	1,20	3	0,60	2	0,40
2	106896	Gabriella Ferrari Ledra	05/06/1997	16	4,80	8	1,60	4	0,80	2	0,40
3	110780	Flavia Maria Mendes	02/12/1996	15	4,50	6	1,20	4	0,80	2	0,40
4	110332	Michele De Souza	28/01/1993	15	4,50	4	0,80	4	0,80	4	0,80
5	113815	Denise Regina Sartori Da Fonseca	22/10/1975	16	4,80	4	0,80	4	0,80	2	0,40
6	114540	Stefani Carolina Correa Harbs	25/11/1996	16	4,80	6	1,20	2	0,40	1	0,20
7	111829	Camila Aparecida Figueiredo	07/05/1992	15	4,50	5	1,00	3	0,60	2	0,40
8	111737	Mara Jordana Brehmer Carpes	28/11/1975	14	4,20	5	1,00	4	0,80	2	0,40
9	104107	Aline Kjellim Hadlich	02/01/1996	14	4,20	6	1,20	2	0,40	2	0,40
10	112093	Maria Melania Cunha Stock	11/06/1965	14	4,20	5	1,00	4	0,80	1	0,20
11	103372	Schaiane Vieira Rosa De Sa	11/12/1995	13	3,90	7	1,40	2	0,40	2	0,40
12	109318	Caroline Da Silva	23/02/1996	13	3,90	5	1,00	3	0,60	3	0,60
13	111385	Aline Fernandes De Lima Haveroth	26/11/1992	12	3,60	8	1,60	3	0,60	1	0,20
14	114064	Sueli Maria Alves	23/11/1959	13	3,90	4	0,80	2	0,40	2	0,40
15	115569	Bruna Cestonaro Do Nascimento	13/05/1986	14	4,20	2	0,40	2	0,40	2	0,40
16	111813	Marcia Regina Girardi	02/01/1966	12	3,60	4	0,80	3	0,60	2	0,40
17	105661	Deyviana De Mello Paula	26/04/1990	13	3,90	3	0,60	2	0,40	2	0,40
18	111089	Gisele Gielow	22/07/1989	11	3,30	4	0,80	3	0,60	3	0,60
19	104643	Ariane Dos Santos	11/12/1990	11	3,30	4	0,80	3	0,60	3	0,60

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
20	103410	Eliane Venturi	05/02/1984	12	3,60	5	1,00	2	0,40	1	0,20
21	111908	Liane Fatima Da Silva	20/03/1966	12	3,60	4	0,80	3	0,60	0	0,00
	108541	Raquel De Souza Mendes	03/07/1991	10	3,00	6	1,20	1	0,20	2	0,40
	108750	Adelaide Vanderlinde Da Silva	20/10/1960	9	2,70	5	1,00	2	0,40	3	0,60
	103588	Jane Correa	20/08/1989	10	3,00	3	0,60	2	0,40	3	0,60
	109111	Leonice Da Silva Camargo	01/02/1979	9	2,70	4	0,80	2	0,40	3	0,60
	112994	Claudia Janaina Hermann	07/05/1997	7	2,10	7	1,40	3	0,60	1	0,20
	110673	Janete Luzia Machado Foster	03/05/1974	10	3,00	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	107945	Lucas Giacomini	28/12/1996	6	1,80	4	0,80	3	0,60	2	0,40
	110533	Debora Cristina Hilbert	15/06/1993	8	2,40	3	0,60	2	0,40	0	0,00
	111436	Dalana Gelzeichter	26/02/1987	6	1,80	3	0,60	2	0,40	1	0,20
	107499	Iris Alves Berchinnock	28/06/1969	7	2,10	2	0,40	1	0,20	1	0,20
	103669	Sabrina Dias Holler	21/08/1982	5	1,50	2	0,40	2	0,40	1	0,20
	105372	Maria Helena Antonio	31/08/1975							0	Ausente
	102938	Diana Barcelos Damori	13/09/1980							0	Ausente
	110468	Morgana Schneider Seemann	03/05/1983							0	Ausente
	110172	Cristiane Marcani De Oliveira	06/05/1989							0	Ausente
	104273	Beatriz Porto	22/07/1994							0	Ausente
	109007	Pamela Regina Degenhardt	01/11/1995							0	Ausente
	110727	Jessica Assing	14/12/1995							0	Ausente
	102967	Patricia Coelho	04/07/1996							0	Ausente

2.22. TURISMÓLOGO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
1	103291	Patricia Ferreira	21/04/1977	14	4,20	5	1,00	1	0,20	4	0,80
2	106825	Jaqueline Pesenti	10/08/1987	13	3,90	8	1,60	1	0,20	2	0,40

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
3	112633	Joanna Pellizzetti	28/06/1974	13	3,90	5	1,00	2	0,40	4	0,80
4	115406	Elcio Dalla Santa Almeida	13/08/1978	11	3,30	6	1,20	3	0,60	5	1,00
5	102786	Duane Cristofolini	08/02/1982	12	3,60	6	1,20	1	0,20	4	0,80
6	104137	Leonardo Teixeira De Melo	03/03/1992	12	3,60	5	1,00	3	0,60	3	0,60
7	111370	Marcio Bertan	13/07/1983	10	3,00	8	1,60	3	0,60	3	0,60
8	112207	Cristiane Habitzreiter	03/06/1991	12	3,60	6	1,20	2	0,40	1	0,20
9	106408	Danilo Bittencourt Casagrande	17/04/1981	10	3,00	7	1,40	2	0,40	3	0,60
10	114982	Juliana Zardo	23/07/1988	9	2,70	8	1,60	4	0,80	1	0,20
11	102923	Waldir Egenolf Prochnow	06/08/1961	12	3,60	4	0,80	2	0,40	2	0,40
12	115274	Juarez Ricardo Lunelli	02/06/1978	11	3,30	4	0,80	1	0,20	4	0,80
13	114536	Sionara Catarina Rebelo Quintino	06/08/1988	12	3,60	4	0,80	1	0,20	2	0,40
14	103018	Gisele Stoll Schulz	23/04/1985	12	3,60	3	0,60	1	0,20	3	0,60
	113477	Heloisa Guerin	19/09/1990	10	3,00	7	1,40	1	0,20	1	0,20
	110290	Emanuelle Rocha Franzoi Berton	01/04/1985	8	2,40	7	1,40	3	0,60	2	0,40
	108809	Juliana De Vincenzo	24/01/1981	8	2,40	7	1,40	2	0,40	3	0,60
	109051	Bernaldir Caut Junior	09/06/1984	9	2,70	6	1,20	2	0,40	2	0,40
	115314	Indiana Monteiro De Souza	14/05/1989	9	2,70	6	1,20	1	0,20	3	0,60
	112908	Fabiana Dickmann	02/05/1984	9	2,70	3	0,60	3	0,60	1	0,20
	103979	Vaniele Weinrich	03/03/1985	9	2,70	4	0,80	1	0,20	1	0,20
	113923	Cleber Da Silva	19/01/1979	6	1,80	6	1,20	1	0,20	3	0,60
	113902	Francine Rafaela Prada	22/10/1983	6	1,80	5	1,00	2	0,40	1	0,20
	115389	Wagner Noel Rota Do Nascimento	08/06/1981	6	1,80	3	0,60	1	0,20	1	0,20
	108924	Indianara Bertoldi Da Silva	25/07/1985	3	0,90	1	0,20	0	0,00	1	0,20
	108492	Alexandre Brandalise	30/09/1975								Ausente
	102734	Luiz Antonio Pereira	03/10/1978								Ausente
	110247	Guilherme Guimaraes Bianchi	07/04/1981								Ausente
	114214	Vanessa De Souza Pereira	15/02/1982								Ausente
	112822	Henrique Americo De Lima	28/03/1982								Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	113736	Aline Fabiana Da Silva	21/10/1982									Ausente
	107838	Neuri Rodrigues Da Silva	07/07/1983									Ausente
	105931	Lilian De Moraes	10/12/1983									Ausente
	115215	Diuly Cristina Da Silva Mahler	05/06/1984									Ausente
	103527	Jaison Tenfen	25/02/1986									Ausente
	107939	Sven Haydvogl	02/11/1987									Ausente
	109689	Camila Quandt	17/03/1988									Ausente
	112758	Cristian Tadeu Von Der Hayde	05/04/1988									Ausente
	108236	Bianca Duarte Juffo	09/09/1988									Ausente
	108259	Wendy Ferreira Sakiyama	21/01/1989									Ausente
	103303	Caroline Pereira Martins	01/02/1989									Ausente
	103040	Jessica Oechsler Gross	14/05/1991									Ausente
	107301	Rafaela Reis	12/12/1991									Ausente

3. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL

3.1. AGENTE ADMINISTRATIVO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	109801	Lorenzo Martins Bonicontro	27/09/1980	17	5,10	10	2,00	5	1,00	5	1,00	9,10
2	113337	Lucio Branger	22/08/1980	18	5,40	8	1,60	4	0,80	3	0,60	8,40
3	105865	Vanessa Heiderscheidt	09/09/1996	17	5,10	8	1,60	3	0,60	2	0,40	7,70
4	112412	Daniel Sborz	05/02/1998	16	4,80	7	1,40	4	0,80	2	0,40	7,40
5	110980	Patricia Planesser	24/09/1988	14	4,20	8	1,60	4	0,80	3	0,60	7,20
6	115780	Endiara Paul	19/02/1990	15	4,50	5	1,00	4	0,80	4	0,80	7,10
7	106204	Marcio Junio Pereira Da Silva	07/12/1992	15	4,50	5	1,00	4	0,80	1	0,20	6,50
8	115312	Giordano Machado Finardi Nascimento	13/09/1996	15	4,50	4	0,80	3	0,60	3	0,60	6,50

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota
9	110950	Fabrizio Uhlmann	17/05/1985	14	4,20	6	1,20	4	0,80	1	0,20
10	113100	Raquel Nazari	10/03/1981	14	4,20	6	1,20	3	0,60	2	0,40
11	112623	Jonatas Marcson Wecolovis	05/12/1974	15	4,50	6	1,20	3	0,60	0	0,00
12	108410	Ana Carolina Franzoi	09/01/1988	13	3,90	7	1,40	3	0,60	2	0,40
13	108419	Jean Pierre De Souza	28/06/1990	15	4,50	3	0,60	4	0,80	1	0,20
14	108766	Julina Dahlke	28/03/1987	13	3,90	5	1,00	4	0,80	2	0,40
15	113901	Eduardo Fabiano Stahnke	06/08/1991	13	3,90	5	1,00	4	0,80	2	0,40
16	107621	Gisele Sperandio	03/09/1987	12	3,60	6	1,20	4	0,80	2	0,40
17	104092	Daniele Brang Prada	30/10/1981	10	3,00	8	1,60	4	0,80	2	0,40
18	103775	Jean Jaques Schwartz	03/04/1993	12	3,60	5	1,00	3	0,60	2	0,40
19	113971	Vanessa Maiara Pires Da Silva	02/04/1997	12	3,60	5	1,00	2	0,40	3	0,60
20	114323	Ana Luiza Rousseng	21/06/1997	11	3,30	7	1,40	3	0,60	1	0,20
21	105830	Marcelo Viliani Zenke	17/11/1980	11	3,30	4	0,80	4	0,80	3	0,60
22	108394	Deivi Franca	04/05/1985	11	3,30	4	0,80	4	0,80	3	0,60
23	105099	Rodrigo Wartha	17/03/1983	12	3,60	3	0,60	3	0,60	3	0,60
24	105199	Paola Aparecida Moratelli	20/05/1995	10	3,00	5	1,00	4	0,80	3	0,60
25	112502	Angelo Petry	09/07/1990	11	3,30	6	1,20	3	0,60	1	0,20
26	107979	Charline Mello Ledra	02/05/1990	10	3,00	5	1,00	3	0,60	3	0,60
27	109828	Tainara Bruna Chechi De Meira	30/08/1992	10	3,00	5	1,00	2	0,40	4	0,80
	108286	Debora Parma	03/05/1997	9	2,70	7	1,40	3	0,60	1	0,20
	111236	Matheus Kelvin Maiberg Martins	25/06/1997	10	3,00	4	0,80	3	0,60	1	0,20
	109703	Julio Guilherme Kroenke	29/01/1997	8	2,40	6	1,20	2	0,40	1	0,20
	108015	Keyla Franciani Schirmer Wollinger	12/09/1981	7	2,10	3	0,60	3	0,60	2	0,40
	111312	Taise Kamer	17/08/1987	8	2,40	3	0,60	2	0,40	0	0,00
	107193	Carolina Bechtold Pamplona	06/06/1985	5	1,50	2	0,40	3	0,60	0	0,00
	105568	Vinicius Martini Waltrick	25/10/1996	4	1,20	1	0,20	3	0,60	0	0,00
	115822	Eloisa Teresinha Hoelscher	04/08/1978								Ausente
	110483	Cleiton Franzoi	08/11/1979								Ausente

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	105844	Andyara Formonte Vignola	11/06/1980									Ausente
	107849	Tatiane Fatima Casagrande Kalenik	20/05/1982									Ausente
	112759	Luciana Marcelino	09/06/1986									Ausente
	103221	Adriana Aparecida Soares	05/05/1987									Ausente
	111769	Jose Carlos Moraes	14/02/1988									Ausente
	109252	Tayana Cruz De Souza	10/03/1988									Ausente
	106657	Roger Vieira	07/07/1989									Ausente
	113262	Djohn Carlos Niehues Reitz	10/07/1989									Ausente
	106735	Valquiria Boldrini	23/08/1989									Ausente
	107010	Karoline Frainer	12/12/1990									Ausente
	114499	Jessica Cugnier	22/11/1992									Ausente
	111383	Debora Cristina Nunes	18/07/1993									Ausente
	112081	Milena Aline Stock	03/02/1994									Ausente
	107158	Aline Elisa Nunes	05/02/1994									Ausente
	103885	Gabriela Kroger	16/04/1994									Ausente
	105993	Denise Truch	23/08/1994									Ausente
	112348	Caroline Paulakoski	18/09/1994									Ausente
	105155	Cristopher Kinder	29/09/1994									Ausente
	102899	Lucas Fronza Da Silva	01/07/1995									Ausente
	103844	Graciela Battisti	31/07/1995									Ausente
	114204	Gabriel Sezerino	09/11/1995									Ausente
	104257	Lucas Stadnik Gaertner	17/11/1995									Ausente
	105065	Mateus Mainchain	09/01/1996									Ausente
	110499	Lucas Bellini Federle	14/05/1996									Ausente
	104116	Felipe Rafael Vavassori Küster	10/06/1996									Ausente
	104523	Isabel Sane Kuhn	14/12/1996									Ausente
	104352	Lahel Luiz Clasen Marcon	22/02/1997									Ausente
	107718	Camila Torquato Jung	03/03/1997									Ausente

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	103299	Rodrigo Nagel	26/06/1997									Ausente

3.2. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	108490	Adilena Patrícia Ferreira Laurentino	06/09/1979	3	0,75	7	1,75	12	3,00	5,50
2	113394	Antoninha Gessi Pontel	31/07/1969	5	1,25	3	0,75	13	3,25	5,25
	111865	Daniela Ledra	07/06/1986	1	0,25	5	1,25	12	3,00	4,50

3.3. MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	115435	Marcesio Pereira De Abreu	23/10/1979	14	4,20	5	1,00	4	0,80	3	0,60	6,60
2	112622	Jonatas Marcson Wecolovis	05/12/1974	14	4,20	3	0,60	4	0,80	4	0,80	6,40
3	115619	Gilmar Westarb	28/06/1988	14	4,20	3	0,60	4	0,80	3	0,60	6,20
4	109946	Odair Correa Ladewig	30/11/1992	10	3,00	7	1,40	5	1,00	4	0,80	6,20
5	114161	Bertulino Silveira De Aguiar Neto	16/12/1996	11	3,30	8	1,60	3	0,60	1	0,20	5,70
6	115820	Rafael Brasil	15/09/1988	11	3,30	3	0,60	5	1,00	4	0,80	5,70
7	104199	Rafael Strey	23/09/1987	9	2,70	7	1,40	5	1,00	2	0,40	5,50
8	111816	Edinei Avila De Moraes	05/07/1988	9	2,70	7	1,40	4	0,80	2	0,40	5,30
9	113763	Marcos Henrique Ciríco Pandini	17/07/1996	10	3,00	4	0,80	5	1,00	2	0,40	5,20
10	103610	Riquelme De Pin	26/10/1959	10	3,00	3	0,60	5	1,00	3	0,60	5,20
11	112781	Adriano Alves	26/08/1977	9	2,70	5	1,00	4	0,80	3	0,60	5,10
	106415	Volnei Patricio Martins	16/10/1983	10	3,00	3	0,60	3	0,60	3	0,60	4,80
	112698	Jerry Andriani Machado	02/06/1973	8	2,40	7	1,40	3	0,60	2	0,40	4,80
	113875	Glauce Regina Gerber	03/11/1976	9	2,70	4	0,80	4	0,80	2	0,40	4,70

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	112694	Jean Marcus Martins	17/05/1982	7	2,10	5	1,00	4	0,80	3	0,60	4,50
	108991	Joao Norberto Da Costa	10/04/1966	10	3,00	2	0,40	3	0,60	2	0,40	4,40
	111005	Joel Eliseu Beulke	17/01/1986	8	2,40	5	1,00	3	0,60	2	0,40	4,40
	110693	Idalcio Francisco Zucatelili	04/10/1978	6	1,80	6	1,20	2	0,40	4	0,80	4,20
	106839	Luiz Eduardo Suppi Dos Santos	14/01/1984	5	1,50	7	1,40	3	0,60	2	0,40	3,90
	103220	Adriana Aparecida Soares	05/05/1987	9	2,70	4	0,80	1	0,20	0	0,00	3,70
	105957	Edolino Sabino	13/03/1959	6	1,80	4	0,80	2	0,40	3	0,60	3,60
	105880	Charles Rodrigues	28/08/1995	9	2,70	2	0,40	2	0,40	0	0,00	3,50
	111217	Ricardo Felipe Correia	16/02/1984	6	1,80	4	0,80	1	0,20	2	0,40	3,20
	105466	Cristiano Trapp	22/01/1978									Ausente
	108240	Cristiano Stringari	10/10/1979									Ausente
	109727	Miguel Rudolf	15/04/1982									Ausente
	107258	Fabio Wilson Barrionuevo	04/08/1982									Ausente
	111837	Fatima De Almeida Coelho	10/11/1984									Ausente
	107739	Marcio Andre Da Rosa	24/10/1985									Ausente
	112638	Anderson Luis Santos Moreira	20/05/1986									Ausente
	106288	Cleudson Ricardo Schulze	21/09/1987									Ausente
	108384	Diego Franca	04/05/1988									Ausente
	106541	Everton Luis Costa	31/08/1988									Ausente
	104396	Marcos Porfiro	19/02/1992									Ausente
	105001	Julio Cesar Pereira Schindwein	26/09/1994									Ausente
	108379	Leonardo Stedile	03/12/1995									Ausente
	115657	Gabriel William Brandt	19/08/1996									Ausente
	104648	Rafael Alves Souza	10/10/1996									Ausente
	107189	Carlos Roberto Stahnke	02/12/1996									Ausente

4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO CULTURAL (CADASTRO DE RESERVA)

4.1. BIBLIOTECÁRIO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	109039	Marina Miranda Fagundes	27/10/1987	17	5,10	8	1,60	4	0,80	4	0,80	8,30
2	108271	Rafael Teles Santana	25/05/1986	17	5,10	8	1,60	4	0,80	3	0,60	8,10
3	115463	Rosenei Borba Lacerda	04/06/1976	17	5,10	9	1,80	1	0,20	4	0,80	7,90
4	113037	Rafael Luiz Ferreira	14/04/1977	17	5,10	5	1,00	2	0,40	4	0,80	7,30
5	111131	Aline Cruz	30/12/1990	18	5,40	4	0,80	1	0,20	4	0,80	7,20
6	108080	Scheila Conrado De Moraes	20/07/1987	16	4,80	7	1,40	2	0,40	3	0,60	7,20
7	108625	Suellen Rosangela Vicente	01/06/1987	17	5,10	7	1,40	1	0,20	2	0,40	7,10
8	104839	Aline Da Silva	30/06/1991	17	5,10	3	0,60	3	0,60	3	0,60	6,90
9	113035	Luana Carla De Moura Dos Santos	16/08/1989	16	4,80	7	1,40	1	0,20	2	0,40	6,80
10	106423	Daniela Carvalho	28/08/1989	14	4,20	6	1,20	1	0,20	4	0,80	6,40
11	112650	Claudia Adriane Pallu	03/11/1967	14	4,20	6	1,20	0	0,00	4	0,80	6,20
	111406	Gabriel Artur Fachini	20/07/1997	10	3,00	4	0,80	0	0,00	4	0,80	4,60
	115733	Marta Rejane Trindade De Lima	12/04/1967									Ausente
	103187	Andrea Cristina Costa	28/02/1971									Ausente
	104865	Liziane Bittencourt	20/04/1975									Ausente
	106029	Rosilene De Melo Oliveira	08/04/1977									Ausente
	103108	Marcio Carvalho Fernandes	15/06/1977									Ausente
	110794	Juliano Alberto Alves	01/03/1981									Ausente
	113550	Ariane Rodrigues Batista	17/12/1985									Ausente

5. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTOS

5.1. MOTORISTA DE CAMINHÃO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	105095	Neri Cunha	06/04/1963	13	3,90	7	1,40	4	0,80	3	0,60	6,70
2	108393	Deivi Franca	04/05/1985	12	3,60	6	1,20	4	0,80	5	1,00	6,60
3	114087	Josias Ern	20/12/1976	12	3,60	6	1,20	4	0,80	4	0,80	6,40
4	111375	Tiago Beppler	12/09/1984	12	3,60	5	1,00	4	0,80	3	0,60	6,00
5	112036	Luis Gonzaga Da Silva	22/06/1971	11	3,30	5	1,00	2	0,40	3	0,60	5,30
6	109433	Carlos Alexandre Anacleto	15/05/1982	10	3,00	5	1,00	3	0,60	2	0,40	5,00
7	113240	Djonata Niehues Reitz	10/07/1989	9	2,70	4	0,80	4	0,80	2	0,40	4,70
8	107707	Mauricio Rocha	06/07/1981	8	2,40	4	0,80	3	0,60	2	0,40	4,20
9	110777	Ricardo Luko	17/07/1985									Ausente
10	102872	Jean Paulo Lopes	03/05/1988									Ausente

6. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDAÇÃO DESPORTOS (CADASTRO DE RESERVA)

6.1. AGENTE ADMINISTRATIVO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
1	112943	Francisco Antonio Heinzen	11/10/1954	16	4,80	5	1,00	4	0,80	4	0,80	7,40
2	103613	Wagner Silveira	29/07/1989	16	4,80	5	1,00	4	0,80	1	0,20	6,80
3	108155	Anderson Santos Silva	17/03/1985	13	3,90	4	0,80	3	0,60	1	0,20	5,50
4	113838	Jailson Jean Kuskowski	29/07/1989	10	3,00	6	1,20	3	0,60	2	0,40	5,20
5	108779	Alan Sebold	02/04/1997	9	2,70	6	1,20	5	1,00	1	0,20	5,10
	103766	Bruna Luisa Fermino	15/04/1994	11	3,30	3	0,60	3	0,60	2	0,40	4,90
	109653	Greice Demarchi	07/01/1998	9	2,70	6	1,20	3	0,60	2	0,40	4,90
	113884	Andre Fernando Dos Santos	09/06/1981	10	3,00	4	0,80	2	0,40	3	0,60	4,80
	114182	Juliete Peyerl Franco	10/05/1989	10	3,00	4	0,80	3	0,60	0	0,00	4,40
	107283	Morgana Fronza	26/05/1985	8	2,40	5	1,00	3	0,60	1	0,20	4,20

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	DATA DE NASC	ESP		LP		MAT		CG		PE
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	
	106461	Luis Henrique Bonatto	10/02/1987	10	3,00	3	0,60	1	0,20	1	0,20	4,00
	112695	Jean Marcus Martins	17/05/1982	8	2,40	4	0,80	2	0,40	2	0,40	4,00
	115656	Thiago Augusto Koepp	12/08/1991	6	1,80	0	0,00	4	0,80	3	0,60	3,20
	102987	Sergio Luiz De Oliveira	08/07/1967									Ausente
	103673	Tiago Da Rocha Campos	27/03/1990									Ausente
	103507	Squel Stein	09/07/1991									Ausente
	115689	Jose Felipe Dosanjios	02/03/1994									Ausente
	114407	Gustavo Hoffmann Rosar	11/09/1996									Ausente
	109358	Marcelo Sousa Diel	18/07/1997									Ausente

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;
*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;
*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;
*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;
*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita

Rio do Sul, 05 de janeiro de 2016.

LEI 5.679

LEI Nº 5.679, de 08 de dezembro de 2015.

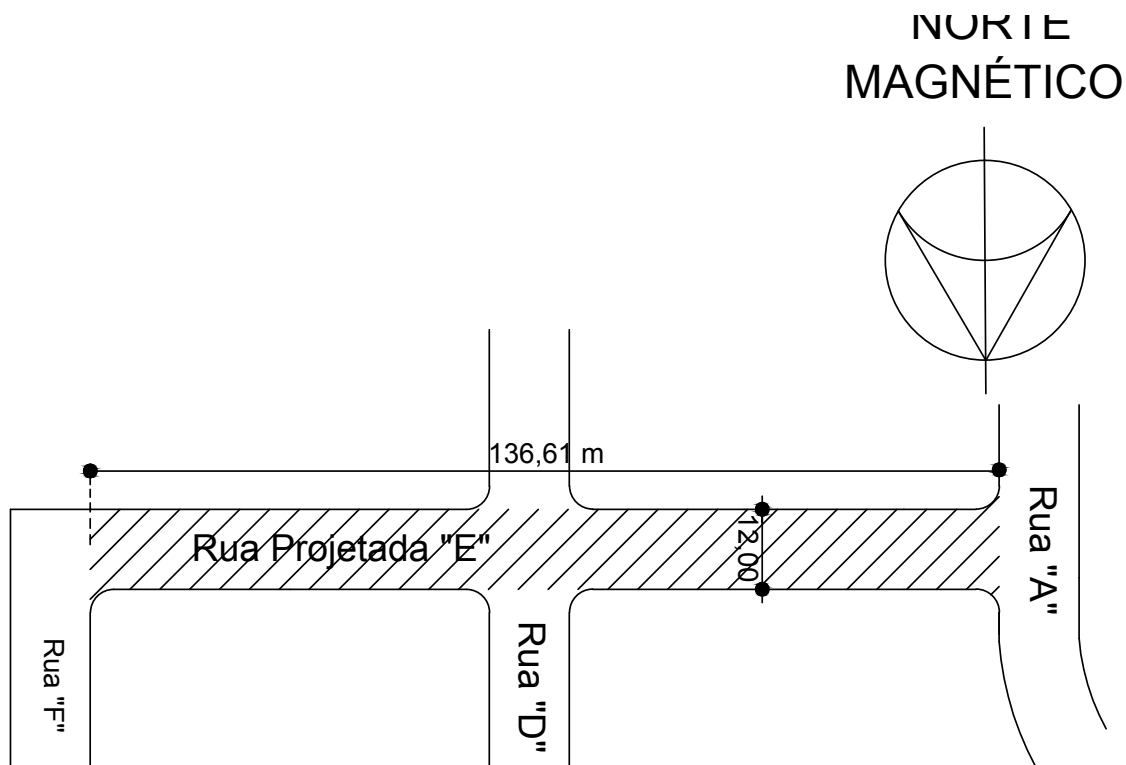
"DENOMINA DE ISAIR LAGUNA, ALFREDO DOLSAN E SANTO NOLLI RUAS DO LOTEAMENTO CEDRO LOCALIZADO NO BAIRRO BARRAGEM".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

- Art. 1º- Fica denominada "Isair Laguna" a rua projetada "B" do Loteamento Cedro, que inicia a 88,49 metros à esquerda da Rua Portugal, medindo 325,34 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Barragem, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.
- Art. 2º- Fica denominada "Alfredo Dolsan" a rua projetada "E" do Loteamento Cedro, que inicia na Rua Vaticano, medindo 136,61 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Barragem, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.
- Art. 3º- Fica denominada "Santo Nelli" a rua projetada "C" do Loteamento Cedro, que inicia na Rua Vaticano, medindo 145,10 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Barragem, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.
- Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
08 de dezembro de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul



NOME DA RUA	INÍCIO	FINAL	EXTENSÃO	LARGURA
Rua Projetada "E"	Rua "A"	A 136,61 metros de seu início	136,61 m	12,00 m



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - DEPARTAMENTO DE URBANISMO

Projeto:

DENOMINAÇÃO DE RUAS

Endereço:

LOTEAMENTO CEDRO

Bairro:

BARRAGEM

Responsável Técnico:

Desenho:

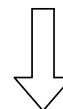
Lucas

Escala:

1:1000

Data:

MAIO/2015

ORIENTAÇÃO
NORTE

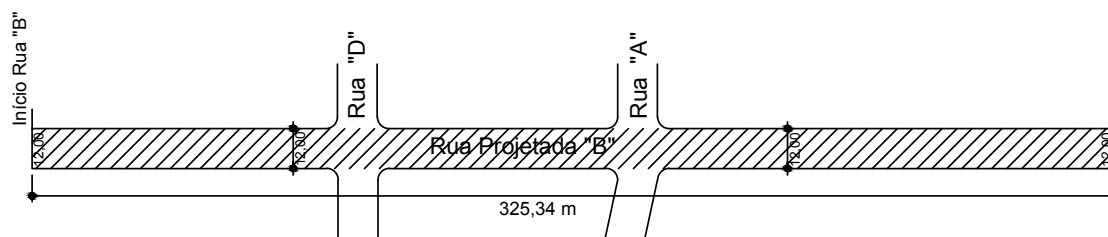
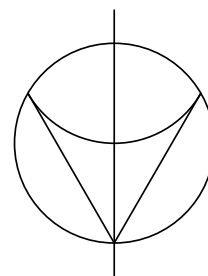
Proprietário:

P.M.R.S

Pracha:

Única

**NORTE
MAGNÉTICO**



NOME DA RUA	INÍCIO	FINAL	EXTENSÃO	LARGURA
Rua Projetada "B"	A 88,49 m à esquerda da esquina com a Rua "D"	A 325,34 metros de seu início	325,34 m	12,00 m



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - DEPARTAMENTO DE URBANISMO

Projeto:

DENOMINAÇÃO DE RUAS

ORIENTAÇÃO
NORTE

Endereço:

LOTEAMENTO CEDRO

Bairro:

BARRAGEM

Responsável Técnico:

Desenho:

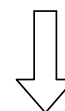
Lucas

Escala:

1:2000

Data:

Maio/2015



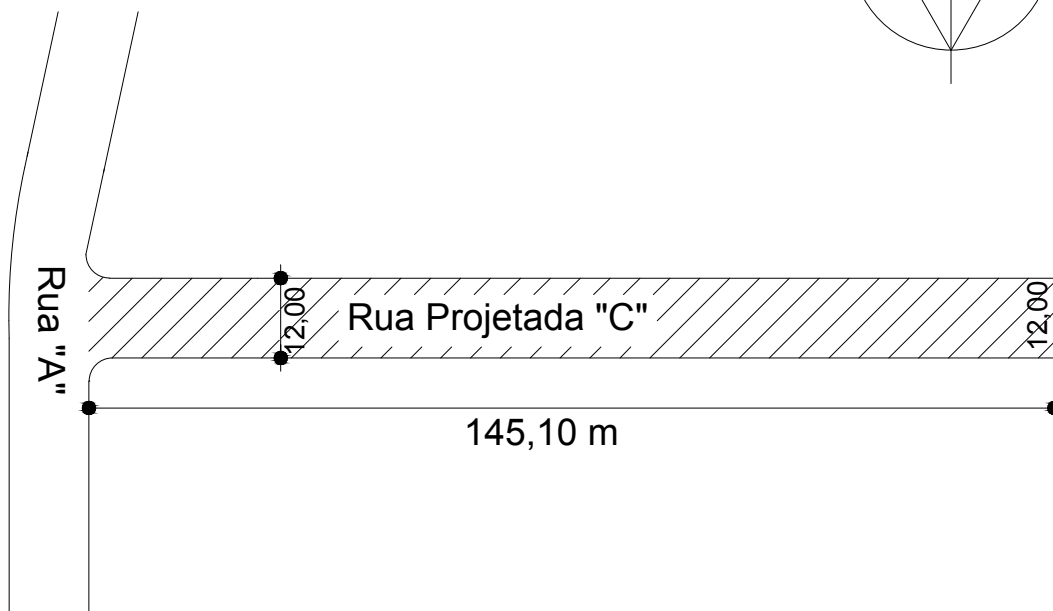
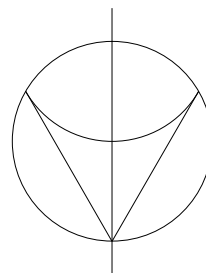
Proprietário:

P.M.R.S

Pracha:

Única

**NORTE
MAGNÉTICO**



NOME DA RUA	INÍCIO	FINAL	EXTENSÃO	LARGURA
Rua Projetada "C"	Rua "A"	A 145,10 metros de seu início	145,10 m	12,00 m



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - DEPARTAMENTO DE URBANISMO

Projeto:

DENOMINAÇÃO DE RUAS

ORIENTAÇÃO
NORTE

Endereço:

LOTEAMENTO CEDRO

Bairro:

BARRAGEM



Responsável Técnico:

Desenho:

Lucas

Escala:

1:1000

Data:

Maio/2015

Proprietário:

P.M.R.S

Pracha:

Única

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 74/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 30/2015

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços nº 74/2015

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratada: Loca Auto Locadora de Veículos LTDA – EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos para Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul conforme especificações descritas no Anexo 01.

Amparo Legal: Lei Federal nºs 8.666 , de 21/06/1993

Valor Total do Contrato: R\$ 469.775,00 (Quatrocentos e sessenta e nove mil setecentos e setenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 30 de novembro de 2015

Signatários: Rodrigo Duarte pela contratante, Eduardo Martins Guedes, pelo Contratada.

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 7827/2016

PORTARIA Nº 7827/2016

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1ª – Designar a Servidora Pública Municipal VALQUIRIA GIOTTO GENZ, para desempenhar as funções de responsável pelo Departamento de Recursos Humanos do Município de Romelândia – SC, pelo período de 04 de janeiro de 2016 a 22 de janeiro 2016, em substituição a servidora Vera Lucia Dassoler Pereira, em gozo de férias pelo período da substituição .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Cloves Antonio Rafe

Secretario da Administração

PORTARIA Nº 7828

PORTARIA Nº 7828/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ADILCE TURANI FURTADO, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro 2015 a 31 de dezembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7829/2016

PORTARIA Nº 7829/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ADILCE TURANI FURTADO, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto 2015 à 01 de agosto de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7830/2016

PORTARIA Nº 7830/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ANA MARIA WERNER, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro 2015 à 31 de dezembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7831/2016

PORTARIA Nº 7831/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ARCINDA FRANCISCA JONER, referente ao período aquisitivo de 14 de novembro 2015 à 13 de novembro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7832/2016

PORTARIA Nº 7832/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. CELIA SCHAFER THEISEN, referente ao período aquisitivo de 05 de março 2015 à 04 de março de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7833/2016

PORTARIA Nº 7833/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. CELIA SCHAFER THEISEN, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro 2015 à 31 de dezembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7834/2016

PORTARIA Nº 7834/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. CLARICE NHO-ATTO GRUMOVSKI, referente ao período aquisitivo de 02 de abril 2014 à 27 de setembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7835/2016

PORTARIA Nº 7835/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr. CLEITON LUIZ TESSARO, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de

2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7836/2016

PORTARIA Nº 7836/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. CLELIA SANTINA DASSOLER, referente ao período aquisitivo de 01 de julho 2015 à 30 de junho de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7837/2016

PORTARIA Nº 7837/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. CLEUNICE WEBLER HENSEL, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro 2015 à 31 de dezembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7838/2016

PORTARIA Nº 7838/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. CLEUNICE WEBLER HENSEL, referente ao período aquisitivo de 21 de dezembro 2014 à 20 de dezembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7839/2016

PORTARIA Nº 7839/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. DALIA SALETE RECH QUELL, referente ao período aquisitivo de 03 de agosto 2014 à 27 de agosto de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7840/2016

PORTARIA Nº 7840/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. DALIA SALETE RECH QUELL, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro 2015 à 07 de março de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7841/2016

PORTARIA Nº 7841/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Srº. DARIO DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 20 de março 2014 à 19 de março de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7842/2016

PORTARIA Nº 7842/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr. DIOGO ANDRE EINSWEILER, referente ao período aquisitivo de 21 de agosto 2014 à 20 de agosto de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7843/2016

PORTARIA Nº 7843/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ELIRIA A. PORTO A. PREDIGER, referente ao período aquisitivo de 17 de julho 2015 à 16 de julho de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7844/2016

PORTARIA Nº 7844/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ELIRIA A. PORTO A. PREDIGER, referente ao período aquisitivo de 19 de junho 2015 à 18 de junho de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7845/2016

PORTARIA Nº 7845/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ELIZA INES SCHEIBLER, referente ao período aquisitivo de 20 de fevereiro 2015 à 19 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 0 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7846/2016

PORTARIA Nº 7846/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ELIZA INES SCHEIBLER, referente ao período aquisitivo de 11 de dezembro de 2014 à 10 de dezembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2015 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7847/2016

PORTARIA Nº 7847/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. FABIANI CAMARGO DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro

de 2015 à 31 de dezembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7848/2016

PORTARIA Nº 7848/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. GELSI DE L. B. HENSEL, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2014 à 04 de março de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2015.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7849/2016

PORTARIA Nº 7849/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. HILDEGART OTILIA HENSEL, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7850/2016

PORTARIA Nº 7850/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. IEDA WEILER BALDO, referente ao período aquisitivo de 17 de agosto de 2015 à 16 de agosto de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7851/2016

PORTARIA Nº 7851/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. INES FATIMA PAULETTI ZAPPANI, referente ao período aquisitivo de 07 de maio de 2014 à 06 de maio de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7852/2016

PORTARIA Nº 7852/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. IRACI PICINI, referente ao período aquisitivo de 24 de agosto de 2014 à 23 de agosto de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7853/2016

PORTARIA Nº 7853/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. IVENETE HENSEL FURTADO, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2015 à 04 de março de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7854/2016

PORTARIA Nº 7854/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. IVANETE

HENSEL FURTADO, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2015 à 11 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7855/2016

PORTARIA Nº 7855/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. IVANIR SALETE BONFANTI, referente ao período aquisitivo de 30 de março de 2014 à 14 de junho de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7856/2016

PORTARIA Nº 7856/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. IVANI LUCIA ZANDER, referente ao período aquisitivo de 13 de maio de 2015 à 12 de maio de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7857/2016

PORTARIA Nº 7857/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. IVETE ZANROSSO, referente ao período aquisitivo de 25 de maio de 2015 à 24 de maio de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7858/2016

PORTARIA Nº 7858/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. IVETE ZANROSSO, referente ao período aquisitivo de 24 de junho de 2015 à 23 de junho de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7859/2016

PORTARIA Nº 7859/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. MARCIA MARIA MELZ FRANCESCON, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7860/2016

PORTARIA Nº 7860/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. MARCIA NUNES DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2015 à 29 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7861/2016

PORTARIA Nº 7861/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. MARIA DE LOURDES KLAUCK LAMB, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7862/2016

PORTARIA Nº 7862/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. MARIA SALETE DE ASSIS FATURI, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7863/2016

PORTARIA Nº 7863/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Sr^a. MARIA ZILA ERBES MANFRIN, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2015 à 11 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7864/2016

PORTARIA Nº 7864/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. MARIA ZILA ERBES MANFRIN, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2015 à 04 de março de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7865/2016

PORTARIA Nº 7865/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. MARLI MARIA MANFRIN, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2015 à 11 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7866/2016

PORTARIA Nº 7866/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. MARLI MARIA MANFRIN, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2015 à 01 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7867/2016

PORTARIA Nº 7867/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. MIRIAN FRUHAUF CAMARA, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7868/2016

PORTARIA Nº 7868/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. MIRIAN NEUMANN LAWRENZ, referente ao período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2015 à 16 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7869/2016

PORTARIA Nº 7869/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. MARGARETE PERONDI MAYER, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

ValquiriaGiottoGenz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7870/2016

PORTARIA Nº 7870/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. MIRTES BERNDT ANDRES, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2014 à 31 de agosto de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7871/2016

PORTARIA Nº 7871/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. NEIDE DE PAULA PEREIRA FONSECA, referente ao período aquisitivo de 16 de julho de 2014 à 15 de julho de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7872/2016

PORTARIA Nº 7872/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. NELSI WEILER ZIMMER, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2015 à 30 de junho de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7873/2016

PORTARIA Nº 7873/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. NELSI WEILER ZIMMER, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7874/2016

PORTARIA Nº 7874/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ODETE GUERINI SCHLINDWEIN, referente ao período aquisitivo de 22 de fevereiro de 2015 à 21 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7875/2016

PORTARIA Nº 7875/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ODIRLENE SANDRI STEFFLER, referente ao período aquisitivo de 05 de julho de 2015 à 04 de julho de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7876/2016

PORTARIA Nº 7876/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. PAULA REGINA BILUCA, referente ao período aquisitivo de 21 de março de 2015 à 20 de março de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7877/2016

PORTARIA Nº 7877/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. PAULA REGINA BILUCA, referente ao período aquisitivo de 22 de agosto de 2015 à 21 de agosto de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7878/2016

PORTARIA Nº 7878/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr PEDRO GREGOL, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2015 à 04 de março de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7879/2016

PORTARIA Nº 7879/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ROSANE SALETE SEGHEITTO STEFFLER, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2014 à 18 de outubro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7880/2016

PORTARIA Nº 7880/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ROSINERI CARLA PICININ, referente ao período aquisitivo de 03 de agosto de

2015 à 02 de agosto de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7881/2016

PORTARIA Nº 7881/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. ROSINERI CARLA PICININ, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7882/2016

PORTARIA Nº 7882/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. SANDRA HELENA DEFANT DOS SANTOS, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2014 à 31 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7883/2016

PORTARIA Nº 7883/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. SILVANIA ANDREIA PRIGOL DIEHL, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7884/2016

PORTARIA Nº 7884/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. SILVANIA FATIMA LANG TESSARO, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7885/2016

PORTARIA Nº 7895/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. ADRIANA KOCH, referente ao período aquisitivo de 06 de setembro de 2014 à 05 de setembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7886/2016

PORTARIA Nº 7886/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. SOELY MARIA BASTIAN AGNES, referente ao período aquisitivo de 25 de julho de 2014 à 24 de julho de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7887/2016

PORTARIA Nº 7887/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. SOELY MARIA BASTIAN AGNES, referente ao período aquisitivo de 05 de agosto de 2014 à 04 de agosto de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7888/2016

PORTARIA Nº 7888/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. TERESINHA MARIA ENGEL PERTILLE, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.
O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7889/2016

PORTARIA Nº 7889/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. TERESINHA MARIA ENGEL PERTILLE, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2015 à 11 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.
O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7890/2016

PORTARIA Nº 7890/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal Srª. TERESINHA TRENTIN, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2015 à 11 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.
O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7891/2016

PORTARIA Nº 7891/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Srª. VOLMIR MASSOLINI, referente ao período aquisitivo de 04 de abril de 2015 à 03 de abril de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.
O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7892/2016

PORTARIA Nº 7892/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. FABIANI CAMARGO DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2014 à 30 de setembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7893/2016

PORTARIA Nº 7893/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. LOIDE MARIA PEREIRA, referente ao período aquisitivo de 31 de janeiro de 2014 à 30 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7894/2016

PORTARIA Nº 7894/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. MARISTELA DE SOZA, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2014 à 01 de setembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7895/2016

PORTARIA Nº 7895/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. ADRIANA KOCH, referente ao período aquisitivo de 06 de setembro de 2014 à 05 de setembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7896/2016

PORTARIA Nº 7896/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. LUCIANE PIRES HENTGES, referente ao período aquisitivo de 19 de março de 2014 à 18 de março de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7897/2016

PORTARIA Nº 7897/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. VANDERLENE MENON, referente ao período aquisitivo de 25 de fevereiro de 2014 à 17 de junho de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7898/2016

PORTARIA Nº 7898/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr. PAULINO ARI FURTADO, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2014 à 01 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7899/2016

PORTARIA Nº 7899/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. IVANI SEHN, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

O período de férias acima descrito foi antecipado, em virtude de o recesso escolar ocorrer anualmente no mês de janeiro.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7900/2016

PORTARIA Nº 7900/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr. ARNILDO LAWRENZ, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2014 à 01 de setembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7901/2016

PORTARIA Nº 7901/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. SILVANE NUNES DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2014 à 01 de agosto de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7902/2016

PORTARIA Nº 7902/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr. JAIR ZIMMER, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2014 à 28 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7903/2016

PORTARIA Nº 7903/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:
Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr. DAVI BOHRER, referente ao período aquisitivo de 05 de dezembro de 2014 à 04 de dezembro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7904/2016

PORTARIA Nº 7904/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:
Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. VERA LUCIA DASSOLER PEREIRA, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2012 à 31 de maio de 2013, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 23 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7905/2016

PORTARIA Nº 7905/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:
Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. CLARINDA FATIMA GRADE, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2013 à 01 de setembro de 2014, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7906/2016

PORTARIA Nº 7906/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:
Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. LORENA FATIMA ASSIS BIONDO, referente ao período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2014 à 13 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7907/2016

PORTARIA Nº 7907/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:
Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr. DARIZ GENZ, referente ao período aquisitivo de 17 de junho de 2014 à 16 de junho de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7908/2016

PORTARIA Nº 7908/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Srª. IRACILDA TERE-SINHA DASSOLER BUGS, referente ao período aquisitivo de 23 de junho de 2013 à 22 de junho de 2014, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

PORTARIA Nº 7909/2016

PORTARIA Nº 7909/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias a Servidor Público Municipal Sr. ADILSON ALBERTO LAMB, referente ao período aquisitivo de 15 de setembro de 2013 à 14 de setembro de 2014, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2016 à 02 de fevereiro de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2016.
Valdoci Saul
Prefeito Municipal de Romelândia

Valquiria Giotto Genz
Responsável Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 155/2015

DECRETO Nº 155/2015 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENMTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 9.204,18 (Nove Mil Duzentos e Quatro Reais e Dezoito Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 – INSTITUTO DE PREV. DO SERVIDOR PUBLICO
Projeto/Atividade: 2.027 – MAN. DA PREV. SOCIAL SERV. PUBLICO
Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.758,54
Fonte: 1103.00000
RED: 1

Órgão: 04 – INSTITUTO DE PREV. DO SERVIDOR PUBLICO
Projeto/Atividade: 2.027 – MAN. DA PREV. SOCIAL SERV. PUBLICO
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 12.597,47
Fonte: 1100.00000
RED: 2

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 28 de Dezembro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 156/2015

DECRETO N.º 156/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2014.
Fixa taxa de expediente de Serviços Municipais.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 104 da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC,

Decreta:

Art. 1º. Fixa taxa de expediente para os serviços prestados pela Prefeitura de Salto Veloso, que serão taxados com referência no Valor de Referência Fiscal –VRF, fixado pelo Decreto n.º 134/2015, de 14 de dezembro de 2015, de acordo com a seguinte tabela:

TABELA DE PREÇOS		
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VRF (R\$174,02)	VALOR EM R\$
Expedição de Alvará de Construção	31,20%	54,29
Expedição de Habite-se	22,69%	39,50

Expedição de Histórico Escolar (2ª via)	5,67%	9,87
Expedição de Autorização para Desmembramento de Imóvel	31,20%	54,29

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 28 de dezembro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 017/2016 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 017/2016
CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, A LUIZ NEZI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, a

LUIZ NEZI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos, perfazendo a importância de R\$ 2.436,99 (dois mil e quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos), a contar de 04 de janeiro de 2016, conforme Processo nº 028/2015.

Salto Veloso, 4 de janeiro de 2016.
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI
Diretora-Executiva

PORTARIA Nº 072/2016

PORTARIA Nº. 072/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ELAINE DE LOURDES LOCATELLI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 08/01/2015 a 07/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 001/2016

PORTARIA Nº. 001/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor AGNALDO MAURÍCIO LIMA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2015 a 13/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 002/2016

PORTARIA Nº. 002/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ALEXANDRE GATELLI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2014 a 31/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 003/2016

PORTARIA Nº. 003/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ALINE BAZZO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2015 a 11/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 004/2016

PORTARIA Nº. 004/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ANA ANGÉLICA DE BORTOLI BONOMINI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2014 a 31/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 005/2016

PORTARIA Nº. 005/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ANA KARINA FALCHETTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 13/02/2015 a 12/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 006/2016

PORTARIA Nº. 006/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ANA PAULA SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 18/02/2015 a 17/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 007/2016

PORTARIA Nº. 007/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora ANDREA TERESA DE BORTOLI ANSILIERO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 15/02/2014 a 14/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 008/2016

PORTARIA Nº. 008/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ANDREZA BERTOTTO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2015 a 11/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 009/2016

PORTARIA Nº. 009/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ANDRIANA PIVA MACARI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2015 a 28/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 010/2016

PORTARIA Nº. 010/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a servidora ARIANA PAULA MERGNER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/07/2015 a 01/07/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 011/2016

PORTARIA Nº. 011/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ARNALDO ELÓI BENVENUTO JUNIOR, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2015 a 31/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 012/2016

PORTARIA Nº. 012/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor BRUNO DE PAULA BARBOZA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2015 a 16/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 013/2016

PORTARIA Nº. 013/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora CLAUDETE APARECIDA DE PAULA DE BASTIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2014 a 31/01/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 014/2016

PORTARIA Nº. 014/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30

dias de férias a Servidora CRISTIANE DE LOURDES LAZZARI SONDA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 15/02/2014 a 14/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 015/2016

PORTARIA Nº. 015/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ELIANDRO GONÇALVES do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 20/05/2015 a 19/05/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 016/2016

PORTARIA Nº. 016/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ELIANER FATIMA LINDER MAYER do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2015 a 11/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 017/2016

PORTARIA Nº. 017/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora GISELAINE DE BORTOLI ZANCANARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2014 a 13/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 018/2016

PORTARIA Nº. 018/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora HELENE DE BORTOLI SOLDI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2015 a 13/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 019/2016

PORTARIA Nº. 019/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ILDACIR FALCHETTI HARTCOPH, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2014 a 31/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 020/2016

PORTARIA Nº. 020/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora IVANIR FALCHETTI NESI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2014 a 30/06/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 021/2016

PORTARIA Nº. 021/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora JOVILDE DE BASTIANI FERNANDES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2013 a 13/02/2014 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 022/2016

PORTARIA Nº. 022/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30

dias de férias a Servidora JOVILDE DE BASTIANI FERNANDES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 13/02/2015 a 12/02/2016 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 023/2016

PORTARIA Nº. 023/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora JULIANA BASSO ANSILIERO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2014 a 31/01/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 024/2016

PORTARIA Nº. 024/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora JUSARA TEREZINHA DALPIZOL ABATI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2015 a 28/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 025/2016

PORTARIA Nº. 025/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora KATIA RAQUEL DOTTA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2015 a 13/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 026/2016

PORTARIA Nº. 026/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor LEOMAR GUZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2015 a 11/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 027/2016

PORTARIA Nº. 027/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora LIRES MARIA ANCILIERO GETASSI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2014 a 13/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 028/2016

PORTARIA Nº. 028/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MADALENA MARIA DE BORTOLI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2014 a 28/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 029/2016

PORTARIA Nº. 029/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARIA SERIGUELLI VIERA RUIVO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2015 a 13/02/2016 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 030/2016

PORTARIA Nº. 030/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando

30 dias de férias a Servidora MARILDA DOS SANTOS BORGA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2015 a 30/04/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 031/2016

PORTARIA Nº. 031/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARINA ABATI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2015 a 16/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 032/2016

PORTARIA Nº. 032/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARINES APARECIDA FREITAS PATEL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2014 a 28/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 033/2016

PORTARIA Nº. 033/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MEIRIELI CZERNIAKI FARENZENA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 21/02/2015 a 20/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 034/2016

PORTARIA Nº. 034/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MONICA GIACOMIN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 15/02/2015 a 15/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 035/2016

PORTARIA Nº. 035/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/03/2015 a 16/03/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 036/2016

PORTARIA Nº. 036/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor PEDRO ZAMBONI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/10/2014 a 30/09/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 037/2016

PORTARIA Nº. 037/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora REGINA LÚCIA TELEGEN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2015 a 16/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 038/2016

PORTARIA Nº. 038/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30

dias de férias a Servidora ROSANA DE BORTOLI GAIO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2013 a 29/02/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 039/2016

PORTARIA Nº. 039/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ROSANA DE BORTOLI GAIO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 13/05/2015 a 12/05/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 040/2016

PORTARIA Nº. 040/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora SILVANA THERESINHA PEDROSO CESCA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2014 a 13/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 041/2016

PORTARIA Nº. 041/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora SOELI SCHAEGLER NEUHAUS ZANATTO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2015 a 11/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 042/2016

PORTARIA Nº. 042/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora SOLANGE FERANTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 11/02/2015 a 10/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 043/2016

PORTARIA Nº. 043/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora TATIANE NEZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2015 a 31/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 044/2016

PORTARIA Nº. 044/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora VÂNIA SCHEID, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 04/09/2015 a 03/09/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 045/2016

PORTARIA Nº. 045/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora EDNA VERGINIA GODINHO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2014 a 31/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 046/2016

PORTARIA Nº. 046/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando

30 dias de férias a Servidora ELAINE MARIA CONTE BISCARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2014 a 13/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de Janeiro de 2015.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 047/2016

PORTARIA Nº. 047/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MICHELE ALVES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2015 a 16/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 048/2016

PORTARIA Nº. 048/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de Janeiro de 2016 a 02 de Fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARISA ELZA SPAGNOL TRENTTO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2014 a 30/04/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 049/2016

PORTARIA Nº. 049/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora VERA LÚCIA MOREIRA LOPES CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2015 a 11/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 050/2016

PORTARIA Nº. 050/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor DALMIR ZIMMER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/03/2014 a 01/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 051/2016

PORTARIA Nº. 051/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor DIRNEI PERÃO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/02/2015 a 01/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 052/2016

PORTARIA Nº. 052/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor FERNANDO RECH, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 13/02/2015 a 12/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 053/2016

PORTARIA Nº. 053/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor PAULO SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 20/05/2015 a 19/05/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 054/2016

PORTARIA Nº. 054/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando

30 dias de férias a Servidora EMANUELE BATTISTI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2015 a 11/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 055/2016

PORTARIA Nº. 055/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor EVANDRO LOURENÇO GAZZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/11/2013 a 31/10/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 056/2016

PORTARIA Nº. 056/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora CLAUDETE TEREZINHA BRUNETTO NESI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2014 a 01/01/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 057/2016

PORTARIA Nº. 057/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ELISA ANA FARENZENA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/03/2014 a 16/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 058/2016

PORTARIA Nº. 058/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora VIVIAN LOCATELLI LAZZAROTTI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/03/2014 a 16/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 059/2016

PORTARIA Nº. 059/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MAGDA CRISTINA DONADELI GEMELLI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 08/08/2014 a 07/08/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 060/2016

PORTARIA Nº. 060/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora SAMARA DE BASTIANI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/08/2014 a 11/08/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 061/2016

PORTARIA Nº. 061/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ROSEMILDA APARECIDA DE SOUZA PÉRICO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 07/01/2015 a 06/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 062/2016

PORTARIA Nº. 062/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando

30 dias de férias a Servidora JÉSSICA CAMARGO DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 25/03/2015 a 24/03/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 063/2016

PORTARIA Nº. 063/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora SILVANA DE FÁTIMA VIEIRA ALONCIO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 07/01/2015 a 06/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 064/2016

PORTARIA Nº. 064/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ROSILI PANATTA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 07/01/2015 a 06/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 065/2016

PORTARIA Nº. 065/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora LUCILÉIA LOCATELLI ZANELLA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 07/01/2015 a 06/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 066/2016

PORTARIA Nº. 066/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2015 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora SEBASTIANA ALVES PERÃO PEDROSO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 13/02/2015 a 12/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 067/2016

PORTARIA Nº. 067/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora EDIANA CASTANHEIRO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 07/01/2015 a 06/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 068/2016

PORTARIA Nº. 068/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2015 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora SILVIA PESSOA DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 28/04/2015 a 27/04/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 069/2016

PORTARIA Nº. 069/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ALEXANDRE DE BORTOLI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 12/02/2015 a 11/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 070/2016

PORTARIA Nº. 070/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30

dias de férias a Servidora JULIANA PAULA CAMICIA BARBOZA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2015 a 16/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 071/2016

PORTARIA Nº. 071/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora BERENICE DAL PIZZOL do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 07/01/2015 a 06/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 073/2016

PORTARIA Nº. 073/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora JULIANA CRISTINA SCOLARO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2013 a 16/02/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 074/2016

PORTARIA Nº. 074/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor RUDINEI MULLER, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 09/03/2013 a 08/03/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 075/2016

PORTARIA Nº. 075/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora RENATA DONADEL do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2014 a 01/01/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 076/2016

PORTARIA Nº. 076/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JAIME JOSÉ DE BASTIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2013 a 30/04/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 077/2016

PORTARIA Nº. 077/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ANA MARIA PATEL DE OLIVEIRA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2014 a 01/01/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 078/2016

PORTARIA Nº. 078/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ANTONIO ANTUNES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 03/05/2014 a 02/05/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 079/2016

PORTARIA Nº. 079/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando

30 dias de férias ao Servidor SILVANO ZAMBONI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/10/2014 a 30/09/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 080/2016

PORTARIA Nº. 080/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor NILSON CORREA DE ALMEIDA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 07/01/2015 a 06/01/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 081/2016

PORTARIA Nº. 081/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor EVANDRO CARLOS LIDANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/02/2015 a 01/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 082/2016

PORTARIA Nº. 082/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JOÃO IVANOR DO PRADO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/02/2015 a 01/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 083/2016

PORTARIA Nº. 083/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor VILSO JOSÉ VENTURIN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/02/2015 a 01/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 084/2016

PORTARIA Nº. 084/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARIZETE AMRIA HENSEL do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 09/02/2015 a 08/02/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 085/2016

PORTARIA Nº. 0852016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora LICIANA EVELYN RIBAS ROSSI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/03/2014 a 16/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 086/2016

PORTARIA Nº. 086/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora GENI ANA PAGANINI TERRES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 25/03/2014 a 24/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 087/2016

PORTARIA Nº. 087/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30

dias de férias a Servidora JOVILDE LAZZARI CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2014 a 31/01/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 088/2016

PORTARIA Nº. 088/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARCIMONE ADRIANA DAVALIERI VENTURIN, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/08/2014 a 31/07/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 089/2016

PORTARIA Nº. 089/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ANDERSON FERNANDO VITALI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 03/03/2014 a 02/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 090/2016

PORTARIA Nº. 090/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ZENI CARDOSO DE OLIVEIRA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2014 a 30/06/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 091/2016

PORTARIA Nº. 091/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor GENTIL CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 31/03/2014 a 30/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 092/2016

PORTARIA Nº. 092/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor DANILO TOMAZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/11/2014 a 31/10/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 093/2016

PORTARIA Nº. 093/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ABEL ABATI FILHO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/09/2014 a 31/08/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 094/2016

PORTARIA Nº. 094/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora LUCÉLIA DO CARMO PEREIRA DE BAS-TIANI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 17/02/2014 a 16/02/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 095/2016

PORTARIA Nº. 095/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JOÃO CARNEIRO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2011 a 30/06/2012, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 096/2016

PORTARIA Nº. 096/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2016 a 02 de fevereiro de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor IVAN ELIAS BRUNETTA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2013 a 31/03/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de janeiro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 097/2016

PORTARIA Nº. 097/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica retificado o período aquisitivo da Portaria nº DP00095/2011 de 11 de fevereiro de 2011 para 02/03/2010 a 01/03/2011.

Artigo 2º. Fica retificado o período aquisitivo da Portaria nº DP00423/2011 de 19 de dezembro de 2011 para 02/03/2011 a 01/03/2012.

Artigo 3º. Fica retificado o período aquisitivo da Portaria DP0093/2012 de 18 de janeiro de 2012 para 02/03/2012 a 01/03/2013.

Artigo 4º. Fica retificado o período aquisitivo da Portaria DP00259/2012 de 16 de julho de 2012 para 02/03/2013 a 01/03/2014.

Artigo 5º. Fica retificado o período aquisitivo da Portaria DP0040/2013 de 02 de janeiro de 2013 para 02/03/2013 a 01/03/2014.

Artigo 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 04 de Janeiro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecilia

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

O Município de Santa Cecilia, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que estará realizando junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecilia-SC, situada na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, nesta cidade, inscrição para novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme previsto no parágrafo I do artigo 34 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas atribuições. As atualizações e inscrições estarão permanentemente abertas e serão realizadas através do Departamento de Compras e Licitações, no Paço Municipal, à Rua João Goetten Sobrinho nº 555, em Santa Cecilia, de 2ª a 6ª feira das 13h00min as 18h00min. Os interessados poderão obter maiores informações no endereço acima, ou pelo fone (49) 3244-2032.

Santa Cecilia, 04 de janeiro de 2016.

Domingos Scariot Junior

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 129/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 150/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 129*/2015.
Objeto: Locação de máquinas fotocopiadoras multifuncional para utilização junto ao Centro Administrativo Municipal.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 15 de janeiro de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 15 de janeiro de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 30 de dezembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1203/2015

DECRETO Nº 1203, DE 04 DE JANEIRO DE 2016
Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,6864, a partir de 01 de janeiro de 2016, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, incisos I e II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10700/2015

PORTARIA Nº 10700, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2016, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição à segurada MARIA DE LOURDES LOCH DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível II, Classe G, matrícula nº 18790, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 8086/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10701/2015

PORTARIA Nº 10701, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2016, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à MARIA BERNADETE DE MELLO LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe G, matrícula nº 8750, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 8271/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10702/2015

PORTARIA Nº 10702, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede Afastamento do exercício

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 25, III, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Conceder afastamento, a partir de 10 de janeiro de 2016, ao servidor público municipal FILIPE WEIHERMANN, do exercício do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, em decorrência de nomeação para o cargo de Conselheiro Tutelar.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10703/2015

PORTARIA Nº 10703, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Concede Afastamento do exercício

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 25, III, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Conceder afastamento, a partir de 10 de janeiro de 2016, à servidora pública municipal CÉLIA TEREZINHA GOMES, do exercício do cargo de Instrutor de Recriação, na Secretaria Municipal de Assistência Social, em decorrência de nomeação para o cargo de Conselheiro Tutelar.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10704/2015

PORTARIA Nº 10704, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1242, de 16 de fevereiro de 2005, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, CÉLIA TEREZINHA GOMES, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10705/2015

PORTARIA Nº 10705, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1242, de 16 de fevereiro de 2005, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, LUCIANE STAWNY SAMPAIO, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10706/2015

PORTARIA Nº 10706, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1242, de 16 de fevereiro de 2005, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, SANDRO TSCHOKE, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10707/2015

PORTARIA Nº 10707, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1242, de 16 de fevereiro de 2005, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, ROSEMEIRE APARECIDA ALEXANDRE MARQUES, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10708/2015

PORTARIA Nº 10708, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Conselheiro Tutelar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1242, de 16 de fevereiro de 2005, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de janeiro de 2016, FILIPE WEIHERMANN, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 03/2015

Contrato Nº: 89/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: PREMIER ENG. E CONSULTORIA SS LTDA

Vigência: Início: 01/01/2016 - Término: 01/06/2016

Recursos: Dotação:

105 – 4.4.90.51.00.00.00 – EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE REDE COLETORA E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO DAS SUB-BACIAS SBR SB 1 E 2 DA BACIA DO RIO SÃO BENTO.

Valor: R\$ 48.053,88 (quarenta e oito mil, cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos) por mês.

São Bento do Sul, 04 de janeiro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

RESUMO CONT N.51/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:51 /2015
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:T. O . S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
Objeto :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDU-
OS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO
Valor :R\$424.032,12(quatrocentos e vinte e quatro mil trin-
ta e dois reais e doze centavos
Vigência : 12 meses
Licitação :TOMADA DE PREÇOS N.100/2015
SÃO CARLOS, 30 de dezembro de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

TA -LEANDRO PAGLIARI

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.:041/2014 – TERCEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:LEANDRO PAGLIARI ME
Objeto :CONSTRUÇÃO DO PORTICO MUNICIPAL
Prazo :31.01.2016
PROCESSOTomada de Preços n.88/2014
Vigência : 30.03.2016
SAO CARLOS, 30 de dezembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA A FONTE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.:14/2012 – QUINTO TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:EMPRESA JORNALISITCA A FONTE LTDA
Objeto :PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
Valor :R\$34.700,88(trinta e quatro mil setecentos reais e
oitenta e oito centavos)
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL N.09/2012
Vigência : 31.12.2016
SÃO CARLOS, 30 de dezembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA ANDREIA FERLA

Estado de Santa Catarina
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO DE VALOR E PRAZO
Contrato Nº.:01/2015- PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E
PRAZO
Contratante:FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
Contratada:ANDREIA FERLA
Objeto....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE MÚSICA.

Valor...: R\$15.760,08(quinze mil setecentos e sessenta reais e oito
centavos)
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.01/2015
Vigência: 31.12.2016
SAO CARLOS,30 de dezembro de 2015
ALECSSANDRO D SCALCON
GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

TA ANFERMED

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.: 09/2015- PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada...: ANFERMED PREST DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRURGIAS ELETI-
VAS
Valor: R\$252.000,00(duzentos e cinquenta e dois mil reais))
Vigência: 12 MESES
SAO CARLOS,30 DE DEZEMBRO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

TA CONTAPLAN

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO
Contrato Nº.:06/2013 – sexto TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:CONTAPLAN ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA
Objeto :SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS CONTABEIS
Valor :R\$75.778,00(setenta e cinco mil setecentos e seten-
ta e oito reais)
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL Nº.11/2013
Vigência : 12 meses
SAO CARLOS, 30 de dezembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA FABIO CASTANHO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO DE VALOR E PRAZO
Contrato Nº.:12/2014- SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR E
PRAZO
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada:FABIO DA ROSA CASTANHO E CIA LTDA
Objeto....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ELABO-
RAÇÃO DE PROJETOS.
Valor...: R\$46.603,20(quarenta e seis mil seiscentos e três reais e
vinte centavos)
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.15/2014
Vigência:31.12.2016
SAO CARLOS,30 de dezembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA HELIA TERNUS

Estado de Santa Catarina
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO DE VALOR E PRAZO
Contrato Nº:02/2015- PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO
Contratante:FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
Contratada:HELIA TERNUS ME
Objeto...: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE MÚSICA/ DANÇA
Valor...: R\$23.640,12(vinte e três mil seiscentos e quarenta reais e doze centavos)
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.01/2015
Vigência: 31.12.2016
SAO CARLOS,30 de dezembro de 2015
ALECSANDRO D SCACLCON
GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

TA JEFERSON

Estado de Santa Catarina
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO DE VALOR E PRAZO
Contrato Nº:04/2015- PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO
Contratante:FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
Contratada:JEFFERSON DE QUADROS MOREIRA ME
Objeto...: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE DANÇA.
Valor...: R\$15.760,08(quinze mil setecentos e sessenta reais e oito centavos)
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.01/2015
Vigência: 31.12.2016
SAO CARLOS,30 de dezembro de 2015
ALECSANDRO D SCACLCON
GESTOR DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS

TA KUNZ

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.:022/2015 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:TRANSPORTES KUNZ LTDA
Objeto :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS
Valor :R\$42.458,00(quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)
prazo :31.12.2016
PROCESSO:044/2015- PREGÃO PRESENCIAL
SAO CARLOS, 30 de dezembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA LEANDRO PAGLIARI

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.:05/2015 –SEXTO TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:LEANDRO PAGLIARI ME
Objeto :EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO DE PAVILHÃO
EM EST PRE FABRICADA

Prazo :31.01.2016
PROCESSO :Tomada de Preços n.81/2014
SAO CARLOS, 30 de dezembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA LSW SERVIÇOS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE ADITIVO
Contrato Nº.:026/2015- PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto :CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DO GINÁSIO DO BAIRRO OLARIA
PROCESSOTOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS ENG. N.:046/2015
Vigência : 31.03.2016
SAO CARLOS, 30.12.2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA LSW SERVIÇOS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE ADITIVO
Contrato Nº.:040/2014 SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:LSW SERVIÇOS LTDA
Objeto : EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES
PROCESSOTOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS ENG. N.:087/2014
Vigência : 31.03.2016
SAO CARLOS, 30.12.2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA MAISATIVO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.:037/2014 – SEGUNDO TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA
Objeto :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ESTRUTURAÇÃO
DE LEILÕES PÚBLICOS
prazo :31.12.2016
PROCESSO:075/2014-Tomada de preços p/compras e serviços
SAO CARLOS, 30 de dezembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA PALOMA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.:034/2015 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELE
Objeto :FINALIZAÇÃO DE PISCINA MASTER E INFRAESTRUTURAS-
OBRAS CIVIS - PARQUE AQUATICO MUNICIPAL DE ACORDO COM

OS PROJETOS TÉCNICOS E MEMORIAIS DESCRITIVO

Prazo :90 dias

PROCESSOConcorrência n.68/2015

Vigência : 31.03.2016

SAO CARLOS, 30 de dezembro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

TA RADIO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

EXTRATO DE VALOR E PRAZO

Contrato Nº:13/2014- SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO

Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Contratada:RÁDIO SÃO CARLOS LTDA

Objeto...: DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS ,INSTITUCIONAIS ADMINISTRATIVOS

DO MUNICÍPIO

Valor...: R\$55.800,00(cinquenta e cinco mil e oitocentos reais))

Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.16/2014

Vigência: 31.12.2016

SAO CARLOS,30 de dezembro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

TA RUVER

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO ADITIVO

Contrato Nº.:05/2013- SEXTO TERMO ADITIVO

Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Contratada...:RUVER ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA

Objeto :SERVIÇOS ASSESSORIA JURIDICA

Valor :R\$90.663,12(noventa mil seiscentos e sessenta e três reais e doze centavos)

PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL N.11/2013

Vigência : 31.12.2016

SAO CARLOS,30 de dezembro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

TA SCARLOS TUR

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO ADITIVO

Contrato Nº.:12/2015- PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contratante.:FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS

Contratada...:SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Objeto :TRANSPORTE DE PACIENTES P/TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE

Valor: R\$31.500,00(trinta e um mil e quinhentos reais)

Vigência: 12 MESES

SAO CARLOS,30 DE DEZEMBRO DE 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO FMS 015 NILTON FERRAZ - PRAZO

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2015

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 015 DE 29/12/2015 (1º termo aditivo ao contrato FMS n. 007 de 23/12/2014).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/12/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 038/2014 Tomada de Preços n. 005/2014

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta - Do Prazo do Contrato n. 007/2014

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: NILTON FERRAZ JUNIOR ME

CNPJ n. 19.524.216/0001-84

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/01/2016

DEC 2152 DE 30 12 15 DESIGNA COMISSÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO E DA FAIC

DECRETO Nº 2152, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa Comissão Organizadora das Festividades do 53º Aniversário do Município de São Domingos e da 5ª FAIC São Domingos - Feira Agropecuária, Artesanal, Industrial e Comercial.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de organização das festividades do Município, principalmente para a realização das atividades de comemoração do 53º Aniversário de Emancipação Político Administrativa do Município de São Domingos e da realização da 5ª FAIC São Domingos - Feira Agropecuária, Artesanal, Industrial e Comercial;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Organizadora das Festividades do 53º Aniversário do Município de São Domingos e da 5ª FAIC São Domingos - Feira Agropecuária, Artesanal, Industrial e Comercial, os seguintes membros:

Vianeí Ferrarini Meoti (Presidente);

Nelci Szczygel Granzotto;

Giovani Pantano;

Odila Giroto Elger;

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz;

Ari Pertille;

Paula Natana Comachio;

Lenize Klein Latreille;

Sílvia Rozani de Brito Baggio;

Alyne Nayara Lammel;

Paulo Endrigo Handke;

Keli Camiloti;

Cristiane Ansolin;

Sandra Maria Fiorese.

Parágrafo único. As atribuições e as tarefas da comissão têm prioridade sob quaisquer outros serviços públicos.

Art. 2º Aos membros da comissão não será pago qualquer remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 2154 DE 04 01 16 DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

DECRETO Nº 2154, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Constitui Comissão Permanente de Licitações para o Exercício de 2016.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; pelo disposto no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; e:

Considerando o estabelecido na legislação citada, dispondo que a investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedando a recondução da totalidade de seus membros, para a mesma comissão no período subsequente;

Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o Exercício de 2016, com a seguinte composição:

Paula Natana Comachio – Presidente;

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz – 1º Membro;

Alyne Nayara Lammel – 2º Membro

Adriana Lúcia Pretto – 1º Suplente;

Lenize Klein Latreille – 2º Suplente;

Odila Giroto Elger – 3º Suplente.

Art. 2º A comissão permanente de licitações será responsável pelo processamento e julgamento das licitações, em todas as modalidades, nos termos da legislação pertinente.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão permanente de licitações não serão remunerados.

Art. 4º A supervisão e acompanhamento dos trabalhos da comissão serão efetuados pela assessoria jurídica e pelo setor de contabilidade do município.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 1798, de 23 de janeiro de 2015.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de janeiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Sílvia Rozani de Brito Baggio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

DEC 2155 DE 04 01 16 DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

DECRETO Nº 2155, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio para o Exercício de 2016

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, atualizada; e:

Considerando o Decreto nº 020, de 10/03/06, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências; Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada Pregoeira Municipal a servidora pública municipal Paula Natana Comachio, para o exercício de 2016, com a seguinte equipe de apoio:

Alyne Nayara Lammel – 1º Membro

Adriana Lúcia Pretto – 2º Membro;

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz – 1º Suplente;

Odila Girotto Elger – 2º Suplente.

Art. 2º Fica delegada competência à Pregoeira ora designada para assinar e divulgar os editais referentes aos processos licitatórios da modalidade Pregão, na forma do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2090, de 26 de outubro de 2016.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de janeiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Sílvia Rozani de Brito Baggio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

FMS N. 001 DE 04/01/2016 CIS AMOSC

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JANEIRO/2016

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 001 DE 04/01/2016

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 309.600,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/01/2016

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 044/2015 Modalidade: Dispensa de Licitação n. 031/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC

CNPJ sob n. 01.336.261/0001-40

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016

POR 1889 DE 30 12 15 DESIGNA SÍLVIA PARA RESPONDER PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PORTARIA Nº 1889, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa servidora pública municipal para responder temporariamente pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 66/11/12 atualizada;

Considerando que a servidora Ana Claudia Barizon Fontana da Luz, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Fazenda estará em gozo de férias no período de 04/01 a 02/02/16;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada temporariamente a servidora Sílvia Rozani de Brito Baggio, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para responder, sem acréscimo de remuneração, pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no período de 04/01 a 02/02/16, podendo para tanto assinar e despachar documentos pertinentes a referida Secretaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

São Domingos (SC), 30 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1890 DE 04 01 16 DESIGNA AUDREY HOFMANN COMO RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES

PORTARIA Nº 1890, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Designa servidora pública municipal como responsável pelas publicações do município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e:

Considerando a exoneração, a pedido, da servidora municipal Simone Zanin;

Considerando que a referida servidora era responsável pela publicação e controle dos atos administrativos;

Considerando a demanda dos serviços de publicações do município;

Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Audrey Hofmann, ocupante do cargo público de Coordenador de Programa, como responsável pela publicação e controle dos atos administrativos deste município, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de janeiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Sílvia Rozani de Brito Baggio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

POR 1891 DE 04 01 16 DESIGNA CRISTIANE PARA RESPONDER PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 1891, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Designa servidora pública municipal para responder temporariamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 66/11/12 atualizada;

Considerando que a servidora Sandra Maria Fiorese, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social estará em gozo de férias no período de 04 a 27/01/16;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada temporariamente a servidora Cristiane Ansolin, ocupante do cargo de Assistente Social, para responder, sem acréscimo de remuneração, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 04 a 27/01/16, podendo para tanto assinar e despachar documentos pertinentes a referida Secretaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de janeiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Sílvia Rozani de Brito Baggio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

POR 1892 DE 04 01 16 DESIGNA GILMAR PARA RESPONDER PELA SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1892, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Designa servidor público municipal para responder temporariamente pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 66/11/12 atualizada;

Considerando que a servidora Elieze Comachio, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde estará em gozo de férias no período de 04 a 18/01/16;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado temporariamente o servidor Gilmar Antonio Brandalise, ocupante do cargo de Consultor Técnico, para responder, sem acréscimo de remuneração, pela Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04 a 18/01/16, podendo para tanto assinar e despachar documentos pertinentes a referida Secretaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de janeiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Sílvia Rozani de Brito Baggio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 001 - NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

DECRETO Nº 001/16, DE 04/01/2016.

NOMEIA PREGOEIRO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor Vanei Rogério Ritter, para exercer a função de pregoeiro do Município para o período de 04/01/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º. Ficam igualmente nomeados Katia Margareth Becker Dilkin e Vivian Markwardt Arones como equipe de apoio.

Art. 3º. Esta nomeação não acarretará ônus aos cofres municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2016.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

DECRETO 002 - NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

DECRETO Nº 002/16, DE 04/01/2016.

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE E DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETAS E DESCENTRALIZADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade ao que determina a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1995,

DECRETA

Art. 1º. Fica designada a Comissão Permanente de Licitações do Município de São João do Oeste para o período de 04/01/2016 a 31/12/2016, composta pelos seguintes membros, todos servidores públicos municipais:

Presidente: Vanei Rogério Ritter

Secretário: Katia Margareth Becker Dilkin

Membro Titular: Lairton José Backes

Membro Suplente: Roseli Inês Ludwig Kipper.

Art. 2º. Esta nomeação não acarretará ônus aos cofres municipais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 04 de janeiro de 2016.

SÉRGIO LUIS THEISEN

Prefeito Municipal

PP 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – com registro de preços

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 001/2016, com registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto para a Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 15 de Janeiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 15 de janeiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

PP 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de arbitragem do campeonato municipal de futebol de campode São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 10:30 horas do dia 15 de janeiro de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

PP 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de maquina pesada para o Setor de Obras do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 15 de janeiro de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

PP 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

Exclusivo para MPES, conforme Lei Complementar 147/14

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 004/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de bombonas de agua mineral de 20litros recargas de gás GLP de 13kg e 45kg, café, açúcar e cha para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 16:00 horas do dia 15 de janeiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 16:00 horas do dia 15 de janeiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 04 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2015

OBJETO: Acréscimo de 955m² (NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA ÁREA CONTRATADA. 65 II ALIENA "D" §1º) de acordo com a cláusula segunda e ART 65 II§ da LEI 8666/93.

CONTRATADO: ENOIR CARDOSO DOS SANTOS

VALOR: R\$ 8.308,50 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 056/2015 – Carta Convite nº 22/2015 de 22/07/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501 – 12.361.0128.2029 – 3.3.90.30.31.00.00.003102.

São João do Sul, 26 de Novembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2015

OBJETO: Aquisição de ESTRUTURA METÁLICA EM ARCO PARA COBERTURA EM PERFIL (U100 X 40 X 2,65). INCLUINDO RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), E ELEMENTOS DE LIGAÇÃO E FIXAÇÃO (PARAFUSOS, REBITES, TERÇAMENTO, CONTRAVENTAMENTO, CHUMBADORES, SAPATAS METÁLICAS, ETC). COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO PARA ÁREA DE 287M².

CONTRATADO: JFC COSTRUÇÕES INDUSTRIALIZADAS LTDA ME

VIGÊNCIA: 27/11/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 15.354,50 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 066/2015 – Pregão Presencial nº 020/2015 de 17/11/2015, Registro de Preços 010/2015 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 – 04.122.0123.2004 – 4.4.90.51.07.00.00.00.3080; 0301 – 04.122.0123.2004 – 4.4.90.51.00.00.00.0010.

São João do Sul, 27 de Novembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 02 SELETIVO

RETIFICAÇÃO Nº 02/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

Em cumprimento às determinações do senhor HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a Retificação Nº 02/2015 ao Edital de Processo Seletivo nº 03/2015 conforme segue:

I – Altera-se o item 7.2.2. letra “b”:

Onde se lê:

PROVAS	CONHECIMENTOS	Nº QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	10	0,20
	Conhecimentos Gerais	06	0,20
	Informática	04	0,20
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Específicos e Legislação	30	0,20

Leia-se:

PROVAS	CONHECIMENTOS	Nº QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	05	0,20
	Matemática	05	0,20
	Conhecimentos Gerais	06	0,20
	Informática	04	0,20
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Específicos e Legislação	30	0,20

II – Os demais itens do edital seguem inalterados.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim,

30 de dezembro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA

Presidente da Comissão

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO DE COMPRA Nº 470/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS USADAS E DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS E SERVIDÕES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

- KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA e
- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Os representantes das empresas EMPREITEIRA PAVICON e VECOM CONSTRUÇÕES não estiveram presentes na sessão pública. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes presentes.

É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das empresas participantes.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS

- KS CONSTRUÇÕES LTDA-ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA e
- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 15/01/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 04 de janeiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Humberto Alcino da Silva	Vera Suely de Andrade
Membro Suplente da CPL	Membro Suplente da CPL
Ramon S. Campos Martins	
Membro da CPL	

CHAMAMENTO PÚBLICO 026/2015 – PROCESSO Nº 516/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO 026/2015 – Processo nº 516/2015 - Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 26/01/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 26/01/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

DECRETO Nº 5329/2015

DECRETO Nº 5329/2015

INSTITUI O COMPONENTE MUNICIPAL DE AUDITORIA (CMA) NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e, tendo em vista o disposto nos artigos 15, I, 16, XIX e 17, XI da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, artigo 6º da Lei Federal nº 8.689, de 27 de julho de 1993 e artigos 1º e 4º, §3º do Decreto Federal nº 1.651, de 28 de setembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde Municipal o Componente Municipal de Auditoria (CMA/SUS) o qual obedecerá às normas gerais fixadas pela União, às complementares fixadas pelo Estado, as diretrizes do Sistema Nacional de Auditoria e ao disposto neste Decreto, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo único: O Componente Municipal de Auditoria (CMA/SUS) subordinado ao Gestor Municipal de Saúde, constitui-se em um órgão de atuação do Sistema Nacional de Auditoria no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto considera-se auditoria o exame analítico/operativo e pericial:

I - da legalidade e da economicidade dos atos de que resultam a realização, criação, modificação ou extinção de direitos e obrigações referentes ao Sistema Único de Saúde;

II - dos atos de gestão do Sistema Único de Saúde Municipal, com o propósito de certificar a exatidão das contas apresentadas em relação às informações constantes dos documentos técnicos e contábeis do Fundo Municipal de Saúde e dos prestadores de serviços que integram o Sistema Único de Saúde; e

III - da qualidade e resolutividade das ações e serviços de saúde aos usuários do SUS.

Art. 3º - O Componente Municipal de Auditoria (CMA/SUS) compreende um conjunto de ações da Secretaria Municipal de Saúde voltada à fiscalização e ao controle legal, contábil, financeiro e à avaliação técnico-científica do desempenho, da qualidade e da resolutividade das ações e serviços específicos de Saúde do Sistema Único de Saúde Municipal, competindo no âmbito de sua atuação:

I - Auditar as ações e serviços estabelecidos no Plano Municipal de Saúde, relativos aos recursos repassados pela União;

II - Auditar os serviços de saúde públicos, contratados ou conveniados, relativos aos programas subsidiados pela União;

III - Auditar as ações e serviços desenvolvidos por consórcio

intermunicipal ao qual o Município esteja associado;

IV - Auditar o fluxo de caixa, as transferências, quantitativos, limites e movimentação do FMS, de acordo com os recursos alocados para cada um dos Programas Especiais, movimentos financeiros do PAB, exame da prestação de contas dos recursos repassados Fundo a Fundo (Federais e Estaduais).

§ 1º - As atividades específicas do Componente Municipal de Auditoria (CMA/SUS) deverão ser realizadas por servidores efetivos, designados através de Portaria, expedida pelo Secretário Municipal de Saúde para o exercício das respectivas funções.

§ 2º - As auditorias previstas neste Decreto se farão sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Componente Estadual de Auditoria e pelo Componente Federal de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde Nacional.

§ 3º - Não estão inseridas entre as atribuições do Componente Municipal de Auditoria (CMA/SUS) a expedição de ofícios, instruções normativas, regulamentos ou quaisquer outros diplomas legais congêneres, sendo estas atribuições privativas do Secretário Municipal de Saúde, conforme o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de São José.

Art. 4º - O Regimento Interno do Componente Municipal de Auditoria (CMA/SUS), que regulamentará a sua atuação, será instituído através de Portaria expedida pelo Secretário Municipal de Saúde, homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º - Fica o Secretário Municipal de Saúde, autorizado a baixar outras normas complementares para plena execução deste Decreto, desde que expressamente autorizado pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5340/2015

DECRETO Nº 5340/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 33 da Lei Municipal nº 5.466/2015, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01.01.031.0101.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal

39 – 3.1.90.01.00.00.0080 – Aposentadorias e Reformas,

Recursos Próprios R\$ 35.000,00

Total desta Atividade R\$ 35.000,00

Total do Órgão R\$ 35.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 35.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na dotação consignada no

Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

01.01.031.0101.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal

40 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios

..... R\$ 35.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 35.000,00

Total do Órgão

.... R\$ 35.000,00

Total da Anulação

... R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal em Exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5353/2015

DECRETO Nº 5.353/2015

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 5.331, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUE INSTITUIU A BOLSA-ATELETA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e pela Lei Municipal nº 5.331, de 10 de outubro de 2013 e suas alterações:

Art.1º - A Bolsa-Alela, instituída pela Lei Municipal no 5.331, de 10 de outubro de 2013, será implementada pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ, que, com base em seu orçamento, selecionará os candidatos e a distribuição que assegure o atendimento a todas as categorias de beneficiários, com base nos procedimentos contidos neste Decreto.

Art. 2º - Para fins de concessão deste benefício, os atletas serão subdivididos nas categorias pré-definidas pelo art. 5º, da Lei Municipal nº 5.331/2013, quais sejam:

I – Atletas ranqueados nas modalidades dos Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) e aos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC):

a) Primeiro colocado (ouro): 6 URM's (Unidade de Referência Municipal);

b) Segundo colocado (prata): 5 URM's (Unidade de Referência Municipal);

c) Terceiro colocado (bronze) 4,5 URM's (Unidade de Referência Municipal).

II – Atletas ranqueados nas modalidades dos Juguinhos Abertos de Santa Catarina:

a) Primeiro colocado (ouro): 4,5 URM's (Unidade de Referência Municipal);

b) Segundo colocado (prata): 3,5 URM's (Unidade de Referência Municipal);

c) Terceiro colocado (bronze) 3 URM's (Unidade de Referência Municipal).

III – Atletas ranqueados nas modalidades das Olimpíadas do Estado de Santa

a) Primeiro colocado (ouro): 3 URM's (Unidade de Referência Municipal);

b) Segundo colocado (prata): 2 URM's (Unidade de Referência

Municipal);

c) Terceiro colocado (bronze) 1,5 URM's (Unidade de Referência Municipal).

§ 1º. Os atletas das categorias acima mencionadas devem preencher, cumulativamente, os requisitos do art. 4º da Lei Municipal nº 5.331/ 2013.

§ 2º. Conforme art. 8º da Lei Municipal nº 5.331/20 13, os atletas devem apresentar os seguintes documentos até o décimo quinto dia útil de Janeiro:

I – Currículo esportivo acompanhado de documento comprobatório da colocação na categoria para qual está se candidatando;

II – Formulário de Inscrição no modelo do Anexo I deste Decreto;

III – Cópia de documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda;

IV – Comprovante de residência;

V – Comprovante de renda familiar;

VI – Carta de recomendação do técnico, profissional de educação física, com registro no Conselho Regional de Educação Física/Santa Catarina, no caso de atleta, paratleta ou atleta-guia;

VII – Declaração da entidade regional de administração do desporto da respectiva modalidade, atestando que o interessado:

a) está regularmente inscrito junto a ela;

b) mantém vínculo com entidade de prática regularmente filiada; e

c) participou e obteve a primeira, segunda ou terceira colocação em competição esportiva de âmbito estadual, nacional ou no exterior, no ano imediatamente anterior àquele em que pleiteia a concessão do benefício;

§ 3º. Os documentos devem ser entregues em envelope lacrado na recepção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com a seguinte identificação: "Documentos de habilitação para recebimento de Bolsa Atleta na modalidade(indicar modalidade) do Ano(indicar ano)".

§ 4º. Na entrega do envelope será entregue ao candidato um protocolo de recebimento, constando a data e horário da entrega, sendo este indispensável para comprovação de inscrição.

§ 5º. As informações prestadas no formulário de inscrição, a que se refere o inciso II do § 2º, serão de inteira responsabilidade do Atleta Candidato, dispondo a Fundação de Esportes e Lazer do direito de invalidar ou desconsiderar o pleito daquele que não preencher o formulário de forma completa e correta e/ou deixar de anexar algum dos documentos elencados no rol do § 2º deste artigo.

§ 6º. É obrigação exclusiva do Atleta Inscrito fornecer informações corretas e completas, como o número de telefone e o endereço eletrônico do próprio e não de terceiros.

§ 7º É obrigação exclusiva do Atleta Inscrito o acompanhamento do pleito por meio do endereço eletrônico indicado no formulário de inscrição.

§ 8º. Somente os atletas que cumprirem o disposto neste artigo serão considerados Atletas Aptos e concorrerão ao benefício.

§ 9º. A Comissão a que se refere o art. 10 da Lei Municipal nº 5.331/2013 deverá homologar e divulgar os resultados até o último dia do mês de Janeiro de cada ano.

§ 10. Os nomes dos atletas aptos serão divulgados pela Comissão no Diário Oficial do Município.

Art. 3º - Após a publicação dos nomes dos atletas aptos no Diário Oficial do Município, estes serão considerados Atletas Contemplados.

§ 1º. Os atletas contemplados estarão sujeitos ao desligamento do programa nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 5.331/2013.

§ 2º. Os atletas contemplados, ou seu responsável legal, devem providenciar a abertura de conta para recebimento do benefício no Banco que é detentor das contas dos servidores públicos do Município de São José, a qual deve estar ativa até a data de assinatura do Termo de Adesão.

Art. 4º - Os atletas deverão comparecer na data e local informados através do endereço eletrônico disponibilizado no Formulário de Inscrição para assinatura do Termo de Adesão.

§ 1º. O Termo de Adesão deverá ser assinado por atleta ou, na impossibilidade do mesmo, por procurador reconhecido, até o décimo dia útil do mês de Fevereiro de cada ano na secretaria da Fundação de Esportes e Lazer, no caso de impossibilidade de comparecimento ao ato solene a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º. Na data da assinatura do Termo de Adesão deverá o atleta, obrigatoriamente, preencher o mesmo com seus dados bancários, juntando cópia do cartão ou comprovante do Banco, onde conste o número da Conta e a Agência, caso não o tenha feito anteriormente.

§ 3º. A concessão da Bolsa-Atleta somente gerará efeitos financeiros para cada Atleta Contemplado após a assinatura do Termo de Adesão.

§ 4º. Os Atletas que assinarem o Termo de Adesão no prazo regulamentar e tiverem seus nomes publicados no Extrato de Adesão na imprensa oficial serão considerados Atletas Bolsistas.

§ 5º. O atleta que injustificadamente não assinar o Termo de Adesão, no prazo fixado nos termos do caput e no § 1º deste artigo, terá o seu benefício cancelado.

Art. 5º - A ata de homologação dos Termos de Adesão devidamente preenchidos e firmados será assinada pela Chefe do Poder Executivo Municipal e nela deverão constar os Extratos de Adesão a serem publicados no Diário Oficial do Município.

Art. 6º - O Termo de Adesão firmado entre a Fundação de Esportes e Lazer e o atleta deverá conter:

I - a qualificação das partes;

II - a categoria, o valor total e de cada parcela da bolsa;

III - as obrigações do Atleta Bolsista;

IV - as obrigações da Fundação de Esportes e Lazer; e

V - as hipóteses de perda do benefício pelo atleta nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 5.331/2013.

Art. 7º - Após a concessão do benefício, caso seja identificada qualquer irregularidade na documentação apresentada ou no atendimento aos critérios para a concessão da Bolsa-Atleta, assegurado o prévio exercício do contraditório e da ampla defesa, poderá ocorrer o seu cancelamento, hipótese em que o atleta beneficiado ou seu representante legal estará obrigado a ressarcir a Administração Pública dos valores recebidos, devidamente atualizados, no prazo de sessenta dias, a partir da data da notificação do devedor.

Art. 8º - O atleta bolsista deverá apresentar à Fundação Municipal de Esportes e Lazer prestação de contas, até 15 (quinze) dias após o recebimento da última parcela.

§1º A prestação de contas deverá conter:

I - declaração própria ou de responsável, se menor de 18 (dezoito) anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa-Atleta foram utilizados para custear as despesas do beneficiado com sua manutenção pessoal e desportiva (ANEXO II);

II - declaração da respectiva entidade desportiva, ou da instituição de ensino no caso da categoria estudantil, atestando estar o atleta beneficiado em plena atividade desportiva (ANEXO III);

§2º Caso a prestação de contas não seja apresentada no prazo estabelecido ou, apresentada, não seja aprovada, o benefício não será renovado até que seja regularizada a pendência.

Art.9º - A não aprovação da prestação de contas obrigará o atleta ou seu responsável a restituir os valores recebidos indevidamente, nos termos do art. 7º deste Decreto.

Art. 10 - Qualquer interessado poderá impugnar a concessão da Bolsa-Atleta junto à Fundação de Esportes e Lazer, mediante requerimento, o qual deverá estar instruído com os elementos comprobatórios ou com os indícios que motivem a impugnação, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação oficial do resultado.

Parágrafo único. Formalizada a impugnação, será instaurado

procedimento administrativo competente para aferir a responsabilidade do atleta, observados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se, no que couber, o disposto na lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

Art. 11 - A Fundação Municipal de Esportes e Lazer, manterá, em seu endereço eletrônico, relação atualizada dos atletas beneficiados com a Bolsa-Atleta, informando, no mínimo, o nome, o tipo da bolsa e a modalidade desportiva.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 13 - Fica revogado o Decreto nº 1.797/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.353/2015

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. CATEGORIA DA BOLSA:

JASC ou PARAJASC	OLESC	JOGUINHOS
() 1º Colocado	() 1º Colocado	() 1º Colocado
() 2º Colocado	() 2º Colocado	() 2º Colocado
() 3º Colocado	() 3º Colocado	() 3º Colocado
MODALIDADE:		

2. DADOS PESSOAIS DO ATLETA:

Nome completo:		
CPF:		
RG: Órgão:		
Data de Nasc.:	Naturalidade:	
Endereço residencial (completo):		
Bairro:	Cidade (UF):	CEP:
Telefones (DO ATLETA):		
E-mail (DO ATLETA):		

ATLETAS MENORES DE 18 ANOS:

Nome do responsável:	CPF:
Telefone:	E-mail:

3. INSTITUIÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA:

Nome da instituição:	
Endereço da instituição:	
CNPJ:	Telefone:
Nome do técnico:	
Telefones (DO TÉCNICO):	
E-mail (DO TÉCNICO):	

4. DECLARAÇÃO

Declaro que as informações prestadas por mim são verdadeiras e que conheço os pré-requisitos fixados na Lei Municipal no 5.331, de 10 de Outubro de 2013 e dos procedimentos de inscrição fixados no Decreto nº ____/2015.

Assinatura do Atleta ou Responsável

DECRETO Nº 5.353/2015**ANEXO II
DECLARAÇÃO DO ATLETA
PRESTAÇÃO DE CONTAS:**

Nome do atleta:
Nº do Termo de Adesão:

**BOLSA ATLETA MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
DECLARAÇÃO DO (A) ATLETA**

Eu, NOME DO ATLETA, DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE EMISSÃO, ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF, inscrito sob o CPF no NÚMERO DO CPF, beneficiado com a Bolsa-Atleta na Categoria INDICAR CATEGORIA, constituída pela Lei Municipal no 5.331, de 10 de Outubro de 2013, venho por meio desta, declarar para fins de prestação de contas, que todos os recursos recebidos a título de Bolsa-Atleta, totalizando o valor de R\$ INDICAR VALOR TOTAL, foram utilizados para custear as minhas despesas de manutenção pessoal e Declaro ainda que, durante o período de recebimento da Bolsa-Atleta, mantive-me em plena atividade esportiva, participando de treinamentos e competições oficiais.

São José, DIA de Dezembro de ANO

ASSINATURA DO (A) ATLETA
NOME DO (A) ATLETA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL (se o atleta for menor de 18 anos)
NOME COMPLETO e CPF

DECRETO Nº 5.353/2015**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ENTIDADE DE PRÁTICA DO ESPORTE
PRESTAÇÃO DE CONTAS:**

Nome do atleta:
Nº do Termo de Adesão:

**BOLSA ATLETA MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
(Obrigatoriamente em papel timbrado da Entidade)
DECLARAÇÃO DE ENTIDADE DE PRÁTICA DO ESPORTE**

A ENTIDADE DE PRÁTICA DO ESPORTE, inscrita no CNPJ/MF sob o no NÚMERO DO CNPJ, com sede em ENDEREÇO COMPLETO - CEP-MUNICÍPIO/UF, vem por meio desta declarar para fins de prestação de contas, que o(a) atleta NOME DO ATLETA, DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE EMISSÃO, ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF, inscrito sob o CPF no NÚMERO DO CPF, beneficiado com a Bolsa-Atleta na Categoria INDICAR CATEGORIA, constituída pela Lei Municipal no 5.331, de 10 de Outubro de 2013:

1. Esteve regularmente inscrito nesta Entidade sob o no NÚMERO DO REGISTRO DE FILIAÇÃO, datado de DATA DA FILIAÇÃO, durante o recebimento do benefício;
2. Manteve-se em plena atividade esportiva, participando de treinamentos para futuras competições nacionais ou internacionais, durante o recebimento do benefício.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
NOME COMPLETO

DECRETO Nº 5355/2015

DECRETO Nº 5355/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANDRÉIA LIMA para exercer o cargo de Assessor I Escolar – CCM1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5356/2015

DECRETO Nº 5356/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ALEX SANDRO GOMES para o cargo em comissão de Gerente de Unidades de Conservação – CCM6, com lotação na Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 066/2015.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de dezembro de 2015.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5359/2015

DECRETO Nº 5359/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 5294 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 5294 de 02 de dezembro de 2015, que designou o servidor ANDRÉA LUIZA GRANDO para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Chefia de Gabinete - SM.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data publicação, produzindo seus efeitos no dia 31 de dezembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de dezembro de 2015.
JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5360/2015

DECRETO Nº 5360/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado LÉDIO COELHO para exercer o cargo em comissão de CHEFIA DE GABINETE - SM, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no dia 31 de dezembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de dezembro de 2015.
JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5361/2015

DECRETO Nº 5361/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DIANA WOLSKI do cargo de COORDENADOR DE TOMBAMENTO E ARQUIVO HISTÓRICO – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5362/2015

DECRETO Nº 5362/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor NEWTON SOUZA do cargo de Supervisor de Esporte Escolar – CCM 6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5363/2015

DECRETO Nº 5363/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor MARÇAL HENRIQUE SANTINI do cargo de Diretor Administrativo e Operacional – CCM 7, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5364/2015

DECRETO Nº 5364/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CAYO OLIVEIRA DE ALENCAR do cargo de Assessor I Escolar – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5365/2015

DECRETO Nº 5365/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ADELAR PEREIRA CHAVES do cargo de Supervisor da Educação de Jovens e Adultos – CCM 6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5366/2015

DECRETO Nº 5366/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JAILTO DANDOLINI BEZ FONTANA do cargo de Superintendente Adjunto da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SMA, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5367/2015

DECRETO Nº 5367/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor CARLOS ALBERTO VIEIRA do cargo de Assessor I Escolar – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5368/2015

DECRETO Nº 5368/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor AGOSTINHO PAULI do cargo de Secretário Adjunto de Serviços Públicos – SMA com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5369/2015

DECRETO Nº 5369/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor SAMUEL JOÃO ANCELMO do cargo de Assessor Técnico em Ensino - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5370/2015

DECRETO Nº 5370/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SOLANGE DE FATIMA DE SOUZA do cargo de COORDENADOR – DE GINÁSIO – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5371/2015

DECRETO Nº 5371/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora EDNA LEOPOLDO DA SILVA do cargo de Assessor VI Administrativo – CCM 6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5373/2015

DECRETO Nº 5373/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GUILHERME DIAS MACHADO do cargo de Assessor III Administrativo – CCM4, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5375/2015

DECRETO Nº 5375/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor EVANDRO DAMÁSIO MAURICIO do cargo de Assessor I Escolar – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5376/2015

DECRETO Nº 5376/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora THAYNÁ FIGUEIREDO VIEIRA do cargo de Coordenador de Contratos - CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5377/2015

DECRETO Nº 5377/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora RENATA DA SILVA MATEUS do cargo de Assessor I Escolar – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5378/2015

DECRETO Nº 5378/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora LUCIANE MELO do cargo de Assessor I Escolar – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5379/2015

DECRETO Nº 5379/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor HERBERT JOSÉ GOULART MARTINS do cargo de Assessor Técnico Jurídico – CCM 08, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5380/2015

DECRETO Nº 5380/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GILSON JOSÉ FERNANDES do cargo de Assessor II Administrativo – CCM 02, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5381/2015

DECRETO Nº 5381/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SCARLET SILVA do cargo de Supervisor de Fiscalização de Serviços e Obras – CCM 06, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5382/2015

DECRETO Nº 5382/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora VÂNIA DE FREITAS SILVEIRA do cargo de COORDENADOR – DE GINÁSIO – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5383/2015

DECRETO Nº 5383/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora CAMILA KATIELE ROSA do cargo de COORDENADOR – DE GESTÃO DE ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS – CCM 5, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5384/2015

DECRETO Nº 5384/2015
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DAIANA SILVEIRA do cargo de Coordenadora do Centro de Convivência do Idoso – CCM 5, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5385/2015

DECRETO Nº 5385/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada DAIANA SILVEIRA para o cargo em comissão de Supervisora da Cidade do Idoso – CCM 6, com lotação na Secretaria da Ação Social, nos termos da Lei Complementar nº 014 de 06 de dezembro 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETOS Nº 5388/2016 A 5537/2015

DECRETO Nº 5388/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JULIANA MENDES BUENO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5389/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora BARBARA LUIZA LUDVIG RODRIGUES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do

Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5390/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELAINE ELIANE PERES DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5391/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARILEIA BACKES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme

anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5392/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA PAULA DE AQUINO BARROS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5393/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DAIANE GONCALVES SPOLAOR GASPAR para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de

10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5394/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KARINY ANTUNES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5395/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora REGIANE CARMINATTI PIZONI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público

regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5396/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CAMILA WILWERT VALTER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5397/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora STEFANI VICENTE CAVALHEIRO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015,

com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5398/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora NADIA LILIAN BECKER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5399/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora RAFAELLA SCHEIDT ALVES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

]

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5400/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FRANCIELY VIEIRA LIVRAMENTO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5401/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA KARINA CORREA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado

homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5402/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANDRESSA PROENÇA ROSA MARQUES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5403/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora BRUNA CARLA MENEGOL para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5404/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KRYSLAINE DE MORAIS VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5405/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora THAUANY DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5406/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora VALDIRENE DA SILVA CLAUSEN para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5407/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ARLANE RODRIGUES SANTOS DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no

Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5408/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SUZANY APARECIDA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016..

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5409/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GIOVANA FEIJO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no

Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5410/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CAMILA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5411/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ISABEL RODRIGUES DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248

de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5412/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora HELOISA ADELAIDE BROGNOLI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5413/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ROSEMERI LIDIA CABRAL DUARTE para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5414/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CINTYA REGINA LENTZ DE MACHADO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5415/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GABRIELA KRETZER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5416/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARCELA DA ROCHA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5417/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora VANUZA DA SILVEIRA FARIAS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5418/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora NINA BERNAL BALCONI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5419/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MANUELLA FUCKS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5420/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANIMARA FELICIANO DA SILVA NASCIMENTO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5421/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JOICE GRAZIELA JUSTEN SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5422/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JOSIANE AMARAL VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5423/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARLI DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5424/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora EMILIANE DE BARROS DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5425/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LUSIANIA PEREIRA VARGAS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5426/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELIZABETH COELHO KIKUCHI para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5427/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MAXILENE DOS SANTOS MARTINS DO NASCIMENTO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5428/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARLUCIA CORDEIRO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5429/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JULIANA DUARTE para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5430/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LUCIANA FRANCISCO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5431/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora VANESSA ANGELINA DE CAMPOS MELO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5432/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora NATALIA CAPISTRANO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5433/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora WANEISSA BRUNA SANTOS BRITO GOMES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal
DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5434/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora THAYSE DE SOUZA PIRES para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5435/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JULIANA SOUZA DA SILVEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5436/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora BRUNA BRANDO DE MEDEIROS para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5437/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JULIANA ALVES BEZERRA DE ANDRADE para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5438/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALDA LUCIA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5439/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA PAULA MOREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5440/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DANIELA CANTUARIA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5441/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELAINE CRISTINA DE SA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5442/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JAQUELINE FERREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5443/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora PATRICIA DAVID GOMES DA ROSA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5444/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FAYGA PEREIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5445/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora AMANDA KUHNEN para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5446/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALESSANDRA DE COSTA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5447/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora EDUARDA SOUZA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5448/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO

EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora IONE TEREZINHA DOS SANTOS SCHREIBER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5449/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora RAQUEL MARTINS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5450/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO

EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor GABRIEL SOUZA COELHO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5451/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora HELENA SCHUCH para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5452/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GRASIELA FELICIANO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5453/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALEXSANDRA LUIZA GONCALVES COSTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5454/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora THAYSE BISPO DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5455/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JULIANA DAROCESKI GUEDES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5456/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora THAIZA WILWERT para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5457/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KATIA ROSILEIA CESCINETTO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro

de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5458/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SIMONE MARIA BITENCOURT para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5459/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GILIANE GUANABARA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5460/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JOCIANE APARECIDA KOVALSKI para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5461/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KARLA MARTINS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676

de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5462/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ESTELA MONICA GIMENEZ FALCAO MARTINS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5463/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora TANIA MARIA RIBEIRO DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério

na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5464/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SANDRA REGINA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5465/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FERNANDA VIEIRA MARTINS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5466/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CORINA RAMOS DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5467/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA

MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MONICA VALERIO BARRETO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5468/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CASSIANY ADRIANO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5469/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JOYCE MACIEL RASVEILER para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5470/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LIDIANE LAURECI DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5471/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FABIA SCHMITT para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5472/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JOSIANE APARECIDA FAGUNDES MELLO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5473/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora HAMANDA MORAIS PEREIRA VIEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5474/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GREICE ADELIA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5475/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIA SOLANGE COELHO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5476/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ROZANA PAMPLONA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público

regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5477/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JANAINA TEIXEIRA SCHNEIDER para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5478/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FRANCISCA MARIA NASCIMENTO GOMES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob

código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5479/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora RENATA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5480/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JANAINA ALBINO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5481/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KEDIMA COUTINHO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5482/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica

Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora RAQUEL ANDRADE para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5483/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora LAISE DOS SANTOS SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5484/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA

MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JENIFER DANIELE MAIA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5485/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALINE MARIA LIMA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5486/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora HELOISA MEDEIROS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5487/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DAIANE CATARINA CIPOLATO GOMES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5488/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELIZIANA CLAUDIA DIAS JUNCES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5489/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ROSANGELA PEREIRA CENERELI para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5490/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIANE CRISTINE CASTRO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5491/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora AMANDA SEWALD para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5492/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GRASIELLE DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5493/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SARAH ZISELIA DE AZEVEDO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015,

datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5494/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CASSIA FARIA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5495/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JESSICA LUISE SABINO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município

de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016..

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5496/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ROSENILDA HAMES BOELL para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5497/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELAINE CRISTINA COSTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5498/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora TAMIRIS CELIA FERNANDES GARCIA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5499/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora BRUNA MARQUES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5500/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIANGELA VILELA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5501/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO

EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GRASIELA MARTINS WILL NOBRE para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 5502/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELIANA DE MOURA DE JESUS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 5503/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALINE CAVALHEIRO GONCALVES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 5504/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora VANESSA DOS SANTOS GREGORIO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5505/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DEBORA REGINA ARCENIO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5506/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARLETE CARDOSO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro

de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5507/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SARA REGINA NAZARIO NOBRE para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5508/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIA CRISTINA DA SILVA VIEIRA DE MORAES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5509/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora CLAUDIA VENZON HADLICH para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5510/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DENISE TEREZINHA MARTINS JULIO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII

da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5511/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora FLAVIA DOS SANTOS ABALEM ANTONIO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5512/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GRAZIELE BONGIOLO GUSE para

exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5513/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ADRIANA BETT RIBEIRO CATANEO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5514/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que

lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DEBORA VANDA SILVA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5515/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIA ELIANE HAMMES CLASEN para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGOGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5516/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MELISSA DA COSTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5517/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5518/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALICE MARIA JONCK HAMMES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5519/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELIS CRISTINA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5520/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora GISLAINE DE SOUZA CARONI para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5521/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora BRUNA PALADINI PEREIRA MARTINS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248

de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5522/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ALINE JOHELLEN DA SILVA FREITAS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5523/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor ROBERTO ARRUDA OLIVEIRA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em

06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5524/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MYCHELLE CARNEIRO SANTANA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5525/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor ROMOALDO MULLER para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado

pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5526/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor FERNANDO BARTHOLOMAY FILHO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5527/2016
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor ACOMON FRANCISCO PEDROSA BHERING para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de

10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5528/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ANA CARINA BARON ENGEROFF para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5529/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora SIMONE VALMIRA MARIANO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São

José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5530/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora JUZELIA DE MORAES SILVEIRA para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5531/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora ELIANE CAVALHEIRO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal

da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5532/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor LUIS DEODATO RICARDO MACHADO para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5533/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o senhor GEYSON RICARDO ZILCH para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria

Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I,II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovado em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5534/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora DANIELA ELI para exercer o cargo efetivo de Orientador Educacional, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-OE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XV da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5535/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora MARIA JOSE LOZANO para exercer o cargo efetivo de Supervisor Escolar, referência A do nível 10

da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, sob código de MAG-EAE-SE do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5536/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora EMANUELA DA SILVA STRUNCK para exercer o cargo efetivo de Professor, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de DOCENTE, sob código de MAG-PROF do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, II e XII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5537/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a senhora KELLY MARIA BRASIL para

exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Ensino, referência A do nível 10 da Área de ensino 2 e 3 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-AES do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I e XXII da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006 e alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008, por ter sido aprovada em Concurso público regulamentado pelo Edital nº 004/2015, datado de 10/08/2015, com resultado homologado em 06 de novembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e depois de cumpridas, pela nomeada, as exigências previstas no Artigo 21, §1º e Artigo 23, § 1º e § 2º, da Lei Municipal nº 2.248 de 20 de março de 1991 e a Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO CONVÊNIO Nº 53/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 53/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 53/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 21.030,00 (vinte e um mil e trinta reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Clube Atlético Galo São José, com sede na Rua Adélia Schroeder Pontes, nº 253, Bairro Serraria, São José (SC), CEP. 88115-218, inscrita no CNPJ nº 18.586.929/0001-00.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Israel Francisco Silvy Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 54/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 54/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 54/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 31.250,00 (trinta e um mil duzentos e cinquenta reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Escolinha de Craques da Colônia Santa-
na – AECCS, com sede na Servidão Orlando Norberto Machado,
nº 20, Bairro Colônia Santana, São José (SC), inscrita no CNPJ nº
19.711.383/0001-34.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comu-
nitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José,
mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futebol, nos termos
do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas:3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência:31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser so-
licitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Gervásio Duarte Presidente da Conve- niente
--	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 55/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 55/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 55/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 14.910,00 (catorze mil novecentos e dez
reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à
Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Ong Ação Já, com sede na Rua Flor do Campo, nº 32,
Bairro Serraria, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 10.597.277/0001-
05.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comu-
nitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José,
mediante o custeio dos trabalhos do projeto de judô, nos termos
do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas:3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência:31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser so-
licitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Karen Eloise dos Santos Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 56/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 56/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 56/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 20.685,00 (vinte mil seiscentos e oitenta
e cinco).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à
Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Abadá Capoeira de São José, Rua Antônio
Shoeder, 1733, Bairro Bela Vista II, São José (SC), inscrita no
CNPJ nº 10.973.722/0001-86.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comu-
nitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, me-
diante o custeio dos trabalhos dos projetos de artes marciais, entre
elas: Capoeira e Boxe, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas:3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência:31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Alexandre Cidade Presidente da Conveniente
---	--	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 57/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 57/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 57/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 21.540,00 (vinte e um mil, quinhentos e quarenta reais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Cultura e Luta, com sede na Rua Antonio Shoederer, nº 1733, Bairro Bela Vista, São José (SC), CEP 88110-401, inscrita no CNPJ nº 21.190.359/0001-49.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de artes marciais, entre elas: Jiu Jitsu e Muay Thai, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Nair Martinha Cidade Presidente da Conveniente
---	--	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 58/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 58/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 58/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 16.840,00 (dezesesseis mil, oitocentos e quarenta reais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Esportiva Cultural e Social Atletas do Futuro, com sede na Rua Caleu Souza dos Santos, nº 119, Bairro Serraria, São José (SC), CEP. 88115-566, inscrita no CNPJ nº 15.058.095/0001-71.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de judô, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Franckisilene Damas Lino Presidente da Conveniente
---	--	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 59/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 59/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 59/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 16.567,00 (dezesesseis mil, quinhentos e sessenta e sete reais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Desportiva Fazenda Esporte Clube,

com sede na Rua Victor Shimitd, nº 706, Bairro Fazenda Santo Antônio, São José (SC), CEP 88104-526, inscrita no CNPJ nº 21.276.442/0001-35.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Daynara Ayana de Melo Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 60/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 60/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 60/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 22.219,00 (vinte e dois mil, duzentos e dezenove reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Clube Desportivo Independente, com sede na Rua Emidio Francisco da Silva, nº 235, Bairro Ipiranga, São José (SC), CEP 88111-560, inscrita no CNPJ nº 10.735.733/0001-28..

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de basquetebol nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Paulo Celso Di Pilla Montibello Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 61/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 61/2015/FUNESJ

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 61/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 37.718,00 (trinta e sete mil, setecentos e dezoito reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Instituto Futuro, com sede na Rua 24 de Janeiro, nº 03, Bairro Fazenda Santo Antônio, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 13.327.132/0001-74.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futebol, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Lucas Zoldan Marin Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 62/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 62/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 62/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 27.830,00 (vinte e sete mil, oitocentos e trinta reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Atlética União, com sede na Rua Maria Júlia da Luz, nº 606, Bairro Barreiros, São José (SC), CEP 88111-300, inscrita no CNPJ nº 03.758.073/0001-35.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Luiz da Silva Presidente da Conve- niente
--	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 63/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 63/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 63/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 18.590,00 (dezoito mil, quinhentos e noventa mil reais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Desportiva Sanrose, com sede na Rua Fancelina Domingos de Jesus, nº 227, Bairro Roçado, São José (SC), CEP 88108-190, inscrita no CNPJ nº 21.157.125/0001-08.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Fernanda Dias de Castro Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 64/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 64/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 64/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação de Ginástica de São José – AGIS, com sede na Rua Antônio Mariano de Souza, nº 981, Bairro Ipiranga, São José (SC), CEP 88111-510, inscrita no CNPJ nº 21.168.920/0001-93.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos do projeto de ginástica nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Laís Mayumi Matsuo Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 66/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 66/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 66/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 38.346,00 (trinta e oito mil trezentos e quarenta e seis reais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação esportiva, Cultural e Social Arte Suave, com sede na Rua Pedro Bunn, nº 801, Bairro Jardim Cidade de Florianópolis, São José (SC), CEP 88111-120, inscrita no CNPJ nº 11.801.368/0001-75.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de jiu jitsu, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Cley do Rosário Presidente da Conve- niente
--	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 67/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 67/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 67/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 17.851,00 (dezessete mil oitocentos e cinquenta e um reais)

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Jovens Atletas Peregrinos – AJAP, com

sede na Rua John Lennon, nº 1883, Bairro Areias, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 09.215.223/0001-40.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de futsal, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Jorge Luis dos Santos Candido Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 68/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 68/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 68/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 15.609,40 (quinze mil seiscentos e nove reais e quarenta centavos).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: União Catarinense de Atletismo – UCA, com sede na rua Frederico Afonso, nº 5764, Bairro Ponta de Baixo, São José (SC), CEP. 88.104-205, inscrita no CNPJ nº 18.991.412/0001-04.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comunitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de atletismo, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Liege Locatelli Piva Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO CONVÊNIO Nº 69/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 69/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 69/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 13.735,00 (treze mil setecentos e trinta e cinco reais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Centro de Educação e Treinamento Esperança – CETE, com sede na Rua São Pedro, nº 1847, Bairro Areias, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 73.249.690/0001-90.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comu-
nitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, me-
diante o custeio dos trabalhos dos projetos de futebol, nos termos
do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser so-
licitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Jonas Edison da Silva Presidente da Conve- niente
--	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 70/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 70/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 70/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos re-
ais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à
Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Sombra de Karate, com sede na Rua Jo-
aquim Vieira Padilha, nº 315, Bairro Real Parque, São José (SC),
inscrita no CNPJ nº 07.724.985/0001-47.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comu-
nitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, me-
diante o custeio dos trabalhos dos projetos de karatê, nos termos
do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser so-
licitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Luiz Adgilson Freitas Sombra Presidente da Conve- niente
--	---	---

EXTRATO CONVÊNIO Nº 71/2015/FUNESJ

EXTRATO CONVÊNIO Nº 71/2015/FUNESJ

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Orvino Coelho de Ávila, nos termos da Resolução nº 449/2015, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de sua Superintendente, Sra. Andréa Luiza Grando, celebram Termo de Convênio de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Convênio (Social)

Edital: 03/2015/FUNESJ

Número: 71/2015/FUNESJ

Valor do Instrumento: R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).

Concedente: Fundação Municipal de Esportes e Lazer, com sede à
Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campi-
nas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Conveniente: Associação Catarinense de Dança de Salão – ACADS,
com sede na Rua Frei Caneca, nº 360, Bairro Agrônômica, Fló-
ri-
nópolis (SC), inscrita no CNPJ nº 04.254.416/0001-97.

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto Comu-
nitário da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José,
mediante o custeio dos trabalhos dos projetos de dança de salão,
nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão Unidade: 18.01

Projeto/Atividade: 2.055

Elemento de Despesas: 3.3.50.41.00.00.00.80.00

Prazo de Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br.

São José, 22 de Dezembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila Prefeito Municipal em Exercício	Andréa Luiza Grando Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José	Neville Marcelo Barbo- sa Fusco Presidente da Conve- niente
--	---	--

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 300/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 300/2015. Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA. Objeto: "Dispensa de Licitação para Contratação da Empresa Betha Sistemas Ltda para locação de licença de uso de sistema de gestão pública (módulos utilizados pela Secretaria de Receita e Procuradoria Geral) em caráter emergencial". Valor total do contrato: R\$ 449.400,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos reais). Fundamento Legal: art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

PORTARIA Nº 001/2016 - SSDST

PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia Comissão de Sindicância para apurar, as reiteradas vezes que o Guarda Municipal W.F.A., matrícula 19.027, não cumpriu com o dever de servidor, conforme Art.146, II, Lei nº 2248/91 (Estatuto dos servidores municipais de São José/SC).

Art. 2º. Ficam nomeados, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5215/2013;

I – Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula. 15.714, como presidente;

II – Guarda Municipal, CAREN LUISA DOTTA COUTO, matrícula 23.202, como Secretário;

III – Guarda Municipal, TIAGO GORGES, matrícula 23.191, como Vogal.

Art. 3º. A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA Nº 002/2016 - SSDST

PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

ESTABELECE PONTUAÇÃO INDIVIDUAL E POR EQUIPES DE MONITORES DA CENTRAL INTEGRADA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO, PARA FINS DE REGISTROS DE ELOGIOS.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO que:

- Toda pessoa deve ser incentivada para o exercício de sua função social, principalmente em se tratando de trabalho voluntário, onde as pessoas doam seu tempo em prol da Comunidade;
- Aquelas que se esforçam e se destacam devem ser reconhecidas e valorizadas para incentivá-las a continuar com sua atividade;
- O serviço desempenhado na Central Integrada de Videomonitoramento Urbano é de extrema relevância para a Sociedade Josefense;
- Os Monitores, tanto de forma individual quanto em Equipe merecem ter sua atividade voluntária elogiada na medida dos seus esforços empreendidos;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer a pontuação, que será usada para fins de reconhecimento e registro de elogios, para as seguintes ocorrências:

- I - Homicídio – 20 pontos;
- II - Roubo – 15 pontos;
- III – Tráfico de Drogas – 10 pontos;
- IV – Furto Qualificado – 08 pontos;
- V - Consumo de Drogas com prisão – 03 pontos;
- VI – Apreensão de arma de fogo – 10 pontos;
- VII – Apreensão de arma branca – 07 pontos;
- VIII – Furto/vandalismo em Prédios Públicos – 08 pontos;
- IX – Indivíduo em atitude suspeita, com prisão – 07 pontos;
- X – Indivíduo com Mandado de Prisão – 06 pontos;
- XI – Consulta de Placas, com registro de furto – 03 pontos

Art. 2º. A proatividade do Monitor que, gerar prevenção do crime, terá acrescido em sua pontuação, mais 05 (cinco) pontos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 00:00 horas do dia 1º de janeiro de 2016.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 168/2015 – PROCESSO Nº 514/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 168/2015 – Processo nº 514/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NAS CENTRAIS DE GASES DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, UNIDADES MOVEIS DO SAMU/SJ, AMBULÂNCIAS DA SECRETARIA E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 05 de janeiro de 2015 às 18h00min até dia 18 de janeiro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia

18 de janeiro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

TERMO ADITIVO/TA Nº 116/2015-01 – TP 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 116/2015-01 – TP 017/2015 - Processo 236/2015 – Contratado: FAHENG – TOPOGRAFIA E GEORREFE-RENCIAMENTO S/S - ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO, EQUIPAMENTOS URBANOS E TRAPICHES, NA PRAIA DE GUARARÉMA (PONTA DE BAIXO), E ORLA FUNDOS DA CÂMARA DOS VEREADORES (CENTRO/SJ). PRORROGAÇÃO DE PRAZOS: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 116/2015 por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia posterior ao término dos prazos do contrato originário, considerando a paralisação efetuada (fls. 179). Data da assinatura: 17 de dezembro de 2015.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016
PROCESSO Nº 1/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS "EM REGIME DE URGÊNCIA" PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, DEVIDO A SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.109/2015, PROVOCADA POR IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.
CONTRATADO: POSTO CEDRO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 141.120,00 (cento e quarenta e um mil cento e vinte reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.
CONTRATADO: PANDA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.202,00 (trinta e um mil duzentos e dois reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 01/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016
PROCESSO Nº 1/2016 HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL "EM REGIME DE URGÊNCIA" PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DEVIDO A SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.19/2015, PROVOCADA POR IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
CONTRATADO: BALBINOT & FILHOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.
CONTRATADO: POSTO DA AMIZADE LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.822,00 (três mil oitocentos e vinte e dois reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.
CONTRATADO: CONTE E CONTE LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.440,00 (quatorze mil quatrocentos e quarenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02.2016

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2016
O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 02/2016, Edital de Pregão Nº 02/2016, Registro de Preço para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE MÍDIA DIGITAL, PARA SER INSTALADO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL, DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, DO DISTRITO DE PADRE RÉUS E DO DISTRITO DE MARIFLOR, VISANDO A VEICULAÇÃO DE COMERCIAIS, CONTEMPLANDO AS AÇÕES DE SAÚDE EM REDE, PARA O ANO DE 2016. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 26/01/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 26/01/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº02/2016, Edital de Pregão Nº02/2016, Objeto: aquisição de peças e contratação de serviços mecânicos para realizar reforma geral do caminhão mb 27/26, placa mki-2553 do departamento de transportes e obras. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 14:00 horas do dia 21/01/2016. Abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 21/01/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 - PR Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/01/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE ALTA PRESSÃO PARA AR RESPIRÁVEL TANTO PARA CILINDROS DE MERGULHO QUANTO PARA CILINDROS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA PARA UTILIZAÇÃO DO 5º PELOTÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 04 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.305, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.305, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

Dá posse aos membros eleitos do Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 42, da Lei nº 1.827, de 25 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam empossados, na forma da Lei, os cidadãos a seguir relacionados, como membros eleitos e respectivos suplentes ao Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste, criado através da Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009:

I - Membros titulares:

- a) Teresinha Aparecida Peres Mattei;
- b) Selvina Wesolovski;
- c) Altair Borges;
- d) Anirto Pereira Apolinário;
- e) Débora Flor.

II - Membros suplentes:

- a) Vanderleia Goulart Rambo;
- b) Cibelle Karina Lopes Pereira Tenutti;
- c) Tanea Vilanova Frare;
- d) Franssyuzzy Romyelly Milkievicz;
- e) Neusa Terezinha Gobbi;
- f) Luciane da Silva;
- g) Delcia Maria Freitas.

Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros será de 04 (quatro) anos a contar da data de sua diplomação.

Art. 2º As despesas decorrentes da posse e nomeação dos membros efetivos do Conselho correrão por conta do Orçamento do Fundo Municipal de Direitos da Criança e Adolescente em execução.

Art. 3º O Conselho Tutelar será regido pela Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009, subordinado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e seus respectivos Regimentos Internos de Funcionamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2016.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES

O Prefeito Municipal de SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, GERALDINO CARDOSO, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que na conformidade do art. 34, da Lei nº 8666/93 e demais normas de Direito Público aplicáveis, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL como Fornecedor e/ou Prestador de Serviços da Administração Pública Municipal de São Lourenço do Oeste - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações e Compras, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min, pelo fone (49) 3344-8564 ou no site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 - ICSL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, e suas alterações posteriores, TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições e define normas para o Processo Seletivo Público de Títulos visando a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para este ano de 2016, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 85, de 08 de outubro de 2007, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital:

1. DAS FUNÇÕES, HABILITAÇÃO, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL E DO VENCIMENTO:

1.1. O Processo Seletivo Público destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste Edital e das que ocorrerem dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

1.2. As funções, escolaridade, requisitos para investidura, vagas, carga horária e vencimentos, objeto deste Processo Seletivo, estão descritos na tabela n.º 1.3 deste Edital:

1.3. Funções de Nível Médio:

NOME DA FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	Nº. DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO
Instrutor de Artes Cênicas I	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Teatro.	01	10	R\$ 329,90
Instrutor de Artes Visuais	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Pintura em Tela.	01	20	R\$ 659,81

1.4. Atribuições para Instrutor de Artes Cênicas I:

1.4.1. Organizar, coordenar e executar oficinas específicas de teatro, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos, promovendo a inserção social e cultural através da história e das teorias sobre o teatro no mundo;

1.4.2. Interpretar textos teatrais e literários.

1.5. Atribuições para Instrutor de Artes Visuais:

1.5.1. Organizar, coordenar e executar as oficinas específicas de Pintura e Desenho, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos;

1.5.2. Proporcionar a experiência com técnicas diversas de pintura, levando o aluno a desenvolver a capacidade de pesquisa e criação através da arte;

1.5.3. Realizar trabalhos de utilização da pintura como forma de expressão da criatividade e da subjetividade;

1.5.4. Permitir que o aluno manifeste, através da arte, seu modo de perceber o mundo, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e criação, proporcionando a experiência com técnicas diversas;

1.5.5. Proporcionar ao aluno a educação do olhar através da observação, permitindo um criar espontâneo e desenvolvendo o pensar crítico acerca das atividades desenvolvidas;

1.5.6. Proporcionar o aprendizado de diversas técnicas e temáticas sobre desenho.

1.6. Será acrescido ao valor do vencimento do servidor admitido mediante o presente Processo Seletivo, a seguinte vantagem financeira: Vale Alimentação, no valor de R\$ 298,65 (duzentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com o que dispõe a Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1. A participação no Processo Seletivo Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

2.2. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e eventuais Termos Aditivos, bem como de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste e no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.3. O candidato poderá fazer sua inscrição pessoalmente ou por procuração, registrada em Cartório.

2.4. No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

a) Ter nacionalidade brasileira;

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

c) Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

d) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da contratação.

2.5. A inscrição será efetuada gratuitamente, mediante o preenchimento de Requerimento de Inscrição padronizado, disponibilizado pelo Instituto Cultural de São Lourenço, no período compreendido entre os dias 27/01/2016 a 29/01/2016 das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, horário oficial de Brasília, na sala do Instituto Cultural de São Lourenço, no endereço: rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89.990-000.

2.6. São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados cadastrais informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

2.7. Para realizar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

a) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição;

b) conferir atentamente os dados informados;

c) apresentar os seguintes documentos:

2.7.1. Obrigatoriamente:

- a) Cópia da Carteira de Identidade;
- b) Cópia do Título de Eleitor e comprovação de quitação eleitoral (comprovante de votação da última eleição ou certidão da Justiça Eleitoral);
- c) Cópia do comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- d) Cópia do CPF;
- e) 01 foto 3x4 recente, tirada de frente;
- f) Cópia e original de Histórico Escolar do Ensino Médio devidamente registrado.

2.7.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato às vagas de Nível Médio:

- a) Cópia e original de Certificados de capacitação na área de inscrição, de acordo com o previsto no campo "Habilitação" da tabela nº 1.3 deste Edital, sendo que a ausência de comprovação de conhecimento na área específica da inscrição acarretará na desclassificação do candidato;
- b) Comprovante de tempo de serviço (Carteira de Trabalho assinada, ou contrato administrativo, certidão de tempo de serviço ou portaria de nomeação com ente público) que comprove a experiência na área de inscrição;
- c) Contrato particular, na área de inscrição firmado com instituição(ões) ou empresa(as) (cujo objeto social seja compatível com a área de inscrição), a(s) qual(is) prestou serviços, ou por entidades locais devidamente constituídas, que testemunhem a atuação na área, tais como: LIONS, LEO, Direções de escolas onde houve atuação, dentre outros.

2.8. Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital.

2.9. No caso de cancelamento da inscrição, com base no disposto no item 2.8, serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelos Correios, fac-símile ou por qualquer outro meio não descrito neste Edital.

2.11. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.12. Será permitida a inscrição para as duas funções, tendo em vista que não será ultrapassada a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

2.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alterações, a não ser o decorrente de mudança de endereço que poderá ser feito por correspondência eletrônica ou correspondência registrada via postal, enviada ao Instituto Cultural de São Lourenço, localizado na rua Via Parque, s/n, anexo ao Centro de Eventos, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89.990-000.

2.14. Todas as funções descritas neste Edital podem ser exercidas por pessoas de ambos os sexos.

2.15. O inteiro teor do Edital estará disponível no Instituto Cultural de São Lourenço, pavimento inferior do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, neste Município, afixado no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste, sito à rua Duque de Caxias, nº 789, no Município de São Lourenço do Oeste/SC e no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br), a partir do dia 05 de janeiro de 2016.

3. DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas pela Comissão de Processo Seletivo a partir do dia 02 de fevereiro de 2016.

3.2. O candidato que tiver sua inscrição indeferida poderá entrar com pedido de reconsideração, endereçado à Comissão de Processo Seletivo, por meio de requerimento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da divulgação do resultado, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente ao da publicação da lista, no horário: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

3.3. Após a análise dos eventuais pedidos de reconsideração de inscrição, a Comissão de Processo Seletivo homologará as inscrições.

3.4. O ato de homologação será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste (sito à rua Duque de Caxias, nº 789, centro deste Município), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), onde estarão indicados o nome do candidato, o número de inscrição e a função para a qual se inscreveu, bem como serão divulgadas a relação das inscrições indeferidas.

4. DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

4.1. Da Pontuação:

4.1.1. Para Instrutor de Artes Cênicas I:

- a) Serão atribuídos 100 pontos para Diploma de Graduação em Artes Cênicas (Licenciatura ou Bacharelado);
- b) Serão atribuídos 50 pontos para Curso Técnico em Teatro, ou Formação em Artes Dramáticas. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- c) Serão atribuídos 50 pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Artes Cênicas (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- d) Serão atribuídos 50 pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de Artes Cênicas, Contação de Histórias, Cenografia e/ou Literatura Dramática ou Direção de Espetáculos;
- e) Serão atribuídos 05 pontos para cada 40 horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que contenha a grade curricular e disciplinas cursadas na área de Teatro, Contação de Histórias, Cenografia, Literatura Dramática e Direção de Espetáculos ou cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400 (horas);
- f) Será atribuído 01 ponto para cada 06 (seis) meses de tempo de serviço prestado na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo Teatral, Escolas Técnicas em Artes Dramáticas, Circo e Cias de Teatro (devendo ser apresentado o CNPJ da empresa, dispensando-se este em caso de notório reconhecimento público da mesma), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição não serão cumulativos.

4.1.2. Para Instrutor de Artes Visuais:

- a) Serão atribuídos 100 pontos para Diploma de Graduação em Artes-Visuais, Educação Artística, Arte-Educação (Licenciatura ou Bacharelado);

- b) Serão atribuídos 50 pontos para Curso Técnico em Desenho Artístico, Pintura em Tela, ou Formação em Artes Visuais por Escola de Artes. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- c) Serão atribuídos 50 pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Artes-Visuais, Educação Artística, Arte-Educação (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- d) Serão atribuídos 50 pontos para portadores de diploma de Pós-Graduação em áreas relativas ao ensino de Artes;
- e) Serão atribuídos 05 pontos para cada 40 horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que contenha a grade curricular e disciplinas cursadas na área de desenho, gravura, pintura, história da arte e/ou cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400 (horas);
- f) Será atribuído 01 ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo das Artes Visuais, Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

4.2. Da Classificação:

4.2.1. A classificação dar-se-á em ordem decrescente, de acordo com o número de pontos obtidos, conforme os critérios estabelecidos no item 4.1.

4.2.2. No caso de empate, a classificação levará em conta a maior pontuação obtida no critério "capacitação comprovada na área de inscrição"; persistindo o empate, serão utilizados os seguintes critérios:

- a) Nível de Formação;
- b) Parecer da Comissão Julgadora.

5. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

5.1. O resultado do Processo Seletivo será publicado por Edital, a partir do dia 05 de fevereiro de 2016, no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste (sito à rua Duque de Caxias, nº 789, centro deste Município), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saoulourenco.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

6. DOS RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

6.1. Somente haverá revisão dos pontos atribuídos ao candidato, mediante requerimento fundamentado, com protocolo na sede do ICSL, sito na Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, Pavimento Inferior em anexo ao Centro de Eventos, neste Município, dirigido à Comissão de Processo Seletivo Público, que após análise das justificativas deliberará.

6.2. O prazo de interposição de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de divulgação do resultado, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente.

6.3. No pedido de recurso deverá constar o nome do candidato, número de inscrição, endereço e a alegação fundamentada do recurso.

6.4. Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

6.5. Se dos exames de recursos resultar em alteração de classificação, será publicada nova lista classificatória.

6.6. Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo.

6.7. Após a análise de eventuais recursos, o Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço homologará o resultado final do Processo Seletivo.

6.8. O ato de homologação será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste (sito à rua Duque de Caxias, nº 789, centro deste Município), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saoulourenco.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

7. DA ADMISSÃO

7.1. A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Instituto Cultural de São Lourenço preencherá as vagas conforme for necessário.

7.2. Para fins de admissão, o candidato quando convocado para o preenchimento da vaga deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentar à Gerência de Recursos Humanos e Capacitação do Município de São Lourenço do Oeste/SC, os seguintes documentos, sob pena de perder a vaga, passando para o chamamento/designação do próximo classificado:

7.2.1. Cópias:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- c) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- d) Certidão de filhos menores de 14 anos;
- e) CPF;
- f) Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação, conforme detalhado no item 2.7.1, "f", para candidatos a vagas de Nível Fundamental e 2.7.1, "g", para candidatos às vagas de Nível Médio;
- h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- i) Nº do PIS ou PASEP;
- j) Nº Conta na Caixa Econômica Federal (conta salário);
- k) Tipagem sanguínea.

7.2.2 - Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental expedido por médico indicado pelo Instituto Cultural de São Lourenço;
- b) Declaração de Bens;
- c) Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;
- d) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);

- e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
f) 01 foto 3x4 recente.

7.3. Os servidores admitidos mediante o presente processo seletivo serão submetidos ao Regime Jurídico Estatutário do Município de São Lourenço do Oeste, estabelecido pela Lei Complementar nº 118/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Lourenço do Oeste), conforme dispõe o art. 21, §1º, da Lei Complementar nº 81/2007.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Este Processo Seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2016.

8.2. As contratações de que tratam este Edital terão vigência até 31 de dezembro de 2016, ou, até a conclusão do plano de trabalho do respectivo cargo, ou, até eventual provimento de referidos cargos mediante concurso público, o que ocorrer primeiro.

8.3. O Instituto Cultural poderá revogar ou rescindir as contratações oriundas deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, na hipótese de verificação de descumprimento das obrigações relativas ao cargo ou ineficácia no exercício das atribuições, ou em eventuais casos de não preenchimento de um número mínimo de alunos interessados nas oficinas, sempre a bem do interesse público, com base em critérios de conveniência e oportunidade.

8.4. O desaparecimento dos motivos ou o atendimento integral das demandas que justificaram as contratações nos termos deste Edital, ocorridos antes do termo final de vigência dos contratos, implicarão na rescisão do contrato pelo Instituto Cultural de São Lourenço.

8.5. De acordo com os interesses e/ou necessidades do Instituto Cultural de São Lourenço, o pessoal contratado mediante o presente Edital, poderá ter sua carga horária alterada, para mais ou para menos, bem como a contratação poderá se dar para carga horária diversa daquela prevista neste Edital, sendo que em qualquer das hipóteses, o vencimento será proporcional à carga horária.

8.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste, SC, 05 de janeiro de 2016.

LAURI ALBERTO CENTENARO

Presidente da Autarquia em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 025/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 016/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BRAVA CONSTRUÇÕES LTDA. ME, CNPJ nº 07.830.558/0001-43.

Objeto: Prorrogar os prazos de vigência e execução do Contrato nº 025/2015, de 12/08/2015, pelo lapso de 15 (quinze) dias cada, em razão do atraso na entrega das muretas, estas que foram executadas pelo Município, pois não constavam do Contrato originário; e aditar o valor global do Contrato nº 025/2015, de 12/08/2015, em R\$ 1.741,73 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos), o que corresponde a 1,62 % (um vírgula sessenta e dois por cento) do valor global inicialmente contratado.

Valor Aditado: R\$ 1.741,73 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e setenta e três centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo serão custeadas com recursos próprios e correrão por conta do exercício financeiro de 2015, sob as seguintes rubricas orçamentárias financeiras de 2015.

Rubrica orçamentária: a) D - (49/2015) 13.01.10.301.4506.1.064.4.4.90.00.00.00.00.01.0038 - Implantação de Academia de Saúde; b) D - (4/2015) 13.01.10.301.4506.1.064.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Implantação de Academia de Saúde.

Data de Assinatura: 07/12/2015.

Vigência: de 11/01/2016 a 26/01/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Guilherme Sobieray Szymanski - pela Contratada.

PORTARIA Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2016 - ICSL

PORTARIA Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Constitui a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 001/2016, e dá outras providências.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, incisos XV e XXI, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001, de 05 de janeiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, a seguir relacionados, para comporem a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 001/2016, responsável pela execução do Processo Seletivo, aberto pelo Edital nº 001, de 05 de janeiro de 2016, para a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para este ano de 2016:

I - Lilyan Trindade dos Santos, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1751/01;

II - Tiago Luiz Pereira, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº 3006/01;

III - Everton Luiz Lovera, ocupante do cargo de Articulador de Atividades Culturais, matrícula nº 1203;

IV - Reinaldo Francisco Guerra Júnior, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, matrícula nº 3007/01;

V - Lenir Fátima Cruzetta, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3062/02.

Parágrafo único. Os membros da Comissão nomearão, entre seus representantes, um Presidente, que será o responsável pela apresentação

da classificação dos candidatos do Processo Seletivo nº 001/2016.

Art. 2º A Comissão de Processo Seletivo, nomeada por esta Portaria, somente poderá atuar com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 4º Compete à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 001/2016, aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados em relação do Processo Seletivo nº 001/2016, do Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de janeiro de 2016.

LAURI ALBERTO CENTENARO

Presidente da Autarquia em Exercício

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 - ICSL.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 - ICSL.

O INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo seu Presidente em exercício, o Sr. Lauri Alberto Centenaro, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 038/2015, de 21/12/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 30/12/2015 - edição 1900 - pág. 434, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2015, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 - ICSL.

Termo de Rescisão ao Contrato nº 035/2015, de 11/12/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 022/2015, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 006/2015.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: DISUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. ME, CNPJ nº 09.535.096/0001-67.

Objeto: Rescindir amigavelmente o Contrato nº 035/2015, de 11/12/2015, tendo em vista que o transporte não foi realizado em virtude de que o evento foi cancelado devido as instabilidades climáticas.

Data de Assinatura: 21/12/2015.

Signatários: Lauri Alberto Centenaro (Presidente da Autarquia em exercício) - pela contratante e Dilmar Bauer - pela Contratada.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 - ICSL.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 - ICSL.

O INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo seu Presidente em exercício, o Sr. Lauri Alberto Centenaro, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 039/2015, de 21/12/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 30/12/2015 - edição 1900 - pág. 434, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2015, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015 - ICSL.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 028/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2015.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Projetel Materiais Elétricos Ltda. EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: Aditar a quantidade dos itens 36 e 37 do Contrato nº 028/2015, de 30/11/2015, em 9 horas e 65 horas, respectivamente, em razão do aumento da mão de obra empregada na ornamentação natalina de 2015, devido às condições climáticas instáveis que causaram danos à estrutura montada, tendo que a Contratada empenhar esforços para sanar os danos imprevistos e manter a estrutura funcionando para que a decoração natalina ficasse pronta para a abertura das festividades.

Valor Aditado: R\$ 4.626,00 (quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

Dotação Orçamentária: D - 02/2015 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.1000 - Manutenção das atividades do Instituto Cultural de São Lourenço; D - 03/2015 - 17.01.13.392.4516.2.031.4.4.90.00.00.00.00.1000 - Manutenção das atividades do Instituto Cultural de São Lourenço.

Data de Assinatura: 21/12/2015.

Vigência: de 21/12/2015 a 31/12/2015.

Signatários: Lauri Alberto Centenaro (Presidente da Autarquia em exercício) - pela contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de Merenda Escolar e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 15/01/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 04 de janeiro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de material escolar, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 15/01/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 04 de janeiro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PRESSOS 29/2015.**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 1/7

Processo Nº.: 72/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2015**

No dia 18 do mês de Dezembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, 210, bairro Centro, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). GILNEI ANTONIO GUTH, inscrito no CPF sob o nº. 469.398.579-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 47/2015, Processo Licitatório nº. 72/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisição de combustíveis para os veículos e máquinas da Municipalidade, conforme itens e valores expressos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
621	POSTO CHARNOSKI LTDA	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
POSTO CHARNOSKI LTDA	04.408.359/0001-53	ELENA SCHARNOSKI	942.247.819-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Aquisição de combustíveis para os veículos e máquinas da Municipalidade, conforme itens e valores expressos.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 621 - POSTO CHARNOSKI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Gasolina Comum	Lts		50.000,000	3,7100	185.500,00
2	DIESEL S 10.	Li		106.000,000	3,1000	328.600,00
3	DIESEL S500.	Li		150.000,000	2,9300	439.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 2/7

Processo Nº.: 72/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 3/7
Processo Nº.: 72/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**Processo Nº.: 72/2015****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 5/7
Processo N°.: 72/2015
PREGÃO PRESENCIAL N°. 47/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 6/7
Processo Nº.: 72/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 7/7
Processo N°.: 72/2015
PREGÃO PRESENCIAL N°. 47/2015

CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel da Boa Vista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 18 de Dezembro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

POSTO CHARNOSKI LTDA

CNPJ: 04.408.359/0001-53 _____

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.535/2015 - CANCELA A NUMERAÇÃO SEQUENCIAL DE LEI MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.535/2015

CANCELA A NUMERAÇÃO SEQUENCIAL DE LEI MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem os incisos VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelada a numeração de Lei Municipal nº 7.106/2015, em razão de falha do sistema de controle de numeração da Lei do Município, considerando que referida numeração não restou utilizada.

Art. 2º A numeração sequencial constante do "caput" do artigo 1º do presente Decreto, não poderá ser utilizada, ficando sem efeito a utilização para quaisquer fins.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC

Em, 30 de dezembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FÁVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº 159/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 159/2015

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009-2.059– Funcionamento e Manutenção da Vigilância em Saúde R\$ 1.500,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.02.0066 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.02.0066 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 160/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº 160/2015

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009-2.062– Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária Municipal R\$ 1.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº161 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº161 /2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 929/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 5.070,00 (Cinco mil e setenta reais) por conta do excesso de Arrecadação de recursos do NASFI.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.061 – Funcionamento e Manutenção do Co-Financiamento R\$ 5.070,00

3.1.90.00.00.00.00.0002.0772 – Aplicações Diretas R\$ 5.070,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº162 /2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº162 /2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 929/2014:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 15.650,00 (Quinze mil seiscientos e cinquenta reais) por conta do excesso de Arrecadação de recursos do PSF/PROVAB.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.055 – Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 15.650,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 15.650,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº156/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº156/2015

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 1021/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 336.485,00 (Trezentos e trinta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais) nas dotações abaixo identificadas:

01 – CÂMARA MUNICIPAL

01.01.1.31.0001.2.001 – Func. e Manut. da Câmara Municipal R\$ 30.000,00 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.47.122.0002.2.002 – Func. e Manut. do Gabinete do Prefeito

E do Vice_Prefeito R\$ 37.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.004 – Func. e Manut. Da Secretaria de Adm. Finanças e Planejamento R\$ 73.000,00

3.1.91.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.077 – Func. e Manut. da Coordenadoria De Obras R\$ 43.000,00

3.1.91.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01.15.452.0010.2.078 – Func. e Manutenção da Coordenadoria De Serviços Públicos R\$ 17.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.0004.2.016 – Func. e Manut. da Ed. Infantil R\$ 6.000,00 3.1.91.00.00.00.00.0.1.018.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manut. do Ensino Fund. R\$ 91.985,00

3.1.91.00.00.00.00.0.1.161.0 – Aplicações Diretas R\$ 9.800,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.161.0 – Aplicações Diretas R\$ 82.185,00

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 – Func. e Manut. da Agricultura R\$ 11.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

08 – ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.0011.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$ 5.000,00

3.2.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08.01.28.845.0011.2.086 – Contribuição ao Pasep R\$ 22.500,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 22.500,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 336.485,00 (Trezentos e trinta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais) nas dotações abaixo identificada:

02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.0002.2.003 – Func. e Manut.da Defesa Civil R\$ 9.946,00

3.3.90.00.00.00.00.0.0.0.0 – Aplicações Diretas R\$ 9.946,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.0003.2.007 – Aquisição de Equipamentos de Informática R\$ 18.987,00

4.4.90.00.00.00.00.0.0.0.0 – Aplicações Diretas R\$ 18.987,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0005.2.025 – Func. e Manut. do Esporte Amador R\$ 26.826,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 16.826,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manut. do Ensino Fund. R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.018.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

05 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2.036 – Func. e Manut. da Assist. Social R\$ 7.101,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 3.101,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

05.02.8.243.0007.2.039 – Manutenção de Programas R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

05.02.8.241.0007.2.037 – Apoio ao Idoso R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

05.02.8.243.0007.2.038 – Manutenção das Creches R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

05.03.8.243.0014.2.091 – Manutenção do Fundo Municipal Da Criança e Adolescente R\$ 24.660,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.390.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 14.660,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 9.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 4.215,00

3.3.50.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.285,00

06.02.23.695.0008.2.047 – Func. e Manut. do Turismo R\$ 3.992,00

3.1.91.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.992,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.068 – Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 5.237,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.237,00

07.01.15.452.0010.1.091- Drenagem Pluvial R\$ 57.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

07.01.6.182.0010.2.076 – Segurança no Trânsito R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

13 – SECRETARIA DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.15.1.094 – Func. e Manut. da Secretaria de Água e Saneamento Básico R\$ 154.736,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 17.971,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 17.856,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 118.909,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº157/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº157/2015

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 1020/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.055 – Func. e Manut. do PSF R\$ 35.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.002.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.1.002.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

11.01.10.301.0009.2.056 – Func. e Manut. da Coordenadoria

Da Saúde R\$ 42.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.002.0 – Aplicações Diretas R\$ 42.500,00

11.01.10.30.0009.2.057 – Func. e Manut. da Saúde Bucal R\$ 9.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.002.0 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

11.01.10.301.0009.2.092 – Func. e Manut. do PACS R\$ 13.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.002.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.1.002.0 – Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) nas dotações abaixo identificada:

13 – SECRETARIA DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

13.03.17.512.15.1.094 – Func. e Manut. da Secretaria de Água e Saneamento Básico R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

PREFEITO MUNICIPAL

Seara

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2015

Dispensa de Licitação nº. 153/2015.

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Justificativa: Visando propiciar a efetiva publicação de atos oficiais dos órgãos municipais, o município procede a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93, art. 24, XIII e XVI

Fornecedor: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Valor: R\$ 14.280,00

Seara, SC, 29 de dezembro de 2015.

Henrique Joacir Carlos Fabrin

Prefeito Municipal em Exercício

Serra Alta

PREFEITURA

RELAÇÃO DE COMPRAS DEZEMBRO 2015-FMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTARelação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DENTAL OESTE EIRELI EPP	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA composta de: Cadeira Odontológica, apoio de braços com movimento escamoteável, mecanismo de cabeça bi-articulado, movimentos sincronizados e base sem necessidade de fixação ao piso. Estofamento sem costura, espuma mais espessa e anatômica, pedal comando multifuncional separado da cadeira - JOYSTIC - com temporizador de água na cuba. Acionamento dos movimentos da cadeira em sistema deslizante com 4 movimentos individuais mais quatro automáticos: VZ, PT1 e PT2 programados pelo profissional, LP, acionamento do refletor. Unidade Auxiliar - Acoplada a cuspeira, braço auxiliar para unidade sugadora com 01 sugador e uma entrada para bomba a vácuo (sistema de sucção Venturi 6,3mm), e com giro rebatível de 45 graus. Refletor fixo a sucção, com intensidade de luz variável de 22.000(+/- 15%) a 6.000 lux, pega mãos bilaterais. Mesa Borden ACOPLADO pneumática com quatro manguelras Borden com registro de água, 01 seringa, 03 F com mangueira, pega mão anatômico para destro e canhoto, regulador externo de água e ar do spray. Suporte das pontas integrado a mesa do equipo, com 5 entradas (seringa triplice, 2 para alta rotação, baixa rotação e 2 entrada para possível instalação de mais uma peça de mão) sem ser a parte da mesa. Travamento pneumático da mesa. Bandeja auxiliar com bordas, em aço inoxidável, com bordas, uma unidade por conjunto que seja compatível com o tamanho da mesa borden. Caba da cuspeira em porcelana. COMPRESSOR ODONTOLÓGICO com capacidade maior que 50 litros, com potência de 2,0HP, silencioso, capacidade para 3 consultórios. AQUECEDOR PORTÁTIL DE AMBIENTE, TIPO TERMOVENTILADOR AR CONDICIONADO COM CLIMATIZAÇÃO QUENTE/FRIO COM NO MÍNIMO 12.000 BTUS; TIPO: SPLIT; INSTALADO E FIXADO NA PAREDE, COM GARANTIA MÍNIMA DE 6 MESES. AR CONDICIONADO COM CLIMATIZAÇÃO QUENTE/FRIO COM NO MÍNIMO 24.000 BTUS; TIPO: SPLIT; INSTALADO E FIXADO NA PAREDE, COM GARANTIA MÍNIMA DE 6 MESES. ARMÁRIO VITRINE CONFECIONADO EM AÇO/FERRO PINTADO, COM DUAS PORTAS E LATERAIS DE VIDRO. FUNDO PODENDO SER DE MADEIRA MDF. TAMANHO MÍNIMO 1,80X0,75CM. ARQUIVO DE AÇO PARA PASTA SUSPensa, CHAPA 24, COM 3 GAVETAS E COM DESLIZAMENTO DA GAVETA COM TRILHO TELESÓPICO. BALDE A PEDAL/LIXEIRA EM AÇO INOXIDÁVEL COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 15 LITROS. BEBEDOURO/ PURIFICADOR REFRIGERADO, TIPO PRESSÃO COLUNA CONJUGADA AÇO INOX, COM FILTRO.		1,000	16.150,0000	16.150,00
DENTAL OESTE EIRELI EPP			1,000	2.350,0000	2.350,00
GESUL COMERCIAL LTDA			1,000	117,0000	117,00
GESUL COMERCIAL LTDA			1,000	1.790,0000	1.790,00
GESUL COMERCIAL LTDA			2,000	2.500,0000	5.000,00
GESUL COMERCIAL LTDA			1,000	800,0000	800,00
GESUL COMERCIAL LTDA			1,000	500,0000	500,00
GESUL COMERCIAL LTDA			4,000	184,0000	736,00
GESUL COMERCIAL LTDA			2,000	960,0000	1.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GESUL COMERCIAL LTDA	CADEIRA COM BASE GIRATÓRIA A GÁS DE 5 HASTES COM PINO, COM ASSENTO COMPENSADO MULTILAMINADO 12MM E ESPUMA INJETADA DE 45 MM, ENCOSTO ESPUMA INJETADA 40 MM, REVESTIDOS EM VINIL / CORVIN, BRAÇO EM POLIPROPILENO COPOLIMERO INJETADO COM REGULAGEM DE ALTURA COM BOTÃO TOTALIZANDO 7 POSIÇÕES E 85 MM DE CURSO, MECANISMO FLANGE DE APOIO DA CADEIRA COM "L" REGULÁVEL PARA ALTURA E ENCOSTO REGULAGEM FEITA POR REGULADOR INJETADO EM NYLON E REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO E TRAVAMENTO POR MANIPULO, ACABAMENTO EM PINTURA A PÓ DO TIPO HÍBRIDA COM CAMADA DE 60 MICRONS E COM SUPERFÍCIES METÁLICAS PREPARADAS PREVIAMENTE ATRAVÉS DE TRATAMENTO COM FOSFATO DE ZINCO, COR PRETA		5,000	229,0000	1.145,00
GESUL COMERCIAL LTDA	ESTANTE DE AÇO COM CAPACIDADE DE SUPORTAR NO MÍNIMO 100KG, COM 06 PRATELEIRAS, MEDINDO ALT. 1,98 X LARG. 0,90 X PROF. 0,30; CHAPA 24MM, COM REFORÇO, NA COR BRANCA.		4,000	274,0000	1.096,00
GESUL COMERCIAL LTDA	IMPRESSORA MONOCROMÁTICA LASER VELOCIDADE DE 33 PPM, RESOLUÇÃO 1200X1200, 128 MB MEMÓRIA, PROCESSADOR DE 800 MHZ, CICLO MENSAL DE 50.000 PÁGINAS, CONECTIVIDADE USB E REDE GIGABITE ETHERNET 10/100/1000, PRIMEIRA IMPRESSÃO EM 8 SEGUNDOS, COM WIRELESS.		2,000	790,0000	1.580,00
GESUL COMERCIAL LTDA	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL / COPIADORA / SCANNER / FAX A LASER MONOCROMÁTICA, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 20 PPM, RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 600X600, RESOLUÇÃO SCANNER 1200X1200; RESOLUÇÃO DE CÓPIA 600X600 ATÉ 99 CÓPIAS; PAINEL DE CONTROLE LCD DE 2 LINHAS; PROCESSADOR DE 600W, MEMÓRIA 128 MB, INTERFACE USB E REDE, FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.		1,000	1.279,0000	1.279,00
GESUL COMERCIAL LTDA	NOBREAK COM POTENCIA DE NO MÍNIMO 1000 VA E 500W COM 02 BATERIAS 5AH/12V, ENTRADA BIVOLT E SAÍDA 120 V, 6 TOMADAS, LEDS DE INDICAÇÃO, 02 ANOS DE GARANTIA.		4,000	580,0000	2.320,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	ARMÁRIO 02 PORTAS COM CHAVE; EM CHAPA DE 15 MM DE MELAMINICO, NO MÍNIMO ALT. 1,80 X LARG 0,75CM, 3 PRATELEIRAS INTERNAS, COR BRANCO		3,000	588,0000	1.764,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	MESA PARA COMPUTADOR MEDINDO NO MÍNIMO 1,10X0,68X0,75, COM TECLADO RETRÁTIL, SUPORTE DUPLO PARA CPU MÓVEL, MELAMINICO CHAPA NO MÍNIMO 15MM, PÉS DUPLOS EM AÇO REFORÇADO, COR CINZA.		1,000	375,0000	375,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	MESA PARA ESCRITÓRIO FORMATO EM "L", confeccionada em melamínico chapa de 15mm, pés duplos em aço reforçado, medindo no mínimo 1,20X0,68X0,75 mais ângulo mais Mesa 1,00X0,68X0,75 com 03 gavetas e chave, toldado retrátil com suporte duplo para CPU móvel.		3,000	770,0000	2.310,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	MESA PARA IMPRESSORA COM NO MÍNIMO LARG. 0,50XPROF. 0,40XALT.0,70CM, COM PERNAS EM AÇO PARTE SUPERIOR 20X30 E PARTE INFERIOR 30X50, EM TUBO EM AÇO DE 29X58 VERTICAL, PÉS NIVELADOR, COR BRANCO, CONFECCIONADA EM MADEIRA MDP/MDF.		1,000	148,0000	148,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	MESA PARA IMPRESSORA COM NO MÍNIMO LARG. 0,80XPROF. 0,60XALT.0,70CM, COM PERNAS EM AÇO PARTE SUPERIOR 20X30 E PARTE INFERIOR 30X50, EM TUBO EM AÇO DE 29X58 VERTICAL, PÉS NIVELADOR, COR BRANCO, CONFECCIONADA EM MADEIRA MDP/MDF.		1,000	195,0000	195,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	<p>MICROCOMPUTADOR COM NO MÍNIMO AS SEGUINTEES</p> <p>ESPECIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PROCESSADOR DE 3.6 GHZ - CACHE INTELIGENTE DE 3 MB - BOX - SOQUETE 1150 - 2 NÚCLEOS - LITOGRAFIA 22NM - PLACA MÃE CHIPSET 81, SOQUETE 1150, SUPORTA MEMÓRIA DE 1600 MHZ E SUPORTA ATÉ 16 MB, 2XUSB DE 3.0 E 6 PORTAS 2.0 E NO MÍNIMO 2 FRONTAIS, 2 XPS2, 1 X PCIE 2.0 X16, 2 X PCIE 2.0 X1, REDE 10/100/1000, HDMI, 02 SATA 6 GB/S E RJ45 - 4 GB MEM. DDR3 1600 MHZ - H: D. 500 GB SATA 6.0 GB/S, 7200 RPM, 16 MB - DVD RW (GRAVADOR DE DVD) SATA - GABINETE ATX 4 BAYAS COM FONTE 24 PINOS DE 220W REAL - CAIXAS DE SOM 6W RMS, ALIMENTAÇÃO USB - MOUSE ÓPTICO C/ SCROLL 800 DPI - USB - TECLADO MULTIMÍDIA USB TECLAS BAIXAS - MONITOR LED 18.5", RESOLUÇÃO 1366X768, CONTRASTE 20.000.000:1, BRILHO 200 CD/M2, TEMPO DE RESPOSTA DE 5 MS - SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 PRO O&M SP1 64 BITS - ROTEADOR LAN (WIRELESS), PORTAS WAN/LAN:1/4, ANTENA MÍNIMO DE 02, TIPO WIRELESS IEEE 802.11 B/G/N, FREQUENCIA 2.4 A 2.4835 GHZ, SEGURANÇA WPA/WPA2, TAXA SINAL DE 300 MBPS (DINÂMICO), GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. <p>TELEVISOR, COM TELA DE NO MÍNIMO 42", CONVERSOR DIGITAL, TIPO LED, ENTRADA HDMI, PORTAS USB E FULL HD.</p> <p>AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA capacidade de 40 à 75 litros, programação digital, com cinco programas de esterilização, câmara de esterilização de aço inoxidável, com grades para distribuição do material a ser esterilizado, sistema de aviso de manutenção e monitoramento, teclado de controle, secagem com porta fechada, transferência de informação para pendrive através de conexão USB, sistema de fechamento de porta com trava de apoio.</p> <p>CADEIRA DE RODAS HOSPITALAR PARA OBESO, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO, ESTOFADA, BRAÇOS E PÉS REMOVÍVEIS, POSSUI ELEVADOR DE PERNAS E SUPORTE DE SORO</p> <p>DESTILADOR DE ÁGUA com capacidade entre 6 a 10 litros/hora. Sem necessidade de instalação hidráulica, baixo consumo de energia, fácil desinfecção de superfície.</p> <p>APARELHO DE RX ODONTOLÓGICO instalação na parede, modo de operação digital, com unidade de comando programável, faixa de tensão (Kvp), mínimo de 02. Controle para disparo de mão com extensão que o operador possa ficar longe do aparelho para acioná-lo.</p> <p>FOTOPOLIMERIZADOR com luz tipo LED, sem fio com radiômetro, programa de tempos 10, 20, 40, 60 segundos.</p> <p>JATO DE BICARBONATO base metálica para estabilidade, peça de mão caneta autoclavável, com desumidificador, filtro de ar com drenagem automática, recipiente para bicarbonato de fácil acesso já acoplado ao corpo do equipamento e sua tampa em acrílico plástico transparente, com acoplamento tipo borden (dois furos).</p> <p>BOIMBA A VACUO até 2HP/CV, potência de vácuo 1HP/ 640mmHg</p>		5,000	2.400,0000	12.000,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME			1,000	190,0000	190,00
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME			2,000	1.782,0000	3.564,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITA			1,000	10.298,0000	10.298,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITA			1,000	2.640,0000	2.640,00
LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITA			1,000	782,0000	782,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E			1,000	5.394,0000	5.394,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E			1,000	1.085,0000	1.085,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E			1,000	870,0000	870,00
PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MAT PARA USO MEI			1,000	2.345,0000	2.345,00

Página: 4/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MAT PARA USO MEI	MOCHO estrutura confeccionada em aço inoxidável com assento e encosto estofado, com sistema de elevação através de pistão a gás, com regulagem do encosto. Modelo italiano.		1,000	388,0000	388,00
PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MAT PARA USO MEI	NEGATOSCÓPIO composto de aço inoxidável, fixação em parede, frente de acrílico branco leitoso. deverá possuir 2 fixadores para raio-x, lâmpada LED.		1,000	627,0000	627,00
PLASMEDIC - COMÉRCIO DE MAT PARA USO MEI	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO modo de operação digital, com jato de bicarbonato integrado, com caneta/transdutor do ultra-som autoclavável, superfície lisa de fácil desinfecção, regulagem de frequência e água, pneumático e piezoelétrico.		1,000	2.443,0000	2.443,00
Total Geral do Mês —>					84.201,00

RELAÇÃO DE COMPRAS DEZEMBRO 2015-PMSA

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DA SILVA E LAMB MAT. DE CONST. CONSTRUTOF	<p>EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO BERCÁRIO DA CRECHE MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS, a ser executada no Município de Serra Alta. A obra compreende uma área total a ser ampliada de 25,44m². Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia.</p> <p>* FAZ PARTE INTEGRANTE DO ITEM 1:</p> <p>1.0 INFRAESTRUTURA (Sub itens 1.1 a 1.3)</p> <p>2.0 ESTRUTURA (Sub itens 2.1 a 2.5)</p> <p>3.0 FECHAMENTO (Sub itens 3.1)</p> <p>4.0 COBERTURA (Sub itens 4.1 a 4.2)</p> <p>5.0 REVESTIMENTOS (Sub itens 5.1 a 5.6)</p> <p>6.0 INSTALAÇÕES (Sub itens 6.1 a 6.7)</p> <p>7.0 ESQUADRIAS (Sub itens 7.1 a 7.4)</p> <p>8.0 IMPERMEABILIZAÇÃO BALDRAME 9.0 CALÇADA DE CONCRETO H=7 CM</p> <p>OBS: OS ITENS MENCIONADOS ACIMA CONSTAM NO ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCIAMENTO DO PROJETO DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES ESTÃO DESCRITAS NOS MEMORIAIS TÉCNICOS DESCRITIVOS QUE SÃO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.</p> <p>CONCESSÃO DO DIREITO DE USO REMUNERADO DE ESPAÇO PÚBLICO DENOMINADO QUIOSQUE/BAR situado no Parque Municipal da Feagrissa, centro do Município de Serra Alta, com uma área total construída de 96m².</p>		1,000	26.811,8900	26.811,89
MÁRCIO LUIZ DETONIME			1,000	510,0000	510,00
Total Geral do Mês —>					27.321,89

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº001/2015

DECRETO Nº.01 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AIDCIONAL DE TITULAÇÃO EM 5% (CINCO POR CENTO), PARA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE KLUGE, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011, PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, DE ACORDO COM A LEI Nº 385/2001 E LEI 1.053 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº. 384, de 01 de junho de 2001, e Lei Complementar nº 385, de 01 de junho de 2001 e Lei 1.053 de 15 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido adicional de titulação no patamar de 5% (cinco) por cento, sobre o vencimento da Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, a partir de 01 de janeiro de 2016, na forma do art. 1º da Lei 1.053/2015, por ter apresentado adicional de titulação de pós-graduação devidamente reconhecido.

NOME: DAIANE KLUGE

CPF 048.329.179-00 RG 3.862.585 – SSP-SC

CARGO: PSICÓLOGA

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação vinculada no DOM Lei 1.027/2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

04 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO- Diretor de administração

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 001/2016

DECRETO Nº. 001/ 2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o valor de UFRM corrigido em 10,96%, conforme índice do INPC acumulado nos últimos doze meses, na forma descrita pelo artigo 107 § único da Lei Complementar Municipal 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art. 2º. O Valor da UFRM corrigido será de R\$ 2,44 (Dois Reais e quarenta quatro Centavos) entrando em vigor no dia 04 de Janeiro de 2016.

Art.3º. Nos termos do artigo 132 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), poderá ser parcelado em 03 (três) vezes, vencendo a primeira em 30 de Abril, segunda em 31 de Maio e a terceira em 30 de Junho de 2016.

Art. 4º. O IPTU, pago a vista terá desconto de 30% (Trinta Por Cento), conforme preceitua o Art. 132 § 4 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art. 5º. O ISSQN FIXO, ALVARÁ SANITÁRIO e a TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO serão pagas a vista, em parcela única e sem desconto, com vencimento em 28 de Fevereiro de 2016, Conforme Artigo 251 § 2º da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art. 6º. O ISSQN HOMOLOGADO deverá ser pago até o 15º dia do mês seguinte ao serviço prestado, conforme fixado no Artigo 212 da Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 002/2016

DECRETO Nº. 002/ 2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, em especial pela Lei Municipal Complementar nº 032/2014 de 30 de Setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o “Calendário Fiscal” para o exercício de 2016, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelas para recolhimento, na forma do Anexo Único que integra o presente decreto.

Art. 2º. As receitas tributárias, bem como as não tributárias, serão recolhidas nas agências do Banco do Brasil, ou, através de ficha de compensação em outras agências bancárias, ou na tesouraria da Prefeitura Municipal de Tigrinhos em casos devidamente justificados.

Art. 3º. Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o exercício de 2016, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas na Lei Municipal Complementar 032/2014 de 30 de Setembro de 2014, bem como à inscrição em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

Art. 4º. Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2016, considera-se como vencimento o dia 30/12/2016, dia do encerramento do expediente bancário de 2016. A partir do dia 31/12/2016 todos os tributos não pagos serão devidamente inscritos em dívida ativa.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 02 / 2016.

ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (Conforme Art. 212 II da Lei Mun. Comp. 032/2014)

COTA ÚNICA	1ª PARC.	2ª PARC.	3ª PARC.	4ª PARC.	5ª PARC.	6ª PARC.	7ª PARC.	8ª PARC.	9ª PARC.	10ª PARC.	11ª PARC.	12ª PARC.
28/02/16	15/02/16	15/03/16	15/04/16	15/05/16	15/06/16	15/07/16	15/08/16	15/09/16	15/10/16	15/11/16	15/12/16	15/01/17

TLL – TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA (Conforme Art. 251 § 2º da Lei Mun. Comp. 032/2014).

COTA ÚNICA
28/02/2016

IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (Conforme Art. 132, I,II §I da Lei Mun. Comp. 032/2014)

COTA ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
30/04/2016	30/04/2016	31/05/2016	30/06/2016

Obs. – Datas de vencimento que coincidirem com finais de semana e/ou feriados, o pagamento poderá ser efetuado no 1º dia útil subsequente, sem acréscimos legais ou encargos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 003/2016

DECRETO Nº. 003/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a comissão Municipal de Licitação, destinada a efetuar análise acompanhamento e julgamento dos processos licitatórios municipais.

PARAGRAFO ÚNICO - A comissão de avaliação fica constituída pelos seguintes servidores municipais.

1. MAICON BRUXEL – CPF: 066.641.759-83.
2. DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO – CPF: 044.352.389-42.
3. BERNARDETE DAS GRACAS A. T. HONNEF – CPF: 642.570.379-20.

Art.2º. Fica nomeado o servidor MAICON BRUXEL como Presidente da Comissão de Licitações.

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 004/2016

DECRETO Nº. 004/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
NOMEIA O PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º. Designa para atuar como pregoeiro em Licitações na modalidade, Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Tigrinhos, o servidor:

MAICON BRUXEL.

PARAGRAFO ÚNICO – O edital indicará em cada certame licitatório Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º. Ficam designados para atuar como membros da Equipe de Apoio de licitações na modalidade de pregão no âmbito da prefeitura Municipal de Tigrinhos os servidores:

1. DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO;
2. BERNARDETE DAS GRACAS A. T. HONNEF;
3. CLEISE HONAISER;

PARAGRAFO ÚNICO: O edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame com o mínimo de três integrantes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 001-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 001/2016 com a Empresa Intelli BR Sistemas Ltda - CNPJ: 08.982.125/0001-76 no valor total de R\$ 1.672,00 para prestação de serviço especializado na área de informática, licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, durante o exercício 2016.

TIGRINHOS/SC, em 04 de Janeiro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 001-2016-FMS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 001/2016 com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS - CNPJ: 01.201.427/0001-10 no valor total de R\$ 22.092,00 (anual) para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS, durante o exercício 2016.

TIGRINHOS/SC, em 04 de Janeiro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 002-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 002/2016 com a Empresa Info Digitalle – Soluções Tecnológicas para Gestão Documental Ltda ME - CNPJ: 86.731.494/0001-08 no valor total de R\$ 3.852,60 (anual) para serviço de locação de sistema gerenciador eletrônico de documentos, para o exercício 2016.

TIGRINHOS/SC, em 04 de Janeiro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 003-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 003/2016 com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI - CNPJ: 83.052.191/00041-50 no valor total de R\$ 18.900,00 (anual) para prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural para o Município de Tigrinhos, durante o exercício 2016.

TIGRINHOS/SC, em 04 de Janeiro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 004-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 004/2016 com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CNPJ: 09.427.503/0001-12 no valor total de R\$ 7.020,00 (anual) para

prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, durante o exercício de 2016.

TIGRINHOS/SC, em 04 de Janeiro de 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 005-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 005/2016 com a Senhora NAIR KAISER KOLLN – CPF: 816.981.869-91 no valor total de R\$ 832,46, para substituição de servidora pública municipal em férias.

TIGRINHOS/SC, em 04 de Janeiro de 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 001/2016

PORTARIA Nº. 001/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CAROLINE FARINON, Ocupante do Cargo Comissionado de Diretora, Matrícula nº. 445/02, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2015, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 05 à 24 de Janeiro de 2016, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 002/2016

PORTARIA Nº. 002/2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MAICON BRUXEL, Agente de Recursos Humanos, Efetivo, Matrícula nº. 423/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2015 a Janeiro de 2016, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 05 à 24 de Janeiro de 2016, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 003/2016

PORTARIA Nº. 003/2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO CYBULSKI, Motorista, efetivo, Matrícula nº. 396/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2015 a Janeiro de 2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 06 de Janeiro à 04 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 004/2016

PORTARIA Nº. 004/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. CRISTIANE ANTUNES DA SILVA GRASS, OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, digníssimo Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. CRISTIANE ANTUNES DA SILVA GRASS, do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, cadastrada sob a matrícula nº. 459/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 08/01/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e fazenda.

PORTARIA 005/2016

PORTARIA Nº. 005/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. DILVA MARIA HONNEF, OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, digníssimo Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. DILVA MARIA HONNEF, do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, cadastrada sob a matrícula nº. 462/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 08/01/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e fazenda.

PORTARIA 006/2016

PORTARIA Nº. 006/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. SIMONE LAMB NEU, OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NERI ARNOLDO NEU, digníssimo Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. SIMONE LAMB NEU, do

cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, cadastrada sob a matrícula nº. 470/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 08/01/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JANEIRO DE 2016.
NERI ARNOLDO NEU
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatro de janeiro de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e fazenda.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 001/16

PORTARIA Nº 001/2016

Nomeia Assessor Jurídico ALAN MOISES ORTOLAN da Câmara de Vereadores de Tigrinhos.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, observando em especial o que determina o artigo 23, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do Poder Legislativo.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Sr. ALAN MOISÉS ORTOLAN, para desempenhar a função de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores, classificado em nível CC-1 conforme estabelece a Lei Municipal de nº 439/2007, com alteração das Leis Complementares de nº 006/2009 e de nº 021/2012, com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 2º. Ficam assegurados ao designado todos os direitos e vantagens estabelecidos na Legislação própria.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TIGRINHOS, 04 DE JANEIRO DE 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente portaria foi publicada no átrio deste legislativo.

Secretaria da Câmara, 04/01/2016.

PORTARIA 002/16

PORTARIA Nº 02/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores CLARICE CAMPOS SCHAFFER, Matrícula nº 29/08, no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2016, referente ao período 2014/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE JANEIRO DE 2016.
SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente portaria foi publicada no átrio deste legislativo.

Secretaria da Câmara, 04/01/2016.

PORTARIA 003/16

PORTARIA Nº 03/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora da Câmara Municipal de Vereadores, DELNIA LIEBERT Matrícula nº 31/08, no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2016, referente ao período 2014/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE JANEIRO DE 2016.
SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente portaria foi publicada no átrio deste legislativo.

Secretaria da Câmara, 04/02/2016.

PORTARIA 004/16

PORTARIA Nº 04/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias proporcionais a Servidora da Câmara Municipal, SOLANGE SIMARA RUSCHEL Matrícula nº 41/12, no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 2016, referente ao período de 2015, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário, para atender o interesse do serviço público, em caráter excepcional.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE JANEIRO DE 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores

Certifico que a presente portaria foi publicada
no átrio deste legislativo.

Secretaria da Câmara, 04/01/2016.

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DA LICITAÇÃO 01_2016 IN

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de serviços de assessoramento e consultoria jurídica ao poder executivo, na elaboração de contratos, pareceres nos processos de licitação, redação de projetos de lei e demais atos administrativos e assessoria jurídica em geral, na condição de advogado com capacidade jurídica reconhecida no ramo de direito público interno, para o exercício de 2016.

CONTRATADO: ARNILDO STECKERT JUNIOR, brasileiro, advogado, portador do CPF nº 742.214.509-91, inscrito na OAB/SC sob o nº 9868, com endereço profissional na Rua Nereu Ramos, 788 – Sala 01 – Centro, no município de Turvo/SC.

VALOR: R\$ 5.690,00 (cinco mil, seiscentos e noventa reais) mensais, resultante num valor total de R\$ 68.280,00 (sessenta e oito mil, duzentos e oitenta reais).

BASE LEGAL: Art. 25, inciso II e art. 13, incisos III e V da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e REsp nº 1.192.332 de 19/12/2013.

JUSTIFICATIVA: Os serviços de advocacia são sempre de natureza singular, dada a complexidade de seu exercício. Além de conhecimentos técnicos para identificação dos meios pelo qual se possa realizar o direito material; é necessário conhecer do próprio direito substantivo e das estratégias para sua realização. O grau de subjetivismo destas avaliações não é possível mensurar, sobretudo, quando os problemas para resolver são desconhecidos no momento do aviamento de contrato.

Por assim dizer, cada parecer ou aconselhamento ou providência que, muito embora pautados na melhor técnica jurídica, são de ordem subjetiva e produzem resultados em relação ao terceiro que o contrata. Logo, afirma-se que a singularidade dos serviços de advocacia vige, concomitante, o princípio da confiança. São contratos de meio e não de resultados, salvo, quando possuam objeto específico e bem delimitado, ainda assim, quando sua natureza impõe.

Nesta ótica, obtém-se da leitura conjunta do art. 25, inciso II e art. 13, incisos III e V, da Lei de Licitações, que poderá haver a inexigibilidade de licitação para contratação de advogado sempre que houver singularidade do serviço em relação ao objeto. No caso da consulta é possível a inexigibilidade da licitação, cujo objeto deriva de cláusula aberta eminentemente subjetiva, ou seja: "prestação de serviços de advogado para consultoria e assessoria jurídica em administração pública municipal; patrocínio em processos administrativos e judiciais.

Como se vê, não há um número específico de ações judiciais ou administrativas, nem mesmo a condição processual do Município; não há delimitação de quantos pareceres ou das matérias que lhe sejam afetas. A lei de Licitações determina, entretanto, em seu art. 3º:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso dos autos, não sendo possível obter critérios específicos de julgamento e nem mesmo delimitação objetiva do objeto do edital, impossível aferir a proposta mais vantajosa para administração. Em caso como este cuja competição é inviável, admite-se a inexigibilidade, todavia, sob dever de observar: (a) o tratamento público, probo e igualitário no procedimento de licitação e (b) interesse público.

O Superior Tribunal de Justiça, recentemente declarou:

Conforme destacou o nobre Autor, a singularidade dos serviços prestados pelo advogado consiste em seus conhecimentos individuais, estando ligada à sua capacitação profissional, sendo, dessa forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço). Destaca-se, ainda, nesse caso, que o fator preço não é crucial para se determinar a melhor contratação para o ente público.

Com efeito, diante da natureza intelectual e singular dos serviços de assessoria jurídica, fincados, principalmente, na relação de confiança, é lícito ao administrador, desde que movido pelo interesse público, utilizar da discricionariedade, que lhe foi conferida pela lei, para a escolha do melhor profissional. (REsp 1192332. 19/12/2013)

Logo, entende-se plausível aplicar-se a mesma regra de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sobretudo, ante a subjetividade dos critérios de julgamento e aferição da qualidade da prestação dos serviços de advogado.

Timbé do Sul/SC, 04 de Janeiro de 2016.

LURDETE VELHO GHELLERE

Presidente da Comissão de Licitação

Timbó

PREFEITURA

CHAMAMENTO CADASTRAL 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO

DOS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES

O Município de Timbó/SC, através da Central de Licitações, torna público que está convocando os interessados, de acordo com o § 1º do artigo 34 da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, à possibilidade geral e irrestrita para proceder ao Certificado de Registro Cadastral no Município como fornecedor e/ou Prestador de Serviço da Administração Pública Municipal.

A relação dos documentos necessários encontra-se à disposição no site www.timbo.sc.gov.br, link de Licitações (nome de pesquisa: Chamamento Público – 00/2016), e também no Departamento de Compras, localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC, Telefone: 47.3382.3655.

Timbó, 04 de janeiro de 2016

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 487 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 487 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

AUTORIZA o pagamento á servidora inativa ANA MARIA RAMOS WALKOFF, PROFESSORA, 40hrs – lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura, de parcela mensal no valor de R\$1.229,69 (Hum mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos), a titulo de complementação de proventos, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2009 e requerimento protocolado sob o nº 1084 de dezembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08 de dezembro de 2015

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de dezembro de 2015.

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 21 de Dezembro e republicada em 05 de Janeiro de 2016 por incorreção.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 701 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 701 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, BRUNA KACHIMARECK, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de MONITOR, carga horária 220:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Administração - Centro. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 01-2016

EXTRATO DE CONTRATO 01/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: AUTO POSTO PLANETA LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis destinados à manutenção da frota de veículos e máquinas de propriedade do município de Treze Tílias, durante o exercício financeiro de 2016, conforme especificações do Anexo I do edital.

DOTAÇÃO: O valor total ora contratado é de R\$ 827.450,00 (Oitocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 83/2015, conforme Anexo I.

VALOR: Sendo que para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento previsto para 2016.

VIGÊNCIA: O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2016 meses.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PP 83/2015.

DATA ASSINATURA: 04/01/2016

TREZE TÍLIAS, 04 de Janeiro de 2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01-2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 01/2016 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: AUTO POSTO TREZE TÍLIAS LTDA

OBJETO: 1A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis e serviços de lavação, destinados à manutenção da frota de veículos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Treze Tílias, durante o exercício financeiro de 2016, conforme especificações do Anexo I.

DOTAÇÃO: O valor total ora contratado é de R\$ 199.000,00 (Cento e noventa e nove mil reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 08/2015, conforme Anexo I.

VALOR: Sendo que para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento previsto para 2016.

VIGÊNCIA: O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: PP 08/2015 FMS

DATA ASSINATURA: 04/01/2016

TREZE TÍLIAS, 04 de Janeiro de 2016.

Trombudo Central

PREFEITURA

001/2016

PORTARIA 001/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Art. 15º do Decreto Municipal 003/15 de 05 de Janeiro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - NOMEIA comissão municipal do Sistema de Registro de Preços, para em conjunto procederem à avaliação, discussão e julgamento na contratação de serviços e aquisições de bens no âmbito da Administração Pública Municipal, para o exercício de 2016, conforme nominata abaixo descrita:

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI - (PRESIDENTE)
BIANCA BARCHFELD
JESSICA FRANZ
ELIENAI DA SILVA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretaria de Administração e Finanças Interina

002/2016

PORTARIA 002/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Público Municipal Sr. EDER JUNIOR INACIO, ocupante do cargo de provimento temporário de Operador de Maquina, a partir de 02 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2016, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

003/2016

PORTARIA 003/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Público Municipal Sr. VANDERLEI PEREIRA, ocupante do cargo de provimento temporário de Operador de Maquina, a partir de 02 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2016, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

004/2016

PORTARIA 004/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Público Municipal Sr. BRUNO HO-CHPFEL, ocupante do cargo de provimento temporário de Medico, a partir de 02 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2016, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

005/2016

PORTARIA 005/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Pública Municipal Sra. ELENIEZI AUERICA ANDRADE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de odontólogo, a partir de 02 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2016, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

006/2016

PORTARIA 006/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Pública Municipal Sra. LUISA CARINA GESSI RIPPEL, ocupante do cargo de provimento temporário de Psicóloga, a partir de 02 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2016, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CREDENCIAMENTO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES Nº 01/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe o art. 34, da Lei 8.666/1993, e alterações posteriores, que se encontra aberto as inscrições para cadastramento e atualização de fornecedores e prestadores de serviços para este município. Os interessados deverão inscrever-se mediante apresentação de documentação junto ao Depto de Licitações da Prefeitura, sito a Praça Arthur Siewerdt, nº 01, centro, no horário das 08:00h. às 12:00h. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 04 de janeiro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 33/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 33/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enói Scherer, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, inscrição estadual nº 253.086.027, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 33/2015.

Considerando o Contrato Administrativo nº 33/2015 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 14 de julho de 2015, proveniente do processo licitatório nº 82/2015 - pregão presencial nº 62/2015, em que consta como Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a BETHA SISTEMAS LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Segunda – Da Vigência e Reajuste.

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 31/12/2016, considerando que termo passa a vigorar a partir do dia 04/01/2016. Os Valores constantes são os valores praticados na proposta e sofrerão reajuste conforme contrato n.33/2015.

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	06	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	-----	267,12	1.602,72
02	06	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	-----	242,00	1.452,00
03	06	Mês	Ponto eletrônico	01	419,17	2.515,02
04	06	Mês	Relógio Ponto via internet	-----	188,95	1.113,70
05	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	5.795,01	5.795,01
06	01	Serv.	Implantação e licenciamento de sistema gerenciador de Banco de Dados	01	4.000,00	4.000,00
07	30	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	01	65,00	1.950,00
08	800	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	0,65	520,00
09	05	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	01	125,00	625,00

Cláusula Segunda –As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 30 de dezembro de 2015.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Ernesto Muniz de Souza Jr
Betha Sistemas Ltda
Contratada

Daniela Ramos Silva
Betha Sistemas Ltda
Contratada

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 57/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2011

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 57/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Enoi Scherer, e de outro lado a empresa Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Minas Gerais, 533, sala 206 na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 10.954.970/0001-80 neste ato representado pelo Sr. Paulo André Testa, sócio administrador portador da cédula de identidade nº 3.127.894e inscrito(a) no CPF sob nº 870.781.989-72, em decorrência do processo de licitação na Modalidade Tomada de Preços 03/2011, homologado em 01/07/2011, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 57/2011, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira- DO PRAZO

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 6(seis) meses, com término em 30/06/2016, considerando que termo passa a vigorar a partir do dia 04/01/2016. Os Valores constantes são os valores praticados durante o exercício de 2015, conforme segue:

ITEM	Qtade	meses	Especificação	Valor Atual	Valor Reajustado
1	6	meses	Locação Software Gestão da Assistência Social-CRAS.	494,48	2.954,88

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Tunápolis, SC 30 de dezembro de 2015.

Enoi Scherer	Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda
Prefeito Municipal	Contratada
Contratante	Paulo André Testa.

Testemunhas: _____

CONTRATO N. 16/2015

CONTRATO N. 16/2015

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. BRUNO JOSÉ HEBERLE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis - SC., portador do CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a Associação Hospitalar de Tunápolis, com sede na Rua Albino Frantz, n.148, centro desta cidade de Tunápolis inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.428.508/0001-12, neste ato representado por seu presidente Sr. Alcides Luis Hofer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade e Município de Tunápolis, inscrito no CPF/MF sob nº 833.426.649-91, RG nº 2.946.802- SSP -SC, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 001/2015 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto 1741/2015 de 23 de dezembro de 2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto credenciar Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis.

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Plantão médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento de segunda à sexta-feira, fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	3.500,00	55,00	92.500,00
2	Plantão médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento em feriados, sábados e domingos fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	2.800,00	75,00	210.000,00
TOTAL GERAL					402.500,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Projeto/Atividade 2.030 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família - Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.00.0102 3.3.90.00.00.00.00.00.0104

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A Associação Hospitalar de Tunápolis devidamente credenciada deverá realizar Serviços de Plantão Médico para os munícipes de Tunápolis para os quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente. Deverá a pessoa jurídica

contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de 01/01/2016 e vigorará até dia 31/12/2016, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 30 de dezembro de 2015.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Associação Hospitalar de Tunápolis
Alcides Luis Hofer
Representante legal

TESTEMUNHAS:

Karine Epping
009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
020.226.259-60

Assessoria Jurídica

PORTARIA 3971/2016

PORTARIA Nº. 3.971/2016
Em 04 de Janeiro de 2016

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Jackson Scherer, Cleverson Inácio Kerkhoff e Pedro Baumgratz, todos servidores público municipais, para avaliar os imóveis e seu respectivo valor de contrato de aluguel para fins de interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 04 de Janeiro de 2.016.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 01/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 55/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: HENRIQUETA ROSSO ZANATTA & CIA LTDA
CNPJ/CPF: 81.866.170/0001-55
Objeto: fornecimento parcelado de madeira para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 49.087,54

Extrato do Contrato: 02/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 52/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: I.S. COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 03.722.755/0003-50
Objeto: fornecimento parcelado de água mineral para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 20.929,26

Extrato do Contrato: 03/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 58/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: FIORO COMERCIO DE GAS LTDA
CNPJ/CPF: 00.107.072/0001-32
Objeto: fornecimento parcelado de gás de cozinha para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 53.054,00

Extrato do Contrato: 04/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 62/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: COZICRIL COZINHA INDUSTRIAL CRICIÚMA LTDA ME
CNPJ/CPF: 02.858.451/0001-90
Objeto: fornecimento parcelado de refeições a servidores públicos municipais para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 293.100,00

Extrato do Contrato: 05/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 59/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 01.961.633/0001-29
Objeto: prestação de serviços de transporte de máquinas pesadas para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 60.500,00

Extrato do Contrato: 06/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 59/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: VIA NORTE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.111.604/0001-54
Objeto: prestação de serviços de horas de trator esteira para o ano

de 2016.
Valor Global: R\$ 65.100,00

Extrato do Contrato: 07/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 57/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: J. MENDES CAPINAGEM E LIMPEZA LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.350.249/0001-76
Objeto: prestação de serviços de roçada nas estradas municipais para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 145.000,00

Extrato do Contrato: 08/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 60/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: VOLCAP COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 17.333.628/0001-01
Objeto: fornecimento parcelado de material de desgaste para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 36.499,84

Extrato do Contrato: 09/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 60/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: JULIO SILVESTRI FILHO - ME
CNPJ/CPF: 15.608.150/0001-50
Objeto: fornecimento parcelado de material de desgaste para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 58.800,00

Extrato do Contrato: 10/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 60/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP
CNPJ/CPF: 79.905.071/0001-93
Objeto: fornecimento parcelado de material de desgaste para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 35.319,92

Extrato do Contrato: 11/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 56/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP
CNPJ/CPF: 14.320.587/0001-20
Objeto: fornecimento parcelado de pneus novos para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 59.370,00

Extrato do Contrato: 12/2016
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 56/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA

CNPJ/CPF: 06.889.977/0001-98
Objeto: fornecimento parcelado de pneus novos para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 141.336,00

Extrato do Contrato: 13/2016

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 56/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ/CPF: 93.894.954/0005-08

Objeto: fornecimento parcelado de pneus novos para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 47.328,00

Extrato do Contrato: 14/2016

Data de assinatura: 04/01/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

CNPJ/CPF: 09.427.503/0001-12

Objeto: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Valor Global: R\$ 6.600,00

Extrato do Contrato: 15/2016

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 61/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: BELA VISTA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

CNPJ/CPF: 05.783.700/0001-13

Objeto: fornecimento parcelado de artefatos de cimento para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 175.950,00

Extrato do Contrato: 16/2015

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 64/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: FERNANDO DE LORENZI CANCELIER

CNPJ/CPF: 245.794.329-91

Objeto: prestação de serviço de horas de trator pneu para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 24.000,00

Extrato do Contrato: 17/2015

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 64/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: RODNEI DE NONI

CNPJ/CPF: 780.039.119-15

Objeto: prestação de serviço de horas de trator pneu para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 35.000,00

Extrato do Contrato: 18/2015

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 64/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: RODRIGO ZUCHINALLI

CNPJ/CPF: 044.118.769-22

Objeto: prestação de serviço de horas de trator pneu para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 15.000,00

Extrato do Contrato: 19/2016/FMAS

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 10/2015/FMAS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMAS

Contratado: ZAMI DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ/CPF: 23.000.355/0001-86

Objeto: fornecimento parcelado de cesta básica para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 69.907,20

Extrato do Contrato: 20/2016

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 63/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: PADOIN FONTANELLA COM. DE COMBUSTÍVEL LTDA

CNPJ/CPF: 04.340.499/0001-37

Objeto: fornecimento parcelado de combustível para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 919.372,96

Extrato do Contrato: 21/2016

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 63/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: OBERDAN DE BRIDA & CIA LTDA

CNPJ/CPF: 83.280.420/0001-04

Objeto: fornecimento parcelado de combustível para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 979.000,00

Extrato do Contrato: 22/2016/FMS

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 26/2015/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: ALPHA COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA

CNPJ/CPF: 05.682.647/0001-64

Objeto: fornecimento parcelado de oxigênio medicinal para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 30.450,00

Extrato do Contrato: 23/2016/FMS

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 25/2015/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: DROGARIA E FARMACIA SACOM LTDA ME

CNPJ/CPF: 12.068.017/0002-40

Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos especiais – Guia da Farmácia para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 19.425,00

Extrato do Contrato: 24/2015

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 66/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: MERCADO GASTALDON LTDA - ME

CNPJ/CPF: 72.470.628/0001-61

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 40.410,06

Extrato do Contrato: 25/2015

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 66/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: COPOL – DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. - EPP

CNPJ/CPF: 03.976.253/0001-93

Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para o ano de 2016.

Valor Global: R\$ 2.488,10

Extrato do Contrato: 26/2015

Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 66/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: I.S. COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 03.722.755/0003-50
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 37.099,87
Extrato do Contrato: 27/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 66/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DIFAFÁ DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
CNPJ/CPF: 08.609.742/0001-20
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 64.536,75

Extrato do Contrato: 28/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 66/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ANTONIO VOLPATO - EPP
CNPJ/CPF: 85.288.082/0001-74
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 53.407,50

Extrato do Contrato: 29/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 66/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MARCELO RONZONI ME
CNPJ/CPF: 23.595.412/0001-17
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 132.188,84

Extrato do Contrato: 30/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 66/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ZAMI DISTRIBUIDORA LTDA ME
CNPJ/CPF: 23.000.355/0001-86
Objeto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 64.983,43

Extrato do Contrato: 31/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 68/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: SIARON MARCON ME
CNPJ/CPF: 05.534.658/0001-05
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 50.870,60

Extrato do Contrato: 32/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 68/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DISTRIMEL – MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 03.317.788/0001-52
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 59.394,81

Extrato do Contrato: 33/2015
Data de assinatura: 04/01/2016

Processo de Licitação: 68/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ARMANDO LUCCA EPP
CNPJ/CPF: 10.428.739/0001-52
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 1.117,34

Extrato do Contrato: 34/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 68/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: TECNOELETRÔ DELLA VECCHIA LTDA EPP
CNPJ/CPF: 07.387.777/0001-08
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 9.305,20

Extrato do Contrato: 35/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 68/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 37.227.550/0001-58
Objeto: fornecimento parcelado de material elétrico para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 74.940,78
Extrato do Contrato: 36/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 69/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.963.556/0001-34
Objeto: fornecimento parcelado de peças e serviços para manutenção elétrica de veículos para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 58.130,13

Extrato do Contrato: 37/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 72/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: PAZETTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.963.556/0001-34
Objeto: fornecimento parcelado de peças e serviços para manutenção mecânica de veículos para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 36.279,79

Extrato do Contrato: 38/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 72/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: PRÓ-DIESEL COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA
CNPJ/CPF: 78.863.263/0001-11
Objeto: fornecimento parcelado de peças e serviços para manutenção mecânica de veículos para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 80.059,49

Extrato do Contrato: 39/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 72/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: MECÂNICA MTM LTDA – ME
CNPJ/CPF: 03.989.243/0001-92
Objeto: fornecimento parcelado de peças e serviços para manutenção mecânica de veículos para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 12.338,31

Extrato do Contrato: 40/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 70/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME
CNPJ/CPF: 85.101.731/0001-86
Objeto: fornecimento parcelado de material de limpeza para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 41.360,59

Extrato do Contrato: 41/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 70/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 02.315.593/0001-00
Objeto: fornecimento parcelado de material de limpeza para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 3.497,44

Extrato do Contrato: 42/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 70/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.619.082/0001-12
Objeto: fornecimento parcelado de material de limpeza para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 66.488,51

Extrato do Contrato: 43/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 70/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: BIG MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.309.817/0001-50
Objeto: fornecimento parcelado de material de limpeza para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 18.404,62

Extrato do Contrato: 44/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 70/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: NADIME ALBERTON VIEIRA ME
CNPJ/CPF: 23.182.608/0001-80
Objeto: fornecimento parcelado de material de limpeza para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 75.625,90

Extrato do Contrato: 45/2015
Data de assinatura: 04/01/2016
Processo de Licitação: 70/2015
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: CORDOVA LAUREANO & CIA LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.068.144/0001-04
Objeto: fornecimento parcelado de material de limpeza para o ano de 2016.
Valor Global: R\$ 16.882,86

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS DE Nº 001/2016 A Nº 031/2016

EXTRATO DE CONTRATOS de nº 001/2016 a nº 031/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ADEVAL BIKE, PAPELARIA E BAZAR LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 14.711,00 (quatorze mil setecentos e onze reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 44/2015, processo licitatório 65/2015 e Contrato nº 001/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 10.589,00 (Dez mil quinhentos e oitenta e nove reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 44/2015, processo licitatório 65/2015 e Contrato nº 002/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 17.606,00 (Dezessete mil seiscentos e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 44/2015, processo licitatório 65/2015 e Contrato nº 003/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 5.806,00 (Cinco mil oitocentos e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 44/2015, processo licitatório 65/2015 e Contrato nº 004/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VANDERLEI PAVAN - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar do Município de Vargeão - SC.

VALOR: R\$ 30.682,00 (Trinta mil seiscentos e oitenta e dois reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 44/2015, processo licitatório 65/2015 e Contrato nº 005/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DARLEI BONAI - ME

OBJETO: Contratação de empresa para lavagem com lubrificação nos automóveis, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, conserto e montagem de pneus e aquisição de câmaras de ar.

VALOR: R\$ 84.508,00 (oitenta e quatro mil quinhentos e oito reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 45/2015 e Contrato nº 006/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DILVAN CARLOS PALLA

OBJETO: Contratação de serviços de despachante para regularização e licenciamento dos veículos pertencentes à frota municipal de Vargeão, SC, durante o Exercício de 2016.

VALOR: R\$ 7.420,00 (sete mil quatrocentos e vinte reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 46/2015 e Contrato nº 007/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CPL – ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Técnica na área de locação de software de Movimento Econômico ao município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), divididos em 12 parcelas de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Tomada de preços 02/2015 e Contrato nº 008/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: F.M. PNEUS LTDA

OBJETO: Recapagem e vulcanização de pneus.

VALOR: R\$ 77.876,00 (setenta e sete mil oitocentos e setenta e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, convite nº 14/2015 e Contrato nº 009/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: A.G KIENEN & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 35.592,32 (trinta e cinco mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 10/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 14.559,75 (quatorze mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 11/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 825,40 (oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 12/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 10.954,52 (dez mil novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 013/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 20.562,50 (vinte mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 014/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 1.698,00 (hum mil seiscentos e noventa e oito reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 015/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 1.743,60 (Hum mil setecentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 016/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 9.329,57 (nove mil trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 017/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.

VALOR: R\$ 11.839,00 (onze mil oitocentos e trinta e nove reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 018/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORAS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.
VALOR: R\$ 14.428,50 (quatorze mil quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 19/2016.
Vargêão, SC, 05 de janeiro de 2016
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.
VALOR: R\$ 10.541,80 (dez mil quinhentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 20/2016.
Vargêão, SC, 05 de janeiro de 2016
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.
VALOR: R\$ 2.425,90 (dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 21/2016.
Vargêão, SC, 05 de janeiro de 2016
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2016.
VALOR: R\$ 8.402,85 (oito mil quatrocentos e dois reais e oitenta e cinco centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 47/2015, processo Licitatório 70/2015 e Contrato nº 22/2016.
Vargêão, SC, 05 de janeiro de 2016
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de leite em pó e complemento alimentar.
VALOR: R\$ 15.250,00 (quinze mil duzentos e cinquenta reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial nº 48/2015 e processo Licitatório 71/2015 e Contrato nº 023/2016.
Vargêão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: MERCO SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de alimento nutricional em pó Nutren Junior.
VALOR: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial nº 49/2015 e processo Licitatório 72/2015 e Contrato nº 024/2016.
Vargêão, SC, 05 de Janeiro de 2016.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição parcelada de cestas básicas.
VALOR: R\$ 39,90 (trinta e nove reais e noventa centavos) por unidade, perfazendo o valor global de R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais),
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 50/2015, processo Licitatorio 73/2015 e Contrato nº 025/2016.
Vargêão, SC, 05 de Janeiro de 2016.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: JANDIRA CAPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME.
OBJETO: Aquisição parcelada de materiais Didáticos destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargêão, SC.
Valor R\$ 22.871,16 (vinte e dois mil oitocentos e setenta e um reais e dezesseis centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 51/2015, processo licitatório 74/2015 e Contrato nº 026/2016.
Vargêão, SC, 05 de janeiro de 2016.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA.
OBJETO: Aquisição parcelada de materiais Didáticos destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargêão, SC.
Valor R\$ 2.198,50 (dois mil cento e noventa e oito reais e cinquenta centavos),
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 51/2015, processo licitatório 74/2015 e Contrato nº 027/2016.
Vargêão, SC, 05 de janeiro de 2016.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÊÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

- ME

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais Didáticos destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC.

Valor R\$ 9.569,40 (nove mil quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos),

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 51/2015, processo licitatório 74/2015 e Contrato nº 028/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA – ME.

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais Didáticos destinados ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Vargeão, SC.

Valor R\$ 910,40 (novecentos e dez reais e quarenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 51/2015, processo licitatório 74/2015 e Contrato nº 029/2016.

Vargeão, SC, 05 de janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

OBJETO: contratação de empresa para realização de seguros para veículos da Prefeitura municipal de Vargeão para o exercício 2016.

VALOR: R\$ 72.731,16 (setenta e dois mil setecentos e trinta e um reais e dezesseis centavos),

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Convite nº 17/2015, processo Licitatorio 85/2015 e Contrato nº 030/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AUTO POSTO VARGEAO LTDA.

OBJETO: aquisição parcelada de óleo diesel S10 e gasolina comum, com entrega programada, para todas as secretarias municipais para o exercício 2016.

VALOR: R\$ 593.600,00 (quinhentos e noventa e três mil e seiscientos reais),

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 53/2015, processo Licitatorio 77/2015 e Contrato nº 031/2016.

Vargeão, SC, 05 de Janeiro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.001/2016

DECRETO Nº 001/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com a Lei Federal nº 10520 de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - A Comissão permanente de LICITAÇÕES para o exercício de 2016 será constituída pelos seguintes servidores:

Janaine Antunes de Oliveira Presidente
Cristiane Santos de Oliveira Membro
Luiz Fernando Barbosa de Oliveira Membro
Silvana Aparecida Schesshof Membro

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 04 de Janeiro de 2016.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.002/2016

DECRETO Nº 002/2016, DE 04 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com a Lei Federal nº 10520 de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam designados PREGOEIROS para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2016, os seguintes servidores:

I - Janaine Antunes de Oliveira Titular
II – Luiz Fernando Barbosa de Oliveira Suplente

Artigo 2º - Fica designada a Equipe de Apoio para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2016, os seguintes servidores:

I – Silvana Aparecida Schesshof
II – Cristiane Santos de Oliveira
III – Velci de Souza Chinato

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 04 de janeiro de 2016.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 05/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO 001/2016 PR 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de GASOLINA para a Frota de Veículos da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, para consumo durante o exercício de 2016.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até às 09h00min do dia 15 de Janeiro de 2016.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 15 de janeiro de 2016 a partir das 09h00min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 05 de janeiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO FMS 001/2016 PR 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de GASOLINA para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Vargem Bonita, para consumo durante o exercício de 2016

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até às 09h30min do dia 15 de Janeiro de 2016.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 15 de janeiro de 2016 a partir das 09h30min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 04 de janeiro de 2016.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.638/15

DECRETO Nº 12.638/15, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 09 de janeiro de 2016, LUIZ CARLOS SPANHOLI, Gerente Técnico, símbolo DAS-6, com exercício na Fundação Municipal de Esportes, nomeado pela Portaria nº 0534/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

OBJETO: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO RELATIVO AO RATEIO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.600,00 (Dezoito mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO: Artigos 24, inciso XXVI, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 04 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE DISPONIBILIZA: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DOM/SC; GESTÃO TRIBUTÁRIA - GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL E GESTÃO TRIBUTÁRIA - REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO - REGIN.

FORNECEDOR: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

VIGÊNCIA: 04 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

VALOR: R\$ 25.950,00 (vinte e cinco mil novecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 04 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016.

OBJETO: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE CONTRATADO RELATIVO AO ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 16/2010 FIRMADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.272.000,00 (Um milhão duzentos e setenta e dois mil reais).

FUNDAMENTO: Artigos 24, XXVI, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 04 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

OBJETO: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA ESPECIFICADO NA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO, RELATIVO AO RATEIO FIXO DAS DESPESAS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, NA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS.

FORNECEDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA

VIGÊNCIA: 04 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

VALOR: R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 04 de Janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0269/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0269/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0402/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEDI GLORIEITE DOS SANTOS

CPF: 026.127.369-80

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de outubro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0277/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0277/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0093/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA RODRIGUES

CPF: 063.815.229-17

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 04 de dezembro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0283/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0283/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0377/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JEFERSON DA SILVA

CPF: 042.725.309-84

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 09 de dezembro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0285/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0285/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0283/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DIAS DE SOUZA

CPF: 062.143.169-93

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de dezembro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0289/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0289/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0008/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA MENDES DOS SANTOS

CPF: 010.424.039-37

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 09 de dezembro de 2015.

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016- FMS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SAÚDE PARA ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS.

FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

VIGÊNCIA: Inicia-se em 04/01/2016, com duração até o dia 31/12/2016.

VALOR DA DESPESA: R\$ 329.616,00 (trezentos e vinte nove mil seiscentos e dezesseis reais).

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput" e inciso I, atentando também com o Art. 26, ambos da Lei n. 8.666/93.

Videira - SC, 04 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0930/15

PORTARIA nº 0930/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 21552/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, IZABEL APARECIDA BALBINOTT e SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão

de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 21552/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0931/15 PORTARIA nº 0931/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 20726/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, MIGUEL ALBERTO VIECELLI e ILVA FARINA para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 20726/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0932/15 PORTARIA nº 0932/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19967/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, MÁRCIA REGINA VANZ e CLEMIR BERTOTTO ERDMANN para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19967/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0933/15 PORTARIA nº 0933/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19966/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, MÁRCIA REGINA VANZ e CLEMIR BERTOTTO ERDMANN para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19966/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0934/15

PORTARIA nº 0934/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19965/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, MÁRCIA REGINA VANZ e CLEMIR BERTOTTO ERDMANN para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 19965/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0935/15

PORTARIA nº 0935/15

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16984/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, MÁRCIA REGINA VANZ e EZEQUIEL WEGNER para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 16984/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0936/15

PORTARIA nº 0936/15

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 17476/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, no art. 281 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI, JUSSARA ZAMBOM e MARINEIA RODRIGUES DO AMARAL para, sob a presidência do primeiro, comporem Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 17476/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de dezembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0937/15

PORTARIA nº 0937/15

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos nos Processos Administrativos nº 14539/2015 e 20845/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, no art. 281 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIECELLI,

WOLMAR ERDMANN e JULIANE MARIA COLLE WARTHA para, sob a presidência do primeiro, comporem Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos nos Processos Administrativos nº 14539/2015 e 20845/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

RESULTADO DO JULGAMENTO DA NOVA PROPOSTA DA TP Nº 04/2015-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESULTADO DO JULGAMENTO DA NOVA PROPOSTA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015 - FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da nova proposta de preço apresentada nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA COM GRADIL SUPERIOR NO CENTRO DO BEM ESTAR DO MENOR, UNIDADE VILA VERDE, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES, restando vencedora a empresa M.A.J Construções e Reformas Ltda - ME vencedora do certame com o valor de R\$ 93.445,61 (noventa e três mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos). O representante da empresa desiste expressamente do prazo recursal do julgamento da nova proposta.

Videira, 30 de Dezembro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 01/2016 - CMV

Contrato N.: 01/2016 - CMV

Data de Assinatura: 04/01/2016

Vigência: de 04/01/2016 a 31/12/2016.

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

Valor: R\$ 3.726,00 (três mil setecentos e vinte e seis reais).

Licitação: DL 01/2016 – CMV.

Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades: I - Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; II - Inclusão digital das Câmaras de Vereadores; III - Disponibilização de informações e serviços ao cidadão; IV - Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; V - Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos Municípios; VI - Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; VII - Economia dos recursos públicos.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - CMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - CMV

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA.

OBJETO: Contratação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades:

I - Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal

de Santa Catarina; II - Inclusão digital das Câmaras de Vereadores; III - Disponibilização de informações e serviços ao cidadão; IV - Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; V - Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos Municípios; VI - Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; VII - Economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 3.726,00 (três mil setecentos e vinte e seis reais)

VIGÊNCIA: 04/01/2016 A 31/12/2016.

FUNDAMENTO: Art. 2º, § 1º, III da Lei Federal 11.107/05, art. 24, inciso XIII primeira parte e inciso XVI, segunda parte da Lei 8.666/93, bem como art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

Videira - SC, 04 de Janeiro de 2016.

Rafael Balestrin

Presidente

POPRTARIA Nº 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016

Nomeia ALNEI MORIGGI para o cargo de Diretor Administrativo.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear o Servidor Alnei Moriggi do cargo de Diretor Administrativo, nível alfabético numérico CC-3, código 032, com carga horária semanal de 30 horas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Videira 04 de janeiro de 2016.
Rafael Balestrin Marcelo Kumm
Presidente Vice-Presidente

CHRISTIANE ZIMMER
1ª Secretária

PORTARIA Nº 001/2016

PORTARIA Nº 001/2016

ADOTA HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL BALESTRIN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, visando economia dos recursos públicos, subscreve a presente Portaria:

Art. 1º. Será adotado horário reduzindo no mês de janeiro de 2016, em regime de plantão, das 14:00 às 17:00 horas.

Art. 2º A partir do dia 01 de fevereiro de 2016 será adotado turno único de expediente a ser cumprido no seguinte horário: das 13:00 às 19:00 horas com intervalo de 15 minutos.

Parágrafo Primeiro - O turno único terá vigência até a data de 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Segundo - As horas trabalhadas, pelos servidores, que ultrapassar o horário previsto no caput deste artigo, para realização de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, reuniões de comissões e audiências públicas, entre outros, serão compensadas por cada servidor conforme carga horária elencada na portaria de nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial os Municípios.

Publique-se. Registre-se.

Videira 04 de janeiro de 2016.
RAFAEL BALESTRIN
Presidente

PORTARIA Nº 002/2016

PORTARIA Nº 002/2016

Estabelece horário de trabalho ao ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Contador, CÉLIO DE JESUS CAMPOS.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Estabelecer o horário de trabalho do servidor ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Contador Célio De Jesus Campos, de segundas a sextas-feiras das 13:00 às 15:00 horas.

Art. 2º. As horas trabalhadas que ultrapassarem o horário previsto no artigo 1º desta Portaria, para realização de sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, reuniões de comissões e audiências públicas serão compensadas pela servidor conforme carga horária elencada na portaria de nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 04 de janeiro de 2016.
RAFAEL BALESTRIN MARCELO KUMM
Presidente Vice-Presidente

CHRISTIANE ZIMMER
1ª Secretária

PORTARIA Nº 004/2016

PORTARIA Nº 004/2016

Nomeia Rose Angela Bertolin para o cargo de Diretora Legislativa.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear Rose Angela Bertolin para o Cargo de Diretora Legislativa, Símbolo CC-5, código 034, de provimento em comissão, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 04 de janeiro de 2016.
RAFAEL BALESTRIN MARCELO KUMM
Presidente Vice-Presidente

CHRISTIANE ZIMMER
1ª Secretária

PORTARIA Nº 005/2016

PORTARIA Nº 005/2016

Designa Rose Angela Bertolin para a função da Tesouraria.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Designar a Servidora ROSE ANGELA BERTOLIN para exercer a função da Tesouraria, a partir de 04 de janeiro de 2016, sem qualquer ônus ao Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Videira, 04 de janeiro de 2016.
RAFAEL BALESTRIN MARCELO KUMM
Presidente Vice-Presidente

CHRISTIANE ZIMMER
1ª Secretária

Xanxerê

PREFEITURA

CONVÊNIO 001/2016 - PROJ. CULTURAL "TRADIÇÃO E CULTURA, FOLIA DE REIS, GRUPO DE REIS".

Município de Xanxerê/SC

Extrato Convênio nº 001/2016

Conveniente: Município de Xanxerê

Conveniando: Associação Grupo de Reis de Xanxerê

Objeto: Execução do Projeto Cultural denominado "Tradição e Cultura, folia de Reis, Grupo de Reis". Prazo: até 30/06/2016. Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Xanxerê/SC, 04/01/2016.

Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 001/2016

DECRETO Nº AJG 001/2016

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006, c/c o artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.438, de 07 de maio de 2012,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o senhor FERNANDO DAL ZOT, brasileiro, solteiro, servidor público, inscrito no CPF sob nº 005.902.369-46, portador da Cédula de Identidade 3.807.424, expedida pela SSP/SC, inscrito na OAB/SC sob nº 35.504, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, remunerado por subsídio fixo, nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição Federal c/c o art. 3º, da Lei Municipal nº 3.438/12, de 07/05/2012.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº AJG 143/2015, de 16 de julho de 2015.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 220/2015

DECRETO Nº AJG 220/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.713/2014 de 08.12.2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional

suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 263.718,76 (Duzentos e sessenta e três mil setecentos e dezoito reais e setenta e seis centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.361.1201.2039 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

07.0701.12.361.1201.2039.33900000.0162 – Aplicações Diretas R\$ 221.064,78

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.362.1201.2040 – Apoio ao ensino médio

07.0701.12.362.1201.2040.33900000.0162 – Aplicações Diretas R\$ 42.653,98

Art. 2º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no excesso de arrecadação do transporte escolar fonte de recursos "62" verificado até o mês de outubro e projetado até dezembro do corrente exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 03 de novembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 254/2015

DECRETO Nº AJG 254/2015

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, ADIERO MARCOS BIANCHI, nomeado pelo Decreto nº AJG 144/2015, de 16 de julho de 2015.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 144/2015, de 16 de julho de 2015.

Xanxerê/SC, 31 de dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0133/2014

Extrato 5º Aditivo ao Contrato nº 0133/2014

Contratante: O Município de Xanxerê,

Contratado: Adriana Maciel Chaves ME

Objeto: Cobertura da quadra de esportes da escola Pequeno Trabalhador.

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços até 30/03/2016, contados a partir de 31/12/2015, conforme Requerimento e Ofício anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 18 de dezembro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0070/2012

Extrato 7º Aditivo ao Contrato nº 0070/2012

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Vieira e Reis Ltda.

Objeto: Regularização Fundiária na Chácara 264 Bairro Bela Vista.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, contados a partir de 01/01/2016 vigorando até 31/12/2016, conforme ofício anexo ao presente.

Xanxerê-SC, 18 de dezembro de 2015. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH AJG 001/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 001/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VIRAM e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 04.01.2016 a 02.02.2016 a Servidora Pública Municipal, a Sra. ELISANGELA JUDITE PEGORARO BOTTEGA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 3.808.401 e CPF nº 026.252.449-09 nomeada conforme Decreto nº AM 093/2002 e Decreto nº AM 157/07 no cargo de Psicólogo, com quarenta (40) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 00001/2016 datado de 04.01.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

08.06.2009 a 07.06.2012: 30 (trinta) dias matrícula 2274 Decreto nº AM 093/2002

08.06.2012 a 07.06.2015: 30 (trinta) dias matrícula 3457 Decreto nº AM 157/2007.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir desta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Janeiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 002/2016

ALTERAR CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº BLB 3218/2010 e Lei Complementar nº BLB 3.375/2011.

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3375/2011 em seu artigo 19 parágrafo 5º da ampliação da carga horária dos membros do Magistério Público da Educação Básica;

RESOLVE

ALTERAR CARGA HORÁRIA para 40 horas semanais da Servidora Pública Municipal Sra ADRIANA DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG 3.895.981, CPF 053.253.719-08 nomeada conforme Decreto BLB 080/10 no cargo de PROFESSOR MAGISTERIO com carga horária de (20) vinte horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta alteração de carga horária vigore no período de 04.01.2016 até 23.12.2016.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta alteração da carga horária, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar alteração a partir de 04.01.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Janeiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº RH AJG 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 003/2016

REVOGAR A FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DE DIREÇÃO DE ESCOLA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 04.01.2016 a função de Direção de Escola Básica do Município que concedia a Servidora Pública Municipal a Sra. CLAIR BEBBER CALEGARI, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 1.786.573-5 e CPF nº 848.398.649-34, nomeada conforme Decreto nº JB 90/94 no cargo de Professor Magistério com 20(vinte) horas semanais e Decreto nº AM 065/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL - 1ª A 4ª SÉRIE com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 04 de Janeiro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 004/2016

REVOGAR A FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DE DIREÇÃO DE ESCOLA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 04.01.2016 a função de Direção de Escola Básica do Município que concedia a Servidora Pública Municipal a Sra. Aline Cristina Cruz, brasileira, estado civil solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 1.277.005 e CPF nº 893.241.029-15, nomeada conforme Decreto nº AM 071/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª A 4ª SÉRIE com 20 (vinte) horas semanais, e Decreto nº BLB 081/10 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 04 de Janeiro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 005/2016

REVOGAR A FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DE DIREÇÃO DE ESCOLA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 04.01.2016 a função de Direção de Escola Básica do Município que concedia a Servidora Pública Municipal a Sra. Suzana Aparecida Brugnago, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 2.074.058 e CPF nº 796.623.749-49, nomeada conforme Decreto nº JB 175/95 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 04 de Janeiro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 006/2016

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015 e Lei Complementar nº AJG 3800/2015,

R E S O L V E

CONCEDER Gratificação Especial aos Servidores Públicos Municipais, que prestam seus serviços junto a unidades de saúde de urgência e emergência (Pronto Atendimento) na rede de atendimento Xanxerê, na razão de 20% (vinte por cento), sobre seu vencimento básico no mês de Dezembro de 2015 a ser pago aos Servidores abaixo relacionados:

Alessandra Gabriele Niederle, Andrea Ferraz de Oliveira, Andreia Rita Basso, Bernadete Cabral Zardini da Silva, Carlos Alberto de Oliveira Velasco,(novembro2015), Daniela Ribeiro dos Santos Meneguzzi, Diego Davi Corso, Eduardo Manoel Gesswein, Eunice Sora Bruchez, Gilaine Maria da Silva, Gilberto Scanagatta, Ivani Maria Moscon Balsanello, Juliana Aparecida Pasetti, Katia Daniela Iop Pedrotti, Lecivane Fernandes dos Santos, Liamara Signori, Maria Aparecida Silvestre da Paz Barela, Marines Graine Zattera, Marli Campagnolo Linhares, Monique Hamester, Natalia Siqueira Maciel Romero, Nedi Menegat Lange, Rejane Gubert, Salete Bellaver, Tania Regina Pinheiro, Tarcisio Noro Hamilton.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a gratificação a partir do mês de Dezembro de 2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC
Em 04 de Janeiro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 001/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 FMS

Objeto: Contratação exclusiva de micro e/ou pequena empresa especializada, para prestação de serviços de locação de software para gestão na saúde, para atender as necessidades do Departamento de Saúde com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 15/01/2016.

Abertura: dia 15/01/2016, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 05 de janeiro de 2016.

OSMAR DERVANOSKI,
Gestor do FMS.

RESOLUÇÃO 007/2015

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO 2016

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação para o ano de 2016.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº1282/2013,

CONSIDERANDO, que em cada município há um conselho municipal dos direitos da Criança e Adolescentes para Liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, nos termos das resoluções.

CONSIDERANDO, que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes- CMDCA reuniu-se no dia 30 de dezembro de 2015 para aprovação do plano de ação e aplicação do fundo municipal para infância e adolescência para 2016.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal para Infância e Adolescência, em anexo único.

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, 30 de dezembro de 2015.

Meryen de Quadros

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO ÚNICO

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 2015.

Xavantina – SC, 18 de dezembro de 2015.

1. APRESENTAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Xavantina, foi instituído pela Lei Municipal nº LEI Nº 915, DE 14 DE JULHO DE 2005.

A Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através das seguintes entidades:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal da Infância e Adolescência (Lei Municipal nº 677, de 14/08/97);

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Tem como objetivo proteger, defender e promover a criança e adolescente de acordo com seus direitos garantidos pela Lei Federal nº

8.069/90 de 13 de julho de 1990.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é um órgão deliberativo, consultivo e controlador da política de promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é constituído por 6(seis) membros titulares e igual número de suplentes representados paritariamente por instituições governamentais, composto pelos segmentos da Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Assistência Social e Agricultura, e não governamentais. Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercem mandato de dois anos, sendo a função considerada de relevância pública e não remunerada. Juntamente com o Conselho Tutelar, zela pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, promovendo assim, os serviços necessários na rede de atendimento do Município.

2. OBJETIVO

Estabelecer diretrizes e plano de ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o fim de fortalecer as políticas sociais básicas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, assistência social entre outras, bem como implementar as políticas de proteção e garantia de direitos, através de políticas integradas e articuladas entre as ações governamentais e não- governamentais.

3. DIRETRIZES

- Articular-se com as diversas políticas públicas municipais de atendimento à criança e ao adolescente;
 - Incentivar as ações de prevenção, tais como: bullying, combate ao uso de drogas, violência e exploração sexual infanto-juvenil, Sexualidade, Trabalho Infantil, DST's, Importância do brincar, Importância do Educar, Prevenção a acidente de Trânsito, Inclusão Social, Violência contra a mulher, Higiene e saúde bucal, dentre outros;
 - Articulação entre os Conselhos Municipais;
 - Articular os diversos programas, projetos ou serviços;
 - Mobilizar a sociedade civil, através de campanhas preventivas.
- Realizar estudos e levantar dados que contribuam para a elaboração de diagnóstico preciso para a formulação de planos, projetos e políticas voltados ao segmento da criança e do adolescente;
 - Acompanhar, controlar, analisar e supervisionar o trabalho realizado pelos envolvidos no segmento;
 - Desenvolver ações de capacitação que possibilitem a ampliação do conhecimento e consequente melhoria na qualidade dos serviços oferecidos ao público-alvo.

Abaixo seguem as ações preventivas e cursos que serão ofertados em 2016, foram escolhidos com base no diagnóstico da infância e adolescência de Xavantina realizado em novembro e dezembro de 2015 para o plano decenal dos direitos humanos da criança e adolescente.

Nº	PROGRAMA E METODOLOGIA APLICADA	AÇÕES DESENVOLVIDAS	OBJETIVOS	METAS
1	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	Teatro nas escolas do município Convidar mães e pais para participar. Entrega de folders para as famílias pelas agentes de saúde. Palestra prevenção câncer de mama (com enfermeira) (aberto para alunos e pais, falar com prefeito para liberação dos funcionários) Exposição Banner	Conscientizar sobre a violência contra a mulher, prevenir o surgimento de novos casos.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
2	CRIME E ADOLESCENCIA	Trabalhar juntamente com a Polícia Civil na prevenção de crimes e atos infracionais.	Prevenção de crimes e atos infracionais.	100% das Crianças e adolescentes do SCFV (famílias vulneráveis).

3	CULTURA DE PAZ	<p>PALESTRA NAS ESCOLAS</p> <p>REDAÇÃO – premiação recebendo 1 ponto na nota da escola. Entrega de cartilha de bullying Exposição Banner</p> <p>Parada educativa sobre paz no trânsito. Boné – SCFV</p>	<p>Palestra sobre mediação de conflitos, empatia, convivência familiar e comunitária – promovendo reflexão sobre os padrões de relacionamento e mudança de atitude.</p> <p>Trabalhar conscientização nas escolas através de redação; Redação: De que forma eu posso contribuir para a paz no mundo... Conscientizando assim para as escolhas e suas consequências, conscientização sobre respeito as diferenças.</p>	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
4	CONSCIENTIZAÇÃO DO USO CORRETO DA ÁGUA INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO	Palestra nas escolas	Conscientização da valorização ao meio ambiente. Incentivo a permanência no campo	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
5	VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	<p>Realizar teatro sobre o tema a fim de alertar a comunidade e alunos das escolas; (contratar – aberto para alunos e pais, falar com prefeito para liberação dos funcionários)</p> <p>Confeccionar 50 cartazes de 30X50 (a partir do banner) (comunidades e comércio)</p> <p>Exposição Banner</p>	Prevenir o surgimento de novos casos, alertar sobre a importância de denunciar e identificar casos;	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
6	PREVENÇÃO A ACIDENTES DOMÉSTICOS E NO CAMPO EM CONTINUIDADE A PREVENÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	<p>Palestras nas escolas</p> <p>Verificar se a fala sobre trabalho infantil pode ser feita na assembléia de pais juntamente com a questão do transporte (direitos e deveres).</p> <p>Exposição Banner .</p>	<p>Conscientizar as crianças e adolescentes sobre os cuidados necessário para prevenir acidentes e erradicar trabalho infantil.</p> <p>Conscientizar pais sobre o T I e direitos e deveres no transporte escolar</p>	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
7	DROGAS	<p>Camiseta (SCFV)</p> <p>Adesivo (Modelo Mari)</p> <p>Pedágio, para colagem de adesivos nos carros e abordagem do tema, de forma preventiva com os alunos do SCFV</p> <p>Exposição Banner</p> <p>Verificar PROERD</p>	<p>Criar uma consciência crítica sobre o tema Drogas;</p> <p>Evitar o envolvimento das crianças e adolescentes no uso de Drogas;</p>	<p>Atender 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis - SCFV</p> <p>E a população em geral através do pedágio.</p>
8	INCLUSÃO SOCIAL E SEMANA DO EXCEPCIONAL	<p>Caminhada com o grupo de Inclusão Social e entrega de Folder</p> <p>Convidar os pais para participar</p> <p>No SCFV – Um olhar diferente – trabalhar Inclusão Social</p>	<p>Inserir a pessoa com deficiência na sociedade.</p> <p>Valorizar a pessoa com deficiência, respeitando suas limitações.</p>	Atender 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis - SCFV
9	VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA	Palestra com Roselaine Camatti na escola Expor Banner de violência contra o idoso.	Orientar sobre o assunto, buscando prevenir a ocorrência de violência contra pessoa idosa.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
10	TRILHA ECOLÓGICA Dia da Árvore	<p>Em parceria com Secretaria da Agricultura e Educação (Agrônoma da EPAGRI)</p> <p>Realizar trilha ecológica com os alunos</p> <p>Aquisição de plantas</p> <p>Palestra sobre Importância do uso consciente da água, permanência no campo.</p>	Conscientização da valorização ao meio ambiente.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.

11	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS 0 A 6 ANOS	Encontros semanal entre mães e crianças, abordando temas de forma lúdica. Oficina de pintura em vidro.	Aumentar o vínculo entre as famílias, melhorando a convivência e facilitando o desenvolvimento das crianças. Garantir a possibilidade de geração de renda. Evitar a separação de vínculos.	Atender 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis - SCFV
12	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS 6 A 17 ANOS	Encontros semanais onde são trabalhados diversos temas de forma lúdica, recreativo e através de palestras (socioeducativo).	Aumentar a convivência, sentimento de pertença e cidadania. Evitar a separação de vínculos e outras violências . Fortalecer a convivência familiar e comunitária.	Atender 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis - SCFV
13	PROJETO BIBLIOTECA AMBULANTE DE 0 A 17 ANOS	Disponibilizar livros a esta população.	Estimular o gosto pela leitura.	Atender 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis - SCFV
14	BRINQUEDOTECA	Disponibilizar brinquedos para esta população.	Estimular o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos.	Atender 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis - SCFV
15	OFICINA DE INFORMÁTICA	Viabilizar oficinas para atender as Crianças e Adolescentes	Conhecimento e aprendizagem para futuras oportunidade de emprego (inclusão digital).	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
16	OFICINA DE CAPOEIRA	Viabilizar oficinas para atender as Crianças e Adolescentes	Estimular a interação em grupo, disciplina e comportamento adequado.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
17	OFICINA DE TEATRO	Viabilizar oficinas para atender as Crianças e Adolescentes	Estimular as mais variadas formas de expressão, expressão corporal, auto estima e comunicação,	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
18	OFICINA DE DANÇA	Viabilizar oficinas para atender as Crianças e Adolescentes	Estimular as mais variadas formas a expressão corporal, auto estima.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
19	OFICINA DE FUTSAL	Viabilizar oficinas para atender as Crianças e Adolescentes	Estimular o bom relacionamento em equipe, interação com o grupo e disciplina.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
20	OFICINA DE MUSICA / CANTO – CORAL	Viabilizar oficinas para atender as Crianças e Adolescentes	Estimular as potencialidades, expressão corporal e verbal.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
21	CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS	Viabilizar capacitação aos Conselheiros Municipais	Viabilizar conhecimento para que os Conselheiros sejam mais atuantes.	100% dos Conselheiros que atuam nos direitos da criança e adolescente de Xavantina
22	ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	Viabilizar palestras da equipe da saúde nas escolas do município.	Prevenir doenças causadas pela má alimentação, qualidade de vida em geral.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
23	SEXUALIDADE MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS DST'S	Viabilizar palestras da equipe da saúde nas escolas do município.	Conscientizar sobre a sexualidade, prevenir doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina (instruir segunda a idade respectiva).
24	LIMITES e VALORES	Viabilizar palestras da equipe da saúde nas escolas do município.	Conscientizar sobre limites, respeito e valores para melhorar os relacionamentos escolares e familiares.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
25	HIGIENE BUCAL	Viabilizar palestras da equipe da saúde nas escolas do município. Aplicação do flúor Escovação supervisionada.	Conscientizar sobre a importância da higiene bucal e prevenir doenças.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
26	TRABALHO INFANTIL	Viabilizar palestras da equipe da educação nas escolas do município.	Conscientizar sobre os riscos do Trabalho Infantil, para tentar erradicá-lo.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.

27	DIREITOS E DEVERES	Viabilizar palestras do Conselho Tutelar nas escolas do município. Folder	Conscientizar sobre os direitos e deveres.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.
28	PAPEL DO CONSELHO TUTELAR	Viabilizar palestras do Conselho Tutelar nas escolas do município. Folder	Conscientizar sobre o papel do CT e como realizar denúncias.	100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Ação para o exercício de 2016

As ações acima elencadas estão incluídas na Lei de diretrizes Orçamentárias 2015, mais especificamente nas ações 2017 e 2018.

Xavantina – SC, 18 dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Aplicação para o exercício de 2016

METAS	Data/Prazo	Recursos	Responsável	Aplicação do FIA e FMAS
Violência contra mulher 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	09/03/2016	FMAS	CRAS	FMAS:5.000,00
Crime e adolescência 100% das Crianças e adolescentes de famílias vulneráveis.	17/03/2016	FMAS	CRAS E POLICIA CIVIL	FMAS:1.000,00
Cultura de paz 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	13/04/16	FMAS	CRAS E Secretaria da Saúde	FMAS:2.000,00
Conscientização do uso correto da água Incentivo a permanência no campo 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	20/04/2016	FMAS FMA	CRAS SEC DA AGRICULTURA	FMAS E FMA:2.000,00
Violência e exploração sexual infanto-juvenil 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	18/05/2016	FMAS	CRAS	FMAS:5.000,00
Prevenção a acidentes domésticos e no campo em continuidade a prevenção do trabalho infantil 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Fevereiro	FMAS	CRAS	FMAS:2.000,00
Drogas 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	23/06-SCFV Pedágio.	FMAS	CRAS	FMAS:8.000,00
Inclusão social e semana do excepcional 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis do município.	25 de Agosto junto aos alunos do SCFV - Palmeiras	FMAS	CRAS	FMAS 3.000,00
Trilha ecológica Dia da árvore 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	19/09/2016	FMAS FMA	CRAS SECRETARIA DA AGRICULTURA	FMAS E FMA: 2.000,00

Violência contra a pessoa Idosa 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	05/09/2016	FMAS	CRAS	FMAS: 1.500,00
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 0 a 6 anos 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis do município.	Semanal Contínuo	FMAS	CRAS	FMAS: 20.000,00
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 6 a 17 anos 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis do município.	Semanal Contínuo	FMAS	CRAS	FMAS: 20.000,00
Projeto biblioteca ambulante de 0 a 17 anos 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis do município.	Semanal Contínuo	FMAS	CRAS	FMAS: 2.000,00
Brinquedoteca 100% das crianças e adolescentes das famílias vulneráveis do município.	Semanal Contínuo	FMAS	CRAS	FMAS: 3.000,00
Oficina de informática 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Semanal Março a Novembro	FIA	CRAS	FIA: 20.000,00
Oficina de capoeira 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Semanal Março a Novembro	FMAS	CRAS	FMAS: 8.000,00
Oficina de teatro 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Semanal Março a Novembro	FIA	CRAS	FIA: 20.000,00
Oficina de dança 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Semanal Março a Novembro	FIA	Secretaria de Educação	FIA: 11.000,00
Oficina de futsal 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Semanal Março a Novembro	FME	Secretaria de Educação	FME: 25.000,00
Oficina de musica / canto – coral 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Semanal Março a Novembro	FIA	Secretaria de Educação	FIA: 10.000,00
Capacitação continuada para conselheiros tutelares e conselheiros de direitos 100% dos Conselheiros que atuam nos direitos da criança e adolescente de Xavantina	Etapas bimestrais a partir de fevereiro.	FMAS	CMDCA	FMAS: 3.500,00
Alimentação saudável 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Agosto de 2016	FMS	Secretaria da Saúde	FMS: 200,00
Sexualidade Métodos anticoncepcionais DST's 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina (instruir segunda a idade respectiva).	Novembro de 2016	FMS	Secretaria da Saúde	FMS: 1.000,00
Limites e valores 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Abril de 2016	FMS	Secretaria da Saúde	FMS: 200,00

Higiene bucal 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Julho de 2016	FMS	Secretaria da Saúde	FMS: 5.000,00
Trabalho infantil 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Agosto de 2016	FME	Secretaria da Educação	FME: 1.000,00
Direitos E Deveres 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Agosto de 2016	FMAS	Conselho Tutelar	FMAS:2.000,00
Papel Do Conselho Tutelar 100% das Crianças e adolescentes de Xavantina.	Março de 2016	FMAS	Conselho Tutelar	FMAS: 2.000,00

Plano de Aplicação: Estão indicados no orçamento da Secretaria de Saúde e Assistência Social, nas unidades Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo da Infância e Adolescência, na funcional programática código FMAS 08.243.0008.2.016 no valor de R\$ 84.000,00 e funcional programática FIA 05.04.08.243 no valor de R\$ 61.000,00, e funcional programática FME 26.000,00 e funcional programática FMS 11.400,00. O Plano de Ação e de Aplicação foram aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente na data de 18 de dezembro de 2014.

Membros do Conselho:

I – Três membros representando o Poder Público, indicado pelos seguintes órgãos:

Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Meryen de Quadros

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Elianice Battiston

Representante da Secretaria Municipal de Administração

Alessandra Tedesco da Silva

II – Três membros representando as entidades e a sociedade civil:

Representante do Segmento Adolescentes

Kauane Tedesco

Representante da Associação de Pais e Servidores

Camila Bedin

Representante de Associação Empresarial

Givanildo Rizzi

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº001/2016**

DECRETO nº 001/2016

“DESIGNA OS RESPONSÁVEIS PELO ACESSO E MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLAUDI BABINSKI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, IV, “f”, do Regimento Interno:

Considerando a existência de contas bancárias em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina, mais precisamente no Banco do Brasil S/A.;

Considerando a necessidade de indicação de pessoas autorizadas para acessar e movimentar referidas contas bancárias em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina;

DECRETA

Art. 1º - Ficam designados como responsáveis pelo acesso e movimentação da conta bancária geral Nº45558-X, agência 4601-9 do Banco do Brasil S/A., o Presidente e o 1º Secretário do Poder Legislativo Municipal, Srs. CLAUDI BABINSKI, como Presidente e EUGENIO JOÃO COMIN, como 1ºSecretario respectivamente, os quais ficam dotados de plenos poderes para assinarem, em conjunto ou separadamente, todos os documentos bancários pertinentes, inclusive os títulos de crédito;

Art. 2º - Ficam designados como responsáveis pelo acesso e movimentação da conta bancária de adiantamento Nº48.085-1, agência 4601-9 do Banco do Brasil S/A., o Presidente e a Coordenadora Geral Administrativa do Poder Legislativo Municipal, Srs. CLAUDI BABINSKI e LEO-NORA BRANDELO KIPPER, respectivamente, os quais ficam dotados de plenos poderes para assinarem em conjunto todos os documentos bancários pertinentes, inclusive títulos de crédito;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 04 de janeiro de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Presidente

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2016 - SRP

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para aquisição de Gasolina Aditivada, óleo Diesel S-10 e óleo Diesel B S-500 englobando o Município e os Fundos Municipais, de acordo com o edital e seus anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h: 00min do dia 18 de janeiro de 2016, procedendo à abertura às 14h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 04 de janeiro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

AMAUC

RELAÇÃO DE FATURAMENTO

Cadastramento de pessoa jurídica - Relação de faturamento

Página 1 de 3

Cadastramento de pessoa jurídica
Relação de faturamento

Os dados abaixo devem ser preenchidos para cadastro e para análise de limite de crédito, sendo facultativa a utilização de formulário próprio da empresa.

Empresa

Razão Social : Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC

CNPJ: 83.222.034/0001-58

Faturamento bruto total – últimos 12 meses - R\$

Mês/ano de referência

Relação de faturamento - últimos 12 meses

Mercado interno

Mês/ano	A vista - R\$	A prazo - R\$	Prazo médio de recebimento	Previsto/Realizado
01/2015	115.500,00			115.500,00
02/2015	115.500,00			115.500,00
03/2015	115.500,00			115.500,00
04/2015	115.500,00			115.500,00
05/2015	115.500,00			115.500,00
05/2015	115.500,00			115.500,00
06/2015	115.500,00			115.500,00
07/2015	115.500,00			115.500,00
08/2015	115.500,00			115.500,00
09/2015	115.500,00			115.500,00
10/2015	115.500,00			115.500,00
11/2015	115.500,00			115.500,00
12/2015	115.500,00			115.500,00

Mod. 0.70.231-2 - Jan/12 - SISBB 12030 - pvb

Pág.
1/3

bb.com.br - Central de Atendimento BB 4004-0001 (Capital) e 0800 7290001 (Demais localidades)

http://www.bb.com.br/porta/bb/frm/fw0702312_2.jsp

28/12/2015

Cadastramento de pessoa jurídica - Relação de faturamento

Página 2 de 3

Cadastramento de pessoa jurídica
Relação de faturamento

Mercado externo

Mês/ano	Importação - US\$	Exportação - US\$

Percentual do total do faturamento a prazo, anual, no mercado interno em:

Visanet - %	Cheques - %	Duplicatas - %
-------------	-------------	----------------

Prazo em dias de negócios externos

ACC	ACE	IC
-----	-----	----

Regime tributário

<input type="checkbox"/> Simples *	<input type="checkbox"/> Lucro real	<input type="checkbox"/> Lucro presumido	<input type="checkbox"/> Lucro arbitrado	<input type="checkbox"/> Isento / Imune
------------------------------------	-------------------------------------	--	--	---

(*) Anexar comprovante de opção pelo Simples.

Local e data

Concórdia – SC, 28 de dezembro de 2015.

Assinatura autorizada da empresa

Assinatura do contador
(com registro no CRC)

Mod. 0.70.231-2 - Jan/12 - SISBB 12030 - pvb

bb.com.br - Central de Atendimento BB 4004-0001 (Capital) e 0800 7290001 (Demais localidades)

Pág.
2/3Cadastramento de pessoa jurídica
Relação de faturamento

Os dados abaixo são de preenchimento da agência

http://www.bb.com.br/portalbb/frm/fw0702312_2.jsp

28/12/2015

Cadastramento de pessoa jurídica - Relação de faturamento

Página 3 de 3

Visita à empresa

☐ S - Sim ☐ N - Não

Validação dos dados (quando for o caso)

Observações

Associação de Municípios – entidade sem fins lucrativos, com faturamento fixo através de Contrato de Rateio das despesas para manutenção da entidade.

Comitê de Crédito da Agência - Carimbo(s) e assinatura(s)

Mod. 0.70.231-2 - Jan/12 - SISBB 12030 - pvb

bb.com.br - Central de Atendimento BB 4004-0001 (Capital) e 0800 7290001 (Demais localidades)

Pág.
3/3http://www.bb.com.br/portalbb/frm/fw0702312_2.jsp

28/12/2015

GRANFPOLIS**RESOLUÇÃO Nº 01/2016**

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

REGULAMENTA AS VISITAS TÉCNICAS DE EMPREGADOS AOS MUNICÍPIOS, PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E OUTROS AFASTAMENTOS

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - As visitas técnicas de empregados da GRANFPOLIS para atendimento aos Municípios associados, participação em eventos de interesses da Associação e outros afastamentos seguirão as regras estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º - O Município associado que necessitar a presença de Técnico da GRANFPOLIS, deverá formalizar a solicitação através de ofício ou email, informando o motivo do atendimento, dia e prazo.

Art. 3º - O Técnico solicitado deverá receber o "de acordo" do Secretário Executivo no documento apresentado pelo Município, registrando seu afastamento, se for o caso, em agenda própria criada para este fim.

Art. 4º - No retorno à GRANFPOLIS, o Técnico deverá apresentar relatório de atividades, conforme Anexo I, que será anexado a sua ficha ponto.

Art. 5º - Para participação em reuniões e demais eventos de interesse da Associação e dos Municípios, o Técnico deverá apresentar ao Secretário Executivo o instrumento convocatório ou outro documento justificando sua participação, registrando seu afastamento, se for o caso, em agenda própria criada para este fim.

Art. 6º - No retorno à GRANFPOLIS, o Técnico deverá apresentar comprovante de sua participação, podendo ser lista de presença, certificado ou outro documento comprobatório, que será anexado a sua ficha ponto.

Art. 7º - No caso da impossibilidade de apresentação dos documentos relacionados no Art. 6º, o Técnico deverá entregar ao Secretário Executivo relatório de atividades, conforme Anexo I, que, por sua vez, se for o caso, dará o "de acordo" e encaminhará para arquivamento na ficha ponto do empregado.

Art. 8º - Sendo necessária a utilização de veículo da Associação, o agendamento deverá ser feito no setor responsável.

Art. 9º - A utilização do veículo da Associação ficar restrita ao deslocamento necessário para cumprimento do objetivo da viagem, sendo proibido o uso para fins particulares.

Art. 10 - Em casos excepcionais, se o empregado da GRANFPOLIS necessitar afastar-se para fins particulares, deverá apresentar ao Secretário Executivo justificativa, conforme Anexo II, que, por sua vez, poderá abonar a ausência e encaminhará para arquivamento na ficha ponto do empregado.

Art. 11 - As saídas não autorizadas e o descumprimento desta Resolução implicará em perda do dia de trabalho e anotação na ficha funcional do empregado.

Art. 12 - Ocorrendo a reincidência serão aplicadas as penalidades

previstas no Estatuto Social, Regimento Interno e no Regulamento de Pessoal.

Art. 13 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito Municipal de Canelinha

PRESIDENTE

ANEXO I

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EMPREGADO : _____

CARGO : _____

DATA : _____

MUNICÍPIO / LOCAL : _____

Atividades Desenvolvidas: _____

Florianópolis, ____ / ____ / ____

NOME DO SOLICITANTE : _____

ASSINATURA

EMPREGADO SECRETÁRIO EXECUTIVO

ANEXO II

AUSÊNCIAS DURANTE O EXPEDIENTE / ATRASOS / SAÍDAS ANTECIPADAS / FALTAS

EMPREGADO: _____

Data : ____/____/____

Hora Saída : ____: ____ hs Hora Chegada : ____: ____ hs

Justificativa : _____

Florianópolis, ____ / ____ / ____

EMPREGADO

ABONAR : () SIM () NÃO

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Consórcios

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

O Presidente do Conselho de Administração da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, no uso de suas atribuições legais e visando atender às disposições do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, CONVOCA:

Os senhores Prefeitos Municipais, dos Municípios Consorciados, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA, a realizar-se no Município de Florianópolis/SC, com a seguinte ordem do dia:

Data: 28 de janeiro de 2016

Horário: 15:00 (1ª convocação) e 15:30 (2ª convocação)

Local: Salão de Eventos do Restaurante Guaciara.

Rua General Liberato Bittencourt, 1901 – Estreito – Florianópolis/SC 88070-800.

Ordem do dia:

- 1) Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal sobre Prestação de Contas;
- 2) Posse dos Prefeitos Eleitos para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- 3) Assuntos gerais de interesse dos Consorciados.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Presidente da ARIS

Prefeito de Canoinhas

PORTARIA/DIRETOR GERAL Nº 001/2016

PORTARIA/Diretor Geral nº 001/2016

Nomeia a Sr. Alexandre Lima Grams como Diretor Administrativo e Financeiro da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII e XXI do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro o Sr. ALEXANDRE LIMA GRAMS, inscrito no CPF sob n. 343.180.709-72, que exercerá as funções do cargo definidas nas normas de constituição da ARIS.

Art. 2º A posse deverá ocorrer a partir da publicação da presente Portaria.

Art. 3º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

PORTARIA/DIRETOR GERAL Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA/Diretor geral nº 002, de 04 de janeiro de 2016

Nomeia o candidato aprovado no Concurso Público n. 01/2015 para provimento do cargo público de Analista de Fiscalização e Regulação – Ciências Econômicas, na ordem de classificação.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição, RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos abaixo listados, na ordem de classificação do Concurso Público nº 01/2015, homologado em 17 de junho de 2015, para tomarem posse no prazo de 30 (trinta) dias nos cargos públicos abaixo indicados:

NOME	Nº inscrição	CARGO PÚBLICO	LOCAL DE TRABALHO	Classificação Final
Ricardo Francisco Pitta	464	Analista de Fiscalização e Regulação – Ciências Econômicas	Florianópolis	1º

Art. 2º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda (Anexo I) e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (Anexo II) e comprovará os seguintes requisitos básicos:

- a) Nacionalidade brasileira, sendo admitidos estrangeiros na forma da lei;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida (diploma de conclusão do curso);
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da posse
- f) Ser considerado APTO por perícia médica oficial em todos os exames médicos pré-admissionais relacionados, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas, observada as condições do Anexo III. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este não

será investido no cargo. Essa avaliação terá caráter eliminatório;

f) Regular registro no Conselho Regional de Classe em Santa Catarina, quando for o caso;

g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, em âmbito estadual e federal do domicílio do candidato;

h) Ter carteira de motorista categoria "B";

i) 01 (uma) foto 3x4;

j) Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;

k) Certidão de nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos;

l) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício de suas atividades na Administração Pública (Anexo IV);

m) Informar nº da conta corrente e Agência do Banco do Brasil S.A;

n) Informar nº PIS/PASEP;

o) Informar dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico.

§ 1º Deverão os candidatos comparecer na sede da ARIS para a entrega dos documentos listados neste artigo e a assinatura do respectivo termo de posse.

§ 2º É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 3º Caso não obedecidos os prazos fixados neste artigo pelo candidato, o ato de posse tornar-se-á sem efeito, sendo que a ARIS convocará os próximos candidatos, na ordem da listagem de classificação e do Cadastro de Reserva. O candidato preterido será colocado ao final da lista de classificação do Cadastro de Reserva.

Art. 3º Ficam os candidatos autorizados a retirar todos os documentos junto à sede da ARIS.

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

ANEXO I – DA DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, que:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, apartamento ou terreno

Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Veículo			
Tipo			
Ano			
Data da aquisição			
Valor de aquisição			
Valor de venda atual			
Outros			

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura do candidato

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro(a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar à Diretoria na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Florianópolis/SC, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato

ANEXO III – DA AVALIAÇÃO MÉDICA**DA AVALIAÇÃO MÉDICA**

1. Quanto à Avaliação Médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato de posse dos exames clínicos e laboratoriais abaixo listados deverá agendar horário para Avaliação Clínica na CLINIMETRA – Clínica Médica e Medicina do Trabalho, situada a Rua: Dr. Heitor Blum, 522 – Bairro Estreito – Florianópolis – SC. Telefones da Clinimetra: (48) 3248 7914 ou (48) 3248 3800 com Sra. Daiane.

2. O valor referente a Avaliação Clínica será de até R\$ 70,00 (setenta reais) e será ressarcido pela ARIS mediante apresentação pelo candidato da nota fiscal da Clinimetra.

3 Os exames clínicos e laboratoriais abaixo indicados correrão as expensas do candidato:

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS:**3. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL:****3.1 EXAMES LABORATORIAIS:**

3.1.1 Hemograma Completo

3.1.2 Glicose

3.1.3 Parasitológico de fezes

3.1.4 Parcial de urina

3.1.5 VDRL

3.2 EXAMES RADIOLÓGICOS:

3.2.1 Raio X de Tórax (PA e Perfil)

3.2.2 Raio de Coluna Lombo - Sacra (PA e Perfil)

3.3 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

3.3.1 Exames Laboratoriais e Radiológicos descritos no item anterior

3.3.2 Colesterol

3.3.3 Triglicerídeos

3.3.4 Creatinina

3.3.5 Eletrocardiograma com laudo

3.3.6 Acuidade visual de fundo de Olho com Laudo de Oftalmologista.

3.4 COMPROVANTES DAS SEGUINTE VACINAS:

3.4.1 Antitetânica

3.4.2 Tríplice Viral

3.4.3 Hepatite B

ANEXO IV**D E C L A R A Ç Ã O**

_____, portador(a) da carteira de identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Florianópolis/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

CIGA**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Aos trinta dias do mês de dezembro de 2015, às 09 horas e 30 minutos, na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), localizado à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, compareceram os membros da Comissão de Licitação abaixo signatários, para, na forma da Lei n.º 10.520/02 e alterações posteriores, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial n.º 02/2015, objeto do processo licitatório n.º 28/2015, destinado à contratação de empresa, ou consórcio de empresas, para o fornecimento de 2 (dois) serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo, entre a Rede de Dados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a Rede Mundial de Computadores – INTERNET; e Serviços de Telefonia Fixa e Móvel, para comunicação de dados e voz, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

O Pregoeiro declarou aberta a sessão e efetuou o credenciamento dos representantes legais dos licitante participantes, mediante a verificação da documentação apresentada pelos credenciados para fins de participação no certame. Toda a documentação de identificação dos representantes das empresas participantes estavam adequadas e foram rubricadas pelo Pregoeiro. Após, o Pregoeiro recebeu os envelopes das Propostas de Preços. Tendo aberto os envelopes das Propostas de Preços, foi iniciada a etapa de lances para o Lote 01 (Link de Internet do tipo simétrico), das quais participaram a Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli e a Linha Livre Internet Ltda. ME, sendo que restou vencedora a empresa Linha Livre Internet Ltda. ME com o valor de R\$ 690,00 ao mês. Ato contínuo houve a conferência da documentação de habilitação pelo Pregoeiro e a mesma atendeu aos requisitos previstos no Edital. Logo, o Pregoeiro iniciou a verificação da Proposta de Preços da única empresa participante do Lote 02 (Link de Internet do tipo assimétrico), a Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli, sendo que proposta apresentada atendeu aos requisitos do Edital e o preço ofertado estava de acordo com o valor estimado no Edital. O Pregoeiro em negociação com a empresa licitante questionou se a proposta apresentada seria o lance final, sendo que a representante da licitante informou que o valor final seria mantido, totalizando o valor de R\$ 200, 00 ao mês. A documentação de habilitação foi conferida pelo Pregoeiro e atendeu aos requisitos previstos no Edital. O Pregoeiro iniciou a conferência dos valores propostos pela única licitante, a empresa Claro S.A., que apresentou propostas de preços para os Lote 03 (Telefonia Fixa) e Lote 04 (Telefonia Móvel). Os valores propostos para os Lotes 03 e 04 atenderam aos requisitos do Edital, sendo o valor final para o Lote 03 de R\$ 15.416,00 ao ano e para o Lote 04 o valor final foi de R\$ 5.362,71 ao ano. A documentação de habilitação da Claro S.A. foi conferida pelo Pregoeiro e atendeu aos requisitos previstos em Edital. O Pregoeiro deu por encerrada a Sessão Pública. Da Sessão Pública lavrou-se a respectiva ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Presidente da Comissão de Licitação e por todos os licitantes presentes.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2015.

Marcello André Previdi
Pregoeiro

Morgana Arent Michels Bagini
Presidente da Comissão de Licitação

Daniela de Souza Maluche
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações

Jakson de Oliveira Goulart
Eireli Linha Livre Internet Ltda. ME

Marco Antonio Carvalho de Oliveira
Claro S.A.

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL			
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2015			
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015			
CRENCIAMENTO			
Licitante	CNPJ	Credenciado	CPF
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	Daniela de Souza Maluche	03283505918
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	Jakson de Oliveira Goulart	05401202946
Claro S.A.	40432544000147	Marco Antonio Carvalho de Oliveira	06326721881
PROPOSTAS DE PREÇOS			
LOTE 01			
Licitante	CNPJ	Valor da Proposta	Classificado para etapa de lances
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 1.400,00	X
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 1.350,00	X
LOTE 02			
Licitante	CNPJ	Valor da Proposta	Classificado para etapa de lances
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 200,00	

LOTE 03			
Licitante	CNPJ	Valor da Proposta	Classificado para etapa de lances
Claro S.A.	40432544000147	R\$ 15.416,00	
LOTE 04			
Licitante	CNPJ	Valor da Proposta	Classificado para etapa de lances
Claro S.A.	40432544000147	R\$ 6.230,00	
ETAPA DE LANCES			
LOTE 01			
Licitante	CNPJ	Valor do Lance	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 1.250,00	
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 1.200,00	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 1.100,00	
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 1.050,00	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 1.000,00	
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 980,00	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 950,00	
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 900,00	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 880,00	
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 800,00	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 790,00	
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 750,00	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 740,00	
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 700,00	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 695,00	
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	R\$ 690,00	
LOTE 02			
Licitante	CNPJ	Valor do Lance	
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	R\$ 200,00	
LOTE 03			
Licitante	CNPJ	Valor do Lance	
Claro S.A.	40432544000147	R\$ 15.416,00	
LOTE 04			
Licitante	CNPJ	Valor do Lance	
Claro S.A.	40432544000147	R\$ 5.362,71	
CLASSIFICAÇÃO FINAL			
LOTE 01			
Licitante	CNPJ	Lance final	Ordem de classificação
Linha Livre Internet Ltda ME	04324565000185	690,00/mês	1
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	695,00/mês	2
LOTE 02			
Licitante	CNPJ	Lance final	Ordem de classificação
Wik-Tel Serviços de Telecomunicações Eireli	07783609000123	200,00/mês	1
LOTE 03			
Licitante	CNPJ	Lance final	Ordem de classificação
Claro S.A.	40432544000147	15.416,00/ano	1
LOTE 04			
Licitante	CNPJ	Lance final	Ordem de classificação
Claro S.A.	40432544000147	5.362,71/ano	1

Florianópolis, 30 de dezembro de 2015.			
Marcello André Previdi	Morgana A. M. Bagini		
Pregoeiro	Presidente da Comissão de Licitação		
Daniela de Souza Maluche	Jakson de Oliveira Goulart	Marco Antonio Carvalho de Oliveira	
03283505918	05401202946	06326721881	

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 - PROCESSO Nº 01/2016 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

Aviso de Licitação nº 01/2016

Processo nº 01/2016 - Pregão Eletrônico nº 01/2016 – Registro de Preços

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, n.º 01/2016/CIGA.

OBJETO: efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos diversos e licenças de software, conforme especificações contidas neste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do Acolhimento das Propostas: 08/01/2016 às 8 horas.
- Data de Abertura das Propostas: 15/01/2016 às 10 horas.
- Data da Sessão do Pregão e horário da disputa: 15/01/2016 às 13 horas.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezesete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais federais.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

MARCELLO ANDRÉ PREVIDI
Analista de Sistemas do CIGA
Pregoeiro do CIGA

PROCESSO N.º 01/2016/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2016/CIGA

1. PREÂMBULO

1.1 O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao recebimento de propostas para REGISTRO DE PREÇOS, com base no disposto nas Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- 1.2.1 Anexo I - Objeto Detalhado;
- 1.2.2 Anexo II - Termo de Credenciamento para participação – Nomeação de Representante;
- 1.2.3 Anexo III - Formulário da Proposta de Preços; e
- 1.2.4 Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

2. CRONOGRAMA

2.1 Início do acolhimento das Propostas: 08/01/2016 às 8 horas.

2.2 Data de Abertura das Propostas: 15/01/2016 às 10 horas.

2.3 Data da sessão do Pregão e horário da disputa: 15/01/2016 às 13 horas.

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Quaisquer questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, dirigidos ao Pregoeiro, para o endereço ciga@ciga.sc.gov.br até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura das propostas.

3.2 Os questionamentos serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, e os eventuais esclarecimentos, de interesse geral, serão divulgados no portal www.ciga.sc.gov.br, na página referente à 'transparência', 'licitações'.

3.3 Os interessados deverão consultar o sítio do CIGA – <http://www.ciga.sc.gov.br> – para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

3.4. O início do acolhimento das propostas que trata o subitem 2.1 dar-se-á exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, na página www.bll.org.br, opção "Acesso ao Sistema", na opção Pregão Eletrônico, no item Proposta, prosseguindo o certame de acordo com os procedimentos estabelecidos nos itens 9 e 10 deste edital.

3.5 Remessa de Documentos: Fax: (48) 3221-8800 ou pelo e-mail ciga@ciga.sc.gov.br, caso o licitante tenha a disponibilidade de digitalizar os documentos.

3.6 Entrega de documentos originais/cópias autenticadas: Comissão de Licitação do CIGA – Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800.

3.7 Todas as referências de tempo destacadas no edital, avisos, bem como informações de tempo durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, sendo desta forma registradas no sistema eletrônico.

3.8 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº. 10.520/2002.

4. DO OBJETO

4.1 Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos diversos e licenças de software, conforme especificações contidas neste edital.

5. DO PREÇO MÁXIMO

5.1 O preço máximo do objeto está estipulado no Anexo I – Objeto Detalhado.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame, licitantes que estejam legalmente constituídos e atendam as especificações contidas neste edital.

6.2 É vedada a participação de pessoas físicas ou jurídicas suspensas ou impedidas de licitar e contratar com o CIGA, ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93), ou que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do CIGA, bem como de licitantes em situação de falência, recuperação judicial ou insolvência.

6.3 É vedada a participação de licitantes cuja atividade fim não for compatível com o objeto desta licitação, que será comprovada por intermédio do ato constitutivo em vigor (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações), podendo ser acrescido a este documentação complementar que possibilite identificar a compatibilidade da atividade fim com o objeto da licitação.

6.4 É vedada a participação de licitantes que estejam sob aplicação de sanções, conforme termos da Lei n.º 12.846/2013:

6.4.1 A verificação de eventual enquadramento na situação de que trata o item 6.5 será realizada mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIs, pelo link <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam> e junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, pelo link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

7. DA PARTICIPAÇÃO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada (artigo 44, § 2º, da LC 123/2006).

7.2 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior ao menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances.

7.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, serão

convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do artigo 44, § 2º, da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 A oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser feita no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados da convocação automática, logo após o encerramento dos lances, pelo sistema eletrônico da BLL, sob pena de preclusão (art. 45, § 2º e § 3º, da LC 123/2006).

7.5 As disposições deste item somente serão aplicadas quando a proposta melhor classificada ao final da etapa de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (artigo 45, § 2º, da LC 123/2006).

7.6 Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte sagrar-se vencedora, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta última apresente alguma restrição (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.7 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prazo este prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa (artigo 43, § 1º, da LC 123/2006).

7.8 A documentação fiscal regularizada deverá ser entregue ao Pregoeiro ou à Comissão de Licitação no endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, dentro do prazo estipulado no item anterior:

7.8.1 No caso de remessa postal da documentação, deverá ser enviado o Recibo de Postagem da E.C.T ou Código de Rastreamento Postal, por fax ou e-mail, para o endereço citado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no mesmo prazo do item 7.7.

7.9 A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme estipulado neste edital.

8. DA IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

8.1 As impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, observando-se os termos do item 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão:

8.1.1 Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.5 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

8.2 O pregoeiro opinará, de forma fundamentada, com a oitiva da Comissão de Licitação, se assim achar necessário, pela procedência ou improcedência das impugnações, que serão decididas pela Autoridade Superior.

8.3 A decisão que determinar a modificação dos termos do edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

8.4 Devido à política de segurança virtual implantada no âmbito do CIGA, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado nas DISPOSIÇÕES PRELIMINARES poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade de o impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (48) 8406-1060.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil para a formulação de proposta no sistema e participação da sessão pública.

9.2 O credenciamento dar-se-á pela nomeação por meio do instrumento de mandato (Anexo II – Termo de Credenciamento para participação – Nomeação de Representante), com firma reconhecida, de operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou à própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: www.bll.org.br

5.2. A participação do licitante no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente pela BLL, que deverá manifestar em campo próprio do sistema pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente dar-se-á mediante prévia definição de senha privativa;

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores (pessoal e intransferível) poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

9.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena de aplicação das penalidades

previstas no item próprio deste edital.

9.4 O uso da senha de acesso pelo licitante para efetuar qualquer transação diretamente ou por intermédio do seu representante será de sua exclusiva responsabilidade, pelo que assumirá como firme e verdadeira sua proposta, assim como seus lances, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao CIGA qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha do licitante, ainda que por terceiros.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

10.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível concedida ao licitante credenciado (operador da corretora de mercadorias ou diretamente do licitante) no Sistema de Licitação Eletrônica da BLL e envio da proposta de preços por meio do sistema eletrônico, observados a data e o horário-limite estabelecidos no CRONOGRAMA.

10.2 O envio da proposta pelo licitante, por meio do sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das condições estabelecidas neste edital, em especial no tocante à documentação de habilitação e às especificações previstas no Anexo I - Objeto Detalhado.

10.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico.

10.4 O preço ofertado pelo licitante deverá ser cotado em REAL, com até duas casas decimais após a vírgula, incluindo todas as despesas incidentes sobre a execução do objeto da licitação.

10.5 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias (art. 6º, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002), tendo por termo inicial a data da sessão.

10.6 Qualquer esclarecimento em relação ao acesso no sistema operacional pode ser feito pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909, e-mail: contato@bll.org.br, ou por meio de uma corretora de mercadorias associada.

10.7 Ao apresentar sua proposta é imprescindível que o licitante registre expressamente, sem se identificar, a marca e modelo do objeto cotado, sob pena de desclassificação de sua proposta.

10.8 Serão desclassificadas as propostas que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do licitante.

10.9 Os licitantes deverão informar no campo "VALOR TOTAL" o preço total, para com este participar da disputa de lances.

10.10 O licitante que se utilizar da base de cálculo do ICMS reduzida deverá informar na sua Proposta de Preço a incidência do benefício fiscal, sob pena de não poder usufruí-lo.

11. DO ANEXO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

11.1 Imediatamente após a inserção das informações da proposta eletrônica, deverá, obrigatoriamente, ser inserido o Anexo III – Formulário da Proposta de Preço, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, sem qualquer dado que possibilite a sua identificação, pois qualquer informação que identifique o proponente (como telefone, endereço, logo da empresa, etc) implicará DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

11.1.1 Qualquer documento anexado será analisado após a fase de lances, e, havendo divergência entre as informações constantes é facultada a realização de diligências pelo Pregoeiro, não podendo haver, entretanto, alteração da marca e modelo e/ou referência informados.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 Recebidas as propostas apresentadas no endereço www.bll.org.br e encerrado o prazo para sua apresentação, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, ocasião em que serão divulgadas as propostas recebidas em perfeito atendimento às especificações e condições previstas neste edital.

12.2 Serão desclassificadas as propostas:

12.2.1 Que não atendam às exigências formais e materiais previstas neste edital;

12.2.2 Inexequíveis, ou seja, aquelas que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto (art. 48, inc. II, da Lei nº 8.666/93); e

12.2.3 Que apresentarem, após superadas a disputa de lances e a negociação, preço superior ao máximo informado no Anexo I – Objeto Detalhado.

12.3 A decisão motivada de desclassificação será proferida e registrada no sistema em tempo real.

12.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.5 O critério de julgamento e de aceitabilidade dos preços da presente licitação será o de menor preço por item.

12.6 A etapa competitiva ocorrerá no dia e hora marcados no CRONOGRAMA e terá o tempo de duração definido a critério do Pregoeiro, durante o qual os licitantes poderão encaminhar seus lances pelo sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e valor, com o respectivo horário de registro no sistema.

12.6.1 O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

12.7 Durante a sessão pública do pregão eletrônico, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

12.7.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

12.8 Esgotado o tempo inicial da fase de lances, o Pregoeiro anunciará o encerramento desta fase, momento no qual o sistema eletrônico da BLL encaminhará aviso de tempo randômico (período de até 30 minutos, aleatoriamente determinado) para fechamento da etapa de lances.

12.9 Ao final do tempo randômico de que trata o subitem anterior, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

12.10 Caso não haja oferta de lances será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço lançada no sistema e o preço máximo do item da licitação, observando-se sempre o atendimento das especificações técnicas do objeto.

12.11 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico da BLL, contra-proposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, com vistas a obter melhor proposta, observado o critério de julgamento e mantidas as condições estipuladas neste edital.

12.12 A negociação prevista no subitem anterior poderá ser utilizada também nos casos em que não houver formulação de lances.

12.13 Depois de encerrada a etapa de lances e negociada a redução de preço, se for o caso, e ainda, após ter constatado a compatibilidade da proposta classificada em primeiro lugar com as condições e preços estabelecidos para a contratação, o Pregoeiro anunciará, em decisão motivada, a razão de sua aceitabilidade e passará à verificação da habilitação e das exigências para cumprimento do objeto, nos termos deste edital, do licitante cuja proposta tenha sido a primeira classificada.

12.14 Constatado o atendimento das exigências habilitatórias pelo licitante que ofertou a melhor proposta, será este declarado vencedor da licitação.

12.14.1 O licitante classificado em primeiro lugar deverá, no momento da Sessão Pública do Pregão, quando indagado pelo Pregoeiro, definir o preço unitário e total por itens, conforme descrição apresentada no Objeto Detalhado e no Formulário da Proposta de Preços (Anexos I e III), sendo que este preço não poderá ultrapassar o preço máximo estabelecido para os itens, bem como não poderá em hipótese alguma, ser superior ao preço apresentado na proposta inicial (Anexo III – Formulário da Proposta de Preços);

12.14.2 Caso não seja possível a imediata recomposição dos preços resultantes dos lances, o Pregoeiro estabelecerá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente nova proposta à Comissão de Licitação, no endereço citado no item 3 do Edital, em original assinado, ou envie para e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br assinada e digitalizada, sob pena de desclassificação.

12.15 Se a melhor proposta não for aceita ou, ainda, se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando sua exequibilidade, na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda às disposições do edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.16 Na hipótese de haver desconexão apenas com o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico da BLL permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos já realizados.

12.17 Quando a desconexão com o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem eletrônica no mesmo endereço eletrônico utilizado para a divulgação da licitação, ocasião em que serão anunciadas a data e a hora da reabertura da sessão.

12.18 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, sendo o único responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua própria desconexão, inclusive no que tange às disposições do subitem anterior.

13. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

13.1 Encerrada a disputa de lances, o licitante detentor da proposta melhor classificada poderá enviar para análise prévia cópia dos documentos de habilitação elencados abaixo, via fac-símile para o telefone n.º (48) 3221-8800 ou, digitalizadas, para o e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br a fim de que sejam identificadas eventuais falhas:

13.1.1 Tal procedimento é facultativo e não substitui a documentação de habilitação original ou cópia autenticada, que deverá ser entregue ou remetida ao Pregoeiro ou à Comissão de Licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data da sessão, na forma prevista no item 3.6 do edital.

13.1.2 No caso de remessa postal da documentação de habilitação original, ou cópia autenticada, esta deverá ser comprovada mediante o envio do Recibo de Postagem ou Código de Rastreamento Postal, da E.C.T, por fax ou e-mail, em até 3 (três) dias úteis contados da data da sessão, aos cuidados do Pregoeiro ou à Comissão de Licitação.

13.2 A DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO deverá contemplar os documentos abaixo relacionados:

13.2.1 Habilitação Jurídica:

13.2.1.1 Ato constitutivo do licitante:

13.2.1.1.1 Quando se tratar de Empresário, deverá ser apresentado documento comprobatório de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial do local de sua sede;

13.2.1.1.2 Quando se tratar de Sociedade Simples, deverá ser apresentado Contrato acompanhado das modificações averbadas, tudo devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede;

13.2.1.1.3 Quando se tratar de Sociedade Empresária, deverá ser apresentado o Estatuto ou o Contrato Social (documento consolidado ou acompanhado de todas as alterações) tudo devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial do local de sua sede.

13.2.1.2 As Sociedades por Ações também deverão apresentar cópia da ata da eleição de seus administradores, registrada na Junta Comercial.

13.2.1.3 As Sociedades Estrangeiras em funcionamento no País deverão apresentar o respectivo decreto de autorização e, quando a atividade o exigir, o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

13.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

13.2.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.2.2.2 Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Prova de regularidade relativa à seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS), demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, de acordo com a Lei n. 8.212, de 24-7-1991;

13.2.2.3 Certificado de regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

13.2.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Fazenda Estadual:

13.2.2.4.1 Para os municípios que emitem Prova de Regularidade para com a Fazenda em separado, os licitantes deverão apresentar duas certidões, comprovando sua situação regular referente aos tributos Mobiliários e Imobiliários;

13.2.2.4.1.1 Na impossibilidade da apresentação da certidão referente aos tributos Imobiliários, será admitido outro documento que comprove a regularidade, ou, na falta deste, declaração do próprio licitante de que não é contribuinte de tributos Imobiliários.

13.2.2.4.2 Para comprovação da Regularidade para com a Fazenda estadual, deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos emitida pelo órgão fazendário do Estado em que a empresa possui domicílio ou sede, abrangendo os débitos fiscais inscritos e não inscritos na dívida ativa;

13.2.2.4.2.1 Caso a unidade fiscal dispense, para fins de habilitação em licitação ou contratação direta, a prova de regularidade no tocante aos débitos não inscritos na dívida ativa, caberá ao licitante comprovar essa informação;

13.2.2.4.2.2 Empresa sediada em outro Estado da Federação deverá apresentar também Certidão Negativa de Débitos do Estado de Santa Catarina.

13.2.2.5 Prova de regularidade trabalhista, mediante comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei n. 12.440, de 7/7/2011;

13.2.2.6 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

13.2.3 Qualificação Econômico-Financeira:

13.2.3.1 Quando se tratar de pessoa jurídica ou empresário, deverá apresentar certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor do foro da comarca em que está sediado o licitante;

13.3 O licitante inscrito no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina poderá apresentar o certificado de registro cadastral em substituição aos documentos de habilitação de que tratam os subitens 13.2.2 e 13.2.3, desde que estes constem nos respectivos cadastros e estejam dentro do prazo de validade.

13.4 Outros Documentos:

13.4.1 Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação, Formulário da Proposta de Preços – modelo sugerido no Anexo III do Edital, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal do licitante vencedor, conforme indicado no próprio formulário (obrigatoriamente em original).

13.5 Forma de apresentação e regras de aceitação da documentação de habilitação:

13.5.1 Todos os documentos deverão ser apresentados em originais, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou, ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Pregoeiro ou pela Comissão de Licitação no ato da apresentação da documentação de habilitação, caso estejam acompanhadas dos respectivos documentos originais.

13.5.2 Os documentos de habilitação apresentados pelo licitante, quanto obtidos via Internet, serão validados pelo Pregoeiro após verificação de sua autenticidade no site da entidade que os emitiu:

13.5.2.1 Na hipótese de divergência de informações entre o documento apresentado e as constantes no site da entidade que o emitiu, prevalecerão estas em relação àquelas.

13.5.3 Os documentos apresentados deverão estar dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação.

13.5.4 Os documentos de habilitação que não possuem prazo de validade deverão conter data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias contados da data da sessão, exceto para os documentos de qualificação jurídica, de qualificação técnica, CPF e CNPJ.

13.5.5 O licitante que optar em participar mediante apresentação de proposta elaborada por uma de suas filiais, deverá apresentar todos os documentos exigidos para habilitação, referentes à matriz, acrescidos, especificamente em relação à filial, das provas de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal:

13.5.5.1 Quando a matriz for sediada no estrangeiro, também deverá ser apresentada a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial da filial.

14. DO PROCEDIMENTO PARA SANAR FALHAS ESCUSÁVEIS

14.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, em até 24 (vinte e quatro) horas e motivadamente, em campo próprio do sistema de licitações da BLL, a intenção de recorrer, a partir de quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema.

15.1.1 Apresentadas as razões de recurso, será disponibilizada a todos os participantes, ficando os demais licitantes, nessa data, intimados para apresentar contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias, pelo meio indicado no item anterior, sendo-lhes assegurada vista dos autos no endereço constante no item 3.6 das DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

15.2 A falta de manifestação no prazo determinado no item 15.1 importará decadência do direito de recurso.

15.3 Sempre que for interposto recurso, deverão ser juntados aos autos os documentos, por ventura, apresentados pelo recorrente, registrando-se a data e a hora em que foram entregues.

15.4 Não será recebido ou conhecido recurso intempestivo, meramente protelatório, que não seja interposto pelo licitante ou por seu representante credenciado, ou quando os respectivos fundamentos não possuírem justificativa e motivação em direito admissíveis:

15.4.1 A decisão que negar seguimento ao recurso será fundamentada.

15.5 O Pregoeiro lançará sua manifestação, de forma motivada, pelo indeferimento ou provimento do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e nesse mesmo prazo encaminhará o recurso ao Presidente do CIGA que, por sua vez, proferirá decisão em 5 (cinco) dias úteis.

15.6 O acolhimento do recurso somente importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 Declarado o vencedor da licitação e não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o processo será remetido ao Presidente do CIGA para homologação.

16.2 No caso de interposição de recurso, a homologação ocorrerá após seu julgamento.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ATA DE RP) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para eventual e futura contratação, na qual se registra o(s) licitante(s) classificado(s) e o(s) item(ns) com os respectivo(s) preço(s) unitário(s).

17.2 O prazo de validade da ATA DE RP será de 12 (doze) meses, conforme Minuta da Ata de Registro de Preços, ficando o seu detentor obrigado a manter o seu preço registrado por igual período.

17.3 Após a homologação do resultado deste pregão, o CIGA, respeitada a ordem de classificação, poderá convocar o(s) licitante(s) habilitado(s), para a assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

17.3.1 A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação via correio (carta registrada com aviso de recebimento - AR), prorrogável apenas uma vez a critério do CIGA, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

17.3.2 Ao assinar a ATA DE RP, o licitante habilitado passará à denominação de DETENTOR DA ATA, comprometendo-se a cumprir todas as condições a serem praticadas, determinadas neste edital e na proposta apresentada.

17.4 Na hipótese do licitante convocado não se apresentar para assinar a ATA DE RP, observado o subitem 17.3, ficará sujeito, mediante processo administrativo, à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para a contratação, obtido por meio da aplicação do valor unitário do(s) item(ns) sobre a quantidade máxima estimada para os 12 (doze) meses de registro:

17.4.1 Ocorrendo a situação prevista no subitem anterior, o CIGA emitirá NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ao licitante convocado, que deverá fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, no prazo definido no respectivo Processo Administrativo;

17.5. Ocorrendo a situação prevista no item 17.4, o CIGA poderá convocar, para habilitação, os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos no subitem 17.3.1, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

17.6 No caso de inexecução do objeto, por qualquer motivo, durante a vigência da ATA DE RP, o CIGA poderá, mediante processo administrativo, cancelar seu registro, inclusive em caso fortuito ou de força maior, e convocar os demais licitantes classificados, segundo a ordem de classificação na etapa de lances, observado o procedimento e os prazos estabelecidos no subitem 17.3.1, e, após habilitado, para assinar a ATA DE RP pelo quantitativo e prazo remanescentes, e nas mesmas condições da ATA DE RP anterior.

18. DA REVISÃO DE PREÇOS

18.1 O preço pactuado pelas partes para fornecimento do(s) objeto(s) da presente licitação poderá ser revisado a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta, sempre que for verificada alteração substancial e prejudicial a qualquer delas na relação entre os encargos do DETENTOR DA ATA e a retribuição financeira do CIGA para justa remuneração do fornecedor.

18.1.1. O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que não esteja pendente a entrega de objeto ou a execução de serviço de Autorização de Fornecimento/Serviço já expedida;

18.1.2 O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado à Gerência Administrativa do CIGA, no endereço: Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, Florianópolis/SC, CEP. 88.010-070, com identificação do número da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ou ainda, por e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br;

18.1.3 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro sofrido.

18.2 Constatado que o preço registrado na ATA DE RP está superior ao praticado pelo mercado, o CIGA poderá convocar o DETENTOR DA ATA para, no processo da licitação, negociar a redução do preço registrado:

18.2.1 Na hipótese de a negociação não resultar satisfatória, o CIGA poderá convocar os demais licitantes classificados, observado o procedimento estabelecido no subitem 18.3.1, para, no processo de licitação, e segundo a ordem de classificação nas etapas de lances, negociar com estes a redução do preço registrado;

18.2.2 Sendo exitosa a negociação para redução do preço, nova ordem de classificação deverá ser estabelecida entre os preços registrados;

18.2.3 O licitante melhor classificado, após a negociação de preço, será convocado, observado o procedimento e o prazo estabelecido no subitem 17.3.1, para habilitação e, após habilitado, para assinatura da ATA de RP, para o prazo remanescente da Ata de Registro de Preço anterior.

18.3 Quando o DETENTOR DA ATA demonstrar que o preço de mercado é superior ao registrado e que não pode cumprir o compromisso, o CIGA poderá liberá-lo do compromisso sem a aplicação de penalidade. Nesta hipótese, o CIGA poderá negociar o preço com os demais licitantes classificados, respeitada a média do preço de mercado, obedecido ao procedimento disposto nos itens 18.2.1, 18.2.2 e 18.2.3.

19. DO FORNECIMENTO

19.1 A formalização do PEDIDO DE ENTREGA, objeto desta licitação, dar-se-á via correio (carta registrada com aviso de recebimento – AR) ou por e-mail pelo instrumento denominado Autorização de Fornecimento, conforme modelo que consta no Anexo V deste edital, a qual,

após expedida, terá a força de contrato entre a Administração e o Detentor da Ata de RP.

19.2 O recebimento da carta registrada com aviso de recebimento obriga o CONTRATADO a efetuar a entrega dos objetos pelo preço registrado, e nas quantidades estipuladas na Autorização de Fornecimento.

19.3 A partir do 1º dia útil após o recebimento do telegrama, conforme disposto no item 19.1, iniciará para o CONTRATADO o prazo para a entrega dos objetos.

19.4 O quantitativo expresso no Objeto Detalhado é estimado e representa a previsão do CIGA para as aquisições durante o período de 12 (doze) meses.

19.5 O CIGA não está obrigado a adquirir o produto especificado no Anexo I – Objeto Detalhado, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e o momento da aquisição.

19.6 Durante o prazo de validade da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, seu DETENTOR fica obrigado a fornecer o objeto ofertado, nas quantidades indicadas pelo CIGA em cada Autorização de Fornecimento.

19.7 A existência do preço registrado não obriga o CIGA a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao DETENTOR DA ATA a preferência em igualdade de condições.

19.8 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento do registro do DETENTOR DA ATA, sujeitando-se este às sanções administrativas pertinentes.

20. DA RESPONSABILIDADE DO DETENTOR DA ATA E DO CONTRATADO

20.1 O DETENTOR DA ATA tem o dever de:

20.1.1 Fornecer os objetos nas condições, no preço, nas quantidades, e no prazo estipulados na proposta e na Autorização de Fornecimento – AF;

20.1.2 Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.2 Impossibilitado de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, o CONTRATADO deverá adotar os seguintes procedimentos:

20.2.1 Protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data limite para entrega, junto à Gerência Administrativa do CIGA, no endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800, ou ainda, pelo e-mail: ciga@ciga.sc.gov.br, devendo, no mínimo, constar:

20.2.1.1 Identificação do objeto, número do pregão e da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

20.2.1.2 Justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

20.2.1.3 Documentação comprobatória; e

20.2.1.4 Indicação do novo prazo a ser cumprido.

20.2.2 O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do CIGA seu deferimento;

20.2.3 Caso o CIGA conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

20.2.4 Caso o CIGA não conceda a prorrogação do prazo, o CONTRATADO estará sujeito às sanções administrativas pertinentes;

20.2.5 Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega; e

20.2.6 O não cumprimento do disposto nos incisos anteriores facultará ao CIGA a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo o DETENTOR DA ATA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

21. DA RESPONSABILIDADE DO CIGA

21.1 O CIGA tem o dever de:

21.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços, obedecendo à ordem de classificação;

21.1.2 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

21.1.3 Acompanhar a entrega dos objetos, verificando o cumprimento dos prazos, notificando ao CONTRATADO quaisquer reclamações ou solicitações havidas;

21.1.4 Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;

21.1.5 Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais em dia;

21.1.6 Publicar o extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e de seus aditivos, bem como cada Autorização de Fornecimento para a referida ATA, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

22. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

22.1 O recebimento do objeto da licitação está vinculado às necessidades do CIGA, às condições do item 19 do edital.

22.2 A entrega dos objetos deverá ocorrer no período de até 20 (vinte) dias consecutivos contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento da notificação via correio (carta registrada com aviso de recebimento - AR), informando que a Autorização de Fornecimento já está disponível para ser retirada na Gerência Administrativa do CIGA. Caso necessário, a referida Autorização poderá ser enviada via fax ou e-mail, desde que isto seja solicitado por e-mail.

22.3 O CONTRATADO deverá comunicar à Gerência Administrativa, pelo e-mail contabilidade@ciga.sc.gov.br, e à Comissão de Licitação, pelo e-mail ciga@ciga.sc.gov.br, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, a data da entrega dos objetos.

22.4 As entregas dos objetos deverão ser realizadas na Gerência Administrativa, situada na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800, em dias de expediente do CIGA, das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezesete) horas.

22.5 O aceite na(s) nota(s) fiscal(is) e posterior envio para pagamento será efetuado pela Gerência Administrativa, após parecer emitido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, caso estejam em conformidade com o solicitado no edital e com a proposta da empresa.

22.6 Caso a Gerência Administrativa, com base em seu parecer, recuse os objetos, o CONTRATADO ficará obrigado a substituí-los, de modo a atender integralmente o especificado no edital e à proposta da empresa.

22.7 O CONTRATADO não receberá o aceite na Nota Fiscal enquanto não regularizar a entrega definitiva dos objetos.

22.8 Após a HOMOLOGAÇÃO, qualquer questão técnica ou sobre a entrega, suscitada pelo CONTRATADO deverá ser encaminhada à Gerência Administrativa, para o e-mail ciga@ciga.sc.gov.br.

22.9 Os objetos não poderão ser substituídos por outros de marcas diversas.

22.9.1 Excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada por escrito, e desde que os objetos substituídos sejam de qualidade comprovadamente igual ou superior, obedecidos os mesmos trâmites previstos para o pedido de prorrogação descrito no item 19.2, o CIGA poderá autorizar a troca de marca.

23. DA NATUREZA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos do orçamento do CIGA, de acordo com o Projeto Atividade nº 2001 – Administração e Manutenção do Consórcio, nos elementos de despesa nº 4.4.90.52 e nº 4.4.90.39 e com o Projeto Atividade nº 2002 – Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI, no elemento de despesa nº 4.4.90.52 e nº 4.4.90.39 para o exercício de 2016 e, para o exercício seguinte, créditos próprios de igual natureza.

24. DO PAGAMENTO

24.1 O pagamento será efetuado pelo CIGA, por intermédio do Banco do Brasil, Agência 3174-7, Setor Público, na conta corrente indicada pelo CONTRATADO, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data do aceite do material na(s) nota(s) fiscal(is) apresentada(s) pela matriz ou filial do CONTRATADO, na forma do item 22 do edital, ou via boleto bancário:

24.1.1 O CONTRATADO que não possuir conta corrente no Banco do Brasil poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.

24.1.2 A conta corrente indicada pelo CONTRATADO deverá ser obrigatoriamente referente ao CNPJ do licitante vencedor.

24.2 O CIGA só efetuará o pagamento mediante a apresentação de nota fiscal emitida de forma correta, razão pela qual os licitantes deverão observar os casos em que é obrigatório emitir nota fiscal eletrônica.

24.3 A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao CONTRATADO para retificação e reapresentação, acrescendo-se ao prazo fixado no subitem 23.1 os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

24.4 A devolução da nota fiscal não aprovada pelo CIGA em hipótese alguma servirá de pretexto para que o CONTRATADO suspenda a entrega.

24.5 O CIGA procederá ao pagamento apenas dos fornecimentos efetivamente recebidos, única e exclusivamente por meio de sua Gerência Administrativa.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 O atraso injustificado na execução do contrato, por culpa do CONTRATADO, o sujeitará ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

25.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2% do valor atualizado do contrato;

25.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4% do valor atualizado do contrato, calculada sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do CIGA;

25.1.3 No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,2% até 10 (dez) dias de atraso e 0,4% acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso;

25.1.4 Os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

25.1.4.1 Na hipótese da aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto acima, caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando o CONTRATADO às demais implicações legais.

25.2 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o CIGA poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas neste edital, as seguintes sanções:

25.2.1 Advertência por escrito, quando o CONTRATADO deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços ou entrega dos bens;

25.2.2 Multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

25.2.3 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o CIGA por prazo não superior a 5 (cinco) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando o CONTRATADO, convocado dentro do prazo de validade da proposta: deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

25.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (conforme definição contida no art. 6º, inciso XI, da Lei 8.666/93) enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

25.3 A multa deverá ser recolhida na Gerência Administrativa do CIGA, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis após a respectiva notificação via correio (carta registrada com aviso de recebimento - AR). Não solvida a multa, nos termos aqui previstos, será ela descontada pelo CIGA dos créditos existentes em nome do CONTRATADO ou, não havendo esses ou sendo ela maior do que o crédito, cobrada judicialmente com ônus ao devedor.

25.4 As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo CIGA.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelos licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente edital.

26.2 Assegura-se ao CIGA o direito de:

26.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93);

26.2.2 Revogar a presente licitação por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei n.º 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; e

26.2.3 Adiar a data da sessão.

26.3 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

26.4 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública.

26.5 As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança do certame.

26.6 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

26.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

26.8 Só se iniciam e vencem prazos em dias em que houver expediente no CIGA.

26.9 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

26.10 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos de forma amigável.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH Prefeito de Braço do Trombudo Presidente do CIGA	

ANEXO I – OBJETO DETALHADO

OBJETO: Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos diversos e licenças de software, conforme especificações mínimas a seguir:

Item	Descrição Mínima	Quantidade	Preço Unitário Máximo (R\$)
1	<p>Notebook</p> <ul style="list-style-type: none">• Processador com pontuação CPU Passmark superior a 8000 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)• Memória RAM 8GB (DDR3 ou DDR4) - 1600MHz ou superior• SSD de 240GB• Tela mínima de 14 polegadas e máxima de 17 polegadas• Resolução da tela integrada mínima de 1366x768• Saída HDMI• Mínimo de 2 portas USB 3.0• Gigabit Ethernet com conector RJ45• Wifi integrado 802.11bgn• WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos• Conector para fone e microfones externos• 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h• Teclado padrão ABNT2• Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136)• Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro• Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria• Cor predominante preta ou tons de cinza	5	7.000,00

2	<p>Notebook</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processador com pontuação CPU Passmark superior a 1900 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php) • Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior • HDD de 500GB ou SSD de 120GB • Tela mínima de 11.6 polegadas e máxima de 14 polegadas • Resolução da tela integrada mínima de 1366x768 • Saída HDMI • Mínimo de 2 portas USB 2.0 • Ethernet com conector RJ45 • Wifi integrado 802.11bgn • WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos • Conector para fone e microfones externos • 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h • Teclado padrão ABNT2 • Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136) • Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro • Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria • Cor predominante preta ou tons de cinza • Peso máximo de 1.5Kg • Tela Conversível para estilo Tablet, com touchscreen 	5	2.500,00
3	<p>Notebook</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processador com pontuação CPU Passmark superior a 2200 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php) • Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior • HDD de 500GB • Tela mínima de 14 polegadas e máxima de 17 polegadas • Resolução da tela integrada mínima de 1366x768 • Saída HDMI • Mínimo de 2 portas USB 2.0 • Ethernet com conector RJ45 • Wifi integrado 802.11bgn • WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos • Conector para fone e microfones externos • 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h • Teclado padrão ABNT2 • Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136) • Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro • Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria • Cor predominante preta ou tons de cinza 	5	1.800,00

4	<p>Smartphone</p> <ul style="list-style-type: none"> • Smartphone dual chip com tecnologias 2G, 3G e 4G multibanda compatível com o sistema de redes brasileiras desbloqueado • Resolução de tela Full HD de 1280 x 720 de 5 a 5.9 polegadas • 2 GB Memória RAM e 16 GB de memória interna de armazenamento, com possibilidade de expansão • Wi-Fi 802.11 b/g/n, Bluetooth 4.0 • Câmera primária de 13Mp com flash e foco automático • Câmera frontal de 5Mp • Sistema Android 4.4 ou superior • Processador com Quad-core velocidade de pelo menos 1.2 GHz • GPS 	4	870,00
5	<p>Geladeira</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade mínima de 230L • Voltagem 220v • Eficiência Energética "A" de acordo com Inmetro • Garantia de 12 meses • Largura máxima de 50 cm 	1	950,00
6	<p>Purificador de Água</p> <ul style="list-style-type: none"> • Purificador e refrigerador de água com SNTA – Sistema Natural de Tratamento de Água: filtra e purifica a água previamente tratada por estação concessionária de tratamento de água. Através dos elementos naturais, como dolomita, quartzo e carvão ativado impregnado com prata, absorve o cloro e reduz substâncias químicas, orgânicas e a turbidez da água. • Voltagem 220v • Disponibilizar água natural e gelada • Vazão de pelo menos 1L/minuto • Sistema de refrigeração por compressor • Cor predominante: branca • Selo Saúde Inmetro/IFBQ – Certificação Aparelho para melhoria da Água para consumo Humano – Classificação máxima em redução de cloro livre (C-I). Selo Segurança INMETRO/Bureau Veritas Certification. • Garantia mínima de 12 meses 	2	900,00
7	<p>Relógio Ponto Eletrônico Biométrico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo REP (Registrador Eletrônico de Ponto) • Registro do ponto através de leitor biométrico • O equipamento deverá estar registrado no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para atender aos requisitos da Portaria 1.510/2009 • O equipamento deverá ser aprovado pelo INMETRO • O equipamento deverá ser totalmente compatível com os sistemas de Administração de Pessoal da empresa Sênior Sistemas, que é o sistema atualmente utilizado pelo CIGA para Gestão de Pessoas • O equipamento deverá permitir o registro online da marcação do colaborador no sistema de controle de ponto da contratante, sem qualquer ônus para a mesma • Conexão com o computador através de cabo USB • Alimentação bivolt ou 220V 	1	1.400,00

8	Software Microsoft Office <ul style="list-style-type: none"> • Licença do software Microsoft Office 2016, com mídia de instalação, chave e certificado de autenticidade inclusos • Idioma Português Brasileiro • Suporte para Windows 32 e 64 bits • Versão "Professional", com Word, Excel, PowerPoint, Outlook, OneNote, Access, Drive 	10	600,00
9	Software Microsoft Office <ul style="list-style-type: none"> • Licença do software Microsoft Office 2016, com mídia de instalação, chave e certificado de autenticidade inclusos • Idioma Português Brasileiro • Suporte para Windows 32 e 64 bits • Versão "Business" com Word, Excel, PowerPoint, Outlook e OneNote 	10	400,00
Valor Total Máximo (R\$) *			74.130,00

* Preço máximo para o objeto desta licitação, em conformidade com a estimativa de custos realizada a partir de cotações de empresas/fornecedores distintos, bem como da pesquisa na internet, para a obtenção de orçamentos de empresas fornecedoras dos itens em tela.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. O CONTRATADO responsabilizar-se-á pela carga e descarga dos objetos no local de entrega especificado no item 22.4 do edital.
2. Os objetos devem ser entregues na embalagem original e lacrada.
3. Não serão aceitos produtos reconicionados ou remanufaturados.
4. Não serão aceitos produtos piratas vendidos como se fossem originais, promovendo-se em caso de comprovação a devida ação penal, uma vez que é crime e estando o autor sujeito as penas legais, conforme estabelece o art.96 da Lei 8.666/93.

ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)
Nome:(Razão Social)
Endereço:
Complemento
Cidade:
CEP:
Inscrição estadual:
Telefone comercial:
Celular:
Representante legal:
Cargo:
Ramo de Atividade:

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - I. tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - III. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - IV. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo Único deste Termo, e pagar a taxa pela sua utilização;
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;
4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões;

5. (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

I. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

II. apresentar lance de preço;

II. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

IV. solicitar informações via sistema eletrônico;

V. interpor recursos contra atos do pregoeiro;

VI. apresentar e retirar documentos;

VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

VIII. assinar documentos relativos às propostas;

IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e

X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6. O presente Termo de Adesão é válido até ____/____/_____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

Anexo Único ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (Licitante direto)
Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
2	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
	RESPONSÁVEL FINANCEIRO
3	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:

O Licitante reconhece que:

I. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II. o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III. perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data: _____

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO III – FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Nome _____

Endereço _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____ CNPJ N.º _____

Telefone/Fax: _____

Dados Bancários:

Banco N.º: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente N.º: _____

*** DADOS ADICIONAIS:**

Responsável pela Assinatura da Ata de Registro de Preço:

Nome: _____

Cargo/Função _____ Telefone/Fax _____

Estado civil _____ RG n.º: _____

CPF n.º _____

Email: _____

*** Preenchimento facultativo**

A presente proposta destina-se ao Registro de Preços dos itens abaixo discriminados, para eventuais e futuros fornecimentos, de acordo com as especificações constantes do presente edital.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada	Marca	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor Total						R\$

_____, ____ de _____ de 20__ .

(Nome e assinatura do responsável)

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2016/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2016/CIGA

PROCESSO N.º 01/2016/CIGA

Por este instrumento, de um lado o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, com sede na Rua General Liberato Bitencourt, n.º 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP. 88.070-800, CNPJ 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Presidente do CIGA, Senhor Charles Rafael Schwambach, brasileiro, casado, médico, Prefeito de Braço do Trombudo, Presidente do CIGA, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.211.708/SSP/SC e do CPF/MF nº. 891.667.959-15, e de outro lado _____, com sede na Rua _____, e CNPJ _____, neste ato representado pelo Senhor _____, brasileiro, _____ (estado civil), _____ (cargo), portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, acordam proceder, nos termos do Processo n.º 01/2016, referente ao Pregão Eletrônico n.º 01/2016, aberto em ____/____/2016 e homologado em ____/____/2016, mediante sujeição ao que dispõe as Leis n.º 10.520/2002, n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Item	Especificação	Unidade	Quantidade Estimada	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor Total				R\$	

Fica consignado que o preço registrado nesta ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses contados do dia --/--/201- até o dia --/--/201-.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Obs.: O responsável pela assinatura da Ata deverá ter poderes para exercer tal ato, constado no Contrato Social da empresa ou mediante Procuração.

Florianópolis, ____ de _____ de 201x.

PRESIDENTE DO CIGA

DETENTOR DA ATA

PORTARIA Nº 01/2016, DE 05 DE JANEIRO DE 2016

Portaria nº 01/2016, de 05 de janeiro de 2016

Nomeia Programador do CIGA.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a homologação do Concurso Público CIGA Nº 03/2014 e a convocação para provimento de vaga referente ao respectivo Concurso, Resolve:

Art. 1º Nomear o Sr. Ricardo Bressan Tasca, CPF nº 058.762.829-44, para o emprego público de Programador do CIGA, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão Eletrônico nº 05/2015 - Processo Licitatório nº 29/2015, no qual restaram vencedoras do certame as seguintes empresas: I.L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS - ME, SANTOS & MAYER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME e SMI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - ME, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 29/2015.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Presidente do CIGA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão Presencial nº 02/2015 - Processo Licitatório nº 28/2015, no qual restaram vencedoras do certame as seguintes empresas: LINHA LIVRE INTERNET LTDA ME (Lote 01), WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI (Lote 02) e CLARO S.A. (Lotes 03 e 04), conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 28/2015.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Presidente do CIGA

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015**TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2015, o Sr. Marcello André Previdi, pregoeiro responsável, adjudica as seguintes empresas vencedoras: I.L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS - ME, SANTOS & MAYER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME e SMI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - ME, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 29/2015.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2015.

Marcello André Previdi
Pregoeiro

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015**TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Presencial nº 02/2015, o Sr. Marcello André Previdi, pregoeiro responsável, adjudica as seguintes empresas vencedoras: LINHA LIVRE INTERNET LTDA ME (Lote 01), WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI (Lote 02) e CLARO S.A. (Lotes 03 e 04), conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 28/2015.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2015.

Marcello André Previdi
Pregoeiro

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2015

- ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0005-2015 do(a) CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA.

NOME DO PROMOTOR: CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
EDITAL / PROCESSO: 0005-2015 / 0029/2015
DATA DE REALIZAÇÃO: 21 de Dezembro de 2015 às 13:00
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS Iniciado em 09/12/2015 08:00 e finalizado em 21/12/2015 09:59
LOCAL: www.bl.org.br
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: MARCELLO ANDRÉ PREVIDI
OBJETO: Registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos diversos e licenças de software, conforme especificações contidas neste edital.

Aos 21 dias do mês de dezembro de 2015, no endereço eletrônico www.bl.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) MARCELLO ANDRÉ PREVIDI do(a) CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA para proceder a sessão pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

Inicialmente, ficou registrado que as 08:00 horas do dia 09/12/15 teve início, por meio do sistema eletrônico, conforme consta no edital, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços. Foi(ram) registrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) inicial(is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)

LOTE: 000001 HOMOLOGADO **30/12/15 11:39**
 NOTEBOOK

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 • Processador com pontuação CPU Passmark superior a 3300 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php) • Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior • HDD de 1TB SATA 5400RPM ou SSD de 240GB • Tela mínima de 14 polegadas e máxima de 17 polegadas • Resolução da tela integrada mínima de 1366x768 • Saída HDMI • Mínimo de 2 portas USB 3.0 • Ethernet com conector RJ45 • Wifi integrado 802.11bgn • WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos • Conector para fone e microfones externos • 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h • Teclado padrão ABNT2 • Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136) • Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro • Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria • Cor predominante preta ou tons de cinza

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID	Positivo N250i	5	2.991,00

LICITANTES HABILITADOS

	LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	SANTOS & MAYER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME	ME 09.457.677/0001-28	21/12/15 09:44:02 3.200,00	21/12/15 13:22:58 2.991,00
2	I.L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS - ME	ME 17.184.211/0001-24	21/12/15 09:11:02 3.000,00	21/12/15 13:21:55 2.991,90

LOTE: 000002 CANCELADO **01/01/01 12:00**
 NOTEBOOK

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 • Processador com pontuação CPU Passmark superior a 8000 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php) • Memória RAM 8GB (DDR3 ou DDR4) - 1600MHz ou superior • SSD de 240GB • Tela mínima de 14 polegadas e máxima de 17 polegadas • Resolução da tela integrada mínima de 1366x768 • Saída HDMI • Mínimo de 2 portas USB 3.0 • Gigabit Ethernet com conector RJ45 • Wifi integrado 802.11bgn • WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos • Conector para fone e microfones externos • 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h • Teclado padrão ABNT2 • Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136) • Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro • Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria • Cor predominante preta ou tons de cinza

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		5	0,00

LICITANTES INABILITADOS

	LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	I.L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS - ME	ME 17.184.211/0001-24	21/12/15 09:11:02 7.000,00	04/01/16 16:40:06 0,00

Não atende o requisito previsto no Edital: Processador com pontuação CPU Passmark superior a 8000(https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)

LOTE: 000003 CANCELADO **01/01/01 12:00**
 NOTEBOOK

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- Processador com pontuação CPU Passmark superior a 1900 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php) • Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior • HDD de 500GB ou SSD de 120GB • Tela mínima de 11.6 polegadas e máxima de 14 polegadas • Resolução da tela integrada mínima de 1366x768 • Saída HDMI • Mínimo de 2 portas USB 2.0 • Ethernet com conector RJ45 • Wifi integrado 802.11bgn • WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos • Conector para fone e microfones externos • 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h • Teclado padrão ABNT2 • Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136) • Windows 8.1 ou 10 com atestado de

1 / 4

autenticidade em português brasileiro • Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria • Cor predominante preta ou tons de cinza • Peso máximo de 1.5Kg • Tela Conversível para estilo Tablet, com touchscreen

1

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		5	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 DORISETE PREMOLER SPLITT 00305957031	ME 11.892.449/0001-28	20/12/15 21:10:39 2.500,00	04/01/16 16:40:06 0,00

Não atende ao requisito : 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h

LOTE: 000004 CANCELADO

01/01/01 12:00

NOTEBOOK

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1
- Processador com pontuação CPU Passmark superior a 2200 (https://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php) • Memória RAM 4GB (DDR3 ou DDR4) - 1333MHz ou superior • HDD de 500GB • Tela mínima de 14 polegadas e máxima de 17 polegadas • Resolução da tela integrada mínima de 1366x768 • Saída HDMI • Mínimo de 2 portas USB 2.0 • Ethernet com conector RJ45 • Wifi integrado 802.11bgn • WebCam, Microfone e Alto-Falantes embutidos • Conector para fone e microfones externos • 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h • Teclado padrão ABNT2 • Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136) • Windows 8.1 ou 10 com atestado de autenticidade em português brasileiro • Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria • Cor predominante preta ou tons de cinza

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		5	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 DORISETE PREMOLER SPLITT 00305957031	ME 11.892.449/0001-28	20/12/15 21:10:39 1.800,00	04/01/16 16:40:06 0,00

Não atende ao requisito: 1 ano de garantia com atendimento em domicílio em até 24h

2 SANTOS & MAYER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME	ME 09.457.677/0001-28	21/12/15 09:44:02 2.300,00	04/01/16 16:40:06 0,00
--	-----------------------	----------------------------	------------------------

Não atende as requisito de valor máximo.

LOTE: 000005 CANCELADO

01/01/01 12:00

SMARTPHONE

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1
- Smartphone dual chip com tecnologias 2G, 3G e 4G multibanda compatível com o sistema de redes brasileiras desbloqueado • Resolução de tela Full HD de 1280 x 720 de 5 a 5.9 polegadas • 2 GB Memória RAM e 16 GB de memória interna de armazenamento, com possibilidade de expansão • Wi-Fi 802.11 b/g/n, Bluetooth 4.0 • Câmera primária de 13Mp com flash e foco automático • Câmera frontal de 5Mp • Sistema Android 4.4 ou superior • Processador com Quad-core velocidade de pelo menos 1.2 GHz

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		4	0,00

LOTE: 000006 HOMOLOGADO

30/12/15 11:39

MONITOR 21,5"

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1
- Relação de Aspecto WideScreen (16:9) • Tecnologia de iluminação LED • Taxa de atualização 60Hz • Resolução de 1920x1080 • Tela anti-reflexo • Conector 1 HDMI e 1 D-Sub • Tempo de Resposta máxima de 5ms • Cor Preta • Base com regulagem de inclinação • 1 Cabo HDMI de 1,5m incluso

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID	Samsung S22E310 Widescreen FHD	10	642,00

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 I.L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS - ME	ME 17.184.211/0001-24	21/12/15 09:11:02 700,00	21/12/15 13:59:20 642,00

2 DORISETE PREMOLER SPLITT 00305957031	ME 11.892.449/0001-28	20/12/15 21:10:39 700,00	21/12/15 13:38:03 645,00
--	-----------------------	--------------------------	--------------------------

3 SMI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - ME	ME 16.096.591/0001-82	21/12/15 09:32:05 700,00	21/12/15 13:34:53 658,79
---------------------------------------	-----------------------	--------------------------	--------------------------

4 KLEBER ARRABACA BARBOSA - EPP	ME 11.507.711/0001-73	21/12/15 08:27:23 700,00	21/12/15 13:26:39 700,00
---------------------------------	-----------------------	--------------------------	--------------------------

5 M. H. PERELLES - ME	ME 17.975.908/0001-13	21/12/15 08:59:06 700,00	21/12/15 13:26:39 700,00
-----------------------	-----------------------	--------------------------	--------------------------

LOTE: 000007 CANCELADO

01/01/01 12:00

GELADEIRA

ITEM ESPECIFICAÇÃO

2 / 4

• Capacidade mínima de 230L • Voltagem 220v • Eficiência Energética "A" de acordo com Inmetro • Garantia de 12 meses • Largura máxima de 50 cm

1

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		1	0,00

LOTE: 000008 CANCELADO

01/01/01 12:00

PURIFICADOR DE AGUA

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 • Purificador e refrigerador de água com SNTA – Sistema Natural de Tratamento de Água: filtra e purifica a água previamente tratada por estação concessionária de tratamento de água. Através dos elementos naturais, como dolomita, quartzo e carvão ativado impregnado com prata, absorve o cloro e reduz substâncias químicas, orgânicas e a turbidez da água. • Voltagem 220v • Disponibilizar água natural e gelada • Vazão de pelo menos 1L/minuto • Sistema de refrigeração por compressor • Cor predominante: branca • Selo Saúde Inmetro/IFBQ – Certificação Aparelho para melhoria da Água para consumo Humano – Classificação máxima em redução de cloro livre (C-I). Selo Segurança INMETRO/Bureau Veritas Certification. • Garantia mínima de 12 meses

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		2	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 DORISETE PREMOLER SPLITT 00305957031	ME 11.892.449/0001-28	20/12/15 21:10:39 900,00	04/01/16 16:40:06 0,00

Descritivo do produto não atende o requisito: Vazão de pelo menos 1L/minuto

LOTE: 000009 CANCELADO

01/01/01 12:00

RELOGIO PONTO BIOMETRICO

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 • Tipo REP (Registrador Eletrônico de Ponto) • Registro do ponto através de leitor biométrico • O equipamento deverá estar registrado no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para atender aos requisitos da Portaria 1.510/2009 • O equipamento deverá ser aprovado pelo INMETRO • O equipamento deverá ser totalmente compatível com os sistemas de Administração de Pessoal da empresa Sênior Sistemas, que é o sistema atualmente utilizado pelo CIGA para Gestão de Pessoas • O equipamento deverá permitir o registro online da marcação do colaborador no sistema de controle de ponto da contratante, sem qualquer ônus para a mesma • Conexão com o computador através de cabo USB • Alimentação bivolt ou 220V

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		1	0,00

LOTE: 000010 CANCELADO

01/01/01 12:00

SOFTWARE MICROSOFT OFFICE

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 • Licença do software Microsoft Office 2016, com mídia de instalação, chave e certificado de autenticidade inclusos • Idioma Português Brasileiro • Suporte para Windows 32 e 64 bits • Versão "Professional", com Word, Excel, PowerPoint, Outlook, OneNote, Access, Drive

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		10	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 I.L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS - ME	ME 17.184.211/0001-24	21/12/15 09:11:02 812,50	04/01/16 16:40:06 0,00

Proposta superior ao preço máximo, previsto em Edital.

LOTE: 000011 CANCELADO

01/01/01 12:00

SOFTWARE MICROSOFT OFFICE

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 Software Microsoft Office • Licença do software Microsoft Office 2016, com mídia de instalação, chave e certificado de autenticidade inclusos • Idioma Português Brasileiro • Suporte para Windows 32 e 64 bits • Versão "Business" com Word, Excel, PowerPoint, Outlook e OneNote

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID		10	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 I.L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS - ME	ME 17.184.211/0001-24	21/12/15 09:11:02 812,50	04/01/16 16:40:06 0,00

Proposta superior ao preço máximo, previsto em Edital.

LOTE: 000012 HOMOLOGADO

30/12/15 11:39

SWITCH GIGABIT

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- Fixação em Rack de 19 polegadas • Altura de 1U • 24 portas Ethernet 10/100/1000 • Auto MDI/MDI-X • Alimentação 110V/220V • Backplane de

3 / 4

48Gbps• Garantia de 3 anos

1

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UNID	TP-LINK/TL-SG1024D	2	690,00

LICITANTES HABILITADOS

	LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	SMI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - ME	ME 16.096.591/0001-82	21/12/15 09:32:05 700,00	21/12/15 14:20:02 690,00
2	DORISETE PREMOLER SPLITT 00305957031	ME 11.892.449/0001-28	20/12/15 21:10:39 700,00	21/12/15 14:15:23 696,95
3	KLEBER ARRABACA BARBOSA - EPP	ME 11.507.711/0001-73	21/12/15 08:27:23 700,00	21/12/15 13:40:19 700,00
4	M. H. PERELLES - ME	ME 17.975.908/0001-13	21/12/15 08:59:06 700,00	21/12/15 13:40:19 700,00

Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessão(ões) individualizado(s) por lote(s), que é (são) parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, a autoridade competente declara homologados os lotes relacionados nessa ata.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

CIMCATARINA**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001_2016 - CADASTRO DE FORNECEDORES**

EDITAL Nº 0001/2016-CIMCATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2016

CHAMADA PÚBLICA PARA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES

O Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua Sede, sito a Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, na cidade de Fraiburgo, SC., inscrições para fornecedores do Consórcio Público, conforme determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

I - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Será exigido dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;
- d) Alvará Sanitário (nos casos exigidos por Lei);
- e) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de Inscrição Estadual;
- h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- i) Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
- j) Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

2.2. Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0002-2016 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOSAVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS
EDITAL Nº 0002/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Materiais Odontológicos e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 18/01/2016 e serão recebidas até 31/12/2016 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 04 de janeiro de 2016.

Elói Rönna – Diretor Executivo

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0003-2016 - MATERIAIS DE EXPEDIENTEAVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS
EDITAL Nº 0003/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Materiais de Expediente e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 18/01/2016 e serão recebidas até 31/12/2016 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 04 de janeiro de 2016.

Elói Rönna – Diretor Executivo

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0004-2016 - MATERIAIS AMBULATORIAISAVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS
EDITAL Nº 0004/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 18/01/2016 e serão recebidas até 31/12/2016 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 04 de janeiro de 2016.

Elói Rönna – Diretor Executivo

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0005-2016 - PNEUS **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS** **EDITAL Nº 0005/2016**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0005/2016

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Pneus e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 18/01/2016 e serão recebidas até 31/12/2016 na sede do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 04 de janeiro de 2016.

Elói Rönna – Diretor Executivo

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0024_2015 - GEINFO

TERMO ADITIVO N.º 0024/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA
CONTRATADO:	GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME
CONTRATO/ ADITIVOS	0003/2015/CIMCATARINA
OBJETO:	Fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneos para 2(dois) atendentes e usuários ilimitados, mediante contratação de empresa para locação de software AQUILA Help Desk, com aplicações em Help Desk, Service Desk, Call Center, 0800, SAC.
DATA:	07.01.2015
VIGÊNCIA:	07.01.2015 a 31.12..2015

Art. 1º - Fica alterada a vigência do contrato em epigrafe, presente na cláusula segunda, passando a vigorar até 31.12.2016.

Art. 2º - Fica alterado o valor mensal, de R\$ 517,00 (quinhentos e dezessete reais) para R\$572,25 (quinhentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), o que equivale ao percentual de 10,6873%, referente IGPM, conforme cláusula terceira, item 3.3, do contrato.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 28 de dezembro de 2015.

Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo	GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA Rafael Francisco Thibes CONTRATADA
---	---

Testemunhas:

1ª –

2ª –

RESOLUÇÃO 0005_2016

Resolução nº 0005/2016

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0002/2016, Edital nº 0002/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0002/2016, Edital nº 0002/2016 - CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Camila Strapazon – Município de Videira - Presidente;
II – Elizete Aparecida Girardi – Município de Fraiburgo – Membro;
III – Mauro Marcelo Cizeski - CIMCATARINA - Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0006_2016

Resolução nº 0006/2016

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0003/2016, Edital nº 0003/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0003/2016, Edital nº 0003/2016 - CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Nádia De Lorenzi – CIMCATARINA - Presidente;
II – Claudinei Marcio Morsoletto – CIMCATARINA – Membro;
III – Mauro Marcelo Cizeski – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Diretor Executivo do CIMCATARINA

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0007_2016

Resolução nº 0007/2016

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0004/2016, Edital nº 0004/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0004/2016, Edital nº 0004/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Camila Strapazzon – Município de Videira - Presidente;
II – Elizete Aparecida Girardi – Município de Fraiburgo – Membro;
III – Nádia De Lorenzi – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.
Elói Rönna

RESOLUÇÃO 0008_2016

Resolução nº 0008/2016

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0005/2016, Edital nº 0005/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0005/2016, Edital nº 0005/2016-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Claudinei Marcio Morsoleto – CIMCATARINA - Presidente;
II – Mauro Marcelo Cizeski – CIMCATARINA – Membro;
III – Luiz Fernando Raldi – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a resolução n. 0010/2015.

Fraiburgo, 04 de janeiro de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CONSÓRCIO CISAMA

TERMO DE POSSE CONSELHEIROS 2016

TERMO DE POSSE

Aos 04 dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às 10 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa – 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de dezoito de dezembro de 2015, após prestar compromisso legal, tomaram posse para o exercício dos seus cargos os membros do Conselho Fiscal do CISAMA, devidamente eleitos, para o período de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, e que assinam o presente Termo para gerar seus efeitos legais.

Lages, 05 de janeiro de 2015.

CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS

Luiz Carlos Xavier Prefeito de Otacílio Costa Conselheiro Empossado Brasileiro, Casado, CPF 023.513.209-80 RG 3445802-6	Luiz Carlos Alves de Freitas Prefeito de Capão Alto Conselheiro Empossado Brasileiro, Casado, CPF 436.492.979-49 RG 1.430.732-4
---	--

CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTES

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito de Bom Retiro
Conselheiro Empossado
Brasileiro, Casado, CPF 618.287.349-34
RG 856968

Ivonir Fernandes da Silva
Prefeito de Anita Garibaldi
Conselheiro Empossado
Brasileiro, Casado, CPF 347.783.229-91
RG 882.986-1

TERMO DE POSSE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE POSSE

Aos 04 dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às 10 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa – 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de dezoito de dezembro de 2015, após prestar compromisso legal, tomou posse para o exercício do cargo de Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de São Joaquim, Senhor Humberto Luiz Brighenti, como 1º Vice-Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Urubici, Senhor Fidelis Schappo, como 2º Vice-Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de Palmeiras, Senhor José Valdori Hemkemaier, todos devidamente eleitos segundo ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada aos dezoito dias do mês de dezembro de 2015 para o período de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, e que assinam o presente Termo para gerar seus efeitos legais.

Lages, 04 de janeiro de 2016.
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito de São Joaquim
Brasileiro, casado, CPF 207.450.010-68
RG 254449
Presidente Empossado

Fidelis Schappo
Prefeito de Urubici
1º Vice-Presidente Empossado
Brasileiro, Casado, CPF 029.893.449-34
RG 89826-0

José Valdori Hemkemaier
Prefeito de Palmeira
2º Vice-Presidente Empossado
Brasileiro, Casado, CPF 464.164.559-00
RG 5155414-3

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO

Aos 04 dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às 10 horas, na sede do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, sito à rua Otacílio Vieira da Costa – 112, com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de dezoito de dezembro de 2015, após prestar compromisso legal, assumiu o cargo de Presidente do CISAMA, o Prefeito Municipal de São Joaquim, Senhor Humberto Luiz Brighenti, para o período de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016. Do que para contar lavrou-se o presente Termo, que vai assinado pelo Presidente transmitente e pelo empossado.

Lages, 04 de janeiro de 2016.

Edilson José de Souza
Prefeito de Campo Belo do Sul
Presidente Transmitente
Brasileiro, solteiro, CPF 610.553.529-53
RG 1.823.208

Humberto Luiz Brighenti
Prefeito de São Joaquim
Brasileiro, casado, CPF 207.450.010-68
RG 254449
Presidente Empossado

CIGAMERIOS**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2016 – CIGAMEIROS****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 – CIGAMEIROS**

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Rudimar Francisco Guth, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, licitação com reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Micro Empreendedor Individual – MEI, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futuras e parceladas aquisições de materiais ambulatoriais e correlatos; materiais hospitalares e pré-hospitalares, pelos MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos, para o exercício financeiro de 2016.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 05/01/2016 ate às 08h00min do dia 18/01/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 18/01/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 18/01/2016.

RETIRADA DO EDITAL: www.amerios.org.br (CIGAMERIOS), ou PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.bll.org.br "Acesso Identificado".

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC - Pregoeira: Valquiria Astrigi - E-mail: cigaamerios@amerios.org.br - Telefone/Fax: (49) 3664-0282.

Maravilha/SC, em 04 de janeiro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Tigrinhos/SC

RESOLUÇÃO Nº 021-2015 HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO Nº 008/2015 - DISPENSA POR LIMITE

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS		
--	--	--

RESOLUÇÃO Nº 021/2015 - CIGAMERIOS

Homologa Julgamento proferido pelos MEMBROS DA Comissão PERMANENTE de Licitação, RESPONSÁVEIS PELO JULGAMENTO DO Processo ADMINISTRATIVO Nº 008/2015 – CIGAMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações complementares c/c Lei Federal 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2017,

H O M O L O G A:

Art. 1º Fica homologado o julgamento proferido pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeados pela Resolução nº 019/2015 – CIGAMERIOS, responsáveis pelo julgamento do Processo Administrativo nº 008/2015, Contratação por Dispensa por Limite, que tem por objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONSÓRCIO, ENVOLVENDO A GESTÃO DE CONSULTA EXAMES ENTRE PRESTADORES DE FORMA ONLINE PARA OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS: BOM JESUS DO OESTE, CAIBI, CUNHA PORÃ, CUNHATAÍ, FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, MARAVILHA, MODELO, PALMITOS, RIQUEZA, ROMELÂNDIA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, SAUDADES E TIGRINHOS.

Art. 2º Fica homologado o objeto deste Processo Administrativo de Contratação com dispensa por limite em favor da empresa abaixo relacionada, conforme a descrição que segue:

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UN	VALOR TOTAL	PROPONENTE VENCEDOR
------	-------	-----	---------------	----------	-------------	---------------------

1	12	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONSÓRCIO, ENVOLVENDO A GESTÃO DE CONSULTA EXAMES ENTRE PRESTADORES DE FORMA ONLINE PARA OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS: BOM JESUS DO OESTE, CAIBI, CUNHA PORÃ, CUNHATAÍ, FLOR DO SERTÃO, IRACEMINHA, MARAVILHA, MODELO, PALMITOS, RIQUEZA, ROMELÂNDIA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, SAUDADES E TIGRINHOS.	1.600,00	19.200,00	INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
---	----	-----	---	----------	-----------	--

Art. 3º O valor total do Processo Administrativo nº 008/2015 é de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha/SC, 23 de dezembro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente CIS-AMERIOS

Presidente CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi/SC